



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2974

Sexta-feira - 08 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Curitibaanos	532	Luiz Alves	824
Água Doce	11	Dionísio Cerqueira	536	Luzerna	827
Águas de Chapecó	47	Dona Emma	537	Macieira	832
Águas Frias	66	Doutor Pedrinho	538	Mafra	834
Alto Bela Vista	67	Ermo	550	Maracajá	835
Anchieta	74	Erval Velho	552	Maravilha	839
Angelina	143	Flor do Sertão	554	Marema	840
Antônio Carlos	144	Formosa do Sul	556	Massaranduba	843
Apiuna	148	Forquilha	565	Matos Costa	852
Arabutã	151	Fraiburgo	569	Meleiro	855
Arroio Trinta	152	Galvão	572	Modelo	857
Ascurra	173	Garopaba	573	Mondaí	859
Atalanta	182	Garuva	593	Monte Carlo	866
Aurora	188	Gaspar	594	Monte Castelo	887
Balneário Gaivota	210	Governador Celso Ramos	597	Morro Grande	916
Balneário Piçarras	214	Gravatal	598	Navegantes	919
Balneário Rincão	216	Guaraciaba	600	Nova Erechim	945
Bandeirante	221	Guaramirim	601	Nova Itaberaba	958
Barra Velha	224	Guarujá do Sul	611	Nova Trento	985
Bela Vista do Toldo	227	Guatambú	612	Nova Veneza	986
Belmonte	229	Herval d'Oeste	614	Novo Horizonte	989
Benedito Novo	237	Ibiam	621	Orleans	990
Biguaçu	258	Ilhota	645	Otacílio Costa	1007
Blumenau	267	Imbituba	647	Ouro	1010
Bom Jardim da Serra	302	Indaial	655	Palhoça	1011
Bom Jesus do Oeste	308	Ipirá	694	Palma Sola	1019
Bom Retiro	310	Iporã do Oeste	695	Palmeira	1020
Braço do Trombudo	311	Ipuacú	701	Papanduva	1024
Brusque	373	Ipumirim	703	Passo de Torres	1109
Caçador	398	Irani	706	Passos Maia	1112
Camboriú	402	Iratí	707	Penha	1115
Campo Alegre	405	Irineópolis	709	Peritiba	1135
Campo Erê	419	Itá	711	Pescaria Brava	1136
Campos Novos	420	Itapema	713	Pinhalzinho	1137
Canelinha	436	Itapiranga	728	Pinheiro Preto	1139
Canoinhas	437	Itapoá	729	Piratuba	1141
Capinzal	442	Ituporanga	733	Pomerode	1187
Catanduvas	463	Jaborá	737	Ponte Serrada	1192
Caxambu do Sul	493	Jacinto Machado	738	Porto Belo	1194
Cerro Negro	503	Jaraguá do Sul	740	Porto União	1195
Chapadão do Lageado	504	Joaçaba	802	Pouso Redondo	1231
Chapecó	506	José Boiteux	810	Princesa	1233
Cocal do Sul	510	Jupia	811	Quilombo	1267
Concórdia	511	Lages	812	Rio do Campo	1272
Cordilheira Alta	516	Laguna	813	Rio do Oeste	1273
Coronel Freitas	518	Lauro Muller	815	Rio dos Cedros	1294
Correia Pinto	519	Lebon Regis	817	Rio do Sul	1275
Corupá	521	Leoberto Leal	818	Rio Negrinho	1295
Cunha Porã	529	Lindóia do Sul	823	Romelândia	1297

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2974

Sexta-feira - 08 de Novembro de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Salto Veloso	1322	São Miguel da Boa Vista	1516	Treze Tílias	1583
Santa Cecília	1325	São Miguel do Oeste.....	1517	Trombudo Central.....	1601
Santa Rosa do Sul	1327	São Pedro de Alcântara.....	1527	Tunápolis	1622
Santa Terezinha do Progresso	1328	Saudades.....	1528	Turvo	1641
Santo Amaro da Imperatriz	1339	Schroeder	1529	União do Oeste	1644
São Bento do Sul.....	1346	Seara	1549	Urubici	1645
São Bernardino	1355	Serra Alta	1550	Urussanga	1646
São Bonifácio	1359	Siderópolis.....	1552	Vargem	1651
São Carlos	1360	Sombrio.....	1553	Vargem Bonita	1652
São Francisco do Sul.....	1363	Sul Brasil	1556	Videira.....	1654
São João Batista.....	1398	Tangará	1559	Vitor Meireles.....	1666
São João do Oeste	1447	Tigrinhos	1562	Witmarsum	1667
São João do Sul	1448	Tijucas	1563	Xanxerê.....	1668
São Joaquim	1449	Timbé do Sul	1565	Xavantina	1671
São José.....	1452	Timbó	1566	Xaxim	1673
São José do Cedro.....	1465	Três Barras	1580	Zortéa	1679
São Lourenço do Oeste.....	1506	Treviso	1581		

Consórcios

ARIS	1686
CIGA	1687
CIMVI.....	1688
CINCATARINA	1698
CIS/AMOSC.....	1702
CIS/AMVI	1706
CISNORDESTE	1709
CODEPLAN.....	1813
CIM-AMFRI	1814
Lambari	1815
CONDER	1815
CIRSURES.....	1816



Agronômica

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PR 42 2019

Publicação Nº 2220108

Pregão Presencial Nº PR42/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos Sete dias do mês de Novembro do ano de 2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Agronômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro., o Município de Agronômica, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº PR42/2019 – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar os preços da(s) empresas, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS A AQUISIÇÃO PARCELADA DE BRITA DE ARDOSIA PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA DO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, e de acordo com a classificação das empresas para cada item constantes da Ata do Pregão em anexo.

1125 - CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA (01.408.503/0001-63)

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
07/11/2019	1	2680 - brita de ardosia n.º 01	M3	2.500	41,00	102.500,00
07/11/2019	2	2681 - brita de ardosia n.º 02	M3	5.000	37,50	187.500,00
07/11/2019	3	2678 - BASE DE BRITA CORRIDA DE ARDOSIA PARA MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M3	5.000	28,00	140.000,00
Total					430.000,00	

1.2. Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a cada 3 (três) meses, podendo ser alterado o valor tanto para cima como para baixo, sendo publicado em Mural Público.

1.3.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

1.3.2. O aumento decorrente de recomposição dos preços unitários em razão de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato somente poderá ser dado se a sua ocorrência era imprevisível no momento da contratação, e se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

1.4. Caso o preço registrado se torne superior à média dos preços de mercado, o Município solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo na forma do item 1.3.1.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- Edital de Pregão Presencial nº PR42/2019 e seus anexos;
- Proposta da (s) Licitante(s);
- Ata do Pregão.

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará por 12 (doze) meses.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 A empresa contratada deverá entregar e/ou executar os serviços, objeto deste Contrato, conforme a necessidade do Município, sempre com requisição assinada pelo (a) responsável, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis.

4.3. No ato da entrega do objeto a proponente deverá apresentar Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do órgão responsável pelo recebimento.

4.4. Os objetos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.5. Se a substituição dos objetos não for realizada no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às sanções previstas neste Edital e na Ata de Registro de Preços.

4.6. O recebimento dos materiais ou serviços, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa pela qualidade e característica do objeto entregue, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato (Ata de Registro de Preços).

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 Na entrega dos materiais, a CONTRATADA deverá acompanhar-se de Nota Fiscal correspondente, encaminhando-a ao respectivo requisitante.

5.2 O pagamento será efetuado de acordo com a apresentação das Notas Fiscais, em até 30 (trinta) dias após o recebimento do material, referente às quantias solicitadas, datada e assinada por responsável dos órgãos municipais; através de depósito na conta corrente da licitante vencedora.

5.3 As despesas decorrentes de aquisição dos objetos desta licitação correrão à conta dos recursos especificados no orçamento do Município e nos demais órgãos e entidades usuárias, existentes nas dotações:

70 - 1 . 6001 . 26 . 782 . 39 . 2.26 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

71 - 1 . 6001 . 26 . 782 . 39 . 2.26 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

73 - 1 . 6001 . 26 . 782 . 44 . 2.27 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

75 - 1 . 7001 . 20 . 606 . 46 . 2.29 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A fornecedora responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o Município ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo Município.

6.2 A empresa fornecedora é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3. As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A empresa fornecedora é responsável também pela qualidade dos produtos fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5. A empresa registrada autoriza o Município a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurada a prévia defesa.

7 OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações das empresas fornecedoras:

- a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos;
- b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- c) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

7.2 Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações dos produtos exigidos no contrato, a empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

a) O fornecedor não poderá de forma alguma vender os produtos acima do preço praticado no varejo.

b) A Prefeitura Municipal poderá ter livre acesso de verificar junto ao fornecedor o preço de varejo pós Licitação, quantas vezes forem necessárias, podendo ter preço ofertado diminuído.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1. O Município poderá cancelar o Registro de Preços da(s) Empresa(s) nos casos a seguir especificados:

- a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;
- b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;
- c) quando não aceitar abaixar o preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os materiais decorrentes da Ata de Registro de Preços e a Administração não aceitar a sua justificativa;
- e) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;
- f) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- g) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.2. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

8.3. Somente serão contratadas as empresas que se comprometem a entregar ou executar o objeto da licitação pelo preço da primeira colocada, caso o registro da mesma venha a ser cancelado, de acordo com a ordem de classificação da Ata do Pregão.

9. PENALIDADES

9.1 Pela inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta ata estarão as empresas fornecedoras sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa:

1- De 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, no caso de não cumprimento do prazo de entrega ou de execução do serviço contratado, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor estimado para a contratação da empresa;

2- De até 20% (vinte por cento) sobre o valor global estimado para a contratação, no caso de descumprimento das disposições contidas nesta ata e no edital, ressalvado o disposto no item 1 (um) acima citado;

3- Impedimento de participação em licitação e de contratar com a Administração Pública pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos.

9.2 As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos subitens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente

moratório e, portanto, não eximem a empresa fornecedora da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.3 Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a fornecedora tiver direito, ou cobrados judicialmente.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A fornecedora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros o objeto desta ata, salvo expressa autorização da Administração Municipal.

10.2. Elegem as partes contratantes o Foro da cidade de Rio do Sul/SC, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Agronômica-Santa Catarina, 7 de novembro de 2019.

Assinaturas

REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S)	PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO
ROSANE HASSE MARCELLOS CENTRAL DE BRITAGEM CASTELINHO LTDA	Pregoeiro JULIA FLOR SILVA TONON JAQUELINE TEREZINHA JETHE RODRIGO MARCELINO

Nº 081/2019

Publicação Nº 2220065

DECRETO N.º 081/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Realoca recursos do orçamento vigente do Município de Agronômica, através de remanejamentos, transferências e transposições de um órgão orçamentário para outro.

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que pelo princípio da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art.167, VI). Por categoria de programação deve-se entender a função, a sub função, o programa, o projeto/atividade/operação especial e as categorias econômicas de despesas
- Que pelo sistema idealizado pelo constituinte de 1988, os créditos adicionais suplementares abertos com base na autorização concedida na própria lei orçamentária e com fundamento em aporte de recursos oriundos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias (Lei nº 4.320/64, art. 43, § 1º, III) só podem ocorrer quando se tratar de deslocamento de recursos dentro do mesmo órgão e da mesma categoria de programação. Ou seja, remanejamentos de recursos de um órgão para outro e transposições ou transferências de uma categoria de programação para outra, somente podem ser autorizados através de lei específica, sob pena de antinomia com a Lei Maior
- O disposto no Art. 1º da Lei 1.156/2019 de 06/11/2019, que abre crédito adicional suplementar na importância de R\$ 750.000,00 (Setecentos e Cinquenta Mil Reais) no orçamento geral do município
- O disposto no Art. 2º da Lei 1.156/2019 de 06/11/2019, que demonstra os recursos a serem utilizados para as suplementações das dotações referidas no artigo 1º;
- Que a dotações nº. 2 e 3 do Gabinete do Prefeito, encontram-se insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 149.000,00 (Centro e Quarenta e Nove Mil Reais) no orçamento geral do município nas seguintes dotações e modalidades de aplicação:

Órgão :	02	Gabinete do Prefeito
Unidade.....:	02.001	Gabinete do Prefeito
Atividade:	04.122.0006.2.2	Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (2) : 130.000,00
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (3) : 19.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação da seguinte modalidade de aplicação e dotação abaixo especificada:

Órgão :	02	Gabinete do Prefeito
---------------	----	----------------------

Unidade....:	02.001	Gabinete do Prefeito	
Atividade:	06.182.0007.2.5	Coordenadoria Municipal de Defesa Civil	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (4) : :	18.000,00
Órgão :	03	Departamento Municipal de Administração	
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração	
Atividade:	04.122.0000.2.20	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.2.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (5) : :	8.000,00
Modalidade.:	4.6.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (6) : :	28.000,00
Órgão :	03	Departamento Municipal de Administração	
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração	
Atividade:	16.482.0082.2.82	Divisão de Habitação – Moradias Populares	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (20) : :	10.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação	
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação	
Atividade:	27.812.0021.2.18	Manutenção da Divisão de Esportes	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (48) : :	15.000,00
Órgão :	06	Departamento Municipal de Obras	
Unidade....:	06.001	Departamento Municipal de Obras	
Atividade:	25.752.0031.2.25	Manutenção da Iluminação Pública - COSIP	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (65) : :	70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 08 de novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 082/2019

Publicação Nº 2220083

DECRETO N.º 082/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Realoca recursos do orçamento vigente do Município de Agronômica, através de remanejamentos, transferências e transposições de um órgão orçamentário para outro.

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que pelo princípio da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art.167, VI). Por categoria de programação deve-se entender a função, a sub função, o programa, o projeto/atividade/operação especial e as categorias econômicas de despesas
- Que pelo sistema idealizado pelo constituinte de 1988, os créditos adicionais suplementares abertos com base na autorização concedida na própria lei orçamentária e com fundamento em aporte de recursos oriundos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias (Lei nº 4.320/64, art. 43, § 1º, III) só podem ocorrer quando se tratar de deslocamento de recursos dentro do mesmo órgão e da mesma categoria de programação. Ou seja, remanejamentos de recursos de um órgão para outro e transposições ou transferências de uma categoria de programação para outra, somente podem ser autorizados através de lei específica, sob pena de antinomia com a Lei Maior
- O disposto no Art. 1º da Lei 1.156/2019 de 06/11/2019, que abre crédito adicional suplementar na importância de R\$ 750.000,00 (Setecentos e Cinquenta Mil Reais) no orçamento geral do município
- O disposto no Art. 2º da Lei 1.156/2019 de 06/11/2019, que demonstra os recursos a serem utilizados para as suplementações das dotações referidas no artigo 1º;
- Que a dotações nº. 11 e 15 do Departamento Municipal de Administração, encontram-se insuficientes para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Reais) no orçamento geral do município nas seguintes dotações e modalidades de aplicação:

Órgão :	03	Departamento Municipal de Administração
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração
Atividade:	04.123.0000.2.21	Pagamento de Inativos e Pensionistas
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (11) : 75.000,00
Órgão :	03	Departamento Municipal de Administração
Unidade....:	03.001	Departamento Municipal de Administração
Atividade:	04.122.0009.2.3	Manutenção Geral do Departamento de Administração
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (15) : 325.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação e dotações abaixo especificadas:

Órgão :	07	Departamento Municipal de Agricultura
Unidade....:	07.001	Departamento Municipal de Agricultura
Atividade:	20.606.0046.2.29	Assistência ao Pequeno Produtor Rural
Recursos :	100	Recursos Ordinários
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (74) : 45.000,00
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (75) : 100.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	12.361.0018.2.5	Manutenção do Departamento de Educação
Recursos :	101	Recursos da Educação
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (28) : 20.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	12.361.0018.2.11	Transporte Escolar Rede Pública
Recursos :	101	Recursos da Educação
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (34) : 35.000,00
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (35) : 70.000,00
Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação
Unidade....:	04.001	Departamento Municipal de Educação
Atividade:	12.365.0018.2.10	Educação Pré-escolar de 00 à 05 anos
Recursos :	101	Recursos da Educação

Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (42)	20.000,00
	 :	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (43)	30.000,00
	 :	
Órgão :	09	Fundo Municipal de Saúde	
Unidade.....:	09.001	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	10.301.0025.2.43	Consórcio de Saúde – CIS AMAVI	
Recursos :	102	Recursos da Saúde	
Modalidade.:	3.3.93.00.00.00.00	Aplic. Diretas Decorrentes de Op. de Órgãos (89)...	40.000,00
Órgão :	11	Fundo Ambiental Municipal	
Unidade.....:	11.0001	Fundo Ambiental Municipal	
Atividade:	18.541.0084.2.85	Manutenção do Fundo Municipal Ambiental	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (112)	25.000,00
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (114)	15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 08 de novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 083/2019

Publicação Nº 2220101

DECRETO N.º 083/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Realoca recursos do orçamento vigente do Município de Agronômica, através de remanejamentos, transferências e transposições de um órgão orçamentário para outro.

O Prefeito do Município de Agronômica Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI, do Art. 79, da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO:

- Que pelo princípio da proibição de estorno de verbas, é vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa (CF, art.167, VI). Por categoria de programação deve-se entender a função, a sub função, o programa, o projeto/atividade/operação especial e as categorias econômicas de despesas
- Que pelo sistema idealizado pelo constituinte de 1988, os créditos adicionais suplementares abertos com base na autorização concedida na própria lei orçamentária e com fundamento em aporte de recursos oriundos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias (Lei nº 4.320/64, art. 43, § 1º, III) só podem ocorrer quando se tratar de deslocamento de recursos dentro do mesmo órgão e da mesma categoria de programação. Ou seja, remanejamentos de recursos de um órgão para outro e transposições ou transferências de uma categoria de programação para outra, somente podem ser autorizados através de lei específica, sob pena de antinomia com a Lei Maior
- O disposto no Art. 1º da Lei 1.156/2019 de 06/11/2019, que abre crédito adicional suplementar na importância de R\$ 750.000,00 (Setecentos e Cinquenta Mil Reais) no orçamento geral do município
- O disposto no Art. 2º da Lei 1.156/2019 de 06/11/2019, que demonstra os recursos a serem utilizados para as suplementações das dotações referidas no artigo 1º;
- Que a dotação nº. 70 do Departamento Municipal de Obras, encontra-se insuficiente para atender os dispêndios orçamentários até o final do exercício financeiro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) no orçamento geral do município nas seguinte dotação e modalidade de aplicação:

Órgão :	06	Departamento Municipal de Obras
Unidade.....:	06.001	Departamento Municipal de Obras
Atividade:	26.782.0039.2.26	Manutenção Geral do Departamento de Obras
Recursos :	100	Recursos Ordinários

Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (70) :	200.000,00

Art. 2º - Fica suplementado o artigo 1º, por conta da anulação das seguintes modalidades de aplicação e dotações abaixo especificadas:

Órgão :	04	Departamento Municipal de Educação	
Unidade.....:	04.001	Departamento Municipal de Educação	
Atividade:	12.365.0018.2.10	Educação Pré-escolar de 00 à 05 anos	
Recursos :	101	Recursos da Educação	
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (44) :	6.000,00
Órgão :	05	Departamento Municipal de Planejamento	
Unidade.....:	05.001	Departamento Municipal de Planejamento	
Atividade:	17.512.0036.2.40	Saneamento Básico	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (54) :	80.000,00
Modalidade.:	4.4.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (55) :	20.000,00
Órgão :	05	Departamento Municipal de Planejamento	
Unidade.....:	05.001	Departamento Municipal de Planejamento	
Atividade:	22.121.0083.2.83	Divisão de Indústria e Comércio	
Recursos :	100	Recursos Ordinários	
Modalidade.:	3.3.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (56) :	10.000,00
Órgão :	09	Fundo Municipal de Saúde	
Unidade.....:	09.001	Fundo Municipal de Saúde	
Atividade:	10.301.0025.2.37	Equipe de Saúde da Família - ESF	
Recursos :	102	Recursos da Saúde	
Modalidade.:	3.1.90.00.00.00.00	Aplicações Diretas (82) :	84.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO, em 08 de novembro de 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Registrado e publicada na presente data

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

Diretor do Departamento de Administração e Finanças

Nº 477/2019

Publicação Nº 2219190

PORTARIA Nº 477/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido o servidor municipal Sr. ADAIR SOUZA, matrícula n.º 363 ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDREIRO/CARPINTEIRO – TSA 3.06 e lotação no Departamento de Obras,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 05 (CINCO) dias, iniciando-se em 04/11/2019 até 08/11/2019, ao servidor municipal Sr. ADAIR SOUZA, matrícula n.º 363 ocupante do cargo de provimento efetivo de PEDREIRO/CARPINTEIRO – TSA 3.06 e lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Nº 478/2019

Publicação Nº 2220177

PORTARIA Nº 478/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar nº 01 de 31/10/90, Lei Complementar nº 02/92 de 16/04/91, todas com alterações posteriores e,

Considerando que o poder discricionário e regulamentador inerente ao Executivo Municipal, o autoriza editar e fazer cumprir normas e atos gerais sobre o funcionamento interno/externo da administração pública municipal, fulcro princípios Constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública,

Considerando o disposto em atestado médico, como resultado de consulta e/ou procedimento médico a que foi submetido o servidor municipal Sr. VALDEMIRO CANI, matrícula n.º 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA – TSA 3.02 e lotação no Departamento de Obras,

Considerando também o disposto na legislação previdenciária do Regime Geral da Previdência Social, para a qual, e que pela Edição da Lei Complementar n.º 07/2000 de 31/05/2000, Art. 1º "caput" foram filiados todos os servidores da municipalidade,

RESOLVE:

1-) Concede licença médica remunerada pelo período de 01 (UM) dia, em 07/11/2019, ao servidor municipal Sr. VALDEMIRO CANI, matrícula n.º 812 ocupante do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA – TSA 3.02 e lotação no Departamento de Obras.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

296/2019

Publicação Nº 2219426

PORTARIA Nº 296/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA”

VILSON ANTONIO VERONA, Vice-Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor CLAUDEMIR DOS SANTOS, inscrito no CPF nº 757.755.069-87, ocupante do cargo efetivo de Motorista, no período de 04/11/2019 até 03/12/2019, período 17/18.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04/11/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 07 de novembro de 2019.

VILSON ANTONIO VERONA
Vice-Prefeito

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora do Dpto Recursos Humanos

BALANCETE FINANCEIRO - FIA 10/2019

Publicação Nº 2220069

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Outubro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL INFANCIA ADOLESCENCIA AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.655,29	ORÇAMENTÁRIAS	5.377,62
Receita Patrimonial	1.655,29	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.377,62
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.377,62
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.837,13		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.837,13		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	34.228,26	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	57.701,28
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	5.377,62	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	28.850,64
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	28.850,64	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	28.850,64
SALDOS ANTERIORES	809.264,86	SALDOS ATUAIS	796.906,64
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	809.264,86	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	796.906,64
TOTAL	859.985,54	TOTAL	859.985,54

Água Doce, 07/11/2019

ANTONIO JOSE BISSANI
Prefeito Municipal

JOSELI A.S.M.R TRENTO
Contadora

BALANCETE FINANCEIRO - PREFEITURA 10/2019

Publicação Nº 2220066

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Outubro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	2.658.284,11	ORÇAMENTÁRIAS	1.856.796,76
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	189.986,99	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.841.775,54
Contribuições	34.552,71	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	904.689,12
Receita Patrimonial	10.586,18	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	13.609,05
Receita Agropecuária	184,96	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	858.543,20
Transferências Correntes	2.889.625,97	INVESTIMENTOS	26.563,93
Outras Receitas Correntes	7.065,15	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	38.370,24
Transferências de Capital	10.115,19	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	15.021,22
(R)IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MEI	-375,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.021,22
(R)DEDUÇÕES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORR	-483.317,54		
(R)DEDUÇÕES DAS OUTRAS RECEITAS	-140,00		
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	794.958,94
		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	794.958,94
		EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.383.411,23
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	4.695.085,34	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	221.291,24
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	221.291,24	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	2.553.523,22
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	1.880.427,72	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	50.308,78
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDACÃO	50.308,78	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.546.404,10
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	2.543.057,60	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	11.883,89
		SALDOS ATUAIS	4.332.545,58
SALDOS ANTERIORES	5.014.343,06	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.302.768,67
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	4.983.892,20	BANCO C/ MOVIMENTO	25.770,73
BANCO C/ MOVIMENTO	20.280,33	BANCOS C/ VINCULADAS	4.006,18
BANCOS C/ VINCULADAS	10.170,53		
TOTAL	12.367.712,51	TOTAL	12.367.712,51

AGUA DOCE, 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora

BALANCETE FINANCEIRO -DEFESA CIVIL 10/2019

Publicação Nº 2220076

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Outubro
Página: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL DE AGUA DOCE
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	10.429,27	ORÇAMENTÁRIAS	24.053,36
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.607,19	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	23.789,81
Receita Patrimonial	108,92	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.068,74
Transferências Correntes	3.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.721,07
Outras Receitas Correntes	713,16	DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	263,55
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	263,55
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.913,70		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	14.913,70		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	58.198,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	63.651,77
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.666,90	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.666,90
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	25.023,97	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	30.477,74
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	29.507,13	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	29.507,13
SALDOS ANTERIORES	53.457,64	SALDOS ATUAIS	49.293,48
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	53.457,64	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	49.293,48
TOTAL	136.998,61	TOTAL	136.998,61

Água Doce, 07/11/2019

OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOFF
Presidente do Fundo Mun. de Defesa Civil

JOSELI A.S.M.R. TRENTO
Contadora

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220038

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA IMPOSTOS TAXAS CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA CONTRIBUIÇÕES CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS CONTRIBUIÇÕES PARA ENTIDADES PRIVADAS DE SERVIÇO SOCIAL E CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RECEITA PATRIMONIAL EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO VALORES MOBILIÁRIOS DELEGAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MEDIANTE CONCESSÃO, PERMUTAÇÃO E OUTROS EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO INTANGÍVEL CESSÃO DE DIREITOS DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS RECEITA AGROPECUÁRIA RECEITA INDUSTRIAL RECEITA DE SERVIÇOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE SERVIÇOS E ATIVIDADES FINANCEIRAS OUTROS SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	30.011.996,00 29.239.016,00 2.377.447,00 1.954.064,00 307.578,00 95.005,00 745.177,00 445.177,00 -10.400,00 289.600,00 261.952,00 -10.400,00 261.952,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.200,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 25.409.250,00 9.008.450,00 12.351.900,00 135.600,00 -10.400,00 3.877.100,00 -10.400,00	30.011.996,00 29.239.016,00 2.377.447,00 1.954.064,00 307.578,00 95.005,00 745.177,00 445.177,00 -10.400,00 289.600,00 261.952,00 -10.400,00 261.952,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.200,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 25.409.250,00 9.008.450,00 12.351.900,00 135.600,00 -10.400,00 3.877.100,00 -10.400,00	6.397.557,86 5.785.822,55 376.309,99 357.873,04 17.978,71 458,24 154.136,05 85.486,93 0,00 68.649,12 38.703,92 0,00 38.703,92 0,00 0,00 184,96 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 5.164.794,00 1.667.745,77 2.777.616,89 36.000,00 0,00 683.431,34 0,00	21,32 19,79 15,83 18,31 5,85 0,48 20,68 19,20 0,00 23,70 14,78 0,00 14,78 0,00 0,00 -1,81 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 20,33 18,51 22,49 26,55 0,00 17,63 0,00	32.680.248,74 29.201.523,95 2.902.632,43 2.581.438,52 318.208,43 2.985,48 762.835,46 423.297,52 0,00 339.537,94 260.208,70 0,00 260.208,70 0,00 0,00 1.021,55 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 24.990.218,81 7.757.357,61 13.672.256,43 145.000,00 0,00 3.409.694,72 0,00	108,89 99,87 122,09 132,11 103,46 3,14 102,37 95,09 0,00 117,24 99,33 0,00 99,33 0,00 0,00 -10,02 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 98,35 86,11 110,69 106,93 0,00 87,94 0,00	-2.668.252,74 37.492,05 -525.185,43 -627.374,52 -10.630,43 92.019,52 -17.658,46 21.879,48 -10.400,00 -10.400,00 -49.937,94 1.743,30 -10.400,00 1.743,30 -10.400,00 -10.400,00 -11.221,55 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 -10.400,00 419.031,19 1.251.092,39 -1.320.356,43 -9.400,00 -10.400,00 467.405,28 -10.400,00

Continua 1/5

Continuação 2/5

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	30.011.996,00	30.011.996,00	6.397.557,86	21,32	32.680.248,74	-2.668.252,74
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-5.400,00	-5.400,00	0,00	0,00	5.910,05	-11.310,05
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	403.390,00	403.390,00	51.693,63	12,81	284.607,00	118.783,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	-10.400,00	-10.400,00	531,19	-5,11	1.281,19	-11.681,19
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	177.890,00	177.890,00	42.552,76	23,92	161.331,04	16.558,96
BENS, DIREITOS E VALORES INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	215.100,00	215.100,00	8.609,68	4,00	121.994,77	93.105,23
RECEITAS DE CAPITAL	772.980,00	772.980,00	611.735,31	79,14	3.478.724,79	-2.705.744,79
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-10.400,00	-10.400,00	197.080,00	-1.895,00	2.394.073,11	-2.404.473,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	-10.400,00	-10.400,00	197.080,00	-1.895,00	2.394.073,11	-2.404.473,11
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO EXTERNO	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
ALIENAÇÃO DE BENS	189.600,00	189.600,00	207.550,00	109,47	207.550,00	-17.950,00
ALIENÇÃO DE BENS MÓVEIS	189.600,00	189.600,00	207.550,00	109,47	207.550,00	-17.950,00
ALIENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
ALIENÇÃO DE BENS INTANGÍVEIS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	562.580,00	562.580,00	207.105,31	36,81	877.101,68	-314.521,68
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	462.580,00	462.580,00	186.427,18	40,30	775.109,45	-312.529,45
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	89.600,00	89.600,00	20.678,13	23,08	101.992,23	-12.392,23
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
TRANSFERÊNCIAS PROVENIENTES DE DEPÓSITOS NÃO IDENTIFICADOS	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
RESULTADO DO BANCO CENTRAL	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES DO TESOURO	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
RESGATE DE TÍTULOS DO TESOURO	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-10.400,00	-10.400,00	0,00	0,00	0,00	-10.400,00

Continua 2/5

Continuação 3/5

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	260.090,00	260.090,00	44.480,62	17,10	216.789,78	83,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	30.272.086,00	30.272.086,00	6.442.038,48	21,28	32.897.038,52	108,67
OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	30.272.086,00	30.272.086,00	6.442.038,48	21,28	32.897.038,52	108,67
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	30.272.086,00	30.272.086,00	6.442.038,48	21,28	32.897.038,52	108,67
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	8.095.417,69	—	—	8.095.417,69	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	8.095.417,69	—	—	8.095.417,69	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.011.996,00	50.049.456,78	7.425.510,29	33.251.182,56	16.798.274,22	7.179.979,84	30.623.606,56	19.425.850,22	30.241.277,34
DESPESAS CORRENTES	27.394.290,25	35.730.199,59	5.377.970,27	26.933.060,68	8.797.138,91	5.607.629,60	26.214.927,88	9.515.271,71	25.832.698,66
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.871.927,48	17.327.767,69	2.665.489,19	13.799.972,59	3.527.795,10	2.668.039,19	13.797.422,59	3.530.345,10	13.797.422,59
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	58.100,00	69.600,00	26.510,63	65.908,57	3.691,43	26.510,63	65.908,57	3.691,43	65.908,57
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.464.262,77	18.332.831,90	2.685.970,45	13.067.179,52	5.265.652,38	2.913.079,78	12.351.596,72	5.981.235,18	11.969.367,50
DESPESAS DE CAPITAL	2.505.705,75	14.207.257,19	2.047.540,02	6.318.121,88	7.889.135,31	1.572.350,24	4.408.678,68	9.798.578,51	4.408.578,68
INVESTIMENTOS	2.331.647,00	13.809.198,44	1.970.924,29	6.039.498,33	7.769.700,11	1.495.734,51	4.130.055,13	9.679.143,31	4.129.955,13
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	174.058,75	398.058,75	76.615,73	278.623,55	119.435,20	76.615,73	278.623,55	119.435,20	278.623,55

Continua 3/5

Continuação 4/5

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	30.011.996,00	50.049.456,78	7.425.510,29	33.251.182,56	16.798.274,22	7.179.979,84	30.623.606,56	19.425.850,22	30.241.277,34
	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00
	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00	112.000,00	0,00
	260.090,00	263.340,00	44.480,62	216.789,78	46.550,22	44.480,62	216.789,78	46.550,22	216.789,78
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)									
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)									
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.056.642,18	—	2.438.971,40
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	30.272.086,00	50.312.796,78	7.469.990,91	33.467.972,34	—	7.224.460,46	32.897.038,52	—	32.897.038,52
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recetas (Intra-Orçamentárias)	260.090,00	260.090,00	44.480,62	17,10	216.789,78	83,35	43.300,22
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	260.090,00	260.090,00	44.480,62	17,10	216.789,78	83,35	43.300,22
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	260.090,00	260.090,00	44.480,62	17,10	216.789,78	83,35	43.300,22
CONTRIBUIÇÕES	260.090,00	260.090,00	44.480,62	17,10	216.789,78	83,35	43.300,22

Continua 4/5

Continuação 5/5

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
Despesas Intra-Orçamentárias	260.090,00	263.340,00	44.480,62	216.789,78	46.550,22	44.480,62	216.789,78	46.550,22	216.789,78
DESPESAS CORRENTES	260.090,00	263.340,00	44.480,62	216.789,78	46.550,22	44.480,62	216.789,78	46.550,22	216.789,78
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	260.090,00	263.340,00	44.480,62	216.789,78	46.550,22	44.480,62	216.789,78	46.550,22	216.789,78
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 464.406,11

AGUA DOCE, 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA	JOSELI A.S.M.R. TRENTO	MARIA HELENA LUCIETTI
Prefeito Municipal em Exercício	Contadora	Coordenadora Contrdle Interno

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220046

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RS 1,00										
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)			
									% (b/Total b)	% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	30.011.996,00	50.049.456,78	7.425.510,29	33.251.182,56	99,35	16.798.274,22	30.623.606,56	99,30	19.425.850,22
	Ação Legislativa	1.545.000,00	1.545.000,00	168.792,93	762.105,46	2,28	782.894,54	168.792,93	2,47	782.894,54
	Administração	3.362.548,00	3.437.291,32	514.064,60	2.629.361,05	7,86	807.930,27	2.582.856,65	8,37	854.434,67
	Administração Geral	3.362.548,00	3.437.291,32	514.064,60	2.629.361,05	7,86	807.930,27	2.582.856,65	8,37	854.434,67
	Segurança Pública	342.280,00	579.531,70	67.463,67	437.693,21	1,31	141.838,49	420.793,98	1,36	158.737,72
	Policimento	33.000,00	76.723,22	14.064,29	52.380,93	0,16	24.342,29	46.148,69	0,15	30.574,53
	Defesa Civil	309.280,00	502.808,48	53.399,38	385.312,28	1,15	117.496,20	374.645,29	1,21	128.163,19
	Assistência Social	2.069.890,00	3.394.727,70	398.029,59	1.671.235,13	4,99	1.723.492,57	391.214,67	5,33	1.750.241,04
	Assistência ao Idoso	60.000,00	60.000,00	13.739,75	45.387,74	0,14	14.612,26	44.463,43	0,14	15.536,57
	Assistência ao Portador de Deficiência	2.188,00	2.552,83	182,42	1.824,59	0,01	728,24	182,42	0,01	728,24
	Assistência à Criança e ao Adolescente	221.450,00	225.350,00	94.438,33	134.359,44	0,40	90.990,56	131.319,44	0,43	94.030,56
	Assistência Comunitária	1.786.252,00	3.106.824,87	289.669,09	1.489.663,36	4,45	1.617.161,51	1.466.879,20	4,76	1.639.945,67
	Saúde	5.793.624,75	10.043.291,14	2.034.139,16	7.513.535,02	22,45	2.529.756,12	1.455.566,01	20,74	3.646.129,38
	Atenção Básica	4.128.411,75	7.699.370,94	1.860.866,34	6.025.285,13	18,00	1.674.065,81	1.131.926,40	16,61	2.578.075,12
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	894.441,00	1.122.837,53	54.723,22	998.388,32	2,98	124.449,21	190.592,83	2,60	320.823,20
	Suporte Profilático e Terapêutico	678.140,00	1.074.596,70	105.299,05	398.128,77	1,19	676.467,93	107.695,95	1,24	690.660,38
	Vigilância Sanitária	70.550,00	91.978,28	10.568,02	63.203,83	0,19	28.774,45	19.964,30	0,20	30.591,96
	Vigilância Epidemiológica	22.082,00	54.507,69	2.682,53	28.528,97	0,09	25.978,72	5.386,53	0,09	25.978,72
	Educação	8.131.791,00	10.822.802,21	1.859.516,13	8.619.223,79	25,75	2.203.578,42	1.793.517,33	27,57	2.318.752,23
	Alimentação e Nutrição	218.788,00	388.788,00	65.541,34	278.850,80	0,83	109.937,20	64.969,16	0,89	115.501,94
	Ensino Fundamental	6.062.267,50	8.406.993,71	1.436.696,83	6.694.290,22	20,00	1.712.703,49	1.361.630,23	21,38	1.812.409,02
	Ensino Médio	84.260,00	84.255,33	27.937,00	76.394,77	0,23	7.860,56	35.578,92	0,24	11.310,36
	Ensino Superior	176.400,00	176.400,00	33.180,00	123.082,00	0,37	53.318,00	123.082,00	0,40	53.318,00
	Educação Infantil	1.578.075,50	1.730.080,17	284.508,20	1.420.974,10	4,25	309.106,07	286.506,26	4,59	313.233,43
	Educação Especial	12.000,00	36.285,00	11.652,76	25.631,90	0,08	10.653,10	11.652,76	0,08	12.979,48
	Cultura	432.500,00	606.500,00	27.839,95	534.627,73	1,60	71.872,27	39.965,59	1,72	76.474,63
	Difusão Cultural	432.500,00	606.500,00	27.839,95	534.627,73	1,60	71.872,27	39.965,59	1,72	76.474,63
	Urbanismo	2.180.933,00	11.387.553,16	1.374.516,92	5.228.383,67	15,62	6.169.169,49	1.437.535,55	13,29	7.289.810,13
	Infra-Estrutura Urbana	80.000,00	8.032.033,81	248.121,42	2.995.328,35	8,95	5.036.705,46	1.091.974,36	8,77	5.327.905,41
	Serviços Urbanos	2.100.933,00	3.355.519,35	1.126.395,50	2.233.055,32	6,67	1.122.464,03	345.561,19	4,52	1.961.904,72
Habitação	356.000,00	356.000,00	0,00	85,96	0,00	355.914,04	0,00	0,00	355.914,04	
Habitação Rural	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00	
Habitação Urbana	306.000,00	306.000,00	0,00	85,96	0,00	305.914,04	0,00	0,00	305.914,04	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	30.011.996,00	50.049.456,78	7.425.510,29	33.251.182,56	99,35	7.179.979,84	30.623.606,56	19.425.850,22
Saneamento Básico Urbano	87.360,00	87.360,00	13.490,00	16.054,95	0,05	2.564,95	2.564,95	84.795,05
Gestão Ambiental	87.360,00	87.360,00	13.490,00	16.054,95	0,05	2.564,95	2.564,95	84.795,05
Preservação e Conservação Ambiental	11.500,00	25.909,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.909,88
Controle Ambiental	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.500,00
Agricultura	6.000,00	20.409,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.409,88
Vigilância Sanitária	1.477.775,00	2.370.775,00	205.756,35	1.571.194,57	4,69	315.267,29	1.530.342,41	840.432,59
Extensão Rural	71.000,00	71.000,00	11.862,20	56.125,78	0,17	11.614,70	55.878,28	15.121,72
Indústria	1.406.775,00	2.299.775,00	193.894,15	1.515.068,79	4,53	303.652,59	1.474.464,13	825.310,87
Promoção Industrial	263.000,00	346.500,00	32.486,15	266.235,24	0,80	30.543,84	262.194,15	84.305,85
Comércio e Serviços	263.000,00	346.500,00	32.486,15	266.235,24	0,80	30.543,84	262.194,15	84.305,85
Turismo	101.700,00	101.700,00	11.709,96	64.060,58	0,19	10.909,96	62.860,58	38.839,42
Comunicações	101.700,00	101.700,00	11.709,96	64.060,58	0,19	10.909,96	62.860,58	38.839,42
Telecomunicações	2.000,00	2.000,00	0,00	253,41	0,00	0,00	253,41	1.746,59
Transporte	2.000,00	2.000,00	0,00	253,41	0,00	0,00	253,41	1.746,59
Transporte Rodoviário	1.612.473,00	2.161.524,31	263.465,26	1.836.286,11	5,49	345.832,51	1.785.026,39	376.497,92
Desporto e Lazer	1.612.473,00	2.161.524,31	263.465,26	1.836.286,11	5,49	345.832,51	1.785.026,39	376.497,92
Desporto Comunitário	564.180,00	702.510,54	115.761,94	531.951,71	1,59	93.838,58	492.160,85	210.349,69
Encargos Especiais	564.180,00	702.510,54	115.761,94	531.951,71	1,59	93.838,58	492.160,85	210.349,69
Previdência Básica	1.565.441,25	1.966.479,82	338.477,68	1.568.894,97	4,69	338.477,68	1.548.894,97	417.584,85
Serviço da Dívida Interna	1.043.750,00	1.043.750,00	162.692,92	857.827,89	2,56	162.692,92	857.827,89	185.922,11
Outros Encargos Especiais	232.158,75	467.658,75	103.126,36	344.532,12	1,03	103.126,36	344.532,12	123.126,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	289.532,50	455.071,07	72.658,40	366.534,96	1,10	72.658,40	346.534,96	108.536,11
	112.000,00	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	112.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Legislativa	260.090,00	263.340,00	44.480,62	216.789,78	0,65	44.480,62	216.789,78	46.550,22
Ação Legislativa	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	0,02	1.397,12	6.516,80	6.983,20
Administração	13.500,00	13.500,00	1.397,12	6.516,80	0,02	1.397,12	6.516,80	6.983,20
Administração Geral	43.160,00	43.160,00	5.474,00	25.855,04	0,08	5.474,00	25.855,04	17.304,96
Segurança Pública	43.160,00	43.160,00	5.474,00	25.855,04	0,08	5.474,00	25.855,04	17.304,96
Defesa Civil	2.600,00	2.600,00	472,24	2.449,17	0,01	472,24	2.449,17	150,83
Assistência Social	2.600,00	2.600,00	472,24	2.449,17	0,01	472,24	2.449,17	150,83
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.150,00	8.400,00	1.577,98	7.769,74	0,02	1.577,98	7.769,74	630,26
Assistência Comunitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	7.150,00	8.400,00	1.577,98	7.769,74	0,02	1.577,98	7.769,74	630,26

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)								
Saúde	260.090,00	263.340,00	44.480,62	216.789,78	0,65	44.480,62	216.789,78	46.550,22
Atenção Básica	66.730,00	66.730,00	12.453,15	60.363,75	0,18	12.453,15	60.363,75	6.366,25
Educação	66.730,00	66.730,00	12.453,15	60.363,75	0,18	12.453,15	60.363,75	6.366,25
Educação Fundamental	96.250,00	95.250,00	18.283,48	90.236,48	0,27	18.283,48	90.236,48	5.013,52
Educação Infantil	67.750,00	66.750,00	13.329,59	65.981,74	0,20	13.329,59	65.981,74	788,26
Cultura	28.500,00	28.500,00	4.953,89	24.254,74	0,07	4.953,89	24.254,74	4.245,26
Difusão Cultural	1.500,00	1.500,00	72,52	324,62	0,00	72,52	324,62	1.175,38
Urbanismo	1.500,00	1.500,00	72,52	324,62	0,00	72,52	324,62	1.175,38
Serviços Urbanos	5.900,00	5.900,00	911,00	4.849,40	0,01	911,00	4.849,40	1.050,60
Agricultura	5.900,00	5.900,00	911,00	4.849,40	0,01	911,00	4.849,40	1.050,60
Vigilância Sanitária	6.700,00	6.700,00	672,61	3.572,41	0,01	672,61	3.572,41	3.127,59
Extensão Rural	200,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Transporte	6.500,00	6.500,00	672,61	3.572,41	0,01	672,61	3.572,41	2.927,59
Transporte Rodoviário	11.450,00	14.450,00	2.315,36	10.637,11	0,03	2.315,36	10.637,11	3.812,89
Desporto e Lazer	11.450,00	14.450,00	2.315,36	10.637,11	0,03	2.315,36	10.637,11	3.812,89
Desporto Comunitário	5.150,00	5.150,00	851,16	4.215,26	0,01	851,16	4.215,26	934,74
TOTAL (III) = (I + II)	30.272.086,00	50.312.796,78	7.469.990,91	33.467.972,34	100,00	7.224.460,46	30.840.396,34	19.472.400,44

FONTE:

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

MARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220055

Município de AGUA DOCE - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

MARIA HELENA LUCIE
Coordenadora Controle I

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220040

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO – ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
		Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019		TOTAL (ULT. 12 MES.)
	RECEITAS CORRENTES (I)	3.122.695,18	4.022.105,57	3.243.587,69	3.684.337,90	3.616.940,30	3.148.239,15	3.424.455,79	3.033.818,12	3.401.250,15	3.074.847,06	3.233.034,84	3.404.605,79	40.408.811,74	33.074.416,00
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	146.964,76	220.822,85	260.780,82	512.457,74	560.528,20	237.861,05	281.382,85	194.647,13	246.423,91	232.240,76	178.073,19	198.236,80	3.270.420,06	2.387.847,00
	I.P.T.U.	1.594,22	9.725,51	15.649,88	45.724,39	223.278,21	22.003,17	27.152,81	2.382,76	2.559,82	1.572,09	2.016,28	5.907,26	359.866,50	311.025,00
	I.S.S.	75.300,31	76.168,00	134.245,57	118.130,31	118.894,38	90.128,02	150.328,22	92.469,02	107.828,92	92.794,04	86.164,20	98.693,69	1.240.834,68	916.850,00
	I.T.B.I.	4.475,00	25.600,00	23.488,55	242.229,58	3.600,00	31.430,00	27.212,88	17.633,38	56.661,46	65.271,43	19.228,99	9.750,06	528.581,33	312.700,00
	I.R.R.F.	60.384,00	104.798,85	57.112,80	58.585,73	65.890,44	68.141,97	65.458,76	62.638,25	68.354,84	66.823,70	65.980,56	70.152,00	812.101,80	423.889,00
	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.211,23	4.530,49	30.283,92	49.887,73	149.875,17	26.157,89	11.230,18	19.523,72	10.618,87	5.778,50	4.703,16	13.733,79	330.935,65	423.383,00
	Contribuições	74.277,02	71.848,35	41.314,62	43.600,29	41.242,95	43.829,50	41.381,51	40.206,41	43.354,00	42.881,31	42.672,88	42.807,05	559.423,89	455.577,00
	Recita Patrimonial	27.299,36	3.638,10	25.933,12	25.609,52	25.979,17	28.513,29	29.884,96	28.186,77	33.016,40	24.381,55	21.040,71	17.663,21	291.146,16	272.352,00
	Rendimentos de Aplicação Financeira	27.299,36	3.638,10	25.933,12	25.609,52	25.979,17	28.513,29	29.884,96	28.186,77	33.016,40	24.381,55	21.040,71	17.663,21	291.146,16	272.352,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Agropecuária	161,14	161,15	107,74	0,00	390,52	0,00	0,00	0,00	280,06	58,27	0,00	184,96	1.343,84	200,00
	Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências Correntes	2.848.489,73	3.693.688,82	2.895.989,74	3.079.780,65	2.961.444,62	2.814.527,94	3.056.199,05	2.744.552,15	3.018.203,87	2.755.443,25	2.973.644,07	3.111.617,13	35.954.581,02	29.749.650,00
	Cota-Parte do F.P.M.	576.972,19	1.009.705,25	712.854,55	793.028,06	586.286,84	571.987,33	734.040,07	578.206,50	798.695,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.907.662,67	7.100.000,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	1.447.483,08	1.562.629,34	1.531.562,60	1.498.990,36	1.399.375,26	1.435.362,94	1.412.833,11	1.376.673,18	1.396.383,11	1.406.153,96	1.464.422,73	1.476.245,59	17.401.152,61	12.900.000,00
	Cota-Parte do I.P.V.A.	49.111,43	34.425,43	42.421,08	96.676,68	121.199,46	104.758,26	111.134,52	107.894,91	107.872,00	104.813,01	109.352,53	88.790,70	1.079.450,01	820.000,00
	Cota-Parte do I.T.R.	67.461,50	88.707,05	37.220,30	6.588,37	2.065,78	724,66	32.819,20	2.248,70	13.046,38	1.704,06	83.321,08	353.234,25	689.121,33	580.000,00
	Outras Transferências Correntes	340.023,95	591.429,68	197.378,09	321.192,03	503.060,97	345.553,47	393.075,67	334.136,47	366.304,67	316.444,68	435.587,28	363.904,11	4.508.091,07	4.160.150,00
	Transferências da LC 61/1989	19.912,84	23.964,27	17.710,73	18.780,35	18.068,32	18.356,39	17.974,35	18.849,99	19.087,53	17.078,79	20.819,50	18.425,01	228.098,07	250.000,00
	Transferências da LC 87/1996	4.313,44	4.313,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.626,88	52.000,00
	Transferências do FUNDEB	343.207,30	378.484,36	357.842,39	364.544,60	331.349,99	337.754,89	354.318,78	323.542,40	324.814,96	332.095,17	346.389,13	337.042,21	4.131.380,38	3.887.500,00
	Outras Recelas Correntes	25.497,17	18.461,65	22.889,60	27.254,84	23.507,37	15.607,42	19.841,92	26.225,66	59.971,91	19.841,92	17.596,99	34.086,64	322.896,77	208.700,00
	DEDUÇÕES (II)	433.052,70	484.113,42	468.353,64	478.808,55	425.008,51	426.243,68	461.760,68	417.374,47	402.388,48	421.380,45	438.333,27	482.133,93	5.339.349,78	4.330.000,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	433.052,70	484.113,42	468.353,64	478.808,55	425.008,51	426.243,68	461.760,68	417.374,47	402.388,48	421.380,45	438.333,27	482.133,93	5.339.349,78	4.330.000,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I) – (II)	2.689.636,48	3.537.992,15	2.775.234,05	3.206.529,35	3.191.931,79	2.721.995,47	2.962.695,11	2.616.443,65	2.998.861,67	2.653.466,61	2.794.701,57	2.922.471,86	35.070.461,96	28.744.416,00
	FONTE:														
	AGUA DOCE														

MARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

JOSELIAS M.R.TRENTO
Contadora

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220053

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ESPECIFICAÇÃO	RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		R\$ 1,00	
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA Prefeito Municipal em Exercício	JOSELI A. S.M.R.TRENTO Contadora	MARIA HELENA LUCIETTI Coordenadora Controle Interno
--	-------------------------------------	--

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220043

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		2.394.073,11	-2.394.073,11
0,00			
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	14.207.257,19	6.318.121,88	7.889.135,31
Investimentos	13.809.198,44	6.039.498,33	7.769.700,11
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	398.058,75	278.623,55	119.435,20
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	14.207.257,19	6.318.121,88	7.889.135,31
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)		3.924.048,77	7.889.135,31

FONTE:

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

MARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220059

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

	RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		1.964.464,00	1.964.464,00	2.581.798,56	131,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		267.300,00	267.300,00	305.416,96	114,26
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		312.500,00	312.500,00	496.235,62	158,80
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		910.000,00	910.000,00	1.055.015,18	115,94
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		423.889,00	423.889,00	647.279,05	152,70
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos		2.275,00	2.275,00	3.852,05	169,32
Dívida Ativa dos Impostos		37.650,00	37.650,00	62.889,77	167,04
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa		10.850,00	10.850,00	11.109,93	102,40
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		21.702.000,00	21.702.000,00	22.426.070,31	103,34
Cota-Parte FPM		7.100.000,00	7.100.000,00	6.320.985,23	89,03
Cota-Parte ITR		580.000,00	580.000,00	532.952,78	91,89
Cota-Parte IPVA		820.000,00	820.000,00	995.913,15	121,45
Cota-Parte ICMS		12.900.000,00	12.900.000,00	14.391.030,19	111,56
Cota-Parte IPI-Exportação		250.000,00	250.000,00	185.188,96	74,08
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		52.000,00	52.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)		52.000,00	52.000,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II		23.666.464,00	23.666.464,00	25.007.868,87	105,67

	RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE		0,00	0,00	0,00	0,00

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	5.726.174,75	8.723.219,03	6.619.000,12	75,88	6.315.684,51	72,40
Pessoal e Encargos Sociais	3.398.462,48	4.669.599,85	3.861.266,65	82,69	3.858.716,65	82,63
Outras Despesas Correntes	2.327.712,27	4.053.619,18	2.757.733,47	68,03	2.456.967,86	60,61
DESPESAS DE CAPITAL	134.180,00	1.386.802,11	954.898,65	68,86	141.841,00	10,23
Investimentos	134.180,00	1.386.802,11	954.898,65	68,86	141.841,00	10,23

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	134.180,00	1.386.802,11	954.898,65	68,86	141.841,00	10,23
Investimentos	134.180,00	1.386.802,11	954.898,65	68,86	141.841,00	10,23
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.860.354,75	10.110.021,14	7.573.898,77	74,91	6.457.525,51	63,87
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.089.585,00	4.488.055,03	2.883.143,84	38,07	2.020.605,78	31,29
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.969.385,00	4.149.596,46	2.708.092,19	35,76	1.853.844,95	28,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	120.200,00	338.458,57	175.051,65	2,31	166.760,83	2,58
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	141.530,15	141.530,15	614.117,36	8,11	606.498,59	9,39
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.231.115,15	4.629.585,18	3.497.261,20	46,18	2.627.104,37	40,68
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.629.239,60	5.480.435,96	4.076.637,57	53,82	3.830.421,14	59,32
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						15,32
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] ⁶						79.240,81

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
INSCRITOS		CANCELADOS/ PRESCRITOS		PAGOS		A PAGAR		PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE	
Inscritos em 2018		196.521,34		12,96		198.440,53		-1.932,15	
TOTAL		196.521,34		12,96		198.440,53		-1.932,15	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
0,00		0,00		0,00		0,00			
TOTAL (VIII)		0,00		0,00		0,00			
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
SALDO INICIAL				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
-				-		-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
				Até Bimestre (l)		%		Até Bimestre (m)	
				(l/Total l)*100		(m/Total m)*100			
Atenção Básica		4.195.141,75		7.766.100,94		80,35		5.181.659,57	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial		894.441,00		1.122.837,53		13,18		802.014,33	
Suporte Profilático e Terapêutico		678.140,00		1.074.596,70		5,26		383.936,32	
Vigilância Sanitária		70.550,00		91.978,28		0,83		61.386,32	
Vigilância Epidemiológica		22.082,00		54.507,69		0,38		28.528,97	
Outras Subfunções		3.000,00		3.000,00		0,00		0,00	
TOTAL		5.863.354,75		10.113.021,14		100,00		6.457.525,51	
								100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V[(h+i) - (i5 \times i1ib)/100]$

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em ExercícioJOSELI A.S.M.R. TRENTO
ContadoraMARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Internc

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220047

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.964.464,00	1.964.464,00	2.581.438,52	131,41
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	311.025,00	311.025,00	348.646,77	112,10
1.1.1- IPTU	267.300,00	267.300,00	305.416,96	114,26
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	43.725,00	43.725,00	43.229,81	98,87
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	312.700,00	312.700,00	496.506,33	158,78
1.2.1- ITBI	312.500,00	312.500,00	496.235,62	158,80
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	200,00	200,00	270,71	135,35
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	916.850,00	916.850,00	1.089.366,37	118,82
1.3.1- ISS	910.000,00	910.000,00	1.055.015,18	115,94
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.850,00	6.850,00	34.351,19	501,48
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	423.889,00	423.889,00	646.919,05	152,62
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	21.702.000,00	21.702.000,00	22.426.070,31	103,34
2.1- Cota-Parte FPM	7.100.000,00	7.100.000,00	6.320.985,23	89,03
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	7.100.000,00	7.100.000,00	6.005.844,50	84,59
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	315.140,73	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	12.900.000,00	12.900.000,00	14.391.030,19	111,56
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	52.000,00	52.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	185.188,96	74,08
2.5- Cota-Parte ITR	580.000,00	580.000,00	532.952,78	91,89
2.6- Cota-Parte IPVA	820.000,00	820.000,00	995.913,15	121,45
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.666.464,00	23.666.464,00	25.007.508,83	105,67

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	620.600,00	620.600,00	494.700,14	79,71
5.1- Transferências do Salário-Educação	416.000,00	416.000,00	331.854,22	79,77
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	101.240,00	101.240,00	78.193,44	77,24
5.4- Transferências Diretas - PNATE	103.360,00	103.360,00	84.652,48	81,90
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	233.542,00	233.542,00	11.002,00	4,71
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	854.142,00	854.142,00	505.702,14	59,21

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.330.000,00	4.330.000,00	4.422.183,66	102,13
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.420.000,00	1.420.000,00	1.201.168,62	84,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.580.000,00	2.580.000,00	2.878.205,10	111,56
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	37.037,78	74,08
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	116.000,00	116.000,00	106.590,42	91,89
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	164.000,00	164.000,00	199.181,74	121,45
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.902.500,00	3.902.500,00	3.412.393,34	87,44
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.887.500,00	3.887.500,00	3.409.694,72	87,71
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	15.000,00	15.000,00	2.698,62	17,99
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-442.500,00	-442.500,00	-1.012.488,94	228,81

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.903.000,00	4.007.350,67	3.492.374,67	87,15	3.492.374,67	87,15
13.1- Com Educação Infantil	1.111.522,50	1.111.522,50	1.023.360,30	92,07	1.023.360,30	92,07
13.2- Com Ensino Fundamental	2.791.477,50	2.895.828,17	2.469.014,37	88,26	2.469.014,37	88,26
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.903.000,00	4.007.350,67	3.492.374,67	87,15	3.492.374,67	87,15
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						104.350,67
17.1 - FUNDEB 60%						104.350,67
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						104.350,67
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.388.024,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						99,29
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %)						0,71
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						104.350,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						104.350,67
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.478.758,50	1.630.758,50	1.434.247,00	87,95	1.430.119,64	87,70
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	4.400.236,50	6.863.963,88	5.750.008,64	83,77	5.650.303,11	82,32
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.791.477,50	2.895.828,17	2.469.014,37	88,26	2.469.014,37	88,26
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.608.759,00	3.968.135,71	3.280.994,27	82,68	3.181.288,74	80,17
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.878.995,00	8.494.722,38	7.184.255,64	84,57	7.080.422,75	83,35
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.012.488,94
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						104.350,67
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						69.276,71
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						590,35
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-838.271,21
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						7.918.693,96
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						31,67
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	417.020,00	417.020,00	332.212,83	79,66	332.212,83	79,66
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	731.622,00	901.178,00	505.087,10	56,05	505.087,10	56,05
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.148.642,00	1.318.198,00	837.299,93	63,52	837.299,93	63,52
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	7.027.637,00	9.812.920,38	8.021.555,57	81,74	7.917.722,68	80,69
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (j)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		590,35	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		590,35	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	104.350,67	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.409.694,72	331.854,22
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.492.374,67	306.949,81
47.1 Orçamento do Exercício	3.492.374,67	306.949,81
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.698,62	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	24.369,34	24.904,41
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1.(+) Retenções	0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	24.369,34	24.904,41

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

MARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220048

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PLANO PREVIDENCIÁRIO				R\$ 1,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receita de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	69,76	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial				
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	69,76	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	69,76	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demaís Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	145.980,00	145.980,00	6.487,18	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	145.980,00	145.980,00	6.487,18	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	145.980,00	145.980,00	6.556,94	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	145.980,00	145.980,00	6.556,94	0,00	6.556,94	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de AGUA DOCE - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

AGUA DOCE, 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA	JOSELIA S.M.R.TRENTO	MARIA HELENALUCETTI
Prefeito Municipal em Exercício	Contadora	Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220058

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	297.766,46	2.292.751,75	2.413.216,02
DEDUÇÕES (II)	11.136.722,31	11.277.768,76	10.292.835,43
Disponibilidade de Caixa	11.136.722,31	11.277.768,76	10.292.835,43
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.229.414,06	11.655.661,25	10.675.164,65
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	92.691,75	377.892,49	382.329,22
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
Contadora

MARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220056

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R\$ 1,00

Município de ÁGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Cancelados (d)	Pagos (c)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (i+j)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	92.691,75	5.491,91	87.199,84	-0,00	604.340,47	3.213.299,64	2.906.458,80	2.906.458,80	74.482,89	836.698,42	836.698,42
EXECUTIVO	0,00	92.691,75	5.491,91	87.199,84	-0,00	604.340,47	3.213.299,64	2.906.458,80	2.906.458,80	74.482,89	836.698,42	836.698,42
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	92.691,75	5.491,91	87.199,84	-0,00	604.340,47	3.213.299,64	2.906.458,80	2.906.458,80	74.482,89	836.698,42	836.698,42
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE ÁGUA DOI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	343,07	343,07	343,07	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE ÁGUA DOCE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.462,09	86.462,09	86.462,09	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE S	0,00	1.150,00	377,20	772,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE	0,00	3.073,45	0,00	3.073,45	0,00	0,00	198.871,99	198.859,03	198.859,03	12,96	0,00	0,00
SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	604.340,47	0,00	182.909,96	182.909,96	61.910,15	359.520,36	359.520,36
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	600,00	90,87	509,13	0,00	0,00	391.342,66	391.342,64	391.342,64	0,02	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	10.231,38	1.248,02	8.983,36	0,00	0,00	102.146,81	100.251,05	100.251,05	1.895,76	0,00	0,00
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA	0,00	35.700,00	3.245,19	32.455,81	0,00	0,00	2.424.931,87	1.938.340,96	1.938.340,96	10.684,00	475.926,91	475.926,91
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	41.436,92	397,15	41.039,77	-0,00	0,00	9.201,15	7.950,00	7.950,00	0,00	1.251,15	1.251,15
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	0,00	500,00	133,66	366,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	92.691,75	5.491,91	87.199,84	-0,00	604.340,47	3.213.299,64	2.906.458,80	2.906.458,80	74.482,89	836.698,42	836.698,42

FONTE:

ÁGUA DOCE 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em ExercícioJOSELI A.S.M.R. TRENTO
ContadoraMARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220050

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	29.239.016,00	29.201.523,95
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.387.847,00	2.902.632,43
I.P.T.U.	311.025,00	348.646,77
I.S.S.	916.850,00	1.089.366,37
I.T.B.I.	312.700,00	496.506,33
I.R.R.F.	423.889,00	646.919,05
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	423.383,00	321.193,91
Contribuições	755.577,00	762.835,46
Receita Patrimonial	272.352,00	260.208,70
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	272.352,00	260.208,70
Transferências Correntes	25.409.250,00	24.990.218,81
Cota-Parte do FPM	5.680.000,00	5.119.816,61
Cota-Parte do ICMS	10.320.000,00	11.512.825,09
Cota-Parte do IPVA	656.000,00	796.731,41
Cota-Parte do ITR	484.000,00	426.362,36
Transferências da LC 87/1996	41.600,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	200.000,00	148.151,18
Transferências do FUNDEB	3.887.500,00	3.409.694,72
Outras Transferências Correntes	4.160.150,00	3.576.637,44
Demais Receitas Correntes	413.990,00	285.628,55
Outras Receitas Financeiras (III)	10.500,00	32.615,30
Receitas Correntes Restantes	403.490,00	253.013,25
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	28.956.164,00	28.908.699,95
RECEITAS DE CAPITAL (V)	772.980,00	3.478.724,79
Operação de Crédito(VI)	0,00	2.394.073,11
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	200.000,00	207.550,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
		RECEITAS REALIZADAS(a)				
Outras Alienações de Bens	200.000,00				207.550,00	
Transferências de Capital	572.980,00				877.101,68	
Convênios	100.000,00				101.992,23	
Outras Transferências de Capital	472.980,00				775.109,45	
Outras Receitas de Capital	0,00				0,00	
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				0,00	
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	772.980,00				1.084.651,68	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	29.729.144,00				29.993.351,63	

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	35.730.199,59	26.933.060,68	26.214.927,88	25.832.698,66	87.199,84	119.614,19	119.614,19
Pessoal e Encargos Sociais	17.327.767,69	13.799.972,59	13.797.422,59	13.797.422,59	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	69.600,00	65.908,57	65.908,57	65.908,57	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	18.332.831,90	13.067.179,52	12.351.596,72	11.969.367,50	87.199,84	119.614,19	119.614,19
Transferências Constitucionais e Legais	55.902,98	45.011,82	45.011,82	45.011,82	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	18.276.928,92	13.022.167,70	12.306.584,90	11.924.355,68	87.199,84	119.614,19	119.614,19
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	35.660.599,59	26.867.152,11	26.149.019,31	25.766.790,09	87.199,84	119.614,19	119.614,19
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	14.207.257,19	6.318.121,88	4.408.678,68	4.408.578,68	0,00	2.786.844,61	2.786.844,61
Investimentos	13.809.198,44	6.039.498,33	4.130.055,13	4.129.955,13	0,00	2.786.844,61	2.786.844,61
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	398.058,75	278.623,55	278.623,55	278.623,55	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	13.809.198,44	6.039.498,33	4.130.055,13	4.129.955,13	0,00	2.786.844,61	2.786.844,61

Continua 2/4

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	112.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	49.581.798,03	32.906.650,44	30.279.074,44	29.896.745,22	87.199,84	2.906.458,80	2.906.458,80
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIa + XXIIb + XXIIc)]		-2.897.052,23					
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		260.208,70					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		65.908,57					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-2.702.752,10					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		ABAIXO DA LINHA					
		SALDO					
		Em 31 Dez 2018 (a)	Até o Bimestre/2019 (b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		297.766,46	2.413.216,02				
DEDUÇÕES (XXIX)		11.385.519,81	10.541.632,93				
Disponibilidade de Caixa		11.136.722,31	10.292.835,43				
Disponibilidade de Caixa Bruta		11.229.414,06	10.675.164,65				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		92.691,75	382.329,22				
Demais Haveres Financeiros		248.797,50	248.797,50				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-11.087.753,35	-8.128.416,91				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-2.959.336,44					

Continua 3/4

Município de AGUA DOCE - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-289.637,47
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-2.669.698,97
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-2.863.999,10
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	8.095.417,69
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	8.095.417,69
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

AGUA DOCE, 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA Prefeito Municipal em Exercício	JOSELI A.S.M.R.TRENTO Contadora	MARIA HELENA LUCIETTI Coordenadora Controle Interno
--	------------------------------------	--

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2220063

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		30.272.086,00		
Previsão Atualizada		30.272.086,00		
Receitas Realizadas		32.897.038,52		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		8.095.417,69		
DESPESAS				
Dotação Inicial		30.272.086,00		
Créditos Adicionais		20.040.710,78		
Dotação Atualizada		50.312.796,78		
Despesas Empenhadas		33.467.972,34		
Despesas Liquidadas		30.840.396,34		
Despesas pagas		30.458.067,12		
Superavit Orçamentário		2.056.642,18		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		33.467.972,34		
Despesas Liquidadas		30.840.396,34		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		35.070.461,96		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		6.556,94		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		6.556,94		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-2.702.752,10	0,00
Resultado Primário		0,00	-2.897.052,23	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.817.640,11	74.482,89	2.906.458,80	836.698,42
EXECUTIVO	3.817.640,11	74.482,89	2.906.458,80	836.698,42
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	92.691,75	5.491,91	87.199,84	0,00
EXECUTIVO	92.691,75	5.491,91	87.199,84	0,00
TOTAL:	3.910.331,86	79.974,80	2.993.658,64	836.698,42
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		7.918.693,96	25%	31,67
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		3.492.374,67	60%	99,29
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		2.394.073,11	-2.394.073,11	
Despesa de Capital Líquida		4.408.678,68	9.798.578,51	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de AGUA DOCE - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS							
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos						207.550,00	-7.550,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos						30.529,59	136.802,84
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE							
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					3.830.421,14	15,00	15,32
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP							
Total das despesas/RCL (%)							0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

AGUA DOCE, 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
 Prefeito Municipal em Exercício

JOSELI A.S.M.R.TRENTO
 Contadora

MARIA HELENA LUCIETTI
 Coordenadora Controle Interno

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS - 5º BIMESTRE 2019

Publicação Nº 2220036

Município de AGUA DOCE - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)								R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)								
Receita de Alienação De Bens Móveis	200.180,00					208.411,43	-8.231,43	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	200.000,00					207.550,00	-7.550,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00					0,00	0,00	
	180,00					861,43	-681,43	
DESPESAS								
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital	167.332,43					0,00	136.802,84	
Investimentos	167.332,43					0,00	136.802,84	
	167.332,43					0,00	136.802,84	

AGUA DOCE , 07/11/2019

VILSON ANTONIO VERONA
Prefeito Municipal em ExercícioJOSELI A.S.M.R.TRENTO
ContadoraMARIA HELENA LUCIETTI
Coordenadora Controle Interno

Águas de Chapecó

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº122-2019

Publicação Nº 2219291

DECRETO Nº 122/2019 De 07 de novembro de 2019	FIXA VALORES DOS INGRESSOS PARA O CARNAVAL REGIONAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ – EDIÇÃO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais vigentes,
--	--

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o valor dos ingressos para os participantes do Carnaval Regional de Águas de Chapecó/SC - Edição 2020, conforme segue:

I – Dos dias 20/02/2020 (quinta feira), Até 24 de fevereiro de 2020(segunda feira) o valor máximo de R\$ 40,00 (quarenta reais), por ingresso comercializado.

Art. 2º Para o ingresso “passaporte 05 dias”, e exploração de Camarote, o valor a ser comercializado, será definido a critério da empresa detentora do direito de outorga para a realização, organização e exploração do evento.

Art. 3º Poderão ser disponibilizados ingressos cortesia, sem valor comercial, para autoridades, bem como, para pessoas selecionadas de interesse da empresa organizado do evento.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor nesta data e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de
Águas de Chapecó/SC, em 07 de novembro de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

EDITAL DE 28º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

Publicação Nº 2220077

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 28º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Auxiliar de Serviços Internos, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 08 de Novembro de 2019

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Do candidato convocado:

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS – 02 VAGAS
HORÁRIO: 14:00 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
77	NERCI KERCKOFF FOLLMANN	19º (3º chamada)
112	MARIA SALETTE MONEGO	22º (3º chamada)

Águas de Chapecó, 07 de Novembro de 2019.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES

Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO Nº002/2019

Publicação Nº 2220237

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, que se encontra aberto Processo Seletivo, destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município, o qual reger-se-á pelas instruções do Edital n.º 002/2019. Dos cargos: Alfabetizado: Auxiliar de Serviços Gerais – 01 + CR* - 20/40 horas; Ensino Fundamental: Agente de Manutenção e Conservação – 01 + CR* - 40 horas; Motorista – 01 + CR* - 40 horas; Operador de Máquinas – 01 + CR* - 40 horas; Ensino Médio: Agente Bibliotecário – 01 + CR* - 40 horas; Agente de Combate às Endemias – 01 + CR* - 40 horas; Secretário da Junta de Serviço Militar e Identificação – 01 + CR* - 40 horas; Técnico em Enfermagem – CR* - 40 horas; Ensino Superior: Farmacêutico – CR* - 20/40 horas; Médico (Clínico Geral) - 01 + CR* - 20/40 horas. *Cadastro de Reserva. Das Inscrições: As inscrições serão realizadas de 11 a 28 de novembro de 2019 exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico www.alternativeconcursos.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 15 de dezembro de 2019. O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Águas de Chapecó (SC), no site www.aguasdechapeco.sc.gov.br bem como no site da empresa contratada www.alternativeconcursos.com.br. Águas de Chapecó (SC), 07 de novembro de 2019. Leonir Antonio Hentges. Prefeito Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

Publicação Nº 2220684

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 002/2019**

O Prefeito Municipal de **Águas de Chapecó**, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antonio Hentges, no uso de suas atribuições, **TORNA PÚBLICO** que se encontra aberto **Processo Seletivo** destinado ao preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do Município, o qual reger-se-á pelas instruções deste Edital e demais normas atinentes.

1 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O **Processo Seletivo** destina-se a seleção de servidor, em caráter temporário, para preenchimento de vagas e formação de Cadastro de Reserva no Quadro de Pessoal do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, de acordo com as necessidades e interesses da Administração, mediante as condições estabelecidas neste Edital, legislação municipal e demais regras pertinentes.

1.2 - O presente Edital de Processo Seletivo é disciplinado pelo art. 37, IX, da Constituição Federal, **Lei Orgânica Municipal**, **Lei Complementar Municipal n.º 003/2001** (DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS), **Lei Complementar Municipal n.º 026/2011** (ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 003/2001, DE 27 DE JUNHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, DAS AUTARQUIAS E DAS FUNDAÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS), **Lei Complementar Municipal n.º 055/2018** (DISPÕE SOBRE PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), **Lei Complementar Municipal n.º 058/2018** (DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DOS ANEXOS I, III E VII DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 055/2018 QUE TRATA DO PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS), e demais Legislações relacionadas.

1.3 - É de responsabilidade do candidato o conhecimento da legislação mencionada no item anterior e outras determinações referentes ao **Processo Seletivo** para certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para prestar as provas e documentos necessários exigidos para o cargo/função por ocasião da contratação se aprovado e convocado.

1.4 - A inscrição no **Processo Seletivo** implicará, desde logo, a ciência e aceitação pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital.

1.5 - Os documentos exigidos pelas normas do presente Edital, requerimentos e recursos administrativos, deverão ser entregues, respeitados os prazos e condições Editalícias.

1.6 - O **Processo Seletivo** será regido por este Edital, supervisionado por Comissão de Acompanhamento designada pela Administração Municipal, nomeada pelo **DECRETO N.º 110/2019**, e executado em todas as suas fases pela **Alternative Concursos**.

Página 1 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@guasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

1.7 - A divulgação oficial das informações referentes a este **Processo Seletivo** dar-se-á pela publicação de editais no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)** www.aguasdechapeco.sc.gov.br, bem como no site da empresa contratada www.alternativeconcursos.com.br.

1.8 - O prazo de validade do **Processo Seletivo** será de 1 ano, contando da publicação de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração Municipal, através de Decreto Municipal.

2 - DAS ESPECIFICAÇÕES DOS CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, HABILITAÇÃO E VENCIMENTO

2.1 - As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineados e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham dos requisitos e habilitação mínima exigidos no presente Edital, de acordo com o cargo/função a que pretendem concorrer.

2.2 - As atribuições dos cargos/funções são as constantes do **Anexo II** deste Edital, conforme Lei Municipal.

2.3 - Os candidatos poderão inscrever-se em apenas um dos seguintes cargos/funções:

IDENTIFICAÇÃO DOS CARGOS/FUNÇÕES

ALFABETIZADO	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
	Auxiliar de Serviços Gerais	01 + CR ¹	20 h. 40 h.	Alfabetizado	634,16 1.268,32	Escrita Objetiva

ENSINO FUNDAMENTAL	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
	Agente de Manutenção e Conservação	01 + CR ¹	40 h.	Ensino Fundamental	1.421,14	Escrita Objetiva
	Motorista	01 + CR ¹	40 h.	Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	1.778,16	Escrita Objetiva e Prática
	Operador de Máquinas	01 + CR ¹	40 h.	Ensino Fundamental Incompleto e portador da Carteira Nacional de Habilitação Categoria "C"	2.198,42	Escrita Objetiva e Prática

Página 2 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
ENSINO MÉDIO	Agente Bibliotecário	01 + CR¹	40 h.	Ensino Médio	1.289,46	Escrita Objetiva
	Agente de Combate às Endemias	01 + CR¹	40 h.	Ensino médio completo	1.268,32	Escrita Objetiva
	Secretário da Junta de Serviço Militar e Identificação	01 + CR¹	40 h.	Ensino médio completo	1.778,16	Escrita Objetiva
	Técnico em Enfermagem	CR¹	40 h.	Ensino Médio – Técnico em Enfermagem	1.886,59	Escrita Objetiva

	Cargo/Função	N.º Vagas	Carga Horária Semanal	Habilitação	Vencimento (R\$)	Tipo de Prova
ENSINO SUPERIOR	Farmacêutico	CR¹	20 h. 40 h.	Portador de Diploma de Farmacêutico, com registro no respectivo órgão da profissão	2.383,20 4.766,41	Escrita Objetiva
	Médico (Clínico Geral)	01 + CR¹	20 h. 40 h.	Portador de Diploma de Médico, com registro no respectivo órgão da profissão	6.938,52 13.877,04	Escrita Objetiva

Nota¹:

Cadastro de Reserva: Cadastro reserva é a seleção de candidatos para vagas que surgirem dentro do prazo de validade deste processo seletivo para substituições de servidores em licença legalmente concedidas, programas, convênios e demais situações que objetivem a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, previsto no art. 37, IX da Constituição Federal e legislação própria municipal.

3 - DAS VAGAS DESTINADAS AOS CANDIDATOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 - Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII da Constituição Federal, Lei n.º 7.853/1989 e Decreto n.º 3.298/99, são reservadas aos candidatos portadores de deficiência 5% do número total de vagas, arredondando para o próximo número inteiro seguinte caso fracionário, desde que a deficiência de que são portadores não seja incompatível com as atribuições do cargo a ser preenchido.

3.2 - Para concorrer às vagas destinadas aos portadores de deficiência, o candidato deverá:

- a) Assinalar o campo destinado aos portadores de deficiência no Formulário de Inscrição;
- b) Preencher o requerimento contido no **Anexo III** do presente Edital;
- c) Anexar Laudo Médico (original ou cópia legível autenticada), com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como a provável causa da deficiência, cuja data de expedição não seja superior a 90 dias.

Página 3 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

3.2.1 - Os documentos acima descritos deverão ser enviados, via SEDEX, até o dia **28 de novembro de 2019**, para Empresa responsável pelo Processo Seletivo, **Alternative Concursos**, no seguinte endereço: **Avenida Anita Garibaldi, n.º 301, Sala 01 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000.**

3.3 - A não-observância do disposto no item anterior acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4 - O candidato portador de deficiência que necessitar de condições especiais para a realização da prova deverá informar no Formulário de Inscrição, bem como no requerimento constante no **Anexo III** deste Edital.

3.4.1 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)** www.aguasdechapeco.sc.gov.br, bem como no site www.alternativeconcursos.com.br, no dia **06 de dezembro de 2019**.

3.5 - Os portadores de deficiência participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, local, horário de provas e à nota mínima exigida.

3.6 - Os candidatos portadores de deficiência não estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, salvo no caso previsto no item 5.1 do presente Edital.

3.7 - O candidato portador de deficiência que, no ato da inscrição não declarar esta condição, não poderá impetrar recurso em favor de sua situação.

3.8 - Os candidatos que concorrerem às vagas destinadas aos portadores de deficiência terão seus nomes publicados na lista geral de classificação, bem como em lista de classificação especial.

3.9 - Respeitada a ordem classificatória, os candidatos portadores de deficiência aprovados neste Processo Seletivo, por ocasião da admissão, serão submetidos à Avaliação Médica pelo **Município de Águas de Chapecó (SC)**, o qual avaliará a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo e a deficiência de que o candidato é portador, emitindo Laudo de parecer, nos termos deste Edital.

3.10 - Será eliminado da lista de vagas reservadas o candidato cuja deficiência não seja constatada ou se mostre incompatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral, caso em que se convocará o candidato imediatamente seguinte, de mesma condição, com a estrita observância da ordem classificatória.

3.11 - Inexistindo candidatos portadores de deficiência, as vagas serão preenchidas pelos demais candidatos.

Página 4 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

4 - DAS INSCRIÇÕES

4.1 - As inscrições serão realizadas no período de **11 a 28 de novembro de 2019**, exclusivamente via internet, através do endereço eletrônico www.alternativeconcursos.com.br.

4.2 - Para inscrever-se via internet o candidato deverá:

4.2.1 - Acessar o site www.alternativeconcursos.com.br e no link “**Concursos e Seletivos**”, “**Inscrições Abertas**” selecionar o **Processo Seletivo do Município de Águas de Chapecó (SC)**;

4.2.2 - Baixar e Ler atentamente o Edital, inteirando-se das condições do certame, certificando-se de que preenche todos os requisitos exigidos;

4.2.3 - Acessar o link “**Realizar inscrição**”, cadastrando-se com CPF, criando uma senha de acesso para a área do candidato (**guarde essa senha pois será necessária para acessos futuros**);

4.2.4 - Preencher o Formulário de Inscrição, conferindo os dados informados e transmiti-lo pela internet, **imprimindo o Comprovante de Inscrição que deve ficar em seu poder (guarde esse comprovante pois será necessário apresentá-lo no dia da prova)**;

4.2.5 - Imprimir e efetivar o pagamento do boleto bancário referente a taxa de inscrição até o dia do vencimento.

4.3 - Os candidatos que desejarem se inscrever como doadores de sangue/medula deverão realizar suas inscrições, conforme item 5.2 do presente Edital, até o dia **18 de novembro de 2019**.

4.4 - O candidato deverá manter o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO) em seu poder e, necessariamente, apresentá-lo no dia da prova juntamente com um DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTO.

4.4.1 - São considerados documentos de identidade a **Carteira Nacional de Habilitação com foto, a Carteira de Trabalho e Previdência Social e as carteiras e/ou cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar e Ordens ou Conselhos de Classe.**

4.4.2 - Não serão aceitos documentos danificados, não-identificáveis e/ou ilegíveis, nem reproduzidos por aparelhos de fax ou scanner.

4.4.3 - Em caso de perda do Comprovante de Inscrição, o candidato deverá reimprimi-lo no site www.alternativeconcursos.com.br, na Área do Candidato.

4.4.4 - O BOLETO BANCÁRIO NÃO SERVE COMO COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO.

4.5 - A taxa de inscrição será paga em qualquer banco até o vencimento e somente através de boleto bancário, não sendo aceito depósitos em conta e transferências bancárias.

4.5.1 - Em caso de perda ou extravio do boleto bancário o candidato deverá imprimir uma segunda via no site www.alternativeconcursos.com.br, na Área do Candidato.

4.6 - A empresa **Alternative Concursos** e o **Município de Águas de Chapecó (SC)** não se responsabilizarão por solicitação de inscrição via internet não recebida por motivo de

Página 5 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

ordem técnica de computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas, bem como quaisquer outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.6.1 - A empresa **Alternative Concursos** não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato.

4.7 - Somente serão acatadas as inscrições após o pagamento da taxa de inscrição.

4.7.1 - O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem elementos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8 - Somente será admitida uma inscrição por candidato.

4.9 - É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, fax, ou por qualquer outra via não editalícia.

4.10 - Aos interessados que não possuem internet, o **Município de Águas de Chapecó (SC)** disponibilizará terminais de acesso e assistência durante o período das inscrições, em dias úteis, em sua sede, sito à Rua Porto União, n.º 968 - Centro, no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

4.11 - O valor da taxa de inscrição será de:

ESCOLARIDADE	VALOR
Alfabetizado	R\$ 80,00 (oitenta) reais
Ensino Fundamental	R\$ 80,00 (oitenta) reais
Ensino Médio	R\$ 100,00 (cem) reais
Ensino Superior	R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)

4.12 - O candidato é responsável pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, fraudes e/ou omissões, bem como pela apresentação de documentos fora dos prazos e critérios estabelecidos por este edital.

4.13 - As inscrições serão homologadas no dia **06 de dezembro de 2019**, sendo divulgadas no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e no site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, bem como no site www.alternativeconcursos.com.br.

4.14 - Os candidatos que não tiverem as inscrições homologadas poderão encaminhar recurso à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **09 e 10 de dezembro de 2019**, conforme Formulário de Recurso constante em **Anexo V**, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital.

4.14.1 - A publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos interpostos será realizada no dia **12 de dezembro de 2019**.

4.15 - O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido, salvo em caso de cancelamento do certame.

Página 6 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

4.16 - Os candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização da prova deverão assinalar esta condição no Formulário de Inscrição, em campo específico para esta finalidade.

4.16.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar, além de assinalar a condição prevista no item anterior, deverá levar acompanhante maior de 18 anos, o qual permanecerá em sala reservada para essa finalidade. O tempo dispensado para a amamentação não será acrescido ao tempo normal de realização da prova.

4.16.2 - Os candidatos serão comunicados acerca do deferimento ou não dos pedidos de condições especiais por aviso publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, bem como no site www.alternativeconcursos.com.br no dia **06 de dezembro de 2019**.

4.17 - Estão impedidos de participar deste **Processo Seletivo** os membros da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**, os funcionários da empresa responsável pelo certame, bem como terceirizados desta, diretamente relacionados com a atividade de execução deste Certame.

4.17.1 - A vedação constante do item anterior se estende aos seus cônjuges, conviventes, pais, irmãos e filhos;

4.17.2 - Constatada, em qualquer fase do **Processo Seletivo**, inscrição de pessoas que tratam o item e subitem anteriores, esta será indeferida e o candidato será eliminado do certame.

5 - DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

5.1 - Não haverá isenção total ou parcial da taxa de inscrição, salvo no caso de candidato doador de sangue e de medula, nos termos da Lei Estadual n.º 10.567, de 7 de novembro de 1997, alterada pela Lei n.º 17.457/18.

5.2 - Os candidatos doadores de sangue e de medula deverão realizar sua inscrição para o Processo Seletivo até o dia **18 de novembro de 2019**, procedendo da seguinte forma:

5.2.1 - Assinalar esta condição no Formulário de Inscrição;

5.2.2 - Preencher o **Anexo IV** do presente Edital (digitado ou manuscrito);

5.2.3 - Anexar o comprovante das doações;

5.2.4 - Providenciar fotocópia simples do **Comprovante de Inscrição**.

5.2.5 - O **Anexo IV** devidamente preenchido, acompanhado do **Comprovante de Doação**, bem como da **fotocópia do Comprovante de Inscrição**, deverão ser enviados, **VIA SEDEX, até o dia 19 de novembro de 2019 (data do protocolo ou carimbo dos Correios)**, para a empresa responsável pelo Processo Seletivo, **Alternative Concursos**, no seguinte endereço: **Avenida Anita Garibaldi, n.º 301, Sala 01 - Centro, Maravilha (SC), CEP 89874-000**.

5.2.6 - O comprovante de doação exigido deverá ser fornecido por entidade coletora oficial ou credenciada e discriminar o número e a data em que foram realizadas as doações pelo interessado, não podendo ser inferior a 03 doações anuais, considerando-se os 12 meses que antecederam a abertura do presente Edital.

Página 7 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

5.2.7 - Para enquadramento ao benefício de isenção, considera-se somente a doação de sangue e medula promovida a órgão oficial ou à entidade credenciada pela União, Estado ou Município.

5.3 - O resultado da homologação das isenções da taxa de inscrição será divulgado no dia **26 de novembro de 2019**.

5.3.1 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição deferidos seguirão todas as etapas do certame da mesma forma que os demais candidatos, estando unicamente isentos do pagamento da taxa de inscrição.

5.3.2 - Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento da taxa de inscrição **até o dia 29 de novembro de 2019, sob pena de indeferimento da inscrição**.

5.4 - Não haverá recurso do indeferimento de isenção da taxa de inscrição para candidatos doadores de sangue e de medula.

6 - DA PROVA ESCRITA/OBJETIVA

6.1 - A prova escrita/objetiva será realizada no dia **15 de dezembro de 2019 das 09h00min às 12h00min** na Escola de Educação Básica Estadual Irineu Bornhausen, sito à Rua Pedro Guilherme Simon, n.º 70, Centro, no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

6.2 - A prova escrita/objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, conterá **30 questões** do tipo múltipla escolha, sendo subdivida em **cinco alternativas, A, B, C, D e E**, das quais somente uma deverá ser assinalada como correta.

6.3 - A prova escrita/objetiva será composta de questões inéditas, cujo grau de dificuldade seja compatível com o nível de escolaridade mínima exigida para cada cargo/função, de acordo com o Conteúdo Programático constante no **Anexo I** do presente Edital, abrangendo as seguintes áreas de conhecimento:

PROVAS	ÁREAS DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÃO	TOTAL DE PONTOS
Prova de Conhecimentos Básicos	Língua Portuguesa	10	0,30	3,00
	Matemática	05	0,20	1,00
	Conhecimentos Gerais	05	0,20	1,00
Prova de Conhecimentos Específicos	Conteúdos de Conhecimentos Específicos	10	0,50	5,00
TOTAL		30	-	10,00

6.4 - O Caderno de Questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha.

6.5 - O candidato deverá comparecer ao local de prova com **antecedência mínima de 30 minutos**, para localizar sua sala de acordo com o cargo desejado.

Página 8 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

6.5.1 - **ÀS 08H45MIN OS PORTÕES DE ACESSO SERÃO FECHADOS** e não será permitida a entrada de nenhum candidato após este horário ficando, automaticamente, **excluído do certame.**

6.5.2 - Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos pré-determinados no Edital.

6.6 - O ingresso a sala de provas somente será permitido ao candidato que apresentar **DOCUMENTO ORIGINAL DE IDENTIDADE COM FOTOGRAFIA e COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO).**

6.6.1 - Em caso de perda, furto ou roubo do documento original de identidade, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há no máximo 30 dias da data de realização da prova.

6.6.2 - O candidato que não apresentar documento de identidade original com fotografia ou o registro de ocorrência em órgão policial, estará automaticamente excluído do **Processo Seletivo.**

6.6.3 - O Boleto Bancário não serve como Comprovante de Inscrição.

6.7 - Para realizar a prova é indicado ao candidato portar 2 canetas esferográficas de tinta azul ou preta. Não serão fornecidas canetas no local.

6.8 - Durante a realização das provas é vedada toda e qualquer consulta a materiais, sejam estes equipamentos eletrônicos ou didáticos.

6.9 - A saída da sala de prova, com a entrega do Caderno de Questões e do Cartão Resposta, somente será permitida depois de transcorrido **30 minutos do início da mesma.**

6.9.1 - O candidato poderá ausentar-se da sala de prova, momentaneamente, desde que acompanhado por um fiscal;

6.9.2 - Não será permitida a saída da sala com qualquer material referente à prova;

6.9.3 - Não haverá prorrogação do tempo normal de prova por motivo de afastamento do candidato.

6.10 - Na prova escrita/objetiva será realizado processo de desidentificação de provas.

6.10.1 - Não haverá identificação do candidato no Caderno de Questões.

6.11 - Os fiscais da equipe de aplicação de prova e da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo** não fornecerão informações acerca do conteúdo da prova escrita/objetiva.

6.12 - Em caso de anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

6.13 - Os três últimos candidatos ao entregar a prova deverão permanecer juntos na sala para, juntamente com os fiscais de sala:

a) conferir os Cartões Resposta, identificar questões em branco e proceder a anulação das mesmas com um marca texto, assinando como testemunhas nos Cartões;

Página 9 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

- b) assinar a folha ata;
- c) assinar e lacrar os envelopes que guardarão os Cadernos de Questões e os Cartões Resposta.

6.14 - Os Cadernos de Questões estarão disponíveis, no dia **16 de dezembro de 2019**, no site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, bem como no da empresa contratada www.alternativeconcursos.com.br.

6.14.1 - Será facultado ao candidato interpor recurso contra as questões da prova escrita/objetiva à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, no prazo de **17 e 18 de dezembro de 2019**, conforme Formulário de Recurso constante em **Anexo V**, com a estrita observância ao disposto no Capítulo 9 do presente Edital, em especial ao item 9.2.

6.15 - O ensalamento dos candidatos será divulgado no dia **12 de dezembro de 2019**.

6.16 - Será automaticamente excluído do Processo Seletivo o candidato que:

- a) **chegar após o horário previsto para o fechamento dos portões;**
- b) **não apresentar o COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO (IMPRESSO) e DOCUMENTO DE IDENTIDADE ORIGINAL COM FOTOGRAFIA no dia de realização das provas;**
- c) tratar com descortesia os fiscais de sala ou membros da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**;
- d) for surpreendido fazendo qualquer tipo de consulta ou uso de equipamento eletrônico;
- e) for flagrado em comunicação com os demais candidatos;
- f) não devolver o Caderno de Questões;
- g) ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento de um fiscal;
- h) utilizar-se de meios ilícitos para execução da prova;
- i) perturbar de qualquer modo a ordem e execução dos trabalhos;
- j) não comparecer para realização da prova;
- k) nos demais casos previstos neste Edital.

7 - DO PREENCHIMENTO DO CARTÃO RESPOSTA

7.1 - O candidato receberá juntamente com o Caderno de Questões o Cartão Resposta.

7.2 - O Cartão Resposta deverá ser preenchido cuidadosamente pelo candidato com seu **Nome, Assinatura, N.º da Identidade e as respostas do Caderno de Questões**.

7.2.1 - O candidato deverá transcrever no **Cartão Resposta** suas respostas por questão, na ordem de **01 à 30**, marcando de acordo com as instruções contidas no Caderno de Questões, conforme exemplo abaixo:

01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**www.aguasdechapeco.sc.gov.br

7.2.2 - O candidato deverá preencher o Cartão Resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta. Não serão válidas as marcações feitas a lápis ou caneta de ponta porosa ou de cor diferente das anteriormente mencionadas.

7.2.3 - **O preenchimento do Cartão Resposta é de inteira responsabilidade do candidato**, devendo ser realizado de acordo com as instruções especificadas anteriormente, sendo que os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente, tais como dupla marcação, marcação rasurada ou emendada, campo de marcação não preenchido ou preenchido parcialmente, acarretarão a perda da pontuação da questão pelo candidato.

7.3 - Somente serão válidas as marcações contidas no Cartão Resposta que estiverem de acordo com as instruções da capa do Caderno de Questões.

7.4 - Nos Cartões Resposta que forem constatadas questões em branco será realizada a anulação das mesmas, nos termos do item 6.13 do presente Edital.

7.5 - **NÃO** será fornecido, em hipótese alguma, novo Cartão Resposta, salvo no caso de erro de impressão.

7.6 - O Cartão Resposta é o único documento válido para a correção, devendo ser preenchido com atenção. A não entrega do Cartão Resposta implicará na automática eliminação do candidato do certame.

7.7 - Em nenhuma hipótese será considerado o Caderno de Questões para fins de correção e atribuição da respectiva pontuação.

7.8 - O Gabarito Preliminar da prova escrita/objetiva estará disponível no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM e site do **Município de Águas de Chapecó (SC)**, www.aguasdechapeco.sc.gov.br, bem como no site www.alternativeconcursos.com.br, no dia **16 de dezembro de 2019**.

8 - DA PROVA PRÁTICA

8.1 - A prova prática será aplicada aos cargos/funções de **Motorista e Operador de Máquinas** no dia **15 de dezembro de 2019**, na sequência da prova escrita/objetiva, tendo como local de encontro a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Garagem), sito à Rua Salete Caneppele, n.º 91 - Centro, no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

8.2 - Para realizar a prova prática os candidatos deverão apresentar, obrigatoriamente, o **Comprovante de Inscrição** e a **Carteira Nacional de Habilitação (CNH)** na categoria exigida, conforme item 2.3 do presente Edital, de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

8.3 - O candidato que não apresentar a Carteira Nacional de Habilitação, conforme a categoria exigida neste Edital, não poderá realizar a prova prática, estando, automaticamente eliminado do certame.

8.4 - O candidato que faltar a prova prática estará automaticamente eliminado do certame.

8.5 - Os candidatos serão avaliados por ordem de chegada, devendo assinar a lista de presença.

8.6 - A prova prática consistirá em tarefa a ser determinada pelo instrutor no momento da prova, através de avaliação desenvolvida para tal finalidade, com duração máxima de 15 minutos, onde serão avaliados os seguintes itens:

- a) Verificação das condições do veículo/máquina;
- b) Utilização dos itens e procedimentos de segurança;
- c) Partida e parada;
- d) Habilidades, técnicas e aptidões na condução do veículo/operação da máquina;
- e) Obediência às situações do trajeto.

8.7 - À prova prática será atribuída nota de 0 a 10, sendo a avaliação realizada da seguinte forma:

a) O candidato iniciará a prova com 10 pontos, sendo-lhe subtraído os pontos perdidos relativos às faltas cometidas durante a realização da prova. A pontuação final da prova prática será calculada de acordo com a fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação da Prova Prática} = (10 - \sum PP)$$

sendo " $\sum PP$ " a somatória dos pontos perdidos.

8.8 - Para cada falta cometida pelo candidato, serão descontados os pontos conforme descrito a seguir:

- a) falta eliminatória: reprovação;
- b) falta grave: 3 pontos;
- c) falta média: 2 pontos; e
- d) falta leve: 1 ponto.

8.9 - Serão considerados classificados, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - É assegurado aos candidatos a interposição de recursos nos seguintes casos e prazos:

9.1.1 - Quanto ao indeferimento das inscrições, exceto no caso de doadores de sangue/medula: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da Homologação das Inscrições;

Página 12 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

9.1.2 - Quanto às questões da prova escrita/objetiva: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação das provas;

9.1.3 - Quanto ao Gabarito Preliminar das questões objetivas: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação do mesmo;

9.1.4 - Quanto à Ata de Classificação Preliminar do **Processo Seletivo**: no prazo de 2 dias úteis a contar da data de publicação da mesma;

9.1.5 - Com relação às incorreções ou irregularidades constatadas na execução do Certame: no prazo de 2 dias úteis, a contar da ocorrência das mesmas.

9.1.6 - Não haverá recurso da avaliação da Prova Prática.

9.2 - A interposição dos recursos acima delineados deverá ocorrer mediante preenchimento do Formulário de Recurso previsto no **Anexo V** deste Edital, sendo:

9.2.1 - Encaminhado à empresa responsável pelo **Processo Seletivo, Alternative Concursos**, exclusivamente através do e-mail recursos@alternativeconcursos.com.br, nos prazos editalícios;

9.2.2 - Obrigatoriamente individual, fazendo-se constar nome completo do candidato, número da identidade e cargo para o qual se inscreveu;

9.2.3 - **Os recursos contra questões da prova escrita/objetiva** deverão ser apresentados em uma folha (Formulário) para cada questão recorrida, com fundamentação clara e ampla, comprovando-se as alegações mediante citação das fontes de pesquisa, páginas de livros, nome dos autores, bibliografia específica, entre outros, juntando cópia dos comprovantes.

9.3 - Caso da análise dos recursos interpostos decorra a anulação de questões da prova escrita/objetiva, estas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos presentes.

9.3.1 - Se resultar alteração de gabarito, as provas de todos os candidatos serão corrigidas conforme essa alteração e seu resultado final divulgado de acordo com o novo gabarito.

9.4 - Será indeferido liminarmente o recurso que não estiver fundamentado ou for interposto fora do prazo, bem como aqueles que contenham erro formal e/ou material em sua elaboração ou procedimentos que sejam contrários ao disposto neste Edital.

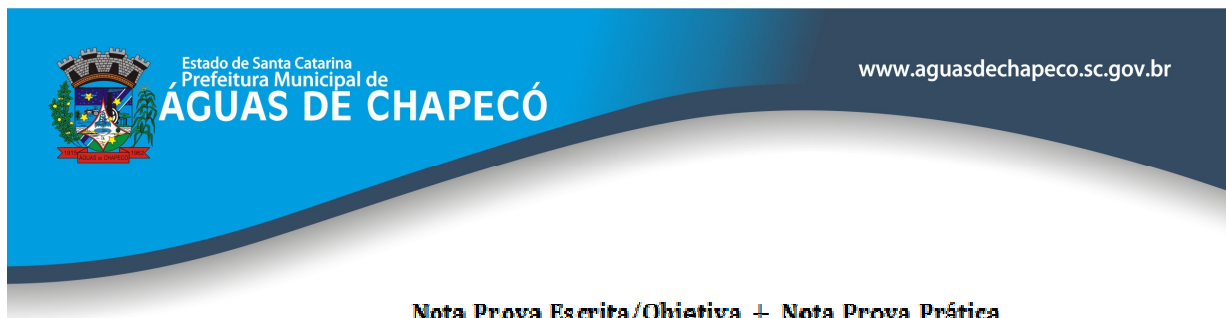
9.5 - Não serão aceitos recursos encaminhados por meio que não seja o previsto neste Edital, bem como sobreposições de recursos apresentadas pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

10 - DO RESULTADO FINAL

10.1 - Para atribuição da nota final aos cargos/funções de **Motorista e Operador de Máquinas**, o resultado da prova escrita/objetiva será somado a prova prática e dividido por dois, conforme fórmula abaixo:

Página 13 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



$$\text{Nota Final} = \frac{\text{Nota Prova Escrita/Objetiva} + \text{Nota Prova Prática}}{2}$$

10.1.1 – Serão considerados classificados nos cargos previstos no item 10.1 os candidatos que não obtiverem nota igual a 0,00 (zero) na prova escrita/objetiva e obtiverem nota igual ou superior a 5,00 (cinco) na prova prática.

10.2 - Para atribuição da nota final aos demais cargos/funções, o resultado da prova escrita/objetiva será computado conforme fórmula abaixo:

$$\text{Nota Final} = \text{Questões Corretas} \times \text{Valor de Cada Questão}$$

10.2.1 - Serão considerados classificados nos cargos previstos no item 10.2 os candidatos que não obtiverem nota igual a 0,00 (zero) na prova escrita/objetiva.

10.3 - Ocorrendo empate na nota final, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

- a) obtiver maior número de acertos na prova de conhecimentos específicos;
- b) obtiver maior número de acertos na prova de língua portuguesa;
- c) tiver maior idade;
- d) sorteio público.

10.3.1 - Havendo candidatos com idade igual ou superior a 60 anos, estes terão preferência na classificação sobre os demais em caso de empate, nos termos do art. 27, parágrafo único, da Lei Federal n.º 10.741, de 12 de outubro de 2003.

10.4 - A classificação final dos candidatos obedecerá a ordem decrescente de notas obtidas.

11 - DAS COMPETÊNCIAS

11.1 - À Empresa **Alternative Concursos** compete, através de seus departamentos, a confecção de editais; recebimento das inscrições; conferência de documentos; elaboração, aplicação, fiscalização, coordenação, correção e demais atos pertinentes as provas; emissão de atas e listagens diversas; recebimento e apreciação de recursos interpostos; divulgação das informações em site próprio; elaboração de dossiê sobre o **Processo Seletivo** com todos os atos decorrentes de sua aplicação para arquivamento pela contratante; prestação de informações sobre o certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do **Processo Seletivo**.

11.2 - Ao **Município de Águas de Chapecó (SC)** compete, através do Prefeito Municipal e da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**, disponibilização de Leis e demais informações; homologação das inscrições; divulgação dos atos pertinentes ao certame; informação acerca de impugnações contra este Edital; assinatura dos editais e demais atos; acompanhamento de todas as fases do certame; e atuação em conformidade com este Edital durante todo o processamento do **Processo Seletivo**.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

12 - DO PROVIMENTO

12.1 - São requisitos básicos para provimento ao cargo/função:

12.1.1 - Ter nacionalidade brasileira ou equivalente;

12.1.2 - Estar em pleno gozo dos direitos políticos;

12.1.3 - Estar quite com as obrigações militares e eleitorais;

12.1.4 - Ter nível de escolaridade, capacitação técnica exigida para o exercício do cargo;

12.1.5 - Idade mínima de 18 anos;

12.1.6 - Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo, expedido pela junta médica designada pela administração municipal;

12.1.7 - Apresentar, quando se tratar de profissão regulamentada, o competente registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador da Profissão;

12.1.8 - Declaração de não-acumulação de cargos públicos, inclusive função, cargo ou emprego em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios, bem como do não-recebimento de proventos decorrentes de inatividade em cargos não-cumuláveis;

12.1.9 - Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedida pelos Foros das Justiças Federal e Estadual dos locais de residência do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.10 - Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral do candidato nos últimos 5 anos;

12.1.11 - Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

12.1.12 - Outros documentos exigidos pelo Setor de Recursos Humanos do **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

12.2 - Todos os requisitos acima, no que couber, deverão ser comprovados pelo candidato, se aprovado e convocado, para a contratação no cargo.

12.3 - O candidato deverá manter seus dados atualizados no **Município de Águas de Chapecó (SC)**.

12.4 - A convocação dos candidatos classificados, para escolha de vaga que vier a ser aberta no prazo de validade do Processo Seletivo, será feita obedecendo à estrita ordem de classificação.

12.5 - O candidato classificado que no momento da escolha não aceitar a vaga disponível assinará termo de desistência e passará automaticamente para o último lugar da listagem em que está classificado.

12.6 - O não comparecimento do candidato convocado para escolha de vaga implicará na sua exclusão da classificação e não poderá ser chamado novamente neste Processo Seletivo.

12.7 - É de responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo, para viabilizar os

Página 15 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de

ÁGUAS DE CHAPECÓ

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

contatos necessários, sob pena de quando for convocado, perder o prazo para tomar posse, caso não seja localizado.

12.8 - Os atos relacionados à convocação, contratação e posse dos candidatos classificados são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó e serão regulados por edital de convocação publicado de acordo com a legislação em vigor.

13 - CRONOGRAMA

13.1 - O **Processo Seletivo** seguirá as datas e prazos estipulados de acordo com o cronograma a seguir:

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	PERÍODO
1. Período de Inscrição	11 a 28 de novembro de 2019
2. Último dia para efetuar o pagamento do boleto bancário	29 de novembro de 2019
3. Período de inscrição com isenção da taxa de inscrição (doadores de sangue/medula)	11 a 18 de novembro de 2019
4. Publicação da relação dos candidatos com pedidos de isenção da taxa de inscrição	26 de novembro de 2019
5. Período de pagamento do valor da taxa de inscrição para os candidatos que tiveram o pedido de isenção indeferido	26 a 29 de novembro de 2019
6. Publicação da homologação das inscrições	06 de dezembro de 2019
7. Divulgação dos pedidos de condições especiais para realização da prova escrita/objetiva	06 de dezembro de 2019
8. Prazo para interposição de recurso quanto a não homologação das inscrições	09 e 10 de dezembro de 2019
9. Publicação da homologação das inscrições após apreciação dos recursos	12 de dezembro de 2019
10. Divulgação do Ensalamento dos Candidatos	12 de dezembro de 2019
11. Prova escrita/objetiva	15 de dezembro de 2019
12. Prova prática	15 de dezembro de 2019
13. Divulgação do Gabarito Preliminar e das provas escritas/objetivas	16 de dezembro de 2019
14. Prazo para interposição de recurso contra o Gabarito Preliminar e questões das provas escritas/objetivas	17 e 18 de dezembro de 2019
15. Divulgação do Gabarito Definitivo	20 de dezembro de 2019
16. Divulgação da Ata de Classificação Preliminar	20 de dezembro de 2019
17. Prazo para interposição de recurso contra a Ata de Classificação Preliminar	23 e 24 de dezembro de 2019
18. Divulgação da Ata de Classificação Final	27 de dezembro de 2019

Página 16 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de**ÁGUAS DE CHAPECÓ**

www.aguasdechapeco.sc.gov.br

13.2 - O cronograma acima poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, do número de recursos, intempéries e por decisão da Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo** e da empresa **Alternative Concursos**.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do **Processo Seletivo**, com auxílio da Procuradoria Jurídica do Município.

14.2 - Fica eleito o foro da Comarca de São Carlos (SC) para dirimir quaisquer questões em relação ao presente certame.

14.3 - Após a divulgação da Ata de Classificação Final do **Processo Seletivo**, a empresa Contratada encaminhará ao **Município de Águas de Chapecó (SC)** todos os registros escritos originais gerados no certame.

14.4 - Fazem parte deste Edital:

14.4.1 - **Anexo I - Conteúdo Programático;**

14.4.2 - **Anexo II - Atribuições dos Cargos/Funções;**

14.4.3 - **Anexo III - Formulário de Requerimento de Vaga para Candidatos Portadores de Deficiência;**

14.4.4 - **Anexo IV - Formulário para Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;**

14.4.5 - **Anexo V - Formulário de Recurso;**

14.4.6 - **Anexo VI - Cronograma.**

14.5 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Águas de Chapecó (SC), 07 de novembro de 2019.

LEONIR ANTONIO HENTGES
Prefeito Municipal

SÔNIA BERNARDETE MARRA GALANTE
COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

*Este Edital se encontra examinado e
aprovado por esta Assessoria Jurídica.*

Em ____/____/____

Assessor Jurídico

Página 17 de 17

Fone/Fax: (49) 3339-0855 • Rua Porto União, 968 • CEP 89883-000 • Águas de Chapecó • SC • E-mail: adm@aguasdechapeco.sc.gov.br

Águas Frias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO DE ADITIVO Nº114/2019

Publicação Nº 2219649

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS
Estado de Santa Catarina

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Contrato Nº : 17/2.019

Contrato de Aditivo:

Termo Aditivo : 114/2019

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº17/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada : FUNDAÇÃO MÉDICO ASSISTENCIAL DO TRABALHADOR RURAL DE NOVA ERECHIM

Motivo do Aditivo .:Cláusula Primeira: Em conformidade com a solicitação do Fundo Municipal de Saúde de Águas Frias o Contrato nº17/2019 fica aditivado em R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) correspondendo a aumento de 14,0625% do valor contratual constante na cláusula quarta do Contrato nº17/2019. Cláusula Segunda: Considerando a adição a ser acrescido no valor contratual constante na cláusula quarta item 4.1. do contrato nº17/2019 passará de R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) para R\$365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais) Cláusula Terceira: Permanecendo em vigor as demais cláusulas e condições constantes no Contrato Administrativo nº17/2.019 , não alteradas pelo presente instrumento

Vigência : Início : 08/11/2019 Término : 31/12/2019

Licitação : Pregão nº6/2019

Processo : 14/2.019

Águas Frias-SC, 07 de novembro de 2019

RICARDO ROLIM DE MOURA

PREFEITO

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO 2899 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2219931

Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 99, da Lei Orgânica do Município de Alto Bela Vista e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

CONSIDERANDO o revisto no manual "Sugestões de Decretos para regulamentar a Lei Anticorrupção em Municípios", editado pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União,

CONSIDERANDO o Termo de Ajuste de Conduta firmado nos autos do IC nº 06.2016.00007474-4 com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina - 4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Concórdia, DECRETA:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a responsabilização objetiva administrativa de pessoas jurídicas, de que trata a Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto 2013, pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal.

Capítulo II

DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Seção I

Disposições gerais

Art. 2º A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 3º A competência para a instauração e para o julgamento do PAR é da autoridade máxima do órgão ou da entidade municipal em face da qual foi praticado o ato lesivo.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput será exercida de ofício ou mediante provocação e poderá ser delegada, sendo vedada a subdelegação.

Seção II

Do Processo Administrativo de Responsabilização.

Art. 4º O processo administrativo de que trata o artigo 2º deste Decreto respeitará o direito ao contraditório e à ampla defesa, e observará o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Subseção I

Da instauração, tramitação e julgamento.

Art. 5º A instauração do processo administrativo para apuração de responsabilidade administrativa dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do Município e deverá conter:

I - o nome, o cargo e a matrícula dos membros integrantes da comissão;

II - a indicação do membro que presidirá a comissão;

III - o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados; e

IV - o prazo para conclusão do processo.

Art. 6º O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis e exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo, sempre que necessário à elucidação do fato e à preservação da imagem dos envolvidos, ou quando exigido pelo interesse da administração pública, garantido o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Parágrafo único. Em entidades da Administração Pública Municipal cujos quadros funcionais não sejam formados por servidores públicos, a comissão a que se refere o caput será composta por dois ou mais empregados públicos.

Art. 7º O prazo para conclusão do PAR não excederá 180 (cento e oitenta) dias, admitida prorrogação por meio de solicitação do presidente da comissão à autoridade instauradora, que decidirá de forma fundamentada.

Art. 8º Instaurado o PAR, a comissão processante analisará os documentos pertinentes e intimará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento da intimação, apresentar defesa escrita e especificar eventuais provas que pretende produzir.

Parágrafo único. Deverá constar no mandado de intimação:

I - a identificação da pessoa jurídica;

II - a indicação do órgão ou entidade envolvido na ocorrência e o número do processo administrativo de responsabilização;

III - a descrição objetiva dos atos lesivos supostamente praticados contra a Administração Pública Municipal;
IV - a especificação das provas utilizadas pela comissão do PAR para imputar responsabilidade à pessoa jurídica;
V - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa escrita e especificar provas; e
VI - a identificação da comissão com a indicação do local onde ela se encontra instalada.

Art. 9º As intimações serão feitas por qualquer meio que assegure a certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

Parágrafo único. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do caput, será feita nova intimação por meio de edital.

Art. 10 Na hipótese de a pessoa jurídica requerer a produção de provas em sua defesa, a comissão processante fixará prazo razoável para sua produção.

Parágrafo único. Serão recusadas, mediante decisão fundamentada, provas propostas pela pessoa jurídica que sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

Art. 11 O depoimento de testemunhas observará o procedimento previsto na legislação municipal que regulamenta a matéria, aplicando-se, subsidiariamente, o Código de Processo Civil.

Art. 12 Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a pessoa jurídica poderá apresentar novas alegações acerca do que foi produzido no prazo de 10 (dez) dias, contado do encerramento da instrução probatória.

Art. 13 Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo Federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta.

Art. 14 Concluídos os trabalhos de apuração, a comissão elaborará relatório final a respeito dos fatos apurados, o qual deverá ser conclusivo quanto à responsabilização da pessoa jurídica.

§ 1º O relatório final do PAR será julgado no prazo de 30 (trinta) dias, sendo imprescindível manifestação jurídica prévia, elaborada pelo órgão de assistência jurídica competente.

§ 2º A comissão designada para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público de sua existência, para apuração de eventuais delitos.

§ 3º Na hipótese de decisão contrária ao relatório da comissão, esta deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 15 Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 16 Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do Município e no respectivo sítio eletrônico.

Art. 17 A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor recurso, deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no caput, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

Capítulo III

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DOS ENCAMINHAMENTOS JUDICIAIS

Seção I

Disposições gerais

Art. 18 As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, nos termos do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013:

I - multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
II - publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Seção II

Da Multa

Art. 19 A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 20 Para o cálculo da multa devem ser considerados os elementos presentes no art. 7º da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 1º A existência e quantificação dos elementos de dosimetria da multa devem estar evidenciadas no relatório final da comissão, o qual também conterá a estimativa, sempre que possível, dos valores da vantagem auferida e da pretendida.

§ 2º O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros a ele relacionados.

Art. 21 O valor final da multa deverá ficar entre 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

§ 1º Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R\$ 6.000,00 (seis mil reais) e R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

§ 2º Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 22 O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 17.

Seção III

Da publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Art. 23 A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória em meios de comunicação no município, bem como por meio de afixação de edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

Capítulo IV

DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 24 Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal 12.846, de 2013.

Capítulo V

DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 25 O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 8.666, de 1993, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

Art. 26 Compete à autoridade máxima do órgão municipal responsável pelo controle interno celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846, de 2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 27 O acordo de leniência será proposto pela pessoa jurídica, por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social, ou por meio de procurador com poderes específicos para tal ato, observado o disposto no art. 26 da Lei Federal nº 12.846, de 2013.

§ 1º A proposta do acordo de leniência receberá tratamento sigiloso, conforme previsto no § 6º do artigo 16 da Lei Federal nº 12.846, de 2013, e tramitará em autos apartados do PAR.

§ 2º A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

§ 3º A apresentação da proposta de acordo de leniência deverá ser realizada por escrito, com a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, devidamente documentada, e deverá conter, no mínimo:

I - a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II - o resumo da prática supostamente ilícita; e

III - a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.

§ 4º Uma vez proposto o acordo de leniência, a autoridade competente nos termos do art. 26 deste Decreto poderá requisitar cópia dos autos de processos administrativos em curso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública municipal relacionados aos fatos objeto do acordo.

Art. 28 Uma vez apresentada a proposta de acordo de leniência, a autoridade competente designará comissão composta por dois servidores estáveis para a negociação do acordo.

Art. 29 Compete à comissão responsável pela condução da negociação:

I - esclarecer à pessoa jurídica proponente os requisitos legais necessários para a celebração de acordo de leniência;

II - avaliar os elementos trazidos pela pessoa jurídica proponente que demonstrem:

a) ser a primeira a manifestar interesse em cooperar para a apuração de ato lesivo específico, quando tal circunstância for relevante;

b) a admissão de sua participação na infração administrativa;

c) o compromisso de ter cessado completamente seu envolvimento no ato lesivo; e

d) a efetividade da cooperação ofertada pela proponente às investigações e ao processo administrativo.

III - propor a assinatura de memorando de entendimentos;

IV - proceder à avaliação do programa de integridade, caso existente, nos termos estabelecidos em regulamento do Poder Executivo federal;

V - propor cláusulas e obrigações para o acordo de leniência que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar:

a) a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo;

b) o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos;

c) a obrigação da pessoa jurídica em adotar, aplicar ou aperfeiçoar programa de integridade; e

d) o acompanhamento eficaz dos compromissos firmados no acordo de leniência.

Parágrafo único. O relatório conclusivo acerca das negociações será submetido pela comissão à autoridade competente, sugerindo, de forma motivada, quando for o caso, a aplicação dos efeitos previstos pelo art. 33 deste Decreto.

Art. 30 Após manifestação de interesse da pessoa jurídica em colaborar com a investigação ou a apuração de ato lesivo previsto na Lei

Federal nº 12.846, de 2013, poderá ser firmado memorando de entendimentos com a autoridade competente para celebrar o acordo de leniência, a fim de formalizar a proposta e definir os parâmetros do acordo.

Art. 31 A fase de negociação do acordo de leniência deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da apresentação da proposta, podendo ser prorrogado por igual período, caso presentes circunstâncias que o exijam.

§ 1º A pessoa jurídica será representada na negociação e na celebração do acordo de leniência por seus representantes, na forma de seu estatuto ou contrato social.

§ 2º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados em atas de reunião assinadas pelos presentes, as quais serão mantidas em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 32 A qualquer momento que anteceda a celebração do acordo de leniência, a pessoa jurídica proponente poderá desistir da proposta ou a autoridade competente pela negociação rejeitá-la.

§ 1º A desistência da proposta de acordo de leniência ou sua rejeição:

I - não importará em confissão quanto à matéria de fato nem em reconhecimento da prática do ato lesivo investigado pela pessoa jurídica; e
II - implicará a devolução, sem retenção de cópias, dos documentos apresentados, sendo vedado o uso desses ou de outras informações obtidas durante a negociação para fins de responsabilização, exceto quando a administração pública tiver conhecimento deles por outros meios.

§ 2º O não atendimento às determinações e solicitações da autoridade competente durante a etapa de negociação importará a desistência da proposta.

Art. 33 A celebração do acordo de leniência poderá:

I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

II - reduzir em até 2/3 (dois terços), nos termos do acordo, o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

III - isentar ou atenuar, nos termos do acordo, as sanções administrativas previstas nos arts. 86 a 88 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, ou em outras normas de licitações e contratos cabíveis.

§ 1º Os benefícios previstos no caput ficam condicionados ao cumprimento do acordo.

§ 2º Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 34 No caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 35 Concluído o acompanhamento do acordo de leniência, este será considerado definitivamente cumprido com a declaração da isenção ou cumprimento das respectivas sanções.

Capítulo VI

DOS CADASTROS

Art. 36 Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS informações referentes às sanções administrativas impostas a pessoas físicas ou jurídicas que impliquem restrição ao direito de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública municipal, entre as quais:

I - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso III do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

II - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 87 da Lei Federal nº 8.666, de 1993;

III - impedimento de licitar e contratar com União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

IV - impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, conforme disposto no art. 47 da Lei Federal nº 12.462, de 4 de agosto de 2011;

V - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso IV do caput do art. 33 da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; e

VI - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, conforme disposto no inciso V do caput do art. 33 da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

Art. 37 Os órgãos e entidades da Administração Pública municipal deverão registrar no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP informações referentes:

I - às sanções impostas com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013; e

II - ao descumprimento de acordo de leniência celebrado com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, nos termos do parágrafo único do art. 34 deste Decreto.

Parágrafo único. As informações sobre os acordos de leniência celebrados com fundamento na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão registradas no CNEP após a celebração do acordo, exceto se causar prejuízo às investigações ou ao processo administrativo.

Capítulo VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 38 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 39 Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, em 29 de outubro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas publicações

DECRETO 2902 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219930

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARATER TEMPORÁRIO.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

CONSIDERANDO: Solicitação feita pela gerente de educação para contratação de servidor para substituição de servidora em licença prêmio, no período de 04/11/2019 a 03/12/2019.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. MICHELI REINHEIMER, para exercer o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, classificada em 2º lugar no Processo Seletivo 02/2018, homologado através do Decreto nº 2.729 de 31 de janeiro de 2019, com vencimento salarial previsto no Anexo Único, da Lei Complementar nº 014, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 03 de dezembro de 2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER

Responsável pelas Publicações

DECRETO 2903 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219927

NOMEIA AGENTE PÚBLICO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 99, XII, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO: solicitação e justificativa feita pela Gerente de Educação, na qual manifesta-se sobre convocação de servidores efetivos para alteração de carga horária e convocação de candidatos do processo seletivo nº 02/2018, no qual não houve aceitação para o cargo.

DECRETA

Art. 1º Fica nomeada, a partir da presente data, a Sra. ELISABETH ROSANE BREUNIG KUSTER, para exercer o cargo de PROFESSOR II – 20 HORAS, para atuar na rede Pública Municipal de Ensino em caráter temporário, com vencimento salarial previsto no Anexo III, da Lei Complementar nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Parágrafo único: A posição hierárquica e o vencimento estão estabelecidos no anexo III, da mesma Lei Complementar.

Art. 2º A contratação ora realizada, dar-se-á até 03 de dezembro de 2019.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2019

Publicação Nº 2219277

Processo Administrativo Licitatório nº 071/2019
Dispensa de Licitação nº 07/2019

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa de Licitação para contratação dos serviços de execução do Projeto EXCELÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO TURISTICO URBANO E RURAL - EDTUR, com Consultoria para implantação de ações de fortalecimento do turismo através da elaboração de planos de ação e orientações para implantação dos planos de ações, consultoria e apoio técnico ao responsável pela atividade do turismo no município, consultoria para adequação e qualificação dos empreendimentos com foco para o turismo local e consultoria para implantação de estratégias de marketing turístico.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XIII, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, ratifico o ato da Senhora Ivoni Schneider Kaplan, que declara dispensável a licitação nos termos da lei supracitada.

Esta é a decisão.

Emita-se a Autorização para fornecimento do serviço bem como dos materiais necessários.

Alto Bela Vista - SC, 26 de setembro de 2019.
GILBERTO ANTONIO MALTAURO
Prefeito Municipal em Exercício

LEI COMPLEMENTAR Nº 095, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220478

ALTERA LEI COMPLEMENTAR Nº 069/2014 E ADOTA PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar.

Art. 1º - Altera o caput do art. 5º e revoga o §1º e §4º do art. 5º da Lei Complementar n.º 069/2014, passando o caput do art. 5º a vigorar com a seguinte redação:

.....
"Art. 5º O valor da gratificação de sobreaviso para os motoristas, prevista no inciso I do Art. 4º da Lei Complementar nº 069/2014, será o correspondente ao percentual de 20% (vinte por cento) da hora base do seu vencimento e será pago de acordo com as necessidades da administração que serão estabelecidas através de escala de trabalho previamente elaborada pelo gerente da pasta, não podendo ser cumulado com adicional de serviço extraordinário".

Art. 2º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Alto Bela Vista/SC, em 05 de novembro de 2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas Publicações

PORTARIA 230 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219922

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente na forma do art. 82 da Lei Complementar n.º 011, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações e ao constante do requerimento protocolado com o nº 0230, de 24/08/2018

RESOLVE:

Art. 1º Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidores Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

MAT.	SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
121	CLEIDE MARIA NILSON BOURCKHARDT	23/08/2010 a 22/08/2015	04/11/2019 a 03/12/2019
197	ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	23/08/2010 a 22/08/2015	04/11/2019 a 03/12/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 04 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável pelas publicações**PORTARIA 231 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019**

Publicação Nº 2219925

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal em cargo de provimento efetivo, abaixo relacionados.

Matrícula	Servidor	Quantidade	Período de Afastamento
913	ALICE MÜLLER	1/2 dia (tarde)	30/10/2019
113	JOSI VITORIA LERMEN FINGER	1/2 dia (tarde)	01/11/2019
197	ANDREIA ROSANA AULER RAIZER	01 dia	01/11/2019
289	LISNEIA RAQUEL PALLAS	1/2 dia (tarde)	01/11/2019
503	BIBIANE APARECIDA DA ROSA ARRUDA	1/2 dia (tarde)	01/11/2019
910	FERNANDA FORNARI	1/2 dia (tarde)	01/11/2019
114	ELOI VITOR ROSSET	01 dia	04/11/2019
499/606	VANDA BOURCKHARDT GASTMANN	01 dia	04/11/2019
760	ALICE HOFFMANN MALTAURO	01 dia	04/11/2019
48	MAIRA DIONETE ZAHLE	01 dia	04/11/2019
76	IVANÉDIO SCHONELL	1/2 dia (tarde)	05/11/2019
492	MARLOIVA MARIA BIAVATI	01 dia	05/11/2019
471	MARCIA SCHNEIDER NORDT	01 DIA	05/11/2019
489	LILIAN SCHWINGEL	1/2 dia (MANHÃ)	06/11/2019

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 06 de novembro de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ADRIANA KOLLER
Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO

Publicação Nº 2219164

CONVOCAÇÃO

Com o presente, comunicamos que de acordo com o Concurso Público Edital nº 001/2019, Vossa Senhoria foi aprovado e consequentemente classificado para a vaga na qual concorreu, onde a respectiva nomeação se deu na data de 07/11/2019, ficando assim Convocado para comparecer junto à Prefeitura Municipal de Anchieta (SC) no Setor de Recursos Humanos.

Para assinatura do Termo de Posse é necessário apresentar a relação de documentos abaixo descrita:

- a) Fotocópia da Certidão de nascimento ou casamento;
- b) Fotocópia do RG;
- c) Fotocópia do CPF;
- d) Fotocópia da Carteira Profissional de Trabalho com o número do PIS/PASEP;
- e) Fotocópia do Título de Eleitor;
- f) Comprovante de residência;
- g) Possuir bons antecedentes Judiciais (folha corrida);
- h) Uma fotografia 3x4 atual;
- i) CPF e Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos, quando for o caso;
- j) Conta corrente no Banco do Brasil, que será realizado o depósito dos pagamentos;
- k) Comprovante de Escolaridade de acordo com a exigência do Cargo descrito no Edital, com Registro no órgão competente;
- l) Certidão Negativa de Débito Municipal;
- m) Gozo dos direitos políticos (certidão retirada pela internet);
- o) Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;
- p) Quitação com as obrigações eleitorais (comprovante de votação ou certidão de quitação da Justiça Eleitoral);
- q) Comprovação relativa à habilitação exigida;
- r) Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo servidor;
- s) No caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
- u) Declaração de bens;
- v) Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial, comprovando estar em gozo de saúde física e mental- ASO.
- x) Efetuar a Qualificação cadastral para o eSocial junto a Receita Federal no portal <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>

Dúvidas e esclarecimentos contatar no telefone (49) 3653 3200.

Atenciosamente,

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal
Ilmo. Senhor
Gustavo Fattori Ferreira
São Miguel do Oeste – SC.

DECRETO Nº 200/2019

Publicação Nº 2219616

DECRETO Nº. 200/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

REGULAMENTA A POLÍTICA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, DEFINE NORMAS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL, FIXA O PROCEDIMENTO DE APLICAÇÃO DAS SANÇÕES EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com o art. 15 da Resolução CONSEMA nº 117, de 01 de dezembro de 2017, Lei Complementar Municipal nº 080/2019 e:

Considerando que nos termos do art. 23, VI e VII da Constituição Federal é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: "proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas, bem como preservar as florestas, a fauna e a flora";

Considerando que a Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas,

da fauna e da flora;

Considerando que nos termos da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e regulamentos, são autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os servidores de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização;

Considerando que, nos termos da Lei Orgânica do Município e demais normativas, as condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções administrativas, independentemente da obrigação de reparação aos danos causados;

Considerando as disposições da Lei Complementar Municipal n. 080/2019, que trata da Política Municipal de Meio Ambiente;

DECRETA:

CAPÍTULO I

Da competência e do exercício da ação fiscalizatória

Art. 1º Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas, em especial as de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

§1º São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais do Poder Executivo municipal designados para as atividades de fiscalização, bem como as equipes técnicas dos órgãos/entidades aos quais tal atribuição for delegada.

§2º Qualquer pessoa, constatando infração ambiental, poderá dirigir representação às autoridades, para efeito do exercício do seu poder de polícia.

§3º A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de co-responsabilidade.

§4º As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito de ampla defesa e contraditório.

Art. 2º No exercício da ação fiscalizadora, fica assegurada aos agentes a entrada a qualquer dia e hora e a permanência pelo tempo que se tornar necessário em estabelecimentos e propriedades públicas ou privadas, observado o disposto no art. 5º, XI da Constituição da República.

§1º Os agentes, quando obstados, poderão requisitar força policial para garantir o exercício de suas atribuições.

§2º Quando a fiscalização for realizada por solicitação de entidade sindical e/ou organização não governamental legalmente constituídas e/ou partidos políticos e/ou parlamentares, para a defesa dos interesses difusos relacionados à proteção do meio ambiente e recursos naturais, os mesmos poderão acompanhar as atividades de fiscalização ou nomear técnico habilitado para representá-los.

Art. 3º Para imposição e gradação da penalidade a autoridade competente observará o disposto no Anexo III e:

I - A gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e meio ambiente;

II - Os antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

III - A situação econômica do infrator ente, no caso de multa.

CAPÍTULO II

Das Infrações Administrativas e da Responsabilidade.

Art. 4º As infrações administrativas serão punidas com as seguintes sanções, observado o disposto no art. 3º:

I - Advertência;

II - Multa simples;

III - Multa diária;

IV - Apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - Destruição ou inutilização do produto;

VI - Suspensão de venda e fabricação do produto;

VII - Embargo de obra ou atividade;

VIII - Demolição de obra;

IX - Suspensão parcial ou total de atividades;

X - Obrigação de promover a recuperação ambiental;

XI - Participação em programa de educação ambiental.

XI – Restritiva de direitos, sendo:

a) Suspensão de registro, licença ou autorização;

b) Cancelamento de registro, licença ou autorização;

c) Perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais;

d) Proibição de contratar com a Administração Pública, pelo período de até três anos.

§1º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§2º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições da Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações e legislação em vigor, ou de preceitos regulamentares, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§3º A multa simples será aplicada em conformidade com o disposto neste Decreto, na Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações, podendo ser aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

§4º A multa simples pode ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§5º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§6º As sanções indicadas nos incisos VI a IX do caput serão aplicadas quando o produto, obra, atividade ou estabelecimento não estiverem obedecendo às prescrições legais ou regulamentares.

§7º Os custos resultantes do embargo, suspensão, temporário ou definitivo, de obra ou atividade; demolição de obra; destruição ou inutilização do produto, assim como os decorrentes da apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração; serão ressarcidos pelo infrator, após encerrado o processo administrativo, quando comprovada a prática da infração.

§8º A participação em programa de educação ambiental poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, inclusive advertência.

Art. 5º Os valores arrecadados em pagamento de multas por infração ambiental serão revertidos ao Fundo Municipal do Meio Ambiente ou correlato, conforme dispuser o órgão arrecadador, cabendo ao Chefe do Poder Executivo a regulamentação competente.

Art. 6º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 7º O valor das multas será convertido em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e, caso não pagos na época oportuna, serão inscritos em dívida ativa com a cobrança de juros no percentual de 1% (um por cento) ao mês, contados da data do vencimento.

Art. 8º O pagamento de multa imposta pelo Estado e/ou União substitui a multa municipal, se na mesma hipótese de incidência.

Art. 9º Responderá pela infração quem de qualquer forma concorrer para a prática das infrações administrativas ou delas se beneficiar, conforme o disposto neste Decreto e nos artigos 2º, 3º e 4º da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, incidindo também nas penas cominadas na referida Lei o diretor, administrador, membro de conselho e órgão técnico, auditor, gerente, preposto ou mandatário de pessoa jurídica que, sabendo da conduta ilícita de outrem, deixar de impedir sua prática quando devia agir para evitá-la.

Seção I

Das circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 10. São circunstâncias agravantes de penalidade:

- a) ter o agente cometido a infração para obter vantagem pecuniária;
- b) ter o agente cometido a infração coagindo outrem para execução material da infração;
- c) ter o agente cometido a infração, concorrendo para danos à propriedade alheia;
- d) ter ocorrido dano atingindo unidade de Conservação, zona de amortecimento ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
- e) ter o agente cometido a infração à noite, domingos ou feriados;
- f) infração cometida através do emprego de métodos cruéis na morte, abate ou captura de animais ou através de métodos ou instrumentos capazes de provocar destruição em massa;
- g) infração cometida em período de defesa da fauna e/ou flora;
- h) infração cometida em épocas de seca ou inundações;
- i) ser o agente reincidente em infrações ambientais, considerada reincidência genérica o cometimento de nova infração ambiental de qualquer espécie e reincidência específica o cometimento de nova infração ambiental, de mesma espécie, ambas dentro do prazo de cinco anos.

Art. 11. São circunstâncias atenuantes de penalidade:

- a) baixo grau de instrução ou escolaridade do infrator;
- b) arrependimento do infrator, manifestado pela adoção espontânea e imediata de medidas para a correção, reparação ou limitação dos danos causados ao meio ambiente e recursos hídricos;
- c) comunicação prévia pelo autuado do perigo iminente de degradação ambiental à autoridade competente;
- d) colaboração com a fiscalização, explicitada por não oferecimento de resistência, permanência ou livre acesso a dependências, instalações e locais de ocorrência da possível infração e pronta apresentação de documentos solicitados.

Art. 12. A autoridade julgadora, verificando a existência de circunstâncias atenuantes ou agravantes, poderá readequar o valor da multa indicada pelo agente autuante em auto de infração, minorando-a ou majorando-a de forma a atingir os princípios básicos do processo administrativo ambiental estabelecidos pelo art. 66 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações e na Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e alterações.

Seção II

Da Aplicação da Penalidade de Advertência

Art. 13. A penalidade de advertência poderá ser imposta ao infrator pela autoridade ambiental fiscalizadora, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório.

§1º Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R\$ 10 UMA (Unidade Monetária Ambiental)

§2º A autoridade ambiental fiscalizadora fixará prazo máximo de 30 (trinta) dias àquele que houver cometido infração passível de imputação de advertência para regularização e reparação do dano ambiental, sempre que cabível, cujo descumprimento implicará na conversão da penalidade de advertência em multa simples.

§3º Fica vedada a aplicação de nova sanção de advertência no período de 03 (três) anos contados da data da última autuação por infração ambiental, ficando o infrator imediatamente sujeito as demais.

Seção III

Da Aplicação de Penalidade de Multa Simples

Art. 14. A multa simples será aplicada isolada ou cumulativamente com as demais sanções.

§1º A multa decorrente da constatação de infração administrativa terá por base o ato em si e a unidade de medida aplicável, como: hectare, fração, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra pertinente, animais ou outra unidade de medida coerente ao objeto jurídico lesado.

§2º O órgão ambiental municipal especificará a unidade de medida aplicável a realidade da vistoria, dependendo das condições específicas de cada procedimento fiscalizatório, para cada espécie de recurso natural objeto da infração.

Art. 15. Para o cálculo da multa o agente autuante levará em conta os valores mínimo e máximo capitulados para a infração, considerando o disposto nos arts. 3º, 10 e 11 deste Decreto.

Art. 16. Não tendo o agente autuante documentos ou informações que no ato da fiscalização identifiquem a capacidade econômica, fará a classificação pela capacidade aparente verificada no ato da autuação, relatando os critérios adotados no relatório de fiscalização.

Parágrafo único. O autuado poderá, por ocasião da defesa, requerer a reclassificação da sua capacidade econômica, mediante comprovação por documentos.

Art. 17. Os parâmetros iniciais (agravantes e atenuantes) para indicação da multa aberta nos autos de infração ambiental não poderão implicar em indicação de multa para determinada infração ambiental com valor inferior ao mínimo ou superior ao máximo estabelecido no Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações.

Art. 18. O cometimento de nova infração ambiental pelo mesmo infrator, no período de cinco anos contados da lavratura de auto de infração anterior, devidamente confirmado em julgamento, implica em:

I - Aplicação da multa em triplo, no caso de reincidência específica; ou

II - Aplicação da multa em dobro, no caso de reincidência genérica.

§1º O agravamento será apurado no procedimento da nova infração, do qual se fará constar, por cópia, o auto de infração anterior e o julgamento que o confirmou.

§2º Antes do julgamento da nova infração, a autoridade ambiental deverá verificar a existência de auto de infração anterior confirmado em julgamento, para fins de aplicação do agravamento da nova penalidade.

§3º Após o julgamento da nova infração, não será efetuado o agravamento da penalidade.

§4º Constatada a existência de auto de infração anteriormente confirmado em julgamento, a autoridade ambiental deverá:

I - Agravar a pena conforme disposto no caput;

II - Notificar o autuado para que se manifeste sobre o agravamento da penalidade no prazo das alegações finais; e

III - Julgar a nova infração considerando o agravamento da penalidade.

Seção IV

Da Aplicação da Penalidade de Multa Diária

Art. 19. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo e ainda nos casos de descumprimento de embargo, suspensão ou termos de compromisso.

§1º Constatada a situação prevista no caput o Agente autuante lavrará auto de infração indicando a incidência e o valor da multa diária.

§2º Cessado o período que se prolongou no tempo a infração ambiental que gerou a multa diária, o somatório desta não poderá ser inferior a 0,5 UMA (unidade monetária ambiental) e nem superior a 500.000,00 UMAs.

§3º O valor da multa-dia deverá ser fixado de acordo com os critérios estabelecidos neste Decreto, não podendo ser inferior ao mínimo estabelecido pelo Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações, nem superior a dez por cento do valor da multa simples cominada para a infração.

§4º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental detentor do processo administrativo documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração, sendo obrigatória a confirmação da informação por relatório de agente autuante.

§5º Por ocasião do julgamento do auto de infração, cabe a autoridade ambiental fiscalizadora, em caso de procedência da autuação, confirmar ou modificar o valor da multa-dia, e justificadamente, decidir o período de sua aplicação, consolidando o montante devido pelo autuado para posterior cobrança judicial ou extrajudicial.

§6º A celebração de termo de compromisso para reparação condicionada à cessação dos danos encerrará a contagem da multa diária.

§7º Caso verificada a inveracidade da comunicação referente à cessação do fato que ensejou a autuação, após notificação do empreendedor, a multa diária incidirá durante os próximos 30 (trinta) dias até que o infrator evidencie a execução das medidas acordadas com o órgão competente, sendo obrigatória a confirmação da informação por relatório de agente autuante, não se aplicando neste caso o redutor previsto no §3º deste artigo.

§8º Ultrapassados os 30 (trinta) dias do prazo improrrogável a que se refere o § 6º, caso o infrator não tenha comunicado a regularização da situação, aplicar-se-ão cumulativamente as penalidades de embargo ou suspensão das atividades, multa simples e multa diária.

Seção V

Da Apreensão e Destinação dos Animais, Produtos e Subprodutos da Fauna e Flora e da Apreensão, Destinação, Destruição ou Inutilização de Demais Produtos e Subprodutos Objeto da Infração, Instrumentos, Petrechos, Equipamentos ou Veículos de Qualquer Natureza Utilizados na Infração

Art. 20. Os animais, produtos, subprodutos da fauna e flora e demais produtos e subprodutos objeto da infração, instrumentos, petrechos ou veículos de qualquer natureza serão apreendidos, salvo em impossibilidade justificada.

Art. 21. Os animais domésticos e exóticos serão apreendidos quando:

I - Forem encontrados no interior de unidade de conservação de proteção integral; ou

II - Forem encontrados em área de preservação permanente ou quando impedirem a regeneração natural de vegetação em área cujo corte não tenha sido autorizado.

§1º Na hipótese prevista no inciso II, os proprietários deverão ser previamente notificados para que promovam a remoção dos animais do local no prazo assinalado pela autoridade competente.

§2º Não será adotado o procedimento previsto no §1º quando não for possível identificar o proprietário dos animais apreendidos, seu preposto ou representante.

Art. 22. A autoridade ambiental fiscalizadora, mediante decisão fundamentada em que se demonstre a existência de interesse público relevante, poderá autorizar o uso do bem apreendido nas hipóteses em que não haja outro meio disponível para a consecução da respectiva ação fiscalizatória.

Parágrafo único. Os veículos de qualquer natureza que forem apreendidos poderão ser utilizados pela administração ambiental para fazer o deslocamento do material apreendido até local adequado, para promover a recomposição do dano ambiental ou outro fim que vise à proteção ou recuperação do meio ambiente enquanto o bem permanecer apreendido.

Art. 23. Nos casos em que a administração não dispor de local adequado para a guarda ou depósito dos bens apreendidos, a critério da autoridade ambiental fiscalizadora, o depósito poderá ser confiado:

I - A órgãos e entidades de caráter ambiental, beneficentes, científicos, culturais, educacionais, hospitalares, penal e militar; ou

II - Ao próprio autuado, desde que a posse dos bens ou animais não traga risco de utilização em novas infrações.

§1º Os órgãos e entidades públicas que se encontrarem sob a condição de depositário serão preferencialmente contemplados no caso da destinação final do bem ser doado.

§2º Os bens confiados em depósito não poderão ser utilizados pelos depositários, salvo o uso lícito de veículos e embarcações pelo próprio autuado.

§3º A entidade fiscalizadora poderá celebrar convênios ou acordos com os órgãos e entidades públicas para garantir, após a destinação final, o repasse de verbas de ressarcimento relativas aos custos do depósito.

§4º Nos casos de anulação, cancelamento ou revogação da apreensão, o órgão ou a entidade ambiental responsável pela apreensão

restituirá o bem no estado em que se encontra ou, na impossibilidade de fazê-lo, indenizará o proprietário pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, descontados os valores relativos aos desgastes naturais.

Art. 24. A autoridade ambiental fiscalizadora, durante a instrução do processo administrativo, levando-se em conta a natureza dos bens e animais apreendidos e considerando o risco de perecimento, procederá da seguinte forma:

I - Os animais da fauna silvestre serão apreendidos obrigatoriamente no momento da constatação da infração e, após avaliação de risco de contaminação e avaliação biológica de risco de causar desequilíbrio ecológico por técnico habilitado, serão libertados em seu habitat ou entregues a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinadas a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados;

II - Os animais silvestres apreendidos somente poderão ser deixados depositados com o infrator em caso de impossibilidade de remoção devido a situações excepcionais como grande tamanho, ferocidade, perigo de envenenamento ou outras circunstâncias justificáveis, até que a autoridade ambiental possa tomar as providências para removê-los e destiná-los corretamente;

III - Os animais domésticos ou exóticos mencionados no art. 21 poderão ser vendidos;

IV - Os produtos perecíveis e as madeiras sob risco iminente de perecimento serão avaliados e doados.

§1º Os animais de que trata o inciso III após avaliados, poderão ser doados, mediante decisão motivada da autoridade ambiental fiscalizadora, sempre que sua guarda ou venda forem inviáveis econômica ou operacionalmente.

§2º A doação a que se refere o § 1º será feita às instituições mencionadas no art. 23.

§3º O órgão ou entidade ambiental deverá estabelecer mecanismos que assegurem a indenização ao proprietário dos animais vendidos ou doados, pelo valor de avaliação consignado no termo de apreensão, caso a decisão do processo administrativo seja favorável ao autuado.

§4º Os animais exóticos ou silvestres relacionados nas listas de espécies ameaçadas de extinção ou anexos da Convenção sobre Comércio Internacional das espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES não poderão ser vendidos, devendo ser destinados a jardins zoológicos, fundações, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, ou ainda destinados a estudos em universidades, centros de pesquisa e afins, desde que os mesmos possuam projetos devidamente aprovados em comissão de ética prevendo o uso dos animais e que fiquem sob responsabilidade de técnicos habilitados.

§5º Serão consideradas sob risco iminente de perecimento as madeiras que estejam acondicionadas a céu aberto ou que não puderem ser guardadas ou depositadas em locais próprios, sob vigilância, ou ainda quando inviável o transporte e guarda, atestados pelo Agente autuante no documento de apreensão.

§6º A liberação dos animais da fauna silvestre em seu habitat natural deverá ser precedida de laudo técnico emitido por profissional habilitado.

Art. 25. Após decisão que confirme o auto de infração, os bens e animais apreendidos que ainda não tenham sido objeto da destinação prevista no art. 24, não mais retornarão ao infrator, devendo ser destinados da seguinte forma:

I - Os produtos perecíveis serão doados, exceto animais oriundos da caça;

II - As madeiras poderão ser doadas, vendidas ou utilizadas pela administração quando houver necessidade, conforme decisão motivada da autoridade competente;

III - Os produtos e subprodutos da fauna, perecíveis e não perecíveis, serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

IV - Os instrumentos utilizados na prática da infração poderão ser destruídos, utilizados pela administração quando houver necessidade, doados ou vendidos, garantida a sua descaracterização, neste último caso, por meio da reciclagem quando o instrumento puder ser utilizado na prática de novas infrações;

V - Os demais petrechos, equipamentos, veículos e embarcações poderão ser utilizados pela administração quando houver necessidade ou ainda vendidos, doados ou destruídos, conforme decisão motivada da autoridade ambiental fiscalizadora.

Art. 26. Os bens apreendidos poderão ser doados pela autoridade competente para os órgãos e entidades públicas de caráter científico, cultural, educacional, hospitalar, penal e militar, bem como para outras entidades com fins beneficentes.

Art. 27. Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator.

Art. 28. O termo de doação de bens apreendidos vedará a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações doados.

Parágrafo único. A autoridade ambiental fiscalizadora poderá autorizar a transferência dos bens doados quando tal medida for considerada mais adequada à execução dos fins institucionais dos beneficiários.

Art. 29. Os bens sujeitos à venda serão submetidos a leilão, nos termos do §5º do art. 22 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo único. Os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais correrão à conta do adquirente.

Seção VI

Da Aplicação da Penalidade de Suspensão de Venda e Fabricação do Produto

Art. 30. A penalidade de suspensão de venda e fabricação de produto será aplicada pela autoridade ambiental fiscalizadora, quando o produto não estiver obedecendo às determinações legais e regulamentares, resguardado o devido processo legal, garantindo-se o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A suspensão de venda ou fabricação de produto constitui medida que visa evitar a colocação no mercado de produtos e subprodutos oriundos de infração administrativa ao meio ambiente ou que tenha como objetivo interromper o uso contínuo de matéria-prima e subprodutos de origem ilegal.

Seção VII

Da Aplicação da Penalidade de Embargo de Obra ou Atividade e Suas Respectivas Áreas

Art. 31. O embargo de obra ou atividade e suas respectivas áreas é uma medida preventiva que visa impedir a continuidade do dano ambiental, propiciar a regeneração do meio ambiente e dar viabilidade à recuperação da área degradada e será aplicada pelo agente autuante, devendo ser restrita aos locais onde efetivamente caracterizou-se a infração ambiental, não alcançando as demais atividades ou obras realizadas legalmente pelo administrado.

§1º O descumprimento total ou parcial de embargo, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação

cumulativa das seguintes sanções:

I - Multa simples;

II - Suspensão da atividade que originou a infração e da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos na área ou local do embargo infringido;

III - Suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

§2º O Agente autuante, verificando o descumprimento de embargo, deverá autuar o infrator, conforme o art. 79 do Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações.

§3º Persistindo o descumprimento do embargo, o agente autuante deverá comunicar o crime de desobediência previsto no art. 330 do Código Penal Brasileiro a autoridade policial competente.

Art. 32. A cessação das penalidades de embargo dependerá de decisão da autoridade ambiental fiscalizadora, de acordo com as suas atribuições, após a apresentação, pelo autuado, de documentação que comprove a regularização da obra ou atividade.

§1º A solicitação para cessação das penalidades de embargo anterior à etapa de julgamento deverá ser feita diretamente a unidade do órgão ambiental e respectiva unidade responsável pela lavratura do termo de embargo.

§2º As decisões de suspensão de termos de embargo pela Autoridade Ambiental Fiscalizadora, de acordo com as suas atribuições, deverão estar embasadas técnica ou juridicamente.

Seção VIII

Da Aplicação da Penalidade de Demolição

Art. 33. A sanção de demolição de obra poderá ser aplicada pela autoridade ambiental fiscalizadora, garantido o contraditório e ampla defesa, quando:

I - Verificada a construção de obra em área ambientalmente protegida, em desacordo com a legislação ambiental;

II - Quando a obra ou construção realizada não atenda às condicionantes da legislação ambiental e não seja passível de regularização.

§1º A demolição poderá ser feita pela administração ou pelo infrator, em prazo assinalado, após o julgamento do auto de infração.

§2º As despesas para a realização da demolição correrão às custas do infrator, que será notificado para realizá-la ou para reembolsar aos cofres públicos os gastos que tenham sido efetuados pela administração, apurados no curso do Auto de Infração.

§3º Não será aplicada a penalidade de demolição quando, mediante laudo técnico, for comprovando que o desfazimento poderá trazer piores impactos ambientais que sua manutenção, caso em que a autoridade ambiental, mediante decisão fundamentada, deverá, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, impor as medidas necessárias à cessação e mitigação do dano ambiental, observada a legislação em vigor.

Seção IX

Da Aplicação da Penalidade de Suspensão Parcial ou Total das Atividades

Art. 34. A penalidade de suspensão parcial ou total da atividade será aplicada pelo agente autuante como medida preventiva, quando os processos produtivos estejam operando em desacordo com a legislação ambiental ou normas técnicas específicas, promovendo danos ao meio ambiente.

§1º A aplicação da penalidade de suspensão parcial ou total das atividades deixará de ser aplicada a partir de decisão da autoridade ambiental fiscalizadora, com base em documentos que comprovem a regularização da atividade.

§2º O descumprimento total ou parcial da penalidade de suspensão, sem prejuízo do disposto da aplicação das demais penalidades, ensejará a aplicação cumulativa das seguintes sanções:

I - Multa simples;

II - Suspensão da venda de produtos ou subprodutos criados ou produzidos durante o período de suspensão parcial ou total da atividade infringida;

III - Suspensão ou cancelamento de registros, licenças ou autorizações de funcionamento da atividade econômica junto aos órgãos ambientais e de fiscalização.

Seção X

Da Suspensão ou Cassação da Licença ou Autorização Ambiental

Art. 35. A penalidade administrativa de suspensão de licença ou autorização ambiental será imposta em face da infração ambiental, aplicado pela autoridade ambiental fiscalizadora em caso de reincidência específica ou em caso de utilização da licença e autorização ambiental com inobservância das condicionantes impostas ou mediante abuso ou fraude.

§1º O ato de suspensão ou cassação de licenças ou autorizações ambientais ocorrerá por meio de ofício emitido pelo órgão ambiental municipal, endereçado ao infrator.

Seção XI

Da Obrigação de Promover a Recuperação Ambiental

Art. 36. A penalidade de promover obrigação de promover a recuperação ambiental será sempre imposta quando restar dano ao meio ambiente.

§1º Em se tratando de supressão de vegetação nativa sem a devida autorização, a recuperação deverá ocorrer na área onde efetivamente ocorreu o dano, sendo vedada a compensação, salvo em casos que o dano seja irreversível e a compensação proposta seja mais vantajosa ao meio ambiente, comprovada em projeto apresentado pelo administrado e reconhecida pelos órgãos executores da política estadual de meio ambiente.

§2º Em situações em que a recuperação do dano ambiental mostrar-se impossível, deverá a autoridade ambiental fiscalizadora determinar, com base em parecer técnico, a sua compensação, ainda que financeira, cujo montante determinado deverá ser creditado na forma do artigo 5º deste Decreto.

Seção XII

Da Participação em Programa de Educação Ambiental.

Art. 37. A penalidade de participação em programa de educação ambiental será aplicada sempre que a autoridade ambiental fiscalizadora julgar conveniente, ante as condições pessoais do infrator.

§1º A penalidade de participação em programa de educação ambiental poderá ser aplicada cumulativamente em todas as hipóteses e isoladamente somente quando a infração cometida não for considerada grave ou gravíssima.

§2º O programa de educação ambiental será implementado pelos órgãos executores da política municipal do meio ambiente; pelo Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER AMBIENTAL, voltado à prevenção de conduta reincidente.

§3º A participação nos cursos de educação ambiental deve ser custeada pelo próprio infrator, que demonstrará sua frequência por meio de apresentação de certificado no órgão autuante.

§4º O programa de educação ambiental consistirá de palestras educativas de no mínimo 10 horas aulas.

CAPÍTULO III

Do Processo Administrativo de Fiscalização Ambiental e dos Procedimentos de Fiscalização

Seção I

Das Disposições Gerais

Art. 38. As infrações ambientais serão apuradas em processo administrativo próprio, assegurado o direito à ampla defesa e contraditório. Parágrafo único. O processo administrativo inicia-se de ofício pela autoridade ambiental fiscalizadora com lavratura do Auto de Infração Ambiental (AIA) pelo agente autuante, em razão do conhecimento de infração às regras jurídicas, em especial as de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Art. 39. Constituem princípios básicos do processo administrativo infracional a legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, formalismo moderado, publicidade, contraditório, ampla defesa, segurança jurídica, interesse público, impessoalidade, boa-fé e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos ambientais serão observados, entre outros, os critérios de:

I - Atuação conforme a lei e o direito;

II - Atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - Atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - Divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na legislação vigente;

VI - Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - Indicação dos pressupostos de fato e direito que determinarem a decisão;

VIII - Observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - Adoção de formas simples suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - Garantia dos direitos à comunicação, apresentação de alegações finais, produção de provas e interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - Proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - Impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Art. 40. Será instaurado processo para apuração de infrações ambientais com a primeira via do auto de infração.

Parágrafo único. A instauração do processo dar-se-á junto ao órgão ambiental municipal ou entidade designada.

Art. 41. O processo administrativo de fiscalização ambiental será formado isolada ou conjuntamente, conforme o caso, de:

I - Auto de infração ambiental;

II - Relatório de fiscalização;

III - Defesa prévia;

IV - Manifestação sobre defesa prévia ou contradita;

V - Alegações Finais,

VI - Decisão.

§1º Em qualquer fase do processo administrativo a autoridade ambiental fiscalizadora poderá designar a realização de audiência de conciliação da administração com o administrado, a fim de buscar a celebração de termo de compromisso.

§2º A audiência de conciliação poderá ser solicitada pelo administrado, recomendada pelo agente autuante ou determinada de ofício pela autoridade ambiental fiscalizadora.

§3º Havendo a celebração de acordo, será lavrada ata da audiência indicando os seus termos, definindo o prazo para a celebração do termo de compromisso.

§4º Havendo celebração de acordo serão dispensadas as fases subsequentes do processo, elaborando-se de imediato a decisão de aplicação de penalidade.

§5º Todos os documentos apresentados pelo autuado ou por seu procurador legitimado deverão ser protocolizados junto ao Poder Executivo Municipal.

§6º Quando da existência da demanda de fiscalização e notificação estes deverão fazer parte do processo administrativo de infração ambiental.

§7º A autoridade ambiental julgadora poderá requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou contradita do agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

§8º Todos os documentos relativos ao processo administrativo poderão ser digitalizados caso a Administração disponha de sistema informatizado para tais fins.

§9º No caso do parágrafo anterior, todas as movimentações relativas ao processo administrativo eletrônico serão inseridas no sistema, cabendo ao autuado seu acompanhamento, inclusive de intimações, notificações, citações e todos os demais autos de cientificação.

§10. Os prazos, no caso de processo eletrônico via sistema informatizado, serão abertos ao autuado com a sua consulta ao sistema ou em não havendo consulta, após o período de 05 (cinco) dias de seu lançamento, de forma automática.

Art. 42. Os processos administrativos de fiscalização ambiental deverão obedecer à numeração, observando-se o número do respectivo auto de infração ambiental.

§1º O processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas pelo órgão que proceder à juntada de qualquer documento aos autos.

§2º Eventuais falhas ou omissões não constituirão motivo de nulidade do processo administrativo, cabendo à autoridade ambiental mandar supri-las.

§3º A autuação do processo será formalizada em sua capa contendo obrigatoriamente os dados na ordem que segue:

- I - Número de processo;
- II - Número da notificação quando couber;
- III - Número do Auto de Infração Ambiental;
- IV - Número do Termo de Embargo e Suspensão quando couber;
- V - Número do Termo de Apreensão e Depósito quando couber;
- VI - Nome do autuado.

Seção III

Da Intimação/Notificação

Art. 43. Havendo incerteza sobre autoria ou algum elemento que componha a materialidade da infração, o Agente autuante poderá intimar/ notificar o administrado para que apresente informações ou documentos ou ainda para que adote providências pertinentes à proteção do meio ambiente.

§1º A lavratura da Intimação/Notificação será em 02 (duas) vias, destinando-se a primeira para arquivo na unidade responsável pela emissão e a segunda ao intimado/notificado.

§2º A Notificação, como instrumento que visa dar início à apuração de infrações contra o meio ambiente, somente será utilizada quando necessária à elucidação de fatos que visem esclarecer possível situação de ocorrência de infração.

Art. 44. A intimação/notificação bem como todos os documentos apresentados pelo administrado deverão ser autuados.

§1º Caso não exista infração ambiental deve ser arquivado o procedimento.

§2º No caso de existência de infração ambiental, os autos do procedimento devem ser encaminhados para o órgão ambiental municipal para lavratura do auto de infração.

Art. 45. Quando não houver atendimento à Notificação deverá ser procedida a lavratura de auto de infração ambiental.

Parágrafo único. A Notificação e todos os documentos que o acompanham deverão ser juntados ao processo administrativo.

Seção IV

Do Auto de Infração

Art. 46. Verificada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração pelo agente autuante, preferencialmente de maneira imediata, através de Formulário oficial, em 2 (duas) vias, destinando-se a primeira a formalização do processo administrativo e a segunda ao infrator;

§1º Nos casos em que o auto de infração ambiental não seja lavrado no ato da constatação da infração ambiental, o autuado será notificado por via postal com aviso de recebimento ou publicação por edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade.

§2º Para produzir efeitos a notificação por via postal independe do recebimento pessoal do interessado, sendo suficiente que a correspondência seja entregue no endereço por ele indicado ou no local da constatação da infração ambiental.

Art. 47. No auto de infração ambiental deverá constar:

- I - Identificação do órgão fiscal;
- II - Nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço para correspondência;
- III - Endereço da infração administrativa ambiental, bem como a hora, dia, mês e ano da constatação da mesma;
- IV - Local da infração;
- V - Descrição sumária da infração administrativa ambiental;
- VI - Grau de lesividade da infração administrativa ambiental;
- VII - Fundamento legal referente à infração administrativa ambiental;
- VIII - Indicação da sanção ou sanções aplicadas e o valor no caso de indicação de sanção de multa;
- IX - Identificação e assinatura do autuado, preposto ou terceiro, conforme §2º do art. 46;
- X - Identificação e assinatura das testemunhas;
- XI - Identificação e assinatura do Agente autuante;
- XII - Informação de que o autuado possui prazo de até 20 (vinte) dias contados a partir da ciência da infração e do valor da penalidade para apresentação da defesa prévia, bem como que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido neste Decreto.

§1º O auto de infração deverá ser lavrado para cada pessoa que tenha participado da prática da infração, individualizadamente, sendo-lhes imputadas às sanções, na medida de sua culpabilidade.

§2º A critério do agente autuante o valor da sanção de multa poderá ser informado posteriormente por via postal com o Aviso de Recebimento - AR ou outro meio válido que possibilite a ciência do interessado.

Art. 48. Ao ser entregue o auto de infração ambiental o autuado, preposto ou terceiro deverá acusar o seu recebido, sempre que possível, valendo esta como notificação da lavratura do auto de infração.

§1º No caso de recusa em assinar o auto de infração e demais termos inerentes à infração, estes deverão ser lavrados na presença de 02 (duas) testemunhas ou servidor municipal ou funcionário do consórcio, certificando o ocorrido em campo próprio do formulário e entregando a via correspondente ao autuado.

§2º No caso da ausência do autuado ou da recusa em receber a via correspondente do auto de infração e seu respectivo termo (quando houver), bem como no caso de restar infrutífera a tentativa de cientificação pela via postal, o agente de fiscalização certificará o ocorrido, publicando Edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade, caracterizando assim a ciência do interessado.

§3º Na hipótese de evasão do infrator, o agente autuante deverá lavrar o auto de infração e seu respectivo termo (quando houver), certificando o ocorrido, publicando Edital no veículo de publicações oficiais da municipalidade, caracterizando assim a ciência do interessado.

Art. 49. No caso de auto de infração lavrado em formulário de papel próprio do Estado, o Agente Fiscal deverá proceder ao lançamento de todos os dados no Sistema, caso este esteja implantado.

§1º O auto de infração não deve conter rasuras.

§2º No caso de rasuras ou ausência de informações, será determinada ao Agente autuante a substituição, a qualquer tempo, durante a instrução do processo, do auto de infração.

Art. 50. O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado de ofício pela autoridade julgadora,

mediante despacho saneador.

Parágrafo único. Constatado e comprovado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, corrigindo-se os vícios sanáveis e reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.

Art. 51. O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§1º Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§2º Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto.

§3º O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora, mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.

Art. 52. São nulos os autos nos casos de:

I - Incompetência;

II - Vício de forma;

III - Ilegalidade do objeto;

IV - Inexistência dos motivos; e

V - Desvio de finalidade.

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade, observar-se-ão as seguintes normas e conceitos:

I - A incompetência fica caracterizada quando o ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou;

II - O vício de forma consiste na omissão ou na observância incompleta ou irregular de formalidades indispensáveis à validade do ato;

III - A ilegalidade do objeto ocorre quando o resultado do ato importa em violação de lei, regulamento ou outro ato normativo;

IV - A inexistência dos motivos se verifica quando a matéria de fato ou de direito em que se fundamenta o ato é materialmente inexistente ou juridicamente inadequada ao resultado obtido; e

V - O desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência.

Art. 53. Cada auto de infração lavrado corretamente originará um processo administrativo infracional.

Parágrafo único. Nos casos de litisconsórcio de infratores, será lavrado um auto de infração para cada infrator que será apensado no processo administrativo infracional.

Seção V

Do Relatório de Fiscalização

Art. 54. Após a fiscalização no local, na lavratura da intimação/notificação ou do auto de infração ambiental, o Agente autuante que participou do ato fiscalizatório elaborará o relatório de fiscalização, que deverá conter obrigatoriamente:

I - Identificação do órgão autuante;

II - Identificação da unidade autuante;

III - Número do relatório de fiscalização;

IV - Data em que foi elaborado relatório de fiscalização;

V - Identificação e endereço do infrator;

VI - Local da infração administrativa ambiental;

VII - Local da infração;

VIII - Identificação do Agente Fiscal e testemunhas;

IX - Motivo pelo qual foi realizada a fiscalização;

X - Data da constatação da infração ambiental pelo Agente Fiscal;

XI - Descrição das infrações administrativas ambientais constatadas;

XII - Medidas adotadas;

XIII - O grau de lesividade da infração ou infrações ambientais;

XIV - Indicação da sanção ou sanções aplicadas e o valor no caso de indicação de sanção de multa;

XV - Descrição da condição financeira do infrator;

XVI - Identificação das circunstâncias agravantes e atenuantes;

XVII - Verificação de reincidência em infrações ambientais;

XVIII - Assinatura do(s) Agente(s) autuante(s) que participou(aram) do ato fiscalizatório;

XIX - Registros fotográficos, croquis de localização, imagens digitalizadas, imagens de satélites e outras informações quando cabíveis;

XX - Número da Licença ambiental, certidão e/ou autorização ambiental expedida pelo órgão ambiental competente, quando cabíveis.

§1º Havendo a impossibilidade de qualquer um dos incisos descritos anteriormente o agente fiscal deverá justificar no relatório.

§2º Considera-se perfeito o auto de infração que não sofrer impugnação, dispensando-se as fases previstas nos arts. 55 e seguintes deste Decreto, viabilizando-se a inscrição em dívida ativa dos valores das sanções bem como a adoção de todas as demais medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis a execução das penalidades aplicadas.

Seção VI

Da Defesa Prévia

Art. 55. A defesa prévia referente ao auto de infração ambiental lavrado deverá ser protocolizada junto ao Protocolo Geral do Município.

§1º A defesa prévia será lançada no sistema informatizado, caso disponibilizado.

§2º A defesa prévia deve ser juntada no processo administrativo e encaminhada ao Agente autuante responsável pela lavratura do auto de infração ambiental, para análise e elaboração de manifestação acerca das razões de defesa apresentadas.

Art. 56. A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas e alegações de fato e direito, arrolar testemunhas e indicar outros meios de prova que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas, sob pena de preclusão, cabendo ao autuado arcar com todos os ônus e custos da produção de provas.

Art. 57. O autuado poderá ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o

respectivo instrumento de procuração, na forma da legislação processual civil.

Art. 58. Pode o infrator após ser notificado da lavratura do auto de infração e durante o prazo de defesa requerer o pagamento da multa com 30% (trinta por cento) de desconto, conforme art. 64 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações.

§1º Deve a autoridade ambiental fiscalizadora definir o valor de multa para a infração administrativa e reduzir o valor em 30% (trinta por cento), devendo proceder a análise das demais penalidades administrativas a serem aplicadas se for o caso.

§2º A guia bancária para pagamento da multa deve ter o prazo de 05 (cinco) dias para pagamento.

Art. 59. A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - Fora do prazo;

II - Por quem não seja legitimado;

III - Perante órgão ou entidade ambiental incompetente.

§1º Requerimentos formulados em desacordo com o previsto no caput não serão conhecidos, prosseguindo o rito processual.

§2º As provas propostas pelo autuado, quando impertinentes, desnecessárias ou protelatórias poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada da autoridade ambiental fiscalizadora.

Seção VII

Da Manifestação Acerca da Defesa Prévia

Art. 60. Compete ao Agente autuante que lavrou o auto de infração ambiental, desde que oferecida a defesa prévia, a elaboração de manifestação acerca da defesa prévia.

Art. 61. Na manifestação acerca da defesa prévia deverão constar:

I - Identificação do órgão autuante;

II - identificação da unidade autuante;

III - Número da manifestação acerca da defesa prévia;

IV - Data em que foi elaborada a manifestação acerca da defesa prévia;

V - Nome, qualificação ou razão social do autuado;

VI - Informações quanto ao reconhecimento ou não da defesa prévia pelo órgão ambiental;

VII - Informações quanto à proposição de termo de compromisso pelo autuado;

VIII - Considerações do Agente autuante em relação à consistência e coerência das provas e alegações propostas na defesa prévia;

IX - Conclusão, através de manifestação, favorável ou não à manutenção do auto de infração ambiental lavrado, fundamentada na legislação ambiental vigente;

X - Assinatura do(s) Agente(s) autuante(s) que participou(aram) da elaboração da mesma.

§1º Sempre que oportuno deve ser indicada na elaboração da manifestação acerca da defesa prévia a necessidade de laudo técnico, parecer jurídico ou produção de outras provas, sendo que nestes casos o processo será remetido ao superior hierárquico para decisão interlocutória.

§2º Caso o autuado não ofereça defesa prévia no prazo legal, fica dispensada a elaboração de manifestação acerca de seus termos.

Seção IX

Das Alegações Finais

Art. 62. A autoridade ambiental fiscalizadora publicará em sua sede administrativa e em seu sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet) a relação dos processos que entrarão na pauta de decisão final, para fins de apresentação de alegações finais pelos interessados.

Art. 63. Publicados os processos administrativos que entrarão na pauta de decisão final na sede administrativa da autoridade administrativa o autuado terá o direito de manifestar-se em alegações finais, no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Art. 64. Não apresentadas as alegações finais, tal situação deverá ser certificada no processo.

Seção X

Da Decisão de Penalidade

Art. 65. Ao receber o processo administrativo concluído a autoridade ambiental superior do agente autuante lavrará decisão de penalidade.

§1º Tal decisão será proferida independentemente da proposição e celebração de termo de compromisso com o autuado, sempre que houver defesa administrativa. Considera-se perfeito o auto de infração que não sofrer impugnação, dispensando-se as fases previstas nos artigos 55 e seguintes deste Decreto.

§2º Na ocorrência de dano ambiental a pena de reparação ou recuperação deve sempre ser aplicada, independente das demais sanções administrativas.

Art. 66. A autoridade ambiental julgadora, mediante decisão fundamentada, poderá discordar das proposições do Agente autuante, podendo, para tanto, embasar sua decisão em parecer técnico ou jurídico e/ou na legislação aplicável.

Parágrafo único. As autoridades ambientais julgadoras poderão requisitar a produção de provas necessárias à sua convicção, bem como parecer técnico ou jurídico ou nova manifestação do Agente autuante, especificando o objeto a ser esclarecido.

Art. 67. A autoridade ambiental julgadora deverá proceder o julgamento do auto de infração ambiental elaborando ao final decisão de penalidade, ressalvada a hipótese prevista no art. 54, §2º, deste Decreto.

§1º O prazo para fins de decisão é de 30 (trinta) dias a contar da apresentação das alegações finais, podendo ser prorrogado, justificadamente.

§2º A constatação de fatos que constituem, em tese, crimes ambientais, enseja a remessa obrigatória de fotocópias de peças e informações ao Ministério Público, conforme art. 86 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

§3º O excesso de prazo não acarreta nulidade do processo administrativo tampouco implica desoneração do cumprimento das sanções aplicadas ao autuado.

Art. 68. A decisão de penalidade deverá conter:

I - O número e a data em que a decisão foi elaborada;

II - Número do auto de infração ambiental, termo de embargo/interdição ou suspensão e/ou do termo de apreensão e depósito, número do processo administrativo de infração ambiental e do processo de licenciamento, se houver relevância;

III - A data em que foram lavrados os autos de infração ambiental;

IV - Nome, qualificação ou razão social do autuado;

- V - O endereço do local e data em que ocorreu a infração;
- VI - A descrição sucinta do fato que a motivou;
- VII - A indicação do dispositivo legal e regulamentar em que se fundamenta;
- VIII - A decisão de manutenção, majoração ou minoração das penalidades impostas;
- IX - A fixação do valor definitivo da multa imposta;
- X - A fundamentação legal que alicerça a decisão;
- XI - As medidas a serem adotadas;
- XII - A assinatura da autoridade ambiental julgadora.

Art. 69. Dentre as medidas a serem adotadas, citadas no inciso XI do art. 68, deverão estar incluídas:

- I - A concessão do direito a redução do valor de multa, através de termo de compromisso, quando cabível;
- II - A expedição da guia oficial de recolhimento da multa;
- III - A determinação para providenciar o licenciamento ambiental, certidão ambiental ou autorização ambiental, quando aplicáveis; e
- IV - A determinação para providenciar o licenciamento ambiental da respectiva atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais ou para a recuperação da área degradada.

§1º Nos casos de infrações administrativas ambientais em que haja necessidade de recuperação de área degradada ou contaminada, a mesma deve ser licenciada, conforme estabelecido em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA vigentes.

§2º No caso de haver necessidade do estabelecimento de medidas de compensação ambiental decorrentes de usos ilegais de áreas de preservação permanente, deverão ser seguidos os critérios estabelecidos em Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA vigentes.

Art. 70. Juntamente a decisão de penalidade, exceto nos casos de cancelamento ou suspensão do auto de infração ambiental, a autoridade ambiental fiscalizadora deverá emitir guia oficial de recolhimento da multa de cobrança do auto de infração ambiental, bem como providenciar sua remessa.

Art. 71. A decisão da autoridade ambiental julgadora e a guia oficial de recolhimento da multa para pagamento do valor referente ao auto de infração ambiental serão encaminhadas ao autuado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data do julgamento, através de ofício, por via postal registrada com aviso de recebimento - AR ou mediante intimação pessoal.

Parágrafo único. Considerando-se, ainda, a impossibilidade de intimação pessoal do autuado, deverá a ciência ser realizada por edital publicado no veículo de divulgação oficial da municipalidade.

Art. 72. Caso sejam constatadas que não foram cumpridas, no prazo estipulado, as determinações estabelecidas nas decisões expedidas pela autoridade ambiental julgadora, referentes às obrigações ambientais, deverá o processo administrativo de fiscalização ambiental ser remetido à Procuradoria para que ingresse com a competente ação civil pública ou qualquer outra medida judicial acerca dos fatos constatados no processo administrativo ambiental.

Seção XI

Do Procedimento de Suspensão do Valor de Multa e Elaboração de Termo de Compromisso

Art. 73. A multa estabelecida na decisão poderá ter sua exigibilidade suspensa quando o infrator, por termo de compromisso, obrigar-se à adoção de medidas específicas para fazer cessar ou corrigir a degradação ambiental.

§1º A correção do dano de que trata este artigo será feita mediante a apresentação de projeto técnico de regeneração ou recuperação de área, conforme o caso, juntamente com a respectiva defesa prévia do auto de infração lavrado.

§2º A autoridade ambiental julgadora que estiver analisando o processo administrativo ambiental, durante a decisão de penalidade e considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, poderá reconhecer de ofício e ofertar no processo o benefício da redução da multa, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

§3º A autoridade ambiental julgadora pode dispensar o infrator de apresentar projeto técnico, na hipótese em que a reparação não o exigir.

§4º É considerada reparação ambiental que não exige apresentação de projeto técnico a regeneração de área desflorestada, excetuando-se Área de Proteção Permanente - APP e área contígua a floresta exótica homogênea, inferior a 02 (dois) hectares, que possa ser reparada por regeneração natural, onde não houve remoção de solo e serrapilheira, com inclinação inferior a 30% (trinta por cento) e inexistência de curso d'água.

§5º Na hipótese de interrupção do cumprimento das obrigações de cessar e corrigir a degradação ambiental, por decisão da autoridade ambiental ou por culpa do infrator, o valor da multa atualizada monetariamente deverá ser pago integralmente.

§6º Os valores apurados no §5º serão recolhidos no prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da notificação.

§7º A comprovação da recuperação da área degradada deverá ser feita através de relatório assinado por profissional habilitado, obrigatoriamente acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Anotação de Função Técnica - AFT expedida pelo conselho regional de classe do profissional, comprovando a atribuição técnica profissional do relatado.

§8º A comprovação da recuperação da área degradada e o cumprimento do termo de compromisso deverão ser feitos pelo infrator, nos termos do termo de compromisso.

Art. 74. No termo de compromisso deverão constar:

- I - Número do processo administrativo de autuação e licenciamento, se houver;
- II - O nome, qualificação e endereço das partes compromissadas e respectivos representantes legais;
- III - Histórico sucinto, com descrição detalhada de seu objeto, valor do investimento previsto e cronograma físico de execução e implantação das obras e serviços exigidos, com metas a serem atingidas;
- IV - Considerações, como o prazo de vigência do compromisso que, em função da complexidade das obrigações nele fixadas poderá variar entre o mínimo de 90 (noventa) dias e o máximo de 03 (três) anos, com possibilidade de prorrogação por igual período;
- V - Modo e cronograma de adequação legal e técnica do infrator;
- VI - Fixação de multa diária pelo descumprimento e os casos de rescisão, em decorrência do não cumprimento das obrigações nele pactuadas;
- VII - Suspensão das penalidades impostas na decisão final;
- VIII - Prazo de vigência;
- IX - Data, local e assinatura do infrator;
- X - O foro competente para dirimir litígios entre as partes;
- XI - Previsão de prazo para a publicação do termo de compromisso, mediante extrato, no veículo de divulgação oficial da municipalidade,

às expensas do infrator.

Art. 75. O termo de compromisso deverá ser firmado em até 90 (noventa) dias, contados da protocolização do requerimento.

§1º O requerimento deverá ser protocolizado no prazo de 20 (vinte) dias contados a partir da data de recebimento da comunicação do valor da multa a ser paga.

§2º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

Art. 76. Da data da assinatura do termo de compromisso e enquanto perdurar a sua vigência, ficarão suspensas, em relação aos fatos que deram causa à celebração do instrumento, a aplicação de sanções administrativas contra a pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Art. 77. Por ocasião da lavratura do termo de compromisso, deverá ser expedido boleto bancário no valor de 70% (setenta por cento) do valor indicado no auto de infração.

Parágrafo único. O compromissado deverá efetuar o pagamento do referido boleto bancário dentro do prazo de 05 (cinco) dias contados da data de expedição do boleto.

Seção XII

Do Procedimento de Conversão de Multa Simples em Serviços de Preservação, Melhoria e Recuperação da Qualidade do Meio Ambiente

Art. 78. A autoridade ambiental fiscalizadora poderá, nos termos do que dispõe o § 4º do art. 72 da Lei Nacional nº 9.605/98, converter a multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 79. São considerados serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente:

I - Execução de obras ou atividades de recuperação de danos decorrentes da própria infração;

II - Implementação de obras ou atividades de recuperação de áreas degradadas, bem como de preservação e melhoria da qualidade do meio ambiente;

III - Custeio ou execução de programas e projetos ambientais desenvolvidos por entidades públicas, de proteção e conservação do meio ambiente ou organizações não governamentais sem fins lucrativos regularmente constituídas e em funcionamento há mais de 02 (dois) anos, cujas finalidades institucionais e atuação, comprovadamente, estiverem harmonizadas com as finalidades da proteção do meio ambiente;

IV - Manutenção de espaços públicos que tenham como objetivo a preservação do meio ambiente;

V - O investimento e custeio das atividades de fiscalização ambiental dos órgãos executores da política estadual do meio ambiente; e

VI - A capacitação dos agentes e autoridades ambientais envolvidas nas atividades de fiscalização e apuração das infrações ambientais.

Art. 80. Não será concedida a conversão de multa para reparação de danos de que trata o inciso I do art. 79, quando:

I - Não se caracterizar dano direto ao meio ambiente;

II - A recuperação da área degradada puder ser realizada pela simples regeneração natural.

Parágrafo único. Na hipótese do caput a multa poderá ser convertida nos serviços descritos nos incisos II, III, IV, V e VI do art. 79, sem prejuízo da reparação dos danos praticados pelo infrator.

Art. 81. O autuado poderá requerer a conversão de multa de que trata esta Seção por ocasião da apresentação da defesa prévia.

Parágrafo único. A autoridade ambiental julgadora que estiver analisando o processo administrativo ambiental, durante a decisão de aplicação de penalidade e considerando a necessidade de priorizar a recuperação do meio ambiente, poderá reconhecer de ofício e ofertar no processo o benefício da conversão da multa prevista neste artigo, estabelecendo o prazo de 30 (trinta) dias para o infrator apresentar projeto técnico.

Art. 82. O valor dos custos dos serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente não poderá ser inferior ao valor da multa convertida.

§1º Na hipótese de a recuperação dos danos ambientais de que trata o inciso I do art. 79 importar recursos inferiores ao valor da multa convertida, a diferença será aplicada nos outros serviços descritos no art. 79.

§2º Independentemente do valor da multa aplicada, fica o autuado obrigado a reparar integralmente o dano que tenha causado.

§3º A autoridade ambiental julgadora aplicará o desconto de 30% (trinta por cento) sobre o valor da multa consolidada.

Art. 83. A conversão de multa destinada à reparação de danos ou recuperação das áreas degradadas pressupõe que o autuado apresente pré-projeto acompanhando o requerimento.

§1º Caso o autuado ainda não disponha de pré-projeto na data de apresentação do requerimento, a autoridade ambiental fiscalizadora, se provocada, poderá conceder o prazo de até trinta dias para que ele proceda à juntada aos autos do referido documento, que se enquadrem no rol constante no art. 79.

§2º A autoridade ambiental julgadora poderá dispensar o projeto de recuperação ambiental quando a recuperação ambiental não exigir.

§3º Antes de decidir o pedido de conversão da multa, a autoridade ambiental julgadora poderá determinar ao autuado que proceda emendas, revisões e ajustes no pré-projeto.

§4º O não-atendimento por parte do autuado de qualquer das situações previstas neste artigo importará no pronto indeferimento do pedido de conversão de multa.

Art. 84. Por ocasião do julgamento da defesa a autoridade ambiental julgadora deverá, numa única decisão, julgar o auto de infração e o pedido de conversão da multa.

§1º A decisão sobre o pedido de conversão é discricionária, podendo a administração, em decisão motivada, deferir ou não o pedido formulado, observado o disposto neste Decreto.

§2º Em caso de acatamento do pedido de conversão, deverá a autoridade ambiental julgadora notificar o autuado para que compareça à sede do órgão ambiental para a assinatura de termo de compromisso.

§3º O deferimento do pedido de conversão implica na renúncia a eventuais recursos.

§4º A assinatura do termo de compromisso implicará renúncia ao direito de recorrer administrativamente.

§5º O termo de compromisso terá efeitos na esfera civil e administrativa.

§6º O descumprimento do termo de compromisso implica:

I - Na esfera administrativa, a imediata inscrição do débito em Dívida Ativa para cobrança da multa resultante do auto de infração em seu valor integral; e

II - Na esfera civil, a imediata execução judicial das obrigações assumidas, tendo em vista seu caráter de título executivo extrajudicial.

§7º O termo de compromisso poderá conter cláusulas relativas às demais sanções aplicadas em decorrência do julgamento do auto de infração.

§8º A assinatura do termo de compromisso tratado neste artigo suspende a exigibilidade da multa aplicada.

Art. 85. A conversão da multa não poderá ser concedida novamente ao mesmo infrator durante o período de 05 (cinco) anos, contados da data da assinatura do termo de compromisso.

Seção XIII

Dos Recursos

Art. 86. Da decisão proferida pela autoridade ambiental fiscalizadora caberá recurso no prazo de 20 (vinte) dias ao Chefe do Poder Executivo ou a quem este delegar.

§1º Os recursos de que trata o caput devem ser protocolados no Protocolo Geral da Municipalidade, devendo ser encaminhado obrigatoriamente à Autoridade Ambiental Julgadora que proferiu a decisão na defesa, para que o recurso seja juntado ao processo administrativo e encaminhado ao órgão superior recursal.

§2º A autoridade ambiental fiscalizadora realizará exame de admissibilidade do recurso, bem como os efeitos das penalidades, conforme art. 81 da Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009.

Art. 87. Os Recorrentes serão notificados pela autoridade ambiental fiscalizadora dos recursos não conhecidos que conseqüentemente não terão seguimento ao órgão superior recursal.

Art. 88. Os recursos conhecidos serão encaminhados órgão superior recursal.

Art. 89. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - Fora do prazo;

II - Perante órgão ambiental incompetente;

III - Por quem não seja legitimado.

CAPÍTULO IV

Dos Prazos

Art. 90. Os prazos de que trata o presente Decreto terão seu início no primeiro dia útil subsequente ao da cientificação/intimação/notificação e serão contados na forma da Legislação Processual Civil.

Art. 91. Recaindo o término em dia sem expediente na repartição, ficará o prazo prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 92. Prescreve em 05 (cinco) anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

§1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração.

§2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de 03 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação e da reparação dos danos ambientais.

§3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal.

Art. 93. Interrompe-se a prescrição:

I - Pelo recebimento do auto de infração ou cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital;

II - Por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e

III - Pela decisão condenatória recorrível.

Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõem o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo.

CAPÍTULO V

Do Recolhimento Da Multa

Art. 94. Os valores correspondentes às sanções aplicadas deverão ser recolhidos em qualquer agência bancária credenciada, mediante guia oficial a ser emitida pela autoridade ambiental.

Art. 95. As multas estarão sujeitas à atualização monetária transcorrido o prazo de seu vencimento, sem prejuízo da aplicação de juros de mora e demais encargos previstos em lei.

Art. 96. Caso não tenha sido realizado o recolhimento da multa no prazo fixado, o processo administrativo de fiscalização ambiental deverá ser encaminhado para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança na forma usualmente utilizada pelo município.

Art. 97. Quando as medidas administrativas forem esgotadas e não restarem atendidas no processo de fiscalização, o órgão executor deve ingressar com a competente ação judicial visando garantir o cumprimento das disposições legais.

CAPÍTULO VI

Do Valor Das Multas

Art. 98. Às condutas caracterizadas como infração ambiental na Lei Federal nº 9.605/98 e alterações (regulamentada pelo Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e alterações), aplicam-se as correspondentes sanções neles previstas, devendo o valor das multas aplicadas ser convertidos, na data da autuação, para Unidade Monetária Ambiental (UMA) do município.

CAPÍTULO VII

Das Disposições Finais

Art. 99. Caso o infrator em sua defesa prévia apresentar pedidos cumulativos e/ou sucessivos solicitando os benefícios da suspensão do valor de multa e conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente (previstos respectivamente na Seção XI e XII do Capítulo IV deste Decreto), a autoridade ambiental julgadora se optar pela concessão, deverá conceder o benefício da conversão de multa simples em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

Art. 100. O Município poderá firmar convenio com outros Municípios, Estado, União, Consórcios Públicos ou privados, bem como com outros órgãos da administração direta e/ou indireta, quanto ao exercício de suas competências de gestão ambiental, no território sob sua jurisdição.

Art. 101. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 06 de novembro de 2019.

IVAN JOSE CANCI

Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br

Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

ANEXO I

MINUTA DE AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL

TIMBRE DO MUNICÍPIO COM IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL AUTUANTE

AUTO DE INFRAÇÃO AMBIENTAL Nº

AUTUADO				
Nome/Razão Social				
CPF/CNPJ	RG/Órgão Emissor/Insc. Estadual			
Endereço para correspondência				
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:			Número:	
Bairro:		Município:		
CEP		Telefone		
E-mail:		Caixa Postal:		
LOCAL/ENDEREÇO DA INFRAÇÃO				
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:			Número:	
Bairro:		Município:		
Coordenadas Geográficas (caso necessário)				
LATITUDE S			LONGITUDE W	
Dados da autuação (constatação da infração administrativa ambiental)				
Data da autuação:	Horário:	Período		
		() Matutino () Vespertino () Noturno		
Descrição sumária da infração administrativa ambiental				
Grau de lesividade da infração administrativa ambiental				
() Leve I () Leve II () Médio I () Médio II () Grave I () Grave II () Gravíssima				
Tipificação da Infração				
Legislação Infringida:				
Lei / Art. Inciso §, Alínea				
Lei / Art. Inciso §, Alínea				
Lei / Art. Inciso §, Alínea				
Lei / Art. Inciso §, Alínea				
Lei / Art. Inciso §, Alínea				
Lei / Art. Inciso §, Alínea				
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS IMPOSTAS				
() Advertência		() Suspensão de venda e fabricação		
() Multa Diária		() Embargo de obra ou atividade		
() Apreensão		() Destruição ou inutilização		
() Demolição		() Suspensão parcial /total de atividades		
() Obrigação de promover a recuperação ambiental		() Participação em programa de educação ambiental por ____ horas		
MULTA SIMPLES R\$ _____ UMA _____				
Autoridade Ambiental				
Nome:		CPF:	Assinatura:	
Testemunhas				
Nome:		CPF:	Assinatura:	
Nome:		CPF:	Assinatura:	
Observações:				
INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO				

O autuado fica notificado de que possui o prazo de até 20 (vinte) dias contados da ciência da presente autuação e imposição de penalidades acima, para diligenciar ao órgão ambiental do município autuante, no endereço que consta impresso no timbre deste documento, em horário comercial, para apresentar DEFESA PRÉVIA escrita. Informamos que o processo administrativo ambiental seguirá conforme estabelecido no Decreto Municipal nº/ Fica Vossa Senhoria Notificado que deverá recolher o valor das multas aplicadas no prazo de 05 (cinco) dias contados do término do prazo de defesa prévia, caso não apresentada ou apresentada intempestivamente, devendo retirar a guia de recolhimento junto à Prefeitura do Município Oficiante, no endereço e horário já apresentados. O não recolhimento da multa no prazo assinalado implicará no acréscimo de juros de 1% ao mês, iniciados da data de vencimento, bem como na inscrição em Dívida Ativa. O descumprimento das sanções impostas acarretará a adoção de todas as medidas cabíveis no âmbito administrativo, civil e criminal.

Ciência do Autuado (Representante/Preposto – anotar CPF):

Data: ____/____/____ Assinatura: _____ CPF: _____

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL – TCA

TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL - TCA Nº XXXX/201X

DADOS DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Número do Protocolo no Município:	Número do Protocolo no CONDER:	Data:
-----------------------------------	--------------------------------	-------

Pelo presente Termo de Compromisso Ambiental o MUNICÍPIO DE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº com sede , nº Centro,/SC, representado por seu o Sr., em parceria técnica com o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº, setor ambiental, com sede na rua, nº, centro de/SC, representado por seu Gestor Ambiental.

A(s) pessoa(s) física(s) ou jurídica(s) abaixo identificada(s) compromete(m) - se, por si e por seus herdeiros ou sucessores, perante o órgão do ente federado licenciador, a executar, dentro do prazo estipulado, as medidas abaixo descritas, com o objetivo de mitigar e compensar os danos causados pela atividade, empreendimento ou obra licenciada, ficando o presente Termo de Compromisso vinculado ao processo de licenciamento ambiental em epígrafe.

COMPROMISSÁRIO(A)	
Nome/Razão Social	
CPF/CNPJ	RG/Órgão Emissor/Insc. Estadual
Endereço para correspondência	
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:	Número:
Bairro:	Município/UF:
CEP:	Telefone:
E-mail:	
Considerandos [...] RESOLVEM Celebrar o presente Termo de Compromisso Ambiental, de acordo com os seguintes termos:	
LOCAL/ENDEREÇO DA INFRAÇÃO	
Rua/Avenida/Rodovia/Estrada:	Número:
Bairro:	Município/UF:
Coordenadas Geográficas	
Coord. XX°XX'XX.XX" S e XX°XX'XX.XX" O.	
Descrição sumária da infração ambiental	
FUNDAMENTO LEGAL	

Lei Nacional nº 9.605/98 e alterações; Decreto Federal nº 6.514/08 e alterações; Lei Estadual nº 14.675/09 e alterações; Decreto Municipal nº XXXXXX, de XX de XXXX de XXXX, Código de Processo Civil (art.15, c/c art.139, IV), Lei Complementar Nacional nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

Grau de lesividade da infração administrativa ambiental

()Leve I ()Leve II ()Médio I ()Médio II ()Grave I ()Grave II ()Gravíssima

Tipificação da Infração

Legislação Infringida

Lei Nacional nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e suas alterações; Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 e suas alterações; Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e suas alterações.

Decreto Fed. nº 6.514/2008:

MULTA SIMPLES R\$ (..... reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art , Inciso, §, alínea)

MULTA SIMPLES R\$ (.....reais) (Decreto Fed. Nº 6.514/2008, Art , Inciso, §, alínea)

TOTAL DAS MULTAS SIMPLES: R\$, (..... REAIS) que ficam com a exigibilidade suspensa em razão da subscrição do presente Termo de Compromisso.

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO A SEREM EXECUTADAS:

A(o) COMPROMISSÁRIO(A) deverá executar todas as medidas de recuperação ambiental e condicionantes previstas no processo de licenciamento ambiental mencionado no presente termo, sem prejuízo de outras que porventura venha a se mostrar necessárias, bem como:

A)

B)

C)

CRONOGRAMA PARA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO E ENTREGA DOS RELATÓRIOS DE ACOMPANHAMENTO A CONTAR DA DATA DA

ASSINATURA DO PRESENTE TCA.

Para execução das medidas de recuperação/compensação terá o(a) COMPROMISSÁRIO(A) o prazo de:

[...]

Caso observado que o(a) COMPROMISSÁRIO(A) utiliza de má fé, deslealdade processual ou outros artifícios para procrastinar o devido processo administrativo de [...], ou no caso de arquivamento sem análise de mérito do pedido efetuado pelo órgão ambiental, considerar-se-á automaticamente descumprido o presente acordo desde a data do arquivamento ou da decisão do órgão ambiental municipal que reconhecer a má fé, deslealdade processual ou outros artifícios para procrastinar o devido processo administrativo.

Fica DESIGNADO (A) o (a) servidor(a) , para efetuar o acompanhamento da execução do presente Termo de Compromisso Ambiental, ficando responsável por lavar o termo de recebimento definitivo de execução das obrigações ora pactuadas.

DO VALOR DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO/COMPENSAÇÃO

Dá-se as medidas de recuperação/compensação previstas no presente Termo de Compromisso Ambiental (TCA), o valor de R\$ (.....)

Notas Finais:

1) Toda e qualquer alteração dos projetos e programas objeto do presente TCA deverá ser comunicada à municipalidade e ao CONDER para anuência e acompanhamento, salvo as decorrentes de situações emergenciais que serão posteriormente avaliadas pela municipalidade e/ou CONDER;

2) O(a) COMPROMISSÁRIO(A) deverá apresentar, sem prejuízo da realização de vistorias periódicas, relatórios a respeito do cumprimento das obrigações previstas neste Termo de Compromisso ou quando exigido pelo setor técnico da municipalidade ou do CONDER.

VALOR DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL PARA EFEITO DE COBRANÇA DO TÍTULO EXTRAJUDICIAL:

R\$ (..... valor por extenso)

SANÇÕES POR DESCUMPRIMENTO DO TERMO DE COMPROMISSO AMBIENTAL:

O descumprimento das obrigações fixadas no presente TCA, por razões imputáveis ao compromissário, sujeitará ao pagamento de multa correspondente a 20% do valor de recuperação ambiental, prevista no quadro acima, sem prejuízo de multa diária de R\$ (.....), até o efetivo cumprimento, limitada à 90%(noventa por cento) do valor da recuperação ambiental prevista no quadro acima, além do recolhimento do valor da recuperação ambiental prevista no quadro acima, tudo acrescido de juros moratórios de 1% ao mês, correção monetária pelo INPC/IBGE ou outro indexador que o vier a substituir, todos contados da data do inadimplemento, que serão aplicadas pela municipalidade, sem prejuízo dos demais sanções penais, civis e administrativas.

O inadimplemento de qualquer obrigação acarretará o vencimento antecipado das demais, independentemente de qualquer notificação ou aviso.

Fica o(a) compromissário(a) obrigado(a) a satisfazer a pena cominada no presente termo, juntamente com o desempenho das obrigações principais e secundárias previstas no processo de licenciamento, nos termos do artigo 411 do código civil.

O não cumprimento deste TCA ensejará a execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extra judicial.

CONFISSÃO, RECONHECIMENTO E RENÚNCIA.

O (A) COMPROMISSÁRIO(A) reconhece, em caráter irretratável, irrevogável e irrenunciável, a prática dos danos ambientais apurados no processo de licenciamento ambiental, renunciando a todo o direito material e/ou de ação que porventura tenha em desfavor da municipalidade ou do CONDER, confessando ter ciência e aceitar voluntariamente todas as obrigações assumidas no presente Termo de Compromisso, que, caso sejam descumpridas, serão objeto de processo objetivando sua cobrança, judicial ou extrajudicial, autorizando-se a inclusão do nome d(a) COMPROMISSÁRIO(A) em dívida ativa, bem como encaminhamento à protestos e/ou órgãos de proteção do crédito, constituindo-se o presente como título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos a fim de viabilizar o respectivo processo executacional.

DESCONTO

Fica CONCEDIDO, após a execução integral das disposições do presente TCA, desconto de%, conforme dispõe o art. do Decreto Municipal que define "normas do processo administrativo de fiscalização ambiental, fixa sanções".

FORO

Fica eleito o foro da Comarca de para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento.

PUBLICIDADE

O presente Termo de Compromisso será publicado em extrato, na forma regulamentar.

OMISSÕES E DIVERGÊNCIAS

Eventuais omissões e divergências na interpretação das disposições do presente instrumento deverão ser resolvidas pela municipalidade em conjunto com o CONDER, observando-se o maior e melhor interesse à proteção ambiental.

VIGÊNCIA

O presente Termo de Compromisso tem vigência de meses, contados da data de sua subscrição, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, a critério da municipalidade e do CONDER.

DISPOSIÇÕES FINAIS

A municipalidade e/ou CONDER poderão, diante de novas informações ou se as circunstâncias assim o exigirem, retificar ou complementar o presente compromisso, determinando outras providências que se fizerem necessárias.

A revogação, total ou parcial, de quaisquer das normas legais referidas neste Termo de Compromisso Ambiental, sem prejuízo de outras, não alterará as obrigações assumidas.

O MUNICÍPIO e/ou CONDER poderão fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis, inclusive determinando vistorias no imóvel e requisitando providências pertinentes aos objetos das obrigações ora assumidas que deverão ser atendidas pelo compromissário no prazo fixado na notificação ou requisição.

O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso Ambiental poderá ensejar, além da incidência e cobrança da multa respectiva, a propositura de ação civil pública, a execução específica das obrigações de fazer ou não fazer, a instauração de inquérito policial ou ação penal, bem como outras providências administrativas cabíveis.

Este Termo de Compromisso Ambiental não inibe ou impede que o comprometente exerça suas funções ou prerrogativas constitucionais ou infraconstitucionais na defesa do meio ambiente ou de qualquer outro direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, relacionados direta ou indiretamente com o objeto deste Termo.

Em caso de transferência de propriedade ou posse, onerosa ou gratuita, da área integral ou fracionada, o compromissário se obriga a dar ciência à outra parte no negócio, fazendo constar do contrato particular ou escritura pública as obrigações ora assumidas e as respectivas multas pelo descumprimento. Se o compromissário transferir a propriedade sem cumprir a obrigação ora assumida, permanecerá como responsável solidário com o adquirente nas obrigações e nas multas por descumprimento. Se o compromissário transferir tão somente a posse, a qualquer título, permanecerá responsável solidário com o possuidor ou detentor nas obrigações e nas multas por descumprimento.

Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, e do art. 784 do Código de Processo Civil.

Assim, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente Termo de Compromisso em três (03) vias de igual teor e forma, para um só fim de direito, na presença das testemunhas abaixo, a que tudo assistiram.

Local e data:

Secretário de XXXXXXXX do Município de XXXXXXXX		XXXXXXX CONDER - Ambiental
XXXXXXX COMPROMISSÁRIO(A)		

Testemunhas:

Nome:XXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF:		Nome:XXXXXXXXXXXXXXXXXX CPF:
---------------------------------	--	---------------------------------

ANEXO III**III.1 DOSIMETRIA DA MULTA**

Situação	Indicador de gravidade da conduta	Valor do indicador (1)	Níveis de gravidade (somatório dos valores) (2)
Motivação para a conduta			Leve I = 20
	não intencional = 10		Leve II = 30
	Intencional = 20		Médio I = 40
			Médio II = 50 a 60
			Grave I = 70 a 80
			Grave II = 90 a 100
			Gravíssimo = 110
Efeitos para meio o ambiente	Potencial = 10		

	Reversível em curto prazo = 20		
	Reversível em médio prazo = 30		
	Reversível em longo prazo = 50		
	Irreversível = 60		
Efeitos para saúde a pública	Não há = 0		
	Potencial = 10		
	Efetiva e reversível = 20		
	Efetiva e irreversível = 30		
Total			

III.1.1 Fórmula do cálculo do valor da multa:

Deve-se conferir ao administrado uma nota em cada um dos três indicadores de gravidade da conduta (motivação da conduta; efeitos para o meio ambiente; efeitos para a saúde pública).

Somados os 3 valores encontrados no item acima, será classificada a infração conforme o nível de gravidade (leve I; leve II; médio I; médio II; grave I; grave II; gravíssimo)

Conforme o nível de gravidade encontrado acima, deve ser aplicada a tabela correspondente ao artigo infringido (conforme tabelas a seguir no anexo), tendo em conta ainda a situação econômica do infrator.

O valor encontrado no campo da tabela do artigo respectivo serve de valor base, sobre o qual incidirão ainda agravantes e atenuantes.

III.2 ENQUADRAMENTO DA SITUAÇÃO ECONÔMICA DO INFRATOR

III.2.1 Em se tratando de pessoa jurídica de direito privado, a situação econômica do infrator será determinada pelos critérios que seguem:

I - micro infrator: Serão considerados como inseridos no presente critério as microempresas (ME), o micro empreendedor individual (MEI), as empresas individuais de responsabilidade limitada (EIRELI), entidades religiosas, partidos políticos, associações, fundações privadas, cooperativas e demais pessoas físicas ou jurídicas, inclusive entes despersonalizados, salvo se demonstrado terem receita bruta superior a fixada pela LC nº 123/06 para enquadramento como microempresa, em cada ano calendário;

II - pequeno infrator: Presume-se pequeno infrator quaisquer dos sujeitos referidos no inciso anterior, cuja receita bruta em cada ano calendário seja enquadrada como empresa de pequeno porte nos termos da LC nº 123/06.

III - médio infrator: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior ao teto de enquadramento como empresa de pequeno porte e igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais). Presume-se médio infrator a empresa limitada (LTDA), salvo se comprovado seu enquadramento como EPP ou ME. Serão também médios infratores, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I e II, cuja receita bruta ultrapasse o teto de enquadramento como empresa de pequeno porte (LC nº 123/06) e seja igual ou inferior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

IV - grande infrator I: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Presume-se grande infrator I

as Sociedades Anônimas, salvo se demonstrado terem produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores I, quaisquer dos sujeitos referidos nos incisos I, II, e III, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e igual ou inferior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

V - grande infrator II: pessoa jurídica que tiver produzido receita bruta anual superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais). Serão também grandes infratores II, quaisquer dos sujeitos referidos no inciso I, II, III e IV, cuja receita bruta em cada ano calendário seja superior a R\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de reais).

III.2.2 A alteração de norma que revise os parâmetros estabelecidos nos incisos I a V deste dispositivo (item III.2.1) para caracterização do porte econômico das pessoas jurídicas terá incidência automática nos limites ali estabelecidos.

III.2.3 No caso de entidades privadas sem fins lucrativos a verificação da situação econômica do infrator será aferida tendo-se em conta o seu patrimônio líquido constante da última declaração de rendimentos apresentada perante a Secretaria da Receita Federal ou conforme o seu volume de receita bruta anual.

III.2.4 No caso de o infrator ser município, serão adotados os seguintes critérios, tendo em conta a quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE:

I - Micro infrator: o município com população de até 5.000 habitantes;

II - Pequeno infrator: o município com população de 5.001 até 10.000 habitantes;

III - Médio infrator: o município com população de 10.001 até 20.000 habitantes;

IV - Grande infrator I: o município com população de 20.001 até 50.000 habitantes;

V - Grande infrator II: o município com população superior a 50.000 habitantes;

III.2.5 No caso de órgãos e entidades municipais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração os seguintes critérios:

I - Quantidade de habitantes do município, conforme último censo ou contagem populacional realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; e

II - Localização do município nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR.

III.2.6 Serão considerados como de baixa situação econômica, os órgãos e entidades municipais em que o Município tenha até 50.000 (cinquenta mil) habitantes e esteja localizado nas áreas definidas no inciso II do item III.2.5.

III.2.7 No caso de órgãos e entidades estaduais e federais de direito público, como fundações e autarquias, a aferição da situação econômica do infrator levará em consideração a sua receita corrente líquida.

III.3 QUADROS DE VALORAÇÃO POR ARTIGO

Tabela de valoração do artigo 29 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.000,00	1.500,00	2.600,00	2.700,00
Leve II	550,00	1.100,00	1.600,00	2.650,00	2.750,00

Médio I	600,00	1.200,00	1.700,00	2.700,00	2.800,00
Médio II	650,00	1.300,00	1.800,00	2.750,00	2.850,00
Grave I	700,00	1.400,00	1.900,00	2.800,00	2.900,00
Grave II	750,00	1.500,00	2.000,00	2.850,00	2.950,00
Gravíssimo	800,00	1.600,00	2.100,00	2.900,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 31 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	3.000,00	4.600,00	4.700,00
Leve II	550,00	1.600,00	3.250,00	4.650,00	4.750,00
Médio I	600,00	1.700,00	3.500,00	4.700,00	4.800,00
Médio II	650,00	1.800,00	3.750,00	4.750,00	4.850,00
Grave I	700,00	1.900,00	4.000,00	4.800,00	4.900,00
Grave II	750,00	2.000,00	4.250,00	4.850,00	4.950,00
Gravíssimo	800,00	2.100,00	4.500,00	4.900,00	5.000,00

Tabela de valoração do artigo 33 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 34 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	25.000,00	80.000,00	100.000,00	125.000,00
Leve II	5.500,00	27.500,00	82.500,00	105.000,00	130.000,00
Médio I	6.000,00	30.000,00	85.000,00	110.000,00	135.000,00
Médio II	6.500,00	32.500,00	87.500,00	115.000,00	140.000,00
Grave I	7.000,00	35.000,00	90.000,00	120.000,00	200.000,00
Grave II	7.500,00	37.500,00	92.500,00	125.000,00	300.000,00
Gravíssimo	8.000,00	40.000,00	95.000,00	130.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 35 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	2.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	750,00	3.000,00	9.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	800,00	4.000,00	11.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	7.000,00	20.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.500,00	35.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	60.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 36 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	700,00	800,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00
Leve II	700,00	1.000,00	10.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	700,00	2.000,00	15.000,00	20.000,00	50.000,00
Médio II	1.000,00	3.000,00	20.000,00	30.000,00	80.000,00
Grave I	1.500,00	5.000,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00
Grave II	2.000,00	8.000,00	30.000,00	80.000,00	100.000,00
Gravíssimo	2.500,00	10.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 37 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II

Leve I	300,00	1.000,00	3.000,00	5.000,00	8.000,00
Leve II	350,00	1.250,00	3.500,00	6.000,00	9.000,00
Médio I	400,00	1.500,00	4.000,00	7.000,00	10.000,00
Médio II	450,00	2.000,00	4.500,00	8.750,00	10.000,00
Grave I	500,00	2.500,00	6.800,00	9.000,00	10.000,00
Grave II	550,00	3.000,00	7.000,00	9.250,00	10.000,00
Gravíssimo	600,00	3.600,00	7.200,00	9.500,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 38 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	3.050,00	10.500,00	31.000,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	3.100,00	11.000,00	32.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	3.150,00	11.500,00	33.000,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	3.200,00	12.000,00	34.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	3.250,00	12.500,00	35.000,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	3.300,00	13.000,00	36.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 39 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00
Leve II	550,00	5.500,00	16.500,00	33.000,00	46.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	18.000,00	36.000,00	47.000,00
Médio II	650,00	6.500,00	19.500,00	39.000,00	48.000,00
Grave I	700,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	49.000,00
Grave II	750,00	7.500,00	22.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	800,00	8.000,00	24.000,00	48.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 43 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 44 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	10.000,00	13.000,00	17.000,00
Leve II	5.050,00	6.500,00	11.000,00	14.000,00	18.000,00
Médio I	5.100,00	7.000,00	12.000,00	15.000,00	19.000,00
Médio II	5.150,00	8.000,00	13.000,00	16.000,00	19.000,00
Grave I	5.200,00	10.000,00	14.000,00	17.000,00	20.000,00
Grave II	5.250,00	12.000,00	15.000,00	18.000,00	20.000,00
Gravíssimo	5.300,00	15.000,00	16.000,00	19.500,00	20.000,00

Tabela de valoração do artigo 45 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	6.000,00	15.000,00	30.000,00	40.000,00
Leve II	5.100,00	6.200,00	17.000,00	33.000,00	43.000,00
Médio I	5.200,00	6.400,00	20.000,00	36.000,00	45.000,00
Médio II	5.300,00	6.600,00	25.000,00	40.000,00	48.000,00
Grave I	5.500,00	7.000,00	30.000,00	43.000,00	49.000,00
Grave II	7.500,00	10.000,00	35.000,00	46.000,00	49.500,00
Gravíssimo	8.000,00	15.000,00	40.000,00	50.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 55 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	50,00	220,00	320,00	420,00	470,00
Leve II	55,00	225,00	325,00	425,00	475,00
Médio I	60,00	230,00	330,00	430,00	480,00
Médio II	65,00	235,00	335,00	435,00	485,00
Grave I	70,00	240,00	340,00	440,00	490,00
Grave II	75,00	245,00	345,00	445,00	495,00
Gravíssimo	80,00	250,00	350,00	450,00	500,00

Tabela de valoração do artigo 56 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	300,00	450,00	750,00	850,00
Leve II	110,00	350,00	500,00	775,00	875,00
Médio I	200,00	400,00	550,00	800,00	900,00
Médio II	250,00	450,00	600,00	825,00	925,00
Grave I	300,00	500,00	650,00	850,00	950,00
Grave II	350,00	550,00	700,00	875,00	975,00
Gravíssimo	400,00	600,00	750,00	900,00	1.000,00

Tabela de valoração do artigo 59 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	3.000,00	6.000,00	9.300,00	9.700,00
Leve II	1.050,00	3.100,00	6.250,00	9.400,00	9.750,00
Médio I	1.100,00	3.200,00	6.500,00	9.500,00	9.800,00
Médio II	1.150,00	3.300,00	6.750,00	9.600,00	9.850,00
Grave I	1.200,00	3.400,00	7.000,00	9.700,00	9.900,00
Grave II	1.250,00	3.500,00	7.250,00	9.800,00	9.950,00
Gravíssimo	1.300,00	3.600,00	7.500,00	9.900,00	10.000,00

Tabela de valoração dos artigos 61 e 62 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	7.500,00	12.000,00	18.000,00	25.000,00
Leve II	7.500,00	20.000,00	40.000,00	50.000,00	150.000,00
Médio I	10.000,00	70.000,00	230.000,00	450.000,00	900.000,00
Médio II	30.000,00	200.000,00	700.000,00	1.400.000,00	2.900.000,00
Grave I	50.000,00	500.000,00	1.600.000,00	3.200.000,00	6.700.000,00
Grave II	65.000,00	800.000,00	2.700.000,00	5.400.000,00	15.000.000,00
Gravíssimo	80.000,00	1.000.000,00	10.000.000,00	20.000.000,00	50.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 63 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	2.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00
Leve II	1.550,00	2.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00
Médio I	1.600,00	2.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00
Médio II	1.650,00	2.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00
Grave I	1.700,00	2.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00
Grave II	1.750,00	2.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00
Gravíssimo	1.800,00	2.850,00	2.900,00	2.950,00	3.000,00

Tabela de valoração do artigo 64 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Leve II	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00
Médio I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	190.000,00
Médio II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	250.000,00
Grave I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	500.000,00
Grave II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	3.250,00	32.500,00	100.000,00	400.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 65 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100.000,00	300.000,00	600.000,00	800.000,00	940.000,00
Leve II	101.000,00	330.000,00	630.000,00	830.000,00	950.000,00
Médio I	102.000,00	360.000,00	660.000,00	860.000,00	960.000,00
Médio II	103.000,00	390.000,00	690.000,00	890.000,00	970.000,00
Grave I	104.000,00	420.000,00	720.000,00	920.000,00	980.000,00
Grave II	105.000,00	450.000,00	750.000,00	950.000,00	990.000,00
Gravíssimo	106.000,00	480.000,00	780.000,00	980.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 66 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 67 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	50.000,00	150.000,00	300.000,00	600.000,00
Leve II	10.000,00	100.000,00	300.000,00	600.000,00	1.200.000,00
Médio I	15.000,00	150.000,00	450.000,00	900.000,00	1.800.000,00
Médio II	20.000,00	200.000,00	600.000,00	1.200.000,00	2.400.000,00
Grave I	30.000,00	250.000,00	750.000,00	1.500.000,00	3.000.000,00
Grave II	40.000,00	300.000,00	900.000,00	1.800.000,00	3.600.000,00
Gravíssimo	50.000,00	350.000,00	1.050.000,00	2.100.000,00	5.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 68 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 69 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	100.000,00	600.000,00	1.700.000,00	2.500.000,00
Leve II	10.000,00	130.000,00	650.000,00	1.750.000,00	3.000.000,00
Médio I	30.000,00	160.000,00	700.000,00	1.800.000,00	3.500.000,00
Médio II	40.000,00	190.000,00	750.000,00	1.850.000,00	4.000.000,00
Grave I	50.000,00	220.000,00	800.000,00	1.900.000,00	4.500.000,00
Grave II	60.000,00	250.000,00	850.000,00	1.950.000,00	6.000.000,00
Gravíssimo	70.000,00	280.000,00	900.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 71 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	2.500,00	6.000,00	8.000,00	9.400,00
Leve II	550,00	2.550,00	6.100,00	8.200,00	9.500,00
Médio I	600,00	2.600,00	6.200,00	8.400,00	9.600,00
Médio II	650,00	2.650,00	6.300,00	8.600,00	9.700,00
Grave I	700,00	2.700,00	6.400,00	8.800,00	9.800,00
Grave II	750,00	2.750,00	6.500,00	9.000,00	9.900,00

Gravíssimo	800,00	2.800,00	6.600,00	9.200,00	10.000,00
------------	--------	----------	----------	----------	-----------

Tabela de valoração do artigo 71-A do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	1.500,00	2.400,00	3.600,00	5.000,00
Leve II	1.000,00	4.000,00	8.000,00	15.000,00	30.000,00
Médio I	2.000,00	14.000,00	46.000,00	90.000,00	180.000,00
Médio II	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Grave I	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	500.000,00
Grave II	3.500,00	35.000,00	200.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	4.000,00	40.000,00	500.000,00	2.000.000,00	10.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 72 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	50.000,00	200.000,00	400.000,00	470.000,00
Leve II	10.500,00	55.000,00	220.000,00	410.000,00	475.000,00
Médio I	11.000,00	60.000,00	240.000,00	420.000,00	480.000,00
Médio II	11.500,00	65.000,00	260.000,00	430.000,00	485.000,00
Grave I	12.000,00	70.000,00	280.000,00	440.000,00	490.000,00
Grave II	12.500,00	75.000,00	300.000,00	450.000,00	495.000,00
Gravíssimo	13.000,00	80.000,00	320.000,00	460.000,00	500.000,00

Tabela de valoração do artigo 73 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	80.000,00	150.000,00	194.000,00
Leve II	10.500,00	31.000,00	85.000,00	155.000,00	195.000,00
Médio I	11.000,00	32.000,00	90.000,00	160.000,00	196.000,00
Médio II	11.500,00	33.000,00	95.000,00	165.000,00	197.000,00
Grave I	12.000,00	34.000,00	100.000,00	170.000,00	198.000,00
Grave II	12.500,00	35.000,00	105.000,00	175.000,00	199.000,00
Gravíssimo	13.000,00	36.000,00	110.000,00	180.000,00	200.000,00

Tabela de valoração do artigo 74 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	12.000,00	24.000,00	36.000,00	54.000,00
Leve II	10.250,00	13.000,00	26.000,00	39.000,00	58.500,00
Médio I	10.500,00	14.000,00	28.000,00	42.000,00	63.000,00
Médio II	10.750,00	15.000,00	30.000,00	45.000,00	67.500,00
Grave I	11.000,00	16.000,00	32.000,00	48.000,00	72.000,00
Grave II	11.250,00	17.000,00	34.000,00	60.000,00	90.000,00
Gravíssimo	11.500,00	18.000,00	45.000,00	66.500,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 75 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	40.000,00	47.000,00
Leve II	1.050,00	10.100,00	30.500,00	41.000,00	47.500,00
Médio I	1.100,00	10.200,00	31.000,00	42.000,00	48.000,00
Médio II	1.150,00	10.300,00	31.500,00	43.000,00	48.500,00
Grave I	1.200,00	10.400,00	32.000,00	44.000,00	49.000,00
Grave II	1.250,00	10.500,00	32.500,00	45.000,00	49.500,00
Gravíssimo	1.300,00	10.600,00	33.000,00	46.000,00	50.000,00

Tabela de valoração do artigo 77 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.500,00	10.500,00	21.000,00	42.000,00
Leve II	600,00	4.200,00	12.600,00	25.200,00	50.400,00
Médio I	700,00	4.900,00	14.700,00	29.400,00	58.800,00
Médio II	800,00	5.600,00	16.800,00	33.600,00	67.200,00

Grave I	900,00	6.300,00	18.900,00	37.800,00	75.600,00
Grave II	1.000,00	7.000,00	21.000,00	42.000,00	84.000,00
Gravíssimo	1.100,00	7.700,00	23.100,00	46.200,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 78 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	100,00	150,00	200,00	250,00	270,00
Leve II	110,00	160,00	210,00	255,00	275,00
Médio I	120,00	170,00	220,00	260,00	280,00
Médio II	130,00	180,00	230,00	265,00	285,00
Grave I	140,00	190,00	240,00	270,00	290,00
Grave II	150,00	200,00	250,00	275,00	295,00
Gravíssimo	160,00	210,00	260,00	280,00	300,00

Tabela de valoração do artigo 79 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00
Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 80 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	5.000,00	15.000,00	30.000,00
Leve II	2.000,00	5.000,00	10.000,00	40.000,00	70.000,00
Médio I	3.000,00	10.000,00	30.000,00	80.000,00	190.000,00
Médio II	4.000,00	30.000,00	60.000,00	120.000,00	400.000,00
Grave I	5.000,00	40.000,00	70.000,00	160.000,00	600.000,00
Grave II	6.000,00	50.000,00	80.000,00	200.000,00	800.000,00
Gravíssimo	7.000,00	60.000,00	90.000,00	400.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 81 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	5.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00
Leve II	1.250,00	6.250,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00
Médio I	1.500,00	7.500,00	15.000,00	30.000,00	60.000,00
Médio II	1.750,00	8.750,00	17.500,00	35.000,00	70.000,00
Grave I	2.000,00	10.000,00	20.000,00	40.000,00	80.000,00
Grave II	2.250,00	11.250,00	22.500,00	45.000,00	90.000,00
Gravíssimo	2.500,00	12.500,00	25.000,00	50.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 82 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 83 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	10.000,00	30.000,00	90.000,00	250.000,00	500.000,00
Leve II	12.000,00	36.000,00	108.000,00	300.000,00	600.000,00

Médio I	15.000,00	45.000,00	135.000,00	350.000,00	700.000,00
Médio II	20.000,00	60.000,00	180.000,00	400.000,00	800.000,00
Grave I	25.000,00	75.000,00	225.000,00	500.000,00	1.000.000,00
Grave II	30.000,00	90.000,00	270.000,00	700.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	40.000,00	120.000,00	360.000,00	850.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 84 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	2.000,00	4.000,00	35.000,00	60.000,00	85.000,00
Leve II	2.500,00	6.000,00	37.500,00	65.000,00	87.500,00
Médio I	3.000,00	8.000,00	40.000,00	70.000,00	90.000,00
Médio II	3.500,00	10.000,00	42.500,00	75.000,00	92.500,00
Grave I	4.000,00	14.000,00	45.000,00	80.000,00	95.000,00
Grave II	4.500,00	15.000,00	47.500,00	85.000,00	97.500,00
Gravíssimo	5.000,00	16.000,00	50.000,00	90.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 85 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 86 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 87 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.500,00	5.000,00	35.000,00	70.000,00	94.000,00
Leve II	1.600,00	10.000,00	40.000,00	75.000,00	95.000,00
Médio I	1.700,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	96.000,00
Médio II	1.800,00	17.500,00	50.000,00	85.000,00	97.000,00
Grave I	1.900,00	20.000,00	55.000,00	90.000,00	98.000,00
Grave II	2.000,00	22.500,00	60.000,00	95.000,00	99.000,00
Gravíssimo	2.100,00	25.000,00	65.000,00	100.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 88 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	5.000,00	45.000,00	150.000,00	300.000,00	420.000,00
Leve II	5.500,00	50.000,00	160.000,00	320.000,00	425.000,00
Médio I	6.000,00	55.000,00	170.000,00	340.000,00	430.000,00
Médio II	6.500,00	60.000,00	180.000,00	360.000,00	435.000,00
Grave I	7.000,00	65.000,00	190.000,00	380.000,00	500.000,00
Grave II	7.500,00	70.000,00	200.000,00	600.000,00	1.000.000,00
Gravíssimo	8.000,00	75.000,00	210.000,00	1.000.000,00	2.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 89 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II

Leve I	1.500,00	15.000,00	45.000,00	90.000,00	180.000,00
Leve II	2.000,00	20.000,00	60.000,00	120.000,00	240.000,00
Médio I	2.500,00	25.000,00	75.000,00	150.000,00	300.000,00
Médio II	3.000,00	30.000,00	90.000,00	180.000,00	360.000,00
Grave I	3.500,00	35.000,00	105.000,00	205.000,00	410.000,00
Grave II	4.000,00	40.000,00	120.000,00	240.000,00	480.000,00
Gravíssimo	4.500,00	45.000,00	135.000,00	270.000,00	1.000.000,00

Tabela de valoração do artigo 90 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	500,00	3.000,00	6.000,00	9.000,00	9.700,00
Leve II	550,00	3.100,00	6.200,00	9.100,00	9.750,00
Médio I	600,00	3.200,00	6.400,00	9.200,00	9.800,00
Médio II	650,00	3.300,00	6.600,00	9.300,00	9.850,00
Grave I	700,00	3.400,00	6.800,00	9.400,00	9.900,00
Grave II	750,00	3.500,00	7.000,00	9.500,00	9.950,00
Gravíssimo	800,00	3.600,00	7.200,00	9.600,00	10.000,00

Tabela de valoração do artigo 91 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	200,00	2.000,00	7.000,00	15.000,00	25.000,00
Leve II	400,00	3.000,00	10.000,00	20.000,00	35.000,00
Médio I	600,00	6.000,00	15.000,00	25.000,00	45.000,00
Médio II	800,00	8.000,00	20.000,00	35.000,00	60.000,00
Grave I	1.000,00	10.000,00	30.000,00	60.000,00	70.000,00
Grave II	1.200,00	12.000,00	40.000,00	70.000,00	80.000,00
Gravíssimo	1.500,00	15.000,00	45.000,00	80.000,00	100.000,00

Tabela de valoração do artigo 92 do Decreto nº 6.514/2008.

Nível de Gravidade	Situação econômica do infrator				
	Micro Infrator	Pequeno Infrator	Médio Infrator	Grande Infrator I	Grande Infrator II
Leve I	1.000,00	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.000,00
Leve II	1.200,00	2.500,00	4.500,00	6.500,00	8.000,00
Médio I	1.400,00	3.000,00	5.000,00	7.000,00	8.500,00
Médio II	1.700,00	3.500,00	5.500,00	8.000,00	8.500,00
Grave I	2.000,00	4.000,00	6.000,00	8.500,00	9.000,00
Grave II	2.500,00	4.500,00	7.000,00	9.000,00	9.500,00
Gravíssimo	3.000,00	5.000,00	8.000,00	10.000,00	10.000,00

DECRETO Nº 201/2019

Publicação Nº 2219617

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****DECRETO Nº. 201/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019****DISCIPLINA O PROCEDIMENTO AMBIENTAL PARA OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL EM TODAS AS SUAS FASES, DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE, CERTIDÕES DE CONFORMIDADE AMBIENTAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, de, Lei Complementar Municipal n. 080/2019 e:

Considerando que a Resolução n. 98/2017 do CONSEMA/SC estabelece o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito do Estado de Santa Catarina e suas delegações aos Municípios.

Considerando que o art. 14, § 1º da Resolução CONSEMA/SC 98/2017 pela Resolução CONSEMA/SC 117/2017 e tendo em vista que compete ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente definir os critérios para expedição de Certidão de Conformidade Ambiental ou sujeição das atividades que estejam abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental ao procedimento de Licenciamento Ambiental Simplificado (Autorização Ambiental - AuA), poderá este (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) definir, por Resolução, a sujeição das atividades originariamente sujeitas a Certidão de Conformidade Ambiental ao processo de licenciamento ambiental simplificado (AuA).

DECRETA

Art. 1º Este Decreto regulamenta no âmbito do Município de Anchieta, Santa Catarina, o procedimento para a obtenção de licença ambiental em todas as suas fases, declaração de atividade não constante, certidões de conformidade ambiental, em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional - CONDER, os procedimentos mínimos previstos no presente Decreto e seus anexos, podendo a equipe técnica ambiental, consideradas as características peculiares do empreendimento, solicitar dos requerentes outras exigências além das contidas no presente ato regulatório.

Art. 2º O procedimento de licenciamento ambiental e todas as suas fases seguirá o procedimento estabelecido na Resolução do CONSEMA/SC n. 98/2017, com prazo máximo de 06 (seis) meses, para a expedição de cada Licença (LAP, LAI e LAO), contados da data do protocolo.

Parágrafo único. Os prazos para a expedição das licenças poderão ser suspensos ou prorrogados mediante despacho fundamentado do órgão licenciador.

Art. 3º Para a obtenção de declarações de atividade não constante e certidões de conformidade ambiental será observado, no âmbito do Município de Anchieta, em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional - CONDER, os procedimentos mínimos

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

previstos no presente Decreto e seus anexos, podendo a equipe técnica ambiental, consideradas as características peculiares do empreendimento, solicitar dos requerentes outras exigências além das contidas no presente ato regulatório.

Art. 4º A análise dos pedidos de licenças, certidões e declarações somente será iniciada mediante a comprovação, pelo solicitante, do recolhimento das taxas devidas.

Art. 5º Os empreendedores e a equipe técnica seguirão as seguintes regras:

I - para a expedição de Certidão de Conformidade Ambiental as regras constantes do ANEXO I;

II – para a expedição de Declaração de Atividade não Constante as regras do ANEXO II, e em sendo necessário a equipe técnica ambiental, consideradas as características peculiares do empreendimento, solicitar dos requerentes outras exigências além das contidas no presente ato regulatório.

Art. 6º São parte integrantes e inseparáveis deste ato os Anexos I e II.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Anchieta (SC), 06 de novembro de 2019.

IVAN JOSE CANCI
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial do Município – www.diariomunicipal.sc.gov.br
Camila Baroni - Secretária de Administração e Gestão

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

ANEXO I

Do Procedimento para Certidões de Conformidade Ambiental

Sumário

1.....	<u>Objetivo</u>	3
2.....	<u>Instrumentos do Processo de Controle Ambiental</u>	4
3	<u>Etapas do Processo de Solicitação da Certidão de Conformidade Ambiental</u>	4
4	<u>Instruções Gerais</u>	4
5	<u>Instruções Específicas</u>	5
6	<u>Documentação Necessária para a solicitação de Certidão de Conformidade Ambiental</u>	5
Capítulo 1		7
Capítulo 2		12
Capítulo 3		13
Capítulo 4		15
Capítulo 5.....		24
Capítulo 6.....		26

1 Objetivo

Definir a documentação necessária ao processo de solicitação de certidão de conformidade ambiental das atividades da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, com porte abaixo dos limites fixados para fins de licenciamento ambiental aprovada pela Resolução CONSEMA nº. 98/17; Resolução CONSEMA nº. 99/17 e no âmbito das competências outorgadas pelas Resoluções CONSEMA nº 100, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 101, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 102, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 103, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, páginas 15/16; Resolução CONSEMA nº 104, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 105, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 106, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 107, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 111, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.615, veiculada em 13/09/2017, página 5; Resolução CONSEMA nº 111, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.615, veiculada em 13/09/2017, p.5.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

2 Instrumentos do Processo de Controle Ambiental

▪ Conformidade Ambiental: Com prazo de validade indicado na Declaração de Conformidade Ambiental vinculado ao prazo máximo de vigência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional, cadastra atividades com porte abaixo dos limites fixados para licenciamento ambiental, mediante apresentação de Declaração de Conformidade Ambiental (Resolução CONSEMA nº. 98/17, art. 1º, XVI c/c art.17, VII).

▪ Declaração de Conformidade Ambiental: subscrita por profissional legalmente habilitado, obrigatoriamente acompanhada de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional comprova junto ao Município em parceria técnico-jurídica com o CONDER Ambiental que o empreendimento/atividade está localizado de acordo com a legislação ambiental e florestal vigente, que trata de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que o imóvel possui Reserva Legal averbada ou registrada no Cadastro Ambiental Rural (Lei Nacional nº 12.651/12, art.18, §4º), desde que localizado em área rural.

3 Etapas do Processo de Solicitação da Certidão de Conformidade Ambiental

O procedimento de conformidade ambiental obedecerá às seguintes etapas:

- a) Abertura de protocolo Geral no Município que promoverá remessa e Protocolo numérico, por ordem de entrada, no Protocolo Geral do CONDER Ambiental e após implantação do Sinfat municípios os processos serão protocolados via sistema.
 - b) Requerimento de solicitação de certidão de conformidade ambiental.
 - c) Encaminhamento dos documentos pertinentes, em meio físico e digital.
- Análise técnico-jurídica pelo CONDER Ambiental dos documentos apresentados e a realização de vistorias técnicas, quando necessárias.
- Emissão de Certidão de Conformidade Ambiental.

4 Instruções Gerais

- Nas faixas marginais dos recursos hídricos existentes na área mapeada para implantação do empreendimento, deve ser respeitado o afastamento mínimo previsto na legislação vigente.
- Quando da necessidade de utilização de jazidas de empréstimos e áreas de bota-fora, fora da área do empreendimento, as mesmas são objeto de licenciamento ambiental específico.
- Os empreendimentos/atividades geradores de efluentes líquidos são obrigados a instalar caixa de inspeção.
- A alteração de titularidade do empreendimento/atividade deve ser comunicada ao CONDER Ambiental, com vistas à atualização, dessa informação no processo administrativo.
- O empreendedor e o profissional que subscreve a Declaração de Conformidade



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

Ambiental são responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

- A solicitação de certidão de conformidade ambiental somente será protocolada com a entrega dos arquivos digitais da documentação completa listada na presente Resolução.
- Os arquivos de texto e estudos ambientais, devem ser redigidos em português, apresentar tamanho de folha A4 (210mm x 297mm) e serem entregues em formato pdf texto.
- As plantas e mapas devem seguir as Normas Brasileiras (ABNT), com unidades do Sistema Internacional de Unidades e devem ser entregues no formato pdf.
- Os arquivos contendo imagens devem ser entregues em formato .jpg ou .png.
- Documentos que não tenham sido gerados eletronicamente devem ser apresentados ao protocolo para conferência e digitalização. Documentos gerados e assinados eletronicamente são aceitos como originais.
- O Município e o CONDER Ambiental colocam-se ao dispor dos interessados para dirimir possíveis dúvidas decorrentes desta Resolução.

5 Instruções Específicas

- A Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) deve fazer menção à Declaração de Conformidade Ambiental, com período de validade igual à validade desta (Declaração de Conformidade Ambiental); bem como ao parâmetro de enquadramento de porte do empreendimento/atividade: AE (área edificada), AI (área inundada), AU (área útil), C_{max}C (capacidade máxima de cabeças), L (comprimento), NH (número de unidades habitacionais), NL (número de leitos), NVB (número de vagas para barcos), QT (quantidade de resíduos) Q(1) (vazão de bombeamento), V(tensão), VUF (volume útil do forno).

6 Documentação Necessária para a solicitação de Certidão de Conformidade Ambiental

Requerimento da Certidão de Conformidade Ambiental acompanhado dos documentos pertinentes, e confirmação de localização do empreendimento segundo suas coordenadas geográficas ou planas (UTM). Conforme modelo do Capítulo 2 do Anexo I;

Procuração para representação do interessado. Conforme modelo do Capítulo 3 do Anexo I;

Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e contrato social;

Formulário de Caracterização de Atividade da Certidão de Conformidade Ambiental. Conforme modelo do Capítulo 4 do Anexo I;

Declaração de Conformidade Ambiental. Conforme modelo do Capítulo 5 do Anexo I;

Declaração de inexistência de embargos e outros gravames na área objeto da atividade e/ou de inexistência de trâmite simultâneo de processo de licenciamento ambiental em outro

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

órgão. Disponível no sítio eletrônico do CONDER em www.conder.sc.gov.br.

Certidão da prefeitura relativa ao uso e ocupação do solo, nos termos da Resolução CONAMA nº. 237/97, art. 10, §1º. Não são aceitas certidões que não contenham data de expedição, ou com prazo de validade vencido. Certidões sem prazo de validade são consideradas válidas até 180 dias após a data da emissão;

Cópia de Certidão de Transcrição ou Inteiro Teor de Matrícula, vigente, do Registro de Imóveis (com no máximo 90 dias);

Anuência do proprietário do imóvel para a realização de estudos ambientais assim como para a operação de atividade potencialmente poluidora quando o proprietário do imóvel não for o empreendedor requerente;

Cadastro Ambiental Rural – CAR e a respectiva reserva legal, quando couber;

Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional, com atribuição na respectiva área de atuação da atividade;

Comprovação da destinação final adequada dos resíduos sólidos e líquidos pertinentes a atividade.

Laudo hidrossanitário emitido pelo município e comprovante de limpeza (realizada há no máximo um ano) do sistema de tratamento de efluentes sanitários realizado por empresa ambientalmente licenciada;

Outros estudos, informações ou documentos complementares que a equipe técnica ambiental entender necessárias.

Comprovante de pagamento das taxas respectivas.

Apresentar documentação em meio físico e digital

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

CAPÍTULO 1

LISTA DAS ATIVIDADES SUJEITAS À CONFORMIDADE AMBIENTAL

CÓD	DESCR	PORT
01.5 1.00	Criação de animais confinados de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc).	CmáxC<10 0
01.5 2.00	Criação de animais confinados de médio porte (ovinos, caprinos, etc).	CmáxC<50 0
01.7 0.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura).	CmáxC<12 .000
01.7 0.10	Criação de animais confinados de pequeno porte.	CmáxC<12 000
01.8 0.00	Criação de animais confinados de pequeno porte (ranicultura).	AU(3)<0,1 ha
03.31 .00	Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo.	AI<0,1 ha
03.3 1.02	Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo.	AI<0,1 ha
03.3 1.03	Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Monocultivo Águas Frias.	AI<0,1 ha
03.3 5.00	Unidades de beneficiamento de moluscos bivalves.	AU(3)<0,0 5 ha
10.4 0.10	Fabricação de telhas, tijolos e outros artigos de barro cozido - exceto de cerâmica esmaltada.	AU(3)<0,0 5 ha
10.5 0.10	Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso.	AU(3)<0,2 ha
11.0 0.15	Produção de forjados, arames e relaminados de metais ferrosos e não ferrosos, a frio, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico.	AU(3)<0,1 ha
11.5 0.02	Estamparia, funilaria e latoaria, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.	AU(3)<0,1 ha
11.6 0.02	Serralheria, fabricação de tanques, reservatórios e outros recipientes metálicos e de artigos de caldeireiro sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.	AU(3)<0,1 ha

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

11.7 0.02	Fabricação de artigos de cutelaria, armas, ferramentas manuais e fabricação de artigos de metal para escritório, usos pessoal e doméstico - exceto ferramentas para máquinas, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão ou esmaltação ou imersão.	5 ha AU(3)<0,0
11.9 0.02	Fabricação de outros artigos de metal, não especificados em outros códigos, sem tratamento químico superficial ou galvanotécnico ou pintura por aspersão, ou esmaltação ou imersão.	5 ha AU(3)<0,0
13.6 0.00	Fabricação de máquinas, aparelhos, componentes e equipamentos eletrônicos	ha AU(3)<0,1
13.7 0.00	Fabricação de instrumentos ópticos, peças e acessórios.	ha AU(3)<0,1
13.9 0.00	Montagem, reparação ou manutenção de máquinas, aparelhos e equipamentos industriais e comerciais, e elétricos e eletrônicos.	ha AU(3)<0,1
14.1 0.00	Montagem e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, reparação de caldeiras, máquinas, turbinas e motores.	ha AU(3)<0,1
15.1 1.00	Desdobramento secundário de madeiras.	ha AU(3)<0,3
15.3 1.00	Fabricação de chapas e placas de madeira aglomerada, prensada ou compensada, revestida ou não com material plástico, com ou sem cogeração de energia elétrica.	ha AU(3)<0,1
15. 55.00	Fabricação de molduras, esquadrias e casas pré-fabricadas	0 m² AE(1)<3.00
16. 10.00	Fabricação de móveis de madeira, vime e junco.	ha AU(3)<0,2
16. 20.00	Fabricação de móveis de metal ou com predominância de metal, revestidos ou não com lâminas plásticas - inclusive estofados.	ha AU(3)<0,2
16. 50.00	Fabricação e acabamento de artigos diversos do mobiliário	ha AU(3)<0,2
17. 40.00	Fabricação de artefatos de papelão, cartolina e cartão, não associada à produção de papelão, cartolina e cartão, com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos industriais ou com emissões atmosféricas.	ha AU(3)<0,1

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

17. 60.00	Fabricação de artigos diversos de fibra prensada ou isolante - inclusive peças e acessórios para máquinas e veículos.	ha AU(3)<0,5
18.	Beneficiamento de borracha natural.	AU(3)<0,1
18. 20.00	Fabricação e recondicionamento de pneumáticos e câmaras-de-ar e fabricação de material para recondicionamento de pneumáticos.	ha AU(3)<0,1
18. 50.00	- Fabricação de artefatos de borracha (peças e acessórios para veículos, máquinas, aparelhos, correias, canos, tubos, artigos para uso doméstico, galochas e botas) exceto artigos de vestuário.	ha AU(3)<0,1
19. 90.00	Fabricação de calçados e ou outros artigos de couros e peles.	ha AU(3)<0,1
20. 81.00	Fabricação de sabão, detergentes, desinfetantes, glicerina, preparados para limpeza e velas.	ha AU(3)<0,1
20. 85.00	Fabricação de produtos de perfumaria e cosmético.	ha AU(3)<0,1
23. 21.00	Fabricação de artigos de material plástico.	ha AU(3)<0,5
23. 22.00	Fabricação de flocos e grãos (pellets) de material plástico.	ha AU(3)<0,1
24.	Fiação ou tecelagem de fibras têxteis vegetais.	AU(3)<0,1
24.	Fiação ou tecelagem de fibras têxteis artificiais e	AU(3)<0,3
24. 13.00	Fiação ou tecelagem de materiais têxteis de origem animal.	ha AU(3)<0,3
26. 00.00	Beneficiamento, moagem, torrefação e fabricação de produtos alimentares.	ha AU(3)<0,1
26. 43.00	Refinação e preparação de óleos e gorduras vegetais, produção de manteiga de cacau e gorduras de origem animal destinadas à alimentação.	5 ha AU(3)<0,0
26. 50.01	Industrialização de produtos de origem animal, inclusive cola.	ha AU(3)<0,1
26. 50.02	Industrialização de produtos de origem vegetal.	ha AU(3)<0,2
26. 70.00	Preparação do leite e fabricação de produtos de laticínios.	5 ha AU(3)<0,0
26.	Resfriamento e distribuição de leite.	AU(3)<0,1

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

26. 91.00	Fabricação de sorvetes.	ha AU(3)<0,2
26.	Fabricação de fermentos e leveduras.	ha AU(3)<0,1
26. 95.00	Fabricação de rações balanceadas para animais, por meio da mistura de produtos de origem vegetal e rações industrializadas.	2 ha AU(3)<0,0
27. 10.00	Fabricação e engarrafamento de vinhos.	ha AU(3)<0,1
27. 20.00	Fabricação e engarrafamento de aguardentes, licores e outras bebidas alcoólica.	ha AU(3)<0,1
27. 40.00	Fabricação de bebidas não alcoólicas – exceto engarrafamento e gaseificação de águas minerais em embalagem pet.	ha AU(3)<0,1
27. 40.10	Fabricação e engarrafamento de cervejas, chopes, inclusive maltes.	ha AU(3)<0,1
28. 10.00	Preparação de fumo, fabricação de cigarros, charutos e cigarrilhas e outras atividades de elaboração do tabaco, não especificadas ou não classificadas.	ha AU(3)<0,1
29. 10.00	Atividades da indústria editorial e gráfica com geração de resíduos perigosos ou com geração de efluentes líquidos ou com emissões atmosféricas.	ha AU(3)<0,1
30. 40.00	Fabricação de abrasivos.	ha AU(3)<0,1
30. 80.00	Fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos	ha AU(3)<0,1
30. 90.00	Fabricação de calçados de qualquer material, exceto em couro.	2 ha AU(3)<0,0
30. 90.10	Fabricação de partes de calçado de qualquer material, exceto em couro.	1 ha AU(3)<0,0
33. 13.00	Reservatórios artificiais para usos múltiplos que não decorram de barramento ou represamento de cursos d'água naturais.	AI<3 ha
33. 13.05	Canais de irrigação.	L<0,5 Km
33. 13.19	Estrutura de Apoio Náutico - EAN I - Trapiche, Pier, Atracadouro, Rampa de lançamento de embarcações e Plataforma de Pesca.	0 m² AE(1)<=10

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

33. 13.20	Estrutura de Apoio Náutico - EAN II - Garagem Náutica ou Marina.	AU(2)<150 m²
30. 20.01	Desassoreamento mecanizado de cursos d'água, exceto por draga.	L<1 km
33.	Macro drenagem.	ABH<100h
34. 11.02	Produção de energia eólica, exceto se com mini geração de energia distribuída.	P<0,1 MW
34. 12.00	Linhas e redes de transmissão de energia elétrica.	V<69 kV
34. 31.11	Sistema de coleta e tratamento de esgotos sanitários.	Q<1,5 l/s
34. 41.15	Unidade de compostagem de resíduos sólidos urbanos segregados na fonte.	QT<=0,5 ton/dia
34. 41.16	Central de triagem de resíduos sólidos urbanos oriundos de coleta seletiva.	QT<=1 ton/dia
34.	Unidade de biodigestão anaeróbica de resíduos.	QT<=0,5
42. 32.20	Instalações aéreas de tancagem autônoma para consumo próprio de combustíveis líquidos e gasosos.	VT<=15 m³
43. 30.00	Comércio atacadista com depósitos de combustíveis e lubrificantes, de origem vegetal e mineral.	AE(2)<1.00 0 m²
47. 84.00	Terminal rodoviário de carga.	AU(3)<0,5 ha
56. 20.00	Hospitais para animais e Centro de Zoonoses com alojamento de animais.	AU(3)<0,0 5 ha
71. 11.01	a) Condomínios de casa ou edifícios residenciais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NH<10
71. 11.02	Atividades de hotelaria localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor ou Lei de Ordenamento Territorial; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	NL<50

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

71. 11.03	a) Condomínio em áreas rurais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor ou Lei de Ordenamento Territorial que regulem a ocupação e uso do solo rural; b) não exista sistema de coleta de lixo na área objeto da atividade; c) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	ha AU(7)≤2
71. 11.06	Condomínios comerciais horizontais ou verticais localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	0 m² AE(1)<2.00
71. 11.07	Condomínios de edifícios de uso misto (comercial, residencial, serviços) localizados em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto da atividade.	0 m² AE(1)<2.00
71. 60.08	Armazenamento temporário de eletroeletrônicos e eletrodomésticos pós-consumo.	3 ha AU(3)<0,0
71. 70.10	Complexos turístico e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos.	ha AU(3)<3

**A presente lista será atualizada automaticamente com as alterações da Resolução CONSEMA/SC nº 99/2017.*

SIGLAS E ABREVIATURAS

ABH = Área de Contribuição da Bacia Hidrográfica (ha)

AE(1) = área edificada: somatório das áreas ocupadas pelas edificações existentes dentro da área útil do empreendimento (m²).

AE(2) = área edificada : somatório das áreas ocupadas pelas edificações existentes dentro da área útil do empreendimento destinadas exclusivamente para depósito de produtos (m²).

AI = área inundada (ha)

AU(1) = área útil titulada pelo DNPM (ha)

AU(2) = área total utilizada pelo empreendimento em terra ou sobre a água, construída ou não, incluindo a área de dársenas e vagas molhadas (m²)

AU(3) = área útil geral(ha)

AU(4) = área útil para atividades agrícolas, para projeto agropecuário irrigado com infraestrutura

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

coletiva (ha).

AU(5) = área útil para Parque Aquícola(ha).

AU(6) = área útil para pilhas de rejeito e de estéril em mineração(ha).

AU(7) = área total para parcelamento de solo urbano(ha).

CN = capacidade nominal do equipamento (t/h)

CP = capacidade de produção

CmedA = capacidade média de abate/dia

CmáxC = capacidade máxima de cabeças

CmáxM = capacidade máxima de matrizes

FR = faixa de rádio frequência (kHz)

L = comprimento (km)

L(1) = comprimento do curso d'água que será retificado (km)

MP = matéria prima (t/safra)

NH = número de unidades habitacionais

NL = número de leitões NV = número de veículos

P = potência instalada (MW)

PA = produção anual de ROM (m3/ano)

Pax = número de passageiros por ano (embarcados e desembarcados)

PM = produção mensal de ROM (m3/mês)

PM(2) = produção mensal (m2/mês)

Q = vazão máxima prevista (l/s)

Q(1) = vazão de bombeamento (m3/h)

Q(2) = vazão média ao final do plano (l/s)

QL = quantidade mensal de lâmpadas recebidas

QP = vazão de projeto em m3/s, para tempo de recorrência de 50 anos

QT = quantidade de resíduos (t/dia)

V = tensão (kV)

VD = volume dragado (m3)

VS = volume de sedimento (m3)

VT = volume do tanque (m3)

VUF = volume do útil do forno (m3)



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

CAPÍTULO 2

MODELO DE REQUERIMENTO

Ao Município de Anchieta/SC em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental

O(A) requerente abaixo identificado(a) solicita ao Município de Anchieta/SC em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental, análise dos documentos, anexos, com vistas a **Certidão de conformidade ambiental** do empreendimento/atividade abaixo qualificado:

Dados Pessoais do(a) Requerente									
RAZÃO									
CNPJ/		E-MAIL:							
Endereço do(a) Requerente									
		LOGRADO							
COMPLEME						B			
MUNI								TELEF	
Dados do Empreendimento									
RAZÃO									
CNPJ/									
Endereço do Empreendimento									
		LOGRADO							
COMPLEME						B			
MUNI								TELEF	
Dados de confirmação das coordenadas geográficas (latitude/longitude) ou planas (UTM) no sistema de projeção (DATUM) SIRGAS2000, de um ponto no local de intervenção do empreendimento.									
LOCALIZA		L		m:		Longi		s:	
COORDENA						COORDENA			

Assinatura

Nestes termos, pede deferimento.

Local....., Data.....

NOME/ASSINATURA DO(A)
REQUERENTE:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

CAPÍTULO 3 MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto ao Município de Anchieta em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental no processo de **Certidão de conformidade ambiental** do empreendimento/atividade abaixo qualificado.

Dados do(a) Outorgante					
Razão Social/Nome:				Nacionalidade:	
Estado Civil:		Profissão:		Cargo:	
Empresário:			CNPJ/Cpf:		
Endereço do(a) outorgante					
Cep:		Logradouro:			
Complemento:				Bairro:	
Município:					fonele:
Dados do(a) Outorgado(a)					
Razão Social/Nome:				Nacionalidade:	
Estado Civil:		Profissão:		Cargo:	

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

g:			Cnp		
	j/Cpf:				
Endereço do(a) Outorgado(a)					
p:	Ce		Logra		
		douro:			
Comple				B	
mento:			airro:		
Mun				f:	
icípio:					
Dados da Área do Empreendimento/Atividade					
Empreendimento/Ativid					
ade:					
p:	Ce		Logra		
		douro:			
rro:	Bai			Mu	
		nicípio:		f:	Sc
Assinaturas					
Local e					
Data:					
<p>.....</p> <p>.....</p> <p>Outorgante</p>			<p>.....</p> <p>.....</p> <p>Outorgado(a)</p>		

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

CAPÍTULO 4

FORMULÁRIO PARA CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

*1. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO		
Razão social:		
Nome fantasia:		
Inscrição municipal:	CNPJ:	
Endereço da unidade a ser licenciada:		
CEP:	Município:	
Bairro:	Distrito:	
Pessoa para contato (empresa):		Telefone:
E-mail:		

2. INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL		
*Área do terreno:m ²	*Área construída utilizada pela atividade:m ²	
*Área útil da atividade ao ar livre:m ²	*Área útil total:m ²	
Característica da construção: () alvenaria () madeira () misto		
Ano da construção:	Ampliação: () sim () não	Ano da ampliação:
Recursos hídricos: () sim () não () Possui nos terrenos extremantes:		
Tipo do recurso hídrico: () rio () ribeirão () lagoa () outros		
Distância recurso hídrico: m	Faixa ANEA ou APP: ()m curso d'água () m nascente	
Cobertura vegetal: () sim () não		Tipo de vegetação:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

Área do terreno com vegetação arbórea: m ²	Observações:
--	--------------

3. INFORMAÇÕES SOBRE A VIZINHANÇA

Direita: Distância aprox.: m	Esquerda: Distância aprox.: m
Frente: Distância aprox.: m	Fundos: Distância aprox.: m

*4. PRINCIPAL(IS) ATIVIDADE(S) DO EMPREENDIMENTO

CÓDIGO ATIVIDADE: (CONSEMA 99/17)

5. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE

5.1. Regime de Funcionamento

Data início das atividades: / /.....	Dias de funcionamento da semana:
Horário de funcionamento:	Horas/dia:

5.2. Número de Funcionários

Administração:	Produção:	Outros:	TOTAL:
-------------------------	-----------------	---------------	------------------------

6. FONTE(S) DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA

() Concessionária pública:	Consumo de energia: kwh/mês
() Outra:	Consumo mensal

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

7. FONTES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

() Rede Pública: m ³ /mês	() Poço Artesiano: m ³ /mês
() Nascente: m ³ /mês	() Rio/Ribeirão. Nome.....: m ³ /mês
() Água de chuva reservada: m ³ /mês V _{reservatorio} m ³	() água de reuso: m ³ /mês
() Outras:	TOTAL: m ³ /mês

* 8. FINALIDADES DO USO DA ÁGUA

() Sanitários: m ³ /mês	() Incorporada ao produto m ³ /mês
() Processo industrial: m ³ /mês	() Lavagem de equipamentos: m ³ /mês
() Lavagem de pisos: m ³ /mês	() Lavagem de veículos m ³ /mês
() Refeitório: m ³ /mês	() Água de reposição: m ³ /mês
() Caldeira: m ³ /mês	() Outro:
TOTAL: m ³ /mês	

* 9. INFORMAÇÕES SOBRE O PROCESSO PRODUTIVO DESENVOLVIDO

9.1. Principais Produtos Fabricados

() Não Se Aplica

<i>Produtos finais</i>	<i>Quantidade/ mês</i>	<i>Forma de acondicionamento</i>	<i>Forma de armazenamento</i>

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

9.2. Atividades e Serviços Inerentes			
<i>Atividade/Serviço</i>	<i>Itens fabricados, preparados ou consertados</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Unid</i>
9.3. Principais Matérias-Prima e Insumos			
<i>Matérias-prima /insumos</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento</i>	<i>Forma de armazenamento</i>
9.4. Equipamentos Utilizados/Máquinas () Não Se Aplica			
<i>Equipamentos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Tipo</i>	<i>Capacidade</i>

10. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES TERCEIRIZADAS

<i>Empresa Prestadora do Serviço</i>	<i>Nº Licença Ambiental</i>	<i>Serviços prestados</i>	<i>Quant /Mês</i>

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

*11. INFORMAÇÕES SOBRE OS EFLUENTES LÍQUIDOS			
11.1. Efluentes líquidos gerados			
() Esgoto sanitário: m ³ /mês		() Refeitório: m ³ /mês	
() Efluentes industriais: m ³ /mês		() Lavagem de equipamentos: m ³ /mês	
() Lavagem de veículos: m ³ /mês		() Outro: m ³ /mês	
() Lavagem de pisos: m ³ /mês		() TOTAL: m ³ /mês	
11.2. Sistema de tratamento para os efluentes sanitários			
() Fossa séptica e sumidouro V _{fossa} = m ³		() Fossa séptica filtro anaeróbio e sumidouro V _{fossa} = m ³ V _{filtro} = m ³	
() Fossa séptica e filtro anaeróbio V _{fossa} = m ³ V _{filtro} = m ³		() Concessionária Pública	
() Tratamento conjunto com efluentes Industriais		() Outro:	
11.3. Sistema de tratamento de efluentes industriais () Não Se Aplica			
() Físico	() Físico-químico	() Biológico	() Terceirizado Local:
11.4. Local de lançamento dos efluentes tratados (industriais e sanitários)			

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

() Rio/Ribeirão	() Córrego	() Rede pública canalizada	() Outra:
------------------	-------------	-----------------------------	------------------

11.5. Volume dos efluentes tratados e volume reutilizado, exceto sanitário

() Volume total tratado: m ³	Reutiliza o efluente tratado?: () sim () Não Volume reutilizado: m ³
--	--

*12. EQUIPAMENTOS/PONTOS GERADORES DE EMISSÕES ATMOSFÉRICAS

Equipamento / Ponto	Combustível		Caracterização do Poluente	Equipamento de Controle Ambiental
	Tipo	Volume		

13. FONTES GERADORAS DE RUÍDOS OU VIBRAÇÕES

Fonte geradora	Quantidade	Controle Ambiental

*14. RESÍDUOS SÓLIDOS (INCLUSIVE RECICLÁVEIS)

Resíduo	Local de origem	Quant/mês	Acondicionamento e armazenagem	Período de armazenagem

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

--	--	--	--	--

15. RESÍDUOS OLEOSOS USADOS OU CONTAMINADOS (INCLUSIVE RECICLÁVEIS)

<i>Resíduo</i>	<i>Local de origem</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Acondicionamento e armazenagem</i>	<i>Período de armazenagem</i>

*16. TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS

<i>Tipo resíduo</i>	<i>Transportador (Nome, CPF/CNPJ e LO)</i>	<i>Local de destino final (Nome, CPF/CNPJ e LO)</i>

17. RESÍDUOS REUTILIZADOS PELA PRÓPRIA EMPRESA

<i>Tipo resíduo</i>	<i>Quantidade/mês (unidade)</i>	<i>Forma de reuso</i>

*18. FLUXOGRAMA DA ATIVIDADE

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta*****RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES**

Nome:

Formação profissional:

Registro do Profissional:

Assinatura:

(junto a entidade de classe):

ART Nº

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE*(ADMINISTRADOR OU RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)**

Eu,, declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas neste documento.

Assinatura: Carimbo da empresa:

*XXXXXXX,de.....de.....

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

Legenda:

* Indispensável o preenchimento, é base para o licenciamento ambiental

CAPÍTULO 5

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

<p>O(a) declarante, abaixo identificado(a) em conformidade com o disposto na Resolução CONSEMA nº 98/17 e Resolução CONSEMA nº 99/17 e ciente das aplicações relativas à legislação administrativa, civil e penal, declara para fins de comprovação junto ao Município de Anchieta, SC, em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental que o empreendimento abaixo descrito está localizado de acordo com a legislação ambiental e florestal vigente, não está situado em área de preservação permanente, tratando de forma adequada seus efluentes líquidos e resíduos sólidos e que o imóvel, quando localizado em área rural, possui Reserva Legal.</p>			
<p align="center">Identificação do(a) Responsável Técnico(a)</p>			
E:	NOM		
CPF:	CGC/	FORMA ÇÃO:	
<p>Nº. REG. CONSELHO:</p> <p>Nº. da Anotação de Responsabilidade Técnica ou Função Técnica:</p> <p>Data de Emissão: Data de Validade:</p>			
<p align="center">Identificação do empreendedor</p>			
<p>NOME/RAZÃO SOCIAL:</p>			
<p align="center">Dados do empreendimento/atividade</p>			

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

NOME/RAZÃO SOCIAL:													
LOGRADO URO:													
NÚMERO:		COMPLEMENTO:		BARRIO:									
CEP:		MUNICÍPIO:				FONE:							
<p align="center">Coordenadas geográficas (latitude/longitude) ou planas (UTM) no sistema de projeção (DATUM) SIRGAS2000</p>													
LOCALIZAÇÃO			m	s	Longi		s:						
COORDENADA				COORDENADA									
<p>Esta declaração tem validade de <input type="text"/> anos, contados a partir da data de sua emissão e deve ser renovada previamente ao seu vencimento.</p>													
<p align="center">ENQUADRAMENTO DA ATIVIDADE</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>CÓDIGO</th> <th>DESCRIÇÃO</th> <th>PORTAL</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table> <p>Validade: _____</p> <p>Obs.: Vinculada ao prazo máximo de vigência da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Função Técnica (AFT) expedida pelo Conselho Regional de Classe do Profissional.</p>								CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PORTAL			
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PORTAL											
Local e data													

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

Nome/Assinatura do(a) Responsável Técnico(a)
--	----------------

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

CAPÍTULO 6

ENDEREÇO DO CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER



Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta****ANEXO II****DO PROCEDIMENTO PARA DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE****Sumário**

1.....	<u>Objetivo</u>	27
2.....	<u>Instrumentos do Processo de Controle Ambiental</u>	28
3	<u>Documentação Necessária.....</u>	28
<u>Capítulo 1 – Modelo de Requerimento</u>		29
<u>Capítulo 2 – Modelo de Procuração</u>		30
<u>Capítulo 3 – Formulário para Declaração de Atividade Não Constante</u>		32
<u>Capítulo 4 – Endereço do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER.....</u>		37

1 Objetivo

Definir a documentação necessária para solicitação de Declaração de Atividades Não Constantes da Listagem de Atividades Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental, na forma da Resolução CONSEMA nº. 98/17; Resolução CONSEMA nº. 99/17 e no âmbito das competências outorgadas pelas Resolução CONSEMA nº 100, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 101, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 102, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p.15; Resolução CONSEMA nº 103, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, páginas15/16; Resolução CONSEMA nº 104, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 105, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 106, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 107, de 05 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.568, veiculada em 06/07/2017, p. 16; Resolução CONSEMA nº 111, de 04 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial de Estado de Santa Catarina, Edição nº 20.615, veiculada em 13/09/2017, página 5.

2 Instrumentos do Processo de Controle Ambiental

- Declaração de Atividade não Constante: Com prazo de validade de no máximo 1 (um) ano, certifica atividades não constantes da listagem para licenciamento ambiental

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

(Resolução CONSEMA nº. 98/17, art.17, VI).

3 Documentação Necessária

a. Requerimento de Atividade Não Constante devidamente preenchido e assinado;

Formulário de Caracterização de Atividade Não Constante devidamente preenchido e assinado;

Procuração para representação do interessado, instruída com cópia da cédula de identidade e CPF do interessado e do procurador. Conforme modelo do Capítulo 2 do Anexo II;

Registro Geral - RG e Cadastro de Pessoa Física - CPF, ou Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ e contrato social;

Declaração de inexistência de embargos e outros gravames na área objeto da atividade e/ou de inexistência de trâmite simultâneo de processo de licenciamento ambiental em outro órgão. Disponível no sítio eletrônico do CONDER em www.CONDER.sc.gov.br.

Comprovação da destinação final adequada dos efluentes líquidos (tratamento) e resíduos sólidos;

Laudo hidrossanitário emitido pelo município e comprovante de limpeza (realizada há no máximo um ano) do sistema de tratamento de efluentes sanitários realizado por empresa ambientalmente licenciada;

Outros estudos, informações ou documentos complementares que a equipe técnica ambiental entender necessárias.

Comprovante de pagamento das taxas respectivas;

Apresentar documentação em meio físico e digital.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

CAPÍTULO 1

MODELO DE REQUERIMENTO

Ao Município de Anchieta/SC em parceria técnico-jurídica com Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental

O(a) requerente abaixo identificado solicita ao Município de Anchieta/SC em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER Ambiental, **DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE** com base nas informações e documentos fornecidos, sob os quais o requerente assume total responsabilidade.

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Empreendedor/Requerente

RAZÃO SOCIAL/NOME:		
CNPJ/CPF:	DDD	e
TELEFONE:		
ENDEREÇO/LOGRADOURO:		E-MAIL:
CE	BAIRR	MUNIC
P:	O:	ÍPIO:

1.2. Empreendimento/Imóvel

ENDEREÇO/LOGRAD		
RO:		
EP:	BAI	MUNICÍ
	RRO:	PIO:

2. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE REALIZADA:

--

3. ASSINATURA

Nestes termos, pede deferimento.

....., ____ de ____ de ____

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta

ASSINATURA DO(A) REQUERENTE

CAPÍTULO 2
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) para representá-lo(a) junto ao Município de Anchieta em parceria técnico-jurídica com o Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER no processo de:

() Obtenção de licença ambiental ou () Renovação de licença ambiental

Tipo de licença:

() Prévia ambiental () AuA – Autorização

() Instalação constante () Declaração de atividade não

() Operação

Dados do(a) Outorgante:

Razão social/Nome:

CNPJ/CPF:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Município:

CEP:

Bairro:

Estado:

Dados do Outorgado(a):

Razão social/Nome:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

CNPJ/CPF:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Município:

Estado:

Dados do Empreendimento:

Razão social/Empreendedor:

CNPJ/CPF:

Logradouro:

Número:

Complemento:

Bairro:

CEP:

Município:

Estado: Santa
Catarina

Local e data: de de

Assinaturas:

.....

.....

Outorgante

Outorgado

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta - SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Anchieta

Capítulo 3

Formulário para Declaração de Atividade Não Constante

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA	
Razão social:	
Nome fantasia:	
Inscrição municipal:	CNPJ:
Endereço da unidade a ser licenciada:	
CEP:	Município:
Bairro:	Distrito:
Pessoa para contato (empresa):	Telefone:
E-mail:	

2. INFORMAÇÕES SOBRE O IMÓVEL	
Área do terreno:m ²	Área útil total:m ²

3. PRINCIPAL(IS) ATIVIDADE(S) DA EMPRESA

4. INFORMAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE	
4.1. Regime de Funcionamento	
Data início das / atividades: /.....	Dias de funcionamento da semana:
Horário de	Horas/dia:

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

funcionamento:
4.2. Número de Funcionários: Total:	

5. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES DA EMPRESA**5.1. Principais Produtos Fabricados**

<i>Produtos</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento/armazenamento</i>

5.2. Principais Matérias-Primas e Insumos

<i>Matérias-primas/insumos</i>	<i>Quant/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento/armazenamento</i>

5.3. Principais Equipamentos Utilizados no Processo Produtivo

<i>Equipamentos</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Tipo</i>

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

5.4. Principais Produtos Comercializados

<i>Produtos/Artigos</i>	<i>Quantidade/mês</i>	<i>Forma de acondicionamento/armazenamento</i>

5.5. Principais Serviços Prestados

<i>Serviços Prestados</i>	<i>Quantidade/Mês</i>

5.6. Outras Atividades

6. INFORMAÇÕES SOBRE ATIVIDADES TERCEIRIZADAS

<i>Empresa Prestadora de Serviço</i>	<i>Nº Licença Ambiental</i>	<i>Serviços prestados</i>	<i>Quantidade/Mês</i>

7. INFORMAÇÕES SOBRE OS EFLUENTES LÍQUIDOS

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
 e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

7.1. Efluentes líquidos gerados		
() Esgoto sanitário:	$m^3/mês$	() Refeitório: $m^3/mês$
() Outro: $m^3/mês$		
7.2. Sistema de tratamento para os efluentes sanitários		
() Fossa séptica e sumidouro $V_{fossa} = m^3$	() Fossa séptica, filtro anaeróbio e sumidouro $V_{fossa} = m^3$ $V_{filtro} = m^3$	
() Fossa séptica e filtro anaeróbio $V_{fossa} = m^3$ $V_{filtro} = m^3$	() Concessionária Pública	
() Caixa de retenção de gorduras $V = m^3$	() Outro:	
7.3. Sistema de tratamento de efluentes gerados		
() Caixa separadora de óleo e areia $V = m^3$	() Outro:	
7.4. Local de lançamento dos efluentes tratados		
() Rio/Ribeirão/Córrego	() Rede pluvial canalizada	() Outro:

8. RESÍDUOS SÓLIDOS (INCLUSIVE RECICLÁVEIS)				
Resíduos	Local de origem	Quantidade /mês	Acondicionamento e armazenagem	Período de armazenagem

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

**Estado de Santa Catarina****Prefeitura Municipal de Anchieta**

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DAS INFORMAÇÕES				
Nome:				
Assinatura:				

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE (ADMINISTRADOR OU RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA)
Eu,nome..... ,cargo....., declaro, sob as penas da Lei, a veracidade das informações prestadas neste documento.
Assinatura: Carimbo da empresa:

xxxxxx,de.....de.....

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

Capítulo 4

Endereço do Consórcio de Desenvolvimento Regional – CONDER



Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC
e-mail: administracao@anchieta.sc.gov.br / Página eletrônica: www.anchieta.sc.gov.br.

EDITAL MATRÍCULAS ANO LETIVO 2020

Publicação Nº 2219730

EDITAL DE MATRÍCULAS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO – 001/2019

ABRE MATRÍCULAS E REMATRÍCULAS E BAIXA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DESTES PROCEDIMENTOS PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ANCHIETA.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, Estado de Santa Catarina, Município de Anchieta, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Complementares Nº 057/2016 e 071/2018. Torna público aos interessados, que se acham abertas as matrículas para as escolas da rede municipal de ensino da Educação Infantil e Ensino Fundamental, para o ano letivo de 2020. Observadas as normas e procedimentos deste edital.

CAPÍTULO I**1. DOS NÍVEIS**

1.1 As matrículas destinam-se aos alunos do município de Anchieta aptos a participarem da Educação Infantil e Ensino Fundamental nas escolas:

CAPÍTULO II**2. DAS ESCOLAS EM QUE OCORREM AS MATRÍCULAS, QUANTIDADE DE VAGAS E IDADE DOS ESTUDANTES**

2.1 Centro Municipal de Educação Infantil e Fundamental – CMEIF – Rua Ipiranga nº 141.

2.1.1 As matrículas serão realizadas na secretaria da escola

Turma	Turno	Idade	Quant. alunos
Pré II	MATUTINO	05 anos a 06 anos	14 a 21 alunos
Pré II	VESPERTINO	05 anos a 06 anos	14 a 21 alunos

Centro Municipal de Educação – Ensino Fundamental anos iniciais

Turmas/turnos	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
MATUTINO	25 alunos	25 alunos	25 alunos	25 alunos	25 alunos
VESPERTINO	25 alunos	25 alunos	25 alunos	25 alunos	25 alunos

Centro Municipal de Educação – Ensino Fundamental anos finais

Turmas/turnos	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano
MATUTINO	30 alunos	30 alunos	30 alunos	
VESPERTINO	30 alunos		30 alunos	30 alunos

2.1 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que permanecem em 2020 nas turmas do 2º ano ao 5º ano e 7º ao 9º ano, os familiares devem passar na escola apenas para confirmar;

2.2 Deverão realizar novas matrículas e as vagas serão preenchidas a partir do quesito ordem de chegada da matrícula, às turmas que ingressam no Pré II que passam ao 1º ano e do 5º que passam ao 6º ano no ano de 2020;

2.3 Deverão procurar a escola, no período de rematrícula (no período de 18 a 22/11), as famílias que desejarem trocar os alunos de turno, que serão atendidos conforme conveniências de organização da escola ou vaga.

Obs.: Para que uma nova turma seja aberta é necessário ter o mínimo de alunos matriculados, conforme as tabelas, excedentes nas turmas já existentes.

3.1 Creche Pró Infância – Rua Dom José Gomes – Bairro Guarani

3.1.1 As matrículas serão realizadas na secretaria da escola

Creche I integral ou parcial	MATUTINO	04 meses a 01 ano	07 a 09 alunos
Creche I integral ou parcial	VESPERTINO	04 meses a 01 ano	07 a 09 alunos
Creche II integral	MATUTINO	01 ano a 02 anos	09 a 12 alunos
Creche II integral	VESPERTINO	01 ano a 02 anos	09 a 12 alunos
Creche II	MATUTINO	01 ano a 02 anos	09 a 12 alunos
Maternal I	MATUTINO	02 anos a 03 anos	12 a 15 alunos
Maternal I	VESPERTINO	02 anos a 03 anos	12 a 15 alunos
Maternal II	MATUTINO	03 anos a 04 anos	12 a 17 alunos
Maternal II	VESPERTINO	03 anos a 04 anos	12 a 17 alunos

3.2 As novas matrículas para as turmas da escola serão organizadas conforme a ordem de chegada das matrículas.

3.3 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que serão alunos em 2020 nas turmas da Creche II, Maternal I e Maternal II;

4.1 Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes – Bairro Xavantes

4.1.1. As matrículas serão realizadas na secretaria da escola

Educação Infantil – Bairro Xavantes

Maternal I	Vespertino	02 anos a 03 anos	12 a 15 alunos
------------	------------	-------------------	----------------

Maternal II	Vespertino	03 anos a 04 anos	12 a 17 alunos
Pré I	Vespertino	04 anos a 05 anos	14 a 19 alunos
Pré I	Matutino	04 anos a 05 anos	14 a 19 alunos
Pré II	Matutino	05 anos a 06 anos	14 a 21 alunos

Ensino Fundamental – anos iniciais

Turma/turno	1º ano integral	2º ano integral	3º ano integral	4º ano integral	5º ano integral
Mat			12 a 25 alunos	12 a 25 alunos	12 a 25 alunos
Vesp	12 a 25 alunos	12 a 25 alunos			

4.2 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que permanecem nela em 2020 nas turmas do Maternal II, 2º ano ao 5º ano;

4.3 Deverão realizar novas matrículas e as vagas serão preenchidas a partir do quesito ordem de chegada da matrícula, as turmas que ingressam no Maternal I, do Pré II que passam ao 1º ano ou das outras turmas de crianças que nunca frequentaram a escola;

4.4 Deverão procurar a escola, no período de matrícula, as famílias que desejarem trocar os alunos de turno, que serão atendidos conforme conveniências de organização da escola ou vaga.

5.1 Jardim de Infância Menino Jesus – Linha Prateleira

5.1.1 - As matrículas serão realizadas na Secretaria Municipal da Educação, sito a Avenida Anchieta, 838 ou na escola no período vespertino

Maternal II, Pré I e II	VESPERTINO	03 anos a 06 anos	12 a 20 alunos
-------------------------	------------	-------------------	----------------

5.2 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que permanecem nela, das turmas Maternal II ao Pré II em 2020;

5.3 Deverão realizar novas matrículas e as vagas serão preenchidas a partir do quesito ordem de chegada da matrícula, as turmas que ingressam no Maternal I ou nas outras turmas se as crianças não frequentavam a escola;

6.1 Jardim de Infância Cantinho da Alegria e Escola Isolada Municipal Nº 21 – Linha Nossa Senhora da Saúde

6.1.1 - As matrículas serão realizadas na Secretaria Municipal da Educação, sito a Avenida Anchieta, 838 ou na escola

Maternal II, Pré I e II	VESPERTINO	03 anos a 06 anos	10 a 20 alunos
1º ao 4º ano	VESPERTINO		12 a 20 alunos

6.2 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que permanecem nela das turmas Maternal II ao Pré II em 2020;

6.3 Deverão realizar novas matrículas e as vagas serão preenchidas a partir do quesito ordem de chegada da matrícula, às turmas que ingressam no Maternal I e 1º ano ou que não frequentavam a escola;

7.1 Jardim de Infância Pequeno Príncipe – Linha Salete

7.1.1 As matrículas serão realizadas na Secretaria Municipal da Educação, sito a Avenida Anchieta, 838 ou na escola

Maternal II, Pré I e II	VESPERTINO	03 anos a 06 anos	10 a 20 alunos
-------------------------	------------	-------------------	----------------

7.2 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que permanecem nela das turmas Maternal II ao Pré II em 2020;

7.3 Deverão realizar novas matrículas e as vagas serão preenchidas a partir do quesito ordem de chegada da matrícula, às turmas que ingressam no Maternal I e 1º ano ou que não frequentavam a escola;

8.1 Jardim de Infância Pequeno Exemplar – Linha João Café Filho

8.1.1 As matrículas serão realizadas na Secretaria Municipal da Educação, sito a Avenida Anchieta, 838 ou na escola

Pré I e II	MATUTINO	04 anos a 06 anos	10 a 20 alunos
Maternal I e Maternal II	VESP.	02 anos e 03 anos	10 a 15 alunos

8.2 A rematrícula será automática para os alunos matriculados nesta escola e que permanecem nela das turmas Maternal II ao Pré II em 2020;

8.3 Deverão realizar novas matrículas e as vagas serão preenchidas a partir do quesito ordem de chegada da matrícula, às turmas que ingressam no Maternal I ou que não frequentavam a escola;

CAPÍTULO III

9 DAS MATRÍCULAS E TROCAS DE TURNO

- 9.1 As matrículas e trocas de turno serão realizadas de 18 a 22 de novembro de 2019 nas escolas ou na Secretaria Municipal de Educação, conforme o caso, das 7h30min às 11h00 min e 13h30min às 17h00min;
- 9.2 As matrículas novas estarão abertas no período de 25 a 29 de novembro de 2019, nas escolas ou na Secretaria Municipal de Educação, conforme o caso, das 7h30min às 11h00min e 13h30min às 17h00min;
- 9.2.1 – Se a escola tiver funcionamento em apenas um turno, a matrícula será realizada no turno de funcionamento;
- 9.3 São condições para as matrículas: no início do ano letivo ter a idade solicitada para cada turma considerando a data corte de 31 de março. Observar para a educação Infantil, a data estipulada no quadro de matrículas deste edital e para o primeiro ano do Ensino Fundamental completar a idade (06 anos) até 31 de março de 2019;
- 9.4 O responsável pela matrícula deverá apresentar no momento de fazê-la os seguintes documentos: certidão de nascimento da criança, CPF, carteira de vacinação, comprovante de residência (conta de água, luz ou telefone), cartão do SUS e número do NIS (para participantes do programa Bolsa Família) e documentos pessoais dos pais ou responsáveis. Sem estes documentos não será feita a matrícula;
- 9.5 Caso se tratar de transferência, além destes documentos, deverá apresentar o histórico escolar e atestado de frequência da última instituição de ensino e com documentos que comprovem o último período escolar;
- 9.6 Considerar-se-á o zoneamento, isto é, as famílias devem efetuar a matrícula na escola mais próxima de sua residência;
- 9.7 O critério para a matrícula das crianças em turmas em que o oferecimento de vaga pelo município não é obrigatório, isto é, para crianças de 4 meses a 3 anos, é a ordem de inscrição.
- 9.8 As vagas abertas durante o ano, serão oferecidas para as crianças que por falta de vagas, permaneceram na lista de espera de acordo com a ordem de matrícula (inscrição), para as turmas em que o atendimento não é obrigatório pelo município (04 meses a 03 anos);
- 9.9 Os casos não previstos no presente edital, no que tange ao processo de matrícula em questão, serão resolvidos pela Unidade Escolar, Secretaria Municipal da Educação e Assessoria Jurídica do município de Anchieta;
- 9.10 As turmas serão formadas considerando as matrículas feitas. Para funcionamento de qualquer turma deverá haver o número mínimo de alunos indicado em cada quadro, se não houver, conforme as possibilidades serão formadas turmas mistas na Educação Infantil, bisseriadas ou multiseriadas no Ensino Fundamental ou os alunos serão encaminhados para outras escolas.
- 9.11 O turno (matutino/vespertino) será determinado pela existência de vaga na turma e turno e, do funcionamento da escola.
- Anchieta, 7 de novembro de 2019.

Josemir Forgiarini
Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 054/2019

Publicação Nº 2219431

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo Licitatório nº 084/2019 – Pregão Presencial nº 054/2019.

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que Homologou a Adjudicação do Processo Licitatório nº 084/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de preço visando aquisição parcelada de Piso de Concreto, Meio-Fio de Concreto, Grama Tipo Esmeralda e Palmeira Tipo Real, utilizadas pela Administração Pública do município de Anchieta/SC, pelo período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório.

Empresas Vencedoras:

HÉLIO VIGANO JUNIOR – ME.

VALOR R\$: 318.250,00

CIDAMAQ MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI - ME.

VALOR R\$: 7.900,00

LUMAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA – EPP.

VALOR R\$: 75.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO R\$: 401.150,00

(Quatrocentos e Um Mil, Cento e Cinquenta Reais).

Anchieta, 07 de Novembro de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 446/2019

Publicação Nº 2219163

PORTARIA nº. 446/2019

De, 07 de novembro de 2019.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 031/2011 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo o senhor Gustavo Fattori Ferreira portador do CPF nº. 226.222.368-83 e CI nº. 331000696, aprovado no Concurso Público nº. 001/2019 para o cargo de Contador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com lotação junto à Secretaria Municipal da Fazenda, com os direitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Anchieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 07 de novembro de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 105/2019

Publicação Nº 2219446

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA

DECRETO Nº 105/19
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

SUPERÁVIT FINANCEIRO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:	
06 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS SERVICOS PUBLICOS		
06.03 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM		
2678292.025 - Manut., Conservação e Abertura de Estradas		
(170) 3.3.90.00.00.00.00.0.3.00 - Aplicação Direta	R\$	85.374,55
Total Suplementação	R\$	85.374,55
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro por fonte de recurso.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 04 de novembro de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Antônio Carlos**PREFEITURA****DECRETO Nº 180/2019**

Publicação Nº 2219313

DECRETO Nº 000180/19 de 7 de Novembro de 2019

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.304.0012.2.035-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

11.01.10.301.0012.2.032-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

11.01.10.304.0012.2.035-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 1.000,00

ra atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 3.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 181/2019

Publicação Nº 2220665

DECRETO Nº 000181/19 de 7 de Novembro de 2019

Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001605/18 de 12 de Dezembro de 2018.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 425.312,73 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	178.333,82
04.02.12.361.0006.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	116.978,91
04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	90.000,00
04.02.12.365.0006.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	40.000,00

Art. 2º -

Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.02 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BAS

04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	40.000,00
04.02.12.361.0006.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
04.02.12.365.0006.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	168.033,82
04.02.12.365.0006.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	90.000,00

04.02.12.361.0006.2.005-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	66.978,91
04.02.12.365.0006.2.006-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçamentárias	10.300,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 7 de Novembro de 2019

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

PORTARIA N 533/2019

Publicação Nº 2220007

PORTARIA Nº 533/2019

Concede Licença para Tratamento de Saúde a servidor efetivo.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com a Lei 558/92;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE por 90 dias ao servidor AUGUSTO ENIZ NEUHAUS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, a partir de 01 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA N 534/2019

Publicação Nº 2220009

PORTARIA Nº 534/2019

Nomeia servidor comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear ALCIDES VIANEI SCHMITT para o cargo comissionado de COORDENADOR DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, a partir de 11 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de novembro de 2019.

PORTARIA N 535/2019

Publicação Nº 2220012

PORTARIA Nº 535/2019
Dispensa servidor ACT.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar a pedido, a servidora JADNA DE OLIVEIRA CORREA do cargo temporário de MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR, a partir de 07 de novembro de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 07 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de novembro de 2019.

SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019

Publicação Nº 2219727

TERMO ADITIVO**SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2019**

Segundo termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTONIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, neste ato denominado simplesmente Município, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF sob nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e a empresa POSTO ANTÔNIO CARLOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.370.109/0001-74, com sede na Estrada São Francisco, nº 50, Centro, Antônio Carlos/SC, doravante denominada CONTRATADO, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Considerando a imprevisibilidade e a ruptura do equilíbrio contratual, tem o presente termo aditivo por objeto a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço nº 090/2019, oriunda do Processo Licitatório nº 088/2019, Pregão Presencial nº 059/2019, cujo objeto é a aquisição de gasolina comum para abastecimento da frota de veículos do Município de Antônio Carlos/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – Diante da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica alterado o valor do item 01 (gasolina comum) de R\$ 4,082 para o valor de R\$ 4,172 o litro.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos/SC, 04 de novembro de 2019.

GERALDO PAULI	POSTO ANTÔNIO CARLOS EIRELI – EPP	
Prefeito Municipal		

TESTEMUNHAS:

Nome da testemunha Nome da testemunha
CPF: CPF:

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRADO DE DISPENSA 013-2019-REVISÃO DA LEI ORGÂNICA**

Publicação Nº 2220149

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2019

OBJETO: Análise da Lei Orgânica atual cotejando com as alterações ocorridas na Constituição Estadual, Federal e Jurisprudencial, além da recepção do trabalho resultantes da Comissão Especial da Câmara.

CONTRATADO: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA – CNPJ: 28.474.582/0001-67

VALOR TOTAL: R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA: 180 dias

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.99.00.00.00

Antônio Carlos, 15/10/2019.

Apiuna

PREFEITURA

PORTARIA Nº 0758/2019

Publicação Nº 2219412

PORTARIA Nº 0758/2019

De 11 de outubro de 2019

CONCEDE LICENÇA PARA A SERVIDORA ANA PAULA DA LUZ CANI

PARA CUIDAR DE MEMBRO DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,
RESOLVE

Art. 1º Conceder, licença de 51 (cinquenta e um) dias para a servidora ANA PAULA DA LUZ CANI, a partir de 19/09/2019 a 08/11/2019, para cuidar de sua filha LAURA BEATRIZ CANI, que necessita de cuidados devido doença.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 19 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 04 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0759/2019

Publicação Nº 2219354

PORTARIA Nº 0759/2019

De 14 de outubro de 2019

EXONERA SERVIDOR EFETIVO MARLESIO POBENGA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Art. 1º Exonerar em 14 de Outubro de 2019, MARLESIO POBENGA, servidor efetivo ocupante do cargo de SERVENTE, sem justa causa, por iniciativa do servidor.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de Outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 14 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0764/2019

Publicação Nº 2219510

PORTARIA Nº 0764/2019

De 15 de outubro de 2019

ESTABELECE HORÁRIO DE TRABALHO DIFERENCIADO AO SERVIDOR
ALESSANDRO DOS SANTOS WALTRICK

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 30 §4º da Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,

RESOLVE

Art. 1º Conceder horário de trabalho diferenciado ao servidor ALESSANDRO DOS SANTOS WALTRICK, ocupante do cargo de Médico Geral Comunitário - PSF, com o seguinte horário:

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
07:30 – 12:00	07:30 – 12:00	07:30 – 12:00	07:30 – 12:00	14:00 – 17:00
13:00 – 20:00	13:00 – 18:00	13:00 – 20:00	–	–

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0767/2019

Publicação Nº 2219736

PORTARIA Nº 0767/2019
De 17 de outubro de 2019

ENTRA EM EXERCÍCIO DO CARGO
ODETE APARECIDA PEREIRA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008,
RESOLVE

Entrar em exercício em 30 de outubro de 2019, ODETE APARECIDA PEREIRA, tendo em vista a apresentação de todos os documentos para a investidura no cargo de PROFESSOR.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 30 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0771/2019

Publicação Nº 2219891

PORTARIA Nº 0771/2019
De 18 de outubro de 2019

DEMITE SERVIDOR CONTRATADO TEMPORARIAMENTE
JOELMA DE SOUZA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 169/2017 de 20/09/2017,
RESOLVE

Art. 1º Demitir em 23 de outubro de 2019, funcionária contratada em caráter temporário via Processo Seletivo nº 003/2019, JOELMA DE SOUZA, contrato 107069 -3, ocupante do cargo de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL, por iniciativa do servidor.

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 18 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0773/2019

Publicação Nº 2220359

PORTARIA Nº 0773/2019
De 24 de outubro de 2019

REVOGA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CLEIDE REINERT

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,
RESOLVE

Revogar a Função Gratificada I, concedida através da portaria nº 0662/2019 de 11 de setembro de 2019, de CLEIDE REINERT, a partir de 31 de outubro de 2019.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0774/2019

Publicação Nº 2220398

PORTARIA Nº 0774/2019
De 24 de outubro de 2019

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA PARA A SERVIDORA
GREICE ALVES MOSER

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 78/2005 de 08/12/2005,

RESOLVE

Conceder Função Gratificada I no valor de R\$ 256,92 para a servidora GREICE ALVES MOSER, ocupante do cargo de Assistente Técnico Pedagógico, a partir de 01 de novembro de 2019, em substituição a professora Pamela Schneider, que está em licença maternidade. Prefeitura Municipal de Apiúna, em 24 de outubro de 2019.

José Gerson Gonçalves
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0797/2019

Publicação Nº 2220236

PORTARIA Nº 0797/2019

De 01 de novembro de 2019

NOMEIA COMISSÃO DE ESTUDO PARA A REAVALIAÇÃO DO
PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS DA EDUCAÇÃO

Marcelo Doutel da Silva, Prefeito Municipal de Apiúna em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei e de conformidade com Acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Timbó e Região – SISETI,
RESOLVE

NOMEAR Comissão de Estudo para a Reavaliação do Plano de Cargos e Salários da Educação, composta por:

Presidente: Neusa Ana Slomski Angioletti;

Secretária: Juliana Vanelli;

Membros: Ademir Piske;

Willy Woehl;

Marileia Rezini Merini;

Carlos Alberto Peixer Vinci;

Marcela Cristina Voigt;

Adriano dos Santos;

Juliana Favero Odeli;

Luana Jorge;

Maicon Fabricio Naffien;

Marcelo Eleoterio;

Sidneia Simone Lange da Silva e

Silmara Jociani Maliseski de Negredo.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 01 de novembro de 2019.

Marcelo Doutel da Silva

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

DECRETO 2490

Publicação Nº 2219929

Decreto nº 2490 de 07 de novembro de 2019.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO que as repartições públicas Estaduais e Federais, utilizando das prerrogativas inerentes ao ponto facultativo, não terão expediente no último dia do ano,

CONSIDERANDO ainda, que o ponto facultativo no dia citado, além de não impor nenhum prejuízo nos negócios do município, proporciona redução no custeio da Administração Pública Municipal,

DECRETA:

Art. 1.º Fica decretado "Ponto Facultativo" nas repartições públicas municipais, no dia 31 de dezembro de 2019 por ser data isolada entre o final de semana e o feriado do Dia da Confraternização Universal.

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Permanecem inalterados os demais dispositivos do Decreto nº 2.371.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registrado e publicado em data supra.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

EXTRATO IL 08.2019

Publicação Nº 2220219

MUNICÍPIO E ARABUTÃ- SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2019.

A Prefeita Municipal torna público que ratificou o ato da Senhora Glaucia Pottratz, Diretora de Administração, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Caput, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para o Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para realização sessões de Fisioterapia Domiciliar (itens 03, 06, 07 e 08) especificados no Anexo "B" do Edital de Credenciamento 001/2019, para atendimento a população do Município, conforme a necessidade, mediante encaminhamento e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, em favor da empresa VANIA BRATTI, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), com validade até 31 de dezembro de 2019.

Arabutã SC, 07 de novembro de 2019.

LEANI KAPP SCHMITT
Prefeita Municipal

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0090/2019

Publicação Nº 2220221

CONTRATO Nº 0090/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019–PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0177/2019 –

CONTRATAÇÃO DO "SHOW COM A DUPLA JOÃO VICTOR E RENEU" PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA, NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – doravante denominado CONTRATANTE e JOÃO VICTOR LIPPERT pessoa jurídica de direito privado, Microempreendedor Individual, inscrita no CNPJ sob nº 30.186.825/0001-03 estabelecida na Rua Francisco Nava nº20, Bairro, Centro, Município de Arroio Trinta - SC, neste ato, representado por JOÃO VICTOR LIPPERT, brasileiro, solteiro, músico, inscrito no CPF nº 081.273.899-35 e doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e contratado o presente contrato para a realização de SHOW COM A DUPLA JOÃO VICTOR E RENEU a ser realizado no dia 15 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, cuja celebração foi precedida de dispensa de licitação, através de inexigibilidade nº 0015/2019, atendidas as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO FUNDAMENTO LEGAL

0.1 O presente Contrato decorre da autorização de Inexigibilidade de Licitação constante no Artigo 25 da Lei 8/666 de 21 de Junho de 1993: "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III -para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

CLÁUSULA SEGUNDA -OBJETO DO CONTRATO

2.1 Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO SHOW COM A DUPLA JOÃO VICTOR E RENEU a ser realizado no dia 15 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33663 - Show com a Dupla João Victor e Reneu. Show com duração aproximada de 1 hora. Realização do Show: dia 15 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente ao deslocamento, hospedagem e alimentação.	Un	1	2.200,00	2.200,00
Total				2.200,00	

–Horário previsto para início do show: 14h:00m, com duração prevista de 01(uma) hora, no dia 15 (quinze) de dezembro de 2019, no Espaço Cultural Gustavo Falchetti.

CLÁUSULA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATANTE, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- Equipe de apoio que deverá estar à disposição durante o Show.
- Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.
- Providenciar toda a estrutura necessária para a realização do show.

CLÁUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- a) Fazer apresentar-se no local hora e data previamente estabelecido neste contrato.
- b) São de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente a sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem, camarim e alimentação.
- c) Produção completa do espetáculo, incluindo equipamentos de sonorização e iluminação necessários.

4.2 A CONTRATADA, reserva-se o direito das seguintes providências mínimas abaixo:

- É proibida qualquer manifestação política em cima do palco.
- É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa.

CLÁUSULA QUINTA –DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de duração do presente instrumento terá vigência até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA –DO VALOR

6.1 –O valor total do contrato é de R\$2.200,00(DOIS MIL E DUZENTOS REAIS).

6.2 – O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 3 (três) dias, após a realização do Show, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 -As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da presente licitação, ocorrerão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

72-1.2005.13.392.13.2.33.1.339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA -DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no descumprimento de suas cláusulas.

8.2 - Fica estipulado a multa no valor de 10% do valor do cachê artístico deste contrato para a parte que infringir a qualquer cláusula constante no mesmo, além de responder na forma de legislação em vigor, pelas perdas e danos que causar.

8.3 - Fica acordado que a partir do momento que o Show for realizado, a CONTRATANTE está ciente que todas as obrigações por partes da CONTRATADA foram cumpridas, inclusive se ocorrer atraso na apresentação.

CLÁUSULA NONA -DO FORO

9.1 Fica estipulado o Foro de Videira – SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam em duas vias de igual forma e teor para que produzam os mesmos efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas.

Arroio Trinta, 06 de novembro de 2019

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRÍCIGO
CPF nº 551.995.939-00
CONTRATANTE

JOÃO VICTOR LIPPERT
CNPJ nº 30.186.825/0001-03
JOÃO VICTOR LIPPERT
CPF nº 081.273.899-35
CONTRATADA

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN
CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0090/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº: 0015/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0177/2019

CONTRATADO: DUPLA "JOÃO VITOR E RENEU"
FINALIDADE: SHOW COM, NA EXPOTRINTA, NO DIA 15/12/2019
VALOR: R\$2.200,00

CONTRATO Nº 0091/2019

Publicação Nº 2220045

CONTRATO Nº 0091/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2019—PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0189/2019 –

CONTRATAÇÃO DO "SHOW BAILE COM A BANDA MERCOSUL" PARA APRESENTAÇÃO DURANTE A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA, NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC – doravante denominado CONTRATANTE e REGINATTO SHOWS E EVENTOS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.343.019/0001-82 estabelecida na Rua Santo Antônio nº456, Bairro Primavera, Município de Xaxim - SC, neste ato, representado por SÉGIO JOSÉ REGINATTO, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 486.613.849-15 e doravante denominado CONTRATADA, tem entre si justo e contratado o presente contrato para a realização de SHOW BAILE COM BANDA MERCOSUL ser realizado no dia 13 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, cuja celebração foi precedida de dispensa de licitação, através de inexigibilidade nº 0018/2019, atendidas as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA –DO FUNDAMENTO LEGAL

0.1 O presente Contrato decorre da autorização de Inexigibilidade de Licitação constante no Artigo 25 da Lei 8/666 de 21 de Junho de 1993: "É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: III -para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública".

CLÁUSULA SEGUNDA -OBJETO DO CONTRATO

2.1 Este contrato tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DO SHOW BAILE COM BANDA MERCOSUL a ser realizado no dia 13 de dezembro de 2019, durante A EXPOTRINTA, PARTE INTEGRANTE DA FESTIVITÁ ALL ITALIANA 2019, NO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33657 - Show Baile com a Banda Mercosul. Show com duração aproximada de 2 horas. Realização do Show: dia 13 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente aos equipamentos e materiais de sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação.	Un	1	8.000,00	8.000,00
Total:				8.000,00	

—Horário previsto para início do show: 22h:00m, com duração prevista de 02(duas) hora, no dia 13 de dezembro de 2019, no Espaço Cultural Gustavo Falchetti.

CLÁUSULA TERCEIRA -OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATANTE, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- Equipe de apoio que deverá estar à disposição durante o Show.
- Energia elétrica mínima de 180 KWA com distância máxima do palco de 20 metros.
- Segurança pública durante as apresentações, assim como antes e depois, conforme as normas e exigências locais (Brigada Militar, Corpo de Bombeiros e Ambulância).
- Responsabilidade por toda e qualquer ocorrência policial, criminal e, ou civil que venham a ser vítima qualquer dos artistas e equipe produtora e público, durante o espetáculo, em todas as decorrências e assistência administrativa e outras.

e) Providenciar toda a estrutura necessária para a realização do show.

CLÁUSULA QUARTA -OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 A obrigação e responsabilidade para efeito de realização do espetáculo compete à CONTRATADA, a quem reservam-se as seguintes providências mínimas abaixo discriminadas:

- a) Fazer apresentar-se no local hora e data previamente estabelecido neste contrato.
- b) São de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente a sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem, camarim e alimentação.
- c) Produção completa do espetáculo, incluindo equipamentos de sonorização e iluminação necessários.

4.2 A CONTRATADA, reserva-se o direito das seguintes providências mínimas abaixo:

- É proibida qualquer manifestação política em cima do palco.
- É proibida propaganda publicitária em cima do palco e na sua área externa.

CLÁUSULA QUINTA –DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de duração do presente instrumento terá vigência até 31/12/2019.

CLÁUSULA SEXTA –DO VALOR

6.1 –O valor total do contrato é de R\$8.000,00(OITO MIL REAIS).

6.2 – O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 3 (três) dias, após a realização do Show, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

CLÁUSULA SÉTIMA –DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 -As despesas decorrentes da execução dos serviços, objeto da presente licitação, ocorrerão à conta dos recursos da seguinte dotação orçamentária:

72-1.2005.13.392.13.2.33.1.339000 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA OITAVA -DA RESCISÃO

8.1 O presente contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, no descumprimento de suas cláusulas.

8.2 - Fica estipulado a multa no valor de 10% do valor do cachê artístico deste contrato para a parte que infringir a qualquer cláusula constante no mesmo, além de responder na forma de legislação em vigor, pelas perdas e danos que causar.

8.3 - Fica acordado que a partir do momento que o Show for realizado, a CONTRATANTE está ciente que todas as obrigações por partes da CONTRATADA foram cumpridas, inclusive se ocorrer atraso na apresentação.

CLÁUSULA NONA -DO FORO

9.1 Fica estipulado o Foro de Videira – SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam em duas vias de igual forma e teor para que produzam os mesmos efeitos, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e qualificadas.

Arroio Trinta-SC, 06 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ nº 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRÍCIGO

CPF nº 551.995.939-00

CONTRATANTE

REGINATTO SHOWS E EVENTOS EIRELI

CNPJ nº 13.343.019/0001-82

SÉGIO JOSÉ REGINATTO

CPF nº 486.613.849-15

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0091/2019 - INEXIGIBILIDADE Nº: 0018/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0189/2019

CONTRATADO: "BANDA MERCOSUL"

FINALIDADE: SHOW NA EXPOTRINTA, NO DIA 13/12/2019

VALOR: R\$8.000,00

CONTRATO Nº 0092/2019

Publicação Nº 2219899

CONTRATO Nº 0092/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0173/2019 2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº0048/2019/ 2019, AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA E A EMPRESA, DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS.

Contrato de compra e venda que entre si celebram **MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA (SC)**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 82.826.462/0001-27, com sede na Rua XV de Novembro, nº 26, Centro, no Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **CLAUDIO SPRÍCIGO**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – SC, doravante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado à empresa **DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 08.985.825/0001-14, com sede na Rua Santa Terezinha, nº 87, Bairro Centro, no Município de Jaborá - SC, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato pela senhora **JOSIANA POYER PASQUALOTTO**, brasileira, empresária, portadora do CPF sob nº 790.106.019-00 e CI sob nº 1.889.557, residente e domiciliada na cidade de Jaborá – Estado de Santa Catarina, que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0048/ 2019, Pregão Presencial Nº/ 2019, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei Complementar 123/06, Lei nº 10.520/02, Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA PRIMEIRA –

1.1. CONSTITUI OBJETO DESTES CONTRATO A Aquisição e montagem de parque infantil colorido, para ser instalado nas dependências da Escola Municipal Professora Jacy Falchetti, conforme especificações do Edital. CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO::

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Un. (R\$)	Vlr. Total. (R\$)
4	33502 - Parque infantil colorido. Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de madeira plástica medindo 110mmx110mm e parede de 20mm. Revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 3 plataformas, tipo MP, com 4 colunas em plástico reciclado medindo 110 mm x 110 mm; 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em plástico reciclado, medindo aproximado de 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1400mm. Telhado (Cobertura formato de pirâmide quadrangular) dimensão de 1300mm x	Un	1	58.900,00	58.900,00

<p>1300mm x 650mm em polietileno rotomoldado parede simples cor colorido.</p> <p>1 Plataforma auxiliar, tipo MP, com 2 colunas em polímero reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2500 mm; 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em polímero reciclado, medindo 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1400 mm; sem cobertura.</p> <p>2 plataformas, tipo MP, com 3 colunas em polímero reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 2800 mm; 1 colunas em polímero reciclado medindo 110 mm x 110 mm x 3000 mm, 1 patamar confeccionado com estrutura em aço galvanizado e assoalho em polímero reciclado, medindo 1050 mm x 1050 mm; altura do patamar em relação ao nível do solo 1200 mm; sem cobertura.</p> <p>1 Plataforma, tipo MP, com 4 colunas em polímero reciclado com acabamento em polietileno, medindo 110 mm x 110 mm x 4000 mm; Telhado (Cobertura formato de cone) diâmetro de 1570mm x 896mm em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido.</p> <p>1 Rampa de cordas (com pega mão de segurança) com dimensão de 1570mm x 800mm estrutura em aço tubular galvanizado, com diâmetro de 42,40mm e parede de 2,00mm de espessura, ângulo de inclinação 40° com pintura eletrostática, cor colorido sem ângulos retos. Corda de PET de diâmetro 16,00mm com fixador em polietileno injetado.</p> <p>1 Rampa de escalada dimensão 1600mm x 690mm com 6 degraus em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido; Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Tobogã 2 Curvas com ângulo de 45° diâmetro 750mm de polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Flange (Painel) medida externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Seção de saída (ponteira) com diâmetro interno de 750mm parede dupla de polietileno rotomoldado cor</p>				
--	--	--	--	--

<p>colorido; 1 Tubo reto 1600mm com diâmetro interno de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Tobogã 2 Curvas com ângulo de 90° diâmetro 750mm de polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Flange (Painel) medida externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 1 Seção de saída (ponteira) com diâmetro interno de 750mm parede dupla de polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Escorregador espiral (Caracol) com seção de deslizamento de 3700mm de comprimento e largura de 540mm, vista superior com diâmetro externo de 1600mm x 1900mm altura em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido. Tubo de sustentação em aço galvanizado com diâmetro de 4 polegadas parede de 2mm comprimento de 1900mm.</p> <p>01 Patamar (deck auxiliar) em madeira de plástico com medidas de 861mmx710mm cor itaúba;</p> <p>2 Guarda corpo com dimensão 800mmx900mm em polietileno rotomoldado com parede dupla cor colorido, Barra de acesso tubo metálico galvanizado com diâmetro de 1.1/4 polegada x 1.5mm de parede x 765 de comprimento.</p> <p>1 Escorregador reto com dimensão de 2700mm x 500mm de largura, seção de deslizamento com largura de 390mm com parede dupla em polietileno rotomoldado, cor colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido</p> <p>1 Flor decorativa com 8 folhas com diâmetro de 900mm cor colorido.</p> <p>1 Tubo com desnível de 400mm comprimento 1600mm com diâmetro interno de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 2 Flange (Painel) medida externa 940 x 1020mm com furo central de 750mm em polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Balanço fixado a torre. Com 2 assentos aberto em polietileno, suspenso por correntes galvanizadas; Estrutura em aço tubular com diâmetro de 42,4 mm, sem ângulos retos;</p>				
---	--	--	--	--

<p>Correntes galvanizadas; 1600mm de comprimento; 2 Assentos com dimensão de 460mm x 225mm de polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido com encaixe de fixação.</p> <p>1 Escorregador duplo com dimensão de 2600mm de comprimento x 900mm de largura com cada seção de deslizamento de 390mm e de largura em polietileno rotomoldado cor colorido; Barra transversal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido.</p> <p>1 Passarela curvada (côncava) com dimensão 1950mm x 820mm de largura com assoalho de madeira plástica cor itaúba; Guarda corpo (Corrimão convexa) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95mm, barras verticais de diâmetro 3/8 de polegada pintura eletrostática cor colorido.</p> <p>1 Passarela reta com dimensão 1950mm x 820mm de largura com assoalho de madeira plástica cor itaúba; Guarda corpo (Corrimão) estrutura tubular de aço galvanizado, com tubos horizontais diâmetro de 1 polegada e parede de 1,95mm, tubos verticais de diâmetro 5/8 de polegada pintura eletrostática cor colorido.</p> <p>1 Escada com 5 degraus, dimensão aproximada de 1650 mm de comprimento x 600mm de largura em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido; Corrimão (Guarda corpo) em aço tubular galvanizado e com pintura eletrostática com diâmetro de 25,40mm e espessura de 1,95mm.</p> <p>1 Escada tipo curva; Confeccionada em aço tubular galvanizado com diâmetro de 1.1/4", e dimensão de aproximadamente 2400 mm de comprimento e largura de 560 mm; contendo 7 degraus em formato semicircular côncavo e convexo pintura eletroestática cor colorida.</p> <p>1 Escorregador curvo com dimensão de 2600mm x 590mm de largura, seção de deslizamento com comprimento de 2500mm x largura de 480mm com parede dupla em polietileno rotomoldado,</p>				
--	--	--	--	--

	<p>cor colorido. Portal de segurança em polietileno rotomoldado cor colorido. 4 Guarda corpo dimensão 870mm x 770mm em polietileno rotomoldado parede dupla cor colorido.</p> <p>1 Escada, tipo 1 Degrau. Degrau confeccionado em polietileno rotomoldado cor colorido; Pega mão confeccionado em aço tubular diâmetro de 1", galvanizado. Para altura de 400 mm cor colorido. 2 Conjunto de pega mão confeccionado em aço tubular diâmetro de 1", galvanizado. Cor colorido.</p> <p>1 Kit jogo da velha com 9 cilindros em polietileno rotomoldado coloridos com desenhos internos de X e O com diâmetro 165mm x 210mm de altura; Haste superior e inferior em aço galvanizado pintura eletrostática com dimensão de 820mm de comprimento.</p> <p>3 Coqueiros decorativo com 8(oito) folhas diâmetro de 1300mm em polietileno rotomoldado cor colorido; 2 Acabamento de colunas em polietileno rotomoldado cor colorido. Montagem e frete do parque por conta do proponente vencedor. garantia mínima de 2 anos.</p>				
Total Geral (R\$)					58.900,00

1.2. Item 4: 33502 - Parque infantil colorido, deverá ser entregue e montado nas dependências da PROJAFI, localizada à Rua Do Comércio nº 259, Arroio Trinta – SC.

1.3. Item 4: 33502 - Parque infantil colorido, deverá ser entregue e montado em até 30(trinta) dias corridos, a contar da data de emissão da Autorização de Fornecimento, emitida pelo Município de Arroio Trinta.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº **0173/2019 - PR**, Pregão Presencial nº **0048/2019 - PR**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de **2019**, conforme

segue:

44 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 449000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será efetuado por transferência bancária em até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentadas na Tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

- 6.1.2.** Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- 6.1.3.** Apresentar documentação falsa;
- 6.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 6.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 6.1.6.** Não mantiver a proposta;
- 6.1.7.** Cometer fraude fiscal;
- 6.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao recusar-se ou deixar de executar quaisquer dos itens empenhados.

6.3.3. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no atraso da execução dos serviços solicitados, por prazo superior a 30 dias ou em casos de rescisão contratual.

6.3.4. multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, ao deixar de prestar garantia técnica à qualquer dos itens relativos à licitação, dentro do prazo exigido pelo edital da licitação.

6.3.5. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, à esta será aplicada multa de 0,66% (zero vírgula sessenta e seis por cento) sobre o total devido, por dia de atraso, limitado ao valor máximo de 10% do valor da parcela inadimplida (considera-se parcela inadimplida a parte não executada do objeto contratado).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 50 dias seguintes.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de

multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 06 de novembro 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ nº 82.826.462/0001-27

CLAUDIO SPRÍCIGO

CPF nº 551.995.939-00

CONTRATANTE

DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA

CNPJ nº. 08.985.825/0001-14

CONTRATADA

JOSIANA POYER PASQUALOTTO

CPF nº 790.106.019-00

Testemunhas:

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº: 0092/2019 - PREGÃO Nº: 0048/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 0173/2019
CONTRATADO: DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA”
FINALIDADE: AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL
VALOR: R\$58.900,00

DECRETO Nº 1944 - APOSENTADORIA INACIO

Publicação Nº 2220031

DECRETO Nº 1944, de 01 de novembro de 2019.

Concede Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 28, inciso III da Lei nº 793/1999, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 6º-A, da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, declara a vacância do cargo público do servidor INACIO BOSA, a partir de 01/11/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art. 1º Conceder Aposentadoria por Invalidez, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso I da Constituição Federal e do art. 28, inciso III, da Lei nº 793/1999, ao servidor INACIO BOSA, detentor da matrícula funcional nº 199, inscrito no CPF nº 296.459.809-68 e no PASEP nº 1701820331-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por invalidez, em caráter proporcional, correspondente a 73,89% (setenta e três vírgula oitenta e nove por cento) de sua última remuneração, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta no artigo 6º-A da Emenda Constitucional nº 41/2003, acrescido pela Emenda Constitucional nº 70/2012, perfazendo a importância de R\$ 2.015,61 (dois mil e quinze reais e sessenta um centavos), que será paga mensalmente pelo IPREARROIO.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 45, V, da Lei Complementar nº 1.713/2014 – Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, das Fundações Públicas do Município de Arroio Trinta - SC.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos iniciam-se a partir de 01/11/2019, e revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 01 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1945 - AUTORIZA UNIFICAÇÃO DE ÁREA QUE ESPECIFICA.

Publicação Nº 2220035

DECRETO Nº 1945, de 01 de novembro de 2019.

Autoriza Unificação de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover Unificação de áreas da matrícula nº 37.865 - área 548,35m2 com a matrícula nº 37.867 - área 370,78m2, localizadas na Rua Orlando Zardo, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor ADAIR ZAGO – CPF nº 868.606.079-04 e da senhora ANDREIA FERRONATO ZAGO CPF nº 022.524.649-09, matrículas registradas no Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. Áreas a serem unificadas são de 548,35m2 e 370,78m2, tornando um único imóvel com área total de 919,13m2, conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1947 - NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS

Publicação Nº 2220073

DECRETO Nº 1947, de 04 de novembro de 2019.

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação de Bens Inservíveis.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do

Município e da Lei Federal nº 8.666/93;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação, com fim específico de avaliar os seguintes Bens:

1. UM VEÍCULO I/VW JETTA 2.0, 5P, 120CV, ANO FAB/MOD 2014, PLACA MKU5190, CHASSI Nº 3VWDJ2168EM061353.
2. UM ONIBUS VW/MASCA GRANMINI, 22P, 150CV, ANO FAB/MOD 2005, PLACA MEG4898, CHASSI Nº 9BWFA52R15R528932.

Parágrafo único. Os bens de que trata o "caput" deste artigo serão avaliados pela comissão composta com os seguintes membros:

1. ALDO GEMELI
2. ANGELO ARALDI
3. AFONSO CONSONI
4. EDER DE BORTOLI

Art. 2º. Os membros desta comissão não receberão nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 04 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1948 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Publicação Nº 2220087

DECRETO Nº 1948, de 06 de novembro de 2019.

Nomeia Comissão Permanente de Licitações do Município de Arroio Trinta – SC e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Municipal Permanente de Licitações do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, para o período de 07 de novembro de 2019 a 06 de novembro de 2020, composta pelos seguintes membros:

RONIVAN BRANDALISE - PRESIDENTE
TAISE MARTA PAZIN - SECRETÁRIO
MURIEL FERREIRA DA SILVA CORRÊA - MEMBRO

Art. 2º São atribuições da Comissão Municipal Permanente de Licitações as outorgadas legalmente pela Lei nº 8.666/93 com nova redação dada pela Lei nº 8.883/94.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1893/2018.

Arroio Trinta – SC, 06 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1949 - REVOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0171/2019, LICITAÇÃO MODALIDADE DISPENSA Nº 0101/2019

Publicação Nº 2220094

DECRETO Nº 1949, de 06 de novembro de 2019.

Revoga Processo Administrativo nº 0171/2019, Licitação Modalidade Dispensa nº 0101/2019, destinado a Contratação de Empresa para Realização de Serviços de Despachante, para a Emissão do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos – CRLV, dos Veículos pertencentes a Secretaria de Administração, Gabinete do Prefeito e Vice Prefeito, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Educação, além dos Veículos pertencentes ao Conselho Tutelar e ao CRAS do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica

do Município;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve agir em conformidade com os princípios básicos previstos no artigo 37, caput, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO que compete ao Prefeito exercer a administração superior do Município e cuidar da sua organização administrativa, nos termos da Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, que está em consonância com as demais normas constitucionais e legais aplicáveis ao caso.

CONSIDERANDO, o disposto na Súmula 473 do STF, lavrada nos seguintes termos: "A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO, que o Edital da Licitação restou prejudicado tendo em vista que houve equívoco na elaboração do Processo, pois o orçamento apresentado às fls. 03, pertence ao Despachante Campagnin, no entanto ao elaborar o processo, as demais etapas foram definidas tendo como empresa a ser contratada, Ivânia Bosa Campagnin.

CONSIDERANDO, que não há como efetuar a contratação com empresa diversa daquela que de fato apresentou o orçamento na modalidade definida;

CONSIDERANDO, que o equívoco ocorreu provavelmente porque na proposta, na parte final, constava o nome de Ivânia Bosa Campagnin.

DECRETA:

Art. 1º Revogar, nos termos do caput do art. 49 da Lei nº 8.666/93, a licitação, Processo Administrativo nº 0171/2019, Modalidade Dispensa n.º 101/2019, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESPACHANTE, PARA A EMISSÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS – CRLV, DOS VEÍCULOS PERTENCENTES A: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, ALÉM DOS VEÍCULOS PERTENCENTES AO CONSELHO TUTELAR E AO CRAS DO MUNICÍPIO, e determino lançamento de novo processo Licitatório.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Arroio Trinta – SC, 06 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

DECRTO Nº 1946 - DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSOR.

Publicação Nº 2220037

DECRETO Nº 1946, de 01 de novembro de 2019.

Dispõe sobre Contratação Emergencial de Professor.

O PREFEITO DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência que lhe é outorgada por Lei e tendo em vista a obrigação imediata e urgente que tem a Administração pública de evitar situações que possam causar a interrupção da prestação dos serviços públicos,

CONSIDERANDO que a Servidora ERONI SCHULLER BIAVA, Ocupante do Cargo de Professor 40:00 horas semanais, será submetida a procedimento cirúrgico, afastada temporariamente, conforme atestado médico apresentado;

CONSIDERANDO que a referida servidora lecionava 40:00 horas semanais na turma do 2º ano, na Escola Professora Jacy Falchetti – PROJAF,

CONSIDERANDO, que todos os aprovados no teste seletivo para ocupar cargo de professor, foram convocados e renunciaram o direito a ocupar a vaga, exceto, Valéria Luzia Locateli que assumiu 20 horas;

CONSIDERANDO, que embora não se tenha envidado esforços para se buscar um professor habilitado para preencher a vaga por um período de 60(sessenta) dias, (período previsto de afastamento), não vislumbrou-se nenhuma possibilidade de contratação, ou seja, não houve interessados.

CONSIDERANDO, que o ano Letivo se encerra em até 60 (sessenta) dias;

CONSIDERANDO que um novo processo seletivo (em fase de contratação da empresa para realizar o processo) ou concurso público, demanda tempo, e o serviço de professor é essencial para a continuidade do ensino àquela turma e não pode sofrer descontinuidade, sob pena de ser o andamento do ano letivo prejudicado, especialmente o aprendizado dos alunos que terão as aulas interrompidas;

CONSIDERANDO que o acesso à educação, a saúde e a assistência social são direitos essenciais, assegurado pela constituição a todos os cidadãos brasileiros;

CONSIDERANDO o princípio da economicidade e demais princípios que regem a administração pública;

CONSIDERANDO o entendimento manifestado pelo Tribunal de Contas da União de que "admite-se, em caráter excepcional, e com fundamento no interesse público, contratação emergencial da prestação de serviços que não possam sofrer solução de continuidade, desde que justificada adequadamente no respectivo processo e apontados os problemas que poderão advir da paralisação de tais serviços, comprovando-se a ocorrência de prejuízo ao interesse público, a contratação será apenas durante o prazo necessário;

CONSIDERANDO que é pública e notória a urgência em se contratar um profissional (professor com formação ou estar cursando o ensino

superior na área), sob pena de comprometer a continuidade a educação do Município num todo;

DECRETA:

Art. 1º É dispensável a realização de Processo Seletivo PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR 20:00 HORAS SEMANAIS, por um prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, período que encerra o ano letivo.

Art. 2º Fica autorizada a contratação de Profissional com graduação na área ou que esteja cursando curso superior na área de educação para suprir a vaga de 20:00 horas semanais da servidora efetiva ERONI SCHULLER BIAVA, na Escola Professora Jacy Falchetti. – PROJAF.

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0010/2019

Publicação Nº 2219971

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Tomada de Preço Nº 0010/2019 - TP.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: Contratação de empresa especializada visando a execução de obra sob o regime de empreitada global com o devido fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra necessários, para realizar ampliação e reforma das dependências da garagem de máquinas da Secretaria de Infraestrutura do Município de Arroio Trinta, conforme especificações do Edital e seus anexos.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 25/11/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 25/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 6 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0001/2019 - TP - FMS

Publicação Nº 2219751

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

O Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Tomada de Preço PRESENCIAL Nº 0001/2019 - TP.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A IMPLANTAÇÃO DE UMA MICRO USINA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM

POTÊNCIA DE 26,64 KWP, NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, SOB O REGIME EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS ESTABELECIDAS NO PROJETO, MEMORIAL TÉCNICO DESCRITIVO E DEMAIS DOCUMENTOS ANEXOS AO EDITAL.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09:00 do dia 20/11/2019.

Abertura dos Envelopes: Às 09:30 do dia 20/11/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 31 de outubro de 2019.

Tarcísio Lidani

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta

LEI Nº 1907 - DA NOME A VIA URBANA

Publicação Nº 2220105

LEI Nº 1907, DE 01/11/2019

Dá nome a Via Urbana, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada SERVIDÃO INOCENTE NESI, tendo seu início a Rua Felix Antonio Spricigo, estendendo até o final do perímetro urbano.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 01 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 01 de novembro de 2019.

Michel Junior Serighelli

Responsável

LEI Nº 1908 - RECEBER DOAÇÃO

Publicação Nº 2220171

LEI Nº 1908, DE 07/11/2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Receber em Doação Imóvel Pertencente a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural Esperança, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais a que conferem a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a receber em doação da SERSPERANÇA – Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Esperança, com CNPJ sob nº 03.109.207/0001-97, estabelecida na Linha Esperança, Interior do Município de Arroio Trinta, a seguinte área de terras:

I - uma área de terras rurais de 800,00m² (oitocentos metros quadrados), situada na Linha Esperança, neste Município, com as seguintes confrontações: ao NORTE, com estrada e Albino Canônica; ao SUL, com Valmir Nezi; ao LESTE, com estrada ali existente; e ao OESTE, com Izimiro Nezi, objeto da matrícula 25.962.

Art. 2º A transferência definitiva do imóvel deverá ser celebrada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a publicação desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 07 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 07 de novembro de 2019.

Michel Junior Serighelli
Responsável

LEI Nº 1909 - DOAÇÃO

Publicação Nº 2220176

LEI Nº 1909, DE 07/11/2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar à Empresa MATERIAL RECICLAVEL E TRANSPORTE DUE FRATELLI LTDA, Áreas de Terras que especifica, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a doar para a Empresa MATERIAL RECICLAVEL E TRANSPORTE DUE FRATELLI LTDA, Empresa provada com CNPJ sob nº 04.469.931/0001-94, estabelecida à Rua Francisco Nava, 711, centro, Município de Arroio Trinta – SC, a seguinte área de terras:

- Uma área de terras de 6.023,11 m² (seis mil, vinte e três metros vírgula onze centímetros quadrados), localizada na Estrada Municipal que liga Arroio Trinta à Treze Tílias, nesta cidade de Arroio Trinta, cadastrada conforme matrícula 27.606 do Cartório de Registro de Imóveis de Videira – SC.

Art. 2º O imóvel doado reverterá, automaticamente, ao domínio do Município, se a obra não for concluída dentro de 02 (dois) anos a contar da data da publicação desta lei, ou ainda se a qualquer tempo, for modificada a sua destinação ou descumprido qualquer outro encargo.

Art. 3º A transferência definitiva do imóvel deverá ser celebrada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, após a publicação desta lei.

Art. 4º As despesas decorrentes com a execução desta lei, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 07 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo
Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 07 de novembro de 2019.

Michel Junior Serighelli
Responsável

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0015/2019

Publicação Nº 2220116

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0177/2019 - IL
Inexigibilidade Nº 0015/2019 - IL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Inexigibilidade, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de show com a Dupla João Victor e Reneu, a ser realizado no dia 15 de dezembro de 2019, às 14:00 horas, para animação da Expotrinta, como parte integrante da Festiviti All Italiana 2019., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3874 - JOAO VICTOR LIPPERT 08127389935 (30.186.825/0001-03)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33663 - Show com a Dupla João Victor e Reneu. Show com duração aproximada de 1 hora. Realização do Show: dia 15 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente ao deslocamento, hospedagem e alimentação.	Un	1	2.200,00	2.200,00
Total				2.200,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 06 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 0018/2019

Publicação Nº 2219992

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

Processo Administrativo Nº 0189/2019 - IL

Inexigibilidade Nº 0018/2019 - IL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Arroio Trinta, senhor Claudio Spricigo, considerando a decisão proferida pela Comissão designada através do Decreto nº 1893/2018, bem como o parecer favorável emitido pela assessoria jurídica, e tendo constatado que o procedimento atendeu à legislação pertinente em toda sua tramitação, com fundamento no Art. 43º, VI da Lei 8.666/93, resolve:

RATIFICAR a presente Inexigibilidade, do tipo Menor preço Por item, embasada no Art. 25, inc. III da Lei 8.666/93 e tendo como objeto Contratação de show com a Banda Mercosul, à ser realizado no dia 13 de dezembro de 2019, para animação da Expotrinta, como parte integrante da Festiiti All Italiana 2019., nestes termos:

Proponentes que apresentaram o menor preço e seus respectivos itens:

3873 - REGINATTO SHOWS E EVENTOS EIRELI (13.343.019/0001-82)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	33657 - Show Baile com a Banda Mercosul. Show com duração aproximada de 2 horas. Realização do Show: dia 13 de dezembro de 2019. É de responsabilidade da Contratada, todas as despesas referente aos equipamentos e materiais de sonorização e iluminação, necessários para realização do Show, bem como as despesas de deslocamento, hospedagem e alimentação.	Un	1	8.000,00	8.000,00
Total				8.000,00	

Emita-se a nota de empenho ou, sendo o caso, o respectivo contrato, publicando-se em seguida.

Arroio Trinta - SC, 05 de novembro de 2019.

Claudio Spricigo.

Prefeito de Arroio Trinta.

Ascurra**PREFEITURA****DECISÃO ADMINISTRATIVA N. 296/2019**

Publicação Nº 2220259

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N. 02/2018

DECISÃO ADMINISTRATIVA N. 296/2019

SERVIDORES INVESTIGADOS: CLAUDINEI NUNES DE MELO e VICENTE PEREIRA JUNIOR.

Ante o exposto, pelas razões acima invocadas:

1. DETERMINO o ARQUIVAMENTO do presente PAD em relação aos servidores JOSÉ IZAIR HERMANN e JORGE LUIZ PESSOTTI, em razão da ausência de provas quanto à prática de infração disciplinar;
2. ABSOLVO os servidores VICENTE PEREIRA JUNIOR e CLAUDINEI NUNES MELO da imputação realizada pela comissão pela violação do art. 169, inciso XV, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra;
3. a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em desfavor dos servidores CLAUDINEI NUNES MELO e VICENTE PEREIRA JÚNIOR, com fundamento no art. 168, inciso II, do Estatuto dos Servidores Públicos de Ascurra;
4. Determino o registro do resultado do presente processo administrativo disciplinar nos assentamentos funcionais dos servidores suso mencionados;
5. Por não vislumbrar, por ora, prejuízo de natureza pecuniária ao erário, deixo de remeter aos autos do Tribunal de Contas de Santa Catarina ou de determinar a instauração de Tomada de Contas Especial;
6. Determino a publicação da presente decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, para fins de cumprimento do princípio constitucional da publicidade, devendo a Secretaria anexar ao feito comprovante da respectiva publicação;
7. Não havendo a interposição de recurso administrativo ou não sendo este recebido com efeito suspensivo, determino a imediata aplicação da penalidade;
8. Fixo o prazo de 10 (dez) dias úteis para interposição de recurso administrativo em face da presente decisão, nos termos do art. 59 da Lei Federal n. 9.784/1999.

Intime-se.

Cumpra-se.

Não havendo recurso, à DRH, para edição de Portaria de aplicação da penalidade.

Ascurra/SC, 21 de outubro de 2019.

JOSÉ CORADINI

Prefeito em Exercício / Autoridade Julgadora

Visto pela Procuradoria Jurídica:

MIGUEL ANGELO SOAR

Assessor Jurídico – OAB/SC n. 6.699

RAFAEL PEDRO MARIOTTO

Procurador – OAB/SC n. 46.468

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO 66/2019

Publicação Nº 2220252

Município de Ascurra

Edital de Dispensa 80-2019

Extrato de contrato n. 66/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Ascurra

Contratada: PAR PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA

CNPJ: 16.669.975/0001-47

Objeto: Constitui objeto deste contrato a elaboração de projetos arquitetônicos preventivos contra incêndio e laudos de diversos prédios do Município de Ascurra (SC), conforme especificações deste contrato e do edital de dispensa de licitação n. 80/2019 e seu termo de referência (Anexo I).

Validade: até 07/04/2020

Valor: R\$ 25.800,00

Ascurra, 8 de novembro 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO N. 2/2019

Publicação Nº 2220042

EXTRATO DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2019

O Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao CONCURSO PÚBLICO n.º 02/2019, para ingresso no quadro permanente, em cumprimento ao que determina a Constituição Federal de 1988, art. 37, II, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares Municipais nº 65/2006, 117/2011, 118/2011, 119/2011 - e suas alterações, Decreto Municipal n.º 3201/2018, e demais normas em vigor, todas considerando suas alterações posteriores, bem como de acordo com as instruções deste Edital. Dos Cargos/Empregos Públicos: Agente Operacional; Enfermeiro – PSF (Emprego Público); Farmacêutico; Fonoaudiólogo; Médico Geral Comunitário (Emprego Público) 20hrs e 40hrs; Nutricionista; Professor de Educação Física; Técnico de Enfermagem. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 8 de novembro de 2019 a 8 de dezembro de 2019 exclusivamente via internet, através do site eletrônico www.sccursos.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas nas datas prováveis de 12 de janeiro de 2020 (prova escrita e entrega de títulos). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Ascurra/SC, no site <http://www.ascurra.sc.gov.br>, bem como no site da empresa organizadora acima indicada.

Ascurra (SC), 8 de novembro de 2019.

Lairton Antônio Possamai

Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N. 2/2019

Publicação Nº 2220044

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

O Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 02/2019, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário e formação de cadastro de reserva, em conformidade com art. 37, IX, da Constituição Federal, combinado com a Lei Orgânica Municipal, Leis Complementares Municipais nº 65/2006, 117/2011, 118/2011, 119/2011 - e suas alterações, Decreto Municipal n.º 3201/2018 e demais normas em vigor, todas considerando suas alterações posteriores, bem como de acordo com as instruções deste Edital. Dos Cargos / Empregos Públicos: Agente Operacional; Atendente de Consultório Dentário – PSF (Emprego Público); Atendente de Educação Infantil; Auxiliar de Educação; Auxiliar de Serviços Gerais; enfermeiro; Fonoaudiólogo; Motorista; Nutricionista; Oficial de manutenção e conservação; Operador de Equipamentos; Orientador Pedagógico; Professor de Artes; Professor de Educação Física; Professor de Língua Estrangeira – Inglês; Professor II (20 horas); Psicólogo (40 horas); Técnico de Enfermagem. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 8 de novembro de 2019 a 8 de dezembro de 2019 exclusivamente via internet, através do site eletrônico www.sccursos.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas nas datas prováveis de 12 de janeiro de 2020 (prova escrita) e 2 de fevereiro de 2020 (prova prática e entrega de títulos). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Ascurra/SC, no site <http://www.ascurra.sc.gov.br>, bem como no site da empresa organizadora acima indicada.

Ascurra (SC), 8 de novembro de 2019.

Lairton Antônio Possamai

Prefeito Municipal

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 77/2019

Publicação Nº 2219268

PRIMEIRO ADENDO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N. 77/2019

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa o presente "ADENDO" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

JUSTIFICATIVA: Conforme parecer jurídico n. 136/2019/PJ, motivado por impugnação da empresa Terraplenagem Poffo LTDA, adiciona-se ao edital novo anexo, qual seja, a planilha orçamentária da empresa GTA Prestadora de Serviços LTDA, que foi utilizada como parâmetro para fixar o valor máximo global para propostas deste certame, por ser o valor médio encontrado dentre os três orçamentos comerciais coletados com empresas do ramo.

Portanto fica adicionado novo anexo no edital – Anexo VII - orçamento com o valor médio dentre todos os orçamentos, apresentado pela empresa GTA Prestadora de Serviços LTDA.

Ficam inalteradas as demais disposições do edital, mantendo-se inclusive a data de sessão para abertura de envelopes previamente programada, visto que não houve alteração em valores que implique na modificação das propostas a serem elaboradas pelas licitantes, apenas se publicizando o orçamento que deu origem ao valor máximo global aplicado no certame.

Publique-se nos meios legais.

Ascurra, 07 de novembro de 2019.

Lairton Antonio Possamai

Prefeito Municipal

DECRETO N. 3419

Publicação Nº 2219755



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

DECRETO Nº 3419, DE 01º DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O DISPOSTO NO QUADRO DE CARGOS DE ATIVIDADE DE NÍVEL SUPERIOR DO ART. 1º DO DECRETO N. 3374/2019, VISANDO ADICIONAR O CARGO DE FARMACÊUTICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS ATRAVÉS DO CONCURSO PÚBLICO N. 02/2019.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 53, incisos I, II, e III, c/c art. 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, 2007 e nas LC nº 117, de 19/12/2011 (Estatuto dos Servidores); LC nº 118, de 19/12/2011 (Plano de Cargos e Salários Vencimentos dos Servidores); LC nº 119, de 19/12/2011 (Plano de Cargos e Salários do Magistério) e suas alterações demais legislações aplicáveis; e

CONSIDERANDO as disposições do art. 37, Incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o Secretário de Saúde e Assistência Social solicitou a inclusão de novo cargo de Farmacêutico para preenchimento de vagas no concurso público n. 02/2019, em razão de vacância do referido cargo após o pedido de demissão da servidora LILIAN MARIA VILLAIN OLIVEIRA;

DECRETA:

Art. 1º O quadro dos cargos de Atividade de Nível Superior do artigo 1º, do Decreto nº 3374 de 09 de setembro de 2019, passa a ter a seguinte redação:

QUADRO GERAL DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO I
ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR
SIGLA – ANS

Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$
Enfermeiro – PSF (Emprego Público)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso Superior na área de Enfermagem, com registro no Órgão Fiscalizador da Profissão.	1 + CR	-	20h	1.806,93
Médico Geral Comunitário	Habilitação legal para o exercício da profissão de	CR	-	40h	13.548,32



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000

Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61

procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

(Emprego Público)	Médico e Registro no Conselho Regional de Medicina.				
Médico Geral Comunitário (Emprego Público)	Habilitação legal para o exercício da profissão de Médico e Registro no Conselho Regional de Medicina.	1 + CR	-	20h	6.653,08
Fonoaudiólogo	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de graduação plena em Fonoaudiologia com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	CR	-	20h	1.890,12
Professor de Educação Física	Formação em Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física.	CR	-	20h	1.197,55
Nutricionista	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior de Nutrição, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	1 + CR	-	20h	1.890,12
Farmacêutico	Portador de diploma ou certificado de conclusão de curso superior (farmácia ou farmácia Bioquímica) na área de atuação, com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.	CR	-	40h	3.326,54

Art. 2º Permanecem inalterados os demais quadros e artigos do Decreto nº 3374 de 09 de setembro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 01º de novembro de 2019.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
 Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N. 221

Publicação Nº 2219812



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
 Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
 Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR Nº 221 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 117/2011, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ASCURRA, A FIM DE ESTABELECEER AS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIDORES PARA FINS DE PERCEBIMENTO DA “GRATIFICAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE TAREFA ESPECIAL”.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterado o artigo 87-A da Lei Complementar Municipal n. 117/2011, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 87-A – [...]

Tarefa Especial	Atribuições	Valor (em R\$)	Periodicidade
Membro da Comissão de Análise das Isenções e Imunidades Tributárias	<ul style="list-style-type: none"> Integrar a Comissão de Análise das Isenções e Imunidades Tributárias, elaborar relatórios, examinar os processos administrativos de isenções e imunidades tributárias, bem como emitir parecer sobre o tema correlato. Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato. 	R\$ 208,00	Mensal
Membro da Comissão de Avaliação Patrimonial	<ul style="list-style-type: none"> Integrar a Comissão de Avaliação Patrimonial, elaborar relatórios, examinar os processos administrativos relacionados à avaliação do patrimônio, bem como emitir parecer sobre o tema correlato. Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato. 	R\$ 208,00	Mensal
Membro da Comissão de Concurso	<ul style="list-style-type: none"> Integrar a Comissão de concurso público e processo seletivo, elaborar relatórios, 	R\$ 520,00	Mensal



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
 Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

Público e Processo Seletivo	<p>examinar os processos administrativos relacionados ao concurso público e processo seletivo, bem como emitir parecer sobre o tema correlato.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outras atribuições correlatas determinadas pelo superior imediato. 		
Membro da Comissão de Avaliação e Desempenho na Carreira	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a Comissão de Avaliação e Desempenho na Carreira, examinar os processos administrativos relacionados à progressão e desempenho na carreira, bem como emitir parecer sobre o tema correlato. • Outras atribuições correlatas determinadas pelo superior imediato. 	R\$ 208,00	Mensal
Membro da Comissão Permanente de Estágio Probatório	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a Comissão Permanente de Estágio Probatório, elaborar relatórios, examinar os processos administrativos relacionados ao estágio probatório, decidir impugnações e recursos relacionados ao processo de avaliação, efetuar o cálculo da pontuação atribuída na avaliação dos servidores, bem como emitir parecer sobre o tema correlato. • Outras atribuições correlatas determinadas pelo superior imediato. 	R\$ 208,00	Mensal
Membro da Comissão Permanente de Licitação	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a Comissão Permanente de Licitação, examinar os processos administrativos relacionados às compras do Poder Público Municipal, instruir processos administrativos relacionados à apuração e aplicação de 	R\$ 208,00	Mensal



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
 Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
 procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

	<p>penalidades e sanções contratuais, bem como emitir parecer sobre o tema correlato.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato. 		
Membro da Comissão Permanente de Apoio nos Processos de Pregão	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a Comissão Permanente de Apoio nos Processos de Pregão, examinar os processos administrativos relacionados às compras do Poder Público Municipal realizadas por pregão, instruir processos administrativos relacionados à apuração e aplicação de penalidades e sanções contratuais, bem como emitir parecer sobre o tema correlato; • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato. 	R\$ 208,00	Mensal
Membro da Comissão Permanente de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a Comissão Permanente de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, realizar os atos referentes à instrução do processo disciplinar e sindicância, elaborar relatórios e pareceres, realizar reuniões, bem como emitir parecer sobre o tema correlato. • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato. 	R\$ 700,00	Unitário
Membro de Comissão de Processo Administrativo	<ul style="list-style-type: none"> • Integrar a Comissão de Processo Administrativo, elaborar relatórios, participar de reuniões, ouvir testemunhas, decidir impugnações, bem como emitir parecer sobre o tema 	R\$ 520,00	Unitário



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
 Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

	correlato. • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato.		
Membro da Comissão de Entrega de Documentos Oficiais	• Integrar a Comissão de Entrega de Documentos oficiais, realizar a entrega de documentos oficiais fora dos órgãos do Poder Executivo Municipal, e prestar informações aos contribuintes e cidadãos. • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato.	R\$ 1,50	Unitário
Membro do Comitê Permanente de Progressão na Carreira	• Integrar o Comitê Permanente de Progressão na Carreira, elaborar relatórios, e pareceres sobre o tema correlato; • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato.	R\$ 208,00	Mensal
Pregoeiro	• Exercer a atividade de Pregoeiro no âmbito do Poder Executivo do Município de Ascurra, de acordo com a legislação federal, estadual e municipal vigentes. • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato.	R\$ 520,00	Mensal
Gestão da Contabilização dos Fundos Municipais	• Exercer e ser responsável pela Contabilidade dos Fundos mantidos pelo Poder Público do Município de Ascurra. • Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato.	R\$ 520,00	Mensal
Ouvidoria e Protocolo Geral	• Exercer a função de Ouvidor do Município de Ascurra, receber e realizar o tratamento das manifestações	R\$ 520,00	Mensal



MUNICÍPIO DE ASCURRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Benjamin Constant, n. 221 – Centro – Ascurra/SC - CEP 89.138-000
Telefone: (47) 3383 0222 - CNPJ: 83.102.772/0001-61
procuradoria@ascurra.sc.gov.br / www.ascurra.sc.gov.br

	recebidas pelo Portal da Ouvidoria, bem como organizar e gerenciar o Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Ascurra. <ul style="list-style-type: none">• Outras atribuições correlatadas determinadas pelo superior imediato.		
--	---	--	--

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei encontrarão cobertura nas dotações orçamentárias próprias.

Ascurra/SC, 7 de novembro de 2019.

LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI
Prefeito

Atalanta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 33/2019

Publicação Nº 2219872

PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

CONTRATO Nº 33/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ATALANTA – SC (83.102.616/0001-09)

CONTRATADA: ANGEL FLORES LTDA (CNPJ 03.869.395/0001-51)

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA ORNAMENTAÇÃO NATALINA E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E RETIRADA DOS MATERIAIS QUE SERÃO UTILIZADOS PARA DECORAÇÃO NATALINA NO PERÍMETRO URBANO, INCLUINDO A DECORAÇÃO DE PRÉDIOS E PRAÇAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ATALANTA, CONFORME DESCRITIVO DO ANEXO I, PARTE INTEGRANTE DESTE CONTRATO.

VALOR: R\$ 16.000,00 (Dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: De 07 de novembro de 2019 à 31 de janeiro de 2020.

Atalanta, 07 de novembro de 2019.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL – Prefeito Municipal

DECRETO Nº 044/2019

Publicação Nº 2220002

DECRETO Nº 044/2019

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências. ”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1590 de 23 de agosto de 2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 35.000,00 (Trinta e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.125.0007.2.047 – Manutenção das Atividades FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI

3.3.90.00.00.00.00.0059 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0063 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

16.482.0064.1.008 – Construção de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica

3.3.90.00.00.00.00.0059 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

3.3.90.00.00.00.00.0063 – Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 04 de outubro de 2019.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 045/2019

Publicação Nº 2220006

DECRETO Nº 045/2019.

"Nomeia os Membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Inciso II, do Artigo 3º, da Lei Complementar nº 002/2007, de 05 de julho de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT, passando a ser assim constituído:

a) Um representante do Poder Executivo Estadual ou Federal:

Titulares Suplentes

Silvano de Quadros – CASAN Manoel Airoso Pereira – CELESC

b) Três representantes do Poder Público Municipal:

Titulares Suplentes

Catiucia Keli Sievers - Prefeitura Wilberto Zich - Prefeitura

Márcio Alexandre Demarchi - Prefeitura Joares Jochem - Prefeitura

Marlouva P. Saade - Câmara de Vereadores Daiani F. Fachini - Câmara de Vereadores

c) Dois representantes de Movimentos Populares:

Titular Suplente

Marcioni Watekemper – C. M. D. R. Laércio Luiz França - C.M.D.R.

Adalberto A. Strey – A.A.A.D.L Volnei Sieves – A.A.A.D.L

d) Um representantes em substituição ao do Ministério Público:

Titular Suplente

Márcia Demarchi Ferreira - Conselho Tutelar Sirlene K. Moreira - Conselho Tutelar

e) Um representantes de Entidades Empresariais:

Titular Suplente

Renato Rodrigues - CDL Atalanta Lídio Fronza - CDL Atalanta

f) Um representante de Entidades Representantes de Trabalhadores e Sindicais:

Titular Suplente

Moacir de Souza – Sindicato Rural Atalanta Jaqueline de Souza – Sindicato R. Atalanta

g) Um representante de Instituições Acadêmicas e de Pesquisa:

Titular Suplente

Elisandra Steinhauer Jochem - Educação Mareli A. Rodrigues Jochem - Educação

h) Um representante de Instituições Não Governamentais (ONG's):

Titular Suplente

Wigold B. Schaffer - APREMAVI Edinho P. Schaffer - APREMAVI

Art. 2º - Fica revogado o Decreto nº 032/2017 de 07 de agosto de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 18 de Outubro de 2019.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 046/2019

Publicação Nº 2220008

DECRETO Nº 046/2019

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências. "

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1569 de 30 de novembro de 2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 2.000,00 (Dois mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00.00.0055 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.3.90.00.00.00.00.00.0055 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de outubro de 2019.
 JUAREZ MIGUEL RODERMEL
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 047/2019

Publicação Nº 2220011

DECRETO Nº 047/2019

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências. ”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1590 de 23 de agosto de 2019:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 609.000,00 (Seiscentos e nove mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
 3.1.90.00.00.00.00.03.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

04.00 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 04.01 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO DESENV. ECONÔMICO
 20.606.0025.2.010 – Manutenção das Atividades Produtoras
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil
 3.1.90.00.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
 3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
 3.3.90.00.00.00.00.03.0080 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas	R\$ 109.000,00
10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica	
3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte de recursos 0080 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 75.000,00 (Setenta e cinco mil reais); por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0107 – Transferências do Fundeb 40% no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais); e por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
12.365.0043.1.003 – Construção/Ampliação da Rede Física – Educação Infantil	
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 15.000,00
12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas	R\$ 26.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 95.000,00
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
12.366.0052.2.024 – Educação de Jovens e Adultos	
3.1.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 35.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 34.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE	
08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE	
23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
23.695.0082.2.034 – Promoção do Turismo	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas	R\$ 10.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 24 de outubro de 2019.
 JUAREZ MIGUEL RODERMEL
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 048/2019

Publicação Nº 2220013

DECRETO Nº 048/2019

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências. ”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1569 de 30 de novembro de 2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00.03.0072 – Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte de recursos 0072

– Transferências de Convênios - Estado/Educação, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 04 de novembro de 2019.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

LEI Nº 1595/2019

Publicação Nº 2219375

LEI N.º 1595/2019

“Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

15.452.0064.2.051 – Manutenção das Atividades Policiam. Civil/Militar/Segurança no Trânsito

4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º Será suplementado por meio de Decreto, somente a importância ou quando esta for necessária na dotação do artigo 1º desta Lei.

Art. 3º O crédito aberto por esta Lei correrá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 – Recursos Ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 07 de novembro de 2019.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

LEI Nº 1596/2019

Publicação Nº 2219378

LEI N.º 1596/2019

“Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências.”

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 67.000,00 (Sessenta e sete mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Atalanta para o corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.00.1 – Manutenção da Câmara de Vereadores

3.1.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 67.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por esta Lei correrá por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.00.1 – Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.90.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 56.200,00

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

2.00.1 – Manutenção da Câmara de Vereadores

3.3.50.00.00.00.00.01.0080 – Aplicações Diretas R\$ 10.800,00

Art. 3º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1095/2009 de 15.04.2009.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 07 de novembro de 2019.

JUAREZ MIGUEL RODERMEL

Prefeito Municipal

Aurora

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR Nº 017 DE 29 DE OUTUBRO DE 2.019.

Publicação Nº 2219423

LEI COMPLEMENTAR Nº 017 DE 29 DE OUTUBRO DE 2.019.

“DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE AURORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ALEXSANDRO KOHL, Prefeito Municipal de Aurora, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município especialmente lastreado no artigo 86 e,

CONSIDERANDO a inexistência de Legislação que defina as atribuições de cada órgão da administração Municipal;

CONSIDERANDO que uma das funções fundamentais para que se conheça e maneje a realidade orçamentária é ter uma organização administrativa de seus servidores;

CONSIDERANDO que o atual Quadro de atribuições comissionadas não atende a realidade das presentes necessidades inerentes ao processo de realização dos fins públicos componentes das competências municipais;

CONSIDERANDO o permissivo legal no que tange a criação e manutenção de cargos de confiança para chefia, direção e assessoramento;

CONSIDERANDO, por fim, o conteúdo do Acórdão exarado nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 8000286-03.2017.8.24.0000 pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e que declarou a inconstitucionalidade do art. 7º da Lei Complementar nº 006/2013, bem como do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2009;

Faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI COMPLEMENTAR:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Poder Executivo do Município de Aurora é exercido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito, Consultor Jurídico, Chefe de Gabinete, Chefe Financeiro e Secretários Municipais.

Art. 2º. A estrutura organizacional básica do Poder Executivo do Município de Aurora é composta por Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta, organizados na forma desta Lei Complementar.

Art. 3º. Os Órgãos da Administração Direta e Entidades da Administração Indireta, que compõe a estrutura organizacional básica da Prefeitura Municipal de Aurora, são:

I – Órgãos de Assessoramento:

- a) Gabinete do Prefeito;
- b) Gabinete do Vice-Prefeito;
- c) Consultoria Jurídica;
- d) Secretaria de Gabinete;
- e) Chefia Financeira;
- f) Assessoria de Comunicação

II – Órgãos de Administração Específica:

1. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS;
2. SECRETARIA DE SAÚDE;
3. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO;
4. SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS;
5. SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO;
6. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO;

III – Órgãos Auxiliares de Consultas e Deliberação Coletiva:

1. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA;
2. Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE;
3. Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
4. Conselho Municipal de Educação;
5. Conselho Municipal do Idoso;
6. Conselho Tutelar;

7. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural;
8. Conselho Municipal de Saúde.
9. Conselho Municipal de Avaliação de Incentivos Fiscais e Benefícios Econômicos - CMAIBE;
10. Conselho Municipal de Turismo;
11. Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência;
12. Conselho Municipal de Saneamento;
13. Conselho Municipal de Meio Ambiente;
14. Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC;

Art. 4º. Os Conselhos, Fundos Municipais e as Entidades da Administração Indireta terão suas vinculações determinadas por ato do Chefe do Executivo, em razão de suas atribuições, com as correspondentes áreas de atuação das Secretarias Municipais.

TÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

Capítulo I

Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 5º. A estrutura organizacional do Gabinete do Prefeito Municipal é composta pela Secretaria de Gabinete e os cargos constantes do Anexo I a ele vinculados.

Art. 6º. A Secretaria de Gabinete do Prefeito, órgão de assessoramento direto e imediato do Chefe do Executivo, compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I – assistência direta e imediata nos serviços de secretaria particular e institucional;
- II – administração geral do Gabinete do Prefeito Municipal;
- III – administração da agenda do Prefeito Municipal;
- IV – desenvolvimento, coordenação e execução de atividades relativas aos serviços de imprensa, de relações públicas e de campanhas institucionais no âmbito da Prefeitura Municipal de Aurora;
- V – transmissão e controle das orientações e instruções do Prefeito Municipal;
- VI – expedição e publicação dos atos editados pelo Prefeito Municipal;
- VII – controle das atividades e rotinas financeiras da administração municipal;
- VIII – elaboração e execução orçamentária em conjunto com os setores competentes;

Capítulo II

Seção I

Departamento Jurídico

Art. 7º. O Departamento Jurídico do Município é formado pela Consultoria Jurídica e pela Assessoria Jurídica, sendo a primeira de cunho comissionado e a segunda formada por servidores efetivos e à qual compete prestar serviços de consultoria e assessoramento jurídico aos órgãos e entidades da Administração Municipal e coordenação dos trabalhos jurídicos desenvolvidos, com a prevalência pela defesa dos interesses municipais.

Seção II

Consultoria Jurídica do Município

Art. 8º. À Consultoria Jurídica do Município, órgão central do Sistema de Serviços Jurídicos e de Assessoramento Direto e Imediato do Prefeito Municipal, compete as atribuições constantes do Anexo I.

Parágrafo Primeiro: A jornada de trabalho do ocupante do cargo em comissão de Consultor Jurídico será de 20 (vinte) horas semanais, sem prejuízo de estar à disposição para chamadas e serviços que demandem atendimento extra jornada.

Parágrafo Segundo: O Consultor Jurídico deverá ser profissional especialista em qualquer ramo do Direito com Certificado devidamente aprovado pelo Ministério da Educação.

Capítulo III

Das Secretarias Municipais

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Art. 9º. A estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e Finanças é composta por:

- a) Secretaria;
- b) Consultoria Contábil;
- c) Diretoria de Análise Tributária;
- d) Diretoria de Projetos e Convênios;
- e) Assessoria de Patrimônio e Serviços Gerais;

Parágrafo Único: O servidor efetivo que ocupar o cargo de Chefia Financeira poderá optar pela remuneração aqui prevista ou pela manutenção de seus vencimentos que serão então acrescidos de gratificação de até 30% (trinta por cento).

Art. 10 À Secretaria Municipal da Administração, Planejamento e finanças compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I – políticas e planos para modernização da administração pública municipal e racionalização das despesas públicas;
- II – administração de recursos humanos;

- III – administração de materiais, compreendendo os procedimentos de aquisição, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;
- IV – administração patrimonial, compreendendo patrimônio mobiliário e imobiliário;
- V – administração de serviços gerais, compreendendo guarda e manutenção dos prédios públicos;
- VI – guarda e conservação de documentos;
- VII – elaboração do Plano de Desenvolvimento Urbano do Município;
- VIII – atualização e modernização de métodos e técnicas administrativas;
- IX – coordenação e acompanhamento dos projetos desenvolvidos pelas secretarias municipais;
- X – controle e avaliação do desempenho das unidades de natureza finalísticas do município;
- XI – promoção de pesquisa, levantamento, coleta, processamento e tratamento de dados estatísticos relativos ao Município;
- XII – apoio técnico em geral ao Gabinete do Prefeito Municipal, pertinente às funções de planejamento, orçamento, controle e avaliação
- XIII – programação de pagamentos da despesa e dívidas públicas e recebimentos das receitas municipais;
- XIV – elaboração dos demonstrativos financeiros determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas;
- XV – estabelecimento de políticas e planos de tributação, arrecadação e fiscalização de tributos municipais;
- XVI – acompanhamento de relatórios e demonstrativos vinculados à Lei de Responsabilidade Fiscal e atendimento de outras normas de prestação de contas;
- XVII – acompanhamento da execução do Plano Plurianual – PPA e da Lei Orçamentária Anual – LOA;
- XVIII – programar, orientar, organizar, coordenar, executar e controlar as atividades relacionadas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, auditoria, e em especial o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Orçamento anual;
- XIX – elaboração de projetos referentes à Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, o Plano Plurianual – PPA; a Lei Orçamentária Anual – LOA e as respectivas alterações;

CAPÍTULO IV

Das Secretarias Municipais Finalísticas

Seção I

Secretaria Municipal da Educação, Desporto, Cultura e Turismo.

Art. 11 A estrutura organizacional da Secretaria Municipal da Educação, Desporto, Cultura e Turismo é composta por:

- a) Secretaria
- b) Chefia de Ensino;
- c) Chefia de Unidade Escolar
- d) Diretoria de Cultura;
- e) Diretoria de Projetos Especiais;
- f) Assessoria de Turismo;
- g) Assessoria de Esportes;

Parágrafo Único: O servidor efetivo que ocupar o cargo de Chefia de Unidade Escolar poderá optar pela remuneração aqui prevista ou pela manutenção de seus vencimentos que serão então acrescidos de gratificação de até 30% (trinta por cento) enquanto desenvolver a chefia.

Art. 12 A Secretaria Municipal da Educação, Desporto, Cultura e Turismo compete desenvolver atividades relacionadas com:

- I – educação, instrução e ensino pré-escolar, fundamental e complementar;
- II – magistério público municipal;
- III – assistência e apoio ao educando;
- IV – produção e guarda de material didático e educacional;
- V – seleção, adoção e produção de tecnologias educacionais;
- VI – letras, artes, folclore e outras formas de expressão cultural;
- VII – elaboração e desenvolvimento de programas atléticos e esportivos;
- VIII – apoio ao esporte municipal nas mais diversas formas e modalidades;
- IX – estimular a organização do esporte amador e profissional do Município;
- X – incentivar a comunidade para a participação nas práticas educacionais, artísticas, esportivas e de lazer;
- XI – estimular e promover a cultura no Município;
- XII – incentivar manifestações artístico-cultural;
- XIII – incentivar eventos folclóricos, típicos e tradicionais;
- XIV – programar o calendário dos eventos culturais;
- XV – promover e proteger o patrimônio cultural do Município;
- XVI – compilar dados, fatos e documentos, de maneira a preservar viva a história do Município;
- XVII – desenvolvimento de ações, projetos, coordenação e execução de atividades relativas do turismo local e regional e a divulgação e promoção dos respectivos eventos;

Seção II

Secretaria Municipal de Saúde

Art. 13 A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Saúde é composta por:

- a) Secretaria;
- b) Diretoria de Vigilância Sanitária e Epidemiológica;
- d) Assessoria de Atendimento Médico Hospitalar e odontológico;

d) Assessoria de Materiais, Equipamentos e Transporte;

Art. 14 À Secretaria Municipal de Saúde compete desenvolver atividades relacionadas com:

I – vigilância sanitária e epidemiológica;

II – promoção da saúde pública e da medicina preventiva;

III – saneamento básico e medidas relacionadas com a área da saúde pública;

IV – distribuição de medicamentos e campanhas de saúde pública;

V – serviços odontológicos, médicos e de enfermagem de pronto atendimento;

VI – atendimento hospitalar e ambulatorial;

VII – organização e desenvolvimento comunitário;

VIII - Propor e implementar políticas públicas de gestão e promoção da saúde no município, de acordo com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

IX - Gerir o Sistema Único de Saúde no âmbito municipal.

X - Promover o acesso universal da população às ações e serviços de Atenção e Vigilância em Saúde, observando os princípios estruturantes do SUS.

XI - Assessorar o Prefeito nos assuntos relativos à sua área de atuação. VIII. Gerir o Fundo Municipal de Saúde.

XII - Avaliar e zelar pelos bens públicos municipais disponibilizados à Secretaria Municipal de Saúde.

XIII - Gerir a logística de suprimentos e o sistema de transporte oficial disponibilizados à Secretaria Municipal de Saúde.

XIV – Controlar os serviços de transporte de pacientes;

XV - Zelar pela gestão documental institucional e pelos bens públicos.

Seção III

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras

Art. 15 A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura e Obras é composta por:

a) Secretaria

b) Diretoria de Serviços, Obras Equipamentos e Transportes.

Art. 16 À Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras compete desenvolver atividades relacionadas com:

I – conservação e execução de melhorias na malha viária urbana, suburbana e rural do município;

II – execução e conservação de obras públicas e coordenação e fiscalização das obras contratadas;

III – laudos técnicos de avaliação da execução de serviços e obras;

IV – manutenção e conservação de veículos, máquinas e equipamentos;

V – manutenção e conservação de bens públicos de uso comum, especial e patrimoniais;

VI – apoio técnico operacional de suprimentos, máquinas, veículos e equipamentos;

VII – informação, licenciamento para localização, exercício de atividades e execução das edificações e do uso solo;

VIII – controle e fiscalização do cumprimento da execução das normas constantes no Plano Diretor, Código de Obras, Código de Posturas e legislação específica;

IX – fiscalização e controle das concessões e permissões em geral;

X – fiscalização dos transportes coletivos, do Terminal Rodoviário Municipal e do trânsito de veículos, em consonância com o Órgão Estadual de Trânsito;

XI – execução, supervisão e fiscalização das atividades de abastecimento, mercado e feiras;

XII – manutenção, supervisão e fiscalização dos serviços de limpeza pública;

XIII – gestão e fiscalização de cemitérios públicos e privados e atividades funerárias.

Seção IV

Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Crescimento Econômico

Art. 17 A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Crescimento Econômico é composta por:

a) Secretaria;

b) Diretoria de Meio ambiente;

c) Assessoria de Agricultura e Pecuária e Desenvolvimento e Crescimento Econômico;

Art. 18 À Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Crescimento Econômico compete desenvolver atividades relacionadas com:

I – assistência técnica e extensão rural;

II – projetos agropecuários, de abastecimento e irrigação;

III – projetos e assistência para reflorestamento;

IV – apoio ao associativismo, cooperativismo e agricultura familiar;

V – estímulo à produção pecuária e agricultura;

VI – proteção ao meio ambiente;

VII – controle e gerenciamento da utilização dos recursos hídricos;

VIII – preservação dos recursos naturais e desenvolvimento sustentável;

IX – fiscalização do cumprimento das normas de preservação da paisagem natural e do equilíbrio ambiental;

X – acompanhamento do licenciamento ambiental de responsabilidade do Município;

XI - Estabelecer as diretrizes para ação governamental nas áreas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestal, cartográfica, agrária-fundiária, de controle da erosão e de saneamento ambiental;

XII - Promover, coordenar e executar a educação ambiental no âmbito municipal;

XIII - Executar e fazer executar todos os atos necessários à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIV - Promover o planejamento, a execução e o controle de projetos especiais e obras relativas ao meio ambiente;
XV - execução de atividades relacionadas à formulação e execução de estratégias e ações de crescimento econômico integrado, projetando e divulgando o potencial do Município;
XI – Coordenação de ações planejadas com objetivo de desenvolver e fomentar a economia local, visando atrair novos investimentos, promovendo e incentivando a vinda de novos empreendimentos que propiciem a geração de postos de trabalho, melhoria da renda e qualidade de vida.

Seção V

Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Art. 19 A estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação é composta por:

- a) Secretaria;
- b) Diretoria de Desenvolvimento Social e Humano e de Programas Sociais e de Habitação;

Art. 20 Compete a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

- I - Planejar em parceria com as demais secretarias Municipais a política municipal de habitação e saneamento para famílias de baixa renda;
- II - Promover levantamento e respectivo cadastramento de pessoas com baixa renda sediadas no município de Aurora, visando a sua inclusão em projetos próprios;
- III - Buscar parcerias com a União, Estados, Município e Instituições Financeiras Oficiais com vistas a celebração de convênios para execução de programas habitacionais;
- IV - Corroborar com o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários da população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorrente da pobreza precariedade e ou/ ausência de renda, propiciando a sua inclusão nos serviços públicos próprios;
- V - Monitorar ações assistenciais destinadas às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal, por decorrência de abandono, maus tratos físicos e ou/ psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, etc.;
- VI- Estabelecer ação conjunta com o Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Habitação e Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, visando a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da Assistência Social;
- VII - Propor e ou/ elaborar convênios de cooperação técnico-financeiro com a União, Estado, Organismos Nacionais e Internacionais, que atuam na área habitacional e ou/ da Assistência Social, bem como implementar ações que visem o acesso à moradia digna para famílias de baixa renda;
- VIII - Propor mecanismos de inclusão social do idoso, da mulher, do deficiente físico, da criança e o adolescente que estejam vivendo em comprovada situação de carência, encaminhando-os aos programas, serviços e ou atividades relativas às políticas municipais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outros que visem o desenvolvimento físico, mental, moral e social destes grupos de pessoas enquadrados em tal situação.
- IX - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social.
- X – programação, organização, orientação, execução e controle das atividades relacionadas à política habitacional municipal, urbana ou rural, diretamente ou articulada com as demais entidades públicas e privadas da área.
- XI – desenvolver ações no sentido de manter, assegurar e aperfeiçoar as atuais ofertas de emprego;
- XII – outras atividades complementares de assistência social pública;

TÍTULO III

DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 21 São entidades da Administração Indireta:

- a) Fundação Municipal de Cultura e Esportes;

Art. 22 As Fundações Públicas reger-se-ão pelas leis que autorizarem sua institucionalização e pelos respectivos estatutos;

TÍTULO IV

OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO ORGANIZACIONAL

Art. 23 As atividades de competência dos órgãos da Administração Direta e Indireta, definidas nesta Lei Complementar, são exercidas por servidores públicos municipais compreendidos nas seguintes categorias funcionais:

- I – agentes políticos, representados pelos Secretários Municipais;
- II – servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- III – servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão;
- IV – servidores contratados em caráter temporário.

Art. 24 O Chefe de Gabinete do Prefeito e os Secretários Municipais, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito Municipal, exercem as atribuições conferidas nesta Lei e em regulamentos próprios com auxílio dos servidores públicos, lotados nas respectivas Secretarias.

Art. 25 No exercício de suas atribuições, cabe aos Secretários Municipais, além das atividades específicas das respectivas áreas de atuação, as seguintes competências:

- I – expedir portarias, ordens de serviços e instruções normativas visando disciplinar as execuções e os procedimentos no âmbito de sua competência e que não constituam prerrogativa privativa do Prefeito Municipal;

- II – promover a distribuição dos servidores de acordo com as funções, atividades e tarefas que lhes serão atribuídas;
- III – ordenar e autorizar as despesas dos órgãos que integram as respectivas Secretarias;
- IV – assinar contratos, convênios e acordos na sua área de atuação, observada a competência privativa do Prefeito Municipal;
- V – decidir sobre os requerimentos e pedidos dirigidos à Secretaria, observada a sua área de atuação;
- VI – aplicar sanções legais na sua área de competência.

TÍTULO V

DOS CARGOS E SEU PROVIMENTO

Art. 26 O Quadro Geral de Pessoal da Prefeitura Municipal de Aurora é composto por cargos efetivos e em comissão, cujo provimento dar-se-á na forma prevista em Lei.

Parágrafo Único: Os cargos de provimento efetivo tem previsão nas leis municipais 964/1.999 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e 966/1.999 (Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais) e demais leis posteriores que as altera ou complementa.

Art. 27 Ficam criados, na estrutura organizacional do Poder Executivo, os cargos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração, com as respectivas denominações, atribuições, vinculações, quantidades, níveis e vencimentos que constam do Anexo I.

Parágrafo Primeiro: Os níveis salariais dos cargos de provimento em Comissão são inicialmente estabelecidos da seguinte forma:

Nível	Remuneração	Denominação
CC1	R\$ 1.638,33	Assessoria
CC2	R\$ 2.928,40	Diretoria
CC3	R\$ 3.864,72	Chefia
CC4	R\$ 4.221,76	Secretaria
CC5	R\$ 5.856,81	Consultoria

Parágrafo Segundo: A atualização dos níveis salariais será feita a tempo e modo como para os servidores do quadro efetivo e em conformidade com a regra contida no art. 39, §2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 28 Os titulares de cargos exclusivamente de provimento em comissão sujeitam-se ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 29 Os servidores de cargos de provimento efetivo que forem nomeados para o exercício de cargo de provimento em comissão poderão optar pelo vencimento do cargo efetivo.

Art. 30 Ficam extintos os cargos em comissão da atual estrutura que se encontrarem vagos, e os providos serão automaticamente extintos à medida que vagarem pelo aproveitamento de seus ocupantes nos cargos previstos no Anexo I, ou que, por qualquer outro motivo, vierem a vagar.

Parágrafo único – Todos os cargos comissionados que encontram-se no Anexo I, a exceção da Consultoria Jurídica, parte integrante desta Lei, tem um compromisso de realizar as horas integrais dos respectivos órgãos de vinculação e ainda de estarem à disposição em caso de necessidade a qualquer momento.

Art. 31 Fica expressamente vedado ao ocupante de qualquer dos cargos de provimento em comissão constantes desta Lei Complementar receber vantagens econômicas de qualquer ordem como gratificações e horas extras, a exceção quando participante de comissões de licitação e/ou prego.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 32 Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a promover, no Orçamento Geral do Município, as alterações e ajustes necessários a sua compatibilização com a Estrutura Administrativa de que trata esta Lei Complementar.

Art. 33 O Chefe do Poder Executivo disporá sobre a organização e o funcionamento dos órgãos da administração de que trata esta Lei Complementar.

Art. 34 As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações consignadas no Orçamento Geral do Município.

Art. 35 Revogam-se as disposições em contrário, em especial as que tratam da Estrutura da Administrativa Direta do Poder Executivo e as Leis Complementares 001/2019 e 006/2013, excetuando-se os que estiverem nas Leis que tratam do Magistério Aurorense.

Art. 36 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 29 de outubro de 2019.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DIRETA DE AURORA

GABINETE DO PREFEITO

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO DE GABINETE	CC-4	R\$ 4.221,76	01
CHEFE FINANCEIRO	CC-3	R\$ 3.864,72	01
CONSULTOR JURÍDICO	CC-5	R\$ 2.928,40	01
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	CC-1	R\$ 1.638,33	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS	CC-4	R\$ 4.221,76	01
CONSULTOR CONTÁBIL	CC-5	R\$ 5.856,81	01
DIRETOR DE ANÁLISE TRIBUTÁRIA	CC-2	R\$ 2.607,33	01
DIRETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS	CC-2	R\$ 2.607,33	01
ASSESSOR DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	CC-1	R\$ 1.638,33	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO	CC-4	R\$ 4.221,76	01
CHEFE DE ENSINO	CC-3	R\$ 3.864,72	01
CHEFE DE UNIDADE ESCOLAR	CC-3	R\$ 3.864,72	04
DIRETOR DE CULTURA	CC-2	R\$ 2.607,33	01
DIRETOR DE PROJETOS ESPECIAIS	CC-2	R\$ 2.607,33	01
ASSESSOR DE ESPORTES	CC-1	R\$ 1.638,33	01
ASSESSOR DE TURISMO	CC-1	R\$ 1.638,33	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE	CC-4	R\$ 4.221,76	01
DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO	CC-2	R\$ 2.607,33	01
ASSESSOR DE ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO	CC-1	R\$ 1.638,33	01
ASSESSOR DE MATERIAS, EQUIPAMENTOS E TRANSPORTES	CC-1	R\$ 1.638,33	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	CC-4	R\$ 4.221,76	01
DIRETOR DE SERVIÇOS, OBRAS TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS	CC-2	R\$ 2.607,33	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO	CC-4	R\$ 4.221,76	01
DIRETORIO DE MEIO AMBIENTE	CC-2	R\$ 2.607,33	01
ASSESSOR DE AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIALEINDUSTRIAL	CC-1	R\$ 1.638,63	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

DENOMINAÇÃO CARGO	NÍVEL SALAR.	VENCIMENTOS	QTDADE
SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	CC-4	R\$ 4.221,76	01
DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HUMANO E DE PROGRAMAS SOCIAIS	CC-2	R\$ 2.607,33	01

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DIRETA DE AURORA

GABINETE DO PREFEITO

DENOMINAÇÃO CARGO	ATRIBUIÇÕES
SECRETARIO DE GABINETE	<ul style="list-style-type: none">- assessorar o segmento pelo qual foi designado, definindo as estratégias de ações para o melhor aproveitamento das atividades programadas, avaliando o desenvolvimento dos trabalhos, determinando providências, participando de projetos, planos de organização de eventos e programas do Gabinete;- prestar assessoramento ao Prefeito e ao Vice-Prefeito em assuntos técnicos e administrativos;- promover atividades de apoio e assessoria nas operações administrativas de interesse do Município;- planejar e acompanhar a realização de eventos e cerimoniais, tais como: visitas de autoridades, imprensa, datas comemorativas e outros, de acordo com diretrizes estabelecidas, cumprindo protocolos, solucionando problemas e dirimindo dúvidas, objetivando o pleno êxito dos eventos realizados;- cuidar da segurança pessoal do Prefeito e seu assessoramento pertinentes a controle de agenda, compromissos, participações em eventos e demais deslocamentos;- providenciar e organizar os meios de transportes para deslocamento e circulação do Prefeito;- coordenar os processos logísticos desde as solicitações dos munícipes até a distribuição dos serviços, equipamentos e veículos, de forma a atender a comunidade com eficiência, rapidez e menor custo;- desempenhar outras atividades que lhe forem atribuídas;
CHEFE FINANCEIRO	<ul style="list-style-type: none">- dirigir as atividades de registros dos fatos que envolvam o recebimento de receitas e o pagamento de despesas, arrecadação de verbas, aberturas de contas bancárias, aplicações financeiras, conciliações bancárias, elaboração de Boletim Diário de Tesouraria, e guarda de valores;- Receber e pagar em moeda corrente;- efetuar, nos prazos legais, os recolhimentos devidos, prestando contas;- coordenar e manter os arquivos físicos e digitais das comprovações de recebimentos e pagamentos de modo a facilitar o acesso e a apresentação quando necessário;- elaborar balancetes e demonstrativos do trabalho realizado e importâncias recebidas e pagas;- movimentar fundos; conferir e rubricar livros; informar, dar pareceres e encaminhar processos relativos a competência da tesouraria;- preencher e assinar cheques bancários;- providenciar e encaminhar documentação necessária para abertura de novas contas bancárias sempre que for necessário;- movimentar fundos através de programas bancários específicos,- executar tarefas afins.

CONSULTOR JURÍDICO

- gerenciar os processos de interesse do Município de Aurora que tramitam nas Justiças Federal, Estadual e Trabalhista;
- prestar atendimento e orientação aos órgãos da Administração Municipal no que tange aos procedimentos e processos administrativos e judiciais;
- examinar previamente contratos e convênios em que o Município ou Fundação seja parte;
- apreciar a legalidade de situações de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, bem como desvio de funções;
- analisar, interpretar e propor alterações na legislação básica do Município;
- Assistir o Prefeito em assuntos de natureza jurídica e no controle interno da legalidade dos atos administrativos;
- Lavar contratos ou termos, acompanhar processos licitatórios, concursos públicos e processos seletivos;
- Prestar assessoramento às comissões de inquérito administrativo;
- manter-se informado do andamento dos processos, das providências adotadas e das decisões que forem proferidas em feitos de sua competência;
- examinar o texto de projetos de lei encaminhados à Câmara, bem como as emendas propostas pelo Poder Legislativo, e apresentar minutas quando for o caso;
- prestar assessoramento em assuntos legais, administrativos e matérias afins;
- requisitar aos órgãos e entidades da administração, certidões, informações ou cópias e originais de documentos, bem como esclarecimentos necessários a instruir a defesa dos interesses da Municipalidade;
- coordenar, controlar, organizar, solicitar informações e responder os procedimentos administrativos de órgãos governamentais e não-governamentais;
- desenvolver, monitorar e avaliar as atividades-meio da contabilidade municipal, relativas ao planejamento estratégico, operacional e orçamentário;
- exercer outras atividades e atribuições e atividades correlatas e inerentes a função;

ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO

- formular, coordenar e supervisionar a execução de programas concernentes à política de comunicação social do Poder Executivo;
- orientar e dirigir a execução de tarefas relativas à divulgação das atividades do governo mediante os diversos meios de comunicação;
- coordenar a publicação de boletins e outros impressos produzidos no âmbito da gestão municipal;
- supervisionar os serviços voltados para atendimento das demandas de comunicação social dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal;
- providenciar e promover a cobertura jornalística dos atos da Administração Pública Municipal;
- organizar cursos, palestras, seminários, destinados a promover a constante melhoria de qualidade do trabalho de comunicação social do Poder Executivo;
- organizar e manter atualizado arquivos de textos produzidos;
- assessorar as atividades relacionadas a divulgação das atividades político-administrativas do município, assistência publicitária e de relações públicas a todas as secretarias e órgãos municipais, visando o bom andamento dos atos de gestão;
- outras atividades que lhe forem atribuídas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DENOMINAÇÃO CARGO

ATRIBUIÇÕES

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

- planejar, coordenar e acompanhar as atividades-meio da Secretaria, relacionadas com administração, gestão de pessoas, licitações, contratos, compras, patrimônio, transporte, planejamento estratégico, tecnologia da informação, proporcionando uma gestão estratégica, sistêmica e integrada;
- formular, planejar, disciplinar e coordenar políticas públicas administrativas, fornecendo orientação técnico-administrativa em processos de compras, contratos, licitações, patrimônio, materiais e infraestrutura no âmbito da Administração Pública Municipal;
- em conjunto com o setor pessoal, planejar e coordenar a administração de pessoal dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município, inclusive o controle da movimentação de pessoal e da gestão financeira da folha de pagamento;
- formular, definir e avaliar as políticas e estratégias de pessoal que devem ser observadas pela Administração Pública Municipal;
- coordenar e dar orientação técnico-administrativa com relação a processos de gestão e valorização do pessoal do Poder Executivo Municipal;
- coordenar, supervisionar, controlar e avaliar as políticas financeiras e tributárias do Município;
- exercer a administração da dívida ativa do Município;
- avaliar em conjunto com a Contabilidade a proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos públicos, conforme consta do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município;
- Gerenciar, juntamente com o RH, os controles de saídas, férias, faltas, atos de indisciplina ou quaisquer eventos envolvendo os servidores da pasta durante sua jornada de trabalho;
- gerenciar o departamento de projetos e convênios e a captação de recursos para implementação de ações estratégicas no âmbito municipal;
- outras atividades correlatas.

CONSULTOR CONTÁBIL

- supervisionar a contabilidade do Município em todos os seus sistemas orçamentário, financeiro, patrimonial, de resultados e de custos e a de todos os atos da Administração Municipal de natureza financeira, resultantes ou independentes da execução orçamentária;
- promover o acompanhamento necessário ao cumprimento da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre a responsabilidade da gestão fiscal;
- avaliar em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Administração e Finanças a proposta orçamentária e coordenar a aplicação dos recursos públicos, conforme consta do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual do Município;
- coordenar as atividades de classificação, registro e controle da dívida pública municipal;
- controlar os procedimentos técnicos e administrativos de movimentação de pessoal;
- efetuar o acompanhamento e o controle da alocação e da movimentação de cargos comissionados da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, resguardado o quantitativo estabelecido em Lei;
- orientar os órgãos e entidades do Poder Executivo sobre assuntos relacionados a sua competência;
- executar, controlar e avaliar as atividades de contabilização dos fatos orçamentários, patrimoniais e financeiros e de processamento de dados do Município.
- desempenhar outras atividades correlacionadas.

DIRETOR DE ANÁLISE TRIBUTÁRIA

- coordenar as atividades referentes ao lançamento, à cobrança, à arrecadação e a fiscalização dos tributos, taxas municipais e de outros valores pertencentes à Fazenda Municipal;
- proporcionar apoio técnico e administrativo ao contencioso administrativo tributário do Município, bem como as atividades referentes ao lançamento, à cobrança, à arrecadação e a fiscalização dos tributos municipais;
- dirigir, avaliar e controlar as atividades de processamento eletrônico de dados do município;
- atender a população em geral junto ao setor de tributos visando esclarecer e orientar no âmbito tributário;

DIRETOR DE PROJETOS E CONVÊNIOS	<ul style="list-style-type: none"> - assessoramento técnico na área de projetos e convênios; - assistir ao Secretário na formulação e na realização de estudos, pesquisas e diagnósticos para a correta captação e futura destinação de recursos; - dirigir trabalhos de levantamento e análise de informações para a formulação de políticas públicas; - promover a cooperação e articulação com os órgãos da Administração Pública Municipal em projetos de suas iniciativas que possam contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento social do Município; - conduzir os levantamentos e propostas concretas de simplificação e agilidade dos processos de captação de recursos; - acompanhar e controlar a tramitação de documentos e procedimentos internos relacionados à captação de recursos, responsável pelo suporte administrativo e operacional aos processos administrativos de captação de recursos; - responsabilidade sobre a alimentação de sistemas, envio de expedientes e documentos destinados a formação, andamento e finalização de processos de captação de recursos; - supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos; - executar outras atividades correlatas.
ASSESSOR DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> - planejar, desenvolver e coordenar os sistemas administrativos de gestão de patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas, no âmbito da Administração Pública Municipal; - promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos de tecnologia da informação; - promover a modernização administrativa do Município e desenvolvimento organizacional aplicado à Administração Pública Municipal, viabilizando os Sistemas de Compras, Licitações e Contratos. - prestar assessoramento técnico-administrativo ao Secretário de Administração e aos demais órgãos integrantes da estrutura da Secretaria; - administrar o Cadastro Econômico e Mobiliário do Município; - Responsabilizar-se pelo suprimento de materiais e serviços, gestão de qualidade, informática, telefonia, transporte, limpeza e conservação do patrimônio, controle patrimonial e manutenção de arquivo institucional; - Acompanhar a movimentação do estoque e providenciar a entrega de equipamentos de proteção individual, exigindo o seu uso adequado; - outras atividades correlatas;

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

DENOMINAÇÃO CARGO	ATRIBUIÇÕES
-------------------	-------------

SECRETARIO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO

- dirigir, controlar e supervisionar todo o trabalho da Secretaria de Educação, não só no que concerne a eficiência e qualidade dos serviços prestados à comunidade como também no que se refere à educação;
- administrar as unidades da Secretaria;
- coordenar, atualizar e implementar o Plano Municipal de Educação;
- cumprir e fazer cumprir a legislação de ensino, atendendo as normas e diretrizes estabelecidas pelas leis federais, estaduais e municipais;
- garantir a legalidade, a regularidade e a autenticidade da vida escolar dos alunos;
- verificar e responsabilizar-se por dados estatísticos (Censo Escolar) que norteiam os processos de distribuição de verbas, bem como referenciais que identificam a realidade educacional da rede municipal;
- distribuir os trabalhos, buscando atingir uma descentralização equilibrada e responsável que não prejudique o cumprimento de planos e princípios gerais da administração municipal, nem a hierarquia da mesma;
- acompanhar e coordenar o trabalho da escrituração de fichas, matrículas, processamento de dados para o fiel cumprimento da organização escolar;
- administrar o serviço de merenda escolar no que tange à requisição, aquisição, distribuição e reposição de gêneros;
- organizar e administrar tarefas relativas à área educacional, elaborando os planos de ação a serem executados nas Unidades Escolares;
- operacionalizar contratações, admissões de servidores nos cargos inerentes à Secretaria de Educação, mantendo o equilíbrio do quadro de pessoal;
- Gerenciar, juntamente com o RH, os controles de saídas, férias, faltas, atos de indisciplina ou quaisquer eventos envolvendo os servidores da pasta durante sua jornada de trabalho;
- promover a política de desenvolvimento do turismo no Município de Aurora;
- estimular às iniciativas privadas de incentivo às atividades turísticas;
- planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao turismo no município;
- promover a política de desenvolvimento do esporte no Município de Aurora;
- estimular às iniciativas privadas de incentivo às atividades esportivas;
- planejar, coordenar, supervisionar e avaliar os planos e programas de incentivo ao esporte no município;
- monitorar os indicadores de desempenho das unidades educacionais para o atendimento das metas da Secretaria;
- implementar, em articulação, o aperfeiçoamento dos Professores, programas de educação continuada de docentes e demais servidores da Secretaria;
- gerenciar serviços de informática aplicados à educação, bem como organizar e manter atualizados portais eletrônicos da Pasta;
- dirigir a otimização da utilização de recursos e materiais;
- Gerir o processo de ensino-aprendizagem no cumprimento das políticas, diretrizes e metas da educação;
- outras atividades de sua competência.

CHEFE DE ENSINO

- Coordenar o planejamento, a operacionalização e o monitoramento de intervenções pedagógicas em todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, referentes ao currículo escolar, ao desempenho docente, aos recursos didáticos e tecnológicos aplicando as normas regimentais e curriculares em consonância com as esferas Estadual e Federal, primando pela gestão de qualidade na Educação Básica;
- Auxiliar na direção das atividades administrativas, financeiras e de recursos humanos da Pasta;
- assistir e acompanhar a direção das unidades, em especial quanto a instalações físicas, equipamentos, mobiliários e serviços de atendimento aos alunos;
- supervisionar e orientar as unidades com relação às atividades e registros de vida escolar dos alunos, executando o que couber à Diretoria de Ensino;
- dimensionar as necessidades de atendimento escolar e consolidar a demanda por vagas e a necessidade de contratação de docentes;
- acompanhar qualquer processo que envolva ou resulte em municipalização do ensino;
- Acompanhar a aplicação dos sistemas de avaliação do desempenho da educação básica, os levantamentos censitários e os demais levantamentos de informações e pesquisas;
- assessor a Secretaria na customização e distribuição de materiais, serviços, equipamentos e demais suprimentos das unidades de ensino;
- outras atividades correlatas;

CHEFE DE UNIDADE ESCOLAR

- Gerenciar o funcionamento da unidade escolar em parceria com o Conselho de Educação e com a Secretaria, zelando pelo cumprimento das diretrizes educacionais, observando a legislação vigente, normas educacionais e padrão de qualidade de ensino
- Garantir o alcance dos objetivos da escola, identificando obstáculos, reconhecendo sua natureza e buscando soluções adequadas.
- Desenvolver as ações educativas pertinentes a cada segmento de ensino, de acordo com as normas e diretrizes do Conselho Municipal de Educação
- Administrar a utilização dos espaços físicos da unidade escolar e o uso dos recursos disponíveis, para a melhoria da qualidade de ensino como: bibliotecas, salas de leitura, laboratório de tecnologias, entre outros.
- Administrar, otimizando os recursos financeiros, conforme os procedimentos e rotinas de execução orçamentária e financeira, determinados pelas fontes de repasses, acompanhando e monitorando as despesas e o fluxo de caixa.
- Organizar coletivamente as rotinas da escola e acompanhar o seu cumprimento.
- Estimular a formação de organizações estudantis, atividades esportivas, artísticas e culturais na unidade escolar.
- Aplicar instrumentos de registro de matrícula e de acompanhamento da movimentação escolar do alunado, sistematizando os dados e emitindo relatórios.
- Promover o envolvimento dos pais na gestão da escola, em atividades educacionais e sociais, incentivando e apoiando a criação das associações de pais
- Manter comunicação freqüente com os pais, mediante o repasse de informações sobre o processo educativo, normas e orientações do funcionamento da escola
- Viabilizar a integração entre a escola e a comunidade, criando e monitorando projetos em parceria com as diversas organizações, visando apoio às atividades educacionais, sociais, culturais e de lazer.
- Maximizar a atuação da comunidade junto à escola, identificando os recursos e sendo hábil nas relações com os seus diversos segmentos.
- Promover campanhas educativas e programas com temas que despertem o interesse da comunidade escolar.
- Oportunizar e facilitar o acesso a programas de aperfeiçoamento profissional para os recursos humanos da unidade.
- Identificar as necessidades de desenvolvimento dos recursos humanos da escola, estabelecendo estratégias de intervenção em articulação com a Pasta.
- Identificar e otimizar o potencial dos recursos humanos da escola, assegurando a integração e adotando uma postura participativa nas ações de planejamento e execução das atividades curriculares.
- Proporcionar ao professor momentos de auto-avaliação, pesquisa, experimentos, debates e reflexão da prática pedagógica em uma perspectiva crítico reflexiva. Outras atividades correlatas;

DIRETOR DE CULTURA

- promover o desenvolvimento e a integração das atividades culturais, visando a melhoria da qualidade de vida da população;
- desenvolver as áreas da cultura no município de forma legal, equilibrada e sustentável;
- fomentar novas oportunidades de trabalho e renda na área de cultura;
- Intensificar as áreas da cultura interagindo suas atividades durante todo o ano;
- elaborar projetos culturais e buscar junto às ao governo Federal e Estadual recursos para viabilizá-los;
- propor acordos e convênios com entidades públicas e privadas para execução de programas e campanhas cultura e lazer;
- estabelecer parcerias com municípios vizinhos para realização de eventos.
- definir e implementar políticas objetivando democratizar o acesso a bens culturais do Município;
- estabelecer a política de preservação e valorização do Patrimônio Histórico e Cultural do Município;
- monitorar e divulgar programas, projetos, estatísticas e indicadores culturais;
- criar, implantar e fomentar programas e projetos culturais;
- organização e gerenciamento de eventos inerentes as áreas da cultura no Município;
- outras atividades inerentes a Pasta;

DIRETOR DE GESTÃO E PROJETOS ESPECIAIS	<ul style="list-style-type: none"> - Participar, sempre que solicitado, da elaboração de programas e projetos em nível de Secretaria da Educação, Cultura, Esporte e Turismo; - Assessorar o acompanhamento pedagógico e intervenções das Unidades de Educação de Jovens e Adultos, quanto à execução, pelas escolas, do Projeto Político-Pedagógico e a utilização das Matrizes Curriculares do Município, visando a qualidade do atendimento aos alunos e do processo ensino-aprendizagem; - coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação; - assessorar na elaboração do Calendário Escolar e garantir o seu cumprimento; - assessorar no cumprimento da legislação em vigor, comunicando aos órgãos da administração municipal de ensino às irregulares no âmbito da unidade educativa, aplicando as respectivas medidas saneadoras; - coordenar, com a equipe pedagógica, as solenidades da pasta; - assessorar na administração do patrimônio da pasta e das unidades; - promover a articulação entre a escola, família e comunidade; - outras atividades correlatas;
ASSESSOR DE ESPORTES	<ul style="list-style-type: none"> - planejar, organizar, coordenar, orientar, executar, controlar e fiscalizar as atividades relativas ao desporto no Município; - pesquisar, orientar, apoiar e desenvolver a educação física, o desporto, a recreação e o lazer, estimulando essas práticas com vistas a expansão e o estímulo à população; - administrar e controlar a utilização e zelar pelas praças e espaços esportivos e de lazer do Município; - gerir a infraestrutura e proteger o patrimônio desportivo; - coordenar os agentes envolvidos no desenvolvimento de práticas esportivas formais e não formais no Município; - organizar campeonatos, torneios, competições e encontros regionais esportivos de interesse público; - propor e gerir convênios com órgãos, entidades e municípios, em atividades relativas ao desporto e ao lazer; - preparar calendários, programas e guias esportivos e de lazer; - outras atividades que lhe forem atribuídas;
ASSESSOR DE TURISMO	<ul style="list-style-type: none"> - promover o desenvolvimento e a integração das atividades turísticas visando a melhoria da qualidade de vida da população; - desenvolver as áreas do turismo no município de forma legal, equilibrada e sustentável; - fomentar novas oportunidades de trabalho e renda na área de turismo; - Intensificar as áreas do turismo interagindo suas atividades durante todo o ano; - elaborar projetos turísticos e buscar junto às ao governo Federal e Estadual recursos para viabilizá-los; - propor acordos e convênios com entidades públicas e privadas para execução de programas e campanhas de turismo; - definir e implementar políticas objetivando democratizar o acesso a bens turísticos do Município; - fortalecer, implementar e fomentar programas e projetos turísticos; - organização e gerenciamento de eventos inerentes as áreas de turismo e turismo no Município; - outras atividades correlatas

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DENOMINAÇÃO CARGO	ATRIBUIÇÕES
-------------------	-------------

SECRETARIO MUNICIPAL DE SAÚDE

- orientar, controlar e coordenar, sendo o responsável pelos trabalhos da Secretaria Municipal de Saúde;
- planejar as atividades de saúde visando a qualidade de atendimento e prestação de serviços aos munícipes;
- coordenar e controlar as atividades dos órgãos de apoio subordinados à Secretaria;
- promover estudos para o aprimoramento dos serviços de saúde;
- elaborar planejamento quanto ao emprego do serviço de saúde no Município;
- supervisionar a seleção, aquisição e controle de materiais de saúde (médico-hospitalares, odontológicos e de expediente);
- planejar, coordenar e avaliar eventos institucionais;
- orientar e controlar as atividades de áreas da saúde, especialmente relativas a assuntos administrativos;
- acompanhar, direcionar e orientar os recursos humanos vinculados à sua Secretaria;
- gerenciar, juntamente com o RH, os controles de saídas, férias, faltas, atos de indisciplina ou quaisquer eventos envolvendo os servidores da pasta durante sua jornada de trabalho;
- gerenciar todos os convênios e contratações que envolvam a área da saúde no Município de Aurora;
- customizar para melhor aproveitamento os recursos e orçamento destinado a saúde no Município;
- planejar, coordenar e avaliar eventos institucionais na área da saúde;
- coordenação e execução dos serviços administrativos da Secretaria, atribuindo, delegando, supervisionando, suspendendo e remanejando tarefas aos servidores, elaborando escalas e determinando horários de trabalho;
- controle e coordenação dos veículos da Pasta, inclusive no que se refere a conservação e manutenção;
- outras atividades correlatas.

DIRETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA E CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO

- dirigir as atividades de vigilância sanitária e controle epidemiológico do Município de Aurora;
- responsabilizar-se e manter correspondências e documentos relacionados ao setor;
- coordenar a elaboração de ofícios, memorandos e demais documentos administrativos inerentes;
- coordenar campanhas de conscientização e prevenção na área de atuação;
- Prestar assessoria direta aos seus superiores hierárquicos;
- Prestar informações ao público sobre assuntos atinentes às ações do setor de vigilância sanitária e controle epidemiológico;
- ser o interlocutor entre o Município e os órgãos de vigilância sanitária e controle epidemiológico e os órgãos equivalentes a nível estadual e federal;
- participar e representar o Município em eventos inerentes a vigilância sanitária e controle epidemiológico;
- outras atividades correlatas.

ASSESSOR DE ATENDIMENTO MÉDICO HOSPITALAR E ODONTOLÓGICO

- garantir o atendimento mais adequado para cada tipo de necessidade apresentada pelo público que procura o serviço serviços de saúde do Município;
- garantir a qualidade do atendimento dos casos de urgência e emergência;
- auxiliar o Secretário da Pasta a administrar os recursos humanos;
- coordenar o serviço, levando em consideração as necessidades prioritárias de atendimento aos pacientes, a fim de garantir padrão sistematizado de assistência;
- cooperar com o Secretario em projetos de melhoria da qualidade na assistência prestada e atuar como interlocutor dentre as diferentes categorias profissionais;
- planejar e organizar os serviços da seção administrativa da Pasta, determinando procedimentos, rotinas, prazos e expediente de trabalho;

ASSESSOR DE MATERIAS, EQUIPAMENTOS E TRANSPORTE

- fazer a previsão de materiais/suprimentos medico-hospitalares e odontológicos a serem utilizados na Secretaria e Unidades de Saúde a fim de garantir a assistência sem interrupções;
- auxiliar o Secretário da Pasta a administrar os equipamentos;
- providenciar reparação ou substituição de equipamentos com anuência do Secretário;
- supervisionar o controle de estoque e pedidos dos suprimentos;
- coordenar o cronograma de transporte de pacientes;
- assessorar no controle da frota da pasta;
- outras atividades correlatas;

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

DENOMINAÇÃO CARGO	ATRIBUIÇÕES
SECRETARIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS	<ul style="list-style-type: none"> - orientar, controlar e coordenar, sendo o responsável pelos trabalhos da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras; - coordenação da gestão de pessoal da pasta; - planejar as atividades de infraestrutura e obras visando a melhoria na acessibilidade, escoamento da produção agrícola e qualidade de vida dos munícipes; - coordenar e controlar as atividades dos órgãos de apoio subordinados à Secretaria; - promover estudos para o aprimoramento dos serviços de infraestrutura e obras; - elaborar planejamento quanto ao emprego do serviço de infraestrutura e obras no Município; - supervisionar a seleção, aquisição e controle de materiais a serem utilizados na secretaria; - planejar, coordenar e avaliar eventos institucionais; - orientar e controlar as atividades de áreas da infraestrutura e obras, especialmente relativas a assuntos administrativos; - Customizar para melhor aproveitamento os recursos e orçamento destinado a infraestrutura no Município; - coordenação e execução dos serviços administrativos da Secretaria, atribuindo, delegando, supervisionando, suspendendo e remanejando tarefas aos servidores, elaborando escalas e determinando horários de trabalho; - planejar e coordenar as ações relativas a segurança pública, trânsito e defesa civil, com a colaboração de outros órgãos municipais; - coordenação da elaboração de orçamentos e custos de projetos para serem licitados e de pareceres técnicos quanto a projetos de obras e serviços executados; - atender a população em eventos danosos, em auxílio as autoridades competentes do município; - controle e coordenação dos veículos e equipamentos da Pasta, inclusive no que se refere a conservação e manutenção; - outras atividades correlatas.

DIRETOR DE SERVIÇOS, OBRAS TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS

- prestar assistência ao titular da pasta em suas tarefas técnicas e administrativas mediante controle da agenda;
- supervisionar e/ou distribuir os requerimentos, consultas e pedidos de interesse da Pasta;
- assessoria e direção dos planos estratégicos para implementação das políticas de infraestrutura nas áreas de mobilidade, saneamento básico, drenagem e obras públicas, estabelecendo prioridades e definindo mecanismos de implantação, acompanhamento e avaliação;
- acompanhamento, fiscalização e recebimento de obras e serviços de engenharia de interesse das Administrações Direta, Indireta e Fundacional;
- receber, filtrar e direcionar os pleitos da população em geral, para que sejam atendidos dentro da ordem de solicitação e disponibilidade de equipamentos, materiais e colaboradores;
- coordenação do controle de frota e de itinerários; - planejamento e controle diário do estoque e consumo de combustível;
- Chefiar os trabalhos de obras de construção civil e pintura das instalações públicas;
- Controlar a manutenção hidráulica e elétrica dos prédios e instalações da autarquia;
- Acompanhar o fluxo de recebimento de informações e reclamações da população, controlando seu andamento e acelerando as providências reclamadas;
- Administrar os setores de recebimento, estocagem, cadastramento e liberação de materiais;
- Acompanhar a movimentação do estoque e providenciar a entrega de equipamentos de proteção individual, exigindo o seu uso adequado;
- Administrar e distribuir tarefas quanto aos serviços de roçagem e manutenção de jardins e praças públicas;
- Manter a documentação dos veículos e providenciar as operações de manutenção, consertos e limpeza da frota;
- desempenhar outras atividades correlatas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

DENOMINAÇÃO CARGO

ATRIBUIÇÕES

SECRETARIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

- coordenar a execução da política de desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias do Município,
- dirigir o desenvolvimento de atividades alternativas de renda, buscando melhor qualidade de vida dos agricultores e seus familiares,
- coordenar obras e serviços de infra-estrutura agrícola, promover serviços e ações de extensão rural, de assistência técnica especializada e de promoção do associativismo rural,
- desenvolver atividades, ações, projetos e programas em parcerias com organismos estaduais e federais oficiais ou privados e, juntamente com cooperativas agrícolas e empresas de fomento a produção agropecuária através da integração,
- promover e executar cursos, seminários, palestras de capacitação e de profissionalização dos agricultores, especialmente voltados para a prática da administração da propriedade rural e à agregação de atividades econômicas alternativas junto às propriedades rurais, especialmente a produção de produtos agro ecológicos,
- atuar em conjunto com os demais órgãos do Governo Municipal, com destaque na execução das políticas educacionais, de saúde e de assistência social,
- desenvolver ações e atividades voltadas à proteção, preservação e recuperação do meio ambiente;
- Dirigir a difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, da divulgação de dados e informações ambientais visando à formação de uma conscientização pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico, a preservação e restauração dos recursos ambientais à sua utilização racional e a disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico;
- Desenvolver e coordenar o mapeamento e cadastramento de todas as propriedades rurais do Município;
- Fomentar a criação de mecanismos de apoio à mecanização e infra-estrutura da propriedade rural com incentivo a implantação de obras de infra-estrutura básica, visando incentivar a permanência do agricultor na zona rural;
- planejar, executar e avaliar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do município por meio do fomento e expansão de atividades econômicas e sociais nas áreas da indústria, comércio e serviços;
- coordenação e execução dos serviços administrativos da Secretaria, atribuindo, delegando, supervisionando, suspendendo e remanejando tarefas aos servidores, elaborando escalas e determinando horários de trabalho;
- controle e coordenação dos veículos e equipamentos da Pasta, inclusive no que se refere a conservação e manutenção;
- coordenação da gestão de pessoal da pasta;

DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

- Assessorar o Prefeito Municipal e o Secretário da Pasta na elaboração da política de preservação ambiental de competência municipal com a definição de prioridades e programas de ação municipal no que diz respeito ao Meio Ambiente;
- Coordenar de forma sincronizada com órgãos regionais, estaduais e federais os trabalhos de pesquisa e diagnóstico sócio-ambiental do Município, visando gerar subsídios necessários para criação de uma política ambiental municipal e regional;
- Acompanhar os trabalhos de licenciamento ambiental nos limites das atribuições municipais;
- Monitorar a atuação e os estudos municipais quanto a disposição final de resíduos sólidos, domésticos e hospitalares e drenagem de águas pluviais;
- Acompanhar os estudos e projetos de expansão da rede coletora de esgotos, definindo áreas apropriadas e localização de estações de tratamento;
- Acompanhar a fiscalização e controlar as ações municipais com interferência direta ou indireta quanto a estabilidade ambiental da região;
- Monitorar e assessorar na promoção de ações quanto aos rios e as nascentes do Município, objetivando evitar erosão e assoreamento dos mesmos;
- Dirigir o controle da vegetação urbana (arborização) do Município;
- Assessorar na atuação direta para prevenção da degradação e da proteção de ecossistemas e biomas;
- Estar a disposição do Conselho Municipal de Meio Ambiente para desenvolvimento de ações na área;
- outras atividades correlatas;

ASSESSOR DE AGRICULTURA, AGROPECUÁRIA E DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E INDUSTRIAL

- coordenar programas de apoio e incentivo a agricultura e agropecuária;
- supervisionar as tarefas operativas decorrentes do programa municipal de fomento ao desenvolvimento do setor agrícola do Município;
- Acompanhar o fluxo de recebimento de informações e reclamações de agricultores, controlando seu andamento e acelerando as providências reclamadas;
- organizar o atendimento ao público da Pasta;
- prestar assistência a agricultores já instalados ou que desejem instalar ou ampliar negócios nas áreas de agricultura e agropecuária no Município;
- organizar a nível municipal feiras e exposições agropecuárias;
- auxílio na promoção de medidas visando a educação e a defesa sanitária animal e vegetal;
- assessoria na promoção em âmbito municipal do cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, a extensão rural, a integração agroindustrial e outras formas de organização do produtor e da produção;
- assessorar no incentivo a industrialização, a conservação e a comercialização de produtos agropecuários;
- assessorar a implementação das ações públicas municipais no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades da indústria, comércio e serviços;
- assessorar o Secretário da Pasta na definição de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade empresarial e industrial;
- acompanhar e sugerir em relação aos dados e estatísticas quanto ao movimento e crescimento econômico do Município;
- manter contatos com a classe de comerciantes e industriários, procurando discutir a modernização do setor e solucionar os problemas apresentados;
- prestar assistência a comerciantes e a empresários que desejem instalar ou ampliar negócios no Município;
- outras atividades correlatas.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

DENOMINAÇÃO CARGO	ATRIBUIÇÕES
SECRETARIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> - coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, observando as propostas das conferências municipais e as deliberações e competências do CMAS; - definir as condições e o modo de acesso aos direitos relativos à assistência social, visando a sua universalização dentre todos os que necessitem de proteção social; - participação em eventos institucionais para divulgação das ações municipais e/ou para atualização quanto a legislação e programas na área de assistência social e habitação; - formular diretrizes e participar das definições sobre o financiamento e orçamento da assistência social, assim como acompanhar e avaliar a gestão do Fundo Municipal de Assistência Social; - atuar no âmbito das políticas socioeconômicas setoriais com vistas à integração das políticas sociais para o atendimento das demandas de proteção social; - implementar o sistema de informação de assistência social com vistas ao planejamento e controle das ações e avaliação dos resultados da Política Municipal de Assistência Social; - estabelecer diretrizes para a prestação de serviços socioassistenciais e regular as relações entre as entidades e organizações não governamentais; - formular política para a formação sistemática e continuada de recursos humanos no campo da assistência social; - coordenar e manter atualizado o sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social; - acompanhar e avaliar a execução de programas e projetos financiados com recursos do FMAS; - intermediar e representar o Município junto aos sistemas de Assistência Social e Habitação em âmbito regional, estadual e nacional; - desenvolvimento e atualização do Plano Municipal de Assistência Social; - coordenação da gestão de pessoal da pasta; - outras atividades correlatas.

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, HUMANO E DE PROGRAMAS SOCIAIS E HABITAÇÃO

- elaboração, coordenação, implantação, acompanhamento e avaliação de programas e projetos habitacionais do Município, conforme diretrizes e políticas do Governo Municipal;
- direção de projetos, planos de ações e de serviços administrativos, financeiros e técnicos em geral para fins de melhoramento dos programas sociais no Município;
- Desenvolver a execução de campanhas, projetos, programas e política de divulgação dos serviços desenvolvidos e a disposição dos munícipes;
- responsabilidade pelo recebimento, destinação e manutenção de correspondências e documentos relacionados a Pasta;
- determinar e coordenar a elaboração de ofícios, memorandos e demais documentos administrativos inerentes;
- Prestar assessoria direta aos seus superiores hierárquicos;
- Prestar informações ao público sobre assuntos atinentes às ações do setor programas sociais e de habitação;
- assessorar no desenvolvimento de estudos e pesquisas para fundamentar as análises de necessidades e formulação de proposições para a área da habitação;
- acompanhar e controlar a tramitação de documentos e procedimentos relacionados à captação de recursos e concessão de benefícios na área social e de habitação;
- monitorar e acompanhar a captação e a destinação de recursos na área;
- efetuar uma adequada captação de recursos externos junto a entidades de cooperação técnica e financeira das esferas estadual e federal, aproveitando a disponibilidade de linhas de crédito para a viabilização dos planos, programas e projetos de interesse municipal de habitação;
- atender e prestar esclarecimentos aos interessados quando aos projetos na área de assistência social e da habitação;
- outras atividades que lhe forem atribuídas;

LEI Nº 1.654 DE 30 DE OUTUBRO DE 2.019

Publicação Nº 2219408

LEI Nº 1.654 DE 30 DE OUTUBRO DE 2.019.

Institui a gratificação mensal para os membros da comissão de licitações, pregoeiro e equipe de apoio do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE AURORA-SC, por seus representantes legais, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída gratificação por exercício da função de membros de Comissão Municipal de Licitações, Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio do Pregão.

§ 1º: A gratificação será concedida ao servidor efetivo que, sem prejuízo do exercício das funções do seu cargo de origem, exercer a função de membro de Comissão de Licitações, Pregoeiro ou membro da equipe de apoio do Pregão, conforme atribuições previstas nas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

§ 2º: Também fará jus a gratificação estabelecida nesta Lei o servidor ocupante de cargo em comissão que venha a exercer qualquer das funções previstas no caput e desde que observado o art. 51 da Lei 8.666/1993.

Art. 2º O valor da Gratificação mensal a ser concedida ao servidor designado para cumprir mandato de Pregoeiro, Membro Titular da Comissão de Licitações e Membro da Equipe de Apoio ao Pregoeiro será o seguinte:

I - Presidente da Comissão de Licitações e Pregoeiro: 06 (seis) UFM;

II - Membro Titular da Comissão de Licitações: 03 (três) UFM;

III - Membro da Equipe de Apoio aos Pregoeiros: 03 (três) UFM.

§ 1º Caso o servidor seja nomeado ou designado simultaneamente como Pregoeiro Titular, Presidente de Comissão, Membro de Equipe de Apoio ao Pregoeiro ou Membro Titular de Comissão de Licitações, deverá optar, expressamente, sob qual atividade pretende perceber a Gratificação referida na presente Lei, ficando vedada à percepção cumulativa da gratificação pela participação em mais de uma comissão ou equipe.

§ 2º O valor da gratificação será pago ao servidor com direito juntamente com a remuneração e será lançado sob a rubrica "gratificação comissão licitação".

§ 3º O valor da gratificação será reajustado anualmente conforme a Unidade Fiscal do Município.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento geral do Município.

Art. 4º Compete ao Presidente da Comissão de Licitações e ao Pregoeiro Titular informar, mensalmente, ao Secretário Municipal de Administração e ao Secretário Municipal de Finanças, a participação efetiva dos respectivos servidores nas atividades e o cumprimento dos prazos definidos para a conclusão dos trabalhos relativos às comissões, com vistas à atribuição do valor da Gratificação a ser consignada em folha

de pagamento mensal.

Art. 5º O servidor nomeado como suplente da Comissão de Licitações ou de equipe de apoio ao Pregoeiro, quando designado para substituir seu respectivo titular fará jus a Gratificação proporcionalmente aos dias em que for nomeado para a substituição.

§ 1º O servidor efetivo somente fará jus a percepção da gratificação quando em efetivo exercício da função e não terá direito a percepção da gratificação pelo prazo de seu afastamento por qualquer motivo, como férias, licença-prêmio, licença para tratamento da saúde e outros.

§ 2º Esta gratificação não terá incidência na remuneração de férias, atestados, 13º salário, licença prêmio e 1/3 de férias.

Art. 6º A gratificação disciplinada nesta Lei não será incorporada ao vencimento do servidor em nenhuma hipótese, nem tampouco incidirá nenhuma contribuição previdenciária.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Aurora, 30 de outubro de 2019.

ALEXSANDRO KOHL

Prefeito Municipal

Balneário Gaivota

PREFEITURA

DECRETO 075/2019

Publicação Nº 2219577

DECRETO Nº 075, De 07 De novembro de 2019

CORRIGE O VALOR DA UFM – UNIDADE FISCAL MONETÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso V e VII, do artigo 58, da lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei Municipal nº 073 de 23 de dezembro de 1997.

Considerando a variação anual do índice IGP-M da fundação Getúlio Vargas, expressa no período de novembro de 2018 a outubro de 2019. DECRETA:

Art. 1º - Fica corrigido monetariamente o valor da UFM – Unidade Fiscal Monetária de Balneário Gaivota, no percentual de 3,15%, decorrente da variação monetária expressada pelo Índice Geral de Preços – IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, referente ao período de novembro de 2018 à outubro de 2019, passando o valor de referência da mesma para R\$ 3,2611 (três reais, dois mil seiscentos e onze milésimos de centavo).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 07 de novembro de 2019.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Jeferson Raupp

Secretario de Administração e Finanças

DECRETO 076/2019

Publicação Nº 2219578

DECRETO Nº 076, De 07 De NOVEMBRO de 2019.

NOMEIA REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO GAIVOTA PARA COMPOR O PROGRAMA DE SISTEMA ALTERNATIVO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – SALTA Z, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 58 da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Ofício Circular nº 9/SESAM-SC, da Fundação Nacional de Saúde divulgou o resultado final dos municípios contemplados para receber o Projeto Salta-Z, na qual se encontra o município de Balneário Gaivota;

Considerando à parceria entre a FUNASA e o Município de Balneário Gaivota por meio do Acordo de Cooperação Técnica – ACT, que visa fomentar o controle da qualidade da água para consumo humano através de doação da solução alternativa coletiva simplificada de tratamento e abastecimento de água potável – SALTA-Z, em pequenas comunidades;

Considerando que Ofício Circular 10/SESAM-SC, da Fundação Nacional de Saúde estabeleceu que cabe ao município garantir e assegurar a participação de técnicos do município e de representantes de comunidades a serem beneficiadas, nos cursos de capacitação promovidos pela FUNASA.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes representantes do Município de Balneário Gaivota para compor o programa de Sistema Alternativo de Tratamento de Água – SALTA Z:

Secretaria de Saúde:

José Luiz de Oliveira Lentz;

Secretaria de Obras:

Marcio Silva Batista;

Secretaria de Educação:

Etel Martins Oliveira;

Eliane Boselli;

Secretaria de Agricultura, Pesca e Meio Ambiente:

Daniel Barbosa Santos;

Departamento de Projetos:

Carlos Cabreira Gomes;

Secretaria de Administração e Finanças:

Jeferson Raupp;

Departamento de Vigilância Sanitária:

Taise Serafim Godinho Raupp;

Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:

João Stuart Gomes;

Representante da comunidade Escolar (Escola Albino Bernardino de Melo):

Maria Aparecida Rodrigues;

Gaivota Saneamento:

Samuel Bernardo da luz.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Gaivota, 07 de novembro de 2019.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado na Secretaria de Administração e Finanças na data supracitada.

Jeferson Raupp

Secretario de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO

Publicação Nº 2219314

Prefeitura Municipal de Balneário Gaivota

Extrato de Contrato

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 170/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Aline cândida Brasil da Cunha

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Ensino de Educação, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 749,67

Vigência: 22/10/2019 a 13/12/2019.

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 171/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Denise Sueli Tomasson da Cunha

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Ensino de Educação, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.124,50

Vigência: 22/10/2019 a 20/12/2020.

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 172/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Maria Camila Rodrigues da Silva

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Ensino de Educação, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 1.124,50

Vigência: 23/10/2019 a 20/12/2020.

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 173/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Rosiléia Vuollo Torassi

Objeto: Desempenho das funções de Auxiliar de Ensino de Educação, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 749,67

Vigência: 24/10/2019 a 13/12/2020.

Contrato Administrativo de Serviço Temporário nº 174/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Bal. Gaivota

Contratado: Diana Nascimento Cordeiro Godinho

Objeto: Desempenho das funções de Professor, com a Secretaria de Educação, Conforme autorização contida na Lei Municipal nº 693/2010

Valor do vencimento mensal: R\$ 2.842,46

Vigência: 29/10/2019 a 01/12/2020.

PORTARIA 197/2019

Publicação Nº 2219574

PORTARIA Nº 197, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

INSTAURA O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALNEÁRIO GAIVOTA usando da competência privativa que lhe confere o inciso V do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o a Lei nº 1.023/2019.

CONSIDERANDO, que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

CONSIDERANDO, o requerimento protocolado pela empresa Imobiliária Village Dunas Ltda (número de protocolo 778), na qual solicita análise de todos os débitos tributários municipais oriundos do cadastro municipal em nome da empresa;

CONSIDERANDO, que atualmente, o Município de Balneário Gaivota possui 6 (seis) mil Ações de Execução Fiscal em andamento;

CONSIDERANDO, que uma solução na esfera Administrativa é benéfica tanto para a Administração Pública quanto para o contribuinte, bem como para o Poder Judiciário, já tão sobrecarregado;

CONSIDERANDO, que a Procuradoria Jurídica do Município de Balneário Gaivota já vem realizando levantamentos e estudos da dívida ativa dos contribuintes municipais;

CONSIDERANDO, que o artigo 5º, da Lei Municipal nº 1.023/2019 (regula o processo administrativo no âmbito da administração pública municipal), estabelece que "o processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado";

CONSIDERANDO, que o requerimento inicial do interessado está formulado em consonância com as formalidades presentes no artigo 6º, da Lei Municipal nº 1.023/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a Instauração de Processo Administrativo, registrado sob o nº 004/2019, com o fito de apurar os cadastros, lançamentos tributários, dívida ativa, Ações de Execução Fiscal, decadências e prescrições, com a finalidade de apontar o montante da dívida da empresa Imobiliária Village Dunas Ltda.

Art. 2º - Fica designado o Procurador-Geral do Município, Senhor Gabriel Henrique Sebastião Lhemann para supervisionar, delegar atribuições, requerer documentos, bem como qualquer ato ou diligência no sentido de dar fiel cumprimento aos trabalhos necessários para consecução do presente Processo Administrativo.

Art. 3º - Fixa o prazo de 30 (trinta) dias úteis para a conclusão dos trabalhos, contados a partir da publicação da presente Portaria

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 07 de novembro de 2019.

Ronaldo Pereira da Silva

Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

Jeferson Raupp
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 198/2019

Publicação Nº 2219575

PORTARIA N. 198, De 07 De NOVEMBRO de 2019.

NOMEIA SERVIDORES APROVADOS PELO PROCESSO SELETIVO EDITAL N. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeadas em caráter temporário as candidatas aprovadas no Processo Seletivo Edital nº 001/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Odontólogo	40 horas	Kassia Justo Coelho

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 07 de Novembro de 2019.
RONALDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

jeferson raupp
Secretario de Administração e Finanças

PORTARIA 199/2019

Publicação Nº 2219576

PORTARIA N. 199 De 07 De NOVEMBRO de 2019.

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO EDITAL N. 001/2018.

O Prefeito Municipal de Balneário Gaivota, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso IX do artigo 58 da Lei Orgânica Municipal combinado com as Leis nº 045/1997 e nº 341/2003 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2018, no cargo abaixo discriminado:

Cargo	Carga Horária	Nome
Auxiliar Administrativo	40 horas	Elenice Pereira dos Santos

Art. 2º A posse deverá ser feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias de acordo com o Art. 16, § 1º, incisos I e II da Lei 045 de 24 de julho de 1997.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Gaivota, 07 de Novembro de 2019.
RONALDO PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria de Administração e Finanças na data supra.

jeferson raupp
Secretario de Administração e Finanças

Balneário Piçarras

PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2019 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2019 – PMBP

Publicação Nº 2219791

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2019 – PMBP

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 – PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço Global, para contratação de empresa especializada para realização de edificação e requalificação da estrutura física do ginásio Aurélio Solano de Macedo situado na rua 200/Antônio Martinho Teles s/nº, Centro, Balneário Piçarras, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital. O valor para a execução total do objeto a que se refere o presente Edital será de R\$ 160.584,51 (cento e sessenta mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e um centavos). Data/horário recebimento envelopes: 09 (nove) horas do dia 26 de novembro de 2019. Data/horário abertura envelopes: 09 (nove) horas do dia 26 de novembro de 2019, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 07 de novembro de 2019. Fernando Manoel Santos - Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2019 – PMBP TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 – PMBP

Publicação Nº 2220032

PUBLICAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2019 – PMBP

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019 – PMBP

O Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público que fará realizar Tomada de Preços, mediante licitação Tipo Menor Preço por Lote, para contratação de empresas especializadas para a realização de impermeabilização do telhado e instalação de piso modular ginásio Aurélio Solano de Macedo situado na rua 200/ Antônio Martinho Teles s/nº, centro Balneário Piçarras com fornecimento do material, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital. O valor para a execução total do objeto a que se refere o presente Edital será de R\$ 194.310,01 (cento e noventa e quatro mil, trezentos e dez reais e um centavo). Data/horário recebimento envelopes: 14 (quatorze) horas do dia 26 de novembro de 2019. Data/horário abertura envelopes: 14 (quatorze) horas do dia 26 de novembro de 2019, na sede da Prefeitura, localizada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro. O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, no endereço supra, no horário das 8 às 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicarras.atende.net. Balneário Piçarras/SC, 07 de novembro de 2019. Fernando Manoel Santos - Secretário Municipal de Esportes e Lazer.

TERMO DE ADVERTÊNCIA BOZZANO

Publicação Nº 2220227

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 023/2018-006, em desfavor da Empresa BOZZANO E BOZZANO LTDA. ME.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 019/2019-PAD de 06/11/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

“Diante disso, pelo motivo da empresa ter cumprido parcialmente com o dispositivo do Edital e ainda pelo fato da inércia não ter acarretado prejuízos ao Erário, esta Comissão, SUGERE pela aplicação de advertência por escrito, prevista no inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 053/2019, de 07/11/2019, a Empresa em questão deverá ser advertida formalmente PELA Procuradoria Jurídica.

Balneário Piçarras (SC), 07 de novembro de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária de Fazenda

TERMO DE ADVERTÊNCIA ZEROS

Publicação Nº 2220233

PARECER ADMINISTRATIVO

REQUERENTE: DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 23/2018-FME

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018-FME

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 023/2018-005, em desfavor da Empresa ZERO 5 DISTRIBUIDORA EIRELI.

Em atendimento ao Processo Administrativo acima evidenciado e diante o exposto no Parecer Conclusivo nº 018/2019-PAD de 06/11/2019, somos pela CONCORDÂNCIA TOTAL do Parecer, que diz textualmente em seu final:

"Diante disso, pelo motivo da empresa ter cumprido parcialmente com o dispositivo do Edital e ainda pelo fato da inércia não ter acarretado prejuízos ao Erário, esta Comissão, SUGERE pela aplicação de advertência por escrito, prevista no inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93.

Corroborando com a decisão da Comissão do PAD e também o comunicado nossa Pregoeira em seu Memorando nº 053/2019, de 07/11/2019, a Empresa em questão deverá ser advertida formalmente PELA Procuradoria Jurídica.

Balneário Piçarras (SC), 07 de novembro de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária de Fazenda

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/FMS/2019

Publicação Nº 2220118

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/FMS/2019.

Tipo: MENOR PREÇO por item

Data e horário da sessão de abertura: 25/11/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de 02 (dois) Veículos 0km do tipo "Popular e Utilitário" e 01 (uma) motocicleta, para uso do Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão/SC., conforme especificações previstas no Termo de Referência e Minuta Contratual em Anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 07 de Novembro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 083/PMBR/2019

Publicação Nº 2220278

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE TURISMO ESPORTE E CULTURA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 083/PMBR/2019.

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM.

Data e horário da sessão de abertura: 22/11/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Registro de Preços para futuras contratações de estruturas, a serem utilizados em diversos eventos promovidos/realizados pelo Município de Balneário Rincão/SC, durante 12 (doze) meses, de acordo com as especificações deste edital e seus anexos.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 07 de Novembro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/PMBR/2019

Publicação Nº 2220456

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 084/PMBR/2019

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 27/11/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneário Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC.
Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de equipamentos de impressão e fornecimento de serviços que compreenda a instalação de impressoras multifuncionais, software para gerenciamento, monitoramento e controle de processos envolvidos com a impressão de documentos além de todos os consumíveis, toda a manutenção e reparo necessário para o pleno funcionamento dos equipamentos e serviços, exceto papel, nas unidades de atendimento da Prefeitura Municipal de Balneário Rincão e Fundo Municipal de Saúde.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00

as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 07 de Novembro de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira.

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 017/SAMAE/2019

Publicação Nº 2219938

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 017/SAMAE/2019

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL

Data e horário da sessão de abertura: 26/11/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de implantação de galerias pluviais com tubos de concreto armado, nos trechos 01 até 04 (Vide Projeto), numa extensão de 303m, no canal localizado ao longo da Rua 04, no Bairro Barra velha, e das Ruas Henrique Lage e Castro Alves, numa extensão de 731,10m, no Centro do Município de Balneário Rincão/SC".

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 07 de Novembro de 2019.

ADROALDO FARACO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

(assinado no original)

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2019

Publicação Nº 2219650

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2019

Considerando a imperiosa necessidade da aquisição pelo Município do veículo estipulado na forma prevista pelo instrumento convocatório preambular e suas respectivas alterações;

Considerando que não houve Publicação Legal do certame em voga.

A Pregoeira, no uso das atribuições legais que lhes são conferidas, torna público que:

1. A Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/SAMAE/2019, cujo objeto é o contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de um veículo (OK), tipo pick-up, cabine simples, para uso do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, com abertura programada para o dia 11/11/2019, às 14h00min horas, SERÁ REABERTA NO DIA 21/11/2019 as 14h00min, até às 13h45min, serão recebidos os envelopes de habilitação e Propostas, e dado início ao certame, uma vez que para a licitação inicialmente programada, não houve teve sua publicação legalmente oficializada.

2. Esclarece-se, ainda, que ficam mantidas todas as condições e exigências estabelecidas no edital supracitado.

Balneário Rincão, 07 de Novembro de 2019.

GISELE FERREIRA

PREGOEIRA

DECRETO Nº 109/2019

Publicação Nº 2220196

Decreto nº 109, de 01 de novembro de 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO RECURSO SUS/ESTADO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 104.200,00 (cento e quatro mil e duzentos reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	03.01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	10	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	6067	Superávit Transf. do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado
PROJETO/ATIVIDADE	2.042	Manutenção dos Programas da Saúde - Estado
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

Valor: R\$ 104.200,00 (cento e quatro mil e duzentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o Superávit Transf. do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado apurado no exercício de 2018 no valor de R\$ 104.200,00 (cento e quatro mil e duzentos reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei Municipal nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 01 de Novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de Novembro de 2019.

RAMIRES LINO

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL DE MATRICULA Nº 02/2019 - PARA VAGAS EM CRECHE CEI SONHO INFANTIL E CEI PEIXINHO DOURADO

Publicação Nº 2219646

EDITAL DE MATRICULA Nº 02/2019 - PARA VAGAS EM CRECHE
CEI SONHO INFANTIL e CEI PEIXINHO DOURADO
Calendário Escolar 2020

O Município de Balneário Rincão por intermédio da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social, no uso de suas atribuições, torna público e de conhecimento dos interessados que mediante o presente Edital, estabelece as diretrizes do processo de inscrições e matrícula para o atendimento às crianças, no berçário, em observância as legislações pertinentes aos assuntos, quais sejam: Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Plano Municipal de Educação – PME e Estatuto da Criança e Adolescente – ECA.

As inscrições para o berçário serão realizadas nas seguintes unidades de educação:

- ✓ CEI Peixinho Dourado, localizado no Centro;
- ✓ CEI Sonho Infantil localizada no Bairro Pedreiras.

Art. 1º- Para a realização da matrícula, as famílias deverão participar primeiramente do PROCESSO DE INSCRIÇÃO.

I – Data para inscrições: 11/11/2019 a 29/11/2019;

II – Local: CEI Sonho Infantil – Bairro Pedreiras;

CEI Peixinho Dourado - Bairro Centro

III – Horário: das 8h30 min às 11h e das 13h30min às 16h

IV - A inscrição no processo não garante a vaga.

Art. 2º - O interessado deverá ler na íntegra este Edital, e ciente das regras aqui dispostas, não podendo alegar desconhecimento das normas.

Art. 3º - O processo de inscrição para a vaga será realizado no Centro de Educação Infantil, Sonho Infantil localizado no Bairro Pedreiras ou conforme o caso no CEI Peixinho Dourado no Centro, neste Município.

§1º - As vagas disponíveis, serão de acordo com a capacidade de atendimento da Unidade de Ensino, a fim de assegurar a qualidade da educação:

CEI	Bairro	Idade	turma	Nº de vagas Integrais
CEI Peixinho Dourado	Centro	1ano a 2anos e 6 meses	02	26
		2anos e 7 meses a 3 anos e 11 meses	02	26

Obs. As vagas para o berçário do CEI Sonho Infantil, serão publicadas após encerradas as matrículas, ou seja, após 14/11/2019, no mesmo local de publicação deste edital.

§2º - A criança deverá ter idade mínima de 1ano a 03 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias completos até 31/03/2020.

§3º - A criança deverá obrigatoriamente residir no Município de Balneário Rincão.

§4º - Para efetuar a inscrição o pai/mãe ou responsável deverá dirigir-se ao Centro de Educação Infantil com as cópias da documentação listadas abaixo:

I - 02 fotos 3X4 da criança;

II - Certidão de Nascimento, *Carteira de Identidade e *CPF da criança.

*Ressaltamos a necessidade destes documentos devido às exigências de preenchimento do sistema online de Gestão Escolar e Censo Escolar;

III - Cartão do SUS e Declaração da Unidade de Saúde de que a vacina da criança está atualizada. Caso a criança não possa ser vacinada, trazer o atestado médico com a justificativa;

IV - Carteira de identidade e CPF dos pais ou responsáveis, certidão de casamento ou união estável;

V- Comprovante de renda bruta de todos os integrantes da família da criança que moram na mesma residência (todos os tipos de recebimentos percebidos pelo grupo familiar: aposentado, pensionista, estágio, seguro desemprego, auxílio doença e pensão alimentícia, no ato da matrícula). No caso de trabalhador autônomo, apresentar declaração do imposto de renda e comprovante de contribuição do INSS registrados em cartório, conforme Modelo Anexo XI;

VI - Declaração emitida pelo empregador ou setor pessoal da empresa ou chefe imediato, constando o horário de efetivo trabalho. Caso o empregador não possua o comprovante de declaração, apresentar o documento conforme Modelo Anexo X, registrado em Cartório. O trabalhador autônomo também deverá apresentar essa declaração registrada em cartório;

VII - Caso algum integrante da família da criança (exceto pais ou responsável) não esteja trabalhando ou não possua nenhuma renda, apresentar Declaração registrada em cartório "Não exerce função remunerada", conforme Modelo Anexo II;

VIII- Certidão de óbito do pai ou mãe, quando for o caso;

IX- Comprovante de residência dos pais ou responsáveis legais, atualizado até 03 (três) meses anteriores a inscrição (fatura de água, energia elétrica ou telefone). Caso o comprovante de residência não esteja no nome de um dos membros da família, apresentar Declaração registrada em cartório do proprietário da residência, conforme Modelo Anexo I;

X- Apresentação do protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras;

XI- Apresentação de declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis legais;

XII- Certidão de Casamento ou de União Estável ou outro documento que comprove a união do casal. No caso de não possuir um desses documentos, deverá ser apresentada Declaração de União Estável ou Declaração Negativa de União Estável (para quem for solteiro), conforme Modelos Anexos VII e VIII.

XIII- Em caso de separação ou divórcio, apresentar a averbação que comprove a situação. Caso não possuir esse documento, apresentar Declaração de separação de fato, conforme Modelo Anexo IX, registrado em cartório;

XIV- Atestado Médico ou de Nutricionista sobre a necessidade de alimentação especial (intolerância à lactose, alergia à proteína do leite, alergia ao glúten, diabetes e outros).

Parágrafo único. Será de exclusiva responsabilidade dos pais e/ou responsáveis legais pela criança, as informações prestadas, sendo que se houver fraudes, falsificação, omissão, adulteração de documentos ou infração de qualquer item do presente Edital, caracteriza crime e a comissão de matrícula suspenderá a matrícula.

Art. 4º - As denúncias deverão ser encaminhadas para a comissão de matrícula do respectivo Centro de Educação Infantil e caso for comprovada a irregularidade, será suspensa a vaga.

Art. 5º O resultado da classificação do processo para as vagas, serão divulgados a partir do dia 04/12/2019, no respectivo Centro de Educação Infantil onde foi realizada a inscrição da criança. 05 e 06 de dezembro de 2019, realização das matrículas para os que ficarem dentro das vagas.

Art. 6º - Os critérios estabelecidos para a classificação serão:

I - Crianças em vulnerabilidade e risco social encaminhadas pela Secretaria de Assistência Social, Habitação, Trabalho e Renda por meio de Parecer Social, Ministério Público e Vara da Infância e Juventude da Comarca de Balneário Rincão;

II - Pais ou responsáveis legais da criança, que possuam jornada de trabalho de 08 horas diárias, sendo o critério de desempate a menor renda per capita (renda por pessoa);

III - Ordem de chegada.

Art. 7º - Quando a criança não possuir certidão de nascimento e/ou carteira de identidade e/ou CPF e/ou cartão de vacina e/ou visto de permanência (caso seja estrangeira), a inscrição, a classificação e a matrícula serão inviabilizadas. A Direção do Centro de Educação Infantil deverá comunicar aos responsáveis pela criança que procurem os órgãos competentes para emissão. Os casos omissos serão avaliados pela comissão de matrícula.

Art. 8º - A classificação será realizada por Comissão instituída que terá a seguinte composição:

I - Diretor do Centro de Educação Infantil;

II - 01 representante da APP do Centro de Educação Infantil;

III - 01 professor Efetivo do respectivo Centro de Educação Infantil;

IV- 01 Assistente Social da Secretaria de Educação e Assistência Social;

V- 01 Membro do Conselho Municipal de Educação.

§1º Compete à comissão de matrícula:

I – Zelar pela transparência do processo;

II – Garantir o sigilo das informações pessoais da criança;

III – Analisar os documentos entregues pelos responsáveis legais;

IV – Deferir/indeferir as matrículas das crianças conforme os critérios estabelecidos neste Edital;

V – Solicitar aos responsáveis legais, esclarecimentos ou documentos que complementem a análise do processo;

VI – Receber denúncias sobre irregularidades a respeito das vagas e investigar a veracidade dos fatos, possuindo autoridade de indeferir as mesmas;

VII – Registrar em livro ata todo o processo de análise da documentação, assim como, registrar as crianças selecionadas para a matrícula integral e as que serão registradas na lista de espera.

Art.9º - No surgimento de novas vagas, respeitada a lista de classificação, o responsável pelo processo de matrícula no Centro de Educação Infantil fará contato com a família, via telefone, por 03 (três) dias úteis consecutivos e em turnos diferentes. Na impossibilidade de contato a criança sairá da lista de classificação e será chamada a próxima criança classificada.

Parágrafo único. Cabe a família contatar o Centro de Educação Infantil para informar a mudança dos telefones de contato e endereço.

Art.10 – No ano letivo de 2020 a criança que, sem justificativa dos pais ou responsáveis, ficar ausente por 05 (cinco) dias consecutivos, perderá a vaga integral.

Art. 11 - Será permitido o afastamento da criança, desde haja justificativa plausível por escrito.

Art. 12 - É de responsabilidade da comissão de matrícula fazer cumprir este Edital.

Art. 13 – Os Pais/Responsáveis que tiverem crianças matriculadas no período integral, deverão obrigatoriamente atualizar das informações da empregabilidade, sempre que for solicitado pela direção da escola. Caso seja identificado irregularidades, será cancelada a vaga integral.

Art.14 - A matrícula para os que ficaram dentro das vagas no processo de inscrição, deverá ser confirmada nos dias 05 e 06 de dezembro, pelos pais ou responsáveis, sob pena de desclassificação na vaga, que será repassada ao próximo da lista.

Art. 15 – PREVISÃO DO INICIO DAS AULAS FEVEREIRO DE 2020.

Art.16– Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Balneário Rincão (SC), 05 de novembro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTODIO

Prefeito de Balneário Rincão

Bandeirante

PREFEITURA

EDITAL Nº 24_2019 DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2220052

EDITAL DE CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA Nº 24/2019

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA O CONCURSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BANDEIRANTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

CELSO BIEGELMEIER, Prefeito Municipal de Bandeirante – SC no uso de suas atribuições legais faz saber que abrirá inscrições para o concurso de ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA no período compreendido entre 08/11/2019 à 22/11/2019, visando o preenchimento de VAGA no Sistema Municipal de Educação do Município de Bandeirante, na Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme disposições do presente Edital.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso de Alteração de Carga Horária destina-se aos servidores efetivos integrantes do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o § 6º do Art. 10 da Lei Complementar nº 1093/2014 de 19 de Dezembro de 2014.

1.2 É vedada a participação no concurso de Alteração de Carga Horária o professor que estiver:

I – em estágio probatório;

II – em licença sem vencimento;

III- readaptado temporariamente ou definitivamente;

IV – em disposição funcional;

V- ter sofrido pena disciplinar;

VI – cumprido pena decorrente de processo administrativo;

VII – respondendo a processo por abandono de cargo;

VIII- em processo de aposentadoria;

IX – legalmente afastado de suas funções;

X- a menos de 5 (cinco) anos de aposentadoria compulsória, por idade.

CAPITULO II

DAS INSCRIÇÕES

2.1 Poderão se inscrever os servidores detentores de cargo efetivo, interessados em Alterar Carga Horária, havendo a existência da vaga.

2.2 As inscrições acontecem de 08/11/2019 à 22/11/2019, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h, junto a Secretaria Municipal de Educação, sito na Avenida Santo Antonio, 1069, centro de Bandeirante.

2.3 Os interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Educação com cópia da seguinte documentação:

2.3.1 Carteira de Identidade;

2.3.2 CPF;

2.3.3 Diploma da Habilitação Profissional;

2.3.4 Portaria de Nomeação;

2.3.5 Certidão de Tempo de Serviço.

CAPITULO III

DA CLASSIFICAÇÃO

3.1 A classificação para Alteração de Carga Horária dar-se-á:

3.1.1 De acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 1093/2014 de 19 de Dezembro de 2014, Art. 10, [...] § 7º, inciso I, II, III, IV e V, ou seja:

“§ 7º A alteração da carga horária dar-se-á a qualquer tempo, quando da comprovação da existência de vaga na área específica, por meio de ato do Chefe do Poder Executivo, observando os seguintes critérios:

I – pela ordem em concurso público o qual foi aprovado;

II – no caso de empate do inciso anterior, escolherá o docente com maior tempo de serviço na Rede Municipal de Ensino do Município de Bandeirante;

III- persistindo o empate terão preferência de escolha os docentes com maior tempo de serviço exercido na área específica para a qual foram concursados;

IV – persistindo o empate nos incisos anteriores, escolherá o docente com maior tempo de serviço na Educação;

V – sorteio público.”

3.1.2 O Tempo de Serviço prestado ao Magistério Público Municipal de Bandeirante, será computado de acordo com a Certidão de Tempo de Serviço emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bandeirante.

3.1.3 Não será computado como tempo de serviço o afastamento em virtude de:

3.1.3.1 licença para tratar de interesses particulares;

3.1.3.2 suspensão disciplinar;

3.1.3.3 outras licenças, sem remuneração, previstas na Lei;

3.2 É vedado o cômputo de tempo de serviço exercido de forma concomitante;

3.3 É de responsabilidade do interessado solicitar junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bandeirante a Certidão de Tempo de Serviço;

3.4 Para efeito de classificação será considerado o Tempo de serviço do servidor computado em anos, meses e dias.

CAPITULO IV**DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA**

- 4.1 O processo de Alteração de Carga Horária, dar-se-à na Secretaria Municipal de Educação, e terá início às 08:00h, do dia 26/11/2019.
- 4.2 É vedada a escolha de vagas mediante procuração.
- 4.3 O servidor que não estiver presente no ato da chamada, porém comparecer antes do término dos trabalhos, somente poderá efetuar a escolha após o último colocado da ordem de classificação.
- 4.4 A ausência do servidor no dia da escolha de vagas implicará na sua eliminação do concurso.
- 4.5 A escolha de vagas disponibilizadas no concurso obedecerá, rigorosamente, a classificação do servidor, observada no item 3.1

CAPITULO V**DA PUBLICAÇÃO**

- 5.1 O Resultado Preliminar será publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios, no dia 28/11/2019, a partir das 08:00horas.

CAPITULO VI**DOS RECURSOS**

- 6.1 Caberá recurso quanto ao resultado do concurso junto à Secretaria Municipal de Educação.

CAPITULO VII**DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO CONCURSO**

- 7.1 O resultado final do Concurso de Alteração de Carga Horária será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e divulgado no prazo de até dois dias úteis, após a divulgação do resultado preliminar.

CAPITULO VIII

- 8.2 Caberá à Secretaria Municipal de Educação a organização, o planejamento e a execução dos trabalhos relativos a este concurso;
- 8.3 Caberá ao Conselho Municipal de Educação analisar e julgar os recursos interpostos e deliberar sobre os casos omissos.
- 8.4 Os atos do Concurso de Alteração de Carga Horária serão publicados no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site do município, no endereço eletrônico www.bandeirante.sc.gov.br e entrarão em vigor a partir do inicio das atividades letivas do ano de 2020.
- 8.5 A alteração de carga horária persistirá enquanto da existência da vaga na área específica.
- 8.6 Este edital será publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios e no site do município na data de sua expedição.

CAPITULO IX**DAS VAGAS E CARGA HORÁRIA**

DISCIPLINA	NÚMERO DE VAGAS	HORAS
Professor de Educação Infantil	01	20h
Professor de Anos Iniciais	03	20h
Professor de Informática	01	20h
Orientadora Educacional	01	20h

Bandeirante, 08 de Novembro de 2019

Celso Biegelmeier
Prefeito Municipal

Marlei Oliboni Lamb
Secretária de Educação

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA NO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE BANDEIRANTE

1. Nome: _____
2. Cargo Efetivo: _____
3. Área de Atuação: _____
4. Data de Ingresso: _____
5. Carga Horária: _____
6. Período de Estágio Probatório: _____
7. Opção pela vaga de:
- () Professor de Educação Infantil
- () Professor de Anos Iniciais
- () Professor de Informática
- () Orientadora Educacional

8. Documentos apresentados

- () Certidão de Tempo de Serviço expedido pelo Setor de Recursos Humanos do Município de Bandeirante.
- () Diploma de Habilitação
- () Portaria de Nomeação
- () Carteira de identidade
- () CPF

Bandeirante-SC, _____ de Novembro de 2019.

Assinatura do Professor

Assinatura Resp. Inscrição

Barra Velha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 035 A 48/2019 FMS

Publicação Nº 2220534

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2019 – FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2019

Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor da Ata: R\$19.875,14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2019

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

DE LIMPEZA LTDA ME

Valor da Ata: R\$38.853,68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2019

Contratada: DISQUEMED COM.REP.PROD. MEDICOS LTDA-ME.

Valor da Ata: R\$5.889,28

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2019

Contratada: PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor da Ata: R\$109.573,30

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2019

Contratada: PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor da Ata: R\$120.600,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2019

Contratada: COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor da Ata: R\$825.900,36

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019

Contratada: OLIMED MAT.HOSPITALAR LTDA

Valor da Ata: R\$202.701,52

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2019

Contratada: OLIMEDIC IND E COMERCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA - EPP

Valor da Ata: R\$10.608,96

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2019

Contratada: LA DALLA PORTA JUNIOR

Valor da Ata: R\$21.184,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019

Contratada: MAYCON WILL EIRELI EPP

Valor da Ata: R\$3.098,05

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2019

Contratada: CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP

Valor da Ata: R\$68.855,94

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2019

Contratada: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Valor da Ata: R\$28.500,68

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2019

Contratada: V.L. FUZETI - COMERCIAL ME

Valor da Ata: R\$7.389,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2019

Contratada: - MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Valor da Ata: R\$23.617,73

Objeto Registro de Preços para Aquisição de materiais hospitalares para atendimento das UBS e Pronto Atendimento 24H, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor total: R\$1.486.647,64

Data de Assinatura: 21/10/2019

Data de Vencimento: 21/10/2020

Barra Velha, 21 de outubro de 2019.

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 087/2019 PMBV

Publicação Nº 2219694

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 093/2019 PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 063/2019 PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 087/2019-PMBV

Contratada: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação, montagem e desmontagem de estrutura e piso (tipo Deck), destinados a 6ª Edição do Porto literário, conforme especificações no Anexo I – Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$14.870,00 (quatorze mil, oitocentos e setenta reais).

Data de Assinatura: 01/11/2019

Data de Vencimento: 01/11/2020

Barra Velha, 01 de novembro de 2019

CARLOS EDUARDO ONOFRE

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 088/2019 PMBV

Publicação Nº 2219901

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 091/2019 PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2019 PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 088/2019-PMBV

Contratada: CLEBER C DE SOUZA EIRELI ME Objeto: Aquisição de ração premium adulto, para cães, visando cumprir requerimento do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, com provimento liminar, em ação civil pública, autos nº 006.14.001743-2, em relação à solução de problemas diagnosticados no Sítio Medeiros, onde situava-se a sede provisória da ONG APRABAVE, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$ R\$119.400,00 (cento e dezenove mil e quatrocentos reais).

Data de Assinatura: 01/11/2019

Data de Vencimento: 01/11/2020

Barra Velha, 01 de novembro de 2019

CLEBER C DE SOUZA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 089/2019 PMBV

Publicação Nº 2220470

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 083/2019 PMBV

PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2019 PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2019-PMBV

Contratada: V & H INDUSTRIA DE EMBALAGENS DE MADEIRA LTDA - ME Objeto: Aquisição de madeiras serradas de eucalipto e pinus para manutenção de espaços públicos no âmbito do município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$66.500,00 (sessenta e seis mil e quinhentos reais).

Data de Assinatura: 04/11/2019

Data de Vencimento: 04/11/2020

Barra Velha, 04 de novembro de 2019

SHEILA APARECIDA HESS LICHMANN

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

CONTRATO 018/2019

Publicação Nº 2220121

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Homologação e de Contrato nº 018/2019

Contratada: PREVENTI ENGENHARIA CONTRA INCENDIO LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 086/2019 TP nº 009/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos Sistemas Hidráulico Preventivo da Escola R.M.Prof. Maria Tusnelda Bernstorff, no Bairro: Vila Nova, em estrita observância ao Projeto Arquitetônico, Memorial Descritivo da Obra, Orçamentos e Cronograma Físico - Financeiro (sintético e analítico), partes integrantes deste Processo, mediante licitação Tipo Menor Preço Global.

Valor do Contrato: R\$94.592,51 (noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e dois reais e cinquenta e um centavos)

Data da assinatura: 04/11/2019

Data do vencimento: 04/02/2020

Barra Velha(SC), 04 de novembro de 2019.

ADELMIR MARSCHALK

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

DECRETOS 724 E 727

Publicação Nº 2219647

DECRETO N.º 724/2019, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1314/2018, de 21 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 158.812,55 (Cento e cinquenta e oito mil e oitocentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
03-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	8.812,55
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
116-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	100.000,00
117-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0723	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
Unidade Orçamentária	12.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
143-13.392.0006-2.018	2.018	Manutenção das atividades esportivas	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL GERAL	158.812,55		

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 158.812,55 (Cento e cinquenta e oito mil e oitocentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	02.00	GABINETE DO PREFEITO	
Unidade Orçamentária	02.01	GABINETE DO PREFEITO	
04-04.122.0002-2.002	2.002	Manutenção do Gabinete do Prefeito	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	8.812,55
ÓRGÃO	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
Unidade Orçamentária	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
146-15.452.0007-2.024	2.024	Manutenção de Ruas, Estradas, Praças, etc.	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0742	Aplicações Diretas	130.000,00
ÓRGÃO	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
Unidade Orçamentária	12.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
142-13.392.0006-2.018	2.018	Manutenção das atividades esportivas	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL GERAL	158.812,55		

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 22 de outubro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

ALFREDO CEZAR DREHER

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO N.º 727/2019, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ADELMO ALBERTI, Prefeito Municipal de Bela Vista do Toldo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado pela Lei Municipal n.º 1314/2018, de 21 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Bela Vista do Toldo – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07-08.244.0011-2.036	2.036	Manutenção e Ações do Fundo Municipal de Assistência Social	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
16-08.244.0011-2.037	2.037	Manutenção do Conselho Tutelar	
Dotação	3.1.90.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	6.000,00
TOTAL GERAL	36.000,00		

Art. 2º - Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular o valor de R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais), conforme abaixo especificado.

ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
08-08.244.0011-2.036	2.036	Manutenção e Ações do Fundo Municipal de Assistência Social	
Dotação	3.3.90.00.00.00.00.00.00.0857	Aplicações Diretas	30.000,00
ÓRGÃO	08.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade Orçamentária	08.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
18-08.244.0011-2.037	2.037	Manutenção do Conselho Tutelar	
Dotação	4.4.90.00.00.00.00.00.00.0700	Aplicações Diretas	6.000,00
TOTAL GERAL	36.000,00		

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bela Vista do Toldo - SC, 31 de outubro de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, na data supra.

ALFREDO CEZAR DREHER

Secretário de Administração e Fazenda

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2019

Publicação Nº 2220611

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2019

Objeto: o objeto de que trata prestação de serviços de acesso a internet link FULL 10 MBPS (IP público fixo, 10 MBPS-DW / 10 MBPS - UP, garantia de banda 100%), para o restante exercício de 2019, diversas unidades da administração municipal. Por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da lei nº 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 07 de novembro de 2019.

Genésio Bressani
Prefeito municipal

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA PREFEITURA OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2220613

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 1/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** GENTE SEGURADORA SA**CNPJ:** 90.180.605/0001-02**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2019**Número do Processo:** 44/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 01/2019-50/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA FROTA DA MUNICIPALIDADE, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 01/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 01/10/2019 a 09/04/2020**Programa de Trabalho:** 09.01 08.122.0003 2.029.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.250,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 DE NOVEMBRO**Contratado:** CARLITO VIVIAN 62697579915**CNPJ:** 30.747.627/0001-71**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2018**Número do Processo:** 51/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2019-60/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO SERV. DE MÃO DE OBRA DE MECÂNICA BÁSICA PARA MANUTENÇÃO DE EQUIP., MÁQUINAS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE, JUNTO AO GALPÃO DE MÁQUINAS, BEM COMO ACOMPANHAMENTO E SOCORRO, QUANDO SE FIZER NECESSÁRIO, NO LOCAL ONDE ENCONTRAR-SE O EQUIP., MÁQUINA OU VEÍCULO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS..

Data da Assinatura: 01/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 01/10/2019**Vigência:** 01/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 07.01 26.782.0015 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3.285,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 2/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** VIRLEI JOSE MALDANER 75846454968**CNPJ:** 23.999.689/0001-05**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 34/2018**Número do Processo:** 66/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2019-69/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATUAÇÃO EM PROGRAMAS E PROJETOS DO CRAS - CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, SCFV - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 04/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/10/2019**Vigência:** 04/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 09.01 08.243.0003 2.032.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.744,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** JOAO DANILO BALKE 07758157998**CNPJ:** 28.346.491/0001-46**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 13/2018**Número do Processo:** 30/2018**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 02/2019-35/2018**Fundamento Legal:**

Objeto: AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE PROFISSIONAL PARA ATUAR EM PROGRAMAS DO CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- CRAS, SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-SCFV, E OUTROS PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEPARTAMENTO DE CULTURA, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 04/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 04/10/2019**Vigência:** 04/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 09.01 08.243.0003 2.032.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.970,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 3/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ABASTECEDORA IRMAOS SIGOLIN LTDA - EPP

CNPJ: 05.518.695/0001-11

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 43/2018

Número do Processo: 82/2018

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 120/2019

Fundamento Legal:

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA MÁQUINAS E VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE COM FORNECIMENTO PARA O ANO DE 2019, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS..

Data da Assinatura: 08/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 08/10/2019

Vigência: 08/10/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 6.821,00

Forma de Pagamento: NA SEMANA SUBSEQUENTE A ENTREGA

Contratado: ELOIDE APARECIDA ODY

CNPJ: 24.524.358/0001-81

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Número da Licitação: 56/2019

Número do Processo: 131/2019

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 121/2019

Fundamento Legal:

Objeto: SERVIÇOS DE ACOlhIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE IDOSOS, A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL CONTRATARÁ A EMPRESA ELOIDE APARECIDA ODY - ME (CASA LAR ACONCHEGO), SITO A RUA PADRE VENDELINO SEIDEL, Nº 64-S, CENTRO, MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 24.524.358/0001-81, 24.524.358/0001-81, POR DISPENSA DE CERTAME

Data da Assinatura: 11/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/10/2019

Vigência: 11/10/2019 a 31/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 5.314,68

Forma de Pagamento: ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELMONTE**

Folha: 4/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EZEQUIEL LUCAS TONSAK 08774751999**CNPJ:** 17.543.863/0001-08**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 45/2019**Número do Processo:** 103/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 122/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DA FROTA DO MUNICÍPIO DE BELMONTE/SC, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES MUNICÍPIO, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 11/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2019**Vigência:** 11/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 4.333,75**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE**Contratado:** MARCELO BEVILAQUA 06805871956**CNPJ:** 17.741.038/0001-18**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 45/2019**Número do Processo:** 103/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 123/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, DA FROTA DO MUNICÍPIO DE BELMONTE/SC, COM FORNECIMENTO DE TODOS OS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES MUNICÍPIO, POLÍCIA MILITAR E POLÍCIA CIVIL CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 11/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 11/10/2019**Vigência:** 11/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 1.805,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BELMONTE**

Folha: 5/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TIAGO LORENSKI & CIA LTDA**CNPJ:** 05.098.906/0001-04**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 8/2019**Número do Processo:** 120/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 124/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, DO RAMO DE INSTALAÇÃO ELÉTRICA, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO DE DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (SPDA), NA EDIFICAÇÃO DO SALÃO COMUNITÁRIO EM LINHA LAJINHA NO INTERIOR DESTE MUNICÍPIO TUDO CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS

Data da Assinatura: 14/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/10/2019**Vigência:** 14/10/2019 a 15/11/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 18.575,00**Forma de Pagamento:** CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO**Contratado:** IMPERIAL EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 02.645.439/0001-05**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 7/2019**Número do Processo:** 108/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 125/2019**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO, NA ESTRADA GERAL DE LINHA BELA UNIÃO/BELMONTE/SC, TRECHO COMPREENDIDO DA ESTACA 0 A 14 DO TRECHO A, ESTACA 0 A 4+5 DO TRECHO B COM ÁREA A SER PAVIMENTADA DE 2.972,00 M², TUDO CONFORME PROJETO DE ENGENHARIA

Data da Assinatura: 14/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 14/10/2019**Vigência:** 14/10/2019 a 14/02/2020**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 189.776,17**Forma de Pagamento:** CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BELMONTE**

Folha: 6/6

CNPJ: 80.912.108/0001-90
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 24/2017**Número do Processo:** 34/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 08/2019-40/2017**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO, BEM COMO SUA CONVERSÃO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL E EM SEUS ANEXOS.

Data da Assinatura: 15/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 15/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 04.02.04.123.0002.2.060.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** MUNICIPIO DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16,08**Forma de Pagamento:** ate dia 10 mes subsequente

RESUMO DE CONTRATOS E TERMOS ADITIVOS DA SAÚDE OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2220612

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE**

Folha: 1/1

CNPJ: 11.423.342/0001-30
RUA ENGENHEIRO FRANCISCO PASSOS, 133
C.E.P.: 89925-000 - Belmonte - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Outubro/2019.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** BETHA SISTEMAS LTDA**CNPJ:** 00.456.865/0001-67**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 12/2017**Número do Processo:** 13/2017**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 06/2019-13/2017**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO, NÃO EXCLUSIVA PARA LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO.**Data da Assinatura:** 15/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 15/10/2019**Vigência:** 15/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:** 10.01 10.301.0012 2.034.3.3.90.00.00.00.00**Unidade Gestora / Número:** FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELMONTE / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 5,85**Forma de Pagamento:** ate dia 10 mes subsequente**Contratado:** CAMARGO & WERLANG SERVICOS MEDICOS LTDA**CNPJ:** 32.494.681/0001-88**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 19/2019**Número do Processo:** 32/2019**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 33/2019**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA CLÍNICO GERAL EM HORARIO COMERCIAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA CLÍNICO GERAL EM HORARIO COMERCIAL NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS MUNICÍPIOS DO MUNICÍPIO DE BELMONTE-SC
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE CONSULTA MÉDICA CLÍNICO GERAL EM HORARIO COMERCIAL**Data da Assinatura:** 24/10/2019**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/10/2019**Vigência:** 24/10/2019 a 31/12/2019**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 13.200,00**Forma de Pagamento:** ATE DIA 10 MES SUBSEQUENTE

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38 A 64/2019

Publicação Nº 2219232

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 78/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS, HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E VETERINÁRIOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2019

METROMED COM. DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	ABAIXADOR DE LÍNGUA. EM PLÁSTICO COLORIDO COM AROMA E SABOR. EMBALADOS INDIVIDUALMENTE PACOTES COM 40 UNIDADES	Agaplast / Ting Tong	25,73
5	AGULHA ACUPUNTURA SISTÊMICA CAIXA COM 1000 UNID - TAMANHO 25X30 MM	Tony / Acupuntura	232,13
6	AGULHA ACUPUNTURA SISTÊMICA SPRING CAIXA COM 1000 UNID - TAMANHO 25X30MM	Tony / Acupuntura	232,13
58	CÂNULA DE GUEDEL EM KIT COM 6 UNIDADES, COM DIFERENTES TAMANHOS (0 À 5)	MD / Guedel	18,71
71	CINTO TIRANTE ARANHA ADULTO PARA COLOCAÇÃO EM PRANCHA RÍGIDA ONDE FIXARÁ A VÍTIMA A SER SOCORRIDA OU TRANSPORTADA DA MELHOR FORMA POSSÍVEL, MODELO ADULTO, CONFECCIONADO EM FITAS DE POLIAMIDA 100% PRETA E COLORIDA EM 50MM DE LARGURA, FECHO DE REGULAGEM EM VELCRO E REGULADOR PLÁSTICO PRETO	Fibra / Adulto	42,09
72	COLAR CERVICAL PARA RESGATE REGULÁVEL 4 EM 1, POSSUI REGULAGEM DE ALTURA COM 4 NÍVEIS DE AJUSTE (PP/P/M E G), IDEAL PARA IMOBILIZAÇÃO CERVICAL, EMERGÊNCIAS MÉDICAS, RESGATE ETC. CONFECCIONADO EM MATERIAL INJETADO (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) E EVA COM APOIO MENTONIANO, POSSUI ABERTURA DE ACESSO À TRAQUEIA E PULSOS CAROÍDEOS, ORIFÍCIO POSTERIOR (NUCA) POSSUI DUAS ABERTURAS PARA A PALPAÇÃO E VENTILAÇÃO DA NUCA	Ortocenter / Cervical	53,20
89	CURATIVO ADESIVO REDONDO POS COLETA/PUNCAO P/SANGUE C/200 UND	Ciex / Adesiva	5,32
97	DISPOSITIVO PARA IRRIGAÇÃO PARA USO EM FRASCOS DE SOLUÇÃO EM SISTEMA FECHADO. PONTA PERFURANTE PADRÃO ISO COM PROTETOR. CONE LUER PROTETOR QUE GARANTE A OCLUSÃO DO SISTEMA APÓS O USO.	Biosani / Irrigação	3,71
161	FRASCO DE NUTRIÇÃO ENTERAL DESCARTÁVEL COM CAPACIDADE DE 300 ML.	Biosani / Nutrição	0,82
233	PIPETAS DE PLÁSTICO TIPO CONTA GOTAS 3 ML	J. Prolab / Plástico	0,17
262	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	Biosani / Aspiração	0,44
266	SONDA CATETER TIPO OCULOS INFANTIL PCT C/10 UND	Biosani / Tipo Oculos	10,40
274	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 16, CURTA, TUBO PVC, ATÓXICA, SILICONE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL.	Biosani / Nasogástrica	0,69
275	SONDA NASOGÁSTRICA Nº 18, CURTA, TUBO PVC, ATÓXICA, SILICONE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTÉRIL.	Biosani / Nasogástrica	0,74
282	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/100/125ML SISTEMA FECHADO	Equiplex / Fisiológico	1,99
284	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/250ML SISTEMA FECHADO	Equiplex / Fisiológico	2,32
286	SORO FISIOLÓGICO 0,9% FRC C/500ML SISTEMA FECHADO	Equiplex /	2,99

287	SORO GLICOFISIOLOGICO FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	Fisiológico Equipler / Glico fisiológico	2,59
-----	--	--	------

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019**ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
30	ANESTESICO XILOCAINA 10% APRAY C/50ML	HIPO LABOR	90,00
57	CAIXA PORTA LAMINAS COM CAPACIDADE PARA 100 UND	J PROLAB	21,54
164	GLICONATO DE CLOREXIDINA DEGERMANTE SOLUÇÃO A 2%, ANTISSEPTICO, USO EXTERNO, FRC C/1000 ML	VIC PHARMA	14,47
263	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 14 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	BIOSANI	0,46
264	SONDA ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 20 COM UM ORIFÍCIO CENTRAL NA PORÇÃO PROXIMAL, DOIS ORIFÍCIOS INTERCALADOS EM LADOS OPOSTOS, COMPATÍVEIS COM A NUMERAÇÃO, ADEQUADOS PARA ASPIRAÇÃO DE SECREÇÃO VISCOSA E FLUIDOS, TRAUMÁTICA, TRANSPARENTE, EM MATERIAL ATÓXICO, ISENTA DE IMPUREZAS, MALEÁVEL, SILICONADA, COM ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL, EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA ASSÉPTICA, CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, LOTE, ISENÇÃO/REGISTRO NO MS/ANVISA.	BIOSANI	0,70
281	SORO FISIOLOGICO 0,9% FRC C/100/125ML C/CONTA GOTAS	Farmax-Amaral	1,60
283	SORO FISIOLOGICO 0,9% FRC C/240/250ML C/CONTA GOTAS	Farmax-Amaral	2,00
285	SORO FISIOLOGICO 0,9% FRC C/500 ML C/CONTA GOTAS	Farmax-Amaral	2,50
292	TALA DE METAL PCT C/12 UND PARA IMOBILIZAÇÃO DE DEDOS COM ESPUMA INDICADA NA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE DEDOS, UTILIZAÇÃO EM GERAL EM ADULTOS E CRIANÇAS, ESPUMA ANTIALÉRGICA ESPESSURA 9 MM +- 1 MM, ALUMÍNIO 100% LIGA 1100 A H 14 COM ESPESSURA DE 1,0 MM, DIMENSÕES: LARGURA X COMPRIMENTO 12 MM X 180 MM	MSO	6,00
293	TALA DE PAPELÃO GRANDE, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 70X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	15,20
294	TALA DE PAPELÃO MÉDIA, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 50X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	12,25
295	TALA DE PAPELÃO PEQUENA, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 30X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	8,30
296	TALA DE PAPELÃO XG, PACOTE COM 10 UNIDADES, TAMANHO 90X20CM, TALA DE PAPELÃO FIBRA RESGATE, TALA DESTINADA À IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES	RESGATE SP	19,27
299	TERMOMETRO DIGITAL INFRAVERMELHO. BIP DIFERENCIADO PARA TEMPERATURAS QUE CARACTERIZAM FEBRE. RECUPERACAO AUTOMATICA DA UTIL MA LEITURA EFETUADA; DISPLAY LCD COM RETRO ILUMINACAO.DESLIGA AUTOMATICAMENTE. METODO DE MEDICAO.SEM CONTATO DISTANCIA EFETIVA: 5CM ~ 8CM	BIOLAND	120,00
315	TUBO ENDOTRAQUEAL PVC C/BALAO TAMANHOS 3.5, 5.0, 7.0, 7.5, 8.0, 8.5	Grupo Labor Import	4,80
318	URIPEN Nº 6 - DISPOSITIVO PARA INCONTINENCIA URINARIA DE LATEX NATURAL CENTRIFUGADO A 60%. CAIXA COM 2 UNIDADES	BIOSANI	2,98

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2019**BLUMEDICA PRODUTOS MEDICOS E CIRURGICOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
14	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 8 C/100 UND	SR	5,40
17	ALCOOL ETILICO HIDRATADO A 70% (P/P) FRC C/1000ML	SULMAR	4,20
81	COLETOR DE URINA SISTEMA ABERTO TIPO GARRAFA - FRASCO EM PE DE 1200ML GRADUADA COM ESCALA DE 100ML. - TUBO EXTENSOR EM PVC	MED SONDA	3,02

	COM RETENTOR GOTEJADOR NA EXTREMIDADE DISTAL E ADAPTADOR COM TAMPA NA EXTREMIDADE PROXIMAL.		
101	ENVELOPE AUTO SELANTE 150 X 300 MM C/100 UND	HOSPFLEX	25,00
109	EQUIPO PARA SORO MACRO GOTAS COM PINÇA ROLETE DE ALTA PRECISÃO; INJETOR LATERAL EM "Y" COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE OU VALVULADO COM ÁREA PARA RÁPIDA ASSEPSIA; DISPOSITIVO DE ENTRADA DE AR LATERAL COM FILTRO HIDRÓFOTO DE 15 MICRAS; CÂMARA DE GOTEJAMENTO COM FILTRO DE FLUÍDO NO SEU INTERIOR (MALHA DE 15 MICRAS), TRANSPARENTE CRISTAL COM GOTEJADOR PARA 20 GOTAS POR ML E FLEXÍVEL COM PERFURADOR DO SORO TIPO LANCETA; TUBO EXTENSOR EM PVC OU POLIETILENO FLEXÍVEL, UNIFORME, FILTRO PARA RETIRADA DE AR SEM DESCONECTAR A TAMPA, TRANSPARENTE CRISTAL EM TODA SUA EXTENSÃO, IGUAL OU SUPERIOR A 1,50M DE COMPRIMENTO. CONECTOR LUER SLIP E LUER LOOK JUNTOS, COM FILTRO DISTAL, PROTETORES QUE GARANTAM A SUA ESTERILIDADE. ESTÉRIL APIROGÊNICO, ATÓXICO E EMBALADO EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO.	DESCAR PACK	0,86
110	EQUIPO DE 2 VIAS (MULTIVIAS, POLIFIX) COM CLAMP, QUE SE ADAPTE A QUALQUER EQUIPO/SERINGA. ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE.	DESCAR PACK	0,59
116	ESCOVA ENDOCERVICAL COM PONTA PROTEGIDA, DESCARTAVEL, ATOXICA, PRODUZIDA COM MICRO CERDAS EM NYLON, PONTA PROTEGIDA POR ESFERA DE RESINA. APRESENTACAO EM PACOTES COM 100 UND	ADLIN	15,70
138	FIO DE SUTURA SIMPLES (TIPO CATGUT) 2-0 AG 2,0CM 1/2 CAIXA C/ 24 DE ORIGEM ANIMAL ABSORVIVEL TAMANHO DO FIO 75 CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE POR ENVELOPE ESTERIL.	SHALON	89,50
170	INDICADOR QUIMICO MULTIPARAMETROS. COM TINTA ESPECIAL QUE EM CONTATO COM A TEMPERATURA EMPREGADA NA ESTERILIZAÇÃO EM AUTOCLAVE MUDA DE COR, PARA COMPROVAÇÃO DE ESTERILIZAÇÃO DE MATERIAIS. CAIXA COM 240 TIRAS	CLEAN	70,00
217	PAPEL CREPADO 30X30. BRANCO, PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAS. CAIXA C/500 UND	HOSPFLEX	51,00
218	PAPEL CREPADO 60X60. BRANCO, PARA ESTERILIZACAO DE MATERIAIS CX C/500 UN	HOSPFLEX	175,00
255	SERINGA DESCARTAVEL 20ML S/AGULHA	SR	0,39
256	SERINGA DESCARTAVEL 03ML S/AGULHA	SR	0,12
257	SERINGA DESCARTAVEL 05ML S/AGULHA	SR	0,14
260	SOLUCAO DE LUGOL 5% C/1000 ML	CINETICA	100,00
265	SONDA CATETER TIPO OCULOS ADULTO PCT C/10UND	MED SONDA	7,40
268	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 12 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
269	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 14 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
270	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 16 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
271	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 18 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
272	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 20 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
273	SONDA FOLEY DE 2 VIAS Nº 22 C/BALÃO	SOLIDOR	2,78
277	SONDA URETRAL Nº 12 PCT C/10 UND	MED SONDA	4,90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019
FARMAMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
22	ALMOTOLIA ESCURA 250ML BICO RETO	J PROLAB	2,45
23	ALMOTOLIA TRANSPARENTE 250ML BICO RETO	J PROLAB	2,45
25	ANDADOR DE ALUMÍNIO (DOBRÁVEL) ARTICULADO COM REGULAGEM ALTURA	AG	86,50
35	APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL, COM MEDIDOR DE PRESSÃO DIGITAL E PULSAÇÃO, MEDIÇÃO NO PULSO. APROVADO PELO INMETRO. DIMENSÕES DO APARELHO: 82 C X 69 L X 66 A MM. CIRCUNFERÊNCIA DE PULSO: 13,5 - 22 CM, DIMENSÕES DA BRAÇADEIRA: 35,3 ± 1 CM (C) X 8 ± 1 CM (L) (TAMANHO PADRÃO QUE ACOMPANHA O MONITOR), MÉTODO DE MEDIÇÃO OSCILOMÉTRICO, SENSOR DE PRESSÃO SEMI-CONDUÇÃO, FAIXA DE MEDIÇÃO PRESSÃO: 40-250 MMHG, PULSAÇÃO: 40-250 BATIMENTOS POR MINUTO, ERRO MÁXIMO PRESSÃO +/- 3 MMHG/PULSAÇÃO +/- 5% DO VALOR MEDIDO, INFLAÇÃO E DESINFLAÇÃO AUTOMÁTICA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO APÓS 1 MINUTO SEM USO, ALIMENTAÇÃO 3V 2 PILHAS DO TIPO AAA	BIOLAND	80,75
112	EQUIPO PARA SORO MICROGOTAS, DISPOSITIVO PARA INFUSAO, CONTROLE DE FLUXO E DOSAGEM DE SOLUCOES PARENTERAIS. CONECTA O RECIPIENTE DE SOLUCOES (FRASCO OU BOLSA) AO DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO (SCALP, CATETER INTRA VENOSO OU AGULHA). VIABILIZA O	PHAR MATEX	1,39

	CONTROLE DE FLUXO DE SOLUCOES. CONTEM LANCETA PERFURANTE PARA CONEXAO AO RECIPIENTE DE SOLUCAO; CAMARA PARA VISUALIZACAO DE GOTEJAMENTO; CONTROLADOR DE FLUXO (GOTEJAMENTO) TIPO PINCA ROLETE; ESTERILIZADO E EMBALADO INDIVIDUALMENTE EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 25 UND, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE		
119	ESPATULA DE AYRE PACOTE COM 100 PECAS, ESPATULA DE MADEIRA DE COR NATURAL, LISAS, SUPERFICIES E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, COM 18CM DE COMPRIMENTO E 1 EXTREMIDADE ARREDONDADA E A OUTRA AFILADA, ESPESSURA E LARGURA UNIFORMES EM SUA EXTENSAO, TIPODE EMBALAGEM E ACONDICIONAMENTO, ADOTADOS SEGUNDOAS NORMAS VIGENTES DA ANVISA. APRESENTANDO NA EMBALAGEM DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, PROCEDENCIA, FABRICACAO/VALIDADE.	THEOTO	5,65
134	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 2-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	SUPER MEDY	26,00
210	MULETA AUXILAR DE ALUMÍNIO CONTENDO UM PAR	SEQUENCIAL	103,00
213	OTOSCÓPIO, TRANSMISSÃO DA LUZ POR FIBRA ÓPTICA/LED, LÂMPADA DE XENON, TENSÃO 2.5V DE XENON, MATERIAL DA CABEÇA EM ABS E AÇO INOX, CABO EM METAL, ACABAMENTO DO CABO TERMOPLÁSTICO, ALIMENTAÇÃO COM 2 PILHAS AA, BOTÃO LIGA/DESLIGA, GARANTIA DE 1 ANO, ACOMPANHADO DE 07 ESPÉCULOS AURICULARES 2.5MM, 07 ESPÉCULOS AURICULARES 4.0MM E 01 ESTOJO MACIO E ACOLCHOADO	TARSE	289,00
239	REANIMADOR PULMONAR MANUAL ADULTO (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE	ADVANTIVE/MD	151,75
240	REANIMADOR PULMONAR MANUAL INFANTIL (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE.	ADVANTIVE/MD	132,75
241	REANIMADOR PULMONAR MANUAL NEONATAL (AMBU), COM RESERVATÓRIO DE OXIGÊNIO, CONFECCIONADO EM SILICONE.	ADVANTIVE/MD	151,75
242	REGULADOR DE PRESSÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL COM FLUXOMETRO PARA CILINDRO.	GASLIVE	181,90
300	TERMOMETRO DIGITAL PARA GELADEIRA INTERNO E EXTERNO	SUPERMEDY	68,40
303	TESOURA MAYO STILLE ABC 15CM RETA	ABC	23,65
304	TESOURA METZEMBAUM 15CM CURVA	ABC	21,95
305	TESOURA PONTA ROMBA TAMANHO 18CM	ABC	17,80
314	TUBO DE ENSAIO DE VIDRO PARA COLETA DE LARVAS, TRANSPARENTE, MEDINDO 12MM DE DIÂMETRO EXTERNO, 75MM DE COMPRIMENTO COM TAMPAS DE BORRACHA, PARA ACONDICIONAR FORMAS IMATURAS DE MOSQUITO (LARVAS) E REMESSAS PARA EXAME LABORATORIAL NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DE AEDES AEGYPTI.	CRAL	1,27

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2019**PROHOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
27	ANESTÉSICO LOCAL CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 2% + EPINEFRINA 1:100.000 C/50 TUBETES	SSW	67,00
37	AVENTAL DESCARTAVEL GINECOLOGICO, SEM MANGA, EM TNT, BRANCO, COM TIRAS PARA AMARRAR NO DORSO, MINIMO 01 METRO DE COMPRIMENTO. TAMANHO UNICO. EMBALAGEM COM 10 UNIDADES	MED GAUZE	8,95
38	BACIA HOSPITALAR EM AÇO INOXIDÁVEL 41 CM CAPACIDADE DE 6.300 ML.	IKINCI	100,00
39	BACIA HOSPITALAR EM AÇO INOXIDÁVEL 50 X 50 X 12,5 CM COM CAPACIDADE DE 9 LITROS.	IKINCI	170,00
70	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO COM FLUÓR C/25G	ALLPLAN	6,10
80	COLETOR DE URINA INTERNA FECHADO C/2000 ML	FARMATEX	2,52
92	DESENSIBILIZE KF2%	ALLPLAN	10,15
103	ENVELOPE AUTO SELANTE 270 X 350 MM C/100 UND	VEDA MAX	83,94
105	ENVELOPE AUTO SELANTE 70 X 130MM C/100 UND	VEDA MAX	13,69
130	EXTIRPA NERVOS SORTIDOS, PCT C/10 UNIDADES DE TAMANHOS VARIADOS	VDW	24,14
142	FITA ANTROPOMÉTRICA, DESTINADO PARA A MEDIÇÃO DE PERÍMETROS CORPORAIS. DEVE SER DE MATERIAL MALEÁVEL, INELÁSTICO, INEXTENSÍVEL, RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. FITA FABRICADA EM AÇO COM ESCALA NUMÉRICA GRAVADA EM TINTA RESISTENTE AO USO. ESCALA NUMÉRICA EM CENTÍMETROS, COM GRADUAÇÃO (PRECISÃO) DE 1 MM. ESCALA NUMÉRICA COM, NO MÍNIMO, 200 CM ÚTEIS. ESCALA NUMÉRICA COM INDICAÇÃO DA DEZENA (EM NÚMEROS MAIORES) A CADA 10 CM. FITA COM ÁREA EM BRANCO ANTES DA LINHA "ZERO" PARA PERMITIR MENSURAÇÃO ADEQUADA. FITA DEVERÁ TER DISPOSITIVO DE	ARKTUS	17,80

	RETRAÇÃO AUTOMÁTICA. CAIXA PROTETORA DA FITA DEVE SER CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE E LEVE. OPCIONALMENTE, A CAIXA PROTETORA DA FITA DEVERÁ TER DISPOSITIVOS DE TRAVA. EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. GARANTIA, MÍNIMA, DE 01 ANO		
145	FLUOR A 0,05% C/1000ML	IODONTOSUL	11,46
165	GLUTANATO DE CLOREXIDINA A 0,12%	IODONTOSUL	7,10
171	JARRA EM INOX COM CABO COM CAPACIDADE DE 2 LITROS, DIMENSÕES 14 X 19CM.	EURO HOME	148,09
186	LENÇOL DESCARTAVEL COM ELASTICO 200MX0,90CM. EM TNT, COR BRANCA. PACOTES COM 10 UNIDADES	MED GAUZE	8,29
237	PORTA MATRIX TOFFLEMIRE ADULTO	PRISMA	6,70
243	RESINA FLUIDA FOTOPOLIMERIZAVEL MICROHIBRIDA, DE MEDIA VISCOSIDADE (TIPO FLOW), COR A1, SERINGA C/2 G. TEOR DE CARGA DO MERCADO: 72% COM TAMANHO DE PARTÍCULAS DE 0,05 A 5.	MAQUIRA	13,99
320	VASELINA SÓLIDA C/30G	RIO QUIMICA	8,25

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2019**DENTAL MED EQUIPAMENTOS E MATERIAIS ODONTOLOGICOS E HOSPITALARES LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
54	BROCA MAXICUT DE TUNGSTÊNIO CONICA COM PONTA ESFÉRICA - 1251	AMERICAN BURS	72,00
90	CURETA CIRURGICAS PERIAPICAL	TRINKS	6,35
98	DOSADOR DE ALGINATO ÁGUA E PÓ	DENTSPLY	11,00
115	ESCOVA DENTAL ADULTO MACIA	ULTRA	0,38
125	ESPELHO CLÍNICO PLANO Nº 5, AUTOCLAVAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	PHARMAINOX	1,41
131	FILME DE PVC, ROLO DE 28CM X 30M	EMBALA RÁPIDO	6,20
144	FLUOR TOPICO GEL A 2% TIXOTROPICO SABORES VARIADOS FRC C/200ML	SOUZA E LEONARDI	3,68
146	FLUOR FOSFATO ACIDULADO 1,23% FRC C/200 ML	SOUZA E LEONARDI	3,68
166	GRAMPO UNIMATRIX PARA RESTAURAÇÃO CL II	MAQUIRA	200,80
167	HASTES FLEXIVEIS DE POLIPROPILENO COM ALGODAO HIDROFILO NAS PONTAS. CAIXA COM 150 UNIDADES	COTTON	3,68
204	MATERIAL DE MOLDAGEM ALGINATO PARA IMPRESSÃO. LIVRE DE POEIRA DE ASPECTO SILICONIZADO A BASE DE POTÁSSIO 410 G.	COLTENE	12,40
209	MOLDEIRA TOTAL PERFURADA EM ALUMINIO	AG	49,00
220	PASTA DIAMANTADA	ALPLAN	8,90
222	PASTA PROFILATICA COM FLUOR SABOR TUTTI FRUTI C/90G	ALPLAN	3,69
236	PORTA AMALGAMA PLASTICO	MAQUIRA	7,80
267	SONDA EXPLORADORA Nº 05	TRINKS	4,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2019**DUCA MÓVEIS LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
36	ARMÁRIO VITRINE DE 01 PORTA. PORTA COM FECHADURA CILÍNDRICA, FUNDO E TETO EM CHAPA DE AÇO EM PINTURA EPÓXI. PORTA E LATERAIS DE VIDRO CRISTAL DE 3MM E 03 PRATELEIRAS. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 50 CM COMP. X 40 CM PROF. X 1,50 M ALTURA.	CELI	854,90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019**MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
4	AGUA OXIGENADA VOLUME 10 FRC C/1000 ML	FARMAX	4,00
12	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 6 C/100 UND	SOLIDOR	5,80
60	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 14, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	POLYON	0,67
61	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 16, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,65
62	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 18, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA	HEALCATH	0,65

	TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5		
63	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 20, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,65
64	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 22, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,65
65	CATETER PARA ACESSO VENOSO PERIFÉRICO EM POLIURETANO Nº 24, COM AGULHA EM GRAU CIRÚRGICO COM PONTA ATRAUMÁTICA, PONTA TRIFACETADA. CÂNULA EM POLIURETANO OU TEFLON COM TIRAS RADIOPACAS, FLEXÍVEL; CÂMARA PARA VISUALIZAÇÃO DO SANGUE TRANSPARENTE. FILTRO HIDRÓFOTO NA CÂMARA DE REFLUXO. PADRONIZAÇÃO DE CORES DE ACORDO COM NORMA NBR ISO 10555-5	HEALCATH	0,80
79	COLETOR COM TAMPA ROSQUEÁVEL, CAPACIDADE DE 80 ML, SEM PÁ, EMBALADO INDIVIDUALMENTE E ESTÉRIL	CRAL	0,36
93	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS, SOLUÇÃO A BASE QUATERNÁRIO DE AMÔNIO, COM 1000 ML	CICLO FARMA	7,65
94	DETERGENTE MULTIENZIMÁTICO DE AÇÃO SINÉRGICA EMBALAGEM COM 1000ML	KELDRIN	13,99
95	DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 0,5%, SOLUÇÃO ALCOOLICA PARA USO EXTERNO, FRASCO COM 1000 ML	FARMAX	9,85
111	EQUIPO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL	DESCAR PACK	0,93
127	ESTETOSCÓPIO CLÍNICO ADULTO, COM OLIVAS EM SILICONE, COM ACABAMENTO SEM REBARBAS. CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO "Y". AUSCULTADOR ADULTO, COM DIAFRAGMA RESISTENTE E DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIOPULMONAR, QUE PERMITA UM MÍNIMO DE AUSCULTA DE SONS AMBIENTAIS E O MÁXIMO DE SONS PRÓPRIOS DO PACIENTE. O PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO	ADVANTIVE	11,00
128	ESTETOSCÓPIO CLÍNICO PEDIÁTRICO COM OLIVAS EM SILICONE, COM ACABAMENTO SEM REBARBAS. CONJUNTO BIAURICULAR EM METAL CROMADO, RESISTENTE E FLEXÍVEL NA CURVATURA DO TUBO "Y". AUSCULTADOR PEDIÁTRICO, COM DIAFRAGMA RESISTENTE E DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIOPULMONAR, QUE PERMITA UM MÍNIMO DE AUSCULTA DE SONS AMBIENTAIS E O MÁXIMO DE SONS PRÓPRIOS DO PACIENTE. O PRODUTO DEVE POSSUIR CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	ADVANTIVE	13,95
139	FIO DE SUTURA SIMPLES (TIPO CATGUT) 3-0 AG 3,0CM 1/2 CAIXA C/ 24 DE ORIGEM ANIMAL ABSORVÍVEL TAMANHO DO FIO 75 CM, EMBALADO INDIVIDUALMENTE POR ENVELOPE ESTÉRIL.	ACE	88,50
162	GEL PARA ECG E ULTRASSOM. MEIO DE CONTATO PARA ELETRODOS. PH NEUTRO. NÃO GORDUROSO E INODORO. ATOXICO. PARA USO EXTERNO. C/100G.	MULTIGEL	1,30
169	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1%, DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS, À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% DE CLORO ATIVO ESTABILIZADO (10.000 PPM). PRODUTO INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE SUPERFÍCIES FIXAS, BEM COMO INDICADO PARA DESINFECÇÃO DE ARTIGOS PARA INALOTERAPIA E OXIGENOTERAPIA EM FRC C/L	CICLO FARMA	4,41
179	LAMINA DE BISTURI Nº 11 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
180	LAMINA DE BISTURI Nº 12 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
181	LAMINA DE BISTURI Nº 15 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
182	LAMINA DE BISTURI Nº 21 EM AÇO CARBONO ESTÉRIL CX C/100 UND	ADVANTIVE	23,00
183	LAMINA DE VIDRO PARA MICROSCOPIA PONTA FOSCA CAIXA C/50 UND	CRAL	3,60
188	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,0. BRANCA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO	MEDIX	0,88
189	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL 7,5. BRANCA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICAÇÃO DE MÃO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO	MEDIX	0,88

190	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	MEDIX	0,88
203	MÁSCARA RESPIRATÓRIA TIPO N95 (BICO DE PATO) SEMI -FACIAL DESCARTÁVEL DE MODELO DOBRÁVEL TIPO PFF2 COM SOLDA POR ULTRASSOM EM TODO SEU PERÍMETRO MÁSCARA SEM VÁLVULA QUE RETÉM COM EFICIÊNCIA GOTÍCULAS E MICROORGANISMOS MÁSCARA QUE FILTRA TANTO PARTÍCULAS NÃO BIOLÓGICAS (POEIRAS, NÉVOAS E FUMOS) COMO DE MICRO -ORGANISMOS (ESFÉRICOS, CILÍNDRICOS, FILAMENTOSOS) NA FORMA DE AEROSSÓIS. ISTO INCLUI PARTÍCULAS QUE PODEM CONTER MATERIAL BIOLÓGICO, COMO FUNGOS, BACILLUS OU VÍRUS NAS LATERAIS EXTERNAS DO RESPIRADOR, FIXADAS DUAS PRESILHAS DE MATERIAL PLÁSTICO, UMA DE CADA LADO, ATRAVÉS DAS QUAIS PASSA UMA FITA ELÁSTICA BRANCA, ENTRELAÇADA NAS PRESILHAS, PERFAZENDO UMA ALÇA NA PARTE SUPERIOR E OUTRA NA PARTE INFERIOR DA CABEÇA DO USUÁRIO PARTE SUPERIOR EXTERNA DA PEÇA COM TIRA DE MATERIAL METÁLICO MOLDÁVEL, UTILIZADA PARA AJUSTE NO SEPTO NASAL POSSUIR CA (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO) VÁLIDO.	DESCAR PACK	2,22
219	PAPEL LENCOL EM ROLO 70X50. DESCARTAVEL, NAO ESTERIL, COR BRANCA	DESCARBOX	6,85
245	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 100 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	23,00
246	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 30 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	9,00
247	SACO PARA LIXO CONTAMINADO BRANCO LEITOSO COM 50 OU 60 LITROS. PARA LIXO INFECTADO NAO PERFURANTE. PACOTE COM 100 UNIDADES	RAVA	12,00
248	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.19	PHARMATEX	0,19
249	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.21	PHARMATEX	0,19
250	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.23	PHARMATEX	0,19
251	SCALP PARA INFUSAO VENOSA N.27	PHARMATEX	0,19
253	SERINGA DESCARTAVEL 01ML S/AGULHA	RYMCO	0,13
254	SERINGA DESCARTAVEL 10ML S/AGULHA	LAMEDID	0,24
276	SONDA URETRAL Nº 10 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,62
278	SONDA URETRAL Nº 14 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,80
279	SONDA URETRAL Nº 6 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,15
280	SONDA URETRAL Nº 8 PCT C/10 UND	SOLIDOR	4,25
288	SORO GLICOSADO 5% FRC C/250 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,00
289	SORO GLICOSADO 5% FRC C/500 ML SISTEMA FECHADO	FRESENIUS	3,51
313	TOUCA DESCARTAVEL C/ELASTICO PCT C/100 UND	DESCARBOX	5,16
319	VASELINA LIQUIDA C/1000ML	CINORD	21,02

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2019**CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
31	ANTROPÔMETRO/ESTADIÔMETRO, MATERIAL ALUMÍNIO ANODIZADO, TIPO PORTÁTIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ESCALA BILATERAL, BASE METAL 25 X 33CM, FAIXA MEDIÇÃO 35 A 213 CM (RESOLUÇÃO DE 0,1CM), TIPO EMBALAGEM BOLSA COM ALÇA PARA TRANSPORTE	CAUMAQ / MODELO: EST-22	310,00
32	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL ADULTO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM / MODELO: BR-20D ADULTO	69,89
185	LANTERNA CLINICA PROFISSIONAL PARA AVALIAÇÃO DO REFLEXO DA PUPILA E EXAMES CLÍNICOS. CONSTRUÍDA EM MATERIAL BRONZE OU AÇO INOXIDÁVEL. LANTERNA DE ALTA PERFORMANCE COM ILUMINAÇÃO LED 3V, CONFECCIONADA EM METAL LEVE DE ALTA QUALIDADE, ACABAMENTO ANODIZADO, MAIOR DURABILIDADE E RESISTÊNCIA, LED DE ALTA POTÊNCIA COM VIDA ÚTIL DE 10.000 HORAS, CONVENIENTE CLIP DE BOLSO, ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS AAA (INCLUSAS), LUZ DE LED DE 3000K ("BRANCA QUENTE")	PENLIGHT / MODELO: RADIANTLIT II	22,75
317	UMIDIFICADOR PARA CILINDRO DE OXIGENIO C/250 ML	JG MORIYA / MODELO: 105.505	15,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2019**ALG BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA DE PRODUTOS EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
86	CREME DENTAL COM FLUOR C/30G	FREEDENT	0,85
132	FILTRO PROTETOR SOLAR FATOR 50. PROTEÇÃO SOLAR UVA/UVB; FÓRMULA OIL FREE DE TOQUE SECO; HIPOALERGÊNICO E NÃO-COMEDOGENICO; AÇÃO HIDRATANTE; PARA TODO TIPO DE PELE, ESPECIALMENTE PARA PELES EXTREMAMENTE SENSÍVEIS E QUE SEMPRE SE QUEIMAM. FRASCO COM 200 ML	ALG SUN	12,80
140	FIO DENTAL RL C/100MT	ALG	1,80
141	FIO DENTAL RL C/25MT	ALG	1,20
177	KIT INFANTIL ESCOLAR COM ESCOVA: CONTENDO 01 SACOLA DE PVC PERSONALIZADA COM BOTÃO DE PRESSÃO (TAMANHO QUE SIRVA A ESCOVA E CREME DENTAL COM O FIO) - ESCOVA INFANTIL COM CERDAS MACIAS EM CORES SORTIDAS, COM CABO MONOANGULADO E APOIO ESPECIFICO PARA O POLEGAR, - CREME DENTAL 50G - FIO DENTAL 25M	ALG DENTAL/ FREEDENT/ ALG	5,50

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2019**INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
3	AGUA DEIONIZADA EMBALAGEM C/5000ML PARA AUTOCLAVE	AQUATEC	6,15
199	MACA DE IMOBILIZAÇÃO RIGIDA CONFECCIONADA EM POLIETILENO COM ALTA RESISTÊNCIA A IMPACTOS, COM CINTO ARANHA E IMOBILIZADOR LATERAL CABEÇA PROJETADA PARA TRANSPORTE MANUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTES POSSIBILITA O RESGATE NA ÁGUA E EM ALTURAS DIMENSIONADA PARA SUPORTAR ATÉ 180 KG, QUANDO UTILIZADA DA MANEIRA CORRETA (USANDO AS PEGAS LATERAIS E IÇADA PELAS MESMAS POR 4 QUATRO SOCORRISTAS), COR AMARELA, RÍGIDA, LEVE E CONFORTÁVEL, POSSUI ABERTURAS ESPECÍFICAS PARA FACILITAR A IMOBILIZAÇÃO DA VÍTIMA, 100 % TRANSLÚCIDA PODENDO SER USADA EM RX E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA ISENTA TOTALMENTE DE REFORÇOS INTERNOS, CONTENDO CINTO ARANHA E KIT IMOBILIZADOR DE CABEÇA.	RESGATE SP	351,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2019**QUICKBUM E COMMERCE EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
316	ULTRASSOM ODONTOLOGICO COM JATO DE BICARBONATO INTEGRADO, MODO DE OPERACAO ANALOGICO, CANETA/TRANSDUTOR DO ULTRASSOM AUTOCLAVAVEL	ALT- ALTONIC JET CERAMIC	1.429,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2019**AGNUS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
175	KIT DE TALA PARA IMOBILIZAÇÃO COM VELCRO 86X10CM FP.3353 -DETALHES DE CONFECCÃO: CONFECCIONADA EM TELA ARAMADA, MALEÁVEL, GALVANIZADA, COBERTA COM E.V.A. (4MM) - COLORIDO PARA IDENTIFICAR O SEU TAMANHO. PODE SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE PARA A IMOBILIZAÇÃO COMPLETA. INDICAÇÃO UNIVERSAL: É USADA PARA IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA NO RESGATE E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS. NÃO REQUER ÁGUA QUENTE OU VAPOR PARA SUA APLICAÇÃO. É REVESTIDA DE E.V.A., PODENDO SER LAVADO E REUTILIZADO. KIT COM 4 TAMANHOS.	RESGATE SP	59,00
206	MESA AUXILIAR HOSPITALAR 40X60X80. SEM RODIZIO. ESTRUTURA POSSUI ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO INOX REDONDO, TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE INOX.	METALIC MEDICAL	397,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2019**DENTAL OESTE EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
28	ANESTESICO MEPIVACAINA 3% SEM VASO CX C/50 UND	DLA	83,39
29	ANESTESICO TOPICO GEL C/12G SABOR MENTA OU TUTTI-FRUTTI	DFL	6,30
51	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Nº 04	KAVO	3,56
52	BROCA ALTA ROTAÇÃO CARBIDE Nº 06	KAVO	3,56

67	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA FORRAMENTO - COMPOSIÇÃO PÓ FLUORSILICATO DE SÓDIO CÁLCIO ALUMÍNIO, SULFATO DE BÁRIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO, PIGMENTO ÓXIDO FERROSO LÍQUIDO ÁCIDO TARTÁRICO, ÁGUA DESTILADA. EMBALAGENS INDIVIDUAIS CONTENDO: - 1 FRASCO DE PÓ (10G) E MEDIDOR DE PÓ - 1 FRASCO DE LÍQUIDO (13ML) E CONJUNTO DOSADOR DE LÍQUIDO	BIODINAMICA	41,99
69	CIMENTO I.R.M PO+LIQ 38G/15ML. BASE DE OXIDO DE ZINCO E EUGENOL REFORÇADO POR POLÍMEROS; ALTO VEDAMENTO MARGINAL; PRESA RÁPIDA; ALTA RESISTÊNCIA À COMPRESSÃO; PROPRIEDADES SEDATIVAS; MENOR ÍNDICE DE DOR PÓS OPERATÓRIA; IDEAL PARA BASE DE RESTAURAÇÕES EM AMALGAMA.	BIODINAMICA	15,49
96	DISCO DE LIXA SOF-LEX POP ON KIT + MANDRIL	Kerr/Optidisc	159,00
126	ESPONJA HEMOSTATICA DE COLAGENO HIDROLIZADO LIOFILIZADA, ESTERIL C/40 UND	MAQUIRA	95,88
223	PASTA ZINCO ENÓLICA PARA MOLDAGEM, KIT CONTENDO: 01 PASTA BRANCA 60G (ÓXIDO DE ZINCO E ÓLEO VEGETAL) 01 PASTA VERMELHA 60G (EUGENOL E RESINA VEGETAL)	TECH NEW	26,37

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019**ATLANTIS COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
85	CONJUNTO BALDE ESPREMEDOR DOBLÔ 50 LITROS 2 BALDES C/ 25 LITROS CADA, CONJUNTO DE DOIS BALDES COM CAPACIDADE PARA 25L CADA, COM CAVALETE E ESPREMEDOR PARA LIMPEZA DE PISOS FRIOS EM GERAL, ESTRUTURA EM POLIPROPILENO INJETADO, RODÍZIOS PROJETADOS PARA FACILITAR A MANUTENÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, SISTEMA DE ESPREMEDOR COM PRESSÃO SUPERIOR, CLIP DE FIXAÇÃO PARA HASTE, ALÇA EM AÇO TUBULAR COM PINTURA ELETROSTÁTICA, PODE USAR MOP PLANO/VERTICAL (OPCIONAL), DIMENSÕES: CONJUNTO (BALDES + ESPREMEDOR): (C) 80CM X (L) 40CM X (A) 50CM, PESO APROXIMADO DE 9,4 KG, CADA BALDE DOBLÔ: (C) 37CM X (L) 37CM X (A) 33CM, PESO: 1,22 KG (UM BALDE AZUL E OUTRO VERMELHO), ESPREMEDOR: (C) 23CM X (L) 28CM X (A) 36CM, PESO APROXIMADO DE 2,9 KG, CARRINHO: (C) 70CM X (L) 35CM X (A) 90CM, PESO APROXIMADO DE 4,1 KG	bralimpia	426,98

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 53/2019**ANDREIA LORENZI ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
200	MACA DIVÃ PARA AMBULATÓRIO - SL. PRÓPRIO PARA EXAMES REPOUSO E MASSAGENS; ARMAÇÃO TUBULAR EM EPÓXI; LEITO ACOLCHOADO EM ESPUMA D23 E CORINO; CABECEIRA RECLINÁVEL; PÉS COM PONTEIRAS DE PVC; SUPORTA 200 KG DE CARGA ESTÁTICA. DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 181 M (C) X 61 CM (L) X 81 CM (A)	ALFRS	390,00
205	MESA AUXILIAR HOSPITALAR 40X40X80. SEM RODÍZIO. ESTRUTURA POSSUI ESTRUTURA EM TUBOS DE AÇO INOX REDONDO, TAMPO E PRATELEIRA EM CHAPA DE INOX.	ALFRS	300,00
207	MESA GINECOLÓGICA LUXAL COM CUBA SL, CONFECCIONADA EM MDF COM REVESTIMENTO B (MELAMINICO DE BAIXA PRESSÃO), LEITO ACOLCHOADO EM ESPUMA D28, REVESTIMENTO EM COURVIN (NAPA), 2 PORTAS, 3 GAVETAS, 1 PAR DE PORTA COXAS, SUPORTE PARA LENÇOL DESCARTÁVEL, CUBA EM CHAPA DE AÇO COM PINTURA EPOXI, DIMENSÕES EXTERNAS APROXIMADAS: 1,20 M COMP. X 0,60 M LARG. X 0,80 M ALT, DIMENSÃO APROXIMADA TOTALMENTE ABERTA: 1,80 M COMPRIMENTO	ALFRS	1.450,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2019**M. H. M DO COUTO COMERCIAL ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
40	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL, CAPACIDADE PARA 15 KG; DIVISÕES DE 5 G; PÉS REGULÁVEIS EM BORRACHA SINTÉTICA; CONCHA ANATÔMICA EM POLIPROPILENO COM MEDIDA DE 540 X 290 MM; CHAVE SELETORA DE TENSÃO 110 / 220 V; DISPLAY COM 5 DÍGITOS; FUNÇÃO DA TECLA TARA NO PAINEL FRONTAL.	BALMAK/elp25 bba	515,00
55	CADEIRA DE RODAS ADULTO, CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO, ESTRUTURA DOBRÁVEL EM X, PINTURA ELETROSTÁTICA EPÓXI, ESTOFAMENTO EM NYLON, RODAS TRASEIRAS DE 24" INJETADAS EM NYLON COM PNEUS MACIÇOS, RODAS DIANTEIRAS DE 6" MACIÇAS, FREIOS BILATERAIS REGULÁVEIS, APOIOS DE PÉS ARTICULÁVEIS, APOIOS DE BRAÇO FIXOS, CAPACIDADE PARA NO MÍNIMO 90 KG, LARGURAS DO ASSENTO: 40 CM	PROLIFE / PL001	391,00
214	OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL TIPO PALM. DISPOSITIVO DE ALTA	ALFAME/SENS	1.159,00

	DURABILIDADE, PORTÁTIL E NÃO INVASIVO, DESTINADO À AFERIÇÃO DOS SINAIS VITAIS (SPO2, PULSO E TEMPERATURA) DE FORMA IMEDIATA. POSSUINDO: INDICAÇÃO DE BATERIA FRACA; DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO; CONFIGURAÇÕES DE ALARMES E BIP DE FREQUENCIA; SISTEMA DE ANTI-INTERFERÊNCIA A MOVIMENTOS; ALARME DE ALTA E BAIXA FREQUENCIA DE PULSO; ALARME PARA TEMPERATURA; ALARME DE ALTA E BAIXA SPO2; DURAÇÃO MÍNIMA DE FUNCIONAMENTO CONTÍNUO NA BATERIA DE 6H; FUNCIONA COM PILHAS AAA OU AA, ALCALINAS OU RECARREGÁVEIS	E 10	
215	OXÍMETRO DIGITAL DE DEDO ADULTO, MEDE E EXIBE VALORES CONFIÁVEIS DA SPO2 E DA FREQUÊNCIA CARDÍACA. BOTÃO ÚNICO DE LIGAÇÃO PARA FACILITAR A OPERAÇÃO, VISOR GRANDE E FÁCIL VISUALIZAÇÃO. COMPACTO, PORTÁTIL E ILUMINADO. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DE DUAS PILHAS ALCALINAS AAA. DISPOSITIVO DESLIGA AUTOMATICAMENTE APÓS ATIVIDADE.	CONTEC/50DL	94,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2019**PROMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
44	BRAÇADEIRA COM MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL OMRON. COMPATÍVEL COM O MODELO HEM-7113. TAMANHO GRANDE, PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 32 E 42CM. INCLUI BRAÇADEIRA E CONECTOR.	OMRON	105,00
45	BRAÇADEIRA COM MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL OMRON. COMPATÍVEL COM O MODELO HEM-7113. TAMANHO NORMAL, PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 22 E 32CM. INCLUI BRAÇADEIRA E CONECTOR.	OMRON	83,45
46	BRAÇADEIRA COM MANGUITO PARA APARELHO DE PRESSÃO DIGITAL OMRON. COMPATÍVEL COM O MODELO HEM-7113. TAMANHO PEQUENO, PARA BRAÇOS COM CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 17 E 22CM. INCLUI BRAÇADEIRA E CONECTOR.	OMRON	87,30
73	COLAR CERVICAL RESGATE G, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRASPARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
74	COLAR CERVICAL RESGATE GG, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRASPARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
75	COLAR CERVICAL RESGATE M, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRASPARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR.	SP	13,32

	PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.		
76	COLAR CERVICAL RESGATE P, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUMNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
77	COLAR CERVICAL RESGATE PP, INDICADO PARA RESGATE, MOBILIZAÇÃO DA COLUMNA CERVICAL E TRANSPORTE DE ACIDENTADOS E POLITRAUMATIZADOS. COMPOSIÇÃO POLIETILENO, E.V.A, VELCRO, BOTÕES DE NYLON. CONJUNTO FORMADO POR PEÇA ÚNICA NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE NA PARTE FRONTAL E POSTERIOR E EVA QUE PROPORCIONA CONFORTO E SEGURANÇA À VÍTIMA. PROPORCIONA SUPORTE DESDE A REGIÃO MENTONIANA ATÉ A PRÉ-AURICULAR. NA PARTE FRONTAL DO COLAR HÁ UMA ABERTURA QUE POSSIBILITA A CHECAGEM DO PULSO CAROTÍDEO, BEM COMO PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS EMERGENCIAIS PARA LIBERAÇÃO DAS VIAS AÉREAS. POSSUI UM SISTEMA DE VENTILAÇÃO E ESCOAMENTO DE FLUIDOS, TAIS COMO SANGUE. TOTALMENTE RADIOTRANSARENTE. VELCROS EM CORES PADRONIZADAS PARA IDENTIFICAÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. PRESENÇA DE PINO PARA MEDIÇÃO DO TAMANHO DO COLAR. NÃO ESTÉRIL.	SP	13,32
176	KIT IMOBILIZADOR LATERAL DE CABEÇA TAMANHO ADULTO, CONFECCIONADO EM ESPUMA INJETADA, IMPERMEÁVEL, PROPICIA IMOBILIZAÇÃO PARA CABEÇA E REGIÃO CERVICAL, CONTÉM TIRANTES DE FIXAÇÃO PARA TESTA E QUEIXO, COM PONTOS PARA VERIFICAÇÃO DE SAÍDA DE LÍQUIDO PELO OUVIDO	SP	90,95
211	MULETA TIPO BENGALA CANADENSE ARTICULADA COM ALTURA REGULÁVEL PARA USUÁRIOS DE 1,50 A 2,00, CONTENDO UM PAR, CAPACIDADE ATÉ 130 KG	DELLA MED	72,95
309	TIRA REAGENTE PARA TESTE DE GRAVIDEZ BETA HCG, TESTE DE GRAVIDEZ EM TIRAS IMUNOCROMATOGRAFICA, ESPECIFICA PARA DETERMINACAO DA GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG) EM AMOSTRA DE SORO OU URINA COM UMA SENSIBILIDADE DE 25 MUI/L, SOMENTE PARA DIAGNOSTICO "IN VITRO". EMBALADAS INDIVIDUALMENTE EM CAIXA COM NO MAXIMO 100 TIRAS CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICACAO, LOTE, VALIDADE, CONTROLE INTERNO DO TESTE. VALIDADE MINIMA DE 12 MESES APOS EMISSAO DA NF DE ENTREGA.	EBRAM	82,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2019**DENTAX COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
2	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL 6G COM TAMPA FLIP TOP E NANOPARTICULAS DE 5,6 ML.ADPER SINGLE BOND 2.	MAQUIRA	56,71
20	ALGODAO TIPO ROLETE DENTAL. EM 100% FIBRAS DE ALGODÃO. POSSUI FORMATO CILÍNDRICO. PCT C/100 UND	SOFT PLUSS	1,42
244	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL HÍBRIDA - (COMPOSTA DE BIS-GMA, TEGDMA E ZIRCÔNIA/SÍLICA) - CORES A1, A2, A3, A3.5, B1, B2, B3, C2 E OA2, SERINGA C/4G. INCREMENTO DE 2,5 MM.	BIO DINAMICA	15,11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2019**BHDENTAL COMERCIAL EIRELI EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
56	CADEIRA ODONTOLÓGICA COM MOVIMENTOS DO ASSENTO E ENCOSTO ACIONADOS POR MOTORREDUTORES ELÉTRICOS, SILENCIOSOS, RESISTENTES E ISENTOS DE ÓLEO. ARTICULAÇÃO ÚNICA CENTRAL ENTRE ASSENTO E ENCOSTO QUE PERMITE A MELHOR APROXIMAÇÃO DO PROFISSIONAL AO PACIENTE EM QUALQUER POSIÇÃO DE ATENDIMENTO E EVITA RISCOS DE ACIDENTES COM AS MÃOS DO PACIENTE NAS ARTICULAÇÕES NOS MOMENTOS DE MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. PEDAL DE COMANDO SEPARADO DA BASE DA CADEIRA; COM BOTÕES PARA ACIONAMENTO PRÁTICO E RÁPIDO DOS MOVIMENTOS BÁSICOS DA CADEIRA (SOBE/DESCE ASSENTO, SOBE/DESCE ENCOSTO). DOIS PROGRAMAS DE MOVIMENTOS	DENTE MED	7.200,00

	<p>SINCRONIZADOS; DESCE ASSENTO/SOBE ENCOSTO (VOLTA ZERO) E SOBE ASSENTO/DESCE ENCOSTO (POSICIONAMENTO DE TRABALHO). ENCOSTO DE CABEÇA BIARTICULADO COM TRAVA MECÂNICA PARA FIXAÇÃO DE ALTURA. ESTOFAMENTOS COM ESPUMAS DE POLIURETANO NO ENCOSTO DE CABEÇA, ENCOSTO E ASSENTO DA CADEIRA COM LINHAS ARREDONDADAS E CURVATURAS ANATÔMICAS, CONFECCIONADOS EM MATERIAL RESISTENTE E CONFORTÁVEL, REVESTIDOS COM PVC NA COR VERDE CLARO, DE SUPERFÍCIE LISA E SEM COSTURAS. BASE DA CADEIRA EM CHAPA DE AÇO MACIÇA 3/8 POLEGADAS DE ESPESSURA COM PROTEÇÃO EM MANTA DE BORRACHA. ENCOSTO E BASE DO ASSENTO EM VERGALHÃO E CHAPA DE AÇO. LÂMINA DO ENCOSTO DE CABEÇA PINTADA E GUIAS DE AÇO RELÊ DE PARTIDA E FUSÍVEL DE PROTEÇÃO. FUSÍVEL DE PROTEÇÃO DE REDE (ENTRADA) -5" (220/240 V). PROTETOR DE CALCANHAR EM PLÁSTICO TRANSPARENTE. ESTRUTURA METÁLICA; BALANCEADA QUE ELIMINA A NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DA CADEIRA AO SOLO, COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. CARENAGENS LISAS E COM CANTOS ARREDONDADOS. EQUIPO ODONTOLÓGICO TIPO CART. PEDESTAL COM QUATRO RODÍZIOS DE ALTA RESISTÊNCIA. UMA SERINGA TRÍPLICE, UM TERMINAL TIPO BORDE PARA BAIXA ROTAÇÃO E UM TERMINAL TIPO BORDEM COM SPRAY PARA ALTA ROTAÇÃO. PEDAL DE COMANDO INDIVIDUAL E PROGRESSIVO. CORPO COM CARENAGENS LISAS, CANTOS ARREDONDADOS E LINHAS SUAVES DE MODELO ANATÔMICO. SUPORTE DE PONTAS REMOVÍVEL COM ACIONAMENTO INDIVIDUAL E AUTOMÁTICO. PUXADORES BILATERAIS. BANDEJA EM AÇO INOXIDÁVEL. ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. UNIDADE AUXILIAR ODONTOLÓGICA ACOPLADA. ACOMPANHA MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. COM BRAÇO/SUPORTE MÓVEL. UM SUGADOR TIPO VENTURI COM ACIONAMENTO AUTOMÁTICO E COM SEPARADOR DE DETRITOS DE AÇO INOXIDÁVEL E ACESSO EXTERNO NA CAIXA DE COMANDO. CAIXA DE COMANDO INTEGRADA NA BASE DA CADEIRA. MANGUEIRA DO SUGADOR COM ENGATE RÁPIDO. COMANDO ELÉTRICO PARA ACIONAMENTO DA ÁGUA NA BACIA. BACIA EM CERÂMICA ESMALTADA E REMOVÍVEL COM RALO SEPARADOR DE DETRITOS. ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. CARENAGENS LISAS E COM CANTOS ARREDONDADOS. REFLETOR ODONTOLÓGICO ACOPLADO. ACOMPANHA MOVIMENTAÇÃO DA CADEIRA. BRAÇOS COM MOVIMENTAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL. CABEÇOTE DE AMPLA MOBILIDADE COM GIRO DE 360°. MONOFOCAL COM ESPELHO MULTIFACETADO. FOCO DE LUZ CONCENTRADO, O ESPELHO ÓPTICO MULTIFACETADO PERMITE A VISUALIZAÇÃO MESMO QUANDO ALGUM INSTRUMENTO ESTÁ ENTRE A BOCA E O ESPELHO. COM LÂMPADA HALÓGENEA QUE PODE SER FACILMENTE SUBSTITUÍDA SEM A NECESSIDADE DA UTILIZAÇÃO DE FERRAMENTAS ESPECIAIS OU INTERVENÇÃO TÉCNICA. POTÊNCIA LUMINOSA DE 20.000 LUX. PROTETOR DE LÂMPADA EM POLICARBONATO TRANSPARENTE. ESTRUTURA METÁLICA COM TRATAMENTO CONTRA OXIDAÇÃO E PINTURA LISA. MOCHO, COM SISTEMA DE ELEVÇÃO A GÁS PRESSURIZADO, QUE AMORTECE OS MOVIMENTOS E PERMITE POSICIONAMENTO ADEQUADO AO PROFISSIONAL. RODÍZIOS DE ALTA RESISTÊNCIA. COM ENCOSTO E ACENTO ACOLCHOADOS EM FORMATO ANATÔMICO REVESTIDOS COM COURO ECOLÓGICO NA COR VERDE CLARO. BASE DO ACENTO ARTICULADA QUE PERMITA GIRO DE 360 GRAUS. GARANTIA MÍNIMA DE 3 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.</p>		
83	<p>COMPRESSOR ODONTOLÓGICO S45 SILENCIOSO - 220V + CAPACIDADE: 1 CONSULTÓRIO SEM BOMBA DE VÁCUO (COM 1 SUGADOR); 2 CONSULTÓRIOS COM BOMBA DE VÁCUO (COM 1 SUGADOR CADA); + TECNOLOGIA; TOTALMENTE ISENTO DE ÓLEO. NÃO NECESSITA LUBRIFICAÇÃO. RESERVATÓRIO CAPACIDADE DE 45 LITROS; COM TRATAMENTO INTERNO E EXTERNO ANTIOXIDANTE (PINTURA ELETROSTÁTICA); POSSUI ABERTURA NA PARTE INFERIOR, PARA FUTURAS INSPEÇÕES. MOTOR: COM 1,2 HP E DOIS CABEÇOTES; NOVO MODELO E DESIGN, COM MAIOR REFRIGERAÇÃO E COMPONENTES INTERNOS CONFECCIONADOS EM CERÂMICA; POSSUI REDUZIDO ATRITO INTERNO, DIMINUINDO CONSIDERAVELMENTE O RUÍDO E AUMENTANDO SEU RENDIMENTO E VIDA ÚTIL. SILENCIOSO: NOVO MOTOR, COM MAIOR TECNOLOGIA, POSSUI REDUZIDO NÍVEL DE RUÍDO: 54 DB A UM METRO DE DISTÂNCIA. DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA: PRESSOSTATO COM CHAVE GERAL LIGA/DESLIGA; VÁLVULA DE SEGURANÇA. DISPOSITIVO DE ALÍVIO DO EXCESSO DE PRESSÃO; RELE TÉRMICO (PROTETOR DE SOBRECARGA DE TENSÃO); PROTEGE O MOTOR CONTRA QUEDAS OU PICOS DE TENSÃO DESLIGANDO-O AUTOMATICAMENTE EM CASOS DE TEMPERATURA EXCESSIVA. OUTRAS CARACTERÍSTICAS: DOIS MANÔMETROS: UM PARA VERIFICAR A PRESSÃO INTERNA DO RESERVATÓRIO E OUTRO PARA A PRESSÃO DE SAÍDA DE AR; FILTRO DE AR</p>	DENTE MED	2.500,00

	COM DRENAGEM AUTOMÁTICA (RETÉM A UMIDADE DO AR NO INTERIOR DO RESERVATÓRIO) E REGULADOR DE PRESSÃO DE SAÍDA DO AR; REGISTRO PARA DRENAGEM DA UMIDADE CONDENSADA NO RESERVATÓRIO DE FÁCIL ACESSO; VENTONINHA DE REFRIGERAÇÃO NO MOTOR; FILTRO DE ASPIRAÇÃO (ENTRADA DE AR NO RESERVATÓRIO); MANGUEIRA DO MOTOR METÁLICA E FLEXÍVEL. MAIOR SEGURANÇA NA ESTANQUEIDADE DO AR E DE GRANDE VIDA ÚTIL; VÁLVULA DE ALÍVIO (SOLENOÍDE) CUJA FUNÇÃO É A DESPRESSURIZAÇÃO DOS CABEÇOTES, FAZENDO COM QUE O COMPRESSOR TRABALHE COM MENOS ESFORÇO; * PROFISSIONAIS QUE UTILIZAM O SUGADOR DO CONJUNTO ODONTOLÓGICO POR UM PERÍODO DE TEMPO PROLONGADO OU DOIS SUGADORES AO MESMO TEMPO, RECOMENDAMOS A AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA DE VÁCUO OU COMPRESSORES DE MODELO S50 OU S60. DIMENSÕES: LARGURA: 41CM ALTURA: 68CM COMPRIMENTO: 41CM PESO LÍQUIDO: 31,5 KG PESO BRUTO: 34 KG ALIMENTAÇÃO: 127V OU 220V - MONOFÁSICO FLUXO DE AR (VAZÃO EFETIVA): 220 L/MIN. (7,8 PC/MIN.) CAPACIDADE DO RESERVATÓRIO: 45 LITROS NÍVEL DE RUÍDO: 54 DB; PRESSÃO MÁXIMA DE TRABALHO: 120 PSI (0,83 MPa) POTÊNCIA (MOTOR): 1,20 CV (850W) FREQUÊNCIA DO MOTOR: 60 HZ CONSUMO DE ENERGIA: 0,85 KW/HORACORRENTE NOMINAL: 6,6A (127V) / 3,8A (220V) VELOCIDADE DE ROTAÇÃO DO MOTOR: 1750 R.P.M. NÚMERO DE PÓLOS DO MOTOR: 4 POLOS; NÚMERO DE PISTÕES (CABEÇOTES): 2 PISTÕES; NÚMERO DE MOTORES: 1 MOTOR.		
172	KIT ACADÊMICO 3NS: KIT COM 1 TURBINA 505C + 1 CONTRA-ÂNGULO 500 + 1 MICROMOTOR 500 + 1 PEÇA RETA 500 + 1 LUBRIFICANTE UNISPRAY. PEÇA RETA 500: MICRO MOTOR ENCAIXE BORDEN 2 FUROS. SPRAY PARA REFRIGERAÇÃO POR CONDUÇÃO INTERNA. SISTEMA DE ENCAIXE UNIVERSAL INTRA. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C. ACOPLAMENTO BORDEN. MÍNIMO DE 5.000 RPM - MÁXIMO DE 20.000 RPM. - MICROMOTOR BAIXA ROTAÇÃO 500: ACOPLAMENTO BORDEN INTRAMATIC. SPRAY INTERNO. ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL: FÁCIL MANUSEIO: PERMITE GIRO LIVRE DE 360°. ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C. - CONTRA ÂNGULO 500: O CONTRA-ÂNGULO 500 POSSUI GIRO LIVRE DE 360°. ACOPLAMENTO INTRAMATIC. SPRAY EXTERNO. ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL. MÍNIMO DE 5.000 RPM E MÁXIMO DE 20.000 RPM. - TURBINA 505C: SPRAY TRIPLO. ROLAMENTO DE CERÂMICA. ACOPLAMENTO BORDEN. SISTEMA DE TROCA BROCA: PRESS-BUTTON (PB). BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO. ROTAÇÃO MÁXIMA: 380.000 RPM. TORQUE: 0,13 NCM.	DENTE MED	1.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2019**AGUAMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
33	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL INFANTIL CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM INFANTIL	55,00
34	APARELHO DE PRESSÃO ARTERIAL OBESO CONVENCIONAL COM MANÔMETRO ANERÓIDE (NÃO UTILIZA LÍQUIDOS) EM ESCALA DE 0 A 300MMHG, CAIXA INJETADA EM LIGA DE ZINCO COM PINTURA DE ALTA RESISTÊNCIA, MOSTRADOR PLANO, COM VÁLVULA DE METAL ALTAMENTE RESISTENTE COM REGULAGEM DE SAÍDA DE AR SENSÍVEL, BRAÇADEIRA EM TECIDO BRIM 100% ALGODÃO ANTIALÉRGICO COM FECHO DE BOTÃO (PINO DE METAL). POSSUI MANGUITO DE BORRACHA VULCANIZADA COM DUAS SAÍDAS, SEM EMENDAS, DE ALTA DURABILIDADE E PÊRA INSULFLADORA DE BORRACHA VULCANIZADA COM SISTEMA DE RETORNO EM METAL, COM ESFERA DE AÇO INOX DE ALTA DURABILIDADE. IDEAL PARA A VERIFICAÇÃO EXATA DE SUA PRESSÃO ARTERIAL. 03 ANOS DE GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	PREMIUM OBESO	58,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2019**MORAES COMERCIO DE ARTIGOS PARA SAUDE LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
21	ALICATE 139	ABC	50,03

78	COLCHAO PIRAMIDAL D-28 (TIPO CAIXA DE OVO) SOLTEIRO MEDINDO NO MINIMO 1,88X0,85X0,4CM	Dream	54,42
122	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, TAMANHO P. 29 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 24 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 110 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	Cral kolplast	0,61
123	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, TAMANHO G. 43 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 36 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS CONTORNOS LISOS E REGULARES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	cral/ kolplast	0,69
124	ESPECULO VAGINAL DESCARTAVEL, NÃO ESTÉRIL, NÃO LUBRIFICADO, TAMANHO M. 33 MM EM SUA MAIOR LARGURA DISTAL 30 MM EM SUA MAIOR LARGURA PROXIMAL 116 MM NO EIXO LONGITUDINAL DOS ELEMENTOS ARTICULADOS, CONTORNOS LISOS E REGULARES, EMBALADOS INDIVIDUALMENTE	cral/ kolplast	0,64
143	FIXADOR CITOLOGICO SPRAY 100ML. POSSUIR PROPRIEDADES DE FIXACAO E SUSTENTACAO DA INTEGRIDADE CELULAR DE ESFREGACOS DE MATERIAL BIOLOGICO ESTENDIDOS EM LAMINA DE VIDRO	ADLIN	4,97
178	KIT PARTO EMERGENCIAL DESCARTÁVEL, CONJUNTO DE FERRAMENTOS PARA SER REALIZADO EM UM EM PARTO EMERGENCIAL. SUPRE OS REQUISITOS PARA UMA EXCELENTE AUXILIO NO MOMENTO DO PARTO. TODOS OS ITENS DESCARTÁVEIS NECESSÁRIOS NA OPERAÇÃO. CONTER NO MINIMO 01 MALETA, 01 BISTURI DESCARTÁVEL Nº 21, 01 CAMPO CIRÚRGICO, 02 PACOTE DE COMPRESSAS DE GASE ESTÉRIL 7,5x7,5 COM 10 UNIDADES, LUVA CIRÚRGICA NO 7,5, 01 LUVA CIRÚRGICA NO 8,5, 02 PRENDEDOR UMBILICAL, 01 PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO, 01 SACO DE EXPURGO HOSPITALAR, 01 AVENTAL DESCARTÁVEL E 01 MÁSCARA CIRÚRGICA.	RESGATE	55,99
201	MANTA TÉRMICA, COBERTOR TÉRMICO DE EMERGÊNCIA (ALUMINIZADO), CONFECCIONADA EM POLIETILENO ALUMINIZADO DESTINADA A MANTER A VÍTIMA AQUECIDA, NÃO DEFORMÁVEL, ISOLANTE TÉRMICO DE BAIXO PESO, RESISTENTE AO ATRITO COM O SOLO, MANTÉM O CALOR INTERNO E REFLETE O CALOR EXTERNO, TAMANHO APROXIMADO DE 2,10 X 1,40M.	RESGATE	4,97
225	PINÇA ADSON COM SERRILHA	ABC	9,89
234	PLICÔMETRO OU ADIPÔMETRO CIENTÍFICO, EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA EFETUAR A AVALIAÇÃO DA COMPOSIÇÃO CORPORAL. DEVE POSSUIR TERMINAIS MÓVEIS QUE SE ADAPTAM À DOBRA CUTÂNEA, AUMENTANDO A PRECISÃO DA MEDIDA, COM LEITURA RÁPIDA E DIRETA DA DOBRA CUTÂNEA, SEM A NECESSIDADE DE INTERPOLAÇÃO, ESCALA DE 0 A 60 MM, DE ALTA PRECISÃO E SENSIBILIDADE COM RESOLUÇÃO DE 1 MM E MOLA COM PRESSÃO CONSTANTE DE 10 G/MM² EM QUALQUER ABERTURA DO ADIPÔMETRO/PLICÔMETRO. BASE DE ALUMÍNIO POLIDO, CABO E PROTETOR DE NYLON, MOLA DE AÇO ZINCADO DE ALTA PRECISÃO E PONTEIRAS NÃO METÁLICAS PARA SUAVIZAR O CONTATO COM A PELE DO AVALIADO, EM POLICARBONATO. NÃO DIGITAL. ACOMPANHA O MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS COM ILUSTRAÇÕES, TABELAS DE CONVERSÃO PARA GORDURA E LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS COM GARANTIA DE 1(UM) ANO.	Avanutri	408,99
297	TENTACÂNULA 15 CM. CONFECCIONADA EM AÇO INOXIDÁVEL.	ABC	6,69
298	TERMOMETRO DIGITAL CLINICO BRANCO	INCONTERM	8,89
312	TORNIQUETE TÁTICO MILITAR, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 63X4CM, PARA ESTANCAMENTO DE HEMORRAGIAS SEVERAS CAUSADAS POR AGENTES TRAUMÁTICOS EM MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES, INDICADO EM SITUAÇÕES DE AMPUTAÇÃO, AVULSÕES E LACERAÇÕES. INCLUI GUINCHO REFORÇADO, PLACA DE ESTABILIZAÇÃO, GRAMPO DE MOLINETE E ALÇA DE PROTEÇÃO DE MOLINETE PARA ESCREVER. FABRICADO COM MATERIAL PLÁSTICO ABS E CINTA VELCRO DE ALTA RESISTÊNCIA.	RESGATE	83,74

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2019
CARINE AYRES DA COSTA JACONI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
19	ALGODÃO HIDROFILO, CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% ALGODÃO ALVEJADAS E ISENTAS DE IMPUREZA, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS, MACIO E ABSORVENTE ROLO COM 500 GRAMAS.	FAROL	9,99
106	ENVELOPE AUTO SELANTE 70 X 230 MM C/ 100 UND	lb med	14,60
107	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 160 MM CX C/ 100	lb med	16,72
108	ENVELOPE AUTO SELANTE 90 X 260 MM C/100 UND	lb med	15,99
191	LUVA DE PROCEDIMENTO EXTRA P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA	SUPERMAX, UNIGLOVES,	15,97

	COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	DESCARPACK	
192	LUVA DE PROCEDIMENTO G. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	SUPERMAX, UNIGLOVES, DESCARPACK	15,89
193	LUVA DE PROCEDIMENTO M. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTRO, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES) CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	SUPERMAX, UNIGLOVES OU DESCARPACK	15,88
194	LUVA DE PROCEDIMENTO P. DE LATEX, NAO ESTERIL, BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICAS, AMBIDESTROS, LEVEMENTE TALCADAS. CAIXA COM 100 UNIDADES (50 PARES). CONTENSAO DE RUPTURA MINIMA, ATENDENDO O PADRAO AQL 1,5, TOTALMENTE IMPERMEAVEL A AGUA	SUPERMAX, UNIGLOVES, OU DESCARPACK	15,89

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 61/2019
ELISVANDIA MATOS DONINI EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
18	ALCOOL GEL 70% FRC COM NO MINIMO C/430G	SOL	6,00
84	CONDICIONADOR ACIDO FOSFORICO 37%	BIO DINAMICA	1,02
221	PASTA PARA TRATAMENTO PULPAR EM DENTES DECÍDUOS 10G+5ML. CTZ-À BASE DE CLORANFENICOL, TETRACICLINA E ÓXIDO DE ZINCO- VEÍCULO: ENGENOL. CONTER POTE PLÁSTICO COM 10 G E VIDRO COM 5 ML E CONTAGOTAS	FILL CANAL	80,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2019
LEM COMERCIAL LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
10	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 13 X 4,5 26G 1/2 C/100UND	DESCARPACK	5,52
11	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 20 X 0,55 (24G X 3/4") C/100 UND	LABOR IMPORT	5,99
13	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 25 X 7 22 G1 C/100 UND	DESCARPACK	5,52
15	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 30 X 8 21G 1 C/100 UND	DESCARPACK	5,52
16	AGULHA DESCARTAVEL TAMANHO 40 X 12 18G 1/2 C/100 UND	DESCARPACK	5,89
195	LUVA PLASTICA DESCARTAVEL UNILATERAL AMBALAGEM COM C/100UND	DESCARPACK	2,38
196	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO G, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	DESCARPACK	17,76
197	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO M, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	DESCARPACK	17,27
198	LUVAS PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO NITRÍLICAS, ISENTAS DE PÓ, ANATÔMICAS, CONFECCIONADAS EM BORRACHA NITRÍLICA, TAMANHO P, CAIXA COM 50 PARES. NÃO ESTERILIZADAS. EMBALAGEM COM OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, NUMERO E LOTE, VALIDADE DE 5 ANOS. O PRODUTO DEVERÁ SER DESTINADO À USO MÉDICO, COM COMPROVAÇÃO MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE C.A. PARA AGENTES BIOLÓGICOS E REGISTRO DO PRODUTO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE	DESCARPACK	17,76

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 63/2019
SUPREMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS EIRELI ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
7	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 27G LONGA PARA CARPULE CX C/100 UND	INJECTA	24,50
8	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 30G CURTA CX C/100 UND	INJECTA	24,50
9	AGULHA DESCARTAVEL GENGIVAL 30G EXTRA CURTA PARA CARPULE CX	INJECTA	24,50

	C/100 UND		
24	AMALGAMADOR ODONTOLOGICO, COM HASTE BATEDORA COM 4600 OSCILACOES POR MINUTO, GRANDE AMPLITUDE E MOVIMENTO HELICOIDAL ELIPTICO EM ?OFERECENDO A HOMOGENEIZACAO IDEAL. INDICADO PARA TODOS OS TIPOS DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS ENCAPSULADOS. GARFO UNIVERSAL, PERMITINDO A FIXACAO DE TODOS OS MODELOS DE CAPSULAS DE AMALGAMA, INCLUSIVE CAPSULAS COM EMBOLOS (IONOMEROS DE VIDRO). DISPOSITIVO DE SEGURANCA COMMICRO-CHAVE, INTERROMPENDO O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO CASO A TAMPA SEJA ABERTA ACIDENTALMENTE. - TAMPA PROTETORA EM ACRILICO DE ALTO IMPACTO TRANSPARENTE. CHAVE GERAL LUMINOSA NO PAINEL. ELETRONICO COM ESCALA DE 0 A 30 SEGUNDOS. PROGRAMACAO DE TEMPO COM MEMORIA AUTOMATICA AO FINAL DE CADA OPERACAO, GARANTINDO A REPETICAO DO TEMPO SOLICITADO.	IMPLA / IMPLAMIX DIGITAL	475,00
26	ANESTÉSICO COM VASO ARTICAÍNA 4% COM EPINEFRINA 1:100.000 CX C/50 TUBETES	DFL	148,00
42	BANDEJA RETANGULAR LISA INÓX 30 X 20 X 4 CM	ACONOX	46,00
43	BICARCONATO DE SÓDIO FRC C/200G	MAQUIRA	9,00
47	BROCA MAXICUT DE TUNGSTENIO CONICA	IMPLA	45,00
48	BROCA AÇO BAIXA ROTAÇÃO CONTRA-ÂNGULO Nº 3	DENTSPLY	3,50
49	BROCA AÇO BAIXA ROTAÇÃO CONTRA-ÂNGULO Nº 5	DENTSPLY	3,50
50	BROCA ACO DIAMANTADA ALTA ROTACAO N.2135 F	CHAMPION/MI CRODONT	1,50
53	BROCA MAXICUT DE TUNGSTÊNIO CONICA - 1509	IMPLA	45,00
59	CAPSULA DE AMALGAMA DENTAL GS-80 C/50 CAPSULAS DE1 PORCAO	SDI	52,00
66	CERA 7 ROSA LAMINA. EMBALAGEM COM 18 UNIDADES	BLUE	11,00
68	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO - COMPOSIÇÃO PÓ FLUORSILICATO DE SÓDIO CÁLCIO ALUMÍNIO, SULFATO DE BÁRIO, ÁCIDO POLIACRÍLICO, PIGMENTOS OS PIGMENTOS VARIAM DE ACORDO COM A COR DO PRODUTO. LÍQUIDO ÁCIDO TARTÁRICO, ÁGUA DESTILADA CONTENDO - 1 FRASCO DE PÓ (10G) NAS TONALIDADES L, Y OU U E 1 MEDIDOR DE PÓ - 1 FRASCO DE LÍQUIDO (8ML) E 1 CONJUNTO DOSADOR DE LÍQUIDO	FGM	18,00
82	COMPOSICAO DE HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO (PASTA A PASTA)	TECH NEW	13,50
87	CUBA RIM 26X12CM INOX	ACONOX	29,00
88	CUNHAS DE MADEIRA COLORIDAS PCT C/100 UND	PHARMAINOX	5,00
91	CURETA GERAL DE BORRACHA MEDIO	IMPLA	11,00
102	ENVELOPE AUTO SELANTE 230 X 350MM C/100 UND	MED STERIL	58,00
104	ENVELOPE AUTO SELANTE 50 X 230MM C/100 UND	MED STERIL	15,80
113	ESCOVA DE AÇO PARA LIMPEZA DE BROCAS	IMPLA	4,00
114	ESCOVA DE ROBSON PRETA CONICA	MICRO DONT	1,05
118	ESCOVA ROBSON BRANCA PLANA	MICRO DONT	0,76
120	ESPATULA ESCULPIDOR LECRON 143 M	TRINKS	6,00
121	ESPÁTULA PARA GESSO E ALGINATO DE PLÁSTICO	IMPLA	1,50
129	EVIDENCIADOR DE PLACA SOLUCAO C/ 10ML	BIODINAMICA	5,50
133	FIO AGULHADO SEDA PARA SUTURA Nº 4-0 -17MM C/24 UND	BESTCARE	25,00
135	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 3-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	BESTCARE	24,40
136	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 4-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	BESTCARE	24,40
137	FIO DE SUTURA NYLON PRETO 5-0 (COM AGULHA) CAIXA C/ 24	BESTCARE	24,40
147	FORCEPS INFANTIL 18L	SKAY INOX	44,00
148	FÓRCEPS INFANTIL 18R	SKAY INOX	44,00
149	FORCEPS 01 ADULTO	SKAY INOX	44,00
150	FORCEPS 150	SKAY INOX	44,00
151	FORCEPS 151	SKAY INOX	44,00
152	FORCEPS 16	SKAY INOX	44,00
153	FÓRCEPS 17	SKAY INOX	44,00
154	FÓRCEPS 18L	SKAY INOX	44,00
155	FÓRCEPS 18R	SKAY INOX	44,00
156	FÓRCEPS 53R	SKAY INOX	44,00
157	FORCEPS 65	SKAY INOX	44,00
158	FORCEPS 69	SKAY INOX	44,00
160	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO COM AS SEGUINTE CARACTERISTICAS: LUZ FRIA (AZUL) GERADA POR LED DE ALTA POTENCIA (1200 MW/CM2); TIMER ATE 20 SEG COM BIPS SONOROS A CADA 05 SEG; PONTEIRA DE FOTOPOLIMERIZACAO CONFECCIONADA EM FIBRA OTICA ORIENTADA (SEM FUGA DE LUZ), 100% COERENTE, AUTOCLAVAVEL A 134°C E COM GIRO DE 360°; COMANDOS DE PROGRAMACAO NA PROPRIA CANETA; CANETA CONFECCIONADA EM ABS DE ALTO IMPACTO; NAO NECESSITA DE	MICRO DONT	445,00

	VENTILACAO FORCADA; BIVOLT AUTOMATICO 90 A 240V		
163	GESSO PEDRA 1KG AMARELO	PASOM	8,00
168	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM PÓ FRC C/10G	BIO DINAMICA	3,60
173	KIT ALAVANCAS APICAIS ADULTO: ALAVANCA HEIDBRINK JOGO 3 PEÇAS USADA EM PROCEDIMENTOS DE BUCO/MAXILO - ODONTOLOGIA ESPECIFICAÇÕES: EM AÇO INOXIDÁVEL, Nº1, Nº2 E Nº3	TRINKS	48,00
174	KIT ALAVANCAS SELDIN ADULTO: RETA, DIREITA E ESQUERDA. EM AÇO INOX. AUTOCLAVÁVEL.	TRINKS	41,10
184	LAMPARINA A ÁLCOOL AÇO INOX PARA USO ODONTOLÓGICO.	IMPLA	17,50
187	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6,5. BRANCA, DESCARTAVEL, ANATOMICA E LEVEMENTE TALCADAS. COM INDICACAO DE MAO DIREITA E ESQUERDA NA EMBALAGEM. EMBALADAS AOS PARES EM PAPEL GRAU CIRURGICO	SANRO	0,87
202	MÁSCARA CIRÚRGICA DESCARTÁVEL RETANGULAR TRIPLA BRANCA COM ELÁSTICO, CAIXA CONTENDO 50 UNIDADES.	BESTCARE	4,40
208	MOLDEIRA TOTAL LISA ADULTO EM INOX	TECNO DENT	147,00
212	ÓLEO LUBRIFICANTE PARA ALTA ROTAÇÃO FRASCO C/100 ML	FRAS	12,31
216	PAPEL CARBONO DUPLA FACE PARA OCLUSAO EMB C/12 UND	BIODINAMICA	1,30
224	PEDRA POMES EM PÓ C/100G	IMPLA	4,00
226	PINÇA ANATOMICA 12 CM, SEM DENTE DE RATO, RETA, DE AÇO	ABC	8,50
227	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO	TRINKS	5,20
228	PINÇA PORTA GRAMPO PALM	ABC	56,00
229	PINÇA PROFESSOR MEDINA PARA BIÓPSIA UTERINA 24 CM - 4MM	ABC	210,00
230	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH EXTRA FINO 1,0MM (1/16 DE GOTA) PCT C/100 UND	BESTCARE	7,50
231	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH FINO 1,5MM (1/8 DE GOTA) PCT C/100 UND	BESTCARE	6,50
232	PINCEL APLICADOR MICROBRUSH REGULAR 2,0MM (1,4 DE GOTA) PCT C/100 UND	BESTCARE	6,50
235	PONTEIRA PARA APARELHO DE ULTRASSON DA MARCA ALT SONIC JET CERAMIC	MULT PARTS	50,00
238	POTE DAPPEN VIDRO INCOLOR	IMPLA	2,10
252	SELANTE DE FOSFULAS E FISURAS FOTO INCOLOR	ANGELUS	11,00
258	SINDESMOTOMOS	TRINKS	5,00
259	SOLUÇÃO HEMOSTATICA A BASE DE CLORETO DE ALUMINIO FRC C/ NO MINIMO 10ML	BIO DINAMICA	12,00
290	SUGADOR DE SALIVA COLORIDO DESCARTAVEL PCT C/40 UND	A.G	3,85
291	TACA DE BORRACHA BRANCA	MICRO DONT	0,87
301	TESOURA IRIS CIRURGICA RETA C/PONTA FINA 12CM	6B	8,95
302	TESOURA IRIS CURVA 12 CM	6B	8,95
306	TIRA DE AÇO PARA MATRIZ 0,05 X 5MM X 50CM	BIO DINAMICA	1,02
307	TIRA DE AÇO PARA MATRIZ 0,05 X 7MM X 50CM	BIO DINAMICA	1,02
308	TIRA DE LIXA DE AÇO 6MM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	DIA MANTEC	5,20
310	TIRA TRANSPARENTE DE POLIESTER PCT C/50 UND	QUI MIDROL	1,20

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 64/2019

M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
41	BALANÇA PLATAFORMA PORTÁTIL, EQUIPAMENTO FABRICADO EXCLUSIVAMENTE PARA PESAGEM DE PESSOAS. CONSTRUÍDO EM MATERIAL RESISTENTE A IMPACTO (EXEMPLO: NÃO PODE SER DE VIDRO TEMPERADO) E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO. DEVE CONTER MOSTRADOR (DISPLAY) DIGITAL COM INDICADORES DE PESO COM, NO MÍNIMO, 5 DÍGITOS. CAPACIDADE DE PESAGEM DE, NO MÍNIMO, 200 KG. GRADUAÇÃO (PRECISÃO) DE PESAGEM DE, NO MÁXIMO, 100 G. DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO. ALIMENTAÇÃO POR PILHA(S) OU BATERIA(S). DEVE INCLUIR A (S) PILHA(S) OU BATERIA(S) NECESSÁRIA(S) PARA SEU FUNCIONAMENTO. INDICADOR DE PILHA FRACA. PÉS REVESTIDOS DE MATERIAL ANTIDERRAPANTE; DEVE APRESENTAR INDICADOR DE SOBRECARGA, ISTO É, CASO HAJA SOBRECARGA DE PESO, A BALANÇA DEVE INDICAR ERRO AO INVÉS DE DEMONSTRAR O PESO MÁXIMO POSSÍVEL; NÃO DEVE INCLUIR BIOIMPEDANCIOMETRIA, PARA NÃO EXCLUIR A TOMADA DE MEDIDAS DE GESTANTES E PORTADORES DE MARCAPASSO. OPCIONALMENTE, DEVE APRESENTAR FUNÇÃO "MAMÃE-BEBÊ" QUE POSSIBILITA DETERMINAR O PESO DE CRIANÇAS E BEBÊS NO COLO DA MÃE.	LIDER	820,00

É INDISPENSÁVEL QUE O PRODUTO APRESENTE CERTIFICAÇÃO PELO IPEN/INMETRO (INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS/ INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL) OU ÓRGÃO SEMELHANTE; EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE BOLSA COM ALÇA EXCLUSIVA PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE. EQUIPAMENTO ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÃO EM PORTUGUÊS. GARANTIA, MÍNIMA, DE 01 ANO.		
---	--	--

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 24 de julho de 2019 a 24 de julho de 2020.

Benedito Novo (SC), 24 de julho de 2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 152/2019

Publicação Nº 2220111

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 07/11/2019 - HORÁRIO DE INÍCIO: 14:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2019

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 152/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE TINTAS PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA E MASSA ASFALTICA PARA MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS.

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio JOICE APARECIDA COSTA e MAURICIO STEFFEN, todos nomeados através da Portaria nº 002/2019. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram e entregaram os envelopes até o horário estipulado as empresas MARJ TINTAS LTDA EPP, MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIÁRIA EIRELI ME, SOS ASFALTOS LTDA, SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP e BILLING COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI. Foram conferidos com os presentes todos os envelopes protocolados para certificar-se de que os mesmos permanecem lacrados, sem nenhum tipo de violação. Em seguida, iniciou-se a fase de credenciamento, tendo as empresas apresentado os respectivos documentos. Após a análise e rubrica da documentação do credenciamento por parte do Pregoeiro, assim como pela Equipe de Apoio, a mesma foi disponibilizada aos demais presentes para análise e rubrica. Encerrada a análise por parte dos representantes, o Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve qualquer questionamento sobre a referida documentação. As licitantes MARJ TINTAS LTDA EPP e MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIÁRIA EIRELI ME entregaram e protocolaram os envelopes, porém seus representantes não se fizeram presentes na sessão. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação do Credenciamento foi apresentada conforme exigido no edital, estando os representantes presentes credenciados e podendo manifestar-se durante a sessão, conforme a seguir:

Empresa	Representante
MARJ TINTAS LTDA EPP	Sem representante presente na sessão
MM SINALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO VIÁRIA EIRELI ME	Sem representante presente na sessão
SOS ASFALTOS LTDA	FELIPE FERRARO COSTA
SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP	GUIOMAR ANTONIO MAY
BILLING COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI	ANILDO SUTIL DA SILVA

Todas as empresas apresentaram comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação conforme exigido no Edital, podendo ser acessados seus envelopes. Encerrou-se a fase de Credenciamento, sendo iniciada a fase de abertura das Propostas de Preços. Procedida à abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preços, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram os seus conteúdos e em seguida disponibilizaram as propostas para que os representantes presentes fizessem o mesmo. O Pregoeiro abriu espaço para manifestação. Não houve manifestações. Todas as propostas

foram consideradas aceitas e classificadas. Na sequência foram inseridos os valores das propostas no sistema para classificação e impresso o relatório Anexo da ATA. Dando continuidade à sessão, iniciou-se a fase de Lances e negociação, passando-se à fase competitiva, tendo as licitantes efetuado lances e atingido seus limites máximos de desconto. Finalizada a fase competitiva da sessão, foi impresso o relatório Anexo da ATA onde constam todos os lances ofertados e o respectivo vencedor. A seguir, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio procederam à abertura dos envelopes de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas em seus respectivos lotes vencidos. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio analisaram e rubricaram todos os documentos de Habilitação, submetendo os mesmos à análise e rubrica dos representantes presentes. Após análise de todos o Pregoeiro abriu espaço para manifestação referente aos documentos de Habilitação. No entender do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, a documentação de habilitação apresentada pelas empresas vencedoras encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes estão HABILITADAS e, portanto, DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou aos interessados se há à intenção de interpor recurso contra algum ato praticado durante a sessão. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro ADJUDICOU os lotes do certame a empresa vencedora. O pregoeiro solicita as empresas vencedores que apresentem nova proposta de preços readequando o valor dos itens ao valor global do lote vencido. Em seguida lavrou-se a presente ATA. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Pregoeiro	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio
------------------------------------	--	-------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

SOS ASFALTOS LTDA

SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP

BILLING COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

AVISO DE LICITAÇÃO - PP 160/2019

Publicação Nº 2219722

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 160/2019

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES. ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 9h do dia 21 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura. ABERTURA: às 9:05h do dia 21 de novembro de 2019, na Sala de Reuniões, 2º Piso, no Prédio da Prefeitura de Benedito Novo. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br. Benedito Novo (SC), 07 de novembro de 2019. JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 157/2019

Publicação Nº 2219716

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
PROCESSO LICITÓRIO Nº 157/2019
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)
CONTRATADO: GOLAÇO SOCCER LTDA (15.179.370/0001-05)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONserto DE REDES DE PROTEÇÃO DOS GINASIOS DE ESPORTES
VALOR TOTAL: R\$ 5.170,00 (cinco mil cento e setenta reais)
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93
Benedito Novo, 05 de novembro de 2019.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 158/2019

Publicação Nº 2219719

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 158/2019
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)
CONTRATADO: TATI PRESENTES LTDA (08.334.510/0001-07)
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS FLORAIS PARA SEREM UTILIZADOS NA DECORAÇÃO DA FESTA DAS TRADIÇÕES
VALOR TOTAL: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais)
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93
Benedito Novo, 06 de novembro de 2019.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO 141/2019

Publicação Nº 2219169

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 149/2019
EXTRATO DE CONTRATO Nº 141/2019
Contratada: JOCIMAR FIGUEIREDO
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL TERCILIO LONGO
Valor do Contrato: R\$ 2.280,00
Vigência: 05/11/2019 a 31/12/2020
Data Assinatura: 05/11/2019
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - IN 156/2019

Publicação Nº 2219713

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC
PROCESSO LICITÓRIO Nº 156/2019
AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO O PEQUENO MÚSICO (08.322.710/0001-40).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE APRESENTAÇÃO MUSICAL COM A BANDA CRUZEIRO PARA O ENCONTRO MUNICIPAL DOS GRUPOS DA MELHOR IDADE
VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais).
FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 25, INCISO III DA LEI 8.666/93.
DATA DA APRESENTAÇÃO: 15/11/2019.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30/11/2019.
Benedito Novo, 05 de novembro de 2019.
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

LEI 1.957/2019 - AUTORIZA A EFETUAR DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE BRINDES PARA OS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2219342

Lei nº 1.957, de 05 de novembro de 2019.
Autoriza a efetuar Despesas com a aquisição de Brindes para os Grupos de Idosos do Município de Benedito Novo e dá outras providências.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar despesas, no valor de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais) objetivando a aquisição de brindes, destinados para os Idosos do Município de Benedito Novo, em programação do Encontro da 3ª Idade, conforme prevê a Lei nº 1.767, de 1º de outubro de 2014, que Estabelece o Calendário de Eventos Oficiais do Município.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 05 de novembro de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Esta Lei foi publicada pela forma regulamentar.

Benedito Novo, aos 05 de novembro de 2019.

Joice Aparecida Costa

Auxiliar Administrativo I

TERMO DE ERRATA AO DECIMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2018

Publicação Nº 2219518

ERRATA AO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 111/2018

Errata referente ao Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 111/2018 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC e a empresa ZUMMCAR EIRELI (CNPJ: 81.870.859/0001-53)

Onde se lê:

"MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 111/2018

EXTRATO DO DECIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2018

Contratada: ZUMMCAR EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Finalidade do Aditivo: Equilíbrio de Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Tot.
OLEO DIESEL S10	3,399	3,559
OLEO DIESEL COMUM	3,359	4,474

Vigência: 20/09/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 20/09/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal"

Leia-se:

"MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 104/2018

EXTRATO DO DECIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 111/2018

Contratada: ZUMMCAR EIRELI

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

Finalidade do Aditivo: Equilíbrio de Valor

Descrição	Valor Ant.	Valor Tot.
OLEO DIESEL S10	3,399	3,559
OLEO DIESEL COMUM	3,359	3,474

Vigência: 20/09/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 20/09/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal"

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 245/2019

Publicação Nº 2219744

DECRETO Nº 245/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

REGULAMENTA O TRATAMENTO FAVORECIDO, DIFERENCIADO E SIMPLIFICADO PARA AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS, PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DE BENS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais em conformidade com art. 98, VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu, combinado com os artigos 42 a 45 e artigos 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006,

DECRETA:

Art. 1º. Nas contratações públicas de bens deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas;

III - incentivar à inovação tecnológica.

§ 1º. Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, e as fundações públicas, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º. Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas os produtores rurais pessoa física, os agricultores familiares e as sociedades cooperativas de consumo que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§ 3º. O Microempreendedor Individual - MEI é modalidade de microempresa, sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica.

Art. 2º. Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo:

I - Poderá ser utilizada a licitação por item, por lote ou pelo montante global;

II - Considera-se licitação por item aquela destinada à aquisição de diversos bens pela Administração, quando estes puderem ser adjudicados a licitantes distintos;

III - Considera-se licitação por lote ou global aquela destinada à aquisição de diversos bens pela Administração, quando adjudicados a licitantes distintos destes puderem prejudicar o conjunto complexo do objeto licitado.

§ 2º. Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput" pela inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte em decorrência da natureza do produto, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo pelo solicitante do objeto.

§ 3º. O solicitante do objeto deverá identificar a existência de prejuízos ao conjunto complexo do objeto e justificar a necessidade de julgamento do objeto por lote ou pelo montante global, conforme § 1º deste artigo.

DO ENQUADRAMENTO

Art. 3º. Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V - sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Parágrafo único. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 4º. Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado por este Decreto, documento específico para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006:

I - Microempresa ou empresa de pequeno porte: Certidão expedida pela Junta Comercial na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de Registro do Comércio (DNRC) emitida no período máximo de 90 dias que antecede o processo licitatório;

II - Microempreendedor individual: Certificado de Condição de Microempreendedor Individual que pode ser obtido no Portal do Empreendedor - MEI no site: www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/ccmei, emitido no exercício correspondente a abertura do processo licitatório;

III - Sociedade Cooperativa de Consumo: Ata de fundação e Estatuto Social em vigor, com a Ata da Assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

IV - Agricultor Familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, nos termos do Art. 4º, § 2º, do Decreto nº 7.775, de 2012;

V - Produtor Rural Pessoa Física: Matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009 (Arts. 17 a 19 e 165).

DA EXCLUSIVIDADE

Art. 5º. Nas contratações públicas da administração municipal direta e indireta, autárquica e fundacional, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 6º. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor estimado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item. Assim, deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 7º. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada para as modalidades de licitação previstas no artigo 22 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§ 3º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 8º. A preferência de que trata o caput do artigo anterior será concedida da seguinte forma:

I - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos § 1º e 2º do art. 7, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos

estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 7, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º. No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§ 2º. Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será de 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão que identificou o empate previsto no § 1º do art. 7, sob pena de preclusão, conforme estabelecido pelo Município, e estará previsto no instrumento convocatório.

DA REGULARIDADE FISCAL

Art. 9º. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, prorrogáveis automaticamente por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito.

§ 2º. A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para fins de assinatura do contrato, a ser regulamentado pelo edital de licitação.

§ 3º. Para aplicação do disposto no § 1º, como prazo para regularização fiscal, o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

§ 5º. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá paralelamente aos prazos de regularização fiscal de que tratam o § 1º.

§ 6º. A não regularização da documentação no prazo previsto nos § 1º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

§ 7º. A não apresentação da documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista pelas microempresas e as empresas de pequeno porte poderá ser considerado erro formal, não sendo afastado desta o direito de regularização fiscal de que tratam o § 1º.

§ 8º. Para os efeitos deste artigo, serão considerados como documentos de regularidade fiscal e trabalhista aqueles previstos no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993.

DA REGIONALIDADE

Art. 10. Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - local ou municipal: o limite geográfico do município de Biguaçu;

II - regional: o limite geográfico dos municípios que compõem a Região da Comarca de Biguaçu.

Art. 11. Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

I - aplica-se o disposto neste artigo nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;

II - a prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Biguaçu.

III - não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Biguaçu, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no caput, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regional;

IV - para a modalidade de pregão o limite previsto no caput, será verificado após a fase de lances verbais;

V - nas licitações a que se refere o art. 9, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

VI - quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro prevista no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com este decreto.

DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS

Art. 12. Não se aplica ao dispositivo da exclusividade e subcontratação, quando:

I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado;

III - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.

Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

II - a natureza do bem for incompatível com a aplicação dos benefícios.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Aplica-se supletivamente a este Decreto, a legislação federal pertinente.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste Decreto aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

Biguaçu, 05 de novembro de 2019.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

DECRETO Nº 247/2019

Publicação Nº 2220542

DECRETO Nº 247/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3890/2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3895/2018 - Lei Orçamentária para 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2019, Lei Municipal nº 3895/2018:

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1901.28.843.0000.0002	Amortização de Dívidas	23.000,00
	ANULA:	
4.6.90.00/0.1.00.000000	Amortização da Dívida/Aplicação Direta	23.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.2.90.00/0.1.00.000000	Juros e Encargos da Dívida/Aplicação Direta	23.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de novembro de 2019.
Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Diretoria Executiva de Legislação
e Expediente

PORTARIA Nº 3352/2019

Publicação Nº 2220485

PORTARIA nº 3352 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) VÂNIA MARIA DE SOUZA DUTRA, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15214 ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I 30HS-EDUCAÇÃO INFANTIL;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de PROFESSOR I 30HS-EDUCAÇÃO INFANTIL;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 10/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3353/2019

Publicação Nº 2220486

PORTARIA nº 3353 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) ROSANGELA DILMA CONCEIÇÃO, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15916 ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de TELEFONISTA;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/04/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3354/2019

Publicação Nº 2220487

PORTARIA nº 3354 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) PATRICIA MOREIRA HOFFMANN MARTINS, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15847 ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 30HS;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 30HS;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 22/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3355/2019

Publicação Nº 2220488

PORTARIA nº 3355 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) OSLI ROBERTO DA CUNHA, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15225 ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 10/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3356/2019

Publicação Nº 2220489

PORTARIA nº 3356 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) NELSON PEDRO CARDOSO, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15852 ocupante do cargo efetivo de ESCRITURÁRIO;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de ESCRITURÁRIO;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 22/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3357/2019

Publicação Nº 2220490

PORTARIA nº 3357 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) NIVALDO CARMELINO ADRIANO, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15226 ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 10/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3358/2019

Publicação Nº 2220491

PORTARIA nº 3358 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) NILA APARECIDA PEREIRA, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 13714 ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE I;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE I;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 31/05/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3359/2019

Publicação Nº 2220492

PORTARIA nº 3359 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) MARCO ANDREY GUESSER, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15222 ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA GERAL;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de MOTORISTA GERAL;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 10/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3360/2019

Publicação Nº 2220494

PORTARIA nº 3360 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) LILIAN BARBOSA SANTOS ROCHA, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 10901 ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de ENFERMEIRO II;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 31/05/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3361/2019

Publicação Nº 2220495

PORTARIA nº 3361 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) JUVANI HELENA OLIVEIRA AMORIM, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 6725 ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I 30HS-EDUCAÇÃO INFANTIL;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de PROFESSOR I 30HS-EDUCAÇÃO INFANTIL;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 05/07/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3362/2019

Publicação Nº 2220496

PORTARIA nº 3362 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) HAMILTON REIS, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15849 ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 22/02/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3363/2019

Publicação Nº 2220498

PORTARIA nº 3363 de 06 de novembro de 2019

Reconhece estabilidade no serviço público e confirma servidor no cargo, nos termos do art. 53, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar a avaliação final do servidor ao(a) servidor(a) DARCI MARIA WEBER, brasileiro(a), inscrito(a) na matrícula funcional nº 15917 ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA;

Art. 2º Declarar o(a) servidor(a) aprovada no Estágio Probatório;

Art. 3º Confirmar o(a) servidor(a) no Cargo Efetivo de TELEFONISTA;

Art. 4º Declarar o(a) servidor(a) Estável no Serviço Público Municipal.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 01/04/2019.

Biguaçu, 06 de novembro de 2019.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.794/2019

Publicação Nº 2220125

LEI Nº 8.794, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 23 DE DEZEMBRO DE 2019 A 17 DE JANEIRO DE 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder férias coletivas aos servidores públicos do Município, suas Autarquias e Fundações, no período de 23 de dezembro de 2019 a 17 de janeiro de 2020, ressalvados os que atuam em serviços essenciais.

Parágrafo único. Compete ao Chefe do Poder Executivo e aos Dirigentes Superiores de Autarquias e Fundações estabelecer os serviços essenciais, observados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, cujos servidores ficam excepcionados, integral ou parcialmente, de usufruírem as férias no período de que trata o caput deste artigo.

Art. 2º Os servidores em gozo de férias coletivas terão 18 (dezoito) dias deduzidos do respectivo período aquisitivo.

Parágrafo único. Fica autorizada a concessão de férias coletivas aos servidores públicos da Câmara Municipal de Blumenau, no período de 23 de dezembro de 2019 a 17 de janeiro de 2020, com dedução de 18 (dezoito) dias do respectivo período aquisitivo.

Art. 3º Ficam excepcionados das disposições desta Lei os servidores públicos municipais ocupantes dos cargos que integram os Quadros de Pessoal da Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.264/2019

Publicação Nº 2220126

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.264, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR N. 660, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 82 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do §3º, com a seguinte redação:

"Art. 82. [...]

[...]

§3º O auxílio-escolar corresponderá a cinquenta por cento do valor das mensalidades e da matrícula, se o servidor estiver matriculado em curso de aperfeiçoamento ou de graduação da FURB." (NR)

Art. 2º O art. 83 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 83. [...]

Parágrafo único. Observados os critérios previstos no caput deste artigo, o auxílio-escolar será devido, no percentual de cinquenta por cento do valor das mensalidades e da matrícula, quando o servidor estiver matriculado em curso de pós-graduação da FURB." (NR)

Art. 3º O disposto nesta lei complementar é extensivo aos servidores públicos do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.524/2019

Publicação Nº 2220128

PORTARIA Nº 23.524, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA REPRESENTAREM O MUNICÍPIO DE BLUMENAU, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA – PRÓ-FAMÍLIA, JUNTO AO MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS – MMFDH, PARA A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA “VIVER – ENVELHECIMENTO ATIVO E SAUDÁVEL”.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “g” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e atendendo ao Memorando Pró-Família nº 035/2019, de 22/10/2019, subscrito pela Secretária Municipal da Família, resolve:

DESIGNAR, os servidores públicos municipais abaixo, para representarem o Município de Blumenau, através da Secretaria Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA, junto ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos – MMFDH, para praticarem todos os atos necessários a efetivação e recebimento do conjunto de equipamentos destinados a implantação do programa “Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável”:

CRISTIANE MARTA LOUREIRO, matrícula nº 921070, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento em Comissão de Secretária Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA;

MÁRCIA TERESINHA BLATT, matrícula nº 216020, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, exercendo a função de Coordenador de Captação de Recursos/Projetos na Secretaria Municipal da Família – PRÓ-FAMÍLIA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de outubro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.548/2019

Publicação Nº 2220131

PORTARIA Nº 23.548, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPENSA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DAIANE DAY LIMA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE SECRETÁRIA ESCOLAR.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a” da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 849, de 05/04/2012, e de conformidade com o Memorando nº 145/2019, de 31/10/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Diretoria de Pessoal, resolve:

DISPENSAR, a contar de 04 de novembro de 2019:

DAIANE DAY LIMA, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função de Secretária Escolar do Centro de Educação Infantil “Edgar Sasse”, designada pela Portaria nº 20.417/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.549/2019

Publicação Nº 2220133

PORTARIA Nº 23.549, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA, OCUPANTES DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MOTORISTA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, “a”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 102 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e alterações posteriores, regulamentado pelo Decreto nº 8.616, de 1º de fevereiro de 2008, resolve:

CONCEDER gratificação de condução calculada sobre o valor do padrão de vencimento “A”, da faixa de vencimento “I”, da categoria 7, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, previsto na Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, os servidores públicos municipais:

HORST ECKELBERG, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Intendência Distrital de Vila Itoupava - IDIVI, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 28 de outubro de 2019, conforme Memorando SEDEAD nº 793/2019;

IVAN CESAR CLERICI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 23 de setembro de 2019, conforme Memorando SEDEAD nº 790/2019;

ANTÔNIO JEFFERSON RAMOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 14 de outubro de 2019, conforme Memorando SEDEAD nº 791/2019;

CLAUDEMIR ANTÔNIO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, GC de 30% (trinta por cento), a contar de 28 de outubro de 2019, conforme Memorando SEDEAD nº 792/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.550/2019

Publicação Nº 2220134

PORTARIA Nº 23.550, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA INTEGRAREM COMISSÃO ESPECIAL PARA ATUAR JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE APOIO À CULTURA - FMAC.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Complementar nº 1.167, de 19 de dezembro de 2017, e conforme solicitação efetuada através do Ofício SMC/Secretário nº 84/2019, de 29 de outubro de 2019, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.167, de 19 de dezembro de 2017, os seguintes membros, para integrarem Comissão Especial para atuar junto ao Fundo Municipal de Apoio à Cultura, especialmente no que diz respeito à elaboração do Edital do referido Fundo e do Edital de Credenciamento de sua Comissão Técnica Externa – CTE:

RODRIGO JOSÉ SILVEIRA, representante da Procuradoria Geral do Município – PGM;

MARIANA GIRARDI BARBOSA SILVA e

CAMILA PIMENTA, representantes do Grupo de Trabalho do Conselho Municipal de Política Cultural;

ELTON GOMES e SOILA FREESE, representantes do Conselho Municipal de Política Cultural;

IVAN DAY e TAIANA SCHAEFER, representantes do Fundo Municipal de Apoio à Cultura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.551/2019

Publicação Nº 2220154

PORTARIA Nº 23.551, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e Memorando nº 222/2019, datado de 04/11/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados pelo Concurso Público nº 001/2016:

EDILSON ALVES CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, a contar de 07 de novembro de 2019;

ALEILA ANAIR BONA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, a contar de 07 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 05 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.552/2019

Publicação Nº 2220156

PORTARIA Nº 23.552, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXONERAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM FACE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL D.C.J.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, em consonância com o art. 16, I, da Lei Complementar n. 740, de 18/01/2010, e atendendo ao Memorando nº 0862/2019, de 01/11/2019, da Secretaria Municipal de Administração, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Processo de Exoneração em Estágio Probatório a ser conduzido pela Comissão de Exoneração – COMEX, designada pela Portaria nº 23.349, de 12/09/2019, em face da servidora pública municipal D.C.J., matrícula nº 23068-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, junto à ESF Valério José Steil II, nomeada em 08/10/15, pela Portaria nº 19.145, Termo de Posse nº 12754, de 27/10/15, iniciando o efetivo exercício do cargo em 28/10/2015, por receber conceito "insatisfatório" na 6ª avaliação especial de desempenho para o exercício do cargo, referente ao período de 11/08/2018 a 08/09/2019, de conformidade com o art. 16, inciso I, da LC 740, de 18/01/2010, e de acordo com o Relatório Circunstanciado subscrito pela Comissão de Estágio Probatório e Coordenadora do ESF Valério José Steil II, com documentos acostados.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.553/2019

Publicação Nº 2220159

PORTARIA Nº 23.553, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, resolve:

EXONERAR, no dia 06 de novembro de 2019, os seguintes servidores públicos municipais:

FERNANDO PEREIRA DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Pessoal, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, nomeado pela Portaria nº 23.136, de 16/07/2019;

RODRIGO LUIZ GEBIEN, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Controle Processual, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, nomeado pela Portaria nº 23.101, de 04/07/2019;

AVELINO BECKER, do cargo de provimento em comissão de Assessor de Fiscalização de Região 1 (DSU), símbolo CC-4, na Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, nomeado pela Portaria nº 23.102, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 06 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.554/2019

Publicação Nº 2220161

PORTARIA Nº 23.554, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONVOCA JUNTA MÉDICA, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP), PARA REALIZAR EXAME MÉDICO PERICIAL NO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RIAN LUCAS CUSTÓDIO DA LUZ CASTELLAIN.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, e fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e atendendo ao pedido efetuado pela Comissão de Exoneração em Estágio Probatório - COMEX, através do Memorando nº 033/2019 e encaminhamento efetuado pelo Secretário Municipal de Administração – Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal, por meio do Memorando nº 185/2019, de 06/11/2019, resolve:

Art.1º. CONVOCAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica no âmbito do SESOSP, a fim de realizar exame médico, mediante laudo pericial, no servidor público Rian Lucas Custódio da Luz Castellain, matrícula nº 230459, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS, a ser realizado na data de 25/11/2019, às 8h00min, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 48, 4º andar:

I- Dr. JOSÉ BISOGNIN NETO, CRM nº 15304, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dra. MELISSA HORVATH DE LIMA, CRM nº 14765, ocupante do cargo de Médico Psiquiatra, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III- Dra. SUSANE DA SILVA REIS, CRM nº 27490, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria deverá avaliar a capacidade físico/mental do referido servidor a fim de determinar se a doença ou lesão incapacitante é preexistente ao efetivo exercício.

Art. 3º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - o servidor e informá-lo de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica, através de seu Procurador constituído e apresentá-los ao SESOSP, com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.555/2019

Publicação Nº 2220165

PORTARIA Nº 23.555, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONVOCA JUNTA MÉDICA, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP), PARA REALIZAR EXAME MÉDICO PERICIAL NO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANTÔNIO PEDRO VICENTE DUARTE DA SILVA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, “c”, da Lei Orgânica do Município, e fundado no artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e atendendo ao pedido efetuado pela 2ª Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, através do Memorando nº 032/2019 e encaminhamento efetuado pelo Secretário Municipal de Administração – Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal, por meio do Memorando nº 186/2019, de 06/11/2019, resolve:

Art.1º. CONVOCAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica no âmbito do SESOSP, a fim de realizar exame médico, mediante laudo pericial, para avaliar a capacidade físico/mental no servidor público Antônio Pedro Vicente Duarte da Silva, matrícula nº 175897, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a ser realizado na data de 25/11/2019, às 9h00min, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 48, 4º andar:

I- Dr. JOSÉ BISOGNIN NETO, CRM nº 15304, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dra. MELISSA HORVATH DE LIMA, CRM nº 14765, ocupante do cargo de Médico Psiquiatra, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III- Dra. SUSANE DA SILVA REIS, CRM nº 27490, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

Art. 2º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - o servidor e informá-lo de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica, através de seu Procurador constituído e apresentá-los ao SESOSP, com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 23.557/2019

Publicação Nº 2220170

PORTARIA Nº 23.557, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONVOCA JUNTA MÉDICA, NO ÂMBITO DO SERVIÇO DE SAÚDE OCUPACIONAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL (SESOSP), PARA REALIZAR EXAME MÉDICO PERICIAL NA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JULIANA DE MELLO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 292, § 1º, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, e atendendo a solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Administração – Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público Municipal - SESOSP, através do Memorando nº 187/2019, de 06/11/2019, resolve:

Art.1º. CONVOCAR os servidores públicos abaixo, para integrarem Junta Médica no âmbito do SESOSP, a fim de realizar exame médico, mediante laudo pericial, na servidora pública JULIANA DE MELLO, matrícula nº 230802, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a ser realizado na data de 25/11/2019, às 10h00min, no Serviço de Saúde Ocupacional – SESOSP, localizado no prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, sala 48, 4º andar:

I- Dr. JOSÉ BISOGNIN NETO, CRM nº 15304, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico do Trabalho, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

II- Dra. MELISSA HORVATH DE LIMA, CRM nº 14765, ocupante do cargo de Médico Psiquiatra, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS;

III- Dra. SUSANE DA SILVA REIS, CRM nº 27490, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Clínico Geral, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

Art. 2º. A Junta Médica designada por esta Portaria deverá avaliar a capacidade laboral da referida servidora a fim de determinar se a doença ou lesão incapacitante é preexistente ao efetivo exercício.

Art. 3º Caberá à Diretoria de Pessoal, mediante notificação pessoal, convocar para a realização da perícia:

I – os médicos integrantes da Junta Médica;

II - a servidora e informá-la de que poderá, se o desejar:

a) formular quesitos à Junta Médica e apresentá-los ao SESOSP, com antecedência mínima de três dias da data da avaliação pericial;

b) apresentar à Junta Médica documentos e exames médicos de que dispuser na data da avaliação pericial.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de novembro de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 228/2018

Publicação Nº 2220175

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O Sr. ABNER SANLAY CYPRIANO

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 32/2017, ÁREA DANÇA, MODALIDADE MOSTRA, INTITULADO "FORA DA CAIXA – 1ª PROPOSIÇÃO (MOSTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÃO) DE DANÇAS ESCAPADAS DA MESMICE".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 229/2018

Publicação Nº 2220179

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 228/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A Sra. ANA PAULA MARCELLINO

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 38/2017, ÁREA CINEMA E VÍDEO, MODALIDADE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL, INTITULADO "ARTE EM PLANO"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Altera-se 1) O CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau); 2) A redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)" 3) Inclusão de 03 (três) "Exibições do Documentário Arte em Plano", para público aproximado de 200 pessoas.

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 230/2018

Publicação Nº 2220180

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 230/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A Sra. ANGELINA CAMARGO RODRIGUES WITTMANN

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 15/2017, ÁREA BIBLIOTECA LITERATURA E LIVRO, MODALIDADE PUBLICAÇÃO, INTITULADO "FACHWERK – A TÉCNICA CONSTRUTIVA ENXAIMEL".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 231/2018

Publicação Nº 2220182

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 231/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O Sr. ARTUR MATEUS GEWEHR

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 49/2017, ÁREA TEATRO E CIRCO, MODALIDADE TEMPORADA, INTITULADO "TEMPORADA BLUMENAUENSE DE TEATRO–DESCENTRALIZAÇÃO, MEDIAÇÃO E FORMAÇÃO".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 232/2018

Publicação Nº 2220187

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 232/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO ARQUIVO HISTÓRICO JOSÉ FERREIRA DA SILVA (AAAHJS)

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 046/2017, ÁREA MUSEUS E ESPAÇOS DE MEMÓRIA, MODALIDADE REPRODUÇÃO DIGITAL, INTITULADO "DIGITALIZAÇÃO DA COLEÇÃO JORNAIS DE FÁBRICAS".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2018

Publicação Nº 2220189

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 233/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. CAIO FERNANDO FAVA FERRAREZI

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 15/2017, ÁREA BIBLIOTECA LITERATURA E LIVRO, MODALIDADE PUBLICAÇÃO, INTITULADO "FACHWERK – A TÉCNICA CONSTRUTIVA ENXAIMEL"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 234/2018

Publicação Nº 2220192

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 234/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CAMILA REGINA FRONZA

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº 56/2017, ÁREA COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM CULTURA, MODALIDADE CAPACITAÇÃO, INTITULADO "CAPACITAÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS, TÊXTEIS E FOTOGRÁFICOS".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2018

Publicação Nº 2220195

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 235/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A CARONA TEATRO E PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 048/2017, ÁREA TEATRO E CIRCO, MODALIDADE MONTAGEM, INTITULADO "A SEGUNDA EVA"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

PRAZO: Prorroga-se o prazo de vigência do contrato e execução do projeto cultural nº. 48/2017 por mais 4 (quatro) meses, ou seja, de 21 de novembro de 2019 até 20 de março de 2020, bem como prorroga-se o prazo para prestação de contas por mais 4 (quatro) meses, ou seja, de 21 de dezembro de 2019 até 20 de abril de 2020.

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 236/2018

Publicação Nº 2220198

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 236/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A DANIELA FARIAS.

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 31/2017, ÁREA BIBLIOTECA LITERATURA E LIVRO, MODALIDADE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA, INTITULADO "HISTÓRIAS FORA DA CAIXA".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 237/2018

Publicação Nº 2220199

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 237/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A FERNANDA SASSE

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 56/2017, ÁREA COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM CULTURA, MODALIDADE CAPACITAÇÃO, INTITULADO "CAPACITAÇÕES DE CONSERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS, TÊXTEIS E FOTOGRÁFICOS".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 238/2018

Publicação Nº 2220200

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 238/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O GABRIEL MANTOANELLI

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 018/2017, ÁREA TEATRO E CIRCO, MODALIDADE PRODUÇÃO/MONTAGEM, INTITULADO "JOÃO, O LOUCO!".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 239/2018

Publicação Nº 2220203

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 239/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O GREGORY BRANCO HAERTEL

OBJETO: Execução do Projeto Cultural nº 005/2017, Área Música, Modalidade Gravação, intitulado "Gravação CD Janelas".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 240/2018

Publicação Nº 2220206

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 240/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A IARA CLAUDINÉIA STIEHLER CONINCK

OBJETO: A EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 023/2017, ÁREA MUSEUS E ESPAÇOS DE MEMÓRIA, MODALIDADE EXPOSIÇÃO, INTITULADO "SIMÃO GRAMLICH: PERCURSOS ARQUITETÔNICOS EM BLUMENAU".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 241/2018

Publicação Nº 2220207

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 241/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A JACKELINE GÔMES DE OLIVEIRA

OBJETO: A EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 045/2017, ÁREA ARTES VISUAIS, DESIGN E MODA, MODALIDADE PRODUÇÃO DE DESFILE/CONCURSO DE MODA INTITULADO "AMOR IMPRÓPRIO".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 242/2016

Publicação Nº 2220208

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 242/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. GEORGE ALLAN MILCHERT

OBJETO: Locação de duas salas comerciais de um prédio de alvenaria, contendo a primeira sala a metragem de 50,02m² e a segunda 44,37m², ambas localizadas na Rua 2 de Setembro, nº. 1.330, Blumenau/SC, destinado ao funcionamento do Núcleo Integrado de Atendimento ao Fissurado – NIAF. - SEMUS.

PROCESSO: Dispensa nº. 08-134/2016.

VALOR: Reajusta o valor da locação para R\$ 1.502,04 (mil, quinhentos e dois reais e quatro centavos) mensais, a contar de 21 de agosto de 2019, totalizando o valor do contrato em R\$ 18.024,48 (dezoito mil, vinte e quatro reais e quarenta e oito centavos).

DATA DE ASSINATURA: 30 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 242/2018

Publicação Nº 2220211

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 242/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A JANE MARY SCHMITZ LIESENBERG

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 057/2017, ÁREA DANÇA, MODALIDADE AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE TRAJES OU DE FIGURINOS, INTITULADO "DANÇA...VIDA, AMOR E INTERAÇÃO!"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 244/2018

Publicação Nº 2220222

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 244/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. NATASHA MUGICA CORDEIRO.

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 39/2017, ÁREA COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO EM CULTURA, MODALIDADE DESENVOLVIMENTO, INTITULADO "APLICATIVO BLUMENAU CULTURAL"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se

lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 245/2018

Publicação Nº 2220223

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 245/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. PAULO ROBERTO VOLLES

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 43/2017, ÁREA CULTURA POPULAR E ARTESANATO, MODALIDADE AQUISIÇÃO, INTITULADO "GRAVADORA PARA MADEIRA E CRISTAL".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 246/2018

Publicação Nº 2220226

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 246/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E O SR. RAFAEL MARCINIAK

OBJETO: EXECUÇÃO DO PROJETO CULTURAL Nº. 43/2017, ÁREA CULTURA POPULAR E ARTESANATO, MODALIDADE AQUISIÇÃO, INTITULADO "GRAVADORA PARA MADEIRA E CRISTAL"

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 248/2018

Publicação Nº 2220235

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 248/2018

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A SRA. TEREZINHA DE JESUS MANCZAK

OBJETO: Projeto Cultural nº 001/2017, Área Comunicação e Formação em Cultura, Modalidade Oficina, intitulado "A Arte de Tecer".

PROCESSO: Concurso nº. 005/2017.

ALTERAÇÃO: Alterar o CONTRATANTE do contrato em epígrafe, que deixou de ser a Fundação Cultural de Blumenau, inscrita no CNPJ 83.799.551/0001-94, e passou a ser, a partir de 01/09/2019, de inteira responsabilidade da Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC), novo órgão da administração direta do Município de Blumenau, atuando, a partir da data acima referenciada, sob o CNPJ de nº. 83.108.357/0001-15 (do Município de Blumenau), bem como alterar a redação das demais cláusulas do contrato primitivo, onde se lê: " Fundação Cultural de Blumenau (FCB)" leia-se: " Secretaria Municipal de Cultura e Relações Institucionais (SMC)".

DATA DE ASSINATURA: 21 de outubro de 2019.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2019

Publicação Nº 2220247

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de Next Generation Firewall e repasse de conhecimento de toda solução a fim de atender às necessidades das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de Blumenau e dos serviços Blumenau conecta, pelo período de 36 meses - SEMED. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 21 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 21 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 07/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019

Publicação Nº 2220257

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 138/2019

Objeto: Aquisição de um veículo, tipo furgão, conforme especificações constantes neste edital – Termo de Contrato de Repasse nº 853156/2017 (meta 3) - SEMUDES. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 22 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 22 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: flavioaraujo@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 07/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019

Publicação Nº 2220258

MUNICIPIO DE BLUMENAU – REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 126/2019

Objeto Aquisição de conjuntos de bandeiras oficiais para Unidades Escolares, conforme especificações constantes neste Edital - SEMED. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 21 de novembro de 2019, às 09h00min. Início da sessão: dia 21 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: brunamaas@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes> Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 08/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019

Publicação Nº 2220274

MUNICIPIO DE BLUMENAU - PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada para confecção de prótese odontológica para atendimento a usuários do SUS, pelo período de 12 (doze) meses. SEMUS/FMS. Entrega e protocolo dos envelopes: dia 22 de novembro de 2019, até às 09h00min. Início da sessão: dia 22 de novembro de 2019, às 09h30min. Edital completo: via e-mail: lene@blumenau.sc.gov.br e/ou no site oficial do município <http://www.blumenau.sc.gov.br/portaltransparencia>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alterações. Blumenau, 08/11/2019 – Anderson Rosa – Secretário Municipal de Administração.

PORTARIA Nº 11/2019 - SEMUDES

Publicação Nº 2220276

PORTARIA Nº. 11 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria GAPREF nº. 20.432, de 13 de fevereiro de 2017, e o artigo 75, parágrafo único, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como membros para compor Comissão de Seleção de projetos governamentais e não governamentais, os seguintes servidores:

I – Coordenadora: DALVA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA, ocupante de cargo em comissão, lotada na Diretoria de Proteção Social Básica;

II – Relatora: CAROLINE MARIA MERINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Gerência de Apoio aos Conselhos;

III – Membro: VANESSA RAQUEL CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Diretoria Geral;

IV – Membro: CLAUDIA REGINA DA SILVA SCHORR, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Diretoria Administrativa Financeira;

V – Membro: PATRICIA MORASTONI SASSE, ocupante de cargo em comissão, lotada na Diretoria Geral;

Art. 2º. São atribuições da Comissão de Seleção:

I - processar e julgar chamamentos públicos realizados pelo regime da Lei Federal nº. 13.019/2014 e alterações;

II – analisar e selecionar propostas/projetos governamentais, segundo a viabilidade, diagnóstico e/ou regimes de atendimentos estabelecidos em cada política pública;

III - subsidiar a Diretoria Administrativa Financeira desta Secretaria nas solicitações de alterações de plano de trabalho, que poderão ocorrer entre a fase de captação de recurso e a fase de celebração das parcerias.

Art. 3º. Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar apoio de servidores públicos especialistas nas políticas públicas respectivas, objeto das propostas/projetos, bem como de equipe técnica e administrativa a ser designada pela Gerência de Apoio aos Conselhos a fim de acompanhar o certame.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria Semudes nº. 007/2019.

Blumenau, 06 de novembro de 2019.

OSCAR GUILHERME GROTMANN FILHO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2225/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2220279

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2225/2019 - SAMAE

OBJETO: Pedido de Inexigibilidade para aquisição de curso de capacitação, organização, instrumentos e retenção tributária para os servidores Paulo Roberto de Freitas Junior e Sérgio Pereira Rodrigues, a ser realizado nos dias 12 a 13 de novembro de 2019, na cidade de Porto Alegre/RS.

CONTRATADO: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA ME.

BASE LEGAL: Artigo 25, II da Lei nº. 8.666/93 e alterações

DATA HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2019

Blumenau (SC) 01/11/2019

André Espezim

Diretor Presidente

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2224/2019 - SAMAE

Publicação Nº 2220283

INEXIGIBILIDADE Nº 09-2224/2019 - SAMAE

OBJETO: Pedido de Inexigibilidade para aquisição de reagentes: solução SPADNS para fluoretos e manganês, ambos da marca HACH.

CONTRATADO: HEXIS CIENTÍFICA S/A

BASE LEGAL: Artigo 25, I da Lei nº. 8.666/93 e alterações

DATA HOMOLOGAÇÃO: 01/11/2019

Blumenau (SC) 01/11/2019

André Espezim

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 589/2019 - FURB

Publicação Nº 2220285

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 589/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

METRA PUBLICIDADE EIRELI

OBJETO: Serviços de publicidade e propaganda, correspondentes ao estudo, ao planejamento, à conceituação, à concepção, a criação, a execução e a distribuição de mensagem ou peça publicitária aos veículos e demais meios de divulgação; à criação e ao desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, visando à expansão dos efeitos das mensagens e das ações publicitárias e institucionais; expressões de propaganda, logotipos e de outros elementos identificadores, bem como programação visual; execução de ações de consultoria técnica; execução de serviços de programação visual, de serviços de promoção e demais serviços inerentes à atividade publicitária, destinados ao atendimento das necessidades de comunicação da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Concorrência nº 224/2019 e Contrato nº 245/2019, com validade a partir de 10 de janeiro de 2020.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará, o valor máximo de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) para a execução dos serviços contratados.

PAGAMENTO: O pagamento para os fornecedores de produção de materiais publicitários, bem como para outras ações estratégicas que envolvam contratação de terceiros, será realizado 15 (quinze) dias consecutivos após a entrega dos materiais ou serviços, desde que aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE, e deverão estar acompanhado(s) da Nota Fiscal emitida pelos respectivos fornecedores de comunicação e a nota fiscal da CONTRATADA com o valor da comissão de produção sobre o valor bruto de 15% (quinze por cento), devidamente especificada.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, através de Temo Aditivo.

DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 590/2019 - FURB

Publicação Nº 2220286

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 590/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 430/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF e demais alterações, para a PAGAMENTO DE INSCRIÇÕES NO XXV SNTPEE PARA PARTICIPANTES DO PROJETO VINCULADO AO CONTRATO NºCEEE-GT/9953355 FIRMADO COM A UNIVERSIDADE. Setor solicitante: CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS. Pedido de Compra: 3895, 4643, 4890/2019. Contratada(s): COMPANHIA ESTADUAL DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-GT (CNPJ: 92.715.812/0001-31). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 152/2016/PROGEF. Forma de Pagamento: Depósito bancário. Prazo de Entrega: Conforme Cronograma do Congresso de 11 a 13/11/2019.. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica R\$ 4.380,00 (quatro mil, trezentos e oitenta reais)/ 01.30.12.123.0108.2010 (Manutenção de Atividades de Plano de Trabalho-Custeio)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.39.48 (Serviços de Seleção e Treinamento).

Blumenau/SC, 07 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 591/2019 - FURB

Publicação Nº 2220288

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 591/2019

Inexigibilidade de Licitação nº. 431/2019

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, Dispensa de Licitação o procedimento em epígrafe com fundamento na Instrução Normativa nº. 003/2016/Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 542/2019/PROGEF e demais alterações, para a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA ATUAR NO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM BACTERIOLOGIA CLÍNICA PROMOVIDO PELO INSTITUTO FURB. Setor solicitante: INSTITUTO FURB. Pedido de Compra: 4894/2019. Contratada(s): KEITE DA SILVA NOGUEIRA (CPF: 031.962.959-74). Fundamento Legal: Instrução Normativa nº. 003/2016/ Reitoria, Artigo 25, caput da Lei 8.666/1993 e o Parecer Jurídico nº 542/2019/PROGEF. Forma de Pagamento: Em até 10 dias após a entrega do diário de classe com NF. Prazo de Entrega: Conforme cronograma do curso - dias 08 e 09/11/2019. Local da Prestação do serviço: Instituto FURB - Campus III. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica R\$ 2.357,72 (dois mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta

e dois centavos)/ 01.27.12.364.0100.2001 (Manutenção de Atividades, Operacionais e Administrativa)/ 3.3.90 (Outros Despesas Correntes)/3.3.90.36.06 (Serviços Técnicos Profissionais).

Blumenau/SC, 07 de novembro de 2019.

Profª. Marcia Cristina Sardá Espindola
Reitora da FURB

EXTRATO Nº 592/2019 - FURB

Publicação Nº 2220290

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 592/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de cimento, areia, brita e afins para uso em manutenções e obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 358/2019 e Ata de Registro de Preços nº 260/2019, com validade a partir de 11 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
2	32072	150	SACO	Argamassa colante / tipo III (AC-III) / validade de 6 meses / saco de 20kg. Argamassa colante, tipo III (AC-III), embalada em saco plástico com 20Kg e que esteja em conformidade com as normas vigentes da ABNT. Validade mínima de um ano.	Certa	18,70	2.805,00
Preço Total do item (em reais, por extenso)				Dois oitocentos e cinco reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 593/2019 - FURB

Publicação Nº 2220292

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 593/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

DEMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de cimento, areia, brita e afins para uso em manutenções e obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 358/2019 e Ata de Registro de Preços nº 262/2019, com validade a partir de 11 de

novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (R\$)	Preço Total do Item (R\$)
3	7296	150	m3	Brita corrida (brita contaminada). Conjunto de pedra britada, pedrisco e pó-de-pedra, sem graduação definida, obtido diretamente do britador, sem separação por peneiração. A brita corrida deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 OU 9935/2011	57,48	8.622,00
4	7364	50	m3	Pedra britada número 0. Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 4,8 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 0,075 mm. O pedrisco deve estar isento de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 OU 9935/2011	62,50	3.125,00
5	7262	80	m3	Pedra britada n.º 1 (Brita 1). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 12,5 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 4,8 mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 OU 9935/2011	62,30	4.984,00
6	7263	80	m3	Pedra britada n.º 2 (Brita 2). Material proveniente do britamento de pedra, de dimensão nominal máxima inferior a 25 mm e de dimensão nominal mínima igual ou superior a 12,5 mm. A pedra britada deve estar isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas e deve atender as normas técnicas da ABNT NBR 7225 OU 9935/2011	61,00	4.880,00
9	30343	200	m3	Pó de pedra (brita) 60% com pedrisco 40% / mistura isenta de impurezas e outros materiais como argila, substâncias orgânicas ou terrosas	61,80	12.360,00
Preço Total do item (em reais, por extenso)				Trinta e três mil novecentos e setenta e um reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 594/2019 - FURB

Publicação Nº 2220294

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 594/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e

AGREMIX COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de cimento, areia, brita e afins para uso em manutenções e obras da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 358/2019 e Ata de Registro de Preços nº 261/2019, com validade a partir de 11 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca do cimento	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
------	-------------	-------	------	-------------------	------------------	-------------------------	------------------------------

1	7243	600	SACO	Cimento CP II-32 ou CP IV-32, embalagem de 50kg, com selo de qualidade da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP) e conforme a norma ABNT NBR 5736, e demais vigentes. Obs.: Entregar somente produtos que tenham sido fabricados até 45 (quarenta e cinco dias consecutivos antes da data de entrega (contados a partir da data de fabricação do produto informado na embalagem do mesmo). Em caso de não conformidade, os mesmos não serão aceitos. Também não serão recebidos cimentos entregues em sacos rasgados, "empedrados", molhados ou avariados durante o transporte.	NACIONAL	17,75	10.650,00
Preço Total do item (em reais, por extenso)				Dez mil seiscentos e cinquenta reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 595/2019 - FURB

Publicação Nº 2220296

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 595/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA

OBJETO: Aquisição de impressos para ações previstas no projeto "Ações Integradas de Economia Solidária" da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 385/2019 e Contrato nº 258/2019, com validade a partir de 11 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
6	30834	1	Lote	Flyer / formato 10x15 cm / 4x0 cores / papel reciclado 90 g / lote com 10.000 peças.	490,00	490,00
7	34135	2.000	Peça	Sacola em papel Kraft 125g / tamanho P (dimensões aproximadas de 220x148x65 mm - AxLxP) / impressão 1x0 cor preto / alça gorgorão 2x38cm / com furação e ilhós / sem plástico / lados iguais.	1,12	2.240,00
8	34135	1.000	Peça	Sacola em papel Kraft 125g / tamanho P (dimensões aproximadas de 220x148x65 mm - AxLxP) / impressão 1x0 cor preto / alça gorgorão 2x38cm / com furação e ilhós / sem plástico / lados iguais	1,12	1.120,00
9	27570	4.000	Peça	Sacola em papel Kraft 125g / tamanho G (dimensões aproximadas de 330x250x100 mm - AxLxP) / impressão 1x0 cor preto / alça gorgorão 2x38cm / com furação e ilhós / sem plástico / lados iguais.	1,47	5.880,00
10	27570	2.000	Peça	Sacola em papel Kraft 125g / tamanho G (dimensões aproximadas de 330x250x100 mm - AxLxP) / impressão 1x0 cor preto / alça gorgorão 2x38cm / com furação e ilhós / sem plástico / lados iguais.	1,47	2.940,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is) desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 596/2019 - FURB

Publicação Nº 2220300

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 596/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

MAXI GRÁFICA E EDITORA LTDA

OBJETO: Aquisição de impressos para ações previstas no projeto "Ações Integradas de Economia Solidária" da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº 385/2019 e Contrato nº 259/2019, com validade a partir de 11 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	29520	1.000	Folha	Folha de papel couchê / tamanho A3 / gramatura 150g/m² / serviço de impressão em gráfica digital / impressão 4x0 cor (colorida frente e verso sem impressão) / refilada.	0,75	750,00
2	30638	11.400	Peça	Folder / formato A4 (21x29,7 cm) / cores 4x4 / papel couchê gramatura 170 g/m² / acabamento com 2 dobras e corte com faca especial. (19 lotes de 600 unidades)	0,35	3.990,00

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) do(s) material(is) desde que estas sejam aprovados pela Gestão Contratual e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: Por se tratar de contratação imediata, este contrato terá início a partir da data de sua assinatura e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro, em conformidade com o descrito no caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 597/2019 - FURB

Publicação Nº 2220302

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 597/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
DEMATEC MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de tintas e acessórios para pintura destinados à execução de obras e reformas nos diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 372/2019 e Ata de Registro de Preços nº 249/2019, com validade a partir de 07 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a **CONTRATANTE** pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**:

Lote 10: Verniz PU Brilhante para Piso							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	29794	16	galão	Verniz poliuretano (PU) brilhante para piso monocomponente. Galão de 3,6 litros. Produto de alta repelência, excelente resistência a intemperes com tripla proteção UV e de ação fungicida e algicida. Aplicável em ambientes até 40°C e com umidade relativa do ar até 80%. Indicado para revestimento impregnante e impermeabilizante das fibras da madeira dando alto padrão de qualidade. Composição básica: Resina alquídica, pigmentos orgânicos e inorgânicos, absorvedores UV, hidrocarbonetos aromáticos e alifáticos, contendo fungicida e algicida.. Principais elementos: Solvente de Stoddard 15 – 25%, nafta de petróleo 15 – 25% e xileno 2 – 6%. Rendimento médio em 03 demãos de 12 a 20m²/litro/demão. Garantia de 03 anos para a integridade e aparência natural da madeira (sem descascamento). Referência: MJ6830/Magestic da RENNEN.	Renner	138,21	2.211,36
Preço Total do Lote (em R\$)				2.211,36			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil, duzentos e onze reais e trinta e seis centavos.			

Lote 12: Fundo para Galvanizado							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	14601	24	galão	Fundo sintético premium para galvanizado, cor branca. Galão de 3,6 litros. Indicado também para alumínio e		89,90	2.157,60

				<p>área externa. Composição: Resinas alquídicas, pigmentos, solventes e aditivos. Teor de sólidos (peso): 65% mínimo. Rendimento: 30 - 50m²/galão. Produto classificado conforme ABNT NBR 11702 Apresentar Ficha Técnica e FISPQ</p>			
Preço Total do Lote (em R\$)				2.157,60			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta centavos.			

Lote 14: Impermeabilizante							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7280	20	balde	<p>Impermeabilizante/ adesivo para argamassa e chapiscos tipo branco para uso em áreas externas e internas / balde ou lata com 18 litros / Composição básica: Copolímero Vinílico ou PVA / Líquido branco leitoso / Nomes comerciais: Bianco/Vedacit e Chapix/Quartzolit.</p>	Qualyvinil	112,25	2.245,00
Preço Total do Lote (em R\$)				2.245,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais.			

Lote 17: Seladora							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/ Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6586	15	lata	<p>Seladora extra profissional, para madeira à base de nitrocelulose, lata com 18 litros. Indicada para aplicação em superfícies internas de madeira. Composição química: polímero alquídico modificado, algodão colódio, resina maleica, hidrocarbonetos aromáticos (exceto benzeno), cetonas, minerais inertes, álcoois e ésteres. Faixa de concentração dos principais componentes: álcool etílico (06 – 12%), metil benzeno ou tolueno (23 – 42%), nitrato de celulose (04 – 09%), xileno (10 – 20%). Para aplicação com temperatura ambiente entre 10 e 40°C e umidade relativa do ar entre 40 e 80%. Rendimento mínimo: 4 m2 por litro/demão. Produto classificado conforme Norma ABNT NBR 11702. Fabricante</p>	Sayerlack	347,91	5.218,65

				certificado pelo PBQP-H e ABRAFATI. Ref. comercial Sayerlack.			
2	6628	40	galão	Fundo sintético nivelador para madeira na cor branca, galão com 3,6 litros. Indicado para selar e nivelar superfícies de madeira, em áreas externas e internas. Composição química: fundo à base de resina alquídica, dióxido de titânio, preto de fumo, óxidos de ferro, cargas minerais, aditivos específicos e hidrocarbonetos alifáticos e aromáticos. Rendimento mínimo do galão de 3,6 litros: 45 m2/demão.	Qualyvinil	81,05	3.242,00
Preço Total do Lote (em R\$)				8.460,65			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Oito mil, quatrocentos e sessenta reais e sessenta e cinco centavos			

Lote 18: Massas							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6619	40	Lata	<p>Massa corrida PVA de alto poder de enchimento e ótima aderência. Lata/balde com 25 kg mínimo. (aproximadamente 18 litros). Indicada para nivelar e corrigir superfícies internas de reboco, gesso, fibrocimento, concreto e paredes pintadas com látex.</p> <p>Composição química: resina à base de dispersão aquosa de polímeros vinílicos (PVA), cargas minerais e aditivos.</p> <p>Teor de sólidos/peso 65% mínimo pH 8 a 10.</p> <p>Densidade 1,65 g/cm³ mínima</p> <p>Rendimento da lata/balde de 25kg: até 28m²/demão mínimo (massa grossa).</p> <p>Classificado conforme ABNT NBR 15348 e NBR 11702.</p> <p>Fabricante qualificado pelo PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas).</p> <p>Apresentar Ficha Técnica e FISPQ.</p>	Qualyvinil	57,00	2.280,00
2	39067	30	Lata	<p>Massa acrílica branca de excelente resistência ao intemperismo e a alcalinidade. Lata/balde com 25 kg mínimo. (aproximadamente 18 litros). Indicada para nivelar e corrigir superfícies externas e internas de reboco, gesso, fibrocimento, concreto e paredes pintadas com látex.</p>	Qualyvinil	96,12	2.883,60

				Composição química: resina à base de dispersão aquosa de copolímero estireno acrílico, cargas minerais e aditivos. Teor de sólidos/peso 65 % mínimo pH 8 a 10 Densidade 1,65 g/cm³ mínima Rendimento da lata/balde de 25kg: até 28m²/demão mínimo (massa grossa). Classificado conforme ABNT NBR 15348 e NBR 11702. Fabricante qualificado pelo PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat) e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Apresentar Ficha Técnica e FISPQ.			
Preço Total do Lote (em R\$)				5.163,60			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Cinco mil, cento e sessenta e três reais e sessenta centavos.			

Lote 20: Premir Epóxi							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6652	20	galão	Primer epóxi-isocianato bicomponente cor branca e acabamento fosco Indicado: Aplicação em aço galvanizado, alumínio, fibra de vidro e de excelente aderência em superfícies lisas. Proporção da mistura em volume (epóxi + catalizador): 4:1 Composição: Metil-etil-cetona (solvente) 25% mínimo, sulfato de bário 10% mínimo e outros Isento de chumbo e cromato Teor de sólidos (volume); 18% mínimo Espessura por demão 15 micrometros depois de seco. Rendimento 12m²/demão/litro mínimo Embalagem: Componente A (epóxi) mais componente B (catalizador) totalizando 3,6 litros. Referência comercial: Galverette/International Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	International	429,00	8.580,00
Preço Total do Lote (em R\$)				8.580,00			

Preço Total do Lote (em reais, por extenso)	Oito mil, quinhentos e oitenta reais.
---	--

Lote 24: Corantes							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	98	100	tubo	Corante tipo xadrez azul líquido 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
2	89	100	tubo	Corante tipo xadrez vermelho líquido 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
3	99	100	tubo	Corante tipo xadrez carmim líquido 50 ml	Xadrez	3,15	315,00
4	100	100	tubo	Corante tipo xadrez verde líquido 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
5	118	100	tubo	Corante tipo xadrez preto líquido 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
6	122	100	tubo	Corante tipo xadrez marrom líquido 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
7	37046	100	tubo	Corante xadrez violeta líquido, 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
8	90	100	tubo	Corante tipo xadrez amarelo líquido 50 ml.	Xadrez	3,15	315,00
9	85	10	caixa	Corante tipo xadrez azul em pó com 250g.	Xadrez	10,36	103,60
10	86	10	caixa	Corante tipo xadrez verde em pó com 250g.	Xadrez	10,36	103,60
11	87	10	caixa	Corante tipo xadrez vermelho em pó com 250g.	Xadrez	10,36	103,60
12	88	10	caixa	Corantetipo xadrez amarelo em pó com 250g.	Xadrez	10,36	103,60
13	24358	10	caixa	Corante tipo xadrez preto em pó com 250g.	Xadrez	10,36	103,60
14	7256	300	kg	Gesso em pó para acabamentos e artesanatos.	Juntalider	3,14	942,00
Preço Total do Lote (em R\$)				3.980,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Três mil, novecentos e oitenta reais.			

Lote 26: Neutrol							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7716	10	Lata	Tinta impermeabilizante asfáltica de grande aderência e alta resistência química formadora de película. Lata/balde 18 litros Indicado para proteção de estruturas de concreto, madeira, metálica e alvenaria. Composição base: solvente (aguarrás), asfalto. Aparência: líquido preto, inflamável e viscoso	Otto Baumgart	306,90	3.069,00

				Ref. comercial: neutrol Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ			
Preço Total do Lote (em R\$)				3.069,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Três mil e sessenta e nove reais.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias consecutivos** após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela **CONTRATANTE** e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da **CONTRATADA**) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 598/2019 - FURB

Publicação Nº 2220305

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 598/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
TJL COMÉRCIO E ATACADO EIRELI ME

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de tintas e acessórios para pintura destinados à execução de obras e reformas nos diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 372/2019 e Ata de Registro de Preços nº 252/2019, com validade a partir de 07 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 3: Multimassa Leve							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	31376	80	Pote	Multimassa leve (tapa tudo), na cor branca. Para preenchimento/ nivelamento de imperfeições, fissuras e furos. Em alvenaria, madeira e gesso. Composição básica: Resina a base de latex, carga inerte, aditivos e água. Pote com 340g/850ml.	Sanicolor	16,30	1.304,00
Preço Total do Lote (em R\$)				1.304,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Um mil, trezentos e quatro reais.			

Lote 4: Rolos e Cabos

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7782	48	Peça	Rolo de pintura predial de lã pele de carneiro, com 23cm de largura e 22mm de altura da lã 100% natural. Tramada em tecido, aderido ao tubo plástico pelo processo de termofusão sem uso de adesivos, largura 23cm, altura da lã 22mm, sem cabo. Indicado para tintas látex, acrílica, PVA, óleo e esmalte em superfícies semi-rugosas. Material profissional. REF. 1000/22 - ATLAS	Compel	24,71	1.186,08
2	37657	36	Peça	Rolo aveludado com 23cm de largura e 5mm de altura da lã. Indicado para verniz, tintas protetivas como epóxi e lacas de piso em superfícies lisas; fabricado em 100% lã de carneiro aveludado; aderida ao tubo pelo processo de termofusão, sem emprego de colas ou resinas; sem alça (cabo). Material profissional. REF. 329/5 - ATLAS	Atlas	17,20	619,20
3	37821	60	Peça	Rolo de lã sintética, com 23cm de largura e 8mm de altura da lã. Indicado para pintura em paredes lisas (drywall/gesso acartonado) e fino acabamento.; fabricado em poliamida 66 trançada; aderida ao tubo pelo processo de termofusão, sem emprego de colas ou resinas; sem alça (cabo). Material profissional. REF. AT321- ATLAS	Compel	15,89	953,40
4	23026	48	Peça	Rolo antigota de lã para pintura predial, com 15cm de largura e altura da lã 10mm. Feito de poliamida tramada em tecido, aderido ao tubo plástico pelo processo de termofusão sem uso de adesivos, indicado para superfícies lisas. Com cabo de plástico com furo para prolongador e suporte em aço. Material profissional. REF. 321/15 - ATLAS	Compel	7,94	381,12
5	36208	60	Peça	Rolo aveludado com 5cm de largura e 5mm de altura da lã. Indicado para verniz, tintas protetivas como epóxi e lacas de piso em superfícies lisas; fabricado em 100% lã de carneiro aveludado; aderida ao tubo pelo processo de termofusão, sem emprego de colas ou resinas; com alça (cabo). Material profissional. REF. 329/5 - ATLAS	Atlas	7,85	471,00
6	36207	48	Peça	Rolo aveludado com 9cm de largura e 5mm de altura da lã. Indicado para verniz, tintas protetivas como epóxi e lacas de piso em superfícies lisas; fabricado em 100% lã de carneiro aveludado; aderida ao tubo pelo processo de termofusão, sem emprego de colas ou resinas; com alça (cabo). Material profissional. REF. 329/5 - ATLAS	Atlas	8,11	389,28
7	36206	48	Peça	Rolo aveludado com 15cm de largura e 5mm de altura da lã. Indicado para verniz, tintas protetivas como epóxi e lacas de piso em superfícies lisas; fabricado em 100% lã de carneiro aveludado; aderida ao tubo pelo processo de termofusão, sem emprego de colas ou resinas; com alça (cabo). Material profissional. REF. 329/5 - ATLAS	Atlas	17,64	846,72
8	37822	3	Peça	Cabo prolongador/extensor de até 2,4 metros para suporte de rolos de pintura. Indicado para auxílio em pinturas em áreas de difícil acesso. Fabricado em fibra de vidro e alumínio, com um sistema de travamento fácil e prático e ponteira metálica. Material profissional. REF. AT18024 - ATLAS	Compel	45,84	137,52
9	6677	72	Peça	Cabo/garfo tipo gaiola sem rosca emborrachado para rolo de pintura de 23cm. Fabricado em aço e com cabo de plástico com furo para prolongador. Material profissional. Compatível com os rolos dos itens 1, 2, 3 e 4. REF. 400/23 - ATLAS.	Atlas	6,19	445,68
Preço Total do Lote (em R\$)				5.430,00			

Preço Total do Lote (em reais, por extenso)	Cinco mil, quatrocentos e trinta reais.
--	---

Lote 6: Trinchas							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7787	36	peça	Trincha, largura ½ ", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 7mm. Material profissional.	Atlas	1,61	57,96
2	7768	48	peça	Trincha, largura 1", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 8mm. Material profissional.	Atlas	2,55	122,40
3	7770	120	peça	Trincha, largura 1 1/2", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 8mm. Material profissional.	Atlas	3,30	396,00
4	260	24	peça	Trincha, largura 4", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 11mm. Material profissional.	Atlas	9,65	231,60
5	7799	90	peça	Rolo de pintura predial, largura 50mm e altura da espuma de 10 a 12mm. Feito com espuma 100% poliéster na cor amarela, densidade 30kg/m³. Resistente a solventes minerais, com tubo plástico, suporte em metal e cabo plástico com furo para prolongador. Material profissional. REF. 406/5A - ATLAS	Atlas	2,50	225,00
6	7785	90	peça	Rolo de pintura predial, largura 90mm e altura da espuma de 10 a 12mm. Feito com espuma 100% poliéster na cor amarela, densidade 30kg/m³. Resistente a solventes minerais, com tubo plástico, suporte em metal e cabo plástico com furo para prolongador. Material profissional. REF. 406/9A - ATLAS	Atlas	3,35	301,60
7	7786	90	peça	Rolo de pintura predial, largura 150mm e altura da espuma de 10 a 12mm. Feito com espuma 100% poliéster na cor amarela, densidade 30kg/m³. Resistente a solventes minerais, com tubo plástico, suporte em metal e cabo plástico com furo para prolongador. Material profissional. REF. 406/15A - ATLAS	Atlas	5,75	517,50
8	7778	48	peça	Trincha, largura 3/4", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 7mm. Material profissional.	Atlas	1,87	89,76
9	7772	72	peça	Trincha, largura 2", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 8mm. Material profissional.	Atlas	4,00	288,00
10	7774	60	peça	Trincha, largura 2 1/2", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 9mm. Material profissional.	Atlas	5,10	306,00
11	7776	48	peça	Trincha, largura 3", cabo curto sintético, cerdas de pêlo suíno na cor branca, base das cerdas em metal, comprimento visível mínimo das cerdas 40mm, espessura mínima total das cerdas 10mm. Material profissional.	Atlas	7,38	354,24
Preço Total do Lote (em R\$)				2.889,96			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dois mil, oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos.			

Lote 8: Cal para Pintura							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	7316	60	saco	Cal específica para pintura na cor branca, fornecida em saco de 8kg. Entregar os materiais em sacos lacrados, em perfeito estado de conservação. Caso os sacos estiverem rasgados, molhados ou forem avariados durante o transporte, os mesmos não serão aceitos.	Gulin	6,70	402,00

2	22732	24	peça	Broxa para pintura, cabo e base em plástico, formato retangular, cerdas sintéticas com pontas desfiadas, dimensões 180x75mm, comprimento visível das cerdas 55mm, (tolerância dimensional + ou - 10mm).	Compel	4,29	102,96
Preço Total do Lote (em R\$)				504,96			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quinhentos e quatro reais e noventa e seis centavos.			

Lote 9: Lixas

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	22642	150	Peça	Lixa de papel a prova d'água granulação 320, apresentação em folha de 275mm de por 225mm (CxL). Lixamento e polimento a úmido em peças metálicas.	Alcar	0,92	138,00
2	22643	150	Peça	Lixa de papel a prova d'água granulação 400, apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL). Lixamento e polimento a úmido em peças metálicas.	Alcar	0,91	136,50
3	28713	150	Peça	Lixa de papel a prova d'água granulação 600, apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL). Lixamento e polimento a úmido em peças metálicas.	Alcar	1,15	172,50
4	24430	150	Peça	Lixa de papel a prova d'água granulação 1200, apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL). Lixamento e polimento a úmido em peças metálicas.	Alcar	3,45	517,50
5	24431	150	Peça	Lixa de papel a prova d'água granulação 280, apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL). Lixamento e polimento a úmido em peças metálicas.	Alcar	0,98	147,00
6	30458	150	Peça	Lixa de papel a prova d'água granulação 150, apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL). Lixamento e polimento a úmido em peças metálicas.	Alcar	1,15	172,50
7	6720	200	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 60, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,91	382,00
8	6712	200	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 50, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,90	380,00
9	37594	200	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 320, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,90	380,00
10	6683	300	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 80, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,90	570,00
11	6684	200	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 100, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,84	368,00
12	6685	200	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 120, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,84	368,00
13	22017	200	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 180, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,84	368,00
14	6686	300	peça	Lixa, material óxido alumínio sobre costado de pano (lona), tipo lixa ferro, apresentação folha, tipo grão 220, comprimento 275mm, largura 225mm.	Alcar	1,85	555,00
Preço Total do Lote (em R\$)				4.655,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais.			

Lote 27: Lona Plástica

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	12085	6000	m²	Lona plástica preta comercial (polietileno de baixa densidade) com 100 micras de espessura nominal (aceitável acima de 90 micras) Fornecida em rolo de 6m de largura X 100m de comprimento (600m²) Peso mínimo 50kg/rolo.	Ecocicle	1,00	6.000,00
Preço Total do Lote (em R\$)				6.000,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Seis mil reais.			

Lote 28: Lixas p/ Massa

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6721	300	Peça	Folha de lixa massa granulação 120 de papel leve com grão de óxido de alumínio marrom. Indicada para lixamento de paredes na preparação para pintura. Apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL).	Alcar	0,47	141,00
2	29237	300	Peça	Folha de lixa massa granulação 150 de papel leve com grão de óxido de alumínio marrom. Indicada para lixamento de paredes na preparação para pintura. Apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL).	Alcar	0,47	141,00
3	29238	300	Peça	Folha de lixa massa granulação 180 de papel leve com grão de óxido de alumínio marrom. Indicada para lixamento de paredes na preparação para pintura. Apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL).	Alcar	0,48	144,00
4	29239	300	Peça	Folha de lixa massa granulação 220 de papel leve com grão de óxido de alumínio marrom. Indicada para lixamento de paredes na preparação para pintura. Apresentação em folha de 275mm por 225mm (CxL).	Alcar	0,48	144,00
Preço Total do Lote (em R\$)				570,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quinhentos e setenta reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 599/2019 - FURB

Publicação Nº 2220306

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 599/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e

ILHA TINTAS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de tintas e acessórios para pintura destinados à execução de obras e reformas nos diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 372/2019 e Ata de Registro de Preços nº 251/2019, com validade a partir de 07 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 11: Tinta Epóxi Hospitalar							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	28612	24	galão	Tinta epóxi a base de água bicomponente cor branca acetinada - linha hospitalar. Produto hidrossolúvel bicomponente a base de resinas epóxi/acrílicas de excelente aspecto decorativo, com resistência a manchamentos sujeiras e químicas. Contendo aditivos fungicidas bactericidas. Indicado para pintura de paredes internas, de hospitais, centros cirúrgicos, laboratórios, indústrias alimentícia e farmacêutica. Características gerais: Cor branca com aspecto acetinado; Teor de sólidos 40% mínimo; Espessura por demão 50 micrometros depois de seco. Rendimento 30m²/demão/galão. Diluição em água em até 5%. Embalagem: Componente A (epóxi) MAIS componente B (catalizador) totalizando 3,6 litros. Referência: Wegpoxi Hidro AVA 413 Nobac da WEG.	Wegpóxi	400,00	9.600,00
Preço Total do Lote (em R\$)				9.600,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Nove mil e seiscentos reais.			

Lote 15: Zarcão							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6553	16	lata	Fundo anticorrosivo a base de resina alquídica (zarcão) / indicado para pintura de superfícies internas e externas / cor laranja / para proteção contra ferrugem / acabamento fosco / secagem rápida / lata com 900 ml. Apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	Eucatex	20,68	330,88
2	6663	24	litro	Fundo (ácido) convertedor de ferrugem, 1 litro. Rendimento mínimo: 8m²/litro pH 2,5 a 4,5 Ref. comercial: PCF e TF7 Apresentar Ficha Técnica e/ou FISPQ.	TF7	22,88	549,12
Preço Total do Lote (em R\$)				880,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Oitocentos e oitenta reais.			



Lote 16: Thinner e Impermeabilizante

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6623	42	lata	Redutor - Thinner de alta qualidade para laca, com alto poder retardante e alta resistência a branqueamento. Aplicação em locais com umidade relativa do ar em até 90%. Indicado para diluição de lacas, seladores, vernizes, nitrocelulose e outros. Composição química: hidrocarbonetos aromáticos (tolueno e xilenos) e outros: glicóis, cetonas e álcoois. Lata com 18 litros. REF.: Tempestade 3001/ TEMPO; Thinner 030/Resicolor e Thinner 13001/HEXA ou similar.	Anjo	176,27	7.403,34
2	21472	24	galão	Impermeabilizante para madeira com protetor contra raios UV, tipo stain preservativo para proteção contra fungos que mancham a madeira. Galão de 3,6 litros. Produto de alta resistência à ação de fungos e intempéries (tripla proteção UV). Indicado para decks de piscinas, móveis de jardim, cercas e pergolados. Na formula deverá conter: fungicida, aditivo contra adesão de sujeira e resina que repelem água. Cor: castanho ou cedro (MJ6735) / Acabamento: acetinado. Rendimento: até 72m²/demão/galão. Ref.: Osmocolor Stain UV Deck, Majestic Deck Stain ou equivalente.	Osmocolor	162,36	3.896,64
Preço Total do Lote (em R\$)				11.300,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Onze mil e trezentos reais			

Lote 21: Tintas Esmalte Sintético

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	6579	12	galão	Esmalte sintético premium base de solvente na cor preta, acabamento acetinado/fosco, galão com 3,6 litros. Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos. Teor de sólidos 45% mínimo. Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento por galão até 75 m2/demão. Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	Anjo	88,95	1.067,40
2	26510	60	galão	Esmalte sintético premium base de solvente na cor cinza médio, acabamento brilhante, galão com 3,6 litros. Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos. Teor de sólidos 45% mínimo. Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento por galão até 75 m2/demão. Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	Anjo	73,95	4.437,00

3	6565	12	galão	<p>Esmalte sintético premium base de solvente na cor azul del rey, acabamento brilhante, galão com 3,6 litros.</p> <p>Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos.</p> <p>Teor de sólidos 45% mínimo.</p> <p>Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702.</p> <p>Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas).</p> <p>Rendimento por galão até 75 m2/demão.</p> <p>Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.</p>	Anjo	74,00	888,00
4	6678	48	galão	<p>Esmalte sintético premium base de solvente na cor branca (pronta de fábrica), acabamento fosco, galão com 3,6 litros.</p> <p>Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos.</p> <p>Teor de sólidos 45% mínimo.</p> <p>Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702.</p> <p>Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas).</p> <p>Rendimento por galão até 75 m2/demão.</p> <p>Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.</p>	Eucatex	88,91	4.267,68
5	6549	48	galão	<p>Esmalte sintético premium base de solvente na cor branca (pronta de fábrica), acabamento brilhante, galão com 3,6 litros. Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos.</p> <p>Teor de sólidos 45% mínimo. Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento por galão até 75 m2/demão. Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.</p>	Anjo	73,92	3.548,16
6	6638	12	galão	<p>Esmalte sintético premium base de solvente na cor verde folha), acabamento brilhante, galão com 3,6 litros.</p> <p>Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos.</p> <p>Teor de sólidos 45% mínimo.</p> <p>Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702.</p> <p>Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas).</p> <p>Rendimento por galão até 75 m2/demão.</p> <p>Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.</p>	Anjo	73,91	886,92
7	6608	12	galão	<p>Esmalte sintético premium base de solvente na cor amarela ouro, acabamento brilhante, galão com 3,6 litros.</p> <p>Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos.</p> <p>Teor de sólidos 45% mínimo.</p> <p>Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702.</p> <p>Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas).</p> <p>Rendimento por galão até 75 m2/demão.</p> <p>Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.</p>	Anjo	73,91	886,92

8	6564	12	galão	Esmalte sintético premium base de solvente na cor vermelha (SEGURANÇA), acabamento brilhante, galão com 3,6 litros. Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos. Teor de sólidos 45% mínimo. Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento por galão até 75 m2/demão. Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	Anjo	73,90	886,80
9	39862	12	galão	Esmalte sintético premium base de solvente na cor alumínio, acabamento brilhante, galão com 3,6 litros. Indicado para superfícies de metais ferrosos, galvanizado, alumínio e madeira em ambientes internos e externos. Teor de sólidos 45% mínimo. Composição química: esmalte à base de resinas alquídicas, solventes orgânicos e inorgânicos e aditivos. Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702. Fabricante certificado pelo PBQP-H (Prog. Bras. de Qualidade e Produtividade do Habitat e ABRAFATI (Associação Brasileira de Fabricantes de Tintas). Rendimento por galão até 75 m2/demão. Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	Anjo	85,92	1.031,04
Preço Total do Lote (em R\$)				17.900,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Dezessete mil e novecentos reais.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 600/2019 - FURB

Publicação Nº 2220309

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 600/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
e
ZEROS DISTRIBUIDORA EIRELI

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de tintas e acessórios para pintura destinados à execução de obras e reformas nos diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 372/2019 e Ata de Registro de Preços nº 253/2019, com validade a partir de 07 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 7: Fita Crepe Pintura							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	34466	250	Rolo	Fita crepe para pintura na cor branca, largura 24/25mm, comprimento 50m. Composição: dorso – papel crepe tratado; adesivo – à base de resina e borracha sintéticas.	Eurocel	2,76	690,00

2	1343	200	Rolo	Fita crepe para pintura na cor branca, largura 36/38mm, comprimento 50m. Composição: dorso – papel crepe tratado; adesivo – à base de resina e borracha sintéticas.	Eurocel	5,79	1.158,00
3	1346	400	Rolo	Fita crepe para pintura na cor branca, largura 48/50mm, comprimento 50m. Composição: dorso – papel crepe tratado; adesivo – à base de resina e borracha sintéticas.	Eurocel	5,38	2.152,00
Preço Total do Lote (em R\$)				4.000,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quatro mil reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 07/11/2019

EXTRATO Nº 601/2019 - FURB

Publicação Nº 2220313

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 601/2019

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e
ELTON LUIZ MADEIRA EPP (ARIEDAM)

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de tintas e acessórios para pintura destinados à execução de obras e reformas nos diversos Campi da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 372/2019 e Ata de Registro de Preços nº 250/2019, com validade a partir de 07 de novembro de 2019.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA:

Lote 22: Resina Acrílica							
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca/Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	39864	24	LATA	Resina acrílica impermeabilizante a base d'água incolor superconcentrada, para telhas, tijolos e paredes de alvenaria. Lata/balde com 18 litros. Composição: Resina acrílica emulsionável, espessantes, aditivos e conservantes. Rendimento para parede de alvenaria até 160m ² mínimo. Ref. comercial: super acqua hydronorth Material classificado conforme Norma da ABNT NBR 11.702. Na proposta apresentar Ficha Técnica e FISPQ.	Futura	173,75	4.170,00
Preço Total do Lote (em R\$)				4.170,00			
Preço Total do Lote (em reais, por extenso)				Quatro mil, cento e setenta reais.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.
DATA: 07/11/2019

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2016**

Publicação Nº 2220451

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e ARTONHO CLIMATIZAÇÃO E COMÉRCIO LTDA EPP.

OBJETO: Prorrogação e reajuste do contrato de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado para a Câmara Municipal de Blumenau.

VALOR: O valor anual estimado do contrato é de R\$ 36.947,14 (trinta e seis mil novecentos e quarenta e sete reais e quatorze centavos), sendo R\$ 2.331,90 (dois mil trezentos e trinta e um reais e noventa centavos) mensais relativos à manutenção preventiva e corretiva e R\$ 8.964,34 (oito mil novecentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) estimados para o ressarcimento de peças.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão nº 12/2016 e Lei nº 8.666/93.

VENCIMENTO: 14/10/20.

BLUMENAU, 11/10/19.

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2019

Publicação Nº 2219777

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 25/2019
PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2019 DE PROCESSO SELETIVO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Edital nº 001/2019 de Processo Seletivo, realizado no dia 07 de Abril de 2019, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 08/11/2019 a 14/11/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

O prazo para entrega de toda a documentação referente à contratação no setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra, após a convocação, será de 05 (cinco) dias úteis. O não comparecimento e entrega da documentação dentro desse prazo acarretará na desclassificação do candidato, sendo que será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo, conforme item 10.9.1 do Edital nº 001/2019.

Caso o candidato admitido para assumir o cargo não preencha os requisitos para a posse, ou por qualquer motivo, venha a desistir do mesmo, ou ainda não compareça para a escolha de vaga, será convocado o próximo candidato classificado, seguindo a ordem final de classificação para o respectivo cargo e o candidato será automaticamente desclassificado do certame conforme item 10.14 do Edital nº 001/2019.

Relação dos Convocados:

Cargo: Técnico em Enfermagem

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Talita Padilha Pereira	1435392	27/06/1993	4º

Cargo: Técnico Administrativo

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Gisele De Almeida	1440381	26/02/1992	10º

Cargo: Técnico Administrativo

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Gislaine De Almeida	1440336	29/10/1996	11º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 07 de novembro de 2019.
SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2019

Publicação Nº 2219783

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 28/2019
PARA OS APROVADOS NO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO**

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Edital nº 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, nº 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 08/11/2019 a 07/12/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital nº 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital nº 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital nº 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Recepcionista de Gabinete

Nome	Nº Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Taina Vieira Dos Santos	882331	31/05/1995	2º

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 07 de novembro de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PR 05/2019 FMS

Publicação Nº 2219990

FMS de Bom Jardim da Serra/SC.

Processo: 11/2019

Pregão presencial 05/2019

Forma de julgamento: menor preço por item

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA UNIDADES INTEGRANTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE EM ITENS REMANESCENTES DO PROCESSO 08/2019. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais participa a todos os interessados que estará abrindo as propostas dia 22/11/2019 às 13horas para contratação do objeto em epígrafe. O Edital segue as Leis 10.520/02 , LC 123/06, 147/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 08 de novembro de 2019.

Serginho Rodrigues de Oliveira

EXTRATOS FMAS 2019

Publicação Nº 2220526

06/05/2019 31/12/2019 06/05/2019 2019 26 81 06/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE UNIFORMES PROFISSIONAIS. 2276,33 12444 J. M ESPORTES LTDA (PONTO DO ESPORTES J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 14 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

08/05/2019 07/05/2020 08/05/2019 2019 4 82 7/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS EM ATIVIDADES ARTESANAIS DESENVOLVIDAS PELO CRAS. 260038,35 11269 G T A ATACADO E VAREJO EIRELI EPP J 1 0 0 0 36 C 0 0 13 PR 3 2019 1 Não FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA

24/06/2019 31/12/2019 24/06/2019 2019 36 84 09/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MURAGEM /CRAS 22107,99 11209 ACÁCIA ENGENHARIA LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 23 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

25/06/2019 31/12/2019 01/07/2019 2019 5 83 08/2019 0 1 Contratação de facilitador social para desenvolver a atividade de animação em gaita junto as atividades no Centro de referência dos idosos para 2019. 6480,00 11280 Varnei Luis Cassão J 1 0 0 0 36 C 0 0 13 PR 4 2019 1 Não FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA

01/05/2019 31/12/2019 01/05/2019 2019 3 85 05/2019 0 1 Contratação de facilitador social para desenvolver a oficina de atendimento à crianças e adolescentes beneficiarias do programa bolsa família acompanhadas pelo CRAS, famílias atendidas pelo PAIF e atendimento ao idoso no Centro de referência dos idosos em item remanescente do PR 01/2019. 6842,64 11279 IVONETE APARECIDA DE CARVALHO SILVA 01606020927 J 1 0 0 0 36 C 0 0 13 PR 2 2019 1 Não FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA

05/09/2019 31/12/2019 05/09/2019 2019 2 86 10/2019 02/2019 2 Contratação de facilitadores sociais para desenvolver as oficinas de atendimento à crianças e adolescentes beneficiarias do programa bolsa família acompanhadas pelo CRAS, famílias atendidas pelo PAIF e atendimento ao idoso no Centro de referência dos idosos. 1,00 11277 BRUNO EICHENBERG DA SILVA 00764757008 J 1 0 0 0 36 C 0 0 13 PR 1 2019 1 Não FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA

10/05/2019 31/12/2019 10/05/2019 2018 4 87 11/01 07/2018 3 ADITIVO DE PRAZO - AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM, TIPO VAN, CAPACIDADE MÍNIMA 13 LUGARES, NOS MOLDES DO PROPOSTA 039597/2016. 0 11273 737 COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS EIRELI J 1 0 0 0 34 C 0 0 14 PE 4 2018 1 Não FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE B. JARDIM DA SERRA

24/09/2019 31/12/2019 24/09/2019 2019 36 88 12/01 09/2019 4 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE MURAGEM /CRAS 3764,31 11209 ACÁCIA ENGENHARIA LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 23 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

EXTRATOS FMS 2019

Publicação Nº 2220528

26/04/2019 31/12/2019 26/04/2019 2019 4 269 07/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROPOSTA 12102.905000/1180-02 E DEMAIS SOLICITAÇÕES DO MESMO SETOR. 4627,26 6635 METROMED-COM.DE MATERIAL MED.HOSPITALAR LTDA J 1 0 0 0 41 C 0 0 13 PR 2 2019 1 Não FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA

26/04/2019 31/12/2019 26/04/2019 2019 4 270 08/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROPOSTA 12102.905000/1180-02 E DEMAIS SOLICITAÇÕES DO MESMO SETOR. 13761,66 6249 MF ALMEIDA & CIA LTDA J 1 0 0 0 41 C 0 0 13 PR 2 2019 1 Não FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA

26/04/2019 31/12/2019 26/04/2019 2019 4 271 09/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROPOSTA 12102.905000/1180-02 E DEMAIS SOLICITAÇÕES DO MESMO SETOR. 4761,00 11379 CMOS DRAKE DO NORDESTE SA J 1 0 0 0 41 C 0 0 13 PR 2 2019 1 Não FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA

26/04/2019 31/12/2019 26/04/2019 2019 4 272 10/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROPOSTA 12102.905000/1180-02 E DEMAIS SOLICITAÇÕES DO MESMO SETOR. 13695,40 11332 JHONATAN BAGATOLI J 1 0 0 0 41 C 0 0 13 PR 2 2019 1 Não FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA

26/04/2019 31/12/2019 26/04/2019 2019 4 273 11/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROPOSTA 12102.905000/1180-02 E DEMAIS SOLICITAÇÕES DO MESMO SETOR. 3740,00 11336 osmar orlandi junior me J 1 0 0 0 41 C 0 0 13 PR 2 2019 1 Não FUNDO MUN. DE SAUDE DE BOM JARDIM DA SERRA

06/05/2019 31/12/2019 06/05/2019 2019 26 274 12/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS 8797,65 12444 J. M ESPORTES LTDA (PONTO DO ESPORTES J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 14 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

EXTRATOS PREFEITURA 2019

Publicação Nº 2220519

30/07/2019 31/07/2020 30/07/2019 2018 45 1307 103/04 97/2018 4 LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA. 8144,82 13014 BETHA SISTEMAS LTDA J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 24 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

15/04/2019 31/12/2019 15/04/2019 2017 73 1256 53/02 108/2017 5 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA A INDEXAÇÃO, CONSOLIDAÇÃO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO DAS NORMAS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA POR MEIO DE PLATAFORMA ON LINE - LEIS MUNICIPAIS - COM DIRECIONAMENTO AO WEBW SITE OFICIAL DA PREFEITURA; 2005,75 12956 LIZ SERVIÇOS ON LINE LTDA EPP J 1 0 0 0 44 C 0 0 8 DL 26 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

25/04/2019 24/07/2019 25/04/2019 2019 24 1257 55/2019 0 1 Contratação de empresa especializada para execução de serviços de geologia, hidrogeologia, sondagens, topografias e análises para regularização do cemitério municipal de Bom Jardim da Serra/SC 14197,25 13064 SONDAOESTE SONDAGENS E GEOLOGIA LTDA J 1 0 0 0 52 C 0 0 8 DL 12 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

30/04/2019 31/12/2019 30/04/2019 2019 18 1258 56/2019 0 1 Contratação de empresa especializada para execução das obras e serviços de terraplenagem, drenagem, obras de arte correntes, sinalização viária e pavimentação asfáltica, da Rodovia BJ-050, com construção de obra de arte especial (ponte sobre o Rio Capivaras), Estaca 456+2,710 à Estaca 468+16,640, CR 0265201-24/2008, conforme planilhas e

projetos 1088450,29 13059 PRANDI CONSTRUCAO CIVIL LTDA J 1 0 0 0 52 C 0 0 4 TP 1 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

30/04/2019 29/04/2020 30/04/2019 2019 25 1259 57/2019 0 1 Registro de preços em processo multientidade para aquisição fracionada de pneus e câmaras novos e serviço de recapagem 753380,00 12071 COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 13 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

30/04/2019 29/04/2020 30/04/2019 2019 25 1260 58/2019 0 1 Registro de preços em processo multientidade para aquisição fracionada de pneus e câmaras novos e serviço de recapagem. 114324,00 13066 RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 13 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

30/04/2019 29/04/2020 30/04/2019 2019 25 1261 59/2019 0 1 Registro de preços em processo multientidade para aquisição fracionada de pneus e câmaras novos e serviço de recapagem. 27980,00 13067 OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 13 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

06/05/2019 05/05/2020 06/05/2019 2019 27 1262 61/2019 0 1 "REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE TONER'S

" 50657,00 12997 ANGELO DEMO J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
06/05/2019 05/05/2020 06/05/2019 2019 27 1263 62/2019 0 1 "REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO FRACIONADA DE TONER'S

" 35869,00 13069 W P DO BRASIL LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
08/05/2019 11/06/2019 08/05/2019 2018 29 1264 63/01 84/2018 2 Registro de preços para aquisição fracionada de artefatos de concreto conforme especificações técnicas e britas. 3223,50 12498 LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA ME J 1 159 2019 0 47 C 0 0 13 PR 17 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

25/04/2019 24/04/2020 25/04/2019 2018 23 1265 60/02 68/2018 4 Contratação de serviço de internet 2157,60 12360 CONEXAO SERRA SERVICOS DE INTERNET LTDA J 1 0 0 0 48 C 0 0 8 DL 8 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

20/05/2019 19/05/2020 20/05/2019 2019 30 1266 65/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO 52129,50 13070 AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 18 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

20/05/2019 19/05/2020 20/05/2019 2019 30 1267 66/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO 13893,00 12740 INFOTRIZ COMERCIAL EPP LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 18 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

20/05/2019 19/05/2020 20/05/2019 2019 30 1268 67/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO 108947,76 12709 JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 18 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

20/05/2019 19/05/2020 20/05/2019 2019 30 1269 68/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICO 66369,22 13053 JONAS SCHUTZ J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 18 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

16/05/2019 31/12/2019 16/05/2019 2019 35 1270 60/2019 0 1 CREDENCIAMENTO (IL 01/2018) VIA CISAMA PARA O SERVIÇO DE CASTRAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO PORTE (GATOS E CACHORROS) DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, VULNERABILIDADE SOCIAL E ANIMAIS DE RUA. 15025,00 12680 CONSORCIO INTER. DE SANEAMENTO BASICO - CISAMA J 1 0 0 0 52 C 0 0 8 DL 13 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

23/05/2019 22/06/2019 23/05/2019 2019 31 1271 69/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO, MATERIALEINSTALAÇÃO DE PARA-RAIOS NO GINÁSIO MUNICIPAL DE ESPORTES NOELI PEREIRA DAMACENO. 22500,00 13072 ELETRICA SAO CLEMENTE LTDA ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 19 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

29/05/2019 31/12/2019 29/05/2019 2019 34 1272 70/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS MUSICAIS PARA BANDAS ESCOLARES MUNICIPAIS 12467,30 13077 JOABE MARTINSON - ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 22 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

04/06/2019 31/12/2019 04/06/2019 2019 29 1273 71/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA CONTEMPLADO PELO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 871302/2018 125320,00 13079 MARCIO MARCELO ZIMMERMANN & CIA LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 14 PE 17 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

04/06/2019 31/12/2019 04/06/2019 2019 32 1274 72/2019 0 1 EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO EM RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS UNIDADES PÚBLICAS. 13390,00 13087 DEDETIZADORA BARROS LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 20 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

04/06/2019 31/12/2019 04/06/2019 2019 32 1275 73/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO EM RESERVATÓRIOS DE ÁGUA, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 19567,00 13086 CONTROLE AMBIENTAL TROMBIN LTDA J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 20 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

06/06/2019 31/12/2019 06/06/2019 2019 33 1276 74/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO DESTINADO A MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. 36805,00 13075 TAKT GTN INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO E J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 21 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

10/06/2019 09/06/2020 10/06/2019 2019 37 1277 75/2019 0 1 Registro de preços para aquisição fracionada de artefatos de concreto em processo multientidade 115900,00 12498 LEAO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 24 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

10/06/2019 31/12/2019 10/06/2019 2017 15 1278 76/06 15/2017 7 Contratação de pessoa jurídica ou física para realizar transporte escolar em linhas remanescentes do PR 04/2017 no município de Bom Jardim da Serra observados seus respectivos ajustes. 0 12582 ANTONIO CARLOS ANTUNES BORGES F 1 0 0 0 37 C 0 0 13 PR 9 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

10/06/2019 31/12/2019 10/06/2019 2018 15 1279 77/02 62/2018 2 CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADO PARA REALIZAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO 0 11275 ODAIR JOSE DE ASSUNCAO F 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 11 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

10/06/2019 31/12/2019 10/06/2019 2017 15 1280 78/04 14/2017 2 Contratação de pessoa jurídica ou física para realizar transporte escolar em linhas remanescentes do PR 04/2017 no município de Bom Jardim da Serra observados seus respectivos ajustes. 0 11275 ODAIR JOSE

DE ASSUNCAO F 1 0 0 0 37 C 0 0 13 PR 9 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
12/06/2019 11/06/2020 12/06/2019 2019 38 1281 79/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR. 461672,20 12962 LH COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EIRELI ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 25 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
12/06/2019 11/06/2020 12/06/2019 2019 38 1282 80/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MERENDA ESCOLAR. 151505,00 12894 JOAO NAZARENO PACHECO DE SOUZA - ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 25 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
28/06/2019 31/07/2019 01/07/2019 2019 36 1283 81/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA E SERVIÇO DE MURAGEM 19871,55 13020 FJL CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS EIRELI J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 23 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
24/06/2019 31/12/2019 24/06/2019 2019 40 1284 82/2019 0 1 AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR CONTEMPLADO PELO CONTRATO DE REPASSE OGU Nº 873791/2018 283500,00 13082 BERTINATTO MAQUINAS EIRELI J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 27 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
19/06/2019 31/07/2019 19/06/2019 2018 45 1285 83/03 97/2018 5 LOCAÇÃO DE SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA. 0 13014 BETHA SISTEMAS LTDA J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 24 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
08/07/2019 31/12/2019 01/08/2019 2019 42 1286 84/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E HOSPITALAR (NÃO CONTAMINADO), ORIUNDOS DA COLETA CONVENCIONAL E SELETIVA, DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA 176500,00 12765 TROPEIRO TRANSPORTES LTDA - ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 29 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
08/07/2019 20/12/2019 08/07/2019 2019 41 1287 85/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TERCEIRIZADO PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA 11258,00 13089 DIONI NUNES PEREIRA 03929675960 J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 28 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
08/07/2019 20/12/2019 08/07/2019 2019 41 1288 86/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TERCEIRIZADO PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA 8660,00 13088 LUIZ CARLOS NESTOR 32576285015 J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 28 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
08/07/2019 20/12/2019 08/07/2019 2019 41 1289 87/2019 0 1 CONTATAÇÃO DE SERVIÇO DE TERCEIRIZADO PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA. 15588,00 13090 MARCIO TADEU ZANDONADI 64964191915 J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 28 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
15/07/2019 25/11/2019 16/07/2019 2018 64 1290 87/01 144/2018 5 Registro de preços para aquisição fracionada de alimentação pronta/marmitas para atender funcionários em atividade laboral distante da sede da municipalidade. 0 12926 AROLDI ROTA - ME J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 33 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
22/07/2019 21/07/2020 22/07/2019 2019 44 1292 89/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ELÉTRICO, HIDRÁULICO E MADEIRAS NECESSÁRIOS AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. 146942,00 13074 CENTER LUZ COMERCIO MATERIAIS ELETRICOS LTDA J 1 0 0 0 54 C 0 0 13 PR 31 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
22/07/2019 21/07/2020 22/07/2019 2019 44 1293 90/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS EM PROCESSO MULTIENTIDADE PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ELÉTRICO, HIDRÁULICO E MADEIRAS NECESSÁRIOS AOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO. 897539,46 6864 POSTO IPIRELLA LTDA (LOJA) J 1 0 0 0 54 C 0 0 13 PR 31 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
23/07/2019 31/12/2019 23/07/2019 2019 45 1294 91/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A SINALIZAÇÃO URBANA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO 22000,00 12935 GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP J 1 0 0 0 54 C 0 0 13 PR 32 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
18/07/2019 31/12/2019 18/07/2019 2014 49 1295 92/09 99/2014 2 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DO ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL- TIPO C / PROINFÂNCIA 31656,55 11209 ACÁCIA ENGENHARIA LTDA J 1 0 0 0 26 C 0 0 4 TP 8 2014 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
24/07/2019 23/07/2020 24/07/2019 2019 43 1296 93/2019 0 1 Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção da pavimentação das vias urbanas da cidade, conforme especificações técnicas, quantidades e preço máximo dos anexos. 51300,00 12498 LEO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 30 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
24/07/2019 23/07/2020 24/07/2019 2019 46 1297 94/2019 0 1 Registro de preços para aquisição de materiais para manutenção da pavimentação das vias urbanas da cidade, conforme especificações técnicas, quantidades e preço máximo dos anexos. 511945,00 12498 LEO INDUSTRIAL CONSTRUTORA LTDA ME J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 33 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
25/07/2019 31/12/2019 25/07/2019 2014 49 1298 95/10 99/2014 2 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONCLUSÃO DA OBRA DO ESPAÇO EDUCATIVO INFANTIL- TIPO C / PROINFÂNCIA 16858,76 11209 ACÁCIA ENGENHARIA LTDA J 1 0 0 0 26 C 0 0 4 TP 8 2014 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
01/08/2019 01/09/2019 01/08/2019 2019 48 1299 96/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS E ESCOLARES. 39030,00 12621 FACCINA DALTORA EQUIP. SEGURANCA LTDA - EPP J 1 0 0 0 54 C 0 0 13 PR 35 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
01/08/2019 01/09/2019 01/08/2019 2019 48 1300 97/2019 0 1 REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PROFISSIONAIS E ESCOLARES. 90000,00 12842 FS INDUSTRIA E COMERCIO DE UNIFORMES LTDA - EPP J 1 0 0 0 54 C 0 0 13 PR 35 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
18/07/2019 18/08/2019 18/07/2019 2019 49 1301 88/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS JUNTO FNDE 9000,00 13091 JONAS SCREMIN BROLESE J 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 14 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
01/08/2019 31/12/2019 01/08/2019 2019 51 1302 98/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 17146,80 12643 CHARLIE PEREIRA RAMOS F 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
01/08/2019 31/12/2019 01/08/2019 2019 51 1303 99/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 3464,00 12954 ADINEI GONÇALVES PADILHA F 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA
01/08/2019 31/12/2019 01/08/2019 2019 51 1304 101/20019 0 1 CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS PARA REALIZAR TRANSPORTE

ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 15588,00 11844 LUIZ JOSE DE OLIVEIRA BERNARDO F 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

01/08/2019 31/12/2019 01/08/2019 2019 51 1305 102/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 10305,40 11275 ODAIR JOSE DE ASSUNCAO F 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

01/08/2019 31/12/2019 01/08/2019 2019 51 1306 100/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE TERCEIRIZADOS PARA REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR EM LINHAS VICINAIS NO MUNICÍPIO 9526,00 12814 JOAO DE SOUZA MENDES F 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 15 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

15/08/2019 18/09/2019 15/08/2019 2018 46 1308 104/01 112/2018 5 REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção (elétrica e mecânica), e serviços de mão de obra da frota de VEÍCULOS da Prefeitura, fundos municipais e conveniados de Bom Jardim da Serra/SC, para o período de 12 meses. 0 12771 AUTOPECAS E MECANICA DE BONA LTDA - ME J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 25 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

15/08/2019 18/09/2019 15/08/2019 2018 46 1309 105/01 111/2018 5 REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção (elétrica e mecânica), e serviços de mão de obra da frota de VEÍCULOS da Prefeitura, fundos municipais e conveniados de Bom Jardim da Serra/SC, para o período de 12 meses. 0 12928 FLAVIO SANTOS FERMINO - ME J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 25 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

08/08/2019 31/08/2019 08/08/2019 2019 36 1310 106/01 81/2019 4 CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA DO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA E SERVIÇO DE MURAGEM 4642,53 13020 FJL CONSTRUCAO E REFORMA DE IMOVEIS EIRELI J 1 0 0 0 51 C 0 0 13 PR 23 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

02/09/2019 02/09/2020 03/09/2019 2018 53 1311 108/01 107/2018 2 LOCAÇÃO DE PLATAFORMA ONLINE PARA ORÇAMENTOS E CUSTO MÉDIO EM MÃO DE OBRA E PEÇAS DE VEÍCULOS 5900,00 13018 CILIA TECNOLOGIA LTDA J 1 0 0 0 48 C 0 0 8 DL 22 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

17/09/2019 17/03/2020 17/09/2019 2018 46 1312 109/02 111/2018 3 REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção (elétrica e mecânica), e serviços de mão de obra da frota de VEÍCULOS da Prefeitura, fundos municipais e conveniados de Bom Jardim da Serra/SC, para o período de 12 meses. 0 12928 FLAVIO SANTOS FERMINO - ME J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 25 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

17/09/2019 17/03/2020 17/09/2019 2018 46 1313 110/02 112/2018 3 REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção (elétrica e mecânica), e serviços de mão de obra da frota de VEÍCULOS da Prefeitura, fundos municipais e conveniados de Bom Jardim da Serra/SC, para o período de 12 meses. 0 12771 AUTOPECAS E MECANICA DE BONA LTDA - ME J 1 0 0 0 47 C 0 0 13 PR 25 2018 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

18/10/2019 31/12/2019 18/10/2019 2019 45 1314 112/01 91/2019 2 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS REFERENTE A SINALIZAÇÃO URBANA CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO 5422,87 12935 GP SINALIZACAO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP J 1 0 0 0 54 C 0 0 13 PR 32 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

21/10/2019 20/10/2020 21/10/2019 2019 60 1315 113/2019 0 1 CONTRATO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DESTINADO A ATUALIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, COMPREENDENDO A CONSOLIDAÇÃO POR DENTRO DO TEXTO, COMPILAÇÃO E VERSIONAMENTO DOS ATOS OFICIAIS, E ACESSO EXCLUSIVO A BANCO DE DADOS COMPREENDENDO A LEGISLAÇÃO DE MUNICÍPIOS E ESTADOS BRASILEIROS EM UM ÚNICO AMBIENTE DE PESQUISA. 7521,54 12956 LIZ SERVIÇOS ON LINE LTDA EPP J 1 0 0 0 53 C 0 0 9 IL 2 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

01/11/2019 15/12/2019 01/11/2019 2019 61 1316 114/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM EXECUÇÃO DE MOBILIÁRIO FIXO PROJETADO PARA RECEPÇÃO. 7900,00 13118 MATHEUS DA SILVA PADILHA 08323365997 J 1 0 0 0 53 C 0 0 8 DL 18 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

26/09/2019 01/11/2019 26/09/2019 2019 57 1317 111/2019 0 1 CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO GEOREFERENCIADO, ATUALIZAÇÃO DE CONFRONTANTES E CADASTRO DE MORADORES DENTRO DA ÁREA DA MATRÍCULA 5.539 A FIM DE INSTRUMENTALIZAR O CUMPRIMENTO DO TAC 004/2017/01J/SJA 32400,00 13115 IVONIR FERNANDES DA SILVA J 1 0 0 0 53 C 0 0 11 DL 17 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DA SERRA

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 108-2019

Publicação Nº 2219357

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 108/2019

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO S.A.

Objeto: Aquisição de escavadeira hidráulica sobre esteira nova (Zero Hora), ano/modelo mínimo 2019, adquiridas através de financiamento via BADESC, conforme proposta nº. 2019022000.

Valor do Objeto: R\$ 473.000,00 (quatrocentos e setenta e três mil reais).

Processo Licitatório nº. 2107/2019

Bom Jesus do Oeste/SC, 06 de novembro de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5368/2019

Publicação Nº 2219264

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE Decreto Municipal nº. 5368/2019 de 06 de novembro de 2019

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, do Processo Licitatório nº 2107/2019, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº. 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, nomeada pelo Decreto Municipal nº. 5258/2019 de 02 de Janeiro de 2.019, sob o Processo de Licitação nº 02107/2019, que tem por objeto Aquisição de escavadeira hidráulica sobre esteira nova (Zero Hora), ano/modelo mínimo 2019, Fabricação Nacional, adquiridas através de financiamento via BADESC, conforme proposta nº. 2019022000.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant	Valor (R\$)
1	Hyundai Heavy Industries Brasil - Industria e Comércio de Equipamentos de Construção S.A.	Escavadeira Hidráulica sobre Esteira Nova (Zero Hora), ano/modelo mínimo 2019, contendo as seguintes características mínimas: Motor Diesel de quatro cilindros turbo alimentado, com potência bruta mínima de 121 HP; MAR-1 (Normas de níveis de emissão de poluentes vigentes no Brasil), com Peso Operacional Mínimo 17.000 KG e peso Máximo 18.500 KG (restrições para veículo de transporte existente), com Braço de no mínimo 2,25 metros e lança de no mínimo 5,10 metros, com Capacidade de Concha de no mínimo 0,80 m3, com carro de no mínimo sete roletes inferiores e dois superiores de cada lado, Sapatas de no mínimo 700 mm, largura de transporte com limitação máxima de 2,70 metros, equipada com proteção Externa de Cabine Rops/Fops, possuir Bomba de abastecimento para Óleo Diesel padrão de Fábrica. Equipada também com cabine fechada com ar condicionado (frio e quente), radio mínimo AM/FM, faróis de trabalho dianteiro, no mínimo 02 espelhos retrovisores externos, sistema de monitoramento e/ou gerenciamento via satélite standard do fabricante; cabine com assento suspensão vários ajustes e com encosto reclinável. Possuir Câmera de visão traseira (ré) padrão de fábrica. Equipada com Linha Hidráulica (3º ponto) para rompedor hidráulico original e engate rápido para acoplamento e desacoplamento de concha e rompedor hidráulico. Todos os itens devem ser padrão de fabrica não sendo permitido adaptações. A Escavadeira deverá vir equipada com concha (já mencionada características mínimas) e equipamento Rompedor Hidráulico com peso de funcionamento entre 900 KG a 1.200 KG com ponteira, sendo que a assistência técnica e garantia deste equipamento (rompedor) deverá ser fornecido pela revenda da autorizada da escavadeira	1	473.000,00
Quatrocentos e setenta e três mil reais			473.000,00	

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do art.3º, do Decreto Municipal nº. 4450/2013, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 06/11/19.

Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

1258.11.19 - P. REMANEJAMENTO DOUGLAS DA CRUZ

Publicação Nº 2219817

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 1258/19 de 06.11.19

REMANEJA SERVIDOR PÚBLICO DE UM LOCAL DE SERVIÇO PARA OUTRO NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais; e

Considerando a necessidade de otimização dos recursos humanos do quadro de pessoal da Administração Municipal, a fim de preencher as lacunas existentes, aumentar a eficiência na prestação do serviço público, e, por consequência, atender aos interesses da coletividade;

Considerando que o remanejamento constitui no exercício de atribuições do cargo, elencados na Lei Complementar nº 01/2003 de 03 de dezembro de 2003, não havendo qualquer desvios de função;

Considerando que a mudança de lotação implica apenas na mudança do local de trabalho.

RESOLVE:

Remanejar o servidor Douglas da Cruz, Ocupante do cargo de Motorista – Padrão I – Nível 4, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes Obras e Serviços Urbanos, para ocupar as mesmas funções na Secretaria Municipal de Saúde, a contar do dia 01 de novembro de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de novembro de 2019.

EVERALDO CAPISTRANO DA CUNHA
Prefeito Municipal

NILTON CESAR DOS SANTOS
Sec. Mun. Administração e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº. 0121/2019.

Publicação Nº 2219162

DECRETO Nº. 0121/2019.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o inciso III do Art. 9º da Lei Municipal nº 0909, de 11 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

05– EDUCAÇÃO ESPECIAL

2.037 – Manutenção das Atividades da APAE

(81) – 3.3.90.00.00.00.00 0000 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

TOTALR\$ 37.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 do recurso 1.0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 31 de Outubro de 2019.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 23 2019

Publicação Nº 2193160

Página: 1/58

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroscavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	disco 87308018 (24801)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		57,4164	1
2	disco 87305713 (24802)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		57,4515	2
3	anel 87302761 (24803)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		118,4266	1
4	anel 87302760 (24804)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		118,4988	2
5	ANEL 83925620 (2314)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		35,2549	1
6	JUNTA 83417133 (3173)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		35,2764	2
7	RETENTOR 81866390 (3163)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		25,5608	1
8	RETENTOR 81834073 (3161)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	AGEL		25,5764	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	APC		0,9047	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,9053	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,5005	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		9,5063	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		59,5490	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		59,5853	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		27,2304	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 2/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020				
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
9	ANEL 81845713 (2312)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		27,4001	2	
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		12,7891	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		12,8969	2	
10	VALVULA 81820047 (4214)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,8859	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Vangas		4,8888	2	
11	ANEL 81845041 (2315)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,7080	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		1,6490	2	
12	haste 83962811 (24805)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,188,6092	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		1,190,3350	2	
13	amue168967990 (24806)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,6529	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		15,6724	2	
14	pino 9967683 (24807)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		16,1245	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		16,1343	2	
15	suporte esq. 9968009 (24808)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		682,6779	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		683,0944	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 3/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020				
Objeto da Compra:						Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
16	suporte direito 9967991 (24809)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		683,4073	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		683,8242	2	
17	parafuso 85805979 (24810)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,9065	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,9076	2	
18	flange 85805980 (24811)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		175,7254	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibohi		175,8326	2	
19	cubo esq.85824351 (24812)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,506,6686	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		2,508,1980	2	
20	porca 85805962 (24813)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		12,4474	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		12,4550	2	
21	Flange 85805963 - New Holland LB90 (22748)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		176,3072	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibohi		176,4148	2	
22	Tirante 85805975 - New Holland LB90 (22750)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		448,0157	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		448,2891	2	
23	Pivo 85805977 - New Holland LB90 (22752)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		148,6335	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 4/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
				Tanaka		148,7242
24	cutbo direito 85834350 (24814)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2.254,8215
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		2.256,1972
25	parafuso 95905987 (24815)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7,6682
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		7,6629
26	reparo 85805990 (24816)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		113,9154
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		113,9849
27	cutbo 85806003 (24817)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		531,3679
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		531,6921
28	rolamento 85806002 (18314)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		271,7917
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		271,9575
29	Prisioneiro 9968070 - New Holland LB90 (22755)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		6,5082
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		6,5121
30	Porca 9968071 - New Holland LB90 (22756)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		8,8994
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		8,9048

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 5/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
31	pivo 85905974 (24818)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		450,7111
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		450,9861
32	polia 75310005 (24819)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		479,6058
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rei		479,8884
33	esticador 75286363 (24820)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		419,0104
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Nylon		419,2860
34	correia 75206859 (24821)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GATES		105,6163
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Dayco		105,6808
35	polia j914494 (24822)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		256,1315
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rei		256,2877
36	Anel 9988052 (18515)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,0522
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		1,0529
37	cremalheira 75208365 (24823)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		329,0653
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tratorrebo		329,2661
38	parafuso 75208362 (24824)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		8,1108

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 6/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
39	cabo 85826303 (24825)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		245,6091	1
40	bomba combustivel 71100951 (24826)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		373,2003	1
41	heltos 75264466 (24827)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		453,8834	1
42	bomba agua 71100619 (24828)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		331,2042	1
43	retentor 9968312 (24829)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		331,4063	2
44	DISCO 9968290 (2363)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		32,6635	1
45	disco 9968289 (24830)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		30,4274	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 7/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	disco 9968288 (24831)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		353,5085	1
47	anel 9968287 (24832)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		353,7242	2
48	engrenagem 9968285 (24833)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,5885	1
49	rolamento 9968304 (24834)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		19,6005	2
50	rolamento 9968228 (24835)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,411,2364	1
51	anel 9968230 (24836)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		1,412,0974	2
52	rolamento 9968276 (24837)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		35,4549	1
53	anel 9968302 (24838)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		35,4765	2
54	rolamento 9968228 (24835)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		21,2562	1
55	anel 9968230 (24836)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		21,2692	2
56	rolamento 9968276 (24837)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		18,5223	1
57	anel 9968302 (24838)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		18,5336	2
58	rolamento 9968228 (24835)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		107,8855	1
59	anel 9968302 (24838)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		107,9514	2
60	rolamento 9968276 (24837)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		31,5131	1

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Brago do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		31,5323	2
54	anel 9968279 (24839)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		14,8510	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		14,8600	2
55	anel 9968291 (24840)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,5120	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		5,5153	2
56	defletor 9968292 (24841)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		338,9796	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		339,1864	2
57	mola 9968293 (24842)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,0845	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	SRC		19,0962	2
58	cabo freio de mao 85504646 (24843)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		298,8635	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Superflex		299,0458	2
59	conversor torque b.troca85817620 (24844)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,263,6885	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		2,265,0696	2
60	caixa satellite 86584273 (24845)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,409,3120	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		2,410,7820	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 9/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
61	engrenagem 81728114 (24846)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		283,5732	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		283,7462	2			
62	amuela satellite 83989915 (24847)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,6471	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Beijl		19,6591	2			
63	amuela planetaria 81803424 (24848)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		43,7924	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Beijl		43,8192	2			
64	bucha 81800471 (24849)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		28,3334	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Mabchi		28,3507	2			
65	engrenagem 81803445 (24850)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1.106,7610	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		1.107,4362	2			
66	CRUZETA 81876885 (4224)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		543,6088	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	New Century		543,9404	2			
67	engrenagem 81803451 (24851)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1.151,6270	1			
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		1.152,3296	2			
68	capa 80510892 (24852)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		158,8322	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 10/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
69	cone 80510684 (24853)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		325,5693	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		325,7680	2
70	cone 81803413 (24854)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		418,3121	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		418,5674	2
71	parafuso 83994579 (24855)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		190,7984	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		190,9148	2
72	coroa e pinto 87958890 (24856)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4.803,2844	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	TGL		4.806,2250	2
73	rolamento 81824478 (24857)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		238,2811	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		238,4265	2
74	cone 82958861 (24858)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		201,7773	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		201,9004	2
75	capa 83912252 (24859)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		224,7151	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		224,8522	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 11/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
76	cone 81845711 (24860)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		146,1775	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		146,2867	2
77	capa 80052491 (24861)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		97,3828	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		97,4422	2
78	cilindro 87315528 (24862)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		2.873,8406	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		2.875,5940	2
79	camisa 85800604 (24863)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		2.447,1204	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		2.448,6135	2
80	haste 85800603 (24864)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		851,6985	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		852,2162	2
81	embolo 87404259 (24865)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	CENTRALSUL		249,4034	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		249,5555	2
82	sensor temp. agua 85811390 (24866)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		228,1078	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	12M		228,2470	2
83	sensor pie. oleo tras. 85817672 (24867)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1.161,2889	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 12/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	CNH		1,161,9974
84	reparo cil. penetração 87315531 (24868)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		166,8387
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		166,9405
85	repara cil. caçamba 87315527 (24869)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		137,7891
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		137,8732
86	reparo cil. elevação longo 87315535 (24870)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		216,4037
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		216,5358
87	reparo cil. elevação curto 87315532 (24871)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		190,8239
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		190,9403
88	reparo cil. giro 87315529 (24872)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		188,4482
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		188,5510
89	cilindro giro 87315529 (24873)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGE		2,923,0106
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		2,924,7940
90	reparo cil. sapata 87315528 (24874)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		174,0528
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		174,1590

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 13/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
91	reparo cil.caçamba diel.87315525 (24875)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		124,3329	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		124,4088	2
92	reparo cil.direção 85805990 (24876)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		99,2365	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		99,2971	2
93	retentor orig.85824344 (24877)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		76,4495	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		76,4962	2
94	Anel 9967678 - New Holland LB90 (22743)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		38,9648	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		38,9885	2
95	mola prato 9967679 (24878)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,3528	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		6,3566	2
96	mola prato 9967673 (24879)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		30,7181	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		30,7369	2
97	Espaçador 9967684 - New Holland LB90 (22741)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		18,0634	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		18,0744	2
98	Bucha 9967674 - New Holland LB90 (22742)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		21,7282	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 14/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
99	Espaçador 9968010 - New Holland LB90 (22733)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		125,5343	1
100	Luva 9968007 - New Holland LB90 (22735)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		158,7929	1
101	Amuleta 9968006 - New Holland LB90 (22732)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		30,8591	1
102	Amuleta 9967994 - New Holland LB90 (22739)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		52,9053	1
103	Espaçador 9967993 - New Holland LB90 (22738)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		107,8790	1
104	Luva 9967992 - New Holland LB90 (22737)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		115,3823	1
105	Bucha 85803197 (18101)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		82,2016	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 15/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
106	Bucha 85803193 - New Holland B110B (22839)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		39,8371
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		39,8614
107	Pino 85803192 - New Holland B110B (22840)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		127,3970
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		127,4747
108	Pino 85801079 - New Holland LB90 (22909)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		281,7310
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		281,9029
109	ESPAÇADOR 85801191 (3202)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		76,6110
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		76,6577
110	CALÇO 8274447 (3170)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,7506
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		8,7560
111	anel 85803198 (25118)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,2989
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		5,3021
112	Pino 85802872 (18106)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		147,8714
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		147,9616
113	Bucha 83912378 (18590)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		45,6601

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 16/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	ig.reparo 87315521/r (24881)		OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		45,6879	2
		UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		112,1445	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		112,2129	2
115	JUNTA ESFERICA 85801517 (2270)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,3946	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		15,4040	2
116	porca 16102311 (24882)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,4584	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,4587	2
117	JUNTA ESFERICA 85801544 (2271)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,5426	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		15,5521	2
118	porca 16102911 (24883)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,5944	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,5948	2
119	GARFO 11991971 (2272)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		34,6993	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		34,7204	2
120	PINO 85802738 (2273)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,2960	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		3,2980	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 17/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
121	JUNTA ESFERICA 85801518 (2279)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		80,4241	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		80,4732	2
122	Pino 85803005 - New Holland B110B (22853)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		159,2780	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		159,3752	2
123	bucha 83910977 (24884)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,9375	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,9405	2
124	Pino 85813469 - New Holland B110B (22859)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		146,2676	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		146,3569	2
125	aneta 85818916 (24885)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,9118	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,9148	2
126	anel plastico 11069071 (24886)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,1132	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		2,1145	2
127	silencioso 87348962 (24887)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		513,6134	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		513,9268	2
128	tubo 392301a1 (24888)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		117,9670	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 18/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020					
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
129	abraçadeira 401541a1 (24889)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		31,8359	1	118,0390	2
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak					
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		31,8554	2		
130	suporte 87351104 (24890)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		73,7468	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		73,7918	2		
131	suporte 752b4941 (24891)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		154,8511	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Silenmak		154,9456	2		
132	parafuso614-10035 (24892)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,9432	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,9438	2		
133	parafuso 614-10030 (24893)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,2731	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,2739	2		
134	porca 829-1410 (24894)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,6396	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,6400	2		
135	amela 896-15010 (24895)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,1227	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,1228	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 19/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
136	coxim 117846a1 (24896)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		41,7695	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		41,7950	2
137	parafuso 814-16110 (24897)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		5,4153	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		5,4186	2
138	porca 832-10416 (24898)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,5833	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,5842	2
139	coxim87416967 (24899)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		129,4908	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		129,5698	2
140	Coxim 87416966 - New Holland LB90 (22722)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		129,6654	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		129,7445	2
141	LAMINA (8338)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	METISA		1,279,3200	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Metisa		1,279,1000	2
142	dente 135-8203 (24900)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	METISA		72,6238	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Metisa		72,6681	2
143	kg arame de mlg (24901)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		28,2106	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 20/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
144	kg chapas 5/16" (24902)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		5,6098	1	
145	pino 85801262 (24903)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		77,4641	1	
146	ARRUELA 83910977 (4228)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,5091	1	
147	ANEL 75246056 (3138)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,2571	1	
148	pino 83911000 (24904)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		291,9428	1	
149	ARRUELA 81901837 (3166)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7,8135	1	
150	anel 83911020 (24905)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,9440	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 21/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
151	PINO 83999466 (3224)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		66,7679	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		66,8087	2
152	amela 83910629 (24906)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,0713	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,0738	2
153	ANEL 83910630 (3182)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,1247	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		5,1279	2
154	pino 85803141 (24907)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		105,6680	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		105,7324	2
155	espaçador 85803140 (24908)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,2846	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		26,3007	2
156	ANEL 85802992 (3213)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,1637	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		9,1692	2
157	pino 85803002 (24909)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		116,9902	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		117,0616	2
158	Pino 85815607 - New Holland B110B (22849)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		228,7536	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 22/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
159	Pino 85815638 (18600)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		176,5990	1
160	bucha 87910558 (24910)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		45,9707	1
161	bucha 75248202 (24911)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,9177	1
162	BUCHA 83902710 (3175)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		20,1771	1
163	pino 85801056 (24912)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		38,7988	1
164	anel 75245692 (24913)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		2,6814	1
165	conexão 85803312 (24914)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,0284	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 23/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
166	conexão 85802803 (24915)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		15,6983	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		15,7079	2
167	reparo 87315521/R (24916)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		151,5813	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		151,6738	2
168	eletrodo OK48 4mm (24917)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		2,7080	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		2,7096	2
169	kg.aço 1045 (24918)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,2231	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gerdau		13,2312	2
170	pedra de retifica (24919)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		9,7848	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Vonder		9,7908	2
171	kg.tudo SKF (24920)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		36,3538	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gerdau		36,3760	2
172	Bucha 85824469 - New Holland B110B (22811)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,3428	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		26,3569	2
173	mt.lixa 36 (24921)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		6,1774	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 24/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	3M		6,1812	2
174	parafuso 85806010 (24922)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,1244	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,1250	2
175	Rotula (20163)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		142,7454	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		142,8325	2
176	barra de direção 85805974 (24923)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DIFERENCIAL		470,0611	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		470,3479	2
177	conexão 9867995 (24924)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,1972	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		13,2053	2
178	TERMINAL DIREÇÃO - MICRO ONIBUS MDY 1200 (6898)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7884	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7888	2
179	parafuso 12x110mm (24925)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		5,3636	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		5,3669	2
180	contrapino 3/8"x3" (24926)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		2,9207	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fixpar		2,9225	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 25/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
181	veda escapamento (24927)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	3M		4,8531	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Orbi		4,8560	2
182	mola 83931313 (24928)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,3633	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	SCR		5,3666	2
183	haste cromada (24929)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		362,2583	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		362,4794	2
184	bucha 65x50x40 (24930)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		42,6639	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		42,7200	2
185	rolite 83910599 (24931)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9424	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		0,9430	2
186	embolo 87422784 (24932)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		282,6616	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		282,8541	2
187	anel 7049 (24933)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,8129	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,8134	2
188	contrapino 1/8"x2" (24934)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1,0014	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 26/58

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020						
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fixpar		1,0020
189	ameia lisa 1/2 (12339)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,4782
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,4785
190	terminal M22512-04-04 (24935)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,0655
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		8,0704
191	capa fina 1/4" (24936)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		5,4670
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		5,4903
192	mangueira 1/4"x1 (24937)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		16,1892
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fluxotech		16,1991
193	barão 100BM-12-04 (24938)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		17,0161
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		17,0265
194	engraxadeira 5/16" (24939)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1,5702
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		1,5711
195	caximbo 1/4" (24940)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,3232
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		26,3392

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 27/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
196	adaptador LMSOMO-08-06 (24941)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		34,1486	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manullil		34,1694	2
197	anelo lisa 1.3/4" (24942)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		4,0716	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		4,0741	2
198	terminal M22411-06-08 (24943)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		17,6422	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manullil		17,6530	2
199	terminal M22513-06-08 (24944)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,4611	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manullil		13,4693	2
200	capa 00.06 (24945)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,7048	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manullil		4,7076	2
201	mangueteira 3/8"x1T (24946)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	RTB		27,1959	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fluxotech		27,2125	2
202	CRUZETA 9968410 (3223)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DANA		54,1198	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	New Century		54,1528	2
203	fluido de freio tuteia LHM (24947)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PETRONAS		100,6532	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 28/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tuteia		100,7146	2
204	engraxadeira reta 3/8" (24948)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		1,5704	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		1,5713	2
205	amuela lisa 2" (24949)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,7176	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		4,7205	2
206	amuela lisa 1.1/2" (24950)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,2749	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		2,2763	2
207	contrapiño 3/32x1" (24951)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,8334	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fixpar		0,8339	2
208	porca 12mm (24952)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7884	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,7888	2
209	anel trava 41mm (24953)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,0938	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		2,0951	2
210	parafuso 1/2x1.1/2" (24954)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7621	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,7626	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 29/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
211	porca 1/2" (24955)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7949	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,7954	2
212	pino 1545279 (24956)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		121,1082	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		121,1821	2
213	amuleta lisa 3" (24957)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,3782	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		6,3821	2
214	Anel 87711038 (24958)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		11,6590	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		11,6661	2
215	Relentor 87415728.. (19264)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		80,9478	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		80,9971	2
216	Pino K395093 (24959)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		22,1093	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		22,1228	2
217	Porca de Aço 87708454 (24960)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		262,4719	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		262,6321	2
218	Disco 887708434 (24961)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	UNITEC		366,9192	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 30/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitec		367,1431	2
219	Regulador de Travao 877708441 (24962)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		68,9787	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		69,0208	2
220	Anel 371145A1 (24963)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		56,5439	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		56,5784	2
221	Anel 87708438 (24964)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		100,1167	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		100,1778	2
222	Anel 371144A1 (24965)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		98,6948	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		98,7551	2
223	Anel Retentor 87708442 (24966)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		3,6386	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		3,6408	2
224	BUCHA 83910548 (3177)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		54,1720	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		54,2051	2
225	RETENTOR 83931289 (3187)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		9,0674	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		9,0729	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 31/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
226	Pino 85802975 - New Holland LB90 (22782)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		115,4081	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		115,4786	2
227	Anel 72246056 (24967)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,5222	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		3,5244	2
228	Engraxadeira 70914465 (24985)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,5816	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		0,5820	2
229	Pino 85815517 - New Holland B110B (22855)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		238,5851	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		238,7307	2
230	Bucha 76021466 - New Holland LB90 (22913)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		60,9450	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		60,9822	2
231	Anel elastico 11069071 - New Holland LB90 (22779)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,3266	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		2,3280	2
232	Calço 85818916 - New Holland LB90 (22778)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,8277	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		4,8306	2
233	Espagador 83910977 - New Holland LB90 (22777)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,7953	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 32/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
234	BUCHA 83910634 (3183)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	Maibchi		4,7982	2
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibchi			
			MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		33,6070	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibchi		33,6275	2
235	Bucha 83910645 - New Holland B110B (22873)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		53,5581	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibchi		53,5908	2
236	Reparo 87315529R (24986)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		172,8571	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		172,9626	2
237	Pino 83910599 (24987)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,9723	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibchi		6,9766	2
238	Bucha 83998809 (24988)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,8342	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibchi		8,8396	2
239	Eixo 85800990 (24989)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		106,2236	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		106,2884	2
240	Retenitor 83910601 (24990)	UND	MG S COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		79,9525	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		80,0013	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 33/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
241	Haste 87433032 (24991)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		521,7904	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		522,1088	2
242	Bucha 85800303 - New Holland B110B (22876)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		55,2966	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		55,3303	2
243	BUCHA 81901896 (3167)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		47,9871	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		48,0163	2
244	Pino 75247594 - New Holland B110B (22867)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		62,4383	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		62,4764	2
245	Arrel 75244879 (24992)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,3272	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		6,3310	2
246	Pino 85802993 - New Holland B110B (22865)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,6191	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		3,6213	2
247	Pino 85802872 - New Holland LB90 (22910)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		106,3793	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		106,4442	2
248	Espagador Ago 85801191 (24993)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		66,1607	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 34/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
249	Caço de Aço 8,27 4447 (24994)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		66,2011	2
				TRATORGEL		8,8154	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		8,8207	2
250	Pino 85803246 (24995)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		11,6910	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		11,6981	2
251	Anel Trava 85803195 (24996)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,2262	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		0,2263	2
252	Bucha 85803196 (18107)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		61,8178	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		61,8555	2
253	Pino 85801076 (18096)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		240,0640	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		240,2305	2
254	BUCHA 85801029 (3199)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		24,5719	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		24,5869	2
255	Bucha 85803197 - New Holland B110B (22838)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		80,8445	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maipchi		80,8938	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 35/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
256	Bucha 85803192 (24997)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		116,4616	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		116,5327	2
257	Bucha 85700728.. (18100)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		125,3999	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		125,4764	2
258	Anel Trava 85803198 (24998)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,9338	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		2,9356	2
259	Pino 85803194 (24999)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,8139	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		19,8260	2
260	BUCHA 83910551 (3178)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		41,5629	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		41,5882	2
261	Bucha 83910547 (25000)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		34,1564	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		34,1772	2
262	BUCHA 85800202 (3197)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		25,9745	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		25,9903	2
263	Velante 87710130 (25002)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		19,9507	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 36/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		19,9629	2
264	BUCHA 83910557 (3179)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		109,8761	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		109,9431	2
265	Disco de Desbaste 9" (25003)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		23,5832	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Norton		23,5976	2
266	Disco de Corte 9" (25004)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		21,3209	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Norton		21,3339	2
267	Libra Oxigênio (25005)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WHRITE MAR		2,8114	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Air Iquide		2,8131	2
268	Kg. Arame Mig (25006)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		24,3002	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		24,3151	2
269	Kg. Lâmina (25007)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		3,6709	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	CBT		3,6732	2
270	Ponteira Cardan (25008)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		382,0411	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		382,2742	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 37/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
271	Luva. (25009)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		389,1183	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		389,357	2
272	Eletrodo OK 48 3,25mm (6993)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		2,5981	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Esab		2,5996	2
273	Kg. Aço 1045 (25010)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	FERROSUL		12,9940	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gerdau		12,9919	2
274	Mangueteira 75245967 (25011)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		249,3575	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	CNH		249,5096	2
275	Terminal M22493-06-08 (25012)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		25,3471	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull		25,3626	2
276	Capa prens 00.06 (18604)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4,7498	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manull		4,7527	2
277	Mangueteira 3/8x2T.. (18605)	MTS	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		27,2402	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fluxotech		27,2568	2
278	Anel 2-014, (19626)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,8724	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 38/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra:		Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,8730	2
279	Anel 2-016 (19627)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9047	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,9053	2
280	Anel 2-018 (19628)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9173	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		0,9179	2
281	Bucha 3302759 (25013)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		43,1852	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		43,2115	2
282	Engradeira 1/4" (25014)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,8075	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		0,8080	2
283	L.T. Oleo 90 (25015)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		11,7947	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Lubrax		11,8019	2
284	Amela Tração (25016)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		69,5215	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		69,5639	2
285	ARRUELA (1885)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		53,8166	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		53,8494	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 39/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
286	Pino lubrificante 85813469 (25017)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		151,2256	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		151,3179	2
287	Retentor pinhão 84197602 (25018)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		193,1562	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		193,2740	2
288	Anel Vlon 84197601 (25019)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,6894	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		3,6916	2
289	tb. Cola 3M (25020)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	3M		8,1561	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	KS		8,1611	2
290	Retentor 85824345 (16184)	PC	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		28,8890	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		28,9066	2
291	Parafuso 85801575 - New Holland LB90 (22745)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,4559	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		2,4574	2
292	Anel Trava 32mm (25021)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,6013	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		1,6023	2
293	Contrapino 3/8x3.1/2" (25022)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,1925	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 40/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
294	Correia 8PK 1500 (23018)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GATES		76,1840	1
295	Eletrodo OK48 4,00 mm (25023)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		2,7015	1
296	Eletrodo 600 duro (25024)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		5,9459	1
297	Pedra retífica 36 mm (25025)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		9,9397	1
298	Disco desbaste 4" (25026)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		8,2076	1
299	Disco Corte 4" (25027)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	WORKER		10,4372	1
300	Anel Trava 46 mm (25028)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,8950	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 41/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
301	Parafuso Sapata 5/8x232 (25029)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		3,7418	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		3,7441	2
302	Porca 5/8" NF (25030)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,7578	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,7589	2
303	Amuela Lisa 5/8" (25031)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		0,6527	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,6531	2
304	Porca fio 1,5 30mm (25032)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		12,3630	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		12,3705	2
305	Porca 5/8" NC (25033)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,6013	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,6023	2
306	Flange c/ porca 87708445 (25034)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		4.369,7477	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		4.372,4138	2
307	Prisioneiro de roda 85608260 (25035)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		14,1731	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		14,1817	2
308	Porca satellite roda 87708452 (25036)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3.685,4449	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 42/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
309	Trava 87708453 (19266)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,3571	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		9,3628	2
310	Dente AR1 211201 - New Holland LB90 (22786)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	METISA		79,4486	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Metisa		79,4971	2
311	Parafuso lâmina 5/8x2,12" (25037)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		3,0657	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		3,0676	2
312	Porca lâmina 5/8" (25038)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,1310	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,1317	2
313	Placa freio 877708433 (25039)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		293,9657	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitac		294,1451	2
314	Placa freio 87708435 (25040)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		399,9963	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitac		400,2404	2
315	Barra dire. comp. 87306934 (25119)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DIFERENCIAL		621,1635	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		621,5625	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 43/58

Número do Registro de Preços: 23/2019			Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
316	Junta esférica 85805975 - New Holland B110B (22816)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DIFERENCIAL		220,5340	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		220,6686	2
317	Porca 85805976 - New Holland LB90 (22751)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7236	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7241	2
318	Engrenadeira 9968021 (25041)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9564	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Yamaguchi		0,9569	2
319	Parafuso 9968022 (25042)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	REX		1,7708	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		1,7719	2
320	Pivô 9968023 (25043)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		160,7064	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		160,8045	2
321	Porca 85805986 (25044)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7044	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7048	2
322	Pivô 9968025 (25045)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		160,5835	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		160,6815	2
323	Porca 85805982 (25046)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,7490	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 44/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		0,7495	2
324	Bucha 85805988. (24780)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		49,4154	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Italbrnze		49,4456	2
325	Vedante 87710145 (25047)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		29,7872	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		29,8054	2
326	Rolamento K395101 (25048)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		266,8730	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		267,0359	2
327	Espaçador 87708447 - New Holland B110B (22893)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		57,0798	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		57,1146	2
328	Anel 800-1150 (25049)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,9193	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		1,9204	2
329	Engrenagem 87708967 (25050)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		663,7226	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejoi		664,1276	2
330	Rolamento 87708444 (25051)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		587,1756	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		587,5338	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 45/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
331	Retentor 85827067 (18636)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		124.4370	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Arca		124.5129	2
332	Rolamento 9967687 (25052)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		308.9921	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		309.1806	2
333	Prisioneiro de roda 87710171 (25053)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7.4452	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		7.4497	2
334	Porca roda 9968071 (25054)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9.6490	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Fibam		9.6549	2
335	Anel 85805711 (18315)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6.7277	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		6.7318	2
336	Anel 85806006 (25055)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		7.1280	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		7.1324	2
337	Anel entosio 85806016 (25056)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		36.5989	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		36.6212	2
338	Kil. Diferencial 87708394 (25057)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3.689.8561	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 47/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020					
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
346	Mola Prato 9967997 (25061)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,5632	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		8,5685	2		
347	Bucha 87306932 - New Holland B110B (22823)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		40,3153	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		40,3399	2		
348	Bucha 9968019.. (24781)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		40,0830	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		40,1074	2		
349	Retentor 87710130. (24782)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		23,5246	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		23,5389	2		
350	Rotula 9968002 (25062)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		32,3727	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		32,3925	2		
351	Mola prato 9968003 (25063)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		10,8316	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		10,8382	2		
352	Arrel 9968006 (25064)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		31,2148	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		31,2338	2		
353	Bucha 9968010 - New Holland B110B (22808)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		131,0020	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 48/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		131,0819	2
354	Bucha 9968010 (25065)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		208,1956	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		208,3226	2
355	Bucha 9968007 (25066)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,6865	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		1,6876	2
356	Bucha 9967992 - New Holland B110B (22801)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		123,1364	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		123,2116	2
357	Bucha 9967993 - New Holland B110B (22802)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		125,0950	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		125,1714	2
358	Anel 9967994 (25067)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		57,3699	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		57,4049	2
359	Tirante 8730696927 (25068)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		369,7756	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Tanaka		370,0012	2
360	Coxim 87488318 (25069)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		133,7953	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		133,8769	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 49/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
361	Coxim 87488319 (25070)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		133,8399	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		133,9216	2
362	Filtro combustível 87303444 (25071)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	BALDWIN		250,0295	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		250,1820	2
363	Filtro óleo motor 87803260 (25072)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		155,7689	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		155,8640	2
364	Filtro combustível 84403847 (25073)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		111,4782	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		111,5462	2
365	Filtro óleo hidráulico 86989733 (25074)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DONALDSON		615,7477	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		616,1234	2
366	Filtro óleo hidráulico 84255607 (25075)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	DONALDSON		536,4677	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		536,7950	2
367	Filtro de ar 87682989 (25076)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		146,8102	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		146,8997	2
368	Filtro de ar 87682999 (25077)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		95,6766	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 50/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020				
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
369	Filtro transmissão 86982180 (25078)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TURBO		526,4435	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Donatison		526,7647	2	
370	Correia 84278184 - New Holland B110B (22902)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		87,8045	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gates		87,8561	2	
371	Correia 87304910 (25079)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GATES		29,7479	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Gates		29,7660	2	
372	Cilindro freio 84369307 (25080)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	GENAU		3.198,4020	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Genau		3.200,3534	2	
373	Cotovelo 86579688 (25081)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		526,2354	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		526,5564	2	
374	Cotovelo 86579686 (25082)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		154,2299	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		154,3240	2	
375	Cotovelo 9840543 (25083)	UND	MGs COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		71,9439	1	
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Manuli		71,9878	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 51/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
376	Ig. Reparo 87654845 (25084)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		157,5718	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		157,6680	2
377	Ig. Reparo 84209920 (25085)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		196,4464	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		196,5663	2
378	Ig. Reparo 86428631 (25086)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		175,8352	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		175,9425	2
379	Ig. Reparo 84155586 (25087)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		166,5027	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		166,6043	2
380	Ig. Reparo 84154166 (25088)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		161,5792	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		161,6778	2
381	Ig. Reparo 87428628 (25089)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		128,5984	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		128,6769	2
382	Pino 87402742 (25090)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		151,4715	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maibochi		151,5639	2
383	Pino 85801050 (25091)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		62,7032	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 52/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		62,7415	2
364	Pino 85801049 (25092)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		61,2871	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		61,3245	2
365	Ig. Reparo 85428627 (25093)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		133,4269	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		133,5083	2
366	Ig. Reparo 1542923C2 (25094)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		112,7386	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		112,8074	2
367	Articulação 85827740 (25095)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		10,422,4551	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		10,428,8141	2
368	Articulação 85827739 (25096)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,631,5360	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		9,637,4124	2
369	Cilindro direção 87710158 (25097)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,418,6393	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	MSU		3,420,7251	2
390	Ig. Reparo 87710144 (25098)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		160,8285	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		160,9286	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 53/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
391	Cilindro mestre 87714038 (25099)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		3,224,6161	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Genau		3,226,5836	2
392	Pino 84360306 (25100)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		126,9701	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		127,0475	2
393	BUCHA 83910546 (3176)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		76,1763	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		76,2247	2
394	Pino 87577359 (25101)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	PIM		162,4839	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		162,5830	2
395	Raspador 83931281 (25102)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	AGEL		7,9426	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		7,9474	2
396	Pino 85602976 - New Holland B110B (22862)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		8,2852	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		8,2902	2
397	Bucha 85606009 (25103)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,9275	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Maiochi		13,9360	2
398	Parafuso 87710175 (25104)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,0357	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 54/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
399	Cubo 85817698 (25105)	UND	OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		2.0370	2
				TRATORGEL		560,5224	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		560,8644	2
400	Coroa 85806008 (25106)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		847,5728	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	FRT		848,0699	2
401	Parafuso 85805709 (18313)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,6462	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Rex		0,6466	2
402	Bujão 85806012 (25107)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		97,1435	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	ROB		97,2028	2
403	Engrenagem 85806014. (24776)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		148,4207	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejoi		148,5113	2
404	Roletes 85806015. (24777)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		0,9653	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejoi		0,9659	2
405	Anela 9988084 (25108)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		6,1654	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Bejoi		6,1691	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 55/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braco do Trombudo, SC.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
406	Anel 9988083 (25109)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		1,5251	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		1,5260	2		
407	Disco aço 181159A1 (25110)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		26,0197	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitac		26,0356	2		
408	Disco Bronze 1811558A1 (25111)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		59,9564	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Unitac		59,9930	2		
409	Anel Trava 181116A1 (25112)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		13,4619	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		13,4701	2		
410	Platão 358644A1 (25113)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		519,2896	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	RCB		519,5864	2		
411	Anel vedador 358642A1 (25114)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		25,3021	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		25,3175	2		
412	Anel leflon 87423984 (25115)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		9,9463	1		
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	APC		9,9523	2		
413	Anel Trava 800-1150 (25116)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	TRATORGEL		2,1897	1		

Página: 56/58

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Número do Registro de Preços: 23/2019 Data do Registro: 09/08/2019 Válido até: 09/08/2020

Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Wurth		2.1910	2
414	Rolamento 358633A1 (25117)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	KOYO		252.4740	1
			OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)	Timken		252.6281	2
415	Retentor 81349641 (25001)	UND	MGS COMERCIO DE PECAS LTDA - ME (9617)	ARCA		72.3717	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 57/58

Número do Registro de Preços: 23/2019							Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020		
Objeto da Compra:							Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.				
Item	Especificação			Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
					OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA. (6241)		APC		72.4158	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2019

Página: 58/58

Número do Registro de Preços: 23/2019		Data do Registro: 09/08/2019		Válido até: 09/08/2020			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de peças para manutenção das retroescavadeiras New Holland B110B e LB90 da Secretaria de Obras do município de Braço do Trombudo, SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2019

PROCESSO Nº 35/2019

- (6241) - OFICINA DE TRATORES UNIAO LTDA.
- (9617) - MGS COMERCIO DE PECAS LTDA- ME

Braço do Trombudo, 9 de Agosto de 2019.

ATA REGISTRO DE PREÇOS 7 2019

Publicação Nº 2193178

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2019

Número do Registro de Preços: 7/2019		Data do Registro: 08/02/2019		Válido até: 08/02/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA (Braço Novo e Serril) do Município de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Sulfato de alumínio (granulado-pó) para tratamento de água, isento de ferro. (9215)	KG	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	AVANEX	0	1,2500	1
			PROJESAN SANEAMAMBIENTAL LTDA. (6444)	PROJESAN	0	1,2900	2
2	Hipoclorito de sódio comercial (9216)	KG	BUSCHLE E LEPPER SA (6502)	CARBOCOLOR	0	1,6400	1
			QUIMISA S/A (8726)	MULTICOLOR	0	1,6500	2
			AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	MULTICOLOR	0	2,7900	3
3	Ortopolifosfato de Sódio Base Seca (16761)	KG	AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (9529)	AVANEX	0	11,5000	1
			QUIMISA S/A (8726)	QUIMISA	0	12,6800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2019

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 7/2019		Data do Registro: 08/02/2019		Válido até: 08/02/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA (Braço Novo e Serril) do Município de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA (9153)	ADEQUEST	0	13,4000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2019

Número do Registro de Preços: 7/2019		Data do Registro: 08/02/2019		Válido até: 08/02/2020			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de produtos químicos para atendimento da demanda de água na Estação de Tratamento de Água - ETA (Braço Novo e Serril) do Município de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2019

PROCESSO Nº 6/2019

- (6444) - PROJESAN SANEAM.AMBIENTAL LTDA.
- (6502) - BUSCHLE E LEPPER SA
- (8726) - QUIMISA S/A
- (9153) - ADETEC TECNOLOGIA AMBIENTAL LTDA
- (9529) - AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Braço do Trombudo, 8 de Fevereiro de 2019.

Brusque

PREFEITURA

DECRETO Nº 8482-2019

Publicação Nº 2220458

DECRETO N. 8.482, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dá nova redação ao inciso XVIII do art. 1º do Decreto n. 8.089, de 22 de janeiro de 2018 e alterações, que designou servidores para acompanhar e fiscalizar contratos.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso I do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O inciso XVIII do art. 1º do Decreto n. 8.089, de 22 de janeiro de 2018 e alterações, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º

I -

XVIII – Departamento-Geral de Infraestrutura – DGI

Servidora: Andréa Patrícia Volkmann

Cargo: Diretora-Geral, lotada no Gabinete do Prefeito/Departamento-Geral de Infraestrutura – DGI

Matrícula: 18058-4” (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 8.450, de 19 de setembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8483-2019

Publicação Nº 2220459

DECRETO nº 8.483, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estabelece período de Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, suspende a contagem dos prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos administrativos, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IV do art. 82 da Lei Orgânica do Município, c/c parágrafo único do art. 119 da Lei Complementar nº 147/09 – Estatuto dos Servidores Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido o período de Férias Coletivas aos Servidores Públicos Municipais, no período entre 16 de dezembro de 2019 a 04 de janeiro de 2020, ressalvado o disposto neste Decreto.

Parágrafo único. Ficam excluídos os Servidores Públicos Municipais que estiverem relacionados nas escalas de plantão de suas respectivas Secretarias, estes terão férias individuais, com aviso de férias e portaria publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 2º Os Secretários Municipais deverão organizar escala de plantão dos serviços públicos essenciais, para atendimento ao público, durante o período de férias coletivas.

Art. 3º Os servidores municipais pertencentes ao Quadro do Magistério Público Municipal e os atuantes na Secretaria de Educação usufruirão férias de acordo com o calendário escolar, conforme dispõe o art. 40 e seguintes da Lei Complementar nº 146/09.

Art. 4º Ficam suspensos os prazos inerentes aos atos, procedimentos e processos, inclusive os administrativos em trâmite no Município de Brusque, fundamentado na Lei Complementar Municipal nº 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de novembro de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

EDITAL Nº 003-2019- CONCESSÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR

Publicação Nº 2220461

**PREFEITURA DE
BRUSQUE****EDITAL Nº003/2019 PARA CONCESSÃO DO AUXÍLIO ESCOLAR
CURSOS DE TECNOLOGIA E DE GRADUAÇÃO**

**Fixa datas e estabelece as orientações para
realização da inscrição do Programa Auxílio
Escolar para cursos técnicos e de graduação.**

A **SECRETARIA DE ORÇAMENTO E GESTÃO DO MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com base no Decreto Municipal nº 7.707, de 02 de dezembro de 2015, que regulamenta o art. 79 da Lei Complementar nº 147, de 25 de setembro de 2009, torna público o edital de abertura das inscrições para seleção de candidatos a serem contemplados com o auxílio-escolar para cursos técnicos e de graduação, no período de 08 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 – O auxílio escolar é disciplinado pela Lei Complementar nº 147/09 e pelo Decreto Municipal nº 7.707/15.

1.2 – Serão concedidas aos servidores efetivos da Prefeitura Municipal de Brusque, **22 vagas** destinadas aos cursos de graduação (primeira graduação) e **5 vagas** para cursos de tecnologia. O valor do auxílio será de **50%** (cinquenta por cento) do **valor da mensalidade paga** regularmente pelo beneficiário.

1.3 O Programa contemplará servidores efetivos matriculados nos cursos de graduação nas áreas do conhecimento que estejam correlacionados com as atividades desempenhadas na Prefeitura Municipal de Brusque.

1.4 Será concedido o auxílio escolar para os cursos de outras cidades, desde que não sejam oferecidos na cidade de Brusque.

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



2. DO CRONOGRAMA

08/11/2019	Publicação do EDITAL DE INSCRIÇÃO PARA CONCESSÃO DE AUXÍLIO ESCOLAR Nº 003/2019
08/11/2019 a 29/11/2019	Solicitação de CONCESSÃO de Auxílio Escolar – Período de cadastramento ou inscrição. Horário: Período vespertino: das 12h00min às 18h00min horas Local: RH GERAL – 1º PISO PREFEITURA MUNICIPAL
02/12/2019 a 04/12/2019	Período de análise dos cadastros.
05/12/2019	Divulgação dos selecionados e respectivos percentuais a serem recebidos por cada estudante, a título de bolsa de estudo em Cursos Técnicos e de graduação. Divulgação: Intranet https://intranet.brusque.sc.gov.br/ ; Mural da prefeitura e site ESAP https://esap.brusque.sc.gov.br/
05/12/2019 a 06/12/2019	Prazo para apresentar requerimento de revisão do indeferimento do pedido. Local: RH GERAL – 1º PISO PREFEITURA MUNICIPAL.
09/12/2019	Divulgação dos selecionados após revisão ou de resultado final. Divulgação: Intranet https://intranet.brusque.sc.gov.br/ ; Mural da prefeitura e site ESAP https://esap.brusque.sc.gov.br/

3. DA CONCESSÃO

3.1 A execução e administração do Programa do Auxílio-Escolar está afeta à ESAP - Escola de Administração Pública da Prefeitura Municipal de Brusque;

3.2 - O beneficiário terá lançado em folha de pagamento o valor ressarcido pelo Município, sendo que deverá comprovar a quitação da mensalidade encaminhando o documento, em via original, até o primeiro dia útil do mês subsequente ao pagamento, sob pena de suspensão do benefício para o mês seguinte;

3.2.1 Havendo reincidência (não entrega dos documentos no prazo estabelecido), o benefício será cancelado, sendo que os valores já pagos deverão ser restituídos à Prefeitura Municipal de Brusque;

3.3 - A data limite para entrega do comprovante de pagamento da mensalidade do mês

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



vigente na folha de pagamento é o **6º dia útil de cada mês**, devendo ser protocolada no Setor de RH da Prefeitura Municipal de Brusque;

3.4 Não será concedido pagamento de acúmulos de mensalidades;

3.5 O auxílio será mantido durante o período de tempo previsto para a conclusão regular dos cursos, desde que o servidor renove semestralmente a pretensão, por meio do comprovante de matrícula e do histórico escolar constando as médias;

3.6 Após a conclusão do curso, o servidor beneficiado deverá permanecer na Prefeitura Municipal de Brusque por período de tempo idêntico ao que foi beneficiado, sob pena de responder pela imediata restituição do investimento, em parcela única, atualizada monetariamente.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1 As inscrições deverão ser protocoladas no período de 08 de Novembro 2019 a 29 de Novembro de 2019, no setor de Recursos Humanos, localizado no 1º andar da Prefeitura Municipal.

4.2 Os candidatos ao Programa de Auxílio Escolar, deverão apresentar os seguintes documentos:

4.2.1 Comprovação de matrícula em curso de graduação ou de tecnologia (graduação), firmado pela instituição de ensino, que contenha a fase que o beneficiário irá cursar firmado pela instituição de ensino;

4.2.2 Declaração ou qualquer documento que comprove que o estudante está em dia com as mensalidades do curso;

4.2.3 Declaração do beneficiário de que concorda expressamente com os termos e obrigações delineadas neste edital de concessão do auxílio escolar (Anexo II);

4.2.4 Não ter sofrido punição administrativa com pena de suspensão nos dois anos anteriores ao pedido;

4.2.5 Não estar em licença para tratamento de assuntos particulares ou à disposição de outros órgãos.

4.3 Documentos que comprovem a situação socioeconômica

4.3.1 No campo da avaliação socioeconômica, os candidatos devem preencher atentamente

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



o conteúdo do **ANEXO I**.

4.3.2 Para a avaliação socioeconômica serão considerados os seguintes aspectos:

- a) Número de integrantes do grupo familiar;
- b) Renda mensal bruta familiar;
- c) Gastos com moradia (aluguel e/ou financiamento) do grupo familiar;
- d) Gastos contínuos com tratamento de saúde do grupo familiar;
- e) Número de integrantes do grupo familiar que estejam cursando graduação em instituição de ensino superior, considerando as pagas e as gratuitas;
- f) Situações de grande impacto que interfiram diretamente na dinâmica familiar.

4.3.4 Essas informações, inseridas pelo candidato no campo próprio do formulário, conduzirão à fórmula matemática abaixo descrita:

$$\text{PONT} == \frac{R - M - S [(up \times 380) + (ug \times 180)] \times RED}{[(GF + SE) \times SM]} \times 100$$

- PONT = pontuação
- R = renda total bruta familiar
- M = gastos com moradia
- S = gastos com tratamento contínuo de saúde
- up= número de integrantes do grupo familiar que cursam instituição de ensino paga
- 380 = valor de referência
- ug=número de integrantes do grupo familiar que cursam instituição de ensino gratuita
- 180 = valor de referência
- RED = redutor (1 aluno=0,40; 2 alunos=0,45 e 3 alunos ou mais=0,50)
- GF = número de integrantes do grupo familiar
- SE = situações especiais (utilizar 1,5 para cada situação assinalada)
- SM = salário mínimo atual
- 100 = multiplicador.

4.3.5 A partir da utilização dessa fórmula será gerada uma pontuação para cada candidato inscrito. Da menor pontuação para a maior estabelece-se, em ordem crescente, a classificação na avaliação socioeconômica.

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE

ESAP
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BRUSQUE - SC

4.4 A não-apresentação da documentação completa no ato de inscrição, a divergência entre os dados declarados no formulário e os constantes na documentação ou a comprovada falsidade nas informações prestadas podem excluir o servidor do processo seletivo ou suspender imediatamente o benefício.

5. DA CLASSIFICAÇÃO

5.1 – Serão preenchidas 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre com base nos seguintes critérios:

- a) 3 (três) pontos para cada promoção por desempenho funcional.
- b) 1 (um) ponto para cada ano completo (365 dias) de tempo de serviço prestado ao Município de Brusque.
- c) 1 (um) ponto para cada fase curricular integralmente concluída no curso em que está matriculado.
- d) avaliação socioeconômica, em caso de empate.

5.2 – Serão preenchidas 50% (cinquenta por cento) das vagas oferecidas no semestre com base nos critérios socioeconômicos descritos no item 4.3 deste edital.

5.2.1 Na ocorrência de número ímpar de vagas, o maior percentual será preenchido com base nos critérios definidos no item 5.1 deste artigo.

5.2.2 Caso o servidor fique classificado tanto no item 5.1 como no item 5.2 deste artigo, será automaticamente incluído como beneficiário no item 5.1.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

6.1 O candidato poderá interpor recurso junto a Secretaria de de Orçamento e Gestão, solicitando revisão, no prazo de dois dias (quarenta e oito horas) úteis, contados a partir da publicação/divulgação do indeferimento da inscrição ou da relação final dos candidatos selecionados.

6.2 Os recursos interpostos em desacordo com o estabelecido no item anterior serão indeferidos, sendo aceitos apenas com a devida argumentação.

6.3 Não terão direito de resposta os recursos protocolados fora do prazo.

6.4 As dúvidas que porventura vierem a surgir e os casos não previstos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção e Classificação do Auxílio Escolar.

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE

ESAP
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BRUSQUE - SC

7. DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A relação dos servidores selecionados para o programa do auxílio escolar será disponibilizada no Mural da Prefeitura, Intranet <https://intranet.brusque.sc.gov.br/>; e site ESAP <https://esap.brusque.sc.gov.br/>, por ato da Comissão de Seleção e Classificação do Auxílio Escolar.

8. EXCLUSÃO DO BENEFÍCIO

8.1 São causas que cessam automaticamente o benefício:

- I. Não conclusão do curso no período de tempo previsto para o seu término regular, salvo motivo justificado;
- II. Punição administrativa com pena de suspensão;
- III. Punição administrativa com pena de demissão;
- IV. Desistência, mesmo que temporária, frequência insuficiente ou reprovação em mais de 03 (três) disciplinas ao longo do curso;
- V. Concessão de licença para tratamento de interesses particulares ou cessão, para outro órgão;
- VI. Aposentadoria, disponibilidade ou exoneração;
- VII. Comprovada falsidade nas informações prestadas no ato de inscrição;
- VIII. Não renovação do pedido nos termos do edital de inscrição;
- IX. Não comprovação do pagamento das mensalidades até o primeiro dia útil do mês subsequente à quitação;

8.2 Além da exclusão, as situações previstas nos itens III a VII obrigam o servidor beneficiário a ressarcir ao erário, de uma só vez, o montante despendido pela Prefeitura Municipal de Brusque, com incidência de correção monetária, exceto na hipótese de aposentadoria por invalidez.

8.3 Na situação prevista no item VII, o servidor estará sujeito ainda às demais cominações legais.

8.4 Havendo vagas remanescentes, decorrentes da inclusão de algum servidor nos itens acima descritos, estas serão preenchidas observando-se a ordem classificatória do processo de seleção do semestre.

8.5 Concluído o curso, o servidor deverá apresentar cópia do respectivo diploma à ESAP -

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



**PREFEITURA DE
BRUSQUE**



Escola de Administração Pública, vinculada à Secretaria de Orçamento e Gestão, para anotação nos assentamentos funcionais e para comprovação da conclusão do curso no processo seletivo.

Prefeitura Municipal de Brusque, 08 de Novembro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



ANEXO I

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE AUXÍLIO ESCOLAR

IDENTIFICAÇÃO

Servidor(a): _____
 Local de Trabalho: _____ Função: _____
 Curso: _____ Período _____
 Instituição de Ensino _____
 Telefone Fixo e/ou celular: _____
 Email: _____

QUADRO DE COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Este quadro deve constar todas as pessoas que moram com o(a) candidato(a), inclusive crianças.

Nome Completo:	Parentesco	Idade	Profissão	Estado Civil	Renda Bruta
Renda Total Familiar:					

RENDA AGREGADA

() Pensão Alimentícia R\$ _____	() Ajuda de Familiares R\$ _____	() Trabalho Informal R\$ _____	() Aluguel Recebido R\$ _____
Total: (Renda Familiar + Renda Agregada =) R\$ _____			

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
 Brusque - Santa Catarina
 88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE

ESAP
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BRUSQUE - SC

IMÓVEL OU MORADIA

() Próprio	() Alugado Valor Aluguel R\$ _____	() Cedido Proprietário e Parentesco _____	() Financiado Valor da Prestação R\$ _____
--------------------	--	---	--

PESSOAS INTEGRANTES DO GRUPO FAMILIAR QUE CURSAM INSTITUIÇÃO DE ENSINO PAGA

NOME:	ESCOLA/FACULDADE	VALOR DA PARCELA R\$

PESSOAS INTEGRANTES DO GRUPO FAMILIAR QUE CURSAM INSTITUIÇÃO DE ENSINO GRATUITA

NOME:	ESCOLA/FACULDADE	VALOR DA PARCELA R\$

CONDIÇÕES DE SAÚDE

Há alguém na família que está em tratamento médico?	() sim () não
Faz uso de medicamento contínuo	() sim () não
Qual o valor gasto com o tratamento contínuo	R\$ _____

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



ESAP
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
BRUSQUE - SC



DOENÇAS CRÔNICAS

Há caso de doença crônica na família?	() sim () não
Se marcou sim, especifique abaixo o tipo de doença: pulmonares, renais, câncer, sanguíneas, AIDS, neurológicas, (epilepsia), cardíacas, outras.	
Nome:	Tipo de Deficiência:

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Há pessoas com deficiência na família?	() sim () não
Se marcou sim, especifique abaixo o tipo de deficiência Física, mental, sensorial, (auditiva, visual), múltipla.	
Nome:	Tipo de Deficiência:

OBSERVAÇÕES DO CANDIDATO (caso haja necessidade de alguma consideração):

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE

ANEXO II



Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiros os dados fornecidos neste formulário e idôneos os documentos que o acompanham, declarando-me, ainda, ciente de que a falsidade ou divergência nas informações acarretará o indeferimento sumário do pedido ou a suspensão do benefício, caso tenha sido concedido. Declaro ainda ter conhecimento do conteúdo do edital de Auxílio Escolar.

Local/Data: _____, _____ de _____ d
e 201

Assinatura do Candidato ou Responsável Legal

Protocolo de entrega de documentos

Recebido em...../...../.....

Ass.:.....

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Pergunta nº 1: Quantas pessoas compõem seu grupo familiar?

Sendo o grupo familiar caracterizado pela interdependência econômica, e não pelo parentesco, informar o número de pessoas, incluindo você, que contribuam ou dependam da renda mensal do grupo familiar, mesmo que não sejam parentes. Considerar as pessoas que trabalham e as que não exercem atividade remunerada.

Desconsiderar apenas as que não mais convivem no grupo familiar.

* A comprovação é a cópia da CI, CPF ou certidão de nascimento de todos os integrantes do grupo familiar.

Pergunta nº 2: Há no seu grupo familiar alguma(s) desta(s) situação(ões)?

- a) Portador de necessidades especiais (comprometimento físico)?
- b) Portador de transtornos mentais e comportamentais (dependências químicas, jogo, furto)?
- c) Falecimento/desemprego de mantenedor(a) do grupo familiar?
- d) Intervenção cirúrgica de alto custo recente?
- e) Vítima de calamidade recente com perda significativa de patrimônio?
- f) Situações de grande impacto que interfiram diretamente na dinâmica familiar?

* Para comprovar os itens "a" e "b": atestado médico ou psicológico, constando o Código Internacional da Doença (CID);

* Para o item "c": atestado de óbito ou comprovante de desemprego do mantenedor da família;

* Para o item "d": recibo de pagamento da cirurgia;

* Para o item "e": comprovante da Defesa Civil ou da Prefeitura Municipal confirmando o fato.

Pergunta nº 3: Qual a renda bruta mensal do seu grupo familiar?

Indicar a renda resultante da soma de todos os ganhos dos integrantes. Considerar o valor integral dos salários fixos, aposentadorias, ganhos variáveis de prestação de serviços, trabalhos autônomos, atividades rurais, ajuda de familiares, rendimentos de aluguéis. Desconsiderar recebimento de valores a título de férias, 13º salário, horas extras e

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



pensão alimentícia.

* A comprovação dar-se-á mediante a apresentação da declaração completa de imposto de renda de pessoa física de todos os integrantes do grupo familiar com renda mensal superior ao valor limite isento de imposto de renda, sendo que atualmente o valor importa em R\$ 1.903,98.

Nos casos de:

- Pagamento, por membro do grupo familiar, de pensão alimentícia: comprovante da decisão judicial que determinou o pagamento, quando este não for descontado em folha de pagamento;
- Desemprego de algum membro da família: apresentar comprovante de seguro-desemprego, se o estiver recebendo;
- Algum membro do grupo familiar ser trabalhador assalariado: contracheque atualizado;
- Algum membro do grupo familiar ser trabalhador autônomo, profissional liberal, prestador de serviço ou sócio-proprietário de empresa: apresentar DECORE-Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando pró-labore e retirada de lucros dos três últimos meses, numerada e assinada por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade ou declaração de rendimento dos três últimos meses, assinada e datada pelo próprio declarante, e Certidão Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal;
- Algum membro ser aposentado ou pensionista: último comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão;
- Algum membro ser produtor rural: declaração de rendimentos do próprio produtor ou do sindicato dos trabalhadores rurais, constando a principal atividade e a remuneração média mensal;
- Algum membro ser estagiário ou bolsista: contrato de estágio ou de bolsa de trabalho;
- Algum membro do grupo familiar que tenha rendimentos provenientes de aluguel de imóveis: cópia do contrato de locação ou declaração original do locatário, constando em ambos o valor mensal;
- Algum membro estar incluído em outras situações (comissões por vendas, "bicos", auxílio de parentes ou amigos por exemplo): declaração assinada por quem paga as comissões ou quem presta o auxílio financeiro.

Pergunta nº 4: Se você e seu grupo familiar possui(em) gastos com aluguel residencial ou financiamento de moradia, indique o valor mensal.

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



Indicar apenas gastos com aluguel ou financiamento. Não incluir despesas com condomínio, IPTU, energia, água, telefone, nem aluguéis ou financiamentos de imóveis de lazer (casas e apartamento de praia ou campo).

* Nos casos de locação residencial, a documentação comprobatória inclui último recibo de pagamento de aluguel ou respectivo contrato constando o valor mensal.

Nos casos de financiamento de casa ou apartamento: recibo da última parcela paga.

Pergunta nº 5: Se no seu grupo familiar há despesas com doença crônica ou tratamento contínuo de saúde, indique o valor mensal.

Indicar o valor mensal de despesas com tratamento de saúde no grupo familiar, incluindo medicação, manutenção de aparelhos (ortodônticos, próteses mecânicas etc.) e terapias contínuas (psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, acupuntura etc.). Não considerar despesas com pagamento de plano de saúde.

* A comprovação dar-se-á mediante atestado ou declaração firmada pelo profissional assistente confirmando o diagnóstico ou tratamento, receituário legível indicando a medicação ou aparelho prescrito e recibos de pagamento das despesas mencionadas.

Pergunta nº 6: Incluindo você, quantos integrantes do seu grupo familiar cursam graduação em universidade paga?

Não considerar despesas com ensino fundamental, médio ou pós-graduação.

* Apresentar comprovante de pagamento da matrícula.

Pergunta nº 7: Quantos integrantes do seu grupo familiar cursam graduação em universidade gratuita?

Incluir o número total de pessoas nessa situação.

* Apresentar comprovante de pagamento da matrícula.

ANEXO III

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



PREFEITURA DE
BRUSQUE



DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DO EDITAL DO AUXÍLIO ESCOLAR – CURSOS SUPERIORES TÉCNICOS E DE GRADUAÇÃO

Eu, _____, Lotado
na secretaria _____,
Com o cargo de _____

Declaro, para os devidos fins, que estou ciente das normas estabelecidas pelo edital de concessão de auxílio escolar e do decreto, na qual regulamenta a bolsa de auxílio escolar oferecidas pelo município de Brusque.

Brusque ____ de _____ de 201

Assinatura do Servidor

Protocolo de entrega de documentos

Recebido em...../...../.....

Ass.:.....

ANEXO IV

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br



**PREFEITURA DE
BRUSQUE**



PROTOCOLO DE ENTREGA DOCUMENTOS

Nome do servidor.....

- () Formulário de solicitação de auxílio escolar devidamente preenchido e assinado pelo candidato
- () Comprovante de matrícula
- () Declaração de ciência
- () Declaração ou qualquer documentação que comprove que o estudante está quite com as mensalidades de seu curso
- () Cópia da C.I., CPF ou certidão de nascimento de todos os integrantes do grupo familiar
- () Atestado médico ou psicológico, constando o Código Internacional da Doença (CID)
- () Atestado de óbito ou comprovante de desemprego do mantenedor da família
- () Recibo de pagamento da cirurgia
- () Para vítima de calamidade recente com perda significativa de patrimônio: Comprovante da Defesa Civil ou da Prefeitura Municipal confirmando o fato
- () Declaração completa de imposto de renda de pessoa física de todos os integrantes do grupo familiar com renda mensal superior ao valor limite isento de imposto de renda, sendo que atualmente o valor importa em R\$ 1.903,98
- () Comprovante da decisão judicial que determinou o pagamento de pensão alimentícia, quando este não for descontado em folha de pagamento (membro(s) do grupo familiar)
- () Comprovante de seguro desemprego (membro(s) do grupo familiar)
- () Contracheque atualizado do(s) membro(s) do grupo familiar
- () DECORE-Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos, constando pró-labore e retirada de lucros dos três últimos meses, numerada e assinada por contador inscrito no Conselho Regional de Contabilidade ou declaração de rendimento dos três últimos meses, assinada e datada pelo próprio declarante, e Certidão Negativa de Débito Estadual e/ou Municipal; (membro(s) do grupo familiar)
- () Último comprovante de recebimento de aposentadoria ou pensão do(s) membro(s) do grupo familiar
- () Declaração de rendimentos do próprio produtor ou do sindicato dos trabalhadores rurais, constando a principal atividade e a remuneração média mensal do(s) membro(s) do grupo familiar
- () Contrato de estágio ou de bolsa de trabalho do(s) membro(s) do grupo familiar
- () Rendimentos provenientes de aluguel de imóveis: cópia do contrato de locação ou declaração original do locatário, constando em ambos o valor mensal; (membro(s) do grupo familiar)
- () Comissões por vendas, "bicos", auxílio de parentes ou amigos por exemplo: declaração assinada por quem paga as comissões ou quem presta o auxílio financeiro; (membro(s) do grupo familiar)
- () Locação residencial: último recibo de pagamento de aluguel ou respectivo contrato constando o valor mensal
- () Financiamento de casa ou apartamento: recibo da última parcela paga
- () Despesas com doenças crônicas ou tratamento contínua de saúde: atestado ou declaração firmada pelo profissional assistente confirmando o diagnóstico ou tratamento, receituário legível indicando a medicação ou aparelho prescrito e recibos de pagamento das despesas mencionadas. (membro(s) do grupo familiar)
- () Integrantes que cursam graduação em universidade paga: apresentar comprovante de pagamento da matrícula. (membro(s) do grupo familiar)
- () Integrantes que cursam graduação em universidade gratuita: Apresentar comprovante de pagamento de matrícula (membro(s) do grupo familiar)

Protocolo de entrega de documentos

Nome do Servidor.....

Recebido em...../...../.....

Praça das Bandeiras, 77 - Centro
Brusque - Santa Catarina
88350-051 - fone: 47 3251-1833
www.brusque.sc.gov.br

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 051-2019 - SAMAE

Publicação Nº 2220453

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 051/2019
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE
Detentor da Ata: Materiais de Construção Nova Casa Eireli – EPP.
Objeto: Aquisição de materiais de construção e mangueira de incêndio
Valor total: R\$ 19.587,40
Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903024000.00060000.
Vigência: 31/12/2019
Fiscal: Armando Alberto Walendowsky
Brusque-SC, 06 de novembro de 2019.
Dejair Machado
Diretor
SAMAE - Brusque

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 052-2019 -SAMAE

Publicação Nº 2220455

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 052/2019
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE
Detentor da Ata: Luminare Comércio de Lustres Eireli.
Objeto: Aquisição de materiais de construção e mangueira de incêndio
Valor total: R\$ 25.282,00
Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903024000.00060000.
Vigência: 31/12/2019
Fiscal: Armando Alberto Walendowsky
Brusque-SC, 06 de novembro de 2019.
Dejair Machado
Diretor
SAMAE - Brusque

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 053-2019 - SAMAE

Publicação Nº 2220457

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 053/2019
Órgão Gerenciador: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Brusque - SAMAE
Detentor da Ata: Stop Fire Projetos e Soluções Contra Incêndio Eireli EPP.
Objeto: Aquisição de materiais de construção e mangueira de incêndio
Valor total: R\$ 5.390,20
Dotação orçamentária: 80.002.0017.0512.0301.2292.33903024000.00060000.
Vigência: 31/12/2019
Fiscal: Armando Alberto Walendowsky
Brusque-SC, 06 de novembro de 2019.
Dejair Machado
Diretor
SAMAE - Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO Nº 086-2019-SAMAE

Publicação Nº 2220463

PROCESSO LICITATÓRIO 086/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS
Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 086/2019, na modalidade de Pregão Presencial, Para Registro de Preços, do tipo menor preço por item, para serviço de caminhão basculante, caminhão munck, caminhão pipa, escavadeira hidráulica, trator esteira e retro escavadeira. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 25 de novembro de 2019, às 13:00 horas.
O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br
Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.
Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001-2019

Publicação Nº 2220465

Concorrência Pública nº 001/2019
Processo Licitatório nº 001/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, destinada ao recebimento de propostas para a OUTORGA DE TERMO DE PERMISSÃO PARA FORNECIMENTO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CONJUNTOS PARA IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS PÚBLICOS (CILP), COM POSSIBILIDADE DE EXPLORAÇÃO PUBLICITÁRIA, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 12/12/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 08/11/2019

ROGERIO DOS SANTOS

Diretor Presidente

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028-2019

Publicação Nº 2220467

PREGÃO nº 019/2019
Processo Licitatório nº 028/2019

O **MUNICÍPIO DE BRUSQUE**, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, destinada ao recebimento de propostas para a **ELABORAÇÃO DE PROVAS E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS DA SECRETARIA DE SAÚDE**.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia **29/11/2019, às 13h30min.**

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 08/11/2019

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163-2019

Publicação Nº 2220468

TOMADA DE PREÇO nº 008/2019
Processo Licitatório nº 163/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE MURO DE ARRIMO DE CONCRETO ARMADO NA EEF PONTA RUSSA, LOCALIZADA NA RUA PONTA RUSSA, 837, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/11/2019, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 08/11/2019

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 164-2019

Publicação Nº 2220469

TOMADA DE PREÇO nº 009/2019
Processo Licitatório nº 164/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA COZINHA DA EEF PROFESSORA GEORGINA CARVALHO RAMOS DA LUZ, BAIRRO SÃO PEDRO, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 26/11/2019, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 08/11/2019

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167-2019

Publicação Nº 2220471

PREGÃO nº 125/2019
Processo Licitatório nº 167/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS PARA CAÇAMBAS BASCULANTES.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 28/11/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 08/11/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169-2019

Publicação Nº 2220472

PREGÃO nº 127/2019
Processo Licitatório nº 169/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 02/12/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 08/11/2019

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170-2019

Publicação Nº 2220473

TOMADA DE PREÇO nº 010/2019
Processo Licitatório nº 170/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, destinada ao recebimento de propostas para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, SINALIZAÇÃO E PASSEIOS DA RUA LEONIDAS PADILHA E OLIVEIRA, BAIRRO DOM JOAQUIM, NA CIDADE DE BRUSQUE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 29/11/2019, às 16h00min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente no site: www.brusque.sc.gov.br 08/11/2019

ANDREA PATRICIA VOLKMANN
Departamento Geral de Infraestrutura

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171-2019

Publicação Nº 2220475

PREGÃO nº 128/2019
Processo Licitatório nº 171/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE PROTETOR SOLAR E REPELENTE.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 03/12/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 08/11/2019

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretaria de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172-2019

Publicação Nº 2220477

PREGÃO nº 129/2019
Processo Licitatório nº 172/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RASTREAMENTO VEICULAR.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 25/11/2019, às 15h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 08/11/2019

WILLIAM FERNANDES MOLINA
Secretaria de Governo e Gestão Estratégica

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173-2019

Publicação Nº 2220479

PREGÃO nº 130/2019
Processo Licitatório nº 173/2019

O MUNICÍPIO DE BRUSQUE, com sede na Praça das Bandeiras, n 77, Centro, torna público que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, destinada ao recebimento de propostas para a AQUISIÇÃO DE KIT PORTA PARA INSTALAR.

Local de abertura dos envelopes: Prefeitura Municipal de Brusque, no dia 04/12/2019, às 13h30min.

Informações e retirada do Edital no horário comercial no Departamento de Licitações da Prefeitura ou preferencialmente através do site: www.brusque.atende.net 08/11/2019

ANDREA PATRICIA VOLKAMNN
Departamento Geral de Infraestrutura

PORTARIA Nº 23-2019-IBPREV

Publicação Nº 2220481

Portaria nº 23/2019

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a
Rogerio Pruner

O Diretor-presidente do Instituto Brusquense de Previdência, nomeado pela Portaria nº 11.618, de 13 de janeiro de 2017, da Prefeitura Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.436/2019, e com fundamento no artigos 1º, §1º, 33, I, a, 34, caput, §1º, §2º, §11 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no artigo 40, §1º, I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 379/2019, benefício de Aposentadoria por Invalidez a ROGERIO PRUNER, CPF 154.046.419-91.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, em 08 de novembro de 2019.

DAGOMAR ANTONIO CARNEIRO

Diretor-presidente

IBPREV

PORTARIA Nº 2282-2019

Publicação Nº 2220483

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 2282/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 135 da Lei nº 147/2009, a(o) servidor(a) NEIDE MARIA DUTRA DUARTE, nomeada por Concurso Público para o cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIAIS, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, por 30 dias, no período compreendido entre 24/10/2019 até 22/11/2019.

Art. 2º - Durante a licença de que trata este artigo, a concessão da remuneração seguirá o disposto no art. 135, parágrafo único, da Lei Complementar nº 147/2009.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24/10/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de outubro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretor de Recursos Humanos

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUOMO

Secretária da Educação

TERMO DE POSSE Nº 001-2019- CACS FUNDEB

Publicação Nº 2220480

Termo de Posse do Conselho de Acompanhamento e Controle Social
do Fundo de Manutenção do Desenvolvimento da Educação Básica e de
Valorização dos Profissionais da Educação Básica
e de Valorização dos Profissionais de Educação – CACS FUNDEB-001/2019

Aos 31 dias do mês de outubro de 2019, no Salão Nobre da Prefeitura de Brusque, tomaram posse os Representantes do CACS FUNDEB

– Gestão 2019-2021

Nomeados pela Portaria n.º 13146 , de 30 de outubro de 2019.

I. 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

Titular: _____ Bruna Pereira _____
Suplente: _____ Rafael Scheibel de Andrade _____
Titular: _____ Franciele Marcia Mayer _____
Suplente: _____ Dorinel Fortunato dos Reis _____

II. 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

Titular: _____ Elisabetha Soares Clerice _____
Suplente: _____ Tania Maria Vieira Ponpermayer _____

III. 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

Titular: _____ Sonia Mara Maurici da Silva _____
Suplente: _____ Ana Claudia Schmitz _____

IV. 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

Titular: _____ Helena Gross _____
Suplente: _____ Genete Teresinha Merisio _____

V. 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

Titular: _____ Geisa Carla Grippa _____
Suplente: _____ Carina Schulenburg Molveratet _____
Titular: _____ Vanderleia Ana Felisbino Mannrich _____
Suplente: _____ Mara Cristina Huppess _____

VI. 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicados pela entidade de estudantes secundaristas;

Titular: _____ Maria Eduarda Oliveira Pereira _____
Suplente: _____ Cristian Freire _____
Titular: _____ Carlos Eduardo Mannrich _____
Suplente: _____ Ana Carolina Tarter _____

VII. Um representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular: _____ Lucimar Vieira Nass _____
Suplente: _____ Claudemir Aparecido Lopes _____

VIII. Um representante do Conselho Tutelar.

Titular: _____ Norberto Boos _____
Suplente: _____ Neide Dalmolin _____

Prefeitura Municipal de Brusque, 31 de outubro de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito Municipal

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 153/2019 – DISPENSA Nº 34/2019

Publicação Nº 2219969

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 153/2019 – DISPENSA – 34/2019 – PREFEITURA

EDITAL: DISPENSA Nº 34/2019
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS.

CONTRATADO: CINCATARINA – CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

VALOR PREVISTO: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 07 de novembro de 2019.
SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL PROCON 2019

Publicação Nº 2220214

PAD Nº 65/2018 Cip nº 42.006.001.18.0001453

Reclamante: CLARENCE KRACHINSKI

Reclamada: CRISTIANE APARECIDA POFFO CORTES

CNPJ Nº 27.012.667/0001-60

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, intima a empresa reclamada **CRISTIANE APARECIDA POFFO CORTES**, em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida decisão administrativa sancionatória nos autos do PAD nº 65/2018.

Fica intimada a empresa reclamada ou seu representante a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do teor da referida decisão do processo administrativo nº 65/2018, apresentar recurso, ou recolher a multa aplicada.

Transcorrido o referido prazo, sem apresentação de recurso, ou o recolhimento da multa imposta, o referido débito será lançado em dívida ativa, com posterior execução judicial.

Caçador (SC), 31 de outubro de 2019.

CRISTIANO ZANCHI

Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON

INFORMATIVO ADITIVO 45º

Publicação Nº 2220220

INFORMATIVO DE ENVIO DE ADITIVO DE CONTRATO PARA ASSINATURAS Nº 45/2019

Informamos o envio por e-mail do aditivo de CONTRATO: 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 154/2018, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): GENTE SEGURADORA S/A.

O (s) aditivo (s) do (s) contrato (s) assinado (s) deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias do(s) aditivo(s) de CONTRATO(S), as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno do (s) aditivo(s) do(s) Contrato(s), e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 07 de novembro de 2019.

INFORMATIVO ATAS 39º

Publicação Nº 2220215

INFORMATIVO DE ENVIO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO PARA ASSINATURAS Nº 39/2019

Informamos o envio por e-mail da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 177/2019 e 178/2019, da Prefeitura Municipal de Caçador, para assinatura do (s) representantes da (s) empresa (s): DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS EIRELI e VIA ILUMINADA EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO EIRELI.

As Atas assinadas deverá ser entregue no endereço: Av. Santa Catarina Nº 195 – Centro, CEP 89500-124, Caçador/SC, em no máximo três dias úteis prorrogáveis por igual período, a contar do primeiro dia desta publicação. O despacho deverá conter 3 (três) vias assinadas encaminhadas por SEDEX, transportadora ou pessoalmente, na sede da Prefeitura Municipal de Caçador.

Para os representantes que não são do estado de Santa Catarina, poderá ser dilatado o prazo conforme justificativa e necessidade, e ambas devem ser protocoladas na Prefeitura Municipal de Caçador, ou pelo site em seu protocolo online www.cacador.sc.gov.br, ou ainda encaminhadas para o e-mail licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br.

O responsável pela assinatura, deve enviar por e-mail ou junto com as vias das ATA (S) DE REGISTRO DE PREÇO, as certidões atualizadas de regularidade fiscal junto aos seguintes órgãos: Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011, em atendimento ao art. 55, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93.

Na ausência do retorno da Ata (s) de registro de preço, e apresentação das certidões atualizadas de regularidade fiscal, no prazo estabelecido, ou deixar de fazê-la, além de decair do direito, sujeitar-se-á às penalidades previstas no instrumento contratual.

Caçador, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 31.868

Publicação Nº 2220543

PORTARIA Nº 31.868, de 30 de outubro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto artigo 29, §1º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear comissão para acompanhamento e avaliação do estágio probatório da Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome da servidora avaliada, cargo, local de atuação e membros da comissão, conforme segue:

Código	Nome do Servidor	Cargo	Local de Atuação	Membros da Comissão
17794	Neiva Teixeira da Rosa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente	Caroline Rodrigues
				Mônica Galvão Varella
				Luan Fernando Varella

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente de Caçador, em 30 de outubro de 2019.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

PORTARIA Nº 31.958

Publicação Nº 2220544

PORTARIA Nº 31.958, de 07 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor a seguir relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico, afastamento do serviço em virtude de casamento, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período
1238	Marcio Henrique Ribeiro da Silva Coelho	Secretário Escolar	08 dias	06/11/2019 a 13/11/2019

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico de Caçador, em 07 de novembro de 2019.

Edson Luiz Fezer – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.

PORTARIA Nº 31.962

Publicação Nº 2220545

PORTARIA Nº 31.962, de 07 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Administração, licença para ausentar-se do serviço pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Total de dias	Período do Afastamento
16097	Iris Fernandes do Nascimento	Diretora de Serviços Administrativos em Licitações e Contratos	05 dias	05/11/2019 a 09/11/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Administração, em 07 de novembro de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

Camboriú

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.589/2019

Publicação Nº 2220508

DECRETO N.º 3.589/2019

Altera o Decreto Municipal n.º 3.584, de 29 de setembro de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica Municipal e;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto Municipal n.º 3.584/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação uma área de 150 m², remanescente de uma área maior, atingida em razão da obra do Mirante Caetés, com a seguinte descrição: Terreno, situado no lugar "Caetés", na Estrada Paulo Jose Lorenzetti, nº S/N, zona rural do município de Camboriú - SC, com a área atual de 150,00 metros quadrados. O imóvel se encontra do lado "par" (direito) da Estrada Paulo Jose Lorenzetti. Seguindo medidas e confrontações: Inicia-se a descrição deste Perímetro no vértice de nº1 = Ponto de Partida, de coordenada UTM fuso 22 (X=727364.2014m — Y=6999217.9688m), com um ângulo (interno) de 90º00'00" sentidos (Leste / Oeste) e com uma distância de 10.000 metros. Até encontrar o vértice de nº 2. Confrontando ao Sul com a Estrada Paulo Jose Lorenzetti. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=727354.5076m — Y=6999220.4243m) sentido (Sul / Norte) e com uma distância de 15.000 metros. Até encontrar o vértice de nº 3. Confrontando ao Oeste com terras da Transcrição n.º 05176 do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Matrícula 00834. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=727358.1909m — Y=6999234.9651m) sentido (Oeste / Leste) e com uma distância de 10.000 metros. Até encontrar o vértice de nº 4. Confrontando ao Norte com terras da Matrícula 00834. Deste segue com um ângulo (interno) de 90º00'00" de coordenada UTM, fuso 22 (X=727367.8848m — Y=6999232.5095m) sentido (Norte / Sul) e com uma distância de 15.000 metros. Até encontrar o vértice de nº1 = Ponto Final. Confrontando ao Leste com terras da Transcrição nº 05176 do livro 3-A do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Balneário Camboriú. Características do Imóvel: A topografia do terreno é ondulada, com vegetação arbórea e gramínea; inexistindo a montante ou a jusante, captação de água para abastecimento público.”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

LEI N.º 3.193/2019

Publicação Nº 2220506

LEI N.º 3.193/2019

Altera dispositivos da lei municipal nº 2045/2009 e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido inciso XI no artigo 6º da Lei Municipal nº 2045/2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

(…)

“Art. 6º

(…)

XI- Caso seja mais de um veículo automotor e/ou motocicleta, apreendidos na mesma ocorrência, ou em locais próximos, os mesmos deverão ser removidos em conjunto na quantidade máxima de carga no mesmo reboque.”

Art. 2º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 07 de novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado no Livro de Publicações

LEI N.º 3.194/2019

Publicação Nº 2220507



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ
GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 3.194/2019.**“Denominação de Praça.”**

PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de “PRAÇA LEONIDA KUHNEN DA SILVA”, a praça localizada entre as Ruas José Francisco Bernardes e Capitão Ernesto Nunes, em frente a Escola Básica Municipal Professora Clotilde Ramos Chaves, no bairro Areias na Cidade de Camboriú.

Art. 2º - Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na Praça Pública.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,
Em, 07 de novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

*Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado no Livro de Publicações*

Rua Getúlio Vargas, n.º 77, Centro, Camboriú/SC – CEP: 88340-347 - Tel.: (47) 3365-9500
Ouvidoria 0800-6469500 – e-mail: ouvidoria@cidadedecamboriu.sc.gov.br

PREGÃO PRESENCIAL 034/2019 - FMS

Publicação Nº 2220449

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2019 - FMS – LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE COM COTA PRINCIPAL PARA O ITEM 02.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE OPME'S COM TORRE DE VÍDEO EM COMODATO, DESTINADO AO HOSPITAL CIRÚRGICO DE CAMBORIÚ A REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 21 (Vinte e Um) de Novembro de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 07 de Novembro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 95/2019

Publicação Nº 2219881

RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 95/2019)

Às 10h do dia 06/11/2019, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é a REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis (carne) destinados a alimentação escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS Nº 94/2019

Publicação Nº 2219417

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 94/2019 – Tomada de preços)

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na cidade de Campo Alegre, às nove horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reunir-am-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz, Presidente da Comissão de Licitação, Daniela Saldanha e Tiago Murilo de Souza, membros da Comissão de Licitação, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 94/2019, modalidade Tomada de Preço, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o fornecimento de material e mão de obra para reforma do Prédio do CMEI Alegre Infância situado Av. Dr. Getúlio Vargas esquina com Rua Nereu Ramos, Bairro Centro, neste Município. Empresas proponentes: LN CONSTRUÇÕES LTDA – CNPJ – 10.834.999/0001-28, GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI – CNPJ: 32.137.794/0001-26, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP – CNPJ: 05.515.251/0001-63, DUPLICK EMPREENDIMENTOS IMBOLIÁRIOS LTDA – CNPJ: 80.243.769/0001-70, COMPACT CONSTRUTORA EIRELI – CNPJ: 22.970.696/0001-11. A licitante COMPACT CONSTRUTORA EIRELI credenciou a Sra. Shaiane Lovemberger, a licitante GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI credenciou o Sr. Andre Diogo Mafra, a licitante LN CONSTRUÇÕES LTDA credenciou o Sr. Lourival Negreli, a licitante DUPLICK EMPREENDIMENTOS IMBOLIÁRIOS LTDA e a licitante PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP não credenciaram representante na sessão. Passou-se à análise dos documentos, as licitantes GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, DUPLICK EMPREENDIMENTOS IMBOLIÁRIOS LTDA e COMPACT CONSTRUTORA EIRELI comprovaram enquadramento como Microempresa e as licitantes LN CONSTRUÇÕES LTDA, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP comprovaram enquadramento como EPP (Empresa de Pequeno Porte) através da Certidão Simplificada. Os documentos foram analisados e rubricados pela comissão e pelos representantes credenciados na sessão, a licitante DUPLICK EMPREENDIMENTOS IMBOLIÁRIOS LTDA foi declarada INABILITADA pela Comissão Permanente de licitação, por apresentar o Atestado de Capacidade Técnica da empresa em desacordo com o que exige o item 5.1.4.3.1.1 Ter executado obra em alvenaria (reforma ou construção), com área mínima de 300 m² (trezentos metros quadrados), em uma única obra do edital, o Atestado de Capacidade Técnica apresentado não se refere a reforma ou construção em alvenaria. As demais licitantes LN CONSTRUÇÕES LTDA, GIOVANNI RODRIGO LUIZ EIRELI, PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP, COMPACT CONSTRUTORA EIRELI foram declaradas HABILITADAS pela Comissão de Licitação. Concede-se prazo de 05 (cinco) dias úteis, para interposição de recurso quanto ao julgamento dos documentos, em atendimento a Lei Federal 8.666/93 e alterações. As licitantes ficam desde já intimadas do prazo de recurso. Nada mais a tratar encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

DECRETO Nº 12.359 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219582

DECRETO Nº 12.359 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso I do art. 11 da Lei Municipal nº 4.711 de 18 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a fim de suplementar os Elementos Despesa das seguintes Dotações do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.03 -	Serviço de Obras e Serviços Públicos	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Polícia Civil, Militar e Radiopatrulha	

300000.00.0153 -	Despesas Correntes	
330000.00.0153 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0153 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0153 -	Material de Consumo	R\$ 10.000,00
339039.00.0153 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 10.000,00
11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
11.03 -	Coordenadoria de esporte e Lazer	
06.181.0050.2.040 -	Manutenção das Atividades da Coordenadoria de Esporte	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 5.000,00
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 15.000,00
	Total	R\$ 40.000,00

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 07 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.360 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220441

DECRETO Nº 12.360 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE ELEMENTOS DE DESPESA DAS DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Inciso II do Artigo 11 da Lei Municipal nº 4.767 de 11 de dezembro de 2018; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito suplementar no valor de R\$ 4.320,00 (quatro mil, trezentos e vinte reais), a fim de suplementar os seguintes Elementos de Despesa das Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.01 -	Coordenadoria de Cultura	
13.392.0082.2.107 -	Manutenção, das Atividades da Coordenadoria de Cultura.	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	

339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.700,00	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer		
27.812.0084.2.002 -	Manutenção, das Atividades da Coordenadoria de Esporte.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.910,00	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 710,00	
	Total	R\$ 4.320,00	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais dos seguintes Elementos de Despesa, das Dotações do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.		
11.01 -	Coordenadoria de Cultura		
13.392.0082.2.107 -	Manutenção, das Atividades da Coordenadoria de Cultura.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.0896 -	Diárias Civil	R\$ 1.000,00	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital		
440000.00.0896 -	Investimentos		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 700,00	
11.03 -	Coordenadoria de Esporte e Lazer		
27.812.0084.2.002 -	Manutenção, das Atividades da Coordenadoria de Esporte.		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.0896 -	Diárias Civil	R\$ 1.930,00	
339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 250,00	
339047.00.0896 -	Obrigações Tributárias Contributivas	R\$ 200,00	
400000.00.0896 -	Despesas de Capital		
440000.00.0896 -	Investimentos		
449000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
449052.00.0896 -	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 240,00	
	Total	R\$ 4.320,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 12.361 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220444

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 12.361 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE NOS TERMOS NOS INCISOS I, II, III e IV DO ART. 6º DA EMENDA CONSTITUCIONAL 41/03, E INCISOS I, II, III e IV DO ART. 59 DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217/14, A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA:

Art. 1º Aposentar, Por Tempo de Contribuição e Idade, a Servidora Pública Municipal IVONETE HRUSCHKA SCHWARZ, detentora da matrícula funcional nº 0179, registro no sistema sob nº 300310, portadora do CPF/MF nº 901.480.539-04 e do RG nº 2.016.172 expedido da SSP/SC, Pis/Pasep nº 1.704.607.278-5, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal Efetivo do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., conforme Processo Administrativo do IPRECAL nº 014/2019 nos termos dos Incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional 41/03, e Incisos I, II, III e IV do art. 59, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014, art. 94 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Estatuto do Servidor Público do Município, Plano de Cargo, Carreira e Vencimentos.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, em caráter integral com paridade, nos termos do art. 61 da Lei Municipal nº 4.217/14 à Servidora Pública Municipal, no valor de R\$ 1.689,59 (um mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL, observando-se o desconto da contribuição previdenciária pertinente.

Art. 3º Declarar a vacância do Cargo Público e Função acima especificados, na forma prevista no Inciso V do art. 90, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI JEFFERSON JEAN DUVOISIN
Prefeito Municipal Diretor Executivo – IPRECAL

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/11/2019

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.226 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219563

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.226 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DA PORTARIA Nº 17.133 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o inciso VII do art. 71 da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Revogar todas as disposições da Portaria nº 17.133 de 17 de setembro de 2019.

Parágrafo único. A revogação de que trata o caput deste artigo em virtude da do texto do Parágrafo único do artigo 1º estar incompleto, por solicitação da Instituição Bancária Banco do Brasil S/A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, a partir de 07 de novembro de 2019.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 07 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 17.227 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219564

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 17.227 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA A MOVIMENTAR AS CONTAS DE TITULARIDADE DO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71, inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Resolve:

Art. 1º Autorizar o Diretor Executivo do IPRECAL Sr. JEFFERSON JEAN DUVOISIN, CPF/MF nº 025.702.099-37 e a Secretária Municipal de Finanças, CAMILA BRAUN MACHADO, CPF/MF nº 080.075.099-33 a movimentar as contas de titularidade do IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

Parágrafo único. A autorização de que trata o Caput deste Artigo são as seguintes: emitir cheques; abrir contas de depósito; autorizar cobrança; receber, passar recibo e dar quitação; solicitar saldos, extratos e comprovantes; requisitar talonários de cheques; retirar cheques devolvidos; endossar cheque; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; baixar cheques; efetuar resgates/aplicações financeiras; cadastrar; alterar e desbloquear senhas; efetuar saques – conta corrente; efetuar pagamentos por meio eletrônico; efetuar transferências por meio eletrônico; liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiros; solicitar saldo/extratos de investimentos; emitir comprovantes; efetuar transferências para a mesma titularidade e encerrar contas de depósito e assinar instrumentos, convênios e contratos de prestação de serviços.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
07 de novembro de 2019.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 08/11/2019.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
jjChefe de Gabinete do Prefeito

ATO 002: RELAÇÃO PROVISÓRIA DE CANDIDATOS INSCRITOS - PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2220433



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 002: Relação Provisória de Candidatos Inscritos**

O prefeito municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a relação provisória de candidatos inscritos, de acordo com o estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 02/2019, conforme lista de candidatos por cargo, constante no ANEXO I desta publicação.

Fica(m) estabelecido(s) o(s) dia(s) **07/11/2019 – 8h até 08/11/2019 – 17h**, como prazo recursal, para os candidatos que tiverem sua inscrição **INDEFERIDA** (inscrição sem identificação do pagamento da taxa de inscrição), devendo executar os procedimentos abaixo:

- **Inscrição Indeferida:** Efetuar o preenchimento completo do Formulário de Recurso, disponível na “Área do Candidato”, acessado mediante CPF e senha pessoal, a partir do site www.nbsprovas.com.br, anexando os documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição. Nota: não são aceitos “agendamentos de pagamento” para comprovação de pagamento.

Ficam assegurados aos candidatos os demais meios eventualmente disponíveis em edital, para o protocolo de suas peças recursais, conforme definido no Edital de Processo Seletivo n.º 02/2019 e seus anexos, nos mesmos prazos definidos acima.

Campo Alegre/SC, 06 de novembro de 2019.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito do Município de Campo Alegre



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 7



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



ANEXO I – Relação Provisória de Candidatos Inscritos (AMPLA CONCORRÊNCIA)

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS (HABILITADO)			
INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
172	ADRIANE RIBEIRO	058.661.***-03	Deferido
115	ADRIANI THUNS	024.281.***-00	Indeferido
142	ALINE KOCH BRINIAK	096.042.***-67	Deferido
71	ANA CAROLINA BLODORN	085.831.***-48	Deferido
69	ANA MARIA DE PAULA MATOS	018.163.***-08	Deferido
2	BEIVI DAIANA VILVERT MENDES	037.044.***-19	Deferido
154	BRENDA RAFAELLY GUTIERREZ SCHINDLER	859.421.***-91	Deferido
160	CAMILA APARECIDA FERREIRA FARIA	090.771.***-41	Deferido
178	CAMILA MIRANDA DA COSTA	076.740.***-07	Deferido
166	CAMILLA MILLER BAYER	090.714.***-47	Deferido
152	CARINA CRISTIANE PINTER DE LIMA	043.883.***-98	Indeferido
127	CARLA ANDREA VEIGA	081.010.***-37	Deferido
30	CARLA DA SILVA	074.290.***-03	Deferido
3	CAROLINE VARGAS	070.999.***-41	Indeferido
35	CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA	042.587.***-10	Deferido
73	CILMARA CZORNEI LIMA	039.187.***-58	Deferido
189	CLARI POKRYWIECKI	720.183.***-72	Deferido
180	CLAUDIA STALL VIEIRA	082.795.***-90	Indeferido
98	CLEIDI CORDEIRO FRIEDRICH	016.775.***-64	Deferido
144	CLEIDIANE MUNHOZ FUCKNER	044.801.***-50	Deferido
100	CLEMAIR DA SILVA JUNIOR MROCZKA	894.671.***-34	Deferido
1	CRISTIANE DE OLIVEIRA BAYERL	038.158.***-10	Indeferido
90	CRISTIANE THOMAS DA SILVA VEIGA	068.012.***-64	Deferido
111	DANIELE MICKUS	109.728.***-00	Indeferido
38	DANIELLE DE ARAUJO ALMEIDA	091.247.***-02	Indeferido
159	DÉBORA TAIS CEXAR	092.579.***-22	Indeferido
107	DINACIR DREVEK	905.426.***-15	Deferido
5	DIRCINEIA RODRIGUES NUNES	009.487.***-26	Deferido
15	ELAINE SCHMATZ DE FRANCA	027.761.***-60	Indeferido
9	EMELYN EHLKE	055.940.***-85	Deferido
60	EVA SANDRA UHLIG FUCKNER	039.652.***-80	Deferido
10	FABIANA OLIVEIRA CAMARGO SCHADECK	015.600.***-63	Deferido
40	FABIOLA AUGUSTIN	098.575.***-84	Deferido
51	FERNANDA CUBAS HUBNER	069.837.***-82	Deferido
200	FERNANDA MICKUS DREVECK	084.342.***-08	Indeferido
146	FRANCIELE HUWE WERGUTZ WEISS	019.126.***-08	Indeferido
26	FRANCIELE MUNHOZ	045.086.***-86	Deferido
198	FRANCIELLE SCHMITK GASPERIN	072.904.***-86	Indeferido
124	GERSON ENGLER	788.528.***-00	Deferido
120	GISELE ALONSO LUCENA	288.960.***-26	Deferido
104	GISELI BECKER WOHL	005.573.***-98	Deferido
46	GISELI HIRT FERREIRA	005.739.***-79	Deferido
20	HELOISA TRAIN MALINOVSKI	090.124.***-59	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 7



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



88	INEZ SILVANE NEPLL LISCZKOVSKI	852.296.***-87	Deferido
218	IONE MARIA TASCHECK LIEBL	816.831.***-04	Deferido
103	ISOLETE TCHOKE ZOELLNER	061.615.***-62	Deferido
16	JANE EDICLEIA BAIL PSCHIEDT	052.008.***-60	Indeferido
205	JÉSSICA MAIARA DANNA	086.880.***-71	Deferido
216	JOCIANE KASPRZAK XAVIER PADILHA	003.405.***-41	Deferido
217	JOSEANE JUNGTON DA SILVA	004.990.***-00	Deferido
97	JOSIANE MACHADO	069.862.***-01	Indeferido
27	JULIANA MARIA PRAZMOSKI DE SOUZA SASSI	052.730.***-80	Deferido
167	JULIANA STOEBERL TANDLER	048.887.***-31	Deferido
161	JUSCELINO LINO MIGUELÃO	212.820.***-29	Indeferido
72	JUSSARA ANTUNES TIBES	021.322.***-28	Deferido
170	KARIN PAULA MALCZEWSKI	103.324.***-29	Deferido
203	KARINA BAPTISTA MOREIRA	057.596.***-93	Indeferido
61	KEITY TATIANA DE BOMFIM	058.485.***-45	Deferido
49	LEIA FELICIANO	019.556.***-00	Deferido
36	LETICIA BRUNELLO REIZER	051.823.***-61	Deferido
212	LUANA DUMS	069.970.***-09	Indeferido
86	LUCIA DRYGLA MENDES	038.872.***-95	Indeferido
14	LUCIANE FERREIRA BUEBO NOVAK NOVAK	025.475.***-26	Deferido
23	LUCIANE PIEKARSKI	064.779.***-80	Deferido
158	MANUELLE FERRAZ HARMEL	042.026.***-00	Deferido
54	MARCIA JEDITZ	003.449.***-07	Deferido
17	MARCIA MACHOVSKI GRUBER	006.652.***-02	Deferido
75	MARIA MARGARETE GIESE ROSA	618.277.***-72	Deferido
168	MARIA NOGUEIRA DE LIMA SILVA	051.496.***-20	Deferido
63	MARIA TEREZINHA CARVALHO DE LIMA	066.850.***-19	Deferido
52	MARIANA PELEJE VIANA	339.818.***-80	Deferido
13	MARILEIA MORANTI	061.507.***-54	Indeferido
109	MARILENE ANTONOVICZ	970.236.***-15	Deferido
12	MARILEY DA SILVA	055.564.***-06	Indeferido
139	MELISSA CARLA CUSTÓDIO VICENTE THOMAZ	032.533.***-79	Deferido
42	MIRIAN CARVALHO DA SILVA	044.659.***-80	Indeferido
122	NATÁLIA WOCIEJCHOSKY	765.224.***-87	Deferido
108	NOELI DE FATIMA FERNANDES STUEPP	004.101.***-42	Deferido
31	PATRICIA PADILHA DOS SANTOS	008.696.***-00	Deferido
62	PAULINA ROBES LIZAK	969.852.***-68	Indeferido
207	PAVOLA MARCELA MARTINS RODRIGUES	048.230.***-79	Deferido
57	RAQUEL MUEHLBAUER BLODORN	007.784.***-60	Deferido
113	REGINA APARECIDA CARDOSO ODERDENG	066.951.***-11	Indeferido
153	RENATA SCHAADT	005.089.***-37	Indeferido
143	ROSA DE SOUZA GUEDES DE MIRANDA	916.973.***-68	Deferido
67	ROSANGELA APARECIDA FOSSILE DOS SANTOS	055.609.***-92	Deferido
194	ROSANGELA WEISS HABLE	029.637.***-36	Deferido
213	ROSELI ROHRBACHER LINZMEYER	937.020.***-04	Deferido
95	SANDRA PRUCHNESKI	901.482.***-91	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 7



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



84	SHEILA CRISTINA MITS	049.893.***-28	Deferido
201	SILMARA BEGALKE	004.980.***-40	Deferido
179	SIMONE APARECIDA ALVES ROHRBACHER	048.264.***-50	Indeferido
121	SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA	902.488.***-53	Deferido
181	SOLANGE NIEDZIELSKI DE CASTILHO	004.313.***-08	Deferido
187	SORAYA APARECIDA LACERDA	106.467.***-02	Deferido
186	TAIS BUBA KOTOVICZ	093.502.***-42	Deferido
199	TATIANA REGINA BERTOLDI	003.510.***-11	Deferido
202	TEREZINHA APARECIDA FRANCO AUGUSTIN	022.092.***-70	Deferido
116	VANDERLEIA PRUSSAK BIALOBOK	004.320.***-75	Deferido
6	VANESSA LIMA AGAPITO	037.418.***-33	Indeferido
66	VANESSA SILVEIRA	004.676.***-08	Deferido
140	VANESSA STAL BATISTA	050.112.***-52	Deferido
128	VERIDIANE APARECIDA DE MELO	042.072.***-58	Deferido
130	VIRGINIA AMANDA NASCIMENTO	050.459.***-25	Deferido
82	VIVIAN KASZUBOWSKY	043.362.***-69	Deferido
89	WANESSA SCHROTH	064.184.***-18	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
138	ADRIANA RUJANOWSKI	041.910.***-02	Deferido
105	ADRIANE MARTINS	904.566.***-53	Indeferido
155	ANA CAROLINA RANDIG	100.727.***-38	Deferido
11	ANA LUIZA DE LIMA	106.609.***-50	Indeferido
149	ANA PAULA KRAINZ DA ROCHA	083.633.***-05	Deferido
156	ANDRÉA DE FÁTIMA C. DA COSTA	834.733.***-10	Indeferido
220	BRUNO PATRICK DE SOUSA BRITO	010.396.***-54	Indeferido
79	CAROLINI SILVA	106.296.***-62	Deferido
175	CLAIR PERPETUA ROCHA FERRAZ	027.213.***-31	Deferido
133	DANIELE MICKUS	109.728.***-00	Deferido
39	DANIELLE DE ARAUJO ALMEIDA	091.247.***-02	Deferido
32	DIÉSSICA MARIA PIONTKEWICZ BUBA NEUMANN	095.324.***-85	Deferido
76	ELISANGELA APARECIDA SIQUEIRA	038.212.***-77	Deferido
209	FERNANDA MICKUS DREVECK	084.342.***-08	Deferido
147	FRANCIELE HUWE WERGUTZ WEISS	019.126.***-08	Deferido
163	GABRIELA FURST FUHRMANN	043.853.***-89	Deferido
182	GABRIELE FERREIRA	111.004.***-07	Deferido
171	ILAINE MIRIA ROSA	043.793.***-20	Deferido
25	JOCIELE PEREIRA	098.609.***-80	Deferido
162	KATIA REGINA FARIAS	048.290.***-07	Deferido
74	KELI VIDAL GONÇALVES	107.152.***-83	Deferido
87	LETICIA CAROLINE WOEHLE	116.890.***-51	Deferido
110	MARILEI AMARANTE	035.113.***-39	Indeferido
136	MARILENE APARECIDA BINNER	059.064.***-88	Deferido
118	MATILDE APARECIDA BAECHTOLD	028.996.***-03	Deferido
151	ROSELI SANDRA ZAMBAN	093.950.***-57	Indeferido
210	SIDIANE DE FREITAS STAL	059.027.***-02	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 4 de 7



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



77	VANESSA APARECIDA SIMÃO STEURNAGEL	075.503.***-08	Deferido
----	------------------------------------	----------------	----------

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
4	ANA CARLA HUMMELGEN	064.719.***-43	Deferido
18	ANDREIK WOLLNER	071.237.***-79	Deferido
22	ANDREZA DA ROCHA	080.858.***-65	Deferido
48	ANNIE EVELYN DE LIMA	076.433.***-07	Deferido
37	CAMILA CORREA KIESKI	105.669.***-96	Indeferido
190	DIEGO LUÍS KIESKI	095.392.***-93	Indeferido
24	DIOGO LEAL	065.153.***-58	Deferido
123	ELCIONE AGOSTINHO ANTON	025.205.***-50	Deferido
137	EULÁLIA GORNIACK CUSTODIO	937.012.***-34	Deferido
188	INACIO SAVITSKY	066.288.***-01	Deferido
19	JAISON FERREIRA	089.983.***-52	Deferido
47	JESSICA CRISTINA WITT	066.639.***-65	Deferido
195	JONAS DA SILVA DE SOUSA	054.283.***-82	Deferido
211	JOSIEL MASSANEIRO	093.048.***-09	Deferido
96	KARIN RANK LIEBL	009.500.***-44	Deferido
21	KELLY SACTH	065.815.***-90	Deferido
81	LUCIANA YARENHUK DA SILVA	036.947.***-96	Indeferido
183	RODRIGO HRUSCHKA CUBAS	057.976.***-10	Deferido
102	ROGERIO JORGE SCARPIM	491.769.***-15	Deferido
55	THALIA FALQUEVICZ	110.254.***-33	Deferido
219	THIAGO DE OLIVEIRA GONÇALVES	060.572.***-04	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
80	DANIRA APARECIDA BEUTER	078.917.***-71	Indeferido
68	ERICK FELIPE DO PRADO	117.862.***-06	Deferido
129	EVANDIR MIGUEL BAUM	070.551.***-63	Indeferido
83	GUILHERME FELIPE PAZ RIBEIRO	087.674.***-80	Indeferido
8	MELLANIE MERIE CUNHA ZOELLNER	083.840.***-06	Deferido
176	PRICILA BRANCO KRZESINSKI	112.998.***-79	Deferido
173	ROSSELLE VILMAR TREML	115.453.***-05	Indeferido
91	SABRINA RUCKER RIBEIRO	086.025.***-42	Deferido
114	VANESSA FRAGOSO PEREIRA	070.999.***-61	Indeferido

Cargo: PROFESSOR DE ARTE (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
191	BIANCA KESTERING GREIPEL	005.381.***-27	Deferido
157	JACQUELINE FURMANN COMARELLA	041.721.***-42	Deferido
92	JANAINA RAQUEL ALVES DE CAMPOS COUTINHO	003.415.***-30	Indeferido
131	LORENCO FRAGOSO	080.509.***-06	Indeferido
58	SIMONE MICKUS	006.307.***-65	Deferido
93	SUELI CARDOZO	808.364.***-53	Deferido
65	WANDERLEIA DO ROCIO DE SIQUEIRA CARDOSO	050.062.***-70	Indeferido

Cargo: PROFESSOR DE ARTE (NÃO HABILITADO)



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 5 de 7



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
214	ANDRESSA PILATTI VIEIRA DO PRADO	062.662.***-00	Indeferido
184	GLEICI REICHWALD KNOP	078.422.***-27	Indeferido
185	GLEICI REICHWALD KNOP	078.422.***-27	Indeferido
106	JOICE APARECIDA RIBEIRO	048.285.***-22	Deferido
33	LUANA JACIARA DE LIMA	075.995.***-13	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
53	CARLA KOTOVICZ	750.328.***-15	Deferido
29	EDERSON IDALENCIO	004.571.***-20	Deferido
64	FERNANDA MAITÊ DOS PASSOS	105.870.***-82	Deferido
28	SUELEN ELIZA VIER DREVECK	072.369.***-41	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE INGLÊS (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
192	ANA PAULA FERNANDES DEMETRIO DE CARVALHO	313.184.***-64	Deferido
193	CLARA FISCHER REIS	111.198.***-76	Deferido
117	ISABEL CRISTINA WOHL	059.934.***-51	Indeferido
85	MARCELO JOSNEI BONIN	043.455.***-06	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
45	EMANOELA HESS PEREIRA	056.346.***-80	Deferido
141	FERNANDA DE SOUZA	091.933.***-56	Indeferido
204	IRILDES BIAOBOCK COSTA	421.738.***-91	Deferido
208	JOSEFA MARIA DE ALMEIDA	099.918.***-78	Deferido
94	SILVIA RAFAELE KERSCHER	092.621.***-23	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
125	LUCIENE APARECIDA VIEIRA BRETAS	031.652.***-57	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
206	LUSMARI LEVERMANN MOREIRA	728.416.***-34	Indeferido
169	MARCELO MAX STEFANI	720.687.***-15	Deferido
7	REGINALDO DE JESUS OLIVEIRA DE LIMA	048.985.***-69	Indeferido
59	TAÍS APARECIDA ODIA UHLIG	081.672.***-57	Deferido
99	TIAGO LOPES RODRIGUES	075.125.***-35	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE MATEMÁTICA (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
174	MATHEUS SCHOEFFEL	094.451.***-22	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
197	AMANDA BAUM	062.237.***-08	Deferido
43	ENGELBERTO GROSSL	087.161.***-33	Deferido
56	FLÁVIA APARECIDA DE MATTOS WATRAS	086.283.***-84	Deferido
134	JANAINA GREIN	091.673.***-85	Deferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 6 de 7



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



177	JEAN CARLO KUSS	092.387.***-39	Indeferido
145	JESSICA DE MIRANDA	081.754.***-03	Indeferido
44	TÂNIA LUIZA FERNANDES	105.044.***-83	Deferido
150	VIVIANE WOSNIAK LEMOS	089.912.***-51	Indeferido

Cargo: PROFESSOR DE CIÊNCIAS (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
148	ALZEVANE SANTOS MAICÁ	637.302.***-87	Indeferido

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
34	JOSIELI LAURIANE ANTUNES	052.909.***-61	Indeferido
164	PATRICIA APARECIDA DA ROCHA	042.764.***-95	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE GEOGRAFIA (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
215	FERNANDA CRISTINE PEREIRA	081.078.***-12	Indeferido
165	QUELEN AMARAL LEAL	032.680.***-25	Deferido

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA (HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
119	ALEXANDRE DEBRUM DOS SANTOS	074.833.***-74	Indeferido
50	DANIELLA CAROLINA NENTWIG	079.856.***-51	Deferido
132	GUSTAVO DE CASTRO ALVES MACHADO	395.643.***-79	Deferido
126	JOSIANE KUROWSKY	080.196.***-77	Indeferido
70	ROBINSON WENDLER DE CRISTO	069.679.***-76	Deferido
78	RODRIGO CHRISTOFF	073.437.***-47	Deferido
135	SAMUEL FISCHER	053.110.***-27	Indeferido
101	SENAIDE WOLFART	055.627.***-62	Deferido
112	THIAGO SILVEIRA BRAND	061.768.***-85	Indeferido

Cargo: PROFESSOR DE HISTÓRIA (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
41	JEFFERSON DE CASTILHO MAIA	057.952.***-64	Indeferido

Cargo: PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO (NÃO HABILITADO)

INSCRIÇÃO	NOME	CPF	SITUAÇÃO
196	EVANDRO AIRES DE CARVALHO	006.089.***-99	Indeferido



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 7 de 7

ATO 003: EDITAL PROVISÓRIO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE VAGA ESPECIAL (PNE) PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2220435



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 003: Edital Provisório de Análise de Requerimentos de Vaga Especial (PNE)**

Apresentando requerimento de forma tempestiva, os(as) candidatos(as) abaixo tiveram seus requerimentos analisados pela comissão.

Inscrição	Candidato	Cargo	Tipo PCD	Parecer
124	GERSON ENGLER	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais (HABILITADO)	Auditiva	Deferido

Fica(m) estabelecido(s) o(s) dia(s) **07/11/2019 - 08h00min à 08/11/2019 - 17h00min**, para contestação ao indeferimento do pedido de vaga especial, remetendo os seus argumentos, com o preenchimento do formulário de recurso previsto em edital (Anexo V), e realizar o protocolo deste, por um dos meios previstos no **Item 11** do Edital.

Campo Alegre/SC, 06 de novembro de 2019.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

ATO 004: EDITAL PROVISÓRIO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTOS DE CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA - PROCESSO SELETIVO Nº 02/2019

Publicação Nº 2220439



Estado de Santa Catarina
Município de Campo Alegre
Processo Seletivo n.º 02/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 004: Edital Provisório de Análise de Requerimentos de Condições Especiais de Prova**

Apresentando requerimento de forma tempestiva, os(as) candidatos(as) abaixo tiveram seus requerimentos analisados pela comissão.

Inscrição	Candidato	Cargo	Condição Especial	Parecer
124	GERSON ENGLER	Professor de Educação Infantil e Anos Iniciais (HABILITADO)	Tempo adicional de prova	Indeferido: Documentação apresentada em relação a Vaga Especial (PNE) não demonstra qualquer enfermidade intelectual que justifique tempo diferenciado para a realização das provas.

Fica(m) estabelecido(s) o(s) dia(s) **07/11/2019 - 08h00min à 08/11/2019 - 17h00min**, para contestação ao indeferimento do pedido de condição especial de prova, remetendo os seus argumentos, com o preenchimento do formulário de recurso previsto em edital (Anexo V), e realizar o protocolo deste, por um dos meios previstos no **Item 11** do Edital.

Campo Alegre/SC, 06 de novembro de 2019.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 1

Campo Erê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 46/2019

Publicação Nº 2220316

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1346/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2019
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, SC, representado pelo seu Prefeito Sr. ODILSON VICENTE DE LIMA, TORNA PÚBLICO que até às 08:30 horas do dia 22 de novembro de 2019, o Pregoeiro Oficial do Município, estará recebendo as propostas dos interessados no objeto do Processo Licitatório nº 1346/2019 na modalidade de Pregão Presencial Nº 46/2019, tipo Menor preço - por Lote para a AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE - MASSA ASFALTICA (C.B.U.Q) E EMULSÃO ASFALTICA RR-1C, PARA MANUTENÇÃO DAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ/SC. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme especificado neste Edital . Fundamentado na Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, suas alterações, Decreto Municipal 703/2015, LC 147/2014, e demais normas pertinentes. Demais informações, serão fornecidas pelo Departamento de Licitações, localizado no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua 1º de Maio, 736, em Campo Erê, Estado de Santa Catarina, de segunda a sexta-feira no horário das 7h30 às 11h30 e das 13h15 às 17h15 e no e-mail licitacao@campoere.sc.gov.br - Campo Erê - SC, 07 de novembro de 2019. Clezio Comonelo – Pregoeiro Oficial // ODILSON VICENTE DE LIMA - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.429/19 DE 04/11/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2220538

DECRETO Nº 8.429/19 DE 04/11/2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 103.359,55 (Cento e três mil trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 1.026- Reequipamento da Fundação Cultural

Elementos de despesa: 2- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas....R\$ 33.359,55

ÓRGÃO: 33- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

UNIDADE: 01- FUNDAÇÃO CULTURAL CAMPONOVENSE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.043- Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

Elementos de despesa: 3- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas....R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, com recursos próprios, no montante de R\$ 103.359,55.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 04 de novembro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.430/19 DE 04/11/2019. ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Publicação Nº 2220540

DECRETO Nº 8.430/19 DE 04/11/2019.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.432 de 07/06/2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.516/18 de 31/12/2018 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), às seguintes dotações:

ÓRGÃO: 03- SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE: 08- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

PROJETO/ATIVIDADE: 0.004- Manutenção dos Serviços da Dívida Fundada Interna – Prefeitura

Elementos de despesa: 29- 3.2.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000- Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para a cobertura dos créditos previsto no Art. 1º, será subtraído do excesso de arrecadação, com recursos próprios, no montante de R\$ 70.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 04 de novembro de 2019.

Sílvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/19 DE 07/11/2019. ALTERA REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE FISCAL DE OBRAS, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 10/2011 QUE REESTRUTURA O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, ACRESCENTA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROV

Publicação Nº 2220536

LEI COMPLEMENTAR Nº 08/19 DE 07/11/2019.

ALTERA REQUISITOS DE HABILITAÇÃO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE FISCAL DE OBRAS, PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 10/2011 QUE REESTRUTURA O PLANO DE CARREIRAS, CARGOS E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO, ACRESCENTA ATRIBUIÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica alterado o requisito de habilitação para provimento do cargo de Fiscal de Obras do Quadro Permanente de Cargos de Provimento Efetivo do Poder Executivo Municipal, conforme descrito no Anexo XII da Lei Complementar Municipal n. 10/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XII - GRUPO/CATEGORIA, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES
DOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER
EXECUTIVO

[...]

CARGO: FISCAL DE OBRAS

GRUPO/CATEGORIA: Atividades operacionais e de administração geral

HABILITAÇÃO: Ensino médio completo com curso técnico em edificações e registro no respectivo Conselho ou Órgão Fiscalizador do exercício da profissão.

Art. 2º. Inclui atribuições vinculadas ao cargo de Fiscal de Obras, constantes no Anexo XII da Lei Complementar Municipal n. 10/2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XII - GRUPO/CATEGORIA, HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES
DOS CARGOS DO QUADRO PERMANENTE DE CARGOS DO PODER
EXECUTIVO

[...]

CARGO: FISCAL DE OBRAS

[...]

ATRIBUIÇÕES

[...]

Fiscalizar a conservação de propriedades, logradouros e dos bens públicos, construção e a reconstrução de passeios públicos e logradouros, a conservação de terrenos e a limpeza de terrenos baldios, emitindo as competentes notificações, em observância à legislação em vigor.

Examinar os processos e definir a numeração das edificações, a pedido do interessado.

Apurar denúncias relacionadas à área de atuação e elaborar relatório sobre as providências adotadas.

Art. 3º. As especificações da categoria funcional, número de vagas, vencimentos, carga horária, nível, enquadramento, demais responsabilidades e atribuições do cargo de fiscal de obras de que tratam os Anexos I e XII da Lei Complementar Municipal n. 10/2011, não abrangidos pela presente lei, permanecem inalterados e em vigor.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos-SC, 07 de novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 09/19 DE 07/11/2019. ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 06/2017, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2220537

LEI COMPLEMENTAR Nº 09/19 DE 07/11/2019.

ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 06/2017, QUE INSTITUI O PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL, DISPÕE SOBRE AS NORMAS, FIXA OBJETIVOS E DIRETRIZES URBANÍSTICAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica alterado o Mapa de Zoneamento constante no Anexo II de que trata o inciso II do art. 134 da Lei Complementar Municipal n. 06/2017, que institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal, passando a vigorar conforme o anexo único desta lei.

Art. 2º. Constitui parte integrante da presente Lei o seguinte anexo:

I - ANEXO ÚNICO – Mapa de Zoneamento.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos-SC, 07 de novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 03_2019

Publicação Nº 2219941

RESOLUÇÃO Nº 03/2019

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação dos seguintes projetos chancelados para captação de recursos:

Número do Projeto: 001/2019

Data da Aprovação: 02/08/2019

Número da Ata: 79

Proponente: APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CNPJ: 83.516.682/0001-17

Título: Futuro ao Som do Berimbau

Valor Autorizado para Captação: R\$ 47.022,00

Prazo de Captação: 31/12/2019

Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 002/2019

Data da Aprovação: 02/08/2019

Número da Ata: 79

Proponente: Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Campos Novos

CNPJ: 02.453.809/0001-02

Título: Bombeiro Mirim

Valor Autorizado para Captação: R\$ 10.788,00

Prazo de Captação: 31/12/2019

Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 010/2019

Data da Aprovação: 02/08/2019

Número da Ata: 79

Proponente: Associação Pais e Professores GEM Jardim Bela Vista

CNPJ: 80.628.076/0001-03

Título: Toldo de Policarbonato

Valor Autorizado para Captação: R\$ 7.800,00

Prazo de Captação: 31/12/2019

Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 011/2019

Data da Aprovação: 02/08/2019

Número da Ata: 79
Proponente: Associação Pais e Professores GEM Jardim Bela Vista
CNPJ: 80.628.076/0001-03
Título: Ar Condicionado
Valor Autorizado para Captação: R\$ 18.600,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 012/2019
Data da Aprovação: 02/08/2019
Número da Ata: 79
Proponente: Assoc. de Pais e Prof. do Grupo Escolar Municipal Dep. Waldemar Rupp
CNPJ: 07.071.391/0001-84
Título: Tablets na Escola: as tecnologias de informação e comunicação no ensino dos conteúdos escolares
Valor Autorizado para Captação: R\$ 21.000,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 013/2019
Data da Aprovação: 02/08/2019
Número da Ata: 79
Proponente: CAIC - Professora Nair da Silva Gris
CNPJ: 01.151.218/0001-00
Título: A importância de um acervo escolar adequado e um ambiente atrativo e agradável na biblioteca escolar
Valor Autorizado para Captação: R\$ 14.400,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Campos Novos, 07 de agosto de 2019
Gesiel Ribeiro
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04_2019

Publicação Nº 2219943

RESOLUÇÃO Nº 04/2019
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação do seguinte projeto chancelado para captação de recursos:

Número do Projeto: 20/2019
Data da Aprovação: 27/08/2019
Número da Ata: 80
Proponente: AAP DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PADRE ARMANDO DE COSTA
CNPJ: 22.385.940/0001-89
Título: Parque Brincar e Aprender
Valor Autorizado para Captação: R\$ 22.200,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Campos Novos, 03 de setembro de 2019
Gesiel Ribeiro
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 05_2019

Publicação Nº 2219945

RESOLUÇÃO Nº 05/2019
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação do seguinte projeto

chancelado para captação de recursos:

Número do Projeto: 22/2019
Data da Aprovação: 04/09/2019
Número da Ata: 80
Proponente: ASSOCIAÇÃO O VENTO BRASIL
CNPJ: 17.250.355/0001-31
Título: O Vento nas escolas
Valor Autorizado para Captação: R\$ 49.080,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 26/2019
Data da Aprovação: 04/09/2019
Número da Ata: 80
Proponente: ASSOCIAÇÃO O VENTO BRASIL
CNPJ: 17.250.355/0001-31
Título: O Vento Nas Escolas Estaduais de Campos Novos- Centro
Valor Autorizado para Captação: R\$ 76.692,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Campos Novos, 05 de setembro de 2019
Gesiel Ribeiro
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06_2019

Publicação Nº 2219946

RESOLUÇÃO Nº 06/2019
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação do seguinte projeto chancelado para captação de recursos:

Data da Aprovação: 17/09/2019
Número da Ata: 80
Proponente: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANÁZIO
CNPJ: 83.156.455/0001-28
Título: UM NOVO OLHAR PARA O NASCER
Valor Autorizado para Captação: R\$ 560.488,13
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / c.c. 24099-0 – FIA Campos Novos

Campos Novos, 18 de setembro de 2019
Gesiel Ribeiro
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 07_2019

Publicação Nº 2219947

RESOLUÇÃO Nº 07/2019
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação do seguinte projeto chancelado para captação de recursos:

Número do Projeto: 03/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: AAP DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PADRE ARMANDO DE COSTA
CNPJ: 22.385.940/0001-89

Título: Escola que Queremos
Valor Autorizado para Captação: R\$ 30.324,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 04/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS
CNPJ: 08.657.864/0001-92
Título: Tecnologia assistiva, trabalhando para a estimulação precoce
Valor Autorizado para Captação: R\$ 11.760,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 07/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS
CNPJ: 08.657.864/0001-92
Título: Aquisição de micro-ônibus para transporte escolar
Valor Autorizado para Captação: R\$ 278.400,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 16/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS
CNPJ: 08.657.864/0001-92
Título: Viva com saúde, movimente-se
Valor Autorizado para Captação: R\$ 10.560,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 24/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: ASSOCIAÇÃO CAMPONOVENSE DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS E VISUAIS
CNPJ: 08.657.864/0001-92
Título: Linha braille, acesso à tecnologia
Valor Autorizado para Captação: R\$ 19.200,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 30/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO CAMPOS NOVOS - AACN
CNPJ: 28.195.542/0001-86
Título: Correndo por um sonho
Valor Autorizado para Captação: R\$ 42.360,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 32/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: ASSOCIAÇÃO COMUNITARIA E DESPORTIVA CAMPONOVENSE
CNPJ: 02.561.951/0001-65
Título: Campeão no Tatame - Campeão na Vida
Valor Autorizado para Captação: R\$ 91.608,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 33/2019
Data da Aprovação: 18/10/2019
Número da Ata: 81
Proponente: Associação Comunitária Esportiva Camponovense

CNPJ: 10.216.324/0001-15
Título: Vestindo Bem o Tênis de Mesa
Valor Autorizado para Captação: R\$ 45.072,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Campos Novos, 21 de outubro de 2019
Gesiel Ribeiro
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 08_2019

Publicação Nº 2219949

RESOLUÇÃO Nº 08/2019
CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
APROVAÇÃO DE PROJETOS CHANCELADOS

Objetivando atender o disposto no item 6.1 do Edital de Chamamento Público Permanente Nº 01/2019 do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA torna público a habilitação do seguinte projeto chancelado para captação de recursos:

Número do Projeto: 35/2019
Data da Aprovação: 30/10/2019
Número da Ata: 82
Proponente: APP EEB Professora Antônia Correa Mendes
CNPJ: 83.516.542/0001-49
Título: Família na Escola EEB Profª Antônia Correa Mendes
Valor Autorizado para Captação: R\$ 42.000,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Número do Projeto: 36/2019
Data da Aprovação: 30/10/2019
Número da Ata: 82
Proponente: Fundação Cultural Camponovense
CNPJ: 74.097.114/0001-38
Título: A Arte da Música Transformando Vidas
Valor Autorizado para Captação: R\$ 37.200,00
Prazo de Captação: 31/12/2019
Dados Bancários: Banco do Brasil / Ag. 0685-8 / C.C. 24099-0 – FIA Campos Novos

Campos Novos, 06 de novembro de 2019
Gesiel Ribeiro
Presidente do CMDCA

ATA RG 67/2019 - UNIFORMES

Publicação Nº 2220549

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 145/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 67/2019

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, inscrito no CPF sob o nº. 742.596.799-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 90/2019, Processo Licitatório nº. 145/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E AGASALHOS PARA OS SERVIDORES QUE TRABALHAM NA COLETA DE RESÍDUOS, REPAROS MECÂNICOS E SERVIÇOS EM GERAL, E DE UNIFORME TÁTICO PARA OS SERVIDORES DA 26ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPOS NOVOS/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12408	PETTER COMERCIO DE EPI'S EIRELI	1, 2, 3, 4, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
PETTER COMERCIO DE EPI'S EIRELI	08.968.649/0001-02		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E AGASALHOS PARA OS SERVIDORES QUE TRABALHAM NA COLETA DE RESÍDUOS, REPAROS MECÂNICOS E SERVIÇOS EM GERAL, E DE UNIFORME TÁTICO PARA OS SERVIDORES DA 26ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMPOS NOVOS/SC
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 12408 - PETTER COMERCIO DE EPI'S EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CALÇA ELÁSTICO E CORDÃO, SEM BOLSOS, TECIDO BRIM, 100% ALGODÃO, GRAMATURA 265. COR A DEFINIR NO PEDIDO;	UN		40,000	27,9000	1.116,00
2	CAMISETA GOLA REDONDA, MANGA LONGA, COM RIBANA NA GOLA E NOS PUNHOS, TECIDO POLIVISCOSE, 65% POLIESTER E 35% VISCOSE, GRAMATURA 160, COM SERIGRAFIA 3 CORES NO PEITO ESQUERDO. COR A DEFINIR NO PEDIDO;	UN		40,000	17,9000	716,00
3	BLUSA DE MOLETOM GOLA REDONDA, MANGA LONGA, COM RIBANA NA GOLA E NOS PUNHOS, TECIDO MOLETOM FELPADO 3 CABOS, 55% ALGODÃO E 45% POLIESTER, GRAMATURA 340 COM SERIGRAFIA 3 CORES NO PEITO ESQUERDO;	UN		40,000	49,0000	1.960,00
4	MACACÃO MANGA LONGA COM BOLSOS, TECIDO BRIM 100% ALGODÃO, GRAMATURA 265 COM SERIGRAFIA 6 CORES NO BOLSO SUPERIOR ESQUERDO. COR A DEFINIR NO PEDIDO;	UN		30,000	62,0000	1.860,00
5	BOTA TÁTICA NA COR PRETA, CANO BAIXO, CABEDAL HIDROFUGADO RESISTENTE À PENETRAÇÃO DE ÁGUA, SOLADO EMBORRACHADO COM ISOLAMENTO TÉRMICO E COM NUMERAÇÃO DE 35 A 45.	UN		9,000	399,0000	3.591,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 3/7
Processo Nº.: 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 145/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 90/2019

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 7 de Novembro de 2019.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

PETTER COMERCIO DE EPI'S EIRELI

CNPJ: 08.968.649/0001-02

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 164/2019

Publicação Nº 2220079

PORTARIA SAMAE CNO 164/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE

DESIGNAR, o servidor ROBSON MOLON, Encanador, Padrão 5.1.E, para ocupar o cargo de Mecânico de Manutenção, no qual fará jus à percepção de diferença salarial, até que o quadro de pessoal do SAMAE esteja novamente completo.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/11/2019.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

PORTARIA 165/2019

Publicação Nº 2220084

PORTARIA SAMAE CNO 165/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

EXONERAR a servidora SCHARLA APARECIDA CELLA, Auxiliar Administrativa, Padrão 4.1, a pedido, na forma da Lei, a partir desta data.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen

Diretor do SAMAE

Canelinha

CÂMARA MUNICIPAL

RESULTADO PROPOSTA TP 002/2019

Publicação Nº 2219294

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE CANELINHA
Rua: Manoel Francisco Correa nº. 417 – caixa postal 02
88230-000 – Canelinha – SC – CNPJ: 00.525.967/0001-97

RESULTADO JULGAMENTO DA PROPOSTA

EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO 002/2019
Tomada de Preços 002//2019

A empresa CONSTRUTORA MASTER EIRELI ME única empresa a participar do certame e estar habilitada para a Abertura das Propostas, atende a todos os requisitos do Edital, tornando-se assim vencedora do certame.

Observados os devidos procedimentos de publicidade e legalidade, o resultado do Julgamento da Proposta da empresa Habilitada, será publicado no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), no site www.camaracanelinha.sc.gov.br e no Mural Público.

Nada mais havendo a declarar, o Presidente encerra a sessão.

Publique-se para os fins e efeitos legais.

Canelinha/SC., 05 de novembro de 2019.
ARLINDO DE SIMAS
Presidente do Legislativo

Canoinhas

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 1-71/2019

Publicação Nº 2220061

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 1-71/2019

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP12/2019

Data de assinatura: 30/10/2019.

Contratada: GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 13.771.804/0001-36

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA PAVIMENTAÇÃO, DESTINADOS A DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: Fica prorrogado o prazo de execução por mais 30 (trinta) dias.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 3-84/2018

Publicação Nº 2220115

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 3-84/2018

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Tomada de Preço N.º PMC TP10/2018

Data de assinatura: 25/10/2019.

Contratada: SC CONSTRUÇÃO CIVIL E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.230.092/0001-08

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PLANO DE REVEGETAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA, MEDINDO 17.084 M², SITUADA NO LOTEAMENTO VILA VERDE, MUNICÍPIO DE CANOINHAS, SEGUNDO A NORMATIVA IN Nº 16 - FATMA, COM DEMOLIÇÃO DE 21 (VINTE E UMA) CASAS QUE SE ENCONTRAM NA ÁREA, BEM COMO A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS, CONSTRUÇÃO DE CERCA DE ARAME LISO EM TODA A EXTENSÃO DA ÁREA, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO PROJETO BÁSICO - ANEXO I DESTE EDITAL.

Contratante: Prefeitura Municipal de Canoinhas, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do prazo: A vigência que era até 28/10/2019, passará a ser até 28/12/2019.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO DE CONTRATO PMC 8-72/2017

Publicação Nº 2220132

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 8-72/2017

Prorrogação

Prefeitura Municipal de Canoinhas

ESTADO DE SANTA CATARINA

Concorrência N.º PMC CC7/2017

Data de assinatura: 25/10/2019.

Contratada: KEY CONSTRUCTION SOLUÇÕES RODOVIARIAS EIRELI, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.771.614/0001-20

Objeto Contratado: EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DE 21 UNIDADES HABITACIONAIS SENDO: 18 NO LOTEAMENTO CAMPO DA ÁGUA VERDE E 03 NO LOTEAMENTO VILA VERDE, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DE VIAS DO LOTEAMENTO VILA VERDE, TOTALIZANDO 6.204,00 M², PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA JOÃO CEZAR DE ANDRADE, NUM TOTAL DE 190,33 M² E CONSTRUÇÃO DE PRAÇA COM QUADRA DE ESPORTES, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL

Do prazo: A vigência que era até 28/10/2019, passará a ser até 28/12/2019.

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

PORTARIA Nº 1548/2019

Publicação Nº 2219469

PORTARIA Nº. 1548/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, as Leis Municipais 5.528 de 25/03/2015 e Lei nº 4.851 de 14/11/2011 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 002/SME/2017, Edital nº 006/SME/2017 de 08/12/2017, resolve:

CONTRATAR PROFISSIONAIS PARA ATUAR NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NO ANO LETIVO/2019

Art. 1º - Fica contratada CAROLINA DOS SANTOS MACHADO DRANSFELD, no cargo de Monitor de Educação Especial, Ensino Médio, 20 horas semanais, para atuar na EBM Guilhermina Mª da Veiga Ferreira (um aluno com Deficiência Intelectual Leve - DIL), no período de 04/11/2019 a 13/12/2019. Em conformidade com a Nota Técnica do SEESP/GAB nº 19/2010 e Lei 13.146 de 06/07/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Anteriormente, esta vaga era ocupada pela servidora ACT Ecilda Aparecida Greim, qual realizou pedido de demissão, conforme Memorando nº 13.553/SME/2019.

Art. 2º - Fica contratada CAROLINE MULLER STOKER, no cargo de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, para atuar no CEI Landi Ama Neppel, no período de 04/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Eliane Terezinha da Silveira, qual realizou pedido de férias, conforme Memorando nº 13.553/SME/2019.

Art. 3º - Fica contratada EMELIN TAIANE GOESTEMEIER, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar no GEM Reinaldo Kruger, no período de 04/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Alcione Aparecida Artner, qual está exercendo função gratificada de diretora da rede municipal de ensino, conforme Memorando nº 13.553/SME/2019.

Art. 4º - Fica contratada EVANIRA APARECIDA TACHESKI GONÇALVES, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski e na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, no período de 04/11/2019 a 30/11/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Neusi Aparecida Pauluk Kieski, qual realizou pedido de licença prêmio, conforme Memorando nº 13.553/SME/2019.

Art. 5º - Fica contratada JURACI GRITENS DOS SANTOS, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG II, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar na EBM Professora Alzirinha da Silva Corrêa, no período de 04/11/2019 a 13/12/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Sandra Maria dos Santos Heiden, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 13.553/SME/2019.

Art. 6º - Fica contratada JUSIMARA DA SILVEIRA, no cargo de Professor de Anos Iniciais, MAG I, 30% de regência, 40 horas semanais, para atuar no GEM Profª Xeila Elisabete Cornelsen, no período de 04/11/2019 a 20/11/2019. Vaga vinculada a servidora efetiva Adriana Bueno de Oliveira Erhardt, qual encontra-se em licença tratamento de saúde, conforme Memorando nº 13.553/SME/2019.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de novembro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/11/2019.

PUBLICAÇÃO DE ANULAÇÃO DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 19/2019

Publicação Nº 2220027

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 19/2019
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 19/2019, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLICIA MILITAR E POLICIA CIVIL, CONFORME DETERMINAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DESTE EDITAL. Motivo: Anulação conforme determinação do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Gilberto dos Passos
Prefeito

PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO FMS Nº 07/2019

Publicação Nº 2219797

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

ALTERAÇÃO DE EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO N.º FMS 07/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISE CLÍNICAS DA COTA PPI (PROGRAMAÇÃO PACTUADA INTEGRADA) DO GRUPO 02.02A, AOS USUÁRIOS DOS SUS DOS MUNICÍPIOS DE BELA VISTA DO TOLDO E MAJOR VIEIRA.

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Inscrições: A partir da publicação deste edital.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site da prefeitura, no link – licitações.

Canoinhas/SC, 07 de Novembro de 2019.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO FMS Nº 08/2019

Publicação Nº 2219795

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

ALTERAÇÃO DE EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO N.º FMS 08/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISE CLÍNICAS AOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Inscrições: A partir da publicação deste edital.

Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site da prefeitura, no link – licitações.

Canoinhas/SC, 07 de Novembro de 2019.

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE CHAMAMENTO PÚBLICO FMS Nº 09/2019

Publicação Nº 2219792

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
MUNICÍPIO DE CANOINHAS - SC

ALTERAÇÃO DE EDITAL CHAMAMENTO PUBLICO N.º FMS 09/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA(S) JURÍDICA(S) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS DE ANÁLISE CLÍNICAS DOS PACIENTES ATENDIDOS EXCLUSIVAMENTE NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA – 24 HORAS, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS.

Prestadores: Qualquer prestador de serviços, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não, que atenda as condições do edital.

Inscrições: A partir da publicação deste edital.


Local para inscrições: Setor de protocolo da Prefeitura do Município de Canoinhas, sito à Rua Felipe Schmidt, nº 10 – Centro – Canoinhas - SC, no horário das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Edital: Edital completo e seus anexos disponíveis no site da prefeitura, no link – licitações.

Canoinhas/SC, 07 de Novembro de 2019.

Gilberto dos Passos

Prefeito



Prefeitura Municipal de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital
2519-6981-741

Página
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO


Licitação: CC17/2019		Modalidade: Concorrência	Julgamento: Global	Registro de preço: Não	Controla quantidade: Sim	
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS HENRIQUE SORG - T4, JOSÉ SAMUEL SCHMIDT, CEL. JANUÁRIO DE A. CORTE, CURITIBANOS, ALFREDO MAIER E JOÃO SABATKE, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.						
Fornecedor: 11815 - PRADO E PRADO LTDA EPP		CPF/CNPJ: 23.153.183/0001-80		Valor total (R\$):	3.490.134,63	
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
06/11/2019	1	63252 - RUA HENRIQUE SORG - T4 - 711,22 METROS	SERVICO	1,00000	1.633.293,44000	1.633.293,44
06/11/2019	2	63253 - RUA JOSÉ SAMUEL S-SCHMIDT - 462,38 METROS	SERVICO	1,00000	565.247,88000	565.247,88
06/11/2019	3	63254 - RUA CEL. JANUÁRIO DE A. CORTE - 153,80 METROS	SERVICO	1,00000	242.125,90000	242.125,90
06/11/2019	4	63255 - RUA CURITIBANOS - 168 METROS	SERVICO	1,00000	325.460,16000	325.460,16
06/11/2019	5	63256 - RUA ALFREDO MAIER - 280 METROS	SERVICO	1,00000	538.076,21000	538.076,21
06/11/2019	6	63257 - RUA JOÃO SABATKE - 90,24 METROS	SERVICO	1,00000	185.931,04000	185.931,04
Total Adjudicado (R\$):					3.490.134,63	

Total de licitações adjudicadas: 1

Total Geral Adjudicado (R\$): 3.490.134,63

Gilberto dos Passos
Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiarri
Assessor Jurídico



Prefeitura Municipal de Canoinhas
Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC
CNPJ: 83.102.384/0001-80 Fone: (47) 3621-7700
<https://www.pmc.sc.gov.br>

Usuário: Adilson Fernando

Chave de Autenticação Digital
2067-5170-802

Página
1 / 1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Licitação: CC18/2019 **Modalidade:** Concorrência **Julgamento:** Global **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO FINISA, DAS RUAS FRIE MENANDRO KAMPS, JÚLIO BUDANT NETO TRECHO 1, JÚLIO BUDANT NETO TRECHO 2, FREDERICO KOHLER TRECHO 1, FREDERICO KOHLER TRECHO 2 E ANTÔNIO LILLER, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA.

Fornecedor: 11816 - PROGRESSO AMBIENTAL EIRELI			CPF/CNPJ: 01.901.227/0001-70		Valor total (R\$):		6.797.977,11
Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un.	Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
06/11/2019	1	63272 - PAVIMENTAÇÃO RUA FRIE MENANDRO KAMPS - EXTENSÃO 277,37 METROS	SERVICO		1,00000	503.139,68000	503.139,68
06/11/2019	2	63273 - PAVIMENTAÇÃO RUA JÚLIO BUDANT NETO T1 - EXTENSÃO 480 METROS	SERVICO		1,00000	1.238.643,92000	1.238.643,92
06/11/2019	3	63274 - PAVIMENTAÇÃO RUA JÚLIO BUDANT NETO T2 - EXTENSÃO 358,36 METROS	SERVICO		1,00000	901.131,20000	901.131,20
06/11/2019	4	63275 - PAVIMENTAÇÃO RUA FREDERICO KOHLER T1 - EXTENSÃO 174,48 METROS	SERVICO		1,00000	321.191,81000	321.191,81
06/11/2019	5	63276 - PAVIMENTAÇÃO RUA FREDERICO KOHLER T2 - EXTENSÃO 1.093,10 METROS	SERVICO		1,00000	2.083.296,85000	2.083.296,85
06/11/2019	6	63277 - PAVIMENTAÇÃO RUA ANTÔNIO LILLER - EXTENSÃO 842,77 METROS	SERVICO		1,00000	1.750.573,65000	1.750.573,65
Total Adjudicado (R\$):						6.797.977,11	

Total de licitações adjudicadas: 1 Total Geral Adjudicado (R\$): 6.797.977,11

Gilberto dos Passos
Prefeito

Winston Beyersdorff Lucchiarri
Assessor Jurídico

Capinzal

PREFEITURA

CERTIFICADO Nº 001/2019 - CMDCA

Publicação Nº 2219466

CERTIFICADO Nº 001/2019/CMDCA

Certificamos que a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE", está registrada neste Conselho sob o número 001/XII/01, com validade até 24/10/2023.

Capinzal, 24 de Outubro de 2019.

MARINA DA SILVA HACHMANN

Presidente do CMDCA

EDITAL Nº 040/2019

Publicação Nº 2219549

EDITAL Nº 040, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Estabelecem Diretrizes para Matrículas Escolares no âmbito das Unidades de Ensino da Rede Pública Municipal de Capinzal - SC para o ano letivo de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto no art. 211, § 2º da Constituição Federal do Brasil de 1988; na Lei nº 9.394/96 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação; nos art. 53 e 54 da Lei nº 8.069/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 3.177/2015 que trata do Plano Municipal de Educação e Lei Complementar nº 135/2010 que reinstalou o Sistema Municipal de Ensino; e

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de estabelecer diretrizes para a realização do processo de matrícula, referente ao ano letivo de 2020, nas Escolas da Rede Pública Municipal de Capinzal, torna público aos interessados edital de matrícula;

CONSIDERANDO as Resoluções e Pareceres do Conselho Municipal de Educação – COMED;

RESOLVE:

Art. 1º Abrir período de matrículas na Rede Municipal de Ensino, organizado em três etapas:

I – Renovação de Matrículas – Período de 11 a 29 de novembro de 2019 subdivididos:

- a) Ensino Fundamental - 6º ao 9º ano: 11 a 14 de novembro de 2019;
- b) Ensino Fundamental – 1º ao 5º ano: 18 a 22 de novembro de 2019;
- c) Educação Infantil - Creche e Pré-escolar: 25 a 29 de novembro de 2019.

II – Matrículas Novas – Período de 2 a 6 de dezembro de 2019:

- a) Educação Infantil - Creche e Pré-escolar;
- b) Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano).

III – Matrículas Remanescentes – Período de 27 de janeiro a de 5 de fevereiro de 2020:

- a) Educação Infantil - Creche e Pré-escolar;
- b) Ensino Fundamental (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano).

Art. 2º Para a efetivação das matrículas, as Unidades de Ensino deverão observar os seguintes critérios:

I - As vagas existentes serão destinadas aos alunos residentes no município de Capinzal, seguindo o zoneamento, ou seja, considerando a residência mais próxima da Unidade de Ensino, devendo apresentar comprovante – fatura de água ou luz - dos últimos três meses ou contrato de locação do imóvel;

II - Os alunos oriundos de outros municípios, que já pertencem à rede municipal de ensino de Capinzal, poderão concluir o ensino fundamental, desde que exista comprovadamente a vaga e que não prejudique o atendimento aos alunos capinzalenses;

III - Os alunos da Educação Infantil que passaram a residir em outro município durante o ano de 2019 e não fizeram transferência no decorrer do ano letivo não terão sua matrícula renovada para 2020;

IV - Não deverá ser formalizada nenhuma nova matrícula de alunos não residentes no município de Capinzal;

V - Nas unidades de ensino em que a demanda por vagas for maior que a oferta, a equipe gestora, juntamente com o (a) secretário (a) deverá organizar um cadastro de alunos excedentes, observando o disposto nos incisos I e II e encaminhar à Secretaria Municipal da Educação;

VI - A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes não garante vagas por períodos (matutino ou vespertino), respeitando o número de alunos por turma.

Art. 3º Considera-se renovação, a matrícula de alunos que já frequentam as unidades de ensino da Rede Municipal de Capinzal na mesma unidade escolar ou na Educação Infantil quando a necessidade de migrar para outra unidade de ensino se justifica pela continuidade dos estudos.

§1º Quando houver vaga para continuidade de estudos na mesma unidade escolar e os pais ou responsáveis desejarem mudança de escola na rede municipal, esta será considerada matrícula nova.

§ 2º Para a renovação de matrículas é necessário à assinatura dos pais ou responsáveis na ficha de matrícula na unidade escolar, atualização de endereço (telefone e outros dados) e apresentação dos seguintes documentos:

I - Creche:

- a) declaração de trabalho da mãe e do pai ou responsáveis legais pela criança (caso seja trabalhador autônomo, deverá ser autenticado em cartório);
- b) cartão do Bolsa Família (se for beneficiário);
- c) documento assinado que autoriza a Unidade Escolar, quando não for possível contato com os pais ou responsável legal, medicar a criança em estado febril;
- d) declaração de vacinação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- e) Comprovante de residência em nome do pai ou da mãe (em caso de aluguel, apresentar declaração autenticada em cartório);
- f) 3 (três) Fotos 3x4 (atual);
- g) assinatura de termo permitindo ou não uso de imagens do filho (a);
- h) caso o aluno (a) necessite de atendimento especial ou restrição alimentar, deverá apresentar laudo médico, no início do ano letivo de 2020.

II - Pré-escolar e Ensino Fundamental:

- a) comprovante com endereço de residência em nome do pai ou da mãe (em caso de aluguel, apresentar declaração autenticada em cartório);
- b) cartão do Programa Bolsa Família (se for beneficiário);
- c) certidão de nascimento da criança, RG e CPF;
- d) RG e CPF do pai e da mãe ou responsáveis legais;
- e) declaração de vacinação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- f) assinatura de termo permitindo ou não uso de imagens do filho (a);
- g) documento assinado que autoriza a Unidade Escolar, quando não for possível contato com os pais ou responsável legal, medicar a criança em estado febril;
- h) 1 (uma) foto 3x4 para a carteirinha de transporte escolar (alunos que utilizam transporte municipal);
- i) caso o aluno (a) necessite de atendimento especial ou restrição alimentar, deverá apresentar laudo médico, no início do ano letivo de 2020.

Art. 4º Considera-se Matrícula Nova, aquelas crianças que ainda não frequentam as unidades de ensino da Rede Municipal de Capinzal. Para Matrículas Novas é necessária a apresentação dos seguintes documentos:

I - Creche e Pré-escolar:

- a) Certidão de nascimento da criança, RG e CPF;
- b) RG e CPF do pai e da mãe ou responsáveis legais;
- c) comprovante de residência em nome do pai ou da mãe (em caso de aluguel, apresentar declaração autenticada em cartório);
- d) 3 (três) Fotos 3x4 (atual);
- e) carteirinha de Saúde/Vacinação e Declaração de vacinação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- f) documento assinado que autoriza a Unidade Escolar, quando não for possível contato com os pais ou responsável legal, medicar a criança em estado febril;
- g) declaração de trabalho do pai e da mãe ou responsáveis (somente para creche);
- h) assinatura de termo permitindo ou não uso de imagens do filho (a);
- i) atestado de frequência escolar, no caso de aluno transferido.

§ 1º Caso o aluno (a) necessite de atendimento especial ou restrição alimentar, deverá apresentar laudo médico, no início do ano letivo de 2020.

§2º As novas vagas de creche em tempo integral serão oferecidas para as crianças das mães, pais e/ou responsável legal que possuírem comprovante de trabalho no mesmo período em que a criança está na creche.

§ 3º Não serão aceitas matrículas em creches e pré-escola de crianças cujos pais tenham residência fixa em outro município.

§ 4º As novas matrículas de creche iniciam as aulas em fevereiro de 2020.

II - Ensino Fundamental:

- a) cópia da certidão de nascimento do aluno, RG e CPF;
- b) comprovante de residência em nome do pai ou da mãe (em caso de aluguel, apresentar declaração autenticada em cartório);
- c) declaração de vacinação emitida pela Secretaria Municipal de Saúde;
- d) RG e CPF do pai e da mãe ou responsáveis legais;
- e) assinatura de termo permitindo ou não uso de imagens do filho (a);
- f) atestado de frequência escolar, no caso de aluno transferido;
- g) documento assinado que autoriza a Unidade Escolar, quando não for possível contato com os pais ou responsável legal, medicar a criança em estado febril;

§ 1º Caso o aluno (a) necessite de atendimento especial ou restrição alimentar, deverá apresentar laudo médico, no início do ano letivo de 2020.

§ 2º Cada unidade escolar municipal deverá manter o registro da vida escolar do aluno, porém, se não for apresentada a documentação exigida, dar-se-á o prazo de 10 (dez) dias para fazê-lo.

§ 3º A não apresentação dos documentos exigidos, tornará a matrícula nula e, portanto, não será homologada.

Art. 5º Para as matrículas novas na Creche, Pré-escolar e 1º ano do Ensino Fundamental será observado:

I - Creche:

- a) Infantil I (Berçário I) – crianças com idade de 4 meses (completos até o dia 31 de março de 2020);
- b) Infantil II (Berçário II) – crianças com idade de 1 ano (completos até dia 31 de março de 2020);
- c) Infantil III (Maternal I) – crianças com idade de 2 anos (completos até 31 de março de 2020);
- d) Infantil IV (Maternal II) – crianças com idade de 3 anos (completos até 31 de março de 2020).

§ 1º Alunos de Infantil III (Maternal I) que estão frequentando a CMEI Crescendo Juntos e os pais (pai e mãe) comprovarem o trabalho poderão renovar a matrícula em outra creche ou CMEI em período integral, mas também terão a opção de atendimento na escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho em meio período, podendo os pais procurar a unidade escolar mais próxima de sua residência para efetivar a matrícula no Infantil IV (Maternal II).

§ 2º para quem não tiver vaga integral ou preferir meio período será garantida a vaga na CMEI Pinguinho de Gente - Extensão, na EM Bernardo Moro Sobrinho e na EM Construindo Sonhos.

§ 3º A preferência de vaga para o Infantil IV em período integral se dará para as crianças que os pais ou responsável legal comprovarem o trabalho durante o dia todo.

§ 4º Cada família deverá respeitar a lei do zoneamento procurando a escola mais próxima de sua residência.

II - Pré-escolar:

- a) Infantil V (Pré II) - crianças com idade de 4 anos (completos até 31 de março de 2020);
- b) Infantil VI (Pré III)- crianças com idade de 5 anos (completos até 31 de março de 2020).

III - Ensino Fundamental: 1º Ano do Ensino Fundamental - crianças com idade de 6 anos (completos até 31 de março de 2020).

Art. 6º O número de alunos por turma obedecerá a seguinte distribuição:

I - Creche:

- a) Infantil I (Berçário I) – 20 crianças por turma;
- b) Infantil II I (Berçário II) – 20 crianças por turma;
- c) Infantil III (Maternal I) – 20 crianças por turma;
- d) Infantil IV (Maternal II) – 20 crianças por turma.

Parágrafo único. Na composição das turmas de creche haverá atendimento prioritário para as crianças em situação de vulnerabilidade social, após Parecer da Assistente Social da Secretaria Municipal da Educação.

II - Pré-escolar:

- a) Infantil V (Pré II) - 20 crianças por turma;
- b) Infantil VI (Pré III) – 20 crianças por turma.

III - Ensino Fundamental:

- a) 1º ao 5º Ano – até 25 crianças por turma;
- b) 6º ao 9º Ano – até 30 crianças por turma.

Parágrafo único. De acordo com Parecer 02/2013 do COMED, na composição das turmas, poderão ser admitidos de 2 (dois) a 3 (três) alunos a mais por turma, observando o espaço físico da sala, a metragem mínima por aluno e casos de alunos com deficiência.

Art. 7º As matrículas remanescentes são realizadas para as vagas não preenchidas no período de renovação e de matrículas novas e seguem os mesmos critérios já descritos neste edital.

Art. 8º Será oferecida a renovação de matrículas na forma online para os alunos que frequentam a Escola Municipal Belisário Pena através de link fornecido pelo sistema de gestão escolar – SGE – que será disponibilizado pela escola aos pais ou responsável legal.

§ 1º Todas as orientações de acesso, login e senha serão repassadas aos pais ou responsável legal através de bilhete encaminhado pela escola.

§ 2º Para a efetivação da renovação da matrícula online os pais ou responsável legal devem comparecer na Unidade Escolar para assinar a ficha de matrícula e apresentar a documentação conforme art. 3º, inciso I.

Art. 9º Será garantida a matrícula de alunos com deficiência (as) na Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 10. Será dada a preferência para que irmãos estudem na mesma unidade escolar.

Art.11. As unidades de ensino municipais deverão organizar equipes de profissionais da educação, orientados pelos (as) secretários (as) das escolas para atender a demanda das matrículas.

Art. 12. O atendimento nas escolas para renovação de matrícula e/ou matrículas novas será feito dentro do seu horário de funcionamento:

- I - Escola Municipal Vilson Pedro Kleinubing: 7h15 às 11h15 - 13h às 17h;
- II - Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho: 7h20 às 11h20 - 13h às 17h;
- III - Demais unidades de ensino da rede municipal: 7h30 às 11h30 e 13às 17h.

Art. 13. Após o prazo estipulado para realização de matrículas, cada unidade de ensino deverá elaborar um relatório assinado pela direção escolar e enviar para a Secretaria Municipal da Educação, indicando o número de alunos por turma/ano escolar, turno e alunos com necessidade de auxiliar de professor.

Art. 14. A divulgação do Edital de matrícula será realizada pela Secretaria Municipal de Educação através de mural, site, rádios, entre outros e pelas unidades escolares municipais por meio de murais e bilhetes enviados para as famílias.

Art. 15. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes em consonância com as diretrizes emanadas da Lei 9394/96 e a Constituição Federal, garante o acesso à matrícula e permanência dos alunos da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental) na rede municipal de ensino aos residentes no município de Capinzal.

Art. 16. Ficam sujeitos às diretrizes do presente edital todas as unidades de ensino pertencentes à rede municipal de ensino de Capinzal.

Art. 17. A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes ficará responsável para sanar e esclarecer dúvidas e o Conselho Municipal da Educação – COMED será consultado, nos casos omissos ao presente edital.

Art. 18. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 6 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Veranice Maria Lovatel

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

LEI Nº 3.346/2019

Publicação Nº 2220295

LEI No 3.346, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a divulgação de informações referentes à aplicação de recursos derivados das arrecadações com horas de máquinas trabalhadas para a agricultura no Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica assegurada a divulgação de demonstrativo de arrecadação e destinação dos recursos decorrentes das horas trabalhadas com máquinas na agricultura no Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A divulgação será feita, anualmente, na página principal do site oficial da Prefeitura do Município de Capinzal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 7 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

LEI Nº 3.347/2019

Publicação Nº 2220298

LEI No 3.347, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a divulgação de informações sobre obras públicas paralisadas no Município de Capinzal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo deverá promover a divulgação, em seu site oficial e demais ferramentas de comunicação, de informações referentes a obras públicas municipais paralisadas, tais como:

I – motivos;

II – período de interrupção;

III – dados da empresa responsável.

Art. 2º As obras de que trata esta Lei serão consideradas paralisadas quando interrompidas por um período superior a 60 (sessenta) dias.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, em 7 de novembro de 2019.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

PMC CONTRATOS 0309/0310/2019 M

Publicação Nº 2219663

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0309/2019 M

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada.: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0045/2019 Processo_Licitatório.....: 0182 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Elétrico Luminotécnico para substituição de luminárias convencionais por LED, nas Ruas Centrais; para elaboração de Projeto para Iluminação Pública e Luminotécnico, bem como fiscalização da execução, no Trevo de Acesso ao Loteamento Novo Horizonte; e Elaboração de Projetos Elétricos para adequação de padrões elétricos e instalações elétricas, e substituição de lâmpadas e refletores por LED, no Ginásio de Esportes Dileto Bertaioli

Capinzal, 7 de Novembro de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0309/2019 M

Contratante.: FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CAPINZAL

Contratada.: AMBIENCE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME

Valor : 9.800,00 (nove mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0045/2019

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 0182 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Elétrico Luminotécnico para substituição de luminárias convencionais por LED, nas Ruas Centrais; para elaboração de Projeto para Iluminação Pública e Luminotécnico, bem como fiscalização da execução, no Trevo de Acesso ao Loteamento Novo Horizonte; e Elaboração de Projetos Elétricos para adequação de padrões elétricos e instalações elétricas, e substituição de lâmpadas e refletores por LED, no Ginásio de Esportes Dileto Bertaioli

Capinzal, 7 de Novembro de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 0310/2019 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUCOES ELETRICAS LTDA

Valor : 3.000,00 (três mil reais)

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0045/2019 Processo_Licitatório.....: 0182 / 2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para elaboração de Projeto Elétrico Luminotécnico para substituição de luminárias convencionais por LED, nas Ruas Centrais; para elaboração de Projeto para Iluminação Pública e Luminotécnico, bem como fiscalização da execução, no Trevo de Acesso ao Loteamento Novo Horizonte; e Elaboração de Projetos Elétricos para adequação de padrões elétricos e instalações elétricas, e substituição de lâmpadas e refletores por LED, no Ginásio de Esportes Dileto Bertaioli

Capinzal, 7 de Novembro de 2019

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0183/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0092/2019

Publicação Nº 2219389

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0183/2019

Pregão Presencial Nº 0092/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços especializados para a realização de concurso público no Município de Capinzal/SC. Recursos Próprios.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Os Envelopes de DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados protocolo até às 13h25min do dia 21/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 21/11/2019 às 13h30min.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: No site do Município de Capinzal: www.capinzal.sc.gov.br ou no Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8711 e 3555-8769 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 08 de Novembro de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Município de Capinzal

PMC TA 002/2019 C329

Publicação Nº 2219664

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 002/2019 C329 - Contrato Nº: 0329/2018

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORE

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/10/2019 Término: 30/04/2020

Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 0101/2018 Processo_Licitatório....: 0185 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original para 180 dias, findando em 30/04/2020, conforme solicitação e documentos anexos ao Processo Licitatório.

PMC TA 003/2019 C33

Publicação Nº 2219665

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA 003/2019 C33 - Contrato Nº: 0033/2019

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: RIQUETI VITALE CONSTRUCOES E EMPREENDIMENTOS EIREL

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 14/10/2019 Término: 14/01/2020

Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0009/2018 Processo_Licitatório....: 0193 / 2018

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente termo aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original findando em 14/01/2020, conforme solicitação, documentos, e parecer Jurídico, anexos ao Processo Licitatório.

CÂMARA MUNICIPAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

Publicação Nº 2220070

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 010/2019

Pregão Presencial Nº 003/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os envelopes de propostas e documentos deverão, obrigatoriamente, ser protocolados no Setor de Protocolo até as 10 horas, para abertura da Seção às 10h05min do dia 22/11/2019.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL:

Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal

Rua Alexandre Thomazoni, nº 120, Centro

89665-000 – Capinzal – SC

No sítio: www.camaracapinzal.sc.gov.br

HORÁRIO: das 8h às 12h e das 13h às 17h

TELEFONE: (49) 3555-2399



Capinzal - SC, 6 de novembro de 2019.
VEREADOR CARLOS ADRIANO ZOCOLI
Presidente em exercício

Processo Licitatório Nº 010/2019
Pregão Presencial Nº 003/2019

1. PREÂMBULO

1.1. A Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, SC, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Alexandre Thomazoni, 120, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/0001-29, representada neste ato pelo PRESIDENTE EM EXERCÍCIO, VEREADOR CARLOS ADRIANO ZOCOLI, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL visando o contratação futura em conformidade com a necessidade da Câmara do OBJETO abaixo indicado. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇO" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de licitações mediante protocolo localizado na recepção da Câmara Municipal de Vereadores, Rua Alexandre Thomazoni, 120, neste município. Os envelopes deverão ser entregues nos prazos e horários já descritos supra no Aviso de Licitações e no item 2 deste edital. A presente licitação será do tipo Menor Preço Item, consoantes e em conformidade com as disposições da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 8.883/94, e ainda a Lei nº 123/2006, bem como as condições a seguir estabelecidas.

2. LOCAL, DATA E HORA

2.1. A sessão pública será realizada no dia 22/11/2019, com início às 10h05min, com transmissão ao vivo no sítio: www.camaracapinzal.sc.gov.br.

2.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem e efetuarem protocolo dos envelopes de PROPOSTAS e DOCUMENTAÇÃO nos prazos e horários fixados por este instrumento.

2.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

3. OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

4. PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar do presente Pregão Presencial as empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

4.2. Não será admitida a participação de empresas que se encontrem em regime de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, dissolução ou liquidação, que estejam com o direito de licitar e contratar com a Administração Pública, suspensas, ou que por esta tenham sido declaradas inidôneas.

4.3. Vedada a participação direta ou indireta das pessoas arroladas nos incisos I, II e III do artigo 9º da Lei 8.666/93, conforme Decisão nº 603/97 TCU, bem como as impedidas pela Lei Orgânica do Município de Capinzal.

5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Quando a interessada for representada por pessoa que estatutariamente tenha poder para tal, esta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, a alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como, a última alteração devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.2. Caso seja representada por procurador, este deverá apresentar procuração (podendo utilizar o ANEXO I como modelo) ou documento equivalente, com firma reconhecida do Outorgante, cópia do respectivo RG - Registro Geral e CPF/MF - Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda, DEVENDO APRESENTAR, TAMBÉM, A MESMA DOCUMENTAÇÃO CONSTANTE DO ITEM 5.1. DESTE CAPÍTULO, a fim de comprovar os poderes do outorgante.

5.3. Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO IV).

5.4. No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Declaração de que são Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

5.5. Os documentos de credenciamento de que tratam os itens 5.1, 5.2 e 5.3, deverão vir FORA DOS ENVELOPES de documentação e proposta e ficarão retidos nos autos.

5.6. Havendo remessa via postal dos envelopes ou defeito no credenciamento pela ausência de algum dos documentos tratados nos itens 5.1 e 5.2, a licitante não poderá participar da fase de lances, permanecendo com sua proposta fixa, bem como não poderá se manifestar acerca da interposição de recurso quando declarado o vencedor.

5.6.1. A proponente que enviar os envelopes via postal sem a remessa da Declaração referida no item 5.3, ficará automaticamente excluída do certame pela ausência de documento essencial.

5.7. Os documentos devem apresentar prazo de validade, conforme o caso, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pelo Pregoeiro e/ou Equipe de Apoio.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

6.2. A proposta necessariamente deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) Ser apresentada no formulário ANEXO III ou segundo seu modelo, com prazo de validade mínima de 60 (sessenta) dias, contendo especificação detalhada dos serviços segundo às exigências mínimas apresentadas deste Edital. Não serão permitidas alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas. Recomenda-se aos senhores licitantes que, dentro do possível, utilizem o formulário anexo ao edital, pois agiliza a análise das propostas e reduz os erros de elaboração das mesmas;
- b) Conter o nome do proponente, endereço, identificação (individual ou social), o nº do CNPJ e da Inscrição Estadual ou Municipal;
- c) Suas folhas devem estar assinadas e rubricadas pelo seu representante legal;
- d) Conter declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, fretes e seguros;
- e) Conter o preço unitário de cada peça, limitado a 02 (duas) casas decimais para os centavos, prevalecendo;

6.3. Anexar à proposta, os dados bancários: nome do banco, nº da conta corrente, indicando a agência bancária para recebimento dos créditos (conforme modelo no ANEXO II).

6.4. Anexar à proposta os dados do representante legal da empresa (aquele que assina a proposta): nome completo, cargo ou função, número de identidade e número do CPF/MF (conforme modelo no ANEXO II).

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Toda a documentação de habilitação deverá ser entregue em envelope fechado, contendo a seguinte indicação:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAPINZAL - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019
(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE)
ENVELOPE Nº 02 - "DOCUMENTAÇÃO"

7.2. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Seguridade Social;
- c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do licitante;
- e) Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (Certificado de Regularidade do FGTS - CRF);
- f) Declaração de que a empresa licitante cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal ("proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;"), em observância à Lei Federal n. 9.854, de 27.10.99, que altera a Lei n. 8.666/93;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.3. Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, por processo de cópia devidamente autenticada, ou cópia não autenticada, desde que sejam exibidos os originais para autenticação pela Comissão de Licitações. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX). Não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

8.1. Será de responsabilidade da licitante vencedora:

a) Entregar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

b) Não será pago deslocamento quando solicitado os serviços;

c) Prestar os serviços, com autorização (AF) juntamente com a Nota Fiscal;

d) Entregar os serviços licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;

f) Quando de tratar de chamado para serviços emergenciais, o prazo será fixado em no máximo uma (01) hora;

g) Ter sede própria local, ser cadastrada junto ao Setor de Fiscalização e Tributação do Município de Capinzal; em caso de representar empresas de fora da cidade, deve ser filiais destas empresas, para poder usufruir da outorga da ANATEL da empresa matriz, devendo estar cadastrada junto ao Município.

h) Ter outorga nacional da ANATEL com comprovação;

i) Ter cadastro no CREA e por consequência engenheiro responsável,

j) No contrato social da Empresa local, ou filial, deve constar na sua relação que sua atividade trabalha com serviços de comunicação;

k) As notas fiscais dos serviços prestados deverão ser emitidas em nome das empresas locais e deverão ser notas de serviços de comunicação;

9. DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. No dia, hora e local designados no Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro, juntamente com a Equipe de Apoio, executará a rotina de credenciamento, conforme disposto no Capítulo 3.

9.2. Verificadas as credenciais e declarada aberta a sessão, o Pregoeiro solicitará e receberá, em envelopes devidamente lacrados, a proposta e os documentos exigidos para habilitação.

9.3. Em nenhuma hipótese serão recebidos envelopes contendo proposta e os documentos de habilitação fora do prazo estabelecido neste Edital.

9.4. Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que será procedida à verificação da conformidade das mesmas com os requisitos estabelecidos neste instrumento, com exceção do preço, desclassificando-se as incompatíveis.

9.5. No curso da sessão, dentre as propostas que atenderem às exigências constantes do Edital, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços de até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes.

9.6. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecerem lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

9.7. A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;

9.8. Dos lances ofertados não caberá retratação.

9.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da fase de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante.

9.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, os licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

9.11. Finalizada a fase de lances e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a compatibilidade dos preços ofertados com os praticados no mercado, desclassificando as propostas dos licitantes que apresentarem preço excessivos, assim considerados aqueles acima do preço de mercado.

9.12. Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13. O Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente que apresentou o menor preço para que seja obtido preço ainda melhor.

9.14. Será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que tiver formulado a proposta de menor preço, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.15. Neste íterim será concedido novamente o direito de preferência, no caso de ter sido vencedora na etapa de lances uma Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para havendo irregularidades na documentação de Regularidade Fiscal, apresentar as devidas correções e ou substituições no prazo máximo de 05 (cinco) dias, prorrogáveis por mais 05 (cinco), conforme parágrafo 1º do Art. 43 da LC 123/2006, para regularização da documentação.

9.16. No caso de inabilitação do proponente que tiver apresentado a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios do licitante da proposta de segundo menor preço, e assim sucessivamente, até que um licitante atenda às condições fixadas neste instrumento convocatório.

9.17. Verificado o atendimento das exigências habilitatórias, será declarada a ordem de classificação dos licitantes.

9.17.1. Será declarado vencedor o licitante que ocupar o primeiro lugar. Serão registrados os fornecedores na ordem de sua classificação, para fins de convocação remanescente na forma do art. 64, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

9.18. O Pregoeiro somente manterá em seu poder os envelopes com a documentação dos licitantes perdedores quando houver manifestação de recurso previsto no item 14.1 deste Edital;

9.19. Da sessão pública será lavrada Ata circunstanciada, devendo esta ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes.

9.20. Todos os documentos e as propostas deverão ser rubricados pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes que estiverem presentes.

10. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. A presente licitação será adjudicada à licitante que apresentar proposta de MENOR PREÇO, JULGAMENTO POR ITEM, desde que atendidas as exigências deste Edital.

11. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

11.1. Decairão do direito de impugnar os termos desta licitação perante à Administração, os licitantes que não o fizerem até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de propostas, conforme art. 41, § 2º da Lei nº 8.666/93, hipótese que tal comunicação posterior não terá efeito de recurso.

11.2. A propositura de impugnação ou esclarecimento por via postal, não impede a realização do certame, ficando a cargo da proponente, certificar-se que o pedido deverá ser entregue na sede da Câmara Municipal de vereadores de Capinzal, até o prazo previsto no item 09.1, sob pena de não conhecimento do mesmo.

11.3. Somente serão aceitos pedidos de esclarecimento ou impugnações, devidamente formalizados por escrito, pelos proponentes interessados, e regularmente protocolados.

11.3.1. A contar do recebimento do pedido de esclarecimento ou impugnação, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 48h. (quarenta e oito horas), para promover a resposta.

11.3.2. No caso de pedido protocolado na véspera de abertura do certame, terá o Presidente da Comissão de Licitações, prazo não inferior a 36h. (trinta e seis horas) para promover a resposta.

11.4. Os pedidos de impugnação ou esclarecimento deverão indicar obrigatoriamente, um endereço eletrônico e, concomitantemente, um número de fax, para onde serão remetidas as respostas e decisões, pela Comissão de Licitações da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.

11.5. Pedidos de esclarecimento ou impugnações formuladas em desacordo com o previsto nos itens 9.1 a 9.4, e seus subitens, deste Edital, serão tidos como inexistentes, e não receberão resposta, sob nenhuma justificativa.

12. DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

12.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do presente contrato, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor, ou na hipótese de prorrogação do contrato, deverá ser reajustado o valor através do índice econômico INPC/IBGE.

13. DOS RECURSOS E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

13.1. Declarado(s) o(s) vencedor(es), qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2. Não sendo interpostos recursos, o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à(s) empresa(s) declarada(s) vencedora(s), sendo submetido este resultado ao Presidente do Legislativo para homologação.

13.3. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), não terá(ão) efeito suspensivo e será(ão) dirigido(s) ao Exmo. Presidente do Legislativo, por intermédio do Pregoeiro, a qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse período, encaminhá-lo(s) ao Presidente, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo.

13.4. Decididos os recursos eventualmente interpostos, será o resultado da licitação submetido ao Exmo. Presidente do Legislativo para o procedimento de homologação com a devida adjudicação do objeto desta licitação à(s) vencedora(s).

13.5. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de 03 (três) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas.

13.6. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes poderão aplicar, ao (s) FORNECEDOR (ES) as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

13.7. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do ajuste enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o seu rompimento, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

13.8. Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, o licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14. DA DOTAÇÃO

14.1 - As despesas decorrentes da entrega do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2019, como segue:

3.3.90.40.04.00.00.00 – Comunicação de Dados.

15. DO PAGAMENTO

15.1. O pagamento pelo serviço, objeto da presente licitação, será feito em favor da licitante vencedora de forma mensal, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados, após as publicações mensais, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura.

15.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

15.3. A forma de pagamento será mensal.

15.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Edital.

16.3. O resultado desta licitação estará à disposição dos interessados, logo após sua homologação.

16.4. Detalhes não citados, referentes à prestação dos serviços, mas que a boa técnica leve a presumir a sua necessidade, não deverão ser omitidos, não sendo aceitas justificativas para sua não apresentação.

16.5. O Presidente do Legislativo poderá revogar a licitação em face de razões de interesse público derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

16.6. O Pregoeiro e a Equipe de Apoio prestarão os esclarecimentos necessários, bem como irão dirimir as dúvidas suscitadas, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, através dos telefones (49) 3555-2399, pessoalmente (Rua Alexandre Thomazoni, 120– Centro – Município de Capinzal - SC), ou ainda pela Home Page www.camaracapinzal.sc.gov.br.

16.7. São partes integrantes deste edital os seguintes ANEXOS:

- a) ANEXO I – Procuração;
- b) ANEXO II – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;
- c) ANEXO III – Proposta de Preços;
- d) ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;
- e) ANEXO V – Minuta de Contrato.
- f) ANEXO VI – Relação do item e quantidade do preço máximo;
- g) ANEXO VII – Termo de Referência; e
- h) ANEXO VIII – Declaração de cumprimento das obrigações trabalhistas de proteção as crianças e adolescentes.

Capinzal, SC, 6 de novembro de 2019.
VEREADOR CARLOS ADRIANO ZOCOLI
Presidente em Exercício

ANEXO I

Processo Licitatório Nº 010/2019
Pregão Presencial Nº 003/2019

PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e
qualificação na empresa>

OBS. Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.

ANEXO II

Processo Licitatório Nº 010/2019
Pregão Presencial Nº 003/2019

1. DADOS BANCÁRIOS

Nome do Banco: _____
Cidade: _____
Nº Agência: _____
Nº da Conta: _____
Nome do titular da Conta Corrente: _____

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome Completo: _____
Cargo ou Função: _____
Nº Identidade: _____
Nº CPF: _____

ANEXO III

Processo Licitatório Nº 010/2019
Pregão Presencial Nº 003/2019

PROPOSTA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total Máximo
1	Liberação de link dedicado de acesso à rede mundial de internet na velocidade download = 50 Mbps e upload = 50 Mbps, incluindo manutenção do canal de comunicação através de fibra óptica para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.	MÊS	12		

Obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 31/12/2020
Local de entrega dos serviços: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal
Prazo de entrega dos serviços: 1º de janeiro de 2020.
Condições de pagamento: mensal
Validade da proposta: 60 dias

Capinzal (SC), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante da Empresa
com Carimbo CNPJ

ANEXO IV

Processo Licitatório Nº 010/2019
Pregão Presencial Nº 003/2019

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520 de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e
qualificação na empresa>

ANEXO V

CONTRATO Nº XXXX
Processo Licitatório Nº 010/2019
Pregão Presencial Nº 003/2019

MINUTA DE CONTRATO

DAS PARTES:**CONTRATANTE:**

A Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público, estabelecida na Rua Alexandre Thomazoni, 120, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/00001-29, neste ato representado pelo Presidente em exercício Vereador Carlos Adriano Zocoli, inscrito no CPF sob o nº 589.599.809-78.

CONTRATADA:

A empresa _____ inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, com sede à _____, na cidade de _____, _____, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) _____, CPF: _____, doravante simplesmente designada contratada.

Para execução dos serviços descritos a seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Lei 8.666/93 e suas alterações, a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e sendo observadas as bases e os fornecimentos indicados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

2.1 – As quantidades de unidades individuais dos serviços licitados, que serão adquiridos parcial ou total durante o período de vigência do contrato, são os enumerados no edital, ANEXO VI.

2.2 - A licitante vencedora efetuará as entregas dos serviços mediante a solicitação formal do departamento de compras e licitações deste município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 – Pela entrega do objeto o FORNECEDOR receberá a importância unitária e total pelas quantidades efetivamente solicitadas e entregues, conforme planilha abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	Liberação de link dedicado de acesso à rede mundial de internet na velocidade download = 50 Mbps e upload = 50 Mbps, incluindo manutenção do canal de comunicação através de fibra óptica para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.	MÊS	12		

CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irrevogáveis durante a vigência do presente contrato, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado pelo fornecedor, ou na hipótese de prorrogação do contrato, deverá ser reajustado o valor através do índice econômico INPC/IBGE.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PAGAMENTOS

5.1 - A forma de pagamento será mensal.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

- Entregar os serviços nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;
- Não será pago deslocamento quando solicitado os serviços;
- Prestar os serviços, com autorização (AF) juntamente com a Nota Fiscal;
- Entregar os serviços licitados, no prazo máximo determinado no ANEXO III e ANEXO VI, com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente;
- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação

- e qualificação exigidas na licitação, conforme art. 55 inciso XIII, da Lei 8666/93;
- f) Quando de tratar de chamado para serviços emergenciais, o prazo será fixado em no máximo uma (01) hora;
- g) Ter sede própria local, ser cadastrada junto ao Setor de Fiscalização e Tributação do Município de Capinzal; em caso de representar empresas de fora da cidade, deve ser filiais destas empresas, para poder usufruir da outorga da ANATEL da empresa matriz, devendo estar cadastrada junto ao Município.
- h) Ter outorga nacional da ANATEL com comprovação;
- i) Ter cadastro no CREA e por consequência engenheiro responsável,
- j) No contrato social da Empresa local, ou filial, deve constar na sua relação que sua atividade trabalha com serviços de comunicação;
- k) As notas fiscais dos serviços prestados deverão ser emitidas em nome das empresas locais e deverão ser notas de serviços de comunicação;

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 - Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representada pela Nota de Empenho ou instrumento equivalente), o Município ou os Órgãos Participantes poderão aplicar ao FORNECEDOR as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

- a) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o FORNECEDOR sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- b) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;
- c) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1 - O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei 8666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - As despesas decorrentes do objeto do presente certame correrão a conta de dotação específica do orçamento em exercício na data do pedido, conforme edital.

3.3.90.40.04.00.00.00 – Comunicação de Dados

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

10.1 – O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 010/2019, Pregão Presencial nº 003/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 - O prazo de vigência será de 1º de janeiro de 2020, até 31 de dezembro de 2020, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o descredenciamento o Contratado deverá enviar requerimento de descredenciamento endereçado ao Fiscal do Contrato, designado pela Câmara de Capinzal, com um prazo de antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1 - O contrato e a sua assinatura pelas partes não gera a Câmara Municipal, a obrigação de solicitar os serviços que dele poderão advir.

12.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas neste contrato e o preço registrado, Câmara Municipal poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Câmara Municipal.

12.3 – A existência de preços registrados não obriga Câmara Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do contrato a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4 – O FORNECEDOR signatário deste contrato, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com Câmara Municipal, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante do presente contrato e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

CLAÚSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

13.1 - A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada por um representante a Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste Contrato, renunciando a outro foro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal, Data.

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
--------------	--------------

ANEXO VI

Processo Licitatório Nº 010/2019

Pregão Presencial Nº 003/2019

RELAÇÃO DO ITEM E PREÇO MÁXIMO DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais de velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

Item	Especificação	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total Máximo
1	Liberação de link dedicado de acesso à rede mundial de internet na velocidade download = 50 Mbps e upload = 50 Mbps, incluindo manutenção do canal de comunicação através de fibra óptica para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.	MÊS	12	R\$ 163,26	R\$ 1.959,12
TOTAL				R\$ 1.959,12	

Obs. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem preço superior ao máximo fixado.

Prazo de Vigência: 31/12/2020

Local de entrega dos serviços: Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal

Prazo de entrega dos serviços: 1º de janeiro de 2020

Condições de pagamento: mensal

Validade da proposta: 60 dias

Capinzal (SC), ____ de _____ de ____.

Assinatura do Representante da Empresa
com Carimbo CNPJ

ANEXO VII

Processo Licitatório Nº 010/2019

Pregão Presencial Nº 003/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

MÉDIA DA PESQUISA DE MERCADO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais de velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

Item	Qdade	Un	Descrição	Empresa A Preço Unitário	Empresa B Preço Unitário	Empresa C Preço Unitário
01	12	Mês	Liberação de link dedicado de acesso à rede mundial de internet na velocidade download = 50 Mbps e upload = 50 Mbps, incluindo manutenção do canal de comunicação através de fibra óptica para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.	R\$ 109,99	R\$ 179,90	R\$ 199,90

Empresa A: Poseidon Produtos para Informática Ltda

Empresa B: IMnet Telecomunicações Ltda

Empresa C: Capinzalnet Serviço Ltda Epp

OBS: Considerando os valores obtidos através dos orçamentos, o valor médio resultante foi de R\$ 163,26 (cento e sessenta e três reais e vinte e seis centavos).

ANEXO VIII

Processo Licitatório Nº 010/2019

Pregão Presencial Nº 003/2019

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO
TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social: _____
Endereço: _____
Cidade / Estado: _____
CNPJ: _____

DECLARAÇÃO

Ref. Pregão Presencial Nº 003/2019

A empresa <_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Obs. em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

<Cidade/Estado>, <data por extenso>

<nome completo do representante legal e
número da carteira de identidade e órgão emissor>

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/32/2019

Publicação Nº 2219502

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: CAO/0398/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº: CAO/32/2019 (REGISTRO DE PREÇOS)



OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ASFALTO (QUENTE E FRIO) E CONCRETO, (COM ENTREGAS DE FORMA PARCELADA) DURANTE O EXERCÍCIO DE 2020.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: ATÉ ÀS 14:00 HORAS, DO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2019.

LOCAL: ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO A RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000.

O EDITAL PODERÁ SER RETIRADO NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, SOLICITADO PELO E-MAIL francieli@simaecao.sc.gov.br OU PELO SITE DO SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

MAIORES ESCLARECIMENTOS PODERÃO SER PRESTADOS NO ESCRITÓRIO DO SIMAE, SITO À RUA DOMINGOS OMIZOLLO, Nº 447, BAIRRO SÃO LUIZ - CAPINZAL - SC, CEP 89.665.000, OU PELO FONE (049) 3555-1107, COM A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DAS 07:30 ÀS 11:30 E DAS 13:00 ÀS 17:00 HORAS.

CAPINZAL/SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

FANCIELI DA ROSA
PREGOEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/34/2019

Publicação Nº 2219633

Aviso de Licitação
Pregão Presencial Nº CAO/34/2019
Processo Licitatório Nº CAO/0396/2019

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de serviço de locação mensal, manutenção, atualizações legais e corretivas e suporte técnico de sistema/software para atendimento às exigências do Decreto nº 8373/2014 e eventuais alterações, que instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (Gestão do e-Social).

TIPO: Menor Preço pela Locação Mensal.

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 14:00 horas, do dia 22 de novembro de 2019.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

Capinzal/SC, 08 de novembro de 2019.

Francieli da Rosa
Pregoeira

PORTARIA N º 53/2019/SIMAE-CAO

Publicação Nº 2219512

PORTARIA N º 053/2019/SIMAE-CAO, de 07 de novembro de 2019.

Concede férias ao Servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor Luiz Carlos de Matos, Ocupante do cargo de Operador de Máquinas, padrão 04.28, nível 03, ref. A, referente, período aquisitivo de 03 de novembro de 2018 a 02 de novembro de 2019, com fruição em dois períodos: de 18 a 27 de novembro de 2019 (dez dias) e de 02 a 11 de janeiro de 2020 (dez dias).

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO
Diretor Geral

BALANCETE FINANCEIRO - POR CATEGORIA ECONÔMICA - OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2220364

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Outubro
Página: 1

SANTA CATARINA
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	759.449,86	ORÇAMENTÁRIAS	899.788,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	10.963,45	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	899.788,42
Receita Patrimonial	13.724,69	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	222.789,39
Receita de Serviços	717.236,33	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	119.599,03
Outras Receitas Correntes	17.525,39	INVESTIMENTOS	557.400,00
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.719.938,60	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.537.450,05
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	98.106,26	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	96.205,36
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	901.623,97	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	711.800,20
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	4.671,00	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	9.183,72
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	715.537,37	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	720.260,77
SALDOS ANTERIORES	3.194.963,85	SALDOS ATUAIS	3.237.113,84
BANCO C/ MOVIMENTO	3.174.067,26	BANCO C/ MOVIMENTO	3.216.112,77
POUPANÇA	20.896,59	POUPANÇA	21.001,07
TOTAL	5.674.352,31	TOTAL	5.674.352,31

CAPINZAL, 07/11/2019

SIDNEI PENZO
DIRETOR

EDILSON DOS SANTOS VILARINO
CONTADOR - CRC/SC-023320/O-8

Catanduvras

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO -: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0140/2019- PREGÃO Nº 0086/2019

Publicação Nº 2219886

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0140/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0086/2019

Objeto: Contratação de seguros para frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do município de Catanduvras e Fundos do Município de Catanduvras - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min, do dia 21 de novembro de 2019.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 07 de novembro de 2019, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC.

Maiores Informações: das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail licitacao@catanduvras.sc.gov.br

Catanduvras – SC, 07 de novembro de 2019.
Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0139/2019 - DISPENSA Nº 0031/2019

Publicação Nº 2219879

MUNICÍPIO DE CATANDUVRAS - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 0031/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviço técnico para execução de dois projetos elétricos de medição internos e externos em CAD, memorial técnico descritivo, relação de materiais, bem como planilha de mão de obra, visando atender duas praças na área central do município.

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
2.023.3390.00	108	76/2019	Iluminação Pública

Informações: maiores informações poderão ser obtidas no site: www.catanduvras.sc.gov.br e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras – SC, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvras – SC, 07 de novembro de 2019.

Marcia Pasqualli
Secretária Municipal de Infraestrutura

CONVOCAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO 0125/2019 - CREDENCIAMENTO 008/2019

Publicação Nº 2219898

CONVOCAÇÃO

PL 0125/2019 - CRED 008/2019

Aos 07 dias do mês de novembro de 2019, o Município de Catanduvras – SC, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa à Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, neste município, inscrita no CNPJ/MF sob nº 82.939.414/0001-45, através do Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Dorival Ribeiro dos Santos, resolve:

Considerando que no dia 06 de novembro de 2019, as 17h30min, expirou o prazo estabelecido para protocolo de recursos dos leiloeiros declarados desclassificados e inabilitados a apresentarem possível pedido de recurso;

Considerando que permanecem habilitados 04 (quatro) leiloeiros;

O Município de Catanduvas – SC, CONVOCA os seguintes leiloeiros habilitados: CESAR LUIS MORESCO; DANIEL ELIAS GARCIA; MAGNUN LUIZ SERPA e ODICLÉSIO JAISON STORCHIO, para acompanhar a sessão pública de sorteio, para contratação de leiloeiros, objeto do Processo Licitatório nº 0125/2019, Credenciamento nº 008/2019, no dia 12 de novembro de 2019, às 14h00min, na Sala de Licitação deste Município de Catanduvas – SC.

Era o que tinha a apresentar.

Subscrevo-me

Leandro Guerra
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Município de Catanduvas – SC

Dorival Ribeiro dos Santos
Prefeito Municipal

PORTARIA 8.023

Publicação Nº 2220423

Portaria Nº 8023/2019, de 07 de Novembro de 2019.

“AUTORIZA OS SERVIDORES A GUIAR VEÍCULOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos II e; VIII do artigo 103 da Lei Orgânica do Município de Catanduvas,

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar MADEIR CAETANINHO BASSO, a guiar veículos oficiais do Município, devendo os servidores observar o que dispõe o Decreto nº 2.366/2018, de 07 de março de 2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvas, 07 de Novembro de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0075/2019

Publicação Nº 2219862

EXTRATO DE CONTRATO PMC Nº 0075/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0131/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONTRATADA: CONSTRUPEJC CONSTRUÇÕES LTDA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada para obra de cobertura e revitalização da quadra de esportes do bairro Regina, município de Catanduvas – SC, incluindo mão de obra e aquisição de materiais, conforme projeto.

Vigência do Contrato: 06 MESES

Valor Contratual: R\$ 478.652,91 (quatrocentos e setenta e oito mil seiscientos e cinquenta e dois reais e noventa e um centavos).

Dotação Orçamentária:

Projeto/Atividade	Recurso	Despesa/Ano	Descrição
1.011.4490.00	100	56/2019	Construções, ampliações e reformas de espaços esportivos
1.011.4490.00	405	115/2019	Construções, ampliações e reformas de espaços esportivos

Catanduvas – SC, 06 de novembro de 2019.

Elenir Fátima Chinato
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE DA DESPESA - REF. OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2219983

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Outubro
Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Balancete da Despesa de Outubro

Códigos	Especificação do Elemento	Fonte de Rec	Autorizada				Realizada			
			Pelo Orçamento	Créd. Suplem.	Créd. Especial	Anulações	Total	Até Mês Anterior	Neste Mês	Total
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES										
01.01 CÂMARA MUNICIPAL										
01.031.0001.1.001	Aquisição de Equipamentos e Mobiliário em Geral									
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	100.000,00	195.000,00	0,00	0,00	295.000,00	114.648,93	25.725,61	140.374,54
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0300	0,00	105.000,00	0,00	0,00	105.000,00	100.535,00	2.222,50	102.757,50
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	0100						0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	0100						323,00	0,00	323,00
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Audio, Vídeo e Foto	0100						0,00	20.278,00	20.278,00
4.4.90.52.34.00.00.00	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diver	0100						0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dado	0100						0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escl	0100						0,00	0,00	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0100						101.350,00	196,00	101.546,00
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	0300						100.535,00	2.222,50	102.757,50
4.4.90.52.51.00.00.00	Peças Não Incorporáveis a Imóveis	0100						12.975,93	5.251,61	18.227,54
01.031.0001.1.002 Reforma e Ampliação de Imóvel										
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	120.000,00	0,00	0,00	70.000,00	50.000,00	24.084,02	2.731,25	26.815,27
4.4.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	0100						2.145,00	0,00	2.145,00
4.4.90.51.80.00.00.00	Estudos e Projetos	0100						9.832,50	2.731,25	12.563,75
4.4.90.51.99.00.00.00	Outras Obras e Instalações	0100						12.106,52	0,00	12.106,52
01.031.0001.2.001 Manutenção do Poder Legislativo										
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	900.000,00	0,00	0,00	0,00	900.000,00	643.754,12	71.303,78	715.057,90
3.1.90.11.01.00.00.00	vercimentos e salários	0100						507.557,42	58.892,69	566.450,11
3.1.90.11.43.00.00.00	13º salário	0100						29.232,50	0,00	29.232,50
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	0100						104.106,72	12.072,99	116.179,71
3.1.90.13.99.00.00.00	Outras Obrigações Patronais	0100						2.857,48	338,10	3.195,58
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	0100	336.000,00	0,00	0,00	122.024,00	213.976,00	133.039,80	18.846,68	151.886,48
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	0100						25.048,05	0,00	25.048,05
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	0100						228,28	0,00	228,28
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	0100						2.621,63	563,41	3.185,04
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	0100						2.561,10	1.372,10	3.933,20
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	0100						322,48	68,80	391,28
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higiên	0100						1.478,60	402,94	1.881,54
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Eletrônico e Eletrônico	0100						77,41	1.667,41	1.667,41
3.3.90.30.49.00.00.00	Bilhetes de Passagens	0100						151,80	0,00	151,80
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	0100						3.325,00	0,00	3.325,00
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	0100						136,80	0,00	136,80
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	0100						15.933,48	1.777,19	17.710,67
3.3.90.39.01.00.00.00	Assinatura de Periódicos e Anuidades	0100						739,50	0,00	739,50
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	0100						0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	0100						5.345,78	467,61	5.813,39
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	0100						1.690,00	260,00	1.950,00
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	0100						15.489,09	1.475,21	16.964,30
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	0100						0,00	0,00	0,00
3.3.90.39.77.00.00.00	Vigilância Ostensiva/Monitorada	0100						720,00	80,00	800,00
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	0100						950,00	0,00	950,00
3.3.90.39.79.00.00.00	Serviços de Apoio Administrativo, Técnico	0100						1.548,00	387,00	1.935,00
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	0100						245,00	70,00	315,00

Betha Sistemas

Exercício de 2019

Outubro

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA

CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

Balancete da Despesa de Outubro

Códigos	Especificação do Elemento	Fonte de Rec.	Autorizada				Realizada			
			Pelo Orçamento	Créd. Suplem.	Créd. Especial	Anulações	Total	Até Mês Anterior	Neste Mês	Total
01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES										
01.01 CÂMARA MUNICIPAL										
01.031.0001.2.001	Manutenção do Poder Legislativo	0100					2.621,53	484,69	3.106,22	
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Docu	0100					15.731,65	6.122,64	21.854,29	
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jur	0100					19.838,01	2.046,47	21.884,48	
3.3.90.40.01.00.00.00	Locação de equipamentos e softwares	0100					14.251,04	1.678,62	15.929,66	
3.3.90.46.01.00.00.00	Auxílio-Alimentação em Pecúnia	0100					1.985,57	0,00	1.985,57	
3.3.90.93.01.00.00.00	Indenizações	0100		0,00	0,00	2.976,00	3.024,00	0,00	3.024,00	
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre C	0100					3.024,00	0,00	3.024,00	
3.3.93.40.99.00.00.00	Serviços de Tecnologia da Informação e C	0100						0,00		
Total da Unidade Orçamentária :			1.462.000,00	300.000,00	0,00	195.000,00	1.567.000,00	120.829,82	1.139.915,69	
Total do Órgão Orçamentário :			1.462.000,00	300.000,00	0,00	195.000,00	1.567.000,00	120.829,82	1.139.915,69	
Total das Despesas Orçamentárias :			1.462.000,00	300.000,00	0,00	195.000,00	1.567.000,00	120.829,82	1.139.915,69	
Despesa Extra-Orçamentária										
59076	INSS EMPRESA						9.408,56	0,00	9.408,56	
41732	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF						23.484,34	2.828,62	26.312,96	
41746	RETENÇÃO RELATIVA A SALÁRIO FAMILIA NA CONTRIBUI						261,31	32,80	294,11	
41763	RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS						839,70	0,00	839,70	
61044	D. JUDICIAL - FINGER E VARISA ADVOGADOS - OFICIO O						1.959,38	249,84	2.209,22	
61064	EMPRESTIMO SICOOB						47.252,58	5.253,49	52.506,07	
59077	ISS						2.565,96	0,00	2.565,96	
57731	INSS FUNCIONÁRIOS						50.244,41	5.875,26	56.119,67	
57733	EMPRESTIMO CEF						33.984,23	4.295,79	38.280,02	
57734	ASSERV						4.791,60	565,90	5.357,50	
57812	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS A PREFEITURA MUNICI						31.000,00	0,00	31.000,00	
Total da Despesa Extra-Orçamentária :							205.792,07	19.101,70	224.893,77	
Total Geral da Despesa :			1.462.000,00	300.000,00	0,00	195.000,00	1.567.000,00	139.931,52	1.364.809,46	

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martir

Contadora CRC 022.439/O-0

BALANCETE FINANCEIRO - REF. OUTUBRO/2019

Publicação Nº 2219984

ESTADO DE SANTA CATARINA**CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas
Exercício de 2019
Período: Outubro
Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	205.261,94
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	205.261,94
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	71.303,78
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	23.538,32
		INVESTIMENTOS	110.419,84
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	121.833,33		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	121.833,33		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	345.383,39	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	260.761,34
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.291,63	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	19.101,70
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	205.261,94	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	120.829,82
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	120.829,82	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	120.829,82
SALDOS ANTERIORES	165.776,29	SALDOS ATUAIS	166.969,73
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	165.776,29	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	166.969,73
TOTAL	632.993,01	TOTAL	632.993,01

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

RELATORIOS RESUMIDOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - 5º BIMESTRE/2019

Publicação Nº 2219932

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	1.139.915,69	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	1.139.915,69	-1.139.915,69
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	105.000,00	—	—	105.000,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	105.000,00	—	—	105.000,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31	1.139.915,69
DESPESAS CORRENTES	1.242.000,00	1.117.000,00	188.481,75	875.387,87	241.612,13	184.283,24	869.968,38	247.031,62	869.968,38
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	900.000,00	900.000,00	142.607,56	715.057,90	184.942,10	142.607,56	715.057,90	184.942,10	715.057,90
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	342.000,00	217.000,00	45.874,19	160.329,97	56.670,03	41.675,68	154.910,48	62.089,52	154.910,48

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC
CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31	1.139.915,69
DESPESAS DE CAPITAL	220.000,00	450.000,00	216.627,84	350.780,29	99.219,71	184.887,36	269.947,31	180.052,69	269.947,31
INVESTIMENTOS	220.000,00	450.000,00	216.627,84	350.780,29	99.219,71	184.887,36	269.947,31	180.052,69	269.947,31
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31	1.139.915,69
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31	1.139.915,69
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	—	369.170,60	1.139.915,69	—	1.139.915,69
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

R\$ 1,00

FONTE:

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		1.139.915,69		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		105.000,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		1.462.000,00		
Créditos Adicionais		105.000,00		
Dotação Atualizada		1.567.000,00		
Despesas Empenhadas		1.226.168,16		
Despesas Liquidadas		1.139.915,69		
Despesas pagas		1.139.915,69		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		1.226.168,16		
Despesas Liquidadas		1.139.915,69		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.413.037,52	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.413.037,52	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS LEGISLATIVO	273.121,83	0,00	273.121,83	0,00
	273.121,83	0,00	273.121,83	0,00
TOTAL:	273.121,83	0,00	273.121,83	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		269.947,31	180.052,69	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos					0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
 Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		1.139.915,69		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		105.000,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		1.462.000,00		
Créditos Adicionais		105.000,00		
Dotação Atualizada		1.567.000,00		
Despesas Empenhadas		1.226.168,16		
Despesas Liquidadas		1.139.915,69		
Despesas pagas		1.139.915,69		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		1.226.168,16		
Despesas Liquidadas		1.139.915,69		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-1.413.037,52	0,00
Resultado Primário		0,00	-1.413.037,52	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS LEGISLATIVO	273.121,83	0,00	273.121,83	0,00
	273.121,83	0,00	273.121,83	0,00
TOTAL:	273.121,83	0,00	273.121,83	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		269.947,31	180.052,69	

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Catanduvas - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro					
Receitas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos				0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				0,00	0,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		0,00	15,00 0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
 Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
 Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31
Legislativa	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31
Ação Legislativa	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31
TOTAL (III) = (I + II)	1.462.000,00	1.567.000,00	405.109,59	1.226.168,16	340.831,84	369.170,60	1.139.915,69	427.084,31

FONTE:

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
Ordenador da DespesaSimone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-0

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2019		2018			
	0,00				0,00	
Caixa e equivalentes de caixa						

Continua 2/3

Município de Catanduvas - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:
Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Matir
Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)						
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019		2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de Catanduvas - SC
 Continuação 3/3
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
 Consolidação Administração Direta

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Matir

Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	390.395,16	292.103,69	166.969,73
Disponibilidade de Caixa	390.395,16	292.103,69	166.969,73
Disponibilidade de Caixa Bruta	390.395,16	292.103,69	166.969,73
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		0,00

FONTE:

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.117.000,00	875.387,87	869.968,38	869.968,38	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	900.000,00	715.057,90	715.057,90	715.057,90	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	217.000,00	160.329,97	154.910,48	154.910,48	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	217.000,00	160.329,97	154.910,48	154.910,48	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.117.000,00	875.387,87	869.968,38	869.968,38	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	450.000,00	350.780,29	269.947,31	269.947,31	0,00	273.121,83	273.121,83
Investimentos	450.000,00	350.780,29	269.947,31	269.947,31	0,00	273.121,83	273.121,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	450.000,00	350.780,29	269.947,31	269.947,31	0,00	273.121,83	273.121,83

Continua 2/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.567.000,00	1.226.168,16	1.139.915,69	1.139.915,69	0,00	273.121,83	273.121,83	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.413.037,52						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		0,00						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-1.413.037,52						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00		
DEDUÇÕES (XXIX)		390.395,16				166.969,73		
Disponibilidade de Caixa		390.395,16				166.969,73		
Disponibilidade de Caixa Bruta		390.395,16				166.969,73		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				0,00		
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-390.395,16				-166.969,73		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-223.425,43						

Continua 3/4

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-223.425,43
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-223.425,43
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	105.000,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	105.000,00
	0,00

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	
I.P.T.U.	0,00	0,00	
I.S.S.	0,00	0,00	
I.T.B.I.	0,00	0,00	
I.R.R.F.	0,00	0,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	
Contribuições	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	
Transferências Correntes	0,00	0,00	
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00	
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00	
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00	
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00	
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00	
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00	
Alienação de Bens	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00	
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00	

Continua 1/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.117.000,00	875.387,87	869.968,38	869.968,38	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	900.000,00	715.057,90	715.057,90	715.057,90	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	217.000,00	160.329,97	154.910,48	154.910,48	0,00	0,00	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	217.000,00	160.329,97	154.910,48	154.910,48	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.117.000,00	875.387,87	869.968,38	869.968,38	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	450.000,00	350.780,29	269.947,31	269.947,31	0,00	273.121,83	273.121,83
Investimentos	450.000,00	350.780,29	269.947,31	269.947,31	0,00	273.121,83	273.121,83
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	450.000,00	350.780,29	269.947,31	269.947,31	0,00	273.121,83	273.121,83

Continua 2/4

Município de Catanduvas - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.567.000,00	1.226.168,16	1.139.915,69	1.139.915,69	0,00	273.121,83	273.121,83	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-1.413.037,52						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		0,00						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-1.413.037,52						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00		
DEDUÇÕES (XXIX)		390.395,16				166.969,73		
Disponibilidade de Caixa		390.395,16				166.969,73		
Disponibilidade de Caixa Bruta		390.395,16				166.969,73		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				0,00		
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-390.395,16				-166.969,73		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-223.425,43						

Continua 3/4

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-223.425,43
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-223.425,43
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	105.000,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	105.000,00
	0,00

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L=(e+h)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+g) - (h)		
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) LEGISLATIVO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	273.121,83	273.121,83	0,00	0,00	0,00	
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.121,83	273.121,83	0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	273.121,83	273.121,83	0,00	0,00	0,00	

ONTE:

FONTE:

Catanduvas, 07/11/2019

MAIOR CARDOSO MOREIRA

Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini

Contadora CRC 022.439/O-0

Município de Catanduvas - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL CATANDUVAS

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)		0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	450.000,00	350.780,29	99.219,71
Investimentos	450.000,00	350.780,29	99.219,71
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	450.000,00	350.780,29	99.219,71
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	450.000,00	350.780,29	99.219,71

FONTE:

Catanduvas, 07/11/2019

IVACIR CARDOSO MOREIRA
Ordenador da Despesa

Simone Vieira dos Santos de Martini
Contadora CRC 022.439/O-O

Caxambu do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE MATRÍCULA 02/2019 - REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Publicação Nº 2219732

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 02/2019

Dispõe sobre as diretrizes para matrícula na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo 2020.

Elisandra Lucatelli Santin, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de Caxambu do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais torna público as diretrizes referente à matrícula para o ano letivo de 2020, nos seguintes níveis/modalidades de Ensino: Educação Infantil: Creche e Pré-Escola, no Ensino Fundamental (1º Ano ao 9º Ano e Educação de Jovens e Adultos - EJA), de acordo com a legislação em vigor e o previsto neste Edital.

CAPÍTULO I

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

Art. 1º De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96; Leis Federais Nº 11.114/05 e Nº 11.274/06 que dispõe sobre a duração do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade; Lei Complementar Nº 907/1999, alterada pelas leis complementares, nº 939/2001, nº 001/2007 e 001/2008, do Sistema Municipal de Ensino; Resolução CNE/CEB Nº 01/2010, que define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; Lei Nº 8069/90 (e suas devidas atualizações) que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações correlatas ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula no ensino fundamental/ano letivo 2020.

SEÇÃO I

DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes estabelece através de sua Secretária e deste Edital, as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2019, nas unidades escolares que oferecem Educação Infantil ou Ensino Fundamental.

I - O acesso a Educação Infantil, a partir dos 4 anos de idade e ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.

II - No Ensino Fundamental de nove anos de duração/EF – a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 6, 7 e 8 anos de idade são consideradas turmas de alfabetização.

Parágrafo Único. O Ensino Fundamental de nove anos compreende:

Faixa Etária por Série/Ano								
6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano

SEÇÃO II

DOS OBJETIVOS

SUBSEÇÃO I

DO OBJETIVO GERAL

Art. 3 Assegurar a matrícula para as crianças, jovens e adultos na educação infantil, ensino fundamental, oferecido em unidades escolares da rede municipal de ensino.

SUBSEÇÃO II

DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I - Assegurar matrícula na Educação Infantil – Creche - às crianças na faixa etária de 2 (dois) e 3 (três) anos de idade completos no ato da matrícula ou a completar até 31 de março de 2020;

II - Assegurar matrícula na Educação Infantil – Pré-Escolar - às crianças na faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2020;

III - Assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020 no ingresso ao ensino fundamental;

IV - Renovar a matrícula dos alunos que estudam na escola;

V - Realizar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital;

VI - a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais (por exemplo: algumas etapas da educação infantil e modalidades 01 e 02 da EJA);

VII - Reconduzir à escola o aluno evadido;

VIII - Organizar a distribuição de vagas disponíveis nas escolas, de acordo com o número de alunos.

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art.4º Garantir-se-á matrícula em escola municipal de Educação Infantil de acordo com os seguintes requisitos:

I – Nível I - Creche: Turno Matutino ou Vespertino:

- a) Maternal I – serão matriculadas crianças de 02 (dois) anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020;
- b) Maternal II – serão matriculadas crianças de 03 (três) anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020.

II Nível II – Pré-Escolar: Turno Matutino ou Vespertino:

- a) Pré-Escolar I – serão matriculadas crianças de 04 (quatro) anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020.

- b) Pré-Escolar II – serão matriculadas crianças de 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

Parágrafo único. Somente serão efetivadas as vagas de matrículas em turmas em educação Infantil, para as quais houver número suficiente de alunos, de acordo com a legislação em vigor e espaço físico/pedagógico adequado.

CAPÍTULO III DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art.5º Garantir-se-á matrícula em escola municipal de acordo com os seguintes requisitos:

SEÇÃO I DO ENSINO FUNDAMENTAL (REGULAR):

I – 1º Ano: Serão matriculadas, obrigatoriamente, crianças com seis (6) anos completos ou a completar até dia 31 de março de 2020.

II - 2º a 9º Ano: Serão matriculadas, ou rematriculadas, as demais crianças/alunos conforme as legislações correlatas, em vigor.

SEÇÃO II

DO ENSINO FUNDAMENTAL SUPLETIVO (EJA):

I - Para o Ingresso do Ensino Fundamental Supletivo (EJA – Educação de Jovens e Adultos) serão matriculados somente alunos que já tiverem completado 15 anos de idade no ato da matrícula, respeitando o exposto no artigo 37 da LDB, Lei nº 9.394/96.

II - Somente serão formadas e permanecerão constituídas turmas na EJA, se o número de matrículas corresponderem ao determinado no sistema municipal de ensino e demais legislações correlatas.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

Art.6º A composição de números de alunos por turmas atenderá como parâmetro, o disposto no Sistema Municipal de Ensino (Lei Complementar Nº 907/1999, alterada pelas leis complementares, nº 939/2001, nº 001/2007 e 001/2008, do Sistema Municipal de Ensino) e na legislação municipal específica da Educação Infantil (Resolução 003/2009 do CME/CP, do Parecer nº 001/2009 do CME/CP).

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

SEÇÃO I

DA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA (REMATRÍCULA)

Art.7º Para renovação de matrículas: neste caso haverá formulários completos, apenas a atualização de dados e confirmação do pai/mãe ou responsável legal, ou do aluno, se maior de idade.

SEÇÃO II

DE GARANTIA DE VAGA DE REMATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 8º Somente será garantida vaga de rematrícula na Educação Infantil, em turno ou turma de origem, às crianças cujos pais ou responsável legal comparecerem para reafirmar a vaga, em tempo determinado neste Edital, por ordem de chegada.

SEÇÃO III

DAS MATRÍCULAS NOVAS

Art. 9º As matrículas novas serão realizadas pelos pais ou responsável legal, ou pelo aluno se maior de idade, por meio de apresentação dos documentos necessários e do preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal de ensino de Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO IV

DAS MATRÍCULAS POR TRANSFERÊNCIA

Art. 10 A matrícula por transferência será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência para próximo de uma das unidades escolares da rede municipal de ensino de Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO V

DO CANCELAMENTO E DESISTÊNCIA DA MATRÍCULA

Art. 11 O Cancelamento de Matrícula é o desligamento definitivo do aluno da unidade escolar e decorre da iniciativa do pai, mãe ou responsável legal, ou do próprio aluno quando maior de idade, através de requerimento preenchido na secretaria da escola, com exposição de motivos para o cancelamento e apresentação de comprovante de matrícula em outra instituição, não caracterizando evasão. Não pode haver cancelamento compulsório de matrícula por parte da escola, exceto na série/ano/nível/modalidade que está matriculado, quando a

documentação apresentada não for fidedigna.

Art. 12 A Desistência de Matrícula ocorre na situação em que o aluno apresentar 60 dias de faltas Consecutivas, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração envolvendo família/escola/Conselho Tutelar, caracterizando abandono de estudos sem cancelamento de matrícula, conforme o exposto no item anterior.

CAPÍTULO VI DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 13 O diretor/a e o/a secretário/a da unidade escolar, ou função equivalente, são responsáveis pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também, a constante atualização dos registros.

Art. 14 Toda documentação deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

Art. 15 Em toda a documentação escolar do aluno deverá ser registrado o nome completo do mesmo, sem abreviações e, a série/ano/modalidade, em curso ou cursada, deverá ser escrita por extenso, bem como para efeito de autenticidade colocar o carimbo com a assinatura do secretário, ou do diretor.

Art.16 Será nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

Art. 17 No ato de matrícula poderá ser dispensável, perante justificativa, considerada válida pela escola, a apresentação de toda a documentação exigida, devendo apresentá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Prazo este, concedido para a efetivação da mesma. Neste período a escola deverá acompanhar e auxiliar na busca da documentação pendente.

Art.18 Durante o processo de busca de documentação é garantida a frequência escolar.

SEÇÃO I DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MATRÍCULA NOVA

Art. 19 Para a efetivação de Matrícula Nova será necessário apresentar a seguinte documentação:

I - Certidão de nascimento (original ou fotocópia autenticada);

II - Caderneta de vacinação;

III - Atestado de Frequência ou Histórico Escolar (caso o aluno venha transferido);

IV - Cartão do SUS;

V- Carteira de Identidade (original ou fotocópia autenticada);

VII - CPF (original ou fotocópia autenticada);

VIII - Comprovante de Residência atualizado (talão de água ou luz);

IX - Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis;

X - Protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras.

XI - Contato telefônico e/ou on-line;

XII - Preenchimento de formulário para requerimento de matrícula;

XIII - Documentos pessoais dos pais e/ou responsáveis (cópia de CPF, RG e certidão de casamento, se for casado).

XIV - Em casos específicos - atestado médico das restrições de saúde da criança, ou declaração médica de acompanhamento de doença crônica ou declaração médica sobre investigação de síndromes ou deficiências;

XV- No caso de estudante com deficiência física, sensorial, transtorno do espectro autista, ou atraso global do desenvolvimento, apresentar laudo médico atualizado.

SEÇÃO II DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA (DE ATUAIS ALUNOS DA ESCOLA)

Art. 20 Para a efetivação de rematrícula será necessário:

I - Preenchimento de formulário para requerimento de rematrícula e atualização dos dados requerimento anterior, na própria escola.

II - Comprovante de Residência atualizado (talão de água ou luz);

III - Caderneta de Vacinação.

IV - No caso de estudante com deficiência física, sensorial, transtorno do espectro autista, ou atraso global do desenvolvimento, apresentar laudo médico atualizado.

CAPÍTULO VII DAS REMATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

SEÇÃO I PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS REMATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 21 Para alunos que já estudam na Educação Infantil: Creche - Maternal I e II e Pré-Escolar I e II serão realizadas em:

I - 1ª etapa: 19 e 20 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 25 e 26 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Centro de Educação Infantil Criança Feliz (Creche) – Rua Manoel Fidencio do Amaral, Nº 596, Bairro Antena, Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO II

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS REMATRÍCULAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

Art. 22 Para alunos que já estudam no Ensino Fundamental (de 1º a 9º Ano) as rematrículas serão realizadas em:

I - 1ª etapa: 19 e 20 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 6 e 7 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Escola Municipal Bairro Antena – Rua Nossa Senhora das Graças nº 41, Centro, Caxambu do Sul, SC.

CAPÍTULO VIII

DAS NOVAS MATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (INCLUINDO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA)

SEÇÃO I

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS NOVAS MATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 23 Serão realizadas Novas Matrículas na Educação Infantil, Creche - Maternal I e II ou Pré-Escolar I e II - crianças de 1, 2, 3, 4 ou 5 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020, em:

I - 1ª etapa: 21 e 22 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 25 e 26 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Centro de Educação Infantil Criança Feliz (Creche) – Rua Manoel Fidencio do Amaral, Nº 596, Bairro Antena, Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO II

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS NOVAS MATRÍCULAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (INCLUSIVE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA)

Art. 24 Serão realizadas Novas Matrículas para o Ensino Fundamental, Inclusive EJA para alunos de 1º ano com 6 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020 e para demais alunos de 2º a 9º Ano do Ensino Fundamental, em:

I - 1ª etapa: 21 e 22 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 6 e 7 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Escola Municipal Bairro Antena – Rua Nossa Senhora das Graças nº 41, Centro, Caxambu do Sul, SC.

CAPÍTULO IX

DA DIVULGAÇÃO

Art. 25 Os responsáveis legítimos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e das unidades escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula.

Art. 26 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto neste Edital.

CAPÍTULO X

DA OFERTA DE VAGAS

Art. 27 É de competência do Poder Público ofertar a vaga, sendo que o turno será definido de acordo com as possibilidades e realidade de cada unidade Escolar.

Art. 28 Serão oferecidas vagas de acordo com as possibilidades da estrutura municipal adequadas para a oferta de educação de qualidade.

CAPÍTULO XI

DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DAS MODALIDADES

Art. 29 Educação Infantil: turno de meio período por turma.

I - Turno matutino: das 7 h e 30 às 11 h 30;

II - Turno Vespertino: das 13h e 15 às 17 h 15.

Art. 30 Ensino Fundamental: turnos de meio período por turma:

I - matutino: das 7 h e 30 às 11 h 30;

II - vespertino: 13h e 15 às 17 h 15.

III - Ensino Fundamental Supletivo (EJA): turno noturno - das 19 às 22 h e 20 min.

CAPÍTULO XII DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 31 O transporte escolar para as diferentes modalidades de ensino da rede municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental) será oferecido conforme determinações das legislações correspondentes em vigor.

CAPÍTULO XIII LISTA DE ESPERA

Art. 32 Findada a disponibilidade de vagas para as turmas de Maternal I e II, modalidade Educação Infantil, haverá uma Lista de Espera e na medida em que os pais ou responsáveis inscreverem a criança, assim que abrir a vaga, esta será chamada pela ordem de inscrição. A Lista de Espera estará disponível, para consulta, na Secretaria do Centro de Educação Infantil Criança Feliz, Rua Manuel Fidencio do Amaral, nº 596, Bairro Antena, e na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município, Avenida Getúlio Vargas Nº 321.

Art. 33 Depois de preenchidas as vagas disponíveis, em havendo maior procura, o nome da criança permanecerá na lista de espera bem como as que surgirem no decorrer do ano letivo, até a abertura de novas vagas.

Art. 34 No momento em que a criança for chamada para a vaga e a família não aceitar, a criança irá automaticamente para o final da lista.

CAPÍTULO XIV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 A matrícula e a frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições relativas a material escolar, uniforme, ou equivalente.

Art. 36 É responsabilidade do secretário da escola e na inexistência deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, armazenar e manter atualizados os dados no sistema de gestão educacional.

Art. 37 A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância das mesmas serem expedidas o mais breve possível, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

Art. 38 A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais do aluno ou responsável legal, ou do aluno, quando maior de idade, sob o parecer da direção e da coordenação pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.

Art. 39 Caso o aluno venha transferido e não tem ou não possa comprovar sua vida escolar anterior, deverá a Unidade Escolar proceder com a matrícula, e cumprir as exigências previstas na alínea "c" do artigo 24 da Lei nº 9.394/96, que possibilita a escola mediante avaliação, definir o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e sua regulamentação no sistema de ensino.

Art. 40 É vedado à unidade escolar transferir compulsoriamente o aluno.

Art. 41 As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis legais serão de inteira responsabilidade dos informantes legais e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 42 Os casos omissos que não estão neste Edital, serão resolvidos pelo responsável da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Caxambu do Sul, SC, 04 de novembro 2019.

Elisandra Lucatelli Santin
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

EDITAL DE MATRÍCULAS 02/2019

Publicação Nº 2219737

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

EDITAL DE MATRÍCULA Nº 02/2019

Dispõe sobre as diretrizes para matrícula na Educação Infantil e Ensino Fundamental nas Escolas da Rede Pública Municipal de Ensino para o ano letivo 2020.

Elisandra Lucatelli Santin, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, de Caxambu do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais torna público as diretrizes referente à matrícula para o ano letivo de 2020, nos seguintes níveis/modalidades de Ensino: Educação Infantil: Creche e Pré-Escola, no Ensino Fundamental (1º Ano ao 9º Ano e Educação de Jovens e Adultos - EJA), de acordo com a legislação em vigor e o previsto neste Edital.

CAPÍTULO I DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

Art. 1º De acordo com o disposto na Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB Nº 9.394/96; Leis

Federais Nº 11.114/05 e Nº 11.274/06 que dispõe sobre a duração do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade; Lei Complementar Nº 907/1999, alterada pelas leis complementares, nº 939/2001, nº 001/2007 e 001/2008, do Sistema Municipal de Ensino; Resolução CNE/CEB Nº 01/2010, que define Diretrizes Operacionais para a implantação do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos; Lei Nº 8069/90 (e suas devidas atualizações) que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e outras legislações correlatas ficam estabelecidas as diretrizes de matrícula no ensino fundamental/ano letivo 2020.

SEÇÃO I DA APRESENTAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes estabelece através de sua Secretária e deste Edital, as diretrizes gerais para a execução da matrícula para o ano letivo de 2019, nas unidades escolares que oferecem Educação Infantil ou Ensino Fundamental.

I - O acesso a Educação Infantil, a partir dos 4 anos de idade e ao ensino fundamental é direito público subjetivo, obrigatório e gratuito para todas as crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar, inclusive os que não tiveram acesso à escolaridade em idade própria.
II - No Ensino Fundamental de nove anos de duração/EF – a organização se dá em 5 anos iniciais e 4 anos finais, sendo que o primeiro, o segundo e o terceiro ano, que atendem crianças de 6, 7 e 8 anos de idade são consideradas turmas de alfabetização.

Parágrafo Único. O Ensino Fundamental de nove anos compreende:

Faixa Etária por Série/Ano								
6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos	11 anos	12 anos	13 anos	14 anos
1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano

SEÇÃO II DOS OBJETIVOS SUBSEÇÃO I DO OBJETIVO GERAL

Art. 3 Assegurar a matrícula para as crianças, jovens e adultos na educação infantil, ensino fundamental, oferecido em unidades escolares da rede municipal de ensino.

SUBSEÇÃO II DOS OBJETIVOS ESPECÍFICOS

I - Assegurar matrícula na Educação Infantil – Creche - às crianças na faixa etária de 2 (dois) e 3 (três) anos de idade completos no ato da matrícula ou a completar até 31 de março de 2020;
II - Assegurar matrícula na Educação Infantil – Pré-Escolar - às crianças na faixa etária de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade completos ou a completar até 31 de março de 2020;
III - Assegurar matrícula a toda criança na faixa etária a partir de 6 (seis) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020 no ingresso ao ensino fundamental;
IV - Renovar a matrícula dos alunos que estudam na escola;
V - Realizar a matrícula de alunos novos, cumprindo os critérios deste Edital;
VI - a matrícula em qualquer época do ano letivo, atendidas as disposições legais (por exemplo: algumas etapas da educação infantil e modalidades 01 e 02 da EJA);
VII - Reconduzir à escola o aluno evadido;
VIII - Organizar a distribuição de vagas disponíveis nas escolas, de acordo com o número de alunos.

CAPÍTULO II DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art.4º Garantir-se-á matrícula em escola municipal de Educação Infantil de acordo com os seguintes requisitos:

I – Nível I - Creche: Turno Matutino ou Vespertino:

- a) Maternal I – serão matriculadas crianças de 02 (dois) anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020;
- b) Maternal II – serão matriculadas crianças de 03 (três) anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020.

II Nível II – Pré-Escolar: Turno Matutino ou Vespertino:

- a) Pré-Escolar I – serão matriculadas crianças de 04 (quatro) anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020.
- b) Pré-Escolar II – serão matriculadas crianças de 5 (cinco) anos completos ou a completar até 31 de março de 2020.

Parágrafo único. Somente serão efetivadas as vagas de matrículas em turmas em educação Infantil, para as quais houver número suficiente de alunos, de acordo com a legislação em vigor e espaço físico/pedagógico adequado.

CAPÍTULO III DO ENSINO FUNDAMENTAL

Art.5º Garantir-se-á matrícula em escola municipal de acordo com os seguintes requisitos:

SEÇÃO I DO ENSINO FUNDAMENTAL (REGULAR):

I – 1º Ano: Serão matriculadas, obrigatoriamente, crianças com seis (6) anos completos ou a completar até dia 31 de março de 2020.

II - 2º a 9º Ano: Serão matriculadas, ou rematriculadas, as demais crianças/alunos conforme as legislações correlatas, em vigor.

SEÇÃO II

DO ENSINO FUNDAMENTAL SUPLETIVO (EJA):

I - Para o Ingresso do Ensino Fundamental Supletivo (EJA – Educação de Jovens e Adultos) serão matriculados somente alunos que já tiverem completado 15 anos de idade no ato da matrícula, respeitando o exposto no artigo 37 da LDB, Lei nº 9.394/96.

II - Somente serão formadas e permanecerão constituídas turmas na EJA, se o número de matrículas corresponderem ao determinado no sistema municipal de ensino e demais legislações correlatas.

CAPÍTULO IV

DA COMPOSIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE TURMAS

Art.6º A composição de números de alunos por turmas atenderá como parâmetro, o disposto no Sistema Municipal de Ensino (Lei Complementar Nº 907/1999, alterada pelas leis complementares, nº 939/2001, nº 001/2007 e 001/2008, do Sistema Municipal de Ensino) e na legislação municipal específica da Educação Infantil (Resolução 003/2009 do CME/CP, do Parecer nº 001/2009 do CME/CP).

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS PARA REALIZAÇÃO DA MATRÍCULA

SEÇÃO I

DA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA (REMATRÍCULA)

Art.7º Para renovação de matrículas: neste caso haverá formulários completos, apenas a atualização de dados e confirmação do pai/mãe ou responsável legal, ou do aluno, se maior de idade.

SEÇÃO II

DE GARANTIA DE VAGA DE REMATRÍCULA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 8º Somente será garantida vaga de matrícula na Educação Infantil, em turno ou turma de origem, às crianças cujos pais ou responsável legal comparecerem para reafirmar a vaga, em tempo determinado neste Edital, por ordem de chegada.

SEÇÃO III

DAS MATRÍCULAS NOVAS

Art. 9º As matrículas novas serão realizadas pelos pais ou responsável legal, ou pelo aluno se maior de idade, por meio de apresentação dos documentos necessários e do preenchimento da ficha de matrícula conforme o modelo padrão utilizado na rede municipal de ensino de Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO IV

DAS MATRÍCULAS POR TRANSFERÊNCIA

Art. 10 A matrícula por transferência será efetuada aos alunos que frequentaram escola no ano anterior ou estavam frequentando escola no ano em curso e mudaram de residência para próximo de uma das unidades escolares da rede municipal de ensino de Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO V

DO CANCELAMENTO E DESISTÊNCIA DA MATRÍCULA

Art. 11 O Cancelamento de Matrícula é o desligamento definitivo do aluno da unidade escolar e decorre da iniciativa do pai, mãe ou responsável legal, ou do próprio aluno quando maior de idade, através de requerimento preenchido na secretaria da escola, com exposição de motivos para o cancelamento e apresentação de comprovante de matrícula em outra instituição, não caracterizando evasão. Não pode haver cancelamento compulsório de matrícula por parte da escola, exceto na série/ano/nível/modalidade que está matriculado, quando a documentação apresentada não for fidedigna.

Art. 12 A Desistência de Matrícula ocorre na situação em que o aluno apresentar 60 dias de faltas Consecutivas, esgotadas todas as tentativas de localização e reintegração envolvendo família/escola/Conselho Tutelar, caracterizando abandono de estudos sem cancelamento de matrícula, conforme o exposto no item anterior.

CAPÍTULO VI

DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 13 O diretor/a e o/a secretário/a da unidade escolar, ou função equivalente, são responsáveis pela regularidade da documentação escolar dos alunos matriculados, cabendo-lhes também, a constante atualização dos registros.

Art. 14 Toda documentação deverá ser apresentada em via original ou fotocópia autenticada. Salienta-se que a apresentação de documentos somente através de fotocópia sem autenticação, não são considerados legais, devendo-se, portanto, exigir a apresentação da via original para efetuar sua autenticidade. Observar para que não haja rasuras ou falsificações.

Art. 15 Em toda a documentação escolar do aluno deverá ser registrado o nome completo do mesmo, sem abreviações e, a série/ano/modalidade, em curso ou cursada, deverá ser escrita por extenso, bem como para efeito de autenticidade colocar o carimbo com a assinatura do secretário, ou do diretor.

Art.16 Será nula de qualquer efeito a matrícula que for realizada com apresentação de documentação falsa, adulterada ou inautêntica, ficando o responsável passível das penas que a lei determinar.

Art. 17 No ato de matrícula poderá ser dispensável, perante justificativa, considerada válida pela escola, a apresentação de toda a documentação exigida, devendo apresentá-la no prazo máximo de 30 (trinta) dias. Prazo este, concedido para a efetivação da mesma. Neste período a escola deverá acompanhar e auxiliar na busca da documentação pendente.

Art.18 Durante o processo de busca de documentação é garantida a frequência escolar.

SEÇÃO I

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA MATRICULA NOVA

Art. 19 Para a efetivação de Matrícula Nova será necessário apresentar a seguinte documentação:

I - Certidão de nascimento (original ou fotocopia autenticada);

II - Caderneta de vacinação;

III - Atestado de Frequência ou Histórico Escolar (caso o aluno venha transferido);

IV - Cartão do SUS;

V- Carteira de Identidade (original ou fotocopia autenticada);

VII - CPF (original ou fotocopia autenticada);

VIII - Comprovante de Residência atualizado (talão de água ou luz);

IX - Declaração de guarda emitida pelo Juizado da Infância e Juventude para as crianças que convivem com responsáveis;

X - Protocolo do visto de permanência para as famílias estrangeiras.

XI - Contato telefônico e/ou on-line;

XII - Preenchimento de formulário para requerimento de matrícula;

XIII - Documentos pessoais dos pais e/ou responsáveis (cópia de CPF, RG e certidão de casamento, se for casado).

XIV - Em casos específicos - atestado médico das restrições de saúde da criança, ou declaração médica de acompanhamento de doença crônica ou declaração médica sobre investigação de síndromes ou deficiências;

XV- No caso de estudante com deficiência física, sensorial, transtorno do espectro autista, ou atraso global do desenvolvimento, apresentar laudo médico atualizado.

SEÇÃO II

DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA (DE ATUAIS ALUNOS DA ESCOLA)

Art. 20 Para a efetivação de rematrícula será necessário:

I - Preenchimento de formulário para requerimento de rematrícula e atualização dos dados requerimento anterior, na própria escola.

II - Comprovante de Residência atualizado (talão de água ou luz);

III - Caderneta de Vacinação.

IV - No caso de estudante com deficiência física, sensorial, transtorno do espectro autista, ou atraso global do desenvolvimento, apresentar laudo médico atualizado.

CAPÍTULO VII

DAS REMATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

SEÇÃO I

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS REMATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 21 Para alunos que já estudam na Educação Infantil: Creche - Maternal I e II e Pré-Escolar I e II serão realizadas em:

I - 1ª etapa: 19 e 20 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 25 e 26 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Centro de Educação Infantil Criança Feliz (Creche) – Rua Manoel Fidencio do Amaral, Nº 596, Bairro Antena, Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO II

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS REMATRÍCULAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL.

Art. 22 Para alunos que já estudam no Ensino Fundamental (de 1º a 9º Ano) as rematrículas serão realizadas em:

I - 1ª etapa: 19 e 20 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 6 e 7 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Escola Municipal Bairro Antena – Rua Nossa Senhora das Graças nº 41, Centro, Caxambu do Sul, SC.

CAPÍTULO VIII

DAS NOVAS MATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL (INCLUINDO EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA)

SEÇÃO I

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS NOVAS MATRÍCULAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 23 Serão realizadas Novas Matrículas na Educação Infantil, Creche - Maternal I e II ou Pré-Escolar I e II - crianças de 1, 2, 3, 4 ou 5 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020, em:

I - 1ª etapa: 21 e 22 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 25 e 26 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Centro de Educação Infantil Criança Feliz (Creche) – Rua Manoel Fidencio do Amaral, Nº 596, Bairro Antena, Caxambu do Sul, SC.

SEÇÃO II

PERÍODO PARA A REALIZAÇÃO DAS NOVAS MATRÍCULAS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL (INCLUSIVE PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA)

Art. 24 Serão realizadas Novas Matrículas para o Ensino Fundamental, Inclusive EJA para alunos de 1º ano com 6 anos de idade, completos ou a completar até 31 de março de 2020 e para demais alunos de 2º a 9º Ano do Ensino Fundamental, em:

I - 1ª etapa: 21 e 22 de novembro de 2019;

II - 2ª etapa: 6 e 7 de fevereiro de 2020, exceto para os casos amparados em lei;

III – Horário:

a) Turno Matutino: das 7 horas e 45 minutos às 11 horas.

b) Vespertino: das 13 horas e 45 minutos às 16 horas e 30 minutos.

IV – Local: Escola Municipal Bairro Antena – Rua Nossa Senhora das Graças nº 41, Centro, Caxambu do Sul, SC.

CAPÍTULO IX

DA DIVULGAÇÃO

Art. 25 Os responsáveis legítimos da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e das unidades escolares são responsáveis pela divulgação da Campanha de Matrícula.

Art. 26 A ampla divulgação do período destinado à realização da matrícula deve ser o suporte para atingir o objetivo proposto neste Edital.

CAPÍTULO X

DA OFERTA DE VAGAS

Art. 27 É de competência do Poder Público ofertar a vaga, sendo que o turno será definido de acordo com as possibilidades e realidade de cada unidade Escolar.

Art. 28 Serão oferecidas vagas de acordo com as possibilidades da estrutura municipal adequadas para a oferta de educação de qualidade.

CAPÍTULO XI

DOS HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DAS MODALIDADES

Art. 29 Educação Infantil: turno de meio período por turma.

I - Turno matutino: das 7 h e 30 às 11 h 30;

II - Turno Vespertino: das 13h e 15 às 17 h 15.

Art. 30 Ensino Fundamental: turnos de meio período por turma:

I - matutino: das 7 h e 30 às 11 h 30;

II - vespertino: 13h e 15 às 17 h 15.

III - Ensino Fundamental Supletivo (EJA): turno noturno - das 19 às 22 h e 20 min.

CAPÍTULO XII

DO TRANSPORTE ESCOLAR

Art. 31 O transporte escolar para as diferentes modalidades de ensino da rede municipal (Educação Infantil e Ensino Fundamental) será oferecido conforme determinações das legislações correspondentes em vigor.

CAPÍTULO XIII

LISTA DE ESPERA

Art. 32 Findada a disponibilidade de vagas para as turmas de Maternal I e II, modalidade Educação Infantil, haverá uma Lista de Espera e na medida em que os pais ou responsáveis inscreverem a criança, assim que abrir a vaga, esta será chamada pela ordem de inscrição. A Lista de Espera estará disponível, para consulta, na Secretaria do Centro de Educação Infantil Criança Feliz, Rua Manuel Fidencio do Amaral, nº 596, Bairro Antena, e na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes do Município, Avenida Getúlio Vargas Nº 321.

Art. 33 Depois de preenchidas as vagas disponíveis, em havendo maior procura, o nome da criança permanecerá na lista de espera bem como as que surgirem no decorrer do ano letivo, até a abertura de novas vagas.

Art. 34 No momento em que a criança for chamada para a vaga e a família não aceitar, a criança irá automaticamente para o final da lista.

CAPÍTULO XIV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 35 A matrícula e a frequência às aulas não poderá ser vinculada à exigência de qualquer tipo de cobrança financeira ou imposição de condições relativas a material escolar, uniforme, ou equivalente.

Art. 36 É responsabilidade do secretário da escola e na inexistência deste profissional, é de atribuição do responsável pela unidade escolar, armazenar e manter atualizados os dados no sistema de gestão educacional.

Art. 37 A escola deverá expedir as transferências solicitadas na medida em que forem requeridas, tendo como prazo máximo de trinta dias, destacando-se a importância das mesmas serem expedidas o mais breve possível, a fim de evitar problemas de regularização da vida escolar do aluno, decorrentes de pendências de documentação.

Art. 38 A transferência de turno somente ocorrerá, mediante solicitação dos pais do aluno ou responsável legal, ou do aluno, quando maior de idade, sob o parecer da direção e da coordenação pedagógica, observada a conveniência didático-pedagógica e existência de vaga.

Art. 39 Caso o aluno venha transferido e não tem ou não possa comprovar sua vida escolar anterior, deverá a Unidade Escolar proceder com a matrícula, e cumprir as exigências previstas na alínea "c" do artigo 24 da Lei nº 9.394/96, que possibilita a escola mediante avaliação, definir o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e sua regulamentação no sistema de ensino.

Art. 40 É vedado à unidade escolar transferir compulsoriamente o aluno.

Art. 41 As informações constantes nas declarações das famílias e/ou responsáveis legais serão de inteira responsabilidade dos informantes legais e, caso sejam inverídicas, os mesmos responderão, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 42 Os casos omissos que não estão neste Edital, serão resolvidos pelo responsável da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Caxambu do Sul, SC, 04 de novembro 2019.

Elisandra Lucatelli Santin
Secretária Municipal de Educação,
Cultura e Esportes

PP Nº 022/2019 PCS

Publicação Nº 2220184

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 PCS

Objeto: Fornecimento e instalação de parque infantil, de acordo com as especificações constantes no Anexo "A" deste Edital.

Forma de Pregão: Presencial.

Tipo: Menor Preço por Lote.

Recebimento das propostas: até às 08:30 horas do dia 22/11/2019.

Abertura: dia 22/11/2019, às 09:00 horas.

O Edital e Informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Caxambu do Sul, localizada na Avenida Presidente Getúlio Vargas, 615, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3326-0127.

Caxambu do Sul - SC, em 08 de novembro de 2019.

GLAUBER BURTET,
Prefeito Municipal.

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 008-2019 - FMS - EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS

Publicação Nº 2219526

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2019 - FMS

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos, destinada a Unidade Básica de Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 21/11/2019.

Abertura: às 10h00 do dia 21/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 07 de novembro de 2019.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2019

Publicação Nº 2219588



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2019 - SRP**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº 01

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO nº 01 do Edital de Pregão Presencial n. 69/2019:

Onde lia-se: [...] a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2019 [...]

Passa a ler-se: [...] a ser realizada no dia 07 de dezembro de 2019 [...].

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital completo.

Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação sobre o presente edital, bem como o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes;

Chapadão do Lageado/SC, 06 de novembro de 2019.

**MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal**

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019

Publicação Nº 2219589

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 70/2019 - SRP

RETIFICAÇÃO DO EDITAL nº 01

O Município de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, vem por meio deste expediente, TORNAR PÚBLICO, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO nº 01 do Edital de Pregão Presencial n. 70/2019:

Onde lia-se: [...] a ser realizada no dia 08 de dezembro de 2019 [...]
Passa a ler-se: [...] a ser realizada no dia 07 de dezembro de 2019 [...].

Permanecem inalteradas as demais condições previstas no edital completo.

Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação sobre o presente edital, bem como o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes;

Chapadão do Lageado/SC, 06 de novembro de 2019.
MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

LEI Nº 7303/2019

Publicação Nº 2220513

LEI Nº 7303, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

Altera o artigo 2º da lei nº 7191 de 1 de outubro de 2018.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e fica promulgada a seguinte Lei, nos termos do Artigo 54 § 7º, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Fica criado o inciso V do artigo 2º da Lei nº 7.191, de 1 de outubro de 2018, com a seguinte redação:

“Art. 2º

(...)

V - Plantio de árvores”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 6 de novembro de 2019.

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

LEI Nº 7304/2019

Publicação Nº 2220515

LEI Nº 7304, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de lâmpadas de Diodo Emissor de Luz, também conhecido por LED (Light Emitting Diode), na rede de iluminação pública em novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no âmbito do Município de Chapecó.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara aprovou e fica promulgada a seguinte Lei, nos termos do Artigo 54 § 7º, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º Ficam obrigados os novos loteamentos e empreendimentos imobiliários no Município de Chapecó a utilizarem lâmpadas de Diodo Emissor de Luz, também conhecido por LED (Light Emitting Diode), na rede de iluminação pública.

Parágrafo único. Compreendem-se por rede de iluminação pública os equipamentos e aparelhos utilizados para realizar a iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, incluindo praças, parques, jardins, monumentos e similares.

Art. 2º Os materiais utilizados na implantação das redes/sistemas de iluminação pública em LED no âmbito do Município deverão atender, no mínimo, a critérios técnicos estabelecidos pela norma ABNT 5101 – Associação Brasileira de Normas Técnicas – em sua versão mais recente e com luminárias certificadas em conformidade com a Portaria INMETRO e seus anexos em vigência mantendo as características técnicas da mesma, selo PROCEL- Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica e critérios estabelecidos pelas diretrizes da administração pública também quanto à potência mínima dos equipamentos, em função da via ou estrutura, bem como distância entre os postes de forma a garantir a máxima eficiência luminosa.

Parágrafo único. Os projetos de Iluminação pública para aprovação de novos loteamentos protocolados a partir de Janeiro de 2021, deverão estar de acordo com a presente Lei.

Art. 3º A Eficiência luminosa dos conjuntos de luminárias de iluminação pública em LED não poderá ser inferior ao correspondente à eficiência luminosa dos conjuntos de vapor de sódio de 70W (setenta Watts) de potência, podendo variar acima disto em função da via ou estrutura a ser iluminada, em conformidade com o determinado pelas diretrizes municipais e comprovada a sua eficiência e eficácia por meio de estudo luminotécnico específico para o projeto apresentado.

Art. 4º As luminárias em LED a serem instaladas deverão conter garantia mínima de 05 anos a contar da data de sua instalação, sendo certo que o loteador é garantidor solidário nesta obrigação.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Chapecó, Estado de Santa Catarina, em 6 de novembro de 2019.

ILDO ADÃO ANTONINI

Presidente

ATA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO. PREGÃO 07.2019. SISTEMAS

Publicação Nº 2219956

**Câmara
Municipal
de Chapecó****EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019****ATA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO**

Às 14 horas do dia 07 de novembro de 2019, na sala da comissão permanente de licitações, departamento de compras e licitações da Câmara Municipal de Chapecó, reuniram-se em sessão pública o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº. 68, de 06 de setembro de 2019, para a prática dos atos inerentes ao Processo Administrativo e Pregão Presencial de número em epígrafe, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE APOIO LEGISLATIVO**, de acordo com as especificações descritas no edital e nos seus anexos.

Esteve(iveram) presente(s) na sessão a(s) empresa(s): LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, representada pelo(a) Sócio(a) Marcia Massignan de Freitas. Pela comissão Presente o Pregoeiro, e os membros Odirlei J. Giaretta e Ana Gabriela Breda Silva; Presente na sessão os Srs. Rafael Ramos Severiano, Departamento de Tecnologia da Câmara Municipal, e Maicon dJoni Walker, servidor lotado no Departamento de Compras e Licitações. Iniciada a fase de credenciamento, sem objeções do(s) licitante(s) e da comissão. Foram entregues os documentos de proposta de habilitação. Sem objeções as formalidades da proposta por parte dos presentes; Fase de lances registrada em sistema próprio. Proposta analisada e aceita pela comissão e pregoeiro. Aberto envelopes de Documentação, verificou-se a ausência da Certidão de Falência relativo ao Sistema EPROC do TJSC. Diante disto, o pregoeiro acessou o sistema do TJ (<https://certeproc1g.tjsc.jus.br/processaCertidao>) e solicitou a emissão da certidão, indicando o endereço de e-mail compras@cmc.sc.gov.br. Certidão disponível, realizado o download e juntado ao processo, juntamente com os e-mails de pedido e entrega. Documentos aceitos, visto apresentados de acordo com as exigências do Edital. O(s) Licitante(s) renunciaram a eventual prazo recursal. Relatórios de sistema próprio, anexando a presente ata o

Rua Marechal Bormann, 320-E – Caixa Postal 108 – CEP: 89802-121 - Chapecó – SC
Fone/Fax: (49) 3361-1400 / (49) 3361-1401



**Câmara
Municipal
de Chapecó**

Resultado Classificatório/Julgamento. Os envelopes de entrega dos documentos são devolvidos a empresa.

Enivaldo Barros

Pregoeiro

Ana Gabriela Breda Silva

Equipe de Apoio

Odirlei J. Giaretta



Equipe de Apoio

LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA

Rua Marechal Bormann, 320-E – Caixa Postal 108 – CEP: 89802-121 - Chapecó – SC
Fone/Fax: (49) 3361-1400 / (49) 3361-1401

RESULTADO_DO_JULGAMENTO 2019

Publicação Nº 2219964

 Câmara Municipal de Chapecó Rua Marechal José B. Bormann - E, 320 - Centro - 89.802-120 - Chapecó/ SC CNPJ: 83.831.719/0001-00 Fone: (49)3361-1400 chapecam@cmc.sc.gov.br http://www.cmc.sc.gov.br		
Usuário: Enivaldo Barros	Chave de Autenticação Digital 1235-0048-005	Página 1 / 1

Resultado do julgamento

Valor total estimado: R\$ 34.596,00

Modalidade: Pregão

Data de abertura: 07/11/2019

Tipo da licitação: Menor preço

Objeto: AQUISIÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE SISTEMA DE APOIO LEGISLATIVO

Tratamento: Exclusivo

Colocação Credor/Fornecedor

1 13531 - LANCER SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA

Valor Total (R\$)

34.440,00

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/PMCS/2019

Publicação Nº 2219651

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 157/PMCS/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 10/PMCS/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução da Revitalização da Praça Otacílio Galli situada na Avenida Polidoro Santiago s/n, no bairro centro, no Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 25/11/2019.

Abertura: Dia 25/11/2019, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 07 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

AVISO TOMADA DE PREÇOS Nº 11/PMCS/2019

Publicação Nº 2220103

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 158/PMCS/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 11/PMCS/2019

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução de sub-base, base e imprimação, com fornecimento de material e mão de obra, na Estrada Geral Rio Comprudente, no Município de Cocal do Sul-SC.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 26/11/2019.

Abertura: Dia 26/11/2019, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 07 de novembro de 2019.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 80/PMCS/2019

Publicação Nº 2219330

CONTRATO Nº: 80/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
CONTRATADA: ROSALINO POSSAMAI DELLA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 140/PMCS/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 33/PMCS/2019

Objeto: Locação do imóvel de propriedade do LOCADOR, um pavilhão localizado na Rod. SC 108 – Km 358, S/N, bairro Rio Galo, neste município, para nele serem instalados serviços públicos de interesse do Município (Depósito Setor Patrimônio).

Assinatura: 25/10/2019

Vigência: Início: 26/10/2019 Término: 25/10/2020

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

Dotação Orçamentária: 05.001.04.122.1100.2006.3.1.90.00.00

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2019 – PMC

Publicação Nº 2219973

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2019 – PMC

Objeto: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos de informática, brinquedos e colchonetes, para atendimento das necessidades das Unidades Escolares e Secretaria Municipal de Educação, com recursos próprios e federais, através dos Planos de Ações Articuladas - PAR's nº 4029, 201800642-6 e 201800197, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15 min do dia 21/11/2019.

Início da Sessão: dia 21/11/2019 as 08h30 min.

, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF. Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 7 de novembro de 2019.

NEURI COMIN

Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2019 – PMC

Publicação Nº 2219963

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 155/2019 – PMC
Contratação de Serviços

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresas para: - Prestação de serviços de decoração; - Locação e instalação de sonorização, iluminação, painel de LED e estrutura metálica; Para o evento Troféu Migrante, que será realizado na data de 29 de novembro de 2019, conforme Lei nº 2.481 de 16 de novembro de 1990, Lei nº 3.558, de 19 de maio de 2004, Decreto nº 4.838, de 18 de junho de 2004 e Lei nº 4.801, de 13 de outubro de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 22/11/2019.

Abertura: dia 22/11/2019 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2113.

Concórdia, SC, 7 de novembro de 2019.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019 – PMC

Publicação Nº 2219972

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2019 – PMC
Aquisição de Bens

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de tanque em aço inox com termostato digital para resfriamento de água para os servidores da Secretaria Municipal de Transportes.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 27/11/2019.

Abertura: dia 27/11/2019 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 7 de novembro de 2019.

JOÃO VALMOR REITEL
Secretário Municipal de Transportes

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2019 – PMC

Publicação Nº 2219965

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 157/2019 – PMC

Objeto: Contratação de empresa para serviços de manutenção no antigo berçário do Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Zilda Silveira Neves, e na Estratégia de Saúde da Família - ESF Nazaré, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 25/11/2019.

Abertura: dia 25/11/2019 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 7 de novembro de 2019.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 – FMC

Publicação Nº 2219976

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 –
Aquisição de Bens

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mangueiras de incêndio na edificação da Fundação Municipal de Cultura, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 25/11/2019.

Abertura: dia 25/11/2019 as 09h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 6 de novembro de 2019.

JÚLIO GOMES

Diretor Superintendente da FMC

DECISÃO DE SINDICÂNCIA PORTARIA Nº 79/2019.

Publicação Nº 2219868

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Secretaria Municipal de Administração

DECISÃO DE SINDICÂNCIA

Portaria nº 79/2019.

Considerando:

- a análise do processo protocolizado sob nº 1147/2019, em todas as suas peças;
- o Parecer nº 1436/2019, da Assessoria Jurídica da Municipalidade;
- o Relatório Final da Comissão de Sindicância,

conclui-se que não restou comprovada a imputação atribuída à servidora SOLANGE MARIA MAIA, matrícula 1058886-03, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, devendo ser considerada INOCENTE, não implicando em qualquer reprimenda.

Encaminhe-se cópia desta Decisão à Comissão de Sindicância, à Secretaria Municipal de Educação e à Diretoria de Recursos Humanos, para conhecimento. Notifique-se o Procurador da servidora e após, archive-se.

Concórdia, SC, 1º de novembro de 2019.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

ERRATA 01 A RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2019 – PMC

Publicação Nº 2220234

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA 01 A RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2019 – PMC

Na veiculação do Extrato de Ratificação INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 44/2019 – PMC, veiculada no dia 06 de novembro de 2019, no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição 2972, pág. 449, por equívoco no encaminhamento do arquivo e não verificado em tempo hábil, procede-se a seguinte retificação:

ONDE LÊ-SE:

DENISE JUSTI LOPES

Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação.

LEIA-SE:

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

ONDE LÊ-SE:

A Secretária Municipal de Assistência Social, Cidadania e Habitação, torna público que ratificou o ato do Senhor Jaime Estevão Bernardi, Diretor de Ação Social [...]

LEIA-SE:

A Secretária Municipal de Administração, torna público que ratificou o ato da Senhora, Mayara Ampese Mascarello, Diretora Administrativa [...]

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO DO CONTRATO CONCESSÃO Nº 03/2019 - PMC

Publicação Nº 2219402

Contrato Nº : CC 03/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO PETRÓPOLIS

Licitação : Inexigibilidade 44/2019

Objeto : concessão de direito real de uso da área de terras de 3.341,29m², parte integrante do imóvel caracterizado como: partes dos lotes rurais nº 468, 469 e 470, do 8º Bloco da Colônia Concórdia, propriedade Rio do Engano, individuado como área de utilização pública, denominada área remanescente, com área total de 13.839,41m², situado na Rua Pinheirais, Loteamento Floresta, Bairro Petrópolis, nesta cidade, registrado no 1º Ofício do Registro de Imóveis, sob nº 17.074, livro nº 2 - AAT.

Vigência : Início: 25/10/2019 Término: 24/10/2034

Assinatura : 25/10/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: JAIME ESTEVAO BERNARDI

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2019

Publicação Nº 2219657

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
Secretaria Municipal de Administração

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 2/2019

Objeto: Processo Seletivo Público de classificação por prova escrita, para o cargo de Auxiliar de Creche, a serem contratados, por tempo determinado.

Das inscrições: 25 de novembro a 2 de dezembro de 2019, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h, na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Marechal Deodoro, 1.280, Edifício Golden Office, sala 301, Centro, Concórdia, SC.

Das vagas: O presente processo seletivo se destina a criação de cadastro de reserva, de maneira que serão admitidos somente os Auxiliares de Creche necessários para o preenchimento das vagas temporárias que surgirem no Quadro de Cargos do Poder Executivo, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Educação.

A íntegra do presente Edital está publicada no sítio www.concordia.sc.gov.br.

Concórdia, SC, 8 de novembro de 2019.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA
Secretária Municipal de Administração

RESULTADO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 19/2019 - PMC

Publicação Nº 2219970

	MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ESTADO DE SANTA CATARINA
--	--

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº19/2019- PMC
Feira do Livro 2019

· PREÂMBULO

A Secretaria Municipal de Educação, estabelecida neste Município de Concórdia, SC, Rua Marechal Deodoro, 1.280, sala 301, Centro - Edifício Golden Office, através de seu Secretário Municipal de Educação, Neuri Comin, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a legislação vigente, vem tornar público o resultado dos selecionados no Edital de credenciamento nº 19/2019 – PMC de empresas interessadas na exposição de livros para comercialização na 10ª Feira do Livro de Concórdia – SC, a ser realizada nos dias 21,22,23 e 24 de novembro de 2019, no espaço da Rua Coberta (Rua Leonel Mosele).

Estão oficialmente credencias e aprovadas as seguintes empresas:

- INSTITUTO LOGOSÓFICO CONCÓRDIA SC. CNPJ: 21.992916/0001-45;
- TOP LIVROS DISTRIBUIDORA DE LIVROS EIRELI. CNPJ: 00.366.681/0001006;
- LIVRARIA E PAPELARIA ROCHA MAGALHÃES LTDA. ME. CNPJ: 11.080.994/0001-10;

- JACKSON KIRSTEN EPP. CNPJ: 80.945.280/0001-40;
- DOCE LETRAS E PRESENTES LDA – EPP. CNPJ: 16.803.594/0001-09;
- SANLÉ COMÉRCIO DE MATERIAL ESCOLAR LTDA – ME. CNPJ: 00.965.878/0001/61;
- BÁRBARA JONES DE SIXAS PINTO EDITORA – ME . CNPJ: 27.869.077/0001-59;
- COMÉRCIO DE LIVROS ODY LTDA – ME. CNPJ: 03.173.832/0001-06;
- FRANCIELI PETRYKOWSKI DE LIMA. ME. CNPJ: 08.609.654/0001-29;

Concórdia, SC, 07 de novembro de 2019.

NEURI COMIN
Secretário Municipal de Educação

Cordilheira Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO ADM 81/2019

Publicação Nº 2219918

Extrato DO CONTRATO ADM N. 81/2019

PROCESSO LICITATORIO Nº 134/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: FERREIRA E LIMA COMERCIO DE MATERIAIS FILTRANTES PARA TRATAMENTO DE ÁGUA LTDA

OBJETO: O contrato tem por objeto a aquisição de material filtrante para a secretaria de água e saneamento básico

DO VALOR CONTRATADO: Pela execução do objeto/ fornecimento dos bens, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 11.754,00 (onze mil setecentos e cinquenta e quatro reais).

DOTAÇÃO: As despesas correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária: Proj/Atividade nº 2.084, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2019.

Signatários: Carlos Alberto Tozzo e Elvira Ferreira Ferro

Cordilheira Alta/SC, 06/11/2019.

PORTARIA Nº 578/2019

Publicação Nº 2219171

PORTARIA Nº 578/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE DISPENSA AO SERVIÇO A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 70, XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIA TERESINHA LUZA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, 02 (dois) dias de dispensa ao serviço, por haver prestado serviço no processo eleitoral do Conselho Tutelar em data de 06/10/2019, com base no artigo 98 da Lei n. 9.504/97.

Parágrafo único. A dispensa ao serviço prevista no caput deste artigo se dará no dia de 25 e 26 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 06 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 579/2019

Publicação Nº 2219332

PORTARIA Nº 579/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde, ao Servidor Municipal ELIEZER JOSE SOARES matrícula nº1344703, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria de Agricultura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 06 de Novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

PORTARIA Nº 580/2019

Publicação Nº 2219640

PORTARIA Nº 580/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde a servidora municipal MICHELE BASTOS VARGAS, matrícula 1361503, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 07 de outubro de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 90/2019

Publicação Nº 2220023

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial RP Nº 90/2019.

Objeto: CONFECÇÃO DE FIGURINOS DAS OFICINAS DE BALLET, DANÇA POP, PATINAÇÃO E GINÁSTICA RÍTMICA INTEGRANTES DO PROGRAMA ARTE E CIDADANIA DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 14h00min do dia 21/11/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 14h00min do dia 21/11/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 06 de novembro de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Correia Pinto**PREFEITURA****DECRETO Nº 1499/2019**

Publicação Nº 2219279

DECRETO Nº 1499/2019
DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2276/2019, DECRETA:

Art. 1º- Abre Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 30.548,30 (Trinta mil e quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), a saber:

12.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:
2.037 – Manutenção da Saúde do Município;
7 4.4.90.00.00.1088 – Aplicações Diretas R\$ 30.548,30
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 30.548,30

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1088 – Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de novembro de 2019.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito
Registre-se e Publique-se

EXTRATO DE CONTRATO 0396/2019 FHMCP - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2019 FHMCP - CREDENCIAMENTO 02/2019 FHMCP

Publicação Nº 2220064

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 FHMCP
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E/OU JURÍDICAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS MÉDICOS EM CLÍNICA GERAL OU ESPECIALISTA, A FIM DE ATENDER À DEMANDA DOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, ESPECIFICAMENTE NO HOSPITAL MUNICIPAL FAUSTINO RISCAROLLI, CONFORME QUANTIDADE E SERVIÇOS ESPECIFICADOS NO ANEXO I DESTA EDITAL.

Partes: Município de Correia Pinto e Takano e Matos Serviços Médicos Ltda
Instrumento: Contrato nº 0396/2019 FHMCP
Vigência: 28/10/2019 a 31/12/2019.
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 2275/2019

Publicação Nº 2219271

LEI NÚMERO 2275/2019
DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR TERMO DE CESSÃO DE USO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RURAIS DE FAZENDA DOS ALVES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Município de Correia Pinto, através do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso com a Associação de Moradores Rurais de Fazenda dos Alves, com sede na Localidade de Fazenda dos Alves, s/nº, interior de Correia Pinto/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 20.903.350/0001-75, para a cedência de:

I - 01 (uma) Plantadeira Hidráulica, com 03 (três) linhas, dosador autolimpante, linha de tubo com disco de corte e facão sulcador, mecanismo de cobertura com três rodas compactadas, reservatório de adubo e semente, capacidade mínima no reservatório de fertilizante 216kg, capacidade mínima de reservatório de semente 75kg, Patrimônio nº 12739;

II - 01 (uma) Ensilhadeira/Colheadeira, Marca-Fabricante Pinheiro, Modelo Max Gold Premier 12, ano de fabricação 2019, Série Chassi 392 273 19, cor Verde/ Amarelo com Sistema de Polia e Correia, Bica Semi Hidráulica com mínimo 12 (doze) facas no Rotor, Rotação mínima na tomada de força de 250RPM, peso aproximado de 625kg, Patrimônio 12740.

Art. 2º- A Cessão de Uso dar-se-á na forma do Termo de Cessão de Uso, que vigorará a partir da data de assinatura por um prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser renovado por igual período, desde que a associação tenha atendido a todos os requisitos previstos nesta Lei e Termo de Cessão de Uso e esteja regularmente em funcionamento.

Parágrafo Único - Toda a responsabilidade com a manutenção, preservação, administração e contratação de operadores, bem como, abastecimento ficará por conta da Associação, não cabendo qualquer indenização ou compensação quando ocorrer o término da cessão por qualquer motivo.

Art. 3º- Os implementos agrícolas de que trata o art.1º desta lei, foram adquiridos através do Contrato de Repasse Nº 871201/2018, PRO-CESSO 1055292-93, Pregão Presencial nº 054/2018, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que deverá ser destinado para o uso agrícola administrado pela Associação de Moradores Rurais de Fazenda dos Alves.

Art. 4º- A cessão de uso será extinta, retornando os implementos agrícolas imediatamente à posse do município, independente de notificação e sem direito a indenização, se a cessionária:

I - der a destinação diversa daquela descrita nesta lei;

II - encerrar suas atividades.

Art. 5º- Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de novembro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

LEI MUNICIPAL Nº 2276/2019

Publicação Nº 2219275

LEI NÚMERO 2276/2019

DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

“ABRE CRÉDITO ESPECIAL – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 30.548,30 (Trinta mil e quinhentos e quarenta e oito reais e trinta centavos), a saber:

12.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:

2.037 – Manutenção da Saúde do Município;

7 4.4.90.00.00.1088 – Aplicações Diretas R\$ 30.548,30

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 30.548,30

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1088 – Alienação de Bens Destinados a Programas de Saúde.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 06 de novembro de 2019.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Corupá

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/19

Publicação Nº 2220617

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 116/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 059/2019
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/19
 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.
 CONTRATADO: MARTINS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA - ME, inscrita no CNPJ nº 18.512.190/0001-91, estabelecida na Avenida Getúlio Vargas, nº 470, bairro Centro, no município de Corupá, estado de Santa Catarina, CEP 89278-000.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO EM POSTES METÁLICOS, DE CAMERAS DE VIDEO MONITORAMENTO NO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC E POSTERIOR MANUTENÇÃO PELO PRAZO DE 12 MESES COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência Anexo I e demais anexos.
VALOR:

DESCRIÇÃO MÍNIMA DOS EQUIPAMENTOS			
Itens	Unid.	Valor R\$	Total
1.CAMERA BULLET IP FIXA 4MP - (deverá possuir os níveis de proteção ip67 e ik10; operar em condições de luminosidade de 0,3 lux: colorido, 1/30s e 0 lux: preto e branco (ir ligado); sem recurso analítico, dispor de análise inteligente como linha virtual, cerca virtual, abandono/retirada de objetos, detecção de face, mudança de cena, detecção de áudio; disponibilizar a compreensão de vídeo em h.265+h.264; entrada cartão sd;ajuste de foco automático e manual; correção de ruídos e diferença de luminosidade; alimentação através de cabo poe (poe over ethernet); dispor de protocolos de rede ipv4/ipv6, http, https, ssl, tcp/ip, udp, upnp, icmp, igmp, snmp, rtsp, rtp, smtp, ntp, dhcp, dns, ppoe, ddns, ftp; equipamento que suporte para as temperaturas -30 a 60 graus centígrados, com classificação ik 10 antivandalismo; formato de vídeo ntsc.)	30	R\$ 1.487,65	R\$ 44.629,50
2.SWITCH SWITCH GERENCIÁVEL 8 PORTAS - 1 UNIDADE • ESPECIFICAÇÕES 2 Slots Mini-GBIC/SFP (1000 Mbps); 8 Portas RJ45 Gigabit Ethernet (10/10/1000 Mbps); Fonte de alimentação interna 100-240 VAC, 50/60 Hz; Padrões IEEE802.3, 802.3u, 802.3ab, 802.3z, 802.3x, 802.1p, 802.1q, 802.1x, 802.1d, 802.1w, 802.1s, 802.1v, 802.3ac, 802.1ax e 802.3ad; LEDs indicativos - Alimentação, Link/atividade por porta - Indicação de velocidade de conexão; SWITCH 5 PORTAS COM 4 PORTAS POE - 10 UNIDADES • ESPECIFICAÇÕES Padrões: IEEE 802.3 – 10BASE-T, IEEE 802.3u – 100BASE-TX, IEEE 802.3x – Flow Control, IEEE 802.3af – PoE (Power over Ethernet), IEEE 802.3at – PoE (Power over Ethernet), IEEE 802.1p – QoS (Quality of Service); Portas 5 - RJ45 10/100 Mbps com autonegociação; Portas PoE de 1 a 4; Taxa de encaminhamento de pacotes 148 kpps; Taxa de latência 10 µs; Backplane 1 Gbps; Fonte de alimentação Entrada: 100 – 240 Vac, 50/60 Hz; Saída: 51 Vdc – 1,25 A; Proteção contra surtos² 15 kV durante 45 microssegundos em modo Comum; Temperatura de operação -10 °C a 45 °C; Temperatura de armazenamento -40 °C a 70 °C;	11	R\$ 242,08	R\$ 2.420,80
3.NOBREAK 600VA – (6 níveis de proteção: contra sobrecarga, subtensão, sobretensão, curto-circuito, surtos de tensão e sobreaquecimento no inversor Função DC start: religamento automático do nobreak mesmo na ausência de energia elétrica, Compatível com grupos geradores » Carregamento automático: permite a recarga das baterias mesmo com o nobreak desligado Autoteste: teste automático do funcionamento dos circuitos garantindo que o nobreak opere dentro dos padrões ideais Padrão de frequência	10	R\$ 297,41	R\$ 2.974,10

internacional: funciona em frequências que variam de 50 a 60 Hz Sinalizações audiovisuais: status das baterias e indicação de sobrecarga via LEDs e alertas sonoros » Nobreak line interactive com formato de onda senoidal por aproximação.			
4.POSTE METÁLICO REDONDO Ø 4" X 7M COM BRAÇO EXTENSOR –(Coluna metálica (poste) deverá ser tipo cilíndrico; construção em ferro galvanizado a fogo com espessura 2,5mm,diâmetro externo de 4"; -Altura total de 7 metros; fechamento superior; com suporte e três isoladores tipo roldana; -Fixadores ao chão; com 1(um)metro engastado e concretizado nos locais pela contratante com o sistema de aterramento compatível; -Recomposição do piso original; -Nos locais vulneráveis, indicados pela contratante, uma manilha de concreto será colocada na melhor posição de proteção do poste, preenchida com areia compactada e selada no topo com concreto, de forma a minimizar a ocorrência de acidentes ou vandalismo. -SUPORTE PROLONGADO: será de sua externo, construído em ferro galvanizado a fogo; -Sistema de fixação compatível com a caixa de proteção da câmera proposta e com poste cilíndrico com diâmetro de 4 polegadas; -Permitir fácil ajustamento de posições de altura e movimento lateral; -Possuir ângulo de inclinação em relação ao poste (lado superior de 60 (sessenta) graus); comprimento de 100 cm. (CARACTERIZADO NO CROQUI));	10	R\$ 1.472,50	R\$ 14.725,00
5.ATERRAMENTO BARRA/ CONECTOR/ CABO/ ACESSÓRIO - (haste de aterramento 5/8 12mm x 2400mm, cordoalha de cobre - #16mm CARACTERIZADO NO CROQUI);	10	R\$ 175,00	R\$ 1.750,00
6.MATERIAIS DE CONTRUÇÃO BASE DE TUBO - (CARACTERIZADO NO ÍTEM 4)	10	R\$ 250,00	R\$ 2.500,00
7.CAIXA ALUMÍNIO HERMÉTICA COM CONTROLADORES – (Caixa montagem hermética 40x40x20; Pintura eletrostática em pó; Cor: Bege; Placa de montagem com espessura 1,2 a 2mm; Fecho com Chave; Grau de proteção IP67).	10	R\$ 1.500,00	R\$ 15.000,00
8.MONITOR TV PROFISSIONAL 49" FULL HD – (Resolução: Full HD - 1920 x 1080; Conexões: 2 HDMI, 1 USB, 1 Entrada de Componente (Y/Pb/Pr), 1 Entrada de Composto (AV), 1 Saída de áudio (óptica), 1 Entrada de RF (terrestre/entrada de cabo), Anynet+ (HDMI-CEC), Rede sem fio integrada, Ethernet (LAN).	4	R\$ 1.500,00	R\$ 6.000,00
9.MONITOR 21,5" ESTAÇÃO DE TRABALHO – (mínimo: Tamanho: 21,5", Resolução Máxima: 1920 x 1080, Contraste Estático: 600:1, Suporte de Cores: 16,7M, Pixel Pitch: 0,24825 x 0,24825 mm, Tempo de Resposta: 3ms, Revestimento de Tela Anti-glare (3H), Frequência: H: 30 - 83 kHz / V: 56 - 75 Hz, Ângulo de Visão: 90° / 60°, Entradas / Saída: HDMI / VGA;)	2	R\$ 812,50	R\$ 1.625,00
10.COMPUTADOR ESTAÇÃO DE TRABALHO – (MÍNIMO Processador: Intel Core i5 3.20 ghz, Cache: 4GB Smartcache, Rede: 10/100/1000 Mbps, Disco Rígido: 240 SSD, Disco Rígido 2 TB, Memória Ram: 8gb Ddr3 1333mhz, Voltagem: Bivolt, Sistema Operacional: Windows, Conexões USB 2.0 e 3.0, Placa de Vídeo para 3 Monitores, com no mínimo as seguintes características: Capacidade: 2 GB, Tipo: GDDR5, Interface: 128-bit, Largura de Banda: Até 80 GB/s, Resoluções de Display:4x 4096x2160 @ 60Hz - 4x 5120x2880 @ 60Hz, Recursos: - Shader Model 5.1 - OpenGL 4.53 - DirectX 12.04 - Vulkan 1.03;	2	R\$ 1.700,00	R\$ 3.400,00
11.NOBREAK SENOIDAL 2000VA / 1400W - (Conexão para engate de até 4x baterias externas, 8 níveis de proteção: Contra sobrecarga, curto-circuito, sobreaquecimento, sub/sobre tensão da rede elétrica, descarga total de baterias e sobrecarga das baterias, Possuir 4x bateria de 7Ah, Restart automático, Carregamento automático, Função DC Start, Função silenciar, Sistema de sincronismo, Carregamento inteligente das baterias, Sinalizações audiovisuais.	1	R\$ 2.230,60	R\$ 2.230,60
12.CABO HDMI 10METROS – (High speed; Full HDTV (4096 x 2160P).	4	R\$ 93,75	R\$ 375,00
13.SUPORTE MONITOR DE PAREDE – (compatível para instalação do item 08, que permita a passagem dos cabos de áudio/vídeo e energia)	4	R\$ 92,50	R\$ 370,00
TOTAL	127		R\$ 98.000,00

SERVIÇOS			
Itens	Unidades	Valor R\$	Total
INSTALAÇÃO/ MANUTENÇÃO 10 PONTOS DE MONITORAMENTO ¹	12 meses	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
TRANSMISSÃO DE DADOS 10 PONTOS DE VIDEOMONITORAMENTO ²	12 meses	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
GRAVAÇÃO/ BAKCUP/ SEGURANÇA GRAVAÇÃO 30 CÂMERAS ³	12 meses	R\$ 250,00	R\$ 3.000,00
TOTAL	36 meses		R\$ 9.000,00

Data da Assinatura: 07/11/2019

Data da Vigência: 12 MESES

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1780/19

Publicação Nº 2219581



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá –SC

<https://corupa.atende.net> e-mail: gabinete@corupa.sc.gov.br**DECRETO Nº 1780/19****AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOAO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2315/2018 de 10 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1 - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizar e abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

Código	Classificação	Valor
08	SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	
001	DIVISAO DE EDUCAÇÃO	
0012.0361.0047.2018	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	
33390000000000000000	Aplicacoes Diretas	R\$ 100.000,00
134	Referência Dotação	
	TOTAL R\$	100.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

Código	Classificação	Valor
01010001	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação - Tesouro-Ex.Cor.	R\$ 100.000,00
	TOTAL R\$	100.000,00

Art. 3 - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 8 de novembro de 2019.

JOAO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

I ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 069/2019

Publicação Nº 2219242

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

I ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 069/2019

Pelo presente termo comunica-se aos interessados a Retificação da Publicação do Aviso de Licitação do Edital PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/19, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES PARA A AQUISIÇÃO DE REBOQUE PARA MINICARREGADEIRA MARCA SEMAX MODELO SX 50, VISANDO O TRANSPORTE DE FORMA MAIS ECONÔMICA DO EQUIPAMENTO, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme especificações e quantidades elencadas no Termo de Referência e Anexo I - Quantitativos, nos presentes termos:

Onde se lê DO OBJETO

CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES PARA A AQUISIÇÃO DE REBOQUE PARA MINICARREGADEIRA MARCA SEMAX MODELO SX 50, VISANDO O TRANSPORTE DE FORMA MAIS ECONÔMICA DO EQUIPAMENTO, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme especificações e quantidades elencadas no Termo de Referência e Anexo I - Quantitativos.

Leia-se

CONTRATAÇÃO DE FORNECEDORES PARA A AQUISIÇÃO DE REBOQUE PARA MINICARREGADEIRA DA MARCA SEMAX MODELO SX 50, VISANDO O TRANSPORTE DE FORMA MAIS ECONÔMICA DO EQUIPAMENTO, COM RECURSOS DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº 0526.751-37 - FINISA FIRMADO COM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, conforme especificações e quantidades elencadas no Termo de Referência e Anexo I – Quantitativos

Onde se lê DA DOTAÇÃO

Órgão	07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade	01 – Divisão de Estradas e Rodagem
Projeto Atividade	1003 – Pavimentação e Conservação da Área Urbana
Elemento	44905252 – Veículos de Tração Mecânica
Vínculo	01.00.83 – Oper. Crédito Internas – Outros Programas
Cód.Desp	88

Órgão	07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade	01 – Divisão de Estradas e Rodagem
Projeto Atividade	2014 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
Elemento	44905240 – Maq. e Equip. Agrícolas e Rodoviários 44905252 – Veículos de Tração Mecânica
Vínculo	01.00.83 – Oper. Crédito Internas – Outros Programas
Cód.Desp	98

. Leia-se

Órgão	07 – Secretaria Municipal de Infraestrutura
Unidade	01 – Divisão de Estradas e Rodagem
Projeto Atividade	2014 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura
Elemento	44905240 – Maq. e Equip. Agrícolas e Rodoviários 44905252 – Veículos de Tração Mecânica
Vínculo	01.00.83 – Oper. Crédito Internas – Outros Programas
Cód.Desp	98

Onde se lê: Anexo I QUANTITATIVO

Item	Descrição MÍNIMA do Material
------	------------------------------

1	REBOQUE PARA MINICARREGADEIRA MARCA SEMAX MODELO SX 50, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:
---	---

Leia-se:

Item	Descrição MÍNIMA do Material
1	REBOQUE PARA MINICARREGADEIRA da MARCA SEMAX MODELO SX 50, COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições e disposições do Edital.

Corupá, 07 de Novembro de 2019

JOSIMAR CALDEIRA

PREGOEIRO

LEI Nº 2.370, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219393

LEI Nº 2.370, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

“Altera o Plano Plurianual (2018 a 2021), a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 e autoriza abertura de crédito adicional especial no orçamento corrente”.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições constitucionais, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam incluídos os seguintes vínculos na Lei Municipal no 2.278/2017, que trata do Plano Plurianual (PPA) de 2018 a 2021, conforme segue abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 0010 - Saúde

Sub-Função – 0301 – Atenção Básica

Programa: 0080 – Saúde para Todos

Projeto: 1001 – Construção, Ampl. E Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Vínculo: 3.8.8.0.3.8.8 – Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro Exercício Anterior R\$ 79.500,00

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal Educação e Cultura

Unidade orçamentária: 08.01 – Divisão de Educação

Função: 0012 - Educação

Sub-Função – 0361 – Ensino Fundamental

Programa: 0047 – Criança na Escola

Projeto: 1005 – Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Vínculo: 3.8.7.0.3.8.7 – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica - Tesouro Exercício Anterior R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal Educação e Cultura

Unidade orçamentária: 08.01 – Divisão de Educação

Função: 0012 - Educação

Sub-Função – 0365 – Ensino Infantil

Programa: 0047 – Criança na Escola

Projeto: 1004 – Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Infantil

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Vínculo: 3.8.7.0.3.8.7 – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica - Tesouro Exercício Anterior R\$ 31.738,22

Art. 2º Ficam incluídos os seguintes vínculos na Lei Municipal no 2313/2019, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) de 2019 do Município, conforme segue abaixo:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Saúde

Unidade orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde

Função: 0010 - Saúde

Sub-Função – 0301 – Atenção Básica

Programa: 0080 – Saúde para Todos

Projeto: 1001 – Construção, Ampl. E Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Vínculo: 3.8.8.0.3.8.8 – Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro Exercício Anterior R\$ 79.500,00

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal Educação e Cultura
Unidade orçamentária: 08.01 – Divisão de Educação
Função: 0012 - Educação
Sub-Função – 0361 – Ensino Fundamental
Programa: 0047 – Criança na Escola
Projeto: 1005 – Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Vínculo: 3.8.7.0.3.8.7 – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica - Tesouro Exercício Anterior R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal Educação e Cultura
Unidade orçamentária: 08.01 – Divisão de Educação
Função: 0012 - Educação
Sub-Função – 0365 – Ensino Infantil
Programa: 0047 – Criança na Escola
Projeto: 1004 – Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Infantil
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Vínculo: 3.8.7.0.3.8.7 – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica - Tesouro Exercício Anterior R\$ 31.738,22

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar abertura de crédito adicional especial no orçamento corrente nos seguintes créditos orçamentários:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Saúde
Unidade orçamentária: 06.01 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 0010 - Saúde
Sub-Função – 0301 – Atenção Básica
Programa: 0080 – Saúde para Todos
Projeto: 1001 – Construção, Ampl. E Melhoria da Rede Física das Unidades de Saúde
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Vínculo: 3.8.8.0.3.8.8 – Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde - Tesouro Exercício Anterior R\$ 79.500,00

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal Educação e Cultura
Unidade orçamentária: 08.01 – Divisão de Educação
Função: 0012 - Educação
Sub-Função – 0361 – Ensino Fundamental
Programa: 0047 – Criança na Escola
Projeto: 1005 – Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Fundamental
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Vínculo: 3.8.7.0.3.8.7 – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica - Tesouro Exercício Anterior R\$ 10.000,00

Órgão: 08.00 – Secretaria Municipal Educação e Cultura
Unidade orçamentária: 08.01 – Divisão de Educação
Função: 0012 - Educação
Sub-Função – 0365 – Ensino Infantil
Programa: 0047 – Criança na Escola
Projeto: 1004 – Construção, Ampl. E Melhoria das Unidades de Ensino Infantil
Elemento: 4.4.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas
Vínculo: 3.8.7.0.3.8.7 – Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica - Tesouro Exercício Anterior R\$ 31.738,22

Art. 4º Servirá de cobertura para a abertura do crédito de que trata o artigo 3º, o superávit financeiro, no valor de R\$ 121.238,22 (cento e vinte e um mil e duzentos e trinta e oito reais e vinte e dois centavos).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Corupá, 08 de novembro de 2019.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de novembro de 2019.

LEI Nº 2.372, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219397

LEI Nº 2.372, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os munícipes, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 106.482,00 (cento e seis mil e quatrocentos e oitenta e dois reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001 010.301.0080.2009 3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Manutenção da Divisão De Saúde Aplicações Diretas (Cód. Desp. 50)	95.000,19
06.000 06.001 010.301.0081.2041 3.1.71.00.00.00.00 3.3.71.00.00.00.00	0.1.02.00 0.1.02.00	Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Consórcio Interm. De Saúde do Nord. De SC Aplicações Diretas (Cód. Desp. 64) Aplicações Diretas (Cód. Desp. 65)	737,56 10.744,25
		TOTAL	106.482,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000 03.002 004.122.0009.2004 3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Finanças Manut. Ativ. Div. Tesour., Contab. E Tribut. Aplicações Diretas (Cód. Desp. 16)	106.482,00
		TOTAL	106.482,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

08 de novembro de 2019.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de novembro de 2019.

PORTARIA 5447/19

Publicação Nº 2219587

PORTARIA Nº 5447/19

DESIGNA COMISSÃO PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 049/19.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsáveis para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato nº 049/19, os (as) servidores (as): EDERSON CLEITON MAHS, matrícula funcional nº 15101, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos e Posturas, Lotada na Secretaria de Administração e Fazenda; KELLY CRISTINA ALVES DE SOUZA, matrícula funcional nº 15472, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Administração e Fazenda, Lotada na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e SILVANA GRITEN RIBEIRO, matrícula funcional nº 15467, ocupante do cargo de Diretor de Administração e Fazenda, Lotada na Secretaria de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato visa a Permissão de uso, à empresa especializada na execução de serviços na área de LANCHONETE E RESTAURANTE, conforme descrição deste Termo e Planta Baixa da Área de Exploração anexa, na área localizada na Praça Artur Müller, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº 322, Bairro Centro, pelo período de 60 (sessenta) meses, na Cidade de Corupá-SC, admitindo-se prorrogação (na forma do art. 57, inc. II, da Lei 8.666/1993), com a meta de atender aos usuários do espaço, no qual a permissionária deverá explorar a atividade de lanchonete/restaurante, fornecendo refeições, lanches, bebidas e similares.

Art. 2º - Atribui aos servidores designados, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos representantes deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado aos responsáveis, sempre que entenderem necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-la e subsidiá-la de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de setembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
08 de novembro de 2019.
JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Cunha Porã

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219248



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2019

O MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ vem através deste edital NOTIFICAR a todos os moradores ocupantes e confrontantes e a quem possa interessar, que o Lote Urbano nº (415), com área de (559,00m²) e Lote Urbano nº (416), com área de (575,52m²), que somam a área de fração ideal de (1.134,52m²), com frente para Rua Oswaldo Cruz, que passaram ao Domínio Público Municipal, localizados no Loteamento Primitivo, Bairro Cidade Alta, perímetro urbano do município de Cunha Porã, naturais da área maior da Transcrição nº 7.261 registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos/SC de Antenor Reiboldo Klabunde, que resultou Parte do Loteamento Parque Industrial, aprovado pela Lei nº 119, de 29 de junho de 1962, conforme documentos existentes no Setor de Engenharia do Município e encontra-se em processo de LEGITIMAÇÃO FUNDIÁRIA NA MODALIDADE REURB-S, conforme Art. 23 da Lei Federal nº 13.465/2017, Decreto Federal nº 9.310/2018 e Lei Municipal nº 2.831 de 14/10/2019, no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), afim de emissão de matrículas individualizadas aos detentores da posse dos lotes, bem como, legalização das benfeitorias existentes para fins de Regularização Fundiária dos lotes a seguir:

Art. 1º. **Lote urbano nº415, Loteamento primitivo.** Situado no Bairro Cidade Alta, na cidade e comarca de Cunha Porã, estado de Santa Catarina, com a área superficial de 559,00 m², localizado no lado Par da Rua Oswaldo Cruz, distando 16,00 metros da esquina formada por esta com a Rua Augusto Kempfer, com benfeitorias, sendo: uma casa mista, de 10,00 x 7,00 metros, ou seja : 70,00 m²; uma casa mista, de 8,00 x 6,00 metros, ou seja : 48,00 m², todas cobertas de telhas de barro; inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 04, de coordenada X = 284766.8210 Y = 7023060.4360, deste segue confrontando com lote urbano nº (414), matrícula 5.728, propriedade de Sergio Antonio Bender, Sueli Clarice Pohl Bender e Celson Edemar Bender, com os seguintes azimutes e distância: 349º11'34" e de 35,84 m até o vértice 05 de coordenada X = 284760.1000 Y = 7023095.6450, deste segue confrontando com lote urbano nº (397), matrícula 1.225, propriedade de Vanderlei Kempfer, com os seguintes azimutes e distância: 74º53'54" e de 15,10 m até o vértice 06 de coordenada X = 284774.6820 Y = 7023099.5800, deste segue confrontando com lote urbano nº (416), propriedade de Iraci Grunitzky, com os seguintes azimutes e distância: 168º15'29" e de 36,91 m até o vértice 03, de coordenada X = 284782.1938 Y = 7023063.4400, deste segue confrontando com a Rua Oswaldo Cruz, com os seguintes azimutes e distância: 258º56'35" e de 15,66 m até o vértice 04, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas descritas aqui estão georreferenciadas ao sistema geodésico brasileiro, encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao meridiano central 51 WGR, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distância, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM. Título Aquisitivo, transcrição nº 7261, município de Palmitos – SC. Conhecendo a Legitimação

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ-SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

fundiária de aquisição originária do direito de propriedade sobre unidade imobiliária objeto de REURB-S aos ocupantes Darlei Parisotto – CPF: 048.075.649-00, RG: 4.513.460 e Márcia Inês Birck, - CPF: 052.375.419-17, RG: 4.084.959.

Art. 2º. **Lote urbano nº(416), Loteamento primitivo**, Situado no Bairro Cidade Alta, na cidade e comarca de Cunha Porã, estado de Santa Catarina com a área superficial de 575,52m², localizado no lado Par da Rua Oswaldo Cruz, distando 31,66 metros da esquina formada por esta com a Rua Augusto Kempfer; com benfeitorias, uma casa mista, de 8,00 x 6,00 metros, ou seja : 48,00 m², coberta de telhas de fibrocimento; inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 03, de coordenada X = 284782.1938 Y = 7023063.4400; deste segue confrontando com o lote urbano nº 415, propriedade de Darlei Parisotto e Márcia Inês Birck, com os seguintes azimutes e distância: 348º15'29" e de 36,91m até o vértice 06, de coordenada X = 284774.6820 Y = 7023099.5800, deste segue confrontando com lote urbano nº (398), matrícula 5.121, propriedade de Paulo Beno Vogt, com os seguintes azimutes e distância: 77º11'13" e de 15,85 m até o vértice 01, de coordenadas X = 284790.1370 Y = 7023103.0950, deste segue confrontando com lotes urbanos n.ºs. (417 e 418), matrícula 6.874, propriedade de Maria Ceni dos Santos Graebin e Lorivaldo Fransciso Graebin, com os seguintes azimutes e distância: 169º20'46" e de 37,39 m até o vértice 02, de coordenada X = 284797.0507 Y = 7023066.3432, deste segue confrontando com a Rua Oswaldo Cruz, com os seguintes azimutes e distância: 258º56'35" e de 15,14 m até o vértice 03, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas descritas aqui estão georreferenciadas ao sistema geodésico brasileiro, encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao meridiano central 51 WGR, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distancia, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM. Todas as coordenadas descritas aqui estão georreferenciadas ao sistema geodésico brasileiro, encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao meridiano central 51 WGR, tendo como DATUM SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distância, área e perímetro foram calculadas no plano de projeção UTM. Título Aquisitivo, transcrição nº 7261, município de Palmitos – SC. Conhecendo a Legitimação fundiária de aquisição originária do direito de propriedade sobre unidade imobiliária objeto de REURB-S a ocupante Iraci Grunitzky – CPF: 039.032.599-69, RG: 618.910.

Art. 3º. Dos equipamentos urbanos presentes na referida área:

- I - Pavimentação com calçamento (pedras de basalto);
- II – Energia Elétrica atendida pela Celesc;
- III – Água Potável fornecida pela Casan;
- IV – Coleta de resíduos sólidos três vezes por semana;
- V – Sistema de esgoto individual conforme normas;
- VI – Telefonia móvel e fixa disponíveis;
- VII – lotes urbanos a ser regularizados integrados ao perímetro urbano; e
- VIII – Áreas institucionais presente na localidade.

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ-SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

Art. 4º. Os confinantes internos e externos e externos são notificados por este edital, sendo que a ausência de manifestação dos mesmos será tida como aceite conforme Artigo 13, § 1º do Decreto Federal nº 9.310/2018 e Artigo 20 § 1º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 5º. As impugnações cabíveis, contrárias ou adversas ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de (30) trinta dias, a contar da data da última publicação do presente edital, em jornal da região, ou por meio eletrônico no DOM – (DIÁRIO OFICIAL MUNICIPAL) sendo que as impugnações poderão ser protocoladas no Departamento de Planejamento e Obras do Município endereçada ao Prefeito Municipal, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas pelos setor responsável, ficando o Executivo Municipal, acatar ou não as devidas impugnações de acordo com as suas razões conforme o artigo 20 da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 6º. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 dias, considerar-se-á como aceite os elementos dos anexos e teor desse edital, inclusive pelos lindeiros internos e confrontantes externos aos Lotes, conforme prevê a Lei Federal nº 13.646/2017 artigo 20, § 1º, transcorrido o prazo legal para manifestações, será efetivado o ato, na forma do Artigo 31, § 5º e § 6º da Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 7º. Ficam notificados por este Edital os ocupantes: Darlei Parisotto, Márcia Inês Birck e Iraci Grunitzky, os confrontantes: Sergio Antonio Bender, Sueli Clarice Pohl Bender, Celson Edemar Bender, Vanderlei Kempfer, Paulo Beno Vogt, Maria Ceni dos Santos Graebin e Lorivaldo Fransciso Graebin. Transcrição nº 7.261 registrada no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Palmitos/SC de Antenor Reiboldo Klabunde.

Art. 8º. O presente Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 07 de novembro de 2019.

JAIRO RIVELINO EBELING
Prefeito Municipal

RUA MOURA BRASIL, Nº 1639 - FONE (49) 3646.3300 CNPJ: 83.021.147/0001-95 CEP 89890-000 - CUNHA PORÃ-SC

Curitibanos

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.228/2019

Publicação Nº 2220310

DECRETO Nº 5.228/2019

ALTERA DISPOSITIVO E INCLUI PARÁGRAFOS NO DECRETO Nº 4.735/2016 QUE REGULAMENTA O PROGRAMA HABITACIONAL DE INTERESSE SOCIAL INSTITUÍDO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 140/2015 E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos

DECRETA

Art. 1º O artigo 6º do Decreto nº 4.735/2016 que regulamentam o programa habitacional de interesse social instituído pela Lei Complementar nº 140/2015 passa a vigorar com alteração redacional e inclusão de parágrafos conforme segue:

“ Art. 6º Caso o promitente comprador opte pelo pagamento parcelado do valor previsto nos artigos 2º e 3º deste Decreto, o atraso no pagamento de 05 (cinco) parcelas mensais consecutivas ou 08 (oito) parcelas alternadas, dará ensejo à instauração de processo administrativo para a rescisão do contrato com sua reversão ao Patrimônio do Município com a perda do direito a restituição de parcelas pagas e das benfeitorias realizadas.

§ 1º. No prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da instauração do processo administrativo de rescisão do contrato, poderá o promitente comprador apresentar proposta de pagamento das parcelas vencidas, acrescidas dos encargos legais, hipótese em que poderá parcelar este débito em até 3 vezes, em parcelas iguais e sucessivas, ficando o processo administrativo suspenso, pelo período do parcelamento.

§ 2º. O vencimento da primeira parcela ocorrerá no dia 10 do mês seguinte ao da apresentação da proposta de pagamento, e as demais na mesma data nos meses subsequentes.

§ 3º. Quitadas as parcelas de que trata o § 1º, o contrato retomará seu curso e o processo administrativo arquivado definitivamente.

§ 4º. O parcelamento de que trata o presente artigo, não desobriga o promitente comprador do pagamento das demais parcelas vincendas do contrato.

§ 5º. Não sendo apresentada a proposta de pagamento das parcelas vencidas no prazo estabelecido no § 1º, ou não sendo estas quitadas no prazo estipulado, implicará na retomada do processo administrativo para a rescisão do contrato.

Art. 2º Contratos em atraso, e não rescindidos formalmente ao tempo da edição deste decreto, independentemente do número de parcelas vencidas, poderão usufruir dos benefícios nele instituídos, desde que cumpridas as condições ora estabelecidas.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 22 de outubro de 2019.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, na secretaria no mural da Prefeitura Municipal.

Ângelo Scolaro
Secretário de Habitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2019

Publicação Nº 2219883

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 221/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para o PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA BUFFET LIVRE PARA ALIMENTAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA COM SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS E DEMAIS UNIDADES, PELO PERÍODO DE 1 ANO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 26/11/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 18:00 horas do dia 26/11/2019, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na página da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 06 de Novembro de 2019.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2019

Publicação Nº 2220431

RETIFICAÇÃO**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 218/2019**

O Município de Curitiba, por intermédio de sua autoridade competente, torna público a retificação quanto à exigência de garantia, conforme segue:

Inclui-se:

Garantia de 12 meses referente aos lotes nº 03, 04, 05 e 06.

Mantém-se as demais disposições e informações constantes no Edital.
Curitiba, 07 de Novembro de 2019.

Diego Sebem Wordell
Prgoeiro

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO ADITIVO 2_2019 BETHA**

Publicação Nº 2219631

TERMO ADITIVO Nº 2/2019

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE N.º 13/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBANOS E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS, inscrita no CNPJ sob o n.º 78.493.632/0001-21, neste ato representado por seu Presidente Sr.

João Reus de Camargo, e de outro lado a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67 representada pela Sr.ª DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO, considerando o disposto no inciso I do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/1993, que traz a possibilidade de alteração contratual "quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos", considerando entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que "É permitido à Administração ultrapassar os aludidos limites [art. 65, I, 'b' da Lei 8.666/1993], na hipótese de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionais, no sentido de que só seriam aceitáveis quando, no caso específico, a outra alternativa - a rescisão do contrato por interesse público, seguida de nova licitação e contratação - significar sacrifício insuportável ao interesse coletivo primário a ser atendido, pela obra ou serviço; ou seja, a revisão contratual qualitativa e consensual, que ultrapasse os limites preestabelecidos no art. 65, § 1.º, da Lei 8.666/93, somente seria justificável, no caso concreto, quando as consequências da outra alternativa - a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação - forem gravíssimas ao interesse público primário" (Decisão TCU nº 215/1999 – Processo nº 930.039/1998-0), considerando que seria antieconômico, diante do custo de novas conversões, implantações e treinamentos, realizar-se licitação neste momento para readequação do objeto do contrato às supervenientes necessidades de interesse público derivadas de novas imposições legais, caracterizando sacrifício insuportável ao erário nas circunstâncias, considerando que seria contrário ao princípio constitucional da eficiência administrativa promover novo certame licitatório com a readequação parcial do objeto contratado, uma vez que ocorreria paralisação parcial de serviços essenciais e também a inevitável retirada de servidores da frente de serviço visando novas e custosas capacitações individuais, considerando que se demonstra imperiosa a contratação de serviços para disponibilização de rotinas para atendimento das exigências legais do Decreto Federal nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014, que Institui o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial e dá outras providências, considerando que a Resolução do Comitê Diretor do E-Social nº 03, de 29 de novembro de 2017, alterou a redação do artigo 2º da Resolução do Comitê Diretivo do E-Social nº 2, de 30 de agosto de 2016, cujo inciso II passou a estabelecer prazo até janeiro de 2019 para o 3º grupo de entidades da Resolução (que compreende os entes públicos, integrantes do "Grupo 1 - Administração Pública" do anexo V da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016) aderirem ao E-Social, e considerando que a implantação do E-Social demanda uma série de ajustes, parametrizações, modificações de procedimentos, treinamentos e reestruturação de workflows, RESOLVEM entre si e na melhor forma de direito ADITAR o contrato nº 13/2018, para dele constar a seguinte alteração:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica acrescido ao objeto originário do contrato o licenciamento de uso sistema de Gestão do e-Social não customizável, no valor mensal de R\$ 340,00 (trezentos e quarenta reais). O faturamento do licenciamento terá início em Janeiro/2020.

Parágrafo primeiro: Pela preparação do banco de dados, ajustes de lançamentos, parametrização, treinamento e implantação do sistema será pago o valor de R\$ 1.269,00 (um mil, duzentos e sessenta e nove reais).

Parágrafo segundo: No caso de cancelamento ou suspensão da referida obrigação acessória (e-social), ficam suspensos os faturamentos (mensalidade) até normalização ou extinção definitiva, de acordo com as resoluções específicas do e social emitidas pelo governo federal.

Cláusula Segunda - DAS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

O módulo e-Social deverá atender aos seguintes requisitos técnicos:

1 - Atender às exigências do Decreto nº 8373/2014 instituiu o Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

2 - O sistema deverá atender às especificações do Decreto possuir as rotinas necessárias ao gerenciamento e eventual substituição de GFIP - Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social, CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados para

controlar as admissões e demissões de empregados sob o regime da CLT, RAIS - Relação Anual de Informações Sociais, CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho, CD - Comunicação de Dispensa, PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário, DIRF - Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte, DCTF - Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais, QHT - Quadro de Horário de Trabalho, MANAD - Manual Normativo de Arquivos Digitais, GRF - Guia de Recolhimento do FGTS e GPS - Guia da Previdência Social.

3 - Permitir o cadastro e manutenção de Schemas, que representam os layouts de cada projeto.

4 - Permitir o cadastro e manutenção de scripts de validação, vinculando ao layout, que por sua vez estará vinculado a um projeto.

5 - Permitir a definição da URL que faz a comunicação da estrutura de dados com o serviço disponibilizado em outros sistemas da contratada, para importar os dados para WEB.

6 - Permitir a consulta de dependências entre layouts, apresentando a hierarquia de geração dos arquivos.

7 - Permitir a vinculação da API (Interface de Programação de Aplicativos) com um layout do projeto.

- Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.

9 - Permitir a configuração de dependência entre layouts para geração de informações.

10 - Permitir a consulta dos dados integrados entre o sistema proprietário e o sistema eSocial para ajustes posteriores.

11 - Permitir a edição de registros integrados do sistema proprietário a partir da consulta das integrações.

12 - Permitir a inserção de registros manualmente não integrados do sistema proprietário.

Cláusula Terceira - DO REAJUSTE:

O valor do novo sistema contratado através deste instrumento será reajustado depois de decorrido o interregno mínimo de 12 meses, com base no índice IPCA, apurado no período de referência, a contar da data de assinatura.

Cláusula Quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas resultantes deste correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

Entidade 10 - Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 - Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 - Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.39.08.00.00.00 - Manutenção de Software

3.3.90.39.11.00.00.00 - Locação de Softwares

Cláusula Quinta - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

CURITIBANOS/SC, 24 de outubro de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CURITIBANOS

João Reus de Camargo

CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.

DANIELA RAMOS SILVA GUOLLO

CONTRATADA

CONSULTORIA JURÍDICA DA CÂMARA

O presente Termo Aditivo cumpre as exigências legais.

Curitiba, 24 de outubro de 2019

Fabiana Beppler

Consultora Jurídica

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

PREGÃO PRESENCIAL 9 2019 MNT

Publicação Nº 2220476

MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019

O Poder Legislativo do Município de Curitiba/SC, por intermédio de seu Pregoeiro torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pelas Leis Federais 10.520/02 e 8.666/93, dentre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para contratação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte para prestação de serviços de manutenção predial no imóvel sede da

Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC (sem o fornecimento de material), nos termos e condições constantes do Termo de Referência - Anexo I, do Edital.

Os interessados em participar do certame deverão entregar os envelopes contendo Proposta de Preços e Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 25/11/2019, no Protocolo Central da Câmara Municipal de Vereadores de Curitiba, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Edital disponível no site <http://www.camaracuritiba.sc.gov.br>, link Licitações.

Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Instrumento Convocatório deverão ser dirigidos, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação da Câmara de Vereadores do Município de Curitiba/SC, até o dia 22/11/2019, das 13h às 19h, sito a Rua Archias Ganz, nº 288, Centro, Curitiba/SC, CEP 89520-000, ou por intermédio do endereço eletrônico contabilidade@camaracuritiba.sc.gov.br.

A partir das 14:00 horas do dia 25/11/2019, será realizada sessão pública do Pregão Presencial, no setor de Licitações e Contratos, sito a Rua Archias Ganz, 288, Centro, Curitiba/SC.

Curitiba, 7 de novembro de 2019.

João Reus de Camargo Ronaldo Spricigo

Presidente Pregoeiro

Dionisio Cerqueira

PREFEITURA

CONTRATO 11-2019 - PREGÃO PRESENCIAL 42-2019 - FMS

Publicação Nº 2219383

Contrato Nº.: 11/2019 - FMS
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
Contratada...: CONSULFARMA - INFORMATICA E ASSESSORIA EM SAUDE LT
Valor : 101.000,00 (cento e um mil reais)
Vigência : Início: 02/12/2019 Término: 01/12/2020
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2019
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO PARA O FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA DE COMPUTADOR (SOFTWARE) PARA GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 7 de Novembro de 2019

EXTRATO TOMADA DE PREÇOS 102/2019 - PMDC

Publicação Nº 2220680

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 102/2019.
A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 102/2019, Edital de Tomada de Preços Nº 102/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA BEM COMO IMPLANTAÇÃO DE CALÇADAS EM PAVER E GRELHA, NO ACESSO DA ADUANA DE TURISMO, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO E PROJETO EM ANEXO. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas fica até às 09:00 horas do dia 27/11/2019. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Santos Dumont, nº 413, Dionísio Cerqueira – SC, maiores informações, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, pelo e-mail– comprasdionisiocerqueira@hotmail.com, pelo telefone: 0xx49-36436700, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h. Dionísio Cerqueira - SC. Thyago W. G. Gonçalves – Prefeito Municipal.

HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 42-2019 - FMS

Publicação Nº 2219376

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/19
HOMOLOGAÇÃO: 07/11/19
CONTRATADO: CONSULFARMA - INFORMATICA E ASSESSORIA EM SAUDE LT
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIONISIO CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, ASSESSORIA E SUPORTE TÉCNICO PARA O FORNECIMENTO DE LICENCIAMENTO DE USO DE SISTEMA DE COMPUTADOR (SOFTWARE) PARA GESTÃO PÚBLICA DA SAÚDE, CONFORME DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E EXIGÊNCIAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I.
VALOR DA DESPESA: R\$ 101.000,00 (cento e um mil reais)
DATA: 07/11/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal.

Dona Emma

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2019

Publicação Nº 2219422

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 40/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 18/2019

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9 horas do dia 28 de novembro de 2019, realizará processo licitatório objetivando receber propostas para a Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço Global, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviço de telefonia fixa e ponto de acesso de internet para todas as secretarias do município de Dona Emma, conforme especificações do anexo I do edital. Os procedimentos para acesso ao Pregão Eletrônico estão disponíveis no site Compras BR – Portal de Licitações: <http://comprasbr.com.br>. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 08 de novembro de 2019.
NERCI BARP
Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019

Publicação Nº 2219424

MUNICÍPIO DE DONA EMMA – SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 41/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2019

O Município de Dona Emma, inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.426/0001-83, de conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993; torna público que, às 9 horas do dia 21 de novembro de 2019, em sua sede à Rua Alberto Koglin nº. 3493, realizará processo licitatório objetivando o Registro de Preços para futuras e eventuais Contratação de empresa(s) para prestação de serviços em horas de escavadeiras hidráulicas, rompedor hidráulico e transporte com caminhão caçamba para a manutenção das estradas de rodagem da malha rodoviária municipal e serviços afins, conforme necessidade da Secretaria de Obras e Serviços urbanos deste Município. O edital completo encontra-se afixado no mural de publicações oficiais do Município de Dona Emma e/ou disponível no site: www.donaemma.sc.gov.br. Quaisquer informações a respeito serão prestadas pelo Setor de Compras e Licitações da Administração Municipal de Dona Emma, em dias úteis, no horário de expediente das 7 às 13 horas, através do telefone (47) 3364-2828, ou pelo e-mail compras@donaemma.sc.gov.br.

Dona Emma (SC), 08 de novembro de 2019.
NERCI BARP
Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019

Publicação Nº 2219165

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Ao quarto dia do mês de novembro do ano de 2019, na Sede da Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho/SC, a Central de Licitações, por seus representantes nomeados nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, conforme Ata de julgamento de preços homologada pela Prefeita Municipal Sra. SIMONI MÉRCIA MESCH NONES, RESOLVE registrar os preços para a aquisição dos itens conforme consta no Anexo I, que passa a fazer parte desta, tendo sido os referidos preços oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame acima numerado.

Presentes as empresas e seus representantes:

Nº	EMPRESA	CNPJ	REPRESENTANTE	CPF
1	COMERCIAL AGRO-PECUARIA DOUTOR PEDRINHO EIRELI EPP	79.393.633/0001-67		
2	CEDRO ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-ME	00.649.903/0001-06	OSNI TAMANINI	350.939.869-68
3	JOCIMAR FIGUEIREDO	29.793.736/0001-46	JOCIMAR FIGUEIREDO	027.049.139-27
4	ELTON LUIZ MADEIRA	27.666.061/0001-49		
5	PORTO UNIÃO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO EIRELI	33.159.931/0001-96	ARILDO PACOALINO CARDOSO	420.340.009-00
6	WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI	30.150.827/0001-42	ANTONIO CLAUDIO TASCHECK	816.819.179-04
7	3A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI EPP	95.822.136/0001-93	DÉBORA LUIZA PANINI	091.692.149-21
8	BILLIG COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI ME	11.472.411/0001-04	DIANA MARTINS DOS SANTOS	107.693.579-62
9	HILEON CESAR SUCATELLI ME	17.778.957/0001-66	LUIZ EUGENIO BENDOTTI	043.923.819-60

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS INERENTES A CONSTRUÇÃO CIVIL, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO**, de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 54/2019.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 - Esta Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

2.2 - Durante o prazo de validade desta Ata o Município de Doutor Pedrinho/SC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo da forma que julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA III – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A presente ata de registro de preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital.

3.2 - O preço ofertado pelas empresas signatárias da presente Ata é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Fornecedor: WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI					Valor Proposto	
Item	Unid.	Quant.	Descrição	Marca	Unitário	Total
50	KG	10	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 12 X 12	GERDAU	R\$ 11,65	R\$ 116,50
51	KG	10	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 16 X 24	GERDAU	R\$ 9,70	R\$ 97,00
52	KG	60	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 17 X 27	GERDAU	R\$ 9,28	R\$ 556,80
53	KG	20	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 18 X 30	GERDAU	R\$ 9,05	R\$ 181,00
54	KG	10	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 19 X 36	GERDAU	R\$ 9,10	R\$ 91,00
55	KG	30	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 20 X 42	GERDAU	R\$ 9,99	R\$ 299,70
56	KG	10	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABEÇA 20 X 48	GERDAU	R\$ 9,99	R\$ 99,90
172	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 8 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 21,85	R\$ 43,70
174	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 24 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 61,30	R\$ 122,60
175	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 8 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 32,20	R\$ 64,40
176	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 16 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 60,60	R\$ 121,20
177	UNID	2	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE SOBREPOR, PARA 24 DISJUNTORES DIN	BRUM	R\$ 85,00	R\$ 170,00
178	M	300	ELETRODUTO/CONDULETE DE PVC RÍGIDO, LISO, COR CINZA, DE 3/4", PARA INSTALAÇÕES APARENTES (NBR 5410)	MAXIDUTOS	R\$ 6,20	R\$ 1.860,00
179	UNID	150	CURVA 90° PVC PARA CONDULETE 3/4", CINZA	MAXIDUTOS	R\$ 4,13	R\$ 619,50
187	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 13 A	OUROLUX	R\$ 7,79	R\$ 194,75
188	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 16 A	OUROLUX	R\$ 7,75	R\$ 193,75
189	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 20 A	OUROLUX	R\$ 8,43	R\$ 210,75
190	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 25 A	OUROLUX	R\$ 8,43	R\$ 210,75
191	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 32 A	OUROLUX	R\$ 8,33	R\$ 208,25
192	UNID	25	DISJUNTOR UNIPOLAR 40 A	OUROLUX	R\$ 11,23	R\$ 280,75
193	UNID	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 50 A	OUROLUX	R\$ 11,22	R\$ 112,20

194	UNID	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 60 A	OUROLUX	R\$ 9,70	R\$ 97,00
195	UNID	10	DISJUNTOR UNIPOLAR 70 A	STECK	R\$ 29,58	R\$ 295,80
196	UNID	20	FITA ISOLANTE - 0,13MM ESP. 18MM LARG. 20M - COR PRETA	FOX LUX	R\$ 5,99	R\$ 119,80
197	UNID	50	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECLA COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 5,85	R\$ 292,50
198	UNID	40	INTERRUPTOR SIMPLES 2 TECLAS COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 7,85	R\$ 314,00
199	UNID	30	INTERRUPTOR SIMPLES 3 TECLAS COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 10,49	R\$ 314,70
200	UNID	30	INTERRUPTOR PARALELO 1 TECLA COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 7,71	R\$ 231,30
201	UNID	30	INTERRUPTOR PARALELO 2 TECLAS COM PLACA 4X2 BRANCO EMBUTIR	INTERNEED	R\$ 12,49	R\$ 374,70
203	UNID	50	TOMADA 2P+T 10A COM PLACA 4X2 BRANCA EMBUTIR	PEZZI	R\$ 6,22	R\$ 311,00
204	UNID	50	TOMADA 2P+T 20A COM PLACA 4X2 BRANCA EMBUTIR	PEZZI	R\$ 6,51	R\$ 325,50
205	UNID	40	TOMADA DUPLA 2P+T 10A COM PLACA 4X2 BRANCA EMBUTIR	PEZZI	R\$ 10,19	R\$ 407,60
207	UNID	30	TOMADA TRIPLA 2P+T 10A COM PLACA 4X2 BRANCA SOBREPOR	PEZZI	R\$ 19,54	R\$ 586,20
210	UNID	50	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 18 W	EMPALUX	R\$ 19,73	R\$ 986,50
214	UNID	30	LÂMPADA DE LED, LUZ BRANCA/FRIA, 50 W	EMPALUX	R\$ 50,00	R\$ 1.500,00
215	UNID	50	LÂMPADA LED TUBULAR, LUZ BRANCA/FRIA, 9 W, 60 CM	EMPALUX	R\$ 11,50	R\$ 575,00
217	UNID	30	LÂMPADA LED TUBULAR, LUZ BRANCA/FRIA, 36 W, 240 CM	EMPALUX	R\$ 61,14	R\$ 1.834,20
221	UNID	100	SOQUETE PARA LÂMPADAS DE LED, BRANCO	FOX LUX	R\$ 3,40	R\$ 340,00
223	UNID	20	CILINDRO PARA FECHADURA, INOX, TIPO EXTERNA	SILVANA	R\$ 15,85	R\$ 317,00
225	UNID	10	CADEADO SIMPLES, EM LATÃO MACIÇO CROMADO, LARGURA DE 35 MM, HASTE DE AÇO TEMPERADO, CEMENTADO (NÃO LONGA), INCLUI 2 CHAVES	PADO	R\$ 13,80	R\$ 138,00
226	UNID	10	TORNEIRA CROMADA DE MESA PARA LAVATÓRIO TEMPORIZADA PRESSÃO BICA BAIXA	LIGTH	R\$ 93,00	R\$ 930,00
230	UNID	5	BOIAS PARA CAIXA D'ÁGUA	VIQUA	R\$ 7,50	R\$ 37,50

231	UNID	10	BROCHA PARA PINTURA, 190 x 76 x 65 MM, FORMATO QUADRADA	ROMA	R\$ 5,75	R\$ 57,50
241	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 1/2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 2,30	R\$ 23,00
242	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 1"	COMPEL PINCEIS	R\$ 3,65	R\$ 36,50
243	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 1.1/2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 3,90	R\$ 39,00
244	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 5,50	R\$ 55,00
245	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 2.1/2"	COMPEL PINCEIS	R\$ 7,40	R\$ 74,00
246	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 3"	COMPEL PINCEIS	R\$ 9,80	R\$ 98,00
247	UNID	10	PINCEL PARA PINTURA PREDIAL, 4"	COMPEL PINCEIS	R\$ 11,87	R\$ 118,70
248	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM ESPUMA, 9 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 4,34	R\$ 43,40
249	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM ESPUMA, 15 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 7,23	R\$ 72,30
250	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM ESPUMA, 23 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 9,60	R\$ 96,00
252	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 9 CM x 15 MM (h)	COMPEL PINCEIS	R\$ 9,36	R\$ 93,60
253	UNID	10	ROLO PARA PINTURA PREDIAL, EM LÃ DE CARNEIRO, 15 CM	COMPEL PINCEIS	R\$ 11,53	R\$ 115,30
255	UNID	20	CABO PARA ROLO (23 CM) DE PINTURA	COMPEL PINCEIS	R\$ 7,94	R\$ 158,80
TOTAL DO FORNECEDOR:					R\$ 17.263,90	

3.3 - Em cada fornecimento de material decorrente desta Ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes no Edital supracitado e seus anexos, que a precederam e integram o presente instrumento.

3.4 - O fornecimento dos itens licitados somente poderá ser realizado pelas empresas que assinarem a Ata de Registro de Preços, mediante prévia e expressa autorização/pedido da municipalidade.

3.5 - No caso da impossibilidade da entrega do material licitado pelo primeiro classificado a municipalidade poderá chamar o segundo pelo preço do primeiro e assim sucessivamente.

CLÁUSULA IV – DO PAGAMENTO

4.1 - Em relação ao objeto da presente licitação, o pagamento dar-se-á da seguinte forma: ATÉ O 15º DIA DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA ENTREGA DOS OBJETOS, mediante apresentação do respectivo documento fiscal

(emitido de acordo com as orientações do TCE/SC), acompanhado do comprovante de entrega assinado pelos responsáveis pelo recebimento.

4.2 - Considerando que a vigência da Ata de Registro de Preços não ultrapassará 12 (doze) meses, não será concedido reajuste de preços.

4.3 - Os pagamentos serão realizados através de depósito bancário, conforme dados informados na Proposta Comercial.

4.4 - Os recursos financeiros para pagamento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias do MUNICÍPIO, como segue:

DOTAÇÃO UTILIZADA		
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
02	GABINETE DO PREFEITO	
001	GABINETE DO PREFEITO	
2002	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA E GABINETE DO PREFEITO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	101
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2003	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2005	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	102
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
2020	IMPLANTAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	139
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2013	MANUTENÇÃO DA COLETA DE LIXO	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
10000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	73
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	

001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	53
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
001	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
3449051920000	INSTALAÇÕES INCORPORÁVEIS OU INERENTES AO IMÓVEL	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	70
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	133
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	77
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
001	DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0101000	RECEITAS DE IMPOSTOS - EDUCAÇÃO	146
0136000	SALÁRIO EDUCAÇÃO	40
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
001	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	
2024	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
0102000	RECEITAS DE IMPOSTOS - SAÚDE	168
0138010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	188
0138040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	264
0138050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	169
0138110	VIGILÂNCIA SANITÁRIA - FEDERAL	173
0338010	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA FIXO - PAB	203
0338040	PISO DE ATENÇÃO BÁSICA – PAB INCREMENTO INDIVIDUAL	204
0338050	PROG. MELH. ATEND. QUAL. - PMAQ	206
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	28
0135010	BOLSA FAMÍLIA	2

0335010	BOLSA FAMÍLIA	236
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2033	MANUTENÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	38
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2026	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	24
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2034	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE CONTROLE DO MEIO AMBIENTE	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	45
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
07	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
001	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
2032	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
3339030510000	MANUTENÇÃO DE CONSERV. E MANUT. BENS USO COMUM POVO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	136
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
001	CULTURA	
2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	37
CÓD. DOTAÇÃO	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESPORTO E CULTURA	
002	DESPORTO	
2018	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR	
3339030240000	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	
3339030260000	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	74

CLÁUSULA V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1 - A licitante vencedora disporá do prazo de **05 (cinco) dias úteis** para entrega do produto licitado, contados da data da respectiva solicitação, sendo que, a entrega deverá ser agendada com servidor público municipal da

Secretaria requisitante, para que, assim, possa ser definido o local e horário de entrega do objeto licitado, conforme necessidade do município.

5.2 - Fica aqui estabelecido que os produtos serão recebidos:

- a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da quantidade e conformidade dos mesmos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da quantidade, qualidade e conformidade dos mesmos e a consequente aceitação.

5.3 - O contratado ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata.

5.4 - O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

5.5 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Compra, deverá realizar a entrega conforme estipulado nesta última.

5.6 - Todo e qualquer fornecimento fora do estabelecido neste Edital obriga a licitante vencedora a substituir o produto imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independentemente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie).

CLÁUSULA VI – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Sem prejuízo das demais obrigações previstas no Edital da Licitação nº 54/2019, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Cumprir todas as disposições constantes do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preços, e anexos;
- b) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste edital;
- c) Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos;
- d) Manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços as mesmas condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação, (inclusive o preço);
- e) Fornecer o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;
- f) Fornecer o objeto com boa qualidade e durabilidade, dentro dos padrões exigidos;
- g) Aceitar que sejam entregues os produtos de forma parcial, conforme necessidade do município;
- h) Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrente de paralisação ou interrupção do fornecimento do objeto, exceto quando isso ocorrer por exigência do MUNICÍPIO ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias estas devidamente comunicadas ao MUNICÍPIO no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;
- i) Substituir o produto defeituoso ou que esteja em desacordo com o descrito neste Edital, imediatamente após a notificação/comunicação, arcando única e exclusivamente com todos os custos e ônus (independente de sua natureza sem prejuízo da aplicação das medidas legais/contratuais aplicáveis à espécie);
- j) **Manter seus dados para contato (endereço físico, e-mail e telefones) atualizados perante o MUNICÍPIO;**
- k) **Firmar a Ata de Registro de Preços resultante desta licitação em até 03 (três) dias úteis após o recebimento da convocação para fazê-lo, sob pena de decair do direito de contratar com o Município.**

CLÁUSULA VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Compete a Contratante:

- a) Controlar a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como sua qualidade e conformidade;
- b) Atestar nas notas fiscais/faturas a afetiva entrega do objeto desta licitação, bem como a compatibilidade dos produtos, para fins de liquidação da despesa;
- c) Efetuar o pagamento à licitante contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, e sua regular liquidação;
- d) Notificar, por escrito, à licitante contratada das irregularidades constatadas, dando prazo para correção e/ou defesa, incluindo-se o alerta sobre a possibilidade de aplicação de sanções;
- e) Aplicar à empresa vencedora as penalidades previstas, quando for o caso.

CLÁUSULA VIII – DAS PENALIDADES

8.1 - O descumprimento, parcial ou total, de qualquer das cláusulas contidas na Ata de Registro de Preços sujeitará à CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

8.1.1 - A inexecução parcial ou total desta Ata poderá ensejar a suspensão do cadastro da CONTRATADA e/ou a imposição da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com o MUNICÍPIO, cumuladas em ambas as hipóteses, com multa de 0,5% (meio por cento) do valor total da Ata por dia de atraso na entrega do objeto ou cumprimento de obrigação contratual, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor total da Ata.

8.1.2 - O valor das multas será, obrigatoriamente, deduzido do pagamento do objeto entregue com atraso, ou de outros créditos, relativo ao mesmo Contrato, eventualmente existentes.

8.1.3 - As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

8.1.4 - Os pagamentos referentes a serviços que estejam sendo objeto de discussão em Processo Administrativo ficarão suspensos até a conclusão do mesmo.

CLÁUSULA IX – DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES DE PREÇOS

9.1 - Os preços informados pelo licitante vencedor em sua proposta serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços.

9.2 - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de fatos e de normas aplicáveis à espécie, nos termos do Art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, mas caso a Administração julgar conveniente, poderá optar por cancelar esta Ata de Registro de Preços e iniciar outro processo licitatório.

9.2.1 - No caso de iniciativa da empresa contratada, o requerimento de manutenção do equilíbrio econômico financeiro deverá ser protocolado junto ao Gabinete da Prefeita, devidamente fundamentado, acompanhado dos documentos fiscais ou equivalentes (da época da proposta e da data do pedido) e planilha de custos que comprovem o efetivo aumento no preço, condicionada à análise pela Administração.

9.3 - Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro, e definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores registrados serão convocados pelo Setor de Licitações para alteração, por aditamento, do preço da Ata. Caso seja frustrada a negociação para redução do preço, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

CLÁUSULA X – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1 - O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

10.1.1 - A pedido, quando:

- a) Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- b) O preço registrado se tornar comprovadamente inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

10.1.2 - Por iniciativa da Administração, quando:

- a) Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b) Perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- c) Por razões de interesse público, devidamente motivado e justificado;
- d) O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- e) Não comparecer para assinar o contrato ou se recusar a retirar no prazo estabelecido as Ordens de Serviço/Compra/Notas de Empenho decorrentes da Ata de Registro de Preço;
- f) Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço ou nos pedidos de serviços/obras dela decorrentes.

10.1.3 - Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo a Administração fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

CLÁUSULA XI – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação poderá ser cancelada de pleno direito pela Administração Municipal quando:

- a) Automaticamente por decurso do prazo de vigência e/ou quando não restarem fornecedores registrados;
- b) A detentora não cumprir as obrigações desta Ata, Edital e anexos;
- c) A detentora, injustificadamente, não retirar a Ordem de Compra no prazo estabelecido e/ou a Administração não aceitar sua justificativa;
- d) A detentora der causa ao cancelamento da Ata decorrente de Registro de Preços;
- e) Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata, no Edital e seus anexos;
- f) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- g) Por razões de interesse público, demonstradas e justificadas pela Administração.

11.2 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos acima será feita por mensagem eletrônica ou correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao registro de preços.

11.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado após 01(um) dia da publicação.

11.4 - A ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pelas detentoras quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços.

11.5 - A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

11.6 - Aplica-se à Ata de Registro de Preço no que couberem as disposições dos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/1993.

11.7 - Os casos de cancelamento da Ata de Registro de Preço serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Integram esta Ata o Edital de Pregão Presencial - Registro de Preços n.º 54/2019, seus anexos e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo que as obrigações, responsabilidades, prazos e demais condições contidas em uma e omitidas em outras são consideradas existentes e válidas para todos os fins.

12.2 - Fica eleito o foro da Comarca de Timbó/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

12.3 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterações e demais normas aplicáveis.

Doutor Pedrinho - SC, 04 de novembro de 2019.

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO
SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
PREFEITA MUNICIPAL

RONI ANDREAS MAEDA HASSLER
Assessor Jurídico
OAB/SC 52.912

EMPRESA CONTRATADA

Razão social: WR CONSTRUTORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI
CNPJ: 30.150.827/0001-42
Responsável legal: ANTONIO CLAUDIO TASCHECK
CPF: 816.819.179-04

CÂMARA MUNICIPAL**PAUTA DA 117ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2220571

PAUTA DA CENTÉSIMA DÉCIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC
- 11 DE NOVEMBRO DE 2019 -

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2019 – “Dispõe sobre a aprovação das contas anuais da Prefeita de Doutor Pedrinho, relativas ao exercício de 2017”;

- Apresentação de Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Discussão única;

- Primeira votação única simbólica;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2019.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GECIMARI CORDEIRO

Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 237, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220022

PORTARIA Nº 237, de 04 de novembro de 2019.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, BRÁIS JOÃO, Matrícula nº 1101, da função de Motorista II, admitido em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 218, de 16 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 04 de novembro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA

Secretário de Administração e Finanças Interino

PORTARIA Nº. 236, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220017

PORTARIA Nº. 236, de 01 de novembro de 2019.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora ELISÂNGELA MANARIM DE OLIVEIRA, Matrícula nº 175, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas de 01/11/2019 a 30/11/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de novembro de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

DONATO DELLA VECCHIA

Secretário de Administração e Finanças Interino

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2019

Publicação Nº 2220657

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2019

Objeto: selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para execução da obra de Drenagem da Rodovia Municipal, Trecho: Estrada Geral Morro do Ermo até Vista Alegre, com extensão de 4.816,30 metros lineares, conforme localização, condições e quantitativos constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e projeto básico contidas no ANEXO I do Edital.

Vencedor: ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Valor: R\$ 511.899,36

LÉLIS HELENA LEONARDO –

Presidente da Comissão de Licitações

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 006 /082 DE 07, DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219266

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 082/2019
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas para as Festividades Natalinas do Município de Erval Velho.

Contratado: MARINE ALVES DE LIMA 07381170990

Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Substrato Jurídico: Artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 007 / 083 DE 07, DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219269

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 083/2019
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Apresentações Artísticas Natalinas do Município de Erval Velho.

Contratado: TALAGAÇO PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

Valor do Contrato: R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais).

Substrato Jurídico: Artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE Nº 008 /084 DE 07, DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219552

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 084/2019
Edital de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2019

O Município de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Inexigibilidade Processada e Julgada em conformidade com Artigo 25, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de Serviços Profissionais de Advocacia.

Contratado: Dr. Marco Antônio Vasconcelos Alencar Junior

Valor do Contrato: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Substrato Jurídico: Artigo 25, III da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Walter Kleber Kucher Junior
Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

DECRETO Nº 80/2019

Publicação Nº 2220421

	DECRETO N.º 080/2019
	SUPLEMENTA VERBAS DO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal nº 0693/2018.

DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a importância de R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais) nas dotações orçamentárias seguintes:

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.241 – Assistência ao Idoso	
08.241.0015 – Novos Horizontes	
08.241.0015.1.012 – Reforma do Centro Municipal de Idosos	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	11.500,00
Fonte: 100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	11.500,00

07.00 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.01 – Fundo Municipal de Assistência Social	
08.243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	
08.243.0015 – Novos Horizontes	
08.243.0015.2.034 – Serviço de Convivência e Fortalec. de Vínculo-SCFV	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	17.000,00
Fonte: 100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTE	17.000,00

ART. 2º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Administração, a importância de R\$ 300,00 (trezentos reais) na dotação orçamentária seguinte:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.03 – Departamento de Turismo	
23.695 – Turismo	
23.695.0007 – Cidade do Ipê Amarelo	
23.695.0007.2.007 – Manut. das Atividades do Depto de Turismo	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	300,00
Fonte: 100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTES	300,00

ART. 3º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que tratam os artigos anteriores são provenientes de um provável excesso de arrecadação na fonte de recurso 100.

ART. 4º - Fica pelo presente Decreto suplementado na Secretaria Municipal de Administração, a importância de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) na dotação orçamentária seguintes:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.03 – Departamento de Turismo	
23.695 – Turismo	
23.695.0007 – Cidade do Ipê Amarelo	
23.695.0007.2.007 – Manut. das Atividades do Depto de Turismo	
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.500,00

Fonte: 100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTES	2.500,00

ART. 5º - O recurso para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo 4º é proveniente da anulação de dotação orçamentária do orçamento vigente, conforme a seguir:

03.00 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.03 – Departamento de Turismo	
23.695 – Turismo	
23.695.0007 – Cidade do Ipê Amarelo	
23.695.0007.2.007 – Manut. das Atividades do Depto de Turismo	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	2.500,00
Fonte: 100 – Recursos Ordinários	
TOTAL FONTES	2.500,00

ART. 6º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 07 dias do mês de novembro de 2019.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFFER
Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4826/2019

Publicação Nº 2219430

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL Nº 4826, DE 25 DE OUTUBRO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018 e em conformidade com a Lei Municipal N.º 745, de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil) reais para a seguinte dotação orçamentária:

07 - SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07-01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./AT.2.021 RUAS PRAÇAS E TERMINAL RODOVIÁRIO	
(192) 4.4.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 0100 – Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil) reais da Fonte de Recurso 0100.

Art. 3.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil) reais para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

07 - SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07-01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./AT.2.021 RUAS PRAÇAS E TERMINAL RODOVIÁRIO	
(192) 4.4.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00

Art. 4.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente da anulação, referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil) reais:

07 - SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07-01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./AT.2.021 RUAS PRAÇAS E TERMINAL RODOVIÁRIO	
(123) 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO	
02-01 GABINETE DO PREFEITO	
PROJ./AT.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
(1) 3.1.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações diretas	
Fonte de Recurso: 0100 – Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00
(3) 3.3.90.00.00.00.00.0100 – Aplicações diretas	
Fonte de Recurso: 0100 – Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 25 de Outubro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL



REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4831/2019

Publicação Nº 2219437

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4831, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO FINANCEIRA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 109.663,00 (cento e nove mil seiscentos e sessenta e três reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

ENTIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSA DO SUL	
05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(9) 3.3.90.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas	R\$ 64.663,00
(66) 3.1.90.00.00.00.00.3038 – Aplicações Diretas	R\$ 46.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente da anulação, referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

ENTIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORMOSA DO SUL	
05 - SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(64) 3.1.90.00.00.00.00.0302 – Receitas de Impostos	
Fonte de Recursos: 302	R\$ 23.000,00
(6) 3.1.90.00.00.00.00.0102 – Receitas de Impostos	
Fonte de Recursos: 102	R\$ 41.663,00
(54) 3.3.90.00.00.00.00.3038 – Transferência do Sist.	
Fonte de Recursos: 3038	R\$ 23.000,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4832/2019

Publicação Nº 2219439

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL Nº 4832, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018 e em conformidade com a Lei Municipal N.º 745, de 25 de outubro de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil) reais para a seguinte dotação orçamentária:

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02-01 GABINETE DO PREFEITO	
PROJ./AT.2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
(2) 3.3.50.00.00.00.00.0100 – Transf. A Inst. Privadas sem fins	
Fonte de Recurso: 0100 – Recursos Ordinários	RS 200.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de RS 200.000,00 (duzentos mil) reais da Fonte de Recurso 0100.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 04 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4834/2019

Publicação Nº 2219441

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4834, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal CRISLEI BRUNA BORSOI, ocupante do cargo de Fiscal de Vigilância Sanitária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a serem gozadas no período de 13/11/2019 à 12/12/2019, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4835/2019

Publicação Nº 2219444

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4835, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 71, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO de Formosa do Sul, os seguintes membros:

I- UM REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

a) Titular: Marinês Aparecida Bagio Moresco
Suplente: Chayane Prigolli Milan

II- DOIS REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL:

a) Titular: Cleusa Salete Lazarotto Pavão
Suplente: Neimar Consoli

b) Titular: Adenilce Lira Toldo
Suplente: Patrícia Martinello

III- UM REPRESENTANTE DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE EDUCAÇÃO INFANTIL:

a) Titular: Fátima Terezinha Bregalda Baggio
Suplente: Marilete Vial Conte

IV- UM REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO E PAIS E PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:

a) Titular: Cleusa Gris
Suplente: Claudiomar Cecchin

V – UM REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:

a) Titular: Arlete Comunello Pereira
Suplente: Daiane Tressoldi Scalcon

VI - UM REPRESENTANTE DA PASTORAL DA SAÚDE:

a) Titular: Diva Comunello
Suplente: Marivete Casagrande Milan

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Educação, nomeados por este Decreto, prestarão serviços relevantes sem ônus para o município.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revoga-se o Decreto Municipal N.º 4319, de 06 de novembro de 2017 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4836/2019

Publicação Nº 2220228

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4836, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS DE DIREITO A SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71 Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Complementar N.º 17, de 22 de dezembro de 2006 e Lei Complementar N.º 19, de 08 de março de 2007 e posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ELIETE VIDMAR, ocupante do cargo de Monitor Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social a serem gozadas no período de 18/11/2019 à 17/12/2019, relativas ao período aquisitivo de 07/12/2018 à 06/02/2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EDITAL N.º 004/2019 DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2219700

EDITAL N.º 004/2019
DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos que estará realizando na Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Antonio Cella ,173, Centro, Formosa do Sul – SC. AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal no seu art. 9º, § 4º e Lei Municipal N.º 248, de 24 de maio de 2001.

1 - DO OBJETO:

O presente Edital destina-se a convocação dos Vereadores do Município de Formosa do Sul e cidadãos formosenses, para participarem de Audiência Pública, com a finalidade de discutir e votar as ações prioritárias a serem incluídas na Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício 2020.

2 – DO DIA, HORÁRIO e LOCAL:

A Audiência Pública será realizada no dia 11 de novembro de 2019, com início às 17:30 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, sito a Rua Antonio Cella ,173, Centro, Formosa do Sul – SC.

3 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Maiores informações poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, da Prefeitura Municipal de Formosa do Sul, ou pelo telefone 49- 3343 0043.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 07 de novembro de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL Nº 10/2019 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Publicação Nº 2220137

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

EDITAL Nº 10/2019 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

O Sr. Rudimar Conte, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna de conhecimento público, por este Edital, a data e os horários de realização das Provas Teórico-Objetivas, que ocorrerão no município de Formosa do Sul/SC, no dia 15/12/2019, DOMINGO, nos turnos manhã e tarde.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:**1.1 NÍVEL SUPERIOR COMPLETO E NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO – turno manhã.****1.1.1 Tempos de Prova:**

- a) O candidato terá 03 (três) horas para a resolução da Prova Teórico-Objetiva e preenchimento da Grade de Respostas.
- b) Horário de apresentação dos candidatos: 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos.
- c) Horário de fechamento dos portões: 09 (nove) horas e 30 (trinta) minutos.
- d) Início das Provas: 09 (nove) horas e 40 (quarenta) minutos.

1.2 NÍVEL MÉDIO COMPLETO E NÍVEL TÉCNICO COMPLETO – turno tarde.**1.2.1 Tempos de Prova:**

- a) O candidato terá 03 (três) horas para a resolução da Prova Teórico-Objetiva e preenchimento da Grade de Respostas.
- b) Horário de apresentação dos candidatos: 14 (quatorze) horas.
- c) Horário de fechamento dos portões: 15 (quinze) horas.
- d) Início das Provas: 15 (quinze) horas e 10 (dez) minutos.

1.3 Todos os horários determinados por esse Edital seguirão conforme horário de Brasília/DF.**1.4 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 01 (uma) hora após o início.****1.5 O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova, portando o caderno de provas, após 02 (duas) horas do início.****1.6 O controle e o aviso do horário são de responsabilidade do fiscal de sala.****1.7 O candidato deverá consultar o seu local de prova, bem como o número da sala, pelo site www.fundatec.org.br através do link "Consulta da Data, Hora e Local da Prova Teórico-Objetiva".****2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:****2.1 As questões da Prova Teórico-Objetiva serão de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E).****2.2 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, munido obrigatoriamente de documento**

de identificação, caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta com ponta grossa.

2.3 Não será permitida a entrada, no prédio de realização das provas, do candidato que se apresentar após tocar o sinal indicativo de fechamento dos portões, que ocorrerá conforme horário divulgado no Edital de Data, Hora e Local da Realização das Provas. O candidato somente poderá ingressar na sala de aplicação das provas, após o primeiro sinal sonoro, se estiver acompanhado por Fiscal designado pela Coordenação Local do Concurso.

2.3.1 Em hipótese alguma haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado, tampouco será aplicada prova fora do local e horário designado por Edital.

2.3.2 O documento de identificação deverá estar em perfeitas condições de uso.

2.4 O ingresso na sala de provas será permitido somente aos candidatos homologados que apresentarem documento de identificação: Cédula ou Carteira de Identidade expedida por Secretarias de Segurança Pública; Forças Armadas, Polícia Civil e Polícia Federal, Identidade expedida pelo Ministério da Justiça; Identidade fornecida por Ordens ou Conselho de Classe; Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Carteira Nacional de Habilitação; Certificado de Dispensa de Incorporação; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira Funcional do Ministério Público.

2.4.1 Somente serão aceitos documentos de identidade em papel, inviolados e com foto que permita o reconhecimento do candidato.

2.4.2 Não serão aceitos como documentos de identificação: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, documentos de identidade em modelo eletrônico. Não será aceita cópia do documento de identificação, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

2.4.3 Para agilizar o processo de identificação, ao chegar na sala de prova, o candidato deverá ter em mãos o documento de identificação, seu celular deverá estar desligado, sua garrafa (transparente) sem rótulo e seus lanches em embalagem transparente.

2.5 Na entrada da sala, todos os candidatos serão submetidos ao sistema de inspeção pelo detector de metais, e após esse ato, não poderão manusear e consultar nenhum tipo de material.

2.5.1 O candidato que, por motivo justificado, não puder ser inspecionado por meio de equipamento detector de metal deverá ser submetido a Revista Física a exemplo dos casos implante ou prótese de metal. A revista deverá ser feita por um membro da equipe de Coordenação Local de mesmo sexo do candidato, com a presença de testemunha.

2.5.2 A Revista Física poderá ocorrer em qualquer candidato, mesmo após a passagem pelo detector de metais, como uma medida alternativa ou adicional de segurança, em casos que a Coordenação Local considere necessário, por ocasião de alguma suspeita.

2.6 Não será permitida a realização da prova aos candidatos não homologados.

2.6.1 No dia de realização da prova, não serão feitas avaliações de comprovantes de pagamentos de candidatos fora da Lista Definitiva de Inscritos, conforme previsto no Cronograma de Execução.

2.7 A FUNDATEC disponibilizará embalagem específica para que o candidato guarde os materiais e todo e qualquer pertence pessoal. A embalagem será fornecida pelo fiscal de sala, mas será de total responsabilidade do candidato a guarda de todos os materiais.

2.7.1 A FUNDATEC não poderá ficar responsável pela guarda de qualquer material do candidato.

2.7.2 A embalagem para guarda dos materiais, devidamente fechada, deverá assim ser mantida embaixo da carteira desde o ingresso à sala até o término da aplicação da prova e somente poderá ser aberta fora do ambiente de aplicação das provas.

2.8 Nas salas de prova e durante a realização do certame, não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de pertence pessoal, tais como: carteira, óculos escuro, protetor auricular, relógio (qualquer tipo), papel (qualquer tipo de impresso e anotações), cartão magnético de qualquer espécie, chave com controle eletrônico, isqueiro, cigarro, dentre outros; aparelhos eletrônicos em geral, tais como telefone celular, tablets, notebook, máquina fotográfica, calculadora, controles em geral, dentre outros; aparelhos de comunicação, receptores ou transmissor de dados, fones de ouvido, gravadores ou similares; armas brancas. O candidato que estiver portando qualquer desses objetos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público.

2.8.1 A equipe de aplicação das provas da FUNDATEC não poderá ficar responsável por atendimentos telefônicos de candidatos, ainda que sejam relativos a casos de enfermidades ou de sobreaviso (plantão).

2.8.2 O candidato, ao ingressar no local de realização das provas, deverá manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, ainda que os sinais de alarme estejam nos modos de vibração e silencioso. É aconselhável que os candidatos retirem as baterias dos celulares, garantindo que nenhum som seja emitido, inclusive do despertador caso esteja ativado.

2.8.3 Se identificado pela Coordenação Local que foram deixados materiais/equipamentos em lugares indevidos no local de prova, estes serão recolhidos e encaminhados imediatamente à sede da FUNDATEC para inspeção, não sendo liberados no dia de prova. Após análise, se não constatado qualquer irregularidade, o equipamento poderá ser retirado, nos dias e horários de atendimento da FUNDATEC, mediante comprovação de dono do objeto.

2.8.4 Candidatos com porte de arma devem dirigir-se diretamente à sala da Coordenação Local do Concurso.

2.9 É garantida a liberdade religiosa dos candidatos inscritos neste Concurso Público. Todavia, em razão dos procedimentos de segurança previstos neste Edital, previamente ao início da prova, aqueles que trajarem vestimentas que restrinjam a visualização das orelhas ou da parte superior da cabeça serão orientados a se dirigirem à sala da Coordenação Local do Concurso para procedimento de vistoria, com a devida reserva e respeito à intimidade do candidato, a fim de garantir a necessária segurança na aplicação das provas, sendo o fato registrado em ata.

2.9.1 No caso de objetos religiosos tais como: terços, burca e quipá, o candidato será encaminhado à Coordenação Local do Concurso para vistoria/inspeção.

2.10 É responsabilidade do candidato informar ao Fiscal de Sala o uso da prótese auditiva. O candidato que estiver utilizando o aparelho durante a realização da prova, sem autorização da Coordenação Local do Concurso, será eliminado do Concurso Público.

2.11 Não será permitido o uso de qualquer acessório de chapelaria, tais como: boné, chapéu, gorro, cachecol, manta e luvas ou qualquer outro acessório que lhe cubram a cabeça ou parte dela.

2.11.1 Orientamos a todos os candidatos que retirem qualquer tipo de adornos, tais como: pulseiras, brincos, anéis, etc. Os candidatos que tiverem cabelos compridos deverão, preferencialmente, prendê-los para a realização da prova.

2.11.2 A Coordenação Local, a qualquer momento, poderá inspecionar objetos que julgar necessário para o bom andamento do certame, tais como pulseiras, brincos, anéis, etc., assim como vistoriar a região das orelhas e da nuca dos candidatos por ocasião de alguma suspeita.

2.12 O candidato que necessitar fazer uso de medicamentos durante a aplicação da prova deverá comunicar ao Fiscal no momento da guarda dos pertences, para que os remédios sejam inspecionados e colocados sob a mesa do Fiscal de Sala.

2.13 A candidata que necessitar utilizar absorvente durante a realização da prova deverá comunicar ao Fiscal no momento da guarda dos pertences, para que o objeto seja inspecionado. Quanto ao procedimento de guarda do pertence, o fiscal orientará como fazê-lo.

2.14 Em cima da classe, o candidato deverá ter somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta, documento de identificação e lanche, se houver, armazenado em embalagem transparente. Garrafas devem ficar posicionadas ao lado da mesa, não sobre ela.

2.14.1 Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha ou corretivo.

2.14.2 Somente será permitida garrafa transparente e sem rótulo, bem como alimentos em embalagem/pote transparente.

2.14.3 Não será permitido qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, sucos, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas, etc.) que não esteja embalado em material transparente.

2.14.4 Os alimentos que não estiverem acondicionados em embalagens/materiais transparentes só poderão ser consumidos se o candidato retirá-los das embalagens originais e colocá-los sobre a mesa. Não será oferecido, pela FUNDATEC, qualquer material para armazenamento desses alimentos.

2.15 Preferencialmente, os fiscais de sala distribuirão as Grades de Respostas em cima das classes/carteiras para organização da sala, determinando a localização de cada candidato de acordo com o código de carteira informado na lista de presença.

2.16 É responsabilidade do candidato a conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identificação e o cargo de sua opção, impressos na Grade de Respostas.

2.16.1 Os eventuais erros de digitação verificados na Lista de Presença, ou erros observados nos documentos impressos, entregues ao candidato no dia da realização das provas, quanto a nome, número de documento de identificação e data de nascimento, deverão ser corrigidos através do envio da cópia do documento de identificação pelo link "Alteração de Dados Cadastrais", disponível no site da FUNDATEC www.fundatec.org.br.

2.16.2 Não serão realizadas correções de dados cadastrais dos candidatos no dia de prova.

2.17 O candidato receberá o caderno de provas com o número de questões determinado no Edital de Abertura. Detectada qualquer divergência, é responsabilidade do candidato comunicar o fiscal e solicitar um novo caderno de provas.

2.17.1 Distribuídos os Cadernos de Questões aos candidatos e, na hipótese de se verificarem falhas de impressão, o Coordenador do local diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de Questões defeituosos;

b) em não havendo número suficiente de Cadernos para a devida substituição, procederá à leitura dos itens os quais ocorreram falhas, usando, para tanto, um Caderno de Questões completo.

2.18 Nos casos de eventual falta de prova/material personalizado de aplicação de provas, em razão de falha de impressão ou de equívoco na distribuição de prova/material, a FUNDATEC tem a prerrogativa de entregar ao candidato prova/material reserva não personalizado eletronicamente, o que será registrado em atas de sala e de Coordenação Local do Concurso.

2.19 Constatado que o candidato esteja portando consigo algum dos objetos não permitidos, não caberá à equipe de aplicação qualquer avaliação detalhada do objeto, sendo lavrada sua imediata eliminação.

2.20 O candidato será eliminado do concurso, durante a realização das provas, caso o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico entre em funcionamento, mesmo sem a sua interferência direta.

2.21 Conforme itens constantes neste Edital, o candidato flagrado, durante a aplicação, com qualquer objeto não permitido será impossibilitado de continuar a realizar a prova.

2.22 Será excluído do Concurso Público o candidato que:

a) apresentar-se para fazer a prova em local diferente daquele constante na convocação oficial;

b) manusear e consultar nenhum tipo de material após a inspeção pelo detector de metais da entrada da sala;

c) ausentar-se da sala de realização de provas levando Folha de Respostas, Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos;

d) ausentar-se da sala de realização de provas sem o acompanhamento do Fiscal antes de ter concluído a prova e entregue a Grade de Respostas;

e) ausentar-se do local de realização de provas antes de decorrido o tempo permitido;

f) descumprir as instruções contidas no Caderno de Provas e na Grade de Respostas;

g) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o autorizado no dia da aplicação das provas (ex. na palma das mãos);

h) for surpreendido com materiais com conteúdo de prova;

i) for surpreendido, em ato flagrante, durante a realização da prova, comunicando-se com outro candidato, bem como utilizando-se de consultas não permitidas, de celular ou de outro equipamento de qualquer natureza;

j) fumar no ambiente de realização das provas;

k) manter em seu poder e/ou usar os itens/acessórios citados no subitem 2.8;

l) não devolver integralmente o material recebido;

m) não desligar o telefone celular ou qualquer outro equipamento eletrônico e deixá-lo tocar, ainda que embalado;

n) permitir que seus materiais/equipamentos (tais como: relógio, celular, etc.) emitam qualquer sinal sonoro, ainda que embalados;

o) não permitir a coleta de sua assinatura e/ou se recusar a realizar qualquer procedimento que tenha por objetivo comprovar a autenticidade de identidade e/ou de dados;

p) não permitir ser submetido ao detector de metais;

q) recusar-se a entregar, ou continuar a preencher, o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

r) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia com qualquer dos examinadores, executores, fiscais ou autoridades presentes;

s) utilizar-se de quaisquer recursos ilícitos ou fraudulentos, em qualquer etapa da realização do certame;

t) estiver portando arma sem a devida autorização;

u) que tenham deixado crianças desacompanhadas, conforme subitem 2.32.2.

2.23 O candidato excluído não constará na lista de divulgação de notas.

2.24 Para a segurança e a garantia da lisura do certame, a FUNDATEC poderá proceder com a coleta da impressão digital, bem como utilizar detector de metais nos candidatos, a qualquer momento que a equipe responsável pela aplicação achar necessário.

2.25 No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou aos critérios de avaliação/classificação.

2.26 Em nenhum momento, durante a realização da prova, serão fornecidos documentos ou cópia de documentos referentes ao processo de aplicação de prova para o candidato.

2.27 Ao término da prova, o candidato entregará ao Fiscal de Sala a Grade de Respostas devidamente preenchida. A não entrega da Grade

de Respostas implicará na eliminação do candidato do certame.

2.28 O candidato deverá assinalar suas respostas na Grade de Respostas com caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta azul ou preta. O preenchimento da Grade de Respostas é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de acordo com as instruções específicas contidas neste Edital, tanto na prova quanto na Grade de Respostas.

2.29 Tendo em vista o processo eletrônico de correção, não será utilizado processo de desidentificação de provas.

2.30 Em hipótese alguma haverá substituição da Grade de Respostas por erro ou desatenção do candidato.

2.30.1 Não serão computadas as questões não assinaladas na Grade de Respostas, nem as questões que contiverem mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

2.30.2 É vedado ao candidato amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a sua Grade de Respostas.

2.31 A fim de garantir a lisura dos procedimentos de aplicação do Concurso Público, os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão retirar-se do recinto de prova simultaneamente e assinar a Ata de Prova, atestando a conferência de todos os materiais e a idoneidade da fiscalização. O processo de fechamento do pacote de Grades de Respostas da sala, etapa de responsabilidade da Coordenação Local do Concurso, poderá ser acompanhado por esses candidatos.

2.32 Não será permitida a permanência de pessoas não inscritas no Concurso Público, mesmo que sejam acompanhantes do candidato, nas dependências do local onde for aplicada a prova.

2.32.1 A FUNDATEC não se responsabilizará em disponibilizar locais e estrutura para abrigar acompanhantes.

2.32.2 Constatado que, durante a realização das provas, há crianças (conforme estabelecido no art.2º do Estatuto da Criança e do Adolescente) desacompanhadas nos arredores dos locais de aplicação, de responsabilidade de candidatos, estes serão eliminados.

2.33 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão de afastamento do candidato da sala de provas.

2.34 A condição de saúde do candidato no dia da aplicação da prova não será de responsabilidade da FUNDATEC. Ocorrendo alguma situação de emergência, o candidato será encaminhado para atendimento médico ou ao médico de sua confiança. A Equipe de Coordenação Local do Concurso, responsável pela aplicação das provas, dará todo apoio que for necessário. Caso exista a necessidade do candidato se ausentar para atendimento médico ou hospitalar, ele não poderá retornar ao local de sua prova, sendo eliminado do Concurso Público.

2.35 A FUNDATEC e Prefeitura Municipal de Formosa do Sul/SC não se responsabilizam por perdas, extravios ou danos que ocorrerem durante o processo de aplicação das provas.

2.35.1 Os pertences pessoais deixados pelos candidatos nos locais de prova de Porto Alegre/RS, se encontrados pela Coordenação Local, serão guardados por até 30 (trinta) dias após a realização das provas. Findado esse tempo, os documentos serão destruídos, e os pertences serão doados para alguma Instituição Beneficente a critério da FUNDATEC.

2.35.2 Documentos de identificação oficiais deixados pelos candidatos e encontrados pela Coordenação Local, à exceção de Porto Alegre/RS, serão deixados no próprio local de aplicação. A FUNDATEC não se responsabiliza por outros pertences pessoais deixados nos locais de prova.

2.36 Para qualquer irregularidade detectada ou situação inconveniente durante a realização da prova, o candidato poderá solicitar que o Coordenador Local do Concurso seja chamado para avaliação e resposta imediata, bem como registrar em Ata de Prova, quando necessário. Qualquer manifestação posterior à aplicação da prova não poderá ser considerada motivo para impugnação do processo ou pedido de ressarcimento de despesas.

2.37 O Atestado de Comparecimento será fornecido ao candidato que realizar a prova, mediante solicitação ao final de cada turno de aplicação, na sala da Coordenação Local do Concurso, sendo confeccionado de acordo com o turno correspondente ao de realização da prova.

2.37.1 Caso o candidato não solicite o comprovante ao término da prova, poderá solicitar por e-mail pelo endereço concursos@fundatec.org.br.

2.37.1.1 Tendo em vista o procedimento interno de abertura de lacres dos malotes contendo as listas de presença, os comprovantes de comparecimento referentes aos pedidos de atestados somente poderão ser encaminhados após 15 (quinze) dias da aplicação das provas.

2.37.1.2 Somente serão atendidos os pedidos realizados até 30 (trinta) dias após a aplicação das provas.

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº73/2019

Publicação Nº 2220054

EXTRATO CONTRATUAL Nº 73/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL COM FOCO NA SUPERAÇÃO DE INCONFORMIDADES DE OBRAS POR MEIO DO SIMEC - MODULO PAR.

CONTRATADO: DALMUT - PALESTRAS & DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EIRELI

VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

Vigência: Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação: Processo Administrativo Nº.: 79/2019

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2019

Formosa Do Sul, 7 de Novembro de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº79/2019

Publicação Nº 2220051

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº.: 79/2019

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 28/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM INFRAESTRUTURA EDUCACIONAL COM FOCO NA SUPERAÇÃO DE INCONFORMIDADES DE OBRAS POR MEIO DO SIMEC - MÓDULO PAR.

CONTRATADO: DALMUT - PALESTRAS & DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL EIRELI

VALOR: R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais)

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24. É DISPENSÁVEL A LICITAÇÃO:

II - PARA OUTROS SERVIÇOS E COMPRAS DE VALOR ATÉ 10% (DEZ POR CENTO) DO LIMITE PREVISTO NA ALÍNEA "A", DO INCISO II DO ARTIGO ANTERIOR E PARA ALIENAÇÕES, NOS CASOS PREVISTOS NESTA LEI, DESDE QUE NÃO SE REFIRAM A PARCELAS DE UM MESMO SERVIÇO, COMPRA OU ALIENAÇÃO DE MAIOR VULTO QUE POSSA SER REALIZADA DE UMA SÓ VEZ;

FORMOSA DO SUL, 7 de Novembro de 2019

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO EDITAL Nº 10/2019 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Publicação Nº 2220147

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019

EXTRATO DO EDITAL Nº 10/2019 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

O Sr. Rudimar Conte, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna de conhecimento público, por este Extrato, a data de realização das Provas Teórico-Objetivas, que ocorrerão no município de Formosa do Sul/SC, no dia 15/12/2019, DOMINGO, nos turnos manhã e tarde.

Os horários de realização das provas estão informados, na íntegra, no Edital Nº 10/2019, disponibilizado no site da FUNDATEC, www.fundatec.org.br.

O candidato deverá consultar seu local de prova, bem como o número da sala, pelo site www.fundatec.org.br, através do link "Consulta da Data, Hora e Local da Prova Teórico-Objetiva".

Formosa do Sul, 08 de novembro de 2019.

Rudimar Conte

Prefeito Municipal

Forquilha

PREFEITURA

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 155/PMF/2019

Publicação Nº 2219619

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 155/PMF/2019

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 155/PMF/2019, QUE TEM COMO OBJETIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RODOVIA MUNICIPAL LEONARDO LOCH, BAIRRO SANTA TEREZINHA, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 868287/2019, OPERAÇÃO 1054243-52/2018 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL).

Às oito horas do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 155/PMF/2019. Aberto os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Protocolo desta Prefeitura. Determinada a abertura do envelope n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação juntamente com o Engenheiro Civil o Sr. Luiz Renato Steiner e certificou-se que a empresa apresentou a documentação em conformidade com o disposto do edital. Portanto a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A foi habilitada para a próxima fase – da Proposta de Preços (envelope 02). A empresa participante renunciou o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta Comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço proposto pela empresa licitante foi: R\$ 277.170,60 (duzentos e setenta e sete mil cento e setenta reais e sessenta centavos). Isto posto, a comissão de licitação conferiu detalhadamente a proposta e certificou-se que está de acordo com as exigências do edital, sendo então, a menor proposta válida para este processo licitatório. Assim, decide esta comissão, por unanimidade, declarar vencedora do certame a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A. Fica estabelecido o prazo recursal de cinco dias úteis para interposição de recursos, ou renúncia expressa do mesmo. A presente Ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem. Forquilha/SC, 07 de novembro de 2019.

VALDECIR TISCOSKI HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

VALERIA DE BONA TISCOSKI LUIZ RENATO STEINER
Membro da Comissão Engenheiro Civil

DECRETO Nº 166, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219590

DECRETO Nº 166, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE O MUNICÍPIO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 2.370, de 10 de junho de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas entre o Município e as organizações da sociedade civil, integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 31 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 31 de outubro de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração

REGIMENTO INTERNO
COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS
MROSC – LEI 13.019/2014

CAPITULO I
DO OBJETO

Art. 1º Este regimento interno regula o funcionamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias entre o Município de Forquilha e as Organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei 13.019/2014 e suas alterações, Decreto Municipal 199/2017 e Lei Municipal 2.370/2019.

Art. 2º As ações de monitoramento e avaliação têm caráter preventivo e saneador e visam apoiar a boa e regular gestão das parcerias para aprimoramento dos procedimentos, padronizações de objetos, custos e indicadores, unificação de entendimentos, priorização do controle de resultados e avaliações e homologação do relatório técnico de monitoramento e avaliação.

CAPITULO II
DA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 3º A Comissão de Monitoramento e Avaliação das parcerias celebradas entre o município e as organizações da sociedade civil da Prefeitura Municipal de Forquilha, é organizada na forma de órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento.

Art. 4º A comissão será instituída por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de até sete servidores, sendo que pelo menos cinquenta por cento mais um deve ser servidor ocupante de cargo efetivo do quadro de pessoal da administração pública.
§ 1º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 2º Configurado o impedimento previsto no § 1º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

CAPITULO III
DAS COMPETÊNCIAS

Art. 5º Compete à Comissão de Monitoramento e Avaliação monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, devendo:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

- a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
- b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
- c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
- d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelas organizações da sociedade civil na prestação de contas;
- e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas por esta Comissão;
- f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;
- g) a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais;

Art. 6º A comissão de monitoramento e avaliação poderá realizar visita técnica in loco para subsidiar o relatório técnico a ser emitido.

Art. 7º A comissão poderá convidar pessoas ou representantes das entidades para comparecer às reuniões e compartilhar informações, conhecimentos, sanar dúvidas desde que aprovadas pela maioria dos seus membros.

Art. 8º Para subsidiar os trabalhos a comissão poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro da comissão.

Art. 9º Ao iniciar as atividades após sua nomeação via Decreto, os membros da comissão deverão eleger entre si, um presidente e um secretário.

Art. 10 Compete ao Presidente da Comissão:

- a) convocar as reuniões da Comissão;
- b) verificar junto à Unidade Gestora das Parcerias as pautas para as reuniões;
- c) representar a Comissão sempre que solicitado;
- d) delegar competências aos demais membros;
- e) desempenhar demais atividades correlatas.

Art. 11 Compete à Secretaria da Comissão:

- a) coordenar e subsidiar os trabalhos da comissão;
- b) realizar os registros dos relatórios e mantê-los em sua posse até o término da vigência do Decreto;
- c) emitir correspondências oficiais em nome da comissão;
- d) realizar agendamentos e contatos telefônicos em nome da comissão sempre que necessário.

e) executar, em parceria com os demais membros, as atribuições que lhe são conferidas;

Art. 12 Compete a todos os membros da comissão:

- a) zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições da comissão;
 - b) apreciar e deliberar sobre matérias submetidas à comissão;
 - c) apresentar proposições sobre assuntos de interesse da Comissão;
 - d) participar das reuniões ordinárias e extraordinárias, sendo automaticamente desligado da comissão, o membro que se ausentar, sem justificada razão, por duas ou mais vezes consecutivas ou em quatro reuniões intercaladas, no período de um ano civil;
- § 1º A Comissão poderá sugerir, para superior deliberação, o desligamento de membro que não demonstre compromisso e comprometimento com as ações e deliberações, bem como, nas reuniões, por decisão da maioria simples dos membros da Comissão, mediante relatório.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 13 A comissão reunir-se-á, ordinariamente 02 (duas) vezes ao mês, sempre convocado pela Unidade Gestora das Parcerias Municipais.

Art. 14 As reuniões da comissão serão coordenadas pela Secretaria da Comissão.

Art. 15 As reuniões extraordinárias serão convocadas com a antecedência mínima de 02 dias, sendo a respectiva pauta distribuída aos membros juntamente com a convocação.

Art. 16 Os representantes da comissão poderão solicitar a inclusão na pauta, por escrito e com antecedência de 5 dias corridos da instalação dos trabalhos, ou após a instalação dos trabalhos, mediante deliberação de seus membros.

Art. 17 As reuniões da comissão serão instaladas com o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

Art. 18 No caso da impossibilidade de comparecimento de algum dos membros da comissão, deverá ser apresentada justificativa à Secretaria Executiva da Comissão.

§ 1º A Comissão e Unidade Gestora poderão sugerir, para superior deliberação, o desligamento de membro que não demonstre compromisso e comprometimento com as ações e deliberações, bem como, nas reuniões, por decisão da maioria simples dos membros da Comissão, mediante relatório.

§ 2º No caso de impedimento de participação nas reuniões superior a 03 (três) meses, poderá ser sugerido, para superior deliberação, o nome de substituto enquanto permanecer o impedimento do membro.

Art. 19 As deliberações somente poderão ser tomadas por maioria de votos dos membros presentes, cabendo ao presidente o voto de qualidade em caso de empate.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 A Unidade Gestora das Parcerias entre o Município de Forquilha e as OSCs, providenciará o suporte necessário ao funcionamento da Comissão de monitoramento e Avaliação e à implementação de suas decisões.

Art. 21 As alterações a este Regimento Interno serão decididas por deliberação da maioria qualificada de 2/3 (dois terços) dos membros da comissão, desde que não extrapole os preceitos legais.

Art. 22 É de responsabilidade da Unidade Gestora das Parcerias fornecer os documentos, informações e dados necessários às atividades de Monitoramento e Avaliação.

Art. 23 Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação juntamente com a Unidade Gestora das Parcerias Municipais.

Art. 24 A comissão de monitoramento e avaliação terá vigência a contar da publicação da nomeação dos membros até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado às parcerias celebradas no exercício vigente, momento este em que a presente nomeação será automaticamente revogada, independente de novo ato.

Art. 25 O presente regimento entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha, 31 de outubro de 2019.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 163/PMF/2019

Publicação Nº 2219429

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 163/PMF/2019

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC torna público que estará procedendo o chamamento para credenciamento e habilitação de interessados para prestação de serviço de proteção social especial de alta complexidade na modalidade de serviço de acolhimento institucional para idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, de ambos os sexos, com atendimento em instituição de longa permanência para idosos em situação de vulnerabilidade social – ILPI, para um compromisso de atendimento de até 04 (quatro) usuários acamados e não acamados, disponibilizando estrutura física e recursos humanos conforme exige a legislação e edital de chamamento.

Os interessados deverão credenciar-se junto a Comissão de Licitação da Prefeitura de Forquilha sítio a Avenida 25 de Julho, 3.400, Centro, Forquilha/SC, a partir de 08/11/2019 a 30/11/2020.

Edital completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3.400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou pelos telefones (48) 3463 8121 ou 3463 8122.

Forquilha/SC, 07 de novembro de 2019.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 72/2019

Publicação Nº 2220586

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 72/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 52/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – MSGEO ENG. E GEOLOGIA LTDA ME

DO OBJETO – que o objeto do contrato 052/PMF/2019 é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços na elaboração de projetos complementares para a construção do centro comunitário do bairro Vila Lourdes, compreendendo Projeto Elétrico e Preventivo Contra Incêndio, no Município de Forquilha/SC.

DO PRAZO – Fica acrescido 60 (sessenta) dias no prazo de prestação de serviços objeto do Contrato nº. 052/PMF/2019 passando de 06/10/2019 para 05/12/2019 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 04/03/2020.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 04 de outubro de 2019.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

28 - PAL 0137 - 2012 - JOSÉ ALVADIR SANTANA PALHANO

Publicação Nº 2220502

DECISÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0137/2012 – PMF
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 0003/2012 - PMF

OBJETO: 1.1 – O presente contrato tem por objeto a concessão de ponto de estacionamento e transporte de passageiro a carro de aluguel localizado no Bairro São Miguel, nesta cidade de Fraiburgo-SC.

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA o Sr.º JOSÉ ALVADIR SANTANA PALHANO, brasileiro, autônomo, portador da Carteira de Identidade nº 1.687.743-8 e do CPF nº 423.266.309-63, residente e domiciliado na Rua Walter Schaly nº 651 n Bairro São Sebastião, nesta cidade de Fraiburgo/SC, a tomar ciência acerca do dispositivo da Decisão...” Sendo assim, DECIDE-SE pela rescisão do contrato administrativo CT12PMF164, celebrado com o Sr.º JOSÉ ALVADIR SANTANA PALHANO, nos termos do art. 78, inc. XII c/c art. 79, inc. II da lei nº 8.666/93, em razão de não gerar prejuízo ao erário.”. O inteiro teor da Decisão foi encaminhado via correspondência eletrônica para o e-mail e via postal para os endereços citados no presente Instrumento. Será franqueada vista dos autos caso entenda necessário.

Fraiburgo(SC), 07 de novembro de 2019.

Felipe Krieger
Fiscal de Contratos

AVISO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 0011-2019 DOM

Publicação Nº 2220071

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 0011/2019 – PMF
Processo Administrativo Licitatório nº 0187/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

OBJETO: Contratação de empresa do ramo para execução de reforma e ampliação do C.E.I Santo Antônio, localizado na Rua Presidente Hermes da Fonseca, s/n, Bairro Santo Antônio. Lote 6-7-8, quadra 123, conforme projetos, memorial descritivo e quantitativos (ANEXOS ao PAL) e parte dele integrante. Modalidade: Tomada de Preços; Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário; Julgamento: Menor Preço GLOBAL RECURSOS: Próprios. Entrega e Protocolo dos Envelopes: Até às 14:00 horas do dia 26.11.2019 no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: Junto ao Setor de Compras, até as 14:15 horas do mesmo dia. Abertura: As 14:15 horas do mesmo dia. O Edital poderá ser retirado na Prefeitura Municipal de Fraiburgo na Av. Rio das Antas, nº 185 ao custo de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mediante comprovante de pagamento através do DAM (Documento de Arrecadação Municipal) ou pelo site: www.fraiburgo.sc.gov.br sem ônus.

Fraiburgo(SC), 07 de novembro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0046_2019-PMF

Publicação Nº 2220267

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0046/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0185/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços especializados no desenvolvimento de trabalhos de regularização fundiária urbana – REURB ESPECIAL e/ou REURB-S (REURB SOCIAL) de aproximadamente 1.400 lotes nos Bairros Faxinal dos Carvalhos, X de Novembro e São Cristóvão e demais áreas de interesse, conforme Edital de Chamada Pública 0004A/2019 – PMF – Processo Administrativo nº 3218/2019. Contratada: ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA - ADEHASC, inscrita no CNPJ sob nº 78.486.875/0001-32. Vigência: outubro de 2019 a setembro de 2020. Fundamento legal: Lei 8.666/93 e alterações. Fraiburgo(SC), 06 de novembro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0047_2019-PMF

Publicação Nº 2220261

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0047/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0186/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de empresa de prestação de serviços especializados no desenvolvimento de trabalhos de regularização fundiária urbana – REURB ESPECIAL e/ou REURB-S (REURB SOCIAL) de aproximadamente 1.400 lotes nos Bairros Faxinal dos Carvalhos, X de Novembro e São Cristóvão e demais áreas de interesse, conforme Edital de Chamada Pública 0004A/2019 – PMF – Processo Administrativo nº 3218/2019. Contratada: PLANA – SERVIÇOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 07.756.659/0001-11. Vigência: outubro de 2019 a setembro de 2020. Fundamento legal: Lei 8.666/93 e alterações.

Fraiburgo(SC), 06 de novembro de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007_2019 RP 0006- FME

Publicação Nº 2219846

Aviso do Pregão Presencial nº 0007/2019 – FME
Registro de Preços nº 0006/2019
Processo Administrativo Licitatório nº 0008/2019
EXCLUSIVO PARA ME/EPP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de empresa do ramo para prestação de serviços de transporte de passageiros. Os veículos devem estar equipados com todos os componentes de segurança obrigatório e contra terceiros, impostos atualizados, documentação regular e atender a todas as demais normas vigentes, que possam garantir conforto e segurança aos usuários. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 21.11.2019, deverão ser entregues junto ao setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Abertura: às 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2019.

Jean Carlos de Andrade - Superintendente

EDITAL DE CM Nº 001-2019 - RUA DAS ROSAS - DETERMINAÇÃO VALOR INICIAL

Publicação Nº 2219847

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2019

Determina valor dos imóveis localizados na área de abrangência impactada pela obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município.

O Município de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina, nos termos do Art. 362 e seguintes da Lei Complementar Municipal 053/2003 (CTM), publica o presente edital, elaborado de acordo com a ata da Comissão Mista de Avaliação nomeada pelo Decreto Municipal nº 016, de 15 de janeiro de 2019, da obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município, que servirá de base para apuração da valorização dos imóveis após a conclusão da obra.

Art. 1º Serve o presente edital para dar conhecimento aos proprietários de imóveis dentro da área de abrangência impactada pela obra de pavimentação da Rua das Rosas no bairro Jardim das Hortênsias neste município, determinada pela Lei Municipal nº 254 de 04 de setembro de 2019, do valor atribuído a seus imóveis, através da avaliação elaborada pela Comissão Mista de Avaliação designada para este fim, que segue como Anexo I deste edital.

Art. 2º A descrição dos imóveis, bem como Cadastros Imobiliários, Inscrições Imobiliárias e seus valores, fazem parte do Anexo I do presente edital.

Art. 3º Os valores apresentados levam em consideração os valores médios negociados na região. A presente avaliação considera a situação do imóvel anterior ao início da obra.

Art. 4º Impugnações ao presente edital deverão ser efetuadas no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste edital, cujo procedimento obedecerá as disposições do Processo Contencioso Fiscal previsto nos art. 609 e seguintes do Código Tributário Municipal.

Art. 5º O presente edital é elaborado nos termos da Lei Complementar Municipal nº 053/2003, que instituiu a cobrança da Contribuição de Melhoria em face da valorização imobiliária decorrente de obra pública.

Fraiburgo (SC), 07 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

EXTRATO_DOM_07.11.2019 11211

Publicação Nº 2220024

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA19PMF124 - Contrato Nº: CT19PMF163 - Ata N.º: Art. 1º ☐ As partes acima epigrafadas, ajustam a inclusão do item 6.2 à cláusula sexta do contrato CT19PMF163, conforme documentos apresentados.

Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA

Vigência : Início: 01/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Inexigibilidade de licitação Nº.: 18/2019

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO, PARA DESPESA COM PASSAGENS REFERENTE A VIAGENS IDA E VOLTA COM ÔNIBUS COLETIVO, ATÉ O MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS/SC, ONDE A SERVIDORA MARCIANE AP.HUNING, CARGO: ASSESSOR DE SETOR, PARTICIPARÁ EM ALGUMAS OCASIÕES DE CURSOS RELATIVO A NOTAS FISCAIS DE PRODUTOR.

Fraiburgo, 7 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS - PREFEITA MUNICIPAL

PORTARIA 21312019

Publicação Nº 2220029

PORTARIA Nº 2131, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a comunicação interna nº 01924 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora DEBORA LUIZA FELICETI DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 036.181.499-21, nomeada no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 2, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de novembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 21322019

Publicação Nº 2220034

PORTARIA Nº 2132, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 109 e 111, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna nº 01925/2019 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear DEBORA LUIZA FELICETI DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 036.181.499-21, no cargo de provimento em comissão de ASSESSOR DE DIREÇÃO ESCOLAR 3, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 08 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de novembro de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 096/2019 SUSPENSO

Publicação Nº 2219763

PROCESSO LICITATÓRIO nº 096/2019
PREGÃO PRESENCIAL nº 041/2019
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, AR CONDICIONADOS, ENTRE OUTROS ITENS PARA DIVERSAS SECRETARIAS.

A pregoeira Sandra Maria Turmina, em respeito ao princípios gerais de direito público, as prescrições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, procede a suspensão do processo citado na modalidade de Pregão Presencial SRP nº 041/2019, conforme Edital Publicado, item 22.5 No interesse da Administração Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/1993.

Desta forma, fica suspenso a sessão pública do certame designada para o dia 11/11/2019, por 4 dias uteis. Até que seja novamente avaliado o ANEXO I DO EDITAL DE ABERTURA, sendo que em outro momento a Administração Pública providenciará nova licitação.

Galvão, 07 de novembro de 2019.
SANDRA MARIA TURMINA
PRESIDENTE DA LICITAÇÃO

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PE068/2019

Publicação Nº 2219674

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2019
PROCESSO Nº 021/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de Registro de Preço, para aquisição de órteses simples ou pré-fabricadas e meios auxiliares de locomoção para uso da Secretaria de Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 21/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 21/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 07 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE089/2019

Publicação Nº 2220434

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2019
PROCESSO Nº 118/2019

LICITAÇÃO COM LOTES PARA AMPLA CONCORRÊNCIA E LOTES EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP – Atendimento ao inciso I do Artigo 48 da LC147/2014

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de água e gás, para atender as secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 21/11/2019. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 21/11/2019, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 07 de novembro de 2019.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

EDITAL Nº. 002/2019 DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Publicação Nº 2220569

O MUNICÍPIO DE GAROPABA – SC torna público que realizará PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1.988 e do Art. 207 da Lei Complementar Municipal nº 1.000/2005.

DAS REGRAS GERAIS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

1. Este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será realizado de acordo com a legislação específica relacionada à matéria, com as disciplinas constantes neste Edital e será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO A EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL – FAEPESUL.
2. Todas as etapas deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão realizadas no Município de Garopaba/SC ou, dependendo do quantitativo de inscritos em outras localidades, a critério exclusivo, da entidade organizadora do certame, obedecendo ao cronograma constante no Anexo I, do presente edital.

3. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constará de Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos conforme tabela descritiva no Anexo II deste Edital.

4. Será disponibilizado 01 (um) Posto de Atendimento para atender aos candidatos nas etapas descritas no Anexo II, no seguinte endereço:

3.1 Endereço: Rua 30 de Dezembro esquina com a Rua Lauro Severiano Muller, 303, Sala 07 (Secretaria de Educação), Centro, Garopaba – SC – CEP: 88.495-000.

3.2 Telefone: (48) 3254-8184;

3.3 Horário: 08h00min às 12h00min, em dias úteis.

5. Os cargos, carga horária, vencimentos e requisitos de escolaridade estão definidos no Anexo III deste Edital.

6. As inscrições ocorrerão conforme cronograma constante no Anexo I e deverão obedecer às regras constantes no Anexo IV.

6.1 As PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PcD) deverão observar as orientações constantes no Anexo V.

6.2 Os candidatos que necessitarem de atendimento especial para a realização das Avaliações deverão seguir as orientações constantes no Anexo V deste Edital.

7. A divulgação Oficial de todas as etapas referentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO se dará através de avisos publicados nos locais abaixo, mantendo-se acessíveis por até 90 (noventa) dias após a homologação do certame.

7.1 No site de internet do Município de Garopaba/SC: (<http://www.garopaba.sc.gov.br/>);

7.2 No site de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos);

8. É de exclusiva responsabilidade do candidato, o acompanhamento integral das etapas deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, por meio dos órgãos de divulgação Oficial citados neste Edital.

9. Os horários e cronograma aqui estabelecidos poderão sofrer alterações em razão de melhor atendimento aos objetivos do presente certame, sendo que essas alterações serão publicadas pelos meios de divulgação Oficial mencionados no Item 7 deste Edital.

9.1 Qualquer alteração em cronograma das fases desse certame não enseja qualquer direito a cancelamento de inscrição e tão pouco a devolução dos valores pagos a título de taxa de inscrição, salvo se houver decisão em sentido contrário estabelecida pela FAEPESUL.

10. A interposição de recursos administrativos deverá obedecer às orientações e requisitos constantes no Anexo IX.

11. Os Candidatos aprovados nas avaliações deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão convocados para ocupar os cargos, em funções das vagas por ventura existentes ou de acordo com a necessidade do Município de Garopaba/SC, dentro do prazo de validade do certame.

12. A aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO não implica a admissão imediata do candidato. Todavia, o processo admissional do candidato deverá obedecer, rigorosamente, à ordem de classificação dos aprovados, sendo que serão chamados à medida que a necessidade funcional assim o permitir, obedecendo aos critérios do Município de Garopaba/SC.

13. Os Candidatos aprovados quando convocados deverão apresentar os documentos exigidos pelo Município de Garopaba/SC, conforme Listagem de documentos constantes no Anexo X.

13.1 A relação dos documentos admissionais será indicada e entregue no ato da convocação;

13.2 O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto à Gerência de Pessoal do Município de Garopaba/SC;

13.3 O Município de Garopaba/SC utilizar-se-á dos seguintes meios para convocação dos candidatos:

13.3.1 Por correspondência registrada encaminhada por meio dos Correios; ou

13.3.2 Pessoalmente, mediante recebimento pelo candidato, de sua convocação, a ser retirada na Gerência de Pessoal do Município de Garopaba/SC.

13.4 A aprovação e classificação neste Processo Seletivo não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta do Município de Garopaba/SC, sendo que a admissão é de competência do Prefeito Municipal, dentro da validade desta seleção pública ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital.

13.5 A contratação e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em Lei Municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Garopaba/SC;

13.6 As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do Município de Garopaba/SC;

13.7 É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contato;

13.8 O candidato após receber a convocação terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.8.1 A não apresentação da documentação exigida para a contratação, ou a sua apresentação de forma incompleta ou de forma irregular, será considerada como desistência da vaga, automaticamente desclassificando o candidato e o excluindo deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

13.9 O candidato após receber a convocação, poderá também, no mesmo prazo definido no item 13.8 e por uma única vez, solicitar sua reclassificação para o final da lista de aprovados;

13.10 É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, estas deverão ser comunicadas diretamente a Gerência de Pessoal do Município de Garopaba/SC;

13.11 A convocação que encaminhada ao endereço constante do cadastro do candidato, retornar ao remetente, ou seja, o Município de Garopaba, por situação que não corresponda a erro ou problema ocasionado pelo próprio remetente, resultará na desclassificação do candidato convocado.

14. O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO terá validade de 01 (um) ano, prorrogável uma vez por até igual período, contados da data de publicação do ato de homologação do Resultado Definitivo e se dará através de Decreto do Executivo, a critério do Município Garopaba/SC.

15. Será excluído do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO o candidato que:

15.1 Promover tumulto, incitar violência ou realizar descortêsias com qualquer outro candidato ou membro das equipes encarregadas da aplicação das avaliações;

15.2 For surpreendido durante a aplicação da Avaliação Escrita Objetiva - ou outra que seja vedado - em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;

15.3 For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar qualquer Avaliação, ou for responsável por falsa identificação pessoal;

15.4 Afastar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

15.5 Ausentar-se da sala da Avaliação Escrita Objetiva, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

15.6 Recusar-se a proceder à autenticação digital do cartão-resposta ou de outros documentos, nos termos deste Edital;

15.7 Recusar-se, em qualquer das etapas, a se submeter à fiscalização eletrônica e/ou física;

15.8 Recusar-se a cumprir ou instigar outrem a não cumprir as determinações da equipe responsável do certame;

15.9 Faltar a qualquer uma das fases do certame;

15.10 Não pontuar ou não atingir o quantitativo mínimo de pontuação na Avaliação Escrita Objetiva;

15.11 Deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital, no momento da contratação.

16. A inscrição dos candidatos implicará aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

17. Fica delegada competência à FAEPESUL, para:

17.1 Receber as inscrições;

17.2 Receber as Taxas de Inscrições;

17.3 Deferir e indeferir as inscrições;

17.4 Emitir os documentos de confirmação de inscrições;

17.5 Prestar informações sobre o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

17.6 Elaborar, aplicar, julgar, corrigir e conduzir a Avaliação Escrita Objetiva e a Avaliação de Títulos do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, bem como divulgar seus respectivos resultados;

17.7 Receber e julgar os recursos previstos neste Edital;

17.8 Publicar o Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

18. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pela Comissão do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constituída pela Portaria nº 1.370/2019

19. O foro para dirimir qualquer questão relacionada a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO é o da Comarca de Garopaba/SC.

Garopaba – SC, 08 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ANEXO I CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
08/11/2019	Publicação: Extrato Edital e Edital – Imprensa Oficial.
08/11/2019 a 11/11/2019	Período para impugnação das disposições do Edital (diretamente na Área do Candidato).
12/11/2019 a 04/12/2019	Período para: <ul style="list-style-type: none"> • Inscrição somente pela Internet; • Emissão e remissão do boleto bancário; • Recebimento dos requerimentos para PCD; • Requerimento de Atendimento de Necessidades Especiais; • Protocolo dos Títulos, diretamente na Área do Candidato.
06/12/2019	Data limite para pagamento da Taxa de Inscrição.
09/12/2019	Publicação: <ul style="list-style-type: none"> • Lista das inscrições deferidas; • Relação das inscrições indeferidas com respectivos fundamentos;
10/12/2019	Data para interposição de recursos concernente as inscrições indeferidas.
12/12/2019	Publicação: <ul style="list-style-type: none"> • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Homologação das inscrições e divulgação do horário e local para realização da Avaliação Escrita Objetiva.
15/12/2019	APLICAÇÃO DA AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA
16/12/2019	Divulgação do Gabarito Preliminar e do caderno da Avaliação Escrita Objetiva aplicado, exclusivamente, na Área do Candidato.

17/12/2019	Data para interposição de Recursos Administrativos concernente às questões e ao Gabarito Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva, exclusivamente, na Área do Candidato.
14/01/2020	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva; • Resultado Preliminar da Avaliação de Títulos.
15/01/2020	Data para interposição de recursos concernente ao Resultado Preliminar da Avaliação Escrita Objetiva e da Avaliação de Títulos.
17/01/2020	Publicação: • Extrato Resultado Recursos Administrativos Interpostos; • Resultado Definitivo do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

ANEXO II ETAPAS

CARGOS	Avaliação Escrita Objetiva	Avaliação de Títulos
	Classificatória e Eliminatória	Classificatória
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	X	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	X	
ENFERMEIRO	X	
ENFERMEIRO CAPS	X	
FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	X	
MÉDICO CLÍNICO GERAL 20hs	X	
MERENDEIRA	X	
MONITOR DE OFICINA DE ARTE TERAPIA	X	
MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA	X	
MOTORISTA	X	
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	X	
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	X	X
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	X	X
PROFESSOR DE ARTES 10hs	X	X
PROFESSOR DE ARTES 20hs	X	X
PROFESSOR DE ARTES 30hs	X	X
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	X	X
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	X	X
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	X	X
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs	X	X
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	X	X
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	X	X
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	X	X
SERVENTE	X	
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	X	
TÉCNICO DE RAO X	X	

1. O não comparecimento do candidato em hora e local apazados para realização da Avaliação Escrita Objetiva implicará **ELIMINAÇÃO** do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter **ELIMINATÓRIO/CLASSIFICATÓRIO** de acordo com a forma constante no Anexo VII.

3. A Avaliação de Títulos terá caráter **CLASSIFICATÓRIO** de acordo com a forma constante no Anexo VIII.

ANEXO III

CARGOS, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL E ATRIBUIÇÕES

1. O nível de escolaridade e as exigências indicadas deverão estar atendidas até a data da posse. Caso não comprovados a escolaridade e os requisitos mínimos exigidos na tabela constante nos itens 7 e 8 deste Anexo, a nomeação não será efetivada.

2. As atividades inerentes a cada um dos cargos serão desenvolvidas em quaisquer dependências, locais ou órgãos do Município de Garopaba/SC.

2.1 Havendo necessidade, o profissional contratado poderá ser deslocado do local de trabalho para outro local, a critério exclusivo da Administração Municipal a fim de resguardar a efetividade do Serviço Público.

3. A Carga Horária está expressa em tempo semanal de trabalho.

4. O regime jurídico é o estatutário.

5. Os Candidatos classificados figurarão como Cadastro Reserva para aproveitamento pela Administração Municipal.

6. Os Cargos que excederem a quantidade de 5 (cinco) vagas terão a reserva de cinco por cento em face da classificação obtida para Pessoas com Deficiência (PcD) conforme anexo V deste Edital.

6.1 Caso não houver nenhum candidato Portador de Necessidade Especial inscrito neste certame, a quantidade reservada voltará a reintegrar a quantidade ofertada.

7. CARGOS, NÍVEL, VAGAS, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTOS:

CARGOS	VAGAS AMPLA CON-CORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS PCD	CARGA HORÁRIA	VENCIMENTOS (R\$)
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	22 + C.R.	2	40	1.051,56
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	2 + C.R.	-	40	1.051,56
ENFERMEIRO	C.R.	-	40	2.249,93
ENFERMEIRO CAPS	C.R.	-	40	2.249,93
FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	3 + C.R.	-	40	1.952,57
MÉDICO CLÍNICO GERAL 20hs	1 + C.R.	-	20	6.495,66
MERENDEIRA	5 + C.R.	1	40	1.011,15
MONITOR DE OFICINA DE ARTE TERAPIA	C.R.	-	40	667,09
MONITOR DE OFICINA DE INFORMATICA	1 + CR	-	40	1.715,19
MOTORISTA	9 + C.R.	1	40	1.400,92
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	2 + C.R.	-	40	1.639,66
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	53 + C.R.	2	20	1.330,02
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	48 + C.R.	2	40	2.660,05
PROFESSOR DE ARTES 10hs	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE ARTES 20hs	1 + C.R.	-	20	1.330,02
PROFESSOR DE ARTES 30hs	1 + C.R.	-	30	1.995,04
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	5 + C.R.	1	20	1.330,02
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	7 + C.R.	1	40	2.660,05
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	3 + C.R.	-	20	1.330,02
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	4 + C.R.	1	30	1.995,04
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	7 + C.R.	1	40	2.660,05
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	2 + C.R.	-	20	1.330,02
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	1 + C.R.	-	10	665,01
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	1 + C.R.	-	10	665,01
SERVENTE	11 + C.R.	1	40	1.051,16
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	C.R.	-	40	1.267,50
TÉCNICO DE RAO X	2 + C.R.	-	40	1.739,62

* CR – Cadastro Reserva

8. CARGO, NÍVEL ESCOLARIDADE, HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

CARGOS	NÍVEL ESCOLARIDADE	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	ALFABETIZADO	Alfabetizado.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO	Alfabetizado.
ENFERMEIRO	SUPERIOR	Ensino Superior Completo na área com Registro no respectivo órgão de classe.
ENFERMEIRO CAPS	SUPERIOR	Ensino Superior Completo na área com Registro no respectivo órgão de classe.
FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	MÉDIO	Ensino médio completo (2º grau).
MÉDICO CLÍNICO GERAL 20hs	SUPERIOR	Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina
MERENDEIRA	ALFABETIZADO	Alfabetizado.
MONITOR DE OFICINA DE ARTE TERAPIA	MÉDIO	Idade mínima: 18 anos; Instrução: Ensino Médio Completo;
MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA	TÉCNICO	Ensino médio completo, curso técnico ou superior na área de informática.
MOTORISTA	ALFABETIZADO	Alfabetizado com CNH profissional categoria "D".
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	ALFABETIZADO	Alfabetizado e CNH profissional categoria mínima D.
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia.
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Pedagogia.
PROFESSOR DE ARTES 10hs	SUPERIOR	Curso superior com Licenciatura em Artes.
PROFESSOR DE ARTES 20hs	SUPERIOR	Curso superior com Licenciatura em Artes.
PROFESSOR DE ARTES 30hs	SUPERIOR	Curso superior com Licenciatura em Artes.
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Ciências.
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de Exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos.
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	SUPERIOR	Curso Superior Completo com Licenciatura na área de Educação; Cursos de formação e capacitação na área de contação de histórias e ou musicalização; Tempo mínimo de Exercício profissional comprovado na área de contação de histórias e ou musicalização de 2 (dois) anos.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Educação Física e Registro no Conselho de Classe Profissional
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Geografia
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	SUPERIOR	Licenciatura Plena na área de História, fornecida por instituição de Ensino reconhecida pelos órgãos normativos
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português/Inglês
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Letras Português
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	SUPERIOR	Curso superior completo com Licenciatura em Matemática
SERVENTE	ALFABETIZADO	Alfabetizado.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	TÉCNICO	Curso Técnico em Enfermagem e Registro no COREN.
TÉCNICO DE RAO X	TÉCNICO	Ensino médio completo (2º grau), curso técnico em Radiologia com certificado reconhecido pelo Ministério da Educação.

* Demais requisitos exigidos na Legislação Municipal.

9. As atribuições dos cargos são as constantes nas Leis Municipais: 1.377/2010, 1.318/2009, 655/1.999, 1.382/2010.

ANEXO IV INSCRIÇÕES

1. As inscrições para este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO deverão ser realizadas no sítio de Internet da FAEPESUL, no seguinte endereço: www.faepesul.org.br/concursos.

2. O valor das inscrições segue a tabela abaixo:

ESCOLARIDADE	VALOR (em R\$)
Níveis Fundamental e Alfabetizado	45,00
Níveis Médio e Técnico	75,00
Nível Superior	95,00

3. Não serão aceitos pedidos de isenção da Taxa de Inscrição.

4. O candidato, após preencher o formulário de inscrição, disponível no endereço eletrônico www.faepesul.gov.br/concursos, deverá imprimir o respectivo boleto bancário, onde consta o valor da inscrição e efetuar o pagamento no prazo estabelecido no respectivo documento.

4.1 O pagamento do boleto bancário poderá ser efetuado em qualquer agência bancária ou lotérica, até o dia do vencimento impresso;

4.2 Não serão aceitas inscrições em que haja divergência de informações entre os Dados Bancários relacionados a inscrição em decorrência de vírus ou incorreção no pagamento.

5. Será permitido a inscrição para apenas 1 (um) Cargo e, após o pagamento do respectivo boleto bancário, em hipótese alguma, será aceito o pedido de alteração da inscrição realizada.

6. O sistema de inscrição via Internet permite ao candidato, a emissão de uma segunda via do boleto bancário, esse só poderá ser emitido dentro do período de inscrição.

7. Embora o boleto para pagamento da taxa de inscrição possa ser emitido fora do horário bancário, o mesmo deverá ser quitado dentro do prazo de inscrição estabelecido no Anexo I.

8. As inscrições somente serão deferidas (confirmadas) após a FAEPESUL ser certificada pela Instituição Financeira responsável pelo recebimento dos boletos bancários.

9. Caso o candidato conste na Lista de inscrições indeferidas a ser publicada pela FAEPESUL e tenha efetuado o pagamento da Taxa de Inscrição, deverá protocolizar Recurso Administrativo no prazo estabelecido no Anexo I deste Edital, anexando o respectivo comprovante de pagamento, para fins de regularização administrativa da sua participação no certame e sob pena de ser indeferida a sua inscrição.

10. O valor da inscrição, uma vez pago, não será restituído, salvo em caso de cancelamento do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

11. No caso de pagamento da inscrição com cheque, sendo o mesmo devolvido, a inscrição será considerada nula, independente do motivo da devolução, a qualquer tempo.

12. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, ou por qualquer outro meio não especificado neste Edital.

13. A FAEPESUL não se responsabiliza por inscrições não recebidas por motivos de ordem técnica de computadores; falhas na comunicação; congestionamento de linha de comunicação, bem como outros fatores externos que impossibilitem a transferência de dados.

14. A inscrição no presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO implica conhecimento expresso e tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, das quais o candidato não poderá alegar desconhecimento.

ANEXO V

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

CANDIDATOS COM NECESSIDADES DE ATENDIMENTO ESPECIAIS E

CONDIÇÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

1. Dos Cargos disponíveis para este certame, é reservado o percentual de 5% (cinco) para Pessoas Com Deficiência (PCD), na conformidade do art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988 c/c a Lei Federal nº 13.146/2015, Decreto Federal nº 3.298/1999.

1.1 Sua aceitação estará condicionada à compatibilidade da sua limitação com as atribuições dos Cargos constantes do Anexo III.

2. Não havendo Pessoas com Deficiência (PCD) classificados em números suficientes para preencheras vagas reservadas, estas se revertirão às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

3. Para concorrer a uma das vagas reservadas, o candidato deverá dentro do prazo definido no Anexo I deste Edital realizar os seguintes procedimentos:

3.1 No ato da inscrição, declarar-se como: Candidato com Deficiência;

3.2 Enviar, via upload, a imagem (extensão .jpg ou .jpeg) do laudo médico, emitido nos últimos 12 meses, que deve atestar a espécie e o grau ou nível de sua deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do médico com o número de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina (CRM);

3.3 O envio da imagem do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do Candidato, devendo ser atestado inclusive a sua legibilidade e integridade, sob pena de desconsideração;

3.4 A FAEPESUL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio;

3.5 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original ou cópia autenticada em cartório constante do subitem 3.2 deste Anexo. Caso seja solicitado pelo FAEPESUL, o candidato deverá enviar a referida documentação por meio de carta registrada para

confirmação da veracidade das informações, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas em Lei.

4. O Laudo Médico, referente à solicitação de atendimento especial, terá validade somente para esta seleção pública.

5. A apresentação do Laudo Médico, referido no item anterior, não elidirá a atuação de uma Junta Médica Oficial do Município de Garopaba/SC, cuja conclusão terá prevalência sobre qualquer outra.

6. Após análise da Junta Médica Oficial, se a deficiência do candidato não for atestada como compatível ao cargo para o qual se inscreveu, o mesmo deverá concorrer às vagas gerais do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

7. Para efeito deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, consideram-se deficiências que assegurem o direito de concorrer às vagas reservadas, somente as conceituadas na medicina especializada e nas normativas relacionadas, concordes com os padrões internacionalmente reconhecidos.

8. A opção de concorrer às vagas reservadas à pessoa portadora de deficiência é de inteira responsabilidade do candidato.

9. O candidato portador de deficiência participará do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

10. Os candidatos que necessitarem de algum atendimento especial, para a realização das Avaliações Escritas Objetivas, deverão declará-lo no Formulário de Inscrição, no espaço reservado para este fim, para que sejam tomadas as providências cabíveis no prazo delineado no Anexo I. Tal manifestação é de responsabilidade exclusiva do candidato e implica a aceitação imediata da condição especial para realização da avaliação.

10.1 Caso a solicitação de atendimento especial não seja aceita em virtude da condição e/ou da causa que o motive, o Candidato deverá realizar a Avaliação em igualdade de condições com a dos outros candidatos do certame.

10.2 Serão ofertadas, mediante apresentação de laudo médico (com identificação do profissional e registro no CRM) as seguintes condições especiais:

10.2.1 Ledor (deficiente visual);

10.2.2 Prova Ampliada (fonte 20);

10.2.3 Auxílio de Profissional de Libras;

10.2.4 Candidato com baixa audição (aparelho auditivo);

10.2.4.1 Para esta condição especial, o Candidato receberá as instruções da Avaliação utilizando o equipamento mas quando do início da aplicação e execução da avaliação deverá colocar o aparelho em local reservado (sem acesso), não podendo utilizar durante a realização das provas, inclusive quando se deslocar ao banheiro;

10.2.5 Sala de Fácil acesso (térreo/rampa);

10.2.6 Auxílio para Gestante;

10.2.7 Auxílio para candidatas lactantes;

10.2.8 Utilização de medicação e/ou tratamento durante a avaliação;

11. A Candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da Avaliação Escrita Objetiva, além de solicitar atendimento especial para tal fim (item 10.2.7), deverá levar um acompanhante (maior e capaz), que permaneça em local reservado ou na própria coordenação do evento o qual será o responsável pela guarda e cuidados do infante e declare que não se comunicará com Candidato.

11.1 O Candidato que não atender a essa exigência e vier acompanhada do amamentando não realizará a Avaliação.

11.2 O tempo de amamentação será acrescido no tempo de duração da prova, estando limitado a 30 (trinta) minutos.

12. O candidato que necessitar de atendimento especial deverá participar do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo, avaliação, horário e local de realização das provas.

12.1 Caso não houver manifesto declarado, conforme disposto acima, o candidato realizará a Avaliação Escrita Objetiva em condições normais com os demais candidatos.

13. Tendo sido aprovada no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, a Pessoas Com Deficiência (PCD) poderá ser submetida à Equipe Multiprofissional do Município de Garopaba/SC, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais da atividade com as condições limitadoras de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para investidura no Cargo escolhido neste certame.

ANEXO VI

CLASSIFICAÇÃO

1. A Classificação deste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO obedecerá às disciplinas constantes neste Anexo.

2. A Avaliação Escrita Objetiva terá valor de no máximo 10 (dez) pontos.

3. A Avaliação de Títulos terá o valor de no máximo 5 (cinco) pontos.

4. Para os cargos que possuem Avaliação Escrita Objetiva e Avaliação de Títulos o resultado/classificação será a soma aritmética das pontuações obtidas em ambas as provas.

5. Em caso de empate na nota final dos candidatos não eliminados neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

5.1 Tiver idade igual ou superior a 60 anos, até o último dia de inscrição neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, conforme artigo 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso);

- 5.2 Obter maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos específicos;
 5.3 Obter o maior número de acertos na prova objetiva de conhecimentos gerais;
 5.4 Ter maior idade;
 5.5 Ter exercido a função de jurado (conforme artigo 440 do Código de Processo Penal).
 5.5.1 O candidato que tiver o interesse de ter atribuído este critério de desempate deverá assinalar a opção no momento da inscrição;
 5.5.2 Os candidatos a que se refere a função de jurado serão convocados, antes do resultado final do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, para a entrega da documentação que comprovará o exercício da função declarada;
 5.5.3 Para fins de comprovação da função jurado, serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos (original ou cópia autenticada em cartório) emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País, nos termos do art. 440 do CPP, a partir de 10 de agosto de 2008, data da entrada em vigor da Lei nº 11.689/2008.

6. A listagem, com a ordem de classificação dos candidatos da Avaliação Escrita Objetiva, será elaborada com base no número de pontos dos candidatos e apresentada em ordem decrescente de pontuação, e divulgada nos locais de publicações Oficiais deste Edital.

ANEXO VII AVALIAÇÃO ESCRITA OBJETIVA

1. A Avaliação Escrita Objetiva terá caráter CLASSIFICATÓRIO/ELIMINATÓRIO, tendo como objetivo primordial a avaliação dos conhecimentos do candidato.
2. O horário e os locais de aplicação da Avaliação Escrita Objetiva serão divulgados em data prevista conforme cronograma no Anexo I.
3. O candidato que não comparecer à etapa de Avaliação Escrita Objetiva será considerado ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.
4. A Avaliação Escrita Objetiva será composta de 25 (vinte e cinco) questões, com 5 (cinco) alternativas de resposta para cada questão, havendo apenas 1 (uma) assertiva correta.
- 4.1 Quadro de distribuição das questões das Avaliações Escritas Objetivas, Habilitados/Não Habilitados:

CARGOS	CONHECIMENTOS GERAIS		CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS
	LÍNGUA PORTUGUESA	RACIOCÍNIO LÓGICO	
AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	10	10	5
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	10	10	5
ENFERMEIRO	10	10	5
ENFERMEIRO CAPS	10	10	5
FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	10	10	5
MÉDICO CLÍNICO GERAL 20hs	10	10	5
MERENDEIRA	10	10	5
MONITOR DE OFICINA DE ARTE TERAPIA	10	10	5
MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA	10	10	5
MOTORISTA	10	10	5
OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	10	10	5
PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs	10	10	5
PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs	10	10	5
PROFESSOR DE ARTES 10hs	10	10	5
PROFESSOR DE ARTES 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE ARTES 30hs	10	10	5
PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs	10	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs	10	10	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs	10	10	5
PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE INGLÊS 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE INGLÊS 20hs	10	10	5
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs - EJA	10	10	5
PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs - EJA	10	10	5

SERVENTE	10	10	5
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	10	10	5
TÉCNICO DE RAO X	10	10	5

5. Cada questão terá o valor conforme abaixo descrito:

QUESTÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
CONHECIMENTOS GERAIS	0,4 (quatro décimos) de pontos	5,0 (cinco) pontos
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	1,0 (um) ponto	5,0 (cinco) pontos

6. O resultado da avaliação escrita objetiva será apurado, computando-se o número total de questões respondidas corretamente.

7. A nota mínima, na avaliação escrita objetiva para classificação e, conseqüente, continuação do candidato nas próximas fases deste certame é de 01 (um) ponto, independentemente da disciplina.

8. O candidato que não atingir o quantitativo mínimo de acertos descritos no item 7 será, automaticamente, ELIMINADO do certame.

9. Na hipótese de anulação de questão(ões) da avaliação escrita objetiva, por parte da comissão de coordenação do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ela(s) será(ão) considerada(s) como respondida(s) corretamente por todos os candidatos.

10. Na avaliação escrita objetiva, também será considerada com pontuação 0 (zero) a resposta do candidato contida no cartão-resposta quando:

10.1 Conter emenda e/ou rasura, ainda que legível;

10.2 Conter mais de uma opção de resposta assinalada;

10.3 Não estiver assinalada;

10.4 For preenchida fora das especificações contidas nas instruções fornecidas;

10.5 Não estiver a opção completamente preenchida para o espaço destinado a opção da questão.

11. O cartão-resposta deverá ser preenchido e assinado pelo candidato com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul.

11.1 O candidato que não assinar ou recusar a postar sua assinatura no cartão-resposta, por qualquer motivo, será ELIMINADO do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

11.2 O cartão-resposta será personalizado para cada candidato;

11.3 O candidato deverá transcrever as respostas das questões objetivas para o cartão-resposta, que será o único documento válido para a correção dessas questões;

11.4 O preenchimento do cartão-resposta será de inteira responsabilidade do candidato;

11.5 O cartão-resposta não será substituído.

12. A duração da avaliação escrita objetiva, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta, será de 2h30min (duas horas e trinta minutos).

13. O candidato somente poderá se retirar do local da avaliação escrita objetiva após 1h (uma hora) do seu início.

14. Para a entrada nos locais de realização das avaliações escritas objetivas, o candidato deverá apresentar, obrigatoriamente, documento de identificação e, se solicitado, a confirmação de inscrição.

14.1 São considerados válidos os seguintes documentos de identificação: Carteira de Identidade (RG); Carteiras Expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelo Corpo de Bombeiro Militar, pela Polícia Militar, pelos Conselhos e Órgãos Fiscalizadores de Exercício Profissional; Certificado de Reservista; Carteiras Funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, Carteira de Trabalho e Carteira Nacional de Habilitação com foto recente e dentro do prazo de validade.

14.2 Não serão aceitos qualquer espécie de documento em meio digital, mesmo havendo legislação que o regulamente.

15. Recomenda-se que o candidato compareça ao local de prova com antecedência mínima de 45 min. (quarenta e cinco minutos) antes do horário previsto para realização da prova.

16. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para a avaliação escrita objetiva, nem a possibilidade de realização de prova fora do horário fixado.

17. Durante a realização da avaliação escrita objetiva é vedada a consulta a livros, revistas, folhetos ou anotações, bem como o uso de máquinas de calcular ou qualquer equipamento elétrico ou eletrônico, inclusive telefones celulares, sob pena de eliminação do candidato do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

17.1 Os materiais e equipamentos mencionados deverão ser entregues aos fiscais de sala, antes do início das avaliações, para serem devolvidos ao seu término;

17.2 A FAEPSUL não se responsabilizará por perda, roubo ou dano dos referidos materiais e equipamentos.

18. A avaliação escrita objetiva será corrigida por processo opto-eletrônico, sendo somente consideradas as respostas transferidas apropriadamente para o cartão-resposta, sendo o único documento válido para a correção da avaliação, desconsiderando-se qualquer marcação que o candidato tenha feito no caderno de questões da prova.

19. O candidato, ao encerrar a avaliação escrita objetiva, entregará ao fiscal de sua sala o cartão-resposta devidamente assinado e o caderno

de avaliação, podendo reter para si, apenas, o espaço delimitado na folha do caderno de avaliação onde consta o rascunho do gabarito.

20. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala, onde for realizada a avaliação escrita objetiva, somente poderão retirar-se após o último candidato entregar a avaliação, devendo assinarem a ata de encerramento da avaliação escrita objetiva.

20.1 O candidato que se recusar e/ou criar qualquer embaraço com a obrigação descrita no caput deste item será ELIMINADO do certame.

21. O gabarito da avaliação escrita objetiva será divulgado no local indicado no item 7 deste Edital, conforme cronograma disciplinado no Anexo I.

22. Os cadernos de avaliações ficarão disponíveis no site www.fapesul.org.br/concursos, a partir da publicação do gabarito, até a homologação final do certame.

23. O conteúdo programático para a avaliação escrita objetiva será assim composto:

23.1 CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL ALFABETIZADO E FUNDAMENTAL:

23.1.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Leitura, compreensão e interpretação de textos. Ortografia. Nova Ortografia. Gênero e número dos substantivos e adjetivos. Concordância nominal e verbal. Acentuação gráfica. Sinais de pontuação. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos.

23.1.2 RACIOCÍNIO LÓGICO: Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; A lógica no contexto histórico; Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

23.2 CONHECIMENTOS GERAIS – CARGOS DE NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO E SUPERIOR:

23.2.1 LÍNGUA PORTUGUESA: Análise e interpretação de texto. Vocabulário. Ortografia. Nova ortografia. Usos dos porquês. Pontuação. Acentuação gráfica. Estrutura e formação de palavras. Classes gramaticais. Gênero, número e grau dos substantivos e adjetivos. Adjetivos eruditos. Adjetivos pátrios. Conjugação verbal. Semântica: sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância verbal e nominal. Colocação pronominal e emprego dos pronomes; formas de tratamento. Níveis de linguagem (ou níveis de fala). Funções da Linguagem. Vícios de linguagem. Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração, Orações coordenadas. Orações subordinadas. Estilística: figuras de linguagem.

23.2.2 RACIOCÍNIO LÓGICO: Conceitos Básicos da Lógica; Proposições simples e compostas; Álgebra proposicional; Implicação lógica; Equivalência lógica; Tautologia, contradição e contingência; Sentenças abertas; Proposições categóricas; Diagramas lógicos; Afirmação e negação; Lógica de argumentação; Analogias; Análise Combinatória: raciocínio multiplicativo, raciocínio aditivo; Combinação, arranjo e permutação; Progressões aritméticas e progressões geométricas; Resolução de problemas de Lógica: Formal e Informal; Estrutura lógica das relações arbitrárias entre pessoas, lugares, coisas, eventos fictícios; 19. A lógica no contexto histórico; Operações Lógicas; Tabela Verdade; Raciocínio Analítico.

23.3 CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

23.3.1 AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, MERENDEIRA, SERVENTE e AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS: Limpeza e higiene em geral. Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. Controle de estoque dos materiais de limpeza. Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo. Segurança e higiene do trabalho. Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. Noções sobre primeiros socorros. Uso de equipamentos de proteção individual – EPIs.

23.3.2 ENFERMEIRO e ENFERMEIRO CAPS: Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos. Fundamentos e exercício da enfermagem: Lei do exercício profissional - análise crítica. Código de Ética - análise crítica. Epidemiologia e enfermagem. Estatística e enfermagem. Teorias em enfermagem. Enfermeiro como líder e agente de mudança. Concepções teórico-práticas da assistência de enfermagem. Administração dos serviços de enfermagem: Políticas públicas em saúde e sua evolução histórica. Lei orgânica de saúde a partir da Constituição Federal de 1988. Processo social de mudança das práticas sanitárias no SUS e na enfermagem. Administração de materiais e enfermagem. Normas, rotinas e manuais - elaboração e utilização na enfermagem. Teorias administrativas e enfermagem. Organização dos serviços de enfermagem. Estrutura e funcionamento dos serviços de enfermagem. Planejamento na administração e na assistência de enfermagem em ambulatorios. Enfermagem e recursos humanos - recrutamento e seleção. Enfermagem em equipe - dimensionamento dos recursos humanos. Enfermagem, enfermeiro, tomada de decisão na administração da assistência e do serviço. Enfermagem na auditoria dos serviços e da assistência. Normas do Ministério da Saúde para atuação: programa nacional de imunizações, programa da mulher, programa da criança, programa do adolescente, programa do idoso, programa DST e AIDS, programa de hanseníase, programa de pneumologia sanitária, programa de hipertensão, programa de diabético. Processo de enfermagem - teoria e prática. Consulta de enfermagem. Participação do enfermeiro na CIPA. Emergências clínico-cirúrgicas e a assistência de enfermagem. Primeiros socorros na empresa. Assistência integral por meio do trabalho em equipes: de enfermagem, multiprofissional e interdisciplinar. Planejamento do ensino ao cliente com vistas ao autocuidado: promoção e prevenção da saúde. Cadernos da Atenção Básica Nº 19, 27, 30, 32, 33, 34, 39; Acolhimento – Política Nacional de Humanização – PNH, acolhimento; Lei nº 8880 e lei nº 8142; Estratégia Saúde da Família; Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF; Redes de atenção à saúde. Administração em Enfermagem de Saúde Pública. Técnicas Básicas de Enfermagem. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Mulher no Ciclo Grávido - Puerperal. Assistência de Enfermagem na Atenção Integral à Criança. Crescimento e desenvolvimento. Controle das infecções respiratórias agudas. Controle das doenças diarreicas e prevenção a acidentes e intoxicações. Participação do Enfermeiro no Controle das Doenças Infecciosas e Parasitárias Prevalentes em Nosso Meio. Assistência de Enfermagem ao Adulto à Nível Ambulatorial. Biossegurança. Processamento de Artigos médico hospitalares. Sistema de Informação em Saúde. Atribuições

e rotinas da Vigilância Epidemiológica e Vigilância Sanitária.

23.3.3 FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA: Conhecimento do Sistema Único de Saúde (SUS): Legislação Básica do SUS; Leis 8080/90 e 8142/90. NOAS 01/02; Norma Operacional de Assistência à Saúde; A obrigatoriedade de notificação pelos profissionais de saúde, de algumas doenças transmissíveis; Relação de doenças para o Brasil. Indicadores de Saúde. Legislação; Sanitária; Epidemiologia e Controle de Zoonoses (Raiva, Controle de Quirópteros, Leptospirose, Controle de Roedores, Toxoplasmose, Tuberculose, Brucelose e, Teníase, Cisticercose, Fasciolose, Salmonelose, Leishmaniose: visceral e cutânea, Larva migrans, Hidatidose, Esquistossomose). Transição demográfica e epidemiológica. Vigilância Epidemiológica. Investigação Epidemiológica de Casos e Epidemias. Sistema de Informação em Saúde e Vigilância Epidemiológica. Doenças de Interesse para a Saúde Pública e Vigilância Epidemiológica: AIDS, Cólera, Dengue, Esquistossomose, Mancelona, Febre Tifóide, Hanseníase, Antivirose, Hepatites Virais, Leptospirose, Meningites, Raiva, Tuberculose e Tétano. Doenças Emergentes e Reemergentes. Esquema Básico de Vacinação e vacinação de adultos. Dengue, controle. Legislação Sanitária Federal e Vigilância Sanitária ANVISA.

23.3.4 MÉDICO CLÍNICO GERAL 20hs: Legislação do SUS: Princípios e diretrizes do SUS, o SUS na Constituição Federal, Leis, Conselhos de Saúde, Princípios da Infecção Hospitalar, Conceitos em Infecção Hospitalar, Higienização das mãos, Infecção nosocomial do trato urinário, trato respiratório, sistema vascular, Infecções de feridas cirúrgicas, Isolamentos, Infecções comunitárias do trato respiratório, Infecções urinárias e pielonefrites, Insuficiência cardíaca congestiva, Acidente vascular cerebral, Diabetes mellitus tipo I e II, Cetoacidose diabética, Insuficiência Renal, Hemorragias Digestivas, Pancreatites, Insuficiência Hepática. Código da Ética Médica; Conhecimentos gerais sobre: prontuário do paciente; transferência de paciente; atestado médico (legislação); informações às famílias de paciente falecido; intercorrência na ausência do médico assistente; sigilo médico e segredo profissional; remoção de paciente; responsabilidade do médico. Indicadores de saúde pública; verminoses, noções de trabalho em equipe, noções de administração e planejamento público, cronograma de atendimento, territorialização, visitas médicas domiciliares, tuberculose e dermatologia. Organização dos serviços de saúde no Brasil: Sistema Único de Saúde – princípios e diretrizes, controle social; Indicadores de saúde. Sistema de notificação e de vigilância epidemiológica e sanitária; Endemias/epidemias: situação atual, medidas e controle de tratamento; Planejamento e programação local de saúde; Distritos sanitários e enfoque estratégico.

23.3.5 MONITOR DE OFICINA DE ARTE TERAPIA: Receita e preparação da massa de biscuit; utilização adequada de estecas, rolos de texturas, moldes de silicone, extrusora e seus discos; modelagem; montagem de arranjos decorativos variados; decoração de vidros; tingimento correto da massa com tinta a óleo e tinta para tecidos; pintura; Reciclagem: Utilização de garrafas Pets; Artesanato em Papel-Jornal; Fuxico; Patchwork; Decoupage; Técnica de Mosaico; Customização.

23.3.6 MONITOR DE OFICINA DE INFORMÁTICA: Conhecimentos Básicos em Hardware e Software: Conceitos e fundamentos de hardware e software; sistemas operacionais Windows e Linux (instalação, configuração e manutenção). Modelos de sistemas de computação, cliente-servidor. Codificação em linguagem de programação, testes e manutenção de programas no computador; Codificação e interpretação de trechos de programas; Depuração de erros de lógica através de trechos de programas; Procedimentos em implantação e manutenção de programas. Bancos de Dados: Fundamentos de banco de dados relacional, conceitos, componentes, funcionamento, segurança e integridade, transações, controle de concorrência, recuperação após falha, modelagem lógica e física; Microprocessadores; Placas-mãe; Barramentos; Memórias; Unidades de disco rígido; Arquitetura e configuração de equipamentos. Softwares: Pacote Microsoft Office, LibreOffice, Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome, Correio Eletrônico (Webmail, Mozilla Thunderbird, Microsoft Outlook); Recuperação de dados; Sistemas de arquivos; Antivírus. Redes: Equipamentos (switchs gerenciáveis, roteadores, etc.); Conceitos de conectividade; Protocolo; Conceitos básicos de segurança em redes: Firewall. TCP/IP; Modems e redes sem fio; Servidor WEB: Conhecimentos de Servidor HTTP Apache; Desenvolvimento WEB: Python, PHP, Javascript, JQuery e Ajax; WebDesign: HTML e HTML5, CSS2 e CSS3, Grids CSS; Conceitos de Acessibilidade WEB. Sistemas Operacionais: Sistemas monotarefas, multitarefas, sistemas operacionais de rede e sistemas distribuídos. Arquitetura de sistemas operacionais: Programas de sistema, programas aplicativos, núcleo, gerência do processador, gerência de memória, gerência de entrada e saída, sistema de arquivos; Cópias de segurança (backup): Tipos, ciclos e principais dispositivos e meios de armazenamento. Windows 7: Instalação; configuração e gerenciamento (rede, dispositivos e impressoras, discos e partições, segurança, manutenção e otimização); processo de inicialização, trabalhando com arquivos e pastas, registro do Windows, monitor de recursos, direitos e contas de usuários, configurações regionais e de idioma, ferramentas administrativas, aparência e personalização.

23.3.7 MOTORISTA: Legislação de Trânsito. Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de veículos. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Direção defensiva. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento do veículo. Transporte de urgência e emergência.

23.3.8 OPERADOR DE EQUIPAMENTOS: Legislação de Trânsito - Código de Trânsito Brasileiro e demais legislações referentes à condução de máquinas pesadas. Sistema Nacional de Trânsito. Normas Gerais de Circulação. Sinalização. Veículos, licenciamento, habilitação. Regras de circulação. Deveres e proibições, infrações e penalidades. Medidas e processos administrativos. Primeiros socorros. Preservação do meio ambiente. Direitos Humanos e Cidadania no trânsito. Noções sobre funcionamento de máquinas pesadas. Transporte de carga.

23.3.9 PROFESSOR COM LICENCIATURA 20hs e PROFESSOR COM LICENCIATURA 40hs: Pensadores da Educação e suas concepções. Correntes teóricas da educação. Relação ensino aprendizagem. Fases do desenvolvimento e sua relação com a aprendizagem. Projeto Político Pedagógico - concepções, importância, papel. Concepções de currículo. Concepções de avaliação. Conceito de interdisciplinaridade. Conceito de transdisciplinaridade. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Estatuto da Criança e do Adolescente. Educação Especial. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e documentos relacionados. Concepção de Conteúdo, Habilidades e Competências. Temas Transversais. Conceito e aplicação da Contextualização de Conteúdos. Educação Mediadora. Taxonomia de Bloom. Didática e Metodologia do Ensino em Séries Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precusores e seguidores da Literatura Infanto-juvenil no Brasil. Conceitos Metodológicos específicos das áreas do conhecimento de Português, matemática, História, Geografia, Ciências do Ensino Fundamental nos anos Iniciais. Confecção, histórico cultural/pacto pela alfabetização da idade certa.

23.3.10 PROFESSOR DE ARTES 10hs, PROFESSOR DE ARTES 20hs, PROFESSOR DE ARTES 30hs: Movimentos artísticos. O lúdico na obra de arte. Arte – educação. Psicologia da arte. Processo de criação. Criatividade: conceito, originalidade, criatividade e desenvolvimento, inibição, processo e produto. Percepção: o mundo sonoro, o visual, o tátil. Aspectos formais da Arte: linha, cor, forma, superfície, volume, espaço, tempo, movimento, som, ruído, intensidade, timbre, altura, duração, ritmo, dinâmica. Integração através da arte. Artes Cênicas: história das artes cênicas; papel das artes cênicas no processo educacional, teoria e prática; teatro e jogo, criatividade e imaginação. Artes Plásticas: história geral das artes; história e ensino da arte no Brasil; teoria da arte: arte como produção, conhecimento e expressão; a obra de arte e sua recepção. Artes visuais: elementos de visualidade e suas relações; comunicação na contemporaneidade. Artes visuais e o multiculturalismo. Música: aspectos históricos da música ocidental; elementos estruturais da linguagem musical; tendências educacionais quanto ao ensino da música, na sala de aula; visão interdisciplinar do conhecimento musical. Música e expressão. Dança: história da dança; papel da dança na educação; estrutura e funcionamento do corpo para a dança; proposta triangular: fazer, apreciar, contextualizar. As danças como manifestações culturais. Cultura musical brasileira. Cultura local. Folclore do Brasil.

23.3.11 PROFESSOR DE CIÊNCIAS 10hs – EJA: Ciência como produção humana. Concepção de Ciência. Ensino de Ciências no Brasil. O currículo de Ciências no Ensino Fundamental. O Método Científico e suas aplicações. Conceitos primitivos e unificadores. Metodologia do ensino de Ciências. Os seres vivos e o ambiente. Características dos seres vivos. Níveis de organização e propriedades dos seres vivos. Os reinos dos seres vivos. Noções básicas de Ecologia: Biomas/Ecosistema – meio biótico e meio abiótico. Cadeia alimentar, relações e equilíbrio ecológico. Sustentabilidade. Alimentação saudável. O ser humano e a saúde: profilaxia das doenças infecto-contagiosas e sexualmente transmissíveis. Sexualidade e sexo. Teorias sobre a origem da vida. Teorias da Evolução. Botânica: classificação, importância, partes e funções dos vegetais. Zoologia dos invertebrados e vertebrados. Desenvolvimento histórico da química. Evolução dos modelos atômicos. Guerra Química e Bacteriológica. Física do cotidiano. Temas Transversais. Relações etnicorraciais, relações de gênero, cultura, tecnologia e ecocidadania. Consumo. Produção e destino do lixo.

23.3.12 PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 20hs e PROFESSOR DE CONTAÇÃO DE HISTÓRIA 40hs: Pedagogia Musical – DALCROSE E KODALY; Reflexões e Pensamentos dos rumos da música atual. Produção Musical no século XX e XXI: Processos e Perspectivas Compositivas. Acústica musical e organologia: Elementos de som: Timbre, Altura, Duração e Intensidade; série harmônica; classificação dos instrumentos musicais. Teoria da música: compasso: definição, classificação; regras de grafia; articulação e sinais de repetição; intervalos, elementos de harmonia, escalas – modos eclesiásticos; tonalidade; ornamentos, graus tonais e modais; acordes de 3, 4 e 5 sons; cadências; funções tonais e modais; sistema anglo-americano de representação gráfica utilizada na música popular (cifras). História da Música Universal, História da Música Brasileira Popular e Erudita. Músicas popular e folclórica: correntes da produção musical popular brasileira; cultura popular e contextos sócioantropológicos que a geraram.

23.3.13 PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20hs, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30hs e PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40hs: Objetivos e conteúdo da Educação Física em função do nível de desenvolvimento e aprendizagem da criança e do adolescente. Fases do desenvolvimento. Psicomotricidade. Aprendizagem motora e cognitiva. Didática e Prática de Ensino específica da disciplina. Métodos e técnicas da Educação Física. Organização desportiva: torneios, campeonatos, competições, colônia de férias. Jogo: conceito e valor. Desportos: técnicas fundamentais e regras oficiais. Educação para o lazer. Recreação: conceito e finalidades. Jogos Cooperativos. Técnicas e instrumentos de medida e avaliação em Educação Física. As novas tendências da Educação Física: Educação Física Humanista, Educação Física Progressista e a Cultura Corporal. Educação Física Escolar: diferentes abordagens. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica - Parecer CNE/CEB nº 07, de 07 de abril de 2010 e Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Resolução nº 07, de 14/12/2010. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Especial: A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Esportes Paraolímpicos ou Esportes Adaptados.

23.3.14 PROFESSOR DE GEOGRAFIA 10hs – EJA: Geografia Física, Humana e Econômica de: Geografia de Santa Catarina. Geografia do Brasil; Geografia Mundial. Cartografia. Leitura de Paisagens. Relação Dinâmica entre Sociedade e Natureza. Meio Rural e Meio Urbano. Produção e Distribuição de Riquezas. População. Brasil – Diversidade Natural / Divisão Geoeconômica. Brasil – Diversidade Cultural segundo o IBGE. Brasil – Campos – Cidades. Espaços em transformação. Brasil – Regiões Geoeconômicas. Relações Econômicas do Brasil: Dinâmica Natural do Planeta Terra. Mundo Desenvolvido e Subdesenvolvido. A antiga e a Nova Ordem Mundial. A Globalização e os Avanços Tecnológicos e Científicos: Geopolítica – Conflitos Mundiais Contemporâneos. Temas Transversais.

23.3.15 PROFESSOR DE HISTÓRIA 10hs – EJA: Tempo e espaço como categoria histórica. Relações sociais de produção. Didática e metodologia da história. Movimentos sociais. Globalização. Capitalismo. Circuito do poder: democracia, participação, descentralização. Lutas sociais na América Latina, Argentina, Brasil e Chile. A escravidão reabilitada. Revolução Burguesa no Brasil. Processos eleitorais do Brasil. História de Santa Catarina. História do Brasil. História geral. Temas Transversais.

23.3.16 PROFESSOR DE INGLÊS 10hs – EJA, PROFESSOR DE INGLÊS 10hs e PROFESSOR DE INGLÊS 20hs: A importância do ensino de Língua Inglesa no Brasil. A história, objetivos e características das metodologias e abordagens de ensino de Língua Inglesa no Brasil. A língua como forma de interação. A língua numa perspectiva histórico-cultural. Interdisciplinaridade. Recursos didáticos pedagógicos. O ensino das quatro habilidades (ler, ouvir, falar e escrever): o ensino da gramática. Inglês Instrumental: estratégias de leitura. Interpretação de textos. Temas Transversais. As questões da prova objetiva de conhecimentos específicos poderão ser formuladas na Língua Inglesa.

23.3.17 PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA 10hs – EJA: Concepções de linguagem. Concepções de aprendizagem. Gêneros do discurso. Leitura e formação de leitores na escola. Intertextualidade na leitura e produção textual na escola. Literatura juvenil: possibilidades de abordagem. Texto e discurso (linguagem, interlocutor, situação comunicativa, coesão, coerência, adequação textual e clareza). Gramática normativa e o ensino da língua portuguesa. Desdobramentos da gramática normativa: fonologia, morfologia, sintaxe e semântica. Linguagem nas modalidades oral e escrita em diferentes esferas da interação humana. Interdisciplinaridade no ensino de língua portuguesa. Ensino de língua portuguesa conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais. O ensino de língua portuguesa e o uso de tecnologias da informação e comunicação. O ensino de língua portuguesa conforme a Temas transversais e o ensino de língua portuguesa. Avaliação da aprendizagem

no ensino de língua portuguesa.

23.3.18 PROFESSOR DE MATEMÁTICA 10hs – EJA: Concepções do ensino e aprendizagem da matemática. Tendências pedagógicas do ensino de Matemática no Brasil. A didática e a metodologia do ensino da matemática. A resolução de problema e o ensino-aprendizagem de Matemática. Jogos nas aulas de matemática e o papel do lúdico no ensino da Matemática. A história da matemática. Temas transversais. Os campos conceituais no ensino da Matemática: - Números e Operações: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais; - Espaço e Forma: figuras planas, sólidos geométricos, ângulos, simetria, Teorema de Tales, Teorema de Pitágoras, Relações métricas num triângulo qualquer, Trigonometria; - Grandezas e Medidas: comprimento, massa, capacidade, superfície/área, tempo, temperatura, sistema monetário; - Tratamento da Informação: tabelas, gráficos, quadros, listas, diagramas, médias e probabilidades, moda e mediana; - Álgebra: operações inversas, equações e sistemas de equações de 1º e 2º grau, razão e proporção, regra de três, porcentagem, juros, operações com expressões algébricas, polinômios, funções polinomiais de 1º e 2º grau, exponencial e logarítmica, matrizes, sistemas e determinantes de equações lineares, progressões aritmética e geométrica, análise combinatória e cálculo de probabilidades.

23.3.19 TÉCNICO DE ENFERMAGEM: A inserção dos serviços de enfermagem no Sistema Único de Saúde (SUS). Código de Ética dos profissionais de enfermagem e Lei do exercício profissional. Política de humanização do SUS. Funcionamento dos sistemas: locomotor, pele e anexos, cardiovascular, linfático, respiratório, nervoso, sensorial, endócrino, urinário e órgãos genitais. Agentes infecciosos e ectoparasitos (vírus, bactérias, fungos, protozoários e artrópodes). Doenças transmissíveis pelos agentes infecciosos e ectoparasitos. Saneamento básico. Educação em saúde. Conceito e tipo de imunidade. Programa de imunização. Noções básicas sobre administração de fármacos: efeitos colaterais e assistência de enfermagem. Procedimentos técnicos de enfermagem. Assistência integral de enfermagem à saúde: da criança e do adolescente, da mulher, do adulto, do idoso e mental. Assistência ao indivíduo, família e comunidade com transtornos: agudos, crônicos degenerativos, mentais, infecciosos e contagiosos. Assistência de enfermagem no pré, trans e pós-operatório. Assistência de enfermagem em urgência e emergência. Biossegurança: conceito, normas de prevenção e controle de infecção. Classificação de artigos e superfícies hospitalares aplicando conhecimentos de desinfecção, limpeza, preparo e esterilização de material. Preparação e acompanhamento de exames diagnósticos. Noções de administração e organização dos serviços de saúde e de enfermagem.

23.3.20 TÉCNICO DE RAIOS X: Noções gerais de técnica radiológica, noções gerais de técnica de radiologia odontológica, anatomia e fisiologia. Física das radiações e formação de imagens. Interação dos raios x com a matéria. Filtros, colimadores e grades. Ecrãs e filmes. Fatores radiológicos. Equipamento de radiodiagnóstico. Fluoroscopia. Intensificadores de imagem. Câmara escura; câmara clara. Seleção de exames, identificação. Técnicas radiológicas do crânio, face, seios da face, técnicas radiográficas panorâmicas para odontologia, radiografias cefalométricas e técnicas radiográficas intra-orais. Técnicas radiográficas dos ossos e articulações, tórax e abdome, colunas (cervical, dorsal, lombo-sacra e sacrococcígea). Técnicas radiográficas empregada nos exames convencionais de membro superior, membro inferior, coluna vertebral, sistema gastrointestinal, sistema urinário. Angiografia. Radiografia Pediátrica. Técnicas, incidências e posicionamento nos diversos exames radiológicos convencionais tais como: Telerradiografia do tórax, Ápico-lordótica, Laurell e outras incidências, Tomografia linear, Radiografia panorâmica do abdômen, Rotina de abdômen agudo, mamografia, exames contrastados (incluindo Urografia, Nefrotomografia, Cistografia, Uretrocistografia, Seriografia esôfagoestômago-duodeno (SEED), Trânsito delgado, Clister opaco, Histerossalpingografia). Outros procedimentos e modalidades diagnósticas, incluindo exames especiais, tomografia computadorizada (TC), tomografia computadorizada do tipo cone beam (feixe cônico), densitometria óssea e ressonância magnética (RM), exames gerais e especializados em radiologia. Radiologia digital. Fundamentos da TC e TC por feixe cônico. Tipos de equipamentos de TC e TC por feixe cônico. Formação das imagens e artefatos. Meios de contraste. TC Helicoidal e multidetectores (multislice). Técnicas de realização dos diversos exames de TC, por sistemas. Revisão da anatomia seccional. A TC no trauma. Conhecimentos gerais e específicos sobre RM. Princípio básico de formação das imagens. Artefatos em RM. Equipamentos e acessórios. Meios de contraste. Segurança em Ressonância. Anatomia aplicada a RM. Protocolos dos exames de RM. RM nos sistemas Nervoso Central e Musculoesquelético, Coluna vertebral, Cabeça e Pescoço, Pelve masculina e feminina, Mama. RM cardíaca e suas principais técnicas. Angioressonância magnética. Técnicas avançadas de RM. Radioproteção. Portaria SVS/MS nº 453/98. Princípios básicos e monitorização pessoal e ambiental. Equipamentos de Proteção Individual e de Proteção Coletiva: tipos principais e utilização adequada. Controle da qualidade da imagem. Lei do Exercício Profissional nº 7.394/85, Decreto nº 92.790/86.

ANEXO VIII AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

1. A avaliação de títulos/tempo de serviço terá caráter CLASSIFICATÓRIO, conforme critérios constantes no presente anexo.
2. Os cargos/funções que terão cômputo de pontuação concernente à avaliação de títulos/tempo de serviço estão especificados no Anexo II.
3. O candidato deverá reunir os títulos e a comprovação de tempo de serviço que pretende que sejam avaliados, digitalizá-los e fazer a juntada (upload) do arquivo eletrônico em formato Joint Photographics Experts Group - JPG/JPEG diretamente na área do candidato.
 - 2.1 O envio da imagem/arquivo é de responsabilidade exclusiva do candidato, devendo ser atestado inclusive a sua legibilidade e integridade, sob pena de desconsideração e não avaliação;
 - 2.2 A FAEPESUL não se responsabiliza por qualquer tipo de problema que impeça a chegada da documentação a seu destino, ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, bem como por outros fatores que impossibilitem o envio;
 - 2.3 O candidato deverá manter aos seus cuidados a documentação original ou cópia devidamente autenticada para que caso haja qualquer questionamento da sua autenticidade/integridade pela FAEPESUL ou por terceiro, possibilite que seja enviado via correio;
 - 2.4 Caso a FAEPESUL diligencie o Candidato para envio do documento original e/ou cópia autenticada via correio e o seu envio não seja realizado no prazo assinalado, a pontuação obtida será cancelada, em sua integralidade, além das demais sanções que por ventura possam ser imputadas, mesmo após o certame já ter sido homologado.
4. O envio dos títulos e tempo de serviço deverá obedecer ao cronograma estabelecido conforme Anexo I do presente Edital.
5. A avaliação de títulos e tempo de serviço será apurada por avaliadores designados pela FAEPESUL, por meio da análise dos documentos protocolados.

6. Somente serão considerados, para efeitos de pontuação, os títulos e o tempo de serviço concluídos até a data da publicação do presente Edital.

7. A não apresentação de documentos para a avaliação de títulos e tempo de serviço, por parte do candidato, sujeitá-lo-á apenas a classificação obtida no resultado da avaliação escrita objetiva do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

8. Uma vez enviados os títulos e o tempo de serviço, não serão aceitos acréscimos, modificações e/ou substituições de documentos.

9. Os títulos e o tempo de serviço enviados deverão possuir paginação, podendo ser escrito a mão, para organização e maior clareza da avaliação.

10. A nota máxima que poderá ser aferida ao candidato na avaliação de títulos e tempo de serviço é de 5,0 (cinco) pontos, sendo o resultado da soma aritmética da pontuação obtida nos Títulos de Pós-Graduação limitados a 3,0 (três) pontos, Capacitação limitados a 1,0 (um) ponto e Tempo de Serviço limitado a 1,0 (um) ponto.

11. Os Títulos de PÓS-GRADUAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas a seguir:

10.1 Não serão avaliados título exigido como requisito para provimento do cargo;

10.2 Não serão avaliados título de especialização, mestrado e doutorado, não reconhecidos pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;

10.3 Os títulos de mestrado e doutorado obtidos no exterior deverão ser validados por instituição nacional, na forma da lei.

10.4 Os documentos redigidos em língua estrangeira deverão ser acompanhados por tradução feita por tradutor oficial.

10.5 A avaliação dos títulos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado ou doutorado não é cumulativa e é limitada a um único título de pós-graduação. Caso o candidato entregue mais de um título, será avaliado unicamente o de maior valor acadêmico, conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

12. Os Títulos de CAPACITAÇÃO serão avaliados conforme as disciplinas abaixo:

11.1 Não serão avaliados título de Capacitação emitidos por instituições não reconhecidas pelos órgãos oficiais, ou que a instituição educacional esteja em processo de reconhecimento;

11.2 Somente serão avaliados os Títulos que possuírem no mínimo 20 (vinte) horas de realização;

11.3 Os Títulos deverão constar a data de Início e Término de realização, sob pena de não avaliação;

11.4 Somente serão computados os Títulos de Capacitação realizados até 2 (dois) anos que antecedem a publicação deste Edital;

11.5 A Pontuação será necessariamente a soma das horas devidamente comprovadas dentro das disciplinas constantes neste Edital conforme tabela constante no item 14 deste Anexo.

13. O TEMPO DE SERVIÇO será avaliado conforme as orientações a seguir:

13.1 Será computado o tempo de serviço, mesmo em período concomitante de exercício, até a data de publicação deste Edital;

13.2 Será computado somente o tempo de serviço na função para o qual o candidato está concorrendo neste certame;

13.3 O tempo de serviço deverá ser comprovado por meio de declaração, emitida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado que comprove, sob pena de caracterização de falsidade ideológica, o tempo de serviço efetivamente laborado de acordo com o estabelecido neste Edital;

13.3.1 Para exercício de atividade em instituição que adote o Regime Celetista para o quadro funcional: será permitido o envio da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), das páginas onde constem a identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (com início e fim, se for o caso), a atualização do cargo (é de responsabilidade do/a candidato/a a atualização do cargo que se encontra na carteira de trabalho, junto ao Setor Pessoal da empresa/instituição em que trabalha) e qualquer outra página que ajude na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa, ou o envio da cópia da certidão de tempo de serviço que informe o período, com início e fim, expedida pelo INSS ou órgão previdenciário competente;

13.4 A Pontuação será a soma do tempo total de serviço prestado conforme tabela constante no item 14 deste Anexo;

14. Consta abaixo a tabela de pontuação dos títulos apresentados:

MODALIDADES	PONTUAÇÕES	CRITÉRIOS
Pós-Graduação	3 (três) ponto	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Doutorado na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	2 (dois) pontos	Diploma ou certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado, na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
	1 (um) ponto	Certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização na disciplina em que se inscreveu ou na área de Educação.
Capacitação	0,1 (um décimo) a cada 50 (cinquenta) horas de curso comprovado, limitado a 1,0. (Concluídos até a data da publicação deste edital)	Comprovar realização de capacitação, com no mínimo 20 (vinte) horas, dentre as atribuições das atividades para o Cargo que está em Seleção.
Tempo de Serviço	0,2 (dois décimos) a cada 2 anos de experiência no cargo, ou 1,0 ponto até no máximo 10 anos.	Comprovar o exercício, com o tempo total em dias, meses e anos de Atividades desenvolvidas no mesmo Cargo e mesma atribuição para o Cargo que está em Seleção.

**ANEXO IX
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**

1. Caberá interposição de recursos à FAEPESUL, no prazo de 1 (um) dia útil, contados a partir da data de publicação, a respeito:
 - a) Impugnação deste Edital;
 - b) Revisão do indeferimento de inscrição;
 - c) Revisão de questão da Avaliação Escrita Objetiva;
 - d) Revisão do Resultado da Avaliação de Títulos;
 - e) Resultado das Etapas.
2. Os recursos deverão ser interpostos diretamente através do Site de Internet (www.faepesul.org.br/concursos) na Área do Candidato.
3. O recurso deverá obedecer ao padrão estabelecido pela FAEPESUL, devendo ser observados, entre outros, os seguintes requisitos:
 - a) Fundamentar, com argumentação lógica e consistente;
 - b) Apresentar recursos individuais, para questões diferentes (se for o caso).
 - c) Estar relacionado ao próprio recorrente.
4. Os recursos que não estiverem de acordo com o disposto nos itens acima serão liminarmente indeferidos.
5. Não será aceito pedido de recurso de qualquer natureza, via fax, correios eletrônicos, ou apócrifos.
6. Somente será apreciado o recurso que for expresso em termos convenientes e que aponte as circunstâncias que o justifique.
7. O recurso interposto fora do respectivo prazo não será aceito, sendo considerada a data e hora de seu protocolo.
8. As decisões dos recursos estarão disponíveis ao candidato diretamente na sua Área do Candidato e o resultado, na forma de extrato (Procedente, Improcedente ou Parcialmente Improcedente), publicado nos locais especificados no item 8 deste Edital.
9. Se do exame do recurso resultar a anulação de item integrante de Avaliação, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos.

**ANEXO X
DAS EXIGÊNCIAS E DOCUMENTOS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

1. Homologado o resultado, a municipalidade, havendo necessidade, chamará o candidato classificado para o exercício do cargo, por ordem crescente de classificação, o qual será nomeado na forma mencionada neste Edital.
2. São requisitos básicos para a investidura em cargo público de caráter temporário:
 - 2.1 A aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;
 - 2.2 A prova da nacionalidade;
 - 2.3 Certidão de gozo dos direitos políticos;
 - 2.4 A quitação com as obrigações militares, para os homens;
 - 2.5 A quitação com as obrigações eleitorais;
 - 2.6 A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
 - 2.7 O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
 - 2.8 A comprovação da aptidão física e mental para exercício do cargo;
 - 2.9 Declaração de não acumulação ou de acumulação lícita de cargos, empregos ou funções públicas, inclusive se já aposentado em outro cargo ou emprego público;
 - 2.10 Declaração de ausência de impedimento de exercício de cargo, emprego ou função pública;
 - 2.11 Declaração do Imposto de Renda ou Declaração de Bens;
 - 2.12 Apresentação de Diploma ou Certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária que ateste a conclusão do curso.
 - 2.13 A apresentação de Certidão de Conclusão de Curso devem ser acompanhadas do histórico escolar.
 - 2.13.1 Não serão aceitos históricos sem certidões/declaração, atas ou afins.
 - 2.13.2 Declaração que comprove que as vacinas estão em dia.
 - 2.13.3 Carteira de Identidade
 - 2.13.4 CPF.
 - 2.13.5 PIS/PASEP.
 - 2.13.6 Certidão de Nascimento ou Casamento.
 - 2.13.7 Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos.
 - 2.13.8 Carteira de Vacina Filhos Menores de 05 anos
 - 2.13.9 CPF dos Dependentes.
 - 2.13.10 Uma foto 3x4 recente.
 - 2.13.11 Carteira Profissional Original.
 - 2.13.12 Título de Eleitor
 - 2.13.13 Original e fotocópia do comprovante de residência atualizado, assim sendo considerado: conta de luz, IPTU, água ou telefone, em nome do candidato, cônjuge ou de ascendente ou descendente direto.
 - 2.13.14 Certidão de antecedentes criminais.
 - 2.13.15 Carteira de Motorista – Cargo de Motorista

1.13.16 Apresentar certificado válido do curso de Transporte Escolar e Transporte Coletivo, para o cargo de motorista de transporte escolar. (Certificado emitido pelo órgão competente).

1.13.17 Os candidatos aprovados e classificados no Certame serão convocados e encaminhados para o exame médico.

3. As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em Lei.

4. A perda ou suspensão do gozo dos direitos políticos será configurada, caso a Administração Municipal tome ciência da existência de sentença, com trânsito em julgado de:

3.1 Cancelamento da naturalização;

3.2 Reconhecimento da incapacidade civil absoluta;

3.3 Condenação penal, enquanto durarem os seus efeitos;

3.4 Condenação em processo judicial instaurado por força de atos de improbidade administrativa.

5. O não cumprimento dos requisitos disciplinados no item 2 impede a contratação do candidato e gera a sua recondução à última colocação neste certame.

EXTRATO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

Publicação Nº 2220568

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE GAROPABA – SC torna público o EDITAL Nº 002/2019 que abre inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO destinado a selecionar candidatos para contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1.988 e do Art. 207 da Lei Complementar Municipal nº 1.000/2005, o qual será executado pela FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL - FAEPESUL.

O Edital completo estará disponível a partir do dia 8 de novembro de 2019 nos seguintes endereços eletrônicos:

- No sítio de internet do Município de Garopaba/SC: (<http://www.garopaba.sc.gov.br>);
- No site de internet da FAEPESUL: (www.faepesul.org.br/concursos);

Garopaba – SC, 08 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI Nº 2204, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220514

LEI Nº 2.204, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

REGULAMENTA OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE REMUNERADO PRIVADO INDIVIDUAL DE PASSAGEIROS NO MUNICÍPIO DE GAROPABA.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo regulamentar os serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município de Garopaba, assegurando a isonomia, a livre concorrência e a transparência de serviços de compartilhamento de veículos, de forma a garantir segurança e confiabilidade, conforme as normas da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, da Lei Federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, com as alterações promovidas pela Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018, a qual altera a Lei nº 12.587, de 2012, para regulamentar o transporte remunerado privado individual de passageiros e demais normas atinentes.

Art. 2º A exploração do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros somente será autorizada pelo departamento de trânsito da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Parágrafo único. Poderão habilitar-se à autorização pessoas jurídicas operadoras de tecnologia que sejam titulares do direito de uso de programa, aplicativo ou base tecnológica de comunicação em rede destinado a prestação dos serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros no Município de Garopaba.

Art. 3º Compete às Operadoras de Tecnologia:

I – organizar a atividade e o serviço prestados pelos motoristas parceiros e veículos;

II – cadastrar os veículos e seus motoristas parceiros para a prestação do serviço, atendendo aos requisitos mínimos de segurança, conforto, higiene e qualidade;

III – apresentar ao Poder Executivo Municipal quando da solicitação de autorização para exploração do serviço, o cadastro dos veículos e motoristas parceiros, com toda a documentação mencionada na presente Lei, inclusive aquela referente aos motoristas;

IV - disponibilizar, ao Poder Executivo Municipal o cadastro dos veículos e motoristas parceiros com registro em Garopaba;

V – informar ao Município sempre que houver cadastramento de novos motoristas parceiros, apresentando toda a documentação mencionada na presente Lei;
VI – disponibilizar ao Poder Executivo Municipal o acesso à base de dados das corridas realizadas com origem no Município de Garopaba;
VII – encaminhar oficialmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, ao departamento de trânsito da Secretaria Municipal de Infraestrutura, informações consolidadas das viagens realizadas com origem no Município de Garopaba.

Art. 4º Compete ao motorista parceiro da Operadoras de Tecnologia:

I - possuir Carteira Nacional de Habilitação na categoria B ou superior que contenha a informação de que exerce atividade remunerada;
II - possuir Seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros – APP e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT;
III - encontra-se inscrito como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
IV - conduzir veículo que atenda aos requisitos de idade máxima e às características exigidas pela autoridade de trânsito e pelo Município de Garopaba;
V - emitir e manter o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo CRLV;
VI - apresentar à Operadora de Tecnologia, quando do início da prestação dos serviços e sempre que solicitado, certidão negativa de antecedentes criminais da Vara de Execuções Penais, da Polícia Federal e da Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina;
VII – apresentar à Operadora de Tecnologia comprovante de residência;
VIII – manter o cadastro atualizado junto à Operadora de Tecnologia.

Art. 5º Todos os veículos credenciados nas Operadoras de Tecnologia que estejam prestando serviços no Município de Garopaba deverão possuir no para-brisa dianteiro, de maneira visível ao passageiro, documento com a identificação da Operadora de Tecnologia do qual é parceiro.

Art. 6º Os exploradores da atividade econômica de prestação de serviço que trata esta Lei sujeitar-se-ão, sem prejuízo da incidência de taxas e outros tributos aplicáveis, ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, nos termos da legislação pertinente.

Art. 7º O Poder Executivo Municipal, através das autoridades e agentes públicos competentes, no exercício do poder de polícia de trânsito e transporte, será responsável pela fiscalização do serviço, visando assegurar o cumprimento das normas dispostas nesta Lei e demais legislações aplicáveis.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 1368/2019.

Publicação Nº 2220005

PORTARIA N.º 1368, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 27 (vinte e sete) dias, concedidas através da Portaria n.º 106/2014 e suspensas através da Portaria n.º 176/2014, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à servidora TULA SOUZA DO AMARAL, Matrícula Funcional n.º 6653, no período de 11/11/2019 a 07/12/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor em 11/11/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1369/2019.

Publicação Nº 2220026

PORTARIA N.º 1369, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
SUBSTITUIR OFICIAL DE GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. SUBSTITUIR a Oficial de Gabinete, Tula Souza do Amaral, nos termos do Art. 46 da Lei Municipal n.º 1000/2005, pela servidora LISIELE DE ARAÚJO PIRES GABRIEL, Matrícula 4054, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Desenvolvimento, de 11/11/2019 a 07/12/2019.

Art.2º. A servidora substituidora perceberá a remuneração de seu cargo originário, acrescida de parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do valor do subsídio atribuído ao cargo provido pela substituída, nos termos do Art. 47 da Lei nº. 1000/2005.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1370/2019.

Publicação Nº 2220028

PORTARIA N.º 1370, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONSTITUI COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, formada pelos servidores municipais: ROSILENE PACHECO LIMA, CLEIDE DE SOUZA, SILVIO CIPRIANO, RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA e MARIA GORETE BENDO MENDES para fiscalizar o Processo Seletivo nº 002/2019, para Contratação de Profissionais em Caráter Temporário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326, de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1371/2019.

Publicação Nº 2220030

PORTARIA N.º 1371, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, nos termos do Inciso I do § 2º do Art. 55 da Lei Municipal n.º 1000/2005, ELIANE SEBASTIÃO, CPF n.º ***.***.949-09, do cargo de ENFERMEIRO, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 04/11/2019.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1372/2019.

Publicação Nº 2220033

PORTARIA N.º 1372, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DESCANSO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de FÉRIAS, de 10 (dez) dias, concedidas através da Portaria n.º 1037/2018 e suspensas através da Portaria n.º 1085/2018, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, à(ao) servidor(a) EDINEI JOSÉ VIEIRA, Matrícula Funcional n.º 7371, no período de 07/11/2019 a 16/11/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor em 07/11/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de novembro de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 08/11/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO PMG 042/2019

Publicação Nº 2219453

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 019/2019 - Processo PMG nº 042/2019

Modalidade: PREGÃO

Contratado: SAAY'S SOLUCÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 07.336.801/0001-71

Contratante: LOTE 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO DE MANEJO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, PARA A EXECUÇÃO DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COMPACTÁVEIS, DOMICILIARES E COMERCIAIS, EM ATERRO SANITÁRIO DEVIDAMENTE LICENCIADO, GERADOS NO MUNICÍPIO DE GARUVA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Valor Total Estimado: R\$ 1.755.950,76 (um milhão, setecentos e cinquenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais e setenta e seis centavos).

Dotação:

Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana – 12.02.2066.3090.10000

Data de Assinatura: 04/11/2019.

Prazo: 12 (doze) meses.

Contrato nº 020/2019 - Processo PMG nº 042/2019

Modalidade: PREGÃO

Contratado: SAAY'S SOLUCÕES AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 07.336.801/0001-71

Contratante: LOTE 02 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO DE MANEJO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA, PARA A EXECUÇÃO DA COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS/MATERIAIS RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA), GERADOS NO MUNICÍPIO DE GARUVA CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.

Valor Total: R\$ 266.346,72 (duzentos e sessenta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e setenta e dois centavos).

Dotação: Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana – 12.02.2066.3090.10000

Data de Assinatura: 05/11/2019.

Prazo: 12 (doze) meses.

Rodrigo Adrian David
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DO SEGUNDO ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2019

Publicação Nº 2220138

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 197/2019

AVISO DO SEGUNDO ADITIVO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2019

OBJETO: Registro de preços de serviços de recapagem de pneus, com material incluso. O Município de Gaspar torna público que efetivou ALTERAÇÕES no Edital de Licitação. DISPONDO também de NOVA DATA E HORÁRIO para recebimento dos envelopes, sendo dia 21/11/2019 até às 9h00min, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Gaspar. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do ADITIVO no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 07 de novembro de 2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC PROCESSO ADMINISTRATIVO 310/2018 EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº FMS 167/2018

Publicação Nº 2219399

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 310/2018

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº FMS 167/2018

Inexigibilidade: 78/2018. INÍCIO: 01/11/2019. VENCIMENTO: 31/12/2019. OBJETO: Renovação do ajuste que tem por objeto a contratação de entidade de direito privado sem fins lucrativos, na área de atuação de Hospital Geral com Perfil de Média Complexidade no âmbito do Município de Gaspar, para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde. CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). CONTRATADA: HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPETUO SOCORRO (84.045.830/0001-25). VALOR TOTAL: R\$ 2.469.783,16 (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil e setecentos e oitenta e três reais e dezesseis centavos).

Gaspar (SC), 18 de outubro de 2019.

JOSÉ CARLOS DE CARVALHO JÚNIOR

Secretário Municipal de Saúde

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220328

LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019.

ACRESCENTA DISPOSITIVO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 88, DE 21 DE AGOSTO DE 2018, QUE ATUALIZA E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE OS INCENTIVOS ECONÔMICOS E ESTÍMULOS FISCAIS PARA EMPRESAS DISPÕEM SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE INCENTIVO ECONÔMICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescido o §3º ao artigo 2º da Lei Complementar nº 88, de 21 de maio de 2018, com a seguinte redação:

“§3º Poderá ser estendida a isenção de que trata as alíneas “a” e “e” do inciso I – estímulos fiscais – para o imóvel integrante de condomínios e/ou loteamentos empresariais e administradora de bens, inclusive os constituídos pelo sistema denominado Builttosuit, desde que referidos imóveis sejam ocupados por empresas que preencham as demais condições estabelecidas nesta Lei.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 16 de outubro de 2019.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

PORTARIA Nº 6.109, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2204554

PORTARIA Nº 6.109, DE 23 DE OUTUBRO DE 2019.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 05/2019, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR J. L. R.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 02/2019 – PAD nº 05/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 12 de novembro de 2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 05/2019, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor J.L.R.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de outubro de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2019

Publicação Nº 2220531

DISPENSA DE LICITAÇÃO 022/2019 — A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE EXAMES MEDICOS OCUPACIONAIS CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, PARA ATENDER OS SERVIDORES EFETIVOS E OS COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GASPAR.

AUTOS: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2019.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara de Municipal de Vereadores de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

OBJETO: A contratação de empresa especializada em serviços (conforme legislação vigente), elaboração e execução do programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA (NR9), elaboração e execução do programa de controle médico de saúde ocupacional – PCMSO (NR7), elaboração do relatório anual do programa de controle médico de saúde ocupacional, emissão dos PPP'S – perfis profissiográficos previdenciários e exames clínicos com a emissão dos atestados (admissionais, periódicos e demissionais), para atender os servidores desta Edilidade.

PRAZO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS: Será de 02 (dois) dias úteis a partir dessa publicação no Diário Oficial dos Municípios, para os interessados em fazer o orçamento do referido objeto, entrar em contato através do e-mail: celio@camaragaspar.sc.gov.br.

Gabinete da Presidência, 07 de novembro de 2019.

Ciro André Quintino

Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

DISPENSA DE LICITAÇÃO PDL - 021/2019

Publicação Nº 2220530

DISPENSA DE LICITAÇÃO PDL - 021/2019 — AQUISIÇÃO DE UM COMPUTADOR PARA O SETOR DE IMPRESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GASPAR.

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2019.

FUNDAMENTAÇÃO: Licitação dispensável na forma do artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/1993.

INTERESSADA: Câmara Municipal de Vereadores de Gaspar. CNPJ nº 83.543.546/0001-16.

OBJETO: Aquisição de um computador (cujas especificações constam nos processos de licitação na modalidade Pregão Presencial citados abaixo) para o setor de imprensa, para a captura das imagens nas transmissões ao vivo, que acontecem no Plenário desta Edilidade semanalmente.

Obs: Foram realizadas 02 (duas) tentativas de licitação na modalidade Pregão Presencial para a compra de equipamentos de informática, novos. A primeira tentativa foi a de número 002/2019 realizada no dia 02 de setembro de 2019, e não teve oferta referente ao computador que necessitamos para o setor de imprensa conforme já citado acima, e a segunda tentativa foi a de número 004/2019 realizada no dia 30 de outubro de 2019 e também não obtivemos oferta referente a este equipamento, por esses motivos estamos instaurando esse processo de dispensa de licitação.

PRAZO DE ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS: Será de 02 (dois) dias úteis a partir dessa publicação no Diário Oficial dos Municípios, para os interessados em fazer o orçamento do referido objeto, entrar em contato através do e-mail: celio@camaragaspar.sc.gov.br.

Gabinete da Presidência, 07 de novembro de 2019.
Ciro André Quintino
Presidente da Câmara de Vereadores de Gaspar

EXTRATO CONTRATO CM - 029/2019

Publicação Nº 2220518

EXTRATO CONTRATO CM - 029/2019

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e COMPETI CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA, representados pelos signatários abaixo, resolvem celebrar o CONTRATO CM 029/2019, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Constitui objeto deste contrato a prestação de serviço de cessão de uso do Sistema de Votação para as eleições “Vereador Mirim 2019”.

Cláusula 2ª – O preço para execução do objeto deste contrato é de R\$ de R\$ 2.950,00 (dois mil e novecentos e cinquenta reais).

Cláusula 3ª – A vigência do contrato estende-se até 31/12/2019.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em três vias de igual teor e forma.

Gaspar (SC), em 22 de outubro de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES

Ciro André Quintino

Presidente

COMPETI CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA LTDA

Gilson da Silva

Representante

EXTRATO CONTRATO CM - 030/2019

Publicação Nº 2220529

EXTRATO CONTRATO CM - 030/2019

Pelo presente instrumento, a CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR e CLÓVIS GEOCIR ZIMMERMANN – MEI, representados pelos signatários abaixo, resolvem celebrar o CONTRATO CM 030/2019, nos seguintes termos:

Cláusula 1ª – Prestação de serviços consistente em apresentação musical ao vivo, a qual será realizada no dia 31 de outubro do corrente ano, por ocasião da Sessão Solene que acontecerá em homenagem à Rede Feminina de Combate ao Câncer do Município de Gaspar (SC).

Cláusula 2ª – O preço para execução do objeto deste contrato é de R\$ 550,00 (quinhentos e cinquenta reais).

Cláusula 3ª – A vigência do contrato estende-se até 31/12/2019.

E por acharem assim compromissadas, as partes assinam este instrumento em três vias de igual teor e forma.

Cláusula 4ª - O presente instrumento decorre do Processo de Dispensa de Licitação nº 019/2019, homologado em 8/10/2019.

Gaspar (SC), em 22 de outubro de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES

Ciro André Quintino

Presidente

CLÓVIS GEOCIR ZIMMERMANN – MEI

Clóvis Geocir Zimmermann

Representante

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 102/2019

Publicação Nº 2220550

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE REALIZARÁ A LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

TOMADA DE PREÇOS 102/2019

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que realizará licitação, tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO E REFORMA DA SEDE DA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SILVIA PRAZERES DE CARVALHO, NO BAIRRO CAEIRA, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO REFERIDO EDITAL.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 27/11/2019 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 27/11/2019 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 07 de Novembro de 2019.

Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário Municipal de Administração

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 100/2019

Publicação Nº 2220551

AVISO DE SUSPENSÃO

TOMADA DE PREÇOS 100/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA SILVIA PRAZERES DE CARVALHO, NO BAIRRO CAEIRA, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO REFERIDO EDITAL.

MOTIVO DA SUSPENSÃO: READEQUAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos, no endereço: www.governadorcelso-ramos.sc.gov.br.

Governador Celso Ramos, 07 de novembro de 2019.

Paulo Henrique Silveira de Souza
Secretário Municipal de Administração

Gravatal

PREFEITURA

ERRATA PORTARIA 232/2019

Publicação Nº 2219536

ERRATA DA PORTARIA 232/2019 DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019, PUBLICADA NO DOM PUBLICAÇÃO Nº 1964699 EM 01/04/2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

RESOLVE:

RETIFICAR EM PARTE A PORTARIA Nº 232/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 01 de abril de 2019, que contratou em caráter temporário Silvana dos Santos de Souza para a função do cargo de Professora Ensino Fundamental – Educação Física.

Onde se lê: no período compreendido entre 11 de fevereiro de 2019 à 13 de dezembro de 2018.

Leia-se: no período compreendido entre 11 de fevereiro de 2019 à 13 de dezembro de 2019.

Gravatal/SC, 07 de novembro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO ATA DE REGISTRO 38/2019 - GASOLINA COMUN

Publicação Nº 2219307

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019
REGISTRO DE PREÇO Nº 17/2019

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUN) PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUTROS DEPARTAMENTOS."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: AUTO POSTO CELI LTDA

CNPJ: 07.996.426/0001-96

Item	Especificação	UND.	QTDE.	Marca	Preço Unit.	Total	
1	GASOLINA COMUN	L	100000	SHELL	R\$ 4,319	R\$ 431.900,00	
Total						R\$ 431.900,00	

Gravatal (SC), 07 de novembro de 2019.

EDVALDO BEZ DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0.414.357-63/16

Publicação Nº 2219472

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GRAVATAL
CONTRATO DE FINANCIAMENTO PROGRAMA PRO TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0.414.357-63/16

OBJETO: "CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE, ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC, DESTINADO A EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE GRAVATAL /SC, NO ÂMBITO DO PRÓ-TRANSPORTE. "

AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONOMICA FEDERAL.

CNPJ: 00.360.305/0001-04.

TOMADOR: MUNICÍPIO DE GRAVATAL/SC

CNPJ: 82.926.569/0001-47

VALOR: R\$ 1.599.370,88 (Um milhão, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e setenta reais e oitenta e oito centavos).

Fundamento Legal: Lei 8.666/93 e suas demais alterações.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 29 de outubro de 2019.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATOS CONTRATOS 108.2019.DOCX

Publicação Nº 2219876

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 108/2019
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGION
Valor : 0,0 ()
Vigência : Início: 07/11/2019 Término: INDETERMINADO
Recursos : Dotação:

Objeto : O presente contrato tem como objeto a gestão associada dos serviços públicos de Gestão Ambiental no licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como no desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, nos Termos da Lei Municipal 3.215/2019.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 13.19 FMAS.DOCX

Publicação Nº 2219391

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019
PROCESSO Nº 13/2019 HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2019
CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM O SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS), BEM COMO AOS GRUPOS PAIF OFERTADOS PELO CRAS (CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL) E AQUISIÇÃO DE DOCES PARA ELABORAÇÃO DAS CESTAS NATALINAS A SEREM ENTREGUES ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE FREQUENTAM SCFV E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA DESTINADOS PARA A MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS DO CRAS E.

CONTRATADO: MERCADO GABBI LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.145,45 (quatro mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos)

CONTRATADO: R.L.M. ALIMENTOS LTDA.
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.620,41 (um mil seiscentos e vinte reais e quarenta e um centavos)

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 48/2019 FMS

Publicação Nº 2219670

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Eletrônico 48/2019 FMS

Processo Licitatório: 48/2019 FMS

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS AMBULATORIAIS COM MARCAS ESPECÍFICAS, CONFORME DE-TERMINAÇÃO JUDICIAL, PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega das Propostas: a partir de 11 de novembro de 2019 às 09h no site www.portaldecompraspublicas.com.br

Abertura das Propostas: 22 de novembro de 2019 às 09h00min (horário de Brasília no site www.portaldecompraspublicas.com.br)

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site guaramirim.atende.net, www.portaldecompraspublicas.com.br, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 07 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2019 - PMG

Publicação Nº 2219745

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 241/2019 – PMG

Processo Licitatório: 241/2019 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para contratação de empresa especializada em serviço de chaveiro para a Administração Direta e Indireta de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 22/11/2019 às 14h

Abertura dos Envelopes: 22/11/2019 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 7 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito Municipal de Guaramirim

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N.º 80/2019 PMG

Publicação Nº 2217687

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Tomada de Preços 80/2019 PMG

Processo Licitatório: 80/2019 PMG

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DA NOVA EMEF PROFESSOR DORVALINO FELIPPI DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 28/11/2019 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 28/11/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 5 de novembro de 2019.
LUIS ANTONIO CHIODINI
Prefeito

DECISÃO - LICITAÇÃO 48/2019-PMG

Publicação Nº 2220253

DECISÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º: 48/2019 - PMG.

MODALIDADE: Concorrência

TIPO: Técnica e Preços

OBJETO: ALIENAÇÃO DE TERRENOS PARA INCENTIVOS ECONÔMICOS DE EMPREENDIMENTOS QUE SE ESTABELEÇAM NA ÁREA INDUSTRIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, OU NELA APLIQUEM SUAS ATIVIDADES

A comissão Permanente de Licitações indeferiu o protocolo nº 6366/2019 realizado pela licitante Longen Beneficiamento Textil Ltda e remeteu o processo aos meus cuidados para avaliação da regularidade do feito.

Em comunicação interna de data de 06.11.2019 o Secretário de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo solicitou a anulação do processo licitatório em razão de vícios na lei vigente e diante de nova lei sobre a matéria.

Percebo que o art. 10, II, da Lei 58/2014 há a previsão que as atividades da empresa vencedora iniciem no prazo de 18 (dezoito) meses da homologação da alienação. Conforme as informações trazidas pela empresa Longen este prazo é insuficiente para o início das atividades da empresa.

Diante disso e conforme indicação do Secretário da pasta há necessidade de alteração legal quanto a este aspecto.

Assim, como o processo atual ainda não foi homologado, para que seja resguardada a segurança jurídica do contrato a ser firmado tal processo não pode continuar e deve ser revogado. Afinal, sequer foram abertos os envelopes de proposta.

Diante disso, revogo o processo licitatório nº 48/2019-PMG.

Por oportuno, para resguardar o direito ao contraditório das licitantes participantes do certame, concedo o prazo de 05 dias úteis para que se manifestem acerca da revogação nos termos do art. 109, I, c da Lei 8.666/99.

Guaramirim, 08 de novembro de 2019.
Luis Antonio Chiodini
Prefeito Municipal

DECRETO 1147/2019

Publicação Nº 2219455

DECRETO Nº. 1147/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ R\$ 350,000.00(trezentos e cinquenta mil reais).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 350,000.00 (trezentos e cinquenta mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

17 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010.0302.0006.2034 – Atendimento em Unidades e Emergência – HMSA 3335000000000000 – Transferência a Instituições Privadas
10200 Receitas de Impostos - Saúde
R\$ 350.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação da dotação abaixo:

17 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001.0010.0302.0006.2034 – Atendimento em Unidades e Emergência – HMSA 3319000000000000 – Aplicação Direta
10200 Receitas de Impostos - Saúde
R\$ 350.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 06 de novembro de 2019.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1148/2019

Publicação Nº 2219458

DECRETO Nº. 1148/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Luis Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Abre um crédito suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, aprovado pela lei nº. 4663/2019, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Ensino Fundamental
0012.0361.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equipamentos e Reforma de Ginásios e Quadras de Esporte
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 90.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

06 - Secretaria Municipal de Educação
001 - Ensino Fundamental
0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Ensino Fundamental
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 1.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 20.000,00
0012.0361.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equipamentos e Reforma de Ginásios e Quadras de Esporte
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 40.000,00
0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental
33390000000000000000 - Aplicações diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 10.000,00
0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 9.000,00
0012.0361.0005.2147 - Escola Integral - Ensino Fundamental
33390000000000000000 - Aplicações diretas

01360000 - Salário Educação
R\$ 1.000,00
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 1.000,00
005 - Educação Infantil - Pré-escolar
0012.0365.0005.2019 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Pré-Escola
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 5.000,00
0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 1.000,00
006 - Educação Infantil - Creches
0012.0365.0005.1007 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Creche
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 1.000,00
0012.0365.0005.2023 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Creche
34490000000000000000 - Aplicações Diretas
01360000 - Salário Educação
R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de novembro de 2019.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 4662/2019

Publicação Nº 2219461

LEI Nº. 4662/2019
Altera dispositivo na Lei nº. 1883/1995, que estabelece o Estatuto do Magistério.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. A lei nº. 1883/1995 passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 35.
.....

VII – Professor da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, Secretaria de Esporte e Lazer e da Fundação Cultural receberá 10% (dez por cento) de regência de classe sobre seu salário base.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de novembro de 2019.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

LEI 4663/2019

Publicação Nº 2219463

LEI Nº. 4663/2019

Autoriza a abertura de crédito suplementar no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de até R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

06 - Secretaria Municipal de Educação

001 - Ensino Fundamental

0012.0361.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equipamentos e Reforma de Ginásios e Quadras de Esporte

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 90.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm da anulação das dotações abaixo relacionadas:

06 - Secretaria Municipal de Educação

001 - Ensino Fundamental

0012.0361.0005.1005 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Ensino Fundamental

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 1.000,00

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 20.000,00

0012.0361.0005.1008 - Construção, Ampliação, Equipamentos e Reforma de Ginásios e Quadras de Esporte

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 40.000,00

0012.0361.0005.2018 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Ensino Fundamental

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 10.000,00

0012.0361.0005.2021 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 9.000,00

0012.0361.0005.2147 - Escola Integral - Ensino Fundamental

33390000000000000000 - Aplicações diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 1.000,00

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 1.000,00

005 - Educação Infantil - Pré-escolar

0012.0365.0005.2019 - Reforma e manutenção de Unidades Escolares - Pré-Escola

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 5.000,00

0012.0365.0005.2022 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Pré-Escola

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 1.000,00

006 - Educação Infantil - Creches

0012.0365.0005.1007 - Construção, Ampliação, Equipamentos - Creche

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 1.000,00

0012.0365.0005.2023 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil - Creche

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

01360000 - Salário Educação

R\$ 1.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 07 de novembro de 2019.
Luis Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219572

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor FORNEÇA BRASIL LDA - ME, referente aos empenhos N.º 6491-000/2019 E 6490-000/2019, liquidados em 16/10/2019 e 16/10/2019, nos valores de R\$ 279,30 e R\$ 762,00 respectivamente. Este pagamento refere-se a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONserto DO RELÓGIO DO PORTAL DE GUARAMIRIM .

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para realizarmos Nova Manutenção do Relógio do Portal de Guaramirim. Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 07 de novembro de 2019.
JAIR TOMELIN
Secretário de Adm. E Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219249

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor COMERCIAL STORINNY LTDA ME referente aos empenhos nº. 6238, 6893, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
6238	02/09/2019	6.013,35
6893	02/10/2019	3.307,80

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.
Jair Tomelin
Secretário de Administração e Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219262

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

JUSTIFICATIVA

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor LIBELULA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME referente ao empenho N.º 5107-000/2019, liquidados em 02/10/2019, no valor de R\$ 7.878,22 respectivamente. Este pagamento refere-se a outdoor para divulgação do calendário que antecede o aniversário de Guaramirim..

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para cumprir a divulgação dos Eventos Promovidos pela prefeitura Municipal ocorridos no mês de agosto de 2019.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 06 de novembro de 2019.
JAIR TOMELIN
Secretário de Adm. E Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219255

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI EPP referente aos empenhos nº. 6546, 6900, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
6546	25/09/2019	2.694,58
6900	01/10/2019	4.459,46

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219252

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ referente aos empenhos nº. 6307, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
6307	03/09/2019	1.505,32

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219259

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor NUTRIMIL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME referente aos empenhos nº. 5947-1, 5947-2, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
5947-1	02/09/2019	334,67
5947-2	18/09/2019	148,00

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219260

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor VHR DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP referente aos empenhos nº. 5740, 5741, 5826, 5827, 5959, 5960, 5961, 6241, 6242, 6304, 6311, 6312, 6393, 6394, 6395, 6427, 6447, 6455, 6537, 6542, 6544, 6898, 6899, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
5740	14/08/2019	298,62
5741	14/08/2019	9.481,83
5826	20/08/2019	2.661,93
5827	20/08/2019	4.898,60
5959	29/08/2019	34,20
5960	29/08/2019	3.049,91
5961	29/08/2019	605,17
6241	06/09/2019	7.154,56
6242	06/09/2019	6.357,83
6304	06/09/2019	709,77
6311	06/09/2019	872,34
6312	06/09/2019	844,30
6393	11/09/2019	191,05
6394	11/09/2019	416,82
6395	06/09/2019	21,24
6427	18/09/2019	162,95
6455	18/09/2019	271,13
6537	25/09/2019	8.143,32
6542	25/09/2019	3.794,33
6544	25/09/2019	5.209,95
6898	01/10/2019	180,12
6899	01/10/2019	7.428,44

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219261

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**JUSTIFICATIVA**

Em atendimento ao Art. 5º da Lei nº 8688/93, justifico a quebra da Ordem Cronológica para pagamento do fornecedor RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP, referente ao empenho N.º 6251-000/2019, liquidados em 02/10/2019, no valor de R\$ 17.964,00 respectivamente. Este pagamento refere-se a

SERVIÇO DE RECAPAGEM DE DOIS PNEUS.

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para cumprir prazo contratual.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos o presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim, 06 de novembro de 2019.

JAIR TOMELIN

Secretário de Adm. E Finanças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219256

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP referente aos empenhos nº. 5828, 5989, 5992, 6239, 6240, 6450, 6530, 6531, 6911, 6912, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
5828	20/08/2019	143,75
5989	27/08/2019	5.191,59
5992	27/08/2019	445,66
6239	02/09/2019	207,00
6240	02/09/2019	528,94
6450	18/09/2019	235,75
6530	25/09/2019	5.212,81
6531	25/09/2019	442,39
6911	30/09/2019	1.253,50
6912	30/09/2019	540,65

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219244

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor BARRA EMBALAGENS E ACESSÓRIOS LTDA ME referente aos empenhos nº. 5991, 6532, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
5991	27/08/2019	240,13
6532	03/10/2019	229,21

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor COMERCIAL STORINNY LTDA ME referente aos empenhos nº. 6238, 6893, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
6238	02/09/2019	6.013,35
6893	02/10/2019	3.307,80

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Fianças

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE JARAGUÁ referente aos empenhos nº. 6307, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
6307	03/09/2019	1.505,32

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Fianças

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor JUARPO COMERCIO ATACADISTA EIRELI EPP referente aos empenhos nº. 6546, 6900, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
6546	25/09/2019	2.694,58
6900	01/10/2019	4.459,46

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Fianças

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 2219241

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor A.V. COMERCIO ATACADISTA EIRELI referente aos empenhos nº. 5986, 6536, liquidados e nos valores relacionados na tabela abaixo. Este pagamento refere-se a alimentos diversos do Programa da Alimentação Escolar.

EMPENHO	DATA DE LIQUIDAÇÃO	VALORES LIQUIDADOS
5986	09/09/2019	7.797,04
6536	02/10/2019	8.144,94

O pagamento do referido empenho foi realizado antecipadamente para garantia da continuidade da Alimentação Escolar dos 5112 alunos da Rede Municipal.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

1. Guaramirim – SC, 06/11/2019.

Jair Tomelin
Secretário de Administração e Fianças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

PORTARIA 308/2019

Publicação Nº 2219185

PORTARIA Nº 0308/2019.

Determina a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CONSIDERANDO o recebimento da Nota de Esclarecimento prestada pelos organizadores da Copa Merlo Educação Executiva/Torfresma Industrial, relatando que no dia 10/08/2019, no Município de Palma Sola foi realizada mais uma etapa dos jogos, onde estiveram em disputa as equipes da categoria Sub 09 e Sub 14, e que, após os jogos, tomaram conhecimento de que alguns atletas da equipe da CME de Guarujá do Sul jogaram com documentos falsificados para poder se enquadrar na categoria correspondente;

CONSIDERANDO ainda, que no mesmo documento consta que a equipe era comandada pelo Professor Fernando Rangel, sendo o ato de sua total responsabilidade perante a Copa, por ser ele o supervisor/responsável pela equipe; e que, após algumas conversas o próprio Professor Fernando Rangel solicitou a exclusão de suas equipes do torneio, o que foi prontamente atendido pela Comissão Organizadora;

CONSIDERANDO que de acordo com o artigo 176 da Lei n. 1048, de 1991, a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa;

CONSIDERANDO que os fatos, se comprovados, ensejam a aplicação de penalidades administrativas que poderão ser graduadas desde advertência até a demissão, conforme o desenrolar dos fatos, a defesa e a documentação comprobatória que instruirão o processo, podendo caracterizar infração aos seguintes dispositivos legais contidos na Lei n. 1048, de 1991: art. 147, II e III; art. 165, XIII; é que :

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 53, inciso VI e IX, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 176 e seguintes da Lei n. 1048, de 1991 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a abertura do competente Processo Administrativo Disciplinar, a fim de apurar eventual infração disciplinar atribuída ao servidor Fernando Rangel, brasileiro, com inscrição junto ao Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 061.688.969-02, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor III, disciplina Educação Física, em estágio probatório, nomeado em 07/02/2019 conforme Portaria 090/2019, matrícula sob o nº 2898, conforme denúncia anexa, devendo ser acostado aos autos toda documentação pertinente disponível na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O Processo Administrativo seguirá o rito previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e tem como objeto a investigação quanto aos fatos descritos na denúncia que segue em anexo.

Art. 2º Fica constituída a Comissão Processante, composta pelos seguintes servidores:

I – Presidente da Comissão: MAURIANE FRANÇOZI funcionária pública estável, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicóloga, regime de trabalho de 40 h/s, com inscrição no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 017.928.089-92;

II – Raquel Sguario, funcionária pública estável, ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeira ESF, regime de trabalho de 40 h/s, com inscrição no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 043.764.159-79; e,

III – MARCIA ANDREIA FERNANDES, funcionária pública estável, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista, regime de trabalho de 30 h/s, com inscrição no Cadastro de Pessoa Física sob o nº 006.709.849-57.

Parágrafo único. Os integrantes da Comissão Processante deverão dedicar-se aos trabalhos inerentes ao processo, sem prejuízo das atribuições próprias do cargo; ficando, todavia, dispensados dos serviços normais toda vez que isso se fizer necessário.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por até igual período.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em
29 de outubro de 2019 – 68º ano da Fundação e 57º ano da Instalação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Claudio Junior Weschenfelder
Prefeito Municipal

Guatambú

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL RP 44/2019

Publicação Nº 2220627

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com a Lei 10.520/2002, e demais normas aplicáveis.

Processo Administrativo n. 534/2019.

Pregão Presencial RP n. 44/2019.

Tipo: Menor preço por Item.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, ELÉTRICOS E ELETROELETRÔNICOS E DEMAIS MATERIAIS PERMANENTES PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE GUATAMBU SC, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos no Anexo I deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:45 horas do dia 21/11/2019.

Abertura dos Envelopes: 09:15 horas do dia 21/11/2019.

O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço e horário: Rua Manuel Rolim de Moura, n. 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 3336-0102.

Guatambu, SC, 08 de novembro de 2019.

SILVESTRE FAVARO

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO 245/2019

Publicação Nº 2220654

DECRETO Nº 245 de 07 de novembro de 2019.

“Dispõe sobre LUTO oficial de 3 (três) dias e ponto facultativo para os serviços público municipais no dia 08 de novembro de 2019 e dá outras providências”

SILVESTRE FAVARO, Prefeito Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guatambu – SC;

Considerando o falecimento da Sra. Mara Luci Santa Catarina, Chefe de Gabinete da Prefeitura, na data de 07/11/2019, o qual entristece e enluta toda a comunidade;

Considerando sua destacada participação na vida pública guatambuense, constituindo-se em referência e representação do Distrito de Fazenda Zandavalli;

Considerando os relevantes serviços por ela prestados no âmbito do Poder Executivo Municipal, bem como o respeito a todos familiares e amigos,

DECRETA:

Art. 1º Luto Oficial no Município de Guatambu, por 03 (três) dias contados desta data, pelo falecimento da Sra. Mara Luci Santa Catarina, Chefe de Gabinete, que, em vida, prestou serviços a esta municipalidade.

Art. 2º Ponto facultativo nas repartições da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura de Guatambu, no dia 08 de novembro de 2019 (sexta-feira), a partir das 08:00 horas.

Art. 3º Funcionário normalmente os serviços essenciais da área de saúde e educação, bem como repartições de prestação continuada de serviços.

Art. 4º O processo licitatório nº 532/2019 — Pregão Presencial nº 43/2019, previsto para ocorrer no dia 08/11/2019, fica suspenso em razão dos acontecimentos. Com a devida antecedência nova data será marcada. Os interessados devem acompanhar o portal oficial do Município: www.guatambu.sc.gov.br.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Com as devidas condolências, registre-se; publique-se; cumpra-se.

Guatambu, 07 de novembro de 2019.

SILVESTRE FAVARO

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA 115 / 2019

Publicação Nº 2219276

PORTARIA N. 115/2019, de 05 de novembro de 2019.

“DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO DE ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – BIÊNIO 2020/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SILVESTRE FAVARO, Prefeito Municipal em exercício de Guatambu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e face a necessidade de realização de evento de escolha da Rainha e Princesas que representarão o município no Biênio 2020/2021.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam NOMEADOS os seguintes servidores nominados abaixo, para compor COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO DE ESCOLHA DA RAINHA E PRINCESAS DO MUNICÍPIO DE GUATAMBU – BIÊNIO 2020/2021.

- a) Liliane Zanette da Rosa;
- b) Cristiane Honorato da Fonseca;
- c) Andréia dos Santos Valendorff;
- d) Mara Luci Santa Catarina;
- e) Talita Ferreira da Silva;
- f) Andressa Pompeu da Silva;
- g) Elias Chiarello;
- h) Jair Carlos Lauxen.

Art. 2º Incumbe a Comissão realizar o regulamento do concurso de escolha da Rainha e Princesas e todos os demais atos inerentes ao Evento em questão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre e Publique-se.

Guatambu/SC, 05 de novembro de 2019

SILVESTRE FAVARO

Prefeito Municipal em Exercício

SUSPENSÃO ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL RP 43/2019

Publicação Nº 2220567

COMUNICADO

Devido ao Decreto de Luto Oficial nº 245 de 07 de novembro de 2019, viemos por meio deste comunicar a suspensão da etapa externa de abertura dos envelopes bem como credenciamento ao Pregão RP 43/2019 – Processo Licitatório 532/2019 que se daria as 09:15 hrs do dia 08/11/2019.

Tão logo se defina nova data e horários para credenciamento e abertura dos envelopes, tal ato terá publicidade.

Cordialmente,

SILVESTRE FAVARO

Prefeito Municipal em Exercício

Guatambu SC, 08 de outubro de 2019.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4102/2019

Publicação Nº 2219448

DECRETO Nº 4102/2019.

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº 036/2019/SMECE.

AMÉRICO LORINI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Edital nº 036/2019/SMECE,

DECRETA:

Art.1º Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº 036/2019/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO – EDITAL 036/2019/SMECE

Cargo: Professor de Anos Iniciais

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Lotação	Turno	Carga Horária	Opções para Remoção			Critério de Desempate	Remoção Resultado Final
					1ª	2ª	3ª		
01	Willan Flagner de Oliveira Ferreira	ERM Prof. Alcino Fernandes	Vespertino	20h	GEM Professor Adolfo Becker (vespertino)	-	-	-	GEM Professor Adolfo Becker (vespertino)

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2019.

EDITAL Nº 037/2019/SMECE

Publicação Nº 2220341

EDITAL Nº 037/2019/SMECE

O Prefeito do município de Herval d'Oeste, torna público que se encontram abertas as inscrições para o concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, de acordo com a Lei Complementar Nº 316, de 20 de dezembro de 2013 e Decreto Nº 3.608/2016 de 16 de dezembro de 2016 e regulamentação do presente Edital, da vaga excedente REMANESCENTE do Concurso de Remoção referente ao Edital nº 036/2019/SMECE.

1. DO CONCURSO

1.1 Poderão participar do Concurso de Remoção os ocupantes efetivos do cargo de professor da área 1 (1º a 5º ano) , conforme as necessidades de cada unidade escolar, respeitada a carga horária semanal de trabalho.

2. DA REMOÇÃO

2.1 A remoção é o deslocamento voluntário do membro do magistério de sua lotação para outra unidade educacional, sem modificação de sua situação funcional.

2.2 A remoção não modifica cargo, nível e carga horária do servidor, podendo ser alterado apenas o turno de trabalho, desde que existam vagas previstas em edital.

2.3 Para solicitar remoção o candidato deverá observar os seguintes critérios:

2.3.1 No ato da escolha para remoção, o ocupante do cargo de professor poderá optar por uma ou mais Unidades Escolares para onde deseja ser removido, desde que estas apresentem vagas excedentes.

2.3.2 As opções do candidato devem ser compatíveis com a carga horária de trabalho do mesmo, uma vez que não será permitido alterá-la por intermédio deste concurso.

2.3.3 O preenchimento das vagas disponíveis obedecerá à ordem de classificação, obtida mediante a apresentação dos títulos:

- 1st. Curso de pós-graduação, mestrado na área da educação ou do ensino;
- 2nd. Curso de pós-graduação, especialização na área específica de atuação;
- 3rd. Habilitação obtida em curso superior de Licenciatura Plena, na área de atuação.

2.3.4 No caso de concorrentes a mesma vaga e que possuam qualificação profissional equivalente, os critérios para classificação obedecerão ao disposto no artigo 50 da Lei Complementar nº 316/2013:

- 1st. Maior qualificação profissional;
- 2nd. Maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Herval d'Oeste;
- 3rd. Melhor resultado na avaliação de desempenho;
- 4th. Em caso de empate dar-se-á preferência ao mais idoso.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições estarão abertas no período de 08 a 12 de novembro de 2019, das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, no Setor Administrativo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

3.2 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação – mestrado;
- b) Original e fotocópia do Diploma de pós-graduação- especialização;
- c) Original e fotocópia do Diploma de graduação;
- d) Atestado de tempo de serviço no Magistério Público Municipal de Herval d'Oeste;
- e) Original e fotocópia da Carteira de Identidade;
- f) Procuração, quando for o caso.

3.3 O tempo de serviço solicitado deve ser apresentado por intermédio de atestado emitido pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Herval d'Oeste, expresso em anos, meses e dias, contados até 30 de setembro de 2019.

3.4 A inscrição constará do preenchimento de Requerimento, constante no anexo I deste edital.

3.5 O candidato deverá verificar a exatidão das informações contidas no requerimento, tornando-se após sua assinatura, inteiramente responsável pelas mesmas.

3.6 Não será admitido requerimento condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 O requerimento do candidato implicará no conhecimento do presente Edital.

4.2 O candidato que no ato da inscrição por intermédio de requerimento prestar declaração falsa ou inexata, ou apresentar documentos alterados, terá sua inscrição cancelada, anulando todos os atos dela decorrentes.

4.3 O quadro com as vagas disponíveis para Remoção consta no anexo II deste Edital.

4.4 O concurso de que trata o presente Edital terá validade restrita ao período de sua realização e seus efeitos efetivar-se-ão a partir do primeiro dia letivo de 2020.

4.5 O profissional da educação terá o prazo de 01 (um) dia útil, a partir do último dia da inscrição, para interpor recurso administrativo, bem como, solicitar anulação do seu requerimento, que deverá ser protocolado na Secretaria de Educação do Município, Setor Administrativo, das 7h45min. às 11h45min. e das 13h30min. às 17h30min.

4.6 A lista com a classificação final será divulgada no dia 14 de novembro de 2019.

4.7 Os casos omissos serão resolvidos por comissão própria.

Herval d'Oeste, 07 de novembro de 2019.

SILVANA LAZZARINI BULLA AMÉRICO LORINI
Secretária de Educação, Cultura e Prefeito
Esportes

ANEXO I

Ilma Sr^a
SILVANA LAZZARINI BULLA
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Pelo Deferimento

Pelo Indeferimento

Motivo: _____

Data: ____/____/2019

Responsável: _____

_____, lotado(a) no(a) _____

(Nome)

_____, localizado(a) no município de Herval d'Oeste, SC, com regime de trabalho de ____ horas semanais, vem requerer a Vossa Senhoria REMOÇÃO para a (as) Unidade(s) Escolar(es) abaixo relacionada(s):

1ª opção: _____ Turno _____

2ª opção: _____ Turno _____

3ª opção: _____ Turno _____

NESTES TERMOS
PEDE DEFERIMENTO

Herval d'Oeste ____/____/2019.

Requerente

ANEXO II

QUADRO DE VAGAS

Ensino Fundamental Anos Iniciais

Unidade Escolar	Turno	Carga Horária	Nº de Vagas
ERM Professor Alcino Fernandes	Vespertino	20h	01
Total			01

PORTARIA Nº 1559/2019

Publicação Nº 2220141

PORTARIA Nº 1559/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor RODOLFO TERTULIANO BAHÚ BACKES (MATRÍCULA 4276), ocupante do cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRO TUTELAR, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 12 de março de 2018 e 11 de março de 2019, para serem usufruídas a contar de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Novembro de 2019.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1560/2019

Publicação Nº 2220155

PORTARIA Nº 1560/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora ELIETE ANDREIA DEBUS (MATRÍCULA 2788), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de novembro de 2017 e 25 de abril de 2019, para serem usufruídas a contar de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1561/2019

Publicação Nº 2220157

PORTARIA Nº 1561/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora LUCINARA COSTA (MATRÍCULA 4050), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de janeiro de 2018 e 08 de janeiro de 2019, para serem usufruídas a contar de 04 de novembro de 2019 a 03 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1562/2019

Publicação Nº 2220158

PORTARIA Nº 1562/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 15 (QUINZE) DIAS DE FÉRIAS NÃO USUFRUÍDAS, conforme Portaria nº 731/2019, à servidora MICHELE ALVES PEREIRA (MATRÍCULA 4814), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 14 de março de 2018 e 14 de março de 2019, para serem usufruídas a contar de 04 de novembro de 2019 a 18 de novembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 04 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1563/2019

Publicação Nº 2220160

PORTARIA Nº 1563/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora JAQUILINE CAMILA MORAIS TESSER (MATRÍCULA 4166), ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO, Nível – 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de agosto de 2018 e 24 de agosto de 2019, para serem usufruídas a contar de 05 de novembro de 2019 a 04 de dezembro de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de novembro de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 06 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1564/2019

Publicação Nº 2220164

PORTARIA Nº 1564/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

NOMEAR, JULIANO DOS SANTOS (MATRÍCULA 5111), a partir de 07 de novembro de 2019, aprovado e classificado em 8º (oitavo) lugar através do Concurso Público 001/2017, de conformidade com Decreto nº 3.793/2017, de 21 de dezembro de 2017, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de MOTORISTA, Nível - 7, Referência - A, 40 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurada pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

PORTARIA Nº 1565/2019

Publicação Nº 2220167

PORTARIA Nº 1565/2019

AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – COMUM, à servidora pública municipal REMECILDA TERESINHA DOS SANTOS (MATRÍCULA 50), a qual exercia as funções inerentes ao cargo de provimento efetivo de SERVENTE (CARGO EM EXTINÇÃO), 40 horas semanais, com fundamento nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e nos termos da Lei Complementar nº 179/2005, a contar de 06 de novembro de 2019.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 06 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 1557/2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 07 de novembro de 2019.

AMÉRICO LORINI

Prefeito

PORTARIA Nº 1566/2019

Publicação Nº 2220015

PORTARIA Nº 1566 /2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o resultado da "comunicação de decisão- auxílio saúde nº 36/2019" do IPREVI HO;
CONSIDERANDO a comunicação interna nº 94/2019 da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
CONSIDERANDO a comunicação interna nº 41/2019 do Setor de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo em face das "L.R.M.", para apurar o procedimento de readaptação laboral.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais a seguir relacionados para conduzir o Processo Administrativo, cabendo a presidência ao primeiro nominado: Paulo Cezar Dolejal Berté, Lucas Willian Segundo e Andrea Dorini Giacomini.

Art. 3º - O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, por igual e sucessivo período, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 4º - A Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo acerca da readaptação da servidora envolvida.

Art. 5º - Fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos deste Município, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 6º - Determino, ainda, que a comissão processante observe na íntegra todos os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório da empresa processada, no decorrer deste processo sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de novembro de 2019.

Américo Lorini
Prefeito

PORTARIA Nº 1567/2019

Publicação Nº 2220020

PORTARIA Nº 1567 /2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade do poder público em respeitar os princípios que regem a Administração Pública;
CONSIDERANDO que cabe ao administrador que tiver ciência da irregularidade na prestação do serviço público a OBRIGATORIEDADE de promover a apuração dos fatos mediante sindicância ou processo administrativo;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo em face das conselheiras tutelares D. C. de C. e C. M. Z.", para apurar o descumprimento de suas obrigações laborais.

Art. 2º - Nomear os servidores públicos municipais a seguir relacionados para conduzir o Processo Administrativo, cabendo a presidência ao primeiro nominado: Paulo Cezar Dolejal Berté, Lucas Willian Segundo e Andrea Dorini Giacomini.

Art. 3º - O Processo Administrativo deverá ser concluído no prazo de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado, mediante justificativa, por igual e sucessivo período, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 4º - A Comissão deverá apresentar relatório minucioso e conclusivo acerca do descumprimento contratual e da penalidade aplicável.

Art. 5º - Fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos deste Município, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 6º - Determino, ainda, que a comissão processante observe na íntegra todos os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório da empresa processada, no decorrer deste processo sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de novembro de 2019.

Américo Lorini

Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 069/2019 - VOLPATO CONSTRUTORA LTDA

Publicação Nº 2219381

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 092/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2019

Termo de contrato que, entre si celebram:

1ª Contratante:

O MUNICÍPIO DE Ibiam, entidade jurídica de direito público interno, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede na Travessa Leoniza Carvalho Agostini-20, nesta cidade de Ibiam-SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivanir Zanin, e de ora diante denominado simplesmente MUNICÍPIO;

2ª Contratada:

VOLPATO CONSTRUTORA LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no C.P.N.J. sob o nº 13.307.158/0001-50, com sede na Rua Agostinho Luiz Barros- 13 – Cidade Alta, na cidade de Videira, Estado de Santa Catarina, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA;

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Tomada de Preços nº 005/2019 , homologado em data de 08 de outubro de 2019, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

I – OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS

1.1 – O objeto da Tomada de Preços é a EXECUÇÃO EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL, COM FORNECIMENTO TOTAL DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA, PARA A IMPLANTAÇÃO DE PORTAL TURÍSTICO NO MUNICÍPIO DE IBIAM.

1.2– A contratada responderá pela solidez e segurança dos serviços no prazo previsto no Código Civil Brasileiro.

1.3– Será de responsabilidade da CONTRATADA as custas com as Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) e Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's), exigidos para a execução dos serviços referente à obra, bem como as ART's e RRT's Complementares, caso seja necessário.

1.4– A contratada deverá manter na obra placa da empresa executora dos serviços, placa da obra.

1.5– Caberá a contratada proceder à instalação da obra dentro das normas gerais de construção, sendo de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obras: alvará, certidões e licenças, evitando interrupções por embargo, bem como, ter um jogo completo aprovado e atualizado dos Projetos, Planilha Orçamentária, Cronograma físico financeiro e Memorial Descritivo, Diário de Obra, ART's ou RRT's e demais elementos que interessem ao serviço.

1.6– Os serviços deverão ser executados pelo regime de empreitada por preço global, de acordo com as normas, especificações e métodos da ABNT, Código de Obras, Uso do Solo e demais normas e regulamentos oficiais atinentes a cada um dos projetos, efetuando os respectivos controles tecnológicos, bem como especificações e detalhamentos do Projeto Básico (Projetos, Memorial Descritivo, Cronograma físico financeiro e Planilha Orçamentária Global). Para todos os serviços a ausência de legislação específica enseja a observação das normas internacionais, citadas ou não no Edital.

1.7– A contratada deverá observar e fazer cumprir as normas regulamentadoras e legislações Federais, Estaduais e Municipais de Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho, bem como elaborar e apresentar para o Município o PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho da obra de acordo com a NR-9 e NR-18, devidamente registrado no MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

1.8– A contratada é responsável pelo fornecimento dos EPI's conforme a NR-6, a fim de assegurar a integridade física e saúde de seus funcionários.

1.9– A guarda, vigilância, manutenção e limpeza do canteiro de obras serão de exclusiva responsabilidade da licitante vencedora.

1.10– A contratada será responsável pela preservação das benfeitorias existentes.

1.11– A contratada deverá substituir os funcionários que não atenderem satisfatoriamente a execução do objeto. Após a solicitação formal, a contratada terá que adotar a providência no máximo em 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da comunicação.

1.12– O responsável pela fiscalização da obra tem plena autonomia para evitar a permanência na obra de qualquer funcionário que esteja em desacordo com as recomendações descritas no Memorial Descritivo e neste Edital.

1.13– Todo o material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser de primeira qualidade e ter aprovação prévia da municipalidade,

assim como qualquer alteração ou substituição que venha a favorecer o melhoramento e/ou qualidade dos serviços.

1.14– Quando, sob qualquer justificativa, se fizer necessária alguma alteração nas especificações, substituição de algum material por seu equivalente ou qualquer outra alteração na execução daquilo que está projetado, deverá ser apresentada solicitação à fiscalização da obra, devidamente justificada pelo responsável técnico.

1.15– Os materiais a serem empregados na obra devem obter especificações e normas técnicas (ABNT – NBR).

1.16– Todos os serviços e materiais que porventura não foram especificados no Memorial Descritivo e/ou na Planilha Orçamentária, porém inerentes e necessários ao bom andamento da obra e objetivo do Projeto, serão considerados como descritos, quantificados e de inteira responsabilidade da contratada, evitando assim, futuros aditivos. Ressalta-se que os quantitativos se referem a extensões em planta, sendo responsabilidade da contratada considerar demais quantitativos, sendo que estes estão inclusos no valor unitário.

1.16.1– Começados os serviços, a licitante vencedora será de inteira responsabilidade da obra até seu término, respondendo pelo mesmo.

1.17– A licitante vencedora deverá, antes do início dos serviços, analisar todos os documentos relacionados aos Projetos, Memorial Descritivo e Planilha Orçamentária a fim de que possa se certificar de todos os detalhes executivos, custos e exequidade dos mesmos. Não será aceito aditivo de materiais já previstos e orçados.

1.18– Qualquer alteração na execução da obra deverá ser solicitada por escrito pela licitante vencedora e somente poderá ser executada com prévia autorização por escrito do Município de Ibiã, mediante alteração contratual.

1.19– Os quantitativos deverão ser conferidos pela licitante obedecendo fiel e rigorosamente o Projeto Básico (Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária).

1.19.1– O Município de Ibiã não assumirá a responsabilidade pelo pagamento de eventuais diferenças que venham a ocorrer durante a execução da obra. Se for constatado qualquer erro ou diferença nos quantitativos, a empresa executora deverá solicitar, por escrito, a sua correção ou retificação antes da execução de cada etapa dos serviços.

1.20– Todos os detalhes de serviços a serem executados constantes dos desenhos e não mencionados nos quantitativos e no Memorial Descritivo, assim como todos os detalhes de execução de serviços mencionados nos quantitativos e no Memorial Descritivo e que não constem nos desenhos serão interpretados como parte integrante da execução da obra. Para efeito de interpretação de divergências entre os documentos contratuais fica estabelecido que:

- a) Em caso de divergência entre o quantitativo/memorial descritivo e os projetos prevalecerão sempre os primeiros;
- b) O projeto de execução prevalecerá sempre, em qualquer estágio da obra, sobre os demais projetos;
- c) Em caso de divergência entre as cotas dos desenhos e suas dimensões tomadas em escala, prevalecerão sempre as primeiras;
- d) Em caso de divergência entre os desenhos de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala;
- e) Em caso de divergência entre os desenhos de datas diferentes, prevalecerão sempre os mais recentes.

1.21– A contratada deverá seguir as orientações técnicas da Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Serviços, sendo que, caso as orientações não forem seguidas, poderá ocorrer à rescisão do contrato.

1.21.1– Todas as dúvidas existentes quanto à técnica de construção, deverão ser sanadas com a Fiscalização do Município de Ibiã, por escrito, cabendo a licitante vencedora aguardar deliberação para prosseguir as atividades daí decorrentes.

1.22– Homologado o processo licitatório pela autoridade competente, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da convocação, sob pena de descumprimento das obrigações assumidas.

1.22.1– Caução de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com supedâneo no artigo 56 da Lei nº 8.666/93, podendo a licitante vencedora optar por uma das seguintes modalidades de garantia: caução em dinheiro ou títulos da dívida pública; seguro-garantia ou fiança bancária.

Obs.: Caso venha ocorrer termo de aditamento contratual, a licitante vencedora deverá apresentar caução complementar na mesma modalidade escolhida no momento da assinatura do contrato.

1.23– A garantia contratual somente será resgatada pela licitante vencedora, na mesma modalidade em que foi apresentada, no prazo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da obra e depois de cumpridas todas as obrigações contratuais. No caso de rescisão contratual não será devolvida a garantia contratual, que será apropriada pelo Município de Ibiã, exceto se a rescisão e/ou paralisação se der em decorrência de acordo com o Município, ou nas hipóteses previstas no §2º do Art. 79 da Lei nº 8.666/93.

1.23.1– Como condição para que seja expedida a Ordem de Serviço, após a assinatura do contrato e antes de iniciar a obra, a licitante vencedora deverá comparecer junto a Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Turismo e Serviços, representada impreterivelmente pelo Administrador e pelo responsável técnico, e apresentar os seguintes documentos:

- a) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução da obra;
- b) CNO – Cadastro Nacional de Obras, obrigatoriamente em sua razão social e CNPJ;

1.24– Serão de responsabilidade da contratada todos os serviços com máquinas para execução da obra e a destinação final o “bota fora” do material retirado, bem como as taxas diversas relativas à obra e serviços.

1.25– O Município de Ibiã indicará profissionais habilitados para a fiscalização dos serviços executados pela contratada. Todas as etapas

dos serviços deverão ter a aprovação prévia da fiscalização e somente serão aceitos se estiverem perfeitamente executados, conforme os Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e prazos de acordo com o Cronograma físico-financeiro, bem como as solicitações do Edital.

1.26– A fiscalização do Município poderá impugnar qualquer trabalho que não satisfaça as condições do Memorial Descritivo, sendo a contratada obrigada a demolir qualquer trabalho rejeitado pela contratante, sem qualquer ônus para a mesma. Ao final de cada etapa descrita no Cronograma físico financeiro a fiscalização do Município deve ser comunicada por escrito.

1.27– Para facilitar o trabalho da fiscalização a contratada deverá manter na obra um Encarregado Geral, para esclarecimento de qualquer dúvida referente à execução dos serviços.

1.28– Antes de qualquer atividade construtiva a contratada deverá implantar a sinalização provisória de alerta, indicando a existência de desvios e caminhos de serviço. Será de responsabilidade da contratada qualquer acidente que a obra possa causar até a conclusão dos serviços e entrega da obra.

1.29– A contratada será responsável pelos danos causados ao Município ou a terceiros, por negligência, imprudência ou imperícia técnica sua ou de seus empregados ou, ainda, dos terceirizados, mesmo em áreas do Município que não constem do objeto do presente Edital.

1.30– A presença da fiscalização na obra não diminuirá a responsabilidade da contratada em quaisquer ocorrências, atos, erros ou omissões verificadas no desenvolvimento dos trabalhos ou a ele relacionados.

1.31– Toda a movimentação de equipamentos e as operações construtivas da obra deverão ser executadas levando-se em conta proporcionar o mínimo de incômodo aos usuários da via, pedestres e demais pessoas.

1.32– Deverão ser tomadas as medidas quanto à proteção nas operações de transporte dos materiais aplicados na obra, objetivando impedir o derrame ao longo das vias públicas ou no próprio local da obra.

1.33– Em caso de alteração do responsável técnico inicialmente apresentado pela contratada, anteriormente a assinatura do contrato e/ou durante a vigência do contrato, a contratada deverá apresentar motivo justo decorrente de fato superveniente, o qual será analisado pela Administração. Sendo aceito o motivo apresentado, a contratada deverá apresentar:

a) documentação do novo profissional;

b) ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou o RRT (Registro de Responsabilidade Técnica) de execução da obra, conforme exigido no item 1.23.1, letra "a", referente aos serviços que serão executados sob a responsabilidade técnica do novo responsável técnico.

1.35– A contratada deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias corridos a contar da data de emissão da Ordem de Serviço, sob pena de rescisão contratual.

1.35.1– A execução da obra deverá iniciar seguindo a planilha de orçamento (anexos), e a mesma deverá ser executada em até 120 dias.

1.36– Concluída a obra, a contratada deverá solicitar, por escrito, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO. Para a solicitação do Termo de Recebimento Provisório a obra deve estar totalmente limpa, sem entulhos e/ou restos de materiais depositados na rua ou no passeio.

1.37– Antes do RECEBIMENTO DEFINITIVO, se necessário, a licitante vencedora deverá elaborar e fornecer o Projeto "As Built" ao Município, para os casos previstos no art. 1º, §1º da Resolução nº 425, 18 de dezembro de 1998 do CONFEA.

1.38– Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório a licitante deverá solicitar, por escrito, o "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", sendo que os serviços devem atender as especificações e as possíveis correções solicitadas na vistoria de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

1.39– A contratada que por ventura estiver executando ou vier a executar outra(s) obra(s) contratada(s) pelo Município de Ibiam poderá utilizar os mesmos equipamentos, veículos e profissionais, inclusive de forma simultânea, desde que isso não afete a execução e andamento dos serviços, bem como não implique em atrasos nas etapas do cronograma físico-financeiro.

1.39.1– Não será concedida prorrogação de prazo de execução e nem poderão ser realizados ajustes no cronograma-físico financeiro;

1.39.2– Caso sejam utilizados os mesmos equipamentos, veículos e/ou profissionais e isso venha a afetar a execução e andamento dos serviços ou implique em atrasos nas etapas do cronograma físico-financeiro deverá a licitante vencedora providenciar outros equipamentos, veículos e/ou profissionais, a fim de que seja suprida a necessidade para a execução da obra dentro dos prazos definidos em cada etapa do cronograma físico-financeiro.

II - PREÇO

CLÁUSULA 2ª: PREÇO

2.1 – A obra, objeto do presente contrato, será executada pelo preço total e global de R\$ 177.199,97 (cento e setenta e sete mil cento e noventa e nove reais e noventa e sete centavos), sendo os valores unitários de R\$ 164.584,21 (cento e sessenta e quatro mil quinhentos e oitenta e quatro reais e vinte e um centavos) referente ao material e de R\$ 12.615,76 (doze mil seiscentos e quinze reais e setenta e seis centavos) referente à mão de obra.

III - PAGAMENTO

CLÁUSULA 3ª: PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 – Os pagamentos far-se-ão por meio de crédito em conta corrente bancária da CONTRATADA, conforme Cronograma físico financeiro apresentado pela mesma e de acordo com a verificação mensal realizada "in loco" pelos técnicos do Município de Ibiam, para a contratada emitir a Nota Fiscal.

3.2 – Os pagamentos somente serão realizados considerando o integral cumprimento de cada etapa prevista no Cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA.

3.3 – Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a emissão da respectiva Nota Fiscal Fatura, com: I - Emissão dos respectivos documentos fiscais; II - Aceitação dos serviços, pelo órgão do Município de Ibiã encarregado da fiscalização; III - Cópias autenticadas da folha de pagamento e da GRPS, relativas aos segurados colocados à disposição da CONTRATADA, quando for o caso; IV - Retenção do ISS sobre os serviços prestados que tenham por local da prestação o território do Município de Ibiã; V - Apresentação das certidões negativas de tributos Federais, Estaduais, Municipais, FGTS e CNDT; VI – Diário de Obra; e VII - Destaque, nas notas fiscais, da retenção previdenciária, de acordo com a legislação pertinente, indicando a base de cálculo.

3.3.1 – Para liberação da última parcela, a contratada deverá apresentar, juntamente com o pedido do Termo de Recebimento Provisório os laudos de controle tecnológico.

3.4– Tratando-se de prestação de serviços, a CONTRATADA deverá cumprir todos os encargos e obrigações trabalhistas. O MUNICÍPIO somente efetuará o pagamento para a CONTRATADA mediante comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, em especial o pagamento de salários, recolhimento de FGTS e de Contribuição Previdenciária dos Trabalhadores.

3.4.1A CONTRATADA deverá manter como condição para pagamento, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3.5.1 – Como condição para pagamento deverão ser apresentadas juntamente com a nota fiscal/fatura todas as certidões constantes da habilitação do Edital, dentro do prazo de validade, nos termos do Art. 55, Inciso XIII, da Lei de Licitações.

IV – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

CLÁUSULA 4ª: DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 – A obra deverá ser entregue pronta e acabada em até 120 (cento e vinte) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4.1.1 – A CONTRATADA deverá iniciar a obra obrigatoriamente seguindo as etapas descritas na planilha de orçamento.

4.2– A não entrega da obra dentro do prazo do item 4.1, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

4.3– Caso haja necessidade de prorrogação do prazo de execução dos serviços, a CONTRATADA deverá solicitar por escrito, devidamente protocolizado, no prazo de 10 (vinte) dias antes do término do prazo previsto no item 4.1. Os pedidos de prorrogação de prazo deverão estar devidamente justificados e comprovados (anexar gráficos meteorológicos de índices pluviométricos, quando for o caso, por exemplo).

4.4– Concluída a obra, a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO. Para a solicitação do Termo de Recebimento Provisório a obra deve estar totalmente limpa.

4.4.1- Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a CONTRATADA deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada e respectivas folhas de pagamento, bem como FGTS, sempre considerando os funcionários que trabalharam e conforme anotações diárias no diário de obra e respectiva CND previdenciária da obra.

4.5– Antes do RECEBIMENTO DEFINITIVO, se necessário, a CONTRATADA deverá elaborar e fornecer o Projeto “As Built” ao Município, para os casos previstos no art. 1º, §1º da Resolução nº 425, 18 de dezembro de 1998 do CONFEA.

4.6– Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório a CONTRATADA deverá solicitar, por escrito, o “TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO”, sendo que os serviços devem atender as especificações e as possíveis correções solicitadas na vistoria de emissão do Termo de Recebimento Provisório.

V – VIGÊNCIA

CLÁUSULA 5ª: VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato terá vigência a partir de sua assinatura, com duração até 180 dias, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

VI - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CLÁUSULA 6ª: CLASSIFICAÇÃO DAS DESPESAS

6.1 - As despesas com a obra, o objeto do presente contrato, estarão garantidos através da seguinte dotação orçamentária: Secretaria Municipal da Indústria Comércio Turismo e Serviços.

2044- Promoção do Turismo

Dotação – 176,122.

Detalhamento: 44905191000000- Obras em Andamento.

VII - GARANTIAS

CLÁUSULA 7ª: GARANTIA DE RESPONSABILIDADE

7.1 - A CONTRATADA responderá pelos vícios dos serviços que se compromete a prestar, e por quaisquer danos que venha a causar inclusive perante terceiros, ficando o MUNICÍPIO isento de qualquer responsabilidade, em virtude da prestação dos serviços, objeto do presente contrato.

VIII – DA FISCALIZAÇÃO**CLÁUSULA 8ª: FISCALIZAÇÃO:**

8.1 – O Município exercerá ampla e irrestrita fiscalização na execução do objeto desta licitação, a qualquer hora.

8.2 – Para cumprimento do disposto no art. 67, § 1º e § 2º da Lei de Licitações, será designado Servidor, para acompanhamento e fiscalização da execução do contrato.

8.2.1 – Tal representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.2.2 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência da representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.3 – A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade. A fiscalização exercida não reduz nem exclui a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive de terceiros, por qualquer irregularidade.

8.4- O acompanhamento será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Industria Comércio Turismo e Serviços de acordo com o estabelecido no Atr. 67 e parágrafos, da Lei 8.666/93, republicada em 06/07/94.

8.5- A fiscalização exercerá controle em relação a quantidade e particularmente a qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas desatendidas.

8.6- A fiscalização poderá ordenar a qualquer momento, sem prejuízo de outros sanções cabíveis ao caso, a paralisação da obra sempre que a Contratada deixar de cumprir o contido com as exigências do Projeto Básico e Termo de Referência.

8.7- O Engenheiro Responsável Técnico deve fazer vistorias na obra em pelo menos 10 horas semanais, preenchendo sempre o diário de obras que será disponibilizado pelo contratante.

8.8- O MUNICÍPIO designa como Gestor e Fiscal deste Edital e Contrato, a Portaria Municipal 323/2019, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização da entrega, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

IX – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**CLÁUSULA 9ª: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

9.1 – Se o contratado descumprir as condições desta Tomada de Preços ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei nº 8.666/93.

9.2 – De acordo com o estabelecido no art. 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo motivo para o seu cancelamento, nos termos previstos no art. 78 e seus incisos.

9.3 – A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o Contrato dentro do prazo de 05 (cinco) dias a contar da convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando a adjudicatária às penalidades legalmente estabelecidas, inclusive multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

9.4 – Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o Órgão Gerenciador ou o Órgão Participante poderá aplicar ao contratado as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

f) a recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, implicará na multa de 10% (dez por cento) do valor do Contrato;

g) multa de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, sobre o valor da parte do serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido, até o limite de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

h) multa de 0,2% (dois décimos percentuais) ao dia, sobre o valor global do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento), pelo descumprimento das condições estabelecidas no Edital e seus anexos, até a regularização das falhas apontadas;

i) multa de 0,2 % (dois décimos percentuais) ao dia, sobre o valor global do contrato, caso a obra seja paralisa por culpa da empresa executora;

j) para cada notificação de descumprimento contratual, será cobrada multa de R\$ 100,00 (cem reais), devendo ser aplicada em dobro no caso de reincidência pelo mesmo motivo.

9.5 – Sem prejuízo da aplicação das penalidades acima previstas, ainda poderá a Administração aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato, caso ocorra inexecução total do objeto contratado ou sobre a parcela inadimplida, caso a rescisão decorra da inexecução parcial;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

9.6 – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no sistema de registro de cadastro do Município e, no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

9.7 - Nenhum pagamento será processado à CONTRATADA penalizada, sem que antes, esta tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

9.8 – As penalidades acima poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, nos termos do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

9.9 – Na aplicação das penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

X - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 10ª: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

10.1 – O Contrato poderá ser rescindido nos casos de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, podendo ser:

a) por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

XI - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 11ª: VINCULAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

11.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do Processo Administrativo Licitatório nº 092/2019, Edital de Tomada de Preços nº 005/2019, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XII - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

CLÁUSULA 12ª: LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

XIII - FORO

CLÁUSULA 13ª: FORO DE ELEIÇÃO

13.1 - As partes contratantes elegem o FORO da Comarca de Tangará, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões judiciais relativas ou resultantes do presente contrato.

13.2 - E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em 02 (vias) vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 08 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

Ivanir Zanin

Prefeito Municipal

VOLPATO CONSTRUTORA LTDA

Contratada

Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi

CPF: 063.538.479-55

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado- OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 070/2019 - MECANICA ZAGO SB LTDA ME

Publicação Nº 2219382

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 070/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 108/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO 040/2019

Termo de Contrato, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE PEÇAS E DE CONserto DE VEÍCULO A FIM DE ATENDER FORD TRANSIT MJG 5548, O QUAL ATENDE CHAMADOS DE ATENDIMENTOS PRÉ- HOSPITALAR PRESTADO PELO CORPO DE BOMBEIROS, autorizado através do Processo nº 108/2019, Dispensa de Licitação nº. 040/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: MECANICA ZAGO SB LTDA ME
CNPJ: 04.526.146/0001-26
Endereço: ROD. Rodovia SC 303 SN- Santa Lúcia
CEP: 89560-000 Videira- SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto REFERENTE AO FORNECIMENTO DE PEÇAS E DE CONserto DE VEICULO A FIM DE ATENDER FORD TRANSIT MJG 5548, O QUAL ATENDE CHAMADOS DE ATENDIMENTOS PRÉ- HOSPITALAR PRESTADO PELO CORPO DE BOMBEIROS da MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

1.1. Compreendendo:

- 02 CORREIA MOTOR
- 01 TENSOR DE CORREIA
- TROCAR INTERCAMBIADOR DE CALORIAS
- TROCAR POLIA ALTERNADOR E TENSOR DA CORREIA
- ALINHAMENTO DE EIXO
- TROCAR AMORTECEDOR E MOLA TRASEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.655,00 (três mil seiscentos e cinquenta e cinco reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 159

Unidade Orçamentária: Manut. Convênio com o Corpo de Bombeiros.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. Todos os custos/despesas com transporte, manutenção, operador, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da vencedora.

2.6. O serviço deve ser executado seguindo todas as normas de segurança, que se fizerem necessárias, sendo que o município não terá qualquer responsabilidade sobre acidentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL e garantia dos itens.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
 - b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
 - c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
 - d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - e) a dissolução da empresa;
 - f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
 - g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
 - h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.
4.7.1. Como fiscal deste contrato o município designa o responsável pelo acompanhamento dos serviços realizados pela contratada.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 23 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MECANICA ZAGO SB LTDA ME

Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi

CPF: 063.538.479-55

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 071/2019 - ONÉVIO BETTONI

Publicação Nº 2219386

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 071/2019

PROCESSO LICITATÓRIO 109/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO 041/2019

Termo de Contrato, REFERENTE AQUISIÇÃO DE BOLAS DE VOLEIBOL PARA TREINAMENTOS ESPORTIVOS E PARA PROMOÇÃO DE CAMPEONATOS NO MUNICÍPIO E REDE DE PROTEÇÃO PARA DOAÇÃO PARA CAMPO DE FUTEBOL DE COMUNIDADE DO INTERIOR, autorizado através do Processo nº 109/2019, Dispensa de Licitação nº. 041/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ONÉVIO BETTONI

CNPJ: 83.686.238/0001-40

Endereço: Avenida Dom Pedro II, 73- Centro

CEP: 89560-000 Videira- SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto REFERENTE AQUISIÇÃO DE BOLAS DE VOLEIBOL PARA TREINAMENTOS ESPORTIVOS E PARA PROMOÇÃO DE CAMPEONATOS NO MUNICÍPIO E REDE DE PROTEÇÃO PARA DOAÇÃO PARA CAMPO DE FUTEBOL DE COMUNIDADE DO INTERIOR, da MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

1.1. Compreendendo:

- 02 bolas de vôlei MVA 300
- 04 bolas de vôlei 8.0 PRO
- Rede de proteção, fio 0,4 mm em nylon malha 15x15

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 3.068,80 (três mil e sessenta e oito reais e oitenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 110,178.

Unidade Orçamentária: Manut. das Atividades Esportivas

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. Todos os custos/despesas com transporte, manutenção, operador, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da vencedora.

2.6. O serviço deve ser executado seguindo todas as normas de segurança, que se fizerem necessárias, sendo que o município não terá qualquer responsabilidade sobre acidentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL e garantia dos itens.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.7.1. Como Gestor e fiscal deste contrato o município designa o Senhor Neivo Gonçalves Padilha e o Senhor Daniel Lutkemeyer Gonzatto.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 23 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM
IVANIR ZANIN
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ONÉVIO BETTONI
Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi
CPF: 063.538.479-55

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 072/2019 - ROBERTO RAFAEL DELANI

Publicação Nº 2219387

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 072/2019
PROCESSO LICITATÓRIO 110/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO 042/2019

Termo de Contrato, REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAR PINTURA ARTÍSTICA NOS MUROS E PARTE INTERNA DA ESCOLA MUNICIPAL ELIZIANE TITON E CRECHE JOSÉ ATÍLIO GRASSI COM TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA INCLUSOS, autorizado através do Processo nº 110/2019, Dispensa de Licitação nº. 042/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: ROBERTO RAFAEL DELANI
CNPJ: 12.489.485/0001-08
Endereço: VL. Vila Bressan s/n- Linha Frigeri- Interior
CEP: 89570-000 Pinheiro Preto- SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA REALIZAR PINTURA ARTÍSTICA NOS MUROS E PARTE INTERNA DA ESCOLA MUNICIPAL ELIZIANE TITON E CRECHE JOSÉ ATÍLIO GRASSI COM TODOS OS MATERIAIS E MÃO DE OBRA INCLUSOS, da MODALIDADE DISPENSA que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

1.1. Compreendendo:
Escola

- Pintura em muro (70m) com desenhos decorativos
- Cinco painéis decorativos com molduras de desenhos infantis educativos (1,20m x 2,20m)
- Pintura de jogos lúdicos educativos no piso do colégio (20m²)
- Pannel educativo no refeitório do colégio (1,5mx2m)
- Letreiro com nome da escola Centro Educacional Eliziane Titon (5m)

Creche Municipal

- Pintura do muro da entrada com desenhos infantis (30 m²)
- Pintura com desenhos educativos hábitos escolares (1,5m x 2,5m)

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor TOTAL de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega do material.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Reduzido 82,143.

Unidade Orçamentária: Manutenção da Ed. Infantil e Creche, e das Atividades do Ens. Fundamental.

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, conforme o Decreto Municipal 3081/2018, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

2.5. Todos os custos/despesas com transporte, manutenção, operador, combustível e/ou qualquer outro custo, fica sob inteira responsabilidade da vencedora.

2.6. O serviço deve ser executado seguindo todas as normas de segurança, que se fizerem necessárias, sendo que o município não terá qualquer responsabilidade sobre acidentes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL e garantia dos itens.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.7.1. Como Gestor e fiscal deste contrato o município designa o Senhor Rodrigo Perosa e o Senhor Daniel Lutkemeyer Gonzatto.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;

- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus

diretores e responsáveis técnicos.

- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Ibiam - SC, 30 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

IVANIR ZANIN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ROBERTO RAFAEL DELANI

Testemunhas:

Jackline Dalmolin Odorizzi

CPF: 063.538.479-55

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA 21/2019

Publicação Nº 2219400

DECLARAÇÃO DE QUEBRA DE CRONOGRAMA

MUNICÍPIO DE IBIAM – SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede Administrativa na Travessa Leoniza Carvalho Agostini nº 20, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Infraestrutura Obras e Transporte, ROGEL TAIBA, Brasileiro Maior inscrito no CPF sob nº 641.572.020-15, vem através declarar para os devidos a quem possa interessar que foi necessário a quebra de protocolo de pagamento para a empresa FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO OESTE DE SC, inscrita no CNPJ: 84.592.369/0001-20, cita a Rua Getúlio Vargas nº 2125, Bairro Flor da Serra, Joaçaba SC, a quebra do cronograma se faz necessário que por exigência da referida instituição a mesma nos entrega os laudos de ensaio de brita graduada simples (BGS0, somente após a identificação de pagamento.

Ibiam 06 de Novembro de 2019.

ROGEL TAIBA

Sec. Municipal de Infraestrutura

Obras e Transporte

CFT-BR nº 6415720201-5

TERMO ADITIVO N. 022/2019 - GENTE SEGURADORA

Publicação Nº 2219358

TERMO ADITIVO 22/2019

CONTRATO ADITADO N.º 090/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0100/2018

Segundo Aditivo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, autorizado através do Processo n. 100/2018, Licitação n. 052/2018, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Bairro: CENTRO CEP: 89652-000 - Centro, Ibiã - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ-MF nº. 90.180.605/0001-02

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, 450, Centro – CEP 9020-060 – Porto Alegre – RS.

Representada por: SERGIO SUSLIK WAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e a empresa GENTE SEGURADORA S/A, na data de 05 de setembro de 2018, firmaram contrato de "SEGURO DE VEÍCULOS", autorizado através do Processo n. 100/2018, Licitação n. 052/2018, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO E SUPRESSÃO

2.1 Considerando a vantagem para a administração municipal em manter os serviços prestados por essa empresa, devido os valores estarem abaixo do praticado no mercado;

2.2 Considerando, ainda, que o valor do presente aditivo não ultrapassa o limite máximo previsto na lei 8.666/93, art. 65.

2.3 A data de vigência do contrato permanece inalterada.

2.4 Faz-se o aditamento de prazo até a data de 10/05/2020;

2.4.1 Valor aditado da Proposta de Seguro 01.31.37742.0, passa a ser R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta); para o veículo RAH da Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do contrato nº 090/2018 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 14 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

GENTE SEGURADORA S/A

TESTEMUNHAS

Matheus Ethierry Ceron Zanin

CPF: 076.699.959-98

Carmelita Chiesa Tragancin

CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi

Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 023/2019 - PERTILLE TRANSPORTES

Publicação Nº 2219361

TERMO ADITIVO 23/2019

CONTRATO ADITADO N.º 014/2017

PROCESSO LICITATÓRIO N. 005/2017

Quinto Termo Aditivo de Contrato de Prestação de Serviços celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e PERTILLE TRANSPORTES EIRELI - ME, Contrato Administrativo 014/2017, Pregão Presencial 005/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Bairro: CENTRO CEP: 89652-000 - Centro, Ibiã - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: PERTILLE TRANSPORTES EIRELI – ME

CNPJ – 04.066.282/0001-80

Endereço: BR 470, KM 294, Interior, sn, Campos Novos

Representada por: LUIZ ADEBAR PERTILLE

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e PERTILLE TRANSPORTES EIRELI - ME, na data de 07 de fevereiro 2017, firmaram contrato de "Prestação de Serviços de Transporte Escolar", autorizado através do contrato administrativo 014/2017, e renovado pelo Termo Aditivo N. 064/2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO E SUPRESSÃO

- 2.1. Considerando que sendo insuficiente a quilometragem lictada, e havendo necessidade do transporte dos alunos.
2.2 Fica aditada a quantidade de 3,360 quilômetros, totalizando R\$ 11.088,00 (onze mil e oitenta e oito reais), de forma estimativa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 Devido o Aditivo ser somente de quantidade, não há alteração na dotação orçamentária, bem como os valores contratados se mantêm inalterados.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As demais cláusulas do Contrato 014/2017 continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

3.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 14 de outubro de 2019.
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
PERTILLE TRANSPORTES EIRELI - ME

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 004.918.899-25 CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 024/2019 - BETHA SISTEMAS

Publicação Nº 2219367

TERMO ADITIVO 24/2019
CONTRATO ADITADO N.º 087/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N. 078/2016

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 087/2016 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IBIAM E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Ibiã, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Ivanir Zanin, e de outro lado a empresa Betha Sistemas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.456.865/0001-67, representado pela Sra. Daniela Ramos Silva Guollo, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de Nº 087/2016 para fazer constar as seguintes alterações:

Considerando o relevante interesse público da entidade;
Considerando o Princípio da Economicidade tendo em vista a prática de valores de mercado;
Considerando o Princípio da Eficiência dos serviços públicos;
Considerando o que preconiza o artigo 65, I, "a" da lei n.º 8.666/93, promove-se o presente aditamento nos seguintes termos.

Cláusula Primeira – DO reajuste

De acordo com o TA nº 003/2019, Cláusula Quarta – o qual previa acréscimo de 3,37%, acumulado até setembro de 2019, no sistema já contratado, eSocial. Conforme tabela:

Mês	Reajuste 3,37%	Valor com Reajuste
Outubro	2,44	312,94
Novembro	10,46	320,96
Dezembro	10,46	320,96

Cláusula Segunda – DA vigência

A vigência do contrato 087/2016 para o exercício financeiro de 2019, compreendido o período de 14/10/2019 a 31/12/2019. Podendo, à critério da Administração, ser rescindido antes do término da vigência acima estipulada, sem direito a indenização por parte do contratado. Reduzido - 08

Cláusula terceira – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Ibiam, 14 de outubro de 2019.

MUNICÍPIO DE IBIAM
Ivanir Zanin – Prefeito
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva Guollo
CONTRATADA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF – 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.709-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 025/2019 - PEDREIRA TRIANGULO LTDA

Publicação Nº 2219364

TERMO ADITIVO 25/2019
ARP N.º 022/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N. 089/2019

Primeiro Termo Aditivo de Ata de Registro de Preço celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e PEDREIRA TRIANGULO LTDA, ARP nº 022/2019, Pregão Presencial Nº 042/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM
CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74
Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Bairro: Centro, Ibiam - SC.
Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: PEDREIRA TRIANGULO LTDA
CNPJ – 02.081.239/0001-69
Endereço: ROD SC 303, KM 47, Interior, sn, Ibicaré- SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e PEDREIRA TRIANGULO LTDA, na data de 13 de setembro de 2019, firmaram contrato de fornecimento de pedras para utilização em obras de infraestrutura rural, autorizado através Ata de Registro de Preço nº 022/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

- 2.1. Considerando a lei federal nº 8666/93;
- 2.2. Considerando a necessidade do material para a obra de pavimentação asfáltica no interior do Município;
- 2.3. Fica aditada a quantidade de 630 toneladas, totalizando R\$ 24.954,30 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos), de forma estimativa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1 Devido o Aditivo ser somente de quantidade, não há alteração na dotação orçamentária, bem como os valores contratados se mantêm inalterados.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1 As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 022/2019, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.
- 4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo

assinadas.

IBIAM – SC, 18 de outubro de 2019.
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
PEDREIRA TRIANGULO LTDA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

TERMO ADITIVO N. 026/2019 - PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA

Publicação Nº 2219369

TERMO ADITIVO 26/2019
ARP N.º 022/2019
PROCESSO LICITATÓRIO N. 089/2019

Primeiro Termo Aditivo de Ata de Registro de Preço celebrado entre o MUNICÍPIO DE IBIAM, ESTADO DE SANTA CATARINA, e PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA, ARP nº 022/2019, Pregão Presencial Nº 042/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

CNPJ-MF nº. 01.612.745/0001-74

Endereço: Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20, Bairro: Centro, Ibiã - SC.

Representada por: IVANIR ZANIN

CONTRATADA: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA

CNPJ – 75.815.787/0001-49

Endereço: Colônia Linha São Paulo, Interior, sn, Treze Tílias - SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO CONTRATO A SER ADITADO

O MUNICÍPIO DE IBIAM e PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA, na data de 13 de setembro de 2019, firmaram contrato de fornecimento de pedras para utilização em obras de infraestrutura rural, autorizado através Ata de Registro de Preço nº 022/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITAMENTO

2.1. Considerando a lei federal nº 8666/93;

2.2. Considerando a necessidade do material para a obra de pavimentação asfáltica no interior do Município;

2.3. Fica aditada a quantidade de 210 toneladas, totalizando R\$ 8.255,10 (oito mil duzentos e cinquenta e cinco reais e dez centavos), de forma estimativa.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Devido o Aditivo ser somente de quantidade, não há alteração na dotação orçamentária, bem como os valores contratados se mantêm inalterados.

CLÁUSULA QUARTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 As demais cláusulas da Ata de Registro de Preço nº 022/2019, continuam inalteradas, as quais são reiteradas e ratificadas pelas partes.

4.2 O presente aditamento tem como amparo legal a Lei n. 8.666/93 (Art. 57, § 2º, Art. 65).

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de aditamento, em duas vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

IBIAM – SC, 18 de outubro de 2019.
MUNICÍPIO DE IBIAM
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA

TESTEMUNHAS

Rosinei Ceron
CPF: 004.918.899-25

Carmelita Chiesa Tragancin
CPF: 490.157.409-30

Rafael Gonzatto Araldi
Advogado – OAB/SC 32.184

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 27 2019

Publicação Nº 2220000

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/7

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM**Processo Nº.: 99/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2019**

No dia 10 do mês de Outubro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, bairro Centro, CEP nº. 89652-000, nesta cidade de Ibiã/SC, representado pelo(a) PREFEITO, o Sr(a). IVANIR ZANIN, inscrito no CPF sob o nº., doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 49/2019, Processo Licitatório nº. 99/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Referente a aquisição de grama esmeralda, mudas de flores, calcário e adubo para um período de 12 meses para Prefeitura Municipal de Ibiã. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
2751	MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972	1, 3, 2, 4, 5

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972	11.662.218/0001-28	MARILSE SALETE DE COSTA DENAR	425.759.239-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Referente a aquisição de grama esmeralda, mudas de flores, calcário e adubo para um período de 12 meses para Prefeitura Municipal de Ibiã.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2751 - MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GRAMA ESMERALDA EM PLACAS SEM PLANTIO	m²		1.000,000	8,4000	8.400,00
2	MUDAS DE FLORES	UN		6.000,000	0,7000	4.200,00
3	Poinsettia (Flor de natal) flor de no mínimo médio porte já florida.	UN		100,000	17,0000	1.700,00
4	CALCARIO	SC		10,000	12,0000	120,00
5	ADUBO 09-33-12	UN		10,000	85,0000	850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 2/7

Processo Nº.: 99/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 3/7

Processo Nº.: 99/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 4/7

Processo Nº.: 99/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 5/7
Processo Nº.: 99/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 6/7
Processo Nº.: 99/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

Página: 7/7

Processo Nº.: 99/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 49/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Ibiam, 10 de Outubro de 2019.

IVANIR ZANIN
PREFEITO

Empresas Participantes:

MARILSE SALETE DE COSTA DENARDI 42575923972

CNPJ: 11.662.218/0001-28 _____

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - CHAMAMENTO PÚBLICO 2019-07 - INSTITUTO DE LONGA PERMANÊNCIA - FMAS

Publicação Nº 2219349

AVISO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019-FMAS

A Prefeitura Municipal de Ilhota informa que o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019-FMAS.

Segundo a Lei de Licitações de nº 8666/93, a licitação fracassada é aquela em que há interessados no processo licitatório, mas que não preenchem os requisitos necessários, sendo, portanto inabilitados ou desclassificados, não sendo possível a dispensa de nova licitação, devendo assim ser realizado novo processo licitatório pela Administração.

Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto ao setor de Licitações na Prefeitura Municipal de Ilhota, rua Leoberto Leal nº 160, Centro – Ilhota.

Ilhota, 07 de novembro de 2019.

PATRICK UBIRAJARA PEREIRA

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 488

Publicação Nº 2220107

DECRETO Nº 488 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17º, inciso II, da Lei Municipal 1.931 de 05/12/2018 (LOA) e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ilhota, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 72, IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 9.674,03 (Nove mil, seiscentos e setenta e quatro reais e três centavos), destinado a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 22–Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Unidade Orçamentária: 001 – Dep. De Meio Amb. E Desenv. Sustentável

Funcional-programática: 18.541.0054

Atividade: 2.114 – Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

Modalidade de Aplicação/Dotação 3.3.71.00.00/9739

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.674,03

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior, será coberto com recurso proveniente da anulação parcial da dotação abaixo descrita, na mesma importância:

Órgão: 22–Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Unidade Orçamentária: 001 – Dep. De Meio Amb. E Desenv. Sustentável

Funcional-programática: 18.541.0054

Atividade: 2.114 – Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

Modalidade de Aplicação/Dotação 3.1.71.00.00/9738

Fonte de Recurso: 100 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 9.674,03

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota (SC), 07 de Novembro de 2019.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal de Ilhota

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA 160 PRG 074 - 2019 MUL - MATERIAL HIDRÁULICO - FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA

Publicação Nº 2219994

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 160/2019
Estado de Santa Catarina
Município de Ilhota
Prefeitura Municipal de Ilhota
Setor de Compras e Licitações
Processo: 327/2019 – MUL
Pregão Presencial: 074/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS PARA O SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA NO SISTEMA DE ABASTECIMENTO E TRATAMENTO DE ÁGUA PARA O SAMAE ILHOTA E PARA A PREFEITURA DE ILHOTA, conforme Anexo I do Edital.

Fornecedor: FORTLEV INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
76	CAIXA D'ÁGUA COM TAMPAS EM POLIETILENO CAPACIDADE 20.000 LITROS	4.145,16	40,00	FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICOS LTDA	FORTLEV

Fornecedor	Valor Total do Fornecedor	Valor Total do Fornecedor por Extenso
FORTLEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLÁSTICOS LTDA	165.806,40	Cento e sessenta e cinco mil oitocentos e seis reais e quarenta centavos

Valor: R\$ 165.806,40 (Cento e sessenta e cinco mil oitocentos e seis reais e quarenta centavos)

Data: 06/11/2019

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

CONTRATO 2019/37 -A/00 PROC 69/2019 SEINFRA

Publicação Nº 2220216

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato PMI SEINFRA 2019/37 – A/00

Contratado: SETEP CONSTRUÇÕES S.A

CNPJ: 83.665.141/0001-50

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA ANTÔNIO MANOEL DE OLIVEIRA, BAIRRO VILA NOVA – IMBITUBA/SC.

Prazo: 12 (doze) meses Valor Total R\$ 253.774,82

Fundamento: Processo nº 69/2019 Tomada de Preço nº 06/2019

Imbituba, 11 de outubro de 2019.

Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

SETEP CONSTRUÇÕES S.A

Representante legal

Contratado

CONTRATO 60/2019 A/00 - PROC 112/2019

Publicação Nº 2219434

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: Contrato SEINFRA 2019/60 – A/00

Locador: PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

CNPJ: 23.529.844/0001-20

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DESMEMBRAMENTO E RETIFICAÇÃO DA ÁREA DE IMÓVEL COM 34.251.33m2 NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA.

Prazo: 12 (doze) meses Valor Total R\$ 8.000,00

Fundamento: Processo nº 112/2019 Dispensa nº 19/2019

Imbituba, 25 de outubro de 2019.

Gilberto Pereira
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

PROVIAS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA

Representante legal

Contratado

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 125/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019 (PMI-SEDETUR)

Publicação Nº 2220357

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PMI – SEDETUR
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 21 de NOVEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo maior oferta, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CESSÃO DO DIREITO EXCLUSIVO DE EXPLORAR A PUBLICIDADE DE MARCA NOS ESPAÇOS AUTORIZADOS DA PRAIA DO ROSA, BARRA

DE IBIRAQUERA, ITAPIRUBÁ, PRAIA DO LUZ, PRAIA DO PORTO, RIBANCEIRA, VILA (CENTRO), VILA (VILA NOVA), PODENDO ASSINAR COMO PATROCINADORA OFICIAL DO VERÃO DA PRAIA DO ROSA, BARRA DE IBIRAQUERA, ITAPIRUBÁ, PRAIA DO LUZ, PRAIA DO PORTO, RIBANCEIRA, VILA (CENTRO), VILA (VILA NOVA), DURANTE AS TEMPORADAS DE VERÃO 2019/2020, 2020/2021, 2021/2022, 2022/2023 E 2023/2024, NO PERÍODO DE DEZEMBRO A ABRIL”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de novembro de 2019

Carina Genovez Ferreira

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 126/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2019 (PMI-SEDETUR)

Publicação Nº 2220548

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI – SEDETUR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 88/2019

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico – SEDETUR, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 21 de NOVEMBRO de 2019, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por ITEM, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO E INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS QUE SERÃO UTILIZADOS DURANTE OS EVENTOS PROMOVIDOS E APOIADOS PELA PREFEITURA DE IMBITUBA, ATRAVÉS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS: SEINFRA, SEGAB, SEDETUR, DEMUTRAN, POLICIA MILITAR, E DURANTE A TEMPORADA DE VERÃO 2020, QUE SERÃO INSTALADOS NAS PRAIAS DO MUNICÍPIO”.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 08 de novembro de 2019

Carina Genovez Ferreira

Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 24/2019 DISPENSA Nº 06/2019 (SEMUSA)

Publicação Nº 2220509

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEMUSA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019

DISPENSA Nº 06/2019

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL CONTENDO 1 SALA ESPECIFICAMENTE MEDINDO APROXIMADAMENTE 221M², QUE ESTÁ SITUADO NO 4º ANDAR DO PRÉDIO 703 DA RUA NEREU RAMOS, CENTRO, IMBITUBA-SC, PARA INSTALAÇÃO DOS SETORES DO NASF E COORDENAÇÃO ESF, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, RENOVÁVEL POR IGUAIS PERÍODOS, DURANTE O PERÍODO QUE DURAR O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE PRÓPRIA.

Contratado: Manoel José Carvalho Fernandes Eireli - ME

CNPJ: 76.377.985/0001-30

Valor Mensal: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais).

Fundamentação Legal: Artigo 24, inciso X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 08 de novembro de 2019.

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde.

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 335/2019

Publicação Nº 2219888

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PMI/SEAD Nº 335/2019

O Prefeito Municipal de Imbituba, Sr. ROSENVALDO DA SILVA JÚNIOR, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 1051, de 06 de novembro de 2019, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSORA ESPECIAL, junto a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
Jaciara Alves da Silva	Assessora Especial	079.268.139-82

Art. 2º Em conformidade com o disposto na legislação vigente, a servidora entrou em exercício em 08/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade

competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO - PMI/SEAD Nº 336/2019

Publicação Nº 2219908

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO
PMI/SEAD Nº 336/2019

O Secretário Municipal de Administração, Sr. BRUNO PACHECO DA COSTA, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 995, de 14 de outubro de 2019, para exercer a função temporária de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 08, habilitada pelo Processo Seletivo Simplificado Edital nº 12/2019.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições da função, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Função	CPF
ROSILENE DA ROSA COSTA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ÁREA 08	033.459.349-22

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação em vigor, a servidora entra em exercício em 12/11/2019.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2019.

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1054/2019

Publicação Nº 2220039

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1054, de 07 de novembro de 2019.
Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Memorando nº 14.396/2019 e na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, ao servidor, Sr. EDER SILVA DA SILVEIRA, Motorista, inscrito no CPF sob o n.º 032.264.969-21, admitido em 11 de junho de 2008, matrícula nº 4461, referente ao quinquênio devido, com conversão de 1/3 em abono pecuniário e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição	Conversão
2013 a 2018	01.11.2019 a 30.11.2019 03.02.2020 a 03.03.2020	Conversão de 1/3 em abono pecuniário no mês de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1055/2019

Publicação Nº 2220323

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1055, de 07 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Exoneração de servidores nomeados em cargos de provimento em comissão dos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 20.497/2019 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, os servidores abaixo descritos, nomeados para cargos de provimento em comissão nos respectivos órgãos superiores.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Exoneração
Israel de Sousa Costa	SEGAB	Assessor de Comunicação	046.734.569-47	07/11/2019
Paulo César Barcelos	SEGAB	Assistente de Diretor	412.184.770-91	07/11/2019
Walter José Rousseng Sousa	SEDUCE	Assistente de Chefe de Departamento	886.897.609-97	07/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1056/2019

Publicação Nº 2220566

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1056, de 07 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de servidores municipais em cargos de provimento em comissão, junto aos órgãos superiores correspondentes, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 20.497/2019 e ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, os servidores abaixo descritos, para exercerem os cargos de provimento em comissão nos respectivos órgãos superiores, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

LC nº 4.800/2017				
Nome	Órgão Superior	Cargo	CPF	Nomeação
Israel de Sousa Costa	SEGAB	Assessor Especial	046.734.569-47	08/11/2019
Paulo César Barcelos	SEGAB	Assessor de Comunicação	412.184.770-91	08/11/2019
Walter José Rousseng Sousa	SEDUCE	Assistente de Diretor	886.897.609-97	08/11/2019
Herculano Feliciano	SEINFRA	Assistente de Chefe de Departamento	432.890.619-49	08/11/2019

Art. 2º Os(As) nomeados(as) para os referidos cargos tem o prazo de até 30 dias, a contar da publicação deste ato, para entregarem toda a documentação exigida como requisito fundamental à sua contratação e, com isso, tomarem posse.

Art. 3º Após assinatura do termo de posse caso constatada a sua aptidão de acordo com os preceitos da Instrução Normativa CI nº 002/2019, os(as) nomeados(as) terão o prazo de até 15 (quinze) dias para se apresentarem para o labor e entrarem em exercício.

Art. 4º Será tornado sem efeito os atos de nomeações se a posse não ocorrer no prazo apontado no art. 2º.

Art. 5º Os(As) servidores empossados que não entrarem em exercício no prazo estabelecido no art. 3º serão exonerados, de ofício, dos cargos ao qual foram nomeados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1057/2019

Publicação Nº 2220426

PORTARIA PMI/SEAD Nº 1057, de 07 de novembro de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de servidora de carreira, em função gratificada de Coordenadora do Sistema de Telefonia, do órgão superior correspondente, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, considerando o Memorando nº 20.502/2019 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, a servidora de carreira abaixo descrita, na função gratificada de Coordenadora do Sistema de Telefonia, para a atuação junto ao órgão superior correspondente, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

COORDENADORA – LC nº 4.800/2017				
Cargo	Órgão Superior	Nome	CPF	Nomeação
Coordenadora do Sistema de Telefonia	SEAD	Marlene Machado de Carvalhaes Tim	021.278.189-89	08/11/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito Municipal

Bruno Pacheco da Costa
Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

RESOLUÇÃO C.M.D.C.A. Nº 013/2019

Publicação Nº 2220082

RESOLUÇÃO Nº013/2019 - C.M.D.C.A.

Dispõe sobre a decisão da Comissão de Ética quanto ao Processo Administrativo, referente a Portaria 001/2019 de 17 de junho de 2019. O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE IMBITUBA – CMDCA/2017/2019, no uso da atribuição que lhe é conferido pela Lei nº 4.110/2012, em reunião extraordinária no dia 30 de outubro de 2019, em ata nº 015, RESOLVE:

Art. 1º O CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município, em plenária realizada em 30 de outubro as 15 horas, aprovou por unanimidade o Parecer Final da Comissão de Ética, constituída pela Resolução nº 005/2019, decidindo por aplicar a PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA, ante a transgressão do art.31, III da Lei 4110/2012, em atenção ao previsto no art, 32, I, parágrafo primeiro da mesma Lei, comcomitante a PENALIDADE DE SUSPENSÃO de suas funções profissionais, pelo prazo de 60 (sessenta dias), pela infringência do art. 31, VIII da mesma Lei, em atenção ao art. 32, II, parágrafo segundo da mesma Lei.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de outubro de 2019.

Michell Nunes

Vice Presidente do CMDCA

Gestão 2017-2019

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 047/2019

Publicação Nº 2220555



CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO



Ato da Presidência nº 047/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 38ª Sessão Ordinária, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 11 de novembro de 2019 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO

Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
109	PL nº 5.183/2019 CCJ: Parecer Favorável Emenda 01 CCJ: Parecer Favorável Discussão e Votação da Emenda e da Redação Final do PL nº 5.183/2019	14/10/2019	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Junior	Altera dispositivos da Lei nº 3.685, de 06 de maio de 2010, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Convênio de gestão compartilhada com o Estado de Santa Catarina, através da Polícia Militar, com intervenção da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, da Secretaria Municipal de Saúde e da Associação Empresarial de Imbituba, objetivando a cooperação de esforços na preservação da ordem pública no Município de Imbituba, e dá outras providências.	Ordinário
112	PL nº 5.185/2019 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável Discussão e Votação do PL nº 5.176/2019	21/10/2019	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Junior	Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro à Sociedade Beneficente São Camilo – Hospital São Camilo, e dá outras providências.	Ordinário

Rua Emani Cotrin, nº 555 - Centro - Imbituba/SC- CEP 88780-000
Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 - www.cmi.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO



114	PL nº 5.186/2019 CCJ: Parecer Favorável CFO: Parecer Favorável CET: Parecer Favorável Discussão e Votação da Emenda 1 e da Redação Final do PL nº 5.178/2019	29/10/2019	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Ordinário
-	Mocão nº 013/2019 Discussão e Votação da Mocão nº 013/2019	04/11/2019	Poder Legislativo	Anderson Teixeira/ Fernando João Ancelmo/ Michela da Silva Freitas	Mocão de Congratulação por Ato de Bravura aos Policiais Militares Soldado Willian Bortolo Fontana Fernandes e Soldado Lucas Espezim Vieira.	Ordinário

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 07 de novembro de 2019.

Roberto Luiz Rodrigues
Presidente

Humberto Carlos dos Santos
Vice-Presidente

Renato Carlos de Figueiredo
Primeiro-Secretário

Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Segundo-Secretário

Rua Emami Cotrin, nº 555 - Centro - Imbituba/SC- CEP 88780-000
 Fone: (48) 3255-1178 / (48) 3255-1625 - Fax: (48) 3255-1733 - www.cmi.sc.gov.br

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 187/2019

Publicação Nº 2220089

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 187/2019

CONTRATADA: ARI BERTOLDO PETERS

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a locação de imóvel para o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Servidores Públicos do Município de Indaial - INDAPREV.

VALOR: R\$ 76.800,00

PRAZO: 13 de setembro de 2019 até 13 de setembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 13/09/2019.

CONTRATO Nº 206/2019

Publicação Nº 2220102

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 206/2019

CONTRATADA: COMÉRCIO E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS SÃO JOSÉ EIRELI

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a instalação de novo padrão de energia elétrica no limite da via pública na Escola Básica Municipal Professor Mário Bonessi, localizada na Rua Uberlândia, nº 193, bairro Benedito, conforme Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, constantes nos anexos III, IV e V, respectivamente, do edital.

VALOR: R\$ 94.379,46

PRAZO: 1º de novembro de 2019 até 22 de novembro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 1º/11/2019.

CONTRATO Nº 207/2019

Publicação Nº 2220104

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 207/2019

CONTRATADA: JULIANA SCHUETZE 05982648922

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da violinista, Juliana Schuetze, para as apresentações do evento de Natal XXVI, nos concertos natalinos realizados pela Fundação de Cultura de Indaial.

VALOR: R\$ 1.500,00

PRAZO: 05 de novembro de 2019 até 31 de janeiro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 05/11/2019.

DECRETO Nº 1558/19

Publicação Nº 2220535

. DECRETO Nº 1558/19

. De 21 de outubro de 2019

Calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o Exercício de 2020 da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações do Município de Indaial.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Editado o Calendário de Feriados e Pontos Facultativos para o Exercício de 2020, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

Janeiro

01 – Quarta-Feira: Confraternização Universal – Feriado Nacional

Abril

10 - Sexta-Feira: sexta feira da Paixão – Feriado Municipal/ Nacional

20 – Segunda-Feira: Ponto Facultativo

21 – Terça-Feira – Tiradentes – Feriado Nacional

Maio

01 – Sexta-Feira: Dia do Trabalho – Feriado Nacional

Junho

11 – Quinta-Feira: Corpus Christi – Feriado Nacional

12 – Sexta-Feira: Ponto Facultativo

Setembro

07 – Segunda-Feira: Independência do Brasil – Feriado Nacional

Outubro

12 – Segunda-Feira: Dia de Nossa Senhora Aparecida – Feriado Nacional

13 – Terça-Feira: Ponto Facultativo – em comemoração ao dia do Professor e Servidor Público

Novembro

02 – Segunda-Feira: Dia dos Finados – Feriado Nacional

Dezembro

24 – Quinta-Feira: Ponto Facultativo

25 – Sexta-Feira: Natal – Feriado Nacional

31 – Quinta-Feira: Ponto Facultativo

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviço, sobreaviso ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de outubro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1659/19

Publicação Nº 2219479

. DECRETO Nº 1659/19

. De 04 de novembro de 2019

Concede Gratificação / Altair Simão

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação de Nível III, no valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ALTAIR SIMÃO, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além de suas atribuições, coordenará as ações públicas para a promoção do desenvolvimento local e territorial, mediante ações locais e comunitárias, individuais ou coletivas, que visem o cumprimento das disposições e diretrizes contidas na política municipal de desenvolvimento, sob a supervisão do órgão gestor local.

Art. 2º - Das atribuições da Coordenação:

I - Articular ações públicas para o desenvolvimento e o cumprimento das diretrizes contidas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

II - Organizar um Plano de Trabalho de acordo com as prioridades de implementação e modernização da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas no município;

III - Identificar as lideranças locais no setor público, privado e lideranças comunitárias que possam colaborar com o trabalho;

IV - Montar grupo de trabalho com principais representantes de instituições públicas e privadas e dar a essa atividade um caráter oficial;

V - Manter diálogo constante com o grupo de trabalho e com os empreendedores locais;

VI - Manter registro organizado de todas as suas atividades;

VII - Auxiliar no cadastramento e engajamento dos empreendedores individuais;

VIII - Realizar outras ações não enumeradas no rol deste dispositivo e que sejam necessárias ao cumprimento dos objetivos da função;

IX - Coordenar as ações da Sala do empreendedor;

X - Coordenar o Programa Cidade Empreendedora Ciclo II.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1660/19

Publicação Nº 2219481

. DECRETO Nº 1660/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

DEAN CARLOS KURTZ GRETHER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) DEAN CARLOS KURTZ GRETHER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, possui a tarefa de atuar como conciliador da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, conduz audiências conciliatórias do órgão e assina atas dos processos administrativos, auxilia na tramitação dos processos administrativos, desempenhando atividades operacionais, tais como expedição de certidões, notificações e aberturas de reclamações, auxilia o Coordenador Executivo do PROCON.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1661/19

Publicação Nº 2219484

. DECRETO Nº 1661/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

LUIZ WAGNO DE OLIVEIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor(a) LUIZ WAGNO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelo Controle de Abastecimento aos maquinários e controla saídas de materiais da oficina, junto a Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1662/19

Publicação Nº 2219486

. DECRETO Nº 1662/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JAIR ANTONIO TESTONI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) ao (a) servidor(a) JAIR ANTONIO TESTONI, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Fiscalização do Sistema Viário, junto a Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1663/19

Publicação Nº 2219487

. DECRETO Nº 1663/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JOSÉ LINO CONINCK

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao (a) servidor (a) JOSÉ LINO CONINCK, ocupante do cargo de Pedreiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Marcenaria, Pontes e Transporte de Materiais, junto a Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1664/19

Publicação Nº 2219488

. DECRETO Nº 1664/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JOSÉ CARLOS MANDEL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ao (a) servidor (a) JOSÉ CARLOS MANDEL, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Roçada, Acompanhamento do Sistema Mutirão, Caminhão Pipa e Bocas de Lobo, junto a Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1665/19

Publicação Nº 2219490

. DECRETO Nº 1665/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
LEANDRO GONZAGA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor(a) LEANDRO GONZAGA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelas peças mecânicas no Almoarifado da oficina, junto a Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1666/19

Publicação Nº 2219493

. DECRETO Nº 1666/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ALEXANDRE RICARDO TAMANINI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor(a) ALEXANDRE RICARDO TAMANINI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelo Setor Administrativo da Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1667/19

Publicação Nº 2219494

. DECRETO Nº 1667/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
AMARILDO PINHO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) AMARILDO PINHO, ocupante do cargo de Calceteiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Operação Tapa Buraco de Calçamentos (paver e lajotas), junto a Secretaria de Obras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1668/19

Publicação Nº 2219496

. DECRETO Nº 1668/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ANDERSON ADRIANO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor(a) ANDERSON ADRIANO, ocupante do cargo de Operador de retro escavadeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela execução de conserto e manutenção nos equipamentos da SEMUMA (roçadeiras, sopradores e manutenção de brinquedos nas praças e academias), junto a Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1669/19

Publicação Nº 2219499

. DECRETO Nº 1669/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JARDEL VICENTE MACHADO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) JARDEL VICENTE MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela manutenção das praças e arborização urbana, Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1670/19

Publicação Nº 2219501

. DECRETO Nº 1670/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
CARLOS ADRIANO KUNZER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) CARLOS ADRIANO KUNZER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação dos serviços do Hidrojato, da Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1671/19

Publicação Nº 2219503

. DECRETO Nº 1671/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
GUIOMAR WETSPHAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) GUIOMAR WETSPHAL, ocupante do cargo de Motorista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela Equipe do Programa Reintegrar, da Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1672/19

Publicação Nº 2219506

. DECRETO Nº 1672/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JOACIR DA SILVA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) JOACIR DA SILVA, ocupante do cargo de Instalador Hidráulico, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelo Almojarifado, estoque, frota e demais atividades correlatas à manutenção e controle do pátio da Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1673/19

Publicação Nº 2219508

. DECRETO Nº 1673/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO /
REINALDO THOMSEN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) REINALDO THOMSEN, ocupante do cargo de Encanador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelas Instalações e vistorias de Fossa e Filtro, junto a Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1674/19

Publicação Nº 2219511

. DECRETO Nº 1674/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / FELIPE FRANCISCO FORTES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) FELIPE FRANCISCO FORTES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições, dará apoio técnico nas atividades de análise de projetos de Terraplanagem, vistorias em sistemas de esgotamento e auxilia a Coordenação da Defesa Civil, junto a Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1675/19

Publicação Nº 2219514

. DECRETO Nº 1675/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ELOI BECKER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) ELOI BECKER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Manutenção de Jardins e Praças, junto a Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1676/19

Publicação Nº 2219516

. DECRETO Nº 1676/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
CARLOS DE FREITAS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) CARLOS DE FREITAS, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Sinalização do Trânsito, junto a Secretaria de Planejamento do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1677/19

Publicação Nº 2219517

. DECRETO Nº 1677/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
DANIELA MATTOS SOARES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) DANIELA MATTOS SOARES, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelas informações do E-SFINGE Obras de todas as unidades Gestoras do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1678/19

Publicação Nº 2219519

. DECRETO Nº 1678/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
PATRICIA NICKHORN E SILVA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) PATRICIA NICKHORN E SILVA, ocupante do cargo de Arquiteta e Urbanista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelo Controle de Análise de Projetos da Secretaria de Planejamento do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1679/19

Publicação Nº 2219521

. DECRETO Nº 1679/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
LENIRIA PREILEPPER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) LENIRIA PREILEPPER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelas informações do Cadastro Imobiliário INDAGEO, do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1680/19

Publicação Nº 2219568

. DECRETO Nº 1680/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
WALFREDO HAAG

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) ao (a) servidor (a) WALFREDO HAAG, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela Unidade Municipal do INCRA e pelo Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais, junto a Secretaria de Agricultura do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1681/19

Publicação Nº 2219570

. DECRETO Nº 1681/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO /
JEFFERSON HAHN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) JEFFERSON HAHN, ocupante do cargo de Técnico Agrícola, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além de suas atribuições, fica responsável por conceder registros aos agricultores para utilização de Moto Serras, Secretaria de Agricultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1682/19

Publicação Nº 2219675

. DECRETO Nº 1682/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ROSEMERI GIRARDI STAHNKE

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) ROSEMERI GIRARDI STAHNKE, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, acompanha e analisa prestações de contas da Educação (APP), da Defesa Civil e Bombeiros Voluntários do Município e auxilia o Setor de Captação de Recursos, nas prestações de conta do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1683/19

Publicação Nº 2219676

. DECRETO Nº 1683/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ROGÉRIO WILSON THEISS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ROGÉRIO WILSON THEISS, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições do cargo, fica responsável pela Coordenação das ações de turismo e eventos no Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1684/19

Publicação Nº 2219679

. DECRETO Nº 1684/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
MORGANA MALKOVSKI FERREIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MORGANA MALKOWSKI FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche do quadro de pessoal desta Prefeitura, que ficará responsável pela coordenação dos educadores de abrigo.

Parágrafo Único - Regulamenta a situação funcional da servidora Morgana Malkovski Ferreira, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche 40 h/s, do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Educação, que em 01 de agosto de 2019, estará exercendo atividades na Secretaria de Desenvolvimento Social, no Abrigo Institucional, integrando a equipe e auxiliando a coordenação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1685/19

Publicação Nº 2219680

. DECRETO Nº 1685/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO /
PAULO SERGIO METZNER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida em 01 de agosto de 2019, Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) PAULO SÉRGIO METZNER, ocupante do cargo de Pedreiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além de suas atribuições, irá Coordenar a manutenção do Parque Municipal, aonde irá cumprir seu expediente junto ao Parque Público Municipal Ribeirão das Pedras "Jorge Hardt."

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1686/19

Publicação Nº 2219682

. DECRETO Nº 1686/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

GRACIELY GUESSER RAMOS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servido r(a) GRACIELY GUESSER RAMOS, ocupante do cargo de Jornalista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, coordenará as mídias sociais da Prefeitura e da Defesa Civil do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1687/19

Publicação Nº 2219683

. DECRETO Nº 1687/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

MICHELÍ APARECIDA LOPES BATISTA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor(a) MICHELÍ APARECIDA LOPES BATISTA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, será responsável pela coordenação do setor financeiro da Secretaria de Saúde do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1688/19

Publicação Nº 2219686

. DECRETO Nº 1688/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

NEIDE ROSÁLIA DE BARCELOS

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) NEIDE ROSÁLIA DE BARCELOS, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação do Controle e Avaliação e Auditoria, junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1689/19

Publicação Nº 2219687

. DECRETO Nº 1689/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
MARA APARECIDA TAMBANI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARA APARECIDA TAMBANI, ocupante do cargo de Enfermeira IV, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável por coordenar o setor de Saúde da Mulher e pela coordenação geral da Atenção Primária a Saúde da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1690/19

Publicação Nº 2219688

. DECRETO Nº 1690/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
SUHELLEN VICENZI DENGÓ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) SUHELLEN VICENZI DENGÓ, ocupante do cargo de Odontologia, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação do Setor da Odontologia da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1691/19

Publicação Nº 2219689

. DECRETO Nº 1691/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
GISLAINE NIEZER RUTHES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor(a) GISLAINE NIEZER RUTHES, ocupante do cargo de Enfermeira IV, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação da atenção especializada, planejando, executando e acompanhando os serviços de média complexidade junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1692/19

Publicação Nº 2219690

. DECRETO Nº 1692/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
BRUNA BRUZAMARELLO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação NÍVEL II, no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) a servidora BRUNA BRUZAMARELLO, ocupante do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela coordenação dos serviços de ouvidoria, acompanhamento dos processos licitatórios da Saúde, conta adiantamento, monitoramento e Gestão de Contratos do fundo Municipal de Saúde, SISMOB e FNS para cadastro e acompanhamento das propostas da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1693/19

Publicação Nº 2219693

. DECRETO Nº 1693/19
. De 04 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
TANNIA MARIA PADUIN DE AMORIN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) TANNIA MARIA PADUIN DE AMORIN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação dos Serviços do CISAMVI da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1694/19

Publicação Nº 2219695

. DECRETO Nº 1694/19

. De 04 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
LARISSA POLETTTO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) LARISSA POLETTTO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação dos Serviços do Portal da Transparência e pelo Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES) da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 04 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1695/19

Publicação Nº 2219697

. DECRETO Nº 1695/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
DULCINEIA OZELAME DE SOUZA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) DULCINEIA OZELAME DE SOUZA, ocupante do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do Centro de Atenção Psicossocial - CAPS da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1696/19

Publicação Nº 2219701

. DECRETO Nº 1696/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
SABRINA DE VARGAS SOUZA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) SABRINA DE VARGAS SOUZA, ocupante do cargo de Enfermeira, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do Setor de Vigilância Epidemiológica da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1697/19

Publicação Nº 2219702

. DECRETO Nº 1697/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

WILSON PEDRO SAMPAIO JÚNIOR

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) WILSON PEDRO SAMPAIO JÚNIOR, ocupante do cargo de Bioquímico II, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação de Serviços do Laboratório Municipal da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1698/19

Publicação Nº 2219707

. DECRETO Nº 1698/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

ADALBERTO SALVIANO CASTELLAIN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV no valor de R\$1.000,00 (mil reais) ao (a) servidor(a) ADALBERTO SALVIANO CASTELLAIN, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelo Administrativo e Financeiro da Fundação Municipal de Esportes Vereador Maro Marcos Hadlich, do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1699/19

Publicação Nº 2219709

. DECRETO Nº 1699/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO / ANDREA DE SOUZA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor(a) Andrea de Souza, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Educacional 1º ao 5º ano, junto a Secretaria de Educação de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1700/19

Publicação Nº 2219712

. DECRETO Nº 1700/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO / ALINE FESTEWIG

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) Aline Festewig, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche do quadro de pessoal desta Prefeitura, será responsável em Coordenar a Frota de Transporte Escolar, Serviços e Materiais junto a Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1701/19

Publicação Nº 2219715

. DECRETO Nº 1701/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO / BRUNA DEODANA FERRARI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de NÍVEL III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) Bruna Deodana Ferrari, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Financeira, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1702/19

Publicação Nº 2219721

. DECRETO Nº 1702/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

CAMILA DO AMARAL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de NÍVEL III no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) CAMILA DO AMARAL, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, do quadro de pessoal desta Prefeitura, será responsável em Coordenar Orçamentos e Contratos junto a Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1703/19

Publicação Nº 2219723

. DECRETO Nº 1703/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

CAMILA KLUG OLIVEIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) CAMILA KLUG OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Educacional da Educação Infantil, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1704/19

Publicação Nº 2219725

. DECRETO Nº 1704/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

CLARICE INÊS MAIOCHI HINSCHING

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) CLARICE INÊS MAIOCHI HINSCHING, ocupante do cargo de Monitora de Creche, do quadro de pessoal desta Prefeitura, será responsável em Coordenar Manutenção, Recepção e Agendas Educacionais junto a Secretaria de Educação do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1705/19

Publicação Nº 2219726

. DECRETO Nº 1705/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

JANE MARY MACEDO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da

Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) JANE MARY MACEDO, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Educacional da Educação Infantil, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1706/19

Publicação Nº 2219728

. DECRETO Nº 1706/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

LORENA OSTROWSKI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) Lorena Ostrowski, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação Educacional 6º ao 9º ano, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1707/19

Publicação Nº 2219729

. DECRETO Nº 1707/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

LUCIANE DANIELE PACKER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) LUCIANE DANIELE PACKER, ocupante do cargo de Orientadora Educacional, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação Educacional 1º ao 5º ano, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1708/19

Publicação Nº 2219733

. DECRETO Nº 1708/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / MARCIANO SCHEITZ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação Nível II no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor (a) MARCIANO SCHEITZ, ocupante do cargo de Professor, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Educacional Manutenção do Setor de Informática, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1709/19

Publicação Nº 2219738

. DECRETO Nº 1709/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ANA CAROLINA DO NASCIMENTO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ANA CAROLINA DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Arquiteta, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável por acompanhar, fiscalizar e elaborar projetos das obras, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1710/19

Publicação Nº 2219742

. DECRETO Nº 1710/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
MARINEUSA DA CUNHA DE SÁ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARINEUSA DA CUNHA DE SÁ, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação Geral Educacional, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1711/19

Publicação Nº 2219765

. DECRETO Nº 1711/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
NEUSA PEDRO ROSSI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) NEUSA PEDRO ROSSI, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do Censo Escolar e Transporte Escolar, junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1712/19

Publicação Nº 2219767

. DECRETO Nº 1712/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
PRISCILA ELAINE EHRAT CARDOZO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) ao(a) servidor(a) PRISCILA ELAINE EHRAT CARDOZO, ocupante do cargo de Pedagoga, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação Técnica e Administrativa junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1713/19

Publicação Nº 2219769

. DECRETO Nº 1713/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
RAQUEL NAGEL

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) RAQUEL NAGEL, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação Educacional Informática Pedagógica junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1714/19

Publicação Nº 2219770

. DECRETO Nº 1714/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO
SHEILA MILENE GEBIEN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação Nível III no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao (a) servidor (a) SHEILA MILENE GEBIEN, ocupante do cargo de Monitora de Creche, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pela Coordenação da Lista de Espera e Registro de Certificado junto a Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1715/19

Publicação Nº 2219772

. DECRETO Nº 1715/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO
SHIRLEI CAVILIA CAMIOTTI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedida Gratificação NIVEL III no valor de R\$750,00 (setecentos e cinquenta reais) a servidora SHIRLEI CAVILIA CAMIOTTI, ocupante do cargo de Monitora De Creche, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além de suas atribuições Coordena o Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1716/19

Publicação Nº 2219774

. DECRETO Nº 1716/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO
ALTAIR NOGUEIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Concedida Gratificação NIVEL I no valor de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao servidor ALTAIR NOGUEIRA, ocupante do cargo de Carpinteiro, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além de suas atribuições Coordena os Serviços de Manutenção dos Prédios das EBMs, UEIs e SED da Secretaria de Educação do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1717/19

Publicação Nº 2219775

. DECRETO Nº 1717/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ISRAEL ANTONIO MORETTI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) ao(a) servidor(a) ISRAEL ANTONIO MORETTI, ocupante do cargo de Contador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela geração e encaminhamento dos pacotes bimestrais e encerramento de exercício consolidados das informações relativas ao Sistema e-Sfinge do TCE/SC, da consolidação das contas contábeis da Administração Direta e Indireta e Contador Geral do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1718/19

Publicação Nº 2219776

. DECRETO Nº 1718/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JUSSARA MARLI THUROW CONTI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível IV, no valor de R\$ 1000,00 (mil reais) ao(a) servidor(a) JUSSARA MARLI THUROW CONTI, ocupante do cargo de Caixa, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação dos serviços de tesouraria do Município, e responsável pela movimentação financeira das contas correntes do Município, do Fundo da Criança e Adolescente e da Fundação Municipal de Esportes, e responsável pelo controle financeiro das contas de convênios (Bombeiros, Polícias, entre outros).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1719/19

Publicação Nº 2219778

. DECRETO Nº 1719/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JORGE LUIZ KOEHLER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) JORGE LUIZ KOEHLER, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica a disposição do setor de Licitações, responsável pelo Pregão Eletrônico do Município e responsável técnico para Auxílio na elaboração das chamadas públicas da Agricultura Familiar.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1720/19

Publicação Nº 2219779

. DECRETO Nº 1720/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

MOACIR HOFFMANN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) MOACIR HOFFMANN, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica a disposição da Unidade de Conciliação, Coordena as atividades administrativa da Unidade, cobranças e atividades inerentes aos títulos executivos fiscais e responsável pelo acompanhamento da DIME - Declaração de Informações do Movimento Econômico do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1721/19

Publicação Nº 2219781

. DECRETO Nº 1721/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

ALESSANDRA MARA DE SOUZA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor(a) ALESSANDRA MARA DE SOUZA, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelos lançamentos de folha de pagamento e alimentação das informações dos sistemas pertinentes ao Setor de Recursos Humanos do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1722/19

Publicação Nº 2219784

. DECRETO Nº 1722/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

JEAN ROBERTO ZONTA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao (a) servidor(a) JEAN ROBERTO ZONTA, ocupante do cargo de Comprador, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela conta adiantamento/ressarcimento de despesas dos servidores, ordenador de compras na ausência do Diretor do Centro Integrado de Armazenagem e Distribuição junto a Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1723/19

Publicação Nº 2219785

. DECRETO Nº 1723/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

FERNANDO FELIX MAURICENZ

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) FERNANDO FELIX MAURICENZ, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelos Serviços de recepção e baixa de arrecadação do Município, FME e FIA, Coordenação adjunta dos serviços de Tesouraria, Movimentação Financeira do Município, Fundação Municipal de Esportes e Fundo da Criança e adolescente, responsável adjunto pelas contas convênios e Conciliações Bancárias, junto a Secretaria de Administração e Finanças do Município de Indaial.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1724/19

Publicação Nº 2219786

. DECRETO Nº 1724/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

DAIANNE MARCIA DE JESUS LIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) DAIANNE MÁRCIA DE JESUS LIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela geração de empenhos, liquidação, geração de autorizações de pagamentos (borderôs), geração de guias, fechamento e envio de informações previdenciárias ao INDAPREV e FASSPI, bem como empenhamento, liquidação e fechamento dos empenhos com SEFIP das informações da Previdência Social (INSS) dos Servidores Celetista e Geração de guia de INSS através do Sistema GPS – Guia Previdência Social dos Prestadores de serviços pessoa jurídica, do Município de Indaial e Fundação Municipal de Esportes e responsável pelo empenhamento das taxas relacionadas a convênios e Assessora o Comitê Gestor.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1725/19

Publicação Nº 2219787

. DECRETO Nº 1725/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
RUAN ALEXANDRE BECKERT

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido Gratificação nível II no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) RUAN ALEXANDRE BECKERT, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação da Frota(veículos) da Prefeitura, auxilia no setor de Patrimônio e Segurança do Trabalho.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1726/19

Publicação Nº 2219788

. DECRETO Nº 1726/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ROBERTO MATHIUSSI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ROBERTO MATHIUSSI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação do ponto no Departamento de Recursos Humanos do Município de Indaial, com as seguintes atribuições:

- Coordenação do ponto no Departamento de Recursos Humanos do Município de Indaial; Conferência e apontamentos no espelho ponto dos servidores, exceto Secretaria da Saúde;
- Levantamento dos dias trabalhados e lançamento dos valores pertinentes ao vale alimentação
- na folha dos servidores;
- Lançamento de descontos na folha dos servidores referente as faltas e esquecimento de batidas
- do ponto eletrônico obrigatório.
- Controle do Banco de Horas dos servidores, exceto Saúde e Assistência Social;
- Elaboração de ofícios com embasamento legal para respostas de questionamento servidores referente a descontos efetuados em folha de pagamento;
- Levantamento de faltas para prêmio assiduidade.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1727/19

Publicação Nº 2219790

. DECRETO Nº 1727/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO
ROMULO FISCHER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ROMULO FISCHER, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pelo:

- Preenchimento do E-sfinge, Verificação das informações referentes ao ingresso de servidores (Processo Seletivo/Concurso) na Prefeitura de Indaial, bem como a sua inclusão, caso necessário; Inserção de Contratos Temporários no Sistema IPM para posterior envio ao Tribunal de Contas; Cadastramento de Portarias e Decretos no Sistema IPM para posterior exportação de dados; Correções cadastrais mediante relatório de erros informados pelo sistema da IPM;
- Registro de alterações legais da estrutura do quadro de pessoal e de funções exercidas pelos servidores;
- Análise dos relatórios de erros relativos a remessa de dados e a sua correção via sistema;
- Conferência e cadastramento de informações de Recursos Humanos das demais entidades do município (Fundo de Saúde, Assistência, Esporte e Cultura);

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1728/19

Publicação Nº 2219793

. DECRETO Nº 1728/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

MARCOS ANTONIO HAAG

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARCOS ANTONIO HAAG, ocupante do cargo de Técnico de Segurança, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pelo:

- Acompanhamento da manutenção do prédio da sede do Município de Indaial (Prefeitura);
- Pelas auxiliares de serviços gerais (terceirizadas e de regime próprio) que laboram no prédio sede do Município de Indaial;
- Atividades de suporte técnico para a Diretoria de Gestão de Pessoal.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1729/19

Publicação Nº 2219798

. DECRETO Nº 1729/19

. De 05 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

FABIO DE AGUILAR PEREIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) FABIO DE AGUILAR PEREIRA, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, fica responsável pelo:

- Pela coordenação dos trabalhos da Comissão de Patrimônio;
- Auxilia no setor de Frotas e Segurança do Trabalho;
- Serviços de articulação da comissão de patrimônio.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1730/19

Publicação Nº 2219799

. DECRETO Nº 1730/19
. De 05 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
EDILSON ZARLING

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) EDILSON ZARLING, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável:

- Responsável pelos atendimentos e encaminhamentos da Central de Atendimento;
- Responsável pela emissão, conferência e conciliação das taxas relativas a serviços funerários.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 05 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1737/19

Publicação Nº 2219806

. DECRETO Nº 1737/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
JEDIAEL NILTON POLLEZA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) JEDIAEL NILTON POLLEZA, ocupante do cargo de motorista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela coordenação dos serviços de transporte e demais atribuições inerentes ao cargo da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1740/19

Publicação Nº 2219802

. DECRETO Nº 1740/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
ADRIANA KNOPP TRIDAPALLI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) ADRIANA KNOPP TRIDAPALLI, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Assessoria Técnica e Gestora de Benefícios Sociais, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1741/19

Publicação Nº 2219809

. DECRETO Nº 1741/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

LETÍCIA DA SILVA GLÓRIA GRISOLIA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) LETÍCIA DA SILVA GLÓRIA GRISOLIA, ocupante do cargo de Educador Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação da Proteção Social Básica, Gestora do Cadastro Único e Programa Bolsa Família e Coordenação do CRÁS Carijós, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1742/19

Publicação Nº 2219810

. DECRETO Nº 1742/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

TIAGO MONERETTO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) TIAGO MONERETTO, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelos serviços administrativos como folha de pagamento, tesouraria e atendimento no Cadastro Único, na Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1743/19

Publicação Nº 2219811

. DECRETO Nº 1743/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

ANELISE KUEHN BRIGNOLI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) ANELISE KUEHN BRIGNOLI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelos Serviços Administrativos da Secretaria, resposta a Ouvidoria, pelo Almoxarifado, pela recepção e agenda Cadastro único e Programa Bolsa Família, na Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1744/19

Publicação Nº 2219814

. DECRETO Nº 1744/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

MARINES SELAU LOPES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível II, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) ao(a) servidor(a) MARINES SELAU LOPES, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do CREAS da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1745/19

Publicação Nº 2219815

. DECRETO Nº 1745/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO /

SIMONE FOURLAN NANDI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido Gratificação, Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), ao(a) servidor(a) Simone Furlan Nandi, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do CRÁS TAPAJÓS e Assistente Social da Habitação, da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1746/19

Publicação Nº 2219818

. DECRETO Nº 1746/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
MARLI GAZANIGA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARLI GAZANIGA, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do CRAS Estrada das Areias, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1747/19

Publicação Nº 2219821

. DECRETO Nº 1747/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
FERNANDA DA CUNHA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) FERNANDA DA CUNHA, ocupante do cargo de Educador Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pela Coordenação do CRAS NAÇÕES da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1748/19

Publicação Nº 2219824

. DECRETO Nº 1748/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO /
RAQUEL DOS SANTOS RODRIGUES CHRISTEN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) RAQUEL DOS SANTOS RODRIGUES CHRISTEN, ocupante do cargo de Telefonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, será responsável pela Articulação do Programa Prefeito Amigo da Criança, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1749/19

Publicação Nº 2219826

. DECRETO Nº 1749/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO /
LAIS DE GOIS JACOBI

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) LAIS DE GOIS JACOBI, ocupante do cargo de Assistente Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo, será responsável pela Assessoria dos Conselhos, junto a Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1750/19

Publicação Nº 2219828

. DECRETO Nº 1750/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
MARISANE PETERSEN BAUMGARTNER

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARISANE PETERSEN BAUMGARTNER, ocupante do cargo de Educador Social, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições de seu cargo fica responsável pelo Setor Administrativo da Alta Complexidade, da Secretaria de Desenvolvimento Social do Município.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1751/19

Publicação Nº 2219830

. DECRETO Nº 1751/19
. De 06 de novembro de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO/
GUILHERME DUARTE DORNELLES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) GUILHERME DUARTE DORNELLES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica como Coordenador de Compras e realiza pagamentos em conjunto com o Diretor Presidente da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1752/19

Publicação Nº 2219831

. DECRETO Nº 1752/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

MÁRCIO ANDRE KUHN

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) MARCIO ANDRE KUHN, ocupante do cargo de Professor de Violão Clássico, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação do Grupo Quarteto Dobrado (Camerata de Violões) da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1753/19

Publicação Nº 2219832

. DECRETO Nº 1753/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

LIZIANE DE FÁTIMA LARGURA SAMPAIO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) LIZIANE DE FÁTIMA LARGURA SAMPAIO, ocupante do cargo de Professora de Teatro, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela coordenação do grupo de teatro da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1754/19

Publicação Nº 2219834

. DECRETO Nº 1754/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

SAMANTA FARIAS DA SILVA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) SAMANTA FARIAS DA

SILVA, ocupante do cargo de Professora de Dança, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pelo Grupo de dança folclórica Stella Alpina da FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1755/19

Publicação Nº 2219836

. DECRETO Nº 1755/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO /

CAIO FERNANDO MACIEL DE OLIVEIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) CAIO FERNANDO MACIEL DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor Regente de Coral da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições, o professor assume os trabalhos com a Orquestra Tra-la-lá.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1756/19

Publicação Nº 2219873

. DECRETO Nº 1756/19

. De 06 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO/

PAULO HENRIQUE TADEU LIRA

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) PAULO HENRIQUE TADEU LIRA, ocupante do cargo de Professor Reg. Orq. Violino Viola, do quadro de pessoal da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições de seu cargo, fica responsável pela Coordenação do Programa de Musicalização nas Comunidades de Indaial.pela FIC – Fundação Indaialense de Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 06 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1760/19

Publicação Nº 2219246

. DECRETO Nº 1760/19

. De 07 de novembro de 2019

Altera Decreto nº 2179/2011

Declara de Utilidade Pública Rua Ver. Alvin Rauh Junior

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VII e VIII da Lei Orgânica do Município e demais atribuições legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterada a área Declarada de Utilidade Pública e confrontações, consoante do Decreto-Lei nº 3.365. de 21/06/41, combinado com a Lei 6.602, de 07/12/78, para fins de regularização da área na Rua Vereador Alvin Rauh Junior, conforme abaixo:

Endereço: Rua Vereador Alvin Rauh Junior

Área 1: 235,55m²

Área 2: 797,60m²

Bairro: Nações

Descrição Área 1:

Terreno Urbano triangular com área de 235,55m², medindo FRENTE: 2,72m com a rua Vereador Alvin Rauh Junior, LADO DIREITO: 173,37m confrontando com a rua Vereador Alvin Rauh Junior. LADO ESQUERDO: 173,35m com terras de Prefeitura Municipal de Indaial, distando pela frente em 188,00m da rua Manoel Simão.

Descrição Área 2:

Terreno Urbano triangular com área de 797,60m², medindo FRENTE: 22,05m com a Avenida Carlos Schroeder, LADO DIREITO: 52,34m em curva, 23,12m em reta, 19,08 em curva, 11,63m; 12,47m; 10,07m; 6,76m; 4,59m ambos em reta e todos confrontando com terras do Município de Indaial. LADO ESQUERDO: 102,34m com a rua Vereador Alvin Rauh Junior.

Art. 2º - A desapropriação objeto do presente Decreto se dá por via amigável, com ônus para o Município, devendo o Município responsabilizar-se por todas as despesas da regularização do desmembramento e/ou retificação de área, cabendo-lhe ainda toda e qualquer despesa originada com o ato desapropriatório, incluindo as do Registro de Imóveis, Cartórios e Publicações.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2179/2011.

Município de Indaial, em 07 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1761/19

Publicação Nº 2219877

. DECRETO Nº 1761/19

. De 07 de novembro de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO /

DAYSE CRISTINA LANG

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 227/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível III, no valor de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) Dayse Cristina Lang, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, na Fundação Indaialense de Cultura - FIC, que além de suas atribuições:

· Organização e estruturação dos cursos FIC;

· Responsável por toda cadeia de atividades para o funcionamento dos cursos incluídas oficinas disponibilizadas no programa de descentralização FIC (atendimento de pais e alunos, liberação de matrículas, lista de espera, cadastro de alunos, professores e responsáveis, efetivação e/ou cancelamento de matrícula, controle de frequência, operação do sistema EDUCARWEB);

· Manutenção e atualização da página da FIC www.ficindaial.com.br, contendo informações de todas as áreas de abrangência da FIC (Cursos, Eventos, Biblioteca Pública, Museu Ferroviário e Arquivo Histórico);

· Elaboração de mídias de divulgação de eventos, da FIC (produção de artes gráficas como mídias para facebook, site, folders, flyers entre outros)

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2019.

Município de Indaial, em 07 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1762/19

Publicação Nº 2220452

. DECRETO Nº 1762/19

. De 07 de novembro de 2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2019 no MUNICIPIO DE INDAIAL, provenientes de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.620/18,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 25.944,66 (VINTE E CINCO MIL E NOVECENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS E SESENTA E SEIS CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
02.008.0006.0181.0002.2094.33330000000000000000	01100000	25.944,66

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2019.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1763/19

Publicação Nº 2220499

. DECRETO Nº 1763/19

. De 07 de novembro de 2019

Ponto Facultativo

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art.1º - Será facultativo o "Ponto" nas repartições de competência e responsabilidade do Município de Indaial – Administração Direta e Indireta, Autarquias e Fundações, no dia 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 07 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PORTARIA Nº 75/19

Publicação Nº 2220552

. PORTARIA Nº 75/19

. De 07 de novembro de 2019

Instaura Processo Administrativo para Apuração de Legalidade de Pagamento de Verba.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII e artigo 92 da Lei Complementar 105/10 e, considerando o avanço da Tabela sem a devida previsão, conforme a Lei Complementar 113/11, RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apuração da legalidade do pagamento de verba, a servidora Shirlei Cavilia Camilotti, referente a Promoção da Carreira prevista no inciso II, do artigo 13, constante das Tabela dos Anexos XX da Lei Complementar 113/11.

Art. 2º - Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que adote as providências cabíveis a fim de suspender o pagamento das verbas recebidas a maior, efetuando o enquadramento na Folha de pagamento da servidora no Nível E03018.

Art.3º- Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que notifique a servidora SHIRLEI CAVILIA CAMILOTTI, para que em 10 (dez)

dias se manifeste a respeito da suspensão do pagamento dos valores citados nos artigos anteriores.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PORTARIA Nº 76/19

Publicação Nº 2220553

. PORTARIA Nº 76/19

. De 07 de novembro de 2019

Instaura Processo Administrativo para Apuração de Legalidade de Pagamento de Verba.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII e XII e artigo 92 da Lei Complementar 105/10 e, considerando averbação de verba PREVISTA NO ARTIGO 51 DA LEI Complementar 105/10, RESOLVE,

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo para apuração da legalidade do pagamento de verba, considerando averbação de tempo de serviço antes do ingresso como efetiva no serviço público do Município de Indaial, a servidora DEBORA MABEL CRISTIANO, conforme Portaria 1749, de 05/09/2019.

Art. 2º- Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoal que notifique a servidora DEBORA MABEL CRISTIANO, para que em 10 (dez) dias manifeste-se a respeito da suspensão do pagamento dos valores referentes a averbação de tempo de serviços para cômputo de triênio de acordo com a Portaria 1749/19, considerando somente o tempo de efetivo exercício no serviço público do Município de Indaial.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 215/2019 - ALTERAÇÃO DO EDITAL

Publicação Nº 2219365

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDALIAL

Processo Licitatório nº 215/2019

Edital de Pregão Presencial nº 006/2019-37941

ALTERAÇÃO DO EDITAL

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição e instalação de assentos para a arquibancada do Ginásio Sérgio Luiz Petters, condicionada ao convênio com o Estado de Santa Catarina, conforme Programa nº 2019008002 e Proposta de Convênio nº 21598/2019.

Entrega dos envelopes: 22/11/2019 - 14h15min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 22/11/2019 - 14h30min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 230/2019

Publicação Nº 2219231

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDALIAL

Processo Licitatório nº 230/2019

Edital de Pregão Presencial nº 089/2019-10430

Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de materiais para sinalização viária.

Entrega dos envelopes: 25/11/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 25/11/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 231/2019

Publicação Nº 2219234

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Licitatório nº 231/2019
Edital de Dispensa nº 011/2019-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de empresa para a realização dos serviços de assistência técnica e extensão rural para a Secretaria de Agricultura da Prefeitura Municipal de Indaial.

Entrega dos envelopes: 08/11/2019

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic6@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 232/2019

Publicação Nº 2219235

PUBLICAÇÃO DE EDITAL
MUNICÍPIO DE INDAIALProcesso Licitatório nº 232/2019
Edital de Pregão Presencial nº 009/2019-37941
Registro de Preços

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de serviço de montagem, desmontagem e operação de sistema de sonorização, iluminação e de equipamentos de projeção de imagens para o 35º Torneio de Verão - Exclusiva para ME e EPP.

Entrega dos envelopes: 22/11/2019 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 22/11/2019 - 09h00min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic3@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 180/2019

Publicação Nº 2220092

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 180/2019

CONTRATADA: BASE PRE-FABRICADOS LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação anexa, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 180/2019, que tem como objeto a construção de uma cobertura metálica para a academia de saúde com área de 94,48 m², conforme Memorial Descritivo, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos, constantes nos anexos III, IV e V, respectivamente, do edital mencionado na Cláusula Primeira do Contrato, visa a prorrogação do prazo pelo período de 30 (trinta) dias.

PRAZO: 28 de setembro de 2019 até 28 de outubro de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 20/09/2019.

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 184/2018

Publicação Nº 2220100

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 184/2018

CONTRATADA: DOUGLAS TILLMANN 07872067927.

OBJETO DO ADITIVO: tem como objeto a concessão à empresa privada, de espaço para exploração publicitária em locais determinados no Ginásio de Esportes Sérgio Luiz Petters, mediante cessão onerosa financeira, visa a prorrogação do prazo pelo período de 11 (onze) meses, bem como a supressão de 25% do valor total do contrato, no valor total de R\$ 3.787,50 (três mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

PRAZO: 31 de outubro de 2019 até 30 de setembro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 28/01/2019.

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 133/2018

Publicação Nº 2220095

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 133/2018

CONTRATADA: SINNC SOLUÇÕES LTDA – ME.

OBJETO DO ADITIVO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 133/2018, que tem como objeto a locação de licença de uso de software – SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA – e contratação de serviços técnicos especializados na área de Tecnologia da Informação (TI), compreendendo planejamento, desenvolvimento, implantação e execução continuada de serviços, através do Sistema de Registro de Preços, para o município de Indaial, visa a prorrogação do prazo por mais 12 (doze) meses, bem como a concessão de reajuste contratual.

PRAZO: 05 de outubro de 2019 até 04 de outubro de 2020.
DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 137/2018

Publicação Nº 2220097

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 137/2018

CONTRATADA: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA.

OBJETO DO ADITIVO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 137/2018, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de parque infantil colorido com estrutura principal em madeira plástica rígida, e ferro galvanizado fabricado com material super resistente, para ser instalado junto a área externa do Pame, e área de lazer do Cras Estrada das Areias, visa a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias.

PRAZO: 22 de outubro de 2019 até 20 de janeiro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 18/10/2019.

TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 138/2018

Publicação Nº 2220099

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 138/2018

CONTRATADA: STRONGFER INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI.

OBJETO DO ADITIVO: Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 138/2018, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento e instalação de parque infantil colorido com estrutura principal em madeira plástica rígida, e ferro galvanizado fabricado com material super resistente, para ser instalado junto a área externa do Pame, e área de lazer do Cras Estrada das Areias, visa a prorrogação do prazo por mais 90 (noventa) dias.

PRAZO: 21 de outubro de 2019 até 19 de janeiro de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2019.

Ipira

PREFEITURA

EDITAL 069/2019-PMI

Publicação Nº 2219532

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 069/2019 - PMI
Pregão Presencial nº 042/2019 – PMI

O Município de Ipira torna público para o conhecimento dos interessados que estará realizando Processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de Produtos Natalinos (Kits Natalinos). Entrega dos envelopes até as 08h45min do dia 21 de novembro de 2019. Informações e íntegra do Edital, na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, na Prefeitura Municipal, ou pelo Telefone (0**49) 3558-0451 – E-mail: neocir@ipira.sc.gov.br.

Ipira (SC), 07 de novembro de 2019.
Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

14ºTACCISAMAUC

Publicação Nº 2219539

29/10/2019 31/12/2019 29/10/2019 887 14ºTAC01/2019 1/19-CISAMAUC 2 REF: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CONSÓRCIO PELO MUNICÍPIO DE IPIRA. 30000,00 7354 Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Urug. Cat J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

2TAC7/2019-FMS

Publicação Nº 2219540

07/11/2019 22/02/2020 07/11/2019 2018 10 888 2TAC7/2019 7/2019 2 REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de medicamentos para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 231,62 8999 ALTERMED Materiais Médicos Hospitalares Ltda. J 1 0 0 0 33 C 0 0 14 PE 7 2018 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 166/2019

Publicação Nº 2219344

DECRETO Nº 166 DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE-COMDEMA.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar Municipal nº. 123/2019 e Decreto Municipal nº 164/2019:

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, eis que delegado pela Lei Complementar nº 123/2019 ao Poder Executivo Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados as pessoas abaixo descritas para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

I – Representantes Governamentais:

- a) Fernanda Jungbluth e Henrique Kickow;
- b) Roberto Scalabrin e Itamara Pivatto Batista da Silva;
- c) Alexandre Engel Ruscheinsky e Ilmo Walter;
- d) Joraci Renz Pavan e Milton Inácio Weber.

II – Representantes Não Governamentais:

- a) Canisio Reinehr e Marcia Wickert Colling;
- b) Simone Klunk e Creiton Conrad
- c) Élio Kuhn e José Francisco Strieder
- d) Daniele Carbonara e Maria Rosane Muller Back.

Art. 2º Fica convocada a reunião de instalação do CONDEMA para o dia 07/11/2019, às 08:30 horas, na sede do Poder Executivo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 1º de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 170/2019

Publicação Nº 2220399

DECRETO Nº 170 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE-COMDEMA.

O PREFEITO DE IPORÃ DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 123/2019 e:

CONSIDERANDO a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, conforme consta em Ata realizada na data de 07 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Iporã do Oeste - SC, 07 de novembro de 2019.

Registre-se e publique-se

LÚCIO MALLMANN

Prefeito

Registrado e publicado em data supra,

JONAS KAISER
Secretário de Administração e Finanças

PR 069-2019

Publicação Nº 2219370

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará a abertura da licitação as 09h00min do dia 21 de Novembro de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC, conforme objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SÊMEN BOVINO PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORAMENTO GENÉTICO EM BOVINOS, CONFORME ESTABELECIDO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1762/2017.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49) 3634-1210, de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.

LÚCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

PR 070-2019

Publicação Nº 2219939

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará a abertura de licitação às 14h30min do dia 21 de Novembro de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC, conforme objeto abaixo:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GALERIAS E TUBOS EM CONCRETO PARA RECUPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RUAS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <iporadooeste.atende.net>.

Iporã do Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO CONTRATUAL DE CREDENCIAMENTO Nº 073-2019

Publicação Nº 2219527

TERMO CONTRATUAL DE CREDENCIAMENTO Nº 073/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2019

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santo Antônio, nº 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Lúcio Mallmann, portador do CPF nº 831.980.599-68, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a Empresa INSTITUTO HOSPITALAR BENEFICENTE NOSSA SENHORA DAS MERCÊS, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Rio de Janeiro, nº 115-W, Bairro Centro, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, CEP nº 89.899-000, inscrita no CNPJ sob nº. 85.217.032/0001-04, neste ato representado pelo Srº Renato Antônio Celante, portador do CPF nº 538.365.029-68, adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Contratual de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 126/2019, Inexigibilidade de Licitação nº 025, de 08 de Outubro de 2019 e pelas condições que estipulam a seguir:

I - DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DIVERSOS, COMO CONSULTAS MÉDICAS EM ESPECIALIDADES DIVERSAS, A SEREM PRESTADOS PARA OS PACIENTES DO MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE.

II - DO PROCEDIMENTO

2.1. O encaminhamento dos usuários será feito através de documento de referência e contra referência.

2.2. Procedimentos credenciados:

ITEM	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
04	SV	30	CIRURGIAS EM GINECOLOGIA (COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM TELA, COM AMPUTACAO DE COLO; COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR COM TELA ; CURETAGEM UTERINA, CONIZACAO, ENTRE OUTRAS DO SEGMENTO)	R\$ 2.700,00

III - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do termo contratual será a partir da data da sua assinatura até o dia 22.10.2020.

IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária oriunda do Fundo Municipal de Saúde para o exercício vigente.

4.2. Os Recursos Financeiros serão das Receitas próprias, receitas vinculadas e demais recursos disponíveis do Fundo Municipal de Saúde.

V - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

5.1. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

5.2. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

5.3. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

5.4. O credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores autorizados aos serviços a serem prestados.

5.5. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade dos serviços e resultados;

5.6. Garantir confidencialidade dos resultados obtidos e informações sobre sua assistência;

5.7. Permitir acesso de fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde no acompanhamento na execução dos serviços;

5.8. Fornecer todos os materiais necessários para execução dos serviços, sem, entretanto, a eles se limitarem.

5.9. A Contratada é responsável direta pela prestação dos serviços e consequentemente responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a Contratante ou para terceiros.

VI - MOTIVOS DE RESCISÃO

6.1. O termo contratual de credenciamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, pelos seguintes motivos:

a) a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da credenciada, no cumprimento satisfatório o edital;

b) recusa injustificada da prestação dos serviços, atraso injustificado na prestação dos serviços, entrega em desacordo com o contratado, reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, bem como quaisquer das situações previstas neste edital;

c) quando ocorrerem razões de interesse público justificado;

d) a cobrança de taxas de usuários, pela realização dos serviços contratados.

VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após a prestação dos serviços, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e demais documentos exigidos, a qual será certificada pela Secretaria e encaminhada para contabilidade para que se proceda o pagamento.

7.2. Para fins de pagamento, a empresa credenciada deverá informar ao Setor Financeiro o banco, n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, a empresa credenciada.

7.3. O pagamento fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos: Nota Fiscal e Relatório de atendimentos e autorizações, assinado pelos pacientes atendidos.

VIII – DAS PENALIDADES

8.1. A credenciada, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

8.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município, pelo prazo de 02 (dois) anos;

8.1.4. Declaração de Inidoneidade.

IX – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O presente contrato tem como seu fiscal o Srº Mauro Cesar Barella (Secretário Municipal de Saúde), inscrito no CPF sob nº 919.065.559-15, cabendo-lhe a obrigação de solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidade e saldo para pagamento, das suas respectivas pastas.

9.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores).

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN RENATO ANTÔNIO CELANTE

PREFEITO MUNICIPAL INSTITUTO HOSP. BENEF. N. SENHORA DAS MERCÊS

CREDENCIANTE CREDENCIADA

DECLARO que sou Gestor/Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar e gerir o cumprimento deste contrato no que se refere à Secretaria a qual estou vinculado.

MAURO CESAR BARELLA

CPF: 919.065.559-15

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente termo contratual.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN

OAB/SC – 31.568

Advogado/Assessor Geral

TERMO CONTRATUAL DE CREDENCIAMENTO Nº 074-2019

Publicação Nº 2219528

TERMO CONTRATUAL DE CREDENCIAMENTO Nº 074/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2019

CREDENCIAMENTO

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, através do Fundo Municipal de Saúde - FMS, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Santo Antônio, nº 100, inscrito no CNPJ nº. 78.485.554/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Srº Lúcio Mallmann, portador do CPF nº 831.980.599-68, adiante nomeado CREDENCIANTE, e a Empresa CLINICA MÉDICA LONGEVITTÁ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Avenida Sul Brasil, nº 467, Edifício Dom Riciéri, Bairro Centro, Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, CEP nº 89.874-000, inscrita no CNPJ sob nº. 20.221.787/0001-29, neste ato representado pelo Srº Alex Lazari Dornelles, portador do CPF nº 934.264.020-68, adiante nomeada CREDENCIADA, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Contrato de Credenciamento que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e pelas normas do Processo Administrativo nº 009/2019, Inexigibilidade nº 006, de 07 de Janeiro de 2019 e pelas condições que estipulam a seguir:

I - DO OBJETO

1.1. CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS PARA ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC COM VIGÊNCIA PARA O ANO DE 2019.

II - DO PROCEDIMENTO

2.1. O encaminhamento dos usuários será feito através de documento de referência e contra referência.

2.2. Procedimentos credenciados:

ITEM	UND	QUANT	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
02	SV	200	CONSULTA ESPECIALIZADA EM VASCULAR	R\$ 90,00

III - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência do termo será do dia da sua assinatura até o dia 31.12.2019.

IV - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes das contratações oriundas deste credenciamento correrão por conta da dotação orçamentária oriunda do Fundo Municipal de Saúde para o exercício vigente.

4.2. Os Recursos Financeiros serão das receitas próprias, receitas vinculadas e demais recursos disponíveis do Fundo Municipal de Saúde.

V - DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

5.1. Responsabilizar-se por todos os impostos, taxas, seguros e tudo que em virtude da lei ou regulamento que recaia ou venha a recair sobre os serviços, bem como por obrigações trabalhistas, previdenciárias, de acidentes e quaisquer outros decorrentes da relação empregatícia entre a contratada e seu pessoal, bem como pelos danos/prejuízos eventualmente causados aos usuários e/ou terceiros.

5.2. O credenciado obriga-se a manter, durante toda a execução, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Termo por não cumprimento do mesmo.

5.3. O credenciado deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999.

5.4. O credenciado não poderá cobrar do paciente, ou seu responsável, qualquer complementação aos valores autorizados aos serviços a serem prestados.

5.5. Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade dos serviços e resultados;

5.6. Garantir confidencialidade dos resultados obtidos e informações sobre sua assistência;

5.7. Permitir acesso de fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde no acompanhamento na execução dos serviços;

5.8. Fornecer todos os materiais necessários para execução dos serviços, sem, entretanto, a eles se limitarem.

VI - MOTIVOS DE RESCISÃO

6.1. O contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/1993 e suas alterações, e, ainda, pelos seguintes motivos:

a) a reiteração de impugnação dos serviços, evidenciando a incapacidade da credenciada, no cumprimento satisfatório o edital;

b) recusa injustificada da prestação dos serviços, atraso injustificado na prestação dos serviços, entrega em desacordo com o contratado, reincidência em imperfeição já notificada pelo Município, bem como quaisquer das situações previstas neste edital;

c) quando ocorrerem razões de interesse público justificado;

d) a cobrança de taxas de usuários, pela realização dos serviços contratados.

VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado em até 15 dias após a emissão das notas fiscais, mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura e documentos exigidos. Serão observados para o pagamento os valores máximos descritos no processo licitatório nº 009/2019.

7.2. Para fins de pagamento, a empresa credenciada deverá informar ao Setor Financeiro o banco, n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, a empresa credenciada.

7.3. O pagamento fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos: Ordem de serviço, Nota Fiscal e relatório de atendimentos

e autorizações.

VIII – DAS PENALIDADES

8.1. A credenciada, conforme o caso, que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita as seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência;

8.1.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da proposta;

8.1.3. Suspensão do direito de licitar junto ao Município, pelo prazo de 02 (dois) anos;

8.1.4. Declaração de Inidoneidade;

IX – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O presente contrato tem como seu fiscal o Srº Mauro Cesar Barella (Secretário Municipal de Saúde), inscrito no CPF sob nº 919.065.559-15, cabendo-lhe a obrigação de solicitar, conferir, receber e controlar o objeto, em conformidade com a qualidade, quantidade e saldo para pagamento, das suas respectivas pastas.

9.2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade da contratada, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores).

X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem assim justos e contratados assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas ao final subscritas, para que o mesmo produza todos os jurídicos e legais efeitos.

Iporã do Oeste/SC, 07 de Novembro de 2019.

LUCIO MALLMANN ALEX LAZARI DORNELLES

PREFEITO MUNICIPAL CLINICA MÉDICA LONGEVITTÁ LTDA

CREDENCIANTE CREDENCIADA

DECLARO que sou Gestor/Fiscal do presente Contrato, recebi uma cópia e estou incumbindo de fiscalizar e gerir o cumprimento deste contrato no que se refere à Secretaria a qual estou vinculado.

MAURO CESAR BARELLA

CPF: 919.065.559-15

Após análise do conteúdo do procedimento licitatório acima mencionado, verificou-se que este cumpre os requisitos exigidos pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, opinando assim, pela assinatura do presente contrato.

DOUGLAS ALBERTO MALLMANN

OAB/SC – 31.568

Advogado/Assessor Geral

Ipuacú**PREFEITURA****ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PL PREF 83.2019 DL PREF 24.2019**

Publicação Nº 2220117

ERRATA AO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Considerando que na confecção do referido extrato para publicação houve um erro de digitação na numeração da dispensa de licitação, dito isso:

ONDE LIA-SE:

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUAÇU

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 83/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF N. 43/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DO OBJETO: Aquisição temporária de combustível Diesel S10 ou S50 e Diesel Comum com a devida justificativa emergencial. A aquisição será parcelada e somente mediante a necessidade do município.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Tendo por base o Inciso IV do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

De todo o exposto, considerando-se os aspectos jurídico-legais, o interesse público e a urgência na aquisição dos combustíveis acima descritos pode ser contratados por Dispensa de Licitação.

DO VALOR E ESTIMATIVA: A estimativa é que sejam gastos no máximo 40.000,00(quarenta mil) litros de Diesel S10 ou S50 e 25.000,00 (vinte e cinco mil) litros de Diesel Comum, que totalizam o valor de R\$213.350,00 (duzentos e treze mil e trezentos e cinquenta reais):

Combustível	Unid	QTD	Valor unitário	Valor Total
Diesel S10 ou S50	Litros	40.000,00	R\$ 3,29	R\$ 131.600,00

Combustível	Unid	QTD	Valor unitário	Valor Total
Diesel Comum	Litros	25.000,00	R\$ 3,27	R\$ 81.750,00

DA RAZÃO DA ESCOLHA: A razão da escolha foi devido ao orçamento de menor valor apresentado de acordo com cotações prévias.

DO FORNECEDOR: SIVIERO DIESEL LTDA inscrita no CNPJ n. 76.592.286/0001-03 com sede na Rua Porto Alegre n.370, Bairro dos Esportes cidade de Xanxerê/SC.

DO PRAZO: O prazo de sua vigência é da contratação até no máximo a data de 31 de dezembro de 2019. Dependendo unicamente da finalização do processo licitatório na modalidade pregão presencial que será lançado o mais rápido possível.

DA JUSTIFICATIVA: Considerando que houve o pedido de rescisão por parte da empresa TRR GILIOI TLDA vencedora do Processo Licitatório Pref. 64/2018 na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços Pref..39/2018, a qual foi vencedora dos combustíveis Diesel S10 ou S50 e Diesel Comum pelo motivo de não possuir mais condições de realizar as entregas necessárias ao cumprimento dos contratos. Considerando que dessa maneira foi rescindindo os contratos com a referida empresa, e para não paralisar as atividades de vital importância a administração pública em atendimento aos municípios faz-se necessário o procedimento de dispensa de licitação, pois não há tempo hábil para outra modalidade de licitação em razão da urgência.

Considerando a necessidade de atendimento à população de Ipuacú/SC no transporte de pacientes em exames consultas e tratamentos médicos ocorridos no território do município e também em outros municípios. Assim como o transporte de alunos até as escolas, o atendimento aos agricultores em suas atividades e o reparo de estradas e acessos urbanos e rurais.

Além disso, há necessidade na manutenção de mais setores que necessitam dos referidos combustíveis para desenvolver as suas atividades. Considerando o município já tomou as devidas providências para que seja lançado o processo licitatório na modalidade pregão presencial para a aquisição de combustíveis S10 ou S50 e Diesel Comum.

Considerando que caso não sejam adquiridos os combustíveis Diesel S10 ou S50 e Diesel comum iram paralisar todas as atividades que depende dos referidos combustíveis ocasionando prejuízos inimagináveis a toda a população.

Município de Ipuacú- CNPJ n.95.993.028/0001-83

Rua Zanella n.818, centro, Ipuacú-SC.

CEP:89.832-000.

LEIA- SE:

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUAÇU

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF N. 83/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF N. 24/2019

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

DO OBJETO: Aquisição temporária de combustível Diesel S10 ou S50 e Diesel Comum com a devida justificativa emergencial. A aquisição será parcelada e somente mediante a necessidade do município.

DO FUNDAMENTO LEGAL: Tendo por base o Inciso IV do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

De todo o exposto, considerando-se os aspectos jurídico-legais, o interesse público e a urgência na aquisição dos combustíveis acima descritos pode ser contratados por Dispensa de Licitação.

DO VALOR E ESTIMATIVA: A estimativa é que sejam gastos no máximo 40.000,00(quarenta mil) litros de Diesel S10 ou S50 e 25.000,00 (vinte e cinco mil) litros de Diesel Comum, que totalizam o valor de R\$213.350,00 (duzentos e treze mil e trezentos e cinquenta reais):

Combustível	Unid	QTD	Valor unitário	Valor Total
Diesel S10 ou S50	Litros	40.000,00	R\$ 3,29	R\$ 131.600,00

Combustível	Unid	QTD	Valor unitário	Valor Total
Diesel Comum	Litros	25.000,00	R\$ 3,27	R\$ 81.750,00

DA RAZÃO DA ESCOLHA: A razão da escolha foi devido ao orçamento de menor valor apresentado de acordo com cotações prévias.

DO FORNECEDOR: SIVIERO DIESEL LTDA inscrita no CNPJ n. 76.592.286/0001-03 com sede na Rua Porto Alegre n.370, Bairro dos Esportes cidade de Xanxerê/SC.

DO PRAZO: O prazo de sua vigência é da contratação até no máximo a data de 31 de dezembro de 2019. Dependendo unicamente da finalização do processo licitatório na modalidade pregão presencial que será lançado o mais rápido possível.

DA JUSTIFICATIVA: Considerando que houve o pedido de rescisão por parte da empresa TRR GILIOIOLI TLDA vencedora do Processo Licitatório Pref. 64/2018 na modalidade de Pregão Presencial para registro de preços Pref..39/2018, a qual foi vencedora dos combustíveis Diesel S10 ou S50 e Diesel Comum pelo motivo de não possuir mais condições de realizar as entregas necessárias ao cumprimento dos contratos. Considerando que dessa maneira foi rescindindo os contratos com a referida empresa, e para não paralisar as atividades de vital importância a administração pública em atendimento aos munícipes faz-se necessário o procedimento de dispensa de licitação, pois não há tempo hábil para outra modalidade de licitação em razão da urgência.

Considerando a necessidade de atendimento à população de Ipuacu/SC no transporte de pacientes em exames consultas e tratamentos médicos ocorridos no território do município e também em outros municípios. Assim como o transporte de alunos até as escolas, o atendimento aos agricultores em suas atividades e o reparo de estradas e acessos urbanos e rurais.

Além disso, há necessidade na manutenção de mais setores que necessitam dos referidos combustíveis para desenvolver as suas atividades. Considerando o município já tomou as devidas providências para que seja lançado o processo licitatório na modalidade pregão presencial para a aquisição de combustíveis S10 ou S50 e Diesel Comum.

Considerando que caso não sejam adquiridos os combustíveis Diesel S10 ou S50 e Diesel comum iram paralisar todas as atividades que depende dos referidos combustíveis ocasionando prejuízos inimagináveis a toda a população.

Município de Ipuacu- CNPJ n.95.993.028/0001-83

Rua Zanella n.818, centro, Ipuacu-SC.

CEP:89.832-000.

Ipuacu 07 de novembro de 2019.

Ipumirim

PREFEITURA

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS/CMV

Publicação Nº 2220106

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 2533/2019 DATA: 1º/11/2019

PROJETO DE LEI Nº 11/2019 – Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ipumirim-SC para o exercício de 2020

OBJETO: Verificação dos Anexos e Cronograma de Ações para o trâmite e instrução do projeto

RELATOR: Gilmar Cavalieri

RITO: Especial

RELATÓRIO

É recebido para análise desta Comissão o Projeto de Lei nº 11/2019, originário do Executivo Municipal, que Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2020.

O Prefeito Municipal, através da Mensagem nº 34/2019 de 31 de outubro, nos encaminha o Projeto que define o orçamento geral do município para o exercício de 2020 em R\$ 34.183.620,00, divididos entre as diversas unidades do Poder Executivo e Poder Legislativo.

Conforme expressa o Regimento Interno, os projetos de Leis que tratam do Plano Plurianual - PPA - das Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual -LOA, possuem tramitação por meio de Rito Especial, sendo analisados somente pela Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas.

O Projeto foi encaminhado à Câmara no dia 1º de novembro, cumprindo assim o que determina o Inciso III, do Art. 164, da Lei Orgânica Municipal, In verbis:

(Art. 164)

III- O Projeto de Lei do Orçamento Anual será encaminhado à Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até o dia 1º de novembro de cada exercício.

Inicialmente o projeto foi encaminhado por meio eletrônico com seus anexos para os Vereadores e posteriormente Publicado no dia 4 de novembro, nos termos do Art. 144 caput, do Regimento Interno.

O projeto foi lido durante a Sessão Ordinária realizada no dia 5 de novembro.

ANALISE

Neste primeiro momento cabe ao relator, em cumprimento ao disposto na Alínea b, do Inciso II, do §1º, do Art. 144 do Regimento Interno, proceder a confirmação que o projeto se faz acompanhar dos documentos e Anexos exigidos por lei. In verbis:

Art. 144

§1º

b. Designado o Relator, o mesmo confirmará se o projeto de lei do orçamento anual possui dos documentos e anexos exigidos em lei, para sua tramitação.

Analizando o projeto, atesto que o mesmo esta acompanhado dos seguintes documentos e anexos:

Mensagem apresentado o projeto;

Demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas (Anexo 1 da lei nº 4.320/64);

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64);

Natureza da Despesa por categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64);

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64);

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64);

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64);

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64);

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64);

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme o art. 22, III da Lei nº 4.320/64);

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme o art. 22, III da Lei nº 4.320/64);

Sumário Geral da Receita por Fontes de Despesas por Funções de Governo;

Demonstrativo da Receita e Plano de Aplicação dos Fundos Especiais;

Relação de Despesas Planejadas;

Demonstrativos da Aplicação de Recursos no Ensino Público Municipal - Demonstrativo da Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

Demonstrativo dos Gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde;

Demonstrativo da Despesa com Pessoal (Anexo PMI 03);

Demonstrativo da estimativa de Arrecadação para 2020 e Projeção 2020-2022 (LOA 2020);

Demonstrativo de Amortização da Dívida Fundada Interna - (Anexo LOA/2020);

Demonstrativo das Disponibilidades Financeiras do Poder Executivo;

Demonstrativo dos Tributos Lançados e não Arrecadados -(Anexo LOA/2020) ;

Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos recursos Período de Referência Janeiro/Setembro/2019;

Demonstrativo de Evolução do Patrimônio Líquido dos Exercícios de 2011 a 2018;

Memória de Cálculo de Receitas para o exercício de 2019;

Estes portanto, são os documentos e Anexos que acompanham o Projeto de Lei nº 11/2019, sendo cumprido o disposto regimental. Ainda, nesse primeiro momento cabe ao relator, em cumprimento ao disposto na alínea "d" do inciso II do § 1º do art. 144 do Regimento Interno, propor o cronograma de ações para o tramite e instrução do projeto. In verbis:

Art. 144

§1º

d. Confirmados os documentos e anexos necessários para a tramitação da matéria, o Relator proporá à Comissão um cronograma de ações para a instrução do projeto de lei do orçamento anual, com a definição das datas para a realização de audiências públicas, recebimento de propostas pela comunidade e apresentação de emendas parlamentares.

Para tanto proponho a apreciação dos demais integrantes desta comissão, o seguinte cronograma de ações a serem efetivadas para sua análise:

Data	Ações
22/11/2019	Audiência Pública
26/11/2019	Prazo para recebimento de propostas da comunidade
29/11/2019	Prazo final para recebimento de emendas parlamentares
7/12/2019	Apresentação do Voto do Relator
8/12/2019	Devolução à Presidente para publicação e demais procedimentos e votação em Plenário

Sala das Comissões, aos 7 dias do mês de novembro de 2019

Gilmar Cavalieri
Relator

PELAS CONCLUSÕES:

Gilmar Cavalieri Deonir José Agazzi Kleber Toni Tecchio
Presidente/Relator Membro Membro

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2019/PM

Publicação Nº 2219475

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 93/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra) para a instalação e montagem da decoração Natalina, destinado a abertura das Festividades do Natal. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 07/11/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 93, DL Nº 33-2019-PM

Publicação Nº 2219498

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 33/2019 - DL Processo Administrativo: Processo de Licitação: 93/2019 Data do Processo: 07/11/2019
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 93/2019
b) Licitação Nr.: 33/2019-DL
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 07/11/2019
e) Objeto da Licitação contratação de empresa para prestação de serviço (material + mão de obra) para a instalação e montagem da decoração Natalina, destinado a abertura das Festividades do Natal.

(em Reais R\$)
f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ELETRICA JLB LTDA ME (9410)

1	Tubo led branco 80 cm 127/220 volts	UN	60,00	0,0000	50,00	3.000,00
2	Mangueira led 13mm colorida	UN	102,00	0,0000	7,00	714,00
3	Mangueira led 13 mm azul 100 mt	UN	118,00	0,0000	7,00	826,00
4	Mangueira led 13 mm verde 100 mt	UN	204,00	0,0000	7,00	1.428,00
5	Mangueira led 13 mm branco 100 mt	UN	113,00	0,0000	7,00	791,00
6	Cabo flexível pp 2 x 1 mm	UN	250,00	0,0000	2,00	500,00
7	Controle para mangueira led 13 mm	UN	100,00	0,0000	12,00	1.200,00
8	Cabo flexível pp 3 x 1,5 mm	UN	200,00	0,0000	3,60	720,00
9	Fita isolante 10 metros	UN	50,00	0,0000	8,00	400,00
10	Abraçadeira nylon 3,6 x 200 mm	UN	100,00	0,0000	20,00	2.000,00
11	Rele fotoelétrico exatron	UN	20,00	0,0000	45,00	900,00
12	Base para rele fotoelétrico exatron	UN	20,00	0,0000	10,00	200,00
13	Mão de obra e serviço instalação e montagem decoração natalina	SER	1,00	0,0000	4.350,00	4.350,00
Total do Fornecedor:						17.029,00
Total Geral:						17.029,00

Ipumirim, 7 de Novembro de 2019.

.....
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

.....
Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - FMS

Publicação Nº 2220314

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019 - FMS

O Fundo Municipal de Saúde torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação parcelada de empresa especializada em serviço de Equoterapia para atendimento na clínica (sede da empresa), conforme a necessidade e de acordo com demanda de atendimento da população iraniense. Recebimento de Envelopes: até às 08h30min do dia 22/11/2019.

Abertura: às 09h00min do dia 22/11/2019.

Informações complementares: Edital em inteiro teor está à disposição dos interessados na home page www.irani.sc.gov.br, link "Licitações". e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou ainda pelo telefone: (049) 3432-3214.

Irani, SC, 07 de novembro de 2019.

Dilce Salete Zenaro – Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Irati**PREFEITURA****DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019-FMS - AQUISIÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS SOB MEDIDA, PARA UTILIZAÇÃO DO PACIENTE ESPECIAL GUIALDO TEIXEIRA ALVES, COM ORIENTAÇÃO DA APAE DE QUILOMBO/SC, CONFORME PARECER**

Publicação Nº 2220658

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de Saúde de Irati
Rua João Beux Sobrinho, 412 – Centro – CEP 89.856-000

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 019/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019-FMS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Comissão de Licitação do Município de Irati, através do Secretario de Administração e Finanças, em cumprimento à ratificação procedida pelo Senhor MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor Municipal de Saúde de Irati/SC, faz publicar o extrato resumido do processo de dispensa de licitação a seguir:

Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA CADEIRA DE RODAS SOB MEDIDA, PARA UTILIZAÇÃO DO PACIENTE ESPECIAL GUIALDO TEIXEIRA ALVES, COM ORIENTAÇÃO DA APAE DE QUILOMBO/SC, CONFORME PARECER

Contratado : ORTOBRAS INDUSTRIA E COMERCIO DE ORTOPEDIA LTDA, CNPJ 31.228.836/0001-71, com endereço na Rua Duren, Nº 298, centro, CEP 95.730-000, Município de Barão, Estado do Rio Grande do Sul.

Fundamento Legal...: art. 24, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor : R\$ 3.040,50 (três mil, quarenta reais e cinquenta centavos).

Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Comissão de Licitação e ratificada pelo Sr. MARCOS HENRIQUE KEHL, Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Irati/SC.

Irati/SC, 07 de novembro de 2019
SÉRGIO PACHECO
Comissão de Licitação
Presidente

PREGÃO Nº 052/2019-MULTIENTIDADE - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE BATERIAS, PARA A MANUTENÇÃO DE FROTA DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Publicação Nº 2220632

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O
Processo Administrativo Nº 098/2019
Processo Licitatório Nº 098/2019
Edital: Pregão Presencial Nº 052/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE BATERIAS, PARA A MANUTENÇÃO DE FROTA DO MUNICÍPIO DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21/11/2019

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21/11/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 08 de novembro de 2019.

NEURI MEURER
Prefeito Municipal

PREGÃO Nº 053/2019-MULTIENTIDADE - AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS, SERVIÇOS MECÂNICOS E SERVIÇOS DE GEOMETRIA E CAMBAGEM, PARA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS CORSA CLASSIC DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Publicação Nº 2220635

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IRATI A V I S O D E L I C I T A Ç Ã O

Processo Administrativo Nº 099/2019

Processo Licitatório Nº 099/2019

Edital: Pregão Presencial Nº 053/2019

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE

Objeto: AQUISIÇÃO EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA DE PEÇAS DIVERSAS, SERVIÇOS MECÂNICOS E SERVIÇOS DE GEOMETRIA E CAMBAGEM, PARA A MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS CORSA CLASSIC DO MUNICÍPIO E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI/SC

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 21/11/2019

Abertura dos Envelopes: 14:00 horas do dia 21/11/2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua João Beux Sobrinho, nº 385, centro, Irati – SC, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo telefone (49) 3349-0010, 3349-0143, pelo site: www.irati.sc.gov.br, ou através de do e-mail: irati@irati.sc.gov.br

Irati – SC, 08 de novembro de 2019.

NEURI MEURER

Prefeito Municipal

Irineópolis

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019 - DECLARAÇÃO

Publicação Nº 2220139

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2019
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Irineópolis, junto ao Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, através do presidente da Comissão Permanente de Licitações, declara que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, conforme consta do Processo de Licitação nº. 09/2019, declarou a inexigibilidade de licitação, para a contratação da empresa ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRINEÓPOLIS, conforme documentação constante dos autos, com o objetivo de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, CONSIDERANDO A LEI Nº. 8.080/90, DECRETO FEDERAL Nº 7.612 DE 17 DE NOVEMBRO DE PORTARIA MS/GM Nº 793, DE 24 DE ABRIL DE 2012, MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS PARA SERVIÇO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DISTÚRBIO DO ESPECTRO AUTISTA, PORTARIA MS/GM Nº 1.034, DE 05 DE MAIO DE 2010 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3658/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E A LEI 8.666/93, de acordo com os valores da tabela abaixo:

Item	Quant.	Código	Procedimento	Valor Unitário R\$
01	112	03.01.07.002-4	Acompanhamento de paciente em Reabilitação em Comunicação	17,67
02	32	03.01.07.004-0	Acompanhamento Neuropsicológico de paciente em Reabilitação	17,67
03	112	03.01.07.005-9	Acompanhamento Psicopedagógico de paciente em Reabilitação	17,67
04	184	03.01.07.006-7	Atendimento/Acompanhamento de paciente em Reabilitação nas Múltiplas Deficiências	7,71
05	184	03.01.07.007-5	Atendimento/Acompanhamento de paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor	17,67

O valor contratado mensal será de acordo com a prestação do serviço; A presente declaração encontra-se plenamente fundamentada, consoante se denota da justificativa elaborada pela Comissão de Licitações, bem como em razão dos documentos que instruíram o processo. Nos termos do art. 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de recurso, representação ou impugnação.

Irineópolis (SC), 07 de novembro de 2019.
ANDRESSA BENDLIN
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 441/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019 - DESPACHO PREFEITO MUNICIPAL

Publicação Nº 2220140

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2019
DESPACHO DO PREFEITO MUNICIPAL

Objeto: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRINEÓPOLIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, CONSIDERANDO A LEI Nº. 8.080/90, DECRETO FEDERAL Nº 7.612 DE 17 DE NOVEMBRO DE PORTARIA MS/GM Nº 793, DE 24 DE ABRIL DE 2012, MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS PARA SERVIÇO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DISTÚRBIO DO ESPECTRO AUTISTA, PORTARIA MS/GM Nº 1.034, DE 05 DE MAIO DE 2010 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3658/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E A LEI 8.666/93. Aprovo a justificativa da Comissão Permanente de Licitações, constante do processo administrativo em epígrafe, para nos termos do artigo 25, caput da Lei nº. 8.666/93, declarar a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRINEÓPOLIS, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, CONSIDERANDO A LEI Nº. 8.080/90, DECRETO FEDERAL Nº 7.612 DE 17 DE NOVEMBRO DE PORTARIA MS/GM Nº 793, DE 24 DE ABRIL DE 2012, MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS PARA SERVIÇO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DISTÚRBIO DO ESPECTRO AUTISTA, PORTARIA MS/GM Nº 1.034, DE 05 DE MAIO DE 2010 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3658/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E A LEI 8.666/93. A empresa se compromete em prestar os serviços de acordo com solicitação. O processo em epígrafe encontra respaldo legal no artigo supra citado, sendo ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRINEÓPOLIS, a primeira a encaminhar os documentos necessários, de acordo com os solicitados no Processo Licitatório nº 08/2019 – Credenciamento nº 03/2019. Conforme consta dos autos, o valor do contrato será conforme valores fixados no processo de credenciamento e de acordo com os itens no qual a empresa pediu o seu credenciamento. O valor a ser pago será conforme a quantidade de serviços prestados. Cumpra-se.

Irineópolis, 07 de novembro de 2019
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 09/2019- JUSTIFICATIVA

Publicação Nº 2220142

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 09/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 01/2019
JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO: CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRINEÓPOLIS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO DE PACIENTES, EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO PSICOMOTOR, CONSIDERANDO A LEI Nº. 8.080/90, DECRETO FEDERAL Nº 7.612 DE 17 DE NOVEMBRO DE PORTARIA MS/GM Nº 793, DE 24 DE ABRIL DE 2012, MANUAL DE NORMAS TÉCNICAS PARA SERVIÇO DE REABILITAÇÃO EM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E/OU DISTÚRBIO DO ESPECTRO AUTISTA, PORTARIA MS/GM Nº 1.034, DE 05 DE MAIO DE 2010 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3658/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019, EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, E A LEI 8.666/93, de acordo com os valores da tabela abaixo:

Item	Quant.	Código	Procedimento	Valor Unitário R\$
01	112	03.01.07.002-4	Acompanhamento de paciente em Reabilitação em Comunicação	17,67
02	32	03.01.07.004-0	Acompanhamento Neuropsicológico de paciente em Reabilitação	17,67
03	112	03.01.07.005-9	Acompanhamento Psicopedagógico de paciente em Reabilitação	17,67
04	184	03.01.07.006-7	Atendimento/Acompanhamento de paciente em Reabilitação nas Múltiplas Deficiências	7,71
05	184	03.01.07.007-5	Atendimento/Acompanhamento de paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor	17,67

O valor contratado mensal será de acordo com a prestação do serviço; RAZÃO DA ESCOLHA: A escolha pelo Processo Licitatório de Inexigibilidade de Licitação possui previsão na Lei Federal 8.666/93, em seu artigo 25, caput, artigo 34, Parágrafo 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37. O credenciamento ocorre nas situações em que a Administração não pretende contratar uma empresa/profissional ou um número limitado delas(es), mas todas(os) as(os) que tiverem interesse. Nesse sentido, não há relação de exclusão, o que, por sua vez, inviabiliza a competição. A contratação por inexigibilidade de licitação, mediante sistema de credenciamento, cuja convocação é aberta a todos os profissionais interessados na prestação do serviço, implica a contratação daqueles que tiverem interesse e que satisfaçam as condições exigidas no edital. FUNDAMENTO LEGAL: Amparado no artigo 25, caput, artigo 34, §§ 1º e 2º, artigo 35 e artigo 37, da Lei Federal nº 8.666/93, consolidada, justifica-se o presente certame através de inexigibilidade de licitação porquanto resta caracterizada a inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar todos os profissionais e pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos e que expressamente acatem as condições do poder público. A contratação da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IRINEÓPOLIS, dar-se-á pelo período de 01(um) ano, podendo ser prorrogada, por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, se houver interesse das partes, tudo nos termos do que autoriza o art. 57, II da Lei 8666/93. É a justificativa que submetemos à apreciação de Vossa Excelência. Irineópolis, 07 de novembro de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ANDRESSA BENDLIN
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
Portaria nº 441/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2019 - PM

Publicação Nº 2219553

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2019

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 21 de novembro de 2019, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO PARA REALIZAR ORNAMENTAÇÃO NATALINA NA PRAÇA DA REPÚBLICA, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, COM ENTREGA ATÉ O DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2019". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 07 de novembro de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

ATA DE RECEBIMENTO CONTRARRAZÕES

Publicação Nº 2220269

ATA DE RECEBIMENTO DE RECURSO E CONTRARRAZÕES DE RECURSO ENVIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2019. Aos sete e um dias do mês de novembro de dois mil e dezenove às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 07 de janeiro de 2019, Pregoeiro Nereo Norberto Rostirolla, Julcimar Antonio Zotti e Silviane Carla Mertins, Equipe de Apoio, para efetuarem o recebimento do recurso recebido via correio e protocolado intempestivamente no dia vinte e três de outubro de dois mil e dezenove sob o numero 902.794.7VA-B2 da empresa BIQ BENEFICIOS LTDA. E recebimento de contrarrazões recebido via email e protocolado no dia primeiro de novembro de dois mil e dezenove sob o numero 956.8EU.0I0-00 da empresa MEGA VALE ADMINISTRADORA DE CARTÕES E SERVIÇOS LTDA, referente aos apontamentos da empresa PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMAÇÕES LTDA. Aberta a sessão onde os recursos foram lidos pelo pregoeiro e equipe de apoio; O Pregoeiro deliberou manter a decisão e encaminhar todo o processo para a autoridade superior para parecer e decisão; Em nada mais havendo a tratar, o Senhor Pregoeiro encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que após lida, vai assinada pelo Pregoeiro e equipe de apoio. Esta ata será publicada no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itá, Santa Catarina, no Diario Oficial dos Municípios e publicada na página do Município de Itá na internet www.ita.sc.gov.br.

Nereo Norberto Rostirolla
Pregoeiro

Julcimar Antonio Zotti
Equipe de Apoio

Silviane Carla Mertins
Equipe de apoio

DECRETO 074/2019

Publicação Nº 2220272

Decreto nº. 074, de 01 de Novembro de 2019

“DELEGA COMPETÊNCIAS A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o período de férias do Titular da Secretaria Municipal de Assistência Social Andriano Paulo Stadlober;

Considerando a necessidade e, o interesse público em nomear um servidor responsável para firmar os atos da Secretaria de Assistência Social;

DECRETA:

Art. 1º. Fica delegado a Servidora MARKELLI ANA MACHRY, ocupante do cargo de Diretora de Assistência Social, para responder interinamente pela Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo praticar todos os atos necessários ao funcionamento da Secretaria, no período de 04/11/2019 a 03/12/2019;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC, 01 de Novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretaria de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 018 - CONCURSO PÚBLICO 001/2019

Publicação Nº 2219346

EDITAL 018 DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, Torna Público que tendo em vista a classificação no Concurso Público nº001/2019, homologado pelo Decreto nº033 de 26 de abril de 2019, Convoca os abaixo relacionados para comparecerem ao setor de pessoal, no prazo de até 30 dias da publicação deste edital para a contratação, munidos dos seguintes documentos: CÓPIA CARTÃO DO PIS/PASEP; CÓPIA C.P.F; CÓPIA CARTEIRA DE IDENTIDADE; CÓPIA REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO OU NASCIMENTO; CÓPIA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS MENORES DE 14 ANOS; COMPROVANTE DE VACINAÇÃO DOS FILHOS ATÉ OS 7 ANOS; ATESTADO DE ESCOLARIDADE FILHOS MAIORES DE 7 ANOS A 14 ANOS; 01 FOTO 3X4; CÓPIA CERTIFICADO MILITAR (Sexo Masculino); CÓPIA TÍTULO ELEITORAL; CÓPIA COMPROVANTE DE ÚLTIMA VOTAÇÃO; ATESTADO MÉDICO (ORIGINAL); CARTEIRA PROFISSIONAL: nº SÉRIE E DATA EMISSÃO; CONTA BANCÁRIA (conta corrente), Nº DA AGÊNCIA E NOME DO BANCO; CÓPIA CERTIFICADO DE ESCOLARIDADE (CONCLUÍDO); CÓPIA CARTEIRINHA DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL; CÓPIA COMPROVANTE VACINAÇÃO TÉTANO e RUBEOLA PARA AMBOS OS SEXOS; DECLARAÇÃO DE BENS OU CÓPIA DA DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA; FOLHA CORRIDA JUDICIAL (www.tjsc.jus.br / certidões on line/ criminal); DECLARAÇÃO PENALIDADES (ORIGINAL); DECLARAÇÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS (ORIGINAL); DECLARAÇÃO DE IRF E SALÁRIO FAMÍLIA.

CARGO: Operador de Retroescavadeira	
CONVOCADOS	N.º DE INSCRIÇÃO
Armando Luis Kusmirczuck	1425946

Itá, 07 de novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

NOME	DATA DO CIENTE	ASSINATURA
	____/____/____	

ERRATA - PROCESSO SELETIVO 002/2019

Publicação Nº 2219669

ERRATA 001

EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 002/2019

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal e considerando o disposto no inciso IV do artigo 2º da Lei Complementar nº 115/2015, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público e dá outras providências", faz saber a todos que o Edital 002 do Processo Seletivo Público 002/2019, sofreu a seguinte alteração:

I - ONDE SE LÊ:

14.21. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, mediante existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação no dia 16/12/2019.

14.22. As vagas e a carga horária serão divulgadas a partir do dia 12/12/2019 no site www.ita.sc.gov.br.

II - LEIA-SE:

14.21. Os candidatos aprovados ficam automaticamente convocados para a escolha das vagas que será realizada obedecendo à ordem de classificação, mediante existência de vagas e ocorrerá na Secretaria Municipal de Educação no dia 23/12/2019, às 08h00minh.

14.22. As vagas e a carga horária serão divulgadas a partir do dia 20/12/2019 no site www.ita.sc.gov.br

Itá-SC, 07 de Novembro de 2019.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 061 - ALTERA O INCISO III, DO ART. 7º, DO DECRETO Nº 104-2018

Publicação Nº 2220148

DECRETO Nº 061/2019

Altera o inciso III, do Art. 7º, do Decreto nº 104/2018.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV, do Art. 42, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Altera o inciso III, do Art. 7º, do Decreto nº 104/2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º

III – Jurandir Becker Kumm – Secretaria de Finanças;

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema (SC), 30 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

DECRETO Nº 062 - CONVOCA O COLÉGIO DE DELEGADOS DO PLANO DIRETOR

Publicação Nº 2220153

DECRETO Nº 62/2019

Convoca o Colégio de Delegados para a Revisão do Plano Diretor, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV do art. 42 da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a necessidade de revisão do Plano Diretor do Município de Itapema – LC 07/2002, conforme determina o art. 40, § 3º do Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001;

Considerando a publicação da Lei Complementar Municipal n. 79, de 19 de setembro de 2019, que determina a reinstalação do Colégio de Delegados eleitos por ocasião da 1ª Conferência Extraordinária de Itapema, ocorrida em 11 de agosto de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocado o Colégio de Delegados responsáveis pela revisão do Plano Diretor de Itapema, para a sua reinstalação, a ocorrer no dia 18 de novembro, às 19:00 horas, no Plenarinho da Prefeitura Municipal.

Art. 2º Os atos preparatórios e a instalação do Colégio de Delegados serão dirigidos pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, que poderá requisitar os servidores e deslocar equipamentos e materiais que se fizerem necessários aos trabalhos, devendo inicialmente observar, a composição escolhida na 1ª Conferência Extraordinária de Itapema e nomeada através da Portaria n. 587, de 13 de agosto de 2014.

§ 1º Os representantes governamentais do Município serão nomeados, ou substituídos, nos termos do art. 29 da Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019, mediante Portaria.

§ 2º Havendo desinteresse ou vacância, por morte ou outra causa de impedimento, de membro representante da Sociedade Civil ou de outros Órgãos Públicos que não o Município, o Colégio de Delegados definirá a forma de substituição.

Art. 3º A convocação dos Delegados deverá se dar com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, mediante publicação de edital no DOM, jornal de circulação em Itapema e local destacado no site oficial do Município.

Art. 4º O Colégio de Delegados será presidido pelo Secretário Municipal de Planejamento Urbano, sendo em suas ausências ou impedimentos substituído pelo Vice-Presidente eleito pelo colegiado, nos termos, subsidiariamente, dos arts. 18 e 19, da Lei Complementar n. 79, de 19 de setembro de 2019.

Art. 5º A metodologia de trabalho para a revisão do Plano Diretor e o funcionamento do Colégio de Delegados serão regulamentados mediante Resolução do próprio colegiado.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema SC, 31 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

EXTRATO PREGÃO 04.135.2019

Publicação Nº 2220096

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – 04.135.2019.

Tipo de licitação: Menor Preço Global;

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa especializada para o fornecimento de kits de materiais escolares, para distribuição gratuita aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.135.2019.

Entrega do Envelopes: Até 13:00 horas do dia 21/11/2019, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Itapema.

Abertura do Pregão: às 13:01 horas do dia 21/11/2019, na Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação de Itapema.

O Edital e seus anexos poderão ser baixados pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, ícone "licitações – modalidades – concorrência pública – pasta 04.135.2019" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro, Itapema/SC. Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Itapema, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3268-8000 ou pelo e-mail licitacao@itapema.sc.gov.br

Itapema, 06 de novembro de 2019.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 173/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.119.2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, HIGIENIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DO MUNICÍPIO DE ITAPEMA.

Publicação Nº 2220565

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 173/2019
PREGÃO PRESENCIAL 04.119.2019

OBJETO:
Pregão Presencial nº. 04.119.2019 - Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, higienização e conservação predial do Quartel do Corpo de Bombeiros do Município de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital nº. 04.119.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 71.998,80 (setenta e um mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

EMPRESA:
ROZALVA GONZAGA PEREIRA EPP
Itapema, 15 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 178/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.122.2019 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DAS PLATAFORMAS ELEVATÓRIAS DE ACESSIBILIDADE DAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

Publicação Nº 2220563

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO 178/2019
PREGÃO PRESENCIAL 04.122.2019

OBJETO:
Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção das plataformas elevatórias de acessibilidade das escolas municipais de educação básica: Educar, Bento Elói Garcia, Joaquim Vicente de Oliveira e Maria de Lourdes Cardoso Mallmann, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.122.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

PRAZO: 12 (doze) meses.

EMPRESA:

ELEVACON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA

Itapema, 04 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 180/2019 PREGÃO PRESENCIAL 04.123.2019 AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA/PLATAFORMA DE ACESSIBILIDADE, A SER INSTALADA NA UNIDADE ESCOLAR EMEB LUIZ FRANCISCO VIEIRA.

Publicação Nº 2220564

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO 180/2019

PREGÃO PRESENCIAL 04.123.2019

OBJETO:

Pregão Presencial 04.123.2019 - Aquisição e instalação de plataforma elevatória/plataforma de acessibilidade, a ser instalada na Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.123.2019.

VALOR TOTAL: R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

PRAZO DO CONTRATO: 12 (doze) meses.

PRAZO DE INSTALAÇÃO: 120 (cento e vinte) dias.

EMPRESA: METALURGICA ASCURRA EIRELI ME

Itapema, 11 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita de Itapema

PUBLICAÇÃO 425 - CONTRATO 062.2019

Publicação Nº 2219592

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DO CONTRATO 062/2019

Processo 123/2019

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento e montagem de estação de tratamento de esgoto ETE na Escola Municipal de Educação Básica - EMEB Luiz Francisco Vieira, na Escola Municipal de Educação Básica - EMEB Maria Linhares de Souza e Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Alto São Bento, Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Abelhinha Feliz 1 e no Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Ilhota, conforme especificações constantes no anexo I e X do Edital Nº. 04.078.2019

CONTRATADA: ICATU ENGENHARIA E SANEAMENTO LTDA

DO VALOR TOTAL: O valor global do presente termo é de R\$ 362.000,00 (trezentos e sessenta e dois mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 04 (quatro) meses, a partir da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 02/10/2019.

Itapema, 02 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 426 - CONTRATO 063.2019

Publicação Nº 2219593

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DO CONTRATO 063/2019

Processo 167/2018

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.102.2018, Processo 167/2018, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2018.

CONTRATADA: GUIA VEÍCULOS LTDA

DO VALOR TOTAL: O valor global do presente termo é de R\$ 136.800,00 (cento e trinta e seis mil e oitocentos reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, ou seja, até 04/04/2020.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

Itapema, 04 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 427 - CONTRATO 064.2019

Publicação Nº 2219594

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DO CONTRATO 064/2019

Processo 167/2018

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.102.2018, Processo 167/2018, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2018.

CONTRATADA: GMX LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

DO VALOR TOTAL: O valor global do presente termo é de R\$138.510,00 (cento e trinta e oito mil quinhentos e dez reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, ou seja, até 04/04/2020.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

Itapema, 04 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 428 - CONTRATO 065.2019

Publicação Nº 2219596

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DO CONTRATO 065/2019

Processo 167/2018

DO OBJETO: O presente contrato tem como origem a Ata de registro de Preços do Pregão nº Nº. 04.102.2018, Processo 167/2018, objetivando a Contratação empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2018.

CONTRATADA: CONTINENTE RENT A CAR LTDA EPP

DO VALOR TOTAL: O valor global do presente termo é de R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, ou seja, até 04/04/2020.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

Itapema, 04 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 429 - CONTRATO 066.2019

Publicação Nº 2219597

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE ITAPEMA

EXTRATO DO CONTRATO 066/2019

Processo 178/2018

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção das plataformas elevatórias de acessibilidade das escolas municipais de educação básica: Educar, Bento Elói Garcia, Joaquim Vicente de Oliveira e Maria de Lourdes Cardoso Mallmann, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.122.2019.

CONTRATADA: ELEVAÇON ELEVADORES CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA

DO VALOR TOTAL: O valor global do presente termo é de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data de assinatura do presente termo.

DATA DA ASSINATURA: 04/10/2019.

Itapema, 04 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 430 - CONTRATO 067.2019

Publicação Nº 2219598

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 067/2019
Processo 180/2018

DO OBJETO: Aquisição e instalação de plataforma elevatória/plataforma de acessibilidade, a ser instalada na Unidade Escolar EMEB Luiz Francisco Vieira, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.123.2019.

CONTRATADA: METALÚRGICA ASCURRA EIRELI

DO VALOR TOTAL: valor global do presente termo é de R\$ 56.500,00 (cinquenta e seis mil e quinhentos reais).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data do presente termo.

DATA DA ASSINATURA: 11/10/2019.

Itapema, 11 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 431 - CONTRATO 068.2019

Publicação Nº 2219600

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 068/2019
Processo 173/2018

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de limpeza, higienização e conservação predial do Quartel do Corpo de Bombeiros do Município de Itapema, com fornecimento de todos os materiais para a realização do serviço, conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital nº. 04.119.2019.

CONTRATADA: ROZALVA GONZAGA PEREIRA EPP

DO VALOR TOTAL: valor global do presente termo é de R\$ 71.998,80 (setenta e um mil novecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos).

PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data do presente termo

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2019.

Itapema, 15 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 432 - CONTRATO 069.2019

Publicação Nº 2219602

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 069/2019
Processo 193/2019

DO OBJETO: Contratação do Show Nacional da Dupla "Fernando e Sorocaba", artistas exclusivos da Contratada, para o dia 31/12/2019, na Festa de Réveillon do Município de Itapema.

CONTRATADA: F&S PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA

DO VALOR TOTAL: O valor da prestação de serviço é de R\$ 290.000,00 (duzentos e noventa mil reais).

PRAZO: A apresentação musical, ocorrerá na Festa de Réveillon do Município de Itapema, em 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 17/10/2019.

Itapema, 17 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 433 - CONTRATO 070.2019

Publicação Nº 2219603

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 070/2019
Processo 201/2019

DO OBJETO: Prestação de serviços para capacitação dos servidores da política de assistência social que atuam diretamente e indiretamente

com o CRAS, a realizar-se ao final do mês de outubro, até o dia 1 de novembro de 2019.
CONTRATADA: KARLA CARDOSO BORGES 00501072918
DO VALOR TOTAL: O valor global do presente termo é de R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) mês, a partir da data do presente termo.
DATA DA ASSINATURA: 25/10/2019.
Itapema, 25 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 434 - CONTRATO 071.2019

Publicação Nº 2219604

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 071/2019
Processo 202/2019

DO OBJETO: Contratação de clínica especializada para internação compulsória do paciente Victor da Silva Pozzobon, em cumprimento de determinação judicial proferida nos autos do processo 502613-14.2019.8.24.0125.
CONTRATADA: APRAT - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS E TOXICÔMANOS
DO VALOR TOTAL: R\$ 14.820,00 (quatorze mil oitocentos e vinte reais)
PRAZO: O prazo de vigência do contrato sera até 31/12/2019
DATA DA ASSINATURA: 25/10/2019.
Itapema, 25 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 435 - CONTRATO 072.2019

Publicação Nº 2219605

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 072/2019
Processo 177/2019

DO OBJETO: O presente edital objetiva o Credenciamento de instituição de longa permanência especializadas no acolhimento institucional para idosos com 60 anos ou mais, ou pessoas com idade inferior a 60 (sessenta) anos mediante avaliação de profissional técnico (assistente social e/ou psicólogo ou médico) atestando a real necessidade do acolhimento, de ambos os sexos, com diversos graus de dependências, serviços que devem ser assegurados pela Política de Assistência Social em sua rede de proteção especial de alta complexidade
CONTRATADA: WALTER DO AMARAL E SILVA JUNIOR ME
DO VALOR: A Prefeitura Municipal de Itapema, pagará o valor máximo de:
a) R\$ 2.890,00 (Dois mil oitocentos e noventa reais) por mês por internação nos casos de Grau de Dependência I
b) R\$ 3.475,00 (Três mil quatrocentos e setenta e cinco reais) por mês por internação nos casos de Grau de Dependência II
c) R\$ 3.700,00 (Três mil e setecentos reais) por mês por internação nos casos de Grau de Dependência III
PRAZO: O presente termo terá a vigência de 12 (doze) meses,a partir da assinatura do presente termo
DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.
Itapema, 30 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 436 - CONTRATO 073.2019

Publicação Nº 2219606

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO CONTRATO 073/2019
Processo 181/2019

DO OBJETO Contratação de empresa especializada para a expansão da Infovia existente, com fornecimento e instalação de fibra optica, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº. 04.124.2019.
CONTRATADA: FREENETWORKS SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDAME
DO VALOR TOTAL O valor total do presente termo é de R\$ 30.500,00 (trinta mil e quinhentos reais).
PRAZO: O prazo de vigência do contrato será de 03 meses.
DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019.

Itapema, 30 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 436 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 079.2018 - CORREIOS

Publicação Nº 2219612

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 079/2018 – 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO MÚLTIPLO 9912449427

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS - ECT - PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELGRAFOS
DO PRAZO: DOZE MESES, A PARTIR DO DIA 25/10/2019.
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2019

Itapema, 08 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 437 - 8 E 9º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 077.2018 - CONSTRUTORA WDD LTDA

Publicação Nº 2219614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO
CONTRATO 077/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para o fechamento da quadra de esportes da EMEB Luiz Francisco Vieira localizada no Bairro Ilhota no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: CONSTRUTORA WDD LTDA
DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 25 de outubro de 2019, ou seja, até 23 de novembro de 2019, conforme solicitação anexa aos autos.
DATA DA ASSINATURA: 07/10/2019.

Itapema, 07 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 9º TERMO ADITIVO
CONTRATO 077/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para o fechamento da quadra de esportes da EMEB Luiz Francisco Vieira localizada no Bairro Ilhota no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
CONTRATADA: CONSTRUTORA WDD LTDA
DO ACRÉSIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 35.778,35 (trinta e cinco mil setecentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos).
DA SUPRESSÃO: Os valores inicialmente contratados sofrem a supressão de R\$ 7.850,72 (sete mil oitocentos e cinquenta reais e setenta e dois centavos).
DATA DA ASSINATURA: 08/10/2019.

Itapema, 08 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 438 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 098.2018 - EMEB F. V. ALVES

Publicação Nº 2219615

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO
CONTRATO 098/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para manutenção e reforma da infraestrutura da EMEB Francisco Vitor Alves, localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: OBRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 14 de outubro de 2019, ou seja, até 12 de novembro de 2019, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2019.

Itapema, 07 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO
CONTRATO 098/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para manutenção e reforma da infraestrutura da EMEB Francisco Vitor Alves, localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: OBRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 13 de novembro de 2019, ou seja, até 28 de dezembro de 2019, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 28/10/2019.

Itapema, 28 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 439 - 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 101.2018 - ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA

Publicação Nº 2219620

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO
CONTRATO 101/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de mobilidade urbana voltadas a qualificação viária e ao transporte não motorizado do Programa Avançar Cidades do Ministério das Cidades, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste convite.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA - EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 30 (trinta) dias, a partir de 17 de outubro de 2019, ou seja, até 15 de novembro de 2019, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 07/10/2019.

Itapema, 07 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 440 - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 064.2018 - CLARO

Publicação Nº 2219621

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO TERMO ADITIVO
CONTRATO 064/2018 – 2º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Telefonia Celular, para atender as necessidades do Município de Itapema, conforme especificações constantes do Anexo I do Edital Nº 04.056.2018.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADO: CLARO S.A

DO PRAZO: A prorrogação do prazo contratual do presente Termo se dá por mais 03 (três) meses, sendo o prazo do dia 20 de outubro de 2019 até o dia 20 de janeiro de 2020, conforme solicitação que se encontra anexa ao processo.

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2019

Itapema, 15 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 441 - 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 033.2019 - MC MEDICINA E CONSULTORIA OCUPACIONAL EIRELI

Publicação Nº 2219622

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO
CONTRATO 033/2019

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme especificações e quantitativos constantes no anexo I do edital nº. 04.018.2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: MC MEDICINA E CONSULTORIA OCUPACIONAL EIRELI

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 17 de outubro de 2019, ou seja, até 15 de dezembro de 2019, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 15/10/2019.

Itapema, 15 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 442 - 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 035.2019 - PLM

Publicação Nº 2219625

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO
CONTRATO 035/2019

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária das Ruas 700 e 706, Bairro Várzea, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA

DO VALOR: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 520.308,06 (quinhentos e vinte mil trezentos e oito reais e seis centavos)

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

Itapema, 22 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 443 - PROCESSO 127.2015 - OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 100.2015 - 1DOC

Publicação Nº 2219628

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO 100/2015 - 8º TERMO ADITIVO

OBJETO: Constitui objeto deste contrato a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema para os módulos: memorando eletrônico, ouvidoria, protocolo, parecer, intimação, ofício e pauta de reunião, conforme anexo I do edital no 04.073.2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: 1 DOC TECNOLOGIA LTDA – ME

DO PRAZO: O presente contrato fica prorrogado por 8 (oito) meses e 27 (vinte e sete) dias, a partir de 24 de outubro de 2019, ou seja, até 21 de julho de 2020.

DATA DA ASSINATURA: 21/10/2019

Itapema, 21 de outubro de 2019.

NILZA NÍLDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 444 - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 063.2018 - ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA -EPP

Publicação Nº 2219629

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 6º TERMO ADITIVO
CONTRATO 063/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para construção da unidade básica de saúde (UBS MORRETES II) localizada no Bairro Morretes do Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ÊXITO CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA -EPP

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 04 de novembro de 2019, ou seja, até 02 de janeiro de 2020, conforme solicitação e justificativa anexa aos autos.

DO VALOR: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 90.899,72 (noventa mil oitocentos e noventa e nove reais e setenta e dois centavos).

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2019.

Itapema, 25 de outubro de 2019.

NILZA NÍLDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 445 - 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 078.2018 - C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

Publicação Nº 2219630

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO
CONTRATO 078/2018

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, calçadas e sinalização viária da Rua 816 A (ETAPA 1 e ETAPA 2), Bairro Casa Branca, no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

DO PRAZO: O presente contrato e de execução será prorrogado por 60 (sessenta) dias, a partir de 01 de novembro de 2019, ou seja, até 30 de dezembro de 2019, conforme solicitação anexa aos autos.

DATA DA ASSINATURA: 31/10/2019.

Itapema, 31 de outubro de 2019.

NILZA NÍLDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 446 - 6º ADITIVO CONTRATO 108.2015 - ESCRIMATE

Publicação Nº 2219632

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE ADITIVO
CONTRATO 108/2015 – 6º TERMO ADITIVO

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de Impressão de cópias reprográficas, em preto e branco e coloridas, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços além de assistência técnica especializada, reposição de peças, insumos e suprimentos 100% novos (não manufaturados), com Assistência Técnica ON Site com Técnico disponível no horário da Prefeitura para atender a demanda da parte administrativa e secretarias do município de Itapema, conforme Termo de Referência do Anexo I do Edital 04.091.2015.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIREI

DO ACRÉSIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 13.110,00 (treze mil cento e dez reais), que refere-se ao acréscimo de 25.000,00 cópias coloridas.

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2019

Itapema, 25 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 447 - PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO 052.2019 - PROCESSO 154.2019 – SLA COMERCIAL LTDA

Publicação Nº 2219634

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 052.2019

DO OBJETO: Aquisição de móveis sob medida para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esporte, e Desenvolvimento Econômico de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.102.2019.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA

CONTRATADA: SLA COMERCIAL LTDA

DO ACRÉSCIMO: Os valores inicialmente contratados sofrem o acréscimo de R\$ 654,26 (seiscentos e cinquenta e quatro reais e vinte e seis centavos).

DATA DA ASSINATURA: 16/10/2019.

Itapema, 16 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 448 - 39º ADITIVO AO CONTRATO 140.2005 - AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA

Publicação Nº 2219637

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO 39º
CONTRATO 140/2005.

OBJETO: Prestação de serviços, na forma de Concessão dos Serviços Públicos de Engenharia Sanitária de limpeza urbana.

CLÁUSULA 1ª – DA AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS GERAIS DE LIMPEZA, compreendendo a capina mecanizada, raspagem e pintura de meio-fio, nas vias pavimentadas, com remoção e transporte dos resíduos; executadas por equipe composta de equipamentos, mão de obra e ferramentas adequadas e de acordo com cronograma estabelecido pela concedente (atividades componentes dos Serviços Gerais de Limpeza - item 1.1 do Contrato original).

DATA DA ASSINATURA: 14/10/2019

Itapema, 14 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO 449 -PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 051.2019 - PROCESSO 129.2019 - ORLA MP

Publicação Nº 2219643

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
CONTRATO 051/2019

DO OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para revitalização do Parque Linear Orla do Bairro Meia Praia no Município de Itapema, com fornecimento de materiais e mão de obra, conforme memorial descritivo, projetos, orçamento estimativo e cronograma físico financeiro, anexos ao processo.

CONTRATANTE: SANTOS E SANTANA EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

DO PRAZO: O presente contrato será prorrogado por 120 (cento e vinte) dias, a partir de 30 de outubro de 2019, ou seja, até 26 de fevereiro de 2020, conforme solicitação anexa aos autos

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019.

Itapema, 29 de outubro de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

PUBLICAÇÃO 450 - TERMOS DE CREDENCIAMENTO

Publicação Nº 2219662

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA
EXTRATO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO 067/2019

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 - SUB-GRUPO 01

CONTRATADO: LUCIANO ALVES

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 068/2019

OBJETO: A presente Ordem de Serviço visa atender ao Credenciamento nº. 05/2017 que tem por objeto o Credenciamento de Pessoas físicas e jurídicas da área de Saúde, para a prestação de serviços complementares à Prefeitura Municipal de Itapema, nas seguintes especialidades da tabela SIA/SUS:

Especialidade: G3 - SUB-GRUPO 01

CONTRATADO: LAUREN FREITAS PAIXÃO COELHO

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 10/10/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 069/2019

OBJETO: Credenciamento de instituição de longa permanência especializadas no acolhimento institucional para idosos com 60 anos ou mais ou pessoas com idade inferior a 60(sessenta) anos mediante avaliação de profissional técnico (assistente social e/ou psicólogo ou médico) atestando a real necessidade do acolhimento, de ambos os sexos, com diversos graus de dependências, serviços que devem ser assegurados pela Política de Assistência Social em sua rede de proteção especial de alta complexidade:

CONTRATADO: WALTER DO AMARAL E SILVA JUNIOR ME (Residêncial Bella Vita)

DO PRAZO: 12(DOZE) MESES

DATA DA ASSINATURA: 30/10/2019

NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº 060 -SUPLEMENTAÇÃO

Publicação Nº 2220145

DECRETO nº. 60/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2019 nº. 3.813, de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 3.920.247,90 (três milhões novecentos e vinte mil duzentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), conforme segue:

Órgão: 01 - GABINETE DA PREFEITA**Unidade: 03 - Assessoria Especial do Gabinete****Atividade: 2.002 - Gestão e Administração do Gabinete da Prefeita****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/03 - Aplicações diretas** R\$ 40.000,00**Unidade: 04 - Assessoria Especial de Controle Interno****Atividade: 2.003 - Manutenção dos Serviços de Assessoria - Controle Interno****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/6 - Aplicações diretas** R\$ 11.000,00**Unidade: 10 - Defesa Civil****Atividade: 2.028 - Coordenação das Ações de Proteção e Defesa Civil****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/244 - Aplicações diretas** R\$ 27.000,00**Total do Gabinete: R\$ 78.000,00****Órgão: 03 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO****Unidade: 01 -Procuradoria Geral do município****Atividade: 2.007 - Gestão e Administração da Procuradoria Geral****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/16 - Aplicações diretas** R\$ 233.000,00**Total da Procuradoria: R\$ 233.000,00****Órgão: 04 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO****Unidade: 01 -Diretoria Administrativa****Atividade: 2.009 - Gestão Administrativa da Secretaria de Administração****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/25 - Aplicações diretas** R\$ 239.500,00**Total da Secretaria: R\$ 239.500,00****Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS****Unidade: 01 -Diretoria Administrativa****Atividade: 2.012 - Gestão Administrativa da Secretaria de Finanças****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/39 - Aplicações diretas** R\$ 85.000,00**Total da Secretaria: R\$ 85.000,00****Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO****Unidade: 01 - Assessoria Especial de Planejamento Urbano****Atividade: 2.016 - Gestão e Administração da Secretaria de Planejamento Urbano****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/49 - Aplicações diretas** R\$ 108.000,00**Total da Secretaria: R\$ 108.000,00****Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES****Unidade: 01 - Diretoria Administrativa****Atividade: 2.024 - Gestão e Administração da Secretaria de Obras e Transportes****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/59 - Aplicações diretas** R\$ 138.000,00**Unidade: 04 - Diretoria de Iluminação Pública****Atividade: 2.027 - Manutenção e Ampliação do Sistema de Iluminação Pública - COSIP****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0008/71 - Aplicações diretas** R\$ 44.000,00**Total da Secretaria: R\$ 182.000,00**

Órgão: 08 - SECR MUN TURISMO CULTURA, ESPORTES E DESENV ECON**Unidade: 04 -Diretoria do Programa de Emprego e Renda****Atividade: 2.034 - Gestão Administrativa do Programa Emprego e Renda****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/128 - Aplicações diretas** R\$ 28.000,00**Unidade: 05 -Diretoria Turismo Cultura e Lazer****Atividade: 2.035 - Gestão Administrativa do Depto de Cultura e Lazer****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/131 - Aplicações diretas** R\$ 136.000,00**Unidade: 06 -Assessoria Especial de Esporte****Atividade: 2.064 - Gestão e Administração do Departamento de esportes****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/144 - Aplicações diretas** R\$ 49.000,00**Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0000/145 - Aplicações diretas** R\$ 3.500,00**Total da Secretaria: R\$ 216.500,00****Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****Unidade: 04 - Diretoria de Ensino****Atividade: 2.054 - Gestão e Administração da Secretaria de Educação****Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0001/206 - Aplicações diretas** R\$ 25.000,00**Atividade: 2.056 - Manutenção dos Recursos do FUNDEB - FUNDAMENTAL****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0019/208 - Aplicações diretas** R\$ 65.000,00**Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0019/210 - Aplicações diretas** R\$ 200.000,00**Total da Secretaria: R\$ 290.000,00****Órgão: 16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSIST SOCIAL E DE LAZER****Unidade: 04 - Diretoria de Programas Sociais****Atividade: 2.067 - Gestão e Administração do Departamento de Assist Social****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0000/239 - Aplicações diretas** R\$ 314.000,00**Total da Secretaria: R\$ 314.000,00****Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE****Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças****Atividade: 2.073 - Gestão e Administração do Fundo Munic de Saúde****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/17 - Aplicações diretas** R\$ 130.000,00**Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0002/19 - Aplicações diretas** R\$ 16.000,00**Unidade: 05 - Diretoria de Vigilância em Saúde****Atividade: 2.075 - Gestão das Ações em Vigilância em Saúde****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/26 - Aplicações diretas** R\$ 172.000,00**Atividade: 2.076 - Gestão das Ações em Vigilância Epidemiológica****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/100 - Aplicações diretas** R\$ 26.000,00**Unidade: 06 - Diretoria de Atenção Básica****Atividade: 2.077 - Gestão dos Serviços de Atenção Básica****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/98 - Aplicações diretas** R\$ 685.000,00**Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0038/33 - Aplicações diretas** R\$ 386.000,00**Unidade: 07 - Diretoria de Atenção Especializada****Atividade: 2.079 - Oper e Manut do Centro de Apoio Psicossocial - CAPS****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/39 - Aplicações diretas** R\$ 63.000,00**Atividade: 2.080 - Oper e Manut do Serv Móvel de Urgência - SAMU****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/46 - Aplicações diretas** R\$ 37.000,00**Atividade: 2.082 - Gestão da Assist de Média e Alta Complexidade Amb e Hospitalar****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/99 - Aplicações diretas** R\$ 410.000,00**Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0038/53 - Aplicações diretas** R\$ 141.000,00**Atividade: 2.083 - Operação e Manut Serv Centro Especialidades Odontológicas - CEO****Elemento: 3.1.90.00.00.00.01.0002/60 - Aplicações diretas** R\$ 65.000,00**Total do F M S: R\$ 2.131.000,00**

Orgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social****Atividade: 2.086 - Manutenção dos Serviços Prestados no CRAS****Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0065/45 - Aplicações diretas** R\$ 43.247,90**Total do FMAS: R\$ 43.247,90****Total GERAL: R\$ 3.920.247,90**

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Excesso de Arrecadação.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 25 de outubro de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 166/2019

Publicação Nº 2219923

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 166/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LEITURA INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL PARA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até 08h30min do dia 21/11/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga.atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fones (49) 3678-7714, (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 07 de novembro de 2019.

NELSON KLEIN

Secretário de Educação, Cultura e Desporto

Itapoá**PREFEITURA****ATA SESSÃO PÚBLICA II - TOMADA DE PREÇO Nº 14/2019**

Publicação Nº 2219337

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPES DE PROPOSTA

Data	07/11/2019	Horário início: 09h00min
Licitação /Modalidade	TOMADA DE PREÇO PROCESSO	Nº 14/2019 Nº 81/2019

OBJETO:
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL COM MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA URBANIZAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA ALÇA VIÁRIA DO SAMAMBAIAL – TRECHO III A VI COM ÁREA DE 15.081,47 M2, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 4064/2019, a fim de julgar e analisar as propostas de preço das empresas habilitadas no certame em epígrafe, conforme notificação publicada em 31/10/2019. Iniciada a sessão foram abertos os envelopes de proposta de preços os quais se encontravam devidamente lacrados. As propostas foram analisadas e achadas conforme, chegando ao seguinte resultado classificatório:

Class.	Empresa	Valor Total
1º	JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA	R\$ 1.386.063,27
2º	PALETA ENGENHARIA CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 1.491.660,89
3º	CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA	R\$ 1.615.206,55

Portanto a empresa JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA foi vencedora dessa licitação com o valor total de R\$ 1.386.063,27 (um milhão trezentos e oitenta e seis mil sessenta e três reais e vinte e sete centavos). Observando que o valor total estimado para esta licitação foi de R\$ 1.755.016,73 (um milhão setecentos e cinquenta e cinco mil, e dezesseis reais e setenta e três centavos). Cientes os licitantes do resultado supra, ficam os mesmos notificados e aberto o prazo de direito de recurso previsto na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, até o dia 18/11/2019. Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta assinada por todos os presentes.

KARINA JUSSARA DOS SANTOS VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO	
DAIANE BATISTA MEMBRO	FERNANDO VITOR PERES MEMBRO
Licitante presente: JOINPAV PAVIMENTAÇÃO LTDA JAISON JOSE DE FARIAS	

EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

Publicação Nº 2219585

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 96/2019

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratado: BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME, com sede á Rua Joaquim João Luiz, nº 189, na cidade de Balneário Barra do Sul/ SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.247.912/0001-77 e Inscrição Estadual nº 256.511.276, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. CARLOS EDUARDO ONOFRE, portador do CNPF/MF nº 047.847.729-52 e do CI.RG nº 4.577.968-6.

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 62/2019 – PROCESSO Nº 111/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em eventos para a prestação de serviços de sonorização, iluminação e locação, montagem e manutenção de estruturas para o projeto Um Toque de Natal, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 100.000,00

DATA DA ASSINATURA: 07/11/2019

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2019

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 07 de novembro 2019.

NEUSA MARIA GOMES LOPES

DIRETORA DE CULTURA

SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 001/2019

Publicação Nº 2219644

JULGAMENTO DO PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 001/2019

JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, Secretária de Administração de Itapoá –SC., no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 203 caput, da Lei Complementar 044/2014:

Resolve:

ACATAR o relatório final da Comissão instituída e nomeada através da Portaria nº. 5.227/2019 referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2019, e DETERMINA:

1. Em conformidade com o relatório final encaminhar a Secretaria de Saúde para as providências cabíveis.
2. Arquivamento do Processo.

Itapoá (SC), 07 de Novembro de 2019.
JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA
Secretária de Administração

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 153/-2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2219717

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 153/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 11/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
73	40h	Series Iniciais	Pricila Chiarello Rocha	14/11/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 07 de novembro de 2019.
Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO- CONVOCAÇÃO Nº 154-2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 2219816

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 154/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo os candidatos convocados à comparecerem na Secretária de Educação no dia 11/11/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

09H00 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
74	40h	Series Iniciais	Keila dos Santos Mazetti	14/11/2019	20/12/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;

- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 07 de novembro de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019 - EDITAL 017/2019 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 2219703

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 017/2019

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata LOURDES BUENO DOS PASSOS para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados (cópia).

- Cédula de Identidade (RG) ;
- Cadastro de Pessoa Física (CPF) ;
- Título de Eleitor;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet) ;
- Certidão de nascimento ou casamento;
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep;
- Uma foto recente ;
- Comprovante de residência;
- Certificado do Curso de Auxiliar de Enfermagem;
- Registro do Auxiliar de Enfermagem no COREN/SC;
- Certidão de nascimento dos filhos;
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Antecedentes Criminais (Poder Judiciário);
- Certidão de Regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (consultacadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens e ou IRRF;
- Tipagem sanguínea;
- Laudo médico;
- Conta corrente na Caixa Econômica Federal de Itapoá (RH fornece declaração para abertura da conta)

Itapoá, 07 de novembro de 2019.

Sandra Regina Medeiros da Silva

Secretária Municipal de Saúde

TERMO DE SUSPENSÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 21/2019

Publicação Nº 2219667

Prefeitura Municipal de Itapoá / SC

Secretaria de Administração- Setor de Licitações e Contratos

Rua 960, nº 201 –Itapema do Norte –89249-000 Itapoá (SC)-CNPJ 81.140.303/0001-01

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE SUSPENSÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA
DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

DATA: 08 de novembro de 2019. HORÁRIO: 10h:00min (abertura)

TOMADA DE PREÇO Nº 21/2019 - PROCESSO Nº 114/2019 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECCÃO E INSTALAÇÃO DE LIXEIRAS EM PONTOS TURÍSTICOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, CONFORME PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

AVISO DE SUSPENSÃO

O Município de Itapoá torna público que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citado, fica no presente ato suspensa, para conhecimento dos licitantes e de quem mais interessar possa para análise dos pedidos de esclarecimento protocolados sob o nº 13438/2019, pela empresa requerente: DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA EPP, CNPJ/MF: 82.887.829/0001-12, com sede à Rua Manoel de Arzão, nº 97, na cidade de Itapoá/SC, CEP: 89.249-000 e sob nº 13524/2019, pela empresa requerente: DISBRAPLAC LTDA EPP, CNPJ/MF: 05.168.674/0001-13, com sede à Rua Catarinense, nº 42, na cidade de Seara/SC, CEP: 89.770-000.

Itapoá, 07 de novembro de 2019.
FERNANDA CRISTINA ROSA
PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO

JADIEL MIOTTI DO NASCIMENTO
DIRETOR DE TURISMO

Ituporanga

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2019/PMI

Publicação Nº 2220254

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2019		
		Processo Administrativo:	66/2019	
		Processo de Licitação:	49/2019	
		Data do Processo:	18/10/2019	
		1	/	4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA USO DAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO, UNIDADES ESCOLARES E DE SAÚDE

Ao(s) 1 de novembro de 2019, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Nº null/, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 66 / 2019, Licitação Nº 49 / 2019 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

PARECER DA COMISSÃO:

Iniciou-se a sessão com o credenciamento dos representantes legais das empresas participantes, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que as empresas estão devidamente credenciada, conforme Edital de Pregão nº 49/2019, e Ata de credenciamento. Após foram abertos os envelopes de proposta, em seguida lançados no sistema. Na sequência foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão analisou a documentação de habilitação das empresas vencedoras e constatou que estão devidamente habilitadas conforme edital de pregão nº 4/2019. O pregoeiro indagou o representante da empresa se manifesta a intenção de interpor recurso, do qual não houve intenção.

157678 - KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA					
Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	41453 - FIO DE TELEFONE CC	400	UNIDADE	0,8500	340,0000
2	35678 - FIO CABO REDE INTERNET	400	METRO	2,3000	920,0000
10	41220 - LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE LUZ BRANCA 21W	80	UNIDADE	6,1900	495,2000
11	41216 - LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE LUZ BRANCA 40W	60	UNIDADE	8,6000	516,0000
12	41214 - LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE LUZ BRANCA 20W	60	UNIDADE	7,4500	447,0000
13	41217 - LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE LUZ BRANCA 32W	60	UNIDADE	6,9000	414,0000
14	41218 - LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE LUZ BRANCA 28W	60	UNIDADE	7,0000	420,0000
15	41219 - LÂMPADA TUBULAR FLUORESCENTE LUZ BRANCA 54W	60	UNIDADE	13,8000	828,0000
21	41503 - SOQUETE PORCELANA	50	UNIDADE	5,4500	272,5000
22	28567 - SOQUETE PENDENTE	50	UNIDADE	3,4600	173,0000
23	35340 - SOQUETE PRESSÃO P/ LUMINARIA	30	UNIDADE	2,9000	87,0000
24	41496 - PAR SOQUETE FLUORESCENTE	60	UNIDADE	4,5300	271,8000
25	41257 - CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR 18/24 DISJUNTORES PVC BRANCA	18	UNIDADE	110,6300	1.991,3400

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE ITUPORANGA CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211 RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio CEP: 88400000 - Ituporanga - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2019	
		Processo Administrativo: 66/2019 Processo de Licitação: 49/2019 Data do Processo: 18/10/2019	2 / 4

26	41256 - CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR 6/8 DISJUNTORES PVC BRANCA	18	UNIDADE	55,1900	993,4200
27	41255 - CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR 12/16 DISJUNTORES PVC BRANCA	18	UNIDADE	76,2200	1.371,9600
28	41254 - CAIXA DE SOBREPOR PARA 2 DISJUNTORES	40	UNIDADE	15,5000	620,0000
29	41253 - CAIXA DE DISTRIBUIÇÃO DE SOBREPOR 3/4 PV BRANCA	18	UNIDADE	24,7700	445,8600
30	41497 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 15LUMINARIA	30	UNIDADE	12,8000	384,0000
31	9042 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A	30	UNIDADE	11,9000	357,0000
32	32224 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 30A	30	UNIDADE	12,5000	375,0000
33	35900 - DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A	30	UNIDADE	17,6500	529,5000
34	9778 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 30A	20	UNIDADE	37,6700	753,4000
35	35899 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 40A	20	UNIDADE	77,3000	1.546,0000
36	9041 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A	25	UNIDADE	61,2300	1.530,7500
37	41247 - DISJUNTOR 16A	50	UNIDADE	9,6000	480,0000
38	41241 - DISJUNTOR TRIFÁSICO 20A	40	UNIDADE	51,6000	2.064,0000
39	41466 - RÉGUA COM 4 TOMADAS	15	UNIDADE	21,2700	319,0500
40	41464 - RÉGUA COM 3 TOMADAS	15	UNIDADE	16,2700	244,0500
41	41486 - CONJUNTO 2 TECLAS E TOMADA	30	UNIDADE	14,5100	435,3000
47	41244 - TOMADA 1RJ11	50	UNIDADE	10,1000	505,0000
53	41265 - CAIXA PARA ENTRADA MISTA DE 500W COM PROTEÇÃO DE LÂMPADA	18	UNIDADE	53,9000	970,2000
54	35933 - ABRAÇADEIRA CINTA LISA INOX COM FECHO PARA POSTE	40	UNIDADE	2,2900	91,6000
55	41064 - ABRAÇADEIRA COM ROSCA 5/8X3/4 DE AÇO. 2 UNIDADES POR PACOTE	100	PACOTE	4,6000	460,0000
56	31689 - LÂMPADA TUBULAR H.O 110W	50	UNIDADE	25,5000	1.275,0000
58	41470 - REATOR HO 2X110	40	UNIDADE	79,4000	3.176,0000
59	41270 - REATOR PARA LÂMPADA H.O 1X110	30	UNIDADE	62,4500	1.873,5000
60	40305 - ALÇA PREFORMADA 10MM A 16MM PARA CABO DE ALUMÍNIO	30	UNIDADE	2,6700	80,1000
61	29138 - ALÇA PREFORMADA 35MM	30	UNIDADE	5,7700	173,1000
62	41276 - ARMAÇÃO PESADA GALVANIZADA 1X1-3/16 CELESC	50	UNIDADE	16,1700	808,5000
63	41499 - FLUORESCENTE 2X40 COMPLETA	60	UNIDADE	102,3000	6.138,0000

157678 - KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
64	41498 - FLUORESCENTE 1X40 COMPLETA	60	UNIDADE	55,9700	3.358,2000
65	41092 - BUCHA PLÁSTICA COM ANEL 6MM, PACOTE COM 1000 PEÇAS	5	PACOTE	70,0000	350,0000
66	41091 - BUCHA PLÁSTICA COM ANEL 8MM, PACOTE COM 1000 PEÇAS	5	UNIDADE	110,0000	550,0000
67	41234 - REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA FLUORESCENTE 110/85W BIVOLT	40	UNIDADE	74,0000	2.960,0000
68	41233 - REATOR ELETRÔNICO PARA 1 LÂMPADA FLUORESCENTE T5 110W 220V	40	UNIDADE	54,9000	2.196,0000
69	41232 - REATOR ELETRÔNICO PARA 2 LÂMPADAS FLUORESCENTES T5 110W 220V	40	UNIDADE	84,4000	3.376,0000
70	41231 - REATOR ELETRÔNICO PARA 2 FLUORESCENTES 32W BIVOLT	60	UNIDADE	38,9000	2.334,0000
71	41230 - REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA CIRCULAR 32W BIVOLT	1	UNIDADE	1,0000	1,0000
72	41229 - REATOR ELETRÔNICO PARA 1 LÂMPADA FLUORESCENTE 32W BIVOLT	1	UNIDADE	1,0000	1,0000
73	41227 - REATOR ELETRÔNICO PARA 1 LÂMPADA FLUORESCENTE 20W BIVOLT	60	UNIDADE	17,1200	1.027,2000
74	41226 - REATOR ELETRÔNICO PARA 2 LÂMPADAS FLUORESCENTES 20W BIVOLT	50	UNIDADE	21,1200	1.056,0000
75	41225 - REATOR ELETRÔNICO PARA UMA LÂMPADA	50	UNIDADE	24,2000	1.210,0000


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 49/2019**

Processo Administrativo: 66/2019
Processo de Licitação: 49/2019
Data do Processo: 18/10/2019

3 / 4

76	FLUORESCENTES 40W BIVOLT 41224 - REATOR ELETRÔNICO PARA 2 LÂMPADAS FLUORESCENTES 40W BIVOLT	50	UNIDADE	36,4000	1.820,0000
77	41223 - REATOR ELETRÔNICO PARA LÂMPADA CIRCULAR 40W BIVOLT	1	UNIDADE	1,0000	1,0000
79	36183 - ESTICADOR PARA CABO DE AÇO 3/8	30	UNIDADE	8,9700	269,1000
80	41052 - ESTICADOR PARA CABO DE AÇO 3/16	30	UNIDADE	5,9700	179,1000
93	41236 - LÂMPADA LED ESPIRAL 30W	70	UNIDADE	37,3800	2.616,6000
94	41235 - LÂMPADA LED ESPIRAL 20W	60	UNIDADE	21,8700	1.312,2000
96	41260 - LUMINÁRIA MULTIUSO LED 2X40 BRANCA	40	UNIDADE	97,4500	3.898,0000
98	41250 - REFLETOR LED 160W LUZ BRANCA 6500K	10	UNIDADE	200,0000	2.000,0000
106	41473 - ENTRADA DE ENERGIA TRIFÁSICA	8	UNIDADE	1.447,0000	11.576,0000
107	22493 - BOCAL PLAFON	60	UNIDADE	4,2000	252,0000
108	41454 - BOCAL FIXO PORCELANA	60	UNIDADE	4,3800	262,8000
109	9334 - BOCAL PENDENTE E-27	60	UNIDADE	3,4500	207,0000
110	41475 - ENTRADA DE ENERGIA MONOFÁSICA	6	UNIDADE	1.047,0000	6.282,0000
111	41053 - CLIPE PARA CABO DE AÇO 1/8	50	UNIDADE	1,2600	63,0000
112	41266 - CAIXA DE ATERRAMENTO DE INSPEÇÃO PVC MÉDIA	40	UNIDADE	27,5700	1.102,8000
115	9368 - ROLDANA PORCELANA 72X72	30	UNIDADE	4,9000	147,0000
				Total Fornecedor:	85.584,1300

1194089 - HILEON CESAR SUCATELLI ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
3	28548 - FIO CABO FLEXÍVEL 2,5MM	1500	METRO	0,8800	1.320,0000
4	21358 - FIO 2X2,5 MM PARALELO	1500	METRO	1,4600	2.190,0000
5	36006 - FIO CABO FLEXÍVEL 4,00MM	600	METRO	1,4600	876,0000
7	35710 - FIO FLEXÍVEL 1,50MM PRETO	600	METRO	0,6000	360,0000
8	41118 - FIO CABO FLEXÍVEL 10MM	600	METRO	3,5000	2.100,0000
9	21313 - FIO PARALELO 2X1,5	800	METRO	1,1500	920,0000
16	41493 - LÂMPADA ECONÔMICA 15W	60	UNIDADE	7,3200	439,2000
17	9634 - LAMPADA ECONOMICA 20W	50	UNIDADE	8,0800	404,0000
18	20289 - LÂMPADA ECONÔMICA 25 W	50	UNIDADE	8,7700	438,5000
19	22500 - LÂMPADA ECONÔMICA 45W	50	UNIDADE	36,5700	1.828,5000
20	41490 - LÂMPADA ECONÔMICA 32W	50	UNIDADE	19,7700	988,5000
42	41485 - CHAVE E TOMADA SISTEMA X	30	UNIDADE	8,0000	240,0000

1194089 - HILEON CESAR SUCATELLI ME

Item Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
43	41484 - CHAVE 2 TECLA SISTEMA X	30	UNIDADE	8,9000	267,0000
44	41116 - CONJUNTO 1 TOMADA 10 ABRANCA (CONJUNTO COMPLETO COM 1 MECANISMO DE TOMADA 10A, 1 PLACA 4X2 E 4 PARAFUSOS)	30	CONJUNTO	4,5000	135,0000
45	41259 - TOMADA DUPLA UNIVERSAL 20ª	30	UNIDADE	9,0000	270,0000
46	41245 - TOMADA RJ45	50	UNIDADE	12,8000	640,0000
48	41243 - TOMADA DUPLA 2P+T 20ª	60	UNIDADE	9,0000	540,0000
49	41242 - PINO 3 SAÍDA ESPECIAL	60	UNIDADE	5,0000	300,0000
50	9449 - PINO FEMEA	60	UNIDADE	4,5000	270,0000
51	41222 - PINO MACHO REFORÇADO 2P-T-20A	80	UNIDADE	5,0000	400,0000
52	41221 - PINO MACHO BIPOLAR 2P 10A	80	UNIDADE	4,0000	320,0000
57	41246 - LÂMPADA TUBULAR 18W T8 6500K	50	UNIDADE	14,0000	700,0000
78	38876 - LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W	30	UNIDADE	31,0000	930,0000
81	41262 - LÂMPADA ESPIRAL 32W BRANCA	30	UNIDADE	19,7100	591,3000
82	35241 - LÂMPADA ESPIRAL 25W	60	UNIDADE	11,5000	690,0000
83	41237 - LÂMPADA ESPIRAL 45W E27	60	UNIDADE	37,0000	2.220,0000
84	41495 - LÂMPADA LED 9W	50	UNIDADE	6,2000	310,0000
85	41494 - LÂMPADA LED 7W	50	UNIDADE	6,2000	310,0000
86	41267 - LÂMPADA LED 15W BRANCA	40	UNIDADE	13,9000	556,0000


**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITUPORANGA**

CNPJ: 83.102.640/0001-30 Telefone: (047) 35331211
RUA VEREADOR JOAQUIM BOEING - 40 Prédio
CEP: 88400000 - Ituporanga - SC

**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 49/2019**

Processo Administrativo: 66/2019
Processo de Licitação: 49/2019
Data do Processo: 18/10/2019

4 / 4

87	41261 - LÂMPADA LED CLASSIC 12W 6000K	50	UNIDADE	10,2000	510,0000
88	37331 - LÂMPADA TUBULAR LED 09W	50	UNIDADE	13,3200	666,0000
89	35866 - LÂMPADA LED -12W	60	UNIDADE	10,2000	612,0000
90	36541 - LÂMPADA FLUORESCENTE LED 20W	60	UNIDADE	17,8000	1.068,0000
91	41240 - LÂMPADA LED COMPACTA 30W	60	UNIDADE	31,0000	1.860,0000
92	41238 - LÂMPADA LED TUBULAR T8 18W	60	UNIDADE	14,0000	840,0000
95	41263 - LUMINÁRIA LED BRANCA 2X18	50	UNIDADE	60,0000	3.000,0000
97	41258 - LUMINÁRIA LED MULTIUSO 2X20W	40	UNIDADE	60,0000	2.400,0000
99	41501 - CANALETA 20X10 BARRA DE 2MT	70	UNIDADE	4,7000	329,0000
100	41479 - CANALETA FINA	100	UNIDADE	4,7000	470,0000
101	41477 - CANALETA LARGA	100	UNIDADE	5,9000	590,0000
102	41213 - CANALETA ADESIVA 220X12MM	200	UNIDADE	4,7000	940,0000
103	41212 - CANALETA ADESIVA 13X7MM	200	UNIDADE	4,7000	940,0000
104	41252 - RELE FOTOSOQUETE	50	UNIDADE	23,6000	1.180,0000
105	41251 - RELE FOTO ELÉTRICO EXTERNO BIVOLT	50	UNIDADE	18,0000	900,0000
113	38878 - REFLETOR LED 30W	20	UNIDADE	55,0000	1.100,0000
114	38415 - LÂMPADA MISTA 500W E40	30	UNIDADE	37,5000	1.125,0000
				Total Fornecedor:	40.084,0000
				Total Geral:	125.668,1300

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 1 de novembro de 2019

COMISSÃO

CLAUDIA STALLOCH - _____ - Equipe de Apoio
MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER - _____ - Equipe de Apoio
TIAGO JESSER MARQUES VIEIRA - _____ - Pregoeiro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

CHARLES FRANCO - _____ - Representante
LUIZ EUGENIO BENDOTTI - _____ - Representante

Jaborá

PREFEITURA

AVISO DE CONTINUAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

Publicação Nº 2220329

MUNICÍPIO DE JABORÁ (SC)
AVISO DE CONTINUAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2019

Informamos a todos os interessados que Edital de Credenciamento nº 01/2019, cujo objeto é o " credenciamento de leiloeiro oficial que comprove capacidade técnica para preparação, organização e condução de leilões públicos, simultâneo presencial e online, visando à alienação de bens patrimoniais móveis, inservíveis e pertencentes ao Município de Jaborá", considerando a realização das diligências necessárias, a Comissão de Licitações decide por dar continuidade ao Edital de Credenciamento nº 01/2019. Dessa forma, julgados os recursos, abre-se o prazo para contrarrazões de recursos. Após o decurso dos prazos legais, será agendada a data para a Sessão de Classificação, passando-se assim para a fase de sorteio.

Jaborá, 07 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE JABORÁ

Comissão de Licitação

Jacinto Machado

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 106/2019

Publicação Nº 2219438

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 106/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Lajecril Artefatos de Cimento Ltda

Objeto: execução das obras de drenagem pluvial na Estrada Serra da Pedra, no município de Jacinto Machado/SC, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma físico-financeiro.

Valor: R\$ 29.713,44 (vinte e nove mil, setecentos e treze reais e quarenta e quatro centavos).

Vigência: de 17/10/2019 até 16/01/2020.

EXTRATO DO CONTRATO 107/2019

Publicação Nº 2219440

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 107/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Liga Atletica Vale do Mampituba

Objeto: prestação de serviços de arbitragem para a realização da Olimpíada Inter Bairros de Jacinto Machado – Edição 2019, nas modalidades de futsal e voleibol, de acordo com a programação.

Valor: R\$ 16.950,00 (dezesesseis mil, novecentos e cinquenta reais).

Vigência: de 24/10/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 108/2019

Publicação Nº 2219443

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 108/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Rogério Dal Pont Zeferino

Objeto: locação de 01 (um) imóvel de alvenaria com área de 240m² (duzentos e quarenta metros quadrados), localizado na Rua Abedeno Francisco Gomes, 354 - Bairro Figueira - Jacinto Machado, destinado ao armazenamento de materiais e documentos da Administração Municipal de Jacinto Machado.

Valor: R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Vigência: de 01/11/2019 até 31/12/2019.

EXTRATO DO CONTRATO 109/2019

Publicação Nº 2219445

Estado de Santa Catarina
Município de Jacinto Machado

Termo de Contrato nº 109/2019

Contratante: Município de Jacinto Machado

Contratado: Somvério Sonorizações e Eventos Ltda

Objeto: instalação da estrutura necessária (palcos, som, camarim, camarote,), para realização do "3º NATAL ENCANTADO" do município de Jacinto Machado, entre os dias 07 e 22 de dezembro de 2019.

Valor: R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Vigência: de 05/11/2019 até 31/12/2019.

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2019 FMS

Publicação Nº 2220351

Município de Jacinto Machado
Fundo Municipal de Saúde

Termo de Dispensa de Licitação

Processo Licitatório Nº 18/2019 - Dispensa de Licitação

Objeto: Prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados no município, para atendimento a população local, durante o exercício de 2019.

Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC

Valor: R\$ 200.500,00 (duzentos mil e quinhentos reais) global estimado.

Base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré-julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Justificativa: Por o Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade constituída sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Jacinto Machado/SC, 07 de novembro de 2019.

Adilson Piva

Secretário Municipal de Saúde/ Gestor

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA CONCORRÊNCIA Nº 226/2019

Publicação Nº 2220588

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS HABILITAÇÕES DA CONCORRÊNCIA Nº 226/2019

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às quatorze horas, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, sita na Rua Walter Marquardt, 1111, bairro Rio Molha, reuniram-se os membros da Comissão Especial de Licitações, designada pelo Decreto 13.270/2019, formada pelos membros Otoniel da Silva, Fabio Roberto Ribeiro da Silva e Andréia Máximo Ferreira Malschitzky, para sob a presidência do primeiro, procederem à abertura dos envelopes referentes a CONCORRÊNCIA Nº 226/2019, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para execução de serviços de infraestrutura: terraplenagem, drenagem, pavimentação asfáltica e concreto, obras complementares e sinalização viária do Parque Municipal Ambiental "Parque da Inovação", localizado na Rua Cesare Valentini, bairro Três Rios do Sul, neste Município. Apresentaram-se a sessão as seguintes empresas:

Proponentes	Representante	Identificação
CONSTRUTORA FERRERIRA NEVES LTDA	Lourival Lopes de Andrade	026.542.127-69
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	Lucas de Medeiros	089.176.899-81
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	Sem Representante	x-x-x-x-x-x

Após a identificação dos envelopes das proponentes, passou-se à verificação da inviolabilidade dos envelopes 01-Habilitações e 02 – Propostas Comerciais. Logo após, passou-se à abertura dos Envelopes 01 – Habilitações, cujas documentações foram rubricadas pelos membros da Comissão Especial e pela Representante presente. As documentações apresentadas pelas proponentes foram as seguintes:

Nome da proponente	Quantidade de folhas	Numeração das folhas
CONSTRUTORA FERRERIRA NEVES LTDA	70	Numeradas de 02 a 70 e 01 sem numeração
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	104	Numeradas de 01 a 102 e 02 sem numeração
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	43	Sem numeração

Após análise criteriosa das Habilitações à Comissão declara as proponentes HABILITADAS, visto terem atendido as exigências do Edital. A seguir foi colocada a palavra livre ao representante presente onde o Representante da empresa INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA Sr. Lucas de Medeiros se manifestou na não concordância da habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e CONSTRUTORA FERRERIRA NEVES LTDA, visto que no seu entendimento a comprovação técnica apresentada não atende o objeto do Edital. Desta forma a Comissão informa os Representes que está suspendo a sessão e Na forma da Lei, abre-se prazo recurso de 05 (cinco) dias úteis "concedendo-se vistas as partes" ao julgamento das habilitações. Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

Otoniel da Silva	
Fabio Roberto Ribeiro da Silva	
Andréia Máximo Ferreira Malschitzky	
Lourival Lopes de Andrade	
Lucas de Medeiros	

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019-FMS

Publicação Nº 2219977



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2019-FMS

Aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove, com início às oito horas e quarenta e cinco minutos, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Molha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 53/2019-FMS, que tem por objeto **aquisição de MEDICAMENTOS ao longo de 12(doze) meses, destinados para Farmácia Básica, Unidades Básicas de Saúde (carrinhos de emergência) e Programa Centro de Atendimento Especializado – CAE**, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Elian Gustavo Hermes Vareiro e Sidnei Correa de Almeida da equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 12.969/2019. Compareceram ao certame, entregando os necessários envelopes, as seguintes empresas:

Proponentes	Credenciado	Identificação
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Cleiton André Wagner	029.131.619-01
BH DENTAL COMERCIAL EIRELI	Gasparino A. Martinazzo	016.969.629-43
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
ELBER INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LTDA	Roberto Tobias	964.402.959-34
H. M. LINCK EQUIPAMENTOS CIENTÍFICOS	Gasparino A. Martinazzo	016.969.629-43
INDREL INDUSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA	Arlei Glaucio Dias	017.019.569-42
JEFERSON DUWE	Jefferson Duwe	081.518.699-17
INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI	Sem representante	.x.x.x.x.
METROMED COM DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	Sem representante	.x.x.x.x.
M.H.M. DO COUTO - COMERCIAL	Sem representante	.x.x.x.x.
M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI	Jéssika Myllena Schafausser	052.841.169-17
MULLER PRODUTOS PARA A SAÚDE EIRELI	Gerson Postai	741.667.009-87
MULTIHOS P COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	Daniel Desidério	046.812.773-00
ODONTO BLU COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA	Anderson Luis Marques	901.691.409-97
OLIMEDIC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA	Luciano Alexandre Wandall	637.869.909-72
PREGWEB LTDA	Edson Cesar Nazário	493.430.509-25
RICHELSE MÓVEIS EIRELI	Sem representante	.x.x.x.x.

Pregão Presencial 53/2019-FMS


1 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

VENA VITA CONSULTORIA COMERCIAL EIRELI	Cesar Moraes Dinardi	559.614.100-30
V.S. COSTA & CIA LTDA	José Alves de Oliveira	634.396.039-20

Presente a sessão a Sra. Lucimara Gabardo Tarashucky, Silvia Regina Bonatto Curty e Priscila Steffani, representantes do Fundo Municipal de Saúde, responsáveis pela análise das Propostas e habilitações técnicas que acompanharam as propostas comerciais. Dando início a sessão, foi realizado o credenciamento dos representantes presentes e logo após passou-se ao conhecimento do resultado do julgamento das Propostas realizado pela equipe técnica do FMS, relativamente às imposições do edital (anexo). Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação exclusiva e empresas de Grande Porte. Não houve necessidade de aderir a LC 123/2006. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lances), com os valores registrados no Anexo I desta ata. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes valores unitários para os itens:

Item	Empresa vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos produtos	Valor unitário por item R\$
01	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	02	Unid.	ARMÁRIO VITRINE C/01 PORTA – CÓDIGO 97710 Armário vitrine; com tampo e fundo em aço e laterais e portas em vidro; com medidas medida mínima de a x l x p (1,50 x 0,40 x 0,40x)m; contendo: 01 portas de abrir, fechadura tipo yale; 03 prateleiras em vidro fantasia de 4mm e para as laterais e portas vidro cristal de 3 mm; as chapas de aço terão espessura mínima de n.22 (0,79)mm, para o tampo e fundo; as folhas de aço receberão tratamento antiferrugem; após pintura em esmalte; na cor branca. 	646,00
02	CANCELADO	03	Unid.	APARELHO ELETROCARDIOGRAFO PORTÁTIL – CÓDIGO 97683 transmissão de dados e operação por computador interface usb, modo de monitoração, arquivamento de exames, impressão em papel comum formato a4. registro em 12 canais com aquisição	XXX

Pregão Presencial 53/2019-FMS

2 -




ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>simultânea das derivações, leve, portátil de fácil operação. leds luminosos para indicações das funções e qrs. velocidade de registro de 25 ou 50 mm/seg., com indicação das derivações impressas. impressão da velocidade, filtro, ganho, frequência, dados e laudo medico do paciente. circuito de entrada flutuante protegido de desfibrilação e equipamentos cirúrgicos de alta frequência, filtro de tremor muscular de 35 hz (selecionável), ganho selecionável de n/2, n e 2n, filtro de 60 hz, frequência de amostragem de 1920 hz, detecção e rejeição de marca-passo. alimentação: 110/220v, 50/60hz 12 derivações simultâneas interface usb, modo de monitoração e filtros digitais importação e exportação de exames impressão em folha papel a4; sistema operacional mínimo windows xp ultra compacto (16cm) e leve (200g) 01 fonte externa 01 cabo paciente de 10 vias 06 eletrodos precordiais de sucção 04 eletrodos de membro tipo clip 01 cabo usb 01 software de instalação 01 manual de instruções</p>	
03	MULTIHOSP LTDA ME/EPP	10	Unid.	<p>BANQUETA GIRATÓRIA – CÓDIGO 13134</p> <p>mocho giratório assento estofado revestido em courvin com rodízios. estrutura em tubo redondo de 1"x1,20. apoio para pés em arco. acabamento em pintura epóxi. com regulagem altura de 0,50cm à máxima 0,65cm. dimensões aproximadas 30 x 30 x 44m. garantia de no mínimo 12 meses.</p>	131,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

					
04	MULTIHOSP LTDA ME/EPP	05	Unid.	CADEIRAS DE RODAS – CÓDIGO 16317 cadeira de rodas. estrutura tubular em aço carbono, dobrável reforçado em x, em barras de aço carbono. pintura epóxi pó curada acima de 180°C. assento, encosto, apoio de braços e apoio de panturrilha em poliéster. apoio de braços estofados e/ou emborrachado e removíveis. apoio de pernas eleváveis, com apoio para panturrilhas estofados. apoio de pés em pedal plástico retrátil. rodas traseiras de 24" com 4 rolamentos, pneus infláveis e freios bilaterais. rodas dianteiras de 6" com pneus maciços. para pessoas com peso entre 80 e 90 kg.	700,00
05	FRUSTRADO	06	Unid.	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO – CÓDIGO 12116 construída com tubos de aço carbono; dobrável em duplo x reforçado; braços bilaterais escamoteáveis; protetor de roupa; freios bilaterais ajustáveis; pedais fixos com apoio de pé rebatível e ajustável na altura; apoio de panturrilha tipo faixa; rodas traseiras de 24", pneu inflável aro de impulsão em aço carbono, cubo montado com rolamento blindado; eixo removível; placa de sustentação das rodas traseiras reforçada em alumínio; rodas dianteiras de 8" montada com rolamento blindado, garfo de alumínio fixado em cubo dianteiro; estofamento confeccionado em nylon impermeável com faixa de	XXX

Pregão Presencial 53/2019-FMS

4 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				reforço, almofada sobre o assento de 4 cm de espessura de alta densidade; acabamento em pintura eletrostática; capacidade de peso até 200 kg; comprimento do assento aproximado de 50 cm; largura total aberta aproximada de 72 cm; peso da cadeira aproximada de 22 kg; garantia de no mínimo 12 meses.	
06	FRUSTRADO	10	Unid.	CADEIRAS DE BANHO – CÓDIGO 23402 cadeira de banho em aço com pintura epoxy - apoio para braços removível; apoio para pés retrátil – dobrável indicada para usuários de até 100 kg. garantia: 01 ano - registro anvisa; - peso: 10kg; - medidas: 40x60x100cm; - largura do assento 41 cm;	XXX
07	CANCELADO	02	Unid.	DERMATOSCÓPIO – CÓDIGO 97684 características: dermatoscópio compacto corpo em aço inoxidável sistema ótico com ampliação de 10x e área de análise de 25mm, com mecanismo retrátil, focagem precisa iluminação polarizada. compatível com smartphones indicador de carga de quatro níveis desligamento automático para economizar a bateria placa frontal com marcações de 10 mm 21 leds de iluminação polarizada garantia: 12 meses bateria de lithium recarregável lente de diâmetro 25mm aumento de 10x	XXX
08	CANCELADO	60	Unid.	DETECTOR FETAL PORTÁTIL DIGITAL – CÓDIGO 102235 - transdutor de alta sensibilidade;	XXX

Pregão Presencial 53/2019-FMS

5 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<ul style="list-style-type: none"> - compacto, leve e fácil operação; - alto-falante de alta performance; - entrada para fone de ouvido, gravador de som ou computador; - design ergonômico e compartimento para transdutor; - botão liga/desliga e controle de volume, e desligamento automático em até 5 minutos após uso; - tela de lcd para visualização numérica do batimento cardíaco fetal; - baixo consumo de energia - bateria com vida útil de funcionamento de até no mínimo 6 horas <p>dados técnicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - sensibilidade a partir de 10-12 semanas. - faixa de medição: 50-240 bpm - resolução: 1bpm; - precisão: ± 1 bpm; - saída de energia: 20mw. - medidas aproximadas de 135mm x 95mm x 35mm; - peso aproximado de 200g. <p>transdutor com medidas aproximadas de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - frequência nominal: 2.0mhz; - frequência de operação: 2.0mhz $\pm 10\%$; - p-: <1mpa; - lob: <20 mw/cm²; - ispta: <100 mw/cm² - intensidade de saída de ultrassom: isata <10 mw/cm²; - área de radiação efetiva do transdutor: 154mm². <p>acessórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - unidade principal detector fetal - transdutor de ultrassom - alça para pescoço - bolsa para transporte - gel de ultrassom (material de 	
--	--	--	--	---	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

6 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				consumo) -manual de operações em português - fone de ouvido	
09	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	10	Unid.	ESCADA CLÍNICA DE 2 DEGRAUS – CÓDIGO 16313 estrutura tubular em aço redondo; epóxi / inox. piso em madeira revestida com borracha antiderrapante; pés protegidos por ponteiros plásticos; dimensões: 0,40m largura x 0,50m comprimento x 0,35m altura. garantia de no mínimo 12 meses.	70,25
10	FRUSTRADO	01	Unidade	FOCO CIRÚRGICO COM TRIPÉ – CÓDIGO 97688 foco cirúrgico para consultório. lâmpada de led's luz abundante e dirigível bivolt altura ajustável de 1,20 a 2,00m acendimento – botão liga / desliga	XXX
11	MULTIHOSP LTDA ME/EPP	10	Unid.	LUMINÁRIA GINECOLÓGICA FLEXÍVEL - CÓDIGO 9339 foco luz ginecológico com espelho para exames clínicos e ginecológicos. lâmpada led de alta luminosidade. pedestal com haste inferior rígida, pintura branca, base com 04 rodízios. haste superior flexível e cromada. alimentação 110/220 volts. pintura epóxi a 250 c - alta resistência. peso 05kg. altura variável mínima de 100 e máxima de 164cm. garantia de no mínimo 12 meses.	580,00
12	DESERTO	01	Unidade	LUPA DERMATOLÓGICA MANUAL – CÓDIGO 97682 lupa dermatológica manual intercambiável com 02 lâmpadas de wood (negra) e 02 lâmpadas de flúor luz branca	XXX

Pregão Presencial 53/2019-FMS

7 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



				lente com aumento de 5x possibilita procedimentos para análise de pele com lâmpada comum ou de wood dimensões da lente: 10cm x 6cm bivolt luz de wood com 4w luz flúor branca.	
13	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	10	Unid.	MACA FIXA ADULTA – CÓDIGO 20253 divã clínico para exames. estrutura em ferro tubular redondo com pintura eletrostática a pó envernizado, excelente estabilidade, estofado liso em madeira com espuma laminada injetada, revestimento em courvim cristalizado (couro vinílico). cabeceira reclinável em até 4 posições através de cremalheira. pés com ponteiros plásticos ou borracha. dimensões mínimas: altura: 80 cm; largura : 0,60 m comprimento: 1,80 m; cor: - branca. suporte até 150 kg garantia de no mínimo 12 meses.	321,12
14	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	10	Unid.	MACA GINECOLÓGICA COM ARMÁRIO – CÓDIGO 29304 estrutura em madeira, revestida externamente em formica na cor branca; leito estofado em espuma indeformável e revestida em courvin na cor preta, cabeceira regulável; gabinete contendo 3 gavetas com 01 ou 02 portas com 1 prateleira; (pés) niveladores de altura com rosca m8x40, fabricada em base em polipropileno, contendo buchas metálicas; encaixe para cuba de curativos; acompanha: suporte p/ papel lençol e porta coxas regulável e estofado em courvim preto; dimensões aproximadas: 1,87	2.281,95

Pregão Presencial 53/2019-FMS

8 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				comp 0,55 larg. 0,87 alt.; inclui: com manual e garantia mínima de 12 meses.	
					
15	MULTIHOSP LTDA ME/EPP	05	Unid.	MESA AUXILIAR DE MAYO – CÓDIGO 16318 mesa auxiliar de mayo em inox. dimensões mínimas: 0,68x0,47x0,85cm. estrutura em tubo redondo de inox de 1"x 1,25 com anel de fixação. suporte para bandeja em aço inox. bandeja em inox. medindo 0,48x0,32cm. pés com rodízios. altura máxima 1.20 m.	398,00
					
16	V.S. COSTA & CIA LTDA ME/EPP	10	Pares	MULETA AXILAR - CÓDIGO 29308 contém um par; composição: parte metálica: alumínio; revestimento do apoio de mão e axilar: borracha; ponteira: borracha com peça metálica interna; dez níveis de regulagem inferior através de pino duplo com mola;	101,61



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				cinco níveis de regulagem superior.	
17	V.S. COSTA & CIA LTDA ME/EPP	10	Pares	MULETA CANADENSE - CÓDIGO 29307 muleta; de alumínio, com bracadeira anatômica, apoio de mão anatômico em polipropileno; tipo canadense; formato adulto; com regulagem de altura com pino de segurança; com ponteira de borracha anti derrapante é recomendada para pessoas com até 100 kg de peso. contem um par	55,86
18	INFINITY EIRELI ME/EPP ***	30	Unid.	OTOSCÓPIO ADULTO - CÓDIGO 9216 com espéculos para uso adulto. janela de visão com 3x aumento e visão integrada, giro para os lados grampo de fixação com botão liga/desliga integrado. pilhas substituíveis aa 2,5v. opcional:lâmpada sobressalente xénon halógena xhl.	375,00
19	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	05	Unid.	SUPORTE PARA BRAÇO PARA VERIFICAÇÃO DE PRESSÃO - CÓDIGO 16350 suporte de braço; em aço inox; base em tubo retangular (30 x 50mm). altura regulável, dimensões: altura mínima 0,85cm e máxima 1,25cm; haste telescópica em tubo de aproximadamente 5/8 x 1,20mm, coluna receptora em tubos de aprox. 7/8x1,20mm; concha (apoio p/ o braço) em chapa c/estofado removível revestido c/material lavável, ponteira de borracha; pintura eletrostática a pó, cor branca, com eficiência anticorrosiva por meio de fosfatização.	140,00
20	METROMED	10	Unid.	RÉGUA ANTROPOMÉTRICA -	84,90

Pregão Presencial 53/2019-FMS

10 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	LTDA ***			CÓDIGO 16209 régua antropométrica pediátrica de madeira, padrão marfim leve e prática de usar indicado para mensurar a altura da criança ou partes do corpo. comprimento de um metro. escala de 100 cm graduação em milímetros numeradas a cada centímetro. possui marcador removível.	
21	METROMED LTDA ***	02	Unid.	MICROSCÓPIO ÓPTICO – CÓDIGO 97686 <ul style="list-style-type: none"> • corpo robusto e estável, com sistema de iluminação pré centrada segundo koeler, com lâmpada de 20w em halogênio, possui revólver quadruplo reverso, subplatina porta condensador, com movimento vertical de 30mm • sistema ótico infinito, com tratamento anti- fungo, e aberrações cromáticas e esférica, distância focal de 60mm tubo binocular tipo siedentopf, ajuste distância interpupilar ajustável de 50 a 75 mm, inclinação ergonômica de 30 ou 180 graus, (evita dores no pescoço) • par de oculares 10x com campo amplo de 20mm, com alojamento para retículo de 27mm exclusivo sistema de focalização macro com ajuste de 12,7 mm por rotação e micrométrico com ajuste de 0,2 mm por rotação e leitura mínima de 2 micron , onde sua coluna é mantida reta, evitando dores nas costas. • platina mecânica, superfície retangular de 160,5 x 208,5mm com charriot graduado com movimento de coaxial xy de 78 x 5 4 mm. • exclusivo sistema de re-foco, velocidade na rotina e proteção 	2.545,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>contra quebra de lâmina condensador de abbe, para campo claro com diafragma de íris filtro azul para ajuste do balanço de cor, e filtro difusor incorporado a base objetiva e planacromática de 4x/0,10 objetiva e planacromática de 10x/0,25</p> <ul style="list-style-type: none"> • objetiva e planacromática de 40x/0,65, com proteção retrátil objetiva e planacromática de 100x/1,25, com proteção retrátil e imersão a óleo capa plástica e manual de instruções em inglês. lâmpada 6v-20w <p>marca/modelo referência: nikon e200</p>	
22	INDREL IND LTDA	06	Unid. Disputa Ampla	<p>CÂMARA FRIA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS – CÓDIGO 20287</p> <ul style="list-style-type: none"> • equipamento vertical de formato externo e interno retangular, desenvolvido especificamente para a guarda científica de vacinas, com grande capacidade de recuperação térmica e manutenção da temperatura interna estabilizada em 4,0°C, mais ou menos 1°C, dentro das especificações do ministério da saúde e certificado pela anvisa. • capacidade mínima de armazenamento de 280litros; • com compressor hermético de baixo consumo de energia, refrigeração ecológica livre de cfc e unidade frigorífica com condensação a ar forçado, refrigeração com circulação a ar forçado que proporciona temperatura uniforme para todas as gavetas; • com prateleiras reguláveis em aço inoxidável; 	9.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<ul style="list-style-type: none"> • câmara interna em aço inoxidável e isolamento térmico em poliuretano injetado, livre de cfc; equipado com porta de acesso principal vertical de vidro triplo, com sistema de anti embaçamento; • equipado com rodízios especiais com freio; painel de comando e controle frontal e superior em lcd de fácil acesso, com saída em usb e pendrive para armazenamento de dados e relatórios, independente do computador; • temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução, com configuração de 2 a 8°C com alarme sonoro visual e escrito no painel de todos os eventos que ocorrem; temperatura de momento, máxima e mínima e bateria simultaneamente no painel; com discador de telefone para no mínimo 03 números diferentes; • alarme sonoro de falta de energia com bateria recarregável; com software e saída serial para monitoramento de temperatura via computador; • com carregador da bateria para manter funções e eletrônicas na falta de energia; • sistema de emergência que mantenha a temperatura ideal do equipamento por 48 horas sem energia elétrica; • com chave geral de energia; • equipamento em 220 volts, 50/60hz; degelo automático com evaporação de condensado; manual do proprietário em português; • características em conformidade com o manual de registro do produto na anvisa. 	
23	PREGWEB LTDA ME/EPP	01	Unid. Fração	CÂMARA FRIA PARA CONSERVAÇÃO DE IMUNOBIOLOGICOS	13.900,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

13 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

			do item 22	<p>CÓDIGO 20287</p> <ul style="list-style-type: none"> • equipamento vertical de formato externo e interno retangular, desenvolvido especificamente para a guarda científica de vacinas, com grande capacidade de recuperação térmica e manutenção da temperatura interna estabilizada em 4,0°C, mais ou menos 1°C, dentro das especificações do ministério da saúde e certificado pela anvisa. • capacidade mínima de armazenamento de 280litros; • com compressor hermético de baixo consumo de energia, refrigeração ecológica livre de cfc e unidade frigorífica com condensação a ar forçado, refrigeração com circulação a ar forçado que proporciona temperatura uniforme para todas as gavetas; • com prateleiras reguláveis em aço inoxidável; • câmara interna em aço inoxidável e isolamento térmico em poliuretano injetado, livre de cfc; equipado com porta de acesso principal vertical de vidro triplo, com sistema de anti embaçamento; • equipado com rodízios especiais com freio; painel de comando e controle frontal e superior em lcd de fácil acesso, com saída em usb e pendrive para armazenamento de dados e relatórios, independente do computador; • temperatura controlada automaticamente a 4°C por solução, com configuração de 2 a 8°C com alarme sonoro visual e escrito no painel de todos os eventos que ocorrem; temperatura de momento, máxima e mínima e bateria simultaneamente no painel; com discador de telefone para no 	
--	--	--	---------------	---	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

14 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>mínimo 03 números diferentes;</p> <ul style="list-style-type: none"> • alarme sonoro de falta de energia com bateria recarregável; com software e saída serial para monitoramento de temperatura via computador; • com carregador da bateria para manter funções e eletrônicas na falta de energia; <p>sistema de emergência que mantenha a temperatura ideal do equipamento por 48 horas sem energia elétrica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • com chave geral de energia; • equipamento em 220 volts, 50/60hz; degelo automático com evaporação de condensado; manual do proprietário em português; • características em conformidade com o manual de registro do produto na anvisa. 	
24	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	02	Unid.	<p><u>MICRO MOTOR - CÓDIGO 14199</u></p> <p>fabricado em alumínio niquelado e cromado e latão niquelado e cromado, com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. spray interno propicia conforto ao profissional durante o trabalho haja vista a ausência de mangueiras externamente ao corpo do instrumento. encaixe universal borden de dois furos garante fácil acoplamento em qualquer marca de equipamento. anel regulador de rotações e sentido de giro disposto no corpo do motor permite fácil regulagem durante uso. rotação de 5.000 a 20.000 rpm com torque excepcional mantendo os mais baixos índices de ruído e ausência de vibração. sistema de encaixe</p>	370,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

15 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				rápido intramatic permite a troca facilitada de instrumentos rotativos. componentes internos e materiais aplicados permitem a esterilização em autoclave à 135° c por no mínimo 1.000 ciclos sem perda de desempenho	
25	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	04		TURBINA DE ALTA ROTAÇÃO: - CÓDIGO 34209 fabricada em latão niquelado e cromado com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. recartilha desenvolvida com base em sistema digital que facilita os movimentos e garante a segurança no uso sem provocar cansaço nas mãos e pulsos. spray triplo que garante a refrigeração da área de tratamento mesmo nas situações mais difíceis. capa longa que facilita o acesso aos dentes posteriores. componentes internos projetados para resistir os ciclos de esterilização sem comprometer a qualidade e consequentemente o rendimento do instrumento. encaixe universal do tipo borden de dois furos. com rolamentos de alta precisão e rotor balanceado. totalmente esterilizável em autoclave até 135° c, por mais de 1.000 ciclos, desde que observados sua instrução de lubrificação e manutenção. rotação máxima de 380.000 rpm. a troca de brocas por sistema fg. identificação do instrumento gravado a laser.	328,00
26	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	05	Unid.	CONTRA-ÂNGULO CADASTRO 12833 fabricado em alumínio niquelado e cromado e latão niquelado e cromado, com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e	360,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

16 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. recartilha desenvolvida com base em sistema digital facilita os movimentos e garante a segurança no uso sem provocar cansaço na mão e pulso. spray único garante a refrigeração da área de tratamento mesmo nas situações mais difíceis. componentes projetados para resistir por no mínimo 1.000 ciclos de esterilização sem comprometer a qualidade e consequentemente o rendimento dos instrumentos. sistema de troca brocas prático fecho posicionado na cabeça do instrumento. adaptador de brocas do tipo “fg” permite a utilização de brocas de alta rotação. encaixe universal intra permite a troca rápida e segura de instrumentos. máximo desempenho de trabalho a 25.000 rpm com torque excepcional mantendo os mais baixos índices de ruído e ausência de vibração. transmissão de 1:1, passível de uso com brocas do tipo “ar” e “fg”, com spray externo. identificação do instrumento gravado a laser.</p>	
27	DESERTO	01	Unid.	<p>KIT MULTIMÍDIA 20" LED COM CÂMERA INTRAORAL HD DE 6 MEGAPIXELS COM ENTRADA DIRETO NA TELA, FULL HD - CÓDIGO 102236 conteúdo do kit</p> <p>1 x monitor led de 20 polegadas de alta resolução com tv hd 1366 x 768 (pixels); digital e entrada para dvd e vídeo externo com entrada hdmi, entrada para pc e notebooks e usb para pen drive.</p> <p>1 x câmera intraoral 6.0 mp com entrada av video</p>	XXX



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>1 x suporte para colocação da câmera.</p> <p>1 x cartão de memória 8gb (armazena até 1500 fotos de alta resolução)</p> <p>1 x adaptador usb p/ cartão de memoria mini sd.</p> <p>1x mangueira organizadora de fios cor branca</p> <p>5x abraçadeiras na cor branca</p> <p>a câmera intraoral deve ser ligada diretamente na tv/monitor de 20 polegadas, as imagens serão mostradas imediatamente na tela led como um vídeo em tempo real de alta resolução com suporte full hd 6 mega pixels reais, e caso necessite tirar alguma foto da imagem exibida é só clicar no botão de congelamento de imagem da câmera, imediatamente a imagem na tela congela e a foto tirada vai para o cartão de memoria de 8gb interno da câmera (capacidade de 1500 fotos).</p> <p>para exibir as fotos tiradas na tela é só clicar e segurar o botão de congelamento, as fotos serão exibidas em sequencia acima e abaixo. para salvar as imagens e os vídeos no computador ou notebook é só retirar o mini sd card da câmera e salvar no computador, para isso o kit acompanha um adaptador usb para encaixe do cartão de memoria .</p> <p>a tela tem entrada para dvd vídeo e áudio composto, entrada de áudio digital, entrada vga para computador ou notebook, 01 entrada usb para rodar fotos e vídeos diretamente de um pen drive</p>	
28	MULLER EIRELI	05	Unid.	EQUIPAMENTO	7.750,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

	ME/EPP			<p>ODONTOLÓGICO – CADEIRA +EQUIPO COM BRAÇO + REFLETOR + MOCHO CÓDIGO 19805</p> <p>1 - uma unidade principal com: mesa de serviço giratória independente, com ajuste manual de altura, para 2 bandejas. dotada de 3 módulos sendo: - 01 seringa triplice com três funções com bico descartável e esterilizável até 135° c; - 01 (uma) mangueira de acoplamento borden para alta rotação com regulador de spray; - 01 (uma) mangueira com acoplamento para baixa rotação com regulador de spray; modulo dotado de regulagens individuais de ar e água, calibrados pelo fabricante dispensando o uso de manômetro todas as funções dos instrumentos acionadas por comando de pé instalação destro e canhoto reversível braço do equipo com buchas teflonadas nos eixos que garantam maciez nos movimentos sem ruídos ao longo da vida útil do equipamento braço com 3 pontos de articulação e regulagem de altura com ajustes num campo de 15 cm. mesa preparada para instalação de opcional 4ª ponta borden</p> <p>2 - uma unidade auxiliar com: unidade acoplada a cadeira suporte para acomodar copo cuspideira de material de alta resistência, resistente a medicamentos e de fácil limpeza filtro para retenção de detritos sólidos sistema de acionamento de água para enxágue da cuspideira</p>	
--	--------	--	--	---	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

19 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>acionado através de botão. 2 sugadores acionados por sistema ventury a ar, com mangueira de aspiração independente, com filtro de retenção de detritos sólidos caixa de distribuição com registro de água e com filtro para retenção de detritos sistema de água pressurizada em garrafa tipo pet estrutura em plástico de engenharia de alta resistência</p> <p>3 - uma cadeira com: formato anatômico, perfeita ergonomia, facilitando trabalhos nas posições 9, 12 e 3 horas, bem como o acesso da auxiliar de consultório dentário. com volta a zero automática e posição de trabalho automática (programada pelo dentista) movimentos silenciosos e suaves acionados por motorreduzidores elétricos, totalmente isentos de óleo, sem riscos de movimentos involuntários. elevação: mínima 3850 mm máxima 9000 mm regulagem da altura e inclinação do apoio da cabeça, com rebaixo para o tratamento em odontopediatria. base da cadeira em alumínio ou aço fosfatizado com proteção de pvc em baixo para evitar oxidação. estofamento injetado em poliuretano flexível, revestido com laminado de pvc, asséptico sem costura, com capa protetora esterilizável para permitir eficaz desinfecção acionamentos automáticos da cadeira através de comandos de pé móvel. permitindo movimentos de subida e descida do assento da cadeira; elevação e inclinação do encosto da cadeira. acionamento</p>	
--	--	--	--	---	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

20 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>através de botões resistentes possibilitando o movimento simultâneo do encosto e assento. voltagem nominal 220 v frequência 50/60 hz consumo de energia 950va</p> <p>4 – um refletor com: lâmpada halógena de fácil troca cor de iluminação: 5000°k (cor da luz do dia) campo de iluminação sem sombras, 10 x 20cm, a uma distância de 70cm do foco intensidade de luz máxima de 25.000lux proteção contra acidentes causados por estilhaços de lâmpada braço multi articulado, permitindo inclusive iluminação por trás do paciente. cabeçote em alumínio com facilidade de posicionamento para trabalhos na maxila superior. proteção térmica não excedendo a temperatura de 6°c da temperatura ambiente acionamento liga/desliga no comando de pé da cadeira; acionamento automático ao executar movimento de posição de trabalho e de desligamento automático ao executar movimento de posição de trabalho e de desligamento automático ao executar o movimento de volta a zero.</p> <p>5 – comando de pé móvel ou fixo com todas as funções integradas: acionamento dos instrumentos progressivo, acionamento e seleção das intensidades de luz do refletor e movimentação da cadeira material emborrachado com boa aderência ao piso</p>	
--	--	--	--	---	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

21 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>stop de emergência em qualquer tecla</p> <p>6 – um mocho com: regulagem da inclinação e altura do encosto por alavanca independente estofamento com espuma espessa, revestida em laminado de pvc sem costura e de fácil assepsia regulagem de altura do assento através do cilindro de gás com alavanca independente base giratória, com cinco rodízios resistentes, que suporta até 250 kg proteção de encosto reforçada <u>garantia: 01 ano</u></p> <p>para o equipamento odontológico a proponente deverá apresentar os seguintes documentos: : 1 - outros requisitos técnicos: a) termo de garantia total para o equipamento, incluindo: peças, serviços e instalação, por no mínimo de 1 ano on-site, contados a partir do recebimento definitivo de cada equipamento. durante o período de garantia o proponente deve comprometer-se: <u>oferecer através de seu serviço técnico autorizado, a manutenção preventiva e corretiva dos produtos adquiridos, com suas respectivas peças de reposição, com emissão de laudos técnicos;</u> 2 - estará a cargo da proponente vencedora: a) - treinamento técnico para profissional indicado pela secretaria de saúde municipal na fabricante do produto, abordando especificamente os produtos adquirido, sendo os custos de transporte e estadia de responsabilidade da proponente vencedora.</p>	
--	--	--	--	--	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

22 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>b) - instalação dos produtos adquiridos; c) - frete e seguro transporte; d)-garantia por 10 (dez) anos da disposição de peças de reposição para o equipamento</p> <p><u>apresentar certificado de boas práticas de fabricação pela anvisa, ficha técnica e catalogo do produto</u></p>	
29	V.S. COSTA & CIA LTDA ME/EPP	03	Unid.	<p>APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR DE RESINAS - CÓDIGO 12841</p> <p>especificações: aparelho sem fio; garantia: 01 ano; tensão de alimentação: fonte ac entrada 127 – 220 ac – seleção automática bivolt; sinal sonoro: bip mínimo a cada 05 segundos e máximo 10 segundos; tempo de operação programável: mínimo de 10, 15, 20 e 40 segundos; confeccionado em termoplástico injetado de fibra óptica 100% coerente; autoclavável à 134° c; base de descanso com carregador de bateria; bateria desliga automaticamente em caso de subtensão, sem necessidade de descarregar completamente para efetuar nova recarga; frequência:50/60 hz; bateria: li-ion – 2.200 mah; potência da luz: mínimo 1.100 mw/cm²; acessórios: peça de mão, condutor de luz, protetor ocular, base carregadora, fonte de alimentação; peso liquido: mínimo de 390 gramas.</p> <p><u>apresentar certificado de boas práticas de fabricação pela</u></p>	546,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

23 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				anvisa, ficha técnica e catalogo do produto	
30	ODONTO BLU LTDA ME/EPP	05	Unid.	APARELHO DE ULTRASSOM E JATO DE BICARBONATO ODONTOLÓGICO – CÓDIGO 23348 especificações: passagem de ar e água na peça de mão, fazendo com que a mistura de ambos se dê somente na saída, evitando entupimento da mesma; transdutor com capas da caneta ultrassom, caneta jato de bicarbonato e pontas autoclaváveis; tecla geral liga/desliga luminosa no painel; pedal de comando; seletor automático do ultrassom e do jato de bicarbonato ao retirar a caneta do suporte; refluxo autolimpante; tampa do reservatório de bicarbonato com visualizador transparente; filtro de ar automático; filtro de água externo e removível para limpeza; voltagem: 220v; regulador de água bicarbonato/ultrassom; regulador de ar bicarbonato; regulador de potência ultrassom; ultrassom piezoelétrico ativado por pastilhas cerâmicas com frequência mínima de 32.000 hz. <u>compatível com pontas ultrassônicas gnatus ou schuster</u> apresentar certificado de boas práticas de fabricação pela anvisa, ficha técnica e catalogo do produto	1.690,00
31	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	03	Unid.	COMPRESSOR ODONTOLÓGICO – CÓDIGO 14172 nível de ruído: máximo de 74 db a 01(um) metro da cadeira;	2.500,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

24 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>cor branca; garantia de 01(um) ano; pressão máxima de trabalho: 120psi +/- 10% potência mínima: 2,0 hp capacidade do reservatório de ar: mínimo de 40 litros; voltagem: 220v; fornecimento de ar: mínimo de 200 litros por minuto; frequência do motor: 60 hz totalmente isento de óleo; dimensões máximas: (l x a x p) - 50 cm x 75 cm x 50 cm; peso líquido máximo: 45 kg; dreno do reservatório de fácil acesso de limpeza e baixo índice de manutenção; deve possuir válvula reguladora de pressão e filtro de ar</p>	
32	M.H.M. DO COUTO ME/EPP ***	04	Unid.	<p>MOCHO ODONTOLÓGICO – CÓDIGO 13135 especificação: regulagem da inclinação e da altura do encosto por alavanca independente, que permite ajuste anatômico; estofamento com espuma espessa, revestida em laminado de pvc; sem costura e de fácil assepsia; sistema a gás para regulagem de altura do assento com alavanca independente; base giratória com cinco rodízios pés cromados e rodízios de silicone; proteção do encosto reforçado</p>	515,00
33	JEFERSON DUWE ME/EPP	01	Unid.	<p>MICROMOTOR CIRÚRGICO COM CABO – PARA ACOPLAMENTO NO MOTOR DRILLER BLM 350 – CÓDIGO 14199-3 6 meses de garantia</p>	3.000,00
34	ODONTO BLU LTDA ME/EPP	02	Unid.	<p>AUTOCLAVE ODONTOLÓGICA ANALÓGICA / 21 LITROS –</p>	2.800,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

25 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				CÓDIGO 29302 <i>especificação: capacidade: 21 litros</i> <i>autoclave de mesa horizontal;</i> <i>câmara em aço inox; botões de seleção de ciclo e display de controle na porta ou painel lateral;</i> <i>sensor de temperatura pt-100;</i> <i>temperatura de esterilização entre 121°c e 134° c; ciclo de secagem automático sem necessidade do operador apertar qualquer botão;</i> <i>manômetro com barra de leds ou display lcd indicando as fases do ciclo e temperatura;</i> <i>câmara com 3 bandejas em alumínio anodizado ou inox;</i> <i>despressurização automática para reservatório externo (não reutiliza a água);</i> <i>sistema com microcontrolador;</i> <i>cor branca; voltagem – 220 v;</i> <i>garantia mínima de 01(um) ano;</i> <i>sistemas de segurança, válvula de segurança, válvula anti-vácuo, anel de vedação de silicone na porta, fusível, termostato, sistema eletrônico de controle de potência;</i> <i>potência mínima de 1600 w;</i> <i>profundidade interna da câmara: mínimo 30 cm – máximo 45 cm;</i> <i>altura externa da autoclave: mínima 38 cm - máxima 50 cm;</i> <i>profundidade externa da autoclave: mínima 45 cm - máxima 62 cm; largura externa da autoclave: mínima 38 cm - máxima 55 cm.</i> <i>garantia de no mínimo 12 meses</i> <i>apresentar ficha técnica e catálogo do produto.</i>	
35	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	03	Unid.	MESA AUXILIAR ODONTOLÓGICA – CÓDIGO 16607 <i>especificações: montada</i>	990,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

26 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				sobre 04 rodízios; 02 gavetas de 12 cm de altura; 02 gavetas de 06 cm de altura; material: mdf; dimensões máximas: 85 x 55 x 50 cm(a x l x p). apresentar catalogo do produto	
36	JEFERSON DUWE ME/EPP	05	Unid.	SELADORA ODONTOLÓGICA TERMO ELETRÔNICA – CÓDIGO 12846 especificações: vtagem: 110/220 volts. características: selagem de envelopes próprios para esterilização(filme plástico/papel); espessura de selagem: 9 mm; possui sistema integrado de corte e suporte para rolos; área de selagem: 25 a 30 cm.; circuito eletrônico com controle de temperatura. chassi metálico de aço com tratamento anticorrosivo e pintura epóxi eletrostática conferindo segurança, qualidade e durabilidade ao produto. <u>acionamento por meio de alavanca com trava;</u> sistema microcontrolado para maior precisão no tempo de selagem; sistema de avisos com led's indicativos e bips sonoros, no teclado de membrana; resistência ptc blindada com controle automático de temperatura; desligamento automático em caso de inatividade por 60 minutos; 2 anos de garantia.	530,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>acionamento e controle de temperatura por potenciômetro. temperaturas de 35° a 230°.</p> <p>voltagem: 220v frequência: 50hz / 60hz - 60w temperatura: 35° a 230° celsius</p> <p>cor do corpo: branco</p> <p>resistências: cobertas com aço inox dimensões: 360 x 120 x 650 cm</p> <p>apresentar certificado de boas práticas de fabricação pela anvisa, ficha técnica e catalogo do produto</p>	
37	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	03	Unid.	<p>AMALGAMADOR – CÓDIGO 14197</p> <p>especificações: amalgamador do tipo batedor de capsula- painel digital com mostrador de tempo,tempo de preparo na faixa máxima de 0 a 30 seg., frequência de movimento mínima de 4000 oscilações por minuto, forma do movimento elíptica, interrupção do movimento na abertura da tampa de proteção, acabamento liso e arredondado, alimentação 220v 60hz selecionável, possibilidade de uso de cápsulas de tamanhos e fabricantes diferentes (universal), garantia mínima de 12 meses.</p> <p>apresentar ficha técnica e catalogo do produto</p>	470,00
38	MULTIHOSP LTDA ME/EPP	03	Unid.	<p>BANDEJA ODONTOLÓGICA– CÓDIGO 29777</p> <p>para acoplar no braço do equipamento, que suporte até 10 kg de peso, cor branca e superfície útil 30cmx24cm;</p>	494,00
39	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	03	Unid.	<p>KIT ACADÊMICO – CÓDIGO 32529</p>	1.340,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

28 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>composto por:</p> <p>turbina fabricada em latão niquelado e cromado com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. recartilha desenvolvida com base em sistema digital que facilita os movimentos e garante a segurança no uso sem provocar cansaço nas mãos e pulsos. spray triplo que garante a refrigeração da área de tratamento mesmo nas situações mais difíceis. capa longa que facilita o acesso aos dentes posteriores. componentes internos projetados para resistir os ciclos de esterilização sem comprometer a qualidade e consequentemente o rendimento do instrumento. encaixe universal do tipo borden de dois furos. com rolamentos de cerâmica de alta precisão, rotor balanceado. totalmente esterilizável em autoclave até 135° c, por mais de 1.000 ciclos, desde que observados sua instrução de lubrificação e manutenção. rotação máxima de 380.000 rpm. a troca destes dispositivos é feita com o aperto do dedo polegar sobre a tampa da turbina. identificação do instrumento gravado a laser.</p> <p>micro motor fabricado em alumínio niquelado e cromado e latão niquelado e cromado, com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. spray interno propicia conforto ao profissional durante o trabalho haja vista a ausência de mangueiras</p>	
--	--	--	--	--	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

29 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>externamente ao corpo do instrumento. encaixe universal borden de dois furos garante fácil acoplamento em qualquer marca de equipamento. anel regulador de rotações e sentido de giro disposto no corpo do motor permite fácil regulagem durante uso. rotação de 5.000 a 20.000 rpm com torque excepcional mantendo os mais baixos índices de ruído e ausência de vibração. sistema de encaixe rápido intramatic permite a troca facilitada de instrumentos rotativos. componentes internos e materiais aplicados permitem a esterilização em autoclave à 135° c por no mínimo 1.000 ciclos sem perda de desempenho.</p> <p>contra ângulo fabricado em alumínio niquelado e cromado e latão niquelado e cromado, com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. recartilha desenvolvida com base em sistema digital facilita os movimentos e garante a segurança no uso sem provocar cansaço na mão e pulso. spray único garante a refrigeração da área de tratamento mesmo nas situações mais difíceis. componentes projetados para resistir por no mínimo 1.000 ciclos de esterilização sem comprometer a qualidade e consequentemente o rendimento dos instrumentos. sistema de troca brocas prático fecho posicionado na cabeça do instrumento. adaptador de brocas do tipo “fg” permite a utilização de brocas de alta rotação. encaixe universal intra permite a troca rápida e segura de instrumentos. máximo desempenho de trabalho a</p>	
--	--	--	--	--	--

Pregão Presencial 53/2019-FMS

30 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>25.000 rpm com torque excepcional mantendo os mais baixos índices de ruído e ausência de vibração. transmissão de 1:1, passível de uso com brocas do tipo “ar” e “fg”, com spray externo. identificação do instrumento gravado a laser.</p> <p>peça reta fabricado em alumínio niquelado e cromado e latão niquelado e cromado, com tratamento de superfície e resistente a altas temperaturas em autoclave e materiais para desinfecção o que garante prolongada utilização com máximo desempenho. recartilha desenvolvida com base em sistema digital facilita os movimentos e garante a segurança no uso sem provocar cansaço na mão e pulso. spray único garante a refrigeração da área de tratamento mesmo nas situações mais difíceis. componentes projetados para resistir por no mínimo 1.000 ciclos de esterilização sem comprometer a qualidade e consequentemente o rendimento dos instrumentos. sistema de troca brocas por fecho através de anel no corpo do instrumento. encaixe universal intra. máximo desempenho de trabalho a 25.000 rpm com torque excepcional mantendo os mais baixos índices de ruído e ausência de vibração. transmissão 1:1, com spray externo. identificação do instrumento gravado a laser.</p>	
40	BH DENTAL EIRELI ME/EPP	02	Unid.	<p>CONTRA ÂNGULO ENDODÔNTICO 4:1 – CADASTRO - 12833</p> <p>baixa rotação</p> <p>indicado para o preparo dos canais radiculares.</p>	1.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				<p>sua cabeça foi desenvolvida para realizar a fixação de limas manuais.</p> <p>características</p> <p>sistema push button para limas do tipo manual (diâmetro da haste da lima entre 3,6mm e 4,0mm);</p> <p>acionamento oscilatório de 90 graus;</p> <p>sistema de transmissão: redução 4:1;</p> <p>acoplamento intra: atende à norma iso 3964;</p> <p>utilizado em micromotores elétricos e pneumáticos;</p> <p>autoclavável a 135° c.</p>	
41	JEFERSON DUWE ME/EPP	15	Unid.	<p>PONTAS DE ULTRASSOM – CÓDIGO 102237-1</p> <p>ponteira para ultrassom confeccionada e usinada em aço inox, protegida contra oxidação, com dureza que proporcione um trabalho em alta frequência, com canal interno para refrigeração na parte ativa do tip. modelo ponteira ultrassom t1s compatível com equipo schuster</p>	70,00
42	ALTERMED LTDA	15	Unid.	<p>PONTAS DE ULTRASSOM – CÓDIGO 102237-2</p> <p>ponteira para ultrassom confeccionada e usinada em aço inox, protegida contra oxidação, com dureza que proporcione um trabalho em alta frequência, com canal interno para refrigeração na parte ativa do tip. modelo ponta scaler jet supra gengival compatível com equipamento da marca kondortech</p>	120,96
43	DESERTO	15	Unid.	<p>PONTAS DE ULTRASSOM – CÓDIGO 102237-3</p> <p>ponteira para ultrassom confeccionada e usinada em aço inox, protegida contra oxidação, com dureza que proporcione um trabalho em alta frequência, com</p>	XXX



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				canal interno para refrigeração na parte ativa do tip. modelo tipo g 1 universal, compatível com aparelho de ultrassom jet sonic gnatus.	
44	DESERTO	15	Unid.	pontas de ultrassom - código 102237-4 ponteira para ultrassom confeccionada e usinada em aço inox, protegida contra oxidação, com dureza que proporcione um trabalho em alta frequência, com canal interno para refrigeração na parte ativa do tip. modelo ponteira ultrassom inserto g1 compatível com aparelho da marca ortus/bioscaler	XXX
45	FRUSTRADO	10	Unid.	aspirador cirúrgico sugador de sangue e saliva – código 19804 uso clínico, odontológico e cirúrgico. fácil limpeza e higienização; portátil, silencioso, econômico e de fácil manuseio; sem necessidade de manutenção e lubrificantes; capacidade do recipiente aprox.: 1,5 litros; voltagem: 110/220v; tensão de operação: 110/220 (vca); frequência: 60hz; consumo: 70w; sistema: diafragma; vácuo: de 0 a 23” hg (regulável); válvula automática de nível; dimensões aprox: c = 35,0cm; l = 17,0cm; a = 22,0cm; peso total aprox: 2,6kg. manual de instruções em português. garantia de no mínimo 12 meses.	XXX
46	M.K.R. EIRELI ME/EPP	10	Unid.	balança antropométrica digital obeso - código 97700 tipo eletrônica (digital), escala antropométrica de 95 a 200cm; visor digital c/ 6 dígitos de led ou led; com capacidade para até 300kg ; plataforma com medidas mínimas de 40 x 40cm; voltagem bivolt; para pesar e medir pessoas adultas e obesas.	1.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				com função tara; cor branca. homologada pelo inmetro e aferidas pelo ipem. garantia de no mínimo 12 meses.	
47	FRUSTRADO	10	Unid.	balança pediátrica c/ concha - código 17139 balança digital infantil com capacidade mínima de 15kg; concha anatômica em polipropileno (material anti-germes), acolchoado; para acomodar o bebê; alimentação 110/200v bivolt; função tara; divisões de 5g; dígitos de led ou lcd; dimensões mínimas da concha 54 x 29 x 7,6cm, cor branca, peso total máximo da balança 6,6 kg. homologada pelo inmetro e aferidas pelo ipem. garantia de no mínimo 12 meses.	XXX
48	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	10	Unid.	biombo de três faces c/ rodízios - código 12121 estrutura em aço com tubo de 5/8 c/ aproximadamente 20mm diâmetro, pintura branca eletrostática; composto 3 painéis com rodízios giratórios; medidas mínimas 1,75m altura total, (mínimo de 1,40m altura do tecido) x 0,52m largura para cada parte. tecido em lona plástica (pvc), lavável na cor branca com faces dobráveis, facilitando a armazenagem e a montagem sem a necessidade de uso de ferramentas.	345,65
49	MULLER EIRELI ME/EPP	04	Unid.	kit laringoscópio adulto - código 22186 laringoscópio adulto, cabo em aço inox recartilhado c/ compartimento p/ 02 pilhas médias com tampa de rosca em aço inox; com encaixe para laminas no padrão internacional; com 2 laminas curvas nº 3 e 4 (peça única em aço inox,	350,00

Pregão Presencial 53/2019-FMS

34 -




ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				extremidade redonda, sem pontos de soldas; esterilizáveis e autoclaváveis); com lampada especial de alta luminosidade, de luz fria; com pino de aço, substituível; acondicionado em estojo ou bolsa de courvin, fechada com zíper; garantia de 12 meses, manual de instruções em português.	
50	ALTERMED LTDA	04	Unid.	kit laringoscópio infantil - código 22187 laringoscópio infantil, cabo em aço inox recartilhado c/ compartimento p/ 02 pilhas médias ou pequenas (aa) com tampa de rosca em aço inox; com encaixe para laminas no padrão internacional; com 1 lamina reta nº 0 , 1 lamina curva nº 01 e 01 lamina curva nº 02 (peça única em aço inox, extremidade redonda, sem pontos de soldas; esterilizáveis e autoclaváveis); com lampada especial de alta luminosidade, de luz fria; com pino de aço, substituível; acondicionado em estojo ou bolsa de courvin, fechada com zíper; garantia de 12 meses, manual de instruções em português.	352,19
51	MULTIHOSP LTDA ME/EPP	10	Unid.	Mesa auxiliar inox – código 23785 mesa auxiliar em inox c/ varanda. tampo e prateleira em aço inox 20. pés em tubo redondo de 1" x 1.25mm, com 4 rodinhas. medidas de 40 x 40 x 80cm altura. extremidades sem arestas cortantes. garantia de no mínimo 12 meses.	286,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

					
52	OLIMEDIC LTDA ME/EPP	10	Unid.	suporte para soro com rodinhas móveis - código 26628 base: confeccionada em alumínio fundido (com pintura eletrostática na cor branca) ou inox, com rodinhas.	141,25
53	ODONTO BLU LTDA ME/EPP	02	Unid.	aparelho de rx periapical móvel com rodízios - cadastro - 12829 especificações: aparelho de raio x para radiografia periapical e interproximal, com as seguintes características: - tipo coluna móvel; com rodízios e braços articulados e balanceados; - rodízios com travas em pelo menos duas rodas diagonais; - painel com display digital, que permita a seleção do tempo de exposição; garantindo radiografias uniformes com boa qualidade; - tensão no tubo de 70 kvp; corrente no tubo entre 7ma e 9ma; área focal de 60 mm, ponto focal de 0,8 x 0,8; ampola com gerador imerso em óleo; - cabeçote com câmera de expansão; dispositivo de segurança de proteção térmica interna do cabeçote; cabeçote com blindagem em chumbo - chave liga/desliga; timer digital; bip sonoro conjugado a emissão de	3.800,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

				raio x; tempo de exposição que atenda à faixa entre 0,2 a 2,5 seg; disparador à distância, com cabo espiralado com comprimento mínimo de 5 metros; - cone limitador do campo de radiação; - sistema de segurança que impeça o disparo em caso de sub e sobretensão; alimentação monofásica 110v/220v - 60hz; - manual de uso em português. garantia mínima de 12 meses a contar da data de instalação; produto com registro no ministério da saúde/anvisa e certificado de conformidade com as normas nbr ice/inmetro ou equivalente do país de origem do equipamento desde que reconhecida pelo inmetro (ice, ce, etc.). - obs: o equipamento deverá ser entregue e instalado pelo fornecedor.	
--	--	--	--	---	--

Os valores iniciais das propostas apresentadas encontram-se no Anexo I da Ata de abertura – Mapa comparativo de preços. A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02 - Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela **INABILITAÇÃO da empresa VENA VITA CONSULTORIA COMERCIAL EIRELI por não apresentar a comprovação de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, item 5.2.6 do Edital** e concluindo-se pela **HABILITAÇÃO** das demais empresas vencedoras, visto terem apresentado suas documentações de acordo com as exigências do edital. Com a Inabilitação da empresa citada, o item 47 restou Frustrado, conforme mapa de preços anexo a esta. **NÃO foram adjudicados os itens as empresas vencedoras,** pelo fato das manifestações de Intenção de Recurso.

Prosseguindo foi registrado as Manifestações de Intenção de Registro, sendo: Sra. Jéssika Myllena Schafausser, representante da empresa M.K.R. COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI, alegando não concordar com a sua desclassificação no item 15, visto que no seu entendimento o item atende as exigências do Edital e Lei 8.666/93; Sr. Jefferson Duwe, representante da empresa JEFFERSON DUWE, alegando não concordar com a classificação dos itens 24 e 25 da empresa BH DENTAL, visto que no seu entendimento o catálogo apresentado na proposta diverge das informações no próprio site da empresa; Sr. José Alves de Oliveira, representante da empresa VS COSTA, alegando não concordar com a classificação do item 53 da empresa Odontoblu, visto que no seu entendimento, a mesma não atende o Edital, pelo fato do Catálogo apresentado na sua proposta não aparece o Fabricante do produto e também o modelo do mesmo, caracterizando uma montagem do catálogo. Posto isto, a Pregoeira abre prazo de 03(três) dias consecutivos a contar desta data para que as empresas apresentem seus Recursos, devendo ser protocolado no Setor de Protocolo desta Prefeitura Municipal, finalizando no dia 11/11/2019 as 16:00 horas, devendo atender ao horário de

Pregão Presencial 53/2019-FMS

37 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

funcionamento do Setor de Protocolo. As demais empresas ficam cientes que poderão apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias consecutivos a contar do término do prazo das empresas manifestantes da Intenção de Recurso. Após finalização desta fase, a decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal para a devida Adjudicação e Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 07 de setembro de 2019.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Correa de Almeida	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Lucimara Gabardo Tarashucky	
Silvia Regina Bonatto Curty	
Priscila Steffani	
Cleiton André Wagner	Retirou-se antes do término da sessão
Gasparino A. Martinazzo	
Roberto Tobias	
Gasparino A. Martinazzo	
Arlei Glaucio Dias	
Jefferson Duwe	
Jéssika Myllena Schafausser	
Gerson Postai	Retirou-se antes do término da sessão
Daniel Desidério	
Anderson Luis Marques	Retirou-se antes do término da sessão
Luciano Alexandre Wandall	
Edson Cesar Nazário	
Cesar Moraes Dinardi	Retirou-se antes do término da sessão
José Alves de Oliveira	

DECRETO Nº 13.321/2019

Publicação Nº 2219258

D E C R E T O Nº 13.321/2019

Altera Dispositivos do Decreto Municipal Nº 13.183/2019, de 17 de Setembro de 2019, que Aprova o Loteamento Residencial LUISA I.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos das Leis Federal Nº 6.766/1979, de 19/12/1979; Estadual Nº 17.492/2018, de 22/01/2018; e Municipal Nº 1.767/1993, de 09/12/1993; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 407/2019/Semplu, de 04 de novembro de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º O artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.183/2019, de 17/09/2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.1º Fica aprovado o Loteamento Residencial LUISA I, com área de 148.925,64m2, parte da MI Nº 72.049, com área total de 406.968,15m2, de propriedade de CAMAM ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA., situado no final das Ruas 473 - José Picolli, 785 - Eugenio Picolli, 776 - João Miguel da Silva, 1490 - João de Souza Almeida, 1491 - João Mathias Verbinenn, bairros Estrada Nova e Chico de Paulo, área urbana, conforme plantas e documentação anexas ao Processo PMJS Nº 3911/2019.”

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 05 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.322/2019

Publicação Nº 2220593

D E C R E T O Nº 13.322/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 223.000,00 (Duzentos e vinte e três mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação (Semash); e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

10.003 - HABITAÇÃO

10.003.28.845.0.0501 - Transferência de Recursos Financeiros ao Estado

Referente ao Trabalho dos Apenados na Habitação

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.003.268 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 20.000,00

10.003.8.244.850.2807 - Gestão de Benefício Eventual

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

10.003.628 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.003 - ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

15.003.10.302.753.2704 - Fornecer Serviços de Terapia Renal Substitutiva (Nefrologia)

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.003.50 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

15.004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

15.004.10.305.752.2668 - Manutenção do Programa de Vigilância em Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.004.63 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 223.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do “Excesso de Arrecadação” do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais); e do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados aos Próprios/Taxa de Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.323/2019

Publicação Nº 2220594

D E C R E T O Nº 13.323/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, Mediante Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 8.880,92 (Oito mil, oitocentos e oitenta reais e noventa e dois centavos), para readequação orçamentária das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.122.0300.4.102 - Manutenção Patrimonial - Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.496 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.407,77

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.122.0300.4.000 - Manutenção das Atividades Administrativas

- Desporto e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.004.531 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.473,15

TOTAL R\$ 8.880,92

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias das ações abaixo discriminadas, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.122.0300.4.102 - Manutenção Patrimonial - Cultura

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.001.497 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 7.407,77

39.004 - ESPORTE E LAZER

39.004.27.122.0300.4.000 - Manutenção das Atividades Administrativas

- Desporto e Lazer

4.4.00 - INVESTIMENTOS

39.004.532 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 1.473,15

TOTAL R\$ 8.880,92

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.324/2019

Publicação Nº 2220595

D E C R E T O Nº 13.324/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 81.025,00 (Oitenta e um mil, vinte e cinco reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal da Administração (Semad); e da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Secel), a saber:

05 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

05.001.04.131.0300.2.051 - Publicações Legais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

05.001.48 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.122.0300.4.100 - Manutenção das Atividades Administrativas

- Cultura

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.001.494 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 8.223,87
39.004 - ESPORTE E LAZER
39.004.27.122.0300.4.000 - Manutenção das Atividades Administrativas
- Desporto e Lazer
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.004.531 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.801,13
TOTAL R\$ 81.025,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais); e do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados arrecadados pela Fundação Cultural, no valor de R\$ 8.223,87 (Oito mil, duzentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos); e proveniente de recursos vinculados arrecadados pela Fundação Municipal de Esportes, no valor de R\$ 22.801,13 (Vinte e dois mil, oitocentos e um reais e treze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.325/2019

Publicação Nº 2220596

D E C R E T O Nº 13.325/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Gabinete do Prefeito (Gabpref), a saber:

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.001 - GABINETE DO PREFEITO

02.001.4.131.300.2021 - Publicação Legal, Educativa, Informativa e de Orientação Social - Gabinete

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

02.001.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos ordinários, no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.326/2019

Publicação Nº 2220597

D E C R E T O Nº 13.326/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 224/2019, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e serviços complementares na Rua 908 - Edmundo Koch, trecho 2 (iniciando junto a BR 280 até o encontro com a Rua Alwin Koch), no bairro Nereu Ramos, com extensão total de 341,55m (trezentos e quarenta e um vírgula cinquenta e cinco metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.327/2019

Publicação Nº 2220598

D E C R E T O Nº 13.327/2019
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 224/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e serviços complementares na Rua 908 - Edmundo Koch, trecho 2 (iniciando junto a BR 280 até o encontro com a Rua Alwin Koch), no bairro Nereu Ramos, com extensão total de 341,55m (trezentos e quarenta e um vírgula cinquenta e cinco metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 224/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 224/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.328/2019

Publicação Nº 2220599

D E C R E T O Nº 13.328/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais REGINA JOHN, matrícula 8127; CAROLINA SCHIOCHET, matrícula 10709; e ALICE EFFTING, matrícula 10722, para comporem a Comissão que, sob a presidência da primeira, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 160/2019, tipo MENOR TÉCNICA, para contratação, sem qualquer ônus para o Município, de empresa especializada na implantação, gestão e operacionalização de solução completa responsável pelo controle eletrônico de margem consignável e cartões corporativos de crédito, fornecendo módulo informatizado para geração automática das reservas, averbações e manutenção de lançamentos para o sistema de folha de pagamento do Município, compreendendo implantação, migração de dados, suporte, treinamento e manutenção, conforme especificações constantes no Edital, pelo período de 01 (um) ano, em conformidade com os Anexos que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.329/2019

Publicação Nº 2220600

D E C R E T O Nº 13.329/2019
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 160/2019, que tem por objeto a contratação, sem qualquer ônus para o Município, de empresa especializada na implantação, gestão e operacionalização de solução completa responsável pelo controle eletrônico de margem consignável e cartões corporativos de crédito, fornecendo módulo informatizado para geração automática das reservas, averbações e manutenção de lançamentos para o sistema de folha de pagamento do Município, compreendendo implantação, migração de dados, suporte, treinamento e manutenção, conforme especificações constantes no Edital, pelo período de 01 (um) ano;

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal REGINA JOHN, matrícula 8127, Gerente de Administração de Pessoal, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 160/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designado o servidor público municipal ALESSANDRO BUOZI MARTINS, matrícula 81865, Diretor de Gestão de Pessoas, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 160/2019 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.330/2019

Publicação Nº 2220601

D E C R E T O Nº 13.330/2019
Designa Comissão Especial.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 1018/2019/Semsa, de 31/10/2019, da Secretaria Municipal de Saúde;

DECRETA :

Art.1º Ficam designadas as servidoras públicas municipais VIVIANE STOLF, matrícula 8220; CAMILA VIEIRA SENS FERNANDES, matrícula 10784; FERNANDA SANTOS, matrícula 11221; SIMONE SEMENTKOWSKI, matrícula 8967; e ROBERTA ROTERMUND BARATTO, matrícula 9108, para, sob a presidência da primeira, comporem COMISSÃO ESPECIAL de Editais de Chamada Pública para contratação de Consultas e Exames Especializados, Laboratórios de Análises Clínicas, Clínicas de Fisioterapia, Hemodiálises, entre outros serviços de saúde, na Secretaria Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogado o Decreto Municipal Nº 13.113/2019, de 21/08/2019.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.331/2019

Publicação Nº 2220602

D E C R E T O Nº 13.331/2019
Designa Fiscal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 185/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para reforma da cobertura em uma área de

638,20m² (seiscentos e trinta e oito vírgula vinte metros quadrados), na E.M.E.B. Antônio Estanislau Ayroso, localizada na Rua 502 - Bertha Weege, Nº 3046, no bairro Jaraguá 99;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 284/2019/Semplu/CPF, de 05/11/2019, da Chefia de Projetos Arquitetônicos e Fiscalizações;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 05/11/2019, a servidora pública municipal CAROLINA MISSFELDT, matrícula 113669, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 185/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Dalton Uhlendorf.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2019, revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.220/2019, de 30/09/2019.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.332/2019

Publicação Nº 2220603

D E C R E T O Nº 13.332/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.147/2019, de 06 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 357.347,42 (Trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.002 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA

25.002.17.122.300.4402 - Manutenção Patrimonial - Samae

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.002.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 103.673,71

25.003 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO

25.003.17.122.300.4402 - Manutenção Patrimonial - Samae

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.003.42 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 103.673,71

25.003.17.512.1400.4406 - Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.003.60 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 357.347,42

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.002 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA

25.002.17.512.1400.3400 - Implantação da ETA - Água Verde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

25.002.29 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 357.347,42

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.333/2019

Publicação Nº 2220604

D E C R E T O Nº 13.333/2019

Abre Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 8.148/2019, de 06 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito especial, no valor de R\$ 423,73 (Quatrocentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.687 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 423,73

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.517 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 423,73

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.334/2019

Publicação Nº 2220605

D E C R E T O Nº 13.334/2019

Autoriza Cessão de Uso Gratuita de Bem Público Municipal ao SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE), e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento na Lei Federal Nº 8.666/1993; no artigo 102, da Lei Orgânica Municipal; e no artigo 17, da Lei Municipal Nº 3.875/2005, de 13/07/2005, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.571/2007, de 27/02/2007, 5.869/2011, de 17/02/2011, e 7.385/2017, de 24/05/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 175/2019/ChefiaGabPref-DDA, de 23/10/2019, da Diretoria de Decisões Administrativas;

CONSIDERANDO o disposto no Processo PMJS Nº 7933/2019;

DECRETA :

Art.1º Fica autorizada cessão de uso gratuita de bem público, pelo Município de Jaraguá do Sul, contendo a área de 93,01m², parte do imóvel contendo a área total de 29.489,00m², com os demais dados identificativos na MI Nº 67.135, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 487, situada à Rua 7 - Walter Marquardt, no bairro Barra do Rio Molha, perímetro urbano, neste Município, integrante do patrimônio público municipal, ao Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), CNPJ/MF Nº 84.438.381/0001-85.

Art.2º A cessão de uso tem por finalidade disponibilizar ao SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE) um espaço destinado à instalação de sistema de reservação de água e sistema de bombeamento (ERAT), financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Programa do Ministério das Cidades, com o objetivo de adequar e ampliar o sistema de tratamento e distribuição de água tratada, em conformidade com a expansão populacional da região.

Art.3º A cessão de uso terá prazo indeterminado, contado da data de assinatura do Termo de Cessão de Uso, podendo ser revogado a qualquer tempo se o interesse público assim o exigir e, em caso de descumprimento das condições impostas ao SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE), mediante comunicação expressa, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art.4º O Termo de Cessão de Uso poderá ser alterado no interesse das partes, mediante Termo Aditivo, por mútuo acordo entre as partes, desde que a natureza do objeto não seja alterada.

§1º Independentemente de notificação ou interpelação judicial, finda a Cessão de Uso, o SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE) deverá restituir o bem público em perfeito estado de conservação, sem direito a qualquer indenização.

§2º O descumprimento do previsto no parágrafo anterior implica no dever de indenizar.

Art.5º O Termo de Cessão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou, ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante aviso prévio daquele que se desinteressar, com a antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, prazo durante o qual deverá ser restituído o bem público municipal, observado o disposto nas Cláusulas Sétima e Oitava do Termo.

Art.6º As construções ou benfeitorias que forem lançadas no bem público municipal incorporar-se-ão ao patrimônio do Município, tornando-se propriedade pública, sem direito à retenção ou indenização.

Art.7º A conservação, zelo e segurança do bem público constituem obrigação indeclinável e permanente do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SAMAE), respondendo civil e penalmente pelas perdas e danos que causar em decorrência da Cessão, sendo os dirigentes solidariamente responsáveis.

Art.8º Será firmado Termo de Cessão de Uso subsidiário a este Decreto.

Art.9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.335/2019

Publicação Nº 2220606

D E C R E T O Nº 13.335/2019

Designa Fiscal.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Tomada de Preços Nº 233/2019, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para construção de enrocamento no Ribeirão Francisco de Paula, nos fundos da E.M.E.B. Anna Towe Nagel, localizada na Rua Marcos Emílio Verbinem, Nº 320, no bairro Água Verde; CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 284/2019/Semplu/CPF, de 05/11/2019, da Chefia de Projetos Arquitetônicos e Fiscalizações;

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 05/11/2019, a servidora pública municipal CAROLINA MISSFELDT, matrícula 113669, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Tomada de Preços Nº 233/2019 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, em substituição a Dalton Uhlendorf.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/11/2019, revogado o artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 13.286/2019, de 22/10/2019.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 13.336/2019

Publicação Nº 2220607

D E C R E T O Nº 13.336/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 231.890,14 (Duzentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa reais e quatorze centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.1371 - Pavimentação Rua 711 - Exp. Ervino Raasch

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.187 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 78.464,65
09.001.15.452.450.1403 - Pavimentação Rua 847 - Emílio Butzke
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.200 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 83.888,75
09.001.15.452.450.1433 - Pavimentação Rua Dorval Marcatto
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.213 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 69.536,74
TOTAL R\$ 231.890,14

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 231.890,14 (Duzentos e trinta e um mil, oitocentos e noventa reais e quatorze centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.337/2019

Publicação Nº 2220608

D E C R E T O Nº 13.337/2019

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.128/2019, de 22/10/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 358.392,86 (Trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
09.001.15.452.450.1470 - Pavimentação Rua Domingos Vieira
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.693 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 58.947,51
09.001.15.452.450.1471 - Pavimentação Rua Irmã Keiser Nagel
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.694 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 13.779,73
09.001.15.452.450.1472 - Pavimentação Rua Domingos Micheluzzi
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.695 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 21.384,46
09.001.15.452.450.1473 - Pavimentação Rua Francisco Hempckmair
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.696 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 45.004,83
09.001.15.452.450.1474 - Pavimentação Rua Francisco Fodi
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.697 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 16.986,68
09.001.15.452.450.1334 - Pavimentação Rua 670 - Wolfgang Weege
4.4.00 - INVESTIMENTOS
09.001.698 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 202.289,65
TOTAL R\$ 358.392,86

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos ordinários, no valor de R\$ 358.392,86 (Trezentos e cinquenta e oito mil, trezentos e noventa e dois reais e oitenta e seis centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

DECRETO Nº 13.338/2019

Publicação Nº 2220609

D E C R E T O Nº 13.338/2019
Homologa Tombamento.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IX, do artigo 71, da Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul; e

CONSIDERANDO que compete ao Poder Público proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural;

CONSIDERANDO que os proprietários abaixo foram notificados e acataram o tombamento:

- Agathe Barg Guilow;

- Curt Rahn;

- Valdir Rahn;

- Vilmar Volkmann;

- Renato Kroeger;

CONSIDERANDO que a Resolução Nº 037/2019, do Conselho Municipal do Patrimônio Histórico, Cultural, Arqueológico, Artístico e Natural (Comphaan), confirmou seus valores culturais e históricos, indicando-os para tombamento municipal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 211/2019/Secel/SPHC, de 06/11/2019, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;

DECRETA :

Art.1º Ficam homologados os tombamentos das edificações:

I - uma casa em alvenaria autoportante com sótão, construída em 1925, com área de 249,00m², situada à Rua 1074 - Eurico Duwe, esquina com a Rua 863 - Georg Reinke, bairro Rio da Luz, pertencente a Agathe Barg Guilow (in memoriam) representada por sua herdeira, Gielead Siewerdt, cadastro na PMJS Nº 21.099, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul sob o Nº 30.488, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, em Nível de Preservação 2-A;

II - uma casa na técnica enxaimel, construída em 1912, com área de 128,00m², situada à Rua 1074 - Eurico Duwe, bairro Rio da Luz, pertencente a Curt Rahn (in memoriam) e Ilse Drews Rahn, representada por seus herdeiros, Alcir Rahn e Carla Cristina Reinke Rahn, cadastro na PMJS Nº 36.385, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul sob o Nº 1.032, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, em Nível de Preservação 1-A;

III - uma casa em alvenaria autoportante, construída em 1910, com área de 84,00m², situada à Rua 1074 - Eurico Duwe, Nº 890, bairro Rio da Luz, pertencente a Valdir Rahn, Íris Rahn, Ivone Rahn Müller e Herta Krueger Rahn, cadastro na PMJS Nº 37.339, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul sob o Nº 50.737, passando a integrar o Patrimônio Histórico e Cultural do Município, em Nível de Preservação 2-A;

Art.2º Competirá à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer de Jaraguá do Sul, ou outra que a suceder, promover o registro dos bens supracitados no competente Livro Tombo, observando-se o previsto no artigo 14, da Lei Municipal Nº 1.854/1994, de 29/06/1994, alterada pelas Leis Municipais Nºs 4.711/2007, de 11/07/2007, 5.082/2008, de 15/10/2008, e 6.815/2013, de 19/12/2013.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de março de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 276/2019 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2220589

ED I T A L
PREGÃO PRESENCIAL Nº 276/2019
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Tipo: Menor preço POR LOTE

OBJETO: Aquisição de UNIFORMES ESCOLARES (camiseta, calça bermuda, parca), destinados para os alunos da Rede Municipal de Ensino deste Município, conforme as especificações e condições estabelecidas nos Anexos do edital.

REGIMENTO: Lei Federal N.º 10.520/2002, de 17 de julho de 2002; Decreto Municipal N.º 4.698/2002, de 03 de outubro de 2002; Lei Municipal N.º 5.794/2010 de 19 de novembro de 2010 e LC 147/2014.

DATA, HORA e LOCAL PARA ENTREGA dos ENVELOPES: Até às 08:30 hs do dia 25 de novembro de 2019, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, sito a Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha.

O CREDENCIAMENTO, disputa de preços e abertura dos envelopes (Proposta e Habilitação): serão as 09:00 hs do dia 25 de novembro de 2019, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R\$ 2.544.391,75 (dois milhões quinhentos e quarenta e quatro mil trezentos e noventa e um reais e setenta e cinco centavos).

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital poderá ser obtida no endereço acima ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul (SC), 29 de outubro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 269/2019 – FUJAMA

Publicação Nº 2220590

EDITAL DE CREDENCIAMENTO n.º 269/2019 – Fujama

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Senhor Secretário Municipal da Administração e do Senhor Presidente da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993, de 21/06/1993, torna público a abertura do EDITAL DE CREDENCIAMENTO de Clínica (s) Veterinária (s) e/ou Hospital(ais) Veterinário (s) especializado (s) para realização de procedimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos, com sistema de plantão, em cães e gatos machos e fêmeas, de pequeno, médio e grande porte, de animais de rua ou vítima de maus tratos e abandono, no Município de Jaraguá do Sul, em conformidade com os anexos deste Edital e de acordo com as especificações e valores contidos no item 2.2, do presente Edital.

JUSTIFICATIVA: A proposta de criação da Política Pública de Proteção Animal tem por objetivo contribuir para a proteção da vida animal, em virtude dos inúmeros casos de agressão, maus-tratos e abandono nos quais são submetidos diariamente os animais domésticos.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do art. 25, caput da Lei nº 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA O CREDENCIAMENTO: a partir de 18 de novembro de 2019, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h, na Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente, na Diretoria Administrativa e Financeira, localizada na Rua João Januário Ayroso, nº 3329, Bairro Jaraguá Esquerdo.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente, pelo telefone (47) 3273-8008, de segunda a sexta-feira, no horário das 8h às 11h e das 14h às 16h ou pelo e-mail: id8192@jaraguadosul.sc.gov.br (A/C Sr. Cesar Humberto Rocha) (ANEXO II).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital e a TABELA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS para procedimentos clínicos, exames, internações e procedimentos cirúrgicos, poderão ser obtidos gratuitamente no site eletrônico: www.jaraguadosul.sc.gov.br/dowhloads.php?cat=12. Jaraguá do Sul (SC), 11 de outubro de 2019.

ARGOS JOSÉ BURGARDT NORMANDO ZITTA

Secretário de Administração Presidente da Fundação Jaraguaense de Meio Ambiente

EXTRATO DO CONTRATO 306/2019

Publicação Nº 2219613

EXTRATO DO CONTRATO 306/2019

Processo: Pregão 123/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Excel Soluções em Automação Ltda. ME; Objeto: Fornecimento de placas de montagem, painel de telemetria e painel de acionamento; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 32.955,00 (trinta e dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais). O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.3.426	Implantação de telemetria.	4.4.90. - Aplicações Diretas	33	Próprios
25.003.17.122.0300.4.402	Manutenção Patrimonial-Samae	3.3.90. - Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 29/10/2019; Prazo de Fornecimento: Até 30 dias após Autorização de Fornecimento; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Robson Artur Gieseler.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO Nº 540/2019

Publicação Nº 2219980

EXTRATO DO CONTRATO Nº 540/2019

DO PROCESSO – origem: Inexigibilidade nº 298/2019

DO FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Artigo 25, da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores.

DA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

DA CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS

CNPJ 05.023.026/0001-79– Rua: Geraldino Julio Vieira, 151 –São Luís, Jaraguá do Sul/SC.

DO OBJETO: Contratação de apresentação musical da Banda Sagarana, por meio do seu representante exclusivo, a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, no Evento Natalino, que acontecerá dia 30 de novembro de 2019, das 16 às 17 horas, no Complexo Esportivo “Arena Multiúso Jaraguá”, localizada na rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, neste Município. Evento cultural gratuito e aberto ao público. OBS: A banda se apresentará com instrumentos próprios

VALOR E PAGAMENTO: A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela apresentação musical. No valor estão incluídas despesas com alimentação, hospedagem, deslocamento e materiais, se houverem. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a realização das apresentações, com a finalização do evento, mediante apresentação da nota fiscal na SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER.

As despesas provenientes do objeto desta contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.3.00.0080 Rec.Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente contratação ocorrerá no dia 30 de novembro de 2019, em Jaraguá do Sul/SC.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA DATA DA ASSINATURA: 04/11/2019

DO FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

DOS SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Enéias Raasch

Natália Lucia Petry

Secretária de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO CONTRATO Nº 556/2019

Publicação Nº 2220587

EXTRATO DO CONTRATO Nº 556/2019

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 243/2019.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: LIND GUIMAR MACHADO – ME

DO OBJETO: Prestação de serviços de locação de tendas, stands, pavilhões e container depósito, com fornecimento de materiais e mão de obra, para realização da 31ª edição da Schutzenfest 2019, em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Minuta do Contrato, que são partes integrantes do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA, pelo objeto deste contrato, o preço proposto de R\$ 16.560,00 referente à mão de obra e R\$ 91.165,00 referente aos materiais, totalizando o valor do Contrato em R\$ 107.725,00 (cento e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais), em conformidade com o disposto no item 5.2 seguinte.

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após o encerramento da 31ª Schutzenfest, à devida aprovação da SECEL, bem como da Nota Fiscal e do respectivo Relatório de Medição devidamente aprovado pelo MUNICÍPIO, assim como pelo representante da CONTRATADA sob pena de aplicação das penalidades por descumprimento do contrato, e retenção do pagamento. Serão pagos somente os serviços efetivamente realizados, não sendo computados materiais em trânsito ou dispostos dos serviços sem a efetiva execução.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: A despesa do objeto deste contrato correrá por conta de recurso orçamentário do exercício de 2019, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.3.392.1.100.4.115	Realização da Festa do Atirador - Schutzenfest	3.3.90 – Aplicações Diretas	517	0.2.06.0536 – Próprios

DO PRAZO: O prazo para execução dos serviços é de 10 (dez) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte do recebimento da respectiva Ordem de Serviço. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry e Mario Balland Junior.

NATÁLIA LUCIA PETRY

Secretário Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 320/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2018

Publicação Nº 2220576

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 320/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 273/2018

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 241/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: G.J. WINTER TERRAPLENAGEM E DISK CAÇAMBAS EPP

OBJETO: Constitui objeto da presente ata o registro de preço para prestação de serviços de contratação de serviços de horas de caminhões, escavadeiras, retroescavadeiras, rolos compactadores e trator de esteira, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista/operador e combustível, destinados para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, segundo as conveniências da administração direta.

DA INCLUSÃO DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Com fundamento no Ofício nº 037/2019/SEMED/DAF, fica incluída as seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.001.12.122.0300.2106	Manutenção patrimonial - Secretaria da Educação	3.3.90 – Aplicações Diretas	90	0.1.01.0001
08.002.12.122.0300.2117	Manutenção patrimonial - Ensino Fundamental	3.3.90 – Aplicações Diretas	101	0.1.36.0066

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell, Luis Fernando Almeida, Daniel Peach, Emanuela Christian Wolff e Gilmar Júlio Winter.

ONÉSIMO JOSÉ SELL

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

LUIS FERNANDO ALMEIDA

Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

DANIEL PEACH

Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

EMANUELA CHRISTIAN WOLFF

Chefe de Gabinete

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 321/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2019

Publicação Nº 2220577

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 321/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 080/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2019.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: VIAÇÃO CANARINHO LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para a prestação de serviços de transportes em ônibus executivo/semi-leito, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada dos itens nº 01 e nº 03, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
------	-----------------	------------------	--------------	-------	-----------------------	-------------------------------

01	23.250	5.812,50	29.062,50	Km	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE PASSAGEIROS COM ÔNIBUS EXECUTIVO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA). Com banheiro, ar-condicionado, cinto de segurança, geladeira, TV, DVD, água e calefação, destinados a viagens intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Além dos requisitos solicitados o ônibus executivo deve obedecer às características que estabelece a ANTT. PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, PODERÁ SER REQUISITADO NO MÍNIMO 01 (UM) ÔNIBUS E ATÉ O LIMITE DE 05 (CINCO) ÔNIBUS POR DIA.	4,59
03	15.000	3.750	18.750	Km	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE PASSAGEIROS COM ÔNIBUS SEMI-LEITO PARA FRETAMENTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA). Com banheiro, ar-condicionado, cinto de segurança, veículo com disponibilidade de bagageiros amplos, som completo (CD/DVD), sistema de microfones, geladeira, TV, vídeo-DVD, poltronas reclináveis com apoio para pernas, destinados a viagens intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Além dos requisitos solicitados o ônibus semi-leito deve obedecer às características que estabelece a ANTT. PARA VIAGENS INTRAMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS PODERÁ SER REQUISITADO NO MÍNIMO 01(UM) ÔNIBUS POR DIA.	4,31

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2019 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.122.0300.4100	Manutenção das Atividades Adm.- Cultura	3.3.90 – Aplicações Diretas	494	0.1.00.0080
39.001.13.122.0300.4102	Manutenção Patrimonial – Cultura	3.3.90 – Aplicações Diretas	496	0.1.00.0080
39.001.13.392.1100.4103	Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais Feiras e Festas Culturais	3.3.90 – Aplicações Diretas	506	0.1.00.0080
39.001.13.392.1100.4103	Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais Feiras e Festas Culturais	3.3.90 – Aplicações Diretas	506	0.1.00.0561
39.004.27.122.0300.4000	Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	531	0.1.00.0080
39.004.27.122.0300.4001	Manutenção Patrimonial – Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	533	0.1.00.0080
39.004.27.122.0300.4001	Manutenção Patrimonial – Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	533	0.1.06.0557

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 25/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry, Alceu Gilmar Moretti e Diego Bogo

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Laser

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 441/2019 AO CONTRATO Nº 482/2018

Publicação Nº 2220579

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 441/2019 AO CONTRATO Nº 482/2018

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 029/2018.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: J. LOPES CONSTRUÇÕES LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia com fornecimento de material e mão de obra para reforma em uma área de 1.121,25 m2 e ampliação com área de 688,91 m2, na EMEB Ricieri Marcatto, localizada na Rua 853 Richard Viergutz no Bairro do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso I da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, fica prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias a contar de 07/10/2019 com término em 03/02/2020.

O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação e complementação da garantia de



5% (cinco por cento) do valor total do contrato, bem como a proporção dos valores acrescidos neste termo aditivo, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 03 de abril de 2020, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 3.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 3.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 11.917/2018, servidor público Engenheiro Dalton Uhlendorf, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 03/10/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Ivana Atanásio Dias e Jerson Lopes de Oliveira.

Ivana Atanásio Dias

Secretario Municipal de Educação

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 478/2019 AO CONTRATO Nº 228/2019

Publicação Nº 2220580

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 478/2019 AO CONTRATO Nº 228/2019

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 052/2019.

FUNDAMENTO: artigo 65 §1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária e recomposição de pavimento danificado (terraplanagem e pavimentação) nas Ruas 922 – Erminio Nicolini, Bairro Santa Luzia e 768 – Gabriel Oechsler, Bairro Ilha da Figueira, com extensão total de 600(Seiscentos metros), em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital..

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexos I e II) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 70.094,35 (setenta mil noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos), correspondentes a 8,77% (oito inteiros e setenta sete centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original. Em consequência, o valor total do contrato fica em R\$ 728.476,27 (setecentos e vinte e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados conforme segue:

O valor de R\$ 50.226,18 (cinquenta mil duzentos e vinte e seis reais e dezoito centavos) do Empenho nº 7899/2019.

O valor de R\$ 19.868,17 (dezenove mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezessete centavos) do Empenho nº 7897/2019. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 22/10/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Onésimo José Sell e Jaime Barbosa Soares Filho.

Onésimo José Sell

Secretario Municipal de Obras e Serviços Públicos

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 529/2019 AO CONTRATO Nº 438/2017

Publicação Nº 2220581

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 529/2019 AO CONTRATO Nº 438/2017

PROCESSO: TOMADA DE PREÇOS Nº 145/2017.

FUNDAMENTO: Artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

DO OBJETO: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de limpeza urbana, visando o atendimento das necessidades do município, conforme o quantitativo estimado e descrições das atividades a serem desenvolvidas, descritos no Anexo III, que fica fazendo parte deste instrumento, no que não conflitar com as disposições do Edital e do presente Contrato.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços pactuados no item 5.1 da cláusula quinto do Contrato original, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 492/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 175/2018, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 312/2019, fica prorrogado por mais 03 (três) meses compreendendo o período de 23/10/2019 com término em 22/01/2020. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 492/2018, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 175/2018, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 312/2019, permanece inalterado, valor mensal de R\$ 186.789,10 (cento e oitenta e seis

mil setecentos e oitenta e nove reais e dez centavos) por 31 (trinta e um) funcionários, totalizando o presente termo aditivo no valor de R\$ 560.367,30 (quinhentos e sessenta mil e trezentos e sessenta e sete reais e trinta centavos). Assegura-se o direito da contratada ao direito de repactuação de valores desde que devidamente comprovado.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2019 e 2020 (Mensagem nº 222/2019), a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.002.15.452.0410.2261	Manutenção da sinalização viária	3.3.90 – aplicações diretas	472	0.3.12.0071
33.002.15.452.0410.2261	Manutenção da sinalização viária	3.3.90 – aplicações diretas	Exercício 2020	0.3.12.0071

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi e Ronaldo Benkendorf

Eduardo Bertoldi

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 322/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2019

Publicação Nº 2220578

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 322/2019 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 081/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, FMS, FMAS

CONTRATADA: TRANSPORTES E TURISMO ITALY LTDA

OBJETO: Constitui objeto da presente ata, o registro de preço para a prestação de serviços de transportes em veículo de passeio, ônibus convencional/micro ônibus, em perfeito estado de conservação, manutenção e funcionamento, com motorista e combustível, para prestação de serviços ao município ao longo de 12(doze) meses, para viagens rodoviárias intramunicipais, intermunicipais e/ou interestaduais, destinados para uso da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações no ANEXO I do Edital, segundo as conveniências da administração direta.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido em 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade licitada dos itens nº 02 e nº 04, ficando da seguinte forma:

Item	Quant. licitada	Quant. acrescida	Quant. total	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
02	6.350	1.587,50	7.937,50	Km	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE PASSAGEIROS COM ÔNIBUS CONVENCIONAL PARA FRETAMENTO, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 43 (QUARENTA E TRÊS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA). Com cinto de segurança, com ou sem banheiro, por quilômetro rodado, com franquia de 90(noventa) quilômetros, para viagens dentro do município de Jaraguá do Sul para as atividades e eventos da Gerência de Esportes da Semcel. PARA VIAGENS INTRAMUNICIPAIS, PODERÁ SER REQUISITADO NO MÍNIMO 01(UM) ÔNIBUS E ATÉ O LIMITE DE 15(QUINZE) ÔNIBUS POR DIA.	7,00
04	12.100	3.025,00	15.125,00	Km	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESPECIAL DE PASSAGEIROS COM MICRO-ÔNIBUS, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA TRANSPORTAR 22 (VINTE E DOIS) PASSAGEIROS SENTADOS (INCLUINDO O MOTORISTA). Com ar-condicionado, cinto de segurança, água e calefação, destinados a viagens intramunicipais (com franquia de 90 (noventa) quilômetros), intermunicipais e interestaduais, por quilômetro rodado, para transporte especial de atletas até os locais de competição. Além dos requisitos solicitados o micro-ônibus deve obedecer às características que estabelece a ANTT. PODERÁ SER REQUISITADO NO MÍNIMO NO MÍNIMO 01 (UM) ATÉ O LIMITE DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS POR DIA.	5,36

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As dotações orçamentárias para as despesas do exercício de 2019 são as seguintes:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
39.001.13.122.0300.4100	Manutenção das Atividades Adm.- Cultura	3.3.90 – Aplicações Diretas	494	0.1.00.0080
39.001.13.122.0300.4102	Manutenção Patrimonial – Cultura	3.3.90 – Aplicações Diretas	496	0.1.00.0080
39.001.13.392.1100.4103	Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais Feiras e Festas Culturais	3.3.90 – Aplicações Diretas	506	0.1.00.0080
39.001.13.392.1100.4103	Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais Feiras e Festas Culturais	3.3.90 – Aplicações Diretas	506	0.1.00.0561

39.004.27.122.0300.4000	Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	531	0.1.00.0080
39.004.27.122.0300.4001	Manutenção Patrimonial – Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	533	0.1.00.0080
39.004.27.122.0300.4001	Manutenção Patrimonial – Desporto e Lazer	3.3.90 – Aplicações Diretas	533	0.1.06.0557

DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata original, não afetada pelo presente aditamento.

DATA DA ASSINATURA: 29/10/2019.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul

SIGNATÁRIOS: Natália Lucia Petry, Alceu Gilmar Moretti e Altevir Simplicio

Natália Lúcia Petry

Secretária Municipal de Cultura, Esporte e Lazer

Fundo Municipal De Saúde – Fms

ALCEU GILMAR MORETTI – Gestor do FMS

LEI Nº 8.147/2019

Publicação Nº 2220591

LEI Nº 8.147/2019

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 357.347,42 (Trezentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e dois centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.002 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA

25.002.17.122.300.4402 - Manutenção Patrimonial - Samae

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.002.20 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 103.673,71

25.003 - SAMAE - DIVISÃO ESGOTO

25.003.17.122.300.4402 - Manutenção Patrimonial - Samae

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.003.42 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 103.673,71

25.003.17.512.1400.4406 - Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

25.003.60 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 357.347,42

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), a saber:

25 - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

25.002 - SAMAE - DIVISÃO ÁGUA

25.002.17.512.1400.3400 - Implantação da ETA - Água Verde

4.4.00 - INVESTIMENTOS

25.002.29 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 357.347,42

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 8.148/2019

Publicação Nº 2220592

LEI Nº 8.148/2019

Autoriza a Abertura e Reforço de Crédito Especial no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial, mediante Decreto, no valor de R\$ 423,73 (Quatrocentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), para inclusão de dotação orçamentária no Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.687 3.3.30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal R\$ 423,73

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.001 - CULTURA

39.001.13.392.1100.4.115 - Realização da Festa do Atirador - Schützenfest

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.001.517 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 423,73

Art.3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, mediante Decreto, crédito adicional destinado ao reforço do crédito especial de que trata a presente Lei, com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018.

Art.4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 06 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Publicação Nº 2219345

NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, pessoa jurídica de direito público, com sede governamental na Rua Walter Marquardt n.º 1.111, bairro Barra do Rio Molha, nesta cidade de Jaraguá do Sul - SC, inscrito no CNPJ sob o n.º 83.102.459/0001-23, neste ato representado pelo seu Secretário Municipal da Administração, Sr. ARGOS JOSÉ BURGARDT,

NOTIFICA EXTRAJUDICIALMENTE

a empresa SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.537.945/0001-05, com sede na Expressa Paul Fritz Kuehnrich Nº 1541, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado do Santa Catarina, com fundamento nos artigos 86 e 87, e demais incisos, da Lei n.º 8.666/93, pelas razões que passa a expor:

A empresa contratada foi vencedora de itens no Pregão Presencial Nº 051/2018-FMS, para Registro de Preços, cujo objeto foi o fornecimento de MATERIAIS PARA ATENDIMENTO MÉDICO E AMBULATORIAL ao longo de 12 (doze) meses, destinados a manutenção das Unidades de Saúde Básica da Rede Municipal – Sistema Único de Saúde – SUS, segundo as conveniências da Administração Direta.

De acordo com o Edital do Pregão Presencial nº 051/2018-FMS e com a Ata de Registro de Preços nº 13/2019 e 74/2019 as entregas dos materiais deveriam ocorrer com prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, após recebimento da Autorização de Fornecimento, enviada via fax símile ou e-mail.

Em 26 de Setembro de 2019 foi emitida as Autorizações de Fornecimento Nº 2576/2019 e 2578/2019 e entregue a notificada na data de 27/09/19 via correio eletrônico, e-mail, para o fornecimento dos itens 02, 04, 09, 19, 29, 36, 41, 42, 43, 59, 120, 121, 126, 127 e 128.

Após contatos via correio eletrônico, e-mail, com a empresa através da Sra. Barbara solicitando a regularização das pendências fomos informados que a entrega dos itens 09, 41, 42 e 43 – Algodão Hidrófilo 500grs e Luvas de Procedimento em Látex Tam. PP, P, M e G, respectivamente, será realizado somente após retorno da Administração dos documentação protocolados em 04/10/19. Após orientarmos a Notificada referente ao direito que a empresa tem em solicitar o realinhamento de preço e que esse direito não exime o dever de entrega dos materiais solicitados ao Fundo Municipal de Saúde de Jaraguá do Sul dentro do prazo e caso o pedido seja deferido será pago a diferença retroativo a data de protocolo, a mesma reiterou que não irá regularizar a pendência, estando amparada pela lei e que está aguardando resposta do pedido de realinhamento e/ou cancelamento.

Diante de tais fatos, o Município de Jaraguá do Sul, através da Secretaria Municipal da Saúde, usando a prerrogativa dos artigos 87, inciso I da Lei n.º 8.666/93, bem como o Decreto Nº 11.184/2017 de 11/01/17, quanto à competência, REQUER QUE O PROBLEMA RELATADO SEJA SOLUCIONADO E QUE SEJAM ESCLARECIDOS OS MOTIVOS DA AUSÊNCIA DE PLENO ATENDIMENTO QUANDO DA ENTREGA, no prazo de

05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento desta notificação, considerando válido para todos os efeitos o encaminhamento via fac-símile, retorno de leitura via-email ou AR-simples via correio.

Decorrido o prazo, poderá ser instaurado processo administrativo e aplicadas as penalidades administrativas, que estão dispostas no artigo 87 da Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520 e na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço nº 13/2019 e 74/2019.

Jaraguá do Sul, 05 de Novembro de 2019.

REGINALDO PANSTEIN

Agente de Logística

SAULO DE OLIVEIRA MIRANDA

Diretor Administrativo e Financeiro

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretario Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 981/2019

Publicação Nº 2219250

PORTARIANº 981/2019

Substitui Conselheiras do Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e

CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 09/2019/GAC, de 25/10/2019, da Gerência de Atendimento ao Cidadão;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, como conselheira titular; em substituição à Ana Luisa Kruger; e ANA LUISA KRUGER, como conselheira suplente, em substituição à Carla Eduarda Scheuer Keiser, na qualidade de Representantes do Executivo Municipal, no Conselho Municipal de Juventude (CMJ).

Art.2º Em consequência, ficam parcialmente revogadas as Portarias Nº 921/2019, de 17/10/2019, e 941/2019, de 29/10/2019, no que se referem a designação de Carla Eduarda Scheuer Keiser e Ana Luisa Kruger.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 15/10/2021.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 05 de novembro de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 298/2019 SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

Publicação Nº 2219979

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 298/2019

Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

FUNDAMENTO LEGAL: Inciso III, Art. 25 da Lei n.º 8.666 e suas alterações anteriores, de 21 de junho de 1993

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS – CNPJ 05.023.026/0001-79

OBJETO: Contratação de apresentação musical da Banda Sagarana, por meio do seu representante exclusivo, a ASSOCIAÇÃO DE BANDAS DE JARAGUÁ DO SUL E REGIÃO – ABAJAS, no Evento Natalino, que acontecerá dia 30 de novembro de 2019, das 16 às 17 horas, no Complexo Esportivo “Arena Multiúso Jaraguá”, localizada na rua Gustavo Hagedorn, 636, Nova Brasília, neste Município. Evento cultural gratuito e aberto ao público. OBS: A banda se apresentará com instrumentos próprios.

VALOR: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) pela contratação.

PAGAMENTO: O pagamento será realizado em até 30(trinta) dias após a execução dos serviços solicitados e mediante apresentação da nota fiscal na Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da presente inexigibilidade ocorrerá no dia 30 de novembro de 2019.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do objeto deste processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019, como segue:

Classificação Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição Natureza Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
39.001.13.392.1.100.4.103	Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais	3.3.90 Aplicações Diretas	506	0.1.00.0080 Rec.Próprios

Jaraguá do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.



Antídio Aleixo Lunelli
Prefeito Municipal

Douglas Antônio Conceição
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

RESOLUÇÃO Nº 09/2019/CMHJS

Publicação Nº 2220583

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL – CMHJS
LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2015

RESOLUÇÃO Nº 09/2019/CMHJS

Dispõe sobre a Minuta de Lei referente ao Programa Moradia Econômica

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação - CMHJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.084/2015 e suas alterações, que dispõe sobre o Conselho e em conformidade com as deliberações da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 02 de outubro de 2019.

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei Municipal Nº 7.084/2015 “O Conselho tem por finalidade participar da formulação de Políticas Públicas de Habitação, no estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação, bem como gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), objetivando sua administração, seu controle e supervisão...” (Redação dada pela Lei nº 7.681/2018);

CONSIDERANDO o art. 3º da Lei Municipal Nº 7.084/2015, a saber: “Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul – CMHJS: [...] I – participar da elaboração e fiscalizar a implementação dos planos e programas da política habitacional de interesse social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades; II – acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos e o desempenho dos programas e projetos habitacionais”;

CONSIDERANDO o art. 27 da Lei Complementar nº 219/2018, a saber: “Considera-se, também, como de interesse social: I – as moradias econômicas” [...];

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da legislação referente ao Programa Moradia Econômica;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar na íntegra a Minuta de Lei referente ao Programa Moradia Econômica.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 02 de outubro de 2019.

Luís Fernando Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS)

RESOLUÇÃO Nº 10/2019/CMHJS

Publicação Nº 2220584

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL – CMHJS
LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2015

RESOLUÇÃO Nº 010/2019/CMHJS

Dispõe sobre a proposição de aporte financeiro dos recursos oriundos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS destinado ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul - CMHJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.084/2015 e suas alterações, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação e em conformidade com as deliberações da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 07 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO o Art. 2º da Lei Municipal Nº 7.084/2015, alterada pela Lei Municipal Nº 7.681/2018 “O Conselho tem por finalidade participar da formulação de Políticas Públicas de Habitação, no estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação, bem como gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), objetivando sua administração, seu controle e supervisão”;

CONSIDERANDO o Art. 3º da Lei Municipal Nº 7.084/2015 “Compete ao Conselho Municipal de Habitação: I - participar da elaboração e

fiscalizar a implementação dos planos e programas da política habitacional de interesse social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades, bem como promover a sua implementação e a sua atualização quando necessário; II – acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos, bem como o desempenho dos programas e projetos habitacionais;” [...]

CONSIDERANDO o Art. 3º A da Lei Municipal Nº 7.084/2015, acrescido pela Lei Municipal Nº 7.681/2018 “Ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), como gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS): I – estabelecer diretrizes e critérios para a priorização de linhas de ação, alocação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) e dos programas habitacionais, visando o atendimento dos beneficiários, observado o disposto nesta Lei, a Política Nacional de Habitação de Interesse Social, Plano local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) e o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social; II – acompanhar a aplicação dos recursos oriundos dos Governos Federal, Estadual e Municipal ou repassados por meio de convênios; III – fiscalizar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS); IV – aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS); V – gerir a aplicação dos recursos destinados à habitação de interesse social;” [...]

CONSIDERANDO a Resolução nº 007/2019/CMHJS que “Dispõe sobre o Plano de Ações e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS que estarão contidas na Lei Orçamentária Anual – LOA 2020 referente a Política Habitacional do município de Jaraguá do Sul”;

CONSIDERANDO o Ofício nº 192/2019/Semash-DH;

CONSIDERANDO o Art. 5º da Lei Municipal Nº 7.682/2018 “As aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) serão destinadas às ações vinculadas aos Programas de Habitação e Regularização Fundiária de Interesse Social que contemplem: [...] XV – outros programas, projetos, ações, intervenções e despesas de operacionalização que visem implementar ações na área de habitação de interesse social na forma deliberada pelo Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS), gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS);

CONSIDERANDO que as obras do Residencial Santa Luzia, construído com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida – Governo Federal, se encontram paralisadas há mais de 3 (três) anos;

CONSIDERANDO que o atraso da conclusão do empreendimento implica em maior desgaste e precarização da estrutura já construída, ocasionando assim, a necessidade de maior investimento de recursos públicos para a concretização das obras;

CONSIDERANDO que já foram concluídas em torno de 80% (oitenta por cento) das obras do empreendimento;

CONSIDERANDO as informações prestadas pela Caixa Econômica Federal de que a conclusão das obras do empreendimento demandam da liberação de recursos do FAR de aproximadamente R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais);

CONSIDERANDO a devolutiva do Ministério de Desenvolvimento Regional do Brasil, através da Secretaria Nacional de Habitação (SNH), de que não há qualquer vedação ao aporte de recursos pela municipalidade, a título de contrapartida, em prol da retomada e conclusão do empreendimento;

CONSIDERANDO manifestação da Caixa Econômica Federal de que não há óbice na proposição de aporte financeiro ao FAR;

CONSIDERANDO o interesse do Município na finalização das obras e entrega do Residencial Santa Luzia, constituído por 155 apartamentos, às famílias pré-selecionadas pela Diretoria de Habitação;

CONSIDERANDO que os grupos familiares selecionados, na sua grande maioria, são famílias em situação de vulnerabilidade, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, são famílias com pessoas idosas, pessoas com deficiência ou doenças crônicas, mulheres chefes de família e usuários dos serviços da Política de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR a proposição de aporte financeiro, como doação, no valor de R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta e mil reais) oriundo do recurso orçamentário 84 do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS destinado ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, com encargos de que o recurso seja destinado para conclusão das obras do Residencial Santa Luzia.

Art. 2º – Indicar o Sr. Luís Fernando Almeida, como Presidente do CMHJS, Ordenador de despesas do FMHIS e também Diretor de Habitação, para acompanhar e realizar os trâmites burocráticos, bem como, intermediar todos os atos que se entenderem necessários junto ao Executivo, ao Ministério do Desenvolvimento Regional do Brasil, à Caixa Econômica Federal e demais órgãos competentes para a efetivação da referida proposição.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

Luís Fernando Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS)

RESOLUÇÃO Nº 11/2019/CMHJS

Publicação Nº 2220585

	CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL – CMHJS LEI MUNICIPAL Nº 7.084/2015
--	--

RESOLUÇÃO Nº 011/2019/CMHJS

Dispõe sobre a Minuta de Lei referente a Instituição do Programa de Novação de Débitos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS, denominado “RECOMEÇAR”, e dá outras providências.

O Presidente do Conselho Municipal de Habitação - CMHJS, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 7.084/2015 e suas alterações, que dispõe sobre o Conselho e em conformidade com as deliberações da Sessão Plenária Extraordinária realizada no dia 07 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO o art. 2º da Lei Municipal Nº 7.084/2015 “O Conselho tem por finalidade participar da formulação de Políticas Públicas de Habitação, no estabelecimento, acompanhamento, controle e avaliação da Política Municipal de Habitação, bem como gerir o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), objetivando sua administração, seu controle e supervisão...” (Redação dada pela Lei nº 7.681/2018);

CONSIDERANDO o art. 3º da Lei Municipal Nº 7.084/2015, a saber: “Compete ao Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul – CMHJS: [...] I – participar da elaboração e fiscalizar a implementação dos planos e programas da política habitacional de interesse social, deliberando sobre suas diretrizes, estratégias e prioridades; II – acompanhar e avaliar a gestão econômica, social e financeira dos recursos e o desempenho dos programas e projetos habitacionais”;

CONSIDERANDO os dados do levantamento da situação financeira dos contratos habitacionais celebrados com o FMHIS, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por intermédio da Diretoria de Habitação, constante como anexo ao ofício nº 019/2019/Semash-DH, o qual evidencia elevado índice de inadimplência.

CONSIDERANDO que o Programa “RECOMEÇAR” tem por objetivo promover a repactuação dos débitos decorrentes do inadimplemento contratual pelos beneficiários, inclusive valores judicializados;

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar sem alterações a Minuta de Lei referente a Instituição do Programa de Novação de Débitos do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS), denominado “RECOMEÇAR”.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

Luis Fernando Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Jaraguá do Sul (CMHJS)

SAMAE - ATA Nº: 4419 - REF. LICITAÇÃO Nº: 118/2019

Publicação Nº 2219933

ATA Nº:	4419		
REF. LICITAÇÃO Nº:	118/2019		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	SERVIÇO DE DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ENTULHOS DA EDIFICAÇÃO ETA 03 DO SAMAE		
DATA DA SESSÃO:	07/11/2019	HORA DA SESSÃO:	08h

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 139/2019)

Fabiano Laube
Marly Wulf
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, para estender o prazo recursal concedido, conforme Ata 4408, até 08/11/2019. A prorrogação do prazo ocorreu em razão da ausência de confirmação de recebimento da Ata 4408 por parte de um dos participantes da licitação, a qual fora enviada via e-mail em 31/10/2019. Diante disso, em conformidade com o §1º do art. 109 da Lei 8666/93, Comissão de Licitação publicou, em 01/11/2019, a Ata 4408 na Imprensa Oficial do Município, cujo comprovante de publicação é parte desta Ata. Sendo assim, o prazo recursal a ser considerado é de 04/11/2019 a 08/11/2019. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

Comissão de Licitação: Enio Evandro Luchtenberg, Fabiano Laube e Marly Wulf.

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 146/2019

Publicação Nº 2219331

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 146/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PAINEL DE TELEMETRIA E CONVERSORES.

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 08/11/2019, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 21/11/2019 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: www.samaejs.com.brEsclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: compras@samaejs.com.br.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SAMAE - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL Nº 149/2019

Publicação Nº 2220582

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO EDITAL Nº 149/2019

O SAMAE de Jaraguá do Sul, através de seu Diretor, com fundamento no artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, tornam público a abertura do Edital de Chamamento Público nº 181/2018 com o objetivo de credenciar associações ou cooperativas de recicladores para o recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município.

FUNDAMENTO LEGAL: inexistência de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: a partir do dia 07 de novembro de 2019 até o dia 29 de novembro de 2019, Rua: Erwino Menegotti, 478, no horário das 8h às 12h e das 13h às 16h.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - Samae, telefone (47) 2106-9100.

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no endereço supracitado, ou no site www.samaejs.com.br.

Jaraguá do Sul, 07 de novembro de 2019.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

CONTRATO Nº 73/2019/FMS – TA 01 - ADITIVO DE PRAZO E VALOR

Publicação Nº 2219677

CONTRATO Nº 73/2019/FMS – TA 01

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Secretário, Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 223, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF nº 10.594.533/0001-00 doravante denominado CREDENCIANTE, e a empresa AZ CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.461.170/0001-47, estabelecida na Rua General Câmara, nº. 134, Bairro Bom Retiro, no Município de Joinville/SC, CEP 89222-450, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por MARVIN BETT, portador do documento de identidade nº 5.212.840 SESPDC/SC, inscrito no CPF/MF sob o nº. 063.518.989-51, residente e domiciliado na Rua Jorgelino Ribeiro Santo, nº. 245, casa 01, Bairro Santa Tereza, no Município de Joaçaba/SC, CEP 8960-000, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao Contrato nº 73/2019/FMS, firmado em 22 de julho de 2019, proveniente do Processo de Licitação nº. 12/2019/FMS – Edital TP nº. 02/2019/FMS, homologado em 18 de julho de 2019, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para adequações em imóvel para instalação do ESF Santa Terezinha, neste Município, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

Com vistas à melhor adequação do objeto da contratação, os quantitativos de alguns itens da planilha que serviu de base para o contrato original, em virtude dos acréscimos solicitados pela fiscalização da obra, passam a vigorar de acordo com o Orçamento de Reprogramação, em anexo.

Ainda, em face à solicitação de dilação do prazo de execução feita pela Contratada, a qual foi deferida pelos fiscais da obra, teve parecer favorável da Procuradoria do Fundo Municipal de Saúde e decisão favorável do Secretário de Saúde, o subitem 2.2. do Contrato original, passa a ter a seguinte redação:

2.2. A CONTRATADA deverá entregar a obra, completamente executada, em até 3 (três) meses e 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da Ordem de Serviço Inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, DO REAJUSTE E DA REVISÃO

Em virtude da adequação nos quantitativos descrita na cláusula primeira deste Termo, o valor global do contrato fica acrescido em R\$ 22.242,01 (vinte e dois mil duzentos e quarenta e dois reais e um centavo), correspondentes a 9,783% do valor inicialmente contratado.

Diante do acréscimo, o valor global contratado para a execução do objeto passa a totalizar R\$ 249.588,89 (duzentos e quarenta e nove mil quinhentos e oitenta e oito reais e oitenta e nove centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência do Contrato fica prorrogada em quinze dias, a partir de 07 de novembro de 2019, em conformidade com o disposto no art. 57, 1º, I e IV, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem de acordo, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em cinco vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba/SC, 05 de outubro de 2019
SECRETARIA / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
VALMOR JOÃO REISDORFER - SECRETÁRIO

AZ CONSTRUÇÕES LTDA
CONTRATADA
MARVIN BETT

Testemunhas: 1 _____ 2 _____



HOMOLOG PL 05/2019 FUNREBOM

Publicação Nº 2219757

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros – FUNREBOM

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2019/FUNREBOM – PP 04/2019

O Prefeito, DIOCLÉSIO RAGNINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 05/2019 – PP 04/2019/FUNREBOM, nos seguintes termos:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: a aquisição de veículo novo, tipo sedã, para o 11º Batalhão de Bombeiros Militar de Joaçaba, SC.

FISCAL: GUILHERME MARTINS DA SILVA 2º TENENTE

EMPRESA VENCEDORA:

AUTOPLUS VEICULOS LTDA

VALOR TOTAL R\$ 73.200,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 06 de novembro de 2019.

Dioclésio Ragnini

Prefeito

PORTARIA Nº 5.308

Publicação Nº 2219805

PORTARIA Nº 5.308 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ALEXANDRE DA SILVA AZEVEDO, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme deferido da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de junho de 2016 a 31 de maio de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 15 de outubro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 15 de outubro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.309

Publicação Nº 2219808

PORTARIA Nº 5.309 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“TRANSFERE SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DA OUTRA PROVIDÊNCIAS”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. ANGELO SANDRO DA CUNHA, Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme memorando nº 444/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.310

Publicação Nº 2219820

PORTARIA Nº 5.310 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LUCIANA CRISTINA BUSSACRO SOCCOL, Assistente Social, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 25 de agosto de 2018 a 24 de agosto de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 04 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.311

Publicação Nº 2219823

PORTARIA Nº 5.311 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA, Enfermeiro, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 20 de maio de 2018 a 19 de maio de 2019 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.312

Publicação Nº 2219825

PORTARIA Nº 5.312 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) SONIA REGINA MARESCH, Médico(a), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 638/2019 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 02 de julho de 2016 a 01 de julho de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.313

Publicação Nº 2219827

PORTARIA Nº 5.313 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JUSSARA DE OLIVEIRA ANDOLFATTO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1440/2019 de 19 de fevereiro de 2019, referente ao período de 22 de fevereiro de 2013 a 21 de fevereiro de 2014 (12 dias) e de 22 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias), por um período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 04 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.
DIOCLÉSIO RAGNINI
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.314

Publicação Nº 2219829

PORTARIA Nº 5.314 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARA HELAINE DAMASIO, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 2216/2019 de 28 de março de 2019, referente ao período de 22 de fevereiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (10 dias), por um período de 10 (dez) dias, a partir de 04 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.315

Publicação Nº 2219833

PORTARIA Nº 5.315 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) DEBORA MARIA CRESTANI TONET, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 1264/2019 de 13 de fevereiro de 2019, referente ao período de 25 de fevereiro de 2002 a 31 de dezembro de 2003 (22 dias), por um período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 04 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.316

Publicação Nº 2219835

PORTARIA Nº 5.316 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LIANE ORSATO PEROSA, Professor Nível II (Pós Graduação), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme pedido protocolado sob o nº 3099/2019 de 08 de maio de 2019, referente ao período de 02 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (08 dias), por um período de 08 (oito) dias, a partir de 05 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.317

Publicação Nº 2219840

PORTARIA Nº 5.317 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) OUMAR CASSOL, Professor (Licenciatura) Lei 283/2014, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme deferido da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 13 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (08 dias), por um período de 08 (oito) dias, a partir de 06 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 06 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.318

Publicação Nº 2219841

PORTARIA Nº 5.318 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) LEONARDO ANTONELO, Professor Nível III (Mestrado), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme deferido da Secretaria Municipal de Educação, referente ao período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 11 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 11 de novembro de 2019, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 01 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.319

Publicação Nº 2219843

PORTARIA Nº 5.319 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
"CONCEDE PROGRESSÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Complementar nº 76/2003 e pelo art. 52 da Lei Complementar nº 210/2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL a(o) Servidor(a) Sr.(a). NADIA SOARES PAZINI, Professor Nível I (Licenciatura), em função da titulação de Pós Graduação, conforme pedido protocolado através do processo n.º 5478/2019 de 11 de setembro de 2019, ficando enquadrado em função da nova titulação como Professor Nível II (Pós Graduação) A – I.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 05 de novembro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 04 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 5.320

Publicação Nº 2219845

PORTARIA Nº 5.320 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) JOAO RIBEIRO DA COSTA, Eletricista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando nº 768/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 12 de novembro de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 12 de novembro de 2019, obedecido ao

disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 04 de novembro de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2019

Publicação Nº 2219762

RESULTADO CHAMADA PÚBLICA Nº 11/2019

CLASSIFICAÇÃO FINAL:

Português			
Classificação	Nome	Pontuação	Situação
1º	Renato de Souza	9,5	Habilitado

Joaçaba/SC, 07 de novembro de 2019.

ANA BEATRIZ BRANCHER

Secretária de Educação

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO OUTUBRO 2019

Publicação Nº 2219773

Página: 1 / 1
 Data de emissão: 06/11/2019
 Exercício de 2019
 Período de: Outubro à Outubro
 Despesa: Empenhada

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
 Balanço Financeiro - Anexo 13
 ENTIDADE(S): CÂMARA MUNICIPAL DE JOAÇABA



INGRESSOS		Exercício Atual	DISPÊNDIOS		Exercício Atual
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA			0,00 DESPESA ORÇAMENTÁRIA		167.080,81
Ordinária			Ordinária		167.080,81
			Recursos Ordinários		167.080,81
Vinculada			Vinculada		0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		0,00
TRANSF. FINANCEIRA RECEBIDA - PREFEITURA		393.852,00			
		393.852,00			
EXTRAORÇAMENTÁRIAS			EXTRAORÇAMENTÁRIAS		35.909,92
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		-38.727,03	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		6.128,65	Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		40.859,43	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		35.909,92
RENDIMENTO APLIC. FINANCEIRA		6.578,04			
CONVÊNIO SUPERMERCADO		1.182,73	CONVÊNIO SUPERMERCADO		1.089,97
INST. PREV. - IMPRES		6.007,25	INST. PREV. - IMPRES		5.969,40
PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PUB. JBA - PLASS		2.620,24	PLANO SAÚDE ASS. SOC. SERV. PUB. JBA - PLASS		3.978,23
RETENÇÃO P/IRRF		12.944,50	RETENÇÃO P/IRRF		12.440,67
SESI		443,05	SESI		1.010,90
INSS		7.597,58	INSS		7.934,71
ISS		315,23	ISS		315,23
EMPRESTIMO BANRISUL		2.770,81	EMPRESTIMO BANRISUL		2.770,81
DEVOLUÇÃO SALARIAL SUBSIDIO PRESIDENTE		400,00	DEVOLUÇÃO SALARIAL SUBSIDIO PRESIDENTE		400,00
SALDOS ANTERIORES		1.823.461,83	SALDOS ATUAIS		2.022.584,15
CAIXA		0,00	CAIXA		0,00
CONTAS CORRENTES		530.565,05	CONTAS CORRENTES		543.109,33
APLICAÇÕES		1.292.896,78	APLICAÇÕES		1.479.474,82
TOTAL		2.225.574,88	TOTAL		2.225.574,88

DISNEIA TEREZA DE MARCO
 Presidente/Ordenador de Despesa

LEANDRO SARTORI
 Controlador Interno

CRISTIANE MARIA DENARDI
 Analista de Compras e Licitações

MARCIO ROBERTO PICCOLI
 Contador CRCSC 025688/O

José Boiteux**PREFEITURA****PROCESSO SELETIVO 01/2019**

Publicação Nº 2219750

EDITAL Nº 01/2019 – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019

O Município de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor Jonas Pudewell, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Processo Seletivo destinado contratação e a formação de cadastro reserva para as funções de Professor – Anos Iniciais, Professor – Educação Infantil, Professor – Português, Professor – Educação Física, Professor – Ciências, Professor – Inglês, Professor – História, Professor – Artes, Professor – Matemática, Professor – Geografia, Segundo Professor, Professor – Informática e Professor – Dança do quadro do Poder Executivo, regido pelas disposições deste Edital e legislação vigente, especialmente o artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, cujas inscrições estarão abertas no período compreendido entre as 10h do dia 08/11/2019 e as 22:00h do dia 27/11/2019. A íntegra do Edital e demais informações estão disponíveis no quadro mural oficial da Prefeitura e nos sites www.pmjb.sc.gov.br e www.actio.srv.br.

José Boiteux - SC, 07 de novembro de 2019.

Jonas Pudewell Josemar Bona

Prefeito Municipal Presidente da Comissão do Processo Seletivo

Decreto nº 077/2019

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO Nº 002/2019**

Publicação Nº 2219207

Decreto Legislativo nº. 002 de 05 de novembro de 2019.

Aprova as Contas da Prefeitura Municipal de José Boiteux referente ao Exercício Financeiro de 2017 (Processo nº PCP – 18/00266313).

A MESA DIRETORA da Câmara Municipal de José Boiteux, no uso de suas atribuições regimentais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela promulga o seguinte

Decreto Legislativo:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas da Prefeitura Municipal de José Boiteux, Estado de Santa Catarina, referentes ao Exercício Financeiro de 2017, Processo sob nº PCP – 18/00266313.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Celestino Meneghelli, 05 de novembro de 2019.

Lindolfo Brehmer

Presidente da Câmara Municipal

Ivan A. Vendrami
Vice PresidenteGeovani Lunelli
1º SecretárioGilberto dos Santos
2º Secretário

Jupirá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 269/19 DE 06/11/2019

Publicação Nº 2219807

PORTARIA N.º 269/19 de 06/11/2019.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO, Prefeito Municipal de Jupirá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o que estabelece o Art 74, inciso V da Lei Orgânica Municipal, e, em especial o Art. 70, inciso VII da Lei Complementar 004/2006 de 23/05/2006,

Considerando, atestado médico em anexo,

RESOLVE:

Art.1.º - CONCEDER, 14 (quatorze) dias de afastamento para tratamento de saúde, no período de 06/11/2019 a 19/11/2019, ao servidor municipal EVERTON CIVIDINI LYRA, ocupante do cargo de Diretor de Unidade, lotado na Secretaria de Educação e Cultura.

Art.2.º - Para cobertura das despesas decorrentes da aplicação da presente portaria serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Jupirá SC, 06 de novembro de 2019.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO

Prefeito Municipal

Lages

PREFEITURA

PP 36/2019 SMS

Publicação Nº 2219746

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial 36/2019 SMS

Objeto: Registro de Preços para à Aquisição de Equipamentos e Materiais para Bazar, Cozinha, Higiene e Limpeza, Eletrodomésticos e Eletrônicos para Diversos Setores da Secretaria Municipal da Saúde.

Abertura: 25/11/2019 às 13h30min.

Valor Estimado: R\$ 32.955,29

Da retirada do Edital: www.lages.sc.gov.br

Lages, 08 de novembro de 2019.

Antonio César Alves de Arruda

Secretário da Administração e Fazenda

TERMO CANCELAMENTO BILATERAL 01/2019 ARP 37/2019 - MF DE ALMEIDA

Publicação Nº 2220093

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

TERMO DE CANCELAMENTO BILATERAL Nº 01/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME – CNPJ nº 05.021.932/0001-34 – Rua Sebastião Furtado, nº 101, bairro Centro, CEP 88501-140, Lages/SC. Contato: (49) 3223-2066/3223-8303, e-mail: suprivendas@hotmail.com.

O LAGES/SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. Odila Maria Waldrich, portadora do CPF nº 347.311.569-04, de outro lado a empresa MF DE ALMEIDA & CIA LTDA – ME, representada pelo Sr. Marcio Freitas de Almeida, CPF nº 829.021.609-25, resolvem celebrar o cancelamento do item 101 da respectiva Ata de Registro de Preços:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019 - SMS

PROCESSO Nº 06/2019

OBJETO: "Registro de Preços para Aquisição de Materiais Odontológicos para o Centro de Atendimento Odontológico, Unidades Básicas e Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde".

Em atenção ao pedido de CANCELAMENTO interposto pela empresa acima qualificada, após análise do gestor da referida ARP, ofício nº 205/SMS/ALM/2019, em conformidade com o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município nº 0946/2019, nos termos elencados no art. 10, inciso II, do Decreto Municipal nº 8.928/2007, fica CANCELADO, somente, o item 101 da Ata de Registro de Preços supracitada.

Lages, 30 de outubro de 2019.

Antonio Ceron

Prefeito Municipal

Laguna

PREFEITURA

CRENCIAMENTO_03/2019-FLC - ANÁLISE

Publicação Nº 2220374

MUNICÍPIO DE LAGUNA – FUNDAÇÃO LAGUNENSE DE CULTURA

CRENCIAMENTO 03/2019-FLC

RELATÓRIO DE ANÁLISE DE CRENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-CULTURAIS INSCRITOS PARA EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA

A Presidente da Fundação Lagunense de Cultura da Prefeitura Municipal de Laguna, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 23 da Constituição Federal e demais disposições aplicáveis da Lei Federal 8666/93, torna público aos interessados o CRENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO- CULTURAIS para o Município de Laguna.

2. DA FINALIDADE

2.1. Credenciamento, para fins de contratação de Prestadores de Serviços Culturais para a Semana da Consciência Negra, “que acontecerá entre os dias 17 a 23/11/2019” e demais datas de eventos culturais de Laguna, de pessoas físicas e jurídicas de direito privado com ou sem fins lucrativos, sendo prestadores de serviços artístico – culturais nos diferentes seguimentos da cultura afro brasileira.

De acordo com o edital de credenciamento 03/2019-FLC:

7. DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO

7.1. Após o período de inscrição, as propostas inscritas passarão por análise documental, que consiste na apreciação e triagem da documentação exigida no presente Edital, e análise da vinculação a área escolhida abrangidas por este processo de credenciamento.

7.2. A análise de que trata o item anterior se dará no período previsto conforme o cronograma, e será realizada por Comissão de Credenciamento designada para este fim, constituída por servidores da Fundação Lagunense de Cultura nos quais serão compostas pelos seguintes membros: Assessor da Presidência: Cristian Pavanate Soares; Supervisor de eventos culturais: Gabriel Leal Monteiro.

7.3. É facultada à Comissão de Credenciamento promover, a qualquer tempo, diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução de processos.

- Informamos que o servidor Gabriel Leal Monteiro pediu exoneração do cargo ficando a análise de credenciamento ao Senhor Cristian Pavanate Soares.

Seguindo a análise, aconteceram as inscrições:

- 01 inscrição para o Sarau de Ogans;
- 01 inscrição para PESQUISADOR para projeto expográfico;
- 01 para banda de pagode.

Seguindo a análise ficam todas credenciadas:

SARAU DE OGANS: Fabricio Paulo dos Santos. DEFERIDO;

PESQUISADOR PARA PROJETO EXPOGRÁFICO: Juliana Regazoli. DEFERIDO.

BANDA DE PAGODE: Renato Demétrio Ferreira: DEFERIDO.

ITEM 2.2.2. O curador montagem e exposição: Não houve inscrições.

Desta forma encaminho os nomes e documentações para a análise da Comissão de Seleção.

Laguna, 06 de novembro de 2019

Cristian Pavanate Soares - Assessor da Presidência

CREDENCIAMENTO_03/2019-FLC - SELEÇÃO

Publicação Nº 2220385

CREDENCIAMENTO 03/2019-FLC - SELEÇÃO**CHAMAMENTO PÚBLICO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA****RESULTADO DA ANÁLISE DE SELEÇÃO**

Comissão de Seleção de acordo com o Edital de Credenciamento, item 9 - DA SELEÇÃO DAS PROPOSTAS, subitem 9.1: A seleção dos trabalhos ficará a cargo da Comissão de Seleção que será composta pelos seguintes nomes: a) Presidente da Fundação Lagunense de Cultura: Mirella de Jesus Honorato; b) Secretário de Turismo e Lazer: Evandro Carneiro Flora; c) Diretora Departamento de Museus: Francielen Vieira Meuler.

- Foram abertas quatro vagas, uma para cada segmento: uma para SARAU DE OGANS, uma para CURADOR MONTAGEM E EXPOSIÇÃO, uma para PESQUISADOR PARA PROJETO EXPOGRÁFICO e uma BANDA DE PAGODE.

- NÃO houve inscrição para o segmento CURADOR MONTAGEM E EXPOSIÇÃO, e apenas uma inscrição para os outros segmentos, que foram credenciadas.

- Ficam selecionadas as inscrições credenciadas pelo edital 03/2019 da Fundação Lagunense de Cultura:

a) SARAU DE OGANS:

1- Fabricio Paulo dos Santos

Dia 20/11/2019 no Centro Histórico, em lugar ainda ser definido, às 20:00 horas.

b) PESQUISADOR PARA PROJETO EXPOGRÁFICO:

1 - Juliana Regazoli.

A pesquisa deverá ser entregue até o dia 28 de fevereiro de 2020.

c) BANDA DE PAGODE:

1. Renato Demétrio Ferreira.

Com início às 12:00 horas, no dia 17 de novembro de 2019 no bairro de Cabeçudas no Salão Paroquial da Igreja de São Pedro.

ITEM 2.2.2. O curador montagem e exposição

Não houve inscrições.

Laguna 07 de novembro de 2019.

Francielen Vieira Meuler - Diretora Departamento de Museus; Evandro Carneiro Flora - Secretário de Turismo e Lazer; Mirella de Jesus Honorato - Presidente da Fundação Lagunense de Cultura.

PREGÃO 47/2019-PML

Publicação Nº 2220123

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO 47/2019-PML**

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de recolhimento, guarda e destino dos animais de médio e grande porte, apreendidos em locais de domínio público do Município, no 21 de novembro de 2019 às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 07 de novembro de 2019.

Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

Lauro Muller**PREFEITURA****EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2019**

Publicação Nº 2220112

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2019
PROCESSO SELETIVO Nº 01/2019

A FUNDAÇÃO HOSPITALAR HENRIQUE LAGE, por meio do Diretor Administrativo, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Lauro Muller/SC e, considerando a homologação final do resultado do Processo Seletivo nº 001/2019 para preenchimento de vagas temporárias do quadro de pessoal da Fundação, conforme estabelece a Lei nº 2080/2019, em regime CLT e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal de 1988, CONVOCA os candidatos habilitados e aprovados para ocuparem as vagas disponíveis constantes no anexo I deste Edital, observadas as seguintes condições:

1. O Município de Lauro Muller se compromete a publicar, de acordo com a necessidade e disponibilidade, conforme anexo I, as vagas que surgirem para preenchimento dos aprovados, seguindo ordem classificatória de homologação do Processo Seletivo nº 001/2019.
2. O local e o horário de trabalho de candidato convocado ficam a critério da Fundação Hospitalar Henrique Lage, de acordo com a necessidade da Fundação bem como com a jornada de trabalho disposta no edital do processo seletivo.
3. A convocação se dará por contato telefônico e pelo endereço de correio eletrônico (se tiver). É de responsabilidade do candidato manter atualizado junto aos cadastros da prefeitura as informações atualizadas. Será encaminhado e-mail convocatório ao candidato, bem como a realização de 03 (três) contatos telefônicos, em horários distintos dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
4. Caso o candidato não seja localizado após as tentativas indicadas acima, o mesmo será considerado ausente, devendo-se lavrar o Termo de Ausência, o qual indicará os dias, horários e números as quais foram realizados as ligações sem sucesso bem como cópia do email de convocação, devidamente assinado por duas testemunhas (servidores efetivos).
5. Obtendo êxito no contato com o candidato, o mesmo ou procurador legalmente constituído por meio de procuração com poderes para o ato devidamente registrada em cartório, terá 02 (dias) úteis para se apresentar no órgão ao qual foi chamado (Prefeitura Municipal – Setor de Recursos Humanos), onde assinará o Termo de Aceitação de Vaga e receberá o rol de documentos que deverão ser apresentados para formalizar admissão.
6. Caso o candidato não queira ser admitido, será considerado desistente, assinando o Termo de Desistência de Vaga. Será dado prazo de até 2 (dois) dias úteis para o candidato assinar o termo de desistência, caso o mesmo não compareça será lavrado termo informando o dia e horário do contato telefônico bem como a data limite para assinatura da desistência, e o mesmo será assinado por três testemunhas, bem como pelo responsável que entrou em contato com o candidato.
7. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá 05 (cinco) dias úteis para a entrega da documentação solicitada de acordo com o edital do processo seletivo, no momento da convocação, no órgão que convocou.
8. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento exigido para admissão ou a não apresentação dos mesmos no prazo estipulado no item acima, acarretará na desclassificação do candidato, com a perda do direito a vaga a qual o candidato foi aprovado.
9. A lista de classificados, após o término da primeira chamada e tendo em vista vagas a serem preenchidas, iniciará somente uma única vez, convocando os desistentes para ocupação de possível vaga remanescente.
10. Após encaminhar todos os documentos e assinar a admissão o candidato confirma seu interesse e expressa sua total concordância com todas as cláusulas estabelecidas no edital do processo seletivo, no edital de chamamento bem como no contrato de trabalho.
11. Nas vagas que necessitem exame médico admissional o mesmo deverá ser entregue dentro do prazo legal e informar que o candidato se encontra apto para preenchimento da vaga, sendo que no caso de ser considerado inapto o mesmo será desclassificado de acordo com os termos do edital do processo seletivo.

Lauro Müller, 07 de novembro de 2019.
Cleir Estevam
Diretor Administrativo
Fundação Hospitalar Henrique Lage

ANEXO I

Convocação dos candidatos aprovados para o preenchimento das seguintes vagas:

ENFERMEIRO Vagas: 04		
Nº	Candidato	Município/UF
01	SONIA PREZA RAMOS	BOM JESUS/RS
02	JENNIE TOMAZI DA SILVA	GAROPABA/SC
03	MAICON PAZA	CRICIUMA/SC
04	BRUNA LEANDRO DA ROSA	LAURO MULLER/SC

FARMACEUTICO Vagas: 01		
Nº	Candidato	Município/UF

01	BEATRIZ FRAGA NOGUEIRA GEREMIAS	ORLEANS/SC
----	---------------------------------	------------

NUTRICIONISTA

Vagas: 01

Nº	Candidato	Município/UF
01	MAGDA SCARPARI SAZAN	CRICIUMA/SC

TECNICO DE ENFERMAGEM

Vagas: 05

Nº	Candidato	Município/UF
01	JHONATA DE SOUZA JOAQUIM	LAURO MULLER/SC
02	ALINE PESCADOR PAGANI	LAURO MULLER/SC
03	JUÇARA APARECIDA SILVEIRA	LAURO MULLER/SC
04	PATRICIA MACHADO DA SILVA CATANEO	ORLEANS/SC
05	ANA CLAUDIA BENEDET	LAURO MULLER/SC

Lauro Müller, 07 de novembro de 2019.

Cleir Estevam

Diretor Administrativo

Fundação Hospitalar Henrique Lage

Lebon Regis

PREFEITURA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº TP06/2019. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 55/2019

Publicação Nº 2219771

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº TP06/2019. PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 55/2019.

OBJETO: :Contratação de empresa especializada para execução da reforma da entrada para Adequação de Acessibilidade do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Lebon Régis, incluindo o fornecimento de materiais, conforme Termo de Referência - ANEXO I e demais anexos do Edital. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2019. LICITANTE HOMOLOGADO: GUMBOWSKY ARMACOES E DOBRA DE FERRO LTDA - CNPJ: 21.285.605/0001-46, com o valor total de R\$ 26.735,25, (vinte e seis mil, setecentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

Lebon Regis, 7 de novembro de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019 - PMLL**

Publicação Nº 2219800

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 026/2019 - PMLL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2019, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE GASOLINA COMUM E AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 043/2019.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de outubro do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/17, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gasolina comum e agente redutor líquido Arla 32, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

AUTO POSTO LAURINDO LTDA

CNPJ: 80.658.107/0001-60

RUA JORGE LACERDA, Nº 11, CENTRO, CEP: 88.445-000, LEOBERTO LEAL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de gasolina comum e agente redutor líquido arla 32, para o abastecimento da frota de veículos da Prefeitura Municipal, sendo a entrega realizada no Município de Leoberto Leal, conforme especificações constante no Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 028/2019.

1.2 - A Gasolina Comum deverá ser fornecida diretamente da bomba registradora do posto revendedor.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para os Lotes cotados é a seguinte:

LOTE I - GASOLINA COMUM:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
01	Litro	75.000	Gasolina Comum	WDCOM	3,99	299.250,00	AUTO POSTO LAURINDO LTDA.

LOTE II – AGENTE REDUTOR LÍQUIDO ARLA 32:

Item	Und.	Quant.	Descrição	Marca	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
02	Unid.	100	Agente redutor líquido Arla 32, balde com 20 litros.	ECOTEC	57,00	5.700,00	AUTO POSTO LAURINDO LTDA.

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços do combustível determinado pela Petrobrás ou órgão regulador, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular à Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços do combustível no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta,

falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais; 8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1. O vencedor do Lote 01 – gasolina comum - deverá entregar diariamente o produto, mediante apresentação de solicitação da Administração Municipal, conforme as condições estabelecidas no Anexo I deste edital.

9.2. Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos produtos até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇO;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito – 02.01.04.122.0002.2.002.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças – 03.01.04.122.0005.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0019

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0022

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental – 04.01.12.361.0006.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 04.01.12.365.0006.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil – 04.01.12.365.0006.2.013.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 04.01.12.362.0006.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0061

Funcionamento e Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Médio – 04.01.12.362.0006.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0022

Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social -
05.03.08.244.0009.2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Bloco – Índice de Gestão Descentralizada – SUAS (IGD SUAS)
05.03.08.244.0009.2.027.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0035

Apoio ao Transporte de Alunos Universitários -
04.01.12.364.0006.2.018.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – 06.01.26.782.0012.2.033.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos – 06.01.26.782.0012.2.033.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0044

Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Agropecuária e Meio Ambiente – 07.01.20.606.0013.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de outubro de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	
PREGOEIRA SUBSTITUTA	

AUTO POSTO LAURINDO LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT 2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

DECRETO N.º 115-2019

Publicação Nº 2220501

DECRETO Nº 115, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO EXERCÍCIO.”

O Prefeito Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 32, Inciso I da Lei nº 1.394, de 11 de dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, no valor de R\$ 5.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSIST. SOCIAL	5.000,00
Unidade Orçamentária	03	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
Função	08	Assistência Social	5.000,00
Sub-função	244	Assistência Comunitária	5.000,00
Programa	09	ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
Atividade	2.027	Bloco de Financiamento – Gestão Índice de Gestão Descentralizada – SUAS (IGD SUAS)	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras despesas Correntes	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso/ Detalhamento	0.1.0035.308	Índice de Gestão Descentralizada - IGD PBF	5.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			5.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação no exercício anterior na seguinte fonte:

Fonte/Detalhamento	Fonte/Detalhamento	Valor
Índice de Gestão Descentralizada - IGD PBF	0.1.0035.308	5.000,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		5.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 06 de novembro de 2019.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019 - PMLL

Publicação Nº 2220371

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 045/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2019

TIPO: Menor Preço Global. OBJETO: Objetiva-se a contratação de empresa especializada na elaboração e aplicação de concurso público, destinado ao provimento de cargos do Quadro de Pessoal do Município de Leoberto Leal, conforme especificações constantes nos Anexos I e II, do Edital de Pregão Presencial nº 030/2019. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada a Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14h00min (quatorze horas), do dia 21 de novembro de 2019. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 07/11/2019. VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

RESULTADO FASE DE HABILITAÇÃO CONCORRÊNCIA 03/2019

Publicação Nº 2219844

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 03/2019

RESULTADO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Inicialmente constatou-se que apenas a empresa Construtora Artifon Ltda, protocolou seus envelopes com documentos de habilitação e proposta técnica em tempo hábil. Em ato contínuo foi realizada a abertura do envelope número um, habilitação. Após análise dos documentos nele contido, a empresa proponente foi declarada habilitada, pois atendeu a todas as exigências previstas no edital. Constatou-se também, que a licitante, apresentou documentos hábeis comprovando seu enquadra na condição de Empresa de Pequeno Porte. Tendo em vista que a empresa participante não apresentou termo de renúncia, relativo ao direito de interpor recurso contra a decisão da comissão permanente de licitações, que julgou os documentos de habilitação, será aberto o prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação do resultado desta fase de habilitação na imprensa oficial deste município, junto ao DOM/SC, disponível na internet, para a interposição de eventuais recursos. Não havendo a impetração de nenhum recurso, fica desde já, marcada para as oito e trinta horas do dia dezoito de novembro de dois mil e dezoito, a sessão pública para abertura e julgamento do envelope número dois contendo a proposta técnica, da licitante habilitada. Demais informações, poderão ser obtidas diretamente junto à Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, no horário de expediente, pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 07 de novembro de 2019.

Comissão Permanente de Licitações

Luiz Alves**PREFEITURA****DECRETO N.º 238/2019**

Publicação Nº 2219295

DECRETO N.º 238/2019

Estabelece a data de vencimento da Taxa de Localização e Funcionamento devida por empresas exploradoras de recursos minerais, de extração e mineração de areia ou outras substâncias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto no § 1º do artigo 323 da Lei Complementar Municipal n.º 001, de 16 de novembro de 1998 - Código Tributário do Município de Luiz Alves, alterada pela Lei Complementar Municipal n.º 16, de 12 de dezembro de 2018, que instituiu a Taxa de Localização e Funcionamento devida por empresas exploradoras de recursos minerais, de extração e mineração de areia ou outras substâncias;

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecida a data de vencimento para o pagamento da Taxa de Localização e Funcionamento devida por empresas exploradoras de recursos minerais, de extração e mineração de areia ou outras substâncias, em parcela única, para pagamento até o dia 15 de novembro de 2019.

Parágrafo único. As guias para o pagamento serão disponibilizadas aos contribuintes para emissão na página oficial do Município de Luiz Alves na internet, ou poderão ser retiradas junto a Divisão de Tributação do Município de Luiz Alves, no Paço Municipal.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

ERRATA DO ATO N.º 2217339 / PORTARIA 399/2019

Publicação Nº 2219292

PORTARIA N.º 399/2019

Atribui função a servidor público municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o inciso I do artigo 21 da Lei Complementar Municipal n.º 06, de 15 de dezembro de 2017, que instituiu a Unidade de Ouvidoria, subordinada à Controladoria-Geral do Município;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto n.º 68, de 08 de agosto de 2017, que regulamenta a Ouvidoria do Poder Executivo do Município de Luiz Alves;

CONSIDERANDO a necessidade da comunicação entre o cidadão e a Administração Pública por meio dos serviços disponibilizados via e-mail, portal, telefone e atendimento junto ao Paço Municipal, a fim de garantir a transparência na gestão e o acesso à informação;

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir ao servidor Sr. PAULO DE OLIVEIRA SILVA, além das atribuições inerentes ao seu cargo de assistente administrativo, a atuar junto à Unidade de Ouvidoria Pública Municipal.

Art. 2º Conforme o disposto no artigo 6º do Decreto Municipal n.º 68/2017, compete ao Ouvidor do Poder Executivo Municipal:

I – exercer a função de representante do cidadão junto ao Poder Executivo Municipal;

II – agilizar a remessa de informação de interesse do cidadão ao seu destinatário;

III – facilitar ao máximo o acesso do usuário do serviço à Ouvidoria, simplificando seus procedimentos;

IV – encaminhar as questões ou sugestões apresentadas à área competente, acompanhando a sua apreciação;

V – identificar problemas no atendimento ao usuário;

VI – sugerir soluções de problemas identificados ao dirigente do órgão em que atue;

VII – propor a correção de erros, omissões ou abusos cometidos no atendimento ao usuário/cidadão;

VIII – atuar na prevenção e solução de conflitos.

Art. 3º Fica revogada a Portaria n.º 364/2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,
Em, 05 de novembro de 2019.
MARCOS PEDRO WEBER
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de
Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -
www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva
Secretário Municipal de Administração

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO N.º 01/2019

Publicação Nº 2220062

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2019

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2019

O Prefeito do Município de Luiz Alves/SC, faz saber que realizará, por meio da RBO Assessoria Pública e Projetos Municipais Ltda., em datas, locais e horários a serem oportunamente divulgados, Concurso Público regido de acordo com a Constituição Federal de 5 de outubro de 1988, Lei Orgânica Municipal e demais Leis Municipais em vigor, destinado ao provimento de vagas os cargos de: Agente de Defesa Civil, Analista Administrativo, Analista de Recursos Humanos, Arquiteto e Urbanista, Assistente Administrativo, Assistente de Controle Interno, Assistente Social, Atendente de Educação Infantil, Auxiliar de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem ESF, Auxiliar em Saúde Bucal ESF, Contador, Cozinheiro, Enfermeiro, Enfermeiro ESF, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Obras e Posturas, Fiscal de Tributos, Fiscal Sanitário, Fisioterapeuta NASF, Fonoaudiólogo, Instrutor de Informática, Médico Clínico-Geral, Médico ESF, Médico Ginecologista e Obstetra, Médico Pediatra, Motorista (todas as categorias), Motorista Socorrista, Naturólogo, Nutricionista NASF, Odontólogo, Odontólogo ESF, Operador de Máquina, Operário Braçal, Orientador Social, Procurador, Professor de Anos Iniciais, Professor de Artes, Professor de Dança, Professor de Educação Física, Professor de Educação Infantil, Professor de Língua Inglesa, Profissional de Educação Física, Profissional de Educação Física (SMS), Psicólogo (Educação - 40 horas), Psicólogo (Saúde - 20 horas), Psicólogo (SMDAS) (Assistência Social), Psicólogo NASF, Recepcionista, Técnico Agrícola, Técnico em Enfermagem, Técnico em Enfermagem ESF, Técnico em Farmácia, Tesoureiro, Vigia e Zelador, descritos na Tabela I, especificada no Capítulo 1 do edital do Concurso Público nº 01/2019. O edital, na íntegra, e seus anexos serão publicados nos endereços eletrônicos www.rboconcursos.com.br e www.luizalves.sc.gov.br a partir desta data. As inscrições serão realizadas via Internet, no endereço eletrônico www.rboconcursos.com.br, iniciando-se no dia 13 de novembro de 2019 e encerrando-se no dia 5 de dezembro de 2019.

Luiz Alves, 07 de novembro de 2019.
Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2019 (FMS)

Publicação Nº 2219567

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

LICITAÇÃO DIFERENCIADA – MODO EXCLUSIVO PARA MEI, MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA.

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega da Proposta e Documentação: até às 08h45min horas do dia 27/11/2019, na Sede da Prefeitura Municipal, sito à Rua Erich Gielow, nº 35, Centro, Luiz Alves/SC.

Abertura: 09h00min horas do dia 27/11/2019.

Credenciamento: Juntamente à entrega dos envelopes supracitados ou conforme o edital.

Retirada do Edital: in loco ou no site www.luizalves.sc.gov.br, no ícone licitações.

Informações: Pelo telefone (47) 3377-8614 ou in loco das 08h00min às 12h00min horas e das 13h00min às 17h00min horas.

Luiz Alves, 07 de novembro de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

PORTARIA 398/2019

Publicação Nº 2219296

PORTARIA N.º 398/2019

Rescinde contrato de servidora admitida em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Rescindir o contrato firmado com a servidora Sr.ª NATHÁLIA DOS SANTOS PRADO, admitida em caráter temporário, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 401/2019

Publicação Nº 2219299

PORTARIA N.º 401/2019

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª ANDREA ALTINI, assistente social junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 18 de novembro de 2019 e término no dia 27 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 06 de novembro de 2019.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - www.luizalves.sc.gov.br

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2834

Publicação Nº 2219624

DECRETO Nº 2834 de 07 de novembro de 2019.

"NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL - CMPC DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL/CMPC de Luzerna(SC), na forma do art.3º da Lei nº 682 de 07.12.2007, alterado pelo art. 10 da Lei nº 1318 de 18 de novembro de 2014 fica assim constituído:

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

a)representante da área de artes cênicas, compreendendo teatro e dança

VIVIAN ÊMILLI FALLGATTER SILVA - Titular

GABRIEL GUISELENE - Suplente

b) representante da área de audiovisual, compreendendo cinema, vídeo, internet, televisão e rádio e da área de artes visuais, compreendendo fotografia, artes plásticas, design, artes gráficas e tecnológicas

ANDREY FIORIN - Titular

SIDNEY SCHMITD - Suplente

c) representante da área de artesanato

CHEILA PEGORARO - Titular

TEREZINHA DALLA COSTA - Suplente

d) representantes da área de cultura popular e demais manifestações culturais tradicionais

ANA RÚBIA ARENHART - Titular

GABRIEL ALBERGUINI - Suplente

ROSELI VALMÓRBIDA - Titular

PAULA DALLA LANA - Suplente

e) representante da área de música

ÍTALO VIVAN - Titular

VICENTE VIVAN - Suplente

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

a) representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Cultura;

DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO DA SILVA - Titular

FELIPE DEIGE - Suplente

TAINÁ TESSARI - Titular

JANE ELISA OTTO BRANDALISE - Suplente

b) representantes da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município - Setor de Ensino

CLAUDETE BRESSAN - Titular

ANDRESSA STREY - Suplente

JAQUELINE BRESSAN - Titular

ELISANGELA BRANDINI - Suplente

c) representante da Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

VANUSCA DENIZE SILVA - Titular

ELSON WILIAN MATTOS - Suplente

d) representante da Consultoria Técnica

ANDRÉ LUIS TOIGO DIESEL - Titular

JULIANA CORBANI - Suplente

Art.2º- O exercício do mandato de Conselheiro do CMPC é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2835

Publicação Nº 2219671

DECRETO Nº 2835 de 07 de novembro de 2019.

"DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA ESCRITA PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 137 da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e alterações posteriores,

RESOLVE:

Art.1º- A aplicação da penalidade disciplinar de advertência escrita poderá ser realizada pela chefia imediata, por descumprimento dos deveres funcionais estabelecidos no art. art. 137, inc. IV da Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 e na inobservância de dever funcional previstos em Lei.

Art.2º- Antes da aplicação da advertência escrita que trata o artigo anterior, o servidor será notificado por escrito, conforme Modelo do Anexo I deste Decreto.

§1º- Recebida à Notificação de que trata o caput deste artigo, o servidor terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação escrita do servidor, para apresentar defesa escrita, momento em que será oportunizada ao servidor, em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório, a produção de todos os meios de prova admitidos em direito.

§2º- A defesa apresentada pelo servidor será julgada pela Chefia imediata, podendo a partir da análise dos fatos e provas apresentadas, a seu critério, deixar de aplicar a advertência.

§3º- Esgotado o prazo de que trata o §1º deste artigo sem manifestação do servidor ou ainda sem modificação de entendimento da Chefia imediata mesmo depois da defesa apresentada, a advertência será aplicada, conforme Modelo constante no Anexo II deste Decreto.

§4º- A chefia imediata deverá comunicar ao servidor, no prazo de até 03 (três) dias úteis após a apresentação de sua defesa, sobre a aplicação ou não da advertência.

§5º- Caso o servidor se recuse a receber e assinar a Notificação de que trata o caput deste artigo, ou a Advertência, a chefia imediata colherá a assinatura de 2 (duas) testemunhas que tenham presenciado a recusa do servidor em ser notificado ou advertido e encaminhará ao Controle Interno para as providências cabíveis.

Art.3º- Não caberá recurso da advertência aplicada pela chefia imediata.

Art.4º- As disposições expressas nesse Decreto aplicam-se apenas a advertência escrita pela Chefia Imediata do servidor, não cabendo à advertência decorrente de Procedimento Administrativo Disciplinar.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**ANEXO I
NOTIFICAÇÃO**

Pela presente, fica Vossa Senhoria NOTIFICADA para, nos termos do Decreto nº 2835 de 07 de novembro de 2019, apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante sua solicitação escrita, a contar do recebimento desta, defesa por escrito, em observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório com a produção de todos os meios de prova admitidos em direito, para o fato a seguir descrito:

Descrição da infração disciplinar passível de advertência:

A não apresentação de defesa escrita dentro do prazo previsto dará ensejo à aplicação imediata de advertência.

A decisão pela aplicação ou não da advertência ser-lhe-á comunicada dentro do prazo de 03 (três) dias úteis da entrega de sua defesa.

Luzerna/SC ____ de ____ de ____.

Assinatura/carimbo da Chefia

Nome e Assinatura do Notificado

OBS: Devido a recusa por parte do(a) servidor(a) em apor sua assinatura na presente NOTIFICAÇÃO, subscrevem-no as 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, tornando o mesmo apto a produzir os seus devidos efeitos legais:

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Matrícula: _____ Matrícula: _____

ANEXO II
TERMO DE ADVERTÊNCIA

Considerando o disposto no Decreto nº 2835 de 07 de novembro de 2019, fica o(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____, ADVERTIDO(A) pelo fato de violação de proibição constante do art. 137, inciso IV e de inobservância de dever funcional previstos em lei, verificado em ____/____/____, caracterizando a violação do(s) seguinte(s) dever(es) funcional(ais) ou a prática da(s) seguinte(s) proibição(ões) previsto(s) na Lei Complementar nº 164 de 25 de abril de 2017 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Luzerna):

Luzerna/SC, ____/____/____.

Assinatura/carimbo da chefia imediata: _____

Assinatura do(a) Servidor(a) advertido(a): _____

OBS: Devido a recusa por parte do(a) servidor(a) em apor sua assinatura no presente TERMO DE ADVERTÊNCIA, subscrevem-no as 02 (duas) testemunhas abaixo identificadas, tornando o mesmo apto a produzir os seus devidos efeitos legais:

Testemunhas:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

Matrícula: _____ Matrícula: _____

DECRETO 2836

Publicação Nº 2219768

DECRETO Nº 2836 de 07 de novembro de 2019.

"DELEGA COMPETÊNCIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, NOMEANDO A AUTORIDADE MUNICIPAL DE TRÂNSITO."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.503/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

CONSIDERANDO a competência atribuída aos órgãos e entidades executivas de trânsito e executivos rodoviários municipais para executar a fiscalização de trânsito, atuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis,

DECRETA:

Art.1º - Fica delegada a competência de Dirigente Máximo do Órgão Executivo de Trânsito do Município de Luzerna e nomeada como autoridade municipal de trânsito a servidora pública municipal JULIANA CORBANI, ocupante do cargo efetivo de Engenharia Civil, lotada na Consultoria Técnica.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

DECRETO 2837

Publicação Nº 2219839

DECRETO Nº 2837 de 07 de novembro de 2019.

"NOMEIA A JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo §4º do art. 1º da Lei Municipal nº 1684 de 05 de novembro de 2019 e Lei Federal nº 9.503 de 23.09.1997,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, com atuação no MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), órgão responsável pelo julgamento de recursos provenientes de infrações de trânsito ocorridas no território do Município de Luzerna(SC), que funcionará junto a Consultoria Técnica, constituída pelos seguintes membros:

integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade
FERNANDO NAVA

representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade
EDSON PADILHA DOS SANTOS

representante de entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito (substituído por servidor municipal por não haver entidade congênere no Município)

TIAGO SCHNEIDER

Art. 2º- As atividades exercidas pelos membros da JARI não serão remuneradas em razão de sua relevância social.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), em 07 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 090/2019 - PP 064/2019 - TRANSPORTE ESCOLAR - PML

Publicação Nº 2219782

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 090/2019 - PML

Pregão Presencial nº 064/2019 – PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, representada neste ato por sua Secretária, Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa(s) para prestação de serviços de transporte escolar em linhas do Município de Luzerna/SC, observando-se as disposições do Decreto Municipal nº 2217 de 17 de maio de 2016, e em conformidade com as especificações deste Edital e Anexos que o integram.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30min do dia 22 de novembro de 2019.

CREDENCIAMENTO, ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE LANCES: às 08h40min do dia 22 de novembro de 2019.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone: (049) 3551-4700.

PORTARIA 157/19

Publicação Nº 2219692

PORTARIA Nº 157/19 de 31 de outubro de 2019.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
André Luis Toigo Diesel	Consultor Técnico	08/09/2016 a 07/09/2017	18/11/2019 a 17/12/2019
Leonardo Henrique Gomes	Técnico em Enfermagem	02/01/2018 a 01/01/2019	04/11/2019 a 21/11/2019
Regis Valter Weiser	Engenheiro Agrônomo	04/01/2017 a 03/01/2018	11/11/2019 a 20/11/2019
Saionara Rejane Palhano Santos Lemos	Técnica em Enfermagem	02/01/2018 a 01/01/2019	04/11/2019 a 21/11/2019
Sônia Jesus de Oliveira	Agente de Copa e Limpeza	11/05/2018 a 11/05/2019	18/11/2019 a 27/11/2019

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2019.

Luzerna(SC), 31 de outubro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 160

Publicação Nº 2220442

PORTARIA Nº 160/19 de 06 de novembro de 2019.

“REVOGA PORTARIA Nº 158/19 de 05 de novembro de 2019 QUE ‘CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO, a informação firmada pela servidora de que não há a necessidade de usufruir a licença no momento, pois, a cirurgia que sua mãe iria se submeter foi adiada,

RESOLVE:

Art.1º- REVOGAR a PORTARIA Nº 158/19 de 05 de novembro de 2019 que "CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 06 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PORTARIA 161

Publicação Nº 2220445

PORTARIA Nº 161/19 de 07 de novembro de 2019.

"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a servidora ADRIANA STOBBE, Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, para exercer as funções de Atendente em Farmácia "AD HOC", pelo período de 30 (trinta) dias, a partir de 07 de novembro de 2019, em caráter de urgência, para reorganizar a assistência farmacêutica, permanecendo com o vencimento do seu cargo.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07 de novembro de 2019.

Luzerna(SC), 07 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

DECRETO 1858

Publicação Nº 2219993

DECRETO Nº 1858, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Credito Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Exercício de 2019 – PAB VARIÁVEL, conforme a Lei 948/2018.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no artigo 58, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentária no orçamento vigente, por conta do provável excesso de arrecadação do exercício de 2019 dos recursos do Bloco Atenção Básica Variável.

12.00 Fundo Municipal de Saúde

12.01 Fundo Municipal de Saúde

20.309 Manutenção do bloco atenção básica variável

31.90.38 Aplicações diretas

R\$ 65.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 06 de novembro de 2019.

ZELIR CITADIN

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 4275

Publicação Nº 2219989

PORTARIA Nº 4275/2019

Concede férias aos servidores que especifica.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições e de acordo com o art. 91 da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Período Aquisitivo	Período de fruição
Jose de Jesus Antunes	Motorista I	11/01/2018 a 10/01/2019	04/11/2019 a 03/12/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 06 de novembro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

PORTARIA 4276

Publicação Nº 2219991

PORTARIA Nº 4276/2019

Concede licença-prêmio à servidora que especifica.

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, em conformidade com o art. 58, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal e com o art. 121 e seguintes da Lei Complementar nº 68/14, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Macieira,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença-prêmio à servidora abaixo relacionada, especificando nome, cargo, lotação, período aquisitivo e de fruição, conforme segue:

Nome	Cargo	Lotação	Período Aquisitivo	Período de fruição e dias
Marlene Aparecida dos Santos Cesca	Professora	Secretaria de Educação, Cultura e Esportes	06/02/2010 a 05/02/2015	13/11/2019 a 12/12/2019. 30 dias

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Macieira, 07 de novembro de 2019.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PREGÃO Nº 144/2019

Publicação Nº 2220505

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PREGÃO Nº 144/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO para contratação de empresa especializada em sonorização, iluminação e locação de palco para abertura do Natal no município de Mafra SC, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA. O recebimento dos documentos de habilitação e proposta, poderão ser feitos até as 08:00hs, do dia 21/11/2019. Hora e data da abertura da sessão: 08h30min do dia 21/11/2019. Início da disputa 09h00min do dia 21/11/2019. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.378 de 10 de Março de 2011. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro II Alto de Mafra, bem como nos links www.bll.org.br www.mafra.sc.gov.br. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4009 ou 4060.

Mafra (SC), 07 de novembro de 2019.
Wellington Roberto Bielecki
Prefeito Municipal

Maracajá

PREFEITURA

ATA 06 - TOMADA DE PREÇOS

Publicação Nº 2220075

ATA 06
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
PODER EXECUTIVO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

TOMADA DE PREÇO Nº 037/2019
Processo administrativo nº 00524/2019

ATA DA REUNIÃO RESERVADA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA RECEBIMENTO DO PARECER JURÍDICO DA ASSESSORIA JURÍDICA DO MUNICÍPIO REFERENTE AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA VISANI TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI.

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rodovia Manoel Antônio Pedrosa, localidade de Garajuba, no Município de Maracajá/SC.

Às quatorze horas, do dia cinco, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Licitações, no Prédio da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 530, bairro Centro, nesta cidade de Maracajá, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações do Município designada pelo Decreto nº 13/2019, para prosseguimento do processo da Tomada de Preços nº 037/2019. Aberta a sessão pela Presidente, Sra. GISELE DA SILVA GARCIA DAL PONT, a mesma informou que recebeu da Procuradoria do Município, parecer jurídico referente ao protocolo administrativo nº 00659/2019, acerca do recurso interposto pela empresa VISANI TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI, diante de sua desclassificação, relatada na ata 04, datada de 16/10/2019. Aberto prazo para as contrarrazões, a empresa Setep Construções S.A, apresentou tempestivamente suas contrarrazões, através do protocolo nº 00679/2019. Após a leitura verbal do parecer jurídico, por um dos integrantes da Comissão de Licitação, exarado pela Procuradora do Município, Advogada GEZILANE DE SÁ – OAB/SC 15.354, com a seguinte conclusão: “Pelo exposto, em face das razões expedidas acima, opinamos pelo INDEFERIMENTO do recurso interposto pela VISANI TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI, mantendo-se a decisão de DESCLASSIFICAÇÃO exarada pela Comissão Permanente de Licitações”. Assim sendo, a Comissão de Licitação, diante das razões de fato e de direito aduzidas no referido processo, por unanimidade, acatam o Parecer Jurídico da Douta Procuradora do Município de Maracajá, mantendo a DESCLASSIFICAÇÃO da empresa VISANI TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES EIRELI. Ato contínuo, verificou-se que a empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA ME, 5ª (quinta) colocada na ordem de classificação, é registrada como Empresa de Pequeno Porte (EPP), razão pela qual, houve um empate ficto entre esta (Crema Construções Ltda EPP) e a empresa segunda colocada (Setep Construções S.A), podendo aquela se beneficiar do direito de preferência para contratação, conforme disciplinado na Lei Complementar Nº. 123/2006. Sendo assim, a empresa CREMA CONSTRUÇÕES LTDA EPP, será notificada, através da publicação da presente ata no Diário Oficial do Município, para que, caso seja do seu interesse, envie nova proposta, planilha orçamentária e cronogramas com valor abaixo do preço global ofertado pela 2ª (segunda) classificada, no prazo de 2 (dois) dias úteis. As empresas serão comunicadas desta decisão através da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios – DOM. O parecer jurídico fica fazendo parte integrante e inseparável como se aqui estivesse transcrito. A Comissão Permanente de Licitação encaminha e submete a decisão, ao Senhor Arlindo Rocha - Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 10h00min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitação. Maracajá, 05 de novembro de 2019.

GISELE DA S.GARCIA DAL PONT	VANESSA APARECIDA JERÔNIMO	ODÉCIA A. DE SOUZA DA SILVA
Presidente	Secretária	Membro

ATA N. 04 - PREGÃO PRESENCIAL N. 009/FMS/2019

Publicação Nº 2220573

ATA 04
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMS/2019

ATA DA REUNIÃO DA PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ PARA REGISTRO DE RECEBIMENTO DO PARECER JURÍDICO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO REFERENTE AO RECURSO INTERPOSTO PELA EMPRESA BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA ME, DIANTE DA DECISÃO PROFERIDA NA ATA Nº 03.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em sistemas de informática, para provimento de gestão da saúde do município de Maracajá, através da locação de sistema 100% web, incluindo serviços de implantação, migração, treinamento, suporte, manutenção, hospedagem em nuvem e licença de software.

Às quinze horas e trinta minutos, do dia sete, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município de Maracajá/SC, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designada pelo Decreto nº 14/2019, para processamento e prosseguimento do Pregão Presencial nº 009/FMS/2019. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, a mesma informou que recebeu da Procuradoria do Município, parecer jurídico, datado de 06 de novembro de 2019, acerca do recurso interposto pela empresa BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA ME. Na sequência foi feita a leitura verbal do parecer jurídico, pela Equipe de Apoio, exarado pela Procuradora do Município, Advogada GEZILANE DE SÁ – OAB/SC 15.354, com a seguinte conclusão: "Pelo exposto, em face das razões expedidas acima, opinamos pelo INDEFERIMENTO do recurso interposto pela BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA ME". Assim, a Pregoeira e sua Equipe de Apoio, diante das informações constantes no relatório conclusivo da Equipe Técnica do Departamento de Saúde, responsável pela utilização do sistema objeto do certame, e que possuem os conhecimentos técnicos necessários para verificar se a licitante atende, ou não, as exigências do Termo de Referência, que foram apresentadas na prova de certificação (conforme dispõe o item 39.1, Anexo II, do Edital), pela empresa Branet Gestão de Logística em Saúde Ltda, no sentido de que a mesma não atendeu as exigências descritas no edital e termo de referência, bem como diante dos argumentos proferidos no parecer jurídico da Douta Procuradora do Município de Maracajá, por unanimidade, a Pregoeira e sua Equipe de Apoios acatam o Parecer Jurídico e Técnicos do Departamento de Saúde, no sentido de desclassificar a empresa BRANET GESTAO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA. As empresas serão notificadas da decisão através da publicação da presente ata no Diário Oficial do Município (DOM). O parecer jurídico e técnica do Departamento de Saúde, ficam fazendo parte integrante e inseparável como se aqui estivesse transcrito. A Pregoeira e a equipe de apoio abrem vista de todo o processo licitatório aos licitantes e interessados para consulta e extração de cópias. A Pregoeira encaminha e submete a decisão, ao Senhor ARLINDO ROCHA - Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 16h00min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e sua da Equipe de Apoio. Maracajá, 07 de novembro de 2019.

GRASIELA BECKER	ODÉCIA A. DE SOUZA DA SILVA	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA
PREGOEIRA	EQUIPE DE APOIO	EQUIPE DE APOIO

O Prefeito Municipal de Maracajá, mantém a decisão.

	ARLINDO ROCHA	
	PREFEITO MUNICIPAL.	

ATA N. 05 - PREGÃO PRESENCIAL N. 009/FMS/2019

Publicação Nº 2220575

ATA 05
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO

DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/FMS/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada em sistemas de informática, para provimento de gestão da saúde do município de Maracajá, através da locação de sistema 100% web, incluindo serviços de implantação, migração, treinamento, suporte, manutenção, hospedagem em nuvem e licença de software.

Às dezesseis horas, do dia sete, do mês de novembro, do ano de dois mil e dezenove, na Sala de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 530, no centro do município de Maracajá/SC, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio do Município, designada pelo Decreto nº 14/2019, para processamento e prosseguimento do Pregão Presencial nº 009/FMS/2019. Aberto os trabalhos pela Pregoeira, a mesma informou que a empresa BRANET GESTAO DE LOGISTICA EM SAUDE LTDA ME restou desclassificada, pois de acordo com o Parecer Técnico do Departamento de Saúde, na apresentação da prova de conceito/certificação (item 39.1, Anexo II, do Edital), a empresa não atendeu as exigências descritas no edital e termo de referência. Diante disso, convoca-se a empresa segunda colocada, CELK SISTEMAS LTDA, para comparecer na sala de licitações do município de Maracajá, no dia 11/11/2019 (segunda-feira) às 14h30min – horário de Brasília - para negociação do preço por ela ofertado. As empresas e demais interessados serão comunicados desta decisão, através do ato de publicação da presente ata no Diário Oficial do Município – DOM. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a sessão às 16h15min. e lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pela Pregoeira e Equipe de Apoio. Maracajá, 07 de novembro de 2019.

GRASIELA BECKER	ODÉCIA A. DE SOUZA DA SILVA	RAFAELA ROCHA DE OLIVEIRA
PREGOEIRA	EQUIPE DE APOIO	EQUIPE DE APOIO

DECRETO 100/2019

Publicação Nº 2220437

DECRETO Nº 100 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

"INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FORNECEDOR e dá OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas no disposto no disposto do Inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e
CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I, do artigo 30 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 051/2019, que institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR, referente às infrações praticadas pelos fornecedores da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas, contratos e instrumentos convocatórios;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 053/2019, que institui e designa a Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, com a função de processar administrativamente às infrações praticadas pelos fornecedores da Prefeitura Municipal de Maracajá/SC, visando à apuração de sua respectiva responsabilidade;

CONSIDERANDO que é dever do Poder Público zelar pelo adequado funcionamento dos órgãos da Administração Municipal e fazer cumprir os regramentos destinados aos fornecedores municipais, especialmente aqueles que dizem respeito ao cumprimento de seus deveres legais e contratuais;

CONSIDERANDO que o Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade é o instrumento jurídico de que se vale a autoridade administrativa quando necessita aferir a responsabilidade de fornecedor e, se for o caso, aplicar a respectiva sanção;

CONSIDERANDO que ao fornecedor processado deve ser garantido o respeito ao devido processo administrativo, a ampla defesa e o contraditório;

CONSIDERANDO a importância do exercício do poder administrativo, como garantia da ordem jurídica;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º A instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa, para apuração de supostas infrações praticadas pela empresa DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 08.640.413/0001-42, na execução do processo licitatório nº 047/2018, na execução do Contrato nº 071/2018, realizado pelo Município de Maracajá/SC, com vistas a possível aplicação de penalidades, conforme constante do Processo PAAR nº 005/2019.

§ 1º O Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade de que trata o caput será conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade instituída e designada pelo Decreto nº 053/2019;

§ 2º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade deverá cumprir as normas e procedimentos previstos nos Decretos nº 051/2019 e 053/2019;

§ 3º A Comissão de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da publicação do presente ato de autorização para instauração de procedimento, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência ao Prefeito Municipal, o qual poderá, mediante requerimento do Presidente da Comissão, conceder dilação do referido prazo, desde que sejam relevantes as justificativas apresentadas.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 07 de Novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

DECRETO 99/2019

Publicação Nº 2220432

DECRETO Nº 99 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

"prorroga prazo de PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE FORNECEDOR, instaurado pelo decreto 54 de 08 de agosto de 2019 e dá OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas no disposto no inciso VII, do Artigo 73 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO que compete ao Chefe do Poder Executivo dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal e ainda legislar sobre assuntos de interesse local, nos termos do inciso I, do artigo 30 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a administração pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, dos seus atos e ações, conforme determina o artigo 37, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o ofício nº 27/2019PAAR (cópia anexa) do Presidente da Comissão PAAR em virtude do curso de prazo concedido para a produção de provas a empresa Delvalle Materiais Elétricos para tentativa de solução do caso, impossibilitando a conclusão dos trabalhos da dita comissão, no prazo concedido, anteriormente dilatado pelo decreto nº 81/2019, portanto, necessitando a Comissão de novo prazo para andamento e conclusão dos trabalhos do instaurado procedimento;

CONSIDERANDO a necessidade de prorrogar a vigência do Processo administrativo de Apuração de Responsabilidade, prevista no art. 1º, § 3º, do Decreto Municipal nº 54/2019, para concluir os trabalhos da presente Comissão;

CONSIDERANDO finalmente, o evidente interesse público e a necessidade administrativa na questão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado por mais 30 (trinta) dias, nos termos do art. 1º, § 3º, do Decreto nº 54 de 08 de agosto de 2019, a vigência do Processo administrativo de Apuração de Responsabilidade para apuração de supostas infrações praticadas pela empresa DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA- EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 32.227.550/0001-58, na execução do processo licitatório nº 015/2019, decorrente a Ata de Registro de Preços nº 005/2019, realizado pelo Município de Maracajá/SC, com vistas a possível aplicação de penalidades, conforme

constante do Processo PAAR nº 001/2019.

Parágrafo único. O prazo fixado no § 3º do art. 1º do Decreto Municipal nº 54/2019 fica prorrogado nos termos do caput deste artigo, passando a ter sua vigência total de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 07 de Novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 07 de Novembro de 2019.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT VITALI

Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019

Publicação Nº 2220546

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 042/2019.

OBJETIVO: contratação de empresa de engenharia, para execução dos serviços necessários a reforma do prédio que abriga o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos do no município de Maracajá/SC.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até 26 de novembro de 2019 às 09h00min.

DATA DE ABERTURA: Dia 26 de novembro de 2019 às 09h15.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 07 de novembro de 2019.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Maravilha

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 152/2019

Publicação Nº 2220018

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 152/2019 – Modalidade de Tomada de Preço n. 021/2019.

O Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo de Maravilha – SC, AIRTO GONÇALVES, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços, a contratação de empresa especializada para execução de Ossário para o Cemitério Municipal Jardim da Paz no Município de Maravilha - SC, tipo menor preço global, em regime de empreitada global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 17 horas do dia 25 de novembro de 2019. A abertura e julgamento dos documentos de habilitação e, eventualmente, propostas, ocorrerá no dia 26 de novembro de 2019, com início às 14 horas. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 07 de novembro de 2019. AIRTO GONÇALVES – Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo.

Marema

PREFEITURA

TERMO DE ANULAÇÃO - II – TERMO ADITIVO CONTRATO FMS Nº 04/2018

Publicação Nº 2219559

TERMO DE ANULAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO - II – TERMO ADITIVO

Contrato FMS nº: 04/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Finalidade: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.

Vínculo: Processo Licitatório n. 024/2018 – Pregão Presencial n. 016/2018.

O Município de Marema, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vidal Ramos, 357, centro, através do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº. 11.900.561/0001-63, e de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n. 00.456.865/0007-52 com sede administrativa na Rua João Pessoa, 130 -3º andar, Centro de Criciúma – SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum celebrar entre si o presente TERMO DE ANULAÇÃO DO SEGUNDO (II) TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMS Nº 04/2018. Firmado entre partes, vinculado ao Processo Licitatório nº. 024/2018, na modalidade de Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 016/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo consiste na anulação do terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo FMS nº 04/2018, que tinha por objeto alteração do CNPJ para faturamento dos valores advindos do contrato FMS nº 04/2018, de 03/05/2018, e suas alterações (I (primeiro) Termo Aditivo), passando do atual CNPJ, que corresponde ao da Filial de Criciúma, para o CNPJ da Matriz na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o aditivo tratou de alteração CNPJ sem repercussão no objeto, tratando-se de adequação administrativa.

Considerando que a contratação não teve interrupção na sua execução.

Considerando a inviabilidade da continuidade da contratação conforme ajustado, necessário a revogação do aditivo mencionado, o que se dá por acordo entre as partes.

Considerando que não houve qualquer pagamento relacionado ao mencionado aditivo a presente anulação.

Fundamenta-se através da Súmula 473 "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

Ratificam-se todos os demais itens e condições do Contrato Original e seus aditivos, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E, por estarem as partes em pleno acordo, justos e contratados em tudo que se encontra lavrado neste instrumento particular, assinam o presente perante duas testemunhas, elaborado em três vias de igual forma e teor, destinando-se uma via para o CONTRATADO e as demais para o CONTRATANTE

Marema/SC, 02 de setembro de 2019.

TERMO DE ANULAÇÃO TERMO DE ANULAÇÃO - II – TERMO ADITIVO CONTRATO FMAS Nº: 01/2018

Publicação Nº 2219561

TERMO DE ANULAÇÃO

TERMO DE ANULAÇÃO - II – TERMO ADITIVO

Contrato FMAS nº: 01/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema/Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Finalidade: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.

Vínculo: Processo Licitatório n. 024/2018 – Pregão Presencial n. 016/2018.

O Município de Marema, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vidal Ramos, 357, centro, através do Fundo Municipal de Assistência Social, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº. 15.305.546/0001-28, e de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n. 00.456.865/0007-52 com sede administrativa na Rua João Pessoa, 130 -3º andar, Centro de Criciúma – SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum celebrar entre si o presente TERMO DE ANULAÇÃO DO TERCEIRO (II) TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO FMAS Nº 01/2018. Firmado entre partes, vinculado ao Processo Licitatório nº. 024/2018, na modalidade de Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 016/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo consiste na anulação do terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo FMAS nº 01/2018, que tinha por objeto alteração do CNPJ para faturamento dos valores advindos do contrato FMAS nº 01/2018, de 03/05/2018, e suas alterações (I (primeiro) e II (segundo) Termo Aditivo), passando do atual CNPJ, que corresponde ao da Filial de Criciúma, para o CNPJ da Matriz na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o aditivo tratou de alteração CNPJ sem repercussão no objeto, tratando-se de adequação administrativa.

Considerando que a contratação não teve interrupção na sua execução.

Considerando a inviabilidade da continuidade da contratação conforme ajustado, necessário a revogação do aditivo mencionado, o que se dá por acordo entre as partes.

Considerando que não houve qualquer pagamento relacionado ao mencionado aditivo a presente anulação.

Fundamenta-se através da Súmula 473 “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

Ratificam-se todos os demais itens e condições do Contrato Original e seus aditivos, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E, por estarem as partes em pleno acordo, justos e contratados em tudo que se encontra lavrado neste instrumento particular, assinam o presente perante duas testemunhas, elaborado em três vias de igual forma e teor, destinando-se uma via para o CONTRATADO e as demais para o CONTRATANTE

Marema/SC, 02 de setembro de 2019.

TERMO DE ANULAÇÃO TERMO DE ANULÇÃO - III – TERMO ADITIVO CONTRATO Nº: 021/2018

Publicação Nº 2219562

TERMO DE ANULAÇÃO

TERMO DE ANULÇÃO - III – TERMO ADITIVO

Contrato nº: 021/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Marema

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Finalidade: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública.

Vínculo: Processo Licitatório n. 024/2018 – Pregão Presencial n. 016/2018.

O Município de Marema, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua Vidal Ramos, 357, centro, inscrito no CNPJ/FM, sob o nº. 78.509.072/0001-56, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Adilson Barreira, brasileiro, casado, e de outro lado BETHA SISTEMAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n. 00.456.865/0007-52 com sede administrativa na Rua João Pessoa, 130 -3º andar, Centro de Criciúma – SC, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum celebrar entre si o presente TERMO DE ANULAÇÃO DO TERCEIRO (III) TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2018. Firmado entre partes, vinculado ao Processo Licitatório nº. 024/2018, na modalidade de Pregão Presencial Compras e Serviços nº. 016/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente termo consiste na anulação do terceiro termo aditivo ao Contrato Administrativo nº 21/2018, que tinha por objeto alteração do CNPJ para faturamento dos valores advindos do contrato nº 021/2018, de 03/05/2018, e suas alterações (I (primeiro) e II (segundo) Termo Aditivo), passando do atual CNPJ, que corresponde ao da Filial de Criciúma, para o CNPJ da Matriz na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que o aditivo tratou de alteração CNPJ sem repercussão no objeto, tratando-se de adequação administrativa.

Considerando que a contratação não teve interrupção na sua execução.

Considerando a inviabilidade da continuidade da contratação conforme ajustado, necessário a revogação do aditivo mencionado, o que se dá por acordo entre as partes.

Considerando que não houve qualquer pagamento relacionado ao mencionado aditivo a presente anulação.

Fundamenta-se através da Súmula 473 "A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

CLAUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS:

Ratificam-se todos os demais itens e condições do Contrato Original e seus aditivos, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Xaxim/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas que possam surgir na execução do presente contrato.

E, por estarem as partes em pleno acordo, justos e contratados em tudo que se encontra lavrado neste instrumento particular, assinam o presente perante duas testemunhas, elaborado em três vias de igual forma e teor, destinando-se uma via para o CONTRATADO e as demais para o CONTRATANTE

Marema/SC, 02 de setembro de 2019.

Massaranduba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4042 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220231



PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete

DECRETO Nº 4042 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019**Abre crédito adicional suplementar**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) no programa discriminado do Anexo I.

Art. 2º O recurso para abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º, é oriundo do superávit financeiro do Município verificado no exercício anterior, conforme artigo 43, § 1º, I da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 30 de outubro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77

Pág 1/1

ANEXO I

Entidade: MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA				Decreto: 4042/2019		Data Lançamento: 30/10/2019			
				Data Decreto: 30/10/2019		Código da Suplementação: 142			
Data Lei: 12/11/2018									
Crédito Adicional				Origem de Recursos					
Lote	Tipo	Ref.	Dotação	Vínculo	Valor	Tipo	Ref.		
1	Suplementar	393	08.003.0013.0392.0038.2062.3339000000000000000000	030000000	6.000,00	Superavit			
				Total do Lote	6.000,00	Anulação:	0,00		
				Total	6.000,00	Superavit:	6.000,00		
						Convênio:	0,00		
Total Geral									
Anulação :				0,00	Excesso:	0,00	Convênio:	0,00	
Superávit:				6.000,00	Op. de Crédito:	0,00			
Resumo por Vínculos									
Tipo: Ordinário									
Vínculo	Descrição	Vínculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
3000000	Recursos Ordinários			0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Tipo: Ordinário				0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral				0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DECRETO Nº 4044 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2219251

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4044 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019****Abre créditos adicionais suplementares**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no Orçamento de 2019 no valor de R\$ 92.723,10 (noventa e dois mil, setecentos e vinte e três reais e dez centavos) nos programas discriminados do Anexo I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, é oriundo do provável excesso de arrecadação no exercício, conforme artigo 43, § 1º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 31 de outubro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62



MUNICIPIO DE MASSARANDUBA

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77

ANEXO I

Entidade: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MASSARANDUBA											
Decreto: 4044/2019				Data Lançamento: 31/10/2019							
Data Decreto: 31/10/2019				Código da Suplementação: 69							
Data Lei: 12/11/2018											
Crédito Adicional				Origem de Recursos							
Lote	Ref.	Tipo	Dotação	Valor	Tipo	Ref.	Dotação/Receita	Valor			
1	Suplementar	229	09.002.0010.0302.0027.2103.33350000000000000000	50.000,00	Excesso			92.723,10			
1	Suplementar	226	09.002.0010.0302.0027.2102.33390000000000000000	42.723,10				0,00			
Total do Lote				92.723,10	Anulação:			0,00			
				Superávit				0,00			
Total				92.723,10	Convênio:			0,00			
Total Geral											
Anulação :				92.723,10	Transposição			0,00	Convênio:		
				Excesso:				0,00			
Superávit:				0,00	Transposição			0,00			
				Op. de Crédito:				0,00			
				Decremento:				0,00			
Resumo por Vínculos											
Tipo: Vinculado											
Vínculo	Descrição Vínculo			Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio	
1380600	Transf. SUS/União - MAC-Média e Alta Complexidade				0,00	0,00	92.723,10	0,00	0,00		
Total Tipo: Vinculado					0,00	0,00	92.723,10	0,00	0,00	0,00	
Total Geral					0,00	0,00	92.723,10	0,00	0,00	0,00	

DECRETO Nº 4045 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2219253

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
ASSGAB – Assessoria de Gabinete****DECRETO Nº 4045 DE 31 DE OUTUBRO DE 2019****Abre créditos adicionais suplementares**

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1961 de 12 de novembro de 2018, DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento de 2019 no valor de R\$ 42.964,48 (quarenta e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e oito centavos) nos programas discriminados do Anexo I.

Art. 2º Os recursos para abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º, é oriundo da anulação parcial ou total de dotação orçamentária conforme artigo 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 31 de outubro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

CAPITAL CATARINENSE DO ARROZ

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
E-mail: gabinete@massaranduba.sc.gov.br – CNPJ: 83.102.483/0001-62

Planejamento e Orçamento
Alterações Orçamentárias por Suplementação e Origem de Recursos
Entidade(s): 77

[illegible]

Total Geral					
Anulação :	42.964,48	Excesso:	0,00	Transposição	0,00
				Incremento:	
Superávit:	0,00	Op. de Crédito:	0,00	Transposição	0,00
				Decremento:	
					0,00

Resumo por Vínculos

Tipo: Ordinário		Descrição Vnculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
Vnculo	1000000	Recursos Ordinários	11.333,33	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
	3000000	Recursos Ordinários	7.631,15	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Tipo: Ordinário	18.964,48	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Tipo: Vinculado		Descrição Vnculo	Anulação	Superávit	Excesso	Op. de Crédito	Transp. Incremento	Transp. Decremento	Convênio
Vnculo	1190000	Transf. FUNDEB (Outr. Desp. Ensino)	24.000,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Tipo: Vinculado	24.000,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
		Total Geral	42.964,48	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00

DESISTÊNCIA DE ITEM DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 32.2019 - TERRAPLANAGEM ZABEL

Publicação Nº 2219476

ASSUNTO: Solicitação de cancelamento
REQUERENTE: TERRAPLANAGEM ZABEL LTDA
Licitação n.º 104/2019 – Pregão Presencial SRP.

DOS FATOS

Trata-se de pedido de desistência do item 01 do processo licitatório n.º 104/2019 – ARP 32/2019, interposto por TERRAPLANAGEM ZABEL, vencedor do item 01 da Licitação, sob justificativa de indisponibilidade do equipamento no mercado.

Passa a analisar.

DO MÉRITO E DA DECISÃO

É fato que o contrato administrativo deve ser fielmente cumprido pelas partes contratantes, conforme reza o artigo 66 da Lei n.º 8666/93:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

Entretanto, a própria legislação, em seu art. 43, § 6.º da Lei 8666/93, expressa que após a fase de habilitação cabe desistência de proposta por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

§ 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

Fato é que, o Requerente apresentou justificativa de que não conseguirá manter as obrigações em decorrência de indisponibilidade do equipamento no mercado.

Dessa forma, a Lei 8666/93 autoriza a desistência na execução do contrato em casos como este, desde que ocorra situações estranhas à vontade do contratado que o impeça de cumprir as obrigações.

Assim, atendendo a solicitação do requerente e entendendo que a justificativa apresentada possui plausibilidade, decido pelo deferimento da desistência, com base no referido preceito legal, sem culpa do contratado, portanto, sem aplicação de qualquer penalidade.

Como não há segundo colocado a ser convocado, realize-se novo pregão, a fim de evitar a descontinuidade do serviço público.

Massaranduba, 04 de novembro de 2019.

Cirio Martini
Pregoeiro

Ratificado por

Armindo Sesar Tassi
Prefeito Municipal

LEI Nº 2045, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219362

LEI Nº 2045, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
Autoriza a alienação de bens móveis inservíveis

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica, pelo Chefe do Poder Executivo, autorizado a alienar bens móveis inservíveis constantes no Patrimônio Municipal, relacionados no Anexo I desta Lei, através de leilão público, pela melhor oferta.

I - Anexo I: Laudo de Avaliação Patrimonial – LAP

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 07 de novembro de 2019.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

ANEXO I

LEI Nº 2046, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219377

LEI Nº 2046, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui no Município de Massaranduba o "Dia Municipal em Comemoração da Estruturação da Força Expedicionária Brasileira

O PREFEITO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído no Município de Massaranduba o Dia Municipal em Comemoração da Estruturação da Força Expedicionária Brasileira a ser comemorado, anualmente, no dia 23 de novembro.

Art. 2º O dia deverá ser incluído no calendário festivo do Município podendo os poderes Executivo e Legislativo, realizar atividades relacionadas ao civismo e valorização da pátria.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 07 de novembro de 2019.
ARMINDO SESAR TASSI
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 228.2019 PP 228.2019 (PMM) - REGISTRO DE PREÇOS: SÊMEN E MATERIAL VETERINÁRIO

Publicação Nº 2219954

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 228/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 228/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE SÊMEN E OUTROS MATERIAIS PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL, DESTINADOS À SECRETARIA DE AGRICULTURA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 27/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 27/11/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 232.2019 PP 232.2019 - HORA MÁQUINA DE BRITADOR MÓVEL

Publicação Nº 2219753

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 232/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 232/2019

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE PRESTE SERVIÇO DE HORA MÁQUINA DE BRITADOR MÓVEL, PARA USO DA SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS

E SERVIÇOS URBANOS, BEM COMO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h45min do dia 22/11/2019.

ABERTURA DA SESSÃO: 15h00min do dia 22/11/2019.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: www.massaranduba.atende.net

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 52.2019 (PMM)

Publicação Nº 2219942

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019

Processo Licitatório Nº 138/2019

Pregão Presencial Nº 138/2019

registro de preço

Aos 07 dias de novembro do ano de 2019, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 2.051/10 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 138/2019 - Pregão Presencial Nº 138/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E FUNDOS, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital do processo licitatório em epígrafe e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário
3	WDCOM	GASOLINA ADITIVADA	Litro	3,57

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário litro reajustado
3	WDCOM	GASOLINA ADITIVADA	Litro	3,69

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 52/2019 que deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2019 - PREGÃO PRESENCIAL SRP, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2019 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 07 de novembro de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI		WALENDOWSKY DISTR. COMB. LTDA
PREFEITO MUNICIPAL		CNPJ nº 01.602.498/0001-25
Contratante		Contratada

Matos Costa**PREFEITURA****DECRETO 113/2019**

Publicação Nº 2219263

DECRETO N.º 113/2019 – DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal 002219/2018 de 07 de novembro de 2018:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, da Prefeitura Municipal de Matos Costa, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 106	1.000,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, fica autorizado à redução parcial, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), de dotações orçamentárias, consignadas no orçamento fiscal do corrente exercício financeiro, que especifica:

ORGÃO	08.00	SECRETARIA DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO	
UNIDADE	08.01	DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO	
PROJETO	2.017	Manutenção das Atividades Culturais e Turísticas	
DOTAÇÃO	3.1.90.00.00.00.1100	Aplicações Diretas 105	1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Matos Costa, 05 de novembro de 2019

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

LEI COMPLEMENTAR 042/2019

Publicação Nº 2219937

LEI COMPLEMENTAR N.º 042/2019 – de 7 de novembro de 2019

DISPÕE AJUSTES NO CÁLCULO DO IPTU PARA ASSEGURAR A EQUIDADE FISCAL E RESPEITAR A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA DOS CONTRIBUINTES LOCAIS .

RAUL RIBAS NETO, Prefeito Municipal de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica incluído o parágrafo único no art. 192 da Lei Complementar nº 33, de 20 de setembro de 2017 – Código Tributário Municipal, com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Para os imóveis urbanos que não possuíam cadastro no Município de Matos Costa no exercício de 2017, o valor do IPTU para os exercícios seguintes será calculado com a redução de 80% (oitenta por cento) no valor venal, a fim de adequar os contribuintes a capacidade contributiva e manter a equidade com os imóveis já cadastrados, na forma estabelecida no caput".

Art. 2º. A previsão constante no art. 1º desta Lei tem como objetivo manter o valor do IPTU limitado a 20% (vinte por cento) do valor lançado em 2017, conforme estabelecido no art. 192 do Código Tributário Municipal, para os imóveis novos e que não tinham cadastro em 2017, tendo em vista que, sem a redução indicada no art. 1º desta Lei, o valor do IPTU seria muito maior que os imóveis já existentes em 2017, mesmo que com características similares.

Paço Municipal, 7 de novembro de 2019

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Dirceu Joanim de Freitas

Assistente Administrativo I

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM

Oderlaine N S Moraes

Assistente Administrativo II

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 011/2019**

Publicação Nº 2219699

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
PODER LEGISLATIVO**

Rua: Tereza Cristina, 110 - Centro - CEP: 89420-000
MATOS COSTA - SANTA CATARINA
CNPJ: 83.529.941/0001-44 - FONE/FAX: (49) 3572 1144
e-mail: legislativo@camaramatoscosta.sc.gov.br

**PORTARIA Nº 011/2019**

O Presidente da Câmara de Vereadores do município de Matos Costa Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que são delegadas pela Lei Orgânica do Município 859 de 18 de abril de 1997, e suas alterações;

RESOLVE

Art. 1º - **CONCEDER** a servidor **CASSIANO DE FREITAS, portador do CPF nº 942016769-00**, investida no Cargo de Provimento de Diretor Geral, nível CC2, 5(cinco) dias de licença para tratamento de saúde da Câmara de Vereadores do Município de Matos Costa - SC

Art. 2º Esta Portaria entra em publicação através de sua assinatura.

Câmara Municipal de Vereadores de Matos Costa - SC; em 07 de novembro de 2019.

Esta Portaria foi registrada na
Secretaria da Câmara Municipal

A presente Portaria foi publicada no
Mural da Câmara em 07/11/2019

Meleiro**PREFEITURA****DECRETO Nº 057-2019**

Publicação Nº 2220636

DECRETO n.º 057/2019.

ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal n.º 1.793/2018, de 21 de Novembro de 2018.

DECRETA

Art. 1.º A Dotação Orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), nestes termos:

06 – SECRET. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
060115.452.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais/Desenvol. Urbano	
3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas (122)	R\$ 200.000,00
Total	R\$ 200.000,00

Art. 2.º As suplementações das Dotações Orçamentárias de que trata o artigo 1º, correrá por conta do provável excesso de arrecadação apurado no exercício na fonte especificada.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 16 de Outubro de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 054/2019

Publicação Nº 2220163

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MELEIRO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 054/2019

EDER MATTOS, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos, que contratou através de Inexigibilidade de Licitação para CONTRATAÇÃO DA EMPRESA PARA A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA SEGUINTE BANDA MUSICAL (BLACK BULL BAND), A SER REALIZADO NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2019, NO EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO 58º ANIVERSÁRIO DO MUNICIPIO DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO, CONFORME PROGRAMAÇÃO.

Fundamento Legal: Art. 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: MC BEHENCK EVENTOS E PROMOÇÕES LTDA ME

Valor Total: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Meleiro/SC, 07 de novembro de 2019.

EDER MATTOS – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 055/2019

Publicação Nº 2220174

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MELEIRO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 055/2019

EDER MATTOS, Prefeito Municipal, torna público para conhecimento de todos, que contratou através de Inexigibilidade de Licitação EMPRESA PARA A APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DA SEGUINTE BANDA MUSICAL (BANDA TCHÊ BARBARIDADE), A SER REALIZADO NO DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2019 NO EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO 58º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE MELEIRO, A SER REALIZADO NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO, CONFORME PROGRAMAÇÃO.

Fundamento Legal: Art. 25, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

Contratada: PRODUSHOW PROPAGANDA PUBLICIDADE E EVENTOS LTDA ME

Valor Total: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

Meleiro/SC, 07 de novembro de 2019.

EDER MATTOS – Prefeito Municipal.

Modelo

PREFEITURA

ATA DE REVOGAÇÃO DE ATOS E AVISO DE NOVA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO Nº 051/2019

Publicação Nº 2219636

ATA DE REVOGAÇÃO DE ATOS E DESIGNAÇÃO DE NOVA SESSÃO PÚBLICA

Processo nº 2112/2019

Modalidade: Pregão com o número nº 051/2019

Conforme ATA Nº 083/2019, as 14:15 horas do dia 04 de novembro de 2019, nas dependências da Prefeitura Mun. de Modelo, reuniram-se o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 284/2018, do Senhor Prefeito Municipal conforme que segue abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC.

CONSIDERANDO que a empresa NAVODAP – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI, enviou Envelopes de Credenciamento, Proposta de Preços e Habilitação, o qual foi entregue pelos Correios e recebido pela Administração no dia 30 de outubro de 2019 conforme comprovante dos Correios anexo.

CONSIDERANDO que a empresa não teve representante na sessão.

CONSIDERANDO o erro do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, o qual não credenciou os Envelopes, assim deixando a empresa de fora do Certame.

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.784/99 em seu Art. 53, traz que "A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos."

CONSIDERANDO a Súmula 473 do STF, que traz que "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial."

CONSIDERANDO a Súmula 346 do STF, que traz que "A Administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos."

CONSIDERANDO O Art. 3º da Lei 8.666/93 que traz que "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Eu, ALEXANDRO SPEROTTO, Pregoeiro do Município de Modelo/SC designado pelo Decreto 284/2018 do Sr. Prefeito Ricardo Luis Maldaner, venho por meio deste REVOGAR a adjudicação proferida pela Comissão, na ATA Nº 083/2019, lavrada na sessão pública realizada no dia 04 de novembro de 2019, do processo supra citado e designo a realização de NOVA SESSÃO PÚBLICA, na oportunidade em que será aberto os Envelopes da empresa NAVODAP – COMÉRCIO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI, com realização de nova etapa de lances.

A sessão pública fica designada para o dia 11 de novembro de 2019 as 08h00min na Sala de Licitações da Prefeitura, localizada na Rua do Comercio, nº 1.304, Centro, Modelo, Estado de Santa Catarina, CEP 89872-000.

Intima-se através da publicação da presente ata no Diário Oficial dos Municípios as licitantes participantes para que se façam presentes na sessão, conforme estipulado nesta ata.

Sem mais para o momento.

Modelo/SC, 07 de novembro de 2019.

Alexandro Sperotto
Pregoeiro (Decreto 284/2018)

DECRETO Nº 240/2019 REVOGA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1269/2019

Publicação Nº 2220225

DECRETO Nº 240/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1313/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1269/2019 CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial de conformidade com a Lei 9.784/99, Súmulas 346 e 473 do STF, Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações, e demais normas legais em especial;

CONSIDERANDO o poder de autotutela da Administração Pública, que pode revogar os atos, tudo em consonância com o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que de acordo com o art. 49 da Lei nº. 8.666/93 c/c com o Art. 109, a autoridade competente para aprovação do procedimento poderá revogar a licitação por razões de interesse público;

CONSIDERANDO a homologação do processo nº 1313/2019, dispensa de licitação nº 1269/2019 através do Decreto nº 163/2019, referente a execução de asfaltamento de vias urbanas através do BADESC EM de 04/07/2019.

CONSIDERANDO que o cronograma da obra estabelecido no projeto para a execução era de 04 meses, A CONTAR DA DATA DE 04/07/2019.

CONSIDERANDO que para a execução da obra, objeto deste processo, o Município assumiu a execução da drenagem pluvial do projeto que deve ser previa, e devido a indisponibilidade de máquinas, material e servidores por estar o Município, com outras obras em andamento, em especial o pavimento de acesso a Linha Janguta, não sendo iniciado as obras.

CONSIDERANDO a necessidade de reprogramação para a execução das obras, e que foi solicitado ao BADESC esta reprogramação, inclusive foi encaminhado pedido para reprogramação ao BADESC, da carência do programa. Readequado ao novo cronograma das respectivas obras;

CONSIDERANDO que conforme oficiado pelo CIDIR, houve alteração dos valores atribuídos aos serviços prestados pelo Consórcio através da Resolução Nº 002 de 01 de agosto de 2019.

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer contrato e cronograma atual, e conforme notificado pelo CIDIR, fica inviabilizado a execução do presente processo de licitação, por não ter sido iniciada as obras e por ter havido alteração nos valores conforme acima exposto.

CONSIDERANDO as deliberações em assembleia e disposições do Estatuto do CIDIR, o qual o Município de Modelo é signatário para que as obras somente sejam realizadas adequadas aos valores vigentes, equilíbrio econômico e fiscal.

CONSIDERANDO o relevante interesse público na realização das obras aprovadas pelo BADESC para pavimentação de vias urbanas.

CONSIDERANDO que houve a elaboração de novos projetos com valores atualizados, não estando compatíveis com os valores do processo nº 1313/2019, dispensa de licitação nº 1269/2019

DECRETA:

Art. 1º. Fica REVOGADO o Processo licitatório nº 1313/2019, Dispensa de Licitação Nº 1269/2019, com fundamento no caput, do artigo 49, da Lei nº. 8.666/93 e demais disposições legais, tendo em vista o acima exposto.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 07 de novembro de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra:

ALEXANDRO SPEROTTO

Chefe do Departamento de Licitações

Mondaí

PREFEITURA

DECRETO 5272/2019

Publicação Nº 2219480

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO Nº 5.272 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Homologa o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 56 da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar Municipal nº 69 de 17 de Setembro de 2019 e:

CONSIDERANDO-SE a aprovação do Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, conforme consta em Ata realizada na data de sete de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 07 de novembro de 2019.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal de Mondaí.

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

COMDEMA

REGIMENTO INTERNO

Índice

Capítulo I Do Objetivo

Capítulo II Da Competência

Capítulo III Da Composição

Capítulo IV Da Organização

Capítulo V Das Assembléias

Capítulo VI Da Presidência

Capítulo VII Da Secretaria

Capítulo VIII Das Reuniões

Capítulo IX Dos Atos

Capítulo X Disposições Finais

Capítulo I

Do Objetivo

Art. 1º Este regimento estabelece normas de organização e funcionamento do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, órgão consultivo e deliberativo, criado pela Lei nº 2.712/1999, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal de Mondaí, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Capítulo II

Da Competência

Art. 2º Compete ao COMDEMA:

I - Estudar, propor e atualizar a Política Ambiental do Município;

II - Exigir o pleno cumprimento da Política Ambiental, denunciando qualquer desrespeito à lei;

III – Fiscalizar as ações do órgão ambiental municipal e a utilização do Fundo Municipal de Meio Ambiente;

IV - Deliberar, apresentando sugestões sobre:

a) as diretrizes de desenvolvimento do Município;

b) as alterações nas leis de uso do solo no Município;

c) as definições relativas à coleta e ao tratamento de resíduos de qualquer natureza;

d) a instalação ou expansão de empreendimentos de qualquer natureza, potencialmente causadores de impacto ambiental, em qualquer magnitude;

e) as definições relativas ao uso e proteção dos recursos hídricos;

f) imunização do corte de árvores ou área de relevante interesse ecológico e paisagístico;

V - Propor campanhas educativas para formar consciência pública da necessidade de proteger, conservar e melhorar o meio ambiente;

VI - Propor e acompanhar a implantação de novas unidades de conservação e assessorar a efetiva implantação das existentes;

VII - Manter intercâmbio com órgãos da Administração Federal, Estadual, Municipal e com entidades não governamentais para receber e fornecer subsídios técnicos, úteis na defesa e recuperação do meio ambiente;

VIII - Decidir, como última instância administrativa em grau de recurso, sobre multas e outras penalidades impostas pelo órgão executor da política municipal do meio ambiente;

IX - Responder consultas sobre matéria de sua competência, orientando os interessados e a população sobre as normas de proteção ambiental;

X - Acompanhar, examinar e opinar sobre a implementação de normas, políticas e legislação do meio ambiente, no Município;

XI - Elaborar ou alterar seu Regimento Interno;

XII – Deliberar sobre a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados, requisitando aos órgãos envolvidos as informações necessárias.

Capítulo III

Da Composição

Art. 3º O COMDEMA será composto por 08 (oito) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal, indicados pelas entidades a seguir:

I – Representantes Governamentais:

- a) Executivo Municipal
- b) Executivo Municipal
- c) Executivo Municipal
- d) Polícia Militar

II – Representantes Não Governamentais:

- a) Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- b) Associação Comercial e Industrial de Mondaí - ACIM
- c) Associação dos Amigos do Rio Uruguai de Mondaí - AARUM
- d) COAFAMO

§ 1º Para cada membro titular será indicado um suplente.

§ 2º A composição dos membros do COMDEMA é instituída, observando-se os critérios de paridade fixados na legislação pertinente, bem como pela Lei Complementar 69 de 17 de setembro de 2019.

Capítulo IV

Da Organização

Art. 4º O mandato dos membros do COMDEMA será de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 5º O COMDEMA ficará diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito Municipal.

Art. 6º O suporte administrativo e técnico, em caráter permanente ou eventual, indispensável ao funcionamento do COMDEMA será prestado diretamente pela Prefeitura Municipal, tanto em relação às instalações e material de consumo, como aos recursos humanos e financeiros.

Art. 7º O COMDEMA terá a seguinte estrutura:

I - Assembleia;

II - Presidência;

III - Secretaria.

Capítulo V

Das Assembleias

Art. 8º A Assembléia se constitui no órgão superior deliberativo e normativo do COMDEMA, encarregado de compatibilizar os planos, programas, projetos e atividades de proteção ambiental com as normas pertinentes.

Art. 9º A Assembleia é composta pelos membros titulares do COMDEMA, e seus respectivos suplentes, havendo ausência do titular, com direito a voto nos atos e deliberações do Conselho.

Art. 10. A Assembléia Geral Ordinária ocorrerá uma vez por mês, conforme calendário aprovado na primeira reunião do ano;

Art. 11. A Assembléia Geral Extraordinária poderá ocorrer quantas vezes se fizer necessário, por convocação do presidente ou de 1/3 dos membros;

Art. 12. As Assembleias são abertas a participação do público em geral, com direito de manifesto e sem direito a voto.

Art. 13. As decisões do Conselho poderão ser formalizadas através de resoluções aprovadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade, em razão de empate.

Art. 14. As decisões e atos do COMDEMA, aprovados em Assembléia, sob a forma de Resoluções, tem efeito normativo e executivo nas ações da Administração Pública, após baixados sob a forma de Decretos pelo Executivo Municipal.

Art. 15. Compete à Assembléia:

I - Eleger o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário Geral e o Vice-Secretário do COMDEMA;

II - Destituir ou requisitar a substituição de membros às entidades;

III - Apreciar e deliberar sobre temas da competência do COMDEMA;

IV - Deliberar sobre normas e atos relativos ao Regimento Interno ou ao funcionamento do COMDEMA a qualquer título;

V - Aprovar resoluções e propostas, encaminhando ao Executivo Municipal.

Capítulo VI

Da Presidência

Art. 16. A Presidência é composta de um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em votação secreta entre os membros do COMDEMA, com mais da metade dos votos válidos, para um mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do Presidente, a presidência será exercida pelo seu Vice-Presidente e na falta de ambos, pelo Secretário.

Art. 17. Compete à Presidência do COMDEMA:

I - Representar o Conselho em juízo ou fora dele;

II - Estabelecer a pauta, convocar e presidir as reuniões e assembleias;

III - Assinar as Resoluções, correspondências e outros documentos;

IV - Fazer cumprir as decisões da assembleia e o regimento interno;

V - Constituir comissões e propor a designação de relatores para matérias;

VI - Tomar decisões de urgência, submetendo a Assembleia seguinte;

VII - Propor o calendário anual das Assembleias Ordinárias;

VIII - Adotar as providências necessárias ao andamento dos processos;

IX - Encaminhar votação das matérias submetidas a apreciação;

X - Exercer outros encargos que lhe forem atribuídos pela Assembleia.

Capítulo VII Da Secretaria

Art. 18. A Secretaria é composta de um Secretário e um Vice-Secretário, eleitos entre os membros do COMDEMA, da mesma forma e na mesma Assembleia de eleição da Presidência.

Art. 19. A Secretaria é órgão auxiliar da Assembleia, das Comissões e da Presidência, desempenhando atividades de gabinete e de assessoramento administrativo.

Art. 20. Quando necessário, a Secretaria com a anuência prévia da Presidência, poderá requisitar junto ao Gabinete do Prefeito Municipal, apoio técnico, operacional e administrativo dos órgãos da Administração Direta e Indireta, bem como requisitar servidores, para a execução de atividades relacionadas ao COMDEMA.

Art. 21. Os documentos enviados ao Conselho serão recebidos, registrados e protocolados junto ao protocolo geral da Prefeitura Municipal, que os encaminhará ao órgão municipal do Meio Ambiente, e complementados com todas as informações disponíveis relacionadas ao assunto neles abordado, sendo em seguida encaminhados ao Presidente do Conselho, como elementos de pauta da próxima Assembleia, para análise e deliberação imediata ou eventual distribuição a um relator.

Art. 22. Compete a Secretaria do COMDEMA:

I - Secretariar as reuniões e assembleias;

II - Organizar e Arquivar documentos e correspondências;

III - Manter sob sua guarda os livros de atas, de presenças e de protocolo;

VI - Substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;

V - Relatar as matérias encaminhadas ao COMDEMA;

VI - Executar os trabalhos que lhe forem atribuídos pela Presidência;

VII – Preparar e remeter a convocação e a pauta das reuniões do COMDEMA, 7 (sete) dias antes de cada Assembleia;

VIII - Elaborar as atas das reuniões e a redação final de todas as Resoluções, e documentos que forem expedidos pelo Conselho;

IX - Assinar em conjunto com a Presidência, toda a documentação do COMDEMA.

X - Disponibilizar aos Conselheiros, cópias da documentação referente a assuntos da pauta, que exijam tomadas de decisões, se solicitado, vedada a divulgação do conteúdo do material.

Capítulo VIII Das Reuniões

Art. 23. As reuniões da Assembleia obedecerão a seguinte ordem:

I - Abertura dos trabalhos pelo Presidente do Conselho;

II - Apresentação da pauta em curso, pela secretária;

III - Deliberação individual dos assuntos da pauta;

IV - Designação de relatores;

V - Agenda livre, para serem debatidos ou levados ao conhecimento do Plenário, assuntos de interesse geral;

VI - Leitura, discussão e aprovação da ata, facultados os pedidos de retificação;

VII - Encerramento da reunião pelo Presidente.

Art. 24. A presença de metade mais um dos Conselheiros formalizará a maioria simples e estabelecerá "quorum" para a realização das reuniões e deliberações.

Art. 25. Os relatórios a serem apresentados à Assembléia, deverão ser elaborados por escrito pelo Relator e entregues à Secretaria, com 10 (dez) dias de antecedência à data da reunião, para fins de processamento e inclusão na pauta.

Art. 26. A inclusão de assuntos na pauta de reuniões, não previstos na súmula encaminhada com antecedência aos conselheiros, somente será possível por aprovação da Assembléia, na reunião em curso, a pedido do Presidente.

Art. 27. Qualquer Conselheiro poderá apresentar assuntos em reuniões ordinárias, devendo para tanto propor ao Presidente sua inclusão na súmula da pauta de reuniões, com a antecedência necessária, objetivando cientificar os demais Conselheiros.

Art. 28. As decisões do Conselho serão tomadas por maioria dos membros presentes, excluído o voto do Presidente, a não ser quando houver necessidade de uso do voto de qualidade, em razão de empate.

Parágrafo único. Se o assunto em votação estiver relacionado diretamente a qualquer dos Conselheiros, o mesmo deverá se retirar no momento da discussão e votação.

Art. 29. Das reuniões da Assembléia serão lavradas atas, das quais constarão:

I - Local, data e hora da reunião;

II - O nome dos Conselheiros presentes;

III - A justificativa dos Conselheiros ausentes;

IV - Sumário do expediente, relação de matérias lidas, registro das proposições apresentadas e das comunicações recebidas e ou emitidas;

V - Resumo das matérias incluídas na pauta, com a indicação dos Conselheiros que participaram dos debates, designações e encaminhamentos de relatores;

VI - Declaração de voto, se requerido;

VII - Deliberações e atos do Conselho.

Parágrafo único. A ata será lavrada ainda que não haja reunião por falta de "quorum", nela constando, neste caso, o exposto nos incisos I, II e III acima.

Capítulo IX Dos Atos

Art. 30. São atos do COMDEMA:

I - Resoluções;

II - Normas e Padrões de proteção do Meio Ambiente;

III - Propostas.

Art. 31. Resolução é a manifestação do Conselho sobre a matéria que lhe seja submetida.

Art. 32. Normas e padrões de proteção e melhoria do meio ambiente são atos do Conselho de caráter geral;

Art. 33. Propostas são encaminhamentos de medidas que visam cumprir as atribuições do Conselho e cuja adoção esteja além das suas competências.

Capítulo X Disposições Finais

Art. 34. O comparecimento dos Conselheiros às assembleias ordinárias e extraordinárias é obrigatório e ocorrerá a perda do mandato sempre que se verifique a ausência, sem justificativa, da representação por mais de 3 (três) sessões consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas no período de 1 (um) ano.

Art. 35. Em caso de omissão do órgão representado, em suprir a falta de seus representantes, após a devida comunicação, poderá ser proposto em Assembléia a alteração da composição do COMDEMA, conforme disposto pela Lei Complementar 69 de 17 de setembro de 2019.

Art. 36. Nas atividades do COMDEMA fica expressamente proibida qualquer manifestação político partidária.

Art. 37. O exercício das funções de membro do Conselho é gratuito e considerado como prestação de serviços relevantes ao Município.

Art. 38. Em caso de votação, o Presidente do Conselho ouvirá os demais Conselheiros acerca do interesse e conveniência na ocorrência de voto aberto ou fechado.

Art. 39. O presente regimento poderá ser alterado por proposição do Conselho, com aprovação por maioria absoluta dos seus membros.

Art. 40 - O presente Regimento entrará em vigor na data de sua publicação.

Mondaí, SC, 07 de novembro de 2019.

Conselheiros:

Marcos Felipe da Silva

Adair Bruch

Paulo Behne

Vlademir José Suelo

Valdir Rubert

Persio Schena

José Nestor Schuh

Edo Lenz

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO Nº 061.2019 PMM

Publicação Nº 2219290

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 050/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC. EMPRESA REGISTRADA: PORTAL TURISMO E COMÉRCIO LTDA, valor total de desconto de 100,01 % sobre DU para o item 01 e 02.

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada na prestação de serviços agenciamento de passagens aéreas, compreendendo a reserva, missão, marcação, cancelamento, remarcação, e fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e correlatos, em atendimento às necessidades das diversas secretarias e unidades diretas e indiretas da administração municipal de Mondaí, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I deste Edital, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos. ORIGEM: Processo Licitatório nº 095/2019, Pregão Presencial nº. 061/2019. VIGÊNCIA: A vigência da presente ATA é a partir de sua homologação até 06 de novembro de 2020. Mondaí – SC, 07 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO EDITAL IL Nº 012/2019 - PMM

Publicação Nº 2220381

MUNICÍPIO DE MONDAÍ – SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 012/2019

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Inexigibilidade de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 103/2019 e, com fulcro no Art. 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo:

OBJETO: Constitui-se como objeto do presente termo, a contratação do palestrante professor Dr. César Aperecido Nunes, para realização de palestra com o tema denominado de “Humanização no serviço público: novas relações éticas e políticas no Município que acolhe”, para formação continuada de servidores públicos do Município de Mondaí/SC. CONTRATADO: CESAR NUNES EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 57.590.150/0001-10. VALOR TOTAL: R\$ 6.000,00 (seis mil reais). VIGÊNCIA: 30/11/2019. Mondaí – SC, 06 de novembro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO ADITIVO CT Nº 003/2019 - PMM

Publicação Nº 2220114

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DE TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 158/2018. Edital: Tomada de Preços nº. 017/2019. Contrato: nº 003/2019 – 1º Termo Aditivo. Objeto: O presente contrato tem por objetivo a contratação de serviços técnicos de engenharia civil para elaboração de projetos, acompanhamento de obras, fiscalização e expedição de laudos, boletins de medição e outras tarefas relacionadas ao ramo da engenharia, (conforme estabelecido no art. 7 da resolução 218 do CONFEA – art. 7º: compete ao ENGENHEIRO CIVIL ou ao ENGENHEIRO DE FORTIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO: I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a edificações, estradas, pistas de rolamentos e aeroportos; sistema de transportes, de abastecimento de água e de saneamento; portos, rios, canais, barragens e diques; drenagem e irrigação; pontes e grandes estruturas; seus serviços afins e correlatos), bem como, na elaboração de projetos específicos de acordo aos as regulações do SICONV, SIGEF, PAR, SISMEC, BADESC, FUNDAM, E-sfinge Obras e outros que por ventura se fizerem necessários para o pleno atendimento do Município de Mondaí – SC, mediante execução de 40 (quarenta) horas semanais, de forma presencial na sede da Prefeitura, distribuídos

nos 05 (cinco) dias úteis da semana, para o exercício de 2019 e/ou subsequentes.

Finalidade: As partes supracitadas, com fundamento na alínea "a" do Inciso I, combinado com o parágrafo 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/1993, consolidadas, resolvem ampliar em 20,82% (vinte vírgula oitenta e dois pontos percentuais), os valores, quantidades e tempo de contrato originalmente pactuado, aditando o Contrato já mencionado, ficando acrescentada ao objeto, nova especificação conforme segue: Aprovação de projetos de construção no município e Aprovação de desmembramentos e loteamentos a serem executados no Município de Mondaí. Contratada: JULLYAN PATRICK ALBERTI, pessoa física, CPF sob o n.º 066.652.329-05. Vigência: até 31/12/2019. Mondaí/SC, 01 de outubro de 2019. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal.

Monte Carlo

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 25/2019/FMS

Publicação Nº 2219392

CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 25/2019/FMS

Pelo presente instrumento que entre si celebram FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n. 04.923.189.0001.45, com sede administrativa à Rua Vilma Gomes, s/n, Centro, nesta cidade de Monte Carlo, SC., neste ato representado por seu Gestor, Anderson Rafael Sartor, brasileiro, casado, agente político, doravante denominado CONTRATANTE; e de outro lado SILVA, SANTANA E MULLER EMPREENDIMENTOS EM SAÚDE SS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 20.437.865/0001-27, com sede à Rua Sebastião Nunes Gonçalves, n. 15, Bairro Centro, na cidade de Monte Carlo SC, neste ato representado por Jefferson Isberner de Santana, portador do CPF nº 052.918.339-04; doravante denominada CONTRATADA, com base no artigo 1º, da Lei Municipal n. 1046/2017, e artigo 24, inciso IV da Lei Federal n. 8.666/93, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Contrato, de acordo com as cláusulas e condições adiante transcritas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto de presente contrato é a prestação de SERVIÇOS HOSPITALARES na Unidade Mista de Saúde Nossa Senhora da Salette, no âmbito da Concessão instituída pela Lei Municipal n. 1046/2017, compreendendo a execução pela contratada, dos serviços de gestão dos plantões médicos, relativos ao pronto atendimento 24 (vinte e quatro) horas.

§ 1º. Considera-se "Pronto Atendimento" a prestação de serviços médicos, aos atendimentos AMBULATORIAIS, DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, assim disciplinados na forma da portaria n. 373, de 27 de fevereiro de 2002 e alterações posteriores do Ministério da Saúde.

§ 2º. O atendimento 24h (vinte quatro horas), caracteriza-se pela disponibilidade, em tempo integral, de 01 (um) médico clínico geral, devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, durante todas as horas do dia, por todos os dias do mês, em caráter contínuo e sem interrupções.

§ 3º. O presente contrato vigorará pelo período indicado neste instrumento, admitida sua prorrogação nos estritos limites legais, mantendo sua validade mesmo após eventual transferência de local, total ou parcial, dos serviços de Pronto Atendimento por parte da Contratante.

§ 4º. No caso de alteração substancial do objeto do contrato, poderão as partes alterar as condições de sua execução, mediante prévio acordo e aditamento, e na impossibilidade deste, poderão optar pela rescisão do mesmo, sem ônus para ambas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR TOTAL E DO PAGAMENTO

Pelos serviços médicos que a Contratada prestará ao Contratante, no funcionamento do Pronto Atendimento – 24h., será pago o valor mensal de R\$ 65.000,00 (Sessenta e cinco mil reais), depositados mensalmente em conta corrente a ser indicada pela Contratada, até o 5º (quinto) dia do mês seguinte, à prestação dos serviços.

Parágrafo único. O pagamento será feito mediante apresentação de nota fiscal correspondente, e será realizada até o 5º dia (quinto dia útil) mês subsequente ao da efetiva prestação do serviço, acompanhada do relatório de atendimentos, da escala dos profissionais médicos contendo o respectivo registro profissional de cada um, além das certidões das seguinte certidões negativas:

- I – Certidão conjunta de regularidade fiscal com a União;
- II – Certidão de regularidade fiscal com o Estado;
- III – Certidão de regularidade fiscal com o Município sede da empresa referida;
- IV – Certidão de regularidade do FGTS;
- V – Certidão de regularidade de débitos trabalhistas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Contratante, pelo presente instrumento, cede o uso temporário, pelo prazo de vigência deste contratado, à Contratada, de parte das instalações do edifício hospitalar edificado às margens da Rua Maria de Lurdes Pisani, s/n, Bairro Pôr do Sol, em Monte Carlo, SC., para o desempenho das atividades indicadas neste instrumento.

§ 1º. Os gastos decorrentes de alimentação dos médicos, de manutenção do cartão ponto e equipamentos de proteção individual dos médicos, serão custeados pela Contratada.

§ 2º. As instalações cedidas compõem o quarto médico, e as instalações de uso comum, que serão supervisionadas e mantidas pela atual concessionária de serviço público, que mantém a gestão de serviços hospitalares.

CLÁUSULA QUARTA – DOS EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS

O Contratante cede, ainda, para uso compartilhado da Contratada, os equipamentos que se encontram na Unidade, relacionados no Patrimônio Público Municipal, sob guarda da Concessionária que mantém os serviços hospitalares.

Parágrafo único. No caso de comprovar-se o mau uso dos equipamentos, o Contratante poderá exigir da Contratada, a substituição do médico, e no caso de sinistro do material, a reposição do mesmo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EQUIPE QUE PRESTARÁ OS SERVIÇOS

A Contratada prestará os serviços de Pronto Atendimento Médico, pelo período de 24h (vinte e quatro horas), disponibilizando para tanto, a seguinte equipe profissional:

QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO PARA PERÍODO DE 24H.
01	Serviço médico clínico geral

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTROLE DE ATENDIMENTOS

Para controle dos atendimentos prestados no Pronto Atendimento 24h., a Contratada obrigará seus profissionais a preencherem com as informações necessárias o prontuário de paciente, os registros de atendimento ambulatorial, e ainda, o Boletim de Atendimento de Urgência (BAU).

Parágrafo único. A produção do Boletim de Atendimento de Urgência (BAU), para fins de percepção de valores perante os órgãos competentes, será de único e exclusivo direito do Contratante, na medida em que preste o serviço integralmente ao paciente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO ATENDIMENTO, INTERNAMENTO E ENCAMINHAMENTO DOS PACIENTES

No caso de transferências de pacientes e que necessitem de encaminhamento a outros recursos médicos ou clínicos, a Contratada promoverá o contato com a unidade de saúde de destino, através de seus médicos.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Saúde indicará mensalmente, os centros de referência para especialidades médicas, para os quais deverão ser transferidos os pacientes, caso não haja solução adequada no Município.

§ 2º. A disponibilização de profissionais médicos para atendimento será de responsabilidade da Contratada, cabendo a esta, a seleção e a contratação destes profissionais.

§ 3º. No período de transferência, a Contratada operacionalizará o serviço de acordo com suas possibilidades.

§ 4º. Caso o profissional médico, não atenda às expectativas do Contratante, será a Contratada notificada, para promover sua substituição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DEMAIS RESPONSABILIDADES DA CONCESSIONÁRIA

Constituem ainda, obrigações da Concessionária:

I - a prestação gratuita e universal dos serviços de atenção à saúde aos munícipes de Monte Carlo, no âmbito do SUS – Sistema Único de Saúde e na forma desta Lei;

II - a boa gestão dos suprimentos farmacêuticos e hospitalares postos à sua disposição;

III - a gestão, conservação e manutenção dos bens da concessão;

IV - a contratação e gestão de profissionais médicos;

V - o desenvolvimento conjunto, em parceria com o Município, de programas e ações de saúde para prevenção e controle de enfermidades;

VI - o manejo dos resíduos hospitalares, na forma da lei e dos regulamentos expedidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, cuja destinação será atribuição do Contratante.

Parágrafo único. A prestação gratuita e universal, compreende os serviços de saúde, o atendimento médico-hospitalar para o diagnóstico e encaminhamento de situações e procedimentos ambulatoriais, de urgência ou emergência ou patologias crônicas, além do internamento dos pacientes para a recuperação.

CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa para a execução do objeto do presente contrato correrá a conta de dotação específica do orçamento de 2019 e terá a seguinte classificação orçamentária:

Entidade: 04 – Fundo Municipal de Saúde

Órgão: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Proj./Atividade: 2.036 – Assistencial Hospitalar e Ambulatorial

51 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0002.00000

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

A inexecução contratual, parcial ou total, submeterá o responsável às penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93, na suspensão temporária da participação em licitações e impedimento de contratar com o Município pelo prazo de 12 (doze) meses e multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor correspondente a 12 (doze) meses de execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido, por iniciativa de qualquer das partes, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial dos serviços contratados, mediante notificação prévia de 15 (quinze) dias.

Parágrafo único. Além desta hipótese, a rescisão também poderá ocorrer pelos motivos enumerados no artigo 78 da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O presente instrumento tem prazo de vigência de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2019, iniciando-se à zero hora do dia respectivo, e findando às 23:59h do dia do término, prorrogável na forma do artigo 57, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Fraiburgo, para dirimir quaisquer dúvidas atinentes ao presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E por estarem justos e contratados, assinam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, e com duas testemunhas a tudo presentes.

Monte Carlo (SC), 30 de outubro de 2019.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SILVA, SANTANA E MULLER EMP.EM SAUDE

Anderson Rafael Sartor Jefferson Isberner de Santana

Secretario Municipal de Saúde

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

LEI Nº 1.169/2019

Publicação Nº 2219394

LEI Nº 1.169/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA A REDAÇÃO DO ART 3º E PARAGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 1.143, DE 05 DE ABRIL DE 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Dê-se ao art. 3º e parágrafo único da Lei n 1.143, de 05 de abril de 2019 a seguinte redação:

Art. 3º Caberá ao Donatário concluir a edificação e iniciar o funcionamento da nova sede no prazo de 15 (quinze) anos, contados da publicação desta lei, sendo que o não cumprimento deste prazo, destinação diversa daquele descrito no artigo 2º, abandono e desocupação do imóvel, ou dissolução da Corporação, acarretará a reversão do imóvel ao patrimônio municipal, independente do prazo de ocupação.

Parágrafo único. A reversão ocorrerá independente de notificação judicial ou extrajudicial sem direito a indenização das benfeitorias já realizadas.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 06 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

PORTARIA 537/2019

Publicação Nº 2220091

PORTARIA Nº 537/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- PRORROGAR O PRAZO DE CONTRATAÇÃO do servidor KARICE REGINA DE SOUZA para exercer o cargo de TÉCNICA EM RADIOLOGIA do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL pelo período de mais 60(sessenta dias); nos termos da Lei Municipal nº 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com remuneração correspondente ao nível salarial "0387-TÉCNICO EM RADIOLOGIA" e jornada de trabalho de 24(vinte e quatro) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 03 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 04 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 542/2019

Publicação Nº 2220086

PORTARIA 542/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de NOVEMBRO de 2019,

para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
EMANUELLI BRIDI	10/10/2018 A 09/10/2019	07/11/2019 A 26/11/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 07 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 07 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 543/2019

Publicação Nº 2220090

PORTARIA Nº 543/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, a servidora MARCIA APARECIDA DE OLIVEIRA DALVES RG. 4948953/SESP SC, SECRETÁRIA DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO com provimento COMISSÃO E CONFIANÇA nos termos da Lei Complementar 049/2011 de 07 de Outubro de 2011, com nível salarial "DAS II" e jornada de trabalho de 40 (Quarenta) horas semanais.

Art. 2º a presente nomeação encontra respaldo legal no art. 95, da Lei já supracitada, haja vista ser de livre nomeação e exoneração pela Prefeita os cargos de provimento em comissão e confiança, como é o caso em tela, onde a referida servidora nomeada executará atividade de Secretária de Estabelecimento Escolar, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos a partir da data de 07 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se em 07 de novembro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

DESPACHOS DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MONTE CARLO

Publicação Nº 2220640

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARLO

DESIGNO a sessão ordinária do dia 14 de novembro de 2019 para leitura, discussão, votação e julgamento das contas da Prefeitura Municipal de Monte Carlo, relativas ao exercício financeiro de 2018.

Publique-se, inclusive o parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município.

Aguarde-se a sessão. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Monte Carlo/SC, 07 de novembro de 2019.

Adair Luiz Gonçalves

Presidente da Câmara de Vereadores

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2019

Publicação Nº 2220619

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 02/2019

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, Adair Luiz Gonçalves, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando o requerimento de licença da Excelentíssima Vereadora Thais Camile Frozza, referendado no Plenário desta casa no dia 07, último, por motivo de investidura no cargo de Secretário Municipal,

RESOLVE

CONVOCAR o Excelentíssimo 1º Suplente de Vereador, ORÁVIO CORDEIRO, para comparecer perante a Câmara Municipal para tomar posse no cargo de Vereador, em substituição à Excelentíssima Vereadora licenciada, Thais Camile Frozza, haja vista o disposto no art. 79, §1º do Regimento Interno, com a alteração dada pela Resolução n. 01/2019, de 25 de abril de 2019, na Sessão Ordinária do dia 14 de novembro de 2019, no Plenário da Câmara, no horário regimental.

Publique-se. Convoque-se. Dê-se ciência. Comunique-se à Justiça Eleitoral. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Monte Carlo/SC, 07 de novembro de 2019.

ADAIR LUIZ GONÇALVES

Presidente

PARECER Nº 38/2019

Publicação Nº 2220623

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE CARLO
COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E
CONTAS DO MUNICÍPIO**

PARECER 38/2019

PROPOSIÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018

INTERESSADOS: PREFEITA MUNICIPAL DE MONTE CARLO/SC E CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONTE CARLO/SC

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018

RELATÓRIO

1. Trata-se de Prestação de Contas efetuada pelo Chefe do Poder Executivo do Município de Monte Carlo/SC, em cumprimento ao disposto no art. 31, §§ 1.º e 2.º da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 113, da Constituição Estadual, e arts. 50 a 59 da Lei Complementar n.º 202, de 15 de dezembro de 2000.

2. Foram juntados os documentos relativos à prestação de contas em comento às fls. 03-230, dentre os quais são citados, em anexos:

- Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo 01);
- Receita segundo as Categorias Econômicas (Anexo 02);
- Resumo Geral da Despesa (Anexo 2);
- Natureza das Despesas Segundo as Categorias Econômicas; (Anexo 2);
- Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária (Anexo 6);
- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades (Anexo 7);
- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, conforme vínculo com os Recursos (Anexo 8);
- Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, conforme vínculo com os Recursos (Anexo 9)
- Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada - (Anexo 10);

- Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11);
- Balanço Orçamentário (Anexo 12);
- Balanço Financeiro (Anexo 13);
- Balanço Patrimonial (Anexo 14);
- Demonstrações das Variações Patrimoniais (Anexo 15);
- Demonstrações do Fluxo de Caixa;
- Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno;
- Relatório do Conselho do FUNDEP;
- Balanço Financeiro (Anexo 13);
- Balanço Patrimonial (Anexo 14).
- Notas Explicativas do Balanço;
- Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar;
- Parecer do Conselho Municipal de Saúde;
- Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social;
- Parecer do Conselho Municipal do Idoso;
- Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

3. Às pp. 234/297, o corpo técnico da Diretoria de Controle dos Municípios – DMU, realizou análise das contas prestadas, manifestando-se, em conclusão, nos seguintes termos:

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção in loco e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando que foi efetuada a análise pelo Corpo Técnico quanto ao cumprimento dos incisos IX e X do Anexo II - Relatório

do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar n.º 202/2000, referente às contas do **exercício de 2018 do Município de Monte Carlo**.

Diante da **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Órgão Central de Controle Interno que atente para o cumprimento do inciso X do Anexo II - Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015, no que concerne à aplicação de 95% do FUNDEB em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, consoante o estabelecido no artigo 21 da Lei n.º 11.494/2007.

III - **DAR CIÊNCIA** ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria n.º TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

IV - **DETERMINAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar n.º 131/2009 e do Decreto Federal n.º 7.185/2010;

V - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar n.º 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

4. No parecer n. MPC/DRR/2869/2019, da lavra do Procurador de Contas Diogo Roberto Ringenberg, juntado nas pp. 298/316, constou:

Em razão do exposto, o Ministério Público de Contas entende que as contas apresentadas pelo Município cuja prestação ora se examina **apresentam de forma adequada a posição** contábil, financeira, orçamentária e patrimonial da entidade, e, com amparo na competência conferida pelo art. 108, incisos I e II, da Lei Complementar 202/2000, manifesta-se:

1) pela emissão de parecer recomendando à Câmara Municipal a **aprovação** das contas do Município de Monte Carlo, relativas ao exercício de 2018;

2) pela **determinação** à Diretoria de Controle dos Municípios para que:

2.1) instaure o procedimento adequado à verificação (PROCESSO APARTADO):

2.1.1) da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010 (item 9.1.2 da conclusão do Relatório nº 133/2019);

2.1.2) das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor, tendo em vista que o Município não possui plano diretor revisado, em dissonância ao art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01;

2.2) acompanhe o cumprimento da Decisão a ser exarada pela Corte e a eventual tipificação de reincidências no exame que processará do exercício seguinte;

3) pela imediata **comunicação ao Ministério Público Estadual** dos apontamentos a seguir transcritos, para ciência dos fatos e adoção das medidas que entender cabíveis, com fundamento nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 7.347/85, nos arts. 14 c/c 22 da Lei Federal nº 8.429/92; no art. 35, I c/c 49, II da LOMAN; no art. 24, § 2º c/c art. 40 do Decreto-Lei nº 3.689/41:

3.1) em razão da inobservância das regras de transparência da gestão fiscal, contrariando os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010;

3.2) em razão das impropriedades relacionadas à questão do plano diretor, tendo em vista que o Município não possui plano diretor revisado, em dissonância ao art. 40, § 3º, da Lei n. 10.257/01.

4) pela **recomendação** ao Município para que adote os procedimentos necessários para a revisão da lei instituidora do plano diretor;

5) pela **recomendação** ao Município para que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os indicadores de educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais;

6) pela **determinação** à Diretoria de Controle dos Municípios para que promova o retorno da análise das deficiências do controle interno na apreciação das contas prestadas por

Prefeitos, as quais permanecem como causa de rejeição delineada no art. 9º, inciso XI, da Decisão Normativa n. TC-06/2008, bem como que volte a apreciar a problemática relacionada a cada Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme o disposto nos itens 9 e 10 deste parecer;

7) pela **comunicação do parecer prévio** ao Chefe do Poder Executivo nos termos do propugnado pela Instrução Técnica, estendendo-se o conhecimento da Decisão da Corte ao Poder Legislativo municipal;

8) pela **solicitação à Câmara Municipal de Vereadores para que comunique à Corte** o resultado do julgamento e ressalvas propugnados pela Instrução.

5. Em seguida, o eminente Conselheiro Relator, Wilson Rogério Wan-Dall, encaminhou voto, com os excertos doravante reproduzidos, pp. 319/322:

[...] Neste caso, considerando que o descumprimento das regras de transparência da gestão pública se deu apenas em parte, conforme se verifica do quadro demonstrativo constante à fls. 278/279 do Relatório n.º 133/2019, da DMU, entendo por não acatar a sugestão, do MPC, de formação de autos apartados manifestando-me no sentido de que a mesma deva ser objeto de recomendação nas presentes contas, para que o Poder Executivo Municipal e o responsável pelo Sistema de Controle Interno do Município adotem providências para correção das deficiências identificadas, com vistas a não reincidência das restrições evidenciadas pela Diretoria Técnica deste Tribunal. [...] entendo que deva ser feita recomendação ao Município para que adote os procedimentos necessários para revisão da lei instituidora do Plano Diretor, objetivando atender as determinações do art. 40, § 3º da Lei Federal n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade). [...] Quanto a restrição constante do item 9.1.1 do Relatório DMU 133/2019, verifico que se trata de divergência contábil que deverá ser objeto de recomendação, para que seja corrigida e no sentido de evitar a reincidência, salientando que a mesma não consta da Decisão Normativa N. TC-06/2008, que em seu artigo 9º estabeleceu quais irregularidades poderiam ensejar a emissão de Parecer Prévio com a recomendação de rejeição das contas prestadas pelo Prefeito, motivo pelo qual, reitero o meu posicionamento no sentido de que a mesma deva ser objeto de recomendação nas presentes contas, para que o Poder Executivo Municipal e o responsável pelo Sistema de Controle Interno do Município adotem providências para correção da deficiência identificada, com vistas a não reincidência. [...] Diante das constatações relatadas o Ministério Público de Contas -MPC sugeriu a realização de recomendação à Unidade Gestora para que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos

os aspectos de saúde e educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, sendo que este Relator corrobora tal recomendação. [...] Relativamente a sugestão do Ministério Público de Contas de comunicação ao Ministério Público Estadual de questões apontadas nas presentes Contas (item 2.1. da conclusão de seu Parecer), além do que já disse em itens específicos, de forma geral, entendo que não seja o encaminhamento mais apropriado, neste momento, em função de que, do presente Parecer Prévio, caberá ainda Pedido de Reapreciação conforme explicitado no art. 93 da Resolução TC06/2001 e art. 55 e 56 da Lei Complementar 202/2000.

6. O Tribunal de Contas, então, acolhendo o relatório e a proposta de voto do Relator, concluiu pela **APROVAÇÃO das contas, com as ressalvas a seguir discriminadas:**

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, reunido nesta data, em Sessão Ordinária, com fulcro nos arts. 31 da Constituição Federal, 113 da Constituição do Estado e 1º e 50 da Lei Complementar n. 202/2000, tendo examinado e discutido a matéria, acolhe o Relatório e a Proposta de Parecer Prévio do Relator, aprovando-os, e:

I - Considerando que é da competência do Tribunal de Contas do Estado, no exercício do controle externo que lhe é atribuído pela Constituição, a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas anuais prestadas pelo Prefeito Municipal;

II - Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal formula opinião em relação às contas, atendo-se exclusivamente à análise técnica quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, seus resultados consolidados para o ente, e conformação às normas constitucionais, legais e regulamentares, bem como à observância de pisos e limites de despesas estabelecidos nas normas constitucionais e infraconstitucionais;

III - Considerando que as Contas prestadas pelo Chefe do Poder Executivo são constituídas dos respectivos Balanços Gerais e das demais demonstrações técnicas de natureza contábil de todos os órgãos e entidades vinculados ao Orçamento Anual do Município, de forma consolidada, incluídas as do Poder Legislativo, em cumprimento aos arts. 113, §1º, e 59, I, da Constituição Estadual e 50 da Lei Complementar n. 101/2000;

IV - Considerando que os Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e os Demonstrativos das Variações Patrimoniais, até onde o exame pode ser realizado para emissão do parecer, estão escriturados conforme os preceitos de contabilidade pública e, de forma geral, expressam os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial e

representam adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro de 2018;

V - Considerando que o Parecer é baseado em atos e fatos relacionados às contas apresentadas, não se vinculando a indícios, suspeitas ou suposições;

VI - Considerando que é da competência exclusiva da Câmara Municipal, conforme o art. 113 da Constituição Estadual, o julgamento das contas de governo prestadas anualmente pelo Prefeito;

VII - Considerando que a apreciação das contas e a emissão do parecer prévio não envolvem o exame da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os atos e contratos administrativos que contribuíram para os resultados das contas de governo;

VIII - Considerando que a análise técnica e o Parecer Prévio deste Tribunal sobre as Contas Anuais de Governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo municipal ou o seu julgamento pela Câmara Municipal não eximem de responsabilidade os administradores, inclusive o Prefeito quando ordenador de despesa, e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da administração direta ou indireta, de qualquer dos Poderes e órgãos do Município, bem como aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Erário, nem obsta o posterior julgamento pelo Tribunal de Contas, em consonância com os arts. 58, parágrafo único, 59, II, e 113 da Constituição Estadual;

IX - Considerando a manifestação do Ministério Público de Contas, mediante o Parecer MPC/DRR/2869/2019

1. EMITE PARECER recomendando à Egrégia Câmara Municipal a **APROVAÇÃO** das contas anuais do Município de Monte Carlo relativas ao exercício de 2018, sugerindo que quando do julgamento, atente para as restrições remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 133/2019, constantes das recomendações abaixo:

2. Recomenda à Prefeitura Municipal de Monte Carlo que, com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, adote providências com vistas a prevenir a ocorrência de nova irregularidade da mesma natureza da registradas nos itens 2.2 (ausência de revisão do Plano Diretor), 9.1.1 e 9.1.2¹, do **Relatório DMU n. 133/2019**;

¹**9.1.1.** Registro contábil da conversão de depósitos judiciais em pagamento de precatórios municipais, abrangidos pela Emenda Constitucional nº 94/2016 e Lei Complementar Estadual n.º 706/2016, os quais são oriundos do Processo n.º 43931/2017, no valor de R\$ 168.315,17, efetuados de maneira divergente da

3. Recomenda à Prefeitura Municipal de Monte Carlo que formule os instrumentos de planejamento e orçamento Público competentes (Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA) de maneira que seja assegurada a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com a diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei n. 13.005/2014 (PNE);

4. Recomenda à Prefeitura Municipal de Monte Carlo que efetue as adequações necessárias ao cumprimento de todos os aspectos de educação avaliados no presente exercício quanto às políticas públicas municipais, conforme apontado no item 8 do Relatório DMU;

5. Alerta a Prefeitura Municipal de Monte Carlo que, com o envolvimento e responsabilização do órgão de controle interno, observe as recomendações, determinação, solicitações e ciência constantes dos itens I a V da conclusão do Relatório DMU;

6. Recomenda ao Município de Monte Carlo que, após o trânsito em julgado, divulgue esta prestação de contas e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n. 101/2000 - LRF.

7. Solicita à Egrégia Câmara de Vereadores que comunique a esta Corte de Contas o resultado do julgamento das presentes contas anuais, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar (estadual) n. 202/2000, com a remessa de cópia do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

8. Determina a ciência deste Parecer Prévio à Câmara Municipal de Monte Carlo.

9. Determina a ciência deste Parecer Prévio, do Relatório e Voto do Relator que o fundamentam, bem como do **Relatório DMU n. 133/2019** à Prefeitura Municipal de Monte Carlo.

Ata n. : 53/2019

orientação do Tribunal de Contas consignada na Tabela de Eventos publicado em http://www.tce.sc.gov.br/sites/default/files/Eventos_Contabeis_2018_Versaofinal.pdf, o que denota afronta ao artigo 85 da Lei n.º 4.320/64 (Anexos da Instrução: Documento 5, fl. 1).

9.1.2 Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações relativas ao Lançamento de Receitas, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A, II, da Lei Complementar n.º 101/2000 alterada pela Lei Complementar n.º 131/2009 c/c o artigo 7º, II, do Decreto Federal n.º 7.185/2010 (capítulo 7).

Data da sessão n.º: 12/08/2019 - Ordinária

Especificação do quórum: Herneus De Nadal, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Cesar Filomeno Fontes e José Nei Alberton Ascari

Representante do Ministério Público de Contas: Cibelly Farias

Conselheiros-Substitutos presentes: Gerson dos Santos Sicca e Sabrina Nunes Iocken

7. Por meio do Ofício TCE/SEG Nº 18849/2019, de 03/10/2019, a Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo em que **comunicou** o decurso de prazo para interposição de pedido de reapreciação pelo Prefeito, com a derradeira disponibilidade, para julgamento, do processo n.º @PCP 19/00171470, que trata de Prestação de Contas do Prefeito referente ao exercício de 2018, **solicitou** a remessa do julgamento quando realizado pela Câmara, mediante cópia do ato respectivo e a ata da sessão.

8. O expediente foi despacho, pela Presidência da Câmara Municipal, à **Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município**, para as providências regimentais, sendo designado relator, pelo Presidente em Exercício da Comissão, o **Vereador Luizinho Cordeiro**.

9. Passado o lapso temporal de 10 (dez) dias, previsto no artigo 263, § 2º, do Regimento Interno, nenhum Vereador requereu por escrito à Comissão informações sobre itens determinados da prestação de contas.

10. Este é o relatório.

ANÁLISE

11. Dispõe a Lei Orgânica do Município de Monte Carlo, art. 89:

Art. 89 No exercício do controle externo, caberá à Câmara Municipal:

I - julgar as contas anuais prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução do plano de governo;

II - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

III - realizar, por delegado de sua confiança, inspeção sobre quaisquer documentos de gestão da administração direta ou indireta municipal, bem como a conferência dos saldos e valores declarados como existentes ou disponíveis em balancetes e balanços;

IV - requisitar, através da comissão permanente referida no artigo 139, § 1º desta Lei Orgânica, documentos, determinar inspeções, auditorias e ordenar as diligências que se fizerem

necessárias;

V - representar às autoridades competentes para apuração de responsabilidades e punição dos responsáveis por ilegalidades ou irregularidades praticadas, que caracterizem corrupção, descumprimento de normas legais ou que acarretem prejuízos ao patrimônio municipal;

VI - caberá também à Câmara Municipal, determinar inspeções e auditorias através de órgãos competentes ao término de cada legislatura.

§ 1º O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas anuais que o Prefeito deve prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º A Câmara Municipal remeterá ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do ato de julgamento das contas do Prefeito.

§ 3º As contas anuais do município ficarão na Câmara Municipal a partir de 31 de março do exercício subsequente, durante sessenta dias, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade.

§ 4º O balancete mensal ficará durante sessenta dias na Câmara Municipal, à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade.

§ 5º A Câmara Municipal julgará as contas, independentemente do parecer prévio do Tribunal de Contas, caso este não emita até o último dia do exercício financeiro em que forem prestadas.

12. Do Regimento Interno, quanto à matéria em apreço, extrai-se:

CAPITULO II DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLE SEÇÃO I DO JULGAMENTO DAS CONTAS

Art. 263 - Recebido o Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de contas do Estado, o Presidente da Câmara determinará imediatamente a leitura do mesmo no expediente e através de despacho encaminhará o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, a qual terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar ao Plenário o seu pronunciamento ou parecer, que, concluirá por projeto ou minuta de Decreto Legislativo recomendado a aprovação ou rejeição das Contas.

§ 1º - O Presidente da Câmara, determinará a reprodução de cópias das Conclusões do Parecer Prévio emitido pelo Tribunal de Contas, para serem distribuídas a todos os vereadores.

§ 2º - Até 10 (dez) dias depois do recebimento do processo, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas receberá pedidos escritos dos vereadores solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§ 3º - Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistorias externas, bem como requisitar documentos através de Requerimentos encaminhados ao Prefeito, podendo ainda examinar quaisquer documentos existentes nos arquivos da Prefeitura.

ART. 264- Recebido o processo, o Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, designara, em 48 (quarenta e oito) horas um relator que terá prazo de 30 (trinta) para apresentar parecer sobre as contas.

§ 1º - Se o parecer for rejeitado pela Comissão, será nomeado novo relator, que dará parecer de acordo com o ponto de vista vencedor, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º - O parecer da Comissão concluirá sempre por projeto ou minuta de Decreto Legislativo.

ART. 265- O projeto de Decreto Legislativo apresentado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, assegurado aos vereadores o direito de debater a matéria.

PARAGRAFO ÚNICO - Não se admitirão emendas ao projeto de Decreto legislativo.

ART. 266 - Findos estes prazos sem apresentação de parecer, o Presidente incluirá o Processo de Prestação de Contas, em pauta, para discussão e votação.

PARAGRAFO ÚNICO - Terminada a discussão, até o prazo máximo de 70 (Setenta) dias, após recebido o Parecer do Tribunal de Contas, o Processo será submetido a votação em 1 (um) só turno.

ART. 267- A votação será secreta e apenas considerado rejeitado o Parecer do Tribunal de Contas se obtiver o voto contrario de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

ART. 268- Rejeitadas as Contas, será imediatamente remetida ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do Decreto Legislativo, que assim as julgar.

ART. 269 - Aprovadas as Contas, será imediatamente remetida ao Tribunal de Contas do Estado, cópia do Decreto Legislativo, que assim as julgar.

ART. 270 - Decorrido o prazo de 90 (noventa) dias sem deliberação, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a Conclusão do Parecer o Tribunal de Contas, cabendo ao presidente expedir o ato competente.

ART. 271- Se o parecer for contrario a aprovação deverá a câmara, antes do julgamento, converter o processo em diligência, abrindo vistas ao Prefeito do Exercício Financeiro correspondente, por 30 (trinta) dias, para os esclarecimentos que julgar conveniente.

ART. 272- Se os esclarecimentos forem relevantes, a Câmara devolvera, ainda, por maioria simples, o processo ao Tribunal de Contas do Estado, para novo parecer sobre a matéria nele enfocada, suspendendo-se o prazo referido no Artigo 270 deste Regimento Interno.

PARAGRAFO ÚNICO - Emitido o segundo parecer pelo Tribunal de Contas do Estado, as Contas serão definitivamente julgadas.
ART. 273- Se a deliberação da Câmara for contrária ao parecer prévio do Tribunal de Contas, o projeto de Decreto Legislativo conterá motivos da discordância.

PARAGRAFO ÚNICO - A Mesa comunicara o resultado da votação ao Tribunal de Contas do Estado.

ART. 274 - Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o expediente se reduzirá a 30 (trinta) minutos e a ordem do dia será destinada exclusivamente a matéria relativa à discussão e votação das Contas.

13. A fiscalização das contas municipais é exercida pelo Poder Legislativo, a qual, consoante doutrina Hely Lopes Meirelles, [...] deve conter-se nos limites do regramento e dos princípios constitucionais, em especial o da independência e harmonia dos Poderes”, porque não constitui controle interno, o qual é efetivado pelo próprio Poder Executivo (Direito municipal brasileiro.17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 635).

14. Com efeito, [...] o controle de contas do Município deve ser exercido nos seguintes aspectos: da natureza dos fatos controlados (contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial); da amplitude do controle(Administração Municipal direta e indireta); da legalidade; da legitimidade; da economicidade; da aplicação das subvenções; e de renúncia de receita. Combinando-se esses dispositivos constitucionais, temos as diretrizes para a tomada de contas do Executivo e do próprio Legislativo, pela Câmara. As contas já chegarão à Edilidade com o parecer do tribunal ou do órgão equivalente, facilitando, assim, a apreciação e o julgamento do Plenário, que após a votação na forma regimental consubstanciará a deliberação concernente às do Prefeito em decreto legislativo, e às do Presidente da Mesa em resolução. Para esse julgamento a Câmara poderá ouvir previamente seus órgãos internos, a fim de esclarecer os vereadores sobre as contas apresentadas e respectivo parecer do tribunal ou órgão equivalente; mas não se nos afigura possível qualquer diligência externa, pois àquela altura já está encerrada a fase instrutória do processo, realizada pelo próprio Tribunal de Contas. Ao se admitir novas diligências ou inspeções, ficaria superada a apreciação prévia pela Constituição, como ato final da instrução e antes do qual o prestador das contas deve ter a oportunidade de defesa sobre os pontos impugnados. (Direito municipal brasileiro. 17. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 709)

15. Observa-se, no caso em exame, que o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina emitiu parecer recomendando à Câmara Municipal a **APROVAÇÃO das contas anuais do Município de Monte Carlo relativas ao exercício de 2018, com as ressalvas pontuadas em exauriente encaminhamento, que ora integra a motivação determinante desta análise.**

16. Prescinde, em consequência, a instada da Chefia do Poder Executivo Municipal, haja vista o disposto no art. 271 do Regimento Interno desta Câmara Municipal.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, com base no entendimento do Relator, nas razões e fundamentos relatados no presente Parecer, nos documentos que constam do Processo Administrativo @PCP 19/00171470 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado e considerando, inclusive, as justificativas constantes nos **Relatórios respectivos**, expedidos pela Diretoria de Controle dos Municípios – DMU, o Parecer n. MPC/DRR/2869/2019, da Procuradoria do Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas e a Recomendação contida no **Parecer Prévio n. 09/2019** expedido pelo Tribunal de Contas do Estado, por **UNANIMIDADE** dos seus membros, decidiu recomendar ao Plenário a **APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**, deixando o Relator, a critério de cada vereador, o exercício do Direito de voto e de consciência de acordo com os seus respectivos entendimentos cuja decisão deverá ser formalizada e materializada de acordo com o Projeto de Decreto Legislativo Nº 04/2019, o qual faz parte integrante e inseparável do Presente Parecer.

Derradeiramente, os Membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Contas do Município, respeitosamente, Requerem ao Presidente da Câmara Municipal o seguinte:

- a) O recebimento do presente Parecer e a sua juntada aos Autos do Processo @PCP 19/00171470, relativo as Contas da Prefeitura Municipal de Monte Carlo do Exercício Financeiro de 2018;
- b) Seja promovida a leitura do presente Parecer no Expediente da Sessão Ordinária convocada para o dia 07/11/2019, para que os Vereadores tomem conhecimento prévio do seu conteúdo;
- c) Seja o Processo Administrativo @PCP 19/00171470, relativo às contas da Prefeitura Municipal de Monte Carlo/SC do Exercício de

2018, incluído em pauta e submetido à votação plenária, na forma legal e regimental.

- d) Realizada a discussão e votação do Processo Administrativo @PCP 19/00171470, seja pelo Presidente da Câmara comunicado oficialmente o resultado da votação e realizado o encaminhamento dos documentos comprobatórios desta, ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas e ao próprio Tribunal de Contas, na forma e prazos previstos na legislação vigente.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo e entendimento de Plenário, primordialmente acerca da análise meritória.

Encaminha-se, na forma do art. 264, § 2º, minuta de Decreto Legislativo para apreciação em única discussão e votação, assegurando-se aos vereadores desta Câmara Municipal o direito de debater a matéria.

Monte Carlo/SC, 31 de outubro de 2019.

JOEL DE OLIVEIRA
PRESIDENTE

LUIZINHO CORDEIRO
RELATOR

VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO
MEMBRO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 04/2019, DE 31 DE OUTUBRO 2019

DISPOE SOBRE AS CONTAS DO MUNICÍPIO DE MONTE
CARLO RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga o seguinte Decreto Legislativo:

Art.1º. Ficam **APROVADAS** as Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Monte Carlo/SC, relativas ao Exercício Financeiro de 2018, de responsabilidade da Prefeita Sônia Salete Vedovatto, de acordo com a votação das contas realizada em plenário, na Sessão Ordinária do dia [...], para todos os jurídicos e legais efeitos.

Art.2º. Fica o Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo, autorizado a comunicar ao Tribunal de Contas Estado de Santa Catarina e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, a decisão contida neste Decreto Legislativo, remetendo aos referidos órgãos os documentos comprobatórios.

Art.3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Art.4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo/SC, [...] 2019.

ADAIR LUIZ GONÇALVES
PRESIDENTE

DIRCEU DE SOUZA
Vice-Presidente

VOLNIR STRATMANN
1º Secretário

THAIS CAMILE FROZZA
2º Secretário

RESOLUÇÃO 03/2019

Publicação Nº 2220618

RESOLUÇÃO N. 03/2019

CONCEDE LICENÇA À EXCELENTÍSSIMA VEREADORA THAIS CAMILE FROZZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Monte Carlo/SC, Adair Luiz Gonçalves, nos termos do art. 59, IV, da Lei Orgânica Municipal e art. 21, inciso V do Regimento Interno, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO

Art. 1º. Fica concedida licença, a partir de 04/11/2019, à Excelentíssima Vereadora Thais Camile Frozza, por motivo de investidura no cargo de Secretário Municipal.

Parágrafo único. Diante da opção de remuneração pelo cargo de Secretário Municipal, caberá ao Poder Executivo o ônus do pagamento do subsídio e eventuais vantagens dele decorrentes.

Art. 2º. Caberá à interessada, findo o vínculo que motivou a licença, retomar ao cargo de vereador, no prazo legal, sob as penas da lei.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo/SC, 07 de novembro de 2019.

ADAIR LUIZ GONÇALVES
Presidente

OSNI LEODORO
Vereador

ADEMIR VALDUGA
Vereador

DIRCEU DE SOUZA
Vereador

LUIZINHO CORDEIRO
Vereador

JOEL DE OLIVEIRA
Vereador

VALCEMIR ANTONIO CORDEIRO
Vereador

VOLNIR STRATMANN
Vereador

Monte Castelo

PREFEITURA

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO I

Publicação Nº 2220178

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.824.486,79	21,93	21.521.825,76	478.174,24
RECEITAS CORRENTES	20.828.650,00	20.828.650,00	3.528.674,81	16,94	20.068.194,15	760.455,85
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.834.514,25	2.834.514,25	428.317,74	15,11	2.756.679,24	77.835,01
IMPOSTOS	1.955.800,00	1.955.800,00	412.890,74	21,11	2.522.070,29	-566.270,29
TAXAS	798.714,25	798.714,25	15.427,00	1,93	234.558,95	564.155,30
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	50,00	79.950,00
CONTRIBUIÇÕES	310.000,00	310.000,00	82.354,22	26,57	377.656,28	-67.656,28
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	310.000,00	310.000,00	82.354,22	26,57	377.656,28	-67.656,28
RECEITA PATRIMONIAL	175.100,00	175.100,00	10.655,89	6,09	66.859,10	108.240,90
VALORES MOBILIÁRIOS	155.100,00	155.100,00	10.655,89	6,87	66.859,10	88.240,90
DEMAIS RECEITAS PATRIMONIAIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
OUTROS SERVIÇOS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.339.035,75	17.339.035,75	2.993.906,01	17,27	16.778.331,15	560.704,60
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.253.152,50	9.253.152,50	1.343.802,96	14,52	8.599.064,34	684.088,16
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	5.069.000,00	5.069.000,00	988.339,07	19,50	4.907.087,81	161.912,19
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	3.016.883,25	3.016.883,25	661.763,98	21,94	3.302.179,00	-285.295,75
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	115.000,00	115.000,00	13.440,95	11,69	88.688,38	26.331,62
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	0,00	0,00	3.760,41	0,00	15.480,32	-15.480,32
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	35.000,00	35.000,00	6.590,54	18,83	60.469,23	-25.469,23
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	80.000,00	80.000,00	3.090,00	3,86	12.718,83	67.281,17
RECEITAS DE CAPITAL	1.171.350,00	1.171.350,00	1.295.811,98	110,63	1.453.631,61	-282.281,61
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	100,00	100,00	1.285.000,00	1.285.000,00	1.285.000,00	-1.284.900,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	100,00	100,00	1.285.000,00	1.285.000,00	1.285.000,00	-1.284.900,00
ALIENAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	971.250,00	971.250,00	10.811,98	1,11	168.631,61	802.618,39
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	710.000,00	710.000,00	0,00	0,00	136.986,30	573.013,70
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	261.250,00	261.250,00	10.811,98	4,14	31.645,31	229.604,69

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.824.486,79	21,93	21.521.825,76	97,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.824.486,79	21,93	21.521.825,76	97,83
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	202.058,89	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	22.000.000,00	22.000.000,00	4.824.486,79	21,93	21.723.884,65	98,74
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	1.609.858,68	—	—	1.609.858,68	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.609.858,68	—	—	1.609.858,68	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	8.049.720,30	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94	21.462.183,06
DESPESAS CORRENTES	19.085.210,46	25.560.678,26	3.633.886,99	19.811.791,61	5.748.886,65	3.948.540,54	18.265.069,52	7.295.608,74	18.066.355,67
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.530.916,85	12.254.962,09	2.099.128,89	9.963.079,61	2.291.882,48	2.074.755,34	9.829.399,10	2.425.562,99	9.767.848,52
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	408.750,00	407.500,00	132.971,34	319.666,54	87.833,46	133.324,77	318.437,26	89.062,74	318.437,26
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.145.543,61	12.898.216,17	1.401.786,76	9.529.045,46	3.369.170,71	1.740.460,43	8.117.233,16	4.780.983,01	7.980.069,89
DESPESAS DE CAPITAL	2.884.789,54	8.222.158,33	325.151,61	5.951.324,68	2.270.833,65	1.524.940,18	3.458.815,13	4.763.343,20	3.395.827,39
INVESTIMENTOS	2.169.789,54	7.522.158,33	318.894,49	5.264.075,61	2.258.082,72	1.462.275,43	2.790.687,04	4.731.471,29	2.727.699,30
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	715.000,00	700.000,00	6.257,12	687.249,07	12.750,93	62.664,75	668.128,09	31.871,91	668.128,09

Continuação 2/3

Continuação 3/3

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	8.049.720,30	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94	21.462.183,06
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	8.049.720,30	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94	21.462.183,06
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	8.049.720,30	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94	21.462.183,06
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	59.642,70
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	—	5.473.480,72	21.723.884,65	—	21.521.825,76
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

João Rafael Fianco
Responsável Financeiro

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO II

Publicação Nº 2220181

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a+b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	100,00	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94
Ação Legislativa	948.500,00	998.500,00	159.186,41	813.708,55	3,16	165.096,66	807.774,82	3,72
Administração	948.500,00	998.500,00	159.186,41	813.708,55	3,16	165.096,66	807.774,82	3,72
Administração Geral	3.242.451,36	3.512.691,71	434.217,35	3.205.622,75	12,44	613.720,53	2.761.763,17	12,71
Administração Financeira	2.987.895,11	3.298.135,46	404.150,29	3.047.312,76	11,83	584.829,47	2.604.694,18	11,99
Segurança Pública	254.556,25	214.556,25	30.067,06	158.309,99	0,61	28.891,06	157.068,99	0,72
Policimento	154.821,06	367.721,41	42.292,34	271.655,46	1,05	64.116,12	241.166,86	1,11
Defesa Civil	143.321,06	356.221,41	41.992,34	266.143,75	1,03	63.816,12	236.655,15	1,08
Assistência Social	11.500,00	11.500,00	300,00	5.511,71	0,02	300,00	5.511,71	0,03
Assistência ao Idoso	1.115.513,26	1.425.847,08	140.231,19	809.103,53	3,14	169.219,20	745.682,62	3,43
Assistência ao Portador de Deficiência	104.000,00	104.000,00	0,00	54.000,00	0,21	24.000,00	54.000,00	0,25
Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	50.000,00	474,24	3.793,92	0,01	474,24	3.793,92	0,02
Assistência Comunitária	38.750,00	38.750,00	0,00	7.502,04	0,03	1.250,34	5.626,53	0,03
Saúde	922.763,26	1.233.097,08	139.756,95	743.807,57	2,89	143.494,62	682.272,17	3,14
Atenção Básica	5.611.100,00	8.993.160,75	1.175.876,34	5.841.424,80	22,67	1.166.609,04	5.566.191,44	25,62
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.056.145,60	7.519.418,74	905.176,03	4.963.062,15	19,26	891.502,50	4.714.920,99	21,70
Vigilância Sanitária	269.954,40	1.041.346,82	212.065,54	636.568,08	2,47	206.368,93	615.567,57	2,83
Vigilância Epidemiológica	40.000,00	64.809,48	5.261,29	20.170,02	0,08	5.383,13	18.742,40	0,09
Alimentação e Nutrição	116.500,00	135.318,86	5.627,83	37.462,04	0,15	5.376,31	36.169,61	0,16
Educação	128.500,00	232.286,85	47.745,65	184.162,51	0,71	57.988,17	181.790,87	0,84
E Ensino Fundamental	5.073.367,50	7.311.080,80	965.544,54	5.580.987,45	21,66	1.060.331,82	5.059.355,76	23,29
E Ensino Médio	4.231.387,50	5.677.556,61	769.633,07	4.264.237,18	16,55	828.599,25	4.006.871,92	18,45
E Ensino Superior	41.500,00	20.000,00	0,00	7.588,59	0,03	0,00	7.588,59	0,03
Educação de Jovens e Adultos	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	774.980,00	1.557.024,19	195.911,47	1.267.161,68	4,92	224.732,57	1.021.895,25	4,70
Cultura	10.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diffusão Cultural	9.500,00	51.500,00	0,00	42.000,00	0,16	7.000,00	21.000,00	0,10
Direitos da Cidadania	200.000,00	45.000,00	9.577,60	34.615,49	0,13	5.718,33	29.615,49	0,14
Assistência à Criança e ao Adolescente	200.000,00	45.000,00	9.577,60	34.615,49	0,13	5.718,33	29.615,49	0,14
Urbanismo	147.500,00	143.195,00	13.796,36	97.631,15	0,38	15.403,43	90.346,16	0,42
Infra-Estrutura Urbana	147.500,00	143.195,00	13.796,36	97.631,15	0,38	15.403,43	90.346,16	0,42
Serviços Urbanos	492.094,50	3.863.788,51	93.061,79	3.804.298,55	14,77	971.619,86	1.614.735,51	7,43
	65.002,00	3.335.857,36	0,00	3.335.855,36	12,95	882.488,08	1.154.849,53	5,32
	427.092,50	527.931,15	93.061,79	468.443,19	1,82	89.131,78	459.885,98	2,12

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	100,00	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94
Habituação	357.000,00	442.010,52	34.539,23	87.868,41	0,34	11.602,64	42.300,05	399.710,47
Habituação Urbana	357.000,00	442.010,52	34.539,23	87.868,41	0,34	11.602,64	42.300,05	399.710,47
Saneamento	125.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Saneamento Básico Urbano	125.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Gestão Ambiental	146.250,00	321.250,00	17.125,34	251.577,96	0,98	178.013,46	247.777,60	73.472,40
Preservação e Conservação Ambiental	146.250,00	321.250,00	17.125,34	251.577,96	0,98	178.013,46	247.777,60	73.472,40
Agricultura	450.000,00	1.550.000,00	349.008,38	797.309,65	3,09	348.646,67	690.934,73	859.065,27
Extensão Rural	450.000,00	1.550.000,00	349.008,38	797.309,65	3,09	348.646,67	690.934,73	859.065,27
Comércio e Serviços	147.000,00	97.000,00	9.323,72	52.903,30	0,21	9.323,72	52.903,30	44.096,70
Turismo	147.000,00	97.000,00	9.323,72	52.903,30	0,21	9.323,72	52.903,30	44.096,70
Transporte	2.294.302,32	3.104.445,26	348.779,05	2.796.709,34	10,86	441.153,51	2.500.323,62	604.121,64
Transporte Rodoviário	2.294.302,32	3.104.445,26	348.779,05	2.796.709,34	10,86	441.153,51	2.500.323,62	604.121,64
Desporto e Lazer	125.000,00	135.000,00	26.660,50	120.174,34	0,47	26.806,76	110.668,58	24.331,42
Desporto Comunitário	125.000,00	135.000,00	26.660,50	120.174,34	0,47	26.806,76	110.668,58	24.331,42
Encargos Especiais	1.340.100,00	1.352.145,55	139.828,46	1.197.525,56	4,65	226.098,97	1.162.344,94	189.800,61
Serviço de Dívida Interna	1.123.750,00	1.107.500,00	139.228,46	1.006.915,61	3,91	195.989,52	986.565,35	120.934,65
Outros Encargos Especiais	216.350,00	244.645,55	600,00	190.609,95	0,74	30.109,45	175.779,59	68.865,96
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	22.000.000,00	33.812.836,59	3.959.038,60	25.763.116,29	100,00	5.473.480,72	21.723.884,65	12.088.951,94

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza Prefeito Municipal	Aline Carvalho CRC - SC 037011/O-4	João Rafael Fianco Responsável Financeiro
--	---------------------------------------	--

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO III

Publicação Nº 2220183

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Maio/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (últ. 12 MESES)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.966.478,23	2.724.711,33	2.102.177,65	2.282.159,70	2.583.717,60	2.066.263,37	2.241.755,03	1.950.037,37	3.102.364,55	1.968.657,08	1.889.620,01	2.056.873,19	27.024.854,11
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	204.322,44	281.769,45	273.766,54	257.133,14	746.264,46	243.926,34	216.706,66	166.807,47	226.575,41	193.361,28	148.276,49	279.639,25	3.242.971,13
I.P.T.U.	5.196,97	5.710,10	22.483,75	43.544,52	180.661,18	20.129,72	15.027,95	12.968,31	15.031,98	13.155,98	5.900,92	3.221,01	342.639,39
I.S.S.	145.754,74	193.220,41	227.139,48	121.616,54	126.897,22	134.156,72	149.507,43	128.800,40	131.156,90	140.468,80	125.826,51	201.864,41	1.796.481,56
I.T.B.I.	30.208,46	6.489,58	3.153,74	315,98	372.893,45	18.195,55	32.319,69	6.874,33	13.480,87	8.590,14	1.237,93	2.478,31	496.227,23
I.R.R.F.	15.176,84	103.957,16	6.175,31	7.446,45	7.892,65	59.827,09	8.537,60	8.477,77	44.930,51	20.652,24	65.842,23	65.842,23	355.435,27
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	8.185,43	7.393,20	14.834,26	84.209,65	56.841,96	11.616,26	13.313,89	10.086,66	14.973,15	13.304,12	8.860,71	6.553,29	250.187,58
Contribuições	32.181,01	31.557,57	31.247,81	37.444,53	34.635,78	36.734,44	37.398,17	37.128,77	36.989,05	43.723,51	39.172,29	42.811,93	441.394,86
Receita Patrimonial	8.057,34	8.403,54	7.273,80	6.943,94	7.137,42	8.257,20	7.860,39	4.962,10	7.573,36	6.195,00	3.597,90	6.717,99	83.319,98
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.057,34	8.403,54	7.273,80	6.943,94	7.137,42	8.257,20	7.860,39	4.962,10	7.573,36	6.195,00	3.597,90	6.717,99	83.319,98
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	1.714.632,89	2.383.406,69	1.776.686,56	1.974.756,83	1.772.286,16	1.775.727,11	1.957.960,06	1.737.202,03	2.906.072,87	1.731.281,53	1.691.695,81	1.720.047,59	23.141.843,12
Cota-Parte do F.P.M.	576.972,19	1.009.705,25	719.854,55	730.580,12	586.286,84	571.987,33	734.046,07	576.206,50	790.696,22	577.153,58	513.751,82	472.975,26	7.855.194,73
Cota-Parte do I.C.M.S.	506.877,24	549.265,15	489.593,14	533.977,69	462.596,69	464.225,99	435.955,47	446.262,02	451.652,13	454.805,06	473.801,93	477.414,92	5.760.229,43
Cota-Parte do I.P.V.A.	25.480,69	19.504,38	40.910,92	48.033,23	64.116,82	52.402,84	73.250,46	46.013,78	75.167,43	58.865,79	54.821,75	40.010,15	590.381,24
Cota-Parte do ITR	1.599,19	1.098,88	257,62	999,54	4.381,30	1.282,33	472,36	1.392,54	6,25	413,93	4.510,63	39.414,89	55.709,46
Outras Transferências Correntes	274.524,76	443.690,44	176.165,78	302.250,46	338.296,98	350.920,00	344.298,09	345.269,13	1.267.956,81	310.031,79	303.139,57	357.996,24	4.817.510,05
Transferências da LC 87/1999	6.915,70	8.333,19	5.655,71	5.986,89	5.782,04	5.861,89	5.739,89	6.019,53	6.093,70	5.453,90	6.448,45	5.893,81	74.374,70
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	320.263,12	352.001,39	346.230,84	353.008,90	320.636,49	327.043,73	343.037,72	314.136,53	314.501,33	321.557,48	335.411,06	326.352,32	3.974.443,51
Outras Receitas Correntes	7.084,55	19.572,09	11.200,84	5.881,26	4.390,78	3.636,28	19.639,55	4.037,00	5.153,96	21.095,76	5.854,52	7.596,43	115.325,02
DEDUÇÕES (II)	224.271,42	257.270,89	251.254,21	263.899,27	222.632,95	219.152,47	254.092,59	215.576,72	201.694,60	219.338,20	210.626,69	207.200,70	2.712.012,71
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	224.271,42	257.270,89	251.254,21	263.899,27	222.632,95	219.152,47	254.092,59	215.576,72	201.694,60	219.338,20	210.626,69	207.200,70	2.712.012,71
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.742.206,81	2.467.440,44	1.850.923,44	2.018.260,43	2.361.084,65	1.847.130,90	1.987.672,44	1.734.460,65	2.900.669,95	1.776.318,88	1.679.002,32	1.849.672,49	24.277.841,40
FONTE:													20.828.650,00
Monte Castelo, 07/11/2019													

Aline Carvalho
Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal
CRC - SC 0370110-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO IV

Publicação Nº 2220190

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2019	Até o Bimestre 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Monte Castelo - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)						
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)						
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS			0,00			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2019	2018	2018	
Caixa e equivalentes de caixa			0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de Monte Castelo - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

Município de Monte Castelo - SC					R\$ 1,00
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO					
RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)					
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)		100,00	1.285.000,00	-1.284.900,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)		
DESPESAS DE CAPITAL	8.222.158,33	5.951.324,68	2.270.833,65		
Investimentos	7.522.158,33	5.264.075,61	2.258.082,72		
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00		
Amortização de Dívida	700.000,00	687.249,07	12.750,93		
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00		
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00		
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	8.222.158,33	5.951.324,68	2.270.833,65		
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	8.222.058,33	4.666.324,68	2.270.833,65		

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO V

Publicação Nº 2220197

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

	R\$ 1,00		
	SALDO		
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	4.665.581,31	8.192.151,73	5.350.993,07
DEDUÇÕES (II)	3.260.885,68	3.262.663,90	2.609.854,82
Disponibilidade de Caixa	3.247.888,66	3.256.414,83	2.603.400,05
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.591.879,89	3.527.413,54	2.868.977,76
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	343.991,23	270.998,71	265.577,71
Demais Haveres Financeiros	12.997,02	6.249,07	6.454,77
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.404.695,63	4.929.487,83	2.741.138,25
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	1.404.695,63	4.929.487,83	2.741.138,25

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	-2.188.349,58	1.336.442,62

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-35.158,23

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PODER/ÓRGÃO		RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS: LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e+k)
		Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (fg) - (hi)	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)		40.231,55	303.759,68	303.443,41	36.671,70	3.876,12	44.147,78	539.735,47	519.639,34	519.639,34	20.096,13	44.147,78	48.023,90
EXECUTIVO		40.231,55	303.759,68	303.443,41	36.671,70	3.876,12	44.147,78	539.735,47	519.639,34	519.639,34	20.096,13	44.147,78	48.023,90
ADMINISTRAÇÃO DIRETA		40.231,55	303.759,68	303.443,41	36.671,70	3.876,12	44.147,78	539.735,47	519.639,34	519.639,34	20.096,13	44.147,78	48.023,90
CHEFIA DO EXECUTIVO		0,00	257.570,41	257.570,41	0,00	0,00	0,00	489.493,74	485.638,60	485.638,60	3.855,14	0,00	48.023,90
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		0,00	718,39	718,39	0,00	0,00	0,00	2.255,94	2.255,94	2.255,94	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		0,00	45.470,88	45.470,88	0,00	0,00	0,00	47.985,79	31.744,80	31.744,80	16.240,99	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)		0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (II) = (I + II):		40.231,55	303.759,68	303.443,41	36.671,70	3.876,12	44.147,78	539.735,47	519.639,34	519.639,34	20.096,13	44.147,78	48.023,90

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza

Prefeito Municipal

Alme Carvalho

CRC - SC 037011/O-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO X

Publicação Nº 2220271

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2018 a 2093

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/10/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO XI

Publicação Nº 2220275

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Recetta de Alienação De Bens Móveis		200.000,00				0,00	200.000,00
Recetta de Alienação De Bens Imóveis		200.000,00				0,00	200.000,00
		0,00				0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (fb - (lfi + lfg))				SALDO ATUAL (k) = (lhi + lii)
Valor(III)		-3.140,30					0,00
FONTE:							-3.140,30

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza

Prefeito Municipal

Aline Carvalho

CRC - SC 037011/O-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO XII

Publicação Nº 2220277

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.955.800,00	1.955.800,00	2.522.070,29	128,95	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	300.000,00	300.000,00	284.164,02	94,72	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	459.530,29	382,94	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	1.492.143,00	124,35	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	215.000,00	215.000,00	236.301,27	109,91	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	31.100,00	31.100,00	363,56	1,17	
Dívida Ativa dos Impostos	49.500,00	49.500,00	37.495,23	75,75	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	40.200,00	40.200,00	12.072,92	30,03	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.612.174,75	12.612.174,75	11.642.197,70	92,31	
Cota-Parte FPM	6.663.174,75	6.663.174,75	6.268.517,29	94,08	
Cota-Parte ITR	110.000,00	110.000,00	53.071,39	48,25	
Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	553.396,17	110,68	
Cota-Parte ICMS	5.250.000,00	5.250.000,00	4.708.087,04	89,68	
Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	59.125,81	84,47	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.567.974,75	14.567.974,75	14.164.267,99		97,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.811.000,00	2.811.000,00	2.097.975,56	74,63	
Provenientes da União	2.586.000,00	2.586.000,00	1.761.829,36	68,13	
Provenientes dos Estados	225.000,00	225.000,00	336.146,20	149,40	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.811.000,00	2.811.000,00	2.097.975,56		74,63

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES	4.783.964,00	7.853.492,26	5.294.691,47	67,42	5.021.829,75
Pessoal e Encargos Sociais	2.303.293,10	3.376.112,78	2.875.624,95	85,18	2.801.654,81
Outras Despesas Correntes	2.480.670,90	4.477.379,48	2.419.066,52	54,03	2.220.174,94
DESPESAS DE CAPITAL	698.636,00	907.401,64	362.570,82	39,96	362.570,82
Investimentos	698.636,00	907.401,64	362.570,82	39,96	362.570,82

Continua 1/4

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	698.636,00	907.401,64	362.570,82	39,96	362.570,82	39,96
Investimentos	698.636,00	907.401,64	362.570,82	39,96	362.570,82	39,96
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	5.482.600,00	8.760.893,90	5.657.262,29	64,57	5.384.400,57	61,46
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	3.213.500,00	5.566.419,58	2.910.742,99	51,45	2.782.848,29	51,68
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.213.500,00	5.566.419,58	2.910.742,99	51,45	2.782.848,29	51,68
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	32.500,00	32.500,00	22.244,66	0,39	22.244,66	0,41
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	3.246.000,00	5.598.919,58	2.932.987,65	51,84	2.805.092,95	52,10
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.236.600,00	3.161.974,32	2.724.274,64	48,16	2.579.307,62	47,90
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						
454.667,42						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2018	46.879,22	0,00	30.303,00	16.576,22	0,00			
TOTAL	46.879,22	0,00	30.303,00	16.576,22	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
SALDO INICIAL		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
SALDO INICIAL		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)				SALDO FINAL(NÃO APLICADO)		
-	-	-	-	-	-	-		
DESPESAS COM SAÚDE (P or Subfunção)								
DOTAÇÃO INICIAL		DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
				Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	5.056.145,60	7.519.418,74	4.963.062,15	87,73	4.714.920,99	87,57		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	269.954,40	1.041.346,82	636.568,08	11,25	615.567,57	11,43		
Vigilância Sanitária	40.000,00	64.809,48	20.170,02	0,36	18.742,40	0,35		
Vigilância Epidemiológica	116.500,00	135.318,86	37.462,04	0,66	35.169,61	0,65		
TOTAL	5.482.600,00	8.760.893,90	5.657.262,29	100,00	5.384.400,57	100,00		

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $V/(h+r) - (15 \times Ilb)/100$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza	Aline Carvalho	João Rafael Fianco
Prefeito Municipal	CRC - SC 037011/O-4	Responsável Financeiro

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO XIII

Publicação Nº 2220281

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2019		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 ANEXO XIV

Publicação Nº 2220282

Município de Monte Castelo - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		22.000.000,00	
Previsão Atualizada		22.000.000,00	
Receitas Realizadas		21.521.825,76	
Déficit Orçamentário		202.058,89	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		1.609.858,68	
DESPESAS			
Dotação Inicial		22.000.000,00	
Créditos Adicionais		11.812.836,59	
Dotação Atualizada		33.812.836,59	
Despesas Empenhadas		25.763.116,29	
Despesas Liquidadas		21.723.884,65	
Despesas pagas		21.462.183,06	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		25.763.116,29	
Despesas Liquidadas		21.723.884,65	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		24.277.841,40	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		-35.158,23	-1.448.851,81
Resultado Primário		971.050,00	-1.125.851,21
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	583.883,25	20.096,13	519.639,34
EXECUTIVO	583.883,25	20.096,13	519.639,34
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	343.991,23	36.671,70	303.443,41
EXECUTIVO	343.991,23	36.671,70	303.443,41
TOTAL :	927.874,48	56.767,83	823.082,75
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		3.464.417,53	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		2.302.921,92	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		1.285.000,00	-1.284.900,00
Despesa de Capital Líquida		3.458.815,13	4.763.343,20

Continua 1/2

Município de Monte Castelo - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	200.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		2.579.307,62	15,00	18,21
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
 Prefeito Municipal

Aline Carvalho
 CRC - SC 037011/O-4

RREO 5º BIMESTRE 2019 VI

Publicação Nº 2220201

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019	
RECEITAS PRIMÁRIAS		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		20.813.650,00	20.068.194,15
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		2.834.514,25	2.756.679,24
I.P.T.U.		373.600,00	331.732,32
I.S.S.		1.247.200,00	1.494.506,41
I.T.B.I.		120.000,00	459.530,29
I.R.R.F.		215.000,00	236.301,27
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		878.714,25	234.608,95
Contribuições		310.000,00	377.656,28
Receita Patrimonial		175.100,00	66.859,10
Aplicações Financeiras (II)		155.100,00	63.976,51
Outras Receitas Patrimoniais		20.000,00	2.882,59
Transferências Correntes		17.339.035,75	16.778.331,15
Cota-Parte do FPM		5.363.174,75	5.077.842,25
Cota-Parte do ICMS		4.200.000,00	3.766.470,57
Cota-Parte do IPVA		400.000,00	442.656,67
Cota-Parte do ITR		104.000,00	42.457,19
Transferências da LC 87/1996		15.200,00	0,00
Transferências da LC 61/1989		56.000,00	47.300,62
Transferências do FUNDEB		3.016.883,25	3.302.179,00
Outras Transferências Correntes		4.183.777,75	4.099.424,85
Demais Receitas Correntes		155.000,00	88.668,38
Outras Receitas Financeiras (III)		0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes		155.000,00	88.668,38
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)		20.658.550,00	20.004.217,64
RECEITAS DE CAPITAL (V)		1.171.350,00	1.453.631,61
Operação de Crédito (VI)		100,00	1.285.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)		0,00	0,00
Alienação de Bens		200.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		0,00	0,00
Outras Alienações de Bens		200.000,00	0,00
Transferências de Capital		971.250,00	168.631,61

Continua 1/4

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2019					
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)					
Convênios	591.250,00	31.645,31					
Outras Transferências de Capital	380.000,00	136.986,30					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00					
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	1.171.250,00	168.631,61					
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	21.829.800,00	20.172.849,25					

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	25.560.678,26	19.811.791,61	18.265.069,52	18.066.355,67	303.443,41	171.481,24	171.481,24
Pessoal e Encargos Sociais	12.254.962,09	9.963.079,61	9.829.399,10	9.767.848,52	150.838,96	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	407.500,00	319.666,54	318.437,26	318.437,26	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.898.216,17	9.529.045,46	8.117.233,16	7.980.069,89	152.604,45	171.481,24	171.481,24
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	12.898.216,17	9.529.045,46	8.117.233,16	7.980.069,89	152.604,45	171.481,24	171.481,24
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	25.153.178,26	19.492.125,07	17.948.632,26	17.747.918,41	303.443,41	171.481,24	171.481,24
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.222.158,33	5.951.324,68	3.458.815,13	3.395.827,39	0,00	348.158,10	348.158,10
Investimentos	7.522.158,33	5.264.075,61	2.790.687,04	2.727.699,30	0,00	348.158,10	348.158,10
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	700.000,00	687.249,07	668.128,09	668.128,09	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	7.522.158,33	5.264.075,61	2.790.687,04	2.727.699,30	0,00	348.158,10	348.158,10
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Monte Castelo - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		Até o Bimestre/2019				
DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
					LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	32.705.336,59	24.756.200,68	20.737.319,30	20.475.617,71	303.443,41	519.639,34
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIa + XXIIb + XXIIc)]		-1.125.851,21				
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		971.050,00				
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019				
		VALOR INCORRIDO				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		63.976,51				
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		386.977,11				
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-1.448.851,81				
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE				
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		-35.158,23				
ABAIXO DA LINHA						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO				
		Em 31 Dez 2018(a)		Até o Bimestre/2019(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		4.665.581,31		5.350.993,07		
DEDUÇÕES (XXIX)		3.247.888,66		2.603.400,05		
Disponibilidade de Caixa		3.247.888,66		2.603.400,05		
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.591.879,89		2.868.977,76		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		343.991,23		265.577,71		
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		1.417.692,65		2.747.593,02		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-1.329.900,37				
AJUSTE METODOLÓGICO		Até o Bimestre/2019				
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		78.413,52				
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00				

Continua 3/4

Município de Monte Castelo - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	78.413,52
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	-1.408.313,89
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	-1.085.313,29
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	1.609.858,68
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	1.609.858,68
	0,00

RREO 5º BIMESTRE 2019 VIII

Publicação Nº 2220209

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.955.800,00	1.955.800,00	2.522.070,29	128,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	373.600,00	373.600,00	331.732,32	88,79
1.1.1- IPTU	300.000,00	300.000,00	284.164,02	94,72
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	73.600,00	73.600,00	47.568,30	64,63
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	459.530,29	382,94
1.2.1- ITBI	120.000,00	120.000,00	459.530,29	382,94
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.247.200,00	1.247.200,00	1.494.506,41	119,83
1.3.1- ISS	1.200.000,00	1.200.000,00	1.492.143,00	124,35
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	47.200,00	47.200,00	2.363,41	5,01
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	215.000,00	215.000,00	236.301,27	109,91
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.612.174,75	12.612.174,75	11.642.197,70	92,31
2.1- Cota-Parte FPM	6.663.174,75	6.663.174,75	6.268.517,29	94,08
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.163.174,75	6.163.174,75	5.953.376,56	96,60
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	200.000,00	200.000,00	315.140,73	157,57
2.2- Cota-Parte ICMS	5.250.000,00	5.250.000,00	4.708.087,04	89,68
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	19.000,00	19.000,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	70.000,00	70.000,00	59.125,81	84,47
2.5- Cota-Parte ITR	110.000,00	110.000,00	53.071,39	48,25
2.6- Cota-Parte IPVA	500.000,00	500.000,00	553.396,17	110,68
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.567.974,75	14.567.974,75	14.164.267,99	97,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	384.300,00	384.300,00	402.222,98	104,66
5.1- Transferências do Salário-Educação	300.000,00	300.000,00	321.329,17	107,11
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	79.853,40	99,82
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.300,00	4.300,00	1.040,41	24,20
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	80.000,00	80.000,00	271.461,28	339,33
6.1- Transferências de Convênios	80.000,00	80.000,00	271.461,28	339,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	466.251,25	466.251,25	204.276,63	43,81
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	930.551,25	930.551,25	877.960,89	94,35

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.473.800,00	2.473.800,00	2.265.470,40	91,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.300.000,00	1.300.000,00	1.190.675,04	91,59
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.050.000,00	1.050.000,00	941.616,47	89,68
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	14.000,00	14.000,00	11.825,19	84,47
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	6.000,00	6.000,00	10.614,20	176,90
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	100.000,00	100.000,00	110.739,50	110,74
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.033.883,25	3.033.883,25	3.308.907,10	109,07
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.016.883,25	3.016.883,25	3.302.179,00	109,46
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	17.000,00	17.000,00	6.728,10	39,58
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	543.083,25	543.083,25	1.036.708,60	190,89

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	2.060.000,00	2.910.000,00	2.302.921,92	79,14	2.302.921,92	79,14
13.1- Com Educação Infantil	618.000,00	938.000,00	719.437,77	76,70	719.437,77	76,70
13.2- Com Ensino Fundamental	1.442.000,00	1.972.000,00	1.583.484,15	80,30	1.583.484,15	80,30
14- OUTRAS DESPESAS	973.883,25	1.547.343,01	1.135.391,87	73,38	856.415,31	55,35
14.1- Com Educação Infantil	53.883,25	451.883,25	419.577,77	92,85	198.528,96	43,93
14.2- Com Ensino Fundamental	920.000,00	1.095.459,76	715.814,10	65,34	657.886,95	60,06
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.033.883,25	4.457.343,01	3.438.313,79	77,14	3.159.337,23	70,88
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						3.159.337,23
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						69,60
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						25,88
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						4,52
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						15.459,76
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019²						15.459,76
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	769.980,00	1.552.024,19	1.267.161,68	81,65	1.021.895,25	65,84
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	3.657.378,00	4.838.685,36	3.628.899,04	75,00	3.481.248,35	71,95
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.962.000,00	3.067.459,76	2.298.298,25	74,96	2.241.371,10	73,07
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.295.378,00	1.771.225,60	1.329.600,79	75,07	1.239.877,25	70,00
24- ENSINO MÉDIO	20.000,00	20.000,00	7.588,59	37,94	7.588,59	37,94
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	4.447.358,00	6.410.709,55	4.903.649,31	76,49	4.510.732,19	70,36
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						1.036.708,60
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						2.017,47
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						1.038.726,07
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						3.464.417,53
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						24,46
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	303.300,00	314.058,48	193.839,87	61,72	193.839,87	61,72
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	309.209,50	577.812,77	483.498,27	83,68	354.783,70	61,40
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	612.509,50	891.871,25	677.338,14	75,95	548.623,57	61,51
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	5.059.867,50	7.302.580,80	5.580.987,45	76,42	5.059.355,76	69,28
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		2.017,47	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		231,05	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		1.786,42	

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	128.943,72	59.998,42
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.302.179,00	321.329,17
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	3.207.347,09	287.733,48
47.1 Orçamento do Exercício	3.115.288,13	283.493,54
47.2 Restos a Pagar	92.058,96	4.239,94
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.728,10	894,57
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	230.503,73	94.488,68
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	230.503,73	94.488,68

Monte Castelo, 07/11/2019

Jean Carlo Medeiros de Souza
Prefeito Municipal

Aline Carvalho
CRC - SC 037011/O-4

João Rafael Fianco
Responsável Financeiro

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Morro Grande

PREFEITURA

DECRETO 87-2019

Publicação Nº 2219254

DECRETO Nº 87/2019

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor,

DECRETA

Art. 1º- Ficam nomeados os Membros Titulares e Suplentes do Conselho Municipal de Saúde do Município de Morro Grande, pelo mandato de 02 (dois) anos, conforme segue:

I – Representantes do Governo:

a) Representante da Secretaria da Saúde.
Titular – Sirlane Santos de Jesus Marques
Suplente – Cristiana Menegon Rosso

b) Representante da Secretaria de Educação:
Titular – Josceli Bom Macarini
Suplente – Daniela Brina

II – Representantes dos trabalhadores da saúde:

a) Representante da classe médica e odontológica:
Titular – Fernanda Fregulia de Faveri
Suplente- Marcia Ghisi Crepaldi

b) Representante da classe da enfermagem:
Titular - Ana Paula Tomazi
Suplente – Muana Rocha

III – Representantes dos usuários:

a) Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular – Paulino Saccon
Suplente – Janaina Tomazi

b) Representante das Associações de Moradores:
Titular: Adi Spader
Suplente: Maria Bif Borges

c) Representante do Clube de mães:
Titular: Silvinha Brovedan
Suplente: Maria Salete Brina

d) Representante das Pastorais da Saúde:
Titular: Anair Manente Lodetti
Suplente: Eleide Conti Fernandes

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 37/2015.

Art. 3º- O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 07 de novembro de 2019.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

DECRETO 88/2019

Publicação Nº 2219789

DECRETO Nº 88/2019

TRATA DE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 8º da Lei Municipal nº 932 de 21 de novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo relacionada fica suplementada no valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a seguinte classificação:

0900 – SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA.

0903 – DEPARTAMENTO DE CULTURA.

2.048 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

3.3.90.00.00.00.00.0100 (115) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 2º O recurso para atender a suplementação no artigo anterior será proveniente da anulação parcial da dotação orçamentária descrita a seguir:

0900 – SECRETARIA DE ESPORTE E CULTURA.

0903 – DEPARTAMENTO DE CULTURA.

2.048 – MANUTENÇÃO DEPARTAMENTO DE CULTURA.

3.1.90.00.00.00.00.0100 (114) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Total R\$ 30.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande, 07 de novembro de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

DECRETO 89/2019

Publicação Nº 2219794

DECRETO Nº 89/2019

TRATA DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE NO EXERCÍCIO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece o artigo 9º, inciso III da Lei Municipal nº 932 de 21 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º A dotação orçamentária abaixo especificada fica suplementada no valor total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) com a seguinte classificação.

0600 – SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E URBANISMO.

0602 – DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E OBRAS.

1.006 – MANUT. E OBRAS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA.

4.4.90.00.00.00.00.0029 (170) – Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º O recurso para suplementação da dotação orçamentária prevista no artigo 1º correrá por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 verificado na fonte de recurso abaixo especificada.

FONTE FINANCIADORA: Superávit Financeiro.

CÓDIGO DOS RECURSOS:

029 – Recurso Ordinário R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Morro Grande 07 de novembro de 2019.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO 01/2015

Publicação Nº 2219456

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 07 de novembro de 2019.

Ilmo Sra.
DENISE SOUZA DE JESUS PROENÇA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –CONCURSO PÚBLICO 01/2015.

Senhor Candidato,

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do CONCURSO PÚBLICO 01/2015, para o cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do CONCURSO PÚBLICO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de Rh

DECRETO Nº209 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219360

DECRETO N.º 209 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos com a especificação: 5012 – Convênio de Trânsito - Prefeitura, a importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Reais) para a seguinte dotação:

ÓRGÃO: 12 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO

UNIDADE: 01 – Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito

Função: 06 – Segurança Pública

Subfunção: 183 – Informação e Inteligência

Programa: 47 – Humaniza Navega no Trânsito

2.150 – Manutenção e Funcionamento Fiscalização de Trânsito – Convênio de Trânsito

Fonte de Recursos – 5012 – Convênio de Trânsito - Prefeitura

10 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

T O T A LR\$ 200.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Emílio Vieira
PREFEITO

DECRETO Nº 211 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220436

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
--	---

DECRETO Nº 211 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo do art. 15, da Lei nº 3349 de 10/12/2018 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotação orçamentária até o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), da seguinte dotação na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários
02 – PREFEITURA MUNICIPAL
09 - Secretaria Municipal de Finanças
04.123.0005 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças
40 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão a seguinte dotação orçamentária, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 5000 – Recursos Ordinários
02 – PREFEITURA MUNICIPAL
09 - Secretaria Municipal de Finanças
04.123.0005 – 2.008 – Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças
41 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 07 de novembro de 2019.

Emílio Vieira
Prefeito

DECRETO Nº 212 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220438

DECRETO Nº 212 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 1º do art. 15º, da Lei nº 3349 de 10/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo relacionada, até a importância de R\$ 2.070.000,00 (dois milhões e setenta mil reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 5.001 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
02 – PREFEITURA MUNICIPAL
12 – Secretaria Municipal de Educação
12.361.0027 – 2.131 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental
90 – 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Aplicações Diretas R\$ 2.070.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Emílio Vieira
Prefeito

PORTARIA 3102/2019

Publicação Nº 2220367

PORTARIA N º 3102 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

DECLARA VACÂNCIA DO CARGO EM VIRTUDE DE APOSENTADORIA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017

RESOLVE:

Art. 1º. DECLARAR VACÂNCIA, do cargo ORIENTADOR ESCOLAR, em virtude de aposentadoria de VALÉRIA REGINA DE CAMARGO MARTINS, matrícula 195102, junto ao NAVEGANTESPREV conforme processo administrativo 2019.02.07584P.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3106/2019

Publicação Nº 2220387

PORTARIA N º 3106 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a LANA CRISTINE BALELO, matrícula 6245804, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, com início em 30.10.2019 e término em 26.04.2020, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Os 60 (sessenta) dias de prorrogação já incluídos no período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria estão amparados pela lei municipal 2088/2007.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3115/2019

Publicação Nº 2220382

PORTARIA N º 3115 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR NADIR XAVIER ANTUNES, matrícula 287704, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 12 meses, conforme ofício nº 067/2019 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 29.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3121/2019

Publicação Nº 2220377

PORTARIA N º 3151 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ROSELI MARIA BURGONOV, matrícula 244202, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 16 (dezesesseis) dias restantes.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 06 de novembro de 2019 e termina em 21 de novembro de 2019.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2012/2017.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 06.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3127/2019

Publicação Nº 2220173

PORTARIA 3127 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA À VIDA ANIMAL – COMUDEVA E REVOGA NA ÍNTEGRA A PORTARIA 4064/2019

O Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu artigo 60, III, de acordo com a lei 3.100/2016.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR membros para a composição do Conselho Municipal de Defesa à Vida Animal - COMUDEVA, em respeito à Lei 3.100 de 17 de maio de 2016, conforme segue:

REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL**a) Secretaria Municipal de Saúde:**

TITULAR: Argel Vivaldino Antenor Ribeiro.

SUPLENTE: Giselica de Cassia Guerini Padovan Picolotto.

TITULAR: Noemi Alves Alexandrino.

SUPLENTE: Silvana Adriano Francez.

b) Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes - FUMAN:

TITULAR: Celso Renato dos Santos,

SUPLENTE: Airto de Melo.

c) Fundação Municipal de Vigilância e Trânsito - NAVETRAN:

TITULAR: Johnny Eurico Coelho,

SUPLENTE : Wilson Antônio Kuster.

REPRESENTANTES ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:**d) OAB/SC Subseção Navegantes:**

TITULAR: Elizabete Margot Vieira,

SUPLENTE: Fabiéle Aparecida da Silva.

e) Observatório:

TITULAR: Andrea Cristina Marcelino,

SUPLENTE: Fabíola Vieira.

f) Associação Protetora dos Animais Mil Patinhas:

TITULAR: Cynthia Rosangela de Souza,

SUPLENTE: Lilian Simone Correa.

g) Vita Sacer – Resolução para o meio ambiente:

TITULAR: Marizilde Maria Tonet Moreira,

SUPLENTE: Ligia Maria Colangelo de Mello Oliveira.

ENTIDADE SUPLENTE:

h) AANAVE – Associação dos Amigos de Navegantes

TITULAR: Rui Dalton Miecznikowski,

SUPLENTE: Gilmar Lucio Vonbommel.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga na íntegra a Portaria nº 4064 de 19 de dezembro de 2018, publicada na Edição nº 2710 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, de 20 de dezembro de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO

Márcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3137/2019

Publicação Nº 2220384

PORTARIA N º 3137 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. READAPTAR SUSIMERY MULLER, matrícula 285103, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 12 meses, conforme ofício nº 068/2019 da Junta Médica Oficial dos Municípios, e previsão do art. 34, §§ 1 a 3 da Lei Complementar 7 de 11 de novembro de 2003 - Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 04.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3138/2019

Publicação Nº 2220378

PORTARIA N º 3138 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARIA IZABEL CARDOSO, matrícula 15001, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TELEFONISTA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 05 de novembro de 2019 e termina em 02 de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3139/2019

Publicação Nº 2220375

PORTARIA N º 3139 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

- Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ELZA ANICETO DA SILVA, matrícula 1974901, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de novembro de 2019 e termina em 30 de dezembro de 2019.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2010/2015.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3140/2019

Publicação Nº 2220391

PORTARIA N º 3140 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a ELIANE TEREZINHA DIAS TERLAN, matrícula 63354202, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 14 (quatorze) dias consecutivos, com início em 23.10.2019 e término em 05.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 23.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3146/2019

Publicação Nº 2220373

PORTARIA N º 3146 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, A PEDIDO, do cargo MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária 30 horas semanais, pertencente ao quadro de servidores públicos efetivos de Navegantes, MARISE SABRINA DA SILVA SANTOS, matrícula 63269402.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3147/2019

Publicação Nº 2220389

PORTARIA N º 3147 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a TELMA BEATRIZ DE SOUZA BALDANÇA, matrícula 45301, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 41 (quarenta e um) dias consecutivos, com início em 27.09.2019 e término em 06.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27.09.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3152/2019

Publicação Nº 2220372

PORTARIA N º 3152 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
EXONERA SERVIDOR DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE VIGILÂNCIA NUTRICIONAL, EDSON MIRIVALDO PACHECO.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 3153/2019

Publicação Nº 2220370

PORTARIA N º 3153 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIO INTERINO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS, ARLINDO NUNES BARBOSA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3156 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220484

PORTARIA Nº 3156 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar o contrato 262/2019 PMN da Inexigibilidade processo nº 1252019 PMN, cujo objeto: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO (PALESTRA) EM HOMENAGEM AO DIA DO PROFESSOR QUE SERÁ REALIZADO NO CLUBE NAVEMAR NO DIA 21 DE OUTUBRO AS 19:00 HORAS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Inexigibilidade nº 125/2019 PMN.

Fiscal: MARIA BENEDITA CORREA -- (titular)
ALESSANDRO LUIS GAIK -- (suplente)

II - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 21 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3103 A 3105 E 3107/2019

Publicação Nº 2220368

PORTARIA N º 3103 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de AGENTE PÚBLICO MUNICIPAL III, MARIA VALCIRIA VIEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3104 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE LICITAÇÕES, DANIELLI CORREA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3105 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR TÉCNICO III, ANDERSON MULLER RODRIGUES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3107 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
NOMEIA PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, por este ato, para exercer o cargo de provimento em comissão de ASSESSOR TÉCNICO III, MEDLYN CRISTINE CARDOSO MILANI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3107 A 3109/2019

Publicação Nº 2220393

PORTARIA N º 3107 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a DAIANE ZUMACH, matrícula 245005, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 02.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3108 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a SANDRA REGINA SOLIGO, matrícula 63318701, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, com início do afastamento em 02.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3109 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a ALCINEIA PIERRE DOS PASSOS, matrícula 109801, ocupante do cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 26.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 26.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3110 A 3114/2019

Publicação Nº 2220395

PORTARIA N º 3110 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a SEBASTIÃO DELAMAR DE SOUZA TORRES, matrícula 109801, ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 58 (cinquenta e oito) dias consecutivos, com início em 05.09.2019 e término em 1º.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.09.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3111 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a DOUGLAS VITORINO CABRAL, matrícula 6289202, ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 199 (cento e noventa e nove) dias consecutivos, com início em 16.04.2019 e término em 31.10.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 16.04.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3112 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a GISELA KUEHN ARAIS, matrícula 6234601, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 33 (trinta e três) dias consecutivos, com início em 27.09.2019 e término em 29.10.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 27.09.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3113 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a JOSÉ MARIA OURIQUES, matrícula 19106, ocupante do cargo de CHEFE DE SESSÃO, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 109 (cento e nove) dias consecutivos, com início em 14.07.2019 e término em 30.10.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 14.07.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3114 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a MARIA CLEIDE GONÇALVES, matrícula 6277801, ocupante do cargo de PROFESSOR, com carga horária de 20 horas semanais, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, com início em 21.10.2019 e término em 25.10.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 21.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3116 A 3118, 3119, 3121 A 3125/2019

Publicação Nº 2220379

PORTARIA N º 3116 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SILVIA HELENA MAÇANEIRO, matrícula 28401, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de novembro de 2019 e termina em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3117 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a MARCELA DE MEDEIROS ZABOT, matrícula 63279501, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, para usufruir de 60 (sessenta) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de novembro de 2019 e termina em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3118 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a VANESSA DOS SANTOS GOMES BAGATINI, matrícula 397504, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de novembro de 2019 e termina em 1º de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2013/2018.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3119 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SANDRO ROBERTO FAGUNDES, matrícula 244802, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de novembro de 2019 e termina em 29 de janeiro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2006/2011.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3121 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a EDILSON JOAQUIM COUTO, matrícula 42601, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.

Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de novembro de 2019 e termina em 1º de fevereiro de 2020.

Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.

Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2013/2018.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3122 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de

2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a ANTONIO CARLOS DA SILVA, matrícula 35802, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de MOTORISTA DE CAMINHÃO, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de novembro de 2019 e termina em 29 de janeiro de 2020.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2014/2019.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3123 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a SIDNEY CORREA, matrícula 7201, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de FISCAL DE OBRAS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 1º de novembro de 2019 e termina em 29 de janeiro de 2020.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 1990/1995.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3124 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a GELÁSIO RODRIGUES JÚNIOR, matrícula 192501, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AUXILIAR DE FISCAL DE TRIBUTOS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 90 (noventa) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de novembro de 2019 e termina em 1º de fevereiro de 2020.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2010/2015.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3125 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais, de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -
RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio, a NÁDIA BRAZ BINS, matrícula 15501, pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais, efetivo (a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, com carga horária de 40 horas semanais, para usufruir de 30 (trinta) dias.
Art. 2º. O período de gozo de que trata o art. 1º desta portaria inicia em 04 de novembro de 2019 e termina em 03 de dezembro de 2019.
Art. 3º. Terminada a licença, o servidor reassumirá imediatamente o exercício, independentemente de ser notificado pela Administração.
Art. 4º. A licença prêmio ora concedida corresponde ao período aquisitivo de 2005/2010.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3130 A 3133/2019

Publicação Nº 2220396

PORTARIA N º 3130 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a PAULO FERNANDO SQUIZZATO, matrícula 6279201, ocupante do cargo de ANALISTA AMBIENTAL, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 05.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3131 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a ANA PAULA SILVA RODRIGUES, matrícula 63264502, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com início do afastamento em 02.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3132 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a PAULO CESAR TRINDADE, matrícula 2070601, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM SAMU, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 05.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3133 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a FERNANDA MICHAELI DE SOUZA DOS SANTOS, matrícula 1973201, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 05.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3134 A 3136/2019

Publicação Nº 2220401

PORTARIA N º 3134 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a VITOR EDUARDO CAMPOS ALVES, matrícula 63320901, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 198 (cento e noventa e oito) dias consecutivos, com início em 21.04.2019 e término em 04.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 21.04.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3135 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a SUSIMERY MULLER, matrícula 285103, ocupante do cargo de PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1251 (mil duzentos e cinquenta e um) dias consecutivos, com início em 02.06.2016 e término em 04.11.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 02.06.2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3136 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PÚBLICA A CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a NILSA TEREZINHA ANTUNES COSTA, matrícula 70803, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 15 (quinze) dias consecutivos, com início em 08.10.2019 e término em 22.10.2019, conforme art. 82, IX do Estatuto dos Servidores Públicos de Navegantes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 08.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3141 A 3143/2019

Publicação Nº 2220409

PORTARIA N º 3141 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a MANOEL LUIZ CHRISTOVÃO, matrícula 6193402, ocupante do cargo de ORIENTADOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 31.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 31.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3142 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a HELENA ISIS LEAL, matrícula 508704, ocupante do cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 30 horas semanais, com início do afastamento em 25.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 25.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3143 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a INES PIRES DOS SANTOS, matrícula 63376703, ocupante do cargo de

PROFESSORA, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 03.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 03.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 3148 A 3150/2019

Publicação Nº 2220415

PORTARIA N º 3148 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a RUBIA MARA CORDEIRO MAFRA, matrícula 63370401, ocupante do cargo de AGENTE DE EDUCAÇÃO, com carga horária de 30 horas semanais, com início do afastamento em 05.11.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 05.11.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3149 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a NILSA TEREZINHA ANTUNES COSTA, matrícula 70803, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 30.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3150 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a LARISSA DE OLIVEIRA FORTES, matrícula 6308501, ocupante do cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, com início do afastamento em 30.10.2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 30.10.2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE NOVEMBRO DE 2019

MÁRCIO DA ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESULTADO ISENÇÃO EDITAL 037/2019

Publicação Nº 2220204

**MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
CONCURSO PÚBLICO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA****EDITAL 037/2019**

O **Município de Navegantes/SC**, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Emílio Vieira**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO: O relatório de candidatos com a solicitação deferida consta no **Anexo I** deste edital. O relatório de candidatos com a solicitação indeferida consta no **Anexo II** deste edital.

2. PERÍODO DE RECURSOS: Os candidatos interessados poderão interpor recursos referentes a esse resultado nos dias **11, 12 e 13/11/2019**. Os recursos deverão ser interpostos por meio do [site www.objetivas.com.br](http://www.objetivas.com.br), na área do candidato, seguindo as orientações do *site*.

2.1. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para interposição de recursos na **Prefeitura Municipal de Navegantes** (Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro, no Município de Navegantes/SC), no horário das **8h às 12h e das 13h30min às 17h30min**.

3. EXCLUI-SE o canhoto constante no Anexo V – Formulário de Relação de Títulos do Edital 032/2019.

Navegantes/SC, 08 de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.



*Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.*

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece.

RETIFICA EDITAL EDUCAÇÃO 038/2019

Publicação Nº 2220188



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



EDITAL 038/2019

O **Município de Navegantes/SC**, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **Emílio Vieira**, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente edital para divulgar o que segue:

1. Tendo sido identificada divergência entre os valores informados e a legislação municipal vigente, faz-se necessária retificação do salário previsto na coluna **Salário Outubro/2019**, da tabela de cargos, item 1.1.1, do Edital de abertura das inscrições, conforme segue abaixo:

Funções	Vagas ⁽¹⁾	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para a função temporária na contratação	Carga Horária Semanal	Salário Outubro/ 2019 R\$ ⁽²⁾	Valor de Inscrição R\$
Instrutor de Informática	CR	Ensino Médio completo e cursos de formação na área de informática de no mínimo 80 horas. ⁽⁴⁾	20h ⁽⁵⁾	937,17	50,00
			40h ⁽⁵⁾	<u>Onde se lê:</u> 1.874,37 Leia-se: 1.834,37	
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – ARTES	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		511,66	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	20h ⁽⁵⁾	1.598,96	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		<u>Onde se lê:</u> 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		<u>Onde se lê:</u> 1.535,00 Leia-se: 1.534,98	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	40h ⁽⁵⁾	3.197,92	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		<u>Onde se lê:</u> 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	
Professor de Séries/Anos Finais do	CR	HABILITADO:	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00

**Objetiva**
CONCURSOS

Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece.



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



Ensino Fundamental – CIÊNCIAS		Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		511,66	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h ⁽⁵⁾	1.598,96 Onde se lê: 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44 Onde se lê: 1.535,00 Leia-se: 1.534,98	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h ⁽⁵⁾	3.197,92 Onde se lê: 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	70,00
Professor - EDUCAÇÃO FÍSICA (Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais)	CR	Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. ⁽³⁾	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
			20h ⁽⁵⁾	Onde se lê: 2.398,44 Leia-se: 1.598,96	
			30h ⁽⁵⁾	Onde se lê: 2.302,08 Leia-se: 2.398,44	
			40h ⁽⁵⁾	3.197,92	
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental - GEOGRAFIA	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
				511,66	



Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 2 de 7**



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – HISTÓRIA		c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.			
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	20h ⁽⁵⁾	1.598,96	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Onde se lê: 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Onde se lê: 1.535,00 Leia-se: 1.534,98	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	40h ⁽⁵⁾	3.197,92	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Onde se lê: 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – HISTÓRIA	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		511,66	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	20h ⁽⁵⁾	1.598,96	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Onde se lê: 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou		Onde se lê: 1.535,00	



Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 3 de 7**



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



		Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Leia-se: 1.534,98	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h ⁽⁵⁾	3.197,92 Onde se lê: 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – INGLÊS	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h ⁽⁵⁾	799,48 511,66	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h ⁽⁵⁾	1.598,96 Onde se lê: 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44 Onde se lê: 1.535,00 Leia-se: 1.534,98	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h ⁽⁵⁾	3.197,92 Onde se lê: 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – LINGUA	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	10h ⁽⁵⁾	799,48	70,00



Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 4 de 7**



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



PORTUGUESA		disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		511,66	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	20h ⁽⁵⁾	1.598,96 Onde se lê: 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44 Onde se lê: 1.535,00 Leia-se: 1.534,98	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	40h ⁽⁵⁾	Onde se lê: 3.197,91 Leia-se: 3.197,92 Onde se lê: 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	70,00
Professor de Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental – MATEMÁTICA	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.	10h ⁽⁵⁾	799,48 Onde se lê: 511,56 Leia-se: 511,66	70,00
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica. NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina	20h ⁽⁵⁾	1.598,96 Onde se lê: 1.023,33 Leia-se: 1.023,31	70,00



Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 5 de 7**



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



		específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.			
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	30h ⁽⁵⁾	2.398,44	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Onde se lê: 1.535,00 Leia-se: 1.534,98	
	CR	HABILITADO: Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica.	40h ⁽⁵⁾	3.197,92	70,00
		NÃO HABILITADO: a) Licenciatura Plena em Pedagogia ou Normal Superior; ou b) Licenciatura em qualquer área do conhecimento; ou c) Declaração de frequência em Licenciatura, de Graduação Plena, na disciplina específica, tendo concluído, no mínimo, o 3º período.		Onde se lê: 2.046,67 Leia-se: 2.046,64	

2. DO CANCELAMENTO E DA DEVOLUÇÃO DO VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: Os candidatos inscritos para as funções que sofreram alteração que, por ventura, já efetuaram o pagamento do valor da taxa de inscrição e NÃO tiverem interesse em continuar participando do certame em virtude das alterações ora realizadas, DEVERÃO, no período de **11 a 14/11/2019**: (a) realizar a impressão do requerimento, **Anexo I** deste edital; (b) preencher e assinar o **Anexo I** deste edital, de forma completa e legível; (c) digitalizar o comprovante do pagamento da taxa de inscrição (boleto bancário quitado) e o **Anexo I** devidamente preenchido e assinado; (d) acessar o www.objetivas.com.br e, na área do candidato, clicar na opção **Devolução de Taxa de Inscrição** e anexar o arquivo digitalizado.

2.1. Todos os documentos listados no item 2 deste edital devem ser digitalizados e salvos, preferencialmente, em um único arquivo, nas extensões “pdf”, “png”, “jpg” ou “jpeg”. O tamanho máximo da totalidade dos arquivos a serem enviados é de 2MB.

2.2. Cumpre salientar que, uma vez que o candidato tiver deferido seu pedido de cancelamento e devolução da taxa de inscrição, aquela inscrição, especificamente, restará eliminada do certame, ao passo do que o candidato não poderá participar das etapas seguintes do certame.

2.3. O depósito do valor referente à devolução da taxa de inscrição será realizado na conta bancária informada no **Anexo** deste edital, até o dia **20/11/2019**, de forma que é imperativo que o candidato preencha corretamente suas informações no requerimento, sendo o preenchimento inteira e total responsabilidade do candidato.

3. EXCLUI-SE o canhoto constante no anexo V – Formulário de Relação de Títulos do Edital 033/2019.

4. RESULTADO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO: O relatório de candidatos com a solicitação deferida consta no **Anexo II** deste edital. O **Anexo III** contém o relatório de candidatos com a solicitação indeferida.

5. PERÍODO DE RECURSOS: Os candidatos interessados poderão interpor recursos referentes a esse resultado nos dias **11 e 12/11/2019**. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.objetivas.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site.

5.1. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para interposição de recursos na **Prefeitura Municipal de Navegantes** (Rua João Emílio, nº 100, Bairro Centro, no Município de Navegantes/SC), no horário das **8h às 12h e das 13h30min às 17h30min**.

Navegantes/SC, 08 de novembro de 2019.

EMÍLIO VIEIRA,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.



Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 6 de 7**



MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA



ANEXO I
REQUERIMENTO DE CANCELAMENTO E DEVOLUÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu, _____, [nacionalidade],
 _____ [estado civil], _____ [profissão], inscrito no CPF sob o nº _____, RG
 nº _____, residente e domiciliado na _____,
 nº _____, complemento _____, Bairro _____, na cidade de _____ / _____, CEP
 _____, filho de _____ e _____, e-mail
 _____ [telefone particular], inscrito(a) no Processo
 Seletivo Simplificado 001/2019, sob o nº _____, para a função de _____, **VENHO
 REQUERER O CANCELAMENTO E A DEVOLUÇÃO DA TAXA PAGA A TÍTULO DE INSCRIÇÃO NA FUNÇÃO ACIMA
 ESTIPULADA**, correspondente ao valor de R\$ _____ (_____). **DECLARO**,
 ainda, que estou ciente de que, solicitado cancelamento e devolução, não há possibilidade de arrependimento.

ATENÇÃO: Senhor candidato, para a devolução é **OBRIGATÓRIO** fornecimento dos dados abaixo exigidos, assim, assinalar a regra que se aplica a seu caso e informar os respectivos dados, de forma correta e completa:

() Para devolução, informo conta bancária em meu nome, conforme segue:

Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____
 Nome do Correntista conforme registro junto ao banco: _____
 CPF do Correntista: _____

OU

() Para devolução, informo conta bancária em nome de terceiro, conforme segue:

Banco _____ Agência _____ Conta Corrente nº _____
 Nome do Correntista conforme registro junto ao banco: _____
 CPF do Correntista: _____
 E-mail do Correntista: _____ Contato telefônico do Correntista: _____
 Qual é seu grau de relacionamento com o Correntista: _____

Sr. Candidato: Apresentar comprovante de inscrição devidamente quitado.

ATENÇÃO: O Município de Navegantes/SC e a Objetiva Concursos não se responsabilizam, em caso de devolução em conta de terceiros, conforme informado pelo candidato neste Requerimento, pela entrega do valor ao candidato por parte do terceiro, ficando sob única e total responsabilidade do terceiro e do candidato essa tramitação.

 (Local)

 (Data)

 (Assinatura do Candidato)



Seriedade e ética:
Nós acreditamos nesses valores.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece. **Pág. 7 de 7**

Nova Erechim

PREFEITURA

EDITAL Nº 001/2019 ABRE AS INSCRIÇÕES PARA O PROGRAMA HABITACIONAL POPULAR BEM VIVER, A SER DESENVOLVIDO NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC

Publicação Nº 2220365

EDITAL Nº 001/2019

Abre as inscrições para o Programa Habitacional Popular Bem Viver, a ser desenvolvido no Município de Nova Erechim - SC

O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Ferdinando Losina, nº.139, cidade de Nova Erechim, inscrita no CNPJ sob o n. 83.021.840/0001-68, neste ato devidamente representada por seu Prefeito Municipal em exercício, Sr. RAMIREZ TAPIA, casado, CPF nº 690.950.609-00, RG nº 2.163.479 residente e domiciliado na Rua Domingos Tonon, Centro, Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, através do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, na pessoa de sua gestora Sra. Regina de Fatima Brinhosa Deparis e o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL, representado por sua Presidente Sra. ILONE ZENI, brasileira, união estável, costureira, no uso de suas atribuições fixadas pela Lei n. 1.903, de 05 de novembro de 2019, Lei n. 1896, de 17 de setembro de 2019 e pela Resolução n. 009/2019 torna público para conhecimentos dos interessados a abertura das inscrições ao Programa Habitacional Popular Bem Viver, a ser desenvolvido no Município de Nova Erechim - SC, de acordo com as disposições do presente Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Edital a abertura das inscrições para o Programa Habitacional Popular Bem Viver, a ser desenvolvido no Município de Nova Erechim - SC sobre o imóvel da matrícula n. 395, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho, onde se situa o loteamento Municipal Bem Viver, compreendendo a distribuição de 65 (sessenta e cinco) unidades habitacionais aos mutuários que cumpriram com as exigências do programa, fixadas pela Lei Municipal n. 1.903, de 05 de novembro de 2019 e Resolução n. 009/2019.

1.2 A inscrição no cadastro do Programa, não garante a concessão da moradia, ficando sujeita à disponibilidade de unidades habitacionais, respeitada a ordem de classificação dentro da validade da seleção.

2. DO LOCAL E DATA DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições deverão ser realizadas na Secretaria de Assistência Social, situado na Rua São Pedro, 131, das 7h30h às 11h30h e das 13h00h às 17h00h, no período de 08 de novembro de 2019 a 06 de dezembro de 2019.

2.2. O deferimento da inscrição dependerá do correto preenchimento da Ficha de Cadastro Habitacional, devidamente assinada conforme modelo do Anexo I e da apresentação dos respectivos documentos.

3. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PARTICIPAÇÃO

3.1. São condições mínimas para participar da presente seleção:

- a) Não possuir bens imóveis no município de Nova Erechim;
- b) Não ter sido atendido por nenhum programa habitacional através de financiamento público, conforme declaração do anexo II;
- c) Não possuir renda bruta mensal familiar superior a 3 (três) salários mínimos, sendo 2.994,00 (dois novecentos e noventa e quatro reais), conforme declaração do anexo III;
- d) Ser casado (a); manter união estável; solteiro (a), viúvo (a), separado (a) com guarda de filhos, ainda que compartilhada, termo de guarda de menores, aposentado ou titular de benefícios de prestação continuada de caráter assistencial;
- e) Residir no Município há mais de 04(quatro)anos consecutivos, em período imediatamente anterior a inscrição;
- f) Ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado;
- g) A inscrição no CADÚNICO;
- h) Estar adimplente com o Município.

3.2 Será alienado apenas um lote por família, afastada a possibilidade de nova aquisição. É vedada a inscrição de ambos os cônjuges ou conviventes, ou dos dependentes, sendo permitida uma única inscrição por Grupo Familiar. Havendo mais do que uma inscrição por grupo familiar todas serão canceladas.

3.3 As famílias serão classificadas após o somatório da pontuação, conforme tabela de pontuação da Resolução n. 009/2019.

4. DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

4.1. Os interessados deverão apresentar obrigatoriamente no ato da inscrição os seguintes documentos originais e cópias:

- a) Carteira de Identidade e CPF do casal, certidão atualizada de casamento ou em de caso união estável, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo IV, devendo apresentar também Certidão Atualizada de Nascimento;
- b) Comprovação de que não é proprietário de imóvel, mediante apresentação de certidão negativa de bens imóveis a ser fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e declaração do anexo VI;
- c) Comprovação de que reside no Município de Nova Erechim (atualizado) a pelo 04 anos consecutivos em período imediatamente anterior à data da inscrição, sendo comprovado com no mínimo um dos seguintes documentos (ou similares): prontuário do paciente; matrícula escolar dos filhos; cadastro único da Assistência Social; cadastro da família/cidadão fornecido pela Secretaria de Assistência Social; fatura de fornecimento de energia elétrica (CELESC) ou água potável (CASAN) em nome do interessado; contrato de aluguel (com reconhecimento de firma); e conforme declaração VII;
- d) Comprovação de tempo de moradia em Nova Erechim quando for caso de residir mais de 4 anos, conforme declaração do anexo VII;
- e) Certidão de nascimento dos filhos;
- f) Renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos de programas oficiais de transferência de renda, podendo ser comprovada por carteira de trabalho, contracheque, declaração de renda (reconhecimento de firma) conforme modelo do anexo III nos casos de ser trabalhadores informais, nos casos de ser aposentado ou pensionista extrato do CNIS e do BPC. Nos casos de ajuda de terceiros apresentar comprovante de recebimento ou acordo

judicial que comprove o auxílio.

g) Documento que comprove ser pessoa com deficiência ou ser portador de doença grave/incurável que a incapacite total do trabalho, apresentando atestado médico contendo a CID (Classificação Internacional de Doenças) ou extrato da situação do benefício atualizado;

h) A inscrição no CADÚNICO;

i) Certidão Negativa de Débitos Municipais do (a) interessado (a);

j) Ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado;

k) comprovante da composição do grupo familiar, assim entendido e mediante apresentação dos documentos correspondentes à comprovação de todas as situações que envolvem o grupo familiar indicado:

- Certidão atualizada de Casamento;

- Convivente em união estável, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo IV (com reconhecimento de firma), devendo apresentar também Certidão Atualizada de Nascimento;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): com filho dependente econômico de até 21 anos de idade, comprovando com termo de guarda, ainda que compartilhada, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): responsável por aposentado ou titular de benefícios de prestação continuada de caráter assistencial, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): que possuir guarda de pessoa absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil, nos termos da Lei Civil, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): que possuir guarda de pessoa relativamente incapaz, estritamente por deficiência mental que lhe gere discernimento reduzido, ou excepcionais sem desenvolvimento mental completo, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): responsável por pessoa maior de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;

- Declaração de não foi atendida em outro Programa Habitacional, conforme anexo II;

4.2. As famílias serão classificadas após o somatório da pontuação, conforme elencado na Tabela de Pontuação anexo a Resolução n. 009/2019.

5. DA PUBLICAÇÃO DOS INSCRITOS NO PROGRAMA

5.1 A lista das famílias inscritas e habilitadas para o sorteio das 65 (sessenta) unidades habitacionais disponíveis será publicada na imprensa oficial do Município, em até 3 (três) dias úteis após o fim das inscrições.

6. DO SORTEIO DAS FAMÍLIAS INSCRITAS

6.1 Ficam reservados, em caso de fração por inteiro, de acordo com a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2013, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para idosos.

6.2 Ficam reservados, em caso de fração por inteiro, de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, 3% (três por centos) das unidades habitacionais, para pessoas com deficiência.

6.3. Feitas as reservas estipuladas nos itens 6.1 e 6.2 deste Edital, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social realizará o sorteio dos demais lotes aos selecionados no Programa Habitacional Popular Bem Viver.

6.4. Na realização do sorteio, será definido qual lote cada um dos selecionados fará jus, cabendo ao primeiro sorteado o primeiro lote e assim consecutivamente, obedecendo a ordem dos lotes. O sorteio deverá ser realizado no Plenário Luiz Moratelli – Câmara de Vereadores de Nova Erechim, não sendo admitida interrupção da sessão pública devendo iniciar e findar no mesmo ato, sendo que a participação é facultada aos interessados e o sorteio será realizado independente da presença dos mesmos. No caso de inscrições superiores a quantidade de lotes oferecidos, serão selecionados tantos inscritos quanto o número de lotes disponibilizados, mediante aplicação dos critérios definidos na Resolução n. 009/2019, sendo estes selecionados que participarão do sorteio, o qual obedecerá rigorosamente a ordem de classificação por sorteio, e os demais inscritos serão considerados suplentes, obedecida a mesma ordem de classificação.

6.5. Feito o sorteio, não será permitida a troca de lotes entre os beneficiários.

7- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE O PROGRAMA HABITACIONAL

7.1 O Valor total do imóvel fixado pelo programa, de acordo com o estabelecido no art. 2º, § 2º, da Lei n. 1.903, de 05 de novembro de 2019, será de R\$ 10,00 (dez reais) ao metro quadrado do terreno e de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) para a construção, e será financiado em até 15 (quinze) anos, em parcelas mensais e sucessivas corrigidas pelo IGPM;

7.2. Será firmado com a família selecionada, Contrato de Compromisso de Compra e Venda, no qual constará que a Escritura Pública de transferência somente será outorgada após a liquidação integral do débito;

7.3 O adquirente será responsável por todos os custos e encargos decorrentes da outorga de Escritura Pública e seu registro, correspondente à aquisição, bem como sobre o registro do Contrato de Compromisso de Compra e Venda junto ao Registro de Imóveis da Comarca.

7.4 O pagamento das prestações terá início um mês após a entrega da unidade habitacional ao respectivo adquirente.

7.5 O atraso no pagamento de 06 (seis) parcelas mensais, consecutivas ou alternadas, ensejará a rescisão do contrato, retornando o imóvel ao patrimônio do Município, com todas as benfeitorias nele existentes, restando ao comprador apenas o direito por eventual acréscimo na área construída, o que será verificado em procedimento específico.

7.6 A ordem de comparecimento para inscrição dentro do prazo fixado, não influenciará na classificação do candidato;

7.7 Não serão cobrados, por parte do município, quaisquer taxas ou emolumentos por ocasião da inscrição;

7.8 A não apresentação da documentação completa e o não comparecimento dos candidatos selecionados nos prazos a serem estabelecidos, quando da convocação, ou ainda, verificada a incompatibilidade com as regras do Programa, motivarão desclassificação imediata, sendo convocado o candidato suplente;

7.9 O concorrente que omitir informações será excluído a qualquer tempo do processo de escolha, e se apresentar informações falsas, além de ser excluído, será passível de penalidade pelo artigo 299 do Código Penal, respondendo pelo crime de falsidade ideológica;

8.0 O resultado da seleção será publicado no Mural da Prefeitura Municipal, bem como nos veículos de publicações oficiais do Município, do qual caberá recurso em até 02 (dois) dias úteis após a publicação do resultado da seleção, devendo ser protocolado na sede da Secretaria de Assistência Social, Rua São Pedro, 131.

8.1 Não serão admitidas inscrições cujos documentos exigidos sejam enviados por via postal, fax, e-mail ou outro meio não especificado

neste Edital.

8.2 No que se refere aos candidatos não contemplados na primeira etapa por extrapolar o número de terrenos disponíveis, será elaborado uma Lista de Espera, de acordo com a ordem de classificação, que será utilizada caso ocorram desistência ou desenquadramento da família inicialmente contemplada; nestes casos, deverá ser chamado o próximo suplente da lista de espera (posição da lista 66º lugar), o qual, caso já tenha passado 06 (seis) meses ou mais da entrega da sua documentação deverá atualizar seu cadastro com a reapresentação da documentação pertinente para verificar se não ocorreu alteração das informações e critérios de enquadramento.

8.3. Os pontos omissos no presente Edital serão resolvidos de acordo com as normas das Leis Municipais números 1986/2019, Lei 1903/2019 e a Resolução n. 009/2019 e por deliberação do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social.

Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Ficha de Cadastro Habitacional;

Anexo II - Declaração de não ter sido beneficiado anteriormente em Programa Habitacional;

Anexo III - Modelo de Declaração de Renda;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Convivência;

Anexo V - Modelo de constituição de grupo familiar;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Não Possuir Imóvel;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Residência;

Anexo VIII – Prévia de Cronograma

Nova Erechim, SC 07 de novembro de 2019.

PREFEITO DE NOVA ERECHIM

RAMIREZ TAPIA

SECRETÁRIA ASSISTENCIA SOCIAL – GESTORA D FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Regina Brinhosa Deparis

PRESIDENTE CONSELHO DE HABITAÇÃO

Ilone Zeni

ANEXO I

FICHA CADASTRAL PARA PROGRAMA HABITACIONA nº _____
PROGRAMA HABITACIONAL BEM VIVER – MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM-SC

Dados Pessoais do Interessado

Nome					
Data Nasc		CPF:		RG:	
Identidade		Naturalidade:			
Estado Civil					
Pai					
Mãe					
Endereço					
Bairro					
Telefone		E-mail			

Reside no Município a: () 4 anos ou mais () menos de 4 anos

Cônjuge

Nome					
Data Nasc		CPF:		RG:	
Identidade		Naturalidade:			
Pai					
Mãe					

Membros do Grupo Familiar

Nome Idade Grau Parentesco Renda R\$

Dados Profissionais

() Autônomo () Registrado () Aposentado ou Pensionista () Não possui renda () Outros _____

Interessado:

Local Trabalho		Renda R\$	
----------------	--	-----------	--

Profissão		Renda familiar R\$	
Recebe algum tipo de benefício:	() Sim Qual:	() Não	

Cônjuge:

Local Trabalho		Renda R\$	
Profissão		Renda familiar R\$	
Recebe algum tipo de benefício:	() Sim Qual:	() Não	

Observações

Declaro que tenho conhecimento da Resolução Normativa nº 0009/19, de 07 de novembro de 2019 do Conselho Municipal de Habitação Interesse Social e que possuo (requerente) os critérios e exigências nas leis mencionadas e por ser verdade firmo o presente nesta data, não omitindo informações ou dados:

Assinatura do Requerente Assinatura do Requerente

Recebido por:

Secretária Municipal de Assistência Social Nova Erechim- SC, ____/____/2019

ANEXO II

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE NÃO TER SIDO BENEFICIADO ANTERIORMENTE EM PROGRAMAS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, residente e domiciliado(a) em Nova Erechim - SC, na Rua/Av. _____, no _____, bairro _____, portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, DECLARO, sob pena da lei, para fins de aquisição de lote que integra a Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei no 125, de 14 de dezembro de 2018 e Lei 1.903 de 5 de novembro de 2019 - Loteamento Bem Viver, que não fui beneficiado(a) anteriormente em Programas Habitacionais no Município de Nova Erechim – SC.

Nova Erechim, ____ de _____ de 2019.

Nome legível e assinatura

ANEXO III

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE RENDA

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, residente e domiciliado(a) em Nova Erechim - SC, na Rua/Av. _____, no _____, bairro _____, portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, DECLARO, sob pena da lei, para fins de aquisição de lote que integra a Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei no 125, de 14 de dezembro de 2018 e Lei 1.903 de 5 de novembro de 2019 - Loteamento Bem Viver, que possuo renda familiar bruta de R\$ _____ (_____).

Nova Erechim, ____ de _____ de 2019.

Nome legível e assinatura

ANEXO IV

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE CONVIVÊNCIA DE UNIÃO ESTÁVEL

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, residente e domiciliado(a) em Nova Erechim - SC na Rua/Av. _____, no _____, bairro _____, portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, DECLARO, sob pena da lei, para fins de aquisição de lote que integra a Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei no 125, de 14 de dezembro de 2018 e Lei 1.903 de 5 de novembro de 2019 - Loteamento Bem Viver, que possuo convivência de União Estável com _____, brasileiro(a), portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, desde _____ ano.

Nova Erechim - SC, ____ de _____ de 2019.

Nome legível e assinatura do(a) Requerente

Nome legível e assinatura do(a) Convivente

ANEXO V

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE GUARDA

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, residente e domiciliado(a) em Nova Erechim - SC, na Rua/Av. _____, no _____, bairro _____, portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, DECLARO, sob pena da lei, para fins de aquisição de lote que integra a Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei no 125, de 14 de dezembro de 2018 e Lei 1.903 de 5 de novembro de 2019 - Loteamento Bem Viver, que possuo:

() Guarda de pessoa absolutamente incapaz (menores de 16 anos) de exercer os atos da vida civil, nos termos do Art. 3º do Código Civil Brasileiro.

() Guarda de pessoa relativamente incapaz, estritamente por deficiência mental que lhe gere discernimento reduzido, ou excepcionais sem desenvolvimento mental completo.

() Responsável por aposentado ou titular de benefício de prestação continuada de caráter assistencial.

() Responsável por pessoa com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais.

() Ter dependente com idade até 21 anos.

Relação das pessoas:

Nomes: _____

Nova Erechim – SC, ____ de _____ de 2019.

Nome legível e assinatura

ANEXO VI

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMÓVEL

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, residente e domiciliado(a) em Nova Erechim - SC, na Rua/Av. _____, no _____, bairro _____, portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, DECLARO, sob pena da lei, para fins de aquisição de lote que integra a Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei no 125, de 14 de dezembro de 2018 e Lei 1.903 de 5 de novembro de 2019 - Loteamento Bem Viver, que não possui imóvel no Município de Nova Erechim, bem como, qualquer membro que compõe o Grupo Familiar.

Nova Erechim – SC, ____ de _____ de 2019.

Nome legível e assinatura

ANEXO VII

MODELO PADRÃO – DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM - SC

DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, residente e domiciliado(a) em Nova Erechim - SC, na Rua/Av. _____, no _____, bairro _____, portador(a) da carteira de Identidade no _____ e CPF no _____, DECLARO, sob pena da lei, para fins de aquisição de lote que integra a Zona Especial de Interesse Social, instituída pela Lei no 125, de 14 de dezembro de 2018 e Lei 1.903 de 5 de novembro de 2019 - Loteamento Bem Viver, que resido neste Município a mais de 4 anos, conforme comprovantes anexo.

Nova Erechim - SC, ____ de _____ de 2019.

Nome legível e assinatura

ANEXO VIII PRÉVIA DE CRONOGRAMA

Cadastramento e Inscrições	08/11/2019 a 06/12/2019
Análise dos cadastros	09/12/2019 a 11/12/2019
Publicação resultado preliminar dos habilitados	11/12/2019 as 17 horas
Prazo para recurso	12 e 13/12/2019 até as 17 horas
Prazo para análise dos recursos	16/12/2019
Publicação da lista definitiva dos habilitados	17/12/2019
Sorteio público dos lotes	19/12/2019

*as datas poderão sofrer alterações.

LEI MUNICIPAL Nº 1.904/2019 "DISPÕE SOBRE A VEDAÇÃO DE NOMEAÇÃO PARA CARGOS EM COMISSÃO DE PESSOAS QUE TENHAM SIDO CONDENADAS PELA LEI FEDERAL Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006 - LEI MARIA DA PENHA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO NOVA ERECHIM-SC."

Publicação Nº 2219685

LEI MUNICIPAL Nº 1.904 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

"Dispõe sobre a vedação de nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha, no âmbito do município nova Erechim-SC."

RAMIREZ TÁPIA, Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública direta e indireta, autarquias e fundações no município de Nova Erechim/SC, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.

Parágrafo único. Inicia essa vedação com a condenação em decisão transitada em julgado, até o comprovado cumprimento da pena.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Nova Erechim (SC), em 05 novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

LEI MUNICIPAL Nº 1.905/2019 "DISPÕE SOBRE A FIXAÇÃO DE PLACAS COM O NÚMERO DO DISQUE DENÚNCIA DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER (DISQUE 180) NO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC."

Publicação Nº 2219706

LEI MUNICIPAL Nº 1.905 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"Dispõe sobre a fixação de placas com o número do disque denúncia da violência contra mulher (Disque 180) no Município de Nova Erechim/Sc."

RAMIREZ TÁPIA, Prefeito em Exercício de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigatória, no âmbito do município de Pinhalzinho/SC, a divulgação do serviço Disque Denúncia da Violência Contra a Mulher, nos seguintes estabelecimentos:

- I - hotéis, pensões, motéis, pousadas e outros que prestem serviços de hospedagem;
- II - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;
- III - casas noturnas de qualquer natureza;
- IV - clubes sociais e associações recreativas ou desportivas que promovam eventos com entrada paga;
- V - agências de viagens e locais de transportes de massa;
- VI - salões de beleza, academias de dança, ginástica e atividades correlatas;
- VII - postos de serviço autoatendimento, abastecimento de veículos e demais locais de acesso público;
- VIII - prédios comerciais e ocupados por órgãos e serviços públicos;
- IX - prédios públicos;

Parágrafo único. A obrigatoriedade de que trata esta Lei deve ser estendida aos veículos em geral destinados ao transporte público municipal.

Art. 2º Fica assegurada ao cidadão a publicidade do número de telefone do disque denúncia de violência contra a mulher por meio de placa informativa, afixada em locais de fácil acesso, de visualização nítida, fácil leitura e que permitam aos usuários dos estabelecimentos a compreensão do seu significado.

Art. 3º Os estabelecimentos especificados nesta Lei deverão afixar placas contendo o seguinte teor: VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: DENUNCIE - DISQUE 180 (CENTRAL DE ATENDIMENTO À MULHER).

Art. 4º O descumprimento da obrigação contida nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator à seguinte penalidade:

- I. - advertência.
- II. - multa de 20 (vinte) UFM (Unidade Fiscal Municipal) por infração;

Parágrafo único. Os recursos oriundos das multas aplicadas serão direcionados ao custeio das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher.

Art. 5º Os estabelecimentos especificados no art. 1º desta Lei, para se adaptarem às determinações nela contidas, terão o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em Exercício de Nova Erechim (SC), em 05 novembro de 2019.

RAMIREZ TÁPIA

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 111/2019 FÉRIAS MARLI DOMINGAS LEMOS PIROVANO

Publicação Nº 2219411

PORTARIA Nº 111, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a concessão de férias para servidor público municipal.

O Prefeito em Exercício de Nova Erechim, de acordo o artigo 59 da Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001, o Servidor Municipal após cada período de 12 (doze) meses de serviço público, terá direito a férias.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedido 30 (trinta) dias de Férias para a Servidora Municipal MARLI DOMINGAS LEMOS PIROVANO, Matrícula 5482/01, ocupante do cargo de Conselheiro Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a ser usufruída no período de 18.11.2019 a 02.12.2019 e no período de 26.12.2019 a 09.01.2020, referente ao período 03.03.2018 a 02.03.2019.

Art. 2º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 07 de novembro de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito em Exercício

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 009/2019 DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DE PROJETO HABITACIONAL BEM VIVER, NA MODALIDADE CONSTRUÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2220631

-
CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - Nova Erechim

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 009, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre a aprovação de projeto habitacional Bem Viver, na modalidade Construção para o município de Nova Erechim e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Habitação do Município de Nova Erechim, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Municipal 1896/2019 e conforme registro em Ata no 002 de 19 de setembro de 2019.

RESOLVEM:

Art. 1º. Aprovar o Projeto Habitacional BEM VIVER, na modalidade Construção conforme anexos da presente resolução para o município de Nova Erechim – SC.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim, (SC), 07 de novembro de 2019.

Ilone Zeni

Presidente do Conselho de Habitação de Interesse Social

ANEXO I

PROJETO HABITACIONAL BEM VIVER: MODALIDADE CONSTRUÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL

OBJETIVO: Implantar o Projeto Habitacional Bem Viver, de acordo com o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social, a ser constituído sobre o imóvel de matrícula n. 395 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho-SC, onde se situa o Loteamento Municipal Bem Viver, incluído em Zona Especial de Interesse Social pela Lei Complementar n. 125, de 14 de dezembro de 2018, para atendimento a famílias cadastradas junto ao setor habitacional do município.

DESCRIÇÃO: Para execução deste Projeto Habitacional fica autorizado:

I - Despender recursos financeiros para edificação de até 65 unidades habitacionais sobre os lotes que compõe o Loteamento Bem Viver, seguindo o Projeto Construtivo do Anexo II desta Resolução (apenas o Lote 1 da Quadra 102 e o Lote 01 da Quadra 100 não serão neste momento edificados, devido a metragem dos mesmos, ficando disponíveis para posterior utilização pelo poder público);

II - Proceder à alienação onerosa dos 65 lotes urbanos do Loteamento Bem Viver, devidamente edificados, identificados no Anexo III desta Lei, mediante contrato de financiamento habitacional que será firmado com os beneficiários, cadastrados junto a Secretaria de Assistência Social e devidamente selecionados nos termos desta Resolução.

Parágrafo único. Para atendimento aos fins sociais do Programa, cada lote será alienado pelo preço de R\$ 10,00 (dez reais) ao metro quadrado e a edificação pelo valor de até R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

PÚBLICO ALVO: Os beneficiários serão selecionados mediante processo específico, cujos pretendentes deverão obedecer às seguintes condições a serem verificadas no ato da inscrição e conferidas por ocasião da entrega do imóvel:

I - Não possuir outros bens imóveis no Município de Nova Erechim;

II - Não ter sido atendido por alguma política habitacional através de financiamento público;

III - Não possuir renda mensal familiar superior a 3 salários mínimos;

IV- Ser casado (a), manter união estável, solteiro (a), viúvo (a), separado (a) com guarda de filhos, ainda que compartilhada, termo de guarda de menores, aposentado ou titular de benefícios de prestação continuada de caráter assistencial;

V- Residir no Município de Nova Erechim há mais de 04 (quatro) anos consecutivos em período imediatamente anterior à inscrição;

VI – Ser maior de dezoito anos ou emancipado;

VII – Estar inscrito no CadÚnico;

VIII – Estar adimplente com o município.

§ 1º As Inscrições somente serão efetivadas após a entrega das cópias de todos os documentos em um único tempo.

§ 2º Será alienado apenas um lote edificado por família, afastada a possibilidade de nova aquisição.

§ 3º A família inscrita que se afastar do Município terá sua inscrição cancelada.

§ 4º A apresentação ou declaração incorreta dos dados fornecidos dolosamente para a inscrição e obtenção do imóvel implicará, no momento em que for constatada, no afastamento do beneficiário da lista classificatória ou a anulação do contrato.

§ 5º Se ocorrer à vacância do imóvel, durante o tempo em que perdurar o contrato, o Executivo Municipal poderá aliená-lo à outra família devidamente inscrita no Programa de Habitação Popular do Município.

§ 6º A Secretaria Municipal de Assistência Social efetuará, previamente, o cadastro das famílias residentes no Município e que possam se enquadrar nos requisitos para aquisição do imóvel.

§ 7º Ficam reservados, em caso de fração por inteiro, de acordo com a Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2013, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para idosos.

§ 8º Ficam reservados, em caso de fração por inteiro, de acordo com a Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, 3% (três por cento) das unidades habitacionais, para pessoas com deficiência.

CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA: Os critérios de pontuação para os adquirentes selecionados, de acordo com o que dispõe o artigo anterior são, preferencialmente e pela ordem, os seguintes:

I- Da renda bruta do grupo familiar:

- a) renda familiar de até 01 (um) salário mínimo: 05 (cinco) pontos;
- b) renda familiar entre 01 (um) e até 01 (um) salário mínimo e ½ (meio): 04 (quatro) pontos;
- c) renda familiar acima de 01 (um) salário mínimo e ½ (meio) e até 02 (dois) salários mínimos: 03 (três) pontos;
- d) renda familiar acima de 02 (dois) salários mínimos e até 03 (três) salários mínimos: 02 (dois) pontos;

II- Da renda familiar per capita:

- a) de até 9% (nove por cento) do salário mínimo: 05 (cinco) pontos;
- b) entre 10% (dez por cento) e 18% (dezoito por cento) do salário mínimo: 04 (quatro) pontos;
- c) entre 19% (dezenove por cento) e 27% (vinte e sete por cento) do salário mínimo: 03 (três) pontos;
- d) entre 28% (vinte e oito por cento) e 36% (trinta e seis por cento) do salário mínimo: 02 (dois) pontos;
- e) acima de 36% (trinta e seis por cento) do salário mínimo: 01 (um) ponto.

III- da idade média dos filhos menores:

- a) até 06 (seis) anos: 05 (cinco) pontos;
- b) entre 06 (seis) e 10 (dez) anos: 04 (quatro) pontos;
- c) entre 10 (dez) e 14 (quatorze) anos: 03 (três) pontos;
- d) entre 14 (quatorze) e 17 (dezessete) anos: 02 (dois) pontos;

IV- Da pessoa com deficiência:

- a) Pessoa maior de idade no grupo familiar com deficiência, física ou mental, que a incapacite totalmente ao trabalho, devidamente comprovada por laudo de médico especializado: 10 (dez) pontos por pessoa com deficiência;
- b) Criança e/ou adolescente, conforme art. 2º da Lei Federal nº 8.069, de 16 de julho de 1990 (ECA), no grupo familiar com deficiência, física ou mental, devidamente comprovada por laudo de médico especializado: 12 (doze) pontos por pessoa criança com deficiência;

V - Da pessoa idosa:

- a) Pessoa idosa ou grupo familiar que tenha pessoa idosa: 10 (dez) pontos por idoso;

VI - Mulheres chefes de família:

- a) Grupo familiar composto por mulher chefe de família: 10 (dez) pontos;

VII- Do tempo de moradia em Nova Erechim: Comprovação de que reside no Município de Nova Erechim (atualizado) a pelo 04 anos consecutivos em período imediatamente anterior à data da inscrição, sendo comprovado com no mínimo um dos seguintes documentos (ou similares): prontuário do paciente; matrícula escolar dos filhos; cadastro único da Assistência Social; cadastro da família/cidadão fornecido pela Secretaria de Assistência Social; fatura de fornecimento de energia elétrica (CELESC) ou água potável (CASAN) em nome do interessado; contrato de aluguel (com reconhecimento de firma).

- a) de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos residindo em Nova Erechim: 03 (três) pontos;
- b) de 06 (cinco) a 10 (dez) anos residindo em Nova Erechim: 04 (quatro) pontos;
- c) de 10 (dez) a 15 (quinze) anos residindo em Nova Erechim: 05 (cinco) pontos;
- d) de 15 (quinze) a 20 anos residindo em Nova Erechim: 06 (seis) pontos;
- e) acima de 20 (vinte) anos residindo em Nova Erechim: 07 (sete) pontos.

VII- Grupo familiar com doença grave e/ou incurável:

- a) Pessoa do grupo familiar que possui doença grave e/ou incurável que a incapacite totalmente para o trabalho, devidamente comprovada por laudo médico 02 (dois) pontos por pessoa;

VIII- Famílias residentes em áreas de risco:

- a) Famílias que residem em área de risco, áreas insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovando com declaração do ente público: 05 (cinco) pontos para o grupo familiar;

§ 1º A pontuação da inscrição será obtida através do somatório dos pontos descritos nos incisos do presente artigo.

§ 2º A classificação será feita em ordem decrescente do somatório dos pontos descritos nos incisos do presente artigo.

§ 3º Os classificados com a mesma pontuação, obedecerão a seguinte ordem e critérios de desempate:

I- Maior número de membros da família com deficiência;

II- Titular da inscrição idoso ou idoso no grupo familiar;

III – Mulheres chefes de família;

IV- Menor renda per capita;

V- Tempo de Residência no município;

IV- Maior número de responsáveis pelo grupo familiar com doença grave e/ou incurável;

VII- Menor idade média dos filhos menores;

VIII- Maior número de pessoas no grupo familiar;

§ 4º Considera-se grupo familiar, para efeitos desta Resolução, a unidade eventualmente ampliada por outros indivíduos, que com ela possuam laços de parentesco ou de afinidade, que forma um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e que se mantém pela contribuição de seus membros.

§5º Considera-se renda familiar o somatório da renda bruta de todos os membros do grupo familiar.

§6º Considera-se renda per capita o somatório da renda bruta do grupo familiar dividido pelo seu número de membros;

§ 7º Todos os critérios de pontuação e classificação deverão ser devidamente comprovados com documentos emitidos por órgãos oficiais, no que couber.

§ 8º Em caso de empate após o somatório do valor da pontuação e aplicação dos critérios de desempate citado no § 3º, será realizado sorteio público, em data e local a serem divulgados através de Resolução, que deverá ser publicado com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data prevista para o mesmo.

DO FINANCIAMENTO HABITACIONAL: O valor total do imóvel, compreendendo o terreno e a casa, poderá ser pago em até 15 (quinze) anos, sendo até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e sucessivas corrigidas pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

I - Para o fim do disposto neste artigo, será firmado com o adquirente, um Contrato de Compromisso de Compra e Venda, no qual constará que a Escritura Pública de transferência somente será outorgada após a liquidação integral do débito.

II - O adquirente será responsável por todos os custos e encargos decorrentes da outorga de Escritura Pública correspondente à aquisição, bem como sobre o registro do Contrato de Compromisso de Compra e Venda junto ao Registro de Imóveis da Comarca.

III - Fica estabelecido que o pagamento das prestações terá início um mês após a entrega da unidade habitacional;

IV - O atraso no pagamento de 06 (seis) parcelas mensais, consecutivas ou alternadas, ensejará a rescisão do contrato, retornando o imóvel ao patrimônio do Município que fará a avaliação de eventuais acréscimos nas benfeitorias e as ressarcirá ao beneficiário em até 180 (cento e oitenta) dias, devidamente comprovados por avaliação a cargo de profissional competente.

V - Os interessados deverão formalizar sua inscrição junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, cujo processo respeitará as condições estabelecidas Resolução e Lei correspondente.

VI - A casa não poderá ser alugada e nem ser objeto de instalação comercial pelo período de 15 (quinze) anos ou até que seja quitado o financiamento habitacional,

VII - A casa não poderá sofrer ampliação ou reforma pelo período de 15 (quinze) anos, exceto se houver autorização do Departamento de Engenharia, sendo que a autorização para a ampliação fica condicionada a não existências de parcelas em atraso do financiamento habitacional.

VIII - Após a entrega do imóvel edificado a família tem prazo de até 30 (trinta) dias para habitá-lo.

IX - O processo de escolha da localização da casa será realizado por sorteio dos lotes, em data e local a serem divulgados através de Resolução deste Conselho, que deverá ser publicada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis, não sendo permitida a troca dos lotes entre os beneficiários.

DO CADASTRAMENTO E INSCRIÇÕES: Os cadastramentos serão realizados na Secretaria de Assistência Social, sito a Rua São Pedro, nº 131, Centro, Nova Erechim.

Para efetuarem sua inscrição as pessoas interessadas no Programa Habitacional Bem Viver, os interessados deverão comparecer na Secretaria Municipal de Assistência Social, os interessados deverão apresentar obrigatoriamente no ato da inscrição os seguintes documentos originais e cópias:

I - Carteira de Identidade e CPF do casal, certidão atualizada de casamento ou em de caso união estável, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo IV, devendo apresentar também Certidão Atualizada de Nascimento;

II - Comprovação de que não é proprietário de imóvel, mediante apresentação de certidão negativa de bens imóveis a ser fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho e declaração do anexo VI;

III - Comprovação de que reside no Município de Nova Erechim (atualizado) a pelo 04 anos consecutivos em período imediatamente anterior à data da inscrição, sendo comprovado com no mínimo um dos seguintes documentos (ou similares): prontuário do paciente; matrícula escolar dos filhos; cadastro único da Assistência Social; cadastro da família/cidadão fornecido pela Secretaria de Assistência Social; fatura de fornecimento de energia elétrica (CELESC) ou água potável (CASAN) em nome do interessado; contrato de aluguel (com reconhecimento de firma); e conforme declaração VII;

IV - Comprovação de tempo de moradia em Nova Erechim quando for caso de residir mais de 4 anos, conforme declaração do anexo VII;

V - Certidão de nascimento dos filhos;

VI - Renda familiar mensal, a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos de programas oficiais de transferência de renda, podendo ser comprovada por carteira de trabalho, contracheque, declaração de renda (reconhecimento de firma) conforme modelo do anexo III nos casos de ser trabalhadores informais, nos casos de ser aposentado ou pensionista extrato do CNIS e do BPC. Nos casos de ajuda de terceiros apresentar comprovante de recebimento ou acordo judicial que comprove o auxílio.

VII - Documento que comprove ser pessoa com deficiência ou ser portador de doença grave/incurável que a incapacite total do trabalho, apresentando atestado médico contendo a CID (Classificação Internacional de Doenças) ou extrato da situação do benefício atualizado;

VIII - A inscrição no CADÚNICO;

IX - Certidão Negativa de Débitos Municipais do (a) interessado (a);

X - Ser maior de 18 (dezoito) anos ou emancipado;

XI - comprovante da composição do grupo familiar, assim entendido e mediante apresentação dos documentos correspondentes à comprovação de todas as situações que envolvem o grupo familiar indicado:

- Certidão atualizada de Casamento;

- Convivente em união estável, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo IV (com reconhecimento de firma), devendo apresentar também Certidão Atualizada de Nascimento;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): com filho dependente econômico de até 21 anos de idade, comprovando com termo de guarda, ainda que compartilhada, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;

- estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): responsável por aposentado ou titular de benefícios de prestação continuada de caráter assistencial, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;
 - estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): que possuir guarda de pessoa absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil, nos termos da Lei Civil, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;
 - estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): que possuir guarda de pessoa relativamente incapaz, estritamente por deficiência mental que lhe gere discernimento reduzido, ou excepcionais sem desenvolvimento mental completo, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;
 - estado civil: solteiro, viúvo(a), separado(a), ou divorciado(a): responsável por pessoa maior de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, mediante declaração formal conforme modelo do Anexo V;
 - Declaração de não foi atendida em outro Programa Habitacional, conforme anexo II;
- 4.2 As famílias serão classificadas após o somatório da pontuação, conforme elencado na Tabela de Pontuação anexo a Resolução n. 009/2019.
- Renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos integrantes de um grupo familiar, incluídos os rendimentos provenientes de programas oficiais de transferência de renda.

DA SELEÇÃO: A seleção das famílias ocorrerá pelo Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social em conformidade com os critérios estabelecidos nesta resolução e em conformidade com a Lei 1903/2019.

DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA: Com os termos de adesão (contrato) assinados, o Município fornecerá ordem de serviço para a empresa vencedora do processo licitatório dar início as execuções. O conselho fornecerá todas as informações necessárias a continuidade do programa, das parcelas, assistência técnica, visitas técnicas e vistorias nas obras.

FONTE DE RECURSOS: As despesas decorrentes deste Programa correrão por conta do orçamento do Fundo Municipal de Habitação. Os recursos advindos com a alienação dos imóveis serão depositados em conta específica do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para sua aplicação em novos investimentos desta natureza. Todos os benefícios, serviços e auxílios dependerão exclusivamente de disponibilidade orçamentária do município, que em havendo necessidade, poderá cancelar os já concedidos, respeitando a listagem definitiva.

LISTA DE ESPERA: No que se refere aos candidatos não contemplados na primeira etapa por extrapolar o número de terrenos disponíveis, o Conselho decidiu por manter uma Lista de Espera, de acordo com a ordem de classificação, que será utilizada caso ocorram desistência ou desenquadramento da família inicialmente contemplada; nestes casos, deverá ser chamado o próximo da lista de espera (posição da lista 66º lugar), o qual, caso já tenha passado 06 (seis) meses ou mais da entrega da sua documentação deverá atualizar seu cadastro com a reapresentação da documentação pertinente para verificar se não ocorreu alteração das informações e critérios de enquadramento.

LEGISLAÇÃO DE APOIO: Os pontos omissos na presente Resolução serão resolvidos de acordo com as normas das Leis Municipais números 1986/2019, Lei 1903/2019 e a Resolução n. 009/2019 e por deliberação do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social.

ANEXO II PROJETO ARQUITETÔNICO

ANEXO III MEMORIAL DESCRITIVO

PROGRAMA HABITACIONAL BEM VIVER – MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM-SC

CRITÉRIOS PARA ENQUADRAMENTO NO PROGRAMA

Os critérios de pontuação para os adquirentes selecionados, de acordo com o que dispõe o artigo anterior são, preferencialmente e pela ordem, os seguintes:

TABELA DE PONTUAÇÃO

	Pontuação	Pontuação da família
Renda Do grupo familiar		
Renda familiar de até 01 (um) salário mínimo	05 (cinco) pontos	
Renda familiar entre 01 (um) e 01 (um) salário mínimo e ½ (meio)	04 (quatro) pontos	
Renda familiar entre 01 (um) salário mínimo e ½ (meio) e 02 (dois) salários mínimos	03 (três) pontos	
Renda familiar entre 02 (dois) salários mínimos e 03 três salários mínimos	02 (dois) pontos	
Da renda per capita		
De até 9% (nove por cento) do salário mínimo	05 (cinco) pontos	

Entre 10% (dez por cento) e 18% (dezoito por cento) do salário mínimo	04 (quatro) pontos	
Entre 19% (dezenove por cento) e 27% (vinte e sete por cento) do salário mínimo	03 (três) pontos	
Entre 28% (vinte e oito por cento) e 36% (trinta e seis por cento) do salário mínimo	02 (dois) pontos	
Acima de 36% (trinta e seis por cento) do salário mínimo	01 (um) ponto	
Da idade média dos filhos menores (por criança ou adolescente)		
Até 06 (seis) anos	05 (cinco) pontos	
Entre 07 (seis) e 10 (dez) anos	04 (quatro) pontos	
Entre 11 (dez) e 14 (quatorze) anos	03 (três) pontos	
Entre 15 (quatorze) e 17 (dezessete) anos	02 (dois) pontos	
Da Pessoa Com Deficiência		
Pessoa maior de idade no grupo familiar com deficiência, física ou mental, que a incapacite totalmente ao trabalho, devidamente comprovada por laudo de médico especializado.	10 (dez) ponto por pessoa	
Criança e/ou adolescente, conforme art. 2º da Lei Federal nº 8.069, de 16 de julho de 1990 (ECA), no grupo familiar com deficiência, física ou mental, devidamente comprovada por laudo de médico especializado.	12 (doze) pontos por pessoa	
Doença Grave e/ou incurável		
Responsável pelo grupo familiar com doença grave e/ou incurável que incapacite totalmente para o trabalho, devidamente comprovada por laudo médico especializado	02 (dois) pontos por pessoa	
Famílias Residentes em áreas de risco		
Famílias residentes em áreas de risco, insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovadamente com declaração do ente público	05 (cinco) pontos	
Tempo de moradia em Nova Erechim		
De 04 (quatro) a 05 (cinco) anos	03 (três) pontos	
De 06 (cinco) a 10 (dez) anos	04 (quatro) pontos	
De 10 (dez) a 15 (quinze) anos	05 (cinco) pontos	
De 15 (quinze) a 20 anos	06 (seis) pontos	
Acima de 20 (vinte) anos	07 (sete) pontos	
Dos Idosos		
Idosos (por pessoa)	10 (dez) pontos	
Das mulheres Chefes de Família		
Mulheres chefes de família	10 (dez) pontos	
Total		

A pontuação da inscrição será obtida através do somatório dos pontos descritos nos incisos do presente artigo.

A classificação será feita em ordem decrescente do somatório dos pontos descritos nos incisos do presente artigo.

Os classificados com a mesma pontuação, obedecerão a seguinte ordem e critérios de desempate:

Os classificados com a mesma pontuação, obedecerão a seguinte ordem e critérios de desempate:

I- Maior número de membros da família com deficiência;

II- Titular da inscrição idoso ou idoso no grupo familiar;

III – Mulheres chefes de família;

- IV- Menor renda per capita;
- V- Tempo de Residência no município;
- IV- Maior número de responsáveis pelo grupo familiar com doença grave e/ou incurável;
- VII- Menor idade média dos filhos menores;
- VIII- Maior número de pessoas no grupo familiar;

Nova Itaberaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 310/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220354



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA



DECRETO Nº 310/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DIVULGA O RESULTADO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 008/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes: CONSIDERANDO: O previsto no Edital de Processo Seletivo nº 008/2019.

DECRETA:

Art.1º - Divulga o resultado Preliminar, das provas para os cargos de Fisioterapeuta e Tesoureiro, referente ao processo seletivo nº 008/2019, conforme relatório abaixo:

Art.2º Comunica ainda aos candidatos que se sentirem prejudicados quanto a divulgação deste Edital e seu anexo, os mesmos poderão interpor recurso na forma do Edital de Abertura.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO CESAR RIBEIRO DOS SANTOS
Assessor Jurídico



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA



FISIOTERAPEUTA - NOVA ITABERABA

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CDI	CG	CE	PONTOS	RESULTADO
0000025	BRUNA SALIN	0,40	0,60	0,80	0,40	2,40	4,60	Desclassificado
0000014	CAROLINE BALEN SCHAFER	0,80	0,20	0,80	0,20	3,00	5,00	Classificado
0000002	ÉRICA PAULA TERRIBILLE	0,20	0,20	0,40	0,40	3,00	4,20	Desclassificado
0000010	JULIANA MUCELINI	0,20	0,80	0,80	0,80	1,80	4,40	Desclassificado
0000013	SIDIANE CASTAGNA VANAZZI	0,60	0,80	0,60	0,40	3,60	6,00	Classificado
0000020	TALITA ANTONIAMARA FURLAN	0,60	0,60	0,60	0,60	4,20	6,60	Classificado

TESOUREIRO - NOVA

INSCRIÇÃO	NOME	CDP	CDM	CDI	CG	CE	PONTOS	RESULTADO
0000005	ANGELA DE CONTO	0,60	0,20	0,40	0,80	2,40	4,40	Desclassificado
0000023	ANGELICA CARARO	0,20	0,20	0,40	0,40	2,40	3,60	Desclassificado
0000003	DARLEI PAGANI MESADRI	0,60	1,00	0,80	0,40	3,60	6,40	Classificado
0000021	MAIRA BEDIN	0,20	0,00	0,80	0,60	2,40	4,00	Desclassificado
0000004	MARCELO JOSE RITTER	0,00	0,60	0,60	0,20	3,00	4,40	Desclassificado
0000006	RAFAEL DE AZEVEDO DAVILA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado
0000011	VOLNIR FRANZ	0,40	0,60	0,40	0,60	4,20	6,20	Classificado

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066 CNPJ:
 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br

DECRETO Nº. 309/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220352

DECRETO Nº. 309/2019 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL
SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.217/2018, de 27 novembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba de Nova Itaberaba no exercício 2019, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) no Projeto Atividade 2.020 – Manutenção das Atividades de Assistência Social, na modalidade de aplicação 3.1.90 - Aplicação Direta – na fonte 03.00 – Superávit – Recursos Ordinários, conforme programação a seguir.

Órgão: 05 SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL.

Unidade Orçamentária: 01 Fundo Municipal de Assistência Social

Função: 008 Assistência Social

Sub-Função: 244 Assistência Comunitária

Programa: 0007 ASSISTÊNCIA INTEGRADA

Projeto/Atividade: 2.020 – MANUT. DAS ATIVIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Modalidade de Aplicação 3.1.90 – Aplicação Direta

Fonte: 03.00 – Superávit – Recursos Ordinários

Detalhamento: 00000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recursos R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, decorrerá do disposto no art. 5º, inciso III da Lei Municipal nº 1.217/2018 – LOA, Superávit Financeiro do exercício de 2018, no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais).

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019 - CONSOLIDADO CONFORME PRIMEIRA ERRATA**

Publicação Nº 2220194



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**EDITAL CONCURSO PUBLICO Nº 001/2019. – CONSOLIDADO CONFORME PRIMEIRA ERRATA.**

Abre inscrições e define diretrizes para o Concurso Público destinado ao provimento de Vagas de Cargos do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Nova Itaberaba/SC. Estado de Santa Catarina e dá outras providência.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do seu Representante legal, o Presidente Sr. Albery Luiz Campagnaro, no uso de suas atribuições legais, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 37, IX, da Constituição Federal, e de acordo com as Lei Complementar 1061/2015 “INSTITUI O PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PUBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA EM SUBSTITUIÇÃO A LEI COMPLEMENTAR 979/2013”. **TORNA PÚBLICO** que encontram-se abertas as inscrições para a realização de CONCURSO PUBLICO visando à contratação de servidores para provimento de Vagas de Cargos do Quadro de Pessoal, nos termos do presente edital, no período de **01/11/2019 a 20/11/2019**.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente certame originado por este Edital será realizado sob a responsabilidade da empresa contratada pelo Município - A.S. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA ME, - ASINSTITUTO.COM.BR.

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o cronograma estabelecido no anexo III deste edital.

1.3 O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Câmara Municipal de Nova Itaberaba – SC.

II - DA DIVULGAÇÃO

2.1. A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas do Concurso Público dar-se-á com a afixação no Quadro Mural da Câmara Municipal, e/ou seus extratos serão publicados no Diário Oficial dos Municípios. Também em caráter meramente informativo na internet, pelos sites www.asinstituto.com.br e www.camaranovaitaberaba.sc.gov.br

2.2. É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se do presente conteúdo, bem como fazer consultas diárias no site da organizadora do certame www.asinstituto.com.br, para estar ciente de todas as publicações legais do processo que norteia o presente Edital.

III - DOS CARGOS E VAGAS**3.1. DAS VAGAS:**

3.1.1. O Concurso Público destina-se para provimento de cargos do quadro de Carreira de Pessoal categoria funcional constante no Quadro de Pessoal da Câmara



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



Municipal, de acordo com a tabela de cargos abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade do Concurso Público.

CARGOS	Nº DE VAGAS	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO MENSAL	HABILITAÇÃO MÍNIMA PARA CONTRATAÇÃO	TIPO DE PROVA
TÉCNICO LEGISLATIVO	01 Vaga	40	R\$ 2.624,74	Ensino médio completo	Prova Objetiva

3.2. A habilitação no concurso público não assegura ao candidato a admissão imediata, apenas a expectativa de ser nomeado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitando a ordem de classificação dentro do prazo de validade do mesmo, que é para dois anos, sendo admitida sua prorrogação por igual período no caso de interesse público.

3.3. A escolaridade exigida para a investidura nos cargos é a que consta no quadro dos itens 3.1.1.

3.4. As atribuições estarão especificadas no anexo I e são as constantes na legislação específica.

IV - DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições para todos os cargos do referido Edital, serão recebidas **SOMENTE POR INTERNET**, através do preenchimento do formulário eletrônico disponibilizado no endereço eletrônico www.asinstituto.com.br relacionado a Câmara Municipal de Nova Itaberaba/SC, do dia 01/11/2019 ao dia 20/11/2019 até às 15h 00 min, observando-se o horário oficial de Brasília/DF.

4.1.1 O candidato deverá preencher o formulário de inscrição eletrônico de forma a não deixar nenhum campo em branco, do contrário sua inscrição não será efetuada.

4.1.2. O candidato que não tiver condições de acesso para fazer sua inscrição on-line, poderá fazê-la dirigindo-se à Câmara Municipal de Nova Itaberaba - SC, especificamente em dias úteis, sito à Rua José Marocco, 2114 - Centro, Município de Nova Itaberaba (SC). No horário das 7h30min às 11h30min e das 13:00 h às 17:00 h, onde receberá auxílio para realizar sua inscrição, nos dias considerados úteis e de expediente normal nas repartições públicas municipais, lembrando que excepcionalmente no último dia de inscrição o auxílio para realização da inscrição será até às 11 horas.

4.1.4. É de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados corretos para a inscrição.

4.2. A A.S INSTITUTO, não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, inscrições realizadas na última hora em horários impróprios, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

4.3. O comprovante de inscrição, o boleto bancário e o comprovante de pagamento da taxa de inscrição deverão ser mantidos em poder do candidato e deverá apresentá-los no local de realização das provas, caso haja qualquer intercorrência no dia.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



4.3.1. O candidato que não portar junto, no dia da realização da prova, os documentos citados acima, perderá o direito de manifestar-se frente a situações inesperadas que possam vir a acontecer momentos antes da realização das provas.

4.4. O candidato deverá, no período das inscrições, pagar a importância indicada a seguir, de acordo com o nível de escolaridade ao cargo pretendido, no referido certame.

Ensino médio	R\$ 100,00	Cem reais
--------------	------------	-----------

4.5. O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma, salvo em caso de cancelamento do certame por conveniência e interesse público.

4.6 DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

4.6.1. O candidato que **não possuir condições financeiras** para arcar com o pagamento da taxa de inscrição sem comprometer seu próprio sustento ou de sua família, deverá requerer a isenção de tal pagamento, através do preenchimento da declaração contida no **Anexo V**, assumindo inteira responsabilidade, podendo responder criminalmente por falsidade ideológica.

4.6.2. Preencher o anexo V do presente Edital, datá-lo e assiná-lo, digitalizar em modo PDF (não serão aceitos outros formatos de arquivos), e, enviar através da área do candidato da página da empresa: www.asinstituto.com.br, até a data **limite de 12/11/2019**. Enviar para a empresa, sob pena de indeferimento, Comprovante de Cadastramento atualizado no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com assinatura e carimbo do servidor emitente, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias da data de publicação do presente edital. O referido documento poderá ser obtido nos órgãos ligados a Assistência Social do Município. Devendo a documentação chegar até a empresa para análise e apreciação até a data limite, sob pena de não ser acatado após esta.

4.6.3. Para os candidatos enquadrados na condição de **doador de sangue e de medula óssea**, é obrigatório junto à documentação encaminhar também cópia simples da Carteira de Doador de Medula Óssea e/ou REDOME.

4.7. O pedido de isenção da taxa de inscrição deverá ser conforme o modelo estabelecido no **anexo VI**, do presente Edital, acompanhado da declaração original e/ou cópia autenticada emitida pela entidade coletora pela sua condição de doador de sangue fidelizado e/ou medula óssea.

4.8. Após análise dos pedidos de isenção será divulgado uma listagem contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição.

4.9 Os candidatos que tiveram seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão acessar o www.asinstituto.com.br e realizar uma nova inscrição, gerar o boleto e efetuar o pagamento, os mesmos deverão efetuar o pagamento de sua inscrição até a data limite conforme cronograma, sob pena de eliminação do certame.

4.10. Quem pode solicitar isenção de taxa de inscrição:

4.10.1 Somente serão aceitos pedidos de isenção de pagamento da taxa de inscrição do candidato **doador de sangue fidelizado e/ou medula óssea**;



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



4.10.2. **A isenção** será efetuada mediante a apresentação de declaração emitida pela entidade coletora contendo o número do cadastro, nome do doador e, OBRIGATORIAMENTE, as datas das últimas três doações, considerando-se no período de um ano, considerando-se somente doações com datas anteriores a abertura deste edital.

4.10.3. Após realizar a inscrição, o candidato deverá solicitar a condição via sistema do Processo na área do candidato, seguir os tramites solicitados escrevendo a condição de isenção;

4.10.4. Preencher o **anexo VI** do presente Edital, datá-lo e assiná-lo, digitalizar em modo PDF (não serão aceitos outros formatos de arquivos), e, enviar através da área do candidato até a **data limite de 12/11/2019**. Devendo a documentação chegar até a empresa para análise e apreciação até a data limite, sob pena de não ser acatado após esta.

4.10.5. Anexar os comprovantes das doações.

OBS.: TODOS OS DOCUMENTOS DEVERÃO SER DIGITALIZADOS EM UM ÚNICO ARQUIVO.

4.11. Considera-se, para obtenção do benefício, somente a doação de sangue e/ou medula óssea promovida a órgão oficial, ou a entidade credenciada pela União, pelo Estado ou pelo Município.

4.12. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supracitado, para todos os efeitos legais.

4.13. O comprovante de inscrição estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ainstituto.com.br, na aba correspondente ao certame em questão, logo após o candidato ter preenchido o formulário de inscrição. A guia de pagamento bancário e o comprovante de inscrição DEVERÃO SER IMPRESSOS NA SEQUÊNCIA E MANTIDOS EM PODER DO CANDIDATO.

4.13.1. Tanto o boleto bancário quanto o comprovante de inscrição poderão ser gerados quantas vezes forem necessárias, observando-se o período de vigência das inscrições, ou seja, após encerrado o prazo das inscrições, não será mais possível a impressão dos mesmos.

4.14. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado até a data limite de vencimento constante no boleto, 21/11/2019.

4.15 Ao efetivar sua inscrição, o candidato assume inteira responsabilidade por todas as informações constantes na ficha de inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento ou falta de informação.

4.16. O candidato declarará, ao efetuar sua inscrição, que tem ciência e aceita que, caso aprovado, deverá entregar os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o cargo por ocasião da admissão.

4.17. As inscrições efetuadas, somente serão acatadas após a comprovação de pagamento da taxa de inscrição.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



4.18. A falsificação de declarações ou de dados e/ou outras irregularidades na documentação, verificada em qualquer etapa do presente concurso, implicará na eliminação automática do candidato, não ficando livre das cominações legais decorrentes de seus atos.

4.19. Caso a inscrição do candidato não conste na relação das inscrições, pré-homologadas que será divulgada conforme data constante no anexo III, o candidato deverá entrar em contato imediatamente com a empresa através do e-mail (asinstituto@gmail.com), anexando no corpo do e-mail o comprovante de pagamento da guia bancária na forma digital (escaneada), conforme prazos recursais estabelecidos neste Edital, sob pena de não serem acatadas reclamações posteriores.

OBS.: **A A.S INSTITUTO e a Câmara Municipal de Nova Itaberaba / SC**, não se responsabilizam por pagamentos realizados após o prazo previsto, sendo que é inteira responsabilidade do candidato efetuar o pagamento com antecedência, pois, é somente dessa forma que garantirá a homologação de sua inscrição.

V - DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

5.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Concurso Público, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal. A ordem de chamamento de candidatos inscritos na condição de PNE será para o melhor classificado a 20ª (vigésima) vaga a segunda a 40ª (quadragésima) ou obedecendo a sua classificação normal anterior a vigésima e a quadragésima, se for o caso.

5.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção “pessoas com deficiência”, bem como, deverá encaminhar, via sistema, na área do Candidato - aba Recursos, **até o dia 12/11/2019**, os seguintes documentos:

a) Laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), digitalizado em PDF emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência;

b) Requerimento solicitando vaga especial digitalizado em PDF, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial, se for o caso (conforme modelo do anexo VII deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.3. Caso o candidato **não encaminhe o laudo médico** e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado.

5.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.

5.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

5.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardada as condições especiais previstas na legislação própria.

5.7. Os candidatos aprovados no concurso público serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.

5.8. As inscrições deferidas ou indeferidas serão **divulgadas no dia 13/11/2019**.

VI - DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições estabelecidas neste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente no prazo previsto no cronograma constante do anexo III, e, estarão disponíveis no endereço eletrônico www.asinstituto.com.br, na opção correspondente à Câmara Municipal de Nova Itaberaba e também no site www.camaranovaitaberaba.sc.gov.br, e no quadro mural da Câmara Municipal de Nova Itaberaba – SC.

6.2. Somente será divulgada a relação das inscrições que forem deferidas.

6.2.1 Para todos os efeitos, os candidatos que não constarem na relação do referido Edital, estarão com suas inscrições indeferidas.

6.3. Quanto ao indeferimento de inscrição, caberá recurso, dirigido à A.S INSTITUTO, no prazo máximo previsto no **anexo III**, contado da data de publicação da relação mencionada desde edital.

6.4. O candidato deverá acompanhar esse edital, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido homologada ou processada, o mesmo não poderá prestar provas, podendo impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

6.5. Se mantida a não homologação ou o não processamento, o candidato será eliminado do Concurso Público, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição.

6.6. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelos sites www.asinstituto.com.br e www.camaranovaitaberaba.sc.gov.br, ou ainda no Mural da Câmara Municipal de Nova Itaberaba.

6.7. **Em 25/11/2019**, será divulgado edital de homologação Final das inscrições, o local das provas e juntamente com o ensalamento.

VII - REALIZAÇÃO DA PROVA

7.1. - A prova escrita/objetiva será realizada no dia 01 de dezembro de 2019 das 8 h30min às 11h30min em local a ser divulgado juntamente com a homologação.

7.2. Os horários de realização das provas objetivas ficam assim definidos:

Evento	Horário
Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	07h 45min
Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	08h 15min



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas.	08h 30min
O tempo mínimo de permanência em sala de prova é de 01 (uma) hora, saída a partir das:	09h 30min
Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	11h 30min.

VIII. PROVA OBJETIVA

8.1. Para o cargo de Técnico Legislativo, A prova escrita será constituída de 30 (trinta) questões objetivas, cada uma delas com até 05 (cinco) alternativas das quais uma única será correta e com duração de até 03 (três) horas.

8.1.1. As provas objetivas, de caráter eliminatório/classificatório, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições do cargo.

8.1.2. As áreas de conhecimento, abrangidas pela prova, o número e o peso de cada uma das questões, seguem descritas a seguir:

DISCIPLINA	NÚMERO DE QUESTÕES	PESO INDIVIDUAL	PESO TOTAL
Conhecimentos de Português CP	05	0,40	2,0
Conhecimentos de Matemática CM	05	0,20	1,0
Conhecimentos Gerais CG	10	0,20	2,0
Conhecimentos Específicos CE	10	0,50	5,0
Total	30		10,00

8.2. O candidato que não comparecer no local e hora designados, no item estará automaticamente desclassificado do certame.

8.3. O candidato deverá apresentar no dia da realização da prova o documento de identificação oficial com foto e o comprovante de inscrição.

8.4. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

8.5. No local de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e entrar ou permanecer com armas ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, smartphones, tablets, ipod, gravadores, pen drive, mp3 ou similar, relógio ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens. Caso o candidato leve arma ou qualquer aparelho eletrônico deverá depositá-lo na Coordenação, exceto no caso de telefone celular que deverá ser desligado e deverá ser depositado junto à mesa de fiscalização até o final das provas. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

8.6. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo da prova da candidata.

8.7. Será excluído do Concurso Público o candidato que:



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



a) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;

b) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando-se de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;

c) afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;

d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização;

e) Comparecer em visível estado de embriaguez nos locais das provas.

8.8. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.

8.9. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos gravidez, contusões, luxações, etc.), que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.

8.10. Será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza durante a realização da prova, desde que estejam em embalagens transparentes e sem rótulo, os quais serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

8.11. Durante a realização da prova, o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta transparente, documento de identidade, e uma garrafa de água transparente e sem rótulo e/ou embalagem com alimento sem identificação e transparente. A Empresa não se responsabiliza por quaisquer outros objetos, de valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

8.12. A Câmara reserva-se o direito de indicar nova data para a realização das provas, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação na imprensa oficial, com antecedência mínima de 08 (oito) dias da realização das mesmas.

8.13. Os Conteúdos programáticos da prova objetiva, são os constantes no **anexo II** do presente Edital.

8.13.1. Em todas as provas, quando da citação de legislação ou normas técnicas, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até o último dia das inscrições.

8.13.2. As leis indicadas nas referências bibliográficas poderão ser usadas em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados.

8.14. O candidato só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 01 (uma) hora contada do seu efetivo início.

8.15. Durante a prova, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, régua de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



8.16. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do presente Processo, a A.S INSTITUTO, poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.

8.17. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO no CARTÃO DE RESPOSTAS.

8.18. O CARTÃO DE RESPOSTAS é o único documento válido e utilizado para a correção da prova. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do mesmo devidamente preenchido e assinado no local apropriado. É obrigação do candidato conferir seus dados no cartão de respostas e assinar no local indicado. A não entrega do cartão de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura no cartão poderá também implicar na eliminação do candidato do certame.

8.19. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, no cartão de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.

8.20. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.

8.21. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, juntamente com o cartão de respostas, o caderno de questões.

8.22. Será permitido aos candidatos copiar seu cartão de respostas, para conferência com o gabarito divulgado posteriormente.

8.23. Por razões de ordem técnica, de segurança e de direitos autorais não serão fornecidas cópias das provas a candidatos ou instituições de direito público ou privado, mesmo após o encerramento do concurso público.

8.24. A prova ficara disponível para consulta online no período de recursos.

8.25. Ao final da prova objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais para o lacre dos envelopes.

IX. DOS RECURSOS

9.1. Será admitido recurso quanto:

- a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
- b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas;
- c) Aos resultados preliminares do concurso público.

9.2. Todos os recursos deverão ser interpostos conforme o cronograma, a contar da divulgação por edital, de cada evento.

9.3. Os recursos deverão ser enviados digitalizados via área do candidato, no prazo estipulado no item 9.2 deste Edital. O modelo de formulário de recursos encontra-se **anexo IV** deste Edital.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



9.3.1. Para enviar o recurso, o candidato deverá acessar a “Área do Candidato”, preencher o formulário online com os devidos dados, preencher, assinar, digitalizar em “PDF” e anexar *online* o formulário preenchido constante no anexo IV deste Edital.

9.3.2. Não serão aceitos recursos enviados de outras formas senão **online**. Os candidatos que obtiverem dúvidas quanto ao envio de recursos poderão entrar em contato com a empresa organizadora por telefone constante no site www.asinstituto.com.br.

9.3.3. Não serão recebidos arquivos de recursos em formatos de foto (jpg, gif, etc) editor de textos, pois, se torna impossível sua visualização e transferência do banco de dados da organizadora para o município.

9.4. Para cada questionamento deverá ser utilizado um formulário, com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, no qual deve ser circunstanciada exposição a respeito das questões e pontos para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deverá ser atribuído maior grau ou número de pontos, bem como as razões do pedido de revisão e o total dos pontos pleiteados.

9.5. Não se conhecerão os recursos que não contenham os dados dos itens 9.3 e seus subitens e os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.

9.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou e-mail ou em desacordo com este Edital.

9.7. Em caso de haver questões que possam vir a serem anuladas por decisão da Comissão Executora do Concurso Público, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido, quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.

9.8. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.

9.9. É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários de quaisquer dos recursos previstos para este Concurso Público. Os recursos que não estejam com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, não serão aceitos.

9.10. Os recursos serão analisados individualmente, porém as respostas poderão ser divulgadas por questão e não direcionadas a cada candidato.

9.11. A A.S INSTITUTO, não se responsabiliza por recurso não recebido por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados ou a impressão dos documentos solicitados.

X - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

10.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será a nota da prova objetiva, conforme o número de acertos.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



10.2. Serão considerados aprovados e/ou HABILITADOS, os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (Cinco) na nota da prova objetiva.

10.3. A classificação final do Concurso Público será publicada por edital, apresentará apenas os candidatos aprovados por o cargo, em ordem decrescente de pontos e será composta de duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência e a segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.

10.4. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:

- a) Maior idade
- b) Maior pontuação na prova de Conhecimentos Específicos;
- c) Maior pontuação na prova de Conhecimentos de Português;
- d) Maior pontuação na prova de Conhecimentos de Matemática;
- e) Maior pontuação na prova de Conhecimentos Gerais;
- f) Número de filhos

10.4.1. Para TODOS os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 - Estatuto do Idoso, este terá preferência pela maior idade.

10.4.2. Persistindo o empate, será efetuado sorteio.

XI DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

11.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração direta da Câmara Municipal de NOVA ITABERABA - SC, sendo que a admissão é de competência do Presidente da Câmara, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF

11.2. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

11.3. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos. (Por documento escrito)

11.4. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em Lei Municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da Câmara de Nova Itaberaba.

11.5. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Câmara Municipal Nova Itaberaba - SC.

11.6 O candidato após receber a notificação terá o prazo de 15 (quinze) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prorrogação de igual período para apresentar a documentação exigida para a nomeação ou apresentar sua carta de desistência.

11.7 O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos da



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



Câmara de Nova Itaberaba - SC, até a data, estabelecida conforme item 12.6, será excluído deste Concurso Público.

11.8 A não apresentação dos documentos solicitados, por ocasião da convocação, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso Público.

11.9. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma junta médica oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A inexatidão das informações falta, e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Concurso Público, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

12.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Câmara Municipal de Nova Itaberaba, em conjunto com a A.S INSTITUTO.

XIII - FAZEM PARTE DO PRESENTE EDITAL:

- a) Anexo I, Atribuições;
- b) Anexo II, Conteúdo programático das provas;
- c) Anexo III, Cronograma do processo;
- d) Anexo IV, Modelo de requerimento de recurso;
- e) Anexo V, Declaração de hipossuficiência financeira;
- f) Anexo VI, Requerimento - declaração de doador de sangue ou medula;
- g) Anexo VII, Requerimento - pessoas com deficiência;
- h) Anexo VIII, Requerimento/Declaração Condição Especial.

Nova Itaberaba - SC, 01 de novembro de 2019.

ALBERY LUIZ CAMPAGNARO
Presidente



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO I – ATRIBUIÇÕES**

CARGO	ATRIBUIÇÕES
TÉCNICO LEGISLATIVO:	<ul style="list-style-type: none"> - Assessorar o presidente no planejamento, na organização e na coordenação das atividades da Câmara; - Organizar Audiências a atender ou fazer atender às pessoas que procuram o presidente e os demais vereadores; - Incumbir-se da correspondência endereçada ao presidente, redigindo-a quando for o caso e providenciando a sua datilografia. - Manter arquivos de documentos e papéis que, em caráter particular, sejam endereçados ao Presidente. - Promover a realização das atividades relativas ao expediente e registros da edilidade. - Promover a execução de todas as atividades referentes aos serviços parlamentares do Poder Legislativo. - Promover a realização das atividades relativas aos serviços de recepção, informação, protocolo, arquivo, documentação e biblioteca da Secretaria da Câmara. - Promover a execução das atividades referentes aos serviços de tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis da Câmara. - Determinar a manutenção e conservação dos veículos e do equipamento de uso geral da Câmara, bem como dos móveis, imóveis e instalações que estejam a sua disposição. - Realizar demais atribuições designadas pela Presidência da Casa. - Assessorar todos os Vereadores em assuntos de interesse da Câmara Municipal, ou assuntos particulares dos Vereadores que dizem respeito ao exercício da vereança. - Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS****1. - TÉCNICO LEGISLATIVO****1.1. CONHECIMENTOS GERAIS:**

Assuntos de interesse geral - nacional ou internacional - veiculados, pela imprensa falada ou escrita de circulação nacional ou local - rádio, televisão, jornais, revistas e/ou internet. Aspectos históricos, geográfico e políticos em nível de Brasil, Mundo, Estado de Santa Catarina e do Município de Nova Itaberaba. Estrutura política e administrativa dos entes estatais. Símbolos oficiais do Brasil, do Estado de Santa Catarina e do Município de Nova Itaberaba. Aspectos econômicos, históricos, políticos, geográficos e culturais do Município de Nova Itaberaba. Atribuições do cargo, Estatuto e o plano de cargos. Ecologia e meio ambiente.

1.2. LÍNGUA PORTUGUESA:

leitura e análise de texto, compreensão do texto, significado contextual de palavras e expressões, noções de fonética, acentuação gráfica, separação de sílabas, ortografia, semântica, classes das palavras, concordância nominal, concordância verbal, regência verbal, crase, análise sintática, colocação pronominal, pontuação, emprego de certas palavras, emprego das iniciais, plural dos compostos, emprego do hífen, vícios de linguagem, estrutura das palavras, estilística, gramática em geral.

1.3. MATEMÁTICA:

Números e Álgebra: números reais, números complexos, sistemas lineares, matrizes e determinantes, progressão aritmética, progressão geométrica. Polinômios. Equações e inequações. Exponenciais, logarítmicas e modulares. Grandezas e medidas: medidas de área, medidas de volume, medidas de informática, medidas de energia, trigonometria. Funções: função afim, função quadrática, função polinomial, função exponencial, função logarítmica, função trigonométrica, função modular. Geometrias: geometria plana, geometria espacial. Tratamento da informação: análise combinatória, estudo das probabilidades, estatística, matemática financeira.

1.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

~~Modelos organizacionais e sua evolução no Brasil e no Mundo. Governança Pública. Lei Federal nº 8.112/1990. Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Federal nº 7.724/2012. Lei Orgânica Municipal, Constituição da República Federativa do Brasil; Regimento Interno da Câmara Municipal. Constituição do Estado de Santa Catarina; Lei Federal 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa; Lei 8.666/93 Lei de Licitações; Correspondência e Redação Oficial. Informática Básica – Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento~~



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



~~no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público. Responsabilidade civil da Administração. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle jurisdicional; meios de controle jurisdicional. Princípios Básicos da Administração Pública. Política de Recursos Humanos; Noções Básicas de Processos e Procedimentos Licitatórios; Noções de Gestão Pública; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000); Matéria Administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; sociedades de economia mista. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; vinculação e discricionariedade; revogação e invalidação. Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções penais; normas gerais de licitação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Agentes Públicos: servidores públicos; organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos, nomeações e exonerações, concessão de vantagens.~~

1.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Modelos organizacionais e sua evolução no Brasil e no Mundo. Governança Pública. Lei Federal no 12.527/2011 e Decreto Federal nº 7.724/2012. Lei Orgânica Municipal, Constituição da República Federativa do Brasil; Regimento Interno da Câmara Municipal. Constituição do Estado de Santa Catarina; Lei Federal 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa; Lei 8.666/93. Correspondência e Redação Oficial. Informática Básica - Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público. Responsabilidade civil da Administração. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle jurisdicional; meios de controle jurisdicional. Princípios Básicos da Administração Pública. Política de Recursos Humanos; Noções de Gestão Pública; - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000); Matéria Administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; sociedades de economia mista. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; vinculação e discricionariedade; revogação e invalidação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Agentes Públicos: servidores públicos;



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA



organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos, nomeações e exonerações, concessão de vantagens.

conforme primeira errata



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO**

ITEM	ATOS	DATAS
01	Divulgação do Edital e Publicação do Edital	01/11/2019
02	Prazo para impugnação das disposições deste edital	01/11 a 04/11/2019
03	Período de inscrições exclusivamente via internet (on-line)	01/11 a 20/11/2019
04	Período de Isenção da taxa de inscrição para Doadores de Sangue Fidelizados e/ou medula óssea e hipossuficiência financeira.	01/11 até 12/11/2019
05	Pré-Divulgação das Inscrições Deferidas para Doadores de Sangue Fidelizados e/ou medula óssea e hipossuficiência financeira.	13/11/2019
06	Pré-Divulgação da Homologação Geral das Inscrições deferidas	22/11/2019
07	Recursos quanto às Inscrições (horário limite de recebimento até 17h)	23/11/2019
08	Homologação Final das Inscrições	28/11/2019
09	Ensalamento dos candidatos	28/11/2019
10	Realização das Provas Objetivas de conhecimentos para todos – 08h30min	01/12/2019
11	Divulgação do Gabarito Provisório	02/12/2019
12	Recursos quanto Gabarito Provisório	02 e 03/12/2019
13	Divulgação do Gabarito Oficial	06/12/2019
14	Divulgação dos Pré-Classificados	06/12/2019
15	Recursos quanto à Pré-Classificação	06 a 07/12/2019
16	Homologação do Resultado Final do Certame	12/12/2019

NOTA:

*** **É de inteira responsabilidade do candidato, inteirar-se e informar-se sobre o local e horário da realização das provas ao cargo que se inscreveu a partir da data da homologação final das inscrições até o dia anterior ao da aplicação das provas.**

O cronograma detalhado acima é uma projeção estimada da ordem das etapas do presente certame, estando sujeito a alterações no decorrer do certame, levando-se em conta o número de inscritos e o número de intercorrências intempestivas, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios legais de divulgação apresentados pelo presente Edital.





ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA**

Eu, (nome) _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____-_____, residente e domiciliado no (endereço completo) _____, (número de inscrição), para o cargo (cargo em que se inscreveu), telefone (inserir número do telefone), celular (inserir número do telefone celular se houver), DECLARO, nos termos da Lei nº 7.115, de 29/08/1983 e ainda, com finalidade de obter isenção do pagamento de Taxa de Inscrição do Concurso Público nº 001/2019 da Câmara Municipal de Nova Itaberaba SC, que minha renda mensal “per capita” familiar não ultrapassa um salário mínimo e meio nacional. Declaro ainda, estar ciente das penas que posso incorrer nos termos do Art. 299 do Código Penal Brasileiro abaixo transcrito. Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Para comprovar a situação de hipossuficiência apresento os seguintes documentos:

_____.

Nestes termos, solicito o recebimento desta declaração com os documentos comprobatórios da situação descrita.

P. Deferimento.

Nova Itaberaba (SC), _____ de _____ de 2019.

Assinatura

ASSINATURA E IDENTIFICAÇÃO (nome, RG e CPF) DO RESPONSÁVEL PELO CADASTRAMENTO DE FAMÍLIAS NO CADÚNICO DO MUNICÍPIO QUE O CANDIDATO RESIDE.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE DOADOR DE SANGUE OU MEDULA**

Eu (Nome Completo do Declarante), registrado no número de RG: _____, e no número de CPF _____, residente e domiciliado à (Endereço Completo do Declarante), inscrito no Concurso Público nº 001/2019 da Câmara Municipal de Nova Itaberaba SC, (número de inscrição), para o cargo _____, telefone _____ celular _____, declaro para os devidos fins ser doador de sangue OU MEDULA conforme requisitos previsto no Edital do Concurso Público, tenho ciência de que a declaração em falso acarretará em crime previsto no Código Penal Brasileiro. Tenho ciência de que a declaração com todos os documentos que a instruem deve ser digitalizados em formato PDF e enviados via área do candidato até o final do prazo de inscrição do Concurso Público. Para comprovar a situação de Doador de Sangue apresento os seguintes documentos:

_(verificar requisitos e documentos previstos no Edital) Nestes termos, solicito o recebimento desta declaração com os documentos comprobatórios da situação descrita.

Solicito Deferimento.

Nova Itaberaba (SC), _____ de _____ de 2019.

Assinatura

* (A DECLARAÇÃO DO HEMOCENTRO ATESTANDO AS CONDIÇÕES DE DOADOR VOLUNTÁRIO DEVERÁ ESTAR ANEXADA A ESTA DECLARAÇÃO PARA TER VALIDADE.)

* Para os candidatos enquadrados na condição de doador de medula óssea, é obrigatório junto a documentação encaminhar também cópia simples da Carteira de Doador de Medula Óssea e/ou REDOME.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO VII - REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

Nome do candidato: _____

Nº da inscrição: _____ Cargo: _____ Vem

REQUERER vaga especial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA, apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados abaixo, com base no laudo):

Tipo de deficiência de que é portador: _____

Código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID: _____

Nome do Médico Responsável pelo laudo: _____

(OBS: Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres)

Dados especiais para aplicação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em caso positivo, discriminar o tipo de prova necessário)

☐ NÃO NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL☐ NECESSITA DE PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL (Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial)

É obrigatória a apresentação de LAUDO MÉDICO com CID.

Nova Itaberaba (SC), _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

Obs.: este formulário poderá ser substituído por formulário eletrônico disponibilizado no site.



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**ANEXO VIII****REQUERIMENTO CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS.**

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ inscrito no Concurso Público 001/2019 da Câmara Municipal de Nova Itaberaba -SC, inscrição número _____, para o cargo de _____requer a Vossa Senhoria:

1. () Vaga para portadores de Deficiência:

_____ CID n.º: _____

Nome do Médico: _____ CRM: _____

2) Condição Especial para realização da prova:

a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte n.º _____ / Letra _____

b) () Sala Especial Especificar:

c) () Leitura de Prova**d) () Amamentação.**

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade: Especificar:_____

Declaro estar ciente de todas as normas e atribuições do presente Edital ao Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, a minha deficiência não me impedirá de exercer as funções do cargo a que me inscrevi. Estarei também sujeito à avaliação pelo desempenho dessas funções, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

Nestes Termos. Pede Deferimento.

Nova Itaberaba (SC), _____ de _____ de 2019.

Assinatura do Candidato

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

Publicação Nº 2220186



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019**

PRIMEIRA ERRATA AO EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019 Altera o edital de concurso público e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA - SC, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do seu Representante legal, o Presidente Sr. Albery Luiz Campagnaro, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a necessidade de adequações ao edital torna público a primeira errata ao Edital conforme abaixo:

a) No Anexo III – Conteúdo Programático onde se lê:

1.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:

Modelos organizacionais e sua evolução no Brasil e no Mundo. Governança Pública. Lei Federal nº 8.112/1990. Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Federal nº 7.724/2012. Lei Orgânica Municipal, Constituição da República Federativa do Brasil; Regimento Interno da Câmara Municipal. Constituição do Estado de Santa Catarina; Lei Federal 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa; Lei 8.666/93 Lei de Licitações;. Correspondência e Redação Oficial. Informática Básica - Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público. Responsabilidade civil da Administração. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle jurisdicional; meios de controle jurisdicional. Princípios Básicos da Administração Pública. Política de Recursos Humanos; Noções Básicas de Processos e Procedimentos Licitatórios; Noções de Gestão Pública; - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000); Matéria Administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; sociedades de economia mista. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; vinculação e discricionariedade; revogação e invalidação. Licitação: conceito, finalidades, princípios e objeto; obrigatoriedade, dispensa, inexigibilidade e vedação; modalidades; procedimento, revogação e anulação; sanções penais; normas gerais de licitação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Agentes Públicos: servidores públicos; organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos, nomeações e exonerações, concessão de vantagens.

b) Leia-se:

Rua José Marocco, 2114 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0070
CNPJ: 04.561.315/0001-83 - Site: www.camaranovaitaberaba.sc.gov.br

1



ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOVA ITABERABA

**1.4. CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS:**

Modelos organizacionais e sua evolução no Brasil e no Mundo. Governança Pública. Lei Federal nº 12.527/2011 e Decreto Federal nº 7.724/2012. Lei Orgânica Municipal, Constituição da República Federativa do Brasil; Regimento Interno da Câmara Municipal. Constituição do Estado de Santa Catarina; Lei Federal 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa; Lei 8.666/93. Correspondência e Redação Oficial. Informática Básica - Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição, formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança. Noções de ética e cidadania; Regras de comportamento no ambiente de trabalho; regras de hierarquias no serviço público; regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Zelo pelo patrimônio público. Responsabilidade civil da Administração. Controle da Administração Pública: conceito, tipos e formas de controle; controle interno e externo; controle parlamentar; controle pelos tribunais de contas; controle jurisdicional; meios de controle jurisdicional. Princípios Básicos da Administração Pública. Política de Recursos Humanos; Noções de Gestão Pública; - Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal 101/2000); Matéria Administrativa: administração direta e indireta; autarquias, fundações públicas; sociedades de economia mista. Atos administrativos: conceito, requisitos, elementos, pressupostos e classificação; vinculação e discricionariedade; revogação e invalidação. Contratos administrativos: conceito, peculiaridades e interpretação; formalização; execução; inexecução, revisão e rescisão. Agentes Públicos: servidores públicos; organização do serviço público; normas constitucionais concernentes aos servidores públicos; direitos e deveres dos servidores públicos; responsabilidades dos servidores públicos, nomeações e exonerações, concessão de vantagens.

c) Consolida-se presente Edital de Concurso Público nº 001/2019 tendo denominação EDITAL nº 001/2019 – CONSOLIDADO CONFORME PRIMEIRA ERRATA.

d) Permanecem inalteradas as demais disposições editalícias.

Nova Itaberaba - SC, 01 de novembro de 2019.

ALBERY LUIZ CAMPAGNARO
Presidente

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 123/2019

Publicação Nº 2219405

CONTRATO Nº 123/2019

Origem: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019 – CHAMADA PÚBLICA Nº 004/2019
Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: LAVIE ORTOPIEDIA EIRELI, com sede à Rua 234, nº 425, 1º Andar, Bairro Meia Praia, cidade de Itapema/SC, CNPJ nº 19.209.777/0001-99, neste ato representada pelo Sr. MARCUS LUNA FREIRE, inscrito no CPF sob o nº 968.590.407-34. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto credenciar entidades privadas, com ou sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de atenção à saúde, para a realização de cirurgias eletivas de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. O valor a ser pago pelo Município será mediante o encaminhamento por AIH mais complemento, por procedimento, até atingir o(s) valor(es) fixados no anexo I.

Nova Trento, 04 de novembro de 2019.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito

PORTARIA Nº 835/2019 "A"

Publicação Nº 2219609

PORTARIA Nº 835/2019 "A"

Progressão Funcional Vertical

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18 de Abril de 2017, nos termos dos artigos 45, 56 e 57, da Lei nº 1.668/99 (Estatuto do Magistério Público Municipal), alterado pela Lei Complementar nº 21/2003 (Altera Artigos do Estatuto do Magistério – Artigos 6º e 11º),

RESOLVE:

CONCEDER Progressão Funcional Vertical à Servidora Pública Municipal LUCIANA MARIA CADORIN, matrícula nº 7256, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência C – Ensino Fundamental – Anos Iniciais, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, passando para Professor Nível IV, Referência A, a partir de 01 de novembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de novembro de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios
DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário Municipal de Administração e Finanças

PROCESSO Nº 146/2019 - TOMADA DE PREÇO Nº 017/2019

Publicação Nº 2219217

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2019 – TOMADA DE PREÇO Nº 017/2019

Objeto: Prestação de serviços de mão de obra, para a pavimentação e drenagem da Rua Francisco Valle, no Centro, Município de Nova Trento/SC, incluindo mão de obra, material (quando for o caso) e equipamentos necessários, conforme termo de referência (Projeto Básico), planilhas e minuta contratual.

Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL. Forma de Execução: regime de Empreitada por preço Unitário. Entrega dos envelopes: Até as 08:30 horas do dia 26/11/2019. Abertura: 26/11/2019 as 09:00 horas.

Retirada do Edital e outras informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267-3213 e (48) 3267-3211 – site: www.novatreto.sc.gov.br; compras@novatreto.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

Nova Veneza

PREFEITURA

DECRETO N.º 521, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219743

DECRETO N.º 521, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, da Lei Municipal n.º 2.308, de 29 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologada a Resolução n.º 010/CMDCA/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, que dispõe sobre a aprovação da revisão do Plano Municipal para a Infância e Adolescência – 2012/2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado em 05 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO N.º 523, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219210

DECRETO N.º 523, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"ABRE, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 122.970,16, POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o art. 9º, inciso IV, da Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.656, de 14 de novembro de 2018), em favor da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, crédito suplementar no valor de R\$ 122.970,16 (cento e vinte e dois mil, novecentos e setenta reais e dezesseis centavos), por conta de superávit financeiro do exercício anterior, para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade 01: Departamento de Estradas e Rodagem

Proj./Ativ.: 1.040 Pavimentação de Vias, Rodovias e Logradouros

Modalidade: 4.4.90.00.00.00.00 0750 (152) Aplicações Diretas R\$ 122.970,16

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem do superávit financeiro verificado no exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 05 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 05 de novembro de 2019.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO N.º 282/2018 - PMNV

Publicação Nº 2219652

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.: 3-282/2018

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: CONFER CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

Valor : R\$ 70.642,59 (setenta mil seiscentos e quarenta dois reais e cinquenta nove centavos)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : TOMADA DE PREÇO Nº.: 150/2018

Recursos : Dotação: 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (114); 1.040.4.4.90.00.00.00.00 (159)

Objeto : Pavimentação asfáltica das seguintes ruas: Rua Esperança, Rua Ermida Bortolotto, Rua Luiz Vitali de Pascoal, Rua Henrique Dal Sasso, Rua Projetada, Rua José Gava, Rua Humberto Bortoluzzi, no município de Nova Veneza/SC.

Nova Veneza/SC, 08 de novembro de 2019.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

EXTRATOS DE CONTRATOS N.º 344 E 345/2019 - PMNV

Publicação Nº 2220355

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 344/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: ARTUR FURLAN VITALI

Valor : R\$ 19.790,00 (dezenove mil, setecentos e noventa reais)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 220/2019

Recursos : Dotação: 2.075.3.3.90.00.00.00.00 (171)

Objeto : Contratação de mão-de-obra para montagem e desmontagem de iluminação decorativa de natal em diversos pontos turísticos no Município de Nova Veneza, SC.

Contrato Nº.: 345/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA

Contratada.: VSR METAL MECANICA LTDA

Valor : R\$ 15.249,16 (quinze mil, duzentos e quarenta nove reais e dezesseis centavos)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : CARTA CONVITE Nº.: 223/2019

Recursos : Dotação: 1.012.4.4.90.00.00.00.00 (26)

Objeto : Contratação de empresa especializada para construção da Cobertura do Parque Infantil da E.B.M Bairro Bortolotto.

Nova Veneza/SC, 08 de novembro de 2019.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL N.º 227/2019 - PMNV

Publicação Nº 2220349

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial N.º 227/2019

OBJETO: Contratação de mão de obra especializada para montagem e desmontagem de decoração de natal nos pontos turísticos do

município, bem como nos distritos e comunidades do interior.

Abertura: às 08:30 horas do dia 20/11/2019

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 07 de novembro 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO N.º 10/2017 - FMAS

Publicação Nº 2219655

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE NOVA VENEZA

EXTRATO CONTRATUAL

Retificação do Aditivo Nº.: 5-20/2017

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA DE NOVA VENEZA

Contratada...: GABITUR TRANSPORTES LTDA ME

Valor : R\$ 25.648,00 (vinte cinco mil, seiscentos e quarenta oito reais)

Vigência : Início: 08/11/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 10/2017

Recursos : Dotação: 2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 (15);

Objeto : Contratação de empresa especializada em transporte, para deslocamento daqueles que participam dos programas relacionados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos até o CRAS– Centro de Referência de Assistência Social, bem como em viagens municipais e intermunicipais para realização das diversas atividades socioeducativa.

Nova Veneza/SC, 08 de novembro de 2019.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

JANAINA BORDIGNON POLICARPI

Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL Nº 035/2019

Publicação Nº 2219188

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 06.11.2019
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
OBJETO: Aquisição de Material de Limpeza para manutenção e higienização do Centro Administrativo Municipal de Novo Horizonte/SC e do Centro de Referência em Assistência Social - CRAS
CONTRATADA...: CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME
VALOR : 258,50 (duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)
CONTRATADA...: NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
VALOR : 379,80 (trezentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)
CONTRATADA...: PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA
VALOR : 246,00 (duzentos e quarenta e seis reais)
CONTRATADA...: SCS COMÉRCIO LTDA ME
VALOR : 333,00 (trezentos e trinta e três reais)

DATA: 06/11/2019 VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

Orleans

PREFEITURA

CHAMAMENTO CONCURSO Nº 001/2017

Publicação Nº 2219533

Ofício nº 060 /2019 Orleans - SC., 07 de Novembro de 2019.

Ilustríssimo Senhor
TIAGO ALVES DAUFENBACK

Prezado Senhor,

Conforme resultado do Concurso Público 01/2017, realizado pelo SAMAE de Orleans em 16 de Julho de 2017 e considerando sua aprovação em 3º lugar para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, convocamos Vossa Senhoria para assumir a vaga no prazo máximo de 30 dias contados a partir do recebimento deste ofício.

Cordialmente,

FÁBIO ECHELI BETT
Diretor do SAMAE

DECRETO 4.669 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219312

DECRETO MUNICIPAL Nº 4.669 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

“NOMEIA MEMBRO AD HOC PARA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JORGE LUIZ KOCH, Prefeito Municipal de Orleans, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 68, item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans e considerando o disposto na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º O Prefeito Municipal de Orleans nomeia como membro Ad HOC, para atuar junto a Comissão Permanente de Licitação, especificamente no processo 205, Pregão Presencial n. 110/2019, serviços de eletricitista, em substituição da servidora Rosana Tezza Wassen Baschiroto, a servidora pública municipal efetiva Valdineia Frasson Debiasi.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Orleans/SC, 07 de novembro de 2019, 135 anos da Fundação e 105 anos da Emancipação Política.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER
Secretário de Administração Interino

PREFEITURA FMS PROCESSO 55/2019

Publicação Nº 2219379

PROCESSO Nº 55/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 16/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE LIXO CONTAMINADO DA SECRETARIA DE SAÚDE E SUAS DEPENDÊNCIAS.

Empresa: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA

VALOR TOTAL R\$: 7.80 (SETE MIL E OITOCENTOS E SESSENTA REAIS)

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II e IV, da Lei Federal 8.666/93.

Dotação: 9/2019 – Manutenção da Secretaria de Saúde

Orleans - SC, 24 de abril de 2019.
Fernando de Faveri
Secretaria Municipal de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL PROCESSO 215/2019

Publicação Nº 2219934

PROCESSO Nº 215/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 59/2019

Objeto: Serviços de Recuperação e Pintura da tampa da porta traseira, painel traseiro e para choque traseiro do veículo Celta, placa MCN 1186.

Empresa: GIOVANI DOS SANTOS (GAGO CHAPEAÇÃO E PINTURA)

VALOR TOTAL R\$: 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais).

Fundamento legal: Art. 24 Inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

Dotação: 48/2019 – Manutenção da Secretaria de agricultura

Orleans - SC, 07 de novembro de 2019.
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS

PROCESSO Nº 214/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2220424

PROCESSO Nº 214/2019
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 117/2019
REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXA, FLUÍDOS PARA FREIOS E RADIADORES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. (PROCESSO MULTIENTIDADE)

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 26/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 27/11/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 07 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 216/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2220429

PROCESSO Nº 216/2019
PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 118/2019
REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS DESTINADOS A ATENDER BENEFICIÁRIOS CONSTANTES DO § 1º DO ART. 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.699/2017.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 26/11/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 27/11/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 07 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 217/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2220462

PROCESSO Nº 217/2019

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 27/2019

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES, TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E CALÇADAS NAS RUAS PEDRO FRANCISCO CARDOSO E AGENOR LOLI, LOCALIZADAS NO BAIRRO NOVA ORLEANS CONFORME ANEXOS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 27/11/2019 às 17h00min.

Abertura dos Envelopes dia: 28/11/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 07 de Novembro de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2019 FMS

Publicação Nº 2219450

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 50/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 25/2019

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.230.443/0001-67, com sede administrativa localizada na RUA MIGUEL COUTO - 800, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, o Sr(a). LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 035.783.269-84, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 27/2019, Processo Licitatório nº. 50/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
10559	LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA - ME	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA - ME	11.375.895/0001-65	CINESIO DELLA GUSTINA	728.380.869-87

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA SECRETARIA DA SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10559 - LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	LAVAÇÃO COMPLETA DE 2 MOTOS SHINERAY; PLACA MMB0868 E PLACA MMB0958	un	DELLA GUST	40,000	18,0000	720,00
2	LAVAÇÃO MAIS HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DE VEICULOS POR DENTRO E FORA DE CAPACIDADE DE ATE 5 PASSAGEIROS ;DOBL0 PLACA MDZ 1216/PALIO WEKEND PLACA QHE 9045/PALIO PLACA MMJ 9816/SIENA PLACA MIO 7524/UNO PLACA MFU 3476/PLACA MIO 7524/UNO PLACA MFU 3426/PLACA MIO 7524/UNO PLACA MLG 2666/PLACA MIO 7524/UNO PLACA MLQ 7445/PICANTO PLACA MGM 6667.	un	DELLA GUST	360,000	49,0000	17.640,00
3	LAVAÇÃO MAIS HIGIENIZAÇÃO COMPLETA DE VEICULOS DE PASSAGEIROS POR DENTRO E POR FORA ;DUCATO PLACA MHA 9765/DUCATO PLACA QHA 8627/DUCATO PLACA MIA 1923/BOXER PLACA QIG 6206/FURGÃO PLACA QHQ 8704/FRONTIER PLACA QHE 7997/SPRINTER PLACA MHC 8337/ VOLARE MICRO PLACA MCJ 7614	un	DELLA GUST	320,000	70,0000	22.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 2/7

Processo Nº.: 50/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 3/7

Processo Nº.: 50/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais/serviços registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais/prestação do serviço, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais/prestação de serviço, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais/prestação dos serviços dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues/prestação dos serviços em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 4/7
Processo Nº.: 50/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/executar os serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 5(cinco) dias, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues/serviços prestados, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 50/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados/prestar o serviço, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais/prestação dos serviços ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais/prestação do serviço será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega/prestação de serviço será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, sendo o serviço prestado de imediato a partir do recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais/prestação dos serviços correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais/prestar os serviços, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais/prestação dos serviços imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais/prestação do serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais/prestação do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 50/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS

Página: 7/7

Processo Nº.: 50/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 7 de Novembro de 2019.

LUANA DEBIASI MATTEI DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Empresas Participantes:

LAVAÇÃO DELLA GUSTINA LTDA - ME

CNPJ: 11.375.895/0001-65 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 66/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 2219347

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 196/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2019

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVENBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 106/2019, Processo Licitatório nº. 196/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE PEDRA DE GRANITO MARMORE E CUBAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO NOS LOCAIS A SEREM INDICADOS PELO MUNICÍPIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3818	GRAMARTE MARMORARIA LTDA. - ME	
11957	VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	1, 2, 3, 4, 5, 6

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAMARTE MARMORARIA LTDA. - ME	00.708.870/0001-10	EDENIS REGINA BASCHIROTTI DEE	763.160.929-20
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI	27.286.283/0001-36	GUILHERME ALEXANDRE	084.739.809-99

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE PEDRA DE GRANITO MARMORE E CUBAS INCLUINDO A INSTALAÇÃO NOS LOCAIS A SEREM INDICADOS PELO MUNICÍPIO
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11957 - VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GRANITO CINZA CORUMBA COLOCADO	m2	BEIRA RIO	395,000	308,0000	121.660,00
2	GRANITO VERMELHO BRASILIA COLOCADO	m2	BEIRA RIO	225,000	422,0000	94.950,00
3	CUBA DE INOX COLOCADO	un	TRADINOX	36,000	182,0000	6.552,00
4	CUBA DE LOUÇA COLOCADO	un	ICASA	36,000	91,0000	3.276,00
5	MESA EM GRANITO CORUMBA COM BAIXA POROSIDADE COM ESPESSURA DE 2,5 CM COM PÉS ACOPLADOS EM GRANITO TAMBÉM.	m2	BEIRA RIO	195,000	308,0000	60.060,00
6	PEDRA DE GRANITO CORUMBA DE 3CM DE ESPESSURA POLIDO.	m2	BEIRA RIO	345,000	308,0000	106.260,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/7

Processo Nº.: 196/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/7

Processo Nº.: 196/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/7

Processo Nº.: 196/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/7
Processo Nº.: 196/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/7
Processo Nº.: 196/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/7

Processo Nº.: 196/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 106/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 7 de Novembro de 2019.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

GRAMARTE MARMORARIA LTDA. - ME

CNPJ: 00.708.870/0001-10 _____

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI

CNPJ: 27.286.283/0001-36 _____

Otacílio Costa**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 139/2019**

Publicação Nº 2220080

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 138/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA - EPP Valor : 26.295,00 (vinte e seis mil duzentos e noventa e cinco reais) Vigência : Início: 17/09/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 32/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de notebooks para uso da Seretartia de

Administração, Gabinete do Prefeito e Secretaria de Saúde.

Otacílio Costa, 7 de Novembro de 2019

-----Contrato Nº.: 139/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACILIO COSTA Contratada...: CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA - EPP Valor : 10.656,37 (dez mil seiscentos e cinq-enta e seis reais e trinta e sete centavos)

Vigência : Início: 17/09/2019 Término: 31/12/2019

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 28/2019

Recursos : Dotação: 2.056.3.3.90.00.00.00.00 (128) Saldo:

827.445,93

Objeto : Troca completa da iluminação das 4 torres que fazem iluminação do campo de futebol Society.

Otacílio Costa, 7 de Novembro de 2019

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 251/2019/DMT

Publicação Nº 2219957

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 251/2019

Notificado: Adriano Bilk Junior

Auto n. P03CP001MR

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. ADRIANO BILK JUNIOR, inscrito no CPF/MF sob o n.117.375.859.36, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na Rodovia SC 114, Otacílio Costa, no dia 24/07/2019 às 13:49, na condução do veículo VW/PARATI GLS, placa LZN3747, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 07 de Novembro de 2019

Anderson Amarante de Liz

Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 252/2019/DMT

Publicação Nº 2219959

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 252/2019

Notificado: Augusto da Silva de Mora

Auto n. P03CP001GY

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. AUGUSTO DA SILVA MORA, inscrito no CPF/MF sob o n.750.140.259-00, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na Rodovia SC 114, Otacílio Costa, no dia 25/06/2019 às 09:30, na condução do veículo M.BENZ/L 1618, placa ABB4775, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 07 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 253/2019/DMT

Publicação Nº 2219960

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 253/2019
Notificado: Sidnei da Silveira Lemos
Auto n. P03CP0011P

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. ADRIANO SIDNEI DA SILVEIRA LEMOS, inscrito no CPF/MF sob o n.106.095.168-17, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de executar operação de retorno em locais pela sinali, cometida na Av. Olinkraft frente ao Bradesco, Otacílio Costa, no dia 05/07/2019 às 08:30, na condução do veículo JEEP/RENEGADE LNGTD AT, placa FER6705, com fundamento no Art. 206 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 07 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 254/2019/DMT

Publicação Nº 2219961

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 254/2019
Notificado: Manoel Donizete de Souza
Auto n. P03CP0011E

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. MANOEL DONIZETE DE SOUZA, inscrito no CPF/MF sob o n.594.705.269-53, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na Rodovia SC 114, Otacílio Costa, no dia 18/07/2019 às 13:49, na condução do veículo M.BENZ/LS 1634, placa KFB9708, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 07 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 255/2019/DMT

Publicação Nº 2219962

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 255/2019

Notificado: Eber do Nascimento
Auto n. P03CP001NJ

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. EBER DO NASCIMENTO, inscrito no CPF/MF sob o n.328.996.148-60, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na Rodovia SC 114, Otacílio Costa, no dia 26/07/2019 às 13:53, na condução do veículo GM/CORSA WIND, placa DDK5271, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 07 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO N. 256/2019/DMT

Publicação Nº 2219966

MUNICÍPIO DE OTACÍLIO COSTA
Secretaria Municipal de Planejamento
Diretoria Municipal de Trânsito

NOTIFICAÇÃO DE INTRAÇÃO N. 256/2019

Notificado: Otacilio Farias dos Santos
Auto n. P03CP001LG

O Diretor de Trânsito do Município de Otacílio Costa, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar n. 41/2003, faz saber ao SR. OTACILIO FARIAS DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF sob o n.593.745.199-68, que lhe foi imposta a penalidade de multa em decorrência de infração de trânsito de em movimento dia, deixar de manter acesa luz baixa nas rod, cometida na Rodovia SC 114, Otacílio Costa, no dia 18/07/2019 às 13:38, na condução do veículo FORD/CARGO 4030, placa LYV6187, com fundamento no Art. 250 do CTB. Poderá o notificado efetuar o pagamento a multa ou interpor recurso administrativo ao JARI no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do dia útil imediatamente posterior à data de publicação do presente, na forma do Art. 281, § 4º do CTB, devendo ser protocolado no CITRAN Municipal localizado na Rodovia SC 114, Poço Rico em Otacílio Costa/SC.

Otacílio Costa/SC, 07 de Novembro de 2019
Anderson Amarante de Liz
Diretor de Trânsito

PREGÃO 018/2019

Publicação Nº 2219871

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EDITAL PREGÃO Nº 018/2019

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para aquisição de cadeira odontológica para a UBS, Niceto Rodrigues no Bairro Novo Mundo e UBS Gabriel Borgueti da localidade de Fundo do Campo interior do Município. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 14:00 h. do dia 25/11/2019 e abertura da sessão às 14:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 06/11/2019

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

PR. Nº 0038/2019 - ERRATA

Publicação Nº 2219796

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

ONDE LIA-SE:

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0038/2019

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 22/11/2019, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0061/2019, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0038/2019, tipo menor preço por item, com execução imediata. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecer e instalar componentes eletrônicos para o sistema de vídeo monitoramento de trânsito e mobilidade urbana, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I e o Projeto Básico que integram este Edital, independente de transcrição. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 06/11/2019. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

PASSA-SE A LER:

MUNICÍPIO DE OURO / SC
PREGÃO PRESENCIAL N. 0038/2019

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 22/11/2019, às 14:00 horas, o Processo Licitatório nº. 0061/2019, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0038/2019, tipo menor preço POR LOTE, com execução imediata. Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecer e instalar componentes eletrônicos para o sistema de vídeo monitoramento de trânsito e mobilidade urbana, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I e o Projeto Básico que integram este Edital, independente de transcrição. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 06/11/2019. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - TP Nº 211/2019

Publicação Nº 2220109

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇO Nº 211/2019

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 29 de novembro de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº 211/2019, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto arquitetônico e projetos complementares para construção da Maternidade do Município de Palhoça, que será anexo à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do município, sito à Rua Santa Marta, bairro Bela Vista, Palhoça/SC, com área total de aproximadamente 1.550,00 m², de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda-feira a sexta-feira, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 07 de novembro de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/19-ESPORTES

Publicação Nº 2219454

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº001/2019 do PREGÃO Nº047/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa STARK ENERGIA EIRELI. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços e locações de estruturas para os eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$32.000,00 (trinta e dois mil reais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/19-ESPORTES

Publicação Nº 2219462

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 002/2019 do PREGÃO Nº 047/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa RYOOLQ CHENLIN TAULOIS GANZO PRAZERES ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços e locações de estruturas para os eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 123.640,00 (cento e vinte e três mil e seiscentos e quarenta reais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/19-ESPORTES

Publicação Nº 2219465

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 003/2019 do PREGÃO Nº 047/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CHEGA MAIS EVENTOS & SONORIZAÇÃO LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços e locações de estruturas para os eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 106.580,00 (cento e seis mil e quinhentos e oitenta reais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/19-ESPORTES

Publicação Nº 2219468

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 004/2019 do PREGÃO Nº 047/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços e locações de estruturas para os eventos realizados pela Fundação Municipal de Esporte e Cultura de Palhoça, através do Sistema de Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/19-ESPORTES

Publicação Nº 2219471

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 005/2019 do PREGÃO Nº 046/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para locação de estruturas temporárias para eventos neste Município, incluindo montagem e desmontagem, através de Registro de Preços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 53.611,50 (cinquenta e três mil, seiscentos e onze reais e cinquenta centavos). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/19-EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219473

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

ATA Nº 006/2019 do PREGÃO Nº 046/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa BOSSO ALUGUEL DE PALCOS E COBERTURAS LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para locação de estruturas temporárias para eventos neste Município, incluindo montagem e desmontagem, através de Registro de Preços. VALOR: R\$ 51.110,00 (cinquenta e um mil e cento e dez reais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/19-P

Publicação Nº 2219477

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº032/2019 do PREGÃO Nº020/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresaCRESTANI COMERCIO EIRELI. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de serviços de máquinas pesadas com operador e combustível. A contratação do serviço se faz necessária para execução de limpeza de valas, abertura de valas e retirada de material, e execução de sistemas de drenagens para obras de saneamento básico e escoamento de pluviais, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$213.500,00(duzentos e treze mil e quinhentos reais). DATA: 22/03/2019 A 21/03/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/19-P

Publicação Nº 2219483

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº033/2019 do PREGÃO Nº014/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresaAQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI. OBJETO:Aquisição de Papel A4 para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal de Palhoça, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$155.259,00(cento e cinquenta e cinco mil e duzentos e cinquenta e nove reais). DATA: 27/03/2019 A 26/03/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/19-P

Publicação Nº 2219485

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº034/2019 do PREGÃO Nº014/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaELO BRASIL COBRANÇAS EIRELI. OBJETO:Aquisição de Papel A4 para suprir as necessidades do Centro Administrativo Municipal de Palhoça, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$18.187,00(dezoitoelecentoeoitentaesetereais). DATA: 27/03/2019 A 26/03/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/19-P

Publicação Nº 2219489

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº036/2019 do PREGÃO Nº027/2019– Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaEQUITOP COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TOPOGRÁFICOS EIRELI - EPP. OBJETO:Locação de Equipamentos Topográfico para utilização nos serviços técnicos realizados pelo setor, levantamentos topográficos de ruas para posterior execução de projetos de drenagem; projetos para execução de sistemas de saneamento e pavimentação de ruas executados pelo Setor de Engenharia, levantamento topográfico de imóveis, praças, áreas de preservação permanente (APP), áreas litigiosas e demais serviços realizados pelos Topógrafos. REGISTRO DE PREÇOS. VALOR: R\$25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentosreais). DATA: 02/04/2019 A 01/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/19-P

Publicação Nº 2219492

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº037/2019 do PREGÃO Nº031/2020 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaCOMERCIO DE PNEU OENNING LTDA. OBJETO:Aquisição de pneus para os veículos leve, médios e pesados pertencentes a Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$27.017,20(vinteasetemil,dezessetereaisevintecentavos.DATA: 02/04/2019 A 01/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/19-P

Publicação Nº 2219495

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº038/2019 do PREGÃO Nº031/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaCV TYRES EIRELI - ME. OBJETO:Aquisição de pneus para os veículos leve, médios e pesados pertencentes a Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça. , em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$75.546,00(setentaecincomilequinhentosequarentaeseisreais). DATA: 02/04/2019 A 01/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/19-P

Publicação Nº 2219497

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº039/2019 do PREGÃO Nº031/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaXAP COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI ME.OBJETO:Aquisição de pneus para os veículos leve, médios e pesados pertencentes a Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça. , em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$81.910,04(oitentaemmil,novecentosedezreaisequatrocentavos). DATA: 02/04/2019 A 01/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/19-P

Publicação Nº 2219500

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº040/2020 do PREGÃO Nº031/2018 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaALBERTO CAIO TAMBORRINO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EPP. OBJETO:Aquisição de pneus para os veículos leve, médios e pesados pertencentes a Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$456,00 (quatrocentos e cinquenta e seisreais). DATA: 02/04/2019 A 01/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/19-P

Publicação Nº 2219505

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº041/2019 do PREGÃO Nº018/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaVALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELE - EPP. OBJETO:Aquisição de Madeiras para uso em diversas manutenções e eventuais reparos a serem realizados por Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$31.870,00(trintaemmileoitocentosesetentareais).DATA: 04/04/2019 A 03/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/19-P

Publicação Nº 2219509

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº042/2019 do PREGÃO Nº025/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaTECNOLAR LTDA. OBJETO:Aquisição de brinquedos para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$17.920,00 (dezessete mil e novecentos e vintereais). DATA: 04/04/2019 A 03/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/19-P

Publicação Nº 2219525

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº043/2019 do PREGÃO Nº025/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaVICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME. OBJETO:Aquisição de brinquedos para atendimento do termo de compromisso do Governo Federal PAR (Plano de Ações Articuladas), para as Unidades Educacionais e demais setores da Secretaria de Educação, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$32.700,00 (trinta e dois mil e setecentos reais). DATA: 04/04/2019 A 03/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/19-P

Publicação Nº 2219529

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº044/2019 do PREGÃO Nº028/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaMM SINALIZACAO E CONSERVACAO VIARIA EIRELI - ME. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de Placas indicativas de sinalização vertical das Trilhas Ecológicas de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$32.556,50 (trinta e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e cinqüentacentavos). DATA: 08/04/2018 A 07/04/2019.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/19-P

Publicação Nº 2219531

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº045/2019 do PREGÃO Nº033/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaTECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 35.988,00(trintaecincomilenovecentoseoitoeitoeais). DATA: 12/04/2019 A 11/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/198-P

Publicação Nº 2219534

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº046/2019 do PREGÃO Nº033/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaE&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI EPP. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de PreçosVALOR: R\$25.880,00(vinteecincomileitocentoseoitoeais). DATA: 12/04/2019 A 11/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/19-P

Publicação Nº 2219535

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº047/2019 do PREGÃO Nº033/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaAGASERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços,VALOR: R\$67.455,00(sessentaesetemilequatrocentosecinquentaecincoreais).DATA: 12/04/2019 A 11/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/19-P

Publicação Nº 2219537

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº048/2019 do PREGÃO Nº033/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaAJV AR CONDICIONADOS EIRELI. OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de ar condicionado para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$49.820,00(quarentaenovemileitocentosevinteeais). DATA: 12/04/2019 A 11/04/2020.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/19-P

Publicação Nº 2219538

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº049/2019 do PREGÃO Nº043/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaPEÇALUB COMÉRCIO DE PEÇAS EQUIPAMENTOS E LUBRIFICANTES LTDA ME.OBJETO:Contratação de empresa para fornecimento de Filtros, Óleos, e Lubrificantes incluindo mão de obra para manutenção dos veículos pertencentes a diversas Secretarias, Fundos e Autarquias do Município de Palhoça.em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$490.000,00 (quatrocentos e noventa milreais).DATA: 17/04/2019 A 16/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/19-P

Publicação Nº 2219541

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº050/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaSUPRIMOVEIS EIRELI EPP. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias. em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$17.890,00(dezesetemileitocentosenoventareais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/19-P

Publicação Nº 2219542

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº051/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa SCHEYLLA DE MENDONÇA - ME. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$ 4.399,40 (quatro mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta centavos). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/19-P

Publicação Nº 2219544

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº052/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaCOMP1 INFORMATICA LTDA - EPP. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$15.900,00 (quinze mil e novecentos reais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 053/19-P

Publicação Nº 2219545

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº053/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaGRANMEYER MÓVEIS E EQUIPAMENTOS P/ ES-CRITORIO LTDA ME. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$23.390,00(vinteetrêsmiletrezentosenoventareais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/19-P

Publicação Nº 2219547

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº054/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaOSMAR ORLANDI JUNIOR M.E. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$12.334,00(dozemiletrezentosetrintaetrẽsreais).DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 055/19-P

Publicação Nº 2219548

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº055/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaVICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias., em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de RegistrodePreços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$13.800,00 (treze mil e oitocentosreais)..DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/19-P

Publicação Nº 2219551

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº056/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaJHONATAN BAGATOLI EPP. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de RegistrodePreços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$5.400,00 (cinco mil e quatrocentosreais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/19-P

Publicação Nº 2219554

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº057/2019 do PREGÃO Nº034/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaFRANCIELE CRISTINE LAMIN ME. OBJETO:Aquisição de móveis e eletroeletrônicos para atender as necessidades do Centro Administrativo Municipal, demais Secretarias, Fundos e Autarquias, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de RegistrodePreços, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$1.560,00 (um mil e quinhentos e sessentareais). DATA: 22/04/2019 A 21/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/19-P

Publicação Nº 2219555

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº058/2019 do PREGÃO Nº050/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaTRACTON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP. OBJETO:Aquisição de uniformes de identificação de funcionários para os Servidores da Secretariade Serviços Públicos-SESP, responsáveis pela limpeza urbana do município de Palhoça, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$24.570,00(vinteequatromilequinhentosesetentareais).DATA: 23/04/2019 A 22/04/2020.Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/19-P

Publicação Nº 2219556

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº059/2019 do PREGÃO Nº050/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresaCONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA ME. OBJETO:Aquisição de uniformes de identificação de funcionários para os Servidores da Secretariade Serviços Públicos-SESP, responsáveis pela limpeza urbana do município de Palhoça. Em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços.VALOR: R\$33.420,00(trintaetrêsmilequatrocentosevintereais). DATA: 23/04/2019 A 22/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/19-P

Publicação Nº 2219558

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

ATA Nº060/2019 do PREGÃO Nº052/2019 – Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA ea empresa RODRIGUES E RODRIGUES EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA LTDA ME. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de pequenos reparos nas Unidades de Ensino. Tipo de licitação: Pregão Presencial, em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, através do Sistema de Registro de Preços. VALOR: R\$654.510,00(seiscentosecinqüentaequatromilequinhentosedezreais). DATA: 26/04/2019 A 25/04/2020. Mantêm-se os preços inalterados.

PORTARIA Nº. 4612/2019

Publicação Nº 2219864

PORTARIA Nº. 4612/2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária de Administração, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município e Decreto nº. 1.654, de 21 de maio de 2014 e Lei nº. 235, de 22 de dezembro de 2016,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica criada junto à Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão de Análise de Projetos da Maternidade Municipal.

Artigo 2º - Nomear os servidores abaixo relacionados para juntos compor a Comissão de Análise de Projetos da Maternidade Municipal.

SERVIDOR	CARGO
ANDREIA SCHREIBER	Técnica em Edificações
FABIANO DIAS BOTELHO	Diretor de Contratos
HERON FELÍCIO PEREIRA	Médico
KELLEN ELISA FAPPI	Enfermeira
KRISTY CARDOSO FABRE	Gerente Geral de Fiscalização
VINICIUS CARDOSO CORRÊA	Arquiteto e Urbanista

Artigo 3º - Os membros da Comissão de análise desempenharão suas funções concomitantemente com as atribuições de seus cargos empregos ou funções.

Palhoça, SC, em 04 de novembro de 2019.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

ROSINEI DE SOUZA HORÁCIO

Secretária de Saúde

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

RESULTADO DO PG 190-2019

Publicação Nº 2219981

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 190/2019

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATORIO nº 190 -2019, que tem como objeto a Aquisição de Material de Expediente, caixas plásticas para arquivo morto, saco plástico para pastas catálogo e grampeador de mesa para atender as necessidades do Centro Administrativo, demais Secretarias, Fundos e Autarquias do município de Palhoça - SC, através do Sistema de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

Licitante	item	Valor
Bruno Keniti Komatsu Paixão	02	2.277,00
R&G Representação	03	2.200,00

O item 01 não foi adquirido.

Palhoça, 07 de novembro 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Palma Sola

PREFEITURA

EDITAL 009/2019 CANCELAMENTO ELEIÇÃO SUPLEMENTAR CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2219213

AVISO DE CANCELAMENTO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, através do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA torna público que o Edital 009/2019, que abriu as inscrições para o processo de escolha suplementar dos membros do Conselho Tutelar de Palma Sola, foi CANCELADO, tendo em vista a ausência de candidatos aptos sendo insuficientes o número mínimo de suplentes disposto pela Lei Municipal nº 2028/2019. Considerando, outrossim, que diante da ausência de tempo hábil para o prorrogação do prazo para inscrições objetivando atingir o número mínimo de candidatos, o CMDCA deliberou pela a realização de novo processo somente no ano de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola em 05 de outubro de 2019.

Elizete T. Vissoto
Presidente CMDCA

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Publicado em data supra e na forma Lei

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

EXTRATO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 25/2019 - EVERTON E MARCOS

Publicação Nº 2219286

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 122/2019
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 25/2019
CONTRATO Nº. 144/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMA SOLA – SC

CONTRATADO: MARCOS HENRIQUE OLIVEIRA SILVA 03000162208 (E E M PRODUÇÕES ARTÍSTICAS)
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRABALHOS ARTÍSTICOS/ MUSICAIS/SHOWS, QUE GERENCIE BANDAS, GRUPOS MUSICAIS E OUTROS, - CONTRATAÇÃO DA EVERTON E MARCOS PARA FAZER SHOW NO ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO, NA DATA DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

VALOR TOTAL: R\$: 2.500,00

EMIÇÃO: 07/11/2019

FUNDAMENTADO: LEI FEDERAL 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Palmeira

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N. 835_2019_ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Publicação Nº 2220425

LEI Nº. 835/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), a saber:

Unidade Gestora – Câmara de Vereadores

Órgão Orçamentário – Poder Legislativo

Unidade Orçamentária – Corpo Legislativo

Função – Legislativa

Subfunção – Ação Legislativa

Programa – Processo Legislativo

Ação – Manutenção da Secretaria da Câmara

Despesa – 177

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 2º Para cobertura da suplementação constante no Art. 1º, ficam anuladas as dotações orçamentárias, a saber:

Unidade Gestora – Câmara de Vereadores

Órgão Orçamentário – Poder Legislativo

Unidade Orçamentária – Corpo Legislativo

Função – Legislativa

Subfunção – Ação Legislativa

Programa – Processo Legislativo

Ação – Manutenção da Câmara

Despesa – 176

3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palmeira, 07 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

LEI ORDINÁRIA N. 836_2019_ALTERA DISPOSITIVO DA LEI Nº 806_2019

Publicação Nº 2220428

LEI Nº. 836/2019

Altera dispositivo da Lei nº 806/2019, que autoriza o Município a celebrar Termo de Fomento com a Associação de Universitários de Palmeira, e dá outras providências.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, diante de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, após apreciação, votação e Aprovação da Câmara de Vereadores, promulga a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Altera a redação do Art. 1º da Lei nº 806/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar termo de fomento com a Associação de Universitários de Palmeira, entidade sem fins lucrativos, inscrita no sob o nº CNPJ: 29.159.121/0001-62, para a concessão de auxílio financeiro, a título de colaboração, no valor de R\$ 71.930,00 (setenta e um mil, novecentos e trinta reais), a ser pago mensalmente entre os meses de maio a dezembro de 2019, com a finalidade de auxiliar nas despesas de locomoção dos universitários e/ou alunos dos cursos técnicos até o local do respectivo curso, e, em contrapartida a Associação executará o Projeto A Fantástica Aventura da Leitura, nas dependências da Biblioteca Municipal Soni Gonçalves para os estudantes do Município de Palmeira.”

Art. 2º Altera a redação do Art. 5º da Lei nº 806/2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Para atender o objeto do presente termo, fica o poder Executivo autorizado a repassar a entidade o valor de R\$ 71.930,00 (setenta e um mil, novecentos e trinta reais) que serão pagos em pagos em 08 (oito) parcelas mensais e sucessivas, de forma proporcional ao número de universitários e/ou alunos dos cursos técnicos, de acordo com a disponibilidade financeira do Município.”

Art. 3º A presente lei passa a vigorar a partir de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/11/2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Palmeira, 07 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Lei foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 0248 EXONERAÇÃO CAROLINY NUNES DE ARRUDA

Publicação Nº 2220556

PORTARIA Nº 0248/2019

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Exonerar a partir de 08/11/2019 a servidora, CAROLINY NUNES DE ARRUDA, brasileira, inscrita no CPF de nº 077.860.169-29, ocupante do cargo de ENFERMEIRA, lotada na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 06 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 0249 CONCEDE GRATIFICAÇÃO JACQUELINE VARGAS

Publicação Nº 2220557

PORTARIA Nº 0249/2019

“DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder gratificação a partir de 01/11/2019 a servidora JACQUELINE VARGAS, brasileira, portadora do CPF de nº 078.107.469-01, ocupante do cargo EFETIVO de ASSISTENTE SOCIAL, lotado na Secretaria de Assistência Social, em razão do desempenho de funções não constante no seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº 1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 0250 CONCEDE GRATIFICAÇÃO FRANCINE MATOS DE MORAES

Publicação Nº 2220558

PORTARIA Nº 0250/2019

"DISPÕE SOBRE GRATIFICAÇÃO DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder gratificação a partir de 01/11/2019 a servidora FRANCINE MATOS DE MORAES, brasileira, portadora do CPF de nº 036.197.349-76, ocupante do cargo EFETIVO de ENFERMEIRA, lotado na Secretaria de Saúde, em razão do desempenho de funções não constante no seu cargo de origem.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 0251 FÉRIAS ROBERTA VEDANA ERCKMANN

Publicação Nº 2220559

PORTARIA Nº 0251/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias a servidora, ROBERTA VEDANA ERCKMANN, brasileira, portadora do CPF de nº 074.565.589-06, ocupante do cargo EFETIVO de ODONTÓLOGO, lotada na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 20/09/2018 a 19/09/2019, no período de 19/11/2019 a 18/12/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 19/12/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA
Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 0252 FÉRIAS LUIZ AUGUSTO FERREIRA DE SOUZA

Publicação Nº 2220560

PORTARIA Nº 0252/2019

"DISPÕE SOBRE FÉRIAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA."

FERNANDA DE SOUZA CÓRDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder férias ao servidor, LUIZ AUGUSTO FERREIRA DE SOUZA, brasileiro, portador do CPF de nº 051.178.509-71, ocupante do cargo EFETIVO de VIGILANTE, lotada na Secretaria de Administração, referente ao período aquisitivo de 28/02/2018 a 27/02/2019, no período de 02/12/2019 a 31/12/2019, com retorno ao seu trabalho no dia 02/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

PORTARIA Nº 0253 USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS VIVIANE LOPES GODOY

Publicação Nº 2220562

PORTARIA Nº 0253/2019

“DISPÕE SOBRE USUFRUIÇÃO DE FÉRIAS NÃO GOZADAS DE SERVIDOR, CONFORME ESPECÍFICA.”

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA, Prefeita do Município de Palmeira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais;

RESOLVE;

Art. 1º - Conceder a usufruição de 08 dias de férias não gozadas a servidora, VIVIANE LOPES GODOY, brasileira, portadora do CPF de nº 008.519.919-20, ocupante do cargo EFETIVO de COORDENADOR DE TRANSPORTE, lotada na Secretaria de Educação, as quais serão gozadas no período de 08/11/2019 a 15/11/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal de Palmeira, Estado de Santa Catarina, aos 01 de novembro de 2019.

FERNANDA DE SOUZA CORDOVA

Prefeita Municipal

Certifico que a presente Portaria foi encaminhada para publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto na Lei Orgânica Municipal c/c a Lei n.º 758/2017 e Decreto nº1.359/17. Dou fé. Palmeira/SC, 07 de novembro de 2019.

Papanduva

PREFEITURA

DECRETO Nº 2890, DE 06.11.2019 - APROVA RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO

Publicação Nº 2219343

DECRETO Nº 2890, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

APROVA RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979, DECRETA

Art. 1º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de MEROSLAVA TEREZINHA URBANEK DE SIQUEIRA E FABRICIO SILVEIRA DE SIQUEIRA, situado na Rua Getúlio Vargas, esquina com Rua Capitão Manoel Estevão Furtado, s/n, Bairro Centro, Município Papanduva, matrícula nº 2.956 do ORI desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

ÁREA: 820,00m².

PERÍMETRO: 122.00m.

Inicia-se se no marco denominado 0=PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W de coordenadas N 7079183.937 m e E 586035.287 m, ; deste, segue em linha reta confrontando com RUA GETULIO VARGAS; com os seguintes azimutes e distâncias: 22°17'46" e 20.00 m até o vértice 1, de coordenadas N 7079202.442 m e E 586042.875 m; deste, segue em linha reta confrontando com RUA CAPITÃO MANOEL ESTEVÃO FURTADO; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°11'05" e 16.00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7079196.400 m e E 586057.690 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°14'05" e 12.50 m até o vértice 3, de coordenadas N 7079191.670 m e E 586069.261 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°03'24" e 12.50 m até o vértice 4, de coordenadas N 7079186.976 m e E 586080.846 m; deste, segue em linha reta confrontando com PROP.ANT: ALBINO MILGALSKI, PROP.ATUAL: SEBASTIÃO NOVITZKI CASADO COM IVANILDA VIANTE NOVITZKI, Nº 510, MAT.6.887; com os seguintes azimutes e distâncias: 202°17'46" e 20.00 m até o vértice 5, de coordenadas N 7079168.472 m e E 586073.258 m; deste, segue em linha reta confrontando com FERNANDA PIECZARKA UNIÃO ESTAVEL COM VICENTE URBANEK FILHO, Nº 173, MAT.2955; com os seguintes azimutes e distâncias: 292°03'24" e 12.50 m até o vértice 6, de coordenadas N 7079173.166 m e E 586061.673 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 292°14'05" e 12.50 m até o vértice 7, de coordenadas N 7079177.896 m e E 586050.103 m;; com os seguintes azimutes e distâncias: 292°11'05" e 16.00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7079183.937 m e E 586035.287 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º. Em decorrência do disposto neste Decreto, fica DESMEMBRADO o imóvel mencionado no Art. 1º em 03(três) áreas, sendo:

Lote-01 - ÁREA: 320,00m² - PERÍMETRO: 72.00m.

Inicia-se se no marco denominado 0=PP, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W de coordenadas N 7079183.937 m e E 586035.287 m, ; deste, segue em linha reta confrontando com RUA GETULIO VARGAS; com os seguintes azimutes e distâncias: 22°17'46" e 20.00 m até o vértice 1, de coordenadas N 7079202.442 m e E 586042.875 m; deste, segue em linha reta confrontando com RUA CAPITÃO MANOEL ESTEVÃO FURTADO; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°11'05" e 16.00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7079196.400 m e E 586057.690 m; deste, segue em linha reta confrontando com LOTE-02 MEROSLAVA TEREZINHA URBANEK DE SIQUEIRA CASADA COM FABRICIO SILVEIRA DE SIQUEIRA ; com os seguintes azimutes e distâncias: 202°17'46" e 20.00 m até o vértice 7, de coordenadas N 7079177.896 m e E 586050.103 m; deste, segue em linha reta confrontando com FERNANDA PIECZARKA UNIÃO ESTAVEL COM VICENTE URBANEK FILHO, Nº173, MAT.2.955; com os seguintes azimutes e distâncias: 292°11'05" e 16.00 m até o vértice 0=PP, de coordenadas N 7079183.937 m e E 586035.287 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Lote-02 - ÁREA: 250,00m² - PERÍMETRO: 65.00m.

Inicia-se se no marco denominado 2, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W de coordenadas N 7079196.400 m e E 586057.690 m, ; deste, segue em linha reta confrontando com RUA CAPITÃO MANOEL ESTEVÃO FURTADO; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°14'05" e 12.50 m até o vértice 3, de coordenadas N 7079191.670 m e E 586069.261 m; deste, segue em linha reta confrontando com LOTE-03 MEROSLAVA TEREZINHA URBANEK DE SIQUEIRA CASADA COM FABRICIO SILVEIRA DE SIQUEIRA ; com os seguintes azimutes e distâncias: 202°17'46" e 20.00 m até o vértice 6, de coordenadas N 7079173.166 m e E 586061.673 m; deste, segue em linha reta confrontando com FERNANDA PIECZARKA UNIÃO ESTAVEL COM VICENTE URBANEK FILHO, Nº173, MAT.2.955; com os seguintes azimutes e distâncias: 292°14'05" e 12.50 m até o vértice 7, de coordenadas N 7079177.896 m e E 586050.103 m; deste, segue em linha reta confrontando com LOTE-01 MEROSLAVA TEREZINHA URBANEK DE SIQUEIRA CASADA COM FABRICIO SILVEIRA DE SIQUEIRA; com os seguintes azimutes e distâncias: 22°17'46" e 20.00 m até o vértice 2, de coordenadas N 7079196.400 m e E 586057.690 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Lote-03 - ÁREA: 250,00m² - PERÍMETRO: 65.00m.

Inicia-se se no marco denominado 3, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS 2000, MC-51°W de coordenadas N 7079191.670 m e E 586069.261 m, ; deste, segue em linha reta confrontando com RUA CAPITÃO MANOEL ESTEVÃO FURTADO ; com os seguintes azimutes e distâncias: 112°03'24" e 12.50 m até o vértice 4, de coordenadas N 7079186.976 m e E 586080.846 m; deste, segue

em linha reta confrontando com PROP.ANT: ALBINO MISGALSKI, PROP.ATUAL: SEBASTIÃO NOVITZKI CASADO COM IVANILDA VIANTE NOVITZKI, Nº510, MAT.6.887; com os seguintes azimutes e distâncias: 202°17'46" e 20.00 m até o vértice 5, de coordenadas N 7079168.472 m e E 586073.258 m; deste, segue em linha reta confrontando com FERNANDA PIECZARKA UNIÃO ESTAVEL COM VICENTE URBANEK FILHO, Nº173, MAT.2.955; com os seguintes azimutes e distâncias: 292°03'24" e 12.50 m até o vértice 6, de coordenadas N 7079173.166 m e E 586061.673 m; deste, segue em linha reta confrontando com LOTE-02 MEROSLAVA TEREZINHA URBANEK DE SIQUEIRA E FABRICIO SILVEIRA DE SIQUEIRA; com os seguintes azimutes e distâncias: 22°17'46" e 20.00 m até o vértice 3, de coordenadas N 7079191.670 m e E 586069.261 m até o vértice inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2889, de 31 de outubro de 2019.

Município de Papanduva, 06 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br, na mesma data supra.

Girseliano Moreira da Silva
Secretário da Administração

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2019 - RUA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA

Publicação Nº 2219298

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2019.

O Município de Papanduva, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 1279/93, e da Lei Complementar Municipal nº 050/2013, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Complementar Municipal nº50/2013, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta na Lei Complementar Municipal nº50 de 18 de outubro 2013 e Lei nº específica 2220, 06 de novembro de 2019 e orçamento anexo, estando a cobrança limitada à valorização que sobrevier ao imóvel.

§ Único: Caso a valorização ultrapassar o custo da obra este último será o parâmetro para a cobrança da contribuição de melhoria, devendo ser rateado entre os contribuintes de forma proporcional nos termos da lei.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão executadas, parte da Rua Juscelino Kubitschke de Oliveira trecho da Rua Eugenio Sidorak até a Rua John F. Kennedy.

3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

As Plantas de Situação, Memorial, Descritivo, Orçamento, relação dos Imóveis integram o presente Edital na forma dos Anexos I planta da área de influência, Anexo II do Orçamento, Anexo III relação dos Imóveis descritos individualmente, antes da execução da obra, Anexo IV Memorial Descritivo; anexo V relação dos Imóveis descritos individualmente, após a execução da obra, e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros. Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a quente (CBUQ), meio fio e lastro de pedra britada na espessura de 0,05 m na largura de 1,50m.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras a serem executadas é de R\$ 397.770,00 (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta reais.), conforme descrito no Anexo II.

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 397.770,00 (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta reais.).

A determinação do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo parcial da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização Imobiliária decorrente da melhoria, observado o disposto no item 1 e § único deste edital.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos das ruas mencionadas no item dois que sofrerem valorização, conforme plantas de localização constante do Anexo III.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

O fator de absorção do benefício da valorização previsto para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas será de até 100% (cem por cento) sobre o valor dos imóveis beneficiados, no montante a ser apurado através de avaliações realizadas antes e após a execução da obra.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo III) e o segundo ao seu término, Anexo V.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, e por profissional habilitado na área contratado a esse fim.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no máximo 100% (cem por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), conforme item 5, supra.

Correrão por conta do Município de Papanduva, as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo III.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, Anexo V, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta dias), contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - Planta do trecho da rua a ser pavimentada.

ANEXO II - Orçamento de custo da obra.

ANEXO III – Relação dos imóveis descritos individualmente, primeiro laudo de avaliação.

ANEXO IV – Memorial descritivo da obra.

ANEXO V – Relação dos imóveis descritos individualmente, segundo laudo de avaliação.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Projetos e Tributação da Prefeitura Municipal de Papanduva.

Papanduva 01 de Novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

§ 1º Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei Complementar, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988, combinado com os artigos 81 e 82, ambos da Lei nº 5.172/1966 e Decreto-lei nº 195/1967.

I - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III - valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV - local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V - prazo para a impugnação.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2019 - RUA SÉRGIO GLEVINSKI

Publicação Nº 2219303

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 02/2019.

O Município de Papanduva, por intermédio do Prefeito Municipal, em conformidade com as atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 145, III da Constituição Federal c/c arts. 81 e 82 do Código Tributário Nacional, Decreto Lei Federal nº 195 de 24/02/1967, Código Tributário Municipal – Lei Complementar nº 1279/93, e da Lei Complementar Municipal nº 050/2013, TORNA PÚBLICO a quem interessar possa, em especial aos proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título dos imóveis localizados nos trechos de ruas do perímetro urbano identificadas neste Edital, que serão executadas pelo Município as obras de melhorias de que trata este Edital, apresentando-se a

estimativa de custo, bem como a avaliação dos imóveis antes da execução das obras, previsão de valorização, para fins de possível cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente de obra de pavimentação nas vias públicas da cidade, identificadas no item 2, devidamente autorizadas pelas Lei Complementar Municipal nº50/2013, conforme segue:

1. DO FATO GERADOR DO TRIBUTO:

A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador a valorização de imóveis dos contribuintes em razão da obra pública de pavimentação, drenagem pluvial e outras melhorias acessórias, conforme consta na Lei Complementar Municipal nº50 de 18 de outubro de 2013 e Lei específica nº 2219, de 06 de novembro de 2019 e orçamento anexo.

§ 1º. Caso a avaliação individual seja inferior ao custo individual da obra, prevalece a avaliação.

§ 2º. Caso a avaliação individual seja superior ao custo individual da obra, prevalece o custo individual da obra.

2. DO LOCAL DAS OBRAS:

As obras de melhoria serão executadas, parte da Rua Sergio Glevinski, trecho da Rua Juscelino Kubitschek de Oliveira até a Rua Francisco Frederico.

3. PLANTAS DE SITUAÇÃO E MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO:

As Plantas de Situação, Memorial, Descritivo, Orçamento, relação dos Imóveis integram o presente Edital na forma dos Anexos I planta da área de influencia, Anexo II do Orçamento, Anexo III relação dos Imóveis descritos individualmente, antes da execução da obra, Anexo IV Memorial Descritivo; anexo V relação dos Imóveis descritos individualmente, após a execução da obra, e se prestam a traçar diretrizes para a execução dos serviços de pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução das obras de pavimentação que, exemplificativamente, podem ser: serviços de topografia, alinhamento, nivelamento com caixas coletoras de águas pluviais (boca de lobo), escavação, compactação, drenagem, abertura mecânica de valas, assentamento de tubos, serviços de terraplanagem como cortes e aterros. Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a quente (CBUQ), meio fio e lastro de pedra britada na espessura de 0,05 m na largura de 1,50 m.

4. ORÇAMENTO DE CUSTO DA OBRA:

O custo total das obras a serem executadas é de R\$ 309.695,65 (trezentos e nove mil seiscentos noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos.), conforme descrito no Anexo II.

5. PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO E VALOR A SER SUPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

O custo total da obra está orçado em R\$ 309.695,65 (trezentos e nove mil, seiscentos noventa e cinco reais e sessenta e cinco centavos.). A determinação do valor da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando-se, proporcionalmente, o custo total ou parcial da obra, entre todos os imóveis incluídos na zona beneficiada pela valorização Imobiliária decorrente da melhoria, observado o disposto no item 1 e §§ deste edital.

6. DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA:

Constatada a ocorrência do fato gerador, a Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pelas obras, ou seja, dos imóveis confrontantes com os trechos da rua mencionadas no item dois que sofrerem valorização, conforme plantas de localização, anexo I, relação dos imóveis, constante no Anexo III.

7. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

O fator de absorção do benefício da valorização previsto para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas será de até 100% (cem por cento) sobre o valor dos imóveis beneficiados, no montante a ser apurado através de avaliações realizadas antes e após a execução da obra.

A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo III) e o segundo ao seu término, Anexo V.

Os laudos serão elaborados por comissão nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, e por profissional habilitado na área contratado a esse fim.

Os laudos de avaliação gozam de presunção de veracidade e legitimidade, admitida prova em contrário, e não serão utilizados para cobrança de tributo diverso da Contribuição de Melhoria.

Constatada a ocorrência do fato gerador, a alíquota incidente para fins de cobrança da contribuição de melhoria, para cada contribuinte, será de no máximo 100% (cem por cento) do custo individualizado da obra (custo da obra para cada imóvel beneficiado), conforme item 5, supra.

Correrá por conta do Município de Papanduva, as cotas relativas aos imóveis pertencentes ao patrimônio do Município ou isentos de Contribuição de Melhoria e as importâncias que se referirem à área de benefício comum.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

Integra o presente Edital o primeiro laudo de avaliação inicial dos imóveis, antes da realização da obra, conforme Anexo III.

Comprovado o legítimo interesse, poderão ser impugnados quaisquer elementos constantes do Edital e seus anexos (inclusive do laudo de avaliação), dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação.

A impugnação deverá ser entregue no protocolo geral da Prefeitura Municipal e dirigida à Secretaria Municipal de Administração e Finanças por meio de petição, que servirá para início do processo administrativo, no qual o interessado poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra dentre outros elementos.

A impugnação não obstará o início ou o prosseguimento da obra ou a prática dos atos necessários à arrecadação do tributo, e sua decisão terá efeito somente para o impugnante.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO LANÇAMENTO:

Após a elaboração do segundo laudo de avaliação, Anexo V, o lançamento do tributo e a notificação do contribuinte, este poderá, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, apresentar impugnação que suspenderá os efeitos do lançamento em relação ao impugnante e a decisão sobre ela manterá ou anulará os valores lançados.

Mantido o valor do lançamento, retoma-se do momento em que havia sido suspenso o prazo fixado para pagamento da contribuição de melhoria, desde a data da ciência do contribuinte.

A anulação do primeiro lançamento não elide a efetivação de novo lançamento, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação.

10. DOS ANEXOS:

Integram o presente Edital, sendo parte integrante do mesmo para todos os fins, os seguintes anexos:

ANEXO I - Planta do trecho da rua a ser pavimentada.
ANEXO II - Orçamento de custo da obra.
ANEXO III – Relação dos imóveis descritos individualmente, primeiro laudo de avaliação.
ANEXO IV – Memorial descritivo da obra.
ANEXO V – Relação dos imóveis descritos individualmente, segundo laudo de avaliação.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS:

Demais informações poderão ser obtidas no Setor de Projetos e Tributação da Prefeitura Municipal de Papanduva.
Papanduva 06 de Novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba
Prefeito Municipal

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2019 - VILMAR PAITER

Publicação Nº 2219432

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2019, vinculado ao Processo licitatório na modalidade Chamada Pública nº 004/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: Vilmar Paiter. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 07 de Novembro de 2019. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019 - JULIANE C. SHADECK

Publicação Nº 2219433

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA
EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 005/2019, vinculado ao Processo licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 002/2019. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: JULIANE CAROLINE SCHADECK. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 07 de Novembro de 2019. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO 057/2019 - PRÓTESES

Publicação Nº 2219326

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Onde se lê:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 077/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2019

Leia-se: PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2019

Objeto: A presente licitação tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E FRACIONADA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S)/PROFISSIONAL(IS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, INCLUINDO O PLANEJAMENTO PROTÉTICO, MOLDAGEM, MODELAGEM, CONFECÇÃO EM LABORATÓRIO, ADAPTAÇÃO À CAVIDADE BUCAL E REVISÕES PERIÓDICAS, NOS TERMOS DO PROJETO BRASIL SORRIDENTE. Entrega dos envelopes: 20 de Novembro de 2019 às 09:00 h; Início da Sessão Pública: 09:15h – Base legal: Lei n.º 10.520/ 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 1783 de 31 de Maio de 2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva, 05 de Novembro de 2019. – HENRIQUE SALIBA – PREFEITO MUNICIPAL.

LEI Nº 2219, DE 06.11.2019 - AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE PAVIMENTAÇÃO EM RUA DO PERÍMETRO URBANO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 050 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2219336

LEI Nº 2219, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE PAVIMENTAÇÃO EM RUA DO PERÍMETRO URBANO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 050 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte Lei

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária, resultante das obras públicas de pavimentação com aplicação de concreto betuminoso usinado a

quente – CBUQ, drenagem pluvial e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua abaixo descrita:

I- Rua Sérgio Glevinski - no trecho compreendido entre as Ruas Francisco Frederico até a Rua Jucelino Kubitschek de Oliveira, centro, com a extensão de 238,18 metros, totalizando em 2.503,29 m², orçado em R\$ 314.880,82 (trezentos e catorze mil, oitocentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos).

Parágrafo único. Os demonstrativos da obra descrita no inciso I deste artigo, constam nos Anexos I – Área de Influência Direta; II – Orçamento e III – Relação dos Imóveis descritos individualmente, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária resultantes das obras públicas, nos termos da Lei Complementar nº 050, de 18 de outubro de 2013, do Código Tributário Nacional e legislações correlatas à matéria.

Parágrafo único. Em decorrência no disposto deste artigo, ficam autorizados os devidos lançamentos e respectivas cobranças a título de contribuição de melhoria, na forma e condições dispostas em Edital.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas do Município, em cada exercício corrente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 06 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Girseliano Moreira da Silva

Secretário da Administração

LEI Nº 2220, DE 06.11.2019 - AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE PAVIMENTAÇÃO EM RUA DO PERÍMETRO URBANO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 050 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2219338

LEI Nº 2220, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS DE PAVIMENTAÇÃO EM RUA DO PERÍMETRO URBANO, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 050 DE 18 DE OUTUBRO DE 2013 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Luiz Henrique Saliba, Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber a todos os Habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele, sanciona a seguinte

LEI

Art.1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária, resultante das obras públicas de pavimentação com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente – CBUQ, drenagem pluvial e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada e como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel, compreendendo aqueles diretamente localizados na Rua abaixo descrita:

I - Rua Jucelino Kubitschek de Oliveira - no trecho compreendido entre as Ruas Presidente John Kennedy até a Rua Eugênio Sidorak, centro, com a extensão de 300,55 metros, totalizando em 3.406,42 m², orçado em R\$ 396.441,50 (trezentos e noventa e seis mil, quatrocentos e quarenta e um reais e cinquenta centavos).

Parágrafo único. Os demonstrativos da obra descrita no inciso I deste artigo, constam nos Anexos I – Área de Influência Direta; II – Orçamento e III – Relação dos Imóveis descritos individualmente, que ficam fazendo parte integrante desta lei.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária resultantes das obras públicas, nos termos da Lei Complementar nº 050, de 18 de outubro de 2013, do Código Tributário Nacional e legislações correlatas à matéria.

Parágrafo único. Em decorrência no disposto deste artigo, ficam autorizados os devidos lançamentos e respectivas cobranças a título de contribuição de melhoria, na forma e condições dispostas em Edital.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias específicas do Município, em cada exercício corrente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2147, de 15 de dezembro de 2017.

Município de Papanduva, em 6 de novembro de 2019.

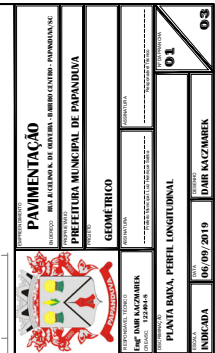
Luiz Henrique Saliba


Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no mural de publicações desta Prefeitura Municipal e no site www.diariomunicipal.sc.gov.br.

Girseliano Moreira da Silva
Secretário da Administração

Publicação Nº 2219300



Planilha Orçamentária Obra: Pavimentação Asfáltica Local: Rua Jucelino K. de Oliveira- Bairro Centro - Papanduva/SC Área (Pista de Rolamento): 3.395,42 m² Extensão: 300,55 m						
						
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	UNITÁRIO SEM BDI	TOTAL
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					830,51
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,88	288,37	234,45	830,51
2.0	TERRAPLANAGEM					17.618,14
2.1	Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura (pista de rolamento + passeio)	m²	4.260,38	1,54	1,25	6.560,99
2.2	Escavação incluindo carga, descarga e transporte, em solo de 1ª categoria com escavadeira hidráulica, com caminhões basculantes de 14 m³	m³	1.324,21	8,35	6,79	11.057,15
3.0	DRENAGEM PLUVIAL					80.992,84
3.1	Escavação mecanizada de vala com profundidade até 1,5 m com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	231,24	7,55	6,14	1.745,86
3.2	Escavação mecanizada de vala com profundidade maior que 1,5 m até 3,0m (média entre montante e jusante/uma composição por trecho) com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura entre 0,8 a 1,5m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	151,41	6,43	5,23	973,57
3.3	Lastro de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento mecanizado, em local com nível baixo de interferência	m³	14,23	176,71	143,67	2.514,58
3.4	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 400 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências	m	246,00	80,29	65,28	19.751,34
3.5	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 500 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências	m	103,00	105,73	85,96	10.890,19
3.6	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência	m³	306,12	12,34	10,03	3.777,52
3.7	Boca de lobo simples	un	18,00	898,11	730,17	16.165,98
3.8	Caixa de ligação e passagem - CLP 02	un	2,00	1.248,34	1.014,91	2.496,68
3.9	Assentamento (meio-fio), em trecho reto, confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	496,00	39,26	31,92	19.472,96
3.10	Assentamento (meio-fio), em trecho curvo, confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	76,00	42,16	34,28	3.204,16
						94273
						94274
						2003644 - DNIT
						83659
						93379
						95569
						95568
						90106
						90105

Observação: Tabela de Referência SINAPI / Junho 2019 - Não Desonerada - DN/IT / Janeiro 2019

DAIR KACZMAREK
Engenheiro Civil
CREA/SC 122404-8

Papanduva, 25 de julho de 2019



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
Rua Sérgio Glevinsk nº 134 – Centro
Papanduva – SC
Fone: (47) 3653 - 2166

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA

RUA SERGIO GLEVINSK E

RUA JUCELINO K. DE OLIVEIRA

Rua Sergio Glevinsk

Largura da rua: 10,00 m

Extensão da Rua: 238,18 m

Área de pavimentação: 2.503,29 m²

Rua Jucelino K. de Oliveira

Largura da rua: 10,00 m

Extensão da Rua: 300,55 m

Área de pavimentação: 3.406,42 m²

Papanduva

2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	5
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	5
1.1 - Placa de Obra	5
2.0 - TERRAPLANAGEM	5
2.1 - Regularização e Compactação de Subleito	5
2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria	6
3.0 - DRENAGEM PLUVIAL	6
3.1 - Escavação Mecânica Reaterro e Compactação de Vala	6
3.2 - Lastro de Vala com Preparo de Fundo	7
3.3 - Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais	7
3.4 - Boca de Lobo Simples	8
3.5 - Caixa Coletora de Sarjeta	8
3.6 - Caixa de Ligação e Passagem	8
3.7 - Sarjeta Triangular de Concreto	9
3.8 - Assentamento (meio fio), Confeccionado Em Concreto Pré-Fabricado	9
4.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	10
4.1 - Execução e Compactação de Base e ou Sub base com Macadame Seco	10
4.2 - Execução e Compactação de Base com Brita Graduada	10
4.3 - Imprimação	10
4.4 - Pintura de Ligação	111
4.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	12
5.0 - PASSEIOS	13
5.1 - Compactação de Aterro dos Passeios	13
5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm	13

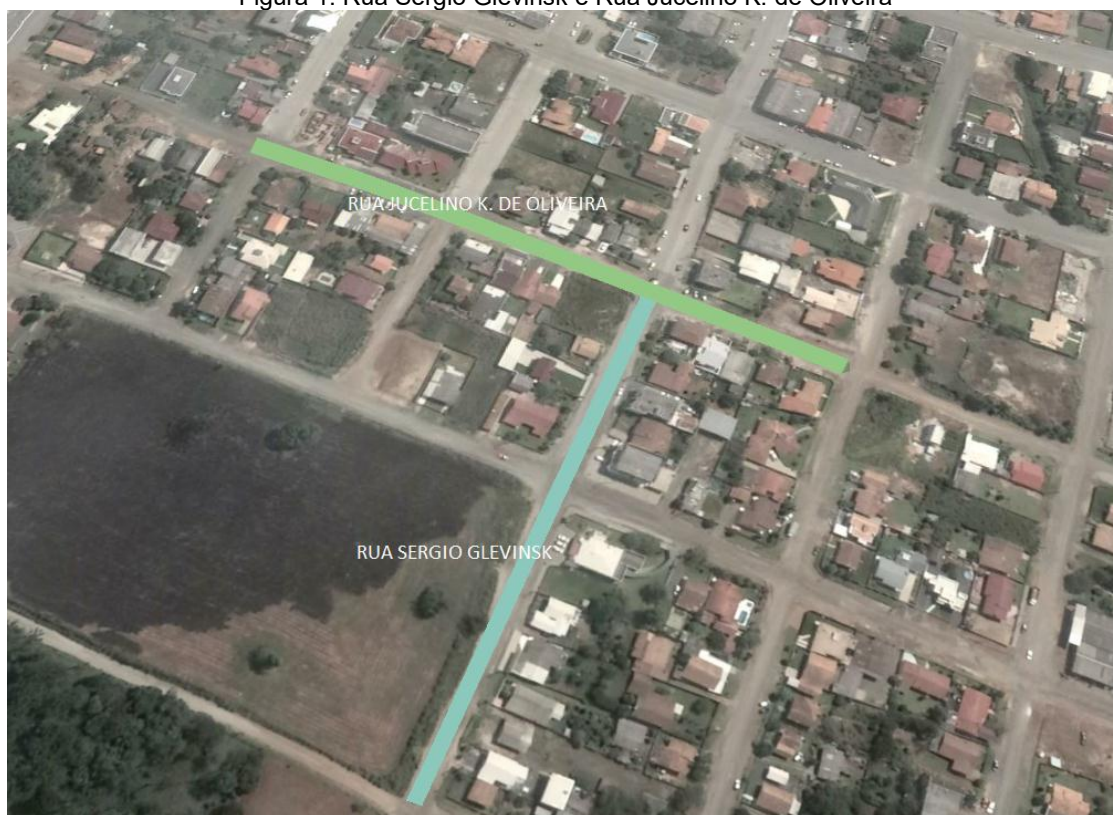
6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	14
6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI	14
6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI	14
6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua	15
6.4 - Pintura de Faixa - Tinta Base Acrílica	15
7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE	15
7.1 - Responsabilidades	15
8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	17
9.0 - LIMPEZA DA OBRA	17
10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	17
11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO	18
11.1 - Introdução	18
11.2 - Coleta de Dados	18
11.2.1 - Características da Região	18
11.2.2 - Tipos Climáticos	18
11.2.3 - Dados Pluviométricos	20
11.2.4 - Precipitações Mensais	20
11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais	22
11.3 - Cálculo da Vazão	24
11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional	24
11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno	25
11.3.3 C - Coeficiente de Escoamento	26
12.0 - DIMENSIONAMENTO DA TUBULAÇÃO	28
13.0 - PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO	30
14.0 - ORÇAMENTO	32
15.0 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	34

APRESENTAÇÃO

O projeto de drenagem visou dotar à via de dispositivos capazes de coletar e conduzir adequadamente as águas que incidem sobre a mesma.

As presentes especificações têm como objetivo, fornecer informações para a execução de Serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA com área total de 5.909,71 m² na Rua Sergio Glevinsk e na Rua Jucelino K. de Oliveira localizadas no Bairro Centro, Papanduva/SC.

Figura 1: Rua Sergio Glevinsk e Rua Jucelino K. de Oliveira



Fonte: Google Earth

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes neste memorial descritivo e em consonância a planilha orçamentária quantitativa físico-financeira e projeto arquitetônico.

É de responsabilidade da CONTRATADA/EMPRESA, o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se no projeto básico fornecido bem

como no respectivo memorial descritivo, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT, CREA e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ressarcindo, etc., os seus respectivos proprietários as suas plenas expensas.

Nenhuma alteração nas especificações poderá ser feita sem autorização por parte da Fiscalização responsável, que poderá impugnar qualquer trabalho feito em desacordo com os itens que compõe o projeto básico.

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Periodicamente a obra deverá ser limpa, sendo procedida a remoção de todos os entulhos e detritos acumulados no decorrer dos trabalhos.

A contratada será responsável pelo fornecimento e fixação da placa de obra caso exigida pela legislação do CREA e demais órgãos de fiscalização.

1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 - Placa de Obra

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no manual do Governo Federal sobre Placas de Obras. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas fixadas em estrutura de madeira e, material resistente às intempéries. Tamanho de (2,40 X 1,20 m).

As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

2.0 - TERRAPLANAGEM

2.1- Regularização e Compactação de Subleito

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito da via a ser pavimentada com a terraplanagem concluída.

Regularização é a operação que é executada prévia e isoladamente na construção de outra camada do pavimento, destinada a conformar o subleito, quando necessário, transversal e longitudinalmente. O grau de compactação deverá ser no mínimo, 80% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Intermediário. São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização: motoniveladora com escarificador; rolos compactadores tipo pé-de-carneiro ou liso vibratório. Os equipamentos de compactação e mistura, serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e poderão ser utilizados outros, que não os especificados acima, desde que aceitos pela Fiscalização.

2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria

São segmentos cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem a plataforma de Projeto. No método executivo, as operações de corte compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplenagem indicado no projeto Geométrico;

Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização, de forma a não causar transtornos, provisórios ou definitivos, à obra. Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho. O rebaixamento é variável em toda a extensão das ruas, pois será aproveitado a base já consolidada das ruas. Somente quando não for possível manter o nível como entradas de garagem acesso a residências lojas ou estabelecimentos comerciais deverá ser feito o rebaixamento da via.

3.0 - DRENAGEM PLUVIAL

3.1 - Escavação Mecanizada de Vala

A abertura da vala é realizada com a ajuda de uma retroescavadeira, cujas características devem ser adaptadas ao diâmetro do tubo, ao meio e à profundidade do assentamento. A largura da vala é em função do DN e da natureza do terreno, ou seja, será igual ao diâmetro externo do tubo acrescido de 15cm para todos os diâmetros.

As escavações deverão propiciar depois de concluídas, condições para montagem das tubulações em planta e perfil e caixas em geral.

Todas as drenagens previstas deverão seguir rigorosamente o projeto quanto aos diâmetros especificados em projeto.

Os locais escavados deverão ficar livres de água, qualquer que seja a sua origem (chuva, vazamento de lençol freático.), devendo para isso ser providenciada a sua drenagem através de esgotamento, para não prejudicar os serviços, ou causar danos à obra. O esgotamento se necessário poderá ser utilizado ponteiros filtrantes.

As escavações acima de 1,25m deverão ser escoradas a fim de preservar a vida e a qualidade da obra. A execução das escavações implicará responsabilidade integral da CONTRATADA pela sua resistência e estabilidade. O material utilizado para o escoramento poderá ser em madeira ou outro equipamento previamente aprovado pela fiscalização. O recobrimento mínimo dos tubos em concreto simples e em concreto armado será de no mínimo 80 cm.

O reaterro das valas será processado até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies originais ou de forma designada pelos projetos, e deverá ser executado de modo a oferecer condições de segurança às tubulações e bom acabamento da superfície, não permitindo seu posterior abatimento. Os aterros e ou reaterros em geral, serão executados com material de primeira categoria, devidamente umedecidas até atingir a umidade ótima, até a compactação ideal, de 80% do Proctor Normal, até a cota final do reaterro.

3.2 - Lastro de Vala com Preparo de Fundo

O fundo das valas deverá ser preparado de forma a manter uma declividade constante em conformidade com a indicada no projeto, proporcionando apoio uniforme e contínuo ao longo da tubulação. O terreno do fundo das valas deverá estar seco, sendo feita se necessário, uma drenagem prévia. O fundo das valas deverá ser regularizado e possuir lastro de areia com espessura mínima de 5,0cm para o perfeito assentamento dos tubos que serão do tipo macho e fêmea.

3.3 - Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais

A rede coletora que ficará sob a pista será constituída por tubos de concreto com seção circular com Ø 400 e Ø 500mm, classe PS1, tipo macho-fêmea. A rede não será executada com berço de concreto. Os tubos deverão ser assentados sobre a camada de areia já executada.

A operação de colocação dos tubos se dará pela seguinte forma:

- a) Instalação de tubos, conectando-se às bocas de lobo;
- b) Rejuntamento dos tubos com argamassa cimento-areia, traço 1:3 com aditivo que evite a retração, conforme orienta a NBR 1564:2008.
- c) Execução do reaterro com o próprio material escavado da vala;
- d) O reaterro deve ser compactado com compactador mecânico ou com a própria retro escavadeira;

3.4 - Boca de Lobo Simples

As caixas coletoras são do tipo boca de lobo, cujas dimensões constam no projeto, as profundidades são variáveis dependendo da profundidade da tubulação e de seu diâmetro. As obras abrangidas por esta especificação tratam basicamente de dispositivo construído em blocos de concreto preenchidos de concreto.

Escavação para a instalação das caixas ou bocas deverá ser feita de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes. O fundo da cava, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente de modo a garantir boa qualidade da fundação. Após a compactação será lançado uma camada de concreto magro, na espessura de 5,0 cm de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento do solo. Sobre o lastro serão erguidas as paredes da caixa ou boca de lobo. Os tubos que convergem nas caixas deverão estar assentados e fixados antes da execução das paredes das caixas de passagem ou das bocas de lobo que os envolvem. Depois da execução e o respectivo tempo de cura dos mesmos serão feitos os reaterros laterais das paredes. Após a complementação do reaterro será feita a limpeza da caixa para remover todo o entulho caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento, depois então serão assentadas as tampas de concreto indicadas no projeto.

3.5 - Caixa Coletora de Sarjeta

As caixas coletoras de sarjeta tem a função de receber a descarga de sarjetas e direcioná-las por meio de outra sarjeta ou outros dispositivos, mudando o sentido deste escoamento. Seus posicionamentos estão indicados nos projetos.

3.6 - Caixa de Ligação e Passagem

As caixas de ligação e passagem, cujas dimensões constam no projeto, têm suas profundidades variáveis dependendo da profundidade da tubulação e de seu diâmetro. As

obras abrangidas por esta especificação tratam basicamente de dispositivo construído com blocos de concreto, preenchidos com concreto.

A escavação para a instalação das caixas deverá ser feita de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes para o assentamento da alvenaria com blocos de concreto. O fundo da cava, antes do lançamento do lastro de concreto magro, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente de modo a garantir boa qualidade da fundação. Após a compactação será lançado uma camada de concreto magro, na espessura de 5,0 cm de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento do solo. Sobre o lastro serão erguidas as paredes da caixa. Os tubos que convergem nas caixas deverão estar assentados e fixados antes da execução das paredes das caixas de passagem. Depois da execução e o respectivo tempo de cura dos mesmos serão feitos os reaterros laterais das paredes com o lançamento do material em camadas na espessura de 20,0cm, compactando-se energicamente cada camada. Após a complementação do reaterro será feita a limpeza da caixa para remover todo o entulho, caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento.

3.7 - Sarjeta Triangular de Concreto

A instalação das sarjetas tem a finalidade de captar as águas de superfície direcionando-as às caixas coletoras de sarjeta.

São dispositivos a serem executados com o objetivo de captar as águas pluviais e conduzi-las à rede condutora, bem como proteger as laterais de jusante e montante dos mesmos e serão construídas em concreto armado, e compreenderá as seguintes etapas:

- Escavação e remoção do material existente e excedente, de forma a comportar e conformar o local de execução da sarjeta. Deverão seguir o Projeto de Drenagem Pluvial.

3.8 - Assentamento (meio-fio), Confeccionado em Concreto Pré-Fabricado

Deverá ser executada a escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto. Posteriormente a instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado e finalmente o rejuntamento com argamassa cimento areia, traço 1:4, em massa.

Os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração, e estes devem apresentar $f_{ck} \geq 20$ Mpa.

Os meios fios terão as seguintes dimensões, 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura).

Deverá ser observada pela empresa CONTRATADA ao longo do percurso de pavimentação as entradas de garagens, entradas de pedestres e rampas de acessibilidade, no qual, deverá ser feito o rebaixamento dos meios fios, conforme especificado em projeto.

4.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

4.1 - Execução e Compactação de Base e ou Sub Base com Macadame Seco

Macadame seco é a camada de sub-base, que será efetuada em toda a largura da pista, com a utilização de material de bloqueio, agregado graúdo e material de enchimento. Deverá ser executada uma camada compactada com espessura de 20 cm.

4.2 - Base para Pavimentação com Brita Graduada, Inclusive Compactação

Esta especificação se aplica à execução de base de brita granular constituída de brita graduada. Os serviços somente poderão ser iniciados, após a conclusão dos serviços de terraplenagem e regularização do subleito, e deverão ser executados isoladamente da construção das outras camadas. Será executado em conformidade com as seções transversais tipo do projeto e compreenderá as seguintes operações: fornecimento, transporte, espalhamento, compactação e acabamento, a camada terá espessura de 10,0 cm, conforme especificado no projeto. Os serviços de construção da camada de base deverão ser executados mecanicamente, constando o equipamento mínimo necessário: moto niveladora com escarificador, carro tanque distribuidor de água, rolo compactador vibratório liso, caminhões basculantes para o transporte do material e carregadeira. Além destes, poderão ser utilizados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

O agregado para a base deverá estar isento de matéria vegetal e outras substâncias nocivas. O agregado para a base deverá possuir no mínimo 90% de partículas em peso, tendo pelo menos duas faces britadas.

O grau de compactação mínimo a ser requerido para cada camada de base será de 80% da energia AASHTO Modificado.

4.3 - Imprimação

Consiste na aplicação de camada de material asfáltico sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução do revestimento asfáltico, objetivando: aumentar a coesão da

superfície da base, promover condições de aderência entre a base e o revestimento, impermeabilizar a base.

O material asfáltico a empregar, será asfalto diluído tipo CM-30.

A distribuição do ligante deverá ser feita por carros equipados com bombas de distribuição e reguladores de pressão, além do equipamento de aquecimento, permitindo uma distribuição uniforme do material asfáltico em larguras variáveis.

A distribuição do ligante na temperatura adequada será feita em velocidade constante controlada por tacômetros adaptados nos veículos para tal fim.

A taxa escolhida será aquela que permita a absorção do ligante em vinte e quatro (24) horas, determinado por experiência nas quais serão feitas aplicações com taxas compreendidas entre 0,8 e 1,6 litros de CM-30 por metro quadrado, adotado 1,2 l/m².

Antes de ser executada a imprimação, deverá ser removido todo o material solto existente sobre a camada a ser imprimada.

Caso a superfície se encontre demasiadamente seca ou pulverulenta deverá ser ligeiramente umedecida, mas o ligante não poderá ser aplicado enquanto toda a água não tiver sido absorvida. O teor de umidade da camada a ser imprimada não poderá ser superior à umidade ótima mais de 30% do seu valor.

O ligante asfáltico deverá ser aquecido a uma temperatura, tal que, no espalhamento, se enquadre nos limites de viscosidade especificados.

A imprimação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados, de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da imprimação, abrangendo armazenamento, perdas e transporte do ligante asfáltico.

4.4 - Pintura de Ligação

Consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

O material betuminoso a empregar será emulsão asfáltica tipo RR - 1C.

Os equipamentos convencionais utilizados neste tipo de serviço são:

Veículos especiais para a distribuição do ligante, caminhões pipa, tanque móvel de aquecimento e distribuição, compressores de ar (quando necessário).

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros de pequenas superfícies e correções localizadas.

A taxa escolhida será aquela que permita a ruptura em no máximo uma (1) hora, dependendo da temperatura ambiente, determinado por experiência nas quais serão feitas

aplicações com taxas compreendidas entre 0,4 e 0,8 litros de RR – 1C por metro quadrado, adotado 0,6 l/m².

A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo, em função da relação temperatura – viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento.

A pintura de ligação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da pintura de ligação, abrangendo, perdas e transporte do ligante betuminoso.

4.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)

Como o pavimento existente é em asfalto e encontra-se em boas condições de uso, optou-se por fazer o recapeamento asfáltico.

O concreto asfáltico consistirá de uma camada de mistura compreendendo agregado, asfalto e filler devidamente dosada, misturada e homogeneizada em usina, espalhada e comprimida a quente.

Considerou-se Concreto Betuminoso Usinado a Quente, incluso usinagem e aplicação, com espessura média de 4,0 cm compactado.

Para execução, considerar as faixas de trabalho sugeridas, para não haver perda do I. S.C dos materiais. (-1,0 a +1,0% da umidade ótima).

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C, acima da temperatura do ligante asfáltico.

A temperatura de aplicação do CBUQ será aquela na qual a viscosidade Engler situe-se em uma faixa de 25 + ou - 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106°C.

As misturas de CBUQ devem ser distribuídas somente quando a temperatura ambiente se encontrar acima de 10°C, e com o tempo não chuvoso.

Deverão ser respeitadas as espessuras do projeto. Os ensaios Marshall são indispensáveis ao controle de qualidade desta capa, bem como o teor de betume para se evitarem exudações / desagregações, e granulometria para que se possa ter a certeza de que o material utilizado esteja na faixa especificada.

Durante a execução, poderá ser feito diariamente o controle de acabamento da superfície de revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00 metros e outra de 0,90 metros, colocadas em ângulo reto paralelamente ao eixo da rua, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5 cm,

quando verificada com qualquer das réguas. Quando da aplicação, deverá estar seco e isento de grumos.

Os equipamentos convencionais utilizados, neste tipo de serviço são: caminhões basculantes, vibro - acabadora auto propelida; rolo vibratório liso e rolo auto propulsor de Pneus.

O CBUQ será medido através da massa da mistura aplicada, em toneladas, conseguida pela diferença de pesagem dos caminhões antes e depois de carregados.

5.0 - “PASSEIOS”

5.1 - Compactação de Aterro dos passeios

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito do passeio a ser pavimentado. Nestes locais é necessário ter uma base compacta, devem-se realizar os cortes e posteriormente a isso efetuar o espalhamento manualmente e a compactação de material de 1ª categoria em camadas com no máximo 10 cm de espessura. O material deverá ser extraído de empréstimos e ou jazidas.

Uma nova camada somente é colocada quanto a anterior tiver sido completamente compactada, até atingir a cota 7,0 cm abaixo do topo do meio-fio instalado no caso do uso de camada de brita. A sua superfície deverá estar com declividade transversal entre 1% e 2% em direção ao meio-fio junto a pista de rolamento.

A execução do pavimento dos passeios deverá respeitar a recomendação específica das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia como a ABNT NBR 12255. As rampas para acesso de veículos ou demais nivelamentos entre a calçada e as edificações deverão ser acomodadas na parte interna do terreno (após o muro). É proibido construir rampas para veículos na faixa de circulação da calçada, pois dificultam ou impedem a circulação segura dos pedestres e das pessoas com mobilidade reduzida. Diante destas considerações iniciais, a CONTRATADA deverá verificar a necessidade de rebaixamento e/ou adequação das guias e tomar as providências cabíveis perante aos órgãos públicos para sua execução consultando-os sempre em caso de quaisquer dúvidas.

5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm

O pavimento inicia-se pelo espalhamento da camada de brita 0, este deverá atender às normas técnicas brasileiras pertinentes, estar limpo e isento de matéria orgânica. Este

material deve ser jogado seco, limpo e solto (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira para depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias. A espessura dessa camada deverá ser de 5,0 cm de maneira que a superfície resultante fique uniforme e visualmente harmônica, evitando-se, inclusive, a presença de poças d'água após precipitações de chuva. A largura a ser executada será de 1,50 metros a partir do meio fio.

6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de regulamentação são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico(GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de advertência são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico(GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua

Placas confeccionadas em chapa tratadas com antiferrugem e pintadas com fundo azul escuro e letras em branco, com dimensões de 0,60x0,25m. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes.

6.4 - Pintura de Faixa - Tinta Base Acrílica

As faixas que tem a função de definir e orientar os pedestres ordenando-os e orientando os locais de travessia na pista, sendo estas executadas com tinta à base de resina acrílica na cor branca. Na borda da pista de rolamento também deverá ser executada uma faixa contínua com 12,0 cm de largura na cor branca.

A faixa contínua consiste na execução de linhas longitudinais que tem a função de definir os limites da pista de rolamento e de orientar a trajetória dos veículos, ordenando-os por faixas de tráfego, e ainda a de regulamentar as possíveis manobras laterais, na cor amarelo “ambar”, espessura de 0,6 mm e padrão 3,09 da ABNT.

No eixo da pista, deverá ser executada uma sinalização horizontal na cor amarela, simples e contínua (conforme projeto em anexo), com 12 cm de largura, delimitando as faixas de sentidos opostos.

A travessa elevada deve ser pintada com tinta à base de resina acrílica, na cor amarela.

A sinalização deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado. Dimensões das faixas de pedestre, lombada e faixa contínua deveram ser executadas conforme detalhe e especificações no projeto de Sinalização de Trânsito.

7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE

7.1 - Responsabilidades

a) Fica reservado ao CONTRATANTE/MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretaria de Obras e Serviços, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e nos demais e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou outros elementos fornecidos.

b) Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA/EMPRESA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento ou norma neste memorial, no projeto básico, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA/EMPRESA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e

adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

c) Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA/EMPRESA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, do projeto básico, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste memorial.

d) Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre o projeto básico e detalhes específicos, devendo o fato, de qualquer forma, ser comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

e) As especificações do projeto e memorial descritivo destinam-se a descrição e a execução dos serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

f) O responsável técnico da CONTRATADA/EMPRESA deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

g) A CONTRATADA deverá visitar o local dos serviços e inspecionar as condições gerais do terreno, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, taludes, árvores existentes, passeios existentes, cercas existentes, etc., bem como verificar as demais especificações do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "In Loco", pois deverá constar da proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, não cabendo, após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar itens ou quantitativos previstos inicialmente.

h) Deverá ser apresentado pela empresa CONTRATADA um relatório semanal "Plano de Trabalho", com a descrição dos serviços executados, bem como a comprovação dos mesmos através de fotos datadas anexadas ao relatório.

Sempre que solicitados deverão ser apresentados ensaios fornecidos pelo fabricante e/ou fornecidos pela contratada para comprovar atendimento as normas técnicas vigentes, com a obrigação de ser acompanhados de Parecer Técnico, com a respectiva RRT/ART.

i) A empresa contratada terá a obrigação de apresentar um Laudo Técnico de Controle Tecnológico do pavimento asfáltico. Este Laudo deverá conter ART e parecer conclusivo e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

a) Os serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela Administração Municipal de Papanduva/SC, através de sua Secretaria de Obras e Serviços e ou sucessoras, o qual será doravante, aqui designado FISCALIZAÇÃO.

b) A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA, deverá estar sempre a cargo de um profissional, devidamente habilitado e registrado no CREA, com visto no Estado de Santa Catarina, que no caso da CONTRATADA deverá ser o responsável técnico mediante emissão de **ART** (anotação de responsabilidade técnica).

9.0 - LIMPEZA FINAL DA OBRA

Após a conclusão dos serviços será feita limpeza final em toda a obra com remoção de todo o entulho, lixo e sobras de materiais. Será efetuada a limpeza de todas as áreas pavimentadas (ruas e passeios) que serão varridos e lavados.

10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos todos os serviços, objetos de certame licitatório, se estiverem em perfeitas condições atestados pela FISCALIZAÇÃO, e depois de efetuada a inspeção geral, bem como recebida toda a documentação exigida nos termos contratuais, será recebida através de Termo de Recebimento, emitido juntamente com a última medição.

11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO

11.1 - Introdução

O objetivo é estabelecer metodologia, procedimentos e forma de apresentação de estudos hidrológicos, de modo a fornecer subsídios para o planejamento da obra e determinação das vazões de dimensionamento das estruturas hidráulicas e dos dispositivos de drenagem para o projeto da via.

11.2 - Coleta de Dados

A seguir será apresentado as características da região, como clima, e pluviometria do município de Papanduva, localizado no estado de Santa Catarina.

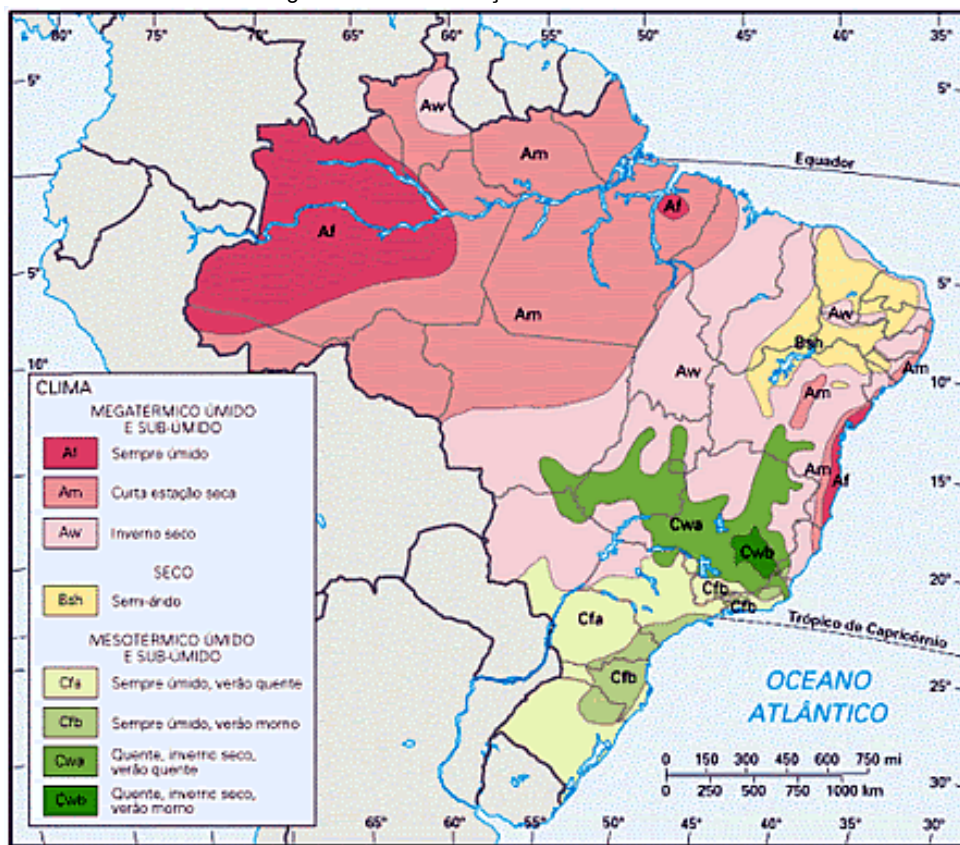
11.2.1 - Características da Região

A região objeto deste estudo localiza-se no município de Papanduva. Localizada a uma latitude 26°22'13" S e a uma longitude 50°08'40" W, estando a uma altitude de 788 metros do nível do mar. Sua população em 2010 era de 17.928 habitantes (IBGE 2010). Possui uma área de 747,862 km².

11.2.2 - Tipos Climáticos

Pelo sistema de classificação climática de Köppen, que preconiza a utilização de médias e índices numéricos dos elementos de temperatura e precipitação Papanduva apresenta um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. De acordo com a Köppen e Geiger a classificação do clima é Cfb. Papanduva tem uma temperatura média de 16.8 °C. Pluviosidade média anual de 1429 mm conforme Figura 1.1

Figura 1.1 – Classificação climática do Brasil



Dentro da classificação “Cf” é possível distinguir, dois subtipos:

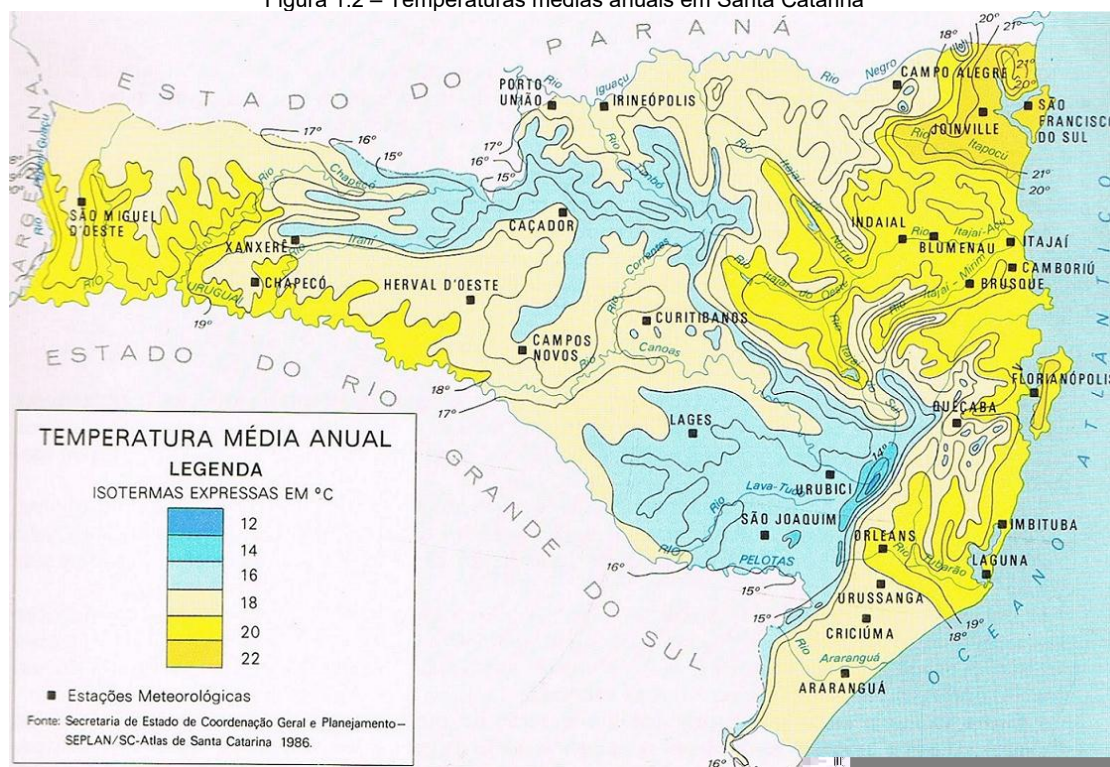
- Subtipo A - de verão quente: característico de zona litorânea onde as temperaturas médias dos meses mais quentes estão acima de 22° C;
- Subtipo B - de verão fresco: característico de zonas mais elevadas.

Conforme a classificação climática do estado de Santa Catarina, o local do projeto fica localizado na área “Cfb”. Sendo:

- “C” caracteriza-se por clima Úmido Mesotérmico, com latitudes médias;
- “f” chuvas bem distribuídas durante o ano;
- “b” verão morno.

Portanto, na região do projeto o clima é mesotérmico úmido com temperatura média anual entre 18°C e 20°C. A Figura 1.2 ilustra as temperaturas médias anuais em Santa Catarina.

Figura 1.2 – Temperaturas médias anuais em Santa Catarina



Fonte: GEO Conceição, 2012.

11.2.3 - Dados Pluviométricos

Para a caracterização do regime pluviométrico da região foram coletados os dados da estação da cidade vizinha de Monte Castelo, cujas características climáticas sejam muito semelhantes. A estação fica localizada no Distrito de Residência Fuck, situada no município de Monte Castelo. A seguir segue os dados da estação:

- Código: 02650015
- Bacia do Rio Paraná
- Latitude: 26°42'37" S – Longitude: 50°17'27" W
- Altitude: 790 metros

11.2.4 - Precipitações Mensais

A partir das tabelas a seguir, observa-se que a chuva ao longo do ano é bem distribuída, com a média de precipitação mensal variando entre 97,85mm no mês de Abril a 186,77mm no mês de Outubro.

Tabela 1.1 – Precipitações mensais

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1977	205,10	103,20	217,90	81,60	19,00	75,60	82,00	118,60	42,80	257,40	172,40	112,40	1488,00
1978	117,80	104,00	173,40	0,00	52,40	58,40	140,00	77,60	114,80	142,60	96,80	184,80	1262,60
1979	30,80	108,60	53,00	114,80	233,40	33,30	93,60	60,80	186,60	296,60	137,40	224,20	1573,10
1980	174,80	154,40	143,80	91,00	86,40	67,40	233,20	184,80	141,20	168,40	80,20	317,80	1843,40
1981	173,20	150,40	75,60	53,20	20,00	38,00	51,00	83,60	85,60	121,40	182,90	239,40	1274,30
1982	70,70	194,20	153,90	7,90	138,00	165,00	125,80	116,00	8,60	224,80	358,20	201,20	1764,30
1983	190,40	203,80	148,30	160,60	325,60	203,10	642,90	73,50	210,50	85,70	166,70	246,00	2657,10
1984	97,00	54,00	235,00	94,20	79,40	161,80	83,80	303,20	123,40	63,20	167,80	121,70	1584,50
1985	107,70	272,70	92,30	148,40	33,20	28,60	91,00	22,80	120,00	114,00	78,20	49,40	1158,30
1986	253,20	168,50	80,00	115,80	106,30	15,90	43,30	71,50	70,10	86,70	182,90	198,10	1392,30
1987	212,50	153,80	30,90	74,10	259,40	105,40	66,00	119,10	51,10	182,60	47,40	139,60	1441,90
1988	224,20	146,90	82,10	142,60	332,20	96,50	4,20	19,00	143,90	219,20	48,40	183,20	1642,40
1989	262,40	233,90	188,30	107,90	126,30	65,30	136,20	57,90	242,80	141,40	70,40	60,00	1692,80
1990	282,30	171,00	172,40	117,30	162,60	177,90	166,40	118,60	155,80	209,40	108,80	96,40	1938,90
1991	145,40	31,40	113,80	51,60	49,20	215,70	78,90	139,80	31,40	204,70	99,30	211,20	1372,40
1992	110,90	167,00	294,60	49,10	461,00	155,40	123,30	124,90	105,30	28,30	88,30	55,80	1763,90
1993	143,00	165,60	149,20	26,10	179,00	47,30	120,90	11,20	350,40	146,00	89,30	96,20	1524,20
1994	44,30	320,40	75,20	131,10	155,40	160,80	173,90	40,90	63,10	139,10	225,60	153,90	1683,70
1995	180,80	180,80	58,90	32,50	0,70	30,20	114,20	148,80	66,00	231,00	129,20	94,90	1268,00
1996	54,00	98,40	239,50	30,00	95,00	216,00	127,50	33,10	209,20	156,70	51,10	199,30	1509,80
1997	257,50	176,00	74,90	37,40	82,00	155,60	54,30	186,30	130,50	294,40	318,20	152,10	1919,20
1998	183,60	182,50	301,40	321,90	72,20	85,70	185,40	270,60	296,10	198,90	40,70	96,60	2235,60
1999	103,10	237,80	135,90	108,50	63,40	110,50	203,50	12,20	107,40	220,00	67,50	116,70	1486,50
2000	175,10	171,40	156,90	69,40	69,60	114,30	111,80	110,50	249,40	199,50	79,90	206,00	1713,80
2001	187,00	228,10	123,00	165,60	168,80	92,40	111,00	61,60	155,30	206,40	165,40	150,60	1815,20
2002	149,00	129,70	160,90	105,40	94,60	51,30	91,40	81,90	161,80	262,80	213,10	99,50	1601,40
2003	74,10	220,90	141,20	58,30	49,90	105,40	59,30	21,60	64,10	141,60	88,20	170,20	1194,80
2004	93,90	133,20	95,20	69,40	149,50	83,50	167,80	47,50	95,20	294,60	80,40	86,90	1397,10
2005	157,60	74,60	94,90	156,80	220,20	75,80	63,50	134,30	237,90	249,00	59,90	21,90	1546,40
2006	224,60	76,80	142,50	18,30	15,70	21,90	49,60	72,80	135,20	81,00	203,30	114,60	1156,30
2007	143,10	153,20	125,40	164,50	214,30	16,90	163,30	51,40	104,90	228,30	126,10	164,70	1656,10
2008	161,90	132,10	164,20	112,10	35,80	98,40	19,00	63,30	127,90	305,20	182,70	55,90	1458,50
2009	152,20	200,30	34,20	51,60	82,60	54,30	163,00	146,90	339,60	174,90	231,10	124,50	1755,20
2010	235,50	76,70	149,90	308,70	177,80	145,10	117,70	221,20	65,20	171,50	142,10	220,90	2032,30
2011	368,70	365,20	131,80	71,10	48,80	127,30	233,50	295,40	223,60	227,10	116,80	64,00	2273,30
2012	265,90	253,40	38,10	156,50	58,80	152,90	183,40	19,40	86,30	235,60	72,30	256,40	1779,00
2013	119,60	155,10	137,90	62,90	73,90	247,60	117,90	127,90	306,90	115,50	72,10	111,60	1648,90
2014	255,30	163,30	214,70	89,20	82,50	485,30	61,90	81,40	214,20	76,30	154,30	145,10	2023,50
2015	185,60	164,50	170,20	58,60	127,10	135,20	201,80	104,70	212,70	382,30	208,80	219,20	2170,70
Mínima	30,80	31,40	30,90	0,00	0,70	15,90	4,20	11,20	8,60	28,30	40,70	21,90	1156,30
Máxima	368,70	365,20	301,40	321,90	461,00	485,30	642,90	303,20	350,40	382,30	358,20	317,80	2657,10
Média	168,56	166,10	137,73	97,85	123,13	114,79	129,67	103,50	149,66	186,77	133,44	147,77	1658,97

Tabela 1.2 – Dias de chuva

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1977	17,0	9,0	16,0	7,0	6,0	7,0	6,0	10,0	5,0	11,0	12,0	9,0
1978	12,0	9,0	8,0	0,0	3,0	4,0	6,0	4,0	4,0	6,0	10,0	8,0
1979	1,0	8,0	5,0	5,0	10,0	4,0	8,0	3,0	8,0	13,0	6,0	12,0
1980	9,0	7,0	8,0	2,0	6,0	5,0	10,0	10,0	10,0	16,0	7,0	18,0
1981	17,0	9,0	7,0	5,0	3,0	4,0	5,0	7,0	8,0	11,0	11,0	10,0
1982	6,0	14,0	13,0	4,0	5,0	13,0	10,0	11,0	2,0	12,0	13,0	13,0
1983	12,0	13,0	7,0	11,0	17,0	13,0	20,0	8,0	13,0	9,0	11,0	19,0
1984	11,0	4,0	14,0	9,0	8,0	12,0	6,0	17,0	9,0	10,0	15,0	17,0
1985	12,0	24,0	16,0	16,0	8,0	7,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	11,0
1986	18,0	16,0	10,0	13,0	12,0	5,0	11,0	7,0	10,0	6,0	12,0	15,0
1987	9,0	12,0	3,0	10,0	16,0	10,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	12,0
1988	15,0	16,0	7,0	14,0	21,0	10,0	2,0	3,0	9,0	12,0	5,0	14,0
1989	18,0	13,0	14,0	10,0	9,0	10,0	9,0	7,0	11,0	7,0	7,0	8,0
1990	22,0	10,0	12,0	9,0	6,0	7,0	13,0	6,0	12,0	18,0	12,0	8,0
1991	8,0	6,0	12,0	8,0	6,0	8,0	5,0	11,0	3,0	11,0	11,0	9,0
1992	6,0	14,0	19,0	4,0	15,0	11,0	11,0	13,0	6,0	8,0	13,0	10,0
1993	15,0	18,0	15,0	7,0	7,0	7,0	12,0	4,0	19,0	17,0	7,0	13,0
1994	10,0	23,0	9,0	10,0	11,0	9,0	11,0	1,0	11,0	20,0	14,0	13,0
1995	13,0	13,0	11,0	5,0	1,0	11,0	8,0	3,0	10,0	17,0	10,0	13,0
1996	7,0	4,0	8,0	1,0	7,0	12,0	8,0	4,0	9,0	13,0	6,0	13,0
1997	18,0	14,0	5,0	5,0	9,0	9,0	8,0	11,0	11,0	19,0	26,0	13,0
1998	18,0	23,0	20,0	16,0	13,0	17,0	23,0	16,0	20,0	17,0	10,0	6,0
1999	14,0	17,0	11,0	16,0	9,0	11,0	14,0	7,0	9,0	13,0	15,0	14,0
2000	20,0	19,0	16,0	7,0	14,0	18,0	12,0	11,0	19,0	22,0	18,0	21,0
2001	21,0	20,0	20,0	14,0	10,0	13,0	14,0	14,0	20,0	11,0	19,0	17,0
2002	20,0	15,0	18,0	15,0	18,0	16,0	14,0	15,0	14,0	21,0	17,0	20,0
2003	14,0	16,0	16,0	7,0	9,0	14,0	12,0	9,0	14,0	19,0	11,0	16,0
2004	15,0	12,0	14,0	17,0	15,0	7,0	16,0	2,0	10,0	11,0	9,0	14,0
2005	16,0	10,0	9,0	18,0	11,0	12,0	7,0	8,0	20,0	21,0	12,0	10,0
2006	14,0	14,0	9,0	3,0	7,0	4,0	9,0	4,0	11,0	16,0	13,0	12,0
2007	14,0	13,0	12,0	9,0	13,0	4,0	10,0	7,0	10,0	17,0	8,0	14,0
2008	22,0	14,0	15,0	12,0	2,0	11,0	2,0	12,0	11,0	18,0	20,0	7,0
2009	14,0	18,0	7,0	7,0	7,0	8,0	17,0	7,0	17,0	17,0	16,0	9,0
2010	19,0	8,0	12,0	8,0	12,0	7,0	8,0	10,0	6,0	13,0	16,0	19,0
2011	22,0	21,0	18,0	9,0	7,0	8,0	14,0	13,0	6,0	10,0	9,0	8,0
2012	13,0	10,0	6,0	11,0	6,0	11,0	11,0	4,0	8,0	13,0	10,0	14,0
2013	9,0	13,0	12,0	2,0	11,0	13,0	8,0	5,0	13,0	12,0	8,0	7,0
2014	14,0	10,0	13,0	9,0	9,0	14,0	6,0	5,0	12,0	5,0	10,0	14,0
2015	23,0	18,0	12,0	7,0	9,0	10,0	14,0	5,0	15,0	18,0	19,0	20,0
Minima	1,0	4,0	3,0	0,0	1,0	4,0	2,0	1,0	2,0	5,0	5,0	6,0
Máxima	23,0	24,0	20,0	18,0	21,0	18,0	23,0	17,0	20,0	22,0	26,0	21,0
Média	14,3	13,5	11,8	8,8	9,4	9,6	10,2	8,0	10,9	13,8	12,1	12,8

11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais

Com base na Tabela abaixo e seu respectivo período de observação, constata-se que a precipitação anual tem uma média de aproximadamente 1.659,0 mm.

Tabela 1.3 – Precipitações anuais

Ano	Máxima Precipitação Diária	Dias de chuva	Precipitação Total Anual
1977	63,2	115,0	1.488,0
1978	77,2	74,0	1.262,6
1979	78,4	83,0	1.573,1
1980	76,4	108,0	1.843,4
1981	87,6	97,0	1.274,3
1982	63,6	116,0	1.764,3
1983	93,6	153,0	2.657,1
1984	90,2	132,0	1.584,5
1985	94,6	148,0	1.158,3
1986	83,6	135,0	1.392,3
1987	75,6	126,0	1.441,9
1988	55,4	128,0	1.642,4
1989	82,3	123,0	1.692,8
1990	80,5	135,0	1.938,9
1991	118,6	98,0	1.372,4
1992	112,6	130,0	1.763,9
1993	81,1	141,0	1.524,2
1994	49,8	142,0	1.683,7
1995	47,0	114,0	1.268,0
1996	86,0	92,0	1.509,8
1997	84,3	148,0	1.919,2
1998	64,9	199,0	2.235,6
1999	114,8	150,0	1.486,5
2000	61,5	197,0	1.713,8
2001	80,4	193,0	1.815,2
2002	67,9	203,0	1.601,4
2003	56,1	157,0	1.194,8
2004	83,1	142,0	1.397,1
2005	91,3	154,0	1.546,4
2006	67,9	116,0	1.156,3
2007	73,0	131,0	1.656,1
2008	48,7	146,0	1.458,5
2009	78,0	144,0	1.755,2
2010	102,6	138,0	2.032,3
2011	76,1	145,0	2.273,3
2012	125,6	117,0	1.779,0
2013	105,1	113,0	1.648,9
2014	119,2	121,0	2.023,5
2015	93,3	170,0	2.170,7
Média	-	-	1.659,0

11.3 - Cálculo da Vazão

Para a determinação das vazões de projeto foi utilizado o Método Racional para bacias até 10 km².

11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional

O método é usado para calcular a vazão de pico de uma determinada bacia, considerando uma seção de estudo. A determinação do tempo de concentração é de fundamental importância no Método Racional, ao lado do coeficiente de escoamento superficial. O cálculo das vazões é dado pela expressão:

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Onde:

Q – pico de vazão em m³/s;

C – coeficiente de deflúvio superficial;

I – intensidade da chuva, em mm/h para o tempo de concentração e o período de recorrência considerado;

A – área da bacia em ha.

tc - Tempo de Concentração

O método racional se baseia no princípio que a vazão máxima, provocada por uma chuva de intensidade uniforme, ocorre quando todas as partes da bacia passam a contribuir para seção de drenagem.

O tempo necessário para que isto aconteça, medido a partir da chuva, é o que se denomina tempo de concentração (tc).

De maneira geral, o tempo de concentração de uma bacia qualquer é função dos seguintes parâmetros:

- área da bacia;
- comprimento e declividade do canal mais longo (principal);
- comprimento ao longo do curso principal, desde o centro da bacia até a seção de saída considerada;
- forma da bacia;
- declividade média do terreno;
- declividade e comprimento dos afluentes;

- rugosidade do canal;
- tipo de recobrimento vegetal;
- distância entre o fim do canal e o espigão.

O tempo de concentração não é constante para uma dada área, mas varia com o estado de recobrimento vegetal e a altura e distribuição da chuva sobre a bacia. Mas, para períodos de recorrência superiores a 10 anos, a influência da vegetação parece ser desprezível.

Existem fórmulas empíricas e ábacos que fornecem o valor desse tempo em função das características físicas da bacia.

Segue a fórmula adotada, sendo que as características mais frequentemente utilizadas são o comprimento e a declividade do curso principal.

Fórmula do *California Culverts Practice, California Highways and Public Works* ou KIRPICH:

$$t_c = 57 \left(\frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

Onde:

t_c - o tempo de concentração, em minutos;

L - a extensão do talvegue, em quilômetros;

H - a diferença de nível entre o ponto mais afastado da bacia e o ponto considerado, em metros.

Quando o t_c calculado for menor do que 10 minutos, adota-se t_c de projeto = 10 minutos.

11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno

Para o projeto em questão serão adotados os seguintes períodos de retorno:

- obras de drenagem superficial 10 anos
- tubulações trecho urbano 10 anos
- bueiros 15 anos
- pontes 100 anos

11.3.3 C - Coeficiente de Escoamento

Do volume precipitado sobre a bacia, apenas uma parcela atinge a seção de vazão, sob a forma de escoamento superficial, pois parte é interceptada ou umedece o solo ou preenche as depressões ou se infiltra rumo aos depósitos subterrâneos.

O volume escoado é, então, um resíduo do volume precipitado e a relação entre os dois é o que se denomina coeficiente de deflúvio ou de escoamento.

As perdas podem oscilar sensivelmente de uma para outra precipitação, variando conseqüentemente o coeficiente de deflúvio. Em particular, a porcentagem da chuva que aparece como escoamento superficial aumenta com a intensidade e a duração de precipitação.

No método racional utiliza-se um coeficiente C , que, multiplicado pela intensidade da precipitação do projeto, fornece o pico da cheia considerada por unidade de área. Portanto, não se trata de uma relação de volumes escoado e precipitado, mas o coeficiente de deflúvio, nesse caso, está indicando a relação entre a vazão máxima escoada e a intensidade da precipitação.

O coeficiente de deflúvio depende da distribuição da chuva na bacia, da direção do deslocamento da tempestade em relação ao sistema de drenagem, da precipitação, do tipo do solo, da utilização que se faz da terra, da rede de drenagem existente, da duração e intensidade da chuva.

O valor de C , por se tratar de uma relação de vazões, além de levar em conta todos esses fatores, deve considerar, ainda, o efeito do armazenamento e da retenção superficial sobre a descarga.

O coeficiente de deflúvio C não traduz simplesmente o resultado da ação do terreno sobre a precipitação, da qual resulta a descarga superficial, mas é mais completamente definido como a relação entre a vazão de enchente de certa frequência e a intensidade média da precipitação de igual frequência.

A escolha deste coeficiente depende muito do julgamento pessoal do engenheiro. Em geral, as superfícies não são homogêneas, não sendo, por isso conveniente adotar um único valor tirado de tabelas para toda a área de drenagem. O mais conveniente é adotar um coeficiente composto, cujo cálculo é executado em planilha. Este cálculo é a determinação da média ponderada para toda a área da bacia de drenagem, de todos os valores de C para as parcelas que o compõe.

Obviamente, na escolha do valor de C para o projeto, deverá ser considerado o efeito da urbanização crescente, da possibilidade de realização de planos urbanísticos municipais e de legislação local referente ao zoneamento e ocupação do solo. Deve-se escolher para

valor de C, um valor que o mesmo teria em T anos. As tabelas na sequencia fornecem opções para o valor de C.

Tabela 1.6 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas urbanas

CARACTERÍSTICAS	C (%)		
TERRENO ESTÉRIL MONTANHOSO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e altas declividades	80	a	90
TERRENO ESTÉRIL ONDULADO - Material poroso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação em relevo ondulado e com declividades moderadas.	60	a	80
TERRENO ESTÉRIL PLANO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e baixas declividades	50	a	70
PRADOS, CAMPINAS, TERRENO ONDULADO - Áreas de declividades moderadas, grandes porções de gramados, flores silvestres ou bosques, sobre um manto fino de material poroso que cobre o material não poroso.	40	a	65
MATAS DECÍDUAS, FOLHAGEM CADUCA - Matas e florestas de árvores decíduas em terreno de declividades variadas.	35	a	60
MATAS CONÍFERAS, FOLHAGEM PERMANENTE - Florestas e matas de árvores de folhagem permanente em terrenos de declividades variadas.	25	a	50
POMARES - Plantações de árvores frutíferas com áreas abertas cultivadas ou livres de qualquer planta a não ser gramados.	15	a	40
TERRENOS CULTIVADOS, ZONAS ALTAS - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, fora de zonas baixas e várzeas.	15	a	40
FAZENDAS, VALES - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, localizados em zonas baixas e várzeas.	10	a	40

Tabela 1.7 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas suburbanas e rurais

CARACTERÍSTICAS	C (%)
Pavimento de concreto de cimento ou concreto asfáltico	75 a 95
Pavimentos de macadame betuminoso	65 a 80
Acostamento ou revestimento primário	40 a 60
Solo não revestido	20 a 90
Taludes gramados (2:1)	50 a 70
Prados gramados	10 a 40
Áreas florestais	10 a 30
Campos cultivados	20 a 40
Áreas comerciais, zonas de centro de cidade	70 a 95
Zonas em inclinações moderadas com aproximadamente 50% de área impermeável	60 a 70
Zonas planas com aproximadamente 60% de área impermeável	50 a 60
Zonas planas com aproximadamente 30% de área impermeável	35 a 45

O C adotado no projeto é de 0,70.

12.0 - DIMENSIONAMENTO DA TUBULAÇÃO

Os cálculos foram desenvolvidos com a utilização da fórmula de Manning, empregada para o dimensionamento em regimes uniformes e definida pela expressão:

$$Q = \frac{1}{n} \cdot R h^{2/3} \cdot I^{1/2} \cdot A$$

Onde:

- Q = descarga em m³/s;
- A = área da seção molhada em m²;
- n = coeficiente de rugosidade, n = 0,017 para o concreto;
- R = raio hidráulico da seção em m;
- I = declividade do fundo da galeria em m/m.

O projeto de galerias de águas pluviais pelo método racional, do mesmo modo que por qualquer outro método, adota os seguintes princípios:

- Numa galeria de águas pluviais temos as condições de escoamento como conduto livre, em regime permanente e uniforme;
- Quando a seção da galeria tem a forma circular, ela funciona à plena seção. No caso de seção retangular deve-se garantir a condição de conduto livre, admitindo uma lâmina d'água de 82% do diâmetro;
- O diâmetro ou a dimensão mínima é de 40 cm, para evitar entupimentos;
- A velocidade mínima à plena seção é de 0,70 m/s;
- A velocidade máxima permissível será de 5,50 m/s para evitar erosão excessiva;
- As dimensões da galeria não devem decrescer na direção de jusante, mesmo que, com o aumento da declividade, um conduto de menores dimensões tenha capacidade adequada.

A declividade da galeria, tanto quanto possível, deve ser igual à do terreno para reduzir-se o volume de escavação. Muitas vezes é conveniente usar galeria de menor dimensão empregando declividade maior que a do terreno, por ser mais econômico a despeito do aumento da escavação;

- Na junção das galerias, as geratrizes superiores terão a mesma cota.

Método Racional

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Q = Vazão

I = Intensidade de chuva em mm/h

A = Área da bacia de contribuição em Km^2

C = Coeficiente de Run-off ou deflúvio em %

$$i = \frac{99,154 \cdot T^{0,217}}{(tc + 26)^{1,15}}$$

Equação de chuva Curitiba (Prof. P. V. Parigot de Souza)

i = intensidade de chuva em mm/min

T = Tempo de retorno (anos)

tc = Tempo de concentração em minutos

Parâmetros da Bacia

$$Q = A \cdot V$$

Onde:

Q = Vazão

A = Área

V = Velocidade

$$V = \frac{1}{n} \cdot Rh^{2/3} \cdot I^{1/2}$$


Onde:

Rh = Raio Hidráulico

I = Declividade

n = Coeficiente de Rugosidade.

Planilha de Cálculo Para Dimensionamento de Galerias Pluviais
Obra: Pavimentação Asfáltica
Local: Rua Jucelino K. de Oliveira - Bairro Centro - Papanduva/SC




TRECHO	COTA INFERIOR TUBO		(L) (m)	Decliv. (%)	ÁREA (ha)		tc (minutos)	T (anos)	i (mm/min)	C (run off)	Q (m³/s) (prevista)	D (m) (diâmetro)	Decliv. m/m	Q m³/s	V m/s	Cota do Terreno		Escavação		Recobrimento	
	M	J			(trecho)	(acumulada)										M	J	M	J	M	J
A1	488,899	485,524	1,375	4,30	0,551	0,551	10,00	10	2,65	0,7	0,170	0,40	0,043	0,263	2,09	488,301	487,266	1,402	1,742	0,922	1,262
A2	485,524	484,52	1,372	4,29	0,278	0,829	12,03	10	2,49	0,7	0,241	0,40	0,043	0,262	2,09	487,266	485,549	1,742	1,397	1,262	0,917
A3	484,52	481,826	2,326	7,05	0,290	1,119	13,67	10	2,37	0,7	0,310	0,40	0,070	0,336	2,68	485,549	483,223	1,397	1,397	0,917	0,917
A4	481,826	480,445	1,381	4,60	0,269	1,388	15,51	10	2,25	0,7	0,365	0,40	0,046	0,272	2,16	483,223	481,903	1,397	1,458	0,917	0,978
A5	480,445	478,471	1,974	5,98	2,522	3,910	17,04	10	2,16	0,7	0,985	0,50	0,060	0,360	1,83	481,903	480,199	1,458	1,728	0,978	1,248
A6	478,471	475,631	2,840	8,61	0,350	4,260	18,31	10	2,09	0,7	1,038	0,50	0,086	0,431	2,20	480,199	477,273	1,728	1,642	1,248	1,162
Observação:																					

Dair Kaczmarek
Engº Civil - Responsável Técnico
CREA/SC: 122404-8

Papanduva, 25 de setembro de 2019.

14.0 - ORÇAMENTO

<div>Planilha Orçamentária Global</div> <div>Obra: Pavimentação Asfáltica</div> <div>Local: Rua Sérgio Glewinski e Rua Jucelino K. de Oliveira - Bairro Centro - Papanduva/SC</div> <div>Área Total a Pavimentar: 5.909,71 m²</div> <div>Extensão Total a Pavimentar: 538,73 m</div> <div>Largura da Pista: 10,0 m</div> <div></div>									
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Rua Sérgio Glewinski			Rua Jucelino K. de Oliveira			Código SINAPI Sem Desoneração (BDI 23,0%)
			QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL	QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,88	288,37	830,51	2,88	288,37	830,51	1.661,02
2.0	TERRAPLANAGEM								
2.1	Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura	m²	3.198,43	1,54	4.925,58	4.234,93	1,54	6.521,79	20.329,69
2.2	Escavação incluindo carga, descarga e transporte, em solo de 1ª categoria com escavadeira hidráulica, com caminhões basculantes de 14 m³	m³	450,59	8,35	3.762,43	613,16	8,35	5.119,89	11.447,37
3.0	DRENAGEM PLUVIAL								
3.1	Escavação mecanizada de vala com profundidade até 1,5 m com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	337,46	7,55	2.547,82	231,24	7,55	1.745,86	4.293,68
3.2	Escavação mecanizada de vala com profundidade maior que 1,5 m até 3,0m (média entre montante e jusante/uma composição por trecho) com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura entre 0,8 a 1,5m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	-	7,55	0,00	151,41	6,43	973,57	973,57
3.3	Lastrão de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento mecanizado, em local com nível baixo de interferência. AF 06/2016	m³	14,00	176,71	2.473,94	14,23	176,71	2.514,58	4.988,52
3.4	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 400 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências - fornecimento e assentamento	m	359,00	80,29	28.824,11	246,00	80,29	19.751,34	48.575,45
3.5	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 500 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências	m	-	80,29	0,00	103,00	105,73	10.890,19	10.890,19
3.6	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência	m²	269,97	12,34	3.331,43	306,12	12,34	3.777,52	7.108,95
3.7	Boca de lobo simples	un	18,00	898,11	16.165,98	18,00	898,11	16.165,98	32.331,96
3.8	Caixa de ligação e passagem - CLP 02	un	-	898,11	0,00	2,00	1248,34	2.496,68	2.496,68
3.9	Assentamento (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	443,00	39,26	17.392,18	496,00	39,26	19.472,96	36.865,14
3.10	Assentamento (meio-fio), em trecho curvo, confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	25,00	42,16	1.054,00	76,00	42,16	3.204,16	4.258,16

33

3.11	Sarjeta triangular de concreto - STC 04 - areia e brita comerciais	m	100,00	41,86	4.186,00	-	1170,72	0,00	4.186,00	2003325 - DNIT
3.12	Caixa coletora de sarjeta - CCS 04 - com grelha de concreto - TOC 01 - areia e brita comerciais	un	2,00	1635,19	3.270,38	-	39,83	0,00	3.270,38	2003483 - DNIT
4.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA								494.835,51	
4.1	Execução e compactação de base e ou sub base com macadame seco (espessura=20 cm)	m²	500,66	116,92	58.537,17	681,28	116,92	79.655,26	138.192,43	96400
4.2	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples (esp= 10 cm)	m²	250,33	130,36	32.633,02	340,64	130,36	44.405,83	77.038,85	96396
4.3	Inprimação de base de pavimentação com OM-30	m²	2.503,29	7,58	18.974,94	3.406,42	7,58	25.820,66	44.795,60	96401
4.4	Pintura de ligação com emulsão RR-1C	m²	2.503,29	1,73	4.330,69	3.406,42	1,73	5.893,11	10.223,80	72942
4.5	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), camada de rolamento, com espessura de 4,0 cm exclusive transporte	m³	107,93	886,87	95.719,88	144,06	886,87	127.762,49	223.482,37	95993
4.6	Transporte c/ Caminhão Basculante 10 m³ de Massa Asfáltica p/ Pavimentação Urbana	m³ x km	377,76	1,25	472,20	504,21	1,25	630,26	1.102,46	95303
5.0	PASSEIOS								11.387,20	
5.1	Compactação de aterro dos passeios com placa, sem controle do GC	m³	139,03	5,20	722,96	165,70	5,20	861,64	1.584,60	74005/001
5.2	Lastro com material granular, aplicação em pisos, espessura de 5 cm (Brita 0)	m³	34,76	128,66	4.472,22	41,43	128,66	5.330,38	9.802,60	96622
6.0	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO								22.870,22	
6.1	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,25 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	197,86	791,44	6,00	197,86	1.187,16	1.978,60	5213444 - DNIT
6.2	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	202,24	808,96	8,00	202,24	1.617,92	2.426,88	5213464 - DNIT
6.3	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D = 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	2,00	190,77	381,54	5,00	190,77	953,85	1.335,39	5213440 - DNIT
6.4	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço 0,60x0,80 m - película retrorrefletiva tipo I	un	4,00	183,13	732,52	-	187,67	0,00	732,52	5213474 - DNIT
6.5	Placa para identificação nome de rua, dimensões 60x25cm	un	3,00	103,36	310,08	4,00	103,36	413,44	723,52	73916/002
6.6	Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado para placas de sinalização	un	20,00	242,72	4.854,40	23,00	242,72	5.582,56	10.436,96	5213851 - DNIT
6.7	Pintura de faixa - linha base acrílica - espessura de 0,4 mm	m²	137,41	17,28	2.374,44	165,62	17,28	2.861,91	5.236,35	5213402 - DNIT
7.0	TOTAL				314.880,82			396.441,50	711.322,32	

Observação: Tabela de Referência SINAPI / Julho 2019 - Não Desonerada - DNIT / Janeiro 2019

Assinatura:

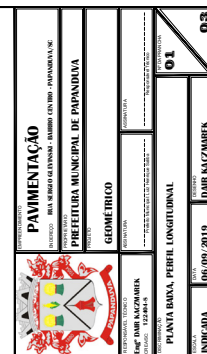
DAIR KACZMAREK
Engenheiro Civil
CREASC 122404-8


Papanduva, 25 de julho de 2019

15.0 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO																		
MUNICÍPIO: PAPANDUVA																		
PROJETO E CARACTERÍSTICAS DA OBRA: Pavimentação Asfáltica da Rua Sergio Glevinsk e Rua Jucelino K. de Oliveira - Papanduva/SC																		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO															TOTAL	
		Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		Mês 05		Mês 06						
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	166102	0.23		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		166102	0.23		
2.0	TERRAPLANAGEM	10.64,85	143		10.164,85	143		0.00		0.00		0.00		0.00	20.329,69	2,86		
3.0	DRENAGEM PLUVIAL	0.00			80.119,34	1126		80.119,34	1126		0.00		0.00		160.238,68	22,53		
4.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	0.00			123.708,88	17,39		123.708,88	17,39		123.708,88	17,39		0.00	494.835,51	69,57		
5.0	PASSEIOS	0.00			0.00			0.00			5.693,60	0,80		5.693,60	11387,20	1,60		
6.0	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	0.00			0.00			0.00			0.00			22.870,22	22.870,22	3,22		
	TOTAL NO MÊS (SIMPLES)	11825,87	166		213.993,06	30,08		203.828,22	28,65		123.708,88	17,39		29.402,48	711322,32	100,00		
	TOTAL NO MÊS (ACUMULADO)	11825,87	166		225.816,93	3175		429.647,15	6040		553.356,03	77,79		682.758,51	711322,33	100,00		
DATA DO ORÇAMENTO: 25/09/2019		NOME E CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Dair Kaczmarek - CREA/SC: 122404-8																
		ASSINATURA:																
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA																		

Publicação Nº 2219304



<div> <div>  </div> <div> <p>Planilha Orçamentária Obra: Pavimentação Asfáltica Local: Rua Sergio Glevinski- Bairro Centro - Papanduva/SC Área (Pista de Rolamento): 2.503,29 m² Extensão: 238,18 m</p> </div> </div>							Código SINAPI Sem Desoneração (BDI 23,0%)
ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	UNITÁRIO SEM BDI	TOTAL	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES					830,51	
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,88	288,37	234,45	830,51	74209/001
2.0	TERRAPLANAGEM					14.438,26	
2.1	Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura (pista de rolamento + passeio)	m²	3.198,43	1,59	1,29	5.085,50	72961
2.2	Escavação incluindo carga, descarga e transporte, em solo de 1ª categoria com escavadeira hidráulica, com caminhões basculantes de 14 m³	m³	976,28	9,58	7,79	9.352,76	88885
3.0	DRENAGEM PLUVIAL					70.665,90	
3.1	Escavação mecanizada de vala com profundidade até 1,5 m com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	319,60	8,31	6,76	2.655,88	90105
3.2	Lastro de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento mecanizado, em local com nível baixo de interferência	m³	13,26	184,09	149,67	2.441,03	94113
3.3	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 400 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências	m	340,00	80,29	65,28	27.298,60	95568
3.4	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência	m³	255,68	12,34	10,03	3.155,09	93379
3.5	Boca de lobo simples	un	18,00	898,11	730,17	16.165,98	83659
3.6	Assentamento (meio-fio), confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	488,00	40,49	32,92	18.949,32	94273
4.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA					210.743,98	
4.1	Execução e compactação de base e ou sub base com macadame seco (espessura=20 cm)	m³	500,66	116,92	95,06	58.537,17	96400
4.2	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples (esp= 10 cm)	m³	250,33	130,36	105,98	32.633,02	96396
4.3	Imprimação de base de pavimentação com CM-30	m²	2.503,29	7,58	6,16	18.974,94	96401
4.4	Pintura de ligação com emulsão RR-1C	m²	2.503,29	1,73	1,41	4.330,69	72942
4.5	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), camada de rolamento, com espessura de 4,0 cm exclusive transporte	m³	107,93	886,87	721,03	95.719,88	95993

4.6	Transporte c/ Caminhão Basculante 10 m³ de Massa Asfáltica p/ Pavimentação Urbana	m³xKm	431,72	1,27	1,03	548,28	95303
5.0	PASSEIOS					5.195,18	
5.1	Compactação de aterro dos passeios com placa, sem controle do GC	m³	139,03	5,20	4,23	722,96	74005/001
5.2	Lastro com material granular, aplicação em pisos, espessura de 5 cm (Brita 0)	m³	34,76	128,66	104,60	4.472,22	96622
6.0	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO					7.821,82	
6.1	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,25 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	197,86	160,86	791,44	5213444 - DNIT
6.2	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	202,24	164,42	808,96	5213464 - DNIT
6.3	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D = 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	2,00	190,77	155,10	381,54	5213440 - DNIT
6.4	Placa para identificação nome de rua, dimensões 60x25cm	un	3,00	103,36	84,03	310,08	73916/002
6.5	Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado para placas de sinalização	un	13,00	242,72	197,33	3.155,36	5213851 - DNIT
6.6	Pintura de faixa - tinta base acrílica - espessura de 0,4 mm	m²	137,41	17,28	14,05	2.374,44	5213400 - DNIT
7.0	TOTAL					309.695,65	

Observação: Tabela de Referência SINAPI / Junho 2019 - Não Desonerada - DNIT / Janeiro 2019

Assinatura:

DAIR KACZMAREK
Engenheiro Civil
CREA/SC 122404-8

Papanduva, 25 de julho de 2019

PREFEITURA DE PAPANDUVA ANEXO III - AVALIAÇÃO DOS IMOVEIS DEPOIS DA PAVIMENTAÇÃO											
UNIDADES BENEFICIARIAS										20 IMOVEIS	
OBRA: PAVIMENTAÇÃO											
LOCAL: RUA SERGIO GLEVINSKI											
EXTENÇÃO:											
VALOR TOTAL DA OBRA											
TRECHO DA RUA JUSCELINO K ATÉ A RUA FRANCISCO FREDERICO											
NOME DO CONTRIBUINTE	MA RG EM	INSCRIÇÃO IMOBILHARIA	(a) MEDIDA DA TESTADA (m)	(b) AREA TOTAL (m²)	(c) VALOR INICIAL (R\$/m²)	(d) AREA CONSTRUIDA A (m²)	(e) VALOR VENAL (R\$) (f) * (c)	(f) VALORIZAÇÃO (R\$/m²) % * (f) * (d)	(g) VALOR VALORIZADO (R\$) (f) * (f)	(h) VALOR VALORIZADO O (R\$/m²) (f) * (f)	VALOR TOTAL (e) + (g)
Jose Simões de Oliveira - s/n	D	1.55.0.101.0.001	14.34	425.79	87.59	123.00	37.294.95	10.42	4.438.10	98.01	41.733.04
Jose Simões de Oliveira - s/n	D	1.55.0.115.0.001	14.34	425.79	87.59	n const	37.294.95	10.42	4.438.10	98.01	41.733.04
Joel Kucarz - 353	D	1.55.0.119.0.001	14.34	425.79	87.59	149.55	37.294.95	10.42	4.438.10	98.01	41.733.04
Paulo Roberto Madureira - 372	D	1.55.0.144.0.001	15.00	614.00	87.59	180.65	53.780.26	10.42	6.399.85	98.01	60.180.11
Sandra Maria de Moraes - 362	D	1.55.0.208.0.001	32.00	1024.00	87.59	159.45	89.692.16	10.42	10.673.37	98.01	100.365.53
Marilene Schadeck Florentin - s/n	D	1.54.0.120.0.001	40.00	640.00	87.59	103.64	56.057.60	10.42	6.670.85	98.01	62.728.45
Marilene Schadeck Florentin - s/n	D	1.54.0.450.0.001	87.00	6960.00	87.59	336.42	609.626.40	10.42	72.545.54	98.01	682.171.94
Odir Vicente Riboski - 3226	F	1.79.0.338.0.001	17.50	350.00	87.59	212.56	30.656.50	10.42	3.648.12	98.01	34.304.62
Marilda Ludovina Furst - 346	F	1.79.0.318.0.001	21.00	511.50	87.59	n const	44.802.29	10.42	5.331.47	98.01	50.133.76
Marcos Antônio Zornel - 367	F	1.79.0.297.0.001	13.50	522.00	87.59	91.00	45.721.98	10.42	5.440.92	98.01	51.162.90
Waldécio Gmach e Sheila B. da Cunha - 377	F	1.79.0.285.0.001	15.00	450.00	87.59	70.00	39.415.50	10.42	4.690.44	98.01	44.105.94
Ivo Vanderlei Valtro de Oliveira Espolio - 387	F	1.79.0.270.0.001	20.00	600.00	87.59	110.00	52.554.00	10.42	6.253.93	98.01	58.807.93
Prefeitura Municipal de Papanduva - 445	F	1.81.0.415.0.001	40.00	1742.25	87.59	69.95	152.603.68	10.42	18.159.84	98.01	170.763.52
Elaine Aparecida Frederico - 483	F	1.81.0.375.0.001	17.50	495.00	87.59	181.00	43.357.05	10.42	5.159.49	98.01	48.516.54
Claudemir Rageminski - 493	F	1.81.0.357.0.001	17.50	641.70	87.59	n const	56.206.50	10.42	6.688.57	98.01	62.895.08
Juraldice de Souza - 511	F	1.81.0.340.0.001	3.00	434.00	87.59	90.00	38.014.06	10.42	4.523.67	98.01	42.537.73
Ronaldo Cesar Paes de Farias - 513	F	1.81.0.337.0.001	10.00	366.00	87.59	84.00	32.057.94	10.42	3.814.89	98.01	35.872.83
Nicolau Bilecki Sobrinho - 527	F	1.81.0.327.0.001	18.80	801.00	87.59	120.00	70.159.59	10.42	8.348.90	98.01	78.508.58
Evandro Marcos Berlanda - 541	F	1.81.0.309.0.001	10.50	401.50	87.59	132.00	35.167.39	10.42	4.184.92	98.01	39.352.30
Itabel Alves - 545	F	1.81.0.299.0.001	17.00	640.00	87.59	829.75	57.809.40	10.42	6.879.32	98.01	64.688.72

Renat Olayo Ferens

Evg. Civil

Ativir Luiz Dominiak

Coordenador

Angélica S. S. Soares

Angélica Sabatke Soares Moreira

Tributação

Lauro Alves

Jurídico

CMO: Neste caso considerado apenas o valor de terras.

Obs: Neste está considerado apenas o valor de terras.

Angélica S. Salazar
 Angélica Sabatke Soares Morera
 Tributação

Altivir Luiz Dominiak
 Altivir Luiz Dominiak
 Coordenador

Renat Olajoy Ferens
 Eng. Civil

Lauro Alves
 Lauro Alves
 Jurídico

Papanduva/SC, 06 de novembro de 2019.

Erison Wojciechowski
 Tributação

Eng. Josemar Furtado
 Suplente

Luiz Sergio Soares Ribas de Souza
 Suplente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA
Rua Sérgio Glevinsk nº 134 – Centro
Papanduva – SC
Fone: (47) 3653 - 2166

MEMORIAL DESCRITIVO

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA **RUA SERGIO GLEVINSK E** **RUA JUCELINO K. DE OLIVEIRA**

Rua Sergio Glevinsk

Largura da rua: 10,00 m

Extensão da Rua: 238,18 m

Área de pavimentação: 2.503,29 m²

Rua Jucelino K. de Oliveira

Largura da rua: 10,00 m

Extensão da Rua: 300,55 m

Área de pavimentação: 3.406,42 m²

Papanduva

2019

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	4
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	4
INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA	5
1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES	5
1.1 - Placa de Obra	5
2.0 - TERRAPLANAGEM	5
2.1 - Regularização e Compactação de Subleito	5
2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria	6
3.0 - DRENAGEM PLUVIAL	6
3.1 - Escavação Mecânica Reaterro e Compactação de Vala	6
3.2 - Lastro de Vala com Preparo de Fundo	7
3.3 - Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais	7
3.4 - Boca de Lobo Simples	8
3.5 - Caixa Coletora de Sarjeta	8
3.6 - Caixa de Ligação e Passagem	8
3.7 - Sarjeta Triangular de Concreto	9
3.8 - Assentamento (meio fio), Confeccionado Em Concreto Pré-Fabricado	9
4.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	10
4.1 - Execução e Compactação de Base e ou Sub base com Macadame Seco	10
4.2 - Execução e Compactação de Base com Brita Graduada	10
4.3 - Imprimação	10
4.4 - Pintura de Ligação	111
4.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)	12
5.0 - PASSEIOS	13
5.1 - Compactação de Aterro dos Passeios	13
5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm	13

3

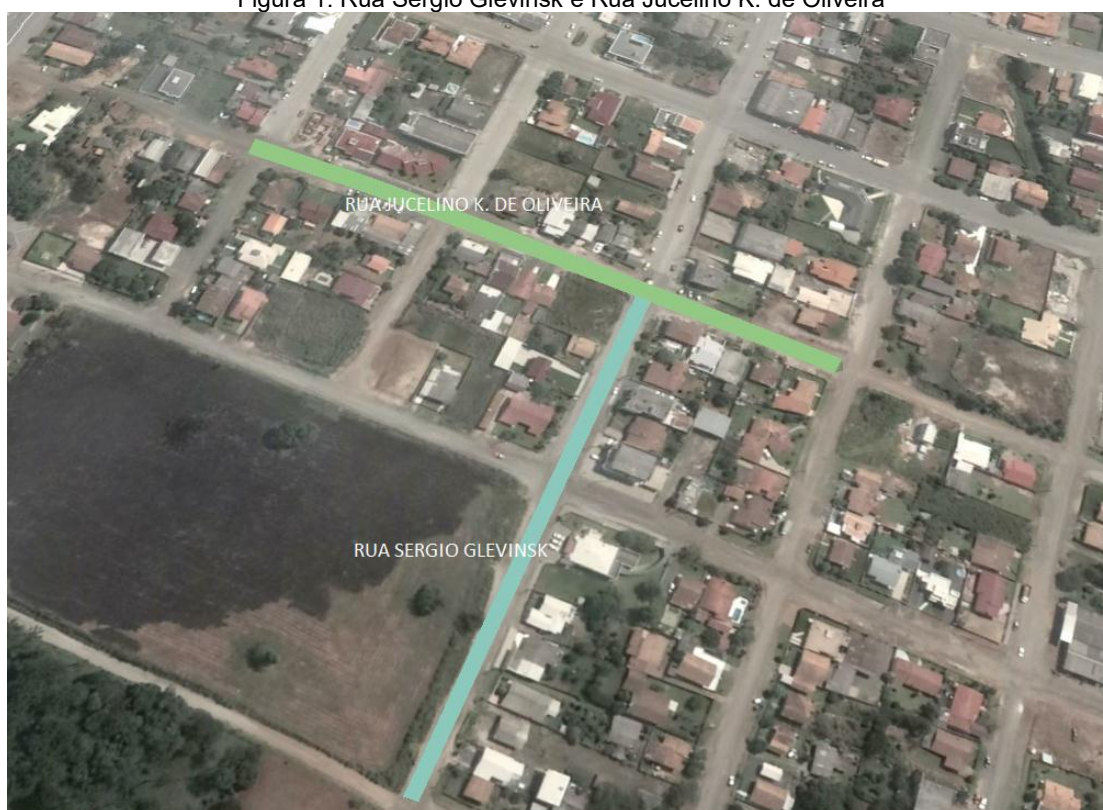
6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	14
6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço - película retrorefletiva tipo I e SI	14
6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço - película retrorefletiva tipo I e SI.....	14
6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua	15
6.4 - Pintura de Faixa - Tinta Base Acrílica	15
7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE	15
7.1 - Responsabilidades	15
8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	17
9.0 - LIMPEZA DA OBRA	17
10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	17
11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO	18
11.1 - Introdução	18
11.2 - Coleta de Dados	18
11.2.1 - Características da Região.....	18
11.2.2 - Tipos Climáticos.....	18
11.2.3 - Dados Pluviométricos.....	20
11.2.4 - Precipitações Mensais	20
11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais	22
11.3 - Cálculo da Vazão.....	24
11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional	24
11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno	25
11.3.3 C - Coeficiente de Escoamento	26
12.0 - DIMENSIONAMENTO DA TUBULAÇÃO	28
13.0 - PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO	30
14.0 - ORÇAMENTO	32
15.0 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO	34

APRESENTAÇÃO

O projeto de drenagem visou dotar à via de dispositivos capazes de coletar e conduzir adequadamente as águas que incidem sobre a mesma.

As presentes especificações têm como objetivo, fornecer informações para a execução de Serviços de PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA com área total de 5.909,71 m² na Rua Sergio Glevinsk e na Rua Jucelino K. de Oliveira localizadas no Bairro Centro, Papanduva/SC.

Figura 1: Rua Sergio Glevinsk e Rua Jucelino K. de Oliveira



Fonte: Google Earth

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

A execução de todos os serviços obedecerá rigorosamente às indicações constantes neste memorial descritivo e em consonância a planilha orçamentária quantitativa físico-financeira e projeto arquitetônico.

É de responsabilidade da CONTRATADA/EMPRESA, o fornecimento de todos os materiais, ferramentas, equipamentos e mão de obra de primeira linha necessária ao cumprimento integral do objeto da licitação, baseando-se no projeto básico fornecido bem

como no respectivo memorial descritivo, responsabilizando-se pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, bem como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT, CREA e demais pertinentes, normas de segurança, pagamento de encargos, taxas, emolumentos, etc., e por todos os danos causados às obras e ou serviços, bem como a terceiros, reparando, consertando, substituindo, ressarcindo, etc., os seus respectivos proprietários as suas plenas expensas.

Nenhuma alteração nas especificações poderá ser feita sem autorização por parte da Fiscalização responsável, que poderá impugnar qualquer trabalho feito em desacordo com os itens que compõe o projeto básico.

INSTALAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

Periodicamente a obra deverá ser limpa, sendo procedida a remoção de todos os entulhos e detritos acumulados no decorrer dos trabalhos.

A contratada será responsável pelo fornecimento e fixação da placa de obra caso exigida pela legislação do CREA e demais órgãos de fiscalização.

1.0 - SERVIÇOS PRELIMINARES

1.1 - Placa de Obra

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no manual do Governo Federal sobre Placas de Obras. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas fixadas em estrutura de madeira e, material resistente às intempéries. Tamanho de (2,40 X 1,20 m).

As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

2.0 - TERRAPLANAGEM

2.1- Regularização e Compactação de Subleito

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito da via a ser pavimentada com a terraplanagem concluída.

Regularização é a operação que é executada prévia e isoladamente na construção de outra camada do pavimento, destinada a conformar o subleito, quando necessário, transversal e longitudinalmente. O grau de compactação deverá ser no mínimo, 80% em relação à massa específica aparente seca máxima, obtida na energia do Proctor Intermediário. São indicados os seguintes tipos de equipamentos para execução da regularização: motoniveladora com escarificador; rolos compactadores tipo pé-de-carneiro ou liso vibratório. Os equipamentos de compactação e mistura, serão escolhidos de acordo com o tipo de material empregado e poderão ser utilizados outros, que não os especificados acima, desde que aceitos pela Fiscalização.

2.2 - Escavação Carga e Transporte de Material de 1ª Categoria

São segmentos cuja implantação requer escavação do terreno natural, ao longo do eixo e no interior dos limites das seções do projeto, que definem a plataforma de Projeto. No método executivo, as operações de corte compreendem:

- Escavação dos materiais constituintes do terreno natural até o greide de terraplanagem indicado no projeto Geométrico;

Estes materiais deverão ser transportados para locais previamente indicados pela fiscalização, de forma a não causar transtornos, provisórios ou definitivos, à obra. Serão empregados tratores equipados com lâminas, carregadoras conjugadas com outros equipamentos, escavadeira hidráulica e transportadores diversos. A operação incluirá, complementarmente, a utilização de tratores e motoniveladoras, manutenção de caminhos de serviço e áreas de trabalho. O rebaixamento é variável em toda a extensão das ruas, pois será aproveitado a base já consolidada das ruas. Somente quando não for possível manter o nível como entradas de garagem acesso a residências lojas ou estabelecimentos comerciais deverá ser feito o rebaixamento da via.

3.0 - DRENAGEM PLUVIAL

3.1 - Escavação Mecanizada de Vala

A abertura da vala é realizada com a ajuda de uma retroescavadeira, cujas características devem ser adaptadas ao diâmetro do tubo, ao meio e à profundidade do assentamento. A largura da vala é em função do DN e da natureza do terreno, ou seja, será igual ao diâmetro externo do tubo acrescido de 15cm para todos os diâmetros.

As escavações deverão propiciar depois de concluídas, condições para montagem das tubulações em planta e perfil e caixas em geral.

Todas as drenagens previstas deverão seguir rigorosamente o projeto quanto aos diâmetros especificados em projeto.

Os locais escavados deverão ficar livres de água, qualquer que seja a sua origem (chuva, vazamento de lençol freático.), devendo para isso ser providenciada a sua drenagem através de esgotamento, para não prejudicar os serviços, ou causar danos à obra. O esgotamento se necessário poderá ser utilizado ponteiros filtrantes.

As escavações acima de 1,25m deverão ser escoradas a fim de preservar a vida e a qualidade da obra. A execução das escavações implicará responsabilidade integral da CONTRATADA pela sua resistência e estabilidade. O material utilizado para o escoramento poderá ser em madeira ou outro equipamento previamente aprovado pela fiscalização. O recobrimento mínimo dos tubos em concreto simples e em concreto armado será de no mínimo 80 cm.

O reaterro das valas será processado até o restabelecimento dos níveis anteriores das superfícies originais ou de forma designada pelos projetos, e deverá ser executado de modo a oferecer condições de segurança às tubulações e bom acabamento da superfície, não permitindo seu posterior abatimento. Os aterros e ou reaterros em geral, serão executados com material de primeira categoria, devidamente umedecidas até atingir a umidade ótima, até a compactação ideal, de 80% do Proctor Normal, até a cota final do reaterro.

3.2 - Lastro de Vala com Preparo de Fundo

O fundo das valas deverá ser preparado de forma a manter uma declividade constante em conformidade com a indicada no projeto, proporcionando apoio uniforme e contínuo ao longo da tubulação. O terreno do fundo das valas deverá estar seco, sendo feita se necessário, uma drenagem prévia. O fundo das valas deverá ser regularizado e possuir lastro de areia com espessura mínima de 5,0cm para o perfeito assentamento dos tubos que serão do tipo macho e fêmea.

3.3 - Tubo de Concreto para Redes Coletoras de Águas Pluviais

A rede coletora que ficará sob a pista será constituída por tubos de concreto com seção circular com Ø 400 e Ø 500mm, classe PS1, tipo macho-fêmea. A rede não será executada com berço de concreto. Os tubos deverão ser assentados sobre a camada de areia já executada.

A operação de colocação dos tubos se dará pela seguinte forma:

- a) Instalação de tubos, conectando-se às bocas de lobo;
- b) Rejuntamento dos tubos com argamassa cimento-areia, traço 1:3 com aditivo que evite a retração, conforme orienta a NBR 1564:2008.
- c) Execução do reaterro com o próprio material escavado da vala;
- d) O reaterro deve ser compactado com compactador mecânico ou com a própria retro escavadeira;

3.4 - Boca de Lobo Simples

As caixas coletoras são do tipo boca de lobo, cujas dimensões constam no projeto, as profundidades são variáveis dependendo da profundidade da tubulação e de seu diâmetro. As obras abrangidas por esta especificação tratam basicamente de dispositivo construído em blocos de concreto preenchidos de concreto.

Escavação para a instalação das caixas ou bocas deverá ser feita de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes. O fundo da cava, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente de modo a garantir boa qualidade da fundação. Após a compactação será lançado uma camada de concreto magro, na espessura de 5,0 cm de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento do solo. Sobre o lastro serão erguidas as paredes da caixa ou boca de lobo. Os tubos que convergem nas caixas deverão estar assentados e fixados antes da execução das paredes das caixas de passagem ou das bocas de lobo que os envolvem. Depois da execução e o respectivo tempo de cura dos mesmos serão feitos os reaterros laterais das paredes. Após a complementação do reaterro será feita a limpeza da caixa para remover todo o entulho caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento, depois então serão assentadas as tampas de concreto indicadas no projeto.

3.5 - Caixa Coletora de Sarjeta

As caixas coletoras de sarjeta tem a função de receber a descarga de sarjetas e direcioná-las por meio de outra sarjeta ou outros dispositivos, mudando o sentido deste escoamento. Seus posicionamentos estão indicados nos projetos.

3.6 - Caixa de Ligação e Passagem

As caixas de ligação e passagem, cujas dimensões constam no projeto, têm suas profundidades variáveis dependendo da profundidade da tubulação e de seu diâmetro. As

obras abrangidas por esta especificação tratam basicamente de dispositivo construído com blocos de concreto, preenchidos com concreto.

A escavação para a instalação das caixas deverá ser feita de modo a permitir a sua execução com espaços laterais suficientes para o assentamento da alvenaria com blocos de concreto. O fundo da cava, antes do lançamento do lastro de concreto magro, deverá ser regularizado e compactado mecanicamente de modo a garantir boa qualidade da fundação. Após a compactação será lançado uma camada de concreto magro, na espessura de 5,0 cm de modo a regularizar a superfície e melhorar as condições da distribuição do carregamento do solo. Sobre o lastro serão erguidas as paredes da caixa. Os tubos que convergem nas caixas deverão estar assentados e fixados antes da execução das paredes das caixas de passagem. Depois da execução e o respectivo tempo de cura dos mesmos serão feitos os reaterros laterais das paredes com o lançamento do material em camadas na espessura de 20,0cm, compactando-se energeticamente cada camada. Após a complementação do reaterro será feita a limpeza da caixa para remover todo o entulho, caído no interior e que possa vir a comprometer o escoamento.

3.7 - Sarjeta Triangular de Concreto

A instalação das sarjetas tem a finalidade de captar as águas de superfície direcionando-as às caixas coletoras de sarjeta.

São dispositivos a serem executados com o objetivo de captar as águas pluviais e conduzi-las à rede condutora, bem como proteger as laterais de jusante e montante dos mesmos e serão construídas em concreto armado, e compreenderá as seguintes etapas:

- Escavação e remoção do material existente e excedente, de forma a comportar e conformar o local de execução da sarjeta. Deverão seguir o Projeto de Drenagem Pluvial.

3.8 - Assentamento (meio-fio), Confeccionado em Concreto Pré-Fabricado

Deverá ser executada a escavação da porção anexa ao bordo do pavimento, obedecendo aos alinhamentos, cotas e dimensões indicado no projeto. Posteriormente a instalação e assentamento dos meios-fios pré-moldados, de forma compatível com o projeto-tipo considerado e finalmente o rejuntamento com argamassa cimento areia, traço 1:4, em massa.

Os meios-fios ou guias deverão ser pré-moldados em fôrmas metálicas ou de madeira revestida que conduza a igual acabamento, sendo submetidos a adensamento por vibração, e estes devem apresentar $f_{ck} \geq 20$ Mpa.

Os meios fios terão as seguintes dimensões, 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura).

Deverá ser observada pela empresa CONTRATADA ao longo do percurso de pavimentação as entradas de garagens, entradas de pedestres e rampas de acessibilidade, no qual, deverá ser feito o rebaixamento dos meio fios, conforme especificado em projeto.

4.0 - PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

4.1 - Execução e Compactação de Base e ou Sub Base com Macadame Seco

Macadame seco é a camada de sub-base, que será efetuada em toda a largura da pista, com a utilização de material de bloqueio, agregado graúdo e material de enchimento. Deverá ser executada uma camada compactada com espessura de 20 cm.

4.2 - Base para Pavimentação com Brita Graduada, Inclusive Compactação

Esta especificação se aplica à execução de base de brita granular constituída de brita graduada. Os serviços somente poderão ser iniciados, após a conclusão dos serviços de terraplenagem e regularização do subleito, e deverão ser executados isoladamente da construção das outras camadas. Será executado em conformidade com as seções transversais tipo do projeto e compreenderá as seguintes operações: fornecimento, transporte, espalhamento, compactação e acabamento, a camada terá espessura de 10,0 cm, conforme especificado no projeto. Os serviços de construção da camada de base deverão ser executados mecanicamente, constando o equipamento mínimo necessário: moto niveladora com escarificador, carro tanque distribuidor de água, rolo compactador vibratório liso, caminhões basculantes para o transporte do material e carregadeira. Além destes, poderão ser utilizados outros equipamentos aceitos pela Fiscalização.

O agregado para a base deverá estar isento de matéria vegetal e outras substâncias nocivas. O agregado para a base deverá possuir no mínimo 90% de partículas em peso, tendo pelo menos duas faces britadas.

O grau de compactação mínimo a ser requerido para cada camada de base será de 80% da energia AASHTO Modificado.

4.3 - Imprimação

Consiste na aplicação de camada de material asfáltico sobre a superfície de uma base concluída, antes da execução do revestimento asfáltico, objetivando: aumentar a coesão da

superfície da base, promover condições de aderência entre a base e o revestimento, impermeabilizar a base.

O material asfáltico a empregar, será asfalto diluído tipo CM-30.

A distribuição do ligante deverá ser feita por carros equipados com bombas de distribuição e reguladores de pressão, além do equipamento de aquecimento, permitindo uma distribuição uniforme do material asfáltico em larguras variáveis.

A distribuição do ligante na temperatura adequada será feita em velocidade constante controlada por tacômetros adaptados nos veículos para tal fim.

A taxa escolhida será aquela que permita a absorção do ligante em vinte e quatro (24) horas, determinado por experiência nas quais serão feitas aplicações com taxas compreendidas entre 0,8 e 1,6 litros de CM-30 por metro quadrado, adotado 1,2 l/m².

Antes de ser executada a imprimação, deverá ser removido todo o material solto existente sobre a camada a ser imprimada.

Caso a superfície se encontre demasiadamente seca ou pulverulenta deverá ser ligeiramente umedecida, mas o ligante não poderá ser aplicado enquanto toda a água não tiver sido absorvida. O teor de umidade da camada a ser imprimada não poderá ser superior à umidade ótima mais de 30% do seu valor.

O ligante asfáltico deverá ser aquecido a uma temperatura, tal que, no espalhamento, se enquadre nos limites de viscosidade especificados.

A imprimação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados, de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da imprimação, abrangendo armazenamento, perdas e transporte do ligante asfáltico.

4.4 - Pintura de Ligação

Consiste na aplicação de uma camada de material betuminoso, antes da execução de um revestimento betuminoso, objetivando promover a aderência entre este revestimento e a camada subjacente.

O material betuminoso a empregar será emulsão asfáltica tipo RR - 1C.

Os equipamentos convencionais utilizados neste tipo de serviço são:

Veículos especiais para a distribuição do ligante, caminhões pipa, tanque móvel de aquecimento e distribuição, compressores de ar (quando necessário).

Os carros distribuidores devem dispor de tacômetro, calibradores e termômetros de pequenas superfícies e correções localizadas.

A taxa escolhida será aquela que permita a ruptura em no máximo uma (1) hora, dependendo da temperatura ambiente, determinado por experiência nas quais serão feitas

aplicações com taxas compreendidas entre 0,4 e 0,8 litros de RR – 1C por metro quadrado, adotado 0,6 l/m².

A temperatura de aplicação do material betuminoso deve ser fixada para cada tipo, em função da relação temperatura – viscosidade. Deve ser escolhida a temperatura que proporcione a melhor viscosidade para espalhamento.

A pintura de ligação será medida através da área efetivamente executada em metros quadrados de acordo com projeto, incluídas todas as operações e encargos necessários a execução da pintura de ligação, abrangendo, perdas e transporte do ligante betuminoso.

4.5 - Construção de Pavimento com Aplicação de Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ)

Como o pavimento existente é em asfalto e encontra-se em boas condições de uso, optou-se por fazer o recapeamento asfáltico.

O concreto asfáltico consistirá de uma camada de mistura compreendendo agregado, asfalto e filler devidamente dosada, misturada e homogeneizada em usina, espalhada e comprimida a quente.

Considerou-se Concreto Betuminoso Usinado a Quente, incluso usinagem e aplicação, com espessura média de 4,0 cm compactado.

Para execução, considerar as faixas de trabalho sugeridas, para não haver perda do I. S.C dos materiais. (-1,0 a +1,0% da umidade ótima).

Os agregados devem ser aquecidos a temperaturas de 10°C a 15°C, acima da temperatura do ligante asfáltico.

A temperatura de aplicação do CBUQ será aquela na qual a viscosidade Engler situe-se em uma faixa de 25 + ou - 3. A mistura, neste caso, não deve deixar a usina com temperatura superior a 106°C.

As misturas de CBUQ devem ser distribuídas somente quando a temperatura ambiente se encontrar acima de 10°C, e com o tempo não chuvoso.

Deverão ser respeitadas as espessuras do projeto. Os ensaios Marshall são indispensáveis ao controle de qualidade desta capa, bem como o teor de betume para se evitarem exudações / desagregações, e granulometria para que se possa ter a certeza de que o material utilizado esteja na faixa especificada.

Durante a execução, poderá ser feito diariamente o controle de acabamento da superfície de revestimento, com o auxílio de duas réguas, uma de 3,00 metros e outra de 0,90 metros, colocadas em ângulo reto paralelamente ao eixo da rua, respectivamente. A variação da superfície, entre dois pontos quaisquer de contato, não deve exceder a 0,5 cm,

quando verificada com qualquer das réguas. Quando da aplicação, deverá estar seco e isento de grumos.

Os equipamentos convencionais utilizados, neste tipo de serviço são: caminhões basculantes, vibro - acabadora auto propelida; rolo vibratório liso e rolo auto propulsor de Pneus.

O CBUQ será medido através da massa da mistura aplicada, em toneladas, conseguida pela diferença de pesagem dos caminhões antes e depois de carregados.

5.0 - “PASSEIOS”

5.1 - Compactação de Aterro dos passeios

Esta especificação aplica-se à regularização do subleito do passeio a ser pavimentado. Nestes locais é necessário ter uma base compacta, devem-se realizar os cortes e posteriormente a isso efetuar o espalhamento manualmente e a compactação de material de 1ª categoria em camadas com no máximo 10 cm de espessura. O material deverá ser extraído de empréstimos e ou jazidas.

Uma nova camada somente é colocada quanto a anterior tiver sido completamente compactada, até atingir a cota 7,0 cm abaixo do topo do meio-fio instalado no caso do uso de camada de brita. A sua superfície deverá estar com declividade transversal entre 1% e 2% em direção ao meio-fio junto a pista de rolamento.

A execução do pavimento dos passeios deverá respeitar a recomendação específica das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT referentes aos respectivos materiais e sistemas construtivos, inclusive os seus instrumentos de controle de qualidade e garantia como a ABNT NBR 12255. As rampas para acesso de veículos ou demais nivelamentos entre a calçada e as edificações deverão ser acomodadas na parte interna do terreno (após o muro). É proibido construir rampas para veículos na faixa de circulação da calçada, pois dificultam ou impedem a circulação segura dos pedestres e das pessoas com mobilidade reduzida. Diante destas considerações iniciais, a CONTRATADA deverá verificar a necessidade de rebaixamento e/ou adequação das guias e tomar as providências cabíveis perante aos órgãos públicos para sua execução consultando-os sempre em caso de quaisquer dúvidas.

5.2 - Lastro de Material Granular, Espessura de 5cm

O pavimento inicia-se pelo espalhamento da camada de brita 0, este deverá atender às normas técnicas brasileiras pertinentes, estar limpo e isento de matéria orgânica. Este

material deve ser jogado seco, limpo e solto (sem compactar) entre as guias de aço ou de madeira para depois ser sarrafeada com a régua que corre sobre as guias. A espessura dessa camada deverá ser de 5,0 cm de maneira que a superfície resultante fique uniforme e visualmente harmônica, evitando-se, inclusive, a presença de poças d'água após precipitações de chuva. A largura a ser executada será de 1,50 metros a partir do meio fio.

6.0 - SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

Processo de sinalização constituído por dispositivos montados sobre suportes, no plano vertical, fixos ou móveis, por meio dos quais são fornecidas mensagens de caráter permanente e, eventualmente variáveis, através de legendas ou símbolos, com propósito de regulamentar, advertir ou indicar, uso das vias pelos veículos e pedestres da forma mais segura e eficiente, visando o conforto e segurança do usuário e melhor fluxo do tráfego.

6.1 - Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço - película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de regulamentação são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico(GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.2 Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, película retrorrefletiva tipo I e SI

As placas de advertência são confeccionadas em chapa de aço planas com espessura de 1,25 mm de bitola # 18, chapa de aço cortado e furadas, adesivadas com material refletivo de acordo com as cores e padrões do CONTRAN. Chapa com antiferrugem e pintadas pelo processo eletrostático a pó e curadas a uma temperatura de 200°C. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes. As placas na face principal com fundo refletorizado com partícula Grau Técnico(GT) e as legendas confeccionadas também com película GT, semi refletiva.

6.3 - Placa para Identificação Nome de Rua

Placas confeccionadas em chapa tratadas com antiferrugem e pintadas com fundo azul escuro e letras em branco, com dimensões de 0,60x0,25m. Suporte para fixação em tubo galvanizado 48,30mmx2,65mmx3,00m, fixadas nos mesmos com parafusos passantes.

6.4 - Pintura de Faixa - Tinta Base Acrílica

As faixas que tem a função de definir e orientar os pedestres ordenando-os e orientando os locais de travessia na pista, sendo estas executadas com tinta à base de resina acrílica na cor branca. Na borda da pista de rolamento também deverá ser executada uma faixa contínua com 12,0 cm de largura na cor branca.

A faixa contínua consiste na execução de linhas longitudinais que tem a função de definir os limites da pista de rolamento e de orientar a trajetória dos veículos, ordenando-os por faixas de tráfego, e ainda a de regulamentar as possíveis manobras laterais, na cor amarelo “ambar”, espessura de 0,6 mm e padrão 3,09 da ABNT.

No eixo da pista, deverá ser executada uma sinalização horizontal na cor amarela, simples e contínua (conforme projeto em anexo), com 12 cm de largura, delimitando as faixas de sentidos opostos.

A travessa elevada deve ser pintada com tinta à base de resina acrílica, na cor amarela.

A sinalização deverá ser executada por meio manual e por pessoal habilitado. Dimensões das faixas de pedestre, lombada e faixa contínua deveram ser executadas conforme detalhe e especificações no projeto de Sinalização de Trânsito.

7.0 - EXECUÇÃO E CONTROLE

7.1 - Responsabilidades

a) Fica reservado ao CONTRATANTE/MUNICÍPIO, neste ato representado pela Secretaria de Obras e Serviços, o direito e a autoridade, para resolver todo e qualquer caso singular e porventura omissos neste memorial, e nos demais e que não seja definido em outros documentos contratuais, como o próprio contrato ou outros elementos fornecidos.

b) Na existência de serviços não descritos, a CONTRATADA/EMPRESA somente poderá executá-los após aprovação da FISCALIZAÇÃO. A omissão de qualquer procedimento ou norma neste memorial, no projeto básico, ou em outros documentos contratuais, não exime a CONTRATADA/EMPRESA da obrigatoriedade da utilização das melhores técnicas preconizadas para os trabalhos, respeitando os objetivos básicos de funcionalidade e

adequação dos resultados, bem como todas as normas da ABNT vigentes, e demais pertinentes.

c) Não se poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, pela CONTRATADA/EMPRESA, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições, do contrato, do projeto básico, das especificações técnicas, do memorial, bem como de tudo o que estiver contido nas normas, especificações e métodos da ABNT, e outras normas pertinentes citadas ou não neste memorial.

d) Caso haja discrepâncias, as condições especiais do contrato, especificações técnicas gerais e memoriais predominam sobre o projeto básico e detalhes específicos, devendo o fato, de qualquer forma, ser comunicado com a devida antecedência à FISCALIZAÇÃO, para as providências e compatibilizações necessárias.

e) As especificações do projeto e memorial descritivo destinam-se a descrição e a execução dos serviços completamente acabados nos termos deste memorial e objeto da contratação, e com todos elementos em perfeito funcionamento, de primeira qualidade e bom acabamento. Portanto, estes elementos devem ser considerados complementares entre si, e o que constar de um dos documentos é tão obrigatório como se constasse em todos os demais.

f) O responsável técnico da CONTRATADA/EMPRESA deverá efetuar todas as correções, interpretações e compatibilizações que forem julgadas necessárias, para o término dos serviços de maneira satisfatória, sempre em conjunto com a FISCALIZAÇÃO.

g) A CONTRATADA deverá visitar o local dos serviços e inspecionar as condições gerais do terreno, as alimentações das instalações/redes, passagens, redes existentes, taludes, árvores existentes, passeios existentes, cercas existentes, etc., bem como verificar as demais especificações do projeto, comparando-as com as medidas e níveis "In Loco", pois deverá constar da proposta todos os itens necessários à execução total dos serviços, não cabendo, após assinatura do contrato nenhum termo aditivo visando acrescentar itens ou quantitativos previstos inicialmente.

h) Deverá ser apresentado pela empresa CONTRATADA um relatório semanal "Plano de Trabalho", com a descrição dos serviços executados, bem como a comprovação dos mesmos através de fotos datadas anexadas ao relatório.

Sempre que solicitados deverão ser apresentados ensaios fornecidos pelo fabricante e/ou fornecidos pela contratada para comprovar atendimento as normas técnicas vigentes, com a obrigação de ser acompanhados de Parecer Técnico, com a respectiva RRT/ART.

i) A empresa contratada terá a obrigação de apresentar um Laudo Técnico de Controle Tecnológico do pavimento asfáltico. Este Laudo deverá conter ART e parecer conclusivo e os resultados dos ensaios realizados em cada etapa dos serviços conforme exigências normativas do DNIT.

8.0 - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

a) Os serviços serão fiscalizados por pessoal credenciado e designado pela Administração Municipal de Papanduva/SC, através de sua Secretaria de Obras e Serviços e ou sucessoras, o qual será doravante, aqui designado FISCALIZAÇÃO.

b) A supervisão dos trabalhos, tanto da FISCALIZAÇÃO como da CONTRATADA, deverá estar sempre a cargo de um profissional, devidamente habilitado e registrado no CREA, com visto no Estado de Santa Catarina, que no caso da CONTRATADA deverá ser o responsável técnico mediante emissão de **ART** (anotação de responsabilidade técnica).

9.0 - LIMPEZA FINAL DA OBRA

Após a conclusão dos serviços será feita limpeza final em toda a obra com remoção de todo o entulho, lixo e sobras de materiais. Será efetuada a limpeza de todas as áreas pavimentadas (ruas e passeios) que serão varridos e lavados.

10.0 - RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Concluídos todos os serviços, objetos de certame licitatório, se estiverem em perfeitas condições atestados pela FISCALIZAÇÃO, e depois de efetuada a inspeção geral, bem como recebida toda a documentação exigida nos termos contratuais, será recebida através de Termo de Recebimento, emitido juntamente com a última medição.

11.0 - ESTUDO HIDROLÓGICO

11.1 - Introdução

O objetivo é estabelecer metodologia, procedimentos e forma de apresentação de estudos hidrológicos, de modo a fornecer subsídios para o planejamento da obra e determinação das vazões de dimensionamento das estruturas hidráulicas e dos dispositivos de drenagem para o projeto da via.

11.2 - Coleta de Dados

A seguir será apresentado as características da região, como clima, e pluviometria do município de Papanduva, localizado no estado de Santa Catarina.

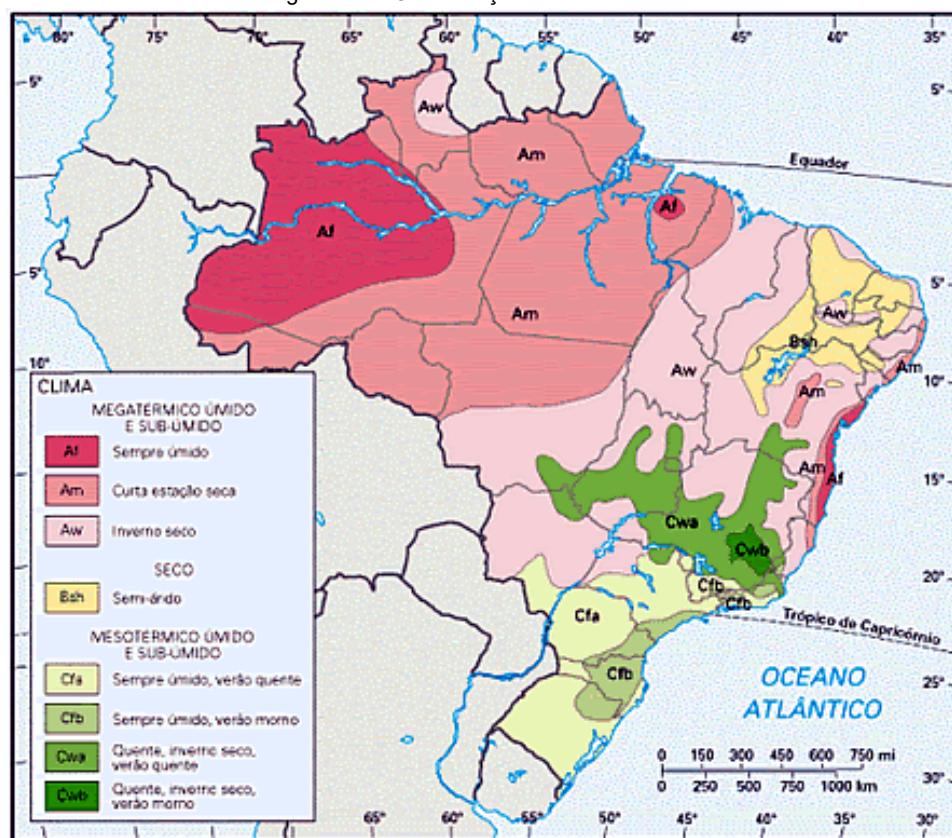
11.2.1 - Características da Região

A região objeto deste estudo localiza-se no município de Papanduva. Localizada a uma latitude 26°22'13" S e a uma longitude 50°08'40" W, estando a uma altitude de 788 metros do nível do mar. Sua população em 2010 era de 17.928 habitantes (IBGE 2010). Possui uma área de 747,862 km².

11.2.2 - Tipos Climáticos

Pelo sistema de classificação climática de Köppen, que preconiza a utilização de médias e índices numéricos dos elementos de temperatura e precipitação Papanduva apresenta um clima quente e temperado. Existe uma pluviosidade significativa ao longo do ano. Mesmo o mês mais seco ainda assim tem muita pluviosidade. De acordo com a Köppen e Geiger a classificação do clima é Cfb. Papanduva tem uma temperatura média de 16.8 °C. Pluviosidade média anual de 1429 mm conforme Figura 1.1

Figura 1.1 – Classificação climática do Brasil



Dentro da classificação “Cf” é possível distinguir, dois subtipos:

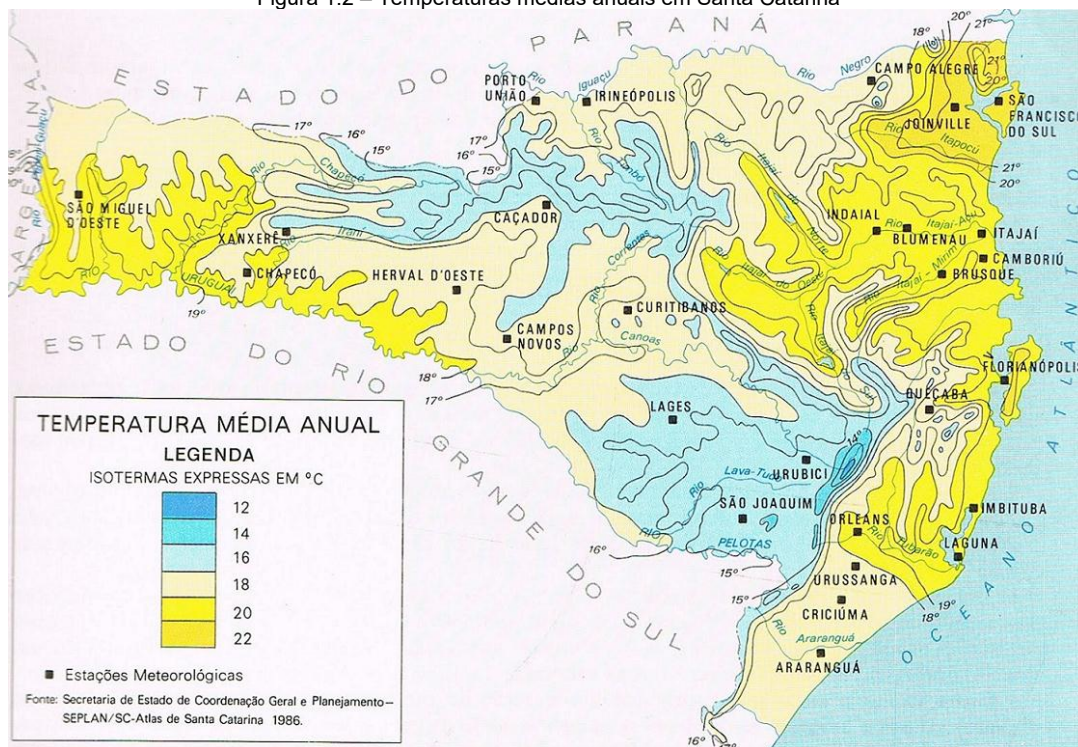
- Subtipo A - de verão quente: característico de zona litorânea onde as temperaturas médias dos meses mais quentes estão acima de 22° C;
- Subtipo B - de verão fresco: característico de zonas mais elevadas.

Conforme a classificação climática do estado de Santa Catarina, o local do projeto fica localizado na área “Cfb”. Sendo:

- “C” caracteriza-se por clima Úmido Mesotérmico, com latitudes médias;
- “f” chuvas bem distribuídas durante o ano;
- “b” verão morno.

Portanto, na região do projeto o clima é mesotérmico úmido com temperatura média anual entre 18°C e 20°C. A Figura 1.2 ilustra as temperaturas médias anuais em Santa Catarina.

Figura 1.2 – Temperaturas médias anuais em Santa Catarina



Fonte: GEO Conceição, 2012.

11.2.3 - Dados Pluviométricos

Para a caracterização do regime pluviométrico da região foram coletados os dados da estação da cidade vizinha de Monte Castelo, cujas características climáticas sejam muito semelhantes. A estação fica localizada no Distrito de Residência Fuck, situada no município de Monte Castelo. A seguir segue os dados da estação:

- Código: 02650015
- Bacia do Rio Paraná
- Latitude: 26°42'37" S – Longitude: 50°17'27" W
- Altitude: 790 metros

11.2.4 - Precipitações Mensais

A partir das tabelas a seguir, observa-se que a chuva ao longo do ano é bem distribuída, com a média de precipitação mensal variando entre 97,85mm no mês de Abril a 186,77mm no mês de Outubro.

Tabela 1.1 – Precipitações mensais

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
1977	205,10	103,20	217,90	81,60	19,00	75,60	82,00	118,60	42,80	257,40	172,40	112,40	1488,00
1978	117,80	104,00	173,40	0,00	52,40	58,40	140,00	77,60	114,80	142,60	96,80	184,80	1262,60
1979	30,80	108,60	53,00	114,80	233,40	33,30	93,60	60,80	186,60	296,60	137,40	224,20	1573,10
1980	174,80	154,40	143,80	91,00	86,40	67,40	233,20	184,80	141,20	168,40	80,20	317,80	1843,40
1981	173,20	150,40	75,60	53,20	20,00	38,00	51,00	83,60	85,60	121,40	182,90	239,40	1274,30
1982	70,70	194,20	153,90	7,90	138,00	165,00	125,80	116,00	8,60	224,80	358,20	201,20	1764,30
1983	190,40	203,80	148,30	160,60	325,60	203,10	642,90	73,50	210,50	85,70	166,70	246,00	2657,10
1984	97,00	54,00	235,00	94,20	79,40	161,80	83,80	303,20	123,40	63,20	167,80	121,70	1584,50
1985	107,70	272,70	92,30	148,40	33,20	28,60	91,00	22,80	120,00	114,00	78,20	49,40	1158,30
1986	253,20	168,50	80,00	115,80	106,30	15,90	43,30	71,50	70,10	86,70	182,90	198,10	1392,30
1987	212,50	153,80	30,90	74,10	259,40	105,40	66,00	119,10	51,10	182,60	47,40	139,60	1441,90
1988	224,20	146,90	82,10	142,60	332,20	96,50	4,20	19,00	143,90	219,20	48,40	183,20	1642,40
1989	262,40	233,90	188,30	107,90	126,30	65,30	136,20	57,90	242,80	141,40	70,40	60,00	1692,80
1990	282,30	171,00	172,40	117,30	162,60	177,90	166,40	118,60	155,80	209,40	108,80	96,40	1938,90
1991	145,40	31,40	113,80	51,60	49,20	215,70	78,90	139,80	31,40	204,70	99,30	211,20	1372,40
1992	110,90	167,00	294,60	49,10	461,00	155,40	123,30	124,90	105,30	28,30	88,30	55,80	1763,90
1993	143,00	165,60	149,20	26,10	179,00	47,30	120,90	11,20	350,40	146,00	89,30	96,20	1524,20
1994	44,30	320,40	75,20	131,10	155,40	160,80	173,90	40,90	63,10	139,10	225,60	153,90	1683,70
1995	180,80	180,80	58,90	32,50	0,70	30,20	114,20	148,80	66,00	231,00	129,20	94,90	1268,00
1996	54,00	98,40	239,50	30,00	95,00	216,00	127,50	33,10	209,20	156,70	51,10	199,30	1509,80
1997	257,50	176,00	74,90	37,40	82,00	155,60	54,30	186,30	130,50	294,40	318,20	152,10	1919,20
1998	183,60	182,50	301,40	321,90	72,20	85,70	185,40	270,60	296,10	198,90	40,70	96,60	2235,60
1999	103,10	237,80	135,90	108,50	63,40	110,50	203,50	12,20	107,40	220,00	67,50	116,70	1486,50
2000	175,10	171,40	156,90	69,40	69,60	114,30	111,80	110,50	249,40	199,50	79,90	206,00	1713,80
2001	187,00	228,10	123,00	165,60	168,80	92,40	111,00	61,60	155,30	206,40	165,40	150,60	1815,20
2002	149,00	129,70	160,90	105,40	94,60	51,30	91,40	81,90	161,80	262,80	213,10	99,50	1601,40
2003	74,10	220,90	141,20	58,30	49,90	105,40	59,30	21,60	64,10	141,60	88,20	170,20	1194,80
2004	93,90	133,20	95,20	69,40	149,50	83,50	167,80	47,50	95,20	294,60	80,40	86,90	1397,10
2005	157,60	74,60	94,90	156,80	220,20	75,80	63,50	134,30	237,90	249,00	59,90	21,90	1546,40
2006	224,60	76,80	142,50	18,30	15,70	21,90	49,60	72,80	135,20	81,00	203,30	114,60	1156,30
2007	143,10	153,20	125,40	164,50	214,30	16,90	163,30	51,40	104,90	228,30	126,10	164,70	1656,10
2008	161,90	132,10	164,20	112,10	35,80	98,40	19,00	63,30	127,90	305,20	182,70	55,90	1458,50
2009	152,20	200,30	34,20	51,60	82,60	54,30	163,00	146,90	339,60	174,90	231,10	124,50	1755,20
2010	235,50	76,70	149,90	308,70	177,80	145,10	117,70	221,20	65,20	171,50	142,10	220,90	2032,30
2011	368,70	365,20	131,80	71,10	48,80	127,30	233,50	295,40	223,60	227,10	116,80	64,00	2273,30
2012	265,90	253,40	38,10	156,50	58,80	152,90	183,40	19,40	86,30	235,60	72,30	256,40	1779,00
2013	119,60	155,10	137,90	62,90	73,90	247,60	117,90	127,90	306,90	115,50	72,10	111,60	1648,90
2014	255,30	163,30	214,70	89,20	82,50	485,30	61,90	81,40	214,20	76,30	154,30	145,10	2023,50
2015	185,60	164,50	170,20	58,60	127,10	135,20	201,80	104,70	212,70	382,30	208,80	219,20	2170,70
Mínima	30,80	31,40	30,90	0,00	0,70	15,90	4,20	11,20	8,60	28,30	40,70	21,90	1156,30
Máxima	368,70	365,20	301,40	321,90	461,00	485,30	642,90	303,20	350,40	382,30	358,20	317,80	2657,10
Média	168,56	166,10	137,73	97,85	123,13	114,79	129,67	103,50	149,66	186,77	133,44	147,77	1658,97

Tabela 1.2 – Dias de chuva

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1977	17,0	9,0	16,0	7,0	6,0	7,0	6,0	10,0	5,0	11,0	12,0	9,0
1978	12,0	9,0	8,0	0,0	3,0	4,0	6,0	4,0	4,0	6,0	10,0	8,0
1979	1,0	8,0	5,0	5,0	10,0	4,0	8,0	3,0	8,0	13,0	6,0	12,0
1980	9,0	7,0	8,0	2,0	6,0	5,0	10,0	10,0	10,0	16,0	7,0	18,0
1981	17,0	9,0	7,0	5,0	3,0	4,0	5,0	7,0	8,0	11,0	11,0	10,0
1982	6,0	14,0	13,0	4,0	5,0	13,0	10,0	11,0	2,0	12,0	13,0	13,0
1983	12,0	13,0	7,0	11,0	17,0	13,0	20,0	8,0	13,0	9,0	11,0	19,0
1984	11,0	4,0	14,0	9,0	8,0	12,0	6,0	17,0	9,0	10,0	15,0	17,0
1985	12,0	24,0	16,0	16,0	8,0	7,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	11,0
1986	18,0	16,0	10,0	13,0	12,0	5,0	11,0	7,0	10,0	6,0	12,0	15,0
1987	9,0	12,0	3,0	10,0	16,0	10,0	9,0	9,0	11,0	14,0	11,0	12,0
1988	15,0	16,0	7,0	14,0	21,0	10,0	2,0	3,0	9,0	12,0	5,0	14,0
1989	18,0	13,0	14,0	10,0	9,0	10,0	9,0	7,0	11,0	7,0	7,0	8,0
1990	22,0	10,0	12,0	9,0	6,0	7,0	13,0	6,0	12,0	18,0	12,0	8,0
1991	8,0	6,0	12,0	8,0	6,0	8,0	5,0	11,0	3,0	11,0	11,0	9,0
1992	6,0	14,0	19,0	4,0	15,0	11,0	11,0	13,0	6,0	8,0	13,0	10,0
1993	15,0	18,0	15,0	7,0	7,0	7,0	12,0	4,0	19,0	17,0	7,0	13,0
1994	10,0	23,0	9,0	10,0	11,0	9,0	11,0	1,0	11,0	20,0	14,0	13,0
1995	13,0	13,0	11,0	5,0	1,0	11,0	8,0	3,0	10,0	17,0	10,0	13,0
1996	7,0	4,0	8,0	1,0	7,0	12,0	8,0	4,0	9,0	13,0	6,0	13,0
1997	18,0	14,0	5,0	5,0	9,0	9,0	8,0	11,0	11,0	19,0	26,0	13,0
1998	18,0	23,0	20,0	16,0	13,0	17,0	23,0	16,0	20,0	17,0	10,0	6,0
1999	14,0	17,0	11,0	16,0	9,0	11,0	14,0	7,0	9,0	13,0	15,0	14,0
2000	20,0	19,0	16,0	7,0	14,0	18,0	12,0	11,0	19,0	22,0	18,0	21,0
2001	21,0	20,0	20,0	14,0	10,0	13,0	14,0	14,0	20,0	11,0	19,0	17,0
2002	20,0	15,0	18,0	15,0	18,0	16,0	14,0	15,0	14,0	21,0	17,0	20,0
2003	14,0	16,0	16,0	7,0	9,0	14,0	12,0	9,0	14,0	19,0	11,0	16,0
2004	15,0	12,0	14,0	17,0	15,0	7,0	16,0	2,0	10,0	11,0	9,0	14,0
2005	16,0	10,0	9,0	18,0	11,0	12,0	7,0	8,0	20,0	21,0	12,0	10,0
2006	14,0	14,0	9,0	3,0	7,0	4,0	9,0	4,0	11,0	16,0	13,0	12,0
2007	14,0	13,0	12,0	9,0	13,0	4,0	10,0	7,0	10,0	17,0	8,0	14,0
2008	22,0	14,0	15,0	12,0	2,0	11,0	2,0	12,0	11,0	18,0	20,0	7,0
2009	14,0	18,0	7,0	7,0	7,0	8,0	17,0	7,0	17,0	17,0	16,0	9,0
2010	19,0	8,0	12,0	8,0	12,0	7,0	8,0	10,0	6,0	13,0	16,0	19,0
2011	22,0	21,0	18,0	9,0	7,0	8,0	14,0	13,0	6,0	10,0	9,0	8,0
2012	13,0	10,0	6,0	11,0	6,0	11,0	11,0	4,0	8,0	13,0	10,0	14,0
2013	9,0	13,0	12,0	2,0	11,0	13,0	8,0	5,0	13,0	12,0	8,0	7,0
2014	14,0	10,0	13,0	9,0	9,0	14,0	6,0	5,0	12,0	5,0	10,0	14,0
2015	23,0	18,0	12,0	7,0	9,0	10,0	14,0	5,0	15,0	18,0	19,0	20,0
Mínima	1,0	4,0	3,0	0,0	1,0	4,0	2,0	1,0	2,0	5,0	5,0	6,0
Máxima	23,0	24,0	20,0	18,0	21,0	18,0	23,0	17,0	20,0	22,0	26,0	21,0
Média	14,3	13,5	11,8	8,8	9,4	9,6	10,2	8,0	10,9	13,8	12,1	12,8

11.2.5 - Precipitações Diárias e Anuais

Com base na Tabela abaixo e seu respectivo período de observação, constata-se que a precipitação anual tem uma média de aproximadamente 1.659,0 mm.

Tabela 1.3 – Precipitações anuais

Ano	Máxima Precipitação Diária	Dias de chuva	Precipitação Total Anual
1977	63,2	115,0	1.488,0
1978	77,2	74,0	1.262,6
1979	78,4	83,0	1.573,1
1980	76,4	108,0	1.843,4
1981	87,6	97,0	1.274,3
1982	63,6	116,0	1.764,3
1983	93,6	153,0	2.657,1
1984	90,2	132,0	1.584,5
1985	94,6	148,0	1.158,3
1986	83,6	135,0	1.392,3
1987	75,6	126,0	1.441,9
1988	55,4	128,0	1.642,4
1989	82,3	123,0	1.692,8
1990	80,5	135,0	1.938,9
1991	118,6	98,0	1.372,4
1992	112,6	130,0	1.763,9
1993	81,1	141,0	1.524,2
1994	49,8	142,0	1.683,7
1995	47,0	114,0	1.268,0
1996	86,0	92,0	1.509,8
1997	84,3	148,0	1.919,2
1998	64,9	199,0	2.235,6
1999	114,8	150,0	1.486,5
2000	61,5	197,0	1.713,8
2001	80,4	193,0	1.815,2
2002	67,9	203,0	1.601,4
2003	56,1	157,0	1.194,8
2004	83,1	142,0	1.397,1
2005	91,3	154,0	1.546,4
2006	67,9	116,0	1.156,3
2007	73,0	131,0	1.656,1
2008	48,7	146,0	1.458,5
2009	78,0	144,0	1.755,2
2010	102,6	138,0	2.032,3
2011	76,1	145,0	2.273,3
2012	125,6	117,0	1.779,0
2013	105,1	113,0	1.648,9
2014	119,2	121,0	2.023,5
2015	93,3	170,0	2.170,7
Média	-	-	1.659,0

11.3 - Cálculo da Vazão

Para a determinação das vazões de projeto foi utilizado o Método Racional para bacias até 10 km².

11.3.1 - Cálculo da Vazão Pelo Método Racional

O método é usado para calcular a vazão de pico de uma determinada bacia, considerando uma seção de estudo. A determinação do tempo de concentração é de fundamental importância no Método Racional, ao lado do coeficiente de escoamento superficial. O cálculo das vazões é dado pela expressão:

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Onde:

Q – pico de vazão em m³/s;

C – coeficiente de deflúvio superficial;

I – intensidade da chuva, em mm/h para o tempo de concentração e o período de recorrência considerado;

A – área da bacia em ha.

tc - Tempo de Concentração

O método racional se baseia no princípio que a vazão máxima, provocada por uma chuva de intensidade uniforme, ocorre quando todas as partes da bacia passam a contribuir para seção de drenagem.

O tempo necessário para que isto aconteça, medido a partir da chuva, é o que se denomina tempo de concentração (tc).

De maneira geral, o tempo de concentração de uma bacia qualquer é função dos seguintes parâmetros:

- área da bacia;
- comprimento e declividade do canal mais longo (principal);
- comprimento ao longo do curso principal, desde o centro da bacia até a seção de saída considerada;
- forma da bacia;
- declividade média do terreno;
- declividade e comprimento dos afluentes;

- rugosidade do canal;
- tipo de recobrimento vegetal;
- distância entre o fim do canal e o espigão.

O tempo de concentração não é constante para uma dada área, mas varia com o estado de recobrimento vegetal e a altura e distribuição da chuva sobre a bacia. Mas, para períodos de recorrência superiores a 10 anos, a influência da vegetação parece ser desprezível.

Existem fórmulas empíricas e ábacos que fornecem o valor desse tempo em função das características físicas da bacia.

Segue a fórmula adotada, sendo que as características mais frequentemente utilizadas são o comprimento e a declividade do curso principal.

Fórmula do *California Culverts Practice, California Highways and Public Works* ou KIRPICH:

$$t_c = 57 \left(\frac{L^3}{H} \right)^{0,385}$$

Onde:

t_c - o tempo de concentração, em minutos;

L - a extensão do talvegue, em quilômetros;

H - a diferença de nível entre o ponto mais afastado da bacia e o ponto considerado, em metros.

Quando o t_c calculado for menor do que 10 minutos, adota-se t_c de projeto = 10 minutos.

11.3.2 T - Período de Recorrência ou Retorno

Para o projeto em questão serão adotados os seguintes períodos de retorno:

- obras de drenagem superficial 10 anos
- tubulações trecho urbano 10 anos
- bueiros 15 anos
- pontes 100 anos

11.3.3 C - Coeficiente de Escoamento

Do volume precipitado sobre a bacia, apenas uma parcela atinge a seção de vazão, sob a forma de escoamento superficial, pois parte é interceptada ou umedece o solo ou preenche as depressões ou se infiltra rumo aos depósitos subterrâneos.

O volume escoado é, então, um resíduo do volume precipitado e a relação entre os dois é o que se denomina coeficiente de deflúvio ou de escoamento.

As perdas podem oscilar sensivelmente de uma para outra precipitação, variando consequentemente o coeficiente de deflúvio. Em particular, a porcentagem da chuva que aparece como escoamento superficial aumenta com a intensidade e a duração de precipitação.

No método racional utiliza-se um coeficiente C , que, multiplicado pela intensidade da precipitação do projeto, fornece o pico da cheia considerada por unidade de área. Portanto, não se trata de uma relação de volumes escoado e precipitado, mas o coeficiente de deflúvio, nesse caso, está indicando a relação entre a vazão máxima escoada e a intensidade da precipitação.

O coeficiente de deflúvio depende da distribuição da chuva na bacia, da direção do deslocamento da tempestade em relação ao sistema de drenagem, da precipitação, do tipo do solo, da utilização que se faz da terra, da rede de drenagem existente, da duração e intensidade da chuva.

O valor de C , por se tratar de uma relação de vazões, além de levar em conta todos esses fatores, deve considerar, ainda, o efeito do armazenamento e da retenção superficial sobre a descarga.

O coeficiente de deflúvio C não traduz simplesmente o resultado da ação do terreno sobre a precipitação, da qual resulta a descarga superficial, mas é mais completamente definido como a relação entre a vazão de enchente de certa frequência e a intensidade média da precipitação de igual frequência.

A escolha deste coeficiente depende muito do julgamento pessoal do engenheiro. Em geral, as superfícies não são homogêneas, não sendo, por isso conveniente adotar um único valor tirado de tabelas para toda a área de drenagem. O mais conveniente é adotar um coeficiente composto, cujo cálculo é executado em planilha. Este cálculo é a determinação da média ponderada para toda a área da bacia de drenagem, de todos os valores de C para as parcelas que o compõe.

Obviamente, na escolha do valor de C para o projeto, deverá ser considerado o efeito da urbanização crescente, da possibilidade de realização de planos urbanísticos municipais e de legislação local referente ao zoneamento e ocupação do solo. Deve-se escolher para

valor de C, um valor que o mesmo teria em T anos. As tabelas na sequencia fornecem opções para o valor de C.

Tabela 1.6 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas urbanas

CARACTERÍSTICAS	C (%)		
TERRENO ESTÉRIL MONTANHOSO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e altas declividades	80	a	90
TERRENO ESTÉRIL ONDULADO - Material poroso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação em relevo ondulado e com declividades moderadas.	60	a	80
TERRENO ESTÉRIL PLANO - Material rochoso ou geralmente não poroso, com reduzida ou nenhuma vegetação e baixas declividades	50	a	70
PRADOS, CAMPINAS, TERRENO ONDULADO - Áreas de declividades moderadas, grandes porções de gramados, flores silvestres ou bosques, sobre um manto fino de material poroso que cobre o material não poroso.	40	a	65
MATAS DECÍDUAS, FOLHAGEM CADUCA - Matas e florestas de árvores decíduas em terreno de declividades variadas.	35	a	60
MATAS CONÍFERAS, FOLHAGEM PERMANENTE - Florestas e matas de árvores de folhagem permanente em terrenos de declividades variadas.	25	a	50
POMARES - Plantações de árvores frutíferas com áreas abertas cultivadas ou livres de qualquer planta a não ser gramados.	15	a	40
TERRENOS CULTIVADOS, ZONAS ALTAS - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, fora de zonas baixas e várzeas.	15	a	40
FAZENDAS, VALES - Terrenos cultivados em plantações de cereais ou legumes, localizados em zonas baixas e várzeas.	10	a	40

Tabela 1.7 – Coeficiente de escoamento “C” em áreas suburbanas e rurais

CARACTERÍSTICAS	C (%)
Pavimento de concreto de cimento ou concreto asfáltico	75 a 95
Pavimentos de macadame betuminoso	65 a 80
Acostamento ou revestimento primário	40 a 60
Solo não revestido	20 a 90
Taludes gramados (2:1)	50 a 70
Prados gramados	10 a 40
Áreas florestais	10 a 30
Campos cultivados	20 a 40
Áreas comerciais, zonas de centro de cidade	70 a 95
Zonas em inclinações moderadas com aproximadamente 50% de área impermeável	60 a 70
Zonas planas com aproximadamente 60% de área impermeável	50 a 60
Zonas planas com aproximadamente 30% de área impermeável	35 a 45

O C adotado no projeto é de 0,70.

12.0 - DIMENSIONAMENTO DA TUBULAÇÃO

Os cálculos foram desenvolvidos com a utilização da fórmula de Manning, empregada para o dimensionamento em regimes uniformes e definida pela expressão:

$$Q = \frac{1}{n} \cdot R h^{2/3} \cdot I^{1/2} \cdot A$$

Onde:

- Q = descarga em m³/s;
- A = área da seção molhada em m²;
- n = coeficiente de rugosidade, n = 0,017 para o concreto;
- R = raio hidráulico da seção em m;
- I = declividade do fundo da galeria em m/m.

O projeto de galerias de águas pluviais pelo método racional, do mesmo modo que por qualquer outro método, adota os seguintes princípios:

- Numa galeria de águas pluviais temos as condições de escoamento como conduto livre, em regime permanente e uniforme;
- Quando a seção da galeria tem a forma circular, ela funciona à plena seção. No caso de seção retangular deve-se garantir a condição de conduto livre, admitindo uma lâmina d'água de 82% do diâmetro;
- O diâmetro ou a dimensão mínima é de 40 cm, para evitar entupimentos;
- A velocidade mínima à plena seção é de 0,70 m/s;
- A velocidade máxima permissível será de 5,50 m/s para evitar erosão excessiva;
- As dimensões da galeria não devem decrescer na direção de jusante, mesmo que, com o aumento da declividade, um conduto de menores dimensões tenha capacidade adequada.

A declividade da galeria, tanto quanto possível, deve ser igual à do terreno para reduzir-se o volume de escavação. Muitas vezes é conveniente usar galeria de menor dimensão empregando declividade maior que a do terreno, por ser mais econômico a despeito do aumento da escavação;

- Na junção das galerias, as geratrizes superiores terão a mesma cota.

Método Racional

$$Q = \frac{CIA}{360} (m^3/s)$$

Q = Vazão

I = Intensidade de chuva em mm/h

A = Área da bacia de contribuição em Km²

C = Coeficiente de Run-off ou deflúvio em %

$$i = \frac{99,154 \cdot T^{0,217}}{(tc + 26)^{1,15}}$$

Equação de chuva Curitiba (Prof. P. V. Parigot de Souza)

i = intensidade de chuva em mm/min

T = Tempo de retorno (anos)

tc = Tempo de concentração em minutos

Parâmetros da Bacia

$$Q = A \cdot V$$

Onde:

Q = Vazão

A = Área

V = Velocidade

$$V = \frac{1}{n} \cdot Rh^{2/3} \cdot I^{1/2}$$


Onde:

Rh = Raio Hidráulico

I = Declividade

n = Coeficiente de Rugosidade.


13.0 - PLANILHAS DE DIMENSIONAMENTO

Planilha de Cálculo Para Dimensionamento de Galerias Pluviais																						
Obra: Pavimentação Asfáltica																						
Local: Rua Sergio Glevinsk - Bairro Centro - Papanduva/SC																						
																						
TRECHO	COTA INFERIOR TUBO			(L) (m)	Decliv. (%)	ÁREA (ha)		tc (minutos)	T (anos)	i (mm/min)	C (run off)	Q (m³/s) (prevista)	D (m) (diâmetro)	Decliv. m/m	Q m³/s	V m/s	Cota do Terreno		Escavação		Recobrimento	
	M	J	Diferença			(trecho)	(acumulada)										M	J	M	J	M	J
A1	490,749	489,957	0,792	3,05	0,419	0,419	10,00	10	2,65	0,7	0,130	0,40	0,030	0,221	1,76	492,389	491,869	1640	1912	1160	1432	
A2	489,957	489,086	0,871	2,90	0,253	0,672	12,32	10	2,47	0,7	0,194	0,40	0,029	0,216	1,72	491,869	490,696	1912	1610	1432	1130	
A3	489,086	488,114	0,972	3,24	0,261	0,933	14,51	10	2,32	0,7	0,252	0,40	0,032	0,228	1,82	490,696	489,613	1610	1499	1130	1019	
A4	488,114	487,092	1,022	29,00	0,254	1,187	16,54	10	2,19	0,7	0,303	0,40	0,035	0,238	1,89	489,613	488,307	1499	1716	1019	1235	
A5	487,092	486,079	1,013	28,00	0,254	1,441	18,47	10	2,08	0,7	0,350	0,40	0,036	0,241	1,92	488,307	487,655	1716	1576	1235	1096	
A6	486,079	484,997	1,082	31,00	0,268	1,709	20,66	10	1,97	0,7	0,392	0,40	0,035	0,237	1,89	487,655	486,462	1576	1465	1096	0,985	
A7	484,997	483,130	1,867	31,00	0,268	1,977	22,32	10	1,89	0,7	0,436	0,40	0,060	0,311	2,48	486,462	485,056	1465	1926	0,985	1446	
A8	483,130	481,787	1,343	22,00	0,195	2,172	23,49	10	1,84	0,7	0,466	0,40	0,061	0,313	2,49	485,056	483,252	1926	1465	1446	0,985	
Observação:																						

Planilha de Cálculo Para Dimensionamento de Galerias Pluviais

Obra: Pavimentação Asfáltica

Local: Rua Jucelino K. de Oliveira - Bairro Centro - Papanduva/SC



TRECHO	COTA INFERIOR TUBO			Diferença	(L) (m)	Decliv. (%)	ÁREA (ha)		tc (minutos)	T (anos)	i (mm/min)	C (run off)	Q (m³/s) (prevista)	D (m) (diâmetro)	Decliv. m/m	Q m³/s	V m/s	Cota do Terreno		Escavação		Recobrimento	
	M	J					(trecho)	(acumulada)										M	J	M	J	M	J
A1	486.899	485.524	1375		32,00	4,30	0,551	0,551	0,00	0	265	0,7	0,170	0,40	0,043	0,263	2,09	488,301	487,266	1402	1742	0,922	1262
A2	485.524	484.52	1372		32,00	4,29	0,278	0,829	0,03	0	249	0,7	0,241	0,40	0,043	0,262	2,09	487,266	485,549	1742	1397	1,262	0,917
A3	484.52	481.826	2.326		33,00	7,05	0,290	1,119	0,67	0	237	0,7	0,310	0,40	0,070	0,336	2,68	485,549	483,223	1397	1387	0,917	0,917
A4	481.826	480.445	1381		30,00	4,60	0,269	1,388	0,51	0	225	0,7	0,365	0,40	0,046	0,272	2,16	483,223	481,903	1397	1458	0,917	0,978
A5	480.445	478.471	1974		33,00	5,98	2,522	3,910	0,04	0	216	0,7	0,985	0,50	0,060	0,360	1,83	481,903	480,199	1458	1728	0,978	1,248
A6	478.471	475.631	2.840		33,00	8,61	0,350	4,260	0,31	0	209	0,7	1038	0,50	0,086	0,431	2,20	480,199	477,273	1728	1642	1,248	1,162

Observação:

Dair Kaczmarek

Engº Civil - Responsável Técnico

CREA/SC: 122404-8

Papanduva, 25 de setembro de 2019.

14.0 - ORÇAMENTO

Planilha Orçamentária Global

Obra: Pavimentação Asfáltica

Local: Rua Sérgio Glewinski e Rua Jucelino K. de Oliveira - Bairro Centro - Papanduva/SC

Área Total a Pavimentar: 5.909,71 m²

Extensão Total a Pavimentar: 538,73 m

Largura da Pista: 10,0 m



ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	Rua Sérgio Glewinski		Rua Jucelino K. de Oliveira			TOTAL	Código SINAPI Sem Desoneração (BDI 23,0%)
			QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL	QUANT.	UNITÁRIO COM BDI	VALOR TOTAL	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES								
1.1	Placa de obra em chapa de aço galvanizado	m²	2,88	288,37	830,51	2,88	288,37	830,51	1.661,02
2.0	TERRAPLANAGEM								
2.1	Regularização e compactação de subleito até 20cm de espessura	m²	3.198,43	1,54	4.925,58	4.234,93	1,54	6.521,79	20.329,69
2.2	Escavação incluindo carga, descarga e transporte, em solo de 1ª categoria com escavadeira hidráulica, com caminhões basculantes de 14 m³	m³	450,59	8,35	3.762,43	613,16	8,35	5.119,89	11.447,37
3.0	DRENAGEM PLUVIAL								
3.1	Escavação mecanizada de vala com profundidade até 1,5 m com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 hp), largura menor que 0,8 m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	337,46	7,55	2.547,82	231,24	7,55	1.745,86	4.293,68
3.2	Escavação mecanizada de vala com profundidade maior que 1,5 m até 3,0m (média entre montante e jusante/uma composição por trecho) com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura entre 0,8 a 1,5m, em solo de 1ª categoria, locais com baixo nível de interferência	m³	-	7,55	0,00	151,41	6,43	973,57	901,06
3.3	Lastrado de vala com preparo de fundo, largura menor que 1,5 m, com camada de areia, lançamento mecanizado, em local com nível baixo de interferência. AF 06/2016	m³	14,00	176,71	2.473,94	14,23	176,71	2.514,58	941,11
3.4	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 400 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências - fornecimento e assentamento	m	359,00	80,29	28.824,11	246,00	80,29	19.751,34	48.575,45
3.5	Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 500 mm com junta rígida instalado em local com baixo nível de interferências	m	-	80,29	0,00	103,00	105,73	10.890,19	955,68
3.6	Reaterro mecanizado de vala com retroescavadeira (capacidade da caçamba da retro: 0,26 m³ / potência: 88 HP), largura até 0,8 m, profundidade até 1,5 m, com solo (sem substituição) de 1ª categoria em locais com baixo nível de interferência	m²	269,97	12,34	3.331,43	306,12	12,34	3.777,52	7.108,95
3.7	Boca de lobo simples	un	18,00	898,11	16.165,98	18,00	898,11	16.165,98	32.331,96
3.8	Caixa de ligação e passagem - CLP 02	un	-	898,11	0,00	2,00	1248,34	2.496,68	2003644 - DNIT
3.9	Assentamento (meio-fio) em trecho reto, confeccionada em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	443,00	39,26	17.392,18	496,00	39,26	19.472,96	36.865,14
3.10	Assentamento (meio-fio), em trecho curvo, confeccionado em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm (comprimento x base inferior x base superior x altura), para vias urbanas	m	25,00	42,16	1.054,00	76,00	42,16	3.204,16	4.258,16

33

3.11	Sarjeta triangular de concreto - STC 04 - areia e brita comerciais	m	100,00	41,86	4.186,00	-	1170,72	0,00	4.186,00	2003325 - DNIT
3.12	Caixa coletora de sarjeta - CCS 04 - com grelha de concreto - TOC 01 - areia e brita comerciais	un	2,00	1635,19	3.270,38	-	39,83	0,00	3.270,38	2003483 - DNIT
4.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA								494.835,51	
4.1	Execução e compactação de base e ou sub base com macadame seco (espessura=20 cm)	m²	500,66	116,92	58.537,17	681,28	116,92	79.655,26	138.192,43	96400
4.2	Execução e compactação de base e ou sub base com brita graduada simples (esp= 10 cm)	m²	250,33	130,36	32.633,02	340,64	130,36	44.405,83	77.038,85	96396
4.3	Inprimação de base de pavimentação com OM-30	m²	2.503,29	7,58	18.974,94	3.406,42	7,58	25.820,66	44.795,60	96401
4.4	Pintura de ligação com emulsão RR-1C	m²	2.503,29	1,73	4.330,69	3.406,42	1,73	5.893,11	10.223,80	72942
4.5	Construção de pavimento com aplicação de concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), camada de rolamento, com espessura de 4,0 cm exclusive transporte	m³	107,93	886,87	95.719,88	144,06	886,87	127.762,49	223.482,37	95993
4.6	Transporte c/ Caminhão Basculante 10 m³ de Massa Asfáltica p/ Pavimentação Urbana	m³ x km	377,76	1,25	472,20	504,21	1,25	630,26	1.102,46	95303
5.0	PASSEIOS								11.387,20	
5.1	Compactação de aterro dos passeios com placa, sem controle do GC	m²	139,03	5,20	722,96	165,70	5,20	861,64	1.584,60	74005/001
5.2	Lastro com material granular, aplicação em pisos, espessura de 5 cm (Brita 0)	m²	34,76	128,66	4.472,22	41,43	128,66	5.330,38	9.802,60	96622
6.0	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO								22.870,22	
6.1	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço, R1 lado 0,25 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	197,86	791,44	6,00	197,86	1.187,16	1.978,60	5213444 - DNIT
6.2	Fornecimento e implantação de placa de advertência em aço, lado de 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	4,00	202,24	808,96	8,00	202,24	1.617,92	2.426,88	5213464 - DNIT
6.3	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço D = 0,60 m - película retrorrefletiva tipo I e SI	un	2,00	190,77	381,54	5,00	190,77	953,85	1.335,39	5213440 - DNIT
6.4	Fornecimento e implantação de placa de regulamentação em aço 0,60x0,80 m - película retrorrefletiva tipo I	un	4,00	183,13	732,52	-	187,67	0,00	732,52	5213474 - DNIT
6.5	Placa para identificação nome de rua, dimensões 60x25cm	un	3,00	103,36	310,08	4,00	103,36	413,44	723,52	73916/002
6.6	Fornecimento e implantação de suporte metálico galvanizado para placas de sinalização	un	20,00	242,72	4.854,40	23,00	242,72	5.582,56	10.436,96	5213851 - DNIT
6.7	Pintura de faixa - linha base acrílica - espessura de 0,4 mm	m²	137,41	17,28	2.374,44	165,62	17,28	2.861,91	5.236,35	5213402 - DNIT
7.0	TOTAL				314.880,82			396.441,50	711.322,32	

Observação: Tabela de Referência SINAPI / Julho 2019 - Não Desonerada - DNIT / Janeiro 2019

Assinatura:

DAIR KACZMAREK
Engenheiro Civil
CREASC 122404-8

Papanduva, 25 de julho de 2019

15.0 - CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO - FINANCEIRO																		
MUNICÍPIO: PAPANDUVA																		
PROJETO E CARACTERÍSTICAS DA OBRA: Pavimentação Asfáltica da Rua Sergio Glevinsk e Rua Jucelino K. de Oliveira - Papanduva/SC																		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	PERÍODO															TOTAL	
		Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		Mês 05		Mês 06						
		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES	166102	0.23	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		166102	0.23	
2.0	TERRAPLANAGEM	10.64,85	14,3	10.164,85	14,3	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		20.329,69	2,86	
3.0	DRENAGEM PLUVIAL	0.00		80.119,34	112,6	80.119,34	112,6	0.00		0.00		0.00		0.00		160.238,68	22,53	
4.0	PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA	0.00		123.708,88	17,39	123.708,88	17,39	123.708,88	17,39	123.708,88	17,39	123.708,88	17,39	0.00		494.835,51	69,57	
5.0	PASSEIOS	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		5.693,60	0,80	5.693,60	0,80	11387,20	1,60	
6.0	SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		0.00		22.870,22	3,22	22.870,22	3,22	
	TOTAL NO MÊS (SIMPLES)	11825,87	166	213.993,06	30,08	203.828,22	28,65	123.708,88	17,39	29.402,48	18,19	28.563,82	4,02			711322,32	100,00	
	TOTAL NO MÊS (ACUMULADO)	11825,87	166	225.816,93	317,5	429.647,15	60,40	553.356,03	77,79	682.758,51	95,98	711322,33	100,00					
DATA DO ORÇAMENTO: 25/09/2019		NOME E CREA DO RESPONSÁVEL TÉCNICO: Dair Kaczmarek - CREA/SC: 122404-8															ASSINATURA:	
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA																		

RUA SERGIO GLEVISNSKI ANEXO V - VALOR DOS IMOVEIS APÓS A OBRA PREVISÃO

LANÇAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA										
PREFEITURA DE PAPANDUVA										
OBRA SERVIÇO:										
LOCAL:										
PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA										
RUA SERGIO GLEVINSKI										
EXTENSÃO (m)	238,18			2.503,29 M²						
VALOR DA OBRA (R\$)	309.695,65									
VALORIZAÇÃO (%)	11,90									
Nome do contribuinte	Inscrição imobiliária	AREA M²	VALOR M²	Valor total do imóvel	Valor da obra	Valor total do imóvel após a obra	Valorização resultante da obra pública	Participação indivíduo	Valor do custo da obra.	TESTA DA DO TERRE
				(R\$)		(R\$)	(R\$)	(%)	(R\$)	M
1 José Simões de Oliveira - s/n	1.55.0.101.0.001	425,79	87,59	37.294,95	309.695,65	41.733,04	4.438,10	2,84	8.785,21	14,34
2 José Simões de Oliveira - s/n	1.55.0.115.0.001	425,79	87,59	37.294,95	309.695,65	41.733,04	4.438,10	2,84	8.785,209	14,34
3 Joel Kucarz - 353	1.55.0.129.0.001	425,79	87,59	37.294,95	309.695,65	41.733,04	4.438,10	2,84	8.785,209	14,34
4 Paulo Roberto Madureira - 372	1.55.0.144.0.001	614	87,59	53.780,26	309.695,65	60.180,11	6.399,85	4,09	12.668,495	15,00
5 Sandra Maria de Moraes - 362	1.55.0.208.0.001	1024	87,59	89.692,16	309.695,65	100.365,53	10.673,37	6,82	21.127,913	32,00
6 Marilene Schadeck Fiorentin - s/n	1.54.0.120.0.001	640	87,59	56.057,60	309.695,65	62.728,45	6.670,85	4,26	13.204,946	40,00
7 Marilene Schadeck Fiorentin - s/n	1.54.0.450.0.001	6960	43,79	304.778,40	309.695,65	341.047,03	36.268,63	23,18	71.793,695	87,00
8 Odir Vicente Riboski - 3226	1.79.0.338.0.001	350	87,59	30.656,50	309.695,65	34.304,62	3.648,12	2,33	7.221,455	17,50
9 Marilda Ludovina Furst - 346	1.79.0.318.0.001	511,5	87,59	44.802,29	309.695,65	50.133,76	5.331,47	3,41	10.553,640	21,00
10 Marcos Antonio Czornei - 367	1.79.0.297.0.001	522	87,59	45.721,98	309.695,65	51.162,90	5.440,92	3,48	10.770,284	13,50
11 Waldeci Gmach e Sheila B. da Cunha - 377	1.79.0.285.0.001	450	87,59	39.415,50	309.695,65	44.105,94	4.690,44	3,00	9.284,728	15,00
12 Ivo Vanderlei Vatrax de Oliveira Espolio - 3	1.79.0.270.0.001	600	87,59	52.554,00	309.695,65	58.807,93	6.253,93	4,00	12.379,637	20,00
13 Prefeitura Municipal de Papanduva - 445	1.81.0.415.0.001	1742,3	87,59	152.603,68	309.695,65	170.763,52	18.159,84	11,61	35.947,370	40,00
14 Eliane Aparecida Frederico - 483	1.81.0.375.0.001	495	87,59	43.357,05	309.695,65	48.516,54	5.159,49	3,30	10.213,200	17,50
15 Claudemir Rageminski - 493	1.81.0.357.0.001	641,7	87,59	56.206,50	309.695,65	62.895,08	6.688,57	4,28	13.240,021	17,50
16 Juralice de Souza - 511	1.81.0.340.0.001	434	87,59	38.014,06	309.695,65	42.537,73	4.523,67	2,89	8.954,604	3,00
17 Ronaldo Cesar Paes de Farias - 513	1.81.0.337.0.001	366	87,59	32.057,94	309.695,65	35.872,83	3.814,89	2,44	7.551,578	10,00
18 Nicolau Bileski Sobrinho - 527	1.81.0.327.0.001	801	87,59	70.159,59	309.695,65	78.508,58	8.348,99	5,34	16.526,815	17,80
19 Evandro Marcos Berlanda - 541	1.81.0.309.0.001	401,5	87,59	35.167,39	309.695,65	39.352,30	4.184,92	2,67	8.284,040	10,50
20 Izabel Alves - 545	1.81.0.299.0.001	660	87,59	57.809,40	309.695,65	64.688,72	6.879,32	4,40	13.617,600	11,00
21						-	-	100,00	309.695,650	
22										
23										
156.451,58										

Passo de Torres

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PR 066-2019

Publicação Nº 2220350

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

AVISO DE LICITAÇÃO -PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2019

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por finalidade a AQUISIÇÃO DE TABLET's PARA SEREM UTILIZADOS PELOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I, DO EDITAL.

Regime Legal: Lei nº 10.520/2002; Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; Lei Complementar nº 123/2006; demais legislações aplicáveis à espécie, bem como pelas disposições fixadas no Edital e seus anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: os envelopes deverão ser entregues até às 14:45 horas do dia 25/11/2019, com início do credenciamento e abertura da licitação marcada para as 15h00min, do mesmo dia.

O Edital e maiores informações deverão ser obtidos no Setor de Licitações, sito à AV. BEIRA RIO, Nº 20, CENTRO, PASSO DE TORRES – SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

LEI 1110/2019

Publicação Nº 2220539

LEI Nº 1110 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A SUPLEMENTAR O ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar o Orçamento da Prefeitura Municipal e do Fundo Municipal de Saúde de Passo de Torres, do exercício de 2019, no valor de R\$ 1.626.400,00 (Hum milhão, seiscentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais), nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Atividade: 2.048 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0100(126) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.034 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0100(92) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0052(93) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL: R\$ 130.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.031 – Manutenção das Ações de Saúde Pública

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0696(11) Aplicações Diretas R\$ 1.096.400,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0696(17) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL: R\$ 1.396.400,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.626.400,00

Art. 2º - Os recursos destinados às suplementações do artigo anterior ocorrerão por conta das anulações das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE - PREFEITO

Projeto: 1.004 – Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(01) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Projeto: 1.005 – Aquisição de Área e Construção da Sede Administrativa
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(04) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
 TOTAL: R\$ 50.000,00

Órgão: 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 02 – ENSINO REGULAR

Projeto: 1.013 – Aquisição de Ônibus e Veículos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0695(26) Aplicações Diretas R\$ 95.000,00
 TOTAL: R\$ 95.000,00

Projeto: 1.014 – Construção de Quadra Poliesportiva Coberta

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0695(30) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00
 TOTAL: R\$ 90.000,00

Projeto: 1.015 – Imp. Ampliação de Laboratórios de Informática

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0695(31) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 TOTAL: R\$ 70.000,00

Atividade: 2.010 – Manutenção do Ensino Regular

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0695(42) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00
 TOTAL: R\$ 500.000,00

Atividade: 2.016 – Manutenção de Outros Níveis de Ensino.

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 0695(53) Transf. a Inst. Priv. s/fins R\$ 69.000,00
 TOTAL: R\$ 69.000,00

Atividade: 2.017 – Manutenção do Departamento de Educação

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0695(50) Aplicações Diretas R\$ 22.400,00
 TOTAL: R\$ 22.400,00

Órgão: 05 – SECRETARIA DE ESPORTES

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Projeto: 1.021 – Construção de Equipamentos Esportivos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(76) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00
 TOTAL: R\$ 45.000,00

Projeto: 1.022 – Aquisição de Veículos e Equipamentos

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(77) Aplicações Diretas R\$ 25.000,00
 TOTAL: R\$ 25.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Atividade: 2.060 – Manutenção e Desenv. das Ações do Conselho Municipal do Idoso

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0052(87) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0100(88) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 TOTAL: R\$ 50.000,00

Atividade: 2.053 – Aquisição de Área e Construção de Casas Populares

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(98) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 TOTAL: R\$ 10.000,00

Atividade: 2.054 – Formação e Capacitação Profissional

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0100(99) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 TOTAL: R\$ 20.000,00

Órgão: 08 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL

Unidade: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

Atividade: 2.036 – Manutenção do Fundo Municipal de Habitação

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0100(104) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
 TOTAL: R\$ 20.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DA PESCA

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DA PESCA

Projeto: 1.045 – Infraestrutura para a Pesca

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(114) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
 TOTAL: R\$ 10.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. ECONÔMICO

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO ECONÔMICO

Projeto: 1.041 – Incentivo aos Programas de Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(118) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
 TOTAL: R\$ 70.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Unidade: 01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

Projeto: 1.039 – Aquisição de Área e Const. de Estação de Tratamento de Esgoto

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0100(137) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL: R\$ 10.000,00
Projeto: 1.040 – Destinação Final dos Resíduos Sólidos do Lixo
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 0100(138) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
TOTAL: R\$ 70.000,00
Projeto: 1.055 – Const. Capela Mortuária e Ampliação do Cemitério
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0100(122) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
TOTAL: R\$ 150.000,00

Órgão: 15 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto: 1.028 – Aquisição, Equip., Veículos Infra-Estrutura da Saúde

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0696(04) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Projeto: 1.029 – Aquisição, Área, Construção, Ampliação e Ref. Unidades

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 0696(07) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

TOTAL: R\$ 50.000,00

Atividade: 2.030 – Manutenção do ESF/PACS

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.00.00 0696(10) Transf. a Cons. Púb R\$ 100.000,00

TOTAL: R\$ 100.000,00

TOTAL GERAL: R\$ 1.626.400,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 07 de novembro de 2019.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 07 de novembro de 2019.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Passos Maia

PREFEITURA

PORTARIA Nº 433, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220143

PORTARIA Nº 433, de 06 de novembro de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o atestado médico emitido pela Dra. Mara T.K. Gritti – CRM 7680 – datado de 04 de novembro de 2019, entregue ao Setor de Pessoal em 06/11/2019, que sugere o afastamento da servidora Sarue Brunetto de suas atividades laborais pelo período de 60 (sessenta) dias a partir do dia 04 de novembro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora SARUE BRUNETTO, matrícula nº 10807, ocupante do Cargo temporário de Professor, lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, no período de 04/11/2019 a 02/01/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04/11/2019

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 434, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220144

PORTARIA Nº 434, de 06 de novembro de 2019.

“AMPLIA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA OCUPANTE DE CARGO TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015,

Considerando a viabilidade ao poder público em realizar a ampliação da carga horária semanal da servidora Bruna Comunello, para desempenhar suas atividades de Professor na EEIF Duque de Caxias durante o exercício de 2019;

Considerando o requerimento da Secretária Municipal da Educação e Esportes, solicitando a ampliação da carga horária da referida servidora, em razão do afastamento para tratamento de saúde da servidora Sarue Brunetto, conforme disposto na Portaria nº 433, de 06 de novembro de 2019;

Considerando o disposto no § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015, que autoriza o poder público municipal a realizar redução e/ou ampliação de carga horária semanal do servidor, visando atender interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º AMPLIAR A CARGA HORÁRIA SEMANAL da servidora BRUNA COMUNELLO, ocupante do cargo de Professor, Lotada na Secretaria Municipal da Educação e Esportes, de 20 (vinte) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais no período de 06 de novembro de 2019 a 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 06 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 435, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220146

PORTARIA Nº 435, de 07 de novembro de 2019.

“PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c o parágrafo único, do art. 81, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, Considerando a Comunicação de decisão expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – em 04 de novembro de 2019, que mantém o benefício por auxílio doença do servidor até o dia 04/04/2020;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE do servidor JOÃO DA SILVA, matrícula nº 10427, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pedreiro, Grupo Ocupacional Serviços Gerais, código SG-5, lotado na Secretaria da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, até o dia 04 de abril de 2020.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais.

PORTARIA Nº 436, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220150

PORTARIA Nº 436, de 07 de novembro de 2019.

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal, c/c § 1.º, do art. 12, da Lei Complementar nº 005, de 31 de outubro de 1999, alterado pelo art. 4º da Lei Complementar nº 052, de 09 de dezembro de 2015

Considerando o atestado médico expedido pelo Dr. Luiz Carlos Schaedler– CRM 4365 – no dia 06/11/2019, entregue ao Setor de Pessoal em 07/11/2019, que sugere afastamento da servidora de suas atividades laborais pelo período de 06/11/2019 a 17/11/2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à servidora a CRISTIANA SIQUEIRA, matrícula nº 10723, ocupante do Cargo temporário de Técnico de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 06/11/2019 a 17/11/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 06/11/2019.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 07 de novembro de 2019.

LEOMAR ROBERTO LISTONI
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em

observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 046/2019 FMEDUC

Publicação Nº 2219673

**PENHA**
GOVERNO MUNICIPALPREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA JN BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME PARA FORNECIMENTO DE CIMENTO CP II.

**CONTRATO Nº 046/2019-FMEDUC de 22/10/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2018-PMP
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 052/2018**

Pelo presente instrumento, o **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PENHA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 30.747.548/0001-60, neste ato representado por sua Gestora Sra. **SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA**, brasileira, inscrita no CPF sob nº 004.941.099-71, residente e domiciliada à Rua Arlecio de Souza Flor, 138, AP 202 – Res Salvador Dali, Centro de Itajaí/SC, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a Empresa **JN BOLSAS INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME**, estabelecida à Rua Brusque, nº 900, na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.669.438/0001-20, representada, neste ato pelo Sr. Jose de Arimathea Silveira, CPF sob o nº 029.541.398-03, Cargo/Função Representante legal, doravante denominados simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de cimento CP II, para atender necessidades da Secretaria de Educação e Cultura do Município, conforme solicitação nº 1402/2018, anexa ao Processo, nas especificações e quantidades especificadas no Anexo I – Termo de Referência/Proposta de Preços, parte integrante do Processo.

ITE M	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO O R\$	PREÇO TOTAL R\$
1	1.000	UN	MOCHILA INFANTIL COM CARRINHO - TODA CONFECCIONADA EM NYLON 100% POLIÉSTER (EXCETO FORRO) (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4013 TCX, GRAMATURA DE 387,32 G/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 74,92 KGF VARIÁVEL +/-1%, 738,72 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,05% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 26,72% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,04% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUME 74,68 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 731,82 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,11% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 40,69% VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,20% VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO	JN BOLSAS	R\$ 67,26	R\$ 67.260,00

:: Página 1 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			<p>PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL + /- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%). " CORPO FORMATO OVAL MEDINDO 34 CM DE ALTURA X 30 CM DE LARGURA NA PARTE CENTRAL X 13 CM DE PROFUNDIDADE. " PARTE FRONTAL COM FECHAMENTO COM ZÍPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 50 CM POR 13 DE LARGURA, COM 1 CURSOR NIQUELADO Nº 8; FUNDO DA MOCHILA MEDINDO 68 CM DE COMPRIMENTO X 13 CM DE LARGURA." COM BOLSO FRONTAL EM DUAS PARTES FORMATO OVAL BOLSO CHAPADO, PARTE INFERIOR MEDINDO 17 CM DE ALTURA X 23 CM DE LARGURA, PARTE SUPERIOR 8,5 CM DE ALTURA X 23 CM DE LARGURA COM ZÍPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL COM UM CURSOR NIQUELADO Nº 8 EM FORMATO OVAL, ANEXO UM BOLSO AÉREO COM FORMATO OVAL MEDINDO 26 CM DE ALTURA X 23 DE LARGURA X 5 CM DE PROFUNDIDADE COM FECHAMENTO ATRAVÉS DE ZÍPER Nº 8 NA COR AZUL ROYAL, MEDINDO 41 CM DE COMPRIMENTO, COM 1 CURSOR NIQUELADO, FUNDO DO BOLSO MEDINDO 48 CM DE COMPRIMENTO POR 5 DE LARGURA. " FORRO INTERNO EM NYLON 100% POLIAMIDA (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIAMIDA, PANTONE 19-4025 TCX, GRAMATURA DE 303,01/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 39,53 KGF VARIÁVEL +/-1%, 385,80 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 2,24 % VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 35,60% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,47% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUME 59,89 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 585,18 N</p>			
--	--	--	--	--	--	--

:: Página 2 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			<p>VARIÁVEL +/- 1%, CV3,03% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 34,23% VARIÁVEL +/- 1%, CV 4,74 VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%)" BOLSO EM TELA NA COR AZUL ROYAL COM ACABAMENTO SUPERIOR E INFERIOR EM GORGORÃO NA COR AZUL MARINHO MEDINDO 13 DE LARGURA POR 16 DE ALTURA. " ALÇA DE MÃO, ALÇA EM FITA C.A DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 55 CM DE COMPRIMENTO SAINDO DA PARTE SUPERIOR DA MOCHILA JUNTO COM O ZÍPER COM UM REFORÇO DE 22 CM ABAIXO DO PEGA MÃO. AS PONTAS DAS ALÇAS DEVERÃO SER QUEIMADAS, PARA DAR MAIOR RESISTÊNCIA DE RUPTURA. " A MOCHILA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES, CONTER REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO, COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA, E BOLSO. VIVO ENCAPADO COM TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TÍTULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TÍTULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO PENHA EM FONTE ARIAL COR VERMELHO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRA CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA. " COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE PENHA ESCRITO "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PENHA"</p>		
--	--	--	---	--	--

:: Página 3 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			<p>CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 9 CM DE ALTURA E COMPRIMENTO PROPORCIONAL, CENTRALIZADO NO BOLSO FRONTAL, NA FORMA DE SERIGRAFIA EM ALTO RELEVO. " COM CARRINHO: COM RODINHAS COM MIOLO AZUL ROYAL E CAPA DE SILICONE TRANSPARENTE COM BASE TODA NA COR AZUL ROYAL, MEDINDO DA BASE SUPERIOR ATÉ A BASE INFERIOR ALTURA DE 36 CM, MEDIDA COM HASTE ABERTA 62 CM DE ALTURA, BASE FIXA INFERIOR COM 20 CM DE LARGURA (MEDIDA DO APOIO) E 26 CM DE LARGURA (MEDIDA DE UM PONTO AO OUTRO DA RODINHA) E 13 CM DE PROFUNDIDADE, BASE SUPERIOR COM LARGURA DE 13 CM LARGURA X 4,5 CM DE ALTURA X 4,0 DE PROFUNDIDADE COM ACABAMENTO OVAL. HASTES FORMADAS POR DUAS PEÇAS DE ALUMÍNIO PARTE INFERIOR COM 13MM POR 17MM E NA PARTE SUPERIOR COM 8 MM POR 13MM NAS SUAS ESPESSURAS, BASE E TOPO COM SUPORTE INTERNO PARA FIXAÇÃO DO REBITE, O CARRINHO SERÁ FIXADO COM ACABAMENTO EM NYLON 100% POLIÉSTER (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4013 TCX, GRAMATURA DE 387,32 G/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 74,92 KGF VARIÁVEL +/-1%, 738,72 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,05% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 26,72% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,04% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUME 74,68 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 731,82 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,11% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 40,69% VARIÁVEL</p>			
--	--	--	--	--	--	--

:: Página 4 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			+/- 1%, CV 1,20% VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%)., MEDINDO 24 CM DE ALTURA COM LARGURA PROPORCIONAL A MEDIDA DA MOCHILA, COM PORTA IDENTIFICAÇÃO EM MATERIAL TRANSPARENTE CRISTAL MEDINDO 8CM DE ALTURA POR 9 CM DE LARGURA COM ACABAMENTO SUPERIOR E INFERIOR, FEITO ATRAVÉS DE MÁQUINA DE SOLDA ELETRÔNICA.			
2	800	UN	BOLSA BERÇÁRIO - TODA CONFECCIONADA EM NYLON 100% POLIÉSTER (EXCETO FORRO) (COMPOSIÇÃO: NYLON 100% POLIÉSTER, PANTONE 19-4013 TCX, GRAMATURA DE 387,32 G/M² VARIÁVEL +/- 1%, RESISTÊNCIA A TRAÇÃO TRAMA 74,92 KGF VARIÁVEL +/-1%, 738,72 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,05% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 26,72% VARIÁVEL +/- 1%, CV 3,04% VARIÁVEL +/- 1%; RESISTÊNCIA A TRAÇÃO URDUME 74,68 KGF VARIÁVEL +/- 1%, 731,82 N VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,11% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO TRAMA 40,69% VARIÁVEL +/- 1%, CV 1,20% VARIÁVEL +/- 1%; IMPERMEABILIDADE ENSAIO DE COLUNA D'ÁGUA DE MÍNIMO DE 4,5 CM NÃO HAVENDO VAZAMENTO DE ÁGUA NO PERÍODO DE 24 HORAS A TEMPERATURA DE 19°C VARIÁVEL +/- 2°C E UMIDADE 63% VARIÁVEL +/- 4%). "CORPO EM FORMATO OVAL NA PARTE SUPERIOR MEDINDO 25 CM DE ALTURA X 30 CM DE COMPRIMENTO X 14 CM DE PROFUNDIDADE, COM	JN BOLSAS	R\$ 40,82	R\$ 32.656,00

:: Página 5 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			<p>FECHAMENTO SUPERIOR EM ZÍPER Nº 6 NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 45 CM DE COMPRIMENTO COM UM CURSOR NIQUELADO Nº 6, COM ALONGAMENTO MEDINDO 15 CM DE ALTURA POR 14 CM DE PROFUNDIDADE COM ACABAMENTO NA PARTE INFERIOR ARREDONDADA EM AMBAS AS PARTES. CONTENDO DOIS BOLSOS NAS PARTES FRONTAIS MEDINDO 14 CM DE ALTURA X 30 CM DE COMPRIMENTO, COM ACABAMENTO INFERIOR DO BOLSO COM COSTURA PESPONTADA, SENDO QUE NA PARTE PRINCIPAL O BOLSO TERÁ FECHAMENTO EM ZÍPER Nº 6 NA COR AZUL ROYAL COM 30 CM DE COMPRIMENTO COM CURSOR NIQUELADO Nº 6 E NA OUTRA PARTE O BOLSO TERÁ ACABAMENTO NA PARTE SUPERIOR COM COSTURA PESPONTADA COM PORTA IDENTIFICAÇÃO EM MATERIAL TRANSPARENTE CRISTAL MEDINDO 8CM DE ALTURA POR 9 CM DE LARGURA COM ACABAMENTO SUPERIOR E INFERIOR, FEITO ATRAVÉS DE MÁQUINA DE SOLDA ELETRÔNICA. ALÇA PEGA MÃO EM FITA C.A DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 54 CM DE COMPRIMENTO FIXADA SOBREPOSTO AOS BOLSOS COM UMA FITA C.A DE 30 MM TRANSVERSAL NA COR AZUL ROYAL COM ABERTURA DE 12 CM ENTRE AS ALÇAS. ALÇA TIRA COLO EM FITA C.A DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL MEDINDO 130 CM COM DOIS FECHOS COM TRAVA NA COR AZUL ROYAL DE 30 MM. RESISTÊNCIA A TRAÇÃO 40,58 KGF VARIÁVEL +/- 1%; 399,7 N VARIÁVEL +/- 1%; CV 4,39% VARIÁVEL +/- 1%; ALONGAMENTO 14,64% VARIÁVEL +/- 1%; CV 0,80% VARIÁVEL +/- 1%.</p>		
--	--	--	--	--	--

:: Página 6 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			<p>FIXADO NAS EXTREMIDADES DA ALÇA COM REGULADOR DE 30 MM NA COR AZUL ROYAL. O FUNDO DA BOLSA TERÁ ACABAMENTO INTERNO EM PAPELÃO COBERTO COM MATERIAL LEITOSO DE COM GRAMATURA 174,61 VARIÁVEL +/- 1% E ESPESSURA 0,16 MM VARIÁVEL +/- 1%, MEDINDO 28,5 CM DE COMPRIMENTO X 12 CM DE LARGURA FIXADO NO FUNDO DA BOLSA NA PARTE EXTERNA COM 04 "PEZINHOS" DE PLÁSTICO NA COR PRETO SENDO UM EM CADA CANTO DA BOLSA.</p> <p>ACABAMENTO INTERNO EM MATERIAL LEITOSO DE COM GRAMATURA 174,61 VARIÁVEL +/- 1% E ESPESSURA 0,16 MM VARIÁVEL +/- 1% FORRANDO TODA PARTE INTERNA DA BOLSA. " A BOLSA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM LINHA 100% POLIAMIDA NA COR DE CADA MATERIAL COMBINANDO AS CORES, CONTER REFORÇOS NOS PONTOS DE TRAÇÃO, COM VIVO PLÁSTICO ACABAMENTO (CONTORNADO) O CORPO PRINCIPAL FRENTE E COSTA. VIVO ENCAPADO COM, TECIDO TAFETÁ, DE 25 MM DE LARGURA, 100% POLIÉSTER TÍTULO LARGURA DTEX 169 DENIER 152 CV% 1,05, TÍTULO COMPRIMENTO DTEX 360 DENIER 324 CV% 1,05 NA COR AZUL ROYAL COM BORDADO PENHA EM FONTE ARIAL COR VERMELHO COM ESPAÇO DE 13 MM ENTRA CADA, AS LETRAS INICIAIS COM 7 MM DE ALTURA. " COM ESTAMPA BRASÃO DA PREFEITURA DE PENHA ESCRITO "SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE PENHA" CONFORME ARTE QUE SERÁ ENVIADA PARA O GANHADOR, COM 9 CM DE ALTURA E COMPRIMENTO PROPORCIONAL, CENTRALIZADO NO</p>			
--	--	--	---	--	--	--

:: Página 7 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PENHA
GOVERNO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

			BOLSO PRINCIPAL, NA FORMA DE SERIGRAFIA EM ALTO RELEVO.			
TOTAL						R\$ 99.916,00

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de **R\$ 99.916,00 (Noventa e Nove Mil, Novecentos e Dezesesseis Reais)**

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Educação e Cultura, de acordo com as condições do edital e as constantes da proposta vencedora e as demais exigências administrativas em vigor.

2.2 - A nota fiscal deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal, Estadual, Municipal, FGTS e CNDT.

2.3 - Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

2.4 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços poderão ser reajustados anualmente, no que couber, de acordo com o I.P.C. (Índice de Preços ao Consumidor) ou qualquer outro índice que vier a substituí-lo, observada a Legislação Federal que regulamenta o reajustamento dos contratos ou ainda quando comprovadas situações descritas no art. 65, II, "d", da Lei nº

3.1 - A variação de preço, quando ocorrente e necessária, deverá sempre ser indicada e justificada pela **CONTRATADA**, e procedida na forma do § 8º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

3.2 - O **MUNICÍPIO** responsabilizar-se-á pelo pagamento do fornecimento resultante de modificações sempre que devidamente autorizados pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 80 – Fundo Municipal da Educação
Unidade: 01- Fundo Municipal da Educação
Proj./Ativ.: 2.124- Funcionamento e manutenção de Pré -escola
Elemento: (34) 3.3.90.00.00.00.00 0101 - Aplicações Diretas
R\$ 67.260,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal da Educação
Unidade: 01- Fundo Municipal da Educação
Proj./Ativ.: 2.123- Funcionamento e manutenção de Creches
Elemento: (29) 3.3.90.00.00.00.00 0101 - Aplicações Diretas
R\$ 32.656,00

CLÁUSULA QUINTA

5 – A **CONTRATADA** é responsável pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do **CONTRATANTE**.

:: Página 8 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA**, respondendo o **CONTRATANTE** apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - O fornecimento do objeto deverá ser realizado pela **CONTRATADA**, de forma parcelada, de acordo com a necessidade e nos locais indicados pela Secretaria de Educação e Cultura, mediante o recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, no prazo de até 2 (dois) dias. No caso do fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes neste Edital.

7.1 – O presente contrato terá **vigência de 12 (Doze) meses** a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA

8 – São obrigações da CONTRATADA:

- a)** Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira e Anexo I, segundo as especificações e normas técnicas adequadas, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b)** Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c)** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d)** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do objeto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e)** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f)** A falta do produto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- g)** Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h)** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i)** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j)** Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k)** Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO;
- l)** Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa recusada, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA NONA

9 - A **CONTRATADA** deverá manter preposto, aceito pelo **CONTRATANTE**, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - Caso a **CONTRATADA** venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **PREFEITURA**, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a **PREFEITURA**, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - O fornecimento contratado será acompanhado e fiscalizado por funcionário designado pela Secretaria de Educação e Cultura, a quem caberá fiscalizar os produtos utilizados, com poder de veto.

11.1 - Se, por qualquer razão, a **CONTRATADA** não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo **CONTRATANTE**:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição do **CONTRATANTE** para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

17.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

17.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 22 de Outubro de 2019.

SUSELLI BERENISSE ANACLETO BATISTA
Gestora do Fundo Municipal da Educação
CONTRATANTE

JN BOLSAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI ME
Jose de Arimathea Silveira
CONTRATADO

T E S T E M U N H A S

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

:: Página 11 ::

Avenida Nereu Ramos, nº. 190 – Fone/Fax: (47)3345-0200
CEP: 88385-000 – Penha/Santa Catarina

LEI Nº 3120/2019 "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER LEILÃO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 2219953

LEI Nº 3120/2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROMOVER LEILÃO PARA ALIENAR IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alienar, mediante leilão, observado o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/1993, de 21 de Junho de 1993 e demais disposições pertinentes à matéria, os seguintes imóveis que não mais atendem às necessidades do Município:

01 – Imóvel: Terreno situado na Rua Avelino João Reis, (meio da quadra) – Na rua da Farmacia Farma Fita 24horas – Centro – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 15488. Portando assim o Nº da inscrição imobiliária 01.03.045.0759. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 301,44 m².

02 – Imóvel: Terreno situado na Rua Avelino João Reis e Rua Serafim Inês Vieira – Centro – Penha - SC. Possuindo o número de cadastro 15485. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0016. Sob as dependências do proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área do lote de 698,94 m².

03 – Imóvel: Terreno situado na Rua Avelino João Reis – Centro – Penha- SC. Possuindo o número de cadastro 15489. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0771. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 310,11 m².

04 – Imóvel: Terreno situado na Rua Serafim Inês Vieira – Rua do Ginásio – Centro – Penha - SC. Possuindo o número de cadastro 15493. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0029. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 301,91 m².

05 – Imóvel: Terreno situado na Rua Serafim Inês Vieira – Rua do Ginásio – Centro – Penha - SC. Possuindo o número de cadastro 15491. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0055. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 301,91 m².

06 – Imóvel: Terreno situado na Rua Serafim Inês Vieira – Rua do Ginásio– Centro – Penha - SC. Possuindo o número de cadastro 15492. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0042. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 301,91 m².

07 – Imóvel: Terreno situado na Rua Avelino João Reis – Ao lado do Ginásio – Centro – Penha - SC. Possuindo o número de cadastro 15486. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0731. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 301,25 m².

08 – Imóvel: Terreno situado na Rua Serafim Ines Vieira – Ao lado do Ginásio – Centro – Penha - SC. Possuindo o número de cadastro 15490. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0068. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 300,22 m².

09 – Imóvel: Terreno situado na Rua Antonio Brigido de Souza – Armação – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 7485. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.04.027.0310. Sob as dependências do Proprietário Renato Feres Ffuri e Joseli Michieletto, com a área de do lote de 264,00 m².

10 – Imóvel: Terreno situado na Rua Antonio Brigido de Souza – Armação – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 7484. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.04.027.0298. Sob as dependências do Proprietário Renato Feres Ffuri e Joseli Michieletto, com a área de do lote de 264,00 m².

11 – Imóvel: Terreno situado na Rua Antonio Brigido de Souza – Armação – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 7483. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.04.027.0268. Sob as dependências do Proprietário Renato Feres Ffuri e Joseli Michieletto, com a área de do lote de 264,00 m².

12 – Imóvel: Terreno situado na Rua B – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 13972. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.065.0024. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².

13 – Imóvel: Terreno situado na Rua B – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 13975. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.065.0060. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².

14 – Imóvel: Terreno situado na Rua E e Rua G – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14292. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.054.0208. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².

- 15 – Imóvel: Terreno situado na Rua B – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 13974. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.065.0048. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 16 – Imóvel: Terreno situado na Rua C – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14038. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.062.0338. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 17 – Imóvel: Terreno situado na Rua D – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14017. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.062.0036. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 18 – Imóvel: Terreno situado na Rua D – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14016. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.062.0024. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 19 – Imóvel: Terreno situado na Rua D – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14015. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.062.0012. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 20 – Imóvel: Terreno situado na Rua B – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 13973. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.065.0036. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 21 – Imóvel: Terreno situado na Rua B – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14013. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.063.0339. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 22 – Imóvel: Terreno situado na Rua E – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14290. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.054.0159. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 23 – Imóvel: Terreno situado na Rua B – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14012. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.063.0327. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 24 – Imóvel: Terreno situado na Rua F – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14264. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.054.0255. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 25 – Imóvel: Terreno situado na Rua F – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14265. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.054.0267. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 26 – Imóvel: Terreno situado na Rua C – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14037. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.062.0326. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 27 – Imóvel: Terreno situado na Rua G e Rua F – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14263. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.054.0243. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 28 – Imóvel: Terreno situado na Rua E – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 14291. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.054.0171. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 29- Imóvel: Terreno situado na Rua C – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 13990. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.063.0012. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 30 – Imóvel: Terreno situado na Rua C – São Miguel – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 13991. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.06.063.0024. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 312,50 m².
- 31 – Imóvel: Terreno situado na Avenida Itapocoroy – Armação – Ao lado da praça da Armação – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 10614. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.04.173.0097. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 310,50 m².
- 32 – Imóvel: Terreno situado na Rua Sebastião José Santana – Nossa Senhora de Fátima – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 26926. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.01.110.02.06. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 2.296,66 m².
- 33 – Imóvel: Terreno situado na Avenida Prefeito Eugenio Krause e Rua Marechel Rodon – Centro – Ao lado do Hotel Penha – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 26913. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.106.0017. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 96,03 m².
- 34 – Imóvel: Terreno situado na Rua Rubens Nicoluzzi – Nossa Senhora de Fátima – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 26862. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.01.096.0055. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 1.781,74 m².
- 35 – Imóvel: Terreno situado na Rua Maria Espindola Francez – Nossa Senhora de Fátima – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 26748. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.01.104.0268. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 2.424,59 m².

36 – Imóvel: Terreno situado na Rua Felipe João Anacleto – Nossa Senhora de Fátima – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 27113. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.01.097.0283. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 1.884,41 m².

37 – Imóvel: Terreno situado na Rua Umbelino Roberto Lessa – Armação – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 6775. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.147.1095. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 291,20m

38 – Imóvel: Terreno situado na Rua Lourival de Souza – Armação – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 16166. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.148.0363. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 297,00m².

39 – Imóvel: Terreno situado na Rua Maria Espindola Francez – Nossa Senhora de Fátima – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 26777. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.01.105.0276. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 1.581,74 m².

40 – Imóvel: Terreno situado na Rua Avelino João Reis – Centro – Penha- SC. Possuindo o número de cadastro 15487. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.03.045.0746. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 308,94 m².

41 – Imóvel: Terreno situado na Rua Felipe João Anacleto – Nossa Senhora de Fátima – Penha – SC. Possuindo o número de cadastro 26860. Portando assim o Nº da inscrição Imobiliária 01.01.095.0113. Sob as dependências do Proprietário Prefeitura Municipal de Penha, com a área de do lote de 1.884,41 m².

Parágrafo único - Só poderão ser leiloados os imóveis cuja matrícula esteja em nome do município de Penha.

Art. 2º A venda de que trata o artigo 1º desta lei, será exclusivamente à vista.

Art. 3º O preço dos bens constantes da relação do artigo 1º desta lei será estipulado através da avaliação realizada pelo leiloeiro público oficial, onde será observado, o valor de mercado dos imóveis.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder à alienação dos bens constantes do artigo 1º desta lei, pelo maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação, assim como a suspender a venda, se o julgar conveniente.

Art. 5º Fica autorizada a contratação de Leiloeiro Público Oficial para o fiel cumprimento da presente Lei, sendo que o mesmo deverá ser remunerado apenas pela comissão que é devida pela arrematação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 31 de outubro de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos trinta e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 1973/2019

Publicação Nº 2220318

PORTARIA N.º 1973/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR, em caráter temporário a Sra. LEDA MARIA SILVA, para exercer a função de Auxiliar de Serviços, no período de 04/11/2019 a 03/11/2020, de acordo com o Contrato Temporário nº 117/2019 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 04 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos quatro e um dias do mês de novembro do ano de dois mil

e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1974/2019

Publicação Nº 2220320

PORTARIA N.º 1974/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 64, VI, IX e XXXIV, Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º Autoriza, o servidor abaixo nominado, para dirigir o veículo oficial a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

- RAFAEL REIS – Matrícula 11485 - CNH nº 01874613932 – Validade 21/09/2021.

Art. 2º A presente autorização não exime o servidor das responsabilidades inerentes à condução de veículos oficiais, nem o resguarda de eventuais ações regressivas em caso de dano ao patrimônio público ou alheio.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 05 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1975/2019

Publicação Nº 2220322

PORTARIA N.º 1975/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. BRUNA ALESSANDRA DO NASCIMENTO VIEIRA, no período de 07/11/2019 a 13/12/2019, conforme o 1º Termo Aditivo nº 672/2019 ao Contrato nº 714/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 06 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1976/2019

Publicação Nº 2220324

PORTARIA N.º 1976/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, a contratação temporária da Sra. VANESSA JURACI PINTO, no período de 12/11/2019 a 11/11/2020, de acordo com o 2º Termo Aditivo nº 118/2019 ao Contrato nº 108/2017 FMS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 06 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1977/2019

Publicação Nº 2220327

PORTARIA N.º 1977/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. EDIMARA GUIOMAR BRANCO FELSKY, no período de 07/11/2019 a 13/12/2019, conforme o 1º Termo Aditivo nº 715/2019 ao Contrato nº 242/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 06 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1978/2019

Publicação Nº 2220332

PORTARIA N.º 1978/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o Sr. FELIPE MARTINI do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ALMOXARIFADO E PATRIMONIO I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1450/2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2018.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1979/2019

Publicação Nº 2220335

PORTARIA N.º 1979/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, o Sr. FELIPE MARTINI para ocupar o cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO PREDIAL I, da SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS a contar desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1980/2019

Publicação Nº 2220338

PORTARIA N.º 1980/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR: os servidores MARIZETE DA COSTA, JULIANA BUENO PERCIANI e ELEANDRO GRANDI para compor a COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO/SINDICÂNCIA sem ônus para este Município, para apurar fatos referentes ao CONTRATO 077/2018 PMP, alusivo ao pagamento de notas fiscais do POSTO DE GASOLINA SÃO MIGUEL LTDA, solicitado através Circular 1doc 5.109/2019, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da edição desta Portaria, instaurando-se o processo na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1981/2019

Publicação Nº 2220340

PORTARIA N.º 1981/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. TAINARA DE FREITAS, no período de 08/11/2019 a 13/12/2019, conforme o 1º Termo Aditivo nº 716/2019 ao Contrato nº 239/2019 PMP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1982/2019

Publicação Nº 2220343

PORTARIA N.º 1982/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 1718/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1603/2019, (para aplicar as penalidades em decorrência da falta do cumprimento do contrato com a Alzeli Moraes ME, bem como a falta de entrega de mercadoria), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância sem ônus para este Município, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, ELEANDRO GRANDI e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1983/2019

Publicação Nº 2220344

PORTARIA N.º 1983/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 1719/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1605/2019, (para apuração dos fatos apresentados pela Secretaria de Serviços Urbanos em relação a ausências, e abandono do setor de trabalho, do servidor Carlos Henrique Caldeira), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância sem ônus para este Município, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, ELEANDRO GRANDI e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1984/2019

Publicação Nº 2220345

PORTARIA N.º 1984/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 1720/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1171/2019, (para apurar os fatos referente ao ofício nº 0034/2019/01PJ/BPI do Ministério Público de Santa Catarina, conforme solicitação do memorando 1doc 2.785/2019), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância sem ônus para este Município, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, ELEANDRO GRANDI e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1985/2019

Publicação Nº 2220346

PORTARIA N.º 1985/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 1721/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1172/2019, (para averiguar a situação de falta de fornecimento de medicamentos pela empresa SOMA/SC Produtos Hospitalares Ltda), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância sem ônus para este Município, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, ELEANDRO GRANDI e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

PORTARIA Nº 1986/2019

Publicação Nº 2220348

PORTARIA N.º 1986/2019

O Secretário Municipal de Administração/Ordenador de Despesas de Penha e de acordo com o Art. 65, Art. 89, inciso II, "C" da Lei Orgânica Municipal e Portaria nº 1230/2018, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Portaria nº 1723/2019, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão do Processo instaurado pela Portaria nº 1275/2019, (para apuração dos fatos apresentados na Comunicação Interna nº 56/2019 com relatório de ausências da servidora Elisangela Prestini), a fim de possibilitar o contraditório e a ampla defesa, bem como o levantamento de todos os documentos necessários para instruir a Sindicância sem ônus para este Município, composta pelos os servidores MARIZETE DA COSTA, ELEANDRO GRANDI e JULIANA BUENO PERCIANI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 07 de novembro de 2019.

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO/
ORDENADOR DE DESPESAS

--	--

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO 124/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO 30/2019

Publicação Nº 2220448

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Dispensa de Licitação - PMP

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 124/2019 – Dispensa de Licitação nº 30/2019 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização elaboração de projeto elétrico para decoração natalina da praça José Hilário Simon para o ano de 2019.

Dados do Contrato: Contrato nº 158/2019 / Contratado: ELETRO MM LTDA - CNPJ sob o nº 12.067.448/0001-01- Data do Contrato: 06/11/2019 - Valor do Contrato: R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais). - Informações complementares: Dispensa de Licitação, Lei 8.666 Artigo 24 inciso II.

Peritiba SC., 06 de novembro de 2019.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pescaria Brava

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219449

DECRETO LEGISLATIVO Nº 001, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“TRATAM OS AUTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2016, DE RESPONSABILIDADE DO SENHOR ANTONIO AVELINO HONORATO FILHO, ORA SUBMETIDA À ANÁLISE E ELABORAÇÃO DE PARECER PRÉVIO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA, NO EXERCÍCIO DA COMPETÊNCIA QUE LHE É ATRIBUÍDO POR FORÇA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL”.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA, Estado de Santa Catarina, faz saber que, após deliberação do Plenário em Sessão Extraordinária realizada no dia 07 de novembro de 2019, o Poder Legislativo Municipal promulga e manda publicar, para os devidos efeitos, o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º. Ficam aprovadas, em contrariedade a recomendação do TCE-SC, que opinou pela rejeição das mesmas, as Contas da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava, Estado de Santa Catarina, relativas ao exercício financeiro de 2016 de responsabilidade do Gestor-Prefeito Municipal Antônio Avelino Honorato Filho, em conformidade com o Parecer Prévio referente ao Processo @PCP 17/00653323 , atendido todo procedimento regimental.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pescaria Brava, 07 de novembro de 2019

GILBERTO NEVES E SILVA
PresidenteJAISSON CASTRO DE SOUZA
Vice-PresidenteJAIRO RONALDO CORRÊA
1º SecretárioMIGUEL DA SILVA
2º Secretário

Pinhalzinho

PREFEITURA

208

Publicação Nº 2219323

DECRETO Nº. 208/2019 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.579/2018 de 20/12/2018.

DECRETA:

Art. 1º FICA aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar no valor de R\$ 58.786,12 (cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e seis reais e doze centavos) destinados a suplementar a seguinte Atividade e Projeto:

06.001.0012.0361.0025.2030 – MANUTENÇÃO E REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES ENSINO FUNDAMENTAL

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
4490000	0.3.36.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	28.786,12

12.001.0027.0812.0024.2024 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS DO MUNICIPIO

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3390000	0.3.00.0000	Outras Despesas Correntes– Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte os recursos o valor de R\$ 58.786,12 (cinquenta e oito mil setecentos e oitenta e seis reais e doze centavos) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício financeiro de 2018.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho - SC, 30 de outubro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito Municipal

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

213

Publicação Nº 2219322

DECRETO Nº 213/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 1º da Lei Municipal No 2.631/2019 de 05/11/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

14.001.0028.0846.0013.0002 – PASEP

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	85.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) na dotação orçamentaria no seguinte Projeto/Atividade:

13.001.0022.0334.0022.1027 – AQUISIÇÃO E INFRAESTRUTURA DE PARQUE INDUSTRIAL

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	85.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Pinhalzinho – SC, 05 de novembro de 2019.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

AVISO REVOGAÇÃO CONCORRENCIA 004-2019

Publicação Nº 2219436

AVISO DE REVOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019

Fica REVOGADO por interesse público, nos termos do item 11.1 do Edital de Concorrência, o CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2019 marcado para 23 de dezembro de 2019, "Alienação com transferência de domínio de imóveis de propriedade deste Município de Pinhalzinho, que serão alienados na seguinte ordem, de acordo com a classificação, sendo que o primeiro colocado terá direito ao 1º lote e os demais seguem na ordem de classificação até o 12º lote".

Considerando a necessidade de revisão dos critérios. Considerando o excesso de cláusulas com dupla interpretação. Considerando a necessidade de conferir maior possibilidade de concorrência. Por estas razões decidi revogar a licitação.

Pinhalzinho, SC, 07 de novembro de 2019.

MÁRIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

ATA ABERTURA ENVELOPE DCTOS PREGÃO 002-2019

Publicação Nº 2220390

ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às treze horas e trinta minutos reuniu-se a Comissão de Licitação formada por VANIA MARISA BATISTTI (Presidente), CLAUDIA LUZIA UTZIG e JESON ADEVILSON PANIS (Membros), LUIZ VILMAR DA SILVA Colaborador da Empresa Betha Sistemas Ltda(sem procuração), JOSE ANTONIO TREZ, Representante da Empresa IPM Sistemas Ltda, GABRIELA CUCHI, representante do Observatório Social, na Câmara de Vereadores, para julgar as documentações referentes ao Processo Licitatório - PREGÃO PRESENCIAL 002-2019 – CVP, com observância ao especificado nos art. 43 e 48 da Lei Nº. 8.666/93 constatou-se o seguinte:

A Presidente deu por aberto os trabalhos e solicitou Sr. JESON ADEVILSON PANIS, que fizesse a conferência dos documentos do envelope lacrado da empresa IPM SISTEMAS LTDA. Após Jeson conferir anunciou que todos os documentos estavam dentro de sua validade no dia da abertura da licitação, ou seja, 16 de setembro de 2019 as 14:00

Nada mais havendo a constar, foi lavrado a presente ata.

Pinhalzinho, 06 de setembro de 2019.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

VANIA MARISA BATISTTI

Presidente

JESON ADEVILSON PANIS

Membro

CLAUDIA LUZIA UTZIG

Membro Colaborador da Betha Sistemas

LUIZ VILMAR DA SILVA

(Sem procuração)

JOSE ANTONIO TREZ

Representante da IPM Sistemas

GABRIELA CUCHI

Representante do Observatório Social

Pinheiro Preto

PREFEITURA

PORTARIA 545/2019

Publicação Nº 2219936

PORTARIA Nº 545, DE 07 novembro DE 2019.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR Gilmar Linck Duarte.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor Gilmar Linck Duarte, ocupante do cargo efetivo de Médico, 12 (doze) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/04/2018 a 01/04/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de novembro de 2019 a 29 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 07 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 546/2019

Publicação Nº 2219940

PORTARIA Nº 546, DE 07 novembro DE 2019.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A SERVIDORA Fabiane Aparecida Bogoni.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Fabiane Aparecida Bogoni, ocupante do emprego público de Técnico em Enfermagem - PSF, 19 (dezenove) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 06/06/2018 a 05/06/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de novembro de 2019 a 06 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 07 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 547/2019

Publicação Nº 2219944

PORTARIA Nº 547, DE 07 de novembro DE 2019.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A servidora Eloiza Felchilcher.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Eloiza Felchilcher, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente de recursos humanos, 20 (vinte) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 06/04/2017 a 05/04/2018, cujo gozo dar-se-á no período de 18 de novembro de 2019 a 07 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 07 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 548/2019

Publicação Nº 2219948

PORTARIA Nº 548, DE 07 de novembro DE 2019.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A servidorA Ramone Dall Bosco.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Ramone Dall Bosco, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Creche, 16 (dezesesseis) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 12/01/2018 a 11/01/2019, cujo gozo dar-se-á no período de 21 de novembro de 2019 a 06 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 07 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 549/2019

Publicação Nº 2219951

PORTARIA Nº 549, DE 07 de novembro DE 2019.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS A servidora Simone Rabuske Olivo.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora Simone Rabuske Olivo, ocupante do cargo de provimento efetivo de Contadora, 08 (oito) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 03/03/2017 a 02/03/2018, cujo gozo dar-se-á no período de 28 de novembro de 2019 a 05 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de novembro de 2019.

Centro Administrativo Municipal, 07 de novembro de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Publicação Nº 2219635

Edital de convocação para Audiência Pública

Plano de Mobilidade Urbana

A Prefeitura Municipal de Piratuba, através deste edital, CONVIDA a população em geral, para Audiência Pública de apresentação do Plano de Mobilidade Urbana, no dia 27 de novembro de 2019, a ser realizada no Anfiteatro do Centro de Eventos de Piratuba, situado na Rua Florianópolis, nº 246, Centro, Piratuba/SC, CEP 89667-000, às 19h (dezenove horas).

Desta forma, ficam convocados todos os que desejarem participar desta Audiência Pública.

Piratuba, 05 de novembro de 2019.

Olmir Paulinho Benjamini- Prefeito do Município de Piratuba.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2019

Publicação Nº 2219178

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2019****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019****1 - PREÂMBULO**

1.1 - O Município de Piratuba, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, o Sr. Carlos Alberto Maltauro, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, para a contratação do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO MENSAL**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal 55, de 04 de julho de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às **08h20min** do dia **21 de novembro de 2019**, no Departamento de Compras deste Município, situado a Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro neste Município.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **08h30min** do dia **21 de novembro de 2019**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Piratuba, situada no endereço citado no **item 1.2**.

2 - DO OBJETO

2.1 – A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de consultoria municipal para fins de captação de recursos e acompanhamento de processos e projetos de interesse municipais junto a órgãos e instituições federais, conforme especificado na minuta do contrato **anexo E**.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

**MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 71/2019
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do **Anexo "A"**, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do **item 6.5**, o representante da licitante **deverá apresentar cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para **verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação (Fora dos Envelopes)**.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **item 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Piratuba e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **item 1.2**, no Departamento de Compras desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, **não terá direito**



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente **fora** dos envelopes no momento do credenciamento.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- b) Número deste Pregão;
- c) Descrição dos Serviços nos termos do **Anexo “E”** deste Edital, quantidade, unidade de medida, preço mensal e preço total (previsão para 12 meses), conforme exemplificado abaixo:

Descrição	Quant.	Unid.	Preço Unit.	Preço Total
	12			

- d) Preço Global proposto grafado em algarismos numéricos e por extenso;
- e) **Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.**

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pela Comissão Permanente de Licitações para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

- a) nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- b) nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- c) nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

habilitação:

- a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei (CND ou CPD-EN do INSS);
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
- g) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do Anexo "B".
- h) Certidão Negativa de Falência e de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede da licitante.
- i) Certidão de Registro de Pessoa Jurídica expedida pela Entidade profissional Competente.
- j) Comprovação de aptidão para desempenho das atividades, através de declaração ou certidão fornecido por pessoa jurídica de direito público compatíveis com o objeto.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas **alíneas "a" a "f"** do **item 6.1**, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Piratuba.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à **manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador**. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Piratuba, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.**

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no **item 6.2** e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.3** deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão,



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6.1**, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas “a” a “f”, **relativos à regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração **verbal ou escrita**, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do **Anexo “C”**), deverá vir **anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital, sob pena de desclassificação**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

7.2.2 - Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 5.1 a 5.5** deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexecutável.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o **preço mensal** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da **alínea "a" deste Item**, serão convocadas as remanescentes que porventura se



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

enquadrem na hipótese prevista no **Item 7.6.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 7.6.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **Item 7.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 1 (um) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 6 e seus subitens**, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no **item 7.8**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a homologação**, devendo os seus responsáveis retirá-los em 05 (cinco) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO MENSAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão**.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, **MENOR PREÇO MENSAL**, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DO VALOR ORÇADO E PREÇO MÁXIMO

9.1 - Os valores mensais previamente orçados pela Administração Municipal de Piratuba correspondem a R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais).

9.2 - Os valores mencionados no subitem 9.1 figuram ainda como preços máximos a serem respeitados pelas proponentes participantes deste certame licitatório, sob pena de desclassificação.

10 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

9.1 - A licitante vencedora deverá executar os serviços de acordo com as especificações constantes do “anexo E” deste Edital.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 - O Município de Piratuba efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao licitante vencedor, mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias após a apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestada(s) pelo(a) Secretário da Pasta ou servidor(a) designado responsável pela fiscalização do contrato, devendo as mesmas serem entregues até o quinto dia útil do término dos 30 (trinta) dias subsequente a realização dos serviços.

11.2 - As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a dotação nº 03.01.2.004.3.3.90.39.05.00.00.00 (10/2019), prevista na Lei Orçamentário do exercício de 2019.

11.3 - Estará sujeito ao credor, a cobrança de eventuais despesas bancárias sobre os pagamentos (taxa bancária sobre DOC/TED/OP/OUTROS), descontando o valor correspondente da parcela a ser paga.

12 - DO REAJUSTE

12.1 - Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual constante no subitem 14.3, deste Edital, será concedido o reajuste dos valores propostos pela licitante vencedora com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI).

12.2 - O primeiro reajuste só poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses da data limite para protocolo das propostas, e assim sucessivamente com os demais possíveis reajustes.

13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Compras deste Município, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão, ficando suspensos todos os procedimentos até seu julgamento.

13.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

13.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

13.4 - As demais licitantes, desde já ficam intimadas na Sessão Pública acima referida, e terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.6 - Decididos os recursos, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto do certame à licitante vencedora.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

14 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA

14.1 - Após a homologação do resultado, será a vencedora notificada e convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, assinar o pertinente contrato (minuta constante do **Anexo "D"**), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 16**, deste Edital.

14.2 - No ato de formalização do contrato, deverá a licitante vencedora indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Administração poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

14.3 - O contrato decorrente desta licitação terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados de sua assinatura. O prazo retrocitado poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão expressa no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

14.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

16 - DAS PENALIDADES

16.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual no prazo assinalado neste edital, *sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento)* sobre o valor total do contrato, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que teria para assinar o contrato, nos termos do **item 14.1** do presente instrumento convocatório.

16.1.1 - Entende-se por valor total do contrato o montante dos preços totais finais oferecidos pela licitante após a etapa de lances, considerando o objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.2 - A penalidade de multa, prevista no **item 16.1** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o art. 7, do mesmo diploma legal.

16.3 - A Administração poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela licitante vencedora, nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

16.4 - Nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Piratuba, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3553-0288, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.

17.3 - O Município de Piratuba reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

17.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Piratuba não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.6 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal

17.7 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

17.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Capinzal, SC, excluído qualquer outro.

18 - DOS ANEXOS DO EDITAL

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) **Anexo “A” – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

- b) **Anexo “B”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;
- c) **Anexo “C”** – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;
- d) **Anexo “D”** – MINUTA DE CONTRATO;
- e) **Anexo “E”** – TERMO DE REFERÊNCIA.

Piratuba, SC, 04 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO MALTAURO
Supervisor de Compras



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Ao Município de Piratuba, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Piratuba, SC, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019

ANEXO "B"

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019

ANEXO “C”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº
10.520/2002 (*)**

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pele lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019**, instaurado pelo Município de Piratuba, SC.

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 071/2019

ANEXO "D"

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2019

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O
MUNICÍPIO DE PIRATUBA E A EMPRESA
_____, PARA
PRESTAÇÃO DE CONSULTORIA MUNICIPAL EM
ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES FEDERAIS.**

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 82.815.481/0001-58, com sede na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, nesta cidade, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças, Sr. Giovani Gelson Meneghel, portador da Cédula de Identidade nº 2.140.425 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 986.374.959-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro, a empresa _____, com sede na _____, _____, Bairro _____, _____, _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, neste ato representada pelo seu _____, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade RG nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Processo Licitatório nº 102/2019, na modalidade Pregão Presencial nº 071/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, atendidas as cláusulas a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços na área de consultoria municipal por para fins de captação de recursos e acompanhamento de processos e projetos de interesse municipais junto a órgãos e instituições federais. Orientação quanto à apresentação de projetos nos programas disponíveis nos diferentes órgãos apoiadores e financiadores de projetos municipais;

- a) Acompanhamento do andamento de todos os projetos nos órgãos Estaduais e Federais, entregas de documentos, protocolo de documentos, acompanhamento sistemático com visitas aos órgãos responsáveis, verificando o andamento da documentação e a liberação dos recursos.
- b) Acompanhamento da regularidade e situação da prefeitura municipal junto ao CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), CAUC (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios), e demais negativas e documentação necessária para a regularização da prefeitura junto aos órgãos federais e estaduais para recebimento de recursos.
- c) Acompanhamento dos repasses do governo federal ao município, tais como Transporte Escolar, Programa Saúde Família, Projeto Unidade Básica de Saúde - FNS, Projeto Quadra FNDE, Ampliação de Unidades de Saúde, Equipamentos para a Saúde, Fundo Participação

Pregão Presencial 071/2019

Fl. 16/24



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

- dos Municípios, Agentes Comunitários de Saúde, FUNDEB, FNDE/PAR, CIDE, Bolsa Família, Salário Educação, dentre outros programas que o município recebe recursos Estaduais e Federais.
- d) Acompanhamento das Emendas individuais e de bancada. Articulação para apresentação de documentos e solicitações necessárias, acompanhamento da confecção das emendas, da priorização, do empenho e do repasse dos recursos.
 - e) Acompanhamento via SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) dos empenhos e pagamentos feitos pelo governo federal ao município.
 - f) Articulação com gabinetes de parlamentares estaduais e federais para apoio de demandas apresentadas e protocoladas nos órgãos das diferentes esferas.
 - g) Parceria e articulação com empresas renomadas na elaboração de projetos quando for necessário e solicitado pelo município.
 - h) Articulação e assessoramento com a Caixa Econômica Federal e demais órgãos para otimizar os prazos e agilizar o andamento dos procedimentos e agilização na liberação de contratos de repasses e convênios do município.
 - i) Solicitação de agendas tanto em órgãos federais como estaduais quando solicitado pelo município.
 - j) Apoio ao prefeito municipal ou autoridade constituída, no deslocamento para a Capital Federal, efetuando quando solicitado reserva, em hotéis; passagens aéreas, com ônus ao município.
 - k) Organização de agendas com autoridades, e disponibilidade de escritório para reuniões e trabalho em Brasília, com infra-estrutura apropriada.
 - l) Disponibilidade de escritório e/ou espaço similar em Brasília com infraestrutura para reuniões de trabalho e realização de agendas, com a presença e acompanhamento de prepostos da Contratada Assessoramento na elaboração e confecção de ofícios e demais documentos necessários para o encaminhamento de solicitações de recursos e demais processos e projetos de interesse municipal;
 - m) Assessoramento na elaboração e confecção de ofícios e demais documentos necessários para o encaminhamento de solicitações de recursos e demais processos e projetos de interesse municipal;
 - n) Acompanhamento na prestação de contas dos convênios;
 - o) Articulação com os Meios de Comunicação Social para publicação e divulgação das ações desenvolvidas pela administração municipal, valorizando as iniciativas do poder público;
 - p) Apoio na organização e busca de patrocinadores para realização de eventos de interesse do município, tanto em Brasília como no estado.
 - q) Organização de visitas de autoridades do governo federal nos municípios, conforme necessidade e demanda.
 - r) Disponibilização do trabalho oferecido pela empresa via web site, com acesso gratuito ao administrador municipal através de senha própria.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

s) Demais assuntos relacionados e de interesse da municipalidade.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no processo de Licitação modalidade, Pregão Presencial nº 071/2019, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – LOCAL FORMA E FORNECIMENTO

2.1 - Os serviços objeto da Cláusula primeira deste instrumento contratual serão prestados na sede do Contratante e/ou na sede do Contratado, conforme a conveniência da administração municipal, e ainda na representação do CONTRATANTE em Brasília, devendo:

- a) Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.
- b) Disponibilizar uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e prestar auxílio no desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria devida e nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.
- c) Fornecer equipamentos, dependências e serviços que se fizerem necessários para a execução dos serviços objetos deste contrato.
- d) Administrar o presente contrato.
- e) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- f) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.
- g) Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto devendo ser entregue mensalmente para a CONTRATANTE.
- h) Prestar os eventuais serviços de defesa judicial e/ou administrativas decorrentes e/ou relacionados ao objeto do presente contrato, através de profissionais da contratada em parceria com advogado do quadro de servidores do contratado.
- i) Caso a prestação dos serviços objetos deste contrato resultem em, invenção, descobertas, aperfeiçoamentos ou inovações, os direitos de propriedade pertencerão à CONTRATADA e aos autores do trabalho que gerou desenvolvimento tecnológico, nos termos da Lei nº 9.279/96 (Código de Propriedade Industrial) ou legislação aplicável.
- j) A Contratada deverá manter equipe de profissionais e unidade de funcionamento de forma permanente sediada em Brasília, nas proximidades do Congresso Nacional e Sede dos Ministérios.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados de sua assinatura. O prazo retrocitado poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão expressa no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

3.2 - Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual deste Edital, será



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

concedido o reajuste dos valores propostos pela licitante vencedora com base na variação do Índice Geral de Preços (IGPM).

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela prestação do serviço previstos neste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal, a quantia de R\$ (..... reais) sendo o valor total de R\$ (..... Reais), sem reajuste.

4.2. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente licitação correrão a dotação nº 03.01.2.004.3.3.90.39.05.00.00.00 (10/2019), prevista na Lei Orçamentário do exercício de 2019.

4.3. Todos e quaisquer impostos, taxas e contribuições fiscais e para fiscais, inclusive os de natureza previdenciária, social ou trabalhista, bem como emolumentos, ônus ou encargos de quaisquer natureza, decorrentes deste contrato correrão por conta da Contratada.

4.4. Durante a vigência deste contrato a Contratada deverá apresentar as negativas de INSS e FGTS, assim como, outros documentos que forem solicitados para comprovarem o disposto no item anterior, sob pena de suspensão dos pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O Município de Piratuba efetuará o pagamento do objeto desta licitação, ao licitante vencedor, mensalmente, no prazo de até 10 (dez) dias após a apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestada(s) pelo(a) Secretário da Pasta ou servidor(a) designado responsável pela fiscalização do contrato, devendo as mesmas serem entregues até o quinto dia útil do término dos 30 (trinta) dias subsequente a realização dos serviços.

5.2. Estará sujeito ao credor, a cobrança de eventuais despesas bancárias sobre os pagamentos (taxa bancária sobre DOC/TED/OP/OUTROS), descontando o valor correspondente da parcela a ser paga.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. A fiscalização da execução dos trabalhos da CONTRATADA será exercida pela CONTRATANTE, através do Secretário ou agente por ela designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas no prazo de 2 (dois) dias, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

6.2. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato, serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº A CONTRATADA 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

7.3 – O presente contrato poderá ser alterado nas condições estabelecidas no art. 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pelo atraso injustificado na entrega do bem objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, na seguinte conformidade:

8.1.1. multa de 0,1% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 05% (cinco por cento).

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, e, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total deste contrato.

8.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

9.2. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através do Secretário Municipal de Administração e Finanças, ou por servidor por ele designado, o qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas de imediato, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

9.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo ou total, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal, SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Piratuba, SC, ____ de _____ de 2019.

CONTRATADA

GIOVANI GELSON MENEGHEL
Secretário Municipal de Administração e
Finanças
CONTRATANTE

Testemunhas:

01.

Nome:

CPF:

02.

Nome:

CPF:



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 071/2019

ANEXO “E”

TERMO DE REFERÊNCIA

Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Máximo Mensal	Valor Total Máximo
01	12	Serviço Mensal	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assessoria técnica e logística em Brasília/DF, com a finalidade de prestação de serviços de assessoria á membros do executivo municipal na realização de compromissos oficiais em Brasília-DF, com a disponibilização de escritório em Brasília-DF, equipado com toda a estrutura necessária para a realização de reuniões e demais serviços de apoio administrativo, bem como de acompanhamento de processos e projetos de interesses do município de Piratuba-SC, junto aos órgãos federais, monitorar o lançamento de novos programas junto aos órgão federais, oportunizando a administração municipal a elaboração e apresentação de projetos para captação de recursos.	4.600,00	55.200,00
Total Geral					55.200,00

DAS ATRIBUIÇÕES

- Acompanhamento do andamento de todos os projetos nos órgãos Estaduais e Federais, entregas de documentos, protocolo de documentos, acompanhamento sistemático com visitas aos órgãos responsáveis, verificando o andamento da documentação e a liberação dos recursos.
- Acompanhamento da regularidade e situação da prefeitura municipal junto ao CADIN (Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal), CAUC (Cadastro Único de Exigências para Transferências Voluntárias para Estados e Municípios), e demais negativas e documentação necessária para a regularização da prefeitura junto aos órgãos federais e estaduais para recebimento de recursos.
- Acompanhamento dos repasses do governo federal ao município, tais como Transporte Escolar, Programa Saúde Família, Projeto Unidade Básica de Saúde - FNS, Projeto Quadra FNDE, Ampliação de Unidades de Saúde, Equipamentos para a Saúde, Fundo Participação dos Municípios, Agentes Comunitários de Saúde, FUNDEB, FNDE/PAR, CIDE, Bolsa Família, Salário Educação, dentre outros programas que o município recebe recursos Estaduais e Federais.
- Acompanhamento das Emendas individuais e de bancada. Articulação para apresentação de documentos e solicitações necessárias, acompanhamento da confecção das emendas, da priorização, do empenho e do repasse dos recursos.
- Acompanhamento via SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal) dos empenhos e pagamentos feitos pelo governo federal ao município.

Pregão Presencial 071/2019

Fl. 22/24



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

- f) Articulação com gabinetes de parlamentares estaduais e federais para apoio de demandas apresentadas e protocoladas nos órgãos das diferentes esferas.
- g) Parceria e articulação com empresas renomadas na elaboração de projetos quando for necessário e solicitado pelo município.
- h) Articulação e assessoramento com a Caixa Econômica Federal e demais órgãos para otimizar os prazos e agilizar o andamento dos procedimentos e agilização na liberação de contratos de repasses e convênios do município.
- i) Solicitação de agendas tanto em órgãos federais como estaduais quando solicitado pelo município.
- j) Apoio ao prefeito municipal ou autoridade constituída, no deslocamento para a Capital Federal, efetuando quando solicitado reserva, em hotéis; passagens aéreas, com ônus ao município.
- k) Organização de agendas com autoridades, e disponibilidade de escritório para reuniões e trabalho em Brasília, com infra-estrutura apropriada.
- l) Disponibilidade de escritório e/ou espaço similar em Brasília com infraestrutura para reuniões de trabalho e realização de agendas, com a presença e acompanhamento de prepostos da Contratada Assessoramento na elaboração e confecção de ofícios e demais documentos necessários para o encaminhamento de solicitações de recursos e demais processos e projetos de interesse municipal;
- m) Assessoramento na elaboração e confecção de ofícios e demais documentos necessários para o encaminhamento de solicitações de recursos e demais processos e projetos de interesse municipal;
- n) Acompanhamento na prestação de contas dos convênios;
- o) Articulação com os Meios de Comunicação Social para publicação e divulgação das ações desenvolvidas pela administração municipal, valorizando as iniciativas do poder público;
- p) Apoio na organização e busca de patrocinadores para realização de eventos de interesse do município, tanto em Brasília como no estado.
- q) Organização de visitas de autoridades do governo federal nos municípios, conforme necessidade e demanda.
- r) Disponibilização do trabalho oferecido pela empresa via web site, com acesso gratuito ao administrador municipal através de senha própria.
- s) Demais assuntos relacionados e de interesse da municipalidade.

LOCAL FORMA E FORNECIMENTO

- a) Utilizar as técnicas disponíveis para a realização das atividades aliadas à consultoria, empregando seus melhores esforços na consecução da mesma.
- b) Disponibilizar uma equipe tecnicamente capacitada para a realização de pesquisas e prestar auxílio no desenvolvimento do projeto no âmbito da matéria da consultoria devida e nomear um coordenador desta equipe, responsável pela administração das atividades.
- c) Fornecer equipamentos, dependências e serviços que se fizerem necessários para a execução dos serviços objetos deste contrato.
- d) Administrar o presente contrato.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

- e) Arquivar os documentos derivados do presente contrato e apresentá-los quando exigidos por quem de direito.
- f) Recolher tributos e contribuições previdenciárias que incidirem sobre as atividades do projeto, com recursos deste.
- g) Fornecer relatórios, constando resultados técnicos e estatísticos sobre a consecução do projeto devendo ser entregue mensalmente para a CONTRATANTE.
- h) Prestar os eventuais serviços de defesa judicial e/ou administrativas decorrentes e/ou relacionados ao objeto do presente contrato, através de profissionais da contratada em parceria com advogado do quadro de servidores do contratado.
- i) Caso a prestação dos serviços objetos deste contrato resultem em, invenção, descobertas, aperfeiçoamentos ou inovações, os direitos de propriedade pertencerão à CONTRATADA e aos autores do trabalho que gerou desenvolvimento tecnológico, nos termos da Lei nº 9.279/96 (Código de Propriedade Industrial) ou legislação aplicável.
- j) A Contratada deverá manter equipe de profissionais e unidade de funcionamento de forma permanente sediada em Brasília, nas proximidades do Congresso Nacional e Sede dos Ministérios.

DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

- a) O contrato terá vigência de 12 (doze) meses consecutivos contados de sua assinatura. O prazo retrocitado poderá ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsão expressa no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.
- b) Na ocorrência de prorrogação do prazo de vigência contratual deste Edital, será concedido o reajuste dos valores propostos pela licitante vencedora com base na variação do Índice Geral de Preços (IGPM).

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2019

Publicação Nº 2219182

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019****1 - PREÂMBULO**

1.1 - O Município de Piratuba, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, Sr. Carlos Alberto Maltauro, **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, visando o **Registro de Preços** para a aquisição do objeto indicado no **item 2** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 55, de 04 de julho de 2006, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às **08h20** do dia **25 de novembro de 2019**, no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, Neste.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **08h30** do dia **25 de novembro de 2019**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Piratuba, situada no endereço citado no **item 1.2**.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de uniformes escolares, destinados à rede municipal de ensino infantil e fundamental de Piratuba, conforme especificações constantes no **Anexo “E”** deste Edital.

3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Podem participar da presente licitação, todos os interessados que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital.

3.2 - Não podem participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções previstas nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.2.1 - com falência decretada;

3.2.2 - em consórcio.

3.3 - Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006.

4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

Pregão Presencial 72/2019

Fl. 1/21



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

**MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019
ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**MUNICÍPIO DE PIRATUBA - SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do **Anexo "A"**, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do **item 6.5**, o representante da licitante **deverá apresentar** cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4 - Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **item 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Administração Municipal de Piratuba e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **item 1.2**, no Setor de Protocolo Geral desta Prefeitura. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoa Jurídica, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

4.7 - A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, **não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006**. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente **fora** dos envelopes no momento do



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

credenciamento.

5 - DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas, contendo ainda:

- Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente;
- Número deste Pregão;
- Numero do lote, descrição dos produtos nos termos do **Anexo “E”** deste Edital, unidade de medida, quantidade, marca, preço unitário e preço total do Item, conforme exemplificado abaixo:

Lote	Item	Especificação	Marca	Unid.	Quantidade	Preço Unit.	Preço Total
				UN			

- Local, data, assinatura e identificação do representante legal da licitante.

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data de sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pelo mesmo da seguinte forma:

- nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;
- nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;
- nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços por item apresentado no texto da proposta da licitante será corrigido pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e será considerado para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

- a) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo a Seguridade Social;
- b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CNDT ou CPDT-EN);
- f) Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente, conforme modelo constante do **Anexo “B”**.

6.2 - As licitantes poderão substituir os documentos referidos nas **alíneas “a” a “e”** do **item 6.1**, pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC expedido pela Comissão de Registro Cadastral de Licitantes do Município de Piratuba.

6.2.1 - A condição de validade do Certificado de Registro Cadastral apresentado pelos licitantes está atrelada à **manutenção de sua regularidade junto ao respectivo órgão cadastrador**. Desta forma, no curso do julgamento da fase de habilitação, o Pregoeiro averiguará a situação cadastral dos licitantes junto ao Cadastro de Licitantes do Município de Piratuba, **inabilitando aqueles cujo CRC estiver cancelado, suspenso, vencido ou, ainda, quando toda a documentação apresentada para o competente cadastramento não estiver em plena vigência.**

6.3 - Caso a licitante tenha optado por apresentar o Certificado de Registro Cadastral em substituição aos documentos elencados no **item 6.2** e, nele constando qualquer certidão com prazo de validade vencido, poderá apresentar tais documentos atualizados e regularizados dentro de seu Envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO.

6.4 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **90 (noventa) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.4.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.3** deste Edital.

6.5 - Os documentos exigidos nesta Licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.5.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

6.6 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.6.1 - se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.6.2 - se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

6.7 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressaltados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.8 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no item 6.1, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.9 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6.1**, mesmo que os documentos exigidos nas alíneas “a” a “e”, **relativos à regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

6.9.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração **verbal ou escrita**, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do **Anexo “C”**), deverá vir **anexada por fora do envelope da proposta, juntamente com o documento exigido no subitem 4.2.2 deste Edital, sob pena de desclassificação**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, será classificada, a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 5.1 a 5.5** deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexequível.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços por item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o **preço unitário do lote** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes serão registrados eletronicamente cujo formulário constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no art. 44 da Lei Complementar nº. 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da **alínea "a" deste Item**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no **Item 7.6.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 7.6.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no **Item 7.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no Item 7.7 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

7.7.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados no respectivo Orçamento Prévio, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item 6 e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto. Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 6 e seus subitens**, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no **item 7.8**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.12.1 - Erros de natureza formal poderão ser sanados a critério do Pregoeiro, durante a Sessão Pública do Pregão, inclusive a consulta da regularidade de documentos que possam ser emitidos pela internet.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (art. 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 3 (três) dias consecutivos para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contra-razões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los em 05 (cinco) dias após esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

8.1 - No julgamento das propostas, será considerada vencedora a licitante que apresentar o **MENOR PREÇO DO LOTE**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão**.

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, **PELO MENOR PREÇO DO LOTE**, à licitante cuja proposta seja considerada vencedora.

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

9 - DO VALOR ORÇADO E PREÇO MÁXIMO

9.1 - Os valores unitários dos Itens, previamente orçados pela Administração Municipal de Piratuba estão relacionados no Anexo "E", da presente Licitação.

9.2 - Os valores mencionados no subitem 9.1 figuram ainda como preços máximos a serem respeitados pelas proponentes participantes deste certame licitatório, sob pena de desclassificação.

10 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 - A(s) licitante(s) vencedora(s) obriga(m)-se a entregar os materiais, objeto desta licitação, de forma parcelada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos para quantidades até 500 peças e 45 (quarenta e cinco) dias para quantidades superiores, a contar do recebimento das Autorizações de Fornecimento, de segunda a sexta-feira, no horário da 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h, junto a Secretaria Municipal de Educação, localizada neste Município.

10.1.1 - As licitantes vencedoras deverão observar todas as especificações constantes do Anexo "E", inclusive os modelos dos produtos a serem ofertados.



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

10.1.2 - A licitante vencedora deverá retirar junto as Secretarias Municipais as logomarcas que deverão constar nas peças.

10.2 - As licitantes vencedoras deverão apresentar amostra de todos os produtos, junto a Secretaria solicitante, para análise e aprovação, antes de sua confecção, sob pena de não aceitação dos mesmos e conseqüente notificação para substituição dos materiais não aprovados.

10.3 - Não serão aceitos prorrogações de prazo para a entrega dos materiais finais, conforme previsto no subitem 10.1. Para tanto, se a amostra for reprovada na primeira tentativa, se aceitará uma segunda amostra (sem alteração do prazo de entrega), porém não será admitindo uma terceira amostra, ficando desde já a licitante vencedora, que o Contrato será rescindido unilateralmente por descumprimento Contratual, assegurado o direito a ampla defesa e o contraditório.

11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 - O Município de Piratuba efetuará o pagamento do objeto desta licitação no prazo máximo de até 15 (quinze) dias após a data de apresentação das respectivas notas fiscais, devidamente atestadas pelos servidores responsáveis pelo acompanhamento dos serviços, através de depósito em conta corrente de titularidade da licitante vencedora.

11.2 - As despesas decorrentes do fornecimento do objeto deste Edital correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício vigente.

11.3 - Durante todo o prazo de validade da Ata de Registro de Preços o(s) fornecedor(es) ficará(ão) obrigado(s) a manter atualizados todos os documentos relacionados nas alíneas “a” a “e” do **item 6.1** deste Edital, para que a Administração Municipal possa efetuar o pagamento.

11.4 - Estará sujeito ao credor, a cobrança de eventuais despesas bancárias sobre os pagamentos (taxa bancária sobre DOC/TED/OP/OUTROS), descontando o valor correspondente da parcela a ser paga.

12 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1 - Até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

12.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada junto ao Departamento de Compras deste Município, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão, ficando suspensos os trabalhos de abertura dos envelopes até seu julgamento.

12.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

12.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

12.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

12.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

12.6 - Decididos os recursos, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

13 - DO REGISTRO DOS PREÇOS

13.1 - Após a homologação do resultado da licitação e adjudicação do objeto pela autoridade competente, será efetuado o registro dos preços e do fornecedor correspondente mediante a assinatura da Ata de Registro de Preços (**Anexo "D"**) pelo responsável pelo Órgão Gerenciador e pela(s) licitante(s) vencedora(s) do certame, ficando vedada à transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

13.1.1 - É facultado à Administração, quando a(s) proponente(s) vencedora(s) não atender(em) à convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, a ser realizada até 5 (cinco) dias após a homologação da licitação, nos termos supra referidos, convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após aprovado o respectivo laudo, comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.1.2 - A convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços se fará através do Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e/ou diretamente aos vencedores. Os representantes legais das empresas que tiverem os preços registrados terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para comparecerem ao Departamento de Compras do Município de Piratuba para assinarem a Ata, sob pena das sanções previstas no **item 14** deste Edital.

13.2 - Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, será considerado o simples fato da empresa vencedora participar do certame licitatório e ter apresentado sua proposta final, como ato concreto, tendo em vista a realização de Pregão Presencial. Em caso de não atendimento ou recusa em fazê-lo, da primeira colocada, fica facultado ao Órgão Gerenciador convocar a segunda colocada para, ao mesmo preço e condições da primeira colocada, estar em condições de fornecer materiais, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.3 - A efetivação das contratações para o fornecimento se caracterizará após a assinatura da Ata de Registro de Preços que terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da sua data de assinatura.

13.4 - O fornecedor terá seu registro cancelado quando descumprir as condições da Ata de Registro de Preços ou não reduzir o preço registrado quando esse se tornar superior aqueles praticados no mercado.

13.5 - Os preços relacionados na Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no Art 65 da Lei 8.666/93, em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

13.6 - Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá ou não contratar todo ou quantidades parciais do objeto deste Pregão.

14 - DA RESCISÃO CONTRATUAL

14.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

à empresa contratada direito a qualquer indenização.

14.2 - A rescisão contratual poderá ser:

14.2.1 - determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

14.2.2 - amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

15 - DAS PENALIDADES

15.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital, sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do **item 12.1.1** do presente instrumento convocatório.

15.1.1 - Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os lotes do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

15.2 - Pelo atraso injustificado na entrega objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA às seguintes penalidades:

15.2.1 - multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total da obrigação não cumprida, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

15.2.2 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços e rescisão unilateral da Ata de Registro de Preços, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contados da data final estabelecida para a entrega (30 dias após o recebimento da autorização de fornecimento).

15.3 - Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços.

16 - DO CONTRATO E DOS PREÇOS

16.1 - A contratação do objeto licitado será efetivada após a assinatura da Ata de Registro de Preços através da emissão da(s) Autorização(ões) de Fornecimento.

16.2 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.3 - O Contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos dos itens licitados, respeitados os limites legais, conforme estabelece o § 1º do art. 65 da Lei 8666/93.

16.4 - Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

16.4.1 - A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei 8.666/93.

16.5 - Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

16.6 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante da Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

17 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

17.1 - A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

17.1.1 - Automaticamente:

17.1.1.1 - por decurso de prazo de vigência;

17.1.1.2 - quando não restarem fornecedores registrados;

17.1.1.3 - pela Administração Municipal, quando caracterizado o interesse público.

17.2 - O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e ampla defesa:

17.2.1 - A pedido, quando:

17.2.1.1 - comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

17.2.1.2 - o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do serviço.

17.2.1.3 - A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no **Item 15** deste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

17.2.2 - Por iniciativa da Administração Municipal, quando:

17.2.2.1 - O fornecedor perder qualquer condição de habilitação exigida no processo licitatório, ou seja, não cumprir o estabelecido no **item 11.3** do Edital;

17.2.2.2 - por razões de interesse público devidamente motivadas e justificadas;

17.2.2.3 - o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.4 - o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;

17.2.2.5 - caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes;

17.2.2.6 - não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

17.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos, será feita pessoalmente, por meio de documento oficial ou através de publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

18 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações do Município de Piratuba, no endereço citado no subitem 1.2 deste Edital, ou através do telefone (49) 3553-0288, de segunda à sexta-feira, das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h.

18.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.

18.3 - O Município de Piratuba reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

18.4 - Informações verbais prestadas por integrantes da Administração Municipal de Piratuba não serão consideradas como motivos para impugnações.

18.5 - As licitantes participantes deste certame licitatório desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97, da Lei nº. 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas ou suspensas de participação em licitações, por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos dos incisos III e IV, do artigo 87, do referido diploma legal.

18.6 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123, de 15/12/2006, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

18.7 - No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

18.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Capinzal, SC, excluído qualquer outro.

19 - DOS ANEXOS DO EDITAL

19.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

- a) **Anexo “A” – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;**
- b) **Anexo “B” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE;**
- c) **Anexo “C” – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INC. VII, DO**



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

ART. 4º, DA LEI Nº 10.520/2002;

- d) **Anexo “D”** – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- e) **Anexo “E”** – TERMO DE REFERÊNCIA.

Piratuba, SC, 04 de novembro de 2019.

CARLOS ALBERTO MALTAURO
Supervisor de Compras



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

ANEXO "A"

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

Ao Município de Piratuba, SC

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da
Cédula de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da
licitação instaurada pelo Município de Piratuba, SC, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº
72/2019**, na qualidade de **REPRESENTANTE LEGAL**, outorgando-lhe poderes para pronunciar-
se em nome da empresa _____, **bem como formular
propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

Local, ____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

ANEXO "B"

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE
PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE**

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: **em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.**)

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

ANEXO “C”

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº
10.520/2002 (*)**

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo) ou poderá ser substituído por declaração verbal ao Pregoeiro no início da Sessão.

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, **DECLARA** que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019**, instaurado pelo Município de Piratuba, SC.

Local, _____ de _____ de 2019.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019

ANEXO "D"

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2019

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 72/2019
REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2019**

O **MUNICÍPIO DE PIRATUBA**, localizado na Rua Governador Jorge Lacerda, 133, Centro, neste Município, através da Secretária Municipal de Educação e Esportes, Sra. Magrid Auler, portador da Cédula de Identidade nº 702433 SSP/SC e inscrito no CPF-MF sob o nº 430.226.429-20, nos termos, nos termos da Lei nº. 10.520/02, Lei 8.666/93 e Decreto Municipal nº 55/2006, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 72/2019, ata de abertura da sessão e homologação pela autoridade competente, **RESOLVE** registrar os preços da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, para o fornecimento dos materiais discriminados nesta Ata, referentes ao objeto do Pregão Presencial supracitado.

A empresa com preços registrados passará a ser denominada **DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** após a assinatura desta.

Cláusula Primeira – Do objeto, Preços e Quantidades

1.1. A presente Ata tem por objeto assegurar o compromisso, para possível fornecimento dos materiais abaixo descritos, constantes da proposta comercial da empresa Detentora desta Ata:

Lote	Item	Quant.	Unidade	Descrição	Marca	Preço unitário	Preço Total

Cláusula Segunda – Da validade da Ata

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Piratuba não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se-lhe a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao(s) beneficiário(s) do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.3. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

2.4. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art. 65 da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira – Das disposições finais e do foro

Pregão Presencial 72/2019

Fl. 18/21



**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA**

3.1. Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 72/2019 e a proposta da Detentora da Ata.

3.2. Poderão utilizar esta ata todas as unidades administrativas do Município, Fundo de Saúde e Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 10.520/2002, Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis.

Piratuba, SC, ____ de _____ de 2019.

**Representante legal
DETENTORA DA ATA**

**Magrid Auler
Secretária Municipal de Educação e Esportes
ORGÃO GERENCIADOR**

Testemunhas:

01.

Nome:

CPF:

02.

Nome:

CPF:




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 72/2019

ANEXO “E”

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DESCRIÇÃO DO LOTE.

Lote	Item	Quant.	Unid.	Preço Unitário Máximo	Preço Total Máximo	Especificação
1	1	600	UM	39,90	23.940,00	<p>Bermuda ciclista azul marinho em suplex composição 89% poliéster e 11% elastano com gramatura de 370 gm. Com vivo embutido na costura lateral na cor vermelha em material 100% poliéster e a escrita PIRATUBA sucessivas vezes ao longo do mesmo na cor azul marinho. Na frente perna esquerda de quem veste deve ser aplicada uma etiqueta termocolante recortada a laser medindo aproximadamente 7,5 cm de largura por 7,8 cm de altura com o brasão do município e com a seguinte escrita abaixo “REDE MUNICIPAL DE ENSINO”. A peça deverá possuir etiqueta com informações de composição, fabricante, instruções de lavagem e tamanho; fixada internamente na parte traseira. A empresa vencedora deverá agendar juntamente com a secretaria de educação uma data para que a mesma se desloque até as escolas e tire a medida de todos os alunos.</p> 
	2	600	UM	32,00	19.200,00	<p>Bermuda azul marinho em microfibra composição 100% poliéster, gramatura 150 gm na cor azul marinho. Cós com elástico e cordão. Com vivo embutido na costura lateral na cor vermelha em material 100% poliéster e a escrita PIRATUBA sucessivas vezes ao longo do mesmo na cor azul marinho. Bolsos laterais convencionais. Na frente perna esquerda de quem veste deve</p>

Pregão Presencial 72/2019

Fl. 20/21



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA
ESTÂNCIA HIDROMINERAL E CLIMÁTICA

					<p>ser aplicada uma etiqueta termocolante recortada a lazer medindo aproximadamente 7,5 cm de largura por 7,8 cm de altura com o brasão do município e com a seguinte escrita abaixo "REDE MUNICIPAL DE ENSINO". A peça deverá possuir etiqueta com informações de composição, fabricante, instruções de lavagem e tamanho; fixada internamente na parte traseira. A empresa vencedora deverá agendar juntamente com a secretaria de educação uma data para que a mesma se desloque até as escolas e tire a medida de todos os alunos.</p> 
--	--	--	--	--	---

Obs.: A licitante vencedora deverá apresentar amostra de todos os itens desta licitação, para análise e aprovação da Secretaria Municipal de Educação, antes de sua confecção, sob pena de devolução e aplicação das sanções cabíveis. Os produtos deverão ser de 1º linha, iguais as descrições e as amostras disponíveis para as licitantes, sendo que este será o critério utilizado pelo Município para a reprovação dos materiais desconformes ao estipulado neste instrumento.

2 – DAS AMOSTRAS

As amostras de todos os materiais encontram-se disponíveis no Setor de Compras da Prefeitura para as empresas interessadas em sanar qualquer dúvida, em horário de expediente normal de segunda a sexta feiras.

3 – DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

A Secretaria de Educação será enérgica nas conferências e aprovação das amostras e no recebimento dos mesmos.

Caso não seja o material igual as descrições e amostras disponíveis as licitantes, não será tolerável nos prazos e será revogado a Ata e aplicado as sanções previstas no Edital.

4 – TAMANHOS

A licitante vencedora deverá disponibilizar profissionais para que se desloquem até as escolas para que estas tirem as medidas de todos os alunos de todos os itens.

Pomerode

PREFEITURA

7º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 049 / 2016 - ACRÉSCIMO

Publicação Nº 2219368

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

7.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2016 ACRÉSCIMO

Processo Administrativo n.º 079 / 2016. Pregão Presencial n.º 044 / 2016. Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE. Contratado: IPM SISTEMAS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO PARA SISTEMA INFORMATIZADO EM AMBIENTE WEB. Acréscimo de valores unitários em 0,32% do valor do contrato: R\$ 1.444,00 (Um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais). Valor total para implantação: R\$ 1.020,00 (Um mil e vinte reais); Valor total mensal: R\$212,00 (Duzentos e doze reais). Prazo até 21/12/2019. Justificativa: Fica acrescido à Cláusula Primeira do Contrato do objeto, no item 1.1, ao ente Fundo Municipal de Aposentadorias e Pensões – FAP a implantação do objeto deste Termo Aditivo, referente ao diagnóstico, migração, configuração, habilitação, treinamento e acompanhamento operacional do módulo de PONTO ELETRÔNICO, a Contratante pagará à Contratada, em até 30 dias da instalação do aplicativo e os valores pagos a título de mensalidade, cuja primeira parcela mensal e sucessiva será paga pela Contratante aos 30 dias da instalação do sistema. Em conformidade com a Cláusula Décima do Contrato Administrativo n.º 049 / 2016 e de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/1993, gerando um total para os próximos 02 meses, acompanhando a vigência do contrato nº049/2016. Ass.: Ércio Kriek, Prefeito Municipal de Pomerode, Contratante; Aldo Luiz Mees, Sócio Administrador, IPM Sistemas Ltda, Contratada.

Pomerode / SC, 14 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal de Pomerode

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 182 / 2019

Publicação Nº 2219890

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 182 / 2019

Processo Administrativo n.º 095 / 2019. Pregão Presencial n.º 057 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: HONORATO TADEU LAGO DA SILVA. Objeto: AQUISIÇÃO DE TRAVESSEIROS, EDREDONS, COLCHONETES, LENÇÓIS, FRONHAS E TOALHAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 24/10/2020. Valor total registrado: R\$4.120,00 (quatro mil e cento e vinte reais) / tem 05.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 183 / 2019

Publicação Nº 2219892

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 183 / 2019

Processo Administrativo n.º 095 / 2019. Pregão Presencial n.º 057 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA. Objeto: AQUISIÇÃO DE TRAVESSEIROS, EDREDONS, COLCHONETES, LENÇÓIS, FRONHAS E TOALHAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE

ENSINO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 24/10/2020. Valor total registrado: R\$21.741,00 (vinte um mil e setecentos e quarenta um reais) / tens 02, 03, 06, 07 e 08.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 184 / 2019

Publicação Nº 2220120

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 184 / 2019

Processo Administrativo n.º 095 / 2019. Pregão Presencial n.º 057 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: BOZZANO E BOZZANO LTDA Objeto: AQUISIÇÃO DE TRAVESSEIROS, EDREDONS, COLCHONETES, LENÇÓIS, FRONHAS E TOALHAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 24/10/2020. Valor total registrado: R\$1.976,00 (um mil e novecentos e setenta e seis reais) / Item 01.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 185 / 2019

Publicação Nº 2220122

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 185 / 2019

Processo Administrativo n.º 095 / 2019. Pregão Presencial n.º 057 / 2019 – Registro de Preços. Contratante: MUNICIPIO DE POMERODE. Contratada: VITTAFLX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E COLCHÕES LTDA. Objeto: AQUISIÇÃO DE TRAVESSEIROS, EDREDONS, COLCHONETES, LENÇÓIS, FRONHAS E TOALHAS PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS. Prazo de Vigência: até 24/10/2020. Valor total registrado: R\$12.417,00 (doze mil e quatrocentos e dezessete reais) / Item 04.

Pomerode / SC, 25 de Outubro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
PREFEITO MUNICIPAL DE POMERODE

LEI COMPLEMENTAR Nº 367/2019

Publicação Nº 2219573

LEI COMPLEMENTAR Nº 367/2019

ALTERA O ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR N. 291/2016.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Anexo IV da Lei Complementar n. 291/2016 para fixar número de vagas do cargo de Farmacêutico - Nível I do Grupo 13 em 04 (quatro) vagas.

Art. 2º A presente Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 07 de novembro de 2019.
ÉRCIO KRIEK
Prefeito Municipal

ANEXO I

ANEXO IV, GRUPO 13

Nº de Vagas	Classes	Cargo	Carga Horária Semanal
04	A a J	Farmacêutico – Nível I	40 Horas

PORTARIA 25.800

Publicação Nº 2219273

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.800

DEMITE CIBELY APARECIDA CARNEIRO GREC DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ESCOLAR.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com os artigos 50, II e 162,VIII, ambos da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, em face da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria de nº 25.248, de 15 de maio de 2019, DIMITIR a servidora, CIBELY APARECIDA CARNEIRO GREC, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais Escolar, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na EBM Olavo Bilac, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 25 de outubro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 25.802

Publicação Nº 2219274

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.802

EXONERA LUCIANO LUCAS PINHEIRO DO CARGO DE RECEPCIONISTA.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

De acordo com o artigo 34 da Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, em face da conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria de nº 25.462, de 22 de julho de 2019, EXONERAR o servidor, LUCIANO LUCAS PINHEIRO, do cargo de Recepcionista, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Saúde, a partir de 28 de outubro de 2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 25.806

Publicação Nº 2219280

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.806

NOMEIA ANDRE LUIS AMORIM COMO PERITO JUNTO A SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA Nº 004/2019.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ÉRCIO KRIEK, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei;

RESOLVE:

Em atenção ao Ofício nº 382/2019/GAB e considerando o artigo 73, II, do Decreto Municipal nº 2899, de 19 de dezembro de 2014, NOMEAR ANDRE LUIS AMORIM, para auxiliar a Comissão desta Sindicância Investigatória.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

PORTARIA 25.807

Publicação Nº 2219270

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA Nº 25.807

CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO (PROCESSO SELETIVO 01/2017) SILVANA CONTE PARA A FUNÇÃO DE AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

O Secretário de Educação e Formação Empreendedora, JORGE LUIZ BUERGER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso VI;

RESOLVE:

Contratar por prazo determinado, de acordo com a Lei Ordinária de nº 2819 de 17 de março de 2016, SILVANA CONTE, para exercer a função de Auxiliar de Educação Infantil, com carga horária semanal de 30 (trinta) horas, vaga vinculada a matrícula, no CEIM Profª Waltrut Siewerdt, da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora, a partir de 24 de outubro de 2019, não podendo ultrapassar o prazo de dois anos.

A prorrogação da respectiva contratação, quando for necessária, será regida pelo parágrafo único do artigo 4º da Lei Ordinária nº 2819, de 17 de março de 2016.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 04 de novembro de 2019.

JORGE LUIZ BUERGER

Educação e Formação Empreendedora

GRAZIELLE KÜSTER LESSMANN

Diretora de Recursos Humanos

PREGÃO PRESENCIAL N.º 067 / 2019 - COMUNICADO DE SUSPENSÃO

Publicação Nº 2219857

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 112 / 2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 067 / 2019

COMUNICADO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE POMERODE, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária, torna público para conhecimento dos interessados na Licitação por PREGÃO PRESENCIAL N.º 067 / 2019, cujo objeto é a "AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS ESPECIALIZADOS PARA RESGATE VEICULAR, DESTINADOS AO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE POMERODE, COM RECURSOS PROVENIENTES DO FUNREBOM, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS", que o mesmo encontra-se SUSPENSO em função de alterações a serem realizadas no descritivo dos equipamentos constantes no edital de licitação. Ressaltamos que a nova data para recebimento e análise dos documentos de "Credenciamento", "Proposta Comercial" e "Habilitação" será formalizada posteriormente e conforme determinação legal, republicado nos mesmos jornais de origem.

Pomerode / SC, 07 de Novembro de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

CÂMARA MUNICIPAL

30 TERMO ADITIVO PORTAL POMERODE 2019

Publicação Nº 2219356

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE POMERODE
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2016

1.-Objeto: CAPTAÇÃO DE IMAGENS E TRANSMISSÃO AO VIVO, EDIÇÃO E ARTE FINAL DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS.

Em conformidade com o artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e as Cláusulas Quinta e Sexta do Contrato Administrativo nº 004/2016, tendo em vista tratar-se de serviços executados de forma contínua, corrige-se o contrato mediante o INPC-IBGE acumulado no período passado, e prorroga-se o prazo de execução por mais 12 (doze) meses, iniciando em 14/10/2019 e cessando em 13/10/2020, com a empresa Portal Pomerode Ltda.

As demais cláusulas e termos contratuais permanecem inalteradas.

ZAURI MARTINS DO NASCIMENTO
Presidente da Câmara Municipal de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

17 EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 01-2018

Publicação Nº 2219174

EDITAL DE CHAMAMENTO

17º EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/2018

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no Concurso Público que trata o Edital nº 001/2018, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

MOTORISTA			
7º	MARCIO DOS SANTOS VIEIRA	MOTORISTA	

Ponte Serrada - SC, 30 DE OUTUBRO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

- RG e CPF.
 - Carteira de Trabalho e documento de inscrição no PIS-PASEP
 - 01 Foto 3x4.
 - Certidão Nascimento ou Casamento.
 - Comprovante Escolar (conforme exigido para ocupação do cargo) –
 - Certificado de Reservista (sexo masculino).
 - Título Eleitoral
 - Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral
 - CNH – categoria conforme veículo a ser conduzido.
 - Comprovante de Endereço.
 - Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
 - Declaração Completa de Imposto de Renda (se declarar).
 - Declaração de Bens (se não declarar imposto de renda).
 - Declaração de Não Acúmulo de Cargo Público
 - Declaração de ter sofrido ou não, no exercício da função pública, penalidades disciplinares.
 - Impressão da qualificação cadastral no sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, cuja consulta poderá ser realizada no site: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
 - Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores dependentes IRRF
 - Conta Salário Banco Bradesco.
 - Laudo médico de aptidão física e mental expedida pela Clínica Médica Emiliano (Ejemed).
- Observação: Para cargos EFETIVOS os documentos deverão ser autenticados em cartório.

18 EDITAL DE CHAMAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO 01-2018

Publicação Nº 2219175

EDITAL DE CHAMAMENTO

18º CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº. 001/2018

O presente expediente tem por finalidade realizar o chamamento de candidatos aprovados no Concurso Público que trata o Edital nº 001/2018, a fim de que compareçam junto ao departamento de RH da Prefeitura de Ponte Serrada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste, e apresentarem a documentação prevista no ANEXO I deste Edital com vistas a que possam tomar posse no respectivo cargo, conforme segue:

FISCAL FAZENDARIO			
2º	PATRICIA GUIMARAES	FISCAL FAZENDARIO	135

Ponte Serrada - SC, 07 de novembro de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
Prefeito Municipal

ANEXO I
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

- RG e CPF – cópia.
- Carteira de Trabalho e documento de inscrição no PIS-PASEP – cópia.
- 01 Foto 3x4.
- Certidão Nascimento ou Casamento – cópia.
- Comprovante Escolar (conforme exigido para ocupação do cargo) – original e cópia.
- Certificado de Reservista (sexo masculino) – cópia.
- Título Eleitoral – cópia.
- Comprovante de quitação com a Justiça Eleitoral referente ao ano de 2018 – cópia.
- CNH – categoria conforme veículo a ser conduzido – cópia.
- Comprovante de Endereço – cópia.
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
- Declaração Completa de Imposto de Renda (se declarar).
- Declaração de Bens (se não declarar imposto de renda).
- Declaração de Não Acúmulo de Cargo Público
- Declaração de ter sofrido ou não, no exercício da função pública, penalidades disciplinares.
- Impressão da qualificação cadastral no sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas, cuja consulta poderá ser realizada no site: <http://portal.esocial.gov.br/institucional/consulta-qualificacao-cadastral>
- Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores dependentes IRRF – cópia.
- Conta Salário Banco Bradesco.
- Laudo médico de aptidão física e mental expedida pela Clínica Médica Emiliano (Ejemed).

Observação: Para cargos EFETIVOS os documentos deverão ser autenticados em cartório.

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2019 KITS NATAL

Publicação Nº 2219470

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2019

ALCEU ALBERTO WRUBEL - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL COM O OBJETO: AQUISIÇÃO DE KITS DE NATAL A SEREM DISTRIBUÍDOS PARA AS CRIANÇAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PELA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL EM COMEMORAÇÃO AS FESTIVIDADES NATALINAS Valor: 13.156,00 (Treze Mil Cento e Cinq-enta e Seis Reais). O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08:00 horas e 15 minutos (horário de Brasília) do dia 22/11/2019. Abertura da Sessão às 08h30min horas (horário de Brasília) do dia 22/11/2019. Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail compras@ponteserrada.sc.gov.br e licitação@ponteserrada.sc.gov.br ou pelo telefone (0XX49) 34356000. Ponte Serrada, 07 de Novembro de 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO MD Nº 27/2019

Publicação Nº 2220119

Resolução MD Nº 27/2019

DISCIPLINA A APLICAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1976/2011 AOS SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, no uso de suas atribuições asseguradas por Lei, na conformidade com o que dispõe o Regimento Interno, Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 1976/2011, resolve:

Art. 1º - Na vigência da Lei Municipal nº 1976/2011, fica instituído o pagamento do auxílio alimentação aos Servidores e Estagiários do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - O auxílio alimentação será concedido aos Servidores e Estagiários do Poder Legislativo Municipal no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais.

Parágrafo único: O valor será reajustado anualmente, a partir do ano de 2021, na mesma data e percentual em que se der a reposição salarial aos servidores públicos municipais.

Art. 3º - Aplica-se, subsidiariamente, a esta Resolução, todos os efeitos da Lei Municipal nº 1976/2011, excetuando as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução nº 022/2019.

Sala das Sessões, em 05 de novembro de 2019.

Altino Torquato dos Santos Júnior - PSD

Presidente da Mesa

Silvana Nunes Stadler - PTB	Diogo dos Santos - MDB
-----------------------------	------------------------

Vice-Presidente	1º Secretário
-----------------	---------------

Bento Sebastião Voltolini - PPS	
---------------------------------	--

2º Secretário	
---------------	--

Porto União

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 170/2019

Publicação Nº 2219228

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 170/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL 139/2019

Processo nº. 194/2019

Aos 23 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para prestação de serviço de recapagem e recauchutagem de pneus constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda, CNPJ/MF 82.989.096/0001-27, sediada na Rua Duque de Caxias, Nº 314 – Fundos, Centro, Município Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, CEP 89.121-000, telefone (47) 3386-1462, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Michael Fabrício Nicolodelli, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019 e seus Anexos, Processo nº. 194/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviço de recapagem e recauchutagem de pneus constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/2019 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT.	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
2	Recapagem pneu 10x16,5 eslingue (minicarregadeira).	Rubbernew	10	SERV.	495,00	4.950,00
4	Recapagem Pneu 1000 R20, Borrachudo Frio profundidade mínima do desenho 22 mm.	Rubbernew	80	SERV.	400,00	32.000,00
5	Recauchutagem Pneu 1300 -24, Borrachudo Quente G-2, largura mínima da banda 30 cm, profundidade mínima da garra 2,2 cm e largura mínima da garra 7,5 cm.	Rubbernew	30	SERV.	899,00	26.970,00
9	Recapagem Pneu 750 R 16, borrachudo frio, profundidade mínima do desenho 15 mm.	Rubbernew	10	SERV.	248,00	2.480,00
10	Recapagem Pneu 750 R 16, liso frio, profundidade mínima do desenho 12 mm.	Rubbernew	10	SERV.	248,00	2.480,00
13	Recauchutagem Pneu 12.5/80 R 18.	Rubbernew	10	SERV.	475,00	4.750,00

Valor total: R\$ 73.630,00 (setenta e três mil e seiscentos e trinta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

- 3.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE e SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses;
- 3.2. A retirada e a entrega dos materiais serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá realizá-la no local indicado pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- 3.3. A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.
- 3.4. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;
- 3.5. Todos os custos (frete, taxas, impostos, etc.) correrão por conta do licitante vencedor.
- 3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:
 - 3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
 - 3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

- 5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento na Prefeitura Municipal de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

- 6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

- 6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

- 6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

- 6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

- 6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

- 6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.
- 8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.
- 8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a

finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- a) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 23 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA FORNECEDOR
---	--

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

2. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 171/2019

Publicação Nº 2219229

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 171/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA GRANDO PNEUS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL 139/2019

Processo nº. 194/2019

Aos 23 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para prestação de serviço de recapagem e recauchutagem de pneus constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Grando Pneus Ltda, CNPJ/MF 03.562.696/0001-38, sediada na Av. Juscelino K. de Oliveira, Nº 8860, Bairro Santa Terezinha, Município Vacaria, Estado de Rio Grande do Sul, CEP 95.201-064, telefone (54) 3232-1530, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. José Antonio Grando Neto, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019 e seus Anexos, Processo nº. 194/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviço de recapagem e recauchutagem de pneus constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/2019 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT.	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
6	Recauchutagem Pneu 1400 -24, Borrachudo Quente G-2, largura mínima da banda 34 cm, profundidade mínima da garra 2,6 cm e largura mínima da garra 9 cm.	Ruzi	30	Serv.	890,00	26.700,00
7	Recauchutagem Pneu 17.5 - 25, Borracha Quente G-2, largura da banda de rodagem 40 cm, altura de garra 3 cm e largura da garra 8 cm.	Ruzi	40	Serv.	800,00	32.000,00
11	Recauchutagem Pneu 19.5 L - 24, Borrachudo Quente G-2, largura da banda de rodagem 40 cm, altura da garra 3 cm e largura da garra 8 cm.	Ruzi	16	Serv.	770,00	12.320,00

Valor total: R\$ 71.020,00 (setenta e um mil e vinte reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE e SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses;

3.2. A retirada e a entrega dos materiais serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá realizá-la no local indicado pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

3.3. A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.4. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.5. Todos os custos (frete, taxas, impostos, etc.) correrão por conta do licitante vencedor.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

- 3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;
3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

- 5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.
5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

- 6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento na Prefeitura Municipal de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.
6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.
6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.
6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.
6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.
6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.
6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

- 7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

- 8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.
8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.
8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.
8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.
8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.
8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.
8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.
9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.
9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.
9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO

UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 23 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

GRANDO PNEUS LTDA
FORNECEDOR

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

2. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 172/2019

Publicação Nº 2219230

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 172/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA VLK FABRICAÇÕES DE PNEUS ESPECIAIS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL 139/2019

Processo nº. 194/2019

Aos 23 dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para prestação de serviço de recapagem e recauchutagem de pneus constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa VLK FABRICAÇÕES DE PNEUS ESPECIAIS LTDA, CNPJ/MF 24.018.340/0001-08, sediada na Rua Alcebíades Tonin, Nº 100, Área Industrial, Município Erechim, Estado de Rio Grande do Sul, CEP 99.706-400, telefone (54) 2107-9032, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Alexandro Antônio Luft, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019 e seus Anexos, Processo nº. 194/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviço de recapagem e recauchutagem de pneus constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 139/2019 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QNT.	UND	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Recapagem Pneu 275/80 r22,5 , Borrachudo Frio profundidade mínima do desenho 22 mm	Vipal	10	Serv.	439,00	4.390,00
3	Recapagem Pneu 1000 R20, Frio, Liso, profundidade mínima do desenho 18 mm	Vipal	30	Serv.	333,75	10.012,50

8	Recapagem Pneu 900 - 20, liso frio, profundidade mínima do desenho de 14 mm	Vipal	12	Serv.	326,00	3.912,00
12	Recauchutagem Pneu 11L - 16 SL, Borrachudo Quente, ATUR-4, largura da banda de rodagem 28 cm altura da garra 2 cm e largura da garra 4 cm	Vipal	8	Serv.	299,00	2.392,00
14	Recauchutagem Pneu 14 17.5 (Pneu Dianteiro Retro JCB)	Vipal	6	Serv.	500,00	3.000,00
15	Recauchutagem Pneu 10 16.5 (Pneu Mini- Carregadeira)	Vipal	16	Serv.	340,00	5.440,00

Valor total: R\$ 29.146,50 (vinte e nove mil e cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE e SOLICITAÇÃO, na quantidade especificada através da Autorização de Fornecimento, em até 05 (cinco) dias após a solicitação, pelo período de 12 (doze) meses;

3.2. A retirada e a entrega dos materiais serão de responsabilidade da CONTRATADA, que deverá realizá-la no local indicado pela Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;

3.3. A totalidade do objeto licitado poderá ser retirada em até 12 (doze) meses.

3.4. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.5. Todos os custos (frete, taxas, impostos, etc.) correrão por conta do licitante vencedor.

3.6. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.6.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.6.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento na Prefeitura Municipal de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com

as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 139/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 23 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	VLK FABRICAÇÕES DE PNEUS ESPECIAIS LTDA FORNECEDOR
---	---

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

2. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 173/2019

Publicação Nº 2219236

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 173/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA MASCARELLO – CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL 141/2019

Processo nº. 196//2019 – REGISTRO DE PREÇOS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para

a AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa MASCARELLO – CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA, CNPJ/MF 05.440.065/0001-71, sediada na Avenida Aracy Tanaka Biazetto, nº 16450 – Distrito Industrial, Bairro Santos Dumont, Estado do Paraná, CEP 85.804-605, telefone (45) 3219-6000 / (47) 98854-0527, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pela representante da empresa com preços registrados, Sra. Iracele Maria Crespi Mascarello, (ou representante legal), para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 141/2019 e seus Anexos, Processo nº. 196/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 141/2019 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	<p>Ônibus rodoviário motor traseiro.</p> <p>Características mínimas:</p> <p>Motor Diesel, 6 cilindros em linha e 8.9 litros; Sistema de injeção: Eletrônico/Common Rail; Potência 330 cv; Torque Max.: 1300 Nm @ 1000 - 1500 RPM; Tecnologia SCR de pós tratamento de emissões com uso Arla 32; Manual - 6 marchas à frente (sincronizadas) e 1 à ré; Direção hidráulica; Pneus Radiais 295/80 R22,5 com rodas de alumínio; Freio Motor Acionamento eletropneumático, tecla no painel, Atuação de descompressão, freio de serviço AR, tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com ABS, EBD. Capacidade técnica por eixo, dianteiro 6.500 Kg, traseiro 11.500 Kg, peso bruto total (PBT) - Homologado 16.000 Kg. Peso em ordem de marcha, dianteiro 750 Kg, traseiro 4.750 Kg, Total 5.500 Kg. Carroceria em estrutura tubular em aço galvanizado soldado com as seguintes características:</p> <p>Comprimento de 12.000mm Largura mínima de 2.550 mm Altura externa mínima: 3.605 mm Altura interna 1.900 mm Ar condicionado de teto 125.000 BTUS. Para sol para o motorista Porta pantográfica de acionamento pneumático Parede divisória atrás do motorista com porta Capacidade de 44 lugares. Poltrona rodoviárias 1050mm, reclináveis com revestimento em tecido, apoio para os pés, descansa braço central e móvel no corredor e cinto de segurança Janelas laterais com vidros colados fumê, cortinas em tecido em todas as janelas Portes pacotes com luzes de leitura e numeração das poltronas; Iluminação de led; Revestimento das laterais internas; Tanque de combustível 500l; Assoalho em compensado naval com revestimento em tapete plástico; Vigia traseiro fechado (sem vidro); Rodoar; Poltrona do motorista pneumática com encosto; Bagageiro entre eixo; Sistema de radio AM/FM E PEN DRIVE. Itens de segurança de acordo com Contran; Cor branca; Plotagem total do veículo de acordo com as especificações exigidas pelo município; Coluna de direção com regulagem; Dispositivo de poltrona móvel para deficiente físico; Com Banheiro.</p>	UN	1	R\$ 643.000,00	R\$ 643.000,00

Valor total: R\$ R\$ 643.000,00 (seiscentos e quarenta e três mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

3.1. A entrega dos veículos será conforme a determinação da Secretaria responsável.

3.1.1. O objeto ora licitado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, nas quantidades determinadas, através da Autorização de Fornecimento, em até 120 (cento e vinte) dias após a solicitação, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses;

3.1.2. É de total de responsabilidade da proponente a entrega do item já com frete incluso no valor proposto, diretamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto União, em horário de expediente, a combinar, de segunda a sexta feira;

3.1.3. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.1.4. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.2. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.2.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.2.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

3.3 - DA ENTREGA TÉCNICA:

- A entrega técnica dos equipamentos será realizada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos;
- Os funcionários deverão receber, no mínimo, 60 (sessenta) minutos de explicações sobre os itens que compõe o veículo, bem como suas funcionalidades.

3.4 - DA GARANTIA:

- A GARANTIA dos veículos deverá ser, de no mínimo 03 (três) anos ou 100.000 Km (o que ocorrer primeiro).

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras da Prefeitura Municipal de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento na Prefeitura Municipal de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 141/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

a) Multa (anexo III);

c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 141/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 24 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach
PREFEITURA MUNICIPAL
DE PORTO UNIÃO

MASCARELLO – CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA
FORNECEDOR

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

2. Nome Completo: _____
Carteira de Identidade: _____
Assinatura: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 174/2019

Publicação Nº 2219238

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 174/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA F.S. IMIANOSKI DOMIT - ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL 142/2019

Processo nº. 197/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para AQUISIÇÃO DE CARRO DE GARI constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa F.S. Imianoski Domit - ME, CNPJ/MF 19. 837.171/0001-06, sediada na Rua Matos Costa, nº 658 – Sala 02, Centro, Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 9.8406-8576, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pela representante da empresa com preços registrados, Sra. Flavia Simone Imianoski Domit, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 142/2019 e seus Anexos, Processo nº. 197/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE CARRO DE GARI constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 142/2019 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	CARRO PARA GARI: produzido em aço, acompanha tambor de 88 litros. Dados Técnicos: capacidade 88 litros; Dimensões (A x L x C) mm: 815 x 865 x 765; Peso (KG): 18,5; produzido em aço; Rodas maciças: pneumáticas (RM-8A).	MARCON	UN	10	R\$ 1.296,00	R\$ 12.960,00

Valor total: R\$ R\$ 12.960,00 (doze mil, novecentos e sessenta reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO

2.1. O objeto ora contratado deverá ser entregue CONFORME A NECESSIDADE, de forma fracionada, sendo que os pedidos dos itens será feita através da autorização de fornecimento, sendo que sua totalidade poderá ser retirada em até 12 (doze) meses;

2.2. Após o recebimento da autorização de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega do produto em até 15 (quinze) dias;

2.3 - É total responsabilidade da proponente os custos com o frete para efetuar a entrega do produto;

2.4 Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

3.5. A contratada é obrigada a substituir de imediato e às suas expensas, o objeto em desacordo;

3.6. Todos os custos (frete, taxas, impostos, etc.) correrão por conta do licitante vencedor.

3.7. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.7.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.7.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento na Prefeitura Municipal de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 142/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não mantiver a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- a) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 142/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 25 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH PREFEITO MUNICIPAL MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO	F.S. IMIANOSKI DOMIT - ME FORNECEDOR
---	---

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

2. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 175/2019

Publicação Nº 2219240

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA de Registro de Preços 175/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, A MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA ADALBERTO RAMOS DA ROSA NETO EIRELI – ME, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL 149/2019

Processo nº. 205/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos 25 (vinte e cinco dias) dias do mês de outubro de 2019, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Eliseu Mibach, brasileiro, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO DE NATAL constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa Adalberto Ramos da Rosa Neto EIRELI – ME, CNPJ/MF 26.356.437/0001-56, sediada na Rua Gralha Azul, nº 257 – casa 01, Bairro Aviação, Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, CEP 83.045-570, telefone (41) 99571-0016 / (41) 3058-0085, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. Adalberto Ramos da Rosa Neto, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº. 149/2019 e seus Anexos, Processo nº. 205/2019, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para LOCAÇÃO DE DECORAÇÃO DE NATAL constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 149/2019 e dos anexos.

1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN	QNTD.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de raios com estrelas, medindo aproximadamente 0,90m de altura x 1,60m de largura, produzida em estrutura de barra chata de 1/8 x 3/8 de polegada, zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor cristal, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão de 220. A figuras luminosa tem potência total aproximada de 128W.	BRE	CONJ	10	R\$ 631,05	R\$ 6.310,50
2	Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de estrelas com arabescos, medindo aproximadamente 1,85m de largura x 4,85m de altura, produzida em estrutura de metalon 15,00mm x 15,00mm, parede de 1,20mm de espessura e de barra chata de 3/16 x 1/2 de polegada, zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor cristal, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro com 36 micro lâmpadas por metro na tensão de 220v. Preenchimento com conjuntos de LEDs, fio elétrico 2 x 0,5mm ² e lâmpadas de xênon de 6w de potência, com flashes de luz brilhante, aproximadamente 50 emissões por minuto, modelo redondo, medindo aproximadamente 8,5cm de base de fixação. A figura luminosa tem potência total aproximada de 240W.	BRE	CONJ	10	R\$ 1.981,78	R\$ 19.817,80
3	Figura luminosa bidimensional com desenho em forma de estrela de cinco pontas, medindo aproximadamente 1,50m de altura x 1,50m de largura, produzida em estrutura de barra chata de 1/8 x 3/8 de polegada, zincada, com proteção anticorrosiva resistente a exposição às intempéries. Aplicação de mangueira luminosa incandescente na cor cristal, em PVC flexível extrusado, de 13,00mm de diâmetro, com 36 micro lâmpadas por metro na tensão de 220v. Preenchimento da estrela com conjuntos de LEDs brancos, fio elétrico cristal 2 x 0,5mm ² e lâmpadas de xênon de 6w de potência, com flashes de luz brilhante, aproximadamente 50 emissões por minuto, modelo redondo, medindo aproximadamente 8,5cm de base de fixação.	BRE	CONJ	5	R\$ 956,32	R\$ 4.781,60
4	Tubo cilíndrico (snow fall) em acrílico transparente com 48 LED's cor branco frio, com movimento snow fall, medindo aproximadamente 0,80m de comprimento, fio elétrico branco 2 x 0,5mm ² , tensão 220v, consumo médio 3w, com isolamento extra em resina cristal líquida, possibilitando maior resistência quando exposto às intempéries. Adequado para uso externo.	BRE	UN	75	R\$ 54,54	R\$ 4.090,50

Valor total: R\$ 35.000,40 (trinta e cinco mil reais e quarenta centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE RECEBIMENTO/INSTALAÇÃO

3.1. - A locação abrange instalação e desinstalação de decoração de Natal, para a Rua Siqueira Campos, Centro, sendo a empresa responsável pela emissão da ART.

2.2 - A instalação da decoração deverá ser realizada para que esteja em pleno funcionamento até a data de 29 de novembro de 2019.

2.3 - O período de funcionamento é entre o dia 29 de novembro de 2019 até o dia 10 de janeiro de 2020, os materiais só poderão ser desinstalados após esse período.

2.4 - O frete deve estar incluso no valor da locação, bem como os demais gastos com profissionais responsáveis pela instalação, desinstalação e manutenção dos materiais durante o período de Natal.

2.5 - Quaisquer problemas, seja de ordem natural ou humana será de responsabilidade da empresa, devendo esta realizar os reparos necessários.

2.6 - A Rua Siqueira Campos, Porto União/SC, possui 5 arcos já dispostos para colocação dos enfeites elencados nos itens 1 e 2 do referido processo, não sendo necessário nenhuma estrutura para colocação dos materiais.

3.7 - A totalidade do objeto licitado poderá ser executada em até 12 (doze) meses.

3.8 - Ao receber o pedido, antes do início da instalação, deverá apresentar aprovação de modelo de cada unidade: planta baixa apresentando todos os itens e seu posicionamento.

3.9. A Prefeitura se reserva o direito de não receber os objetos, em desacordo com o previsto neste instrumento convocatório, podendo cancelar o contrato em decorrência da sua inexecução parcial ou total, sem prejuízo das demais cominações legais aplicáveis;

3.10. A contratada ficará obrigada a aceitar de volta o bem objeto da licitação na hipótese de recusa pela Prefeitura, no prazo de 10 (dez) dias corridos, por não atender as exigências do edital e da proposta. O ato do recebimento não importará a sua aceitação e sem nenhum direito à indenização.

3.11. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.11.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do produto com a especificação;

3.11.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do produto e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

5.2. Os preços propostos serão fixos e irrevogáveis, de acordo com o § 1º, do Art. 28, da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento.

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário

Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. OMUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. Os preços serão fixos e irredutíveis, de acordo com o § 1º do Art. 28 da Lei Federal nº. 9.069/1995, ou outro instrumento legal que a substitua, tomando-se por base a proposta de preços.

6.5. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.6. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 149/2019, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;

- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- a) Multa (anexo III);
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração da PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial 149/2019, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União, 25 de outubro de 2019.

ELISEU MIBACH
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

Adalberto Ramos da Rosa Neto EIRELI – ME FORNECEDOR

Testemunhas:

1. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

2. Nome Completo: _____

Carteira de Identidade: _____

Assinatura: _____

EDITAL 011 - RESULTADO FINAL FORMAÇÃO CONTINUADA - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219623

COMISSÃO RESPONSÁVEL PELO PROCESSO DE
PROGRESSÃO POR FORMAÇÃO CONTINUADA
DECRETO Nº 853 de 09/10/2019 EDITAL 011/2019

A comissão responsável pelo processo de Progressão por Formação Continuada e em conformidade com a Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, no uso de suas atribuições legais torna público o RESULTADO FINAL.

DEFERIDAS - EDUCAÇÃO INFANTIL

ORDEM	NOME
01	AGNES MARGARETE MULLER
02	ALINE CRISTINA COLITA
03	CARMEN CRISTINE SCHERAMP
04	CAROLINE MOYSES DE SOUZA
05	CLEIDE MARIA ROSA GREGORIO
06	CRISTIANE PATRICIA BRISKI
07	DEISI VIVIANE SCHIER KOSLOSKI
08	DULCIMAR NEIDE SONNENSTRAHL
09	ELIANE HOFF TRENTIN
10	ELAINE PRESSENDO
11	FERNANDA CONCEIÇÃO MARTINS
12	FERNANDA PADILHA VAZ
13	IVONE OROSKI DE SOUZA KURITZA
14	IVONETE DE FATIMA HUPALO
15	JANE REGINA BARTH BRIKNER
16	JANEMAR APARECIDA DALFOVO
17	JOSEANE CRISTINA JUNG
18	JULIANA BASE FERREIRA
19	KALINE MARISA CABRAL
20	KELLY CRISTINA SOARES DA SILVA
21	LIDIANE REGINA SCHREINER
22	LUCIANE CRISTINA KAMINSKI VAUDAN
23	MARA CLARICE SCHORR JUNG
24	MARCIA APARECIDA SIMPLICIO DE SOUZA
25	MARLENE IVONE BOLTING KUCKLA
26	RITA DE CASSIA DO NASCIMENTO PECHARKE
27	SALETE TEREZINHA HUPALO BUDNIAK
28	SANDRA APARECIDA DOS SANTOS MELLO
29	SILMARA DE FATIMA AMARANTE BUENO
30	SIMONE DE FATIMA HUPALO
31	SIRLENE RAQUEL ZAMBONI FREISLEBEN
32	SONIA VIERO STACECHEN
33	TELMA CRISTINA ZAKALIAK
34	VILMA APARECIDA VOLKMAN
35	VIVIANE APARECIDA PEREIRA

DEFERIDAS - ENSINO FUNDAMENTAL

ORDEM	NOME
01	ADRIANE SANDER GROSSL

02	AGUEDA KREBS HEIMANN
03	ALAIZE FRANCIELE POGOGELSKI DOLINSKI
04	ARLETE DOROTEIA SURMINSKI DE LIMA
05	CLADIAN REISDORFER
06	CLAUDIA REGINA DE SOUZA
07	DENIZE ANGÉLICA MISSAU
08	ELIANE LIDIA CORSICO TOMAL
09	ELISIANE DE PAULA FRANÇA
10	ERONI NATÁLIA GUIMARÃES DE BRITO
11	EVERTON BACK
12	FLAVIO MICHEL DOUDERA ZABASKI
13	GIUVAN MAURI BIANCO
14	JAMILE PASTUCHAKI
15	JOSEANE CRISTINA JUNG
16	KATIA CORDEIRO RIBEIRO
17	KELLY CORDEIRO RIBEIRO
18	LILIANE DE FATIMA CAMARGO
19	LUIZA CAROLINA PETLA
20	MARCIA REGINA STRATMANN
21	NEIDE INÊS GIACOMINI DALGALLO
22	ROSELI DE FATIMA DRAPALSKI
23	RUBIA CRISTINA BRAZ DE OLIVEIRA
24	SILMARA BUENO DE CAMARGO
25	TIAGO ANTONIO GOMES
26	TIAGO METZLER DE BRITO
27	WALTERLIN FOROSTECKY KOTARSKI

DEFERIDAS – PROFESSOR PEDAGOGO

ORDEM	NOME
01	ADRIELY APARECIDA DE BRITO ROCHA
02	ARLETE TABACA CARDOSO
03	BERENICE APARECIDA GUERELUS GONÇALVES
05	ELOISA BRADOSKI VOJCIECHOVSKI
06	ROSANI ESTER SCHROH DE CAMARGO
07	SANDRA MARA PFLEGER SASS
08	SILVIA APARECIDA ROIEK CORREA

Porto União (SC), em 06 de novembro de 2019.

ALDAIR WENGERKIEWICZ MUNCINELLI

Presidente da Comissão

EXTRATO DE CONTRATO 143/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219205

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 143/2019 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de sistema de monitoramento por câmeras de segurança com gravação de imagens para o Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Valor: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 026/2019 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 22 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Teleunião Telecomunicações Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 329/2019

Publicação Nº 2219201

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 329/2019.
Partes: Município de Porto União e Clínica e José Augusto Ribeiro de Moura.
Objeto: Aquisição de cadeira odontológica completa.
Valor: R\$ 12.897,64 (doze mil e oitocentos e noventa e sete reais e sessenta e quatro centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Eletrônico 013/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 21 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
José Augusto Ribeiro de Moura.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 331/2019

Publicação Nº 2219218

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 331/2019.
Partes: Município de Porto União e TCA Transformações Veiculares Ltda.
Objeto: Prestação de serviços de transformação de veículo furgão em auto socorro de urgência (ASU) para o Corpo de Bombeiros Militar de Porto União.
Valor: R\$ 71.000,00 (setenta e um mil reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 136/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
TCA Transformações Veiculares Ltda.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 332/2019

Publicação Nº 2219209

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 332/2019.
Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli LTDA – EPP.
Objeto: Aquisição de utensílios de copa e cozinha, material de higiene e limpeza para o centro de atenção psicossocial – CAPS.
Valor: R\$ 12.713,40 (doze mil, setecentos e treze reais e quarenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 130/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Supermercado Dukelli LTDA – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 333/2019

Publicação Nº 2219211

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 333/2019.
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de utensílios de copa e cozinha, material de higiene e limpeza para o centro de atenção psicossocial – CAPS.
Valor: R\$ 11.976,60 (onze mil, novecentos e setenta e seis reais e sessenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 130/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 334/2019

Publicação Nº 2219212

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 334/2019.
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda – EPP.
Objeto: Aquisição de utensílios de copa e cozinha, material de higiene e limpeza para o centro de atenção psicossocial – CAPS.
Valor: R\$ 11.024,70 (onze mil, vinte e quatro reais e setenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 130/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Mercado Kosera Ltda – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 336/2019

Publicação Nº 2219215

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 336/2019.
Partes: Município de Porto União e ISPAE – Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO CIRÚRGICO DE CASTRAÇÃO DE CÃES E GATOS
Valor: R\$ 120.075,00 (cento e vinte mil e setenta e cinco centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 133/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 24 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
ISPAE – Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 337/2019

Publicação Nº 2219186

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 337/2019.
Partes: Município de Porto União e Adagil Climatização Eireli – EPP.
Objeto: Aquisição e instalação de 07 (sete) aparelhos de ar condicionado com capacidade de 12.000 BTUS, na sede da Prefeitura Municipal
Valor: R\$ 13.230,00 (treze mil e duzentos e trinta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Dispensa de Licitação 011/2019, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 25 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Adagil Climatização EIRELI – EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 142/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219189

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 142/2019 – EDUCAÇÃO.
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 101/2019 – EDUCAÇÃO.
Partes: Município de Porto União e Imprensa Nacional.

Altera-se as informações conforme solicitação da empresa:

NO PREÂMBULO:

Onde se lê: estrutura regimental da Casa Civil.
Leia-se: estrutura regimental da Secretaria - Geral.

CLÁUSULA-QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Onde se lê:

“publicar e divulgar atos oficiais da Administração Pública Federal”, conforme o inciso I do artigo 47 do Decreto nº 8.889, de 26/10/2016.
Leia-se:

“publicar, preservar e divulgar os atos oficiais da administração pública federal”, conforme o inciso I do artigo 26 do anexo I do Decreto nº 9.982, de 20/8/2019, combinado com o artigo 1º do Regimento Interno da Imprensa Nacional.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Imprensa Nacional.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 144/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219192

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 144/2019 – EDUCAÇÃO.

Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 069/2016 – EDUCAÇÃO.

Partes: Município de Porto União e SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo final do Contrato, referente à cláusula segunda, vigência. (Termo de Contrato de Publicações no D.O.E)

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Alteração

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais doze meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, ao qual este se integra.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 25 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Felix Fernando da Silva, Diretor de Tecnologia e Inovação.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 330/2019

Publicação Nº 2219195

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 330/2019.

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 046/2019.

Partes: Município de Porto União e K.C.R. Indústria e Comércio de Equipamentos Eireli.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Tendo em vista a solicitação de alteração da descrição do item 1 - Balança rodoviária eletrônica, que passa a ter a seguinte dimensão 12,0m x 3,20m.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 21 de outubro de 2019.
 Eliseu Mibach.
 Prefeito Municipal.
 K.C.R. Indústria e Comércio de Equipamentos Eireli.
 Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 335/2019

Publicação Nº 2219196

Município de Porto União
 Estado de Santa Catarina
 Extrato de Contrato Aditivo 335/2019.
 Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 252/2016.
 Partes: Município de Porto União e Toque Telecomunicações Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Os valores mensais de cada ponto passam a ser conforme abaixo descrito:

ITEM	LOCAL	ENDEREÇO	LINK COMERCIAL	IP FIXO	VALOR MENSAL	
01	Abrigo	R. Coronel Belarmi- no. 355	10mb	Não	89,99	
02	Conselho	R. Jorge Lacerda, 18	20 mb	Não	109,99	
03	Central	R. Jorge Lacerda, 18	25 mb	Sim	119,99	
04	Rodoviária	Av. Getúlio Vargas, 228	25 mb	Sim	119,99	
06	Demutran	Endereço a definir	10 mb	Sim	109,99	
08	DME	Av. Getúlio Vargas, 228	10 mb	Não	89,99	
09	Sec. Obras	Rua Cruzeiro	10mb	Não	89,99	
11	Castelinho	R. Coronel Belarmi- no, 435	10 mb	Não	89,99	
12	Cultura	R. Sete de Setem- bro, 557	10 mb	Não	89,99	
14	SUS	Avenida João Pes- soa, nº 1494	25 mb	Sim	199,80	
15	Posto de Santa Rosa	R. Francisco de Paula Dias, nº 110	20 mb	Não	179,90	
16	Posto de São Ber- nardo	R. Frei Canísio, nº 21	25 mb	Não	199,80	
17	Posto Vice King	Avenida João Pes- soa, nº 4695	10 mb	Não	149,90	

Valor Total para 12 (doze) meses: R\$ 19.671,72 (dezenove mil e seiscentos e setenta e um reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Prorroga-se por mais 12 (doze) meses o aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
 Porto União SC, 24 de outubro de 2019.
 Eliseu Mibach.
 Prefeito Municipal.
 Toque Telecomunicações Ltda - ME.
 Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 338/2019

Publicação Nº 2219194

Município de Porto União
 Estado de Santa Catarina
 Extrato de Contrato Aditivo 338/2019.
 Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 253/2016.
 Partes: Município de Porto União e SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO /FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo final do Contrato, referente à cláusula segunda, vigência. (Termo de Contrato de Publicações no D.O.E)

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Alteração

Fica prorrogado o prazo de vigência por mais doze meses.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, não alteradas pelo presente Termo Aditivo, ao qual este se integra.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 25 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Felix Fernando da Silva, Diretor de Tecnologia e Inovação.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 339/2019

Publicação Nº 2219197

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 339/2019.

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 111/2019.

Partes: Município de Porto União e Recier José Gregório – ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 5.516,00 (cinco mil e quinhentos e dezesseis reais) ao aludido contrato superior, ao item descrito conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNIT. R\$	VALOR UNIT. R\$
6	Corpo do Troféu: Troféu com Corte a Laser em Faces Termofundidas ambas com folhas celulósicas impregnadas com resinas melamínicas, com prensagem de alta temperatura e com baixa pressão ornando com a sua superfície. Peça em um corpo único e indissolúvel. Usinado frontalmente com resistência sobre um orifício vazado e com encaixe e com solda. Sobre a peça insere-se um material termoplástico rígido e sintético (Metil-2-metilpropenoato) colorido e com acabamento de retro-corte (lasal 53). Área para personalização dos eventos. Com tratamento de imagens a serem inseridas e aplicadas em uma superfície Metálica com alta resistência a Corrosão. Camada de proteção extra de resina termoplástica cristalina cobrindo todas as partes artísticas do troféu. Silhueta vazada em aço carbono com recorte a base de gás oxigênio. Aplicação e tratamento de superfície na cor prata. Peça de Inox recortada em forma Tetraedro aplicado sobre uma das colunas. Bola maça e torneada em MDF caracterizando a modalidade a ser disputada. Por fim a gravação em chapa Metálica polida resinada com a categoria e classificação.	30	102,60	3.078,00

9	Corpo do troféu: troféu com corte a laser em faces termofundidas ambas com folhas celulósicas impregnadas com resinas melamínicas, com prensagem de alta temperatura e com baixa pressão ornando com a sua superfície. peça em um corpo único e indissolúvel. usinado frontalmente com resistência sobre um orifício vazado e com encaixe e com solda. sobre a peça insere-se um material termoplástico rígido e sintético (metil-2-metilpropenoato) colorido e com acabamento de retro-corte (lasal 53). área para personalização dos eventos. com tratamento de imagens a serem inseridas e aplicadas em uma superfície metálica com alta resistência a corrosão. camada de proteção extra de resina termoplástica cristalina cobrindo todas as partes artísticas do troféu. Silhueta vazada em aço carbono com recorte a base de gás oxigênio. Aplicação e tratamento de superfície na cor prata. peça de inox recortada em forma tetraedro aplicado sobre uma das colunas. Bola maciça e torneada em MDF caracterizando a modalidade a ser disputada. por fim a gravação em chapa metálica polida resinada com a categoria e classificação.	53	46,00	2.438,00
---	---	----	-------	----------

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 25 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Recier José Gregório – ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 340/2019

Publicação Nº 2219200

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato Aditivo 340/2019.

Aditivo ao Contrato de Fornecimento 112/2019.

Partes: Município de Porto União e Pirâmide Comércio de Materiais Esportivos Ltda – ME.

CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL

Adita-se o valor de R\$ 8.260,80 (oito mil e duzentos e sessenta reais e oitenta centavos) ao aludido contrato superior, ao item descrito conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	VALOR UNIT. R\$	VALOR UNIT. R\$
8	Corpo do Troféu: Troféu com Corte a Laser em Faces Termofundidas ambas com folhas celulósicas impregnadas com resinas melamínicas, com prensagem de alta temperatura e com baixa pressão ornando com a sua superfície. Peça em um corpo único e indissolúvel. Usinado frontalmente com resistência sobre um orifício vazado e com encaixe e com solda. Sobre a peça insere-se um material termoplástico rígido e sintético (Metil-2-metilpropenoato) colorido e com acabamento de retro-corte (lasal 53). Área para personalização dos eventos. Com tratamento de imagens a serem inseridas e aplicadas em uma superfície Metálica com alta resistência a Corrosão. Camada de proteção extra de resina termoplástica cristalina cobrindo todas as partes artísticas do troféu. Silhueta vazada em aço carbono com recorte a base de gás oxigênio. Aplicação e tratamento de superfície na cor prata. Peça de Inox recortada em forma Tetraedro aplicado sobre uma das colunas. Bola maciça e torneada em MDF caracterizando a modalidade a ser disputada. Por fim a gravação em chapa Metálica polida resinada com a categoria e classificação.	53	61,10	3.238,30

10	Medalha fundida em liga antimônio zamac, tamanho de 68 mm x 57 mm proporcional sendo o centro da medalha o brasão municipal alto e baixo relevo, essas medalhas são metalizadas nas cores dourada, prata e bronze, pintura em epoxi – o verso local para adesivos 40mm x 35mm, fita personalizada em cetim de 25 mm de largura e 800 mm de comprimento, nos tons azuis, com logos da DME e Prefeitura.	875	5,74	5.022,50
----	--	-----	------	----------

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 25 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Pirâmide Comércio de Materiais Esportivos Ltda – ME.

Contratada.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 009/2019 - F.A.S

Publicação Nº 2219861

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 011/2019 – FAS.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 009/2019 – Com Cota Exclusiva – ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por lote, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS E LEITE EM PÓ. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 25 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 172/2019 - MULTIENTIDADE

Publicação Nº 2219863

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 237/2019 – MULTIENTIDADE.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 172/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por menor preço por lote, do tipo presencial para a AQUISIÇÃO DE EXTINTORES, RECARGA DE EXTINTORES, RETESTE DE EXTINTORES, ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA, BLOCO AUTÔNOMO E PLACAS DE SINALIZAÇÃO. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 22 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 017/2019

Publicação Nº 2219865

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 238/2019

Extrato de Edital de Tomada de Preços 017/2019

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço por empreitada global, para a CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA COBERTA. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 27 de novembro de 2019 na Prefeitura Municipal, com abertura dos envelopes, no mesmo local, dia e hora. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 099/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2219283

Extrato de Termo Aditivo nº 099/2019 ao Contrato 015/2016

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e TOQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Valor: Fica aditivado o valor estimado de R\$ 2.397,60 (dois mil trezentos e noventa e sete reais).

Vigência: O prazo contratual terá vigência por 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste termo, não podendo ser prorrogado conforme art.57, IV, da Lei 8.666/93.

Porto União, SC, 07 de novembro de 2019.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

TOQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 100/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2219924

Extrato de Termo Aditivo nº 100/2019 ao Contrato 072/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e FISIOINMED FISIOTERAPIA E SAÚDE SS

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) ao aludido contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Porto União, SC, 07 de novembro de 2019.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

FISIOINMED FISIOTERAPIA E SAÚDE SS

Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 101/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2219926

Extrato de Termo Aditivo nº 101/2019 ao Contrato 074/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO DOMBOROWSKI S/S ME

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$ 12.000,00 (doze mil reais) ao aludido contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Porto União, SC, 07 de novembro de 2019.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

CLÍNICA DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO DOMBOROWSKI S/S ME Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 102/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2219928

Extrato de Termo Aditivo nº 102/2019 ao Contrato 076/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e CENTRO DE OLHOS CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA LTDA

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) ao aludido contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Porto União, SC, 07 de novembro de 2019.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU
CENTRO DE OLHOS CLÍNICA DE OFTALMOLOGIA LTDA
Contratada

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 103/2019 - AMASPU

Publicação Nº 2219978

Extrato de Termo Aditivo nº 103/2019 ao Contrato 079/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e DIAS E RIBAS CLÍNICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) ao aludido contrato.

As demais cláusulas e condições permanecem em vigor.

Porto União, SC, 07 de novembro de 2019.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

DIAS E RIBAS CLÍNICA DE ODONTOLOGIA E PSICOLOGIA

Contratada

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 154/2019 - ALTERADO 2

Publicação Nº 2219870

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 210/2019 – REGISTRO DE PREÇOS – ALTERADO 2.

Retificação de Edital de Pregão Presencial 154/2019 – Com Cota Exclusiva - ME – EPP – MEI.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que houve alterações no Edital do Processo Licitatório supracitado. A data permanece inalterada. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de novembro de 2019.

Eliseu Mibach

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 013/2019

Publicação Nº 2219203

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 180/2019.

Pregão Eletrônico 013/2019.

Termo de Adjudicação

Adjudico a empresa José Augusto Ribeiro de Moura.

Porto União SC, 16 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 013/2019

Publicação Nº 2219204

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 180/2019.

Pregão Eletrônico 013/2019.

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório com base da lei 8.666/93.

Porto União SC, 21 de outubro de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 026/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219208

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 053/2019 – EDUCAÇÃO.
Pregão Presencial 026/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Teleunião Telecomunicações Ltda – EPP.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 130/2019

Publicação Nº 2219214

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 178/2019.
Pregão Presencial 130/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Supermercado Dukelli LTDA – EPP, Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP e Mercado Koseira Ltda – EPP.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 133/2019

Publicação Nº 2219216

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 185/2019.
Pregão Presencial 133/2019 – Com Cota Exclusiva – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa ISPAE – Instituto Sul Paranaense de Altos Estudos.
Porto União SC, 24 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 136/2019

Publicação Nº 2219227

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 190/2019.
Pregão Presencial 136/2019.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa TCA Transformações Veiculares Ltda.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 139/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2219233

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 194/2019 – Registro de Preços.
Pregão Presencial 139/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA, GRANDO PNEUS LTDA e VLK FABRICAÇÕES DE PNEUS ESPECIAIS LTDA.
Porto União SC, 23 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 141/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2219237

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 196/2019 – Registro de Preços.
Pregão Presencial 141/2019.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa MASCARELLO – CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA.
Porto União SC, 24 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 142/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2219239

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 197/2019 – Registro de Preços.
Pregão Presencial 142/2019 – Exclusivo – ME – EPP – MEI.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa F.S. IMIANOSKI DOMIT - ME.
Porto União SC, 25 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 149/2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 2219243

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 205/2019 – Registro de Preços.
Pregão Presencial 149/2019.
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Adalberto Ramos da Rosa Neto EIRELI – ME
Porto União SC, 25 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 2219245

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 049/2019 – EDUCAÇÃO.
Pregão Presencial 023/2019.
Termo de Revogação
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo e vista que deu-se deserta conforme ata da comissão.
Porto União SC, 22 de outubro de 2019.
Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 126 2019 - LANCHES

Publicação Nº 2220193

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO
PROCESSO Nº126/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 92/2019

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Pregão Presencial, até as 09:00 Horas do dia 21.11.2019, para REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE LANCHES, PARA ATENDER OS CURSOS, ASSESSORAMENTOS E OUTROS EVENTOS E ATIVIDADES ORGANIZADOS PELOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 07 de Novembro de 2019.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 024/2019

Publicação Nº 2219320

CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 05.559.537/0001-00

Rua Prefeito Querino Ferrari, n.º 93 – Bairro Boa Vista - Fone 3545-2050

89.172-000 – Pouso Redondo – Santa Catarina

e-mail: secretaria@camarapousoredondo.sc.gov.br

PORTARIA Nº 024/2019 de 05 de novembro de 2019.

Nomeia por prazo determinado Membro de Comissão Permanente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, no uso de suas atribuições legais em especial com artigo 50 do Regimento Interno desta Casa Legislativa

CONSIDERANDO que o pedido de licença do vereador titular do cargo Nilso Agostini e em consequência vacância temporária no cargo de membro de comissão permanente e que cabe ao Presidente da Câmara a designação de substituto.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Vereador TIAGO MAXIMIANO na seguinte comissão:

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

FUNÇÃO: SECRETÁRIO

Art. 2º. A vigência desta portaria encerra-se com o termino da licença do vereador titular.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de novembro de 2019.

SÉRGIO REIF

Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI

Diretor de Secretaria

PORTARIA 025/2019

Publicação Nº 2219321

CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 05.559.537/0001-00

Rua Prefeito Querino Ferrari, n.º 93 – Bairro Boa Vista - Fone 3545-2050

89.172-000 – Pouso Redondo – Santa Catarina

e-mail: secretaria@camarapousoredondo.sc.gov.br

PORTARIA Nº 025/2019 de 05 de novembro de 2019.

Nomeia por prazo determinado Membro de Comissão Permanente e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, no uso de suas atribuições legais em especial com artigo 50 do Regimento Interno desta Casa Legislativa

CONSIDERANDO que o titular do cargo Sérgio Reif assumiu a Presidência da Câmara e em consequência vacância temporária no cargo de membro de comissão permanente e que cabe ao Presidente da Câmara a designação de substituto.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Vereadora ROSANGELA ALTHOFF MIRANDA nas seguintes comissões:

I - COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO – Relatora;

II - COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, ECONOMIA E PLANEJAMENTO – Presidente.

III – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E AÇÃO SOCIAL, DIREITOS HUMANOS, SEGURANÇA SOCIAL, DEFESA DO CONSUMIDOR E MEIO AMBIENTE – Relatora.

Art. 2º. A vigência desta portaria encerra-se com o término da licença do vereador titular e o retorno do vereador Ailton Sardo.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 05 de novembro de 2019.

SÉRGIO REIF

Presidente da Câmara

Registre-se, Publique-se.

MOACIR SILVIO AGUSTINI

Diretor de Secretaria

Princesa

PREFEITURA

DECRETO N. 348 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219491

DECRETO Nº. 180, DE 03 JULHO DE JUNHO DE 2019.

Contrata Temporariamente Servidor Público Municipal e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo 3º do Artigo 102 da Lei Orgânica do Município e, Lei Complementar nº. 021 de 30 de Dezembro de 2014, Processo Seletivo Simplificado nº. 02.2019 de 14 de Junho de 2019.

CONSIDERANDO, o interesse público na manutenção dos serviços da Saúde;

CONSIDERANDO, a previsão da Lei Federal 8.745 de 1993, aplicada supletivamente ao caso de contratações temporárias, precedida de Processo Seletivo;

CONSIDERANDO, a proteção Constitucional dada à Saúde e, que a oferta ou não oferta irregular implica em responsabilidade da autoridade municipal, nos termos do §2º, artigo 208 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que os serviços de saúde são qualificados como essenciais pela Lei 7.783/1989, que devem ter sua prestação de forma continua e sem interrupções.

CONSIDERANDO que o Município está em fase de execução de certame de Concurso Público (Edital n. 001/2019) o qual prevê a contratação de um Enfermeiro, contudo, a previsão para a conclusão do certame é setembro/2019;

CONSIDERANDO a exoneração por aposentadoria da única profissional de saúde do Município qualificada como Enfermeira (Decreto 165/2019);

DECRETA

Art. 1º. Fica contratada, CLADIANE DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Linha Liso Alto, Interior, Município de Guaraçaba, SC, portadora do CPF nº. 063.133.009-71, RG nº. 4991113, aprovada no Processo Seletivo Simplificado nº. 02.2019, para atuar na função de Enfermeira, carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, assumindo a partir de 1º de Julho de 2019 até perdurar a vaga.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de 1º de Julho de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Princesa, SC, em, 3 de Julho de 2019.

DIANGELE FABIELE KLEIN MARMITT

Prefeita Municipal em Exercício

Este Decreto foi Registrado e Publicado na forma da Lei

Princesa/SC, 04 de Julho de 2019.

Gilson Loga Lisboa

DECRETO Nº 346 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219166

DECRETO Nº 346 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Institui o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente -COMDEMA.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 1005 de 03 de julho de 2019 e:

CONSIDERANDO-SE a necessidade de estabelecer a composição do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, eis que delegado pela Lei Complementar Municipal nº 77 de 11.09.2019, ao Poder Executivo Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, será composto por 10 (dez) membros, nomeados por ato do Prefeito Municipal e indicados pelas seguintes entidades:

I – Representantes Governamentais:

a) Poder Executivo:

b) Representantes da Câmara de Vereadores:

c) Secretaria de Saúde:

- d)Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:
- e)Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo:

II – Representantes Não Governamentais:

- a) Sindicato dos Funcionários Públicos (SINDI)
- b)Associação de Pais e Professores (APP)
- c) Entidade Civil:
- d) Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:
- e) Representante de alunos Universitários

Art. 2º O CONDEMA em sua reunião de instalação elaborará seu Regimento Interno, que será homologado por Decreto do Prefeito Municipal.

Art. 3º Revoga-se o decreto nº 335 de 01 de novembro de 2019.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,
Estado de Santa Catarina, 7 de novembro de 2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 347 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219167

DECRETO Nº 347 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Nomeia membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente-COMDEMA.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 69, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 77 de 11 de setembro de 2019, Lei Municipal nº 1005 de 03 de julho de 2019 e Decreto nº 335 de 01 Novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados as pessoas abaixo descritas para comporem o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

I – Representantes Governamentais:

a)Poder Executivo:

Titular: Keli Fernanda Meotti

Suplente: Marciele Cristina Bruder

b)Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Valtair Epping

Suplente: Leandro Schein

c)Secretaria de Saúde:

Titular: Marcia Cristina Wolmuth Bisutti

Suplente: Jane Clarice Boether Machado

d)Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Silvio da Silveira

Suplente: Odair José Noll

e)Secretaria de Infraestrutura de Obras, dos Transportes e Urbanismo:

Titular: Débora Cerioli

Suplente: Renê Osvino Dittrich

II – Representantes Não Governamentais:

a) Sindicato dos Funcionários Públicos (SINDI)

Titular: Luciano Mattiello

Suplente: Gilson Lisboa

b) Associação de Pais e Professores (APP)

Titular: Alexandro Junior Copatti

Suplente: Claudinei Paulo Morsch

c)Entidade Civil:

Titular: Daniel Sewald

Suplente: Luciano Klaus

d)Representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:

Titular: Lucas Theisen

Suplente: Arnelio Nadin

e)Representante de alunos Universitários:

Titular: Natan Reck

Suplente: Luciane Marta Theisen da Silveira

Art. 2º Fica convocada a reunião de instalação do CONDEMA para o dia 08 de novembro de 2019, às 08:30 horas, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores do Município de Princesa.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº 336 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,

Estado de Santa Catarina, 7 de novembro de 2019

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 345 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019. (REPUBLICADO)

Publicação Nº 2219223

DECRETO Nº. 345 de 08 DE NOVEMBRO de 2019. (republicado)

"DISPÕE SOBRE A BAIXA DE DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL, ATRAVÉS DE CANCELAMENTO de CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, em conformidade ao art. 43, da Lei Complementar nº 018 de 17 de dezembro de 2013 e o disposto no inciso V do art.156 C/C 174, do Código Tributário Nacional.

DECRETA:

Art. 1º. A Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Tributos e Fiscalização e a Contabilidade a baixar valores lançados em Dívida Ativa, conforme os fundamentos jurídicos apresentados em cada lançamento.

Contribuinte: Evandro Marcos Paida	CNPJ/CPF: 048.436.729-39	
Certidões: 418 a 423	Data inscr.: 31/12/2012	
Dívidas: 2175, 2292, 2298, 2715, 2965, 3176	Data inscr.:	
Valor Original: R\$ 1.500,14	Valor Atualizado: R\$ 5.517,27	
Fundamentos: Prescrição	CTN. Art. 156, V c/c art. 43, inc. IV do CTM	
Fundamentos: Decadência	CTN. Art. 156, V c/c art. 43, inc. III e IV do CTM	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa,

Estado de Santa Catarina, 08 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

NOTA DE ANULAÇÃO PL 138.2019-PM, PR 63.2019 - PM - DESERTO

Publicação Nº 2219325

Processo Licitatório 138/2019-PM

Pregão Presencial 63/2019-PM

Devido ao não comparecimento de proponentes ou interessados, bem como a inexistência de qualquer demonstração de interesse no objeto deste certame, o processo licitatório nº 138/2019-PM foi declarado DESERTO, conforme Ata da Comissão nº 95/2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO PL 129.2019 - ELDOMAR

Publicação Nº 2219319

Processo Licitatório 128/2019

Leilão 01/2019

NOTIFICAÇÃO

O Município de Princesa/SC, inscrito no CNPJ 01.612.836/0001-00, através da Comissão de Apoio de Licitação na Modalidade Leilão, nomeada pelo Decreto nº 299 de 03 de outubro de 2019, vem através deste NOTIFICAR o Sr. Eldomar Lauricio Ross para que realize o pagamento

do valores referentes aos lotes arrematados no processo em epígrafe, conforme segue:

- Lote 1: Uma Lavadora de roupas sucateada, marca Continental, automática, capacidade de lavagem de 12kg, (PM-3631). Arrematado por R\$ 60,00(sessenta reais)
 - Lote 4: LOTE contendo mobiliário em geral sucateados como cadeiras, poltronas, longarina e mesa para computador (PMS: 0342, 0853, 0854, 1061, 1163, 1451, 1546, 1697, 2374, 2737 e 3274). Arrematado por R\$ 50,00(cinquenta reais)
 - Lote 17: Um COMPRESSOR ODONTOLÓGICO, com desgaste natural em razão do tempo de uso, com capacidade de 40litros e potência de 2,0 HP. Marca Schulz, com tombamento no Patrimônio do Município sob nº PM-2266. Arrematado por R\$ 700,00 (setecentos reais)
 - Lote 18: LOTE contendo QUADROS BRANCOS, sucateados, medindo 2m X 1,20m, com requadro em perfil de alumínio. Tombados no Patrimônio do Município, (PMS: 2035, 2039, 2040, 2045, 2327 e 2330). Arrematado por R\$ 110,00 (cento e dez reais)
 - Lote 19: Um TELEVISOR, sucateado, marca Philips, 29 polegadas. Tombado no Patrimônio do Município (PM) com o nº 2597. Arrematado por R\$ 20,00 (vinte reais)
 - Lote 20: LOTE contendo aparelhos, máquinas e equipamentos sucateados de SISTEMA MONOCANAL COMPLETO (CENTRAIS TELEFÔNICAS RURAIS) como impressora matricial, central telefônica PABX 6020, placas de ramais e de atendimento digital T, entre outras peças. Registradas no Patrimônio do Município (PM) sob nºs.: 1078, 1793, 2376, 2381, 2409 e 2410. Arrematado por R\$ 100,00 (cem reais)
 - Lote 21: LOTE contendo máquinas e equipamentos energéticos de marcas variadas e mobiliário, todos sucateados e com tombamento junto ao Patrimônio Municipal (PM), como nobreaks, estabilizador e móvel "porta CPU e Estabilizador". Registro de tombamento sob nºs PM's.: 2060, 2253, 2264, 2387, 2572, 2653, 3097, 3376, 3394, 3399 e 3429. Arrematado por R\$ 140,00 (cento e quarenta reais)
 - Lote 22: LOTE contendo máquinas e equipamentos eletrônicos e de informática, sucateados, alguns com registro no patrimônio e outros não, de marcas variadas, como monitores e CPU de computadores (PMS: 1495, 1996, 3302 e 3303), mouse, teclado, caixa de som de computador, telefone, calculadoras manuais. Arrematado por R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)
- TOTALIZANDO R\$ 1400,00 (Mil e quatrocentos reais)

Salienta-se que na data de 31 de outubro de 2019, foi realizado um depósito de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) e na data de 01 de novembro de 2019 foi realizado um depósito de R\$ 200,00, restando dessa forma um saldo a pagar no valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais). Por diversas vezes a comissão solicitou verbalmente que fosse realizado o pagamento integral, porém até o momento, sem êxito.

Conforme termos do edital do Processo Licitatório 128/2019, Leilão 01/2019:

11.1.1 A falta de pagamento do valor integral da arrematação sujeita o licitante à imediata perda do direito à aquisição dos respectivos lotes, perda do valor já pago, ou quando este não ocorreu, inscrição em dívida ativa para posterior cobrança administrativa ou judicial.

11.2 Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas neste leilão, o Município de Princesa – SC, poderá aplicar ao vencedor, as seguintes penalidades:

- Advertência;
- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, com valor mínimo de lançamento de R\$ 100,00 (cem reais), quando não houver sido efetuado da proposta, que deverá ser recolhida, espontaneamente, no prazo de 30 (trinta) dias.
- Suspensão de Contratar com a Administração Pública por 02 anos.

Dessa forma, viemos através deste NOTIFICAR o Sr. Eldomar Lauricio Ross para que realize o pagamento do valor de R\$ 800,00 (Oitocentos reais) até a data de 08 de novembro de 2019. Após esta data, será aplicada multa e demais sanções cabíveis.

Princesa, 07 de novembro de 2019.

Michele Cristiane Kunzler	Mariele Cristina Bruder	Edineia Inês Wille
---------------------------	-------------------------	--------------------

PORTARIA Nº. 193, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219161

PORTARIA Nº. 193, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 110 da Lei Complementar Nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014;

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER férias à Servidora, Senhora Aline Spironello, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, pelo período de 15 (quinze) dias, considerando o período aquisitivo de 05 de julho de 2017 a 04 de julho de 2018. Sendo que as referidas férias serão gozadas com data inicial em 12 de novembro de 2019 a 26 de novembro de 2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 07 de novembro de 2019.

EDILSON MIGUEL WOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E
PUBLICADA NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 08 DE NOVEMBRO DE 2019
LIZIANE FÁTIMA PELLENZ

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2219852

Folha: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
Rua Sete de Setembro, 605
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

RELAÇÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Outubro/2019**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carimbo automatico	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	3,00	Un	50,00	150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra trocar filtros e óleo.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	25,00	25,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa de seguro obrigatório DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	24,99	24,99
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa de seguro obrigatório DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	serviço de despachante para realizar licenciamento anual	DESPACHANTE TOIGO LTDA - ME	07.264.098/0001-33	4,00	Un	87,52	350,08
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra- troca djuntor	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	35,00	35,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	dijuntor	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	9,90	9,90
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	terminal tubular	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	0,60	1,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Taxa de fiscalização de transporte intermunicipal de passage	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	6,00	Un	130,00	780,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COBERTURA ESTÉRIL, NÃO ADERENTE, TAMANHO 20X30CM	FUFA - SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07.164.711/0001-40	3,00	Un	261,00	783,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	termostato universal	MARCIO WILDNER	07.342.342/0001-39	1,00	Un	280,00	280,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mangueira de ar	MARCIO WILDNER	07.342.342/0001-39	1,00	M	380,00	380,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mão de obra - troca de peça e gas ar-condicionado do veiculo	MARCIO WILDNER	07.342.342/0001-39	1,00	Un	200,00	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Carga de gás	MARCIO WILDNER	07.342.342/0001-39	1,00	Un	250,00	250,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Consulta com especialista em ginecologia/obstetricia com ret	CVS CLINICA VIDA E SAUDE S/S LTDA	14.265.111/0001-34	70,00	Un	123,00	8.610,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Turbina nova	AUTO PECAS E MECANICA PEDRASSANI LTDA - EPP	95.815.114/0001-04	1,00	Un	1.900,00	1.900,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Retentor polia	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	152,04	152,04
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	mao de obra montagem	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	1.372,00	1.372,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	kit Correia Dentada	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	671,24	671,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	cabeçote.	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	4.354,80	4.354,80

Folha: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	polia do alternador	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	2,00	Un	137,23	274,46
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	biela motor	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	993,20	993,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Balancim válvula	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	16,00	Un	196,98	3.151,68
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	jogo Bronzina biela	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	384,45	384,45
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Jogo junta.	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	773,60	773,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Correia alternador	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	73,64	73,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	remoção e instalação de motor	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	361,24	361,24
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Prato de mola	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	2,00	Un	39,98	79,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ESM. e MONTAR Cabçote	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	327,96	327,96
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	anéis pistão motor	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	4,00	Un	392,00	1.568,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	junta cabçote	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	588,40	588,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bomba óleo	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	915,20	915,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	unidade injetora	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	1.696,00	1.696,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LIMPEZA Motor	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	252,00	252,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pistão	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	829,60	829,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Mola válvula	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	2,00	Un	63,20	126,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Retificar buchas e bielas	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	4,00	Un	38,20	152,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Retificar bloco	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	4,00	Un	56,50	226,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Bronzina mancal	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	498,60	498,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	retificar virabrequim	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	322,00	322,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Retificar face bloco	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	225,64	225,64
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Vela aquecedora	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	228,80	228,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Válvula Escape.	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	8,00	Un	58,48	467,84
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Chaveira válvula	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	4,00	Un	8,26	33,04
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	válvula admissão	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	8,00	Un	54,24	433,92
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	tucho de válvula	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	16,00	Un	191,60	3.065,60
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Desmontar motor	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	148,44	148,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	polir comando	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	80,76	80,76
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	retentor válvula	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	16,00	Un	13,72	219,52
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	retentor traseiro	GL - BOMBAS INJETORAS BELTRAO EIRELI	01.666.118/0001-16	1,00	Un	270,80	270,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fenobarbital 40 mg/ml 20 ml - Gotas.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	20,00	FR	3,04	60,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amitriptilina, cloridrato de 25 mg comprimidos.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	7.200,00	Comp	0,03	216,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Clonazepam 0,5 mg - comprimidos.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	480,00	Comp	0,06	28,80

Folha: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Fenobarbital 100 mg - comprimidos.	A G KIENEN & CIA LTDA	82.225.947/0001-65	2.000,00 Comp	0,10	200,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Quetiapina, fumarato de 25 mg - comprimido LTDA	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	300,00 Comp	0,18	54,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Paroxetina, cloridrato de 20 mg comprimido.	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	600,00 Un	0,19	114,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levomopromazina, maleato 25 mg comprimido.	F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	28.093.678/0001-85	400,00 Comp	0,376	150,40
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ranitidina 150 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	900,00 Comp	0,098	88,20
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levotiroxina sódica 75 mcg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	990,00 Comp	0,151	149,49
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Levonorgestrel 0,10 mg + etinilestradiol 0,02 mg - comprimido	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	4.851,00 Comp	0,65	3.153,15
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Enalapril 20 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	7.500,00 Comp	0,037	277,50
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Diclofenaco de sódio 50 mg - comprimido.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.000,00 Comp	0,023	23,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Dexclorfeniramina, maleato 2mg/5 ml, frasco 100 ml, Susp. Or	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	100,00 FR	1,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Tobramicina 0,3% solução oftálmica 5 ml.	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	30,00 FR	8,49	254,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Nimesulida 50 mg/ml 15 ml Suspensão Oral Gotas.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	150,00 FR	1,6737	251,06
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Verapamil 80 mg - comprimido.	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	500,00 Comp	0,10	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Loratadina 1 mg/ml 100 ml Xarope.	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	30,00 FR	2,99	89,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Glimepirida 2 mg - comprimido.	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	2.250,00 Comp	0,083	186,75
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Acetilcisteína 20 mg/ml xarope 120 ml.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	50,00 FR	6,30	315,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Xinafoato de salmeterol + Propionato de fluticasona 50mcg/2.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	20,00 FR	100,20	2.004,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Anlodipino, Bensilato 5 mg - comprimido.	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	4.200,00 Comp	0,0249	104,58
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SERINGA 1ML (INSULINA), STOPPER FINO, ÊMBOLO COM ANEL	ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LTDA	00.802.002/0001-02	1.500,00 Un	0,33	495,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MICONAZOL, NITRATO DE, CREME TÓPICO 2% BISNAGA 30G	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	30,00 BIS	1,848	55,44
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	MELOXICAM 15 MG COMPRIMIDO	DAMEDI DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	1.000,00 Comp	0,092	92,00

Folha: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.500,00 Comp	0,059	88,50	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.200,00 Comp	0,036	79,20	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	2.000,00 Comp	0,033	66,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ACEBROFILINA 50 MG/5ML ADULTO SEM SACAROSE FRASCO 120 ML	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	100,00 FR	4,30	430,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	VARFARINA 5 MG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.600,00 Comp	0,121	193,60	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 50 MCG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	1.100,00 Comp	0,06	66,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LEVOTIROXINA SÓDICA 100 MCG COMPRIMIDO	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	600,00 Comp	0,065	39,00	
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO + HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO 6% + 4% SUSPE	PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA	81.706.251/0001-98	200,00 FR	1,95	390,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	METRONIDAZOL 400 MG COMPRIMIDO	S & R DISTRIBUIDORA LTDA ME	04.889.315/0001-92	600,00 Comp	0,29	174,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	LORATADINA 10 MG COMPRIMIDO	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	720,00 Comp	0,075	54,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALOPURINOL 300 MG COMPRIMIDO	INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	1.200,00 Comp	0,169	202,80	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SULFATO FERROSO 40 MG COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	2.000,00 Comp	0,03	60,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	SINAVSTATINA 10 MG COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	1.500,00 Comp	0,049	73,50	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	COMPLEXO B COMPRIMIDO	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	3.000,00 Comp	0,029	87,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	ALENDRONATO SÓDICO 70 MG COMPRIMIDO	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	300,00 Comp	0,179	53,70	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	NIFEDIPINA 20 MG COMPRIMIDO	ANGEOMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR EI	02.607.956/0001-81	450,00 Comp	0,041	18,45	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	terminal de direção	WAY COMERCIO DE PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	12.974.095/0001-23	2,00 Un	122,00	244,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	geometria	MARIA ROSA BENETTI SIMON & CIA LTDA - ME	06.121.154/0001-18	1,00 Un	50,00	50,00	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de multa de trânsito, servidor Pedro Joe Giehl	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPOR	04.892.707/0001-00	1,00 Un	139,38	139,38	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de multa de trânsito, servidor Pedro Joe Giehl.	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPOR	04.892.707/0001-00	1,00 Un	138,67	138,67	
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de multa de trânsito, servidor Pedro Joe Giehl.	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPOR	04.892.707/0001-00	1,00 Un	139,99	139,99	

Folha: 5/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA

CNPJ: 11.430.652/0001-82
 Rua Sete de Setembro, 605
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Pagamento de multa de trânsito, servidor Pedro Joe Giehl, A	DNIT-DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAEST DE TRANSPOR	04.892.707/0001-00	1,00	Un	138,67	138,67
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Honorários profissionais odontologia hospitalar	VINICIUS FRANÇA GOMES	573.159.579-87	1,00	Un	1.000,00	1.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	procedimento odontologico em ambiente hospitalar, incluso co	INSTITUTO SANTE	08.776.971/0004-82	1,00	Un	500,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Sertralina, cloridrato de 50 mg - comprimido.	CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	03.652.030/0001-70	7.320,00	Comp	0,10	732,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amantadina, cloridrato de 100 mg comprimidos.	DAMED DAMBROS COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	95.368.320/0001-05	840,00	Comp	0,57	478,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Ciprofloxacino, cloridrato 500mg comprimido	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	600,00	Comp	0,18	108,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Amiodarona, cloridrato 200 mg- comprimido. LTDA.	DIMASTER - COM. DE PRODUTOS HOSP. LTDA.	02.520.829/0001-40	1.000,00	Comp	0,5198	519,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Configuração de impressora em rede.	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	3,00	Un	10,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Backup completo + formatação + limpeza interna	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	instalação hub 8 portas 10/100 e configuração	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	85,00	85,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	formatação de computador e instalação de programas	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA							Folha: 6/6
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA							
CNPJ: 11.430.652/0001-82							
Rua Sete de Setembro, 605							
C.E.P.: 89935-000 – Princesa – SC							
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	conserto placa nobreak	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	75,00	75,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	bateria nobreak 12V 7A VRLA	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	95,00	95,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	formatação de computador e instalação de programas	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	instalação de nobreak	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	2,00	Un	15,00	30,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	extensor USB 1,8 m	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	2,00	Un	25,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	Backup completo + formatação + limpeza interna	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00
Total Geral ---->							54.897,82

RELATÓRIO DE COMPRAS EFETUADAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 - MUNICÍPIO DE PRINCESA

Publicação Nº 2219842

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURACNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 1/20

RELACÃO MENSAL DAS COMPRAS

De acordo com o Artigo 16 da Lei Nr. 8.666, de 21 de Junho de 1993, alterada pela Lei Nr. 8.883, de 08 de Junho de 1994, esta é a relação de todas as compras realizadas no mês de **Outubro/2019**.

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	BOTINA DE SEGURANÇA	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	1,00	Par	54,9941	54,99
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	SAPATOS DE SEGURANÇA	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	10,00	Par	50,17	501,70
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	LUVAS de algodão tricotada, PIGMENTADA EM PVC NA FACE PALMAR	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	5,00	Par	3,3286	16,64
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Un	30,00	180,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CREME DE PROTEÇÃO PARA A PELE	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	8,7272	87,27
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	CONJUNTO IMPERMEÁVEL	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	39,90	199,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	REPELENTE SPRAY	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	9,3223	93,22
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PROTETOR SOLAR FPS 60, PROFISSIONAL	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	12,7934	127,93
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	PROTETOR SOLAR FACIAL	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	16,7603	167,60
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	LUVAS de algodão tricotada, PIGMENTADA EM PVC NA FACE PALMAR	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	10,00	Par	3,3286	33,29
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	SAPATOS DE SEGURANÇA	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	9,00	Par	50,17	451,53
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CREME DE PROTEÇÃO PARA A PELE	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	8,7272	87,27
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	REPELENTE SPRAY	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	9,3223	93,22
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PROTETOR SOLAR FACIAL	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Un	16,7603	335,21
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PROTETOR AURICULAR TIPO CONCHA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	8,00	Un	30,00	240,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 2/20

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	PROTETOR SOLAR FPS 60, PROFISSIONAL	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	12,7934	127,93
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	350,00	L	4,34	1.519,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Instalação computador nos móveis novos	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	35,00	35,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Limpeza de memória no computador do estagiário da tributação	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	45,00	45,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Atualização java, Configuração certificado e acesso ao	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	45,00	45,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para colocação de quatro pneus recapados com des	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	160,00	160,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de pneu dianteiro, lado direito, c	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para substituição de lâmpadas	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Lâmpada led tubular.	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	29,90	59,80
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de Obra para conserto de pneu dianteiro, lado direito,	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	45,00	45,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para conserto de pneu dianteiro, lado direito	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Chuchu -	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	15,00	Kg	2,10	31,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Brócolis - deverá ser fresco e saudável,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Kg	2,95	17,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MAÇÃ tipo FUJI ou GALA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	40,00	Kg	3,99	159,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MANGA - kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	15,00	Kg	3,40	51,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Alimento com soja sabor iogurte (iogurte de soja)	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	5,00	Un	4,40	22,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BANANA CATURRA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	60,00	Kg	1,44	86,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TOMATE - kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Kg	4,24	127,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MELANCIA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Kg	1,32	39,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PÉRA - Kg.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	5,70	57,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 3/20

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MAMÃO - tamanho MÉDIO	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Kg	3,48	69,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ABACAXI - 1,3 kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Un	3,95	23,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cenoura de boa qualidade, de tamanho médio, escovada	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Kg	2,20	22,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cebola, boa qualidade, bulbo de tamanho médio	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	25,00	Kg	2,15	53,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BATATA INGLESA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	30,00	Kg	1,30	39,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	KIWI.	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	6,00	Kg	8,40	50,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Couve flor -	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	10,00	Un	3,07	30,70
	Órgão	Bem Adquirido	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	jogo de pastilha de freio traseiro	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	231,80	231,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CABO DE FREIO DE MÃO TRASEIRO	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	2,00	Un	115,90	231,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	JOGO DE PATINS DE FREIO TRASEIRO	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	292,80	292,80
	Locação de cessão de uso de software	FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA	07.753.029/0001-93	12,00	MES	600,00	7.200,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 129/2019 LEILÃO 02/2019	INC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 128.2019 LEILÃO 01/2019	INC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DOE PL 128.2019 LEILÃO 01.2019 PM	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,147	Un	30,9891	190,49
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DOE PL 129.2019 LEILÃO 02/2019PM	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,147	Un	30,9891	190,49
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	TAXA DE INSCRIÇÃO EM SEMINARIO UNIDIME/SC.	UNIDIME - UNIAO NAC. DIRIG. MUNIC. EDUC.	79.363.123/0001-47	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Came bovina, tipo quarto, em pedaços, inspecionada,	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	20,00	Kg	13,49	269,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Came bovina tipo músculo, magro, sem gordura e sebo	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Kg	12,97	129,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MORANGA CABOTIÁ - kg.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	6,00	Kg	2,34	14,04
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cuca recheada sabor chocolate, framboesa e doce de leite.	MERCADO E ACOUGUE CAPP LTDA	13.774.367/0001-04	10,00	Kg	9,94	99,40

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 4/ 20

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Biscoito salgado com gergelim.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	3,75	37,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SUCO DE UVA - 1 Litro	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	2,00	Un	7,45	14,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FERMENTO QUÍMICO em pó - 250 g.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	5,00	Un	4,05	20,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	ACHOCOLATADO em pó - 400 gr - Com Vitaminas	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	11,00	Un	3,30	36,30
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DOCE DE LEITE - 1 kg.	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	4,00	Un	6,95	27,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CREME DE LEITE UHT - 200 gramas	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	10,00	Un	2,00	20,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Margarina com sal, embalagem econômica de 1kg	SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	6,00	Un	4,50	27,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Macarrão com ovos, tipo talharim, bandeja 500gr.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	10,00	Un	2,80	28,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Macarrão com ovos, tipo penne, pacotes de 500g.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	8,00	Un	2,35	18,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	GELATINA EM PÓ - 1 kg.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	10,00	Un	7,10	71,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FERMENTO BIOLÓGICO instantâneo - 125 gramas	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	2,00	Un	3,18	6,36
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Macarrão com ovos, tipo espaguete, pacotes de 500 gr.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	8,00	Un	1,65	13,20
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	FARINHA DE TRIGO Especial - 5 kg.	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	5,00	Un	8,20	41,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MACARRÃO COM OVOS, tipo CABELO DE ANJO	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	10,00	Un	3,15	31,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filé de peito de frango congelado entre -12°C e -18°C.	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	20,00	Kg	8,40	168,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Coxa e sobrecoxa de frango, sem osso e sem pele, tipo filé,	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	30,00	Kg	7,50	225,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cortes de frango sassami, filézinho, congelado.	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	20,00	Kg	8,50	170,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Sal, de 1ª qualidade, não apresentar sujidades,	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	10,00	Un	1,00	10,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo de soja, refinado, nacional, de 1ª qualidade.	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	30,00	Un	3,20	96,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Ovos, grandes, de galinha, com registro, data de fabricação	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	15,00	DZ	3,70	55,50

Folha: 5/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	EXTRATO DE TOMATE - 840 gramas	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	8,00	Un	4,75	38,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BISCOITO SALGADO tipo ÁGUA E SAL	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	10,00	Un	4,99	49,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	LEITE INTEGRAL UHT - 0% lactose - 1 litro	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	2,00	Un	2,95	5,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Farinha de trigo especial, tipo 1, de cor branca	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	6,00	Un	12,00	72,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Biscoito rosquinha de chocolate, embalagem 650 g	A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME	12.144.365/0001-79	6,00	Un	5,80	34,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Coxa e sobrecoxa de frango. A carne deve ser firme,	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	40,00	Kg	5,10	204,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne moída bovina, de boa qualidade, resfriada, magra	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	60,00	Kg	10,50	630,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Carne bovina tipo iscas, a carne deve ser de paleta sem osso	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Kg	14,95	299,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tubo de Concreto de 40cm x 1m (diam. x comp.)	F.M.ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	23.457.996/0001-64	70,00	Un	27,00	1.890,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Ponteira homoc. lado roda - 7084108	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	543,6023	543,60
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MOLA MESTRE DIANTEIRA PARA ÔNIBUS MGA 0940	MECANICA E COMERCIAL DE PECAS MEOTTL LTDA - EPP	83.872.192/0001-53	1,00	Un	390,00	390,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA PARA SUBSTITUIÇÃO DE CABO DE VELA E FILTROS	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	95,00	95,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE PASTILHA DE FREIO DIANTEIRO.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	75,00	75,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA P/CONSERTO DO SUPORTE DO CARDAN E TROCA DE PINO.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA P/ CONSERTO DE PNEU TRASEIRO COM DESMONTAGEM/MON	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão de obra para troca de pneus com montagem e desmontagem	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para troca de óleo e filtros	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CONSERTO DE TACOGRAFO	FABRICIO LUIZ GAWSKI	23.277.372/0001-65	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Moldura frontal tacografo	FABRICIO LUIZ GAWSKI	23.277.372/0001-65	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	anel trava	FABRICIO LUIZ GAWSKI	23.277.372/0001-65	1,00	Un	15,00	15,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 6/20

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Configuração de sistema e rede no sistema de ponto e config	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	85,00	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Instalação de HUB 8 portas 10/100 e configuração	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	85,00	85,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Instalação de cabo de rede da central ao relógio ponto	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	65,00	65,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pilha recarregavel AAA 900Mah sony para telefone sem fio	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Licença Anual de Antivírus específico para o servidor, com	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	275,00	275,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para montagem da engrenagem do gira círculo.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	160,00	160,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de pneu traseiro com desmontagem	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de pneu traseiro, lado esquerdo	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	105,00	105,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca dos filtros e óleo do motor, caixa, d	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para conserto de pneu dianteiro lado esquerdo co	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	75,00	75,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para troca de filtros e óleo do motor, caixa, di	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	200,00	200,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra com solda no braço dianteiro.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
	Seguro Total RENAULT - DUSTER OROCH de placa: QJY5333.	GENTE SEGURADORA S/A	90.180.605/0001-02	1,00	Un	2.108,8858	2.108,89
	Seguro Total RENAULT - DUSTER OROCH de placa: QJY 5343.	GENTE SEGURADORA S/A	90.180.605/0001-02	1,00	Un	2.108,8858	2.108,89
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE 02 BUCHAS DA SUSPENSÃO DIANTEIRA.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	mão de obra para troca do parafuso do tirante da roda . .	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA PARA COLOCAÇÃO DE CINTOS DE SEGURANÇA NOVOS.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA P/A TROCA DOS CINTOS DE SEGURANÇA E CANO DE AR.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para backup e formatação notebook	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	80,00	80,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para instalação de HD interno, formatação e inst	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	100,00	100,00

Folha: 7/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de Obra para conserto de dois pneus com desmontagem/mont	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de Obra com solda no braço Hidráulico	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para colocação de 2 pneus dianteiros novos	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de Obra para troca de duas mangueira Hidráulica	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para conserto do leque e troca do cano de vacuo	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para substituição de filtros	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para desmontagem da lança traseira e da mesa do	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	850,00	850,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para colocação de dois pneus novos traseiros, co	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	160,00	160,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro PSL 280.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	65,00	65,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Conserto de pneu.	IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	1,00	Un	15,00	15,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca dos parafusos do suporte da solenoide	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	240,00	240,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para a colocação do assoalho de madeira na caçom	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	350,00	350,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto do freio traseiro.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para revisão da suspensão.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	ÓLEO PARA ENGRENAGENS AUTOMOTIVAS 85W40	PZO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	02.320.212/0001-81	5,00	Un	200,00	1.000,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Maçaneta interna - 191837225	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	4.2988	8,60
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Puxador interno esquerdo - 2R0867161	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	102,1576	102,16
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Puxador interno direito - 2R0867162	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	102,1576	102,16
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Maçaneta externa - 2VC837205	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	307,9489	615,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SAPATOS DE SEGURANÇA	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	3,00	Par	50,00	150,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	SAPATOS DE SEGURANÇA	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	2,00	Par	50,00	100,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 8/ 20

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Colete Impermeável 100% poliéster preto com forro total flex	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	2,00	Un	82,00	164,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bucha 6 mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	Un	0,20	1,20
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Canaleta	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	M	6,90	6,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	parafuso	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	6,00	Un	0,15	0,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CONJUNTO DE DUAS TOMADAS	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	59,80	59,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra pra troca do feixe de mola dianteiro	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	fi	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI	06180021970	2,00	M	1,00	2,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Mão de obra para substituição de relé	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI	06180021970	1,00	Un	20,00	20,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Relé de 70H 24V	ANDRIGO DIEGO FUMAGALLI	06180021970	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA PARA TROCA DE DUAS MOLAS DIANTEIRAS	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	MÃO DE OBRA P/ CONCERTO COM COLOCAÇÃO DE CHAPAS NO ASSOALHO	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Instalação de película Garware 5 anos de garantia.	SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA	11.244.011/0001-33	1,00	Un	450,00	450,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para concerto das correntes e da caixa de rolos.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para concerto de pneu e troca do tandem.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MANGUEIRA TUBO ESPIRAL 4 POL 2887	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0003-59	14,00	M	60,00	840,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro PSC 410 (Combustível).	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro PSL 280 (Óleo)	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	58,00	58,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro PSC 72/2 (Combustível).	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	25,00	25,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mao de obra para troca de filtros do motor e oleos.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para concerto da fechadura da porta.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	40,00	40,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 9/20

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para colocação de quatro pneus novos com	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Rodizio dos quatro pneus	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	48,00	48,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de vazamento de óleo do motor.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	74,00	74,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro PSL 282 (óleo)	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	35,00	35,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro PSC 410 (Combustível).	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	50,00	50,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para rodizio de 4 pneus	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	48,00	48,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para colocação de quatro pneus recapados com des	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	120,00	120,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para desmontagem da esteira para troca das bucha	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	300,00	300,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	solda mig	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	35,00	Min	3,75	131,25
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tira U pequena lâmina bronze.	VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	14.016.902/0001-20	4,00	Un	49,10	196,40
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Tira placa giro bronze.	VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	14.016.902/0001-20	9,00	Un	35,19	316,71
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Placa trava tira U lâmina.	VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA	14.016.902/0001-20	8,00	Un	6,33	50,64
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de pneu traseiro, lado direito,	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para realizar a troca do óleo do motor e filtros	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	60,00	60,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca de óleo e filtro e ainda para	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de pneu traseiro, lado esquerdo	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para conserto de vazamento de ar da	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	65,00	65,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca de mangueira hidráulica.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	100,00	100,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para troca de mangueira hidráulica.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	80,00	80,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para ajustes de folgas da direção e para troca d	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	310,00	310,00

Folha: 10/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para desmontagem da caixa para revisão da embrea	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	165,00	165,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	KIT MOTOR 1 CIL X 10 VOLKS 4/6	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	4,00	Un	497,84	1.991,36
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	JOGO DE JUNTA DO MOTOR	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	568,96	568,96
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	COMPENSADOR DE MASSA MWM	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	1.866,90	1.866,90
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	COLA SILICONE CINZA	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	31,115	31,12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bronzina mancal	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	533,40	533,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Bronzina biela motor	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	4,00	Un	48,895	195,58
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Biela	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	577,85	577,85
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Anel de encosto	CP MAGARINOS MECANICA EIRELI	08.582.779/0001-02	1,00	Un	88,90	88,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PROTETOR SOLAR FPS 60, PROFISSIONAL	RAFAEL KUHN EIRELI	14.255.257/0001-07	5,00	Un	14,00	70,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	PROTETOR SOLAR FACIAL	FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANC	31.615.720/0001-95	2,00	Un	22,90	45,80
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Estojo escolar: confeccionado em couro ecológico com dois co	PONTOCOM BRINDES LTDA - ME	18.036.328/0001-23	195,00	Un	11,58	2.258,10
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Estojo escolar: confeccionado em couro ecológico com dois co	PONTOCOM BRINDES LTDA - ME	18.036.328/0001-23	80,00	Un	11,58	926,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CHINELO de borracha de alta qualidade, com cor única e exclu	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	56,00	Par	17,8555	999,91
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CHINELO de borracha 17/18 ao 23/24	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	31,00	Par	27,3901	849,09
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Aluguel de cortadora de asfalto	LOMAC-ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA	15.317.117/0001-70	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Rele falta de fase Cód. 14804	J A INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA - EPP	04.347.077/0001-93	1,00	Un	189,00	189,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Bolo de Laranja com cobertura	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	28,60	28,60
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	BOLO COM COBERTUA DE CHOCOLATE tipo NEGA MALUCA	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	1,00	Un	29,00	29,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Almoço + suco de frutas	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	20,00	Un	17,40	348,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Sanduíche - com mini pão de X integral (pão de hambúrguer)	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	25,00	Un	2,45	61,25

Folha: 11/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	ABACAXI - 1,3 kg	SUPERMERCADO PRINCESA LTDA	12.225.461/0001-41	2,00	Un	5,80	11,60
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	PÃO DE QUEIJO.	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	30,00	Un	0,85	19,50
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Esfirra integral assada - com recheio de brocolis e ricota.	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	50,00	Un	1,21	60,50
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Bolo de milho ou fubá	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	1,00	Un	35,00	35,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	BOLINHO DOCE, do tipo AMARRA MARIDO.	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	5,00	Un	4,35	21,75
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	BOLACHA CASEIRA tipo SORTIDA	PANIFICADORA LUDWIG LTDA - ME	07.359.886/0001-03	1,00	Kg	16,40	16,40
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Serviço de Arbitragem de jogos de FUTEBOL DE CAMPO	ASSOCIAÇÃO LIGA ESPORTIVA OESTINA	83.675.157/0001-44	42,00	Un	355,00	14.910,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Amortecedor traseiro	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	467,8735	935,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Serviço de transporte de alunos para viagem de estudos em Fo	EXPRESSO SANTA HELENA DE ONIBUS LTDA	86.249.075/0001-26	1,00	Un	4.300,00	4.300,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Licença ambiental previa junto a SDS para perfuração do poço	LEAO POCOS ARTESIANOS LTDA	95.876.447/0001-35	1,00	Un	1.500,00	1.500,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	REVISÃO DE DA PARTE ELÉTRICA DO ONIBUS OKG2276 PM 4043	AUTO ELETRICA LAVALL LTDA - ME	01.335.591/0001-10	1,00	Un	150,00	150,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para substituição de peças..	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	170,00	170,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para solda e reforço nas longarinas da caçamba.	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	240,00	240,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para desmontagem dos radiadores para lavagem dos solda mig	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	250,00	250,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS		MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	40,00	Min	3,75	150,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Mão de obra para solda na carcaça da bomba hidráulica e colo	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	350,00	350,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para troca de um pneu e conserto de outro, ambos solda mig	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	30,00	30,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mão de obra para alinhamento do eixo com solda e reforço do	MECANICA PHILIPSEN LTDA	03.103.101/0001-86	1,00	Un	130,00	130,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Passagens aérea de chapéco a brasileira e volta	EXTREMOESTE AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA	79.659.892/0001-97	1,00	Un	1.918,64	1.918,64
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62

Folha: 12/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	KILOMETRO DE ÔNIBUS P/REALIZAR TRANSPORTE ESCOLAR EMERGENCIAL	CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME	13.392.545/0001-32	100,00	Un	7,00	700,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	GARRAFÃO TÉRMICO DE 3,5 LITROS:	AGROVETERINARIA PRINCESA EIRELI EPP	04.484.322/0001-04	5,00	Un	30,00	150,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Alavanca seletora de marcha	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	1.242,9562	1.242,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Prestação de serviços referente aos dias de técnico especial	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	2,00	Un	172,00	344,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CORDÃO 2X1,5	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	50,00	Un	2,00	100,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	CORDÃO PARALELO 2 X 2,5MM	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	90,00	M	3,10	279,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LÂMPADA LED 20W	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	8,00	Un	30,00	240,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Interruptor com tomada Ev	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	1,00	Un	13,00	13,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LÂMPADA LED 15W	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	10,00	Un	25,00	250,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada fluorescente 40wt	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	2,00	Un	12,00	24,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada led tubular 16wt	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	2,00	Un	35,00	70,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	LÂMPADA LED 9W	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	34,00	Un	15,00	510,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Spot simples branco	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	2,00	Un	15,00	30,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	SPOT DUPLO BRANCO	INSTALADORA NICLOTTI LTDA ME	04.204.501/0001-40	14,00	Un	30,00	420,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Leão mascote Proerd tamanho G	ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA	04.452.336/0001-46	2,00	Un	38,00	76,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Leão Mascote Proerd tamanho P	ODETI & BRUNA BICHOS DE PELUCIA LTDA	04.452.336/0001-46	35,00	Un	25,00	875,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	aferição de tacógrafo	A. A. HENZEL - ME	02.376.203/0001-02	1,00	Un	380,00	380,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CARIMBO P/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO---	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	1,00	Un	50,00	50,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,71	16,71
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62

Folha: 13/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	4,00	Un	16,71	66,84
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	5,00	Un	119,62	598,10
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Caixa de direção	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	3.649,5207	3.649,52
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Hipoclorito de sódio - 11% de cloro ativo	BUSCHLE & LEPPER SA	84.684.471/0006-60	1.600,00	Kg	1,80	2.880,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Vistoria no FORD CARGO 2428 E (Nacional) ano de fabricação	VISTO CEDRO LTDA - ME	22.717.576/0001-07	1,00	Un	140,00	140,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Alvenaria de blocos tipo canaleta	KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIR	17.870.582/0001-60	469,00	Un	2,25	1.055,25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Alvenaria de blocos	KFX PRE FABRICADOS E MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIR	17.870.582/0001-60	11.183,00	Un	2,25	25.161,75
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de combustível	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	134,6995	134,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Filtro de óleo do motor 211373	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	172,397	172,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Esticador da correia do motor	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	266,9765	266,98
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Junta do cabeçote	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	483,004	483,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	jogo de juntas do motor	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	2.054,246	2.054,25
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Jogo de anéis	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	1.062,976	1.062,98
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	bronzina da biela STD	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	105,553	422,21
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	COLA peso líquido 40 gramas	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	15,00	Un	1,4208	21,31
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Cola branca embalagem de 1 KG.	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	15,00	Un	10,3332	155,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	BLOCO DE RECADO	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	5,00	Un	6,7998	34,00

Folha: 14/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Engrenagem - 2G-6377	Bem Adquirido	ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	1.141,0542	1.141,05
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro válvula amortecimento - 332/B1489		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	205,4921	205,49
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro servo piloto - 335/G2061		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	134,56	134,56
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro hidráulico retomo - 335/G2059		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	216,3946	216,39
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro tela - 335/G0387		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	597,0921	597,09
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Filtro hidráulico plexus - 32/B25164		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	794,2449	794,24
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Reparo motor hidráulico - 998/10391		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	3.699,02	3.699,02
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Kit reparo bomba hidráulica - 334/E2496		ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.	05.063.653/0009-90	1,00	Un	1.808,19	1.808,19
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Tempo adicional de serviço prestado (eletricista) até 10 km		ELETRICA RAO DE LUZ LTDA - ME	80.754.773/0001-00	1.920,00	Min	2.0037	3.847,10
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Chamada p/ manutenção e consertos elétricos do sistema água		ELETRICA RAO DE LUZ LTDA - ME	80.754.773/0001-00	8,00	Un	138,1129	1.104,90
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Serviço de Avaliação Mercadológica territorial rural		MARCIO JUNIOR CANTON	025.868.689-86	3,00	Un	550,00	1.650,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	TINTA ACRILICA ECONÔMICA 18 LT BRANCA		MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	Un	149,90	449,70
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	1 par de rampo universal p/ transporte do trator cortador		VINCENZI FABRICA DE SEMI REBOQUES EIRELI	07.228.709/0001-98	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Aferição tacógrafo - immetro (MGA 0940)		A. A. HENZEL - ME	02.376.203/0001-02	1,00	Un	380,00	380,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Amortecedor dianteiro		IVONETE HARTMANN ME	07.607.528/0001-72	2,00	Un	245,00	490,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	PELICULA G5 PARA JANELA DE VIDRO COM DIMENSÕES DE 200X90 CM		SOMAPRINT IMPRESSAO DIGITAL LTDA	11.244.011/0001-33	4,00	Un	215,00	860,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Calço tambor retangular - 6180100		AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	4,00	Un	531,30	2.125,20
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Óleo da transmissão - BG5X/ 19589/BA		FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	15,00	L	23,20	348,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Motorcraft 85W140 - BH5A85W140AA		FOROESTE VEICULOS LTDA	86.242.252/0004-95	21,00	L	26,75	561,75
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Pagamento taxa RRT		CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE SANTA CATAR	14.895.272/0001-01	1,00	Un	94,76	94,76

Folha: 15/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	Certificado digital modelo CertiSafe tipo e-CPF A3 Sabrina	HARPA TECNOLOGIA LTDA	14.030.336/0001-01	1,00	Un	208,00	208,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Licença nova ponto secullum 4 anual	ADIGITEC - COMERCIO DE COMPONENTES ELETRONICOS LTD	04.293.187/0001-10	1,00	Un	230,00	230,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Pedrisco	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	3,00	M3	89,00	267,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	389,58	L	3,78	1.472,61
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	1.000,00	L	4,34	4.340,00
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Óleo diesel S10	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	500,00	L	3,89	1.945,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	TRANSFORMADOR 110V PARA 220V 1000 VA	JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919	28.777.007/0001-33	1,00	Un	90,00	90,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Conserto de ar condicionado	ALTEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	5,00	Un	120,00	600,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Atualização de curso de transporte escolar	ENSINATRANS CURSOS E TREINAMENTOS DE CONDUTORES LT	14.318.485/0001-70	1,00	Un	380,00	380,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	curso de transporte coletivo de passageiros	ENSINATRANS CURSOS E TREINAMENTOS DE CONDUTORES LT	14.318.485/0001-70	1,00	Un	460,00	460,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Curso de transporte escolar	ENSINATRANS CURSOS E TREINAMENTOS DE CONDUTORES LT	14.318.485/0001-70	1,00	Un	460,00	460,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	24,99	24,99
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	24,99	24,99
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	DPVAT - Seguro obrigatório	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	taxa DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	mão-de-obrar	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	UN	24,00	24,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Lâmpada led	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	2,00	Un	29,90	59,80
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	Mão-de-obra conserto e limpeza ar condicionado	ALTEMIR REICHERT 71271384949	20.923.130/0001-03	1,00	Un	287,00	287,00

Folha: 16/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	Cópia de chave	RADIADORES E CHAVES SAO MIGUEL LTDA	81.017.758/0001-34	32,00	Un	5,00	160,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Abraçadeira 3 Pol.	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0003-59	1,00	Un	8,00	8,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Mangueira/Tubo Espiral 3Pol. Sucção azul	DONAL DETTENBORN - EPP	79.497.210/0003-59	9,00	Un	45,00	405,00
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE	CURSO: Procedimentos e vedações	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SC	83.829.267/0001-13	2,00	Un	320,00	640,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Curso: SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO	ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO OESTE DE SC	83.829.267/0001-13	1,00	Un	380,00	380,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 141.2019 Concorrência 03/2019	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Camiseta em tecido Dry sublimada cor a definir P ao GG	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	9,00	Un	30.5694	275,12
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Camiseta em tecido Dry sublimada cor a definir, com variação	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	19,00	Un	27,1728	516,28
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Camiseta em tecido Dry sublimada cor a definir com variações	K M B INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOES EIRELI	10.585.243/0001-92	15,00	Un	27,1733	407,60
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DOE PL 141/2019-PM, concorrência 03/2019-PM	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICACOES E IMPRESSOS OFICIA	14.284.430/0001-97	6,147	cm	30,99	190,50
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	CHALEIRA ELÉTRICA:	RUI NIEDERMAIER - EPP	77.893.253/0001-66	1,00	Un	71,50	71,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pasta personalizada em seleção de cores, com folhito e	MARCELO SIMONI	04.864.811/0001-48	50,00	Un	1,56	78,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Pasta personalizada em seleção de cores, com folhito e	MARCELO SIMONI	04.864.811/0001-48	30,00	Un	1,57	47,10
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Pasta personalizada em seleção de cores, com folhito e	MARCELO SIMONI	04.864.811/0001-48	50,00	Un	1,56	78,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	Pasta personalizada em seleção de cores, com folhito e	MARCELO SIMONI	04.864.811/0001-48	20,00	Un	1,57	31,40
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Folha de agendamento de consultas médicas, tamanho 21 cm x 3	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	25,00	Bl	9,98	249,50
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	GASOLINA amarela comum, tipo C	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	650,00	L	4,34	2.821,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA	Óleo DIESEL - Comum	AUTO POSTO PRINCESA 1 LTDA - EPP	28.783.241/0001-73	2.000,00	L	3,78	7.560,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	BOBINA TÉRMICA 57 MM X 300M	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	3,00	Un	82,2789	246,84
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	BOBINA TÉRMICA 57 MM X 300M	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	03.958.284/0001-11	3,00	Un	82,2789	246,84

Folha: 17/20

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA****CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro de óleo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	23,8517	47,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	jogo de palheta	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	JG	62,1569	62,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	jogo de palheta	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	JG	133,6156	133,62
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro de óleo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	15,0822	30,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lampada freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	30,8185	61,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada do ré	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	30,8185	61,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lampada pisca traseiro amarelo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	23,6155	47,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lampada seta amarela	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	23,6155	47,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro de óleo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	15,0822	30,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	jogo de palheta	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	JG	121,1647	121,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada do ré	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	7,9894	15,98
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lampada pisca traseiro amarelo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	23,6155	47,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lampada freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	7,9894	15,98
Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lampada seta amarela	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	23,6155	47,23
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Motor de partida	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	1.789,5282	1.789,53
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	bateria 95 a	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	Un	547,3013	547,30
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro combustível	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	141,8224	283,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro de óleo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	64,6434	129,29
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada do ré	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	6,9322	13,86
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lampada pisca traseiro amarelo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	29,5303	59,06

Folha: 18/20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494
 C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lâmpada freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	20,0773	40,15
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lâmpada seta amarela	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	29,5303	59,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada H7	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	34,7432	138,97
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lâmpada seta amarela	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	29,5303	59,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada H7	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	34,7432	138,97
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Filtro de combustível	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	141,8224	283,64
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro de óleo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	64,6434	129,29
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada do ré	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	6,9322	13,86
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada pisca traseiro amarelo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	29,5303	59,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lâmpada freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	20,0773	40,15
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	filtro de óleo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	23,8517	47,70
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	jogo de palheta	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	1,00	JG	62,1569	62,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada do ré	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	6,9322	13,86
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada pisca traseiro amarelo	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	29,5303	59,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lâmpada freio	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	20,0773	40,15
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	lâmpada seta amarela	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	2,00	Un	29,5303	59,06
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Lâmpada H7	AUTODIESEL COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	57.441.008/0001-00	4,00	Un	34,7432	138,97

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

CNPJ: 01.612.836/0001-00
RUA RIO GRANDE DO SUL, 494

C.E.P.: 89935-000 - Princesa - SC

Folha: 19/20

Órgão	Bem Adquirido	Nome do Fornecedor	CNPJ / CPF	Quantidade	Unid	Preço Unitário	Preço Total
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Coxim tambor Vap70 CA250 Elastic - 336742	AUTO MECANICA IVAL LTDA	02.735.563/0001-53	4,00	Un	284,46	1.137,84
SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	TONER - HP Laserjet M1132MFP	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	10,00	Un	21,00	210,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	TONER - HP Laserjet M1132MFP	J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE	30.915.834/0001-98	10,00	Un	21,00	210,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	rebite	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	4,00	Un	0,25	1,00
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	fechadura	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	49,90	49,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	cadeado	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	29,90	29,90
SECRETARIA DE ESPORTES, TURISMO E LAZER	Cadeado 30mm	MILTON NIEDERMAIER	08.232.758/0001-67	1,00	Un	17,90	17,90
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS URB. E TRANS	Correia Gir/Alt/BBA Motor Cummins 6CT8,3	MARZINHO BASEGGIO ME	02.759.225/0001-51	1,00	Un	78,00	78,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 144/2019 PM. CONCORRÊNCIA 04/2019 -PM.	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Publicação DC PL 143/2019, TOMADA DE PREÇO 11/2019	NC COMUNICACOES SA	79.227.963/0001-82	1,00	Un	400,00	400,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de Taxas DETRAN/SC	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	119,62	119,62
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento do seguro DPVAT	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	16,15	16,15
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Pagamento de taxa de ART	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SAN	82.511.643/0001-64	1,00	Un	85,96	85,96
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FUNJURE - Honorários Advocativos FIAT/UNO MILLE FIRE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	46,11	46,11
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Dívida Ativa do IPVA FIAT/UNO MILLE FIRE	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	461,16	461,16
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Taxas DETRAN/SC FORD/CARGO 2428 E	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	79,25	79,25
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	FUNJURE - Honorários Advocativos FORD/CARGO 2428 E	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56	1,00	Un	254,83	254,83

Folha: 20/20			
<div><div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div><div>MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA</div><div>CNPJ: 01.612.836/0001-00 RUA RIO GRANDE DO SUL, 494</div></div>			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	Divida Ativa do IPVA FORD/CARGO 2428 E	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	82.951.310/0001-56
			1,00 Un
			2.548,28
			2.548,28
Total Geral ---->			176.779,95

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Publicação Nº 2219858

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: GENTE SEGURADORA S/A

CNPJ: 90.180.605/0001-02

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 122/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 12/2019

Fundamento Legal:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de apólices de seguros para veículos do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Princesa, para o exercício de 2019 com vigência de 01(um) ano.

Data da Assinatura: 10/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 11/10/2019

Vigência: 11 /10/2019 a 10/10/2020

Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 1.777,22	11.01 10.301.0024 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 Forma de Pagamento: À Vista
---	---

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 122/2019 Outra Entidade: Sim

Número do Contrato ou Aditivo: 13/2019

Fundamento Legal:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de apólices de seguros para veículos do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Princesa, para o exercício de 2019 com vigência de 01(um) ano.

Data da Assinatura: 30/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 31/10/2019

Vigência: 31 /10/2019 a 30/10/2020

Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 1.822,87	11.01 10.301.0024 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Forma de Pagamento: À Vista
---	--

RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE CONTRATO E TERMOS ADITIVOS NO MÊS DE OUTUBRO DE 2019 - MUNICÍPIO DE PRINCESA

Publicação Nº 2219851

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: FAE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA

CNPJ: 07.753.029/0001-93

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 55/2019 Número do Processo: 116/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 39/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para LOCAÇÃO DE CESSÃO DE USO DE SOFTWARE DE INFORMÁTICA para o desenvolvimento das atividades do Sistema de Controle Interno do Município de Princesa/SC.

Data da Assinatura: 02/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/10/2019

Vigência: 03 /10/2019 a 02/10/2020

Programa de Trabalho: Unidade Gestora / Número: Gestão / Número: Número do Empenho: Valor: 7.200,00	02.01 04.122.0020 2.020.3.3.90.00.00.00.00.00.00 Forma de Pagamento: À Vista
---	--

Contratado: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORACAO EIRELI

CNPJ: 14.311.643/0001-60

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 1/2019 Número do Processo: 13/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 04 ADT 07/2019

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: TRANS'GABRIELLI LTDA CNPJ: 04.265.445/0001-54

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 33/2019 Número do Processo: 69/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 03 ADT 25/2019

Fundamento Legal:

Objeto: Terceiro Termo Aditivo referente a Contratação de serviço de engenharia elétrica para desenvolvimento de projeto do Sistema de Alarme e Detecção de Incêndio e do Sistema Contra Descargas Atmosféricas para a Escola Pública Municipal Renascer com area de 1.820,13 m².

Data da Assinatura: 29/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 30/10/2019 Vigência: 02 /11/2019 a 17/12/2019

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 0,00 Forma de Pagamento:

Contratado: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 61.198.164/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 57/2019 Número do Processo: 122/2019 Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 42/2019

Fundamento Legal:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de apólices de seguros para veículos do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Princesa, para o exercício de 2019 com vigência de 01(um) ano.

Data da Assinatura: 30/10/2019

Data da Publicação no Diário Oficial: 31/10/2019

31 /10/2019 a 30/10/2020

05.01 12.365.0062 2.062.3.3.90.00.00.00.00.00

7.172,13 À Vista

Quilombo

PREFEITURA

AVISO 93/2019

Publicação Nº 2220001

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 93/2019
Edital: PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº 93/2019
Tipo: Menor Preço/Por lote
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL IMPRESSO DESTINADO PARA EMISSÃO DAS NOTAS FISCAIS DE PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO/SC
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21/11/2019.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 21/11/2019.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município www.quilombo.sc.gov.br .
QUILOMBO, 06 de Novembro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 285/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220620

DECRETO Nº 285/2019 – DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O DECRETO 205 DE 02 DE SETEMBRO DE 2019 QUE DISPÕE SOBRE AS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AO 58º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE QUILOMBO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o decreto 205 de 02 de setembro de 2019, sobre as festividades de comemoração do 58º aniversário de Emancipação Político-Administrativo do Município de Quilombo/SC.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o inciso VIII do art. 1º do Decreto 205 de 02 de setembro de 2019 com a seguinte redação:

VIII - NATAL ILUMINADO08/12/2019;

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o inciso VIII do Decreto nº 205 de 02 de setembro de 2019;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 7 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ____/11/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

DECRETO Nº 286/2019 - DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219974

DECRETO Nº 286/2019 – DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO MODALIDADE RDC Nº 61/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Quilombo,

CONSIDERANDO os princípios norteadores da Administração Pública, descritos no Art. 37, da Constituição Federal/1988, são: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência;

CONSIDERANDO que a Administração Pública possui o poder/dever de rever os próprios atos a qualquer tempo;

CONSIDERANDO a alínea “b”, do item 19.15. – DISPOSIÇÕES FINAIS, do Edital de Licitação nº 61/2019, que determina: “anulada ou revogada a presente licitação, nos casos previstos em Lei e por conveniências administrativas, técnicas ou financeiras”.

CONSIDERANDO o estabelecido pelo item 19.2 do Edital de Licitação nº 61/2019

CONSIDERANDO que a Unidade Técnica/Divisão 1 – CLC/COSE/DIV1 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através de sua Diretoria Técnica concluiu em DECISÃO SINGULAR;COE/SNI – 987/2019, referente Processo nº @REP 19/00721721 que a contratação do projeto e da execução da obra por RDC, mediante contratação integrada não se enquadra no que dispõe a Lei (federal) n. 12.462/2011 e que deveria ser licitada de acordo com a Lei de Licitações e Contratos – Lei (federal) n. 866/1993, com base em projeto básico com orçamento detalhado; e,

CONSIDERANDO o inciso II, do art. 5º, da Instrução Normativa n. TC – 0021/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado o processo licitatório na modalidade de Regime Diferenciado de Contratação – RDC, registrado sob o número 61/201, bem como os atos administrativos dele decorrentes e os efeitos por ele produzidos

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 7 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em ____/11/2019

Lei Municipal 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

PORTARIA Nº 1295/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219226

PORTARIA Nº 1295/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL FERNANDA ZILIO BANDIERA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 83 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com o disposto no Artigo 74 da Lei Complementar nº.032/2001, introduzida pela Lei Complementar nº.109/2014 de 13 de fevereiro de 2014 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro 2001 e conforme Certidão de Nascimento 107763 01 55 2019 1 00030 182 0025647 31, Datado de 04 de novembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Pública Municipal, Fernanda Zilio Bandiera (1785), ocupante do cargo Nutricionista, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, de 30 de outubro de 2019 a 30 de abril de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1290/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219219

PORTARIA Nº. 1290/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MADELAINE CONTE MORGAN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Madelaine Conte Morgan (731), ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestados, por 02 (dois) dias, em 05 e 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1291/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219221

PORTARIA Nº. 1291/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SILDENE MARIA KUNTZLER PERÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, à Servidora Pública Municipal, Sildene Maria Kuntzler Perão (20267), ocupante do cargo de Chefe de Programas, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 04 e 05 de novembro 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1292/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219222

PORTARIA Nº. 1292/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ROSANE TUBIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Rosane Tubin (1406/2018), ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, no dia 12 de novembro de 2019, para realizar procedimento médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6067, de 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1293/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219224

PORTARIA Nº. 1293/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA CONSTANZI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Sandra Constanzi (1709), ocupante do cargo Odontóloga, no dia 07 de novembro de 2019, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6068, de 06 de novembro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 12 de novembro de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 1294/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219225

PORTARIA Nº. 1294/2019 - DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDEGAR DE OLIVEIRA FLORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Edgar de Oliveira Flores (1415), ocupante do cargo de Motorista, no dia 07 de novembro de 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 6069, de 06 de novembro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 11h55min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de novembro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Eleni Segalla

Funcionária Designada

Rio do Campo

PREFEITURA

ADITIVO Nº 04/2019 AO CONTRATO Nº 20/2018 EXPERTS

Publicação Nº 2219780

Contrato Nº : 20/2018

Aditivo Nº : 4/2019

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : EXPERTS TELECOM EIRELI

Licitação : Pregão Presencial 9/2018

Objeto : O presente termo aditivo tem como objeto o ACRÉSCIMO de fornecimento de MBPS, a fim de suprir as necessidades da Delegacia de Polícia Civil de Rio do Campo.

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 07/11/2019

Valor R\$: 1.224,00 (Um Mil e Duzentos e Vinte e Quatro Reais)

Rio do Oeste

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA 08/2019

Publicação Nº 2220113

EDITAL Nº 08/2019 – CHAMADA PÚBLICA CONTRATAÇÃO DE MÉDICO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o inciso IX do art. 37 da CF/88, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Complementar 21/2006 e alterações.

Considerando a necessidade temporária de excepcional interesse público na rede básica de saúde para provimento de vaga no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde;

Considerando o esgotamento da lista de aprovados no concurso público;

Considerando a suspensão do Processo de Concurso Público nº 01/2019, em razão de decisão judicial proferida, em caráter liminar, no processo nº 5000249-12.2019.8.24.0144;

Considerando a impossibilidade de paralisação na prestação de serviços básicos de saúde por falta de profissionais médicos, tendo em vista o pedido de exoneração da servidora Aline Machado de Matos;

Considerando a necessidade de manutenção de equipe mínima nas equipes de saúde da família;

Considerando o prazo máximo de 60 (sessenta dias) para reposição de profissionais da equipe de ESF sob pena de bloqueio dos repasses financeiros do FNS para o FMS.

TORNA PÚBLICO, os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA destinada ao provimento de vagas temporárias para o cargo de Médico.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1. Os procedimentos do presente Edital de Chamamento Público serão coordenados pela Secretaria Municipal de Saúde.

0.2. As publicações relativas ao presente procedimento estarão disponíveis no endereço eletrônico www.riodooste.sc.gov.br, e nos murais públicos municipais.

0.3. O presente Processo terá validade até a realização de processo de seleção (concurso público).

DOS CARGOS, HABILITAÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E VAGAS

0.4. Quadro de Cargos: (de acordo com a Lei Ordinária nº 1720/2007 e alterações posteriores.)

Cargo	Habilitação/Escolaridade	Remuneração Mensal	Carga Horária	Vagas
Médico	Portador de certificado de conclusão de curso de ensino superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.	R\$ 8.611,20	20 horas semanais	02

0.5. A vaga disponível terá lotação na Unidade Básica de Saúde, situada no centro da cidade.

DA DATA E HORÁRIO DO CHAMAMENTO PÚBLICO

0.6. Os(as) candidatos(as) interessados(as) deverão dirigir-se à Secretaria Municipal de Saúde, às 10h do dia 14 de novembro de 2019 (quinta-feira), sito Unidade de Saúde do Centro, município de RIO DO OESTE/SC.

DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

0.7. Os(as) candidatos(as) interessados(as) deverão dirigir-se ao local indicado no item 3 deste Edital munidos dos seguintes documentos, original e fotocópias:

0.7.1. Documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);

0.7.2. Comprovação de habilitação no curso de Medicina com inscrição válida no CRM/SC;

0.7.3. Comprovação do tempo de serviço exercido na profissão de Médico.

DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

0.8. Será recebida a documentação dos(as) candidatos(as) interessados(as) e os seguintes critérios de escolha serão obedecidos:

0.8.1. Maior tempo de serviço na função de Médico (a) na Estratégia Saúde da Família;

0.8.2. Maior tempo de serviços na função de Médico (a).

4.2. Havendo dois ou mais candidatos(as) empatados(as) no tempo de serviço como médico ficará com a vaga o(a) mais idoso(a).

CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO

0.9. São requisitos básicos para investidura em cargo público:

a) A nacionalidade brasileira ou visto de permanência;

- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- e) A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- f) Aptidão física e mental adequada ao exercício do cargo;
- g) Habilitação específica para as funções atribuídas ao cargo.

0.10. Para a contratação o(a) candidato(a) deverá apresentar antecipadamente toda a documentação solicitada pelo setor de recursos humanos do município.

0.11. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a contratação do(a) candidato(a) e o(a) mesmo(a) será eliminado(a) da lista de classificação.

0.12. Os(as) candidatos(as) que forem considerados(as) inaptos(as) quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados(as).

DO REGIME DE CONTRATAÇÃO

0.13. Ao contratado, através do presente Processo, aplicar-se-á o regime administrativo especial previsto na Lei nº 1720/2007 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e serão segurados do Regime Geral da Previdência Social – INSS.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

0.14. O quadro de vagas será divulgado no sítio www.riodooeste.sc.gov.br e mural da Prefeitura e da Secretaria da Saúde, antes da chamada dos(as) candidatos(as).

0.15. O Resultado final será divulgado no sítio www.riodooeste.sc.gov.br e nos murais públicos do Município.

0.16. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde que, julgando necessário, poderá submetê-los ao Prefeito.

0.17. Demais informações ou dúvidas poderão ser dirimidas na Secretaria Municipal de Saúde, Unidade Básica de Saúde, município de Rio do Oeste /SC, ou pelo fone (47) 3543-0339, em horário comercial.

Rio do Oeste, 07 de novembro de 2019

Humberto Pessatti

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 8371

Publicação Nº 2220273

PORTARIA Nº 8371 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

“Contrata Professor ACT em Caráter Temporário”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e tendo em vista os dispostos no art. 2º, IV, c/c art. 7º, II, § 1º da Lei nº 1371/2002 e suas alterações,

CONSIDERANDO o disposto no art. 41, II da Lei 1729/2007,

RESOLVE

Art. 1º CONTRATA CLAUDINARA LUCIANA TRENTINI BLEMER, CPF 831.624.029-72, para ocupar a função temporária de Professora Educação Infantil - Habilitada, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, pelo período de 07 de novembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua assinatura.

Rio do Oeste, 07 de novembro de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito Municipal

FLAVIO MALIKOSKI

Secretaria de Administração e Fazenda

CIENTE:

CLAUDINARA LUCIANA TRENTINI BLEMER

Rio do Sul

PREFEITURA

2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2019

Publicação Nº 2220646

EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2019

2ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL INTERNO DE AVALIAÇÃO PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL N. 001/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RETIFICA os itens abaixo e RATIFICA os demais itens do edital.

O item:

O ANEXO I, passará a vigorar da seguinte forma:

ANEXO I

Servidores que deverão apresentar os certificados de capacitação para a Progressão Funcional:

Nome	Período
ADRIANA ALICE HOELLER	01/10/2016 a 30/09/2019
ADRIANA HARTMANN	04/04/2016 a 03/04/2019
ADRIANA PASSOS BONALDO	04/01/2016 a 03/01/2019
ADRIELE FOSTER	17/02/2016 a 16/02/2019
AFONSO CARLO NEVES	10/05/2016 a 09/05/2019
ALDEVANIA KUHLMAN CAETANO	27/01/2016 a 26/1/2019
ALESSANDRA GONÇALVES KUHLMAN	10/02/2016 a 09/02/2019
ALINE MICAELA SCHAFER	16/02/2016 a 15/02/2019
ALTAIR FONTANIVE	04/03/2016 a 03/03/2019
ANA CLAUDIA DEMARCH FRANCESCHI	03/05/2016 a 02/05/2019
ANA CRISTINA KLAUBERG DOLZAN	28/10/2016 a 27/10/2019
ANA MARIA BUZZI	03/05/2016 a 02/05/2019
ANA PAULA ROSA GRACIOLI	09/07/2016 a 08/07/2019
ANDREIA BECKER	16/08/2016 a 15/08/2019
ANDRESA CRISTINA FERNANDES	09/02/2016 a 08/02/2019
ANDRESA MARTINS DOLZAN	01/02/2016 a 31/01/2019
ANGELA MARIA WEISS	12/03/2016 a 11/03/2019
ANGELITA BATISTA CORREA	01/06/2016 a 31/05/2019
ANTONIO MANTOANELLI	07/02/2016 a 06/02/2019
ARIANA LEDRA GORGES	02/03/2016 a 01/03/2019
BEATRIZ NECKEL	09/02/2016 a 08/02/2019
BEATRIZ SELHORST PEREIRA DA COSTA	13/03/2016 a 12/03/2019
CAROLINE FRAINER	01/02/2016 a 31/01/2019
CIMARA BATISTA DA SILVA	22/01/2016 a 21/01/2019
CINTIA KLAUMANN ÀVILA	09/07/2016 a 08/07/2019
CLAUDIANE ANDREA FELLER	09/02/2016 a 08/02/2019
CLEIA SCHMOLLER CENZI	01/02/2016 a 31/01/2019
CLEYDE MARIA GUCHERT WEISE	08/06/2016 a 07/06/2019
DAIANA GABRIELA DE MORAES	22/04/2016 a 21/04/2019
DAIANA VALIATI	01/02/2016 a 31/01/2019

DAIANA ZADIR GNEWUCH GROSS	04/07/2016 a 03/07/2019
DAIARA RUBIA VANUNCCI	02/02/2016 a 01/02/2019
DANIELA APARECIDA RODRIGUES DONNER	07/03/2016 a 06/03/2019
DANIELE CRISTINE LEHMANN AMORIM	01/02/2019 a 31/01/2019
DENISE BELTRAMINI DEMARCH	18/02/2016 a 17/02/2019
DENISE FERREIRA HOEPERS	09/02/2016 a 08/02/2019
DIORGES ROBERTO XAVIER DE LIZ	06/06/2016 a 05/06/2019
DIRCILEY APARECIDA TERTO DA SILVA	05/02/2016 a 04/02/2019
DULCE MARCHI ALVES	02/05/2016 a 01/05/2019
DULCINEIA SCHNEIDER SEDREZ DEMETRIO	24/09/2016 a 23/09/2019
EDELISE LIPPEL	08/03/2016 a 07/03/2019
EDINA LAURA STOCK MARTINS	26/03/2016 a 25/03/2019
ELAINE CRISTINA BUDAG	05/02/2016 a 04/02/2019
ELI REGINA BECHTOLD	23/09/2016 a 22/09/2019
ELIANE CITADINI	09/06/2016 a 08/06/2019
ELISABETH APARECIDA BERNARDO FRONZA	14/05/2016 a 13/05/2019
FABIANA FACHINI SCHEIDT	31/01/2016 a 30/01/2019
FABIANA VANDRESEN LEHMKUHL	04/03/2016 a 03/03/2019
FABIANE OLIVEIRA GORGES	05/03/2016 a 04/05/2019
FERNANDA CRISTINA KAMMER	24/01/2016 a 23/01/2019
GILMARA WAGNER MORASTONI	01/10/2016 a 30/09/2019
GISLENE LUZIA GOETTEN ZELINDRO	03/07/2016 a 02/07/2019
GORETTI SCHLICKMANN LEHMKUHL	22/02/2016 a 21/02/2019
GRACIELA LUCIANE HEINZ KRUGER	07/05/2016 a 06/05/2019
IARA SALETE DA SILVA	10/04/2016 A 09/04/2019
ILSON JOSE FURTADO	01/03/2016 a 28/02/2019
IRENE DE FATIMA KOWALSKI DA CRUZ	05/08/2016 a 04/08/2019
ISOLENE ODORIZZI DE ALMEIDA	02/09/2016 a 01/09/2019
ISOLETE BORGERT	02/04/2016 a 01/04/2019
ISOLETE VERSINO	26/09/2016 a 25/09/2019
IVONE GUCKERT SCHAFFER	09/03/2016 a 08/03/2019
JACIRA PALADINO MAIA	02/04/2016 a 01/04/2019
JAIME JUVENCIO LOPES	14/02/2016 a 13/02/2019
JAIRO ROBERTO CONSTANTINO	01/10/2016 a 30/09/2019
JANAINA APARECIDA DOS SANTOS	11/02/2016 a 10/02/2019
JANARA DE LIZ FILAGRANA	01/09/2016 a 31/08/2019
JAQUELINE MICHELE ALEXANDRE BET	02/04/2016 a 01/04/2019
JOSANE URSULA HEESCH	22/01/2016 a 21/01/2019
JOSIANI SEVEGNANI CONZATTI	12/03/2016 a 11/03/2019
JUCELIA CORREIA DE SANTANA	12/02/2016 a 11/02/2019
JULIANA CAMARGO PASSIG	22/01/2016 a 21/01/2019
JULIANA PINTO POSSAMAI	30/08/2016 a 29/08/2019
KEIDIMA CASSIA DE MELO GARDIOLI	18/02/2016 a 17/02/2019
KLAIRY SIMONE WUTZON	01/10/2016 a 30/09/2019
LAURA ELIANE LONGEN DELUCA	14/05/2016 a 13/05/2019
LAURECI CLAUDINO PERINI	14/07/2016 a 13/07/2019

LEILA APARECIDA POSSAMAI	23/03/2016 a 22/03/2019
LEILA PATRICIA CONTI	16/01/2016 a 15/01/2019
LENIR APARECIDA COSTA ANDRADE	02/02/2016 a 01/02/2019
LENITA GALVANI SCHARF	25/02/2016 a 24/02/2019
LEOCADIA BET	01/10/2016 a 30/09/2019
LEOCADIA BRITO MULLER	01/03/2016 a 28/02/2019
LILIAN LUCHT DA SILVA	09/03/2016 a 08/03/2019
LUCEIA SCHAFFER	14/10/2016 a 13/10/2019
LUCIANA WEISS	02/07/2016 a 01/07/2019
MAGALI GARDOLIN VIEIRA	01/10/2016 a 30/09/2019
MARCIANE CECHET	02/04/2016 a 01/04/2019
MARIA LUCIANA DA SILVA CAMARGO	06/07/2016 a 05/07/2019
MARIANA MINATTI GIACOMINI	31/05/2016 a 30/05/2019
MARIANE REGINA MACHADO	03/03/2016 a 02/03/2019
MARILEIA RENZI	01/02/2016 a 31/01/2019
MARILENE MARAFIGO	02/06/2016 a 01/06/2019
MARILEUSA ADRIANA FRONZA STOLF	18/03/2016 a 17/03/2019
MARILIZE PASSING JUSTINO	25/09/2016 a 24/09/2019
MARINA LEITE	10/02/2016 a 09/02/2019
MARINEI APARECIDA SILVA COSTA	01/10/2016 a 30/09/2019
MARINEUSA DOERNER OLIVO	01/10/2016 a 30/09/2019
MARISA KLAUMANN DE ALMEIDA	28/09/2016 a 27/09/2019
MARIZA COELHO DE SOUZA	22/01/2016 a 21/01/2019
MARLENE CORREA	22/01/2016 a 21/01/2019
MARLETE RIBEIRO BORGES TAMANINI	05/06/2016 a 04/06/2019
MARLETE ZABEL MORETTI	08/03/2016 a 07/03/2019
MARLI HELENA MUNZFELD SALLA	08/03/2016 a 07/03/2019
MARLICE STUPP SALVADOR	03/05/2016 a 02/05/2019
MARLISE DE SOUZA	22/01/2016 a 21/01/2019
MATEUS DE ANDRADE	09/02/2016 a 08/02/2019
MICHELE CRISTINA DE OLIVEIRA VIGNOLA	06/08/2016 a 05/08/2019
MICHELE KARINA BERNARDINO CANTARELLI	14/02/2016 a 13/02/2019
NADIA APARECIDA ERKMANN AGOSTINI	01/10/2016 a 30/09/2019
NATALIA WEISE SCHETINGER	01/02/2016 a 31/01/2019
NELITA KOSLOWSKI CONSTANTINO	01/03/2016 a 28/02/2019
NEUSA RASSWEILER	07/03/2016 a 06/03/2019
PASCOINA BORGHEZAN	23/01/2016 a 22/01/2019
PATRICIA REGINA MENDES	04/06/2016 a 03/06/2019
PATRICIA XAVIER BRANCO	24/05/2016 a 23/05/2019
RAQUEL MARIA MAY	07/11/2016 a 06/11/2019
RAQUEL PITZ	09/02/2016 a 08/02/2019
REGINA SILVIA CARDOSO	09/03/2016 a 08/03/2019
ROSANGELA APARECIDA LIMA DE SOUZA CORREA	22/01/2016 a 21/01/2019
ROSANGELA BELTRAMINI NOGAS	03/05/2016 a 02/05/2019
ROSELI MULLER PETERSEN	03/05/2016 a 02/05/2019
ROSELI STREY	24/06/2016 a 23/06/2019

ROSIMERE SERAFIM WEISE	26/03/2016 a 25/03/2019
RUBIA MARIA KNUFFER	01/06/2016 a 31/05/2019
SANDRA APARECIDA MAYERLE LAMEGO	09/06/2016 a 08/06/2019
SHIRLEI APARECIDA WARMLING	03/11/2016 a 02/11/2019
SILVANA FERRARI THEIS	01/10/2016 a 30/09/2019
SILVANA MARA COSTA	01/10/2016 a 30/09/2019
SILVIA WEISS	31/03/2016 a 30/03/2019
SIMONE CACERES ALBINO	07/02/2016 a 06/02/2019
SIMONE ROSIRES BARBETTA THIEDE	13/12/2016 a 12/12/2019
SOLANGE REGINA ROSSETTI MERIZ	01/02/2016 a 31/01/2019
SULENIR SALETE SCHLATTER DA SILVA	09/03/2016 a 08/03/2019
TEREZINHA FRANCIELE DOS SANTOS PESSOA CAMPOS	01/02/2016 a 31/01/2019
TEREZINHA OENNING	22/01/2016 a 21/01/2019
THAIS ODEBRECHT	22/01/2016 a 21/01/2019
VALDIRENE CONZATTI MELVERSTET	31/05/2016 a 30/05/2019
VANESSA BAGATTOLI	02/03/2016 a 01/03/2019
VERIA SCHREIBER	04/02/2016 a 03/02/2019
VIVIAN LUCHT SPERCKOTT	15/02/2016 a 14/02/2019
VIVIANA DE OLIVEIRA BURIGO	23/03/2016 a 22/03/2019
VIVIANA PEREIRA DAMASCENO	06/02/2016 a 05/02/2019
ZENAIDE KUSTER	09/02/2016 a 08/02/2019
ZULEICA DOS SANTOS	09/02/2016 a 08/02/2019
ZULEIDA WIGGERS AVI	04/05/2016 a 03/05/2019

Rio do Sul (SC), 07 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal de Rio do Sul

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária Municipal de Educação

ANDREIA MORAES COMPER - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219427

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 039/2019, firmado em 24/01/2019, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ANDREIA MORAES COMPER, portador(a) do CPF nº 003.770.049-95, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 039/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 039/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 05/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDREIA MORAES COMPER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2019

Publicação Nº 2219848

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) KATIA ODORIZZI BONI, portador(a) do CPF nº 046.301.849-45, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Túlio Cesar Macedo, 180, Progresso, Rio do Sul/SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VIII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Shirley Dolores Sedrez, em substituição à Elisiani Andrade devido ao seu afastamento para Licença maternidade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.452,95 (Três mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/11/2019 e encerrando-se em 04/12/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de Novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	KATIA ODORIZZI BONI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2019

Publicação Nº 2219850

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONE HASCKEL CHIODINI, portador(a) do CPF nº 007.730.739-90, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua 16 DE JANEIRO, nº 100, Bairro Serra São Miguel, na Cidade de Ibirama - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Educação Física, Nível III com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Prefeito Luiz Adelar Soldatelli, em substituição a Gilberto Antoni Sardá devido ao seu afastamento para licença Prêmio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.220,27 (Quatro mil duzentos e vinte reais e vinte e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/11/2019 e encerrando-se em 04/12/2019, podendo

ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SIMONE HASCKEL CHIODINI
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2019

Publicação Nº 2219853

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 154/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) MONICA ZILS, portador(a) do CPF nº 087.388.279-21, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Joao Ledra, nº 850 – Apto 102, Bairro Taboão, na Cidade de Rio Do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Matemática, Nível III com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CE Pedro Dos Santos – 20 horas; EM Ella Kurth – 10 horas e CE Sebastião Back – 10 horas em substituição a Klairy Simone Wutzon devido ao seu afastamento para licença Prêmio.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 4.220,27 (Quatro mil duzentos e vinte reais e vinte e sete centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 05/11/2019 e encerrando-se em 04/12/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 04 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MONICA ZILS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2019

Publicação Nº 2219856

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2019

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDRÉIA MARCHI DA PAZ, portador(a) do CPF nº 039.211.499-24 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Germano Sandri, nº 164, Bairro Barragem, na Cidade de Rio Do Sul- SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações, prestará serviços de Professor de Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Ilse Soldatelli, em substituição à Luciane Elias Correa em razão de exercer função de direção de unidade educacional.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 2.877,46 (Dois mil oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e seis centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único – De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 07/11/2019 e encerrando-se em 06/12/2019, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 06 de novembro de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDRÉIA MARCHI DA PAZ
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado (a)

DECRETO N. 8597, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220493

DECRETO Nº 8.597, de 07 de novembro de 2019.

Suplementa e anula dotações do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentaria nº 5.894 de 18 de dezembro de 2017, e com a Lei nº 6044, de 14 de junho de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas até o limite de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	200.000,00
2.058	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		

3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	1.000.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	475.000,00
2.061	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	1.700.000,00

Art. 2º Em contrapartida as suplementações constantes do art. 1º, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	350.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Aplicações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	370.000,00
2.057	Blatb – Ações Agente Comunitário de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	350.000,00
2.062	Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	350.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Aplicações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	140.000,00
2.065	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	120.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Aplicações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	1.700.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
07 de novembro de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO N. 8598, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220497

DECRETO Nº 8.598, de 07 de novembro de 2019.

Suplementa e anula dotações do orçamento do município de Rio do Sul.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentaria nº 5.894 de 18 de dezembro de 2017, e com a Lei nº 6044, de 14 de junho de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.037	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$	20.000,00
2.038	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	40.000,00

Art.2º Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
1.058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$	40.000,00
	TOTAL	R\$	40.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

07 de novembro de 2019

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 8595, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220224

DECRETO Nº 8595, de 06 de novembro de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 192.2019, DE 22.10.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 192.2019, de 22.10.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

ACESSE CONCURSOS LTDA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8595/2019

Pregão Presencial: Nº 192.2019, de 22.10.2019.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC.

Participantes:

ACESSE CONCURSOS LTDA

Decisão: Pelo critério de menor preço por item, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

ACESSE CONCURSOS LTDA

DECRETO Nº 8596, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219666

DECRETO Nº 8596, de 06 de novembro de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045.2019.FMS, DE 21.10.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 045/2019/FMS, de 21.10.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME;

VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI LTDA;

FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME;

R.S VAREJO EIRELI;

IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA;

RICHELSE MÓVEIS EIRELI EPP;

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

06 de novembro de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8596/2019

Pregão Presencial: Nº 045/2019/FMS, de 21.10.2019.

Objeto da Licitação:

REFERE-SE À AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES (APARELHOS ELETRÔNICOS E MOBILIÁRIOS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA NOVA UBS DO BAIRRO BREMER, POR SOLICITAÇÃO DESTA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DESTE EDITAL E DEMAIS ANEXOS.

Participantes:

ADL COMERCIAL EIRELLI – EPP;
BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA EPP;
SANDRO VILMAR PIRES ME;
FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME;
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI ME;
JS SIMÕES EIRELI ME;
FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME;
AFB PRIME INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI;
SCHINATO & SILVA TECNOLOGIA LTDA;
R.S VAREJO EIRELI;
VIPH IT COMÉRCIO E SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI;
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA;
RICHELLE MÓVEIS EIRELI EPP

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

FLEXFORMA COMERCIAL DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA ME;
VICENTE DEPARTAMENTOS EIRELI LTDA;
FRANCIELE CRISTINE LAMIN ME;
R.S VAREJO EIRELI;
IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPÉIS LTDA;
RICHELLE MÓVEIS EIRELI EPP;

GRACIELE MAIARA SCHWEITZER - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219708

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 048/2019, firmado em 24.01.19, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) GRACIELE MAIARA SCHWEITZER portador(a) do CPF nº 072.330.809-84, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 048/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 048/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	GRACIELE MAIARA SCHWEITZER
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

LEI N. 6075, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220504

LEI Nº 6075, de 01 de novembro de 2019.

Suplementa e anula dotações do orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suplementadas até o limite de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.052	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	200.000,00
2.058	Blatb – Ações Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	1.000.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	475.000,00
2.061	Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	25.000,00
	TOTAL	R\$	1.700.000,00

Art.2º Em contrapartida as suplementações constantes do art. 1º, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

87.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
87.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.055	Pessoal e Encargos Sociais - Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	350.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Aplicações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	370.000,00
2.057	Blatb – Ações Agente Comunitário de Saúde		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	350.000,00
2.062	Blatb – Manutenção da Unidade de Pronto Atendimento - UPA		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	350.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Aplicações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	140.000,00
2.065	Blmac - Samu		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		

3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01020000	Recursos Saúde	R\$	120.000,00
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.91.00	Aplicações Diretas Decorrentes de Aplicações entre Órgãos		
01020000	Recursos Saúde	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	1.700.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
01 de novembro de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI N. 6079, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220510

LEI Nº 6079, de 05 de novembro de 2019.

Suplementa e anula dotações do orçamento do município de Rio do Sul.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam suplementadas no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
2.037	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$	20.000,00
2.038	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$	20.000,00
	TOTAL	R\$	40.000,00

Art.2º Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

85.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
85.02	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
1.058	Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes		
4.0.00.00	Despesas de Capital		
4.4.00.00	Investimentos		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
03360000	Salário Educação	R\$	40.000,00
	TOTAL	R\$	40.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
05 de novembro de 2019
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito do Município de Rio do Sul

MARGARET APARECIDA CARVALHO - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219641

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2019, firmado em 28/01/2019, com término previsto para 20/09/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARGARET APARECIDA CARVALHO portador(a) do CPF nº 047.401.299-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 063/2019, iniciando-se a prorrogação em 21/09/2019 e encerrando-se em 18/10/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARGARET APARECIDA CARVALHO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

MARGARET APARECIDA CARVALHO - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219642

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2019, firmado em 28/01/2019, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) MARGARET APARECIDA CARVALHO portador(a) do CPF nº 047.401.299-90, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 063/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 063/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 13/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	MARGARET APARECIDA CARVALHO
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

PAUTA DE JULGAMENTO Nº 028/2019

Publicação Nº 2220652

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**PAUTA DE JULGAMENTO Nº 028/2019**

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no Art 13 § 1º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 25 de Novembro de 2019, às 08h00 no Plenário da Câmara de Vereadores,

sito no 2º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para julgamento do seguinte Recurso Ordinário:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 168648/2017

Número do Recurso Ordinário: Nº 028/2017

Nome do Recorrente: Marlene de Amaral Passig

Procuradores: Sérgio Francisco Alves, Daniela Marchi Alves, Gabriel Marchi Alves, Tiago Marchi Alves e Giovani Galvan

Nome do Relator: Conselheiro Ramiro de Liz e Souza

Número do Protocolo: 168123/2017

Número do Recurso Ordinário: 016/2018

Nome do Recorrente: Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Nome do Recorrido: RDH Reflorestamento S/A

Nome do Relator: Conselheira Patricia Raquel Mayr

Rio do Sul, 07 de Novembro de 2019.

LEONICE WITTE

Secretária geral do CMC

RAQUEL SCHMIDT - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219482

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 089/2019, firmado em 12/04/2019, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) RAQUEL SCHMIDT, portador(a) do CPF nº 065.970.019-07, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 089/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 089/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	RAQUEL SCHMIDT
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

ROSEMERI GUTJAHR - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2220616

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2019, firmado em 18/09/2019, com término previsto para 24/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) ROSEMERI GUTJAHR portador(a) do CPF nº 003.884.969-08, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 135/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 135/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 25/11/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo

surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 02/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CRISTINA VIANA JOCHEM
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SANTILIA DOS ANJOS - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219660

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2018, firmado em 17.12.18, com término previsto para 30/08/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SANTILIA DOS ANJOS portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 309/2018, iniciando-se a prorrogação em 31/08/2019 e encerrando-se em 05/09/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SANTILIA DOS ANJOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SANTILIA DOS ANJOS - 6º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219661

6º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2018, firmado em 17.12.18, com término previsto para 05/09/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SANTILIA DOS ANJOS portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 6º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 309/2018, iniciando-se a prorrogação em 06/09/2019 e encerrando-se em 02/10/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/09/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SANTILIA DOS ANJOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

SANTILIA DOS ANJOS - 7º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219668

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2018, firmado em 17.12.18, com término previsto para 02/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) SANTILIA DOS ANJOS portador(a) do CPF nº 898.453.409-97, na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 309/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 309/2018, iniciando-se a prorrogação em 03/10/2019 e encerrando-se em 14/11/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	SANTILIA DOS ANJOS
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO LEOCLIDES DOLZAN

Publicação Nº 2219894

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no artigo 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 15, parágrafo 1º. Inciso "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) LEOCLIDES DOLZAN, nomeado (a) pela Portaria n. 1493/DGP, de 30/09/2019, publicada no DOM na data de 14/10/2019, para exercer o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, 40 HORAS SEMANAIS, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2017.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 11/11/2019.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 05 de Novembro de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

En

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO NAYARA LESKE

Publicação Nº 2219896

TERMO DE POSSE E EXERCÍCIO

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, em conformidade com o disposto no Art. 14, da Lei Complementar n.º 309, de 01/12/2015 e no uso da competência que lhe foi delegada pelo Art. 15, parágrafo 1º. Item "I", da Lei Complementar supracitada, EMPOSSA nesta data o (a) servidor(a) NAYARA LESKE, nomeado (a) pela Portaria n. 0770/DGP, de 03/05/2019, publicada no DOM na data de 10/06/2019, para exercer o cargo efetivo de Fiscal de Serviço Público, 40 horas semanais, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 002/2015.

O (a) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, instituído pela Lei Complementar n. 309, de 01/12/2015.

Em conformidade com o disposto no Art. 16 da Lei Complementar supracitada, o (a) servidor (a) entrará em exercício em 18/11/2019

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente Termo de Posse, que vai devidamente assinado pela autoridade competente e pelo empossado, juntamente com a Descrição do Cargo em anexo.

Rio do Sul, 04 de Novembro de 2019.

Assinatura do (a) Empossado (a)

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal
En

VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA - 5º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219459

5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2019, firmado em 25/01/2019, com término previsto para 18/10/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA, portador(a) do CPF nº 887.114.123-72, na qualidade de Contratado(a), celebram o 5º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 058/2019, iniciando-se a prorrogação em 19/10/2019 e encerrando-se em 20/12/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 03/10/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	VALDENIA DE SOUZA LIMA ROSA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 4/2019**

Publicação Nº 2220110



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
Praça 25 de Julho, 01, 02º andar, Centro, Rio do Sul/SC
CEP 89.160-164 - Caixa Postal 209 - Telefone: (47) 3531-6300
www.camarariodosul.sc.gov.br



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC
CONCORRÊNCIA Nº 04/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2019

A Câmara Municipal de Rio do Sul/SC, através de sua Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 1248, de 31 de julho de 2019, a **Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí – AMAVI** e a **União de Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí – UCAVI**, através da **Comissão Especial de Licitação**, designados pela Resolução nº 1.006, de 26 outubro de 2018, TORNAM PÚBLICO, que realizarão Processo Licitatório na modalidade **CONCORRÊNCIA, execução indireta, empreitada por preço global, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, no dia **10/12/2019, às 13:30 horas**, tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Rio do Sul, sito a Praça 25 de Julho, nº 01 - Centro, objetivando a contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais e mão de obra para execução da etapa 2 da obra que compreenderá o “Edifício Sede” das entidades licitantes, tendo como objeto: **complemento da Estrutura Pré-moldada com Elementos de Concreto Armado, como Vigas, Escadas, Pisos e Paredes; fechamento com alvenaria de vedação; instalações embutidas na alvenaria, compreendendo a rede elétrica, rede lógica e telefonia, rede hidráulica, rede sanitária, rede pluvial, sistema hidráulico preventivo, instalações de gás, e tubulação frigorígena; revestimento de alvenaria com chapisco e reboco e regularização das lajes existentes, com área total de 2.850,67m² (dois mil, oitocentos e cinquenta virgula sessenta e sete metros quadrados), de conformidade com o Acordo de Cooperação nº 01/2018, com as 28 (vinte e oito) leis autorizadoras dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas neste edital e seus anexos.**, de conformidade com o Acordo de Cooperação nº 01/2018, com as 28 (vinte e oito) leis autorizadoras dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas neste edital e seus anexos. Demais informações, durante o horário de expediente da Câmara Municipal, de segunda a sexta-feira, das 13 às 19 horas, no endereço acima, pelo site: <www.camarariodosul.sc.gov.br> ou pelo fone: (47) 3531-6300.

Rio do Sul, em 07 de novembro de 2019

MARCOS NORBERTO ZANIS
Presidente da Câmara

LUIS FERNANDO SCHWEDER
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Aviso de Licitação– Concorrência Folhas 1 de 1

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 6º, parágrafo único, e art. 20, §2º, da Lei Orgânica de Municipal de Rio do sul, com a Resolução nº 1052/2019, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Para verificar a autenticidade e integridade do documento, consulte o site <https://verificador.iti.gov.br/verifier-2.4/>

Rio dos Cedros

PREFEITURA

ÓRGÃO AUTUANTE: SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE UNIDADE AUTUANTE: MEIO AMBIENTE PROCESSO ADMINISTRATIVO AMBIENTAL RECORRENTE: ARNILDO LENZI OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO EM DESFAVOR DO AIA Nº 007/2019 PROTOCOLO Nº 1935/2019 INTIMAÇÃO

Publicação Nº 2220561

Órgão Autuante: Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente

Unidade Autuante: Meio Ambiente

Processo Administrativo Ambiental

Recorrente: ARNILDO LENZI, brasileiro, divorciado, aposentado, portador da cédula de identidade nº 520893-9, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob nº 098.605.339-20, residente e domiciliado na Estrada Geral Rio Bonito (RDC 416), nº 3100, Bairro Rio Bonito, em Rio dos Cedros/SC, CEP 89121-000.

Procuradores: LUCINIO MANUEL NONES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 6265; JOÃO DANIEL RIBEIRO VELOSO GOMES, português, advogado, inscrito na OAB/SC sob nº 55.409, com endereço profissional na Avenida Brasil, nº 165, Bairro Ponta Aguda, em Blumenau/SC, CEP 89050-000

Objeto: Recurso Administrativo em desfavor do Aia nº 007/2019

Protocolo nº 1935/2019

Fica a parte recorrente INTIMADA através do presente para apresentar ALEGAÇÕES FINAIS, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da publicação no DOM. No mesmo prazo deverá manifestar se tem ou não interesse na celebração de Termo de Compromisso Ambiental. A ausência de manifestação será considerada negativa. O processo administrativo encontra-se com vista aberta para a recorrente junto à Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente de Rio dos Cedros, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, no seguinte endereço: rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, em Rio dos Cedros/SC, CEP 89121-000. O Protocolo das alegações finais deverá ocorrer no endereço e horário anteriormente mencionados junto ao protocolo geral da municipalidade. Rio dos Cedros, 07 de Novembro de 2019.

Lidia Mara Floriani

Secretária de Planejamento e Meio Ambiente

Rio Negrinho

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2019

Publicação Nº 2219618

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2019
PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio Negrinho – SC, através do Fundo Municipal de Saúde torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min do dia 22 de novembro de 2019, Pregão Presencial para AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA CONFORME PROJETOS ARQUITETÔNICOS, MONTADOS E INSTALADOS, PARA O CIS, ALMOXARIFADO, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, FARMÁCIAS (BÁSICA E ALTO CUSTO), ESF SÃO PEDRO E ESF QUITANDINHA DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo supracitado. O credenciamento dos representantes e início da disputa se dará a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646-3636/3646-3646/3646-3648.

Rio Negrinho, 31 de outubro de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

SAMAE - RIO NEGRINHO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇO 1/2019

Publicação Nº 2219428

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019

O Diretor Geral do Serviço Autônomo Municipal de Saneamento Básico – SAMAE de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público aos interessados, Retificação do item 3.1.4. O Edital e seus anexos estão disponíveis no site www.samaerne.com.br/publicacoes/licitacoes. Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras do SAMAE de Rio Negrinho, no horário das 8h às 13h ou pelo fone 47-3644-2237.

Onde se lê:

3.1.4 Qualificação Técnica (art.30)

- Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.
- Registro do profissional responsável técnico da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da Sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física.
- Atestado de Capacidade Técnica (Documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado atestando o desempenho da empresa das atividades compatíveis com o objeto da licitação. Este documento deverá ser acervado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, caso contrário não será aceito).
- Certidão de Acervo Técnico específico (Documento emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU que transcreve as experiências do profissional das anotações de responsabilidade técnicas compatíveis com o objeto da licitação.
- Comprovação de vínculo do profissional detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica e da(s) Certidões de Acervo Técnico (CAT) com a empresa licitante se dará através da apresentação de um dos seguintes documentos:

- Contrato Social da Empresa

- Certidão de Pessoa Jurídica e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU referente a atribuição de Cargo e Função.

- Ficha de Registro de Empregados, autenticada junto a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, ou cópia da Carteira de Trabalho, ou Contrato de Prestação dos Serviços contendo as respectivas anotações do contrato de trabalho.

Ler-se-á:

3.1.4 Qualificação Técnica (art.30)

- Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo

– CAU do Estado da sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica.

b) Registro do profissional responsável técnico da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU do Estado da Sede da proponente, através da apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Física.

c) Atestado de Capacidade Técnica (Documento emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado para execução de obras/serviços de:

Reforma ou Ampliação ou Construção de ETA (Estação de Tratamento de Água) ou ETE (Estação de tratamento de Esgoto) com volume mínimo de 55 m³ de concreto armado ou 60 m² de área construída, ampliada ou reformada.

d) Certidão de Acervo Técnico específico através de atestado de capacidade acervado no CREA ou CAU emitida por empresa de direito público ou privado em nome do responsável técnico da empresa, para execução de obras/serviços de:

Reforma ou Ampliação ou Construção de ETA (Estação de Tratamento de Água) ou ETE (Estação de tratamento de Esgoto) com volume mínimo de 55 m³ de concreto armado ou 60 m² de área construída, ampliada ou reformada. O atestado deverá estar acervado no CREA ou CAU e deverá obrigatoriamente ser apresentado com a respectiva CAT.

e) Comprovação de vínculo do profissional detentor do(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica e da(s) Certidões de Acervo Técnico (CAT) com a empresa licitante se dará através da apresentação de um dos seguintes documentos:

- Contrato Social da Empresa, caso este for sócio proprietário da empresa.

- Ficha de Registro de Empregados, autenticada junto a Delegacia Regional do Trabalho – DRT, ou cópia da Carteira de Trabalho, ou Contrato de Prestação dos Serviços contendo as respectivas anotações do contrato de trabalho.

Rio Negrinho, 07 de novembro de 2019.

Rosângela Aparecida Chaves

Presidente da CPL

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO 62/2019

Publicação Nº 2219168

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA - SC
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DO CONTRATO 62/2019

O Fundo Municipal de Saúde de Romelândia (SC), comunica Contratação de empresa para prestação de serviços de sessões de fisioterapia na área de saúde na especialidade de Método Neuroevolutivo Bobath, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Romelândia/SC, que necessitam de cuidados especiais quanto a sua reabilitação, em consultórios ou estabelecimentos de saúde. Cfe CREDENCIAMENTO 005/2019, através Processo de Licitação Nº 2282/2019, na modalidade Pregão nº 2204/2019, CREDENCIAMENTO 05/2019. Contratado: CÁSSYA MAYANE PANDOLFO ME. Validade do Contrato 31/12/19.

Romelândia, 07/11/19.

DÉBORA GLEMBOTZKY
Gestora Municipal de Saúde

DECRETO Nº 4.152/2019

Publicação Nº 2220625

DECRETO Nº 4.152/2019.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVES DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei:

DECRETA

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto alterado o PPA – Plano Plurianual nº 2.256/2017, de 16 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.029 – REFORMA DE EDIFICAÇÃO PARA ALOCAR CASA MORTUÁRIA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.324/2018, de 11 de dezembro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.029 – REFORMA DE EDIFICAÇÃO PARA ALOCAR CASA MORTUÁRIA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 221.083,00 (Duzentos e vinte e um mil e oitenta e três reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.1.029000 – Reforma de Edificação para alocar Casa Mortuária	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	221.083,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de \$ 221.083,00 (Duzentos e vinte e um mil e oitenta e três reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

09.01– Departamento de Industria, Comércio e Desenv. Econômico	
22.334.0020.1.026000 – Apoio a Implantação de Industrias	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	221.083,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 5º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.368, de 07 de Novembro de 2019.

Art. 6º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 07 de Novembro de 2019.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e Publicada em data supra

LEI MUNICIPAL Nº 2.368/2019

Publicação Nº 2220622

LEI Nº 2.368/2019.

ALTERA O PLANO PLURIANUAL, LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E A LEI ORÇAMENTARIA ANUAL, ATRAVES DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei: faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a presente Lei:

Art. 1º. Fica alterado o PPA – Plano Plurianual nº 2.256/2017, de 16 de novembro de 2017, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.029 – REFORMA DE EDIFICAÇÃO PARA ALOCAR CASA MORTUÁRIA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº 2.324/2018, de 11 de dezembro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.029 – REFORMA DE EDIFICAÇÃO PARA ALOCAR CASA MORTUÁRIA, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 221.083,00 (Duzentos e vinte e um mil e oitenta e três reais), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

03.01– Departamento de Administração	
04.122.0004.1.029000 – Reforma de Edificação para alocar Casa Mortuária	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	221.083,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 4º - Os recursos para cobertura do crédito adicional disposto no artigo anterior, no valor de \$ 221.083,00 (Duzentos e vinte e um mil e oitenta e três reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias, conforme discriminação a seguir:

09.01– Departamento de Industria, Comércio e Desenv. Econômico	
22.334.0020.1.026000 – Apoio a Implantação de Industrias	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	221.083,00
Fonte: 100 – Recursos Próprios	

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia (SC), 07 de Novembro de 2019.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrada e Publicada a presente Lei em data supra

CÂMARA MUNICIPAL

RREO 5º BIMESTRE -DEMONST. DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Publicação Nº 2219409

Município de ROMELÂNDIA - SC					R\$ 1,00
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO					
Consolidação Administração Direta					
PLANO PREVIDENCIÁRIO					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	
RECEITAS CORRENTES (I)					
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ROMELANDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Consolidação Administração Direta

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)²	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
Valor	0,00					
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS					
Outros Aportes para o RPPS	0,00					
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00					
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00					
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00					
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA					
	2019		2018			
Caixa e equivalentes de caixa	0,00		0,00		0,00	

Continua 2/3

Município de ROMELÂNDIA - SC

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Consolidação Administração Direta

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2019	2018
BENS E DIREITOS DO RPPS		
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON

PRESIDENTE

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JI

SC041627/03

RREO 5º BIMESTRE DEMONST. DA RECEITA CORRENTE LIQ. MÊS 10 2019

Publicação Nº 2219407

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019
Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ROMELANDIA															RS 1,00	
PREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Sep/2019	Out/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)			
RECEITAS CORRENTES (I)																
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)																
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

ADRIANE TEREZINHA MIERGO JUNG
SC04162703

MO PIASSON
PRESIDENTE



RREO 5º BIMESTRE- DEMONST.DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO

Publicação Nº 2219416

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (hg) - (hi)	Saldo Total L = (e+k)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (II) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON
PRESIDENTEADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG
SC04162703

RREO 5º BIMESTRE- DEMOSNT. DO RESULTADO NOMINAL

Publicação Nº 2219414

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	122.199,42	62.209,22
Disponibilidade de Caixa	0,00	122.199,42	62.209,22
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	122.199,42	62.209,22
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (II) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON
PRESIDENTE

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG
SC041627/03

RREO 5º BIMESTRE- DEONST.SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXEC. ORÇ

Publicação Nº 2219419

Município de ROMELÂNDIA - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			0,00	
Previsão Atualizada			0,00	
Receitas Realizadas			0,00	
Déficit Orçamentário			629.457,48	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial			950.000,00	
Créditos Adicionais			0,00	
Dotação Atualizada			950.000,00	
Despesas Empenhadas			636.512,50	
Despesas Liquidadas			629.457,48	
Despesas pagas			629.457,48	
Superavit Orçamentário			0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			636.512,50	
Despesas Liquidadas			629.457,48	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			0,00	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-629.457,48	0,00
Resultado Primário		0,00	-629.457,48	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			580,00	49.420,00
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Município de ROMELÂNDIA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON
PRESIDENTE

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG
SC041627/03

RREO 5º BIMESTRE-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 2219403

Município de ROMELÂNDIA - SC
CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	629.457,48	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	629.457,48	0,00	-629.457,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
DESPESAS							
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	118.323,54	629.457,48	629.457,48
	900.000,00	900.000,00	114.010,10	635.932,50	118.323,54	628.877,48	628.877,48

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de ROMELÂNDIA - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	320.542,52	629.457,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	676.200,00	676.200,00	101.764,86	561.642,75	114.557,25	101.764,86	561.642,75	114.557,25	561.642,75
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	223.800,00	223.800,00	12.245,24	74.289,75	149.510,25	16.558,68	67.234,73	156.565,27	67.234,73
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	50.000,00	0,00	580,00	49.420,00	0,00	580,00	49.420,00	580,00
INVESTIMENTOS	50.000,00	50.000,00	0,00	580,00	49.420,00	0,00	580,00	49.420,00	580,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	320.542,52	629.457,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	320.542,52	629.457,48
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	—	118.323,54	629.457,48	—	629.457,48
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de ROMELÂNDIA - SC
CÂMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON
PRESIDENTEADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG
SC041627/03

RREO 5º BIMESTRE-DEMONST. DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO

Publicação Nº 2219404

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAI (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	100,00
Legislativa	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	100,00
Ação Legislativa	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	950.000,00	950.000,00	114.010,10	636.512,50	313.487,50	118.323,54	629.457,48	100,00

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON
PRESIDENTEADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG
SC041627/03

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

LDO

: (a-d)

320.542,52320.542,52320.542,52320.542,52

RREO 5º BIMESTRE-DEMONST. DA RECEITA CORRENTE LIQ. MÊS 09 2019

Publicação Nº 2219406

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
OUTUBRO/2018 A SETEMBRO/2019
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELANDIA															RS 1,00
PREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019	
		Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	Mar/2019	Abr/2019	Mai/2019	Jun/2019	Jul/2019	Ago/2019	Set/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)	
	RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Recita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferências do FUNDEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

ADRIANE TEREZINHA MIERGO JUNG
SC04162703

MO PIASSON
PRESIDENTE



RREO 5º BIMESTRE-DEMONST. DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Publicação Nº 2219418

Município de ROMELÂNDIA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CÂMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)					SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00	0,00				0,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00	0,00				0,00
		0,00	0,00				0,00
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital							
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (If + Ig)				SALDO ATUAL (k) = (Ili + Ilij)
Valor(III)		0,00	0,00				0,00
FONTE:							

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON

PRESIDENTE

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG

SC041627/03

RREO 5º BIMESTRE-DEMONST. DAS RECEITAS DE OPER. DE CRÉDITO

Publicação Nº 2219413

Município de ROMELÂNDIA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	580,00	49.420,00
Investimentos	50.000,00	580,00	49.420,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	50.000,00	580,00	49.420,00
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	50.000,00	580,00	49.420,00

FONTE:

ROMELÂNDIA, 07/11/2019

IVO PIASSON
PRESIDENTE

ADRIANE TEREZINHA MERIGO JUNG
SC041627/03

RREO 5º BIMESTRE-DEMONST.DOS RESULTADOS PRIMÁRIOS E NOMINAL

Publicação Nº 2219415

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	900.000,00	635.932,50	628.877,48	628.877,48	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	676.200,00	561.642,75	561.642,75	561.642,75	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	223.800,00	74.289,75	67.234,73	67.234,73	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	223.800,00	74.289,75	67.234,73	67.234,73	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	900.000,00	635.932,50	628.877,48	628.877,48	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	50.000,00	580,00	580,00	580,00	0,00
Investimentos	50.000,00	580,00	580,00	580,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	50.000,00	580,00	580,00	580,00	0,00

Continua 2/4

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		950.000,00	636.512,50	629.457,48	629.457,48	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		-629.457,48						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2019						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		0,00						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-629.457,48						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00		
DEDUÇÕES (XXIX)		0,00				62.209,22		
Disponibilidade de Caixa		0,00				62.209,22		
Disponibilidade de Caixa Bruta		0,00				62.209,22		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				0,00		
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		0,00				-62.209,22		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		62.209,22						

Continua 3/4

Município de ROMELÂNDIA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	62.209,22
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	62.209,22
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 86/2019

Publicação Nº 2219348

DECRETO Nº 86, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO-CMI DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO

ANA ROSA ZANELA, Prefeita do Município de Salto Veloso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº.1.534 de 25 de Abril de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal do Idoso os seguintes representantes:

I - Representantes de Secretarias municipais:

a) Representantes da Secretaria de Saúde e Assistência

Titular: Daiane Maffioletti Klein

Suplente: Andreia Leite Godoy

b) Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Emanuelli Batisti

Suplente: Ismael Indio De Aguiar

c) Representantes Da Assessoria De Esporte ,Lazer e Cultura

Titular: Juliana Paula Camicia Barbosa

Suplente: Celia Regina De Bortoli

d) Representantes Das Entidades ou Grupo De Idoso

Titular: Salete Mateus

Suplente: Nelza Ariati

e) Representante Dos Trabalhadores Da Área Do Idoso

Titular :Suelen I Benvegnú

Suplente:Mirian Ana Rech Da Luz

f) Representantes Das Entidades Prestadora De Serviço

Titular :Dolores Cesca Ganasini

Suplente :Regina Blaskevicz Da Silva

g) Representantes De Serviços e Organizações De Assistência Social

Titular: Roberto Lima

Suplente: Araci Celina Meneghini

Parágrafo Único. Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 2º A Presidência do Conselho Municipal do Idoso é exercida pela Senhora Daiane Maffioletti Klein conforme Resolução nº002/2019 05 de 05 de novembro de 2019.

Art. 3º Os conselheiros titulares e suplentes terão mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução, por igual período.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), 05 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

LEI N.º 1.681, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219907

LEI Nº 1.681, DE 07 de NOVEMBRO de 2019.

RATIFICA A SEGUNDA ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA

CATARINA - CINCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, em anexo, nos termos da Lei Federal nº. 11.107/05 e Decreto Federal nº. 6.017/07.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 07 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

LEI N.º 1.682, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219917

LEI Nº 1.682, DE 07 de NOVEMBRO de 2019.

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE ADITIVO AO CONVÊNIO DE RADIOPATRULHA FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO E O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA – PMSC, PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERMANENTES EM JANEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar aditivo ao convênio de Radiopatrulha firmado com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Militar de Santa Catarina – PMSC, para aquisição de armamento/equipamento permanente.

Art. 2º. O objeto do termo aditivo de convênio consiste na transferência de recursos financeiros ao Estado de Santa Catarina/Polícia Militar para a aquisição de armamento de fogo (Fuzil Taurus T4, 5, 56), a ser utilizado exclusivamente pela 1ª Companhia do 15º Batalhão de Polícia Militar, grupamento com sede no Município de Salto Veloso/SC.

Parágrafo único. A transferência de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será realizada em parcela única, no mês de janeiro 2020, no valor de R\$ 9.013,64 (nove mil treze reais e sessenta e quatro centavos).

Art. 3º. O armamento objeto da presente Lei é destinado exclusivamente para execução dos serviços de policiamento ostensivo da Polícia Militar de Salto Veloso/SC, objetivando ampliar a segurança da população local.

Art. 4º. As despesas decorrentes da manutenção, conservação e utilização do armamento de fogo, bem como, a aquisição de munição, serão de responsabilidade da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º. No caso de uso diverso do estabelecido, o valor correspondente ao armamento de fogo deverá ser devolvido para o Município de Salto Veloso/SC (valor descrito no art. 2º, Parágrafo Único, desta Lei).

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 07 de novembro de 2019.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2019**

Publicação Nº 2219339

DECRETO LEGISLATIVO N. 004/2019.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO VALE ALIMENTAÇÃO DE NATAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÍRIA OLIVEIRA DOS PASSOS, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SALTO VELOSO - ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 39, IV, do Regimento Interno e em conformidade com os preceitos da Lei Orgânica, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o presente Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica a Câmara de Vereadores de Salto Veloso, autorizada a conceder, no mês de dezembro de 2019, aos seus servidores, o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), a título de vale alimentação natalino.

Art. 2º O percentual mencionado no artigo anterior será creditado no cartão alimentação, até o dia 10 do mês de dezembro do corrente ano.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de novembro de 2019.

Este Decreto legislativo foi registrado e publicado na data supra.

VALÍRIA OLIVEIRA DOS PASSOS
Presidente

Santa Cecília

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2019

Publicação Nº 2220229

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 035/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa PRIMOS TRANSPORTE ESCOLAR LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.537.180/0001-07, com sede na Rua Dorival Telles de Souza, nº 160, Bairro Gilberto Grochowski, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, o Sr. DIRCEU COLLET PADILHA, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 3.680.066 SSP/SC e inscrito no CPF/MF sob o nº 029.514.029-10, residente e domiciliado na Rua Dorival Telles de Souza, nº 160, Bairro Gilberto Grochowski, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica acordado o acréscimo na quantidade dos itens 2 e 9, vencidos pela CONTRATADA,

Item	Unid.	Acréscimo KM
2- Transporte escolar veículo com capacidade mínima para 9 alunos, percorrendo Serra dos Pires, Escolinha, Sandra Telles, Sítio Moranguinhos, Sítio Frantor Valencio, Fazenda Pelizario até a localidade da Polpa para transporte até Santa Cecília.	KM	3.255
9- Transporte escolar veículo com capacidade mínima para 4 alunos, percorrendo Fazenda Goulart, Fazenda Mocelin, Sítio Antonelo, Sítio Soares até a localidade de Coração para ônibus da Polpa a Santa Cecília.	KM	2.730

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 035/2019, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 07 de novembro de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA DIRCEU COLLET PADILHA
Pelo Contratante Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

Publicação Nº 2220185

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 105/2019

Pelo presente instrumento de Termo Aditivo, que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 85.997.237/0001-41, com sede na Rua João Goetten Sobrinho, nº 555, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA, brasileira, solteira, fonoaudióloga, portadora da Carteira de Identidade nº 2.667.655 inscrita no CPF sob o nº 848.094.859-00, residente e domiciliada na Rua Alceu Allage, 140, Bairro Adolfo Correia da Silva, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante neste instrumento contratual simplesmente denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa ENGEGRAU CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.345.650/0001-34, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 305, Sala 02, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, neste ato por seu representante legal, Sr. ASSIS ALI MOHAMAD, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Carteira de Identidade nº 8/R-1.754.822 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 538.404.379-20, residente e domiciliado na Avenida Nereu Ramos, Centro, na cidade de Santa Cecília-SC, de ora em diante simplesmente denominada CONTRATADA, celebram entre si o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 105/2019, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO TERMO ADITIVO – Fica acrescida a importância de R\$ 25.477,03 (Vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais três centavos), referente ao valor global, vencido pela CONTRATADA, conforme requerimento apresentado pela CONTRATADA e Ofício nº 97/ENG/2019 do Departamento de Engenharia e Projetos, os quais ficam fazendo parte integrante do presente Termo Aditivo, em observância ao disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DO TERMO ADITIVO – As demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 105/2019, não dispondo de forma contrária ao presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem as partes justas, entendidas, contratadas e de pleno acordo com as Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento de Termo Aditivo, assinam o mesmo em 02 (duas) vias de igual conteúdo, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que dele possa gerar os jurídicos e legais efeitos.

Santa Cecília-SC, 07 de novembro de 2019.

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
Pelo Contratante

ASSIS ALI MOHAMAD
Pela Contratada

TESTEMUNHAS:

Santa Rosa do Sul

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2019

Publicação Nº 2220541

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL S/C

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2019

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores Santa Rosa do Sul S/C

CONTRATADA: REDE DE COMUNICAÇÕES AMORIM LTDA – ME

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato, a cobertura jornalística, com 3 (três) chamadas diárias de 5 (cinco) segundos do dia 09 à 17 de novembro; 9 (nove) chamadas durante programa do dia 10 e do dia 17 de novembro, das 09:00hs às 14:00hs; e 3 (três) cartões ou 1 (um) rodapé no jornal após a festa da VIII Polvilhana, pela CONTRATADA.

Base Legal: Lei 8.666/93

VALOR: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 09/11/2019 a 17/11/2019.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

ARP PL 125-2019 PP 80-2019

Publicação Nº 2219985

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/8

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 125/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 60/2019

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.847/0001-90, com sede administrativa localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, bairro Centro, CEP nº. 89983-000, nesta cidade de Santa Terezinha do Progresso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI FURTADO, inscrito no CPF sob o nº. 219.982.219-20, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 80/2019, Processo Licitatório nº. 125/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS, PARA ATENDER DEMANDA DOS SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDTAIS E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
1597	BRASFERMA LTDA	
321	EDERSON RICARDO JACOBY - ME	2, 4, 7, 8, 9, 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22
1598	PEDRO TROMBINI 14615649991	1, 3, 5, 6, 10, 13, 14, 15, 16, 19

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BRASFERMA LTDA	00.503.644/0001-00		
EDERSON RICARDO JACOBY - ME	09.912.954/0001-45	EDERSON RICARDO JACOBY	053.341.649-36
PEDRO TROMBINI 14615649991	33.227.274/0001-77	ELAINE LUCIA WESCHENFELDER TR	031.274.029-88

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS, PARA ATENDER DEMANDA DOS SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDTAIS E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor Preço por Item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 321 - EDERSON RICARDO JACOBY - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TESOURA PARA CERCA VIVA, COM LÂMINAS DE AÇO 12" E CABO DE MADEIRA	Und	TRAMONTIN/	2,000	25,5000	51,00
4	CORDA PET 10 MM, MATERIAL POLIESTER (CARETEL 165 MTS)	Und	TROPICAL	6,000	165,0000	990,00
7	CHAVE DE FENDA Nº. 8"	Und	TRAMONTIN/	5,000	14,5000	72,50
8	CHAVE DE FENDA Nº. 6"	Und	TRAMONTIN/	2,000	11,5000	23,00
9	JOGO DE CHAVES COMBINADAS DE 6 A 17 MM, POSSUI 12 PEÇAS FEITAS EM AÇO	Und	DISMA	1,000	85,0000	85,00
11	CAVADEIRA RETA COM CABO DE MADEIRA	Und	PANDOLFO	2,000	34,5000	69,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/8

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Processo Nº.: 125/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019

Fornecedor: 321 - EDERSON RICARDO JACOBY - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
12	CARRINHO DE MÃO PARA CONSTRUÇÃO, CAÇAMBA PLÁSTICA 90L	Und	ALZA	2,000	165,0000	330,00
17	KIT JOGO DE BROCA PARA MADEIRA 6, 8 10 MM	Und	MTX	2,000	23,5000	47,00
18	JOGO DE BROCAS PARA CONCRETO DE 3 A 8 MM COM 4 PEÇAS	Und	MTX	2,000	28,0000	56,00
20	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA 2,4MM, 1 KG	Und	PLAS BON	6,000	85,0000	510,00
21	PICARRETA ALVIÃO, COM CABO 90 CM	Und	PANDOLFO	2,000	53,0000	106,00
22	ESCADA ALUMÍNIO EXTENSIVA DUPLA 9 X 2 DEGRAUS	Und	Escadas sant	2,000	225,0000	450,00

Fornecedor: 1598 - PEDRO TROMBINI 14615649991

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TESOURÃO DE PODA, LÂMINAS EM AÇO CARBONO TEMPERADO - CABOS DE MADEIRA COM 43 CM PARA MAIOR ALCANCE E FIRMESA	Und	TRAMONTINA	2,000	45,0000	90,00
3	CORDA DE NYLON, 2MM, COR BRANCA (TIPO VARAL), ROLO DE 370 MTS	Und	RIO MAR	3,000	53,0000	159,00
5	LONA PLÁSTICA PRETA EXTRA FORTE - LONA 60 KG, 6 METROS DE LARGURA E 100 METROS DE COMPRIMENTO DE ALTA QUALIDADE, 150 MICRAS	Und	NEUPLASTIC	10,000	643,0000	6.430,00
6	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL 20 LITROS COMPLETO	Und	WIPER	1,000	120,0000	120,00
10	MARTELO CARPINTEIRO, COM CABO DE MADEIRA	Und	CONEX	2,000	25,0000	50,00
13	DISCO DE SERRA, PARA MADEIRA - MAKITA	Und	CONEX	5,000	9,8000	49,00
14	DISCO DE CORTE PARA METAL E FERRO - MAKITA	Und	CONEX	5,000	2,9000	14,50
15	DISCO PARA MAKITA CONCRETO, ALVENARIA, MÁRMORE, BLOCO, TIJOLO	Und	CONEX	5,000	10,9000	54,50
16	VASSOURA TIPO GARI, CEPA DE PLÁSTICO, COM 4 FILEIRAS MATERIAL DA CEPA, MADEIRA MATERIAL DAS CERDAS DA VASSOURA, PIAÇAVA SINTÉTICA LARGURA DA CEPA, 48,0 MM, COMPRIMENTO DA CEPA, 37,5 CM DE ALTURA DAS CERDAS DA VASSOURA, 90MM NÚMERO DE FILEIRAS DE CERDAS DA CEPA, 4 FILEIRAS, COMPRIMENTO DO CABO DA VASSOURA: 1,20M, CABO DE MADEIRA REFORÇADO.	Und	GARI	10,000	25,0000	250,00
19	ROÇADEIRA A GASOLINA: CILINDRADA 25,4 CM³ - POTÊNCIA: 1.07 KW, ACESSÓRIOS - CABEÇOTE COM FIO DE NYLON - LÂMINA MULTI 330-2 - CINTURÃO DUPLO PADRÃO	Und	HUSQVARNA	2,000	750,0000	1.500,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 3/8

Processo Nº.: 125/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 4/8
Processo Nº.: 125/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**Processo Nº.: 125/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/8

MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**Processo Nº.: 125/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

Página: 7/8
Processo Nº.: 125/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santa Terezinha do Progresso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/8

MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO**Processo Nº.: 125/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 80/2019**

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Santa Terezinha do Progresso, 7 de Novembro de 2019.

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BRASFERMA LTDA

CNPJ: 00.503.644/0001-00

EDERSON RICARDO JACOBY - ME

CNPJ: 09.912.954/0001-45

PEDRO TROMBINI 14615649991

CNPJ: 33.227.274/0001-77

ATA DA SESSÃO PÚBLICA PL 125-2019 PP 80-2019

Publicação Nº 2219982

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO</p> <p>CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 80/2019 - PR</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 125/2019 Data do Processo: 18/10/2019</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS, PARA ATENDER DEMANDA DOS SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDITAIS E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 7 de Novembro de 2019, às 08:17 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 01/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 125/2019, Licitação nº 80/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Deu-se continuidade, então, procedendo à abertura dos envelopes, todos devidamente assinados pelos representantes credenciados, bem como pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio. Foram analisados todos os documentos relacionados à habilitação dos licitantes cuja proposta foi a mais bem classificada em cada item. A documentação foi apresentada aos representantes credenciados para que fossem conferidas e assinadas. Foi confirmada a autenticidade da certidão de isenção de débitos Municipais, Estaduais e Federais, bem como de FGTS, INSS, CNDT e CNPJ. Os requisitos para habilitação foram devidamente preenchidos. Não houve objeção. Foi aberta a palavra aos licitantes para que qualquer observação ou indagação fosse feita, inclusive questionando o interesse na interposição de recurso. Não houve manifestação, do que se concluiu a inexistência de interesse. Sem mais considerações, a Sessão foi encerrada às 9:00 hrs pela Pregoeira, e esta ata, após a leitura e concordância com os termos aqui expostos, foi devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes credenciados das licitantes presentes

Participante: 321 - EDERSON RICARDO JACOBY - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	TESOURA PARA CERCA VIVA, COM LÂMINAS DE AÇO 12" E CABO DE MADEIRA	Und	2,00	TRAMONTINA	0,0000	25,50	51,00
4	CORDA PET 10 MM, MATERIAL POLIESTER (CARETEL 165 MTS)	Und	6,00	TROPICAL	0,0000	165,00	990,00
7	CHAVE DE FENDA Nº. 8"	Und	5,00	TRAMONTINA	0,0000	14,50	72,50
8	CHAVE DE FENDA Nº. 6"	Und	2,00	TRAMONTINA	0,0000	11,50	23,00
9	JOGO DE CHAVES COMBINADAS DE 6 A 17 MM, POSSUI 12 PEÇAS FEITAS EM AÇO	Und	1,00	DISMA	0,0000	85,00	85,00
11	CAVADEIRA RETA COM CABO DE MADEIRA	Und	2,00	PANDOLFO	0,0000	34,50	69,00
12	CARRINHO DE MÃO PARA CONSTRUÇÃO, CAÇAMBA PLÁSTICA 90L	Und	2,00	ALZA	0,0000	165,00	330,00
17	KIT JOGO DE BROCA PARA MADEIRA 6, 8 10 MM	Und	2,00	MTX	0,0000	23,50	47,00
18	JOGO DE BROCAS PARA CONCRETO DE 3 A 8 MM COM 4 PEÇAS	Und	2,00	MTX	0,0000	28,00	56,00
20	FIO DE NYLON PARA ROÇADEIRA 2,4MM, 1 KG	Und	6,00	PLAS BON	0,0000	85,00	510,00
21	PICARRETA ALVIÃO, COM CABO 90 CM	Und	2,00	PANDOLFO	0,0000	53,00	106,00
22	ESCADA ALUMÍNIO EXTENSIVA DUPLA 9 X 2 DEGRAUS	Und	2,00	Escadas santa catari	0,0000	225,00	450,00

Total do Participante -----> 2.789,50

Participante: 1598 - PEDRO TROMBINI 14615649991

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	TESOURÃO DE PODA, LÂMINAS EM AÇO CARBONO TEMPERADO - CABOS DE MADEIRA COM 43 CM PARA MAIOR ALCANCE E FIRMES	Und	2,00	TRAMONTINA	0,0000	45,00	90,00
3	CORDA DE NYLON, 2MM, COR BRANCA (TIPO VARAL), ROLO DE 370 MTS	Und	3,00	RIO MAR	0,0000	53,00	159,00
5	LONA PLÁSTICA PRETA EXTRA FORTE - LONA 60 KG, 6 METROS DE LARGURA E 100 METROS DE COMPRIMENTO DE ALTA QUALIDADE, 150 MICRAS	Und	10,00	NEUPLASTIC	0,0000	643,00	6.430,00
6	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL 20 LITROS COMPLETO	Und	1,00	WIPER	0,0000	120,00	120,00
10	MARTELO CARPINTEIRO, COM CABO DE MADEIRA	Und	2,00	CONEX	0,0000	25,00	50,00
13	DISCO DE SERRA, PARA MADEIRA - MAKITA	Und	5,00	CONEX	0,0000	9,80	49,00
14	DISCO DE CORTE PARA METAL E FERRO - MAKITA	Und	5,00	CONEX	0,0000	2,90	14,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

CNPJ: 01.612.847/0001-90
 Avenida Tancredo Neves, 337
 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 80/2019 - PR

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 125/2019
 Data do Processo: 18/10/2019

Folha: 2/2

Participante: 1598 - PEDRO TROMBINI 14615649991

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	DISCO PARA MAKITA CONCRETO, ALVENARIA, MÁRMORE, BLOCO, TIJOLO	Und	5,00	CONEX	0,0000	10,90	54,50
16	VASSOURA TIPO GARI, CEPA DE PLASTICO, COM 4 FILEIRAS MATERIAL DA CEPA, MADEIRA MATERIAL DAS CERDAS DA VASSOURA, PIAÇAVA SINTÉTICA LARGURA DA CEPA, 48,0 MM, COMPRIMENTO DA CEPA, 37,5 CM DE ALTURA DAS CERDAS DA VASSOURA, 90MM NÚMERO DE FILEIRAS DE CERDAS DA CEPA, 4 FILEIRAS, COMPRIMENTO DO CABO DA VASSOURA: 1,20M, CABO DE MADEIRA REFORÇADO.	Und	10,00	GARI	0,0000	25,00	250,00
19	ROÇADEIRA A GASOLINA: CILINDRADA 25,4 CM³ - POTÊNCIA: 1,07 KW, ACESSÓRIOS - CABEÇOTE COM FIO DE NYLON - LÂMINA MULTI 330-2 - CINTURÃO DUPLO PADRÃO	Und	2,00	HUSQVARNA	0,0000	750,00	1.500,00

Total do Participante -----> 8.717,00

Total Geral -----> 11.506,50

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santa Terezinha do Progresso, 7 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

ELENICE ELECIR PORSCHE - - Pregoeiro(a)
 ERONI ALLEBRANDT - - SECRETÁRIO
 MARGARETE ROSA ALVES - - MEMBRO
 MARCIANE ELENI PINNO - - MEMBRO
 SELMAR MAGRO - - MEMBRO
 NOELI TEREZINHA VANIN - - MEMBRO
 SOLANGE BRAGA - - MEMBRO

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

EDERSON RICARDO JACOBY - - Representante
 - Representante
 ELAINE LUCIA WESCHENFELDER TROMBINI - - Representante

TERMO DE HOM E ADJ PL 125-2019 PP 80-2019

Publicação Nº 2220025

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO CNPJ: 01.612.847/0001-90 Avenida Tancredo Neves, 337 C.E.P.: 89983-000 - Santa Terezinha do Progresso - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 80/2019 - PR Processo Administrativo: Processo de Licitação: 125/2019 Data do Processo: 18/10/2019
Folha: 1/1	

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DERLI FURTADO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 125/2019
b) Licitação Nr.: 80/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/11/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação: A PRESENTE LICITAÇÃO VISA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS DIVERSAS, PARA ATENDER DEMANDA DOS SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONFORME EDTAIS E SEUS ANEXOS, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	(em Reais R\$)		
	<u>Qtd de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 000321 - EDERSON RICARDO JACOBY - ME	12	0,0000	2.789,50
- 001598 - PEDRO TROMBINI 14615649991	10	0,0000	8.717,00
	22		11.506,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

DERLI FURTADO
PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

ATO 15 - COMUNICADO PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 2219626

ATO 015: Comunicado acerca da Realização de Provas Objetivas

CONSIDERANDO, que candidatos efetuaram pagamento tempestivo (dentro do prazo previsto em edital), porém não sendo registrado o processamento do registro de seu pagamento;

CONSIDERANDO, que existe a possibilidade de que vírus eletrônicos tenham efetuado alterações nos documentos de pagamento;

CONSIDERANDO os princípios da isonomia, da ampla defesa e da ampla concorrência que norteiam todos os certames públicos;

CONVOCA-SE todos os candidatos que tenham realizado o pagamento dentro do prazo estabelecido em edital, ou seja, pagamentos realizados até o dia 21/10/2019, a prestar as Provas Objetivas e/ou Práticas inerentes ao seu cargo, devendo atentar aos seguintes procedimentos:

1) Comparecer no Local de Prova destinado ao seu cargo, conforme determinado no Ato 11;

2) Ter em mãos o "Boleto Bancário" e o "Comprovante de Pagamento" que não foi processado, para que o coordenador de prova efetue o devido registro em ata. Recomenda-se trazer também uma cópia simples deste pagamento, junto com os documentos originais;

3) Possuir o material necessário para a realização normal da prova (Documento de Identificação com Foto e Caneta Azul ou Preta, de material transparente);

Aos candidatos que se enquadram na situação acima elencada, será aplicada a prova correspondente ao seu cargo, identificada como "prova reserva", sendo rigorosamente iguais as demais provas aplicadas. Aplicam-se todas as demais regras previstas em edital para a realização das provas, inclusive com as rotinas de encerramento de sala de prova.

Após a realização das provas, a documentação apresentada pelo candidato (boleto e comprovante de pagamento) será analisada e emitido parecer individual para cada situação eventualmente apresentada.

IMPORTANTE: O candidato deve apresentar o comprovante de pagamento efetivado, ou seja, a apresentação de "agendamento de pagamentos" não se enquadra na situação elencada e, tampouco, assegura a realização da prova.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 06 de novembro de 2019.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas

CONTRATO 97/2019

Publicação Nº 2219988

CONTRATO Nº 97, DE 31 DE OUTUBRO DE 2019.

1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 81/2018 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ E A FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNISUL.

Pelo presente instrumento particular, a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz/SC, localizada na Praça Governador Ivo Silveira, nº 306 - Centro, no Município de Santo Amaro da Imperatriz-SC, inscrita no CNPJ sob nº 82.892.324/0001-46, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 288.673.009-20, residente e domiciliado na Rua Frei Dalvino Munaretto, nº 230, Bairro Centro, no Município de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e a Fundação de Apoio a Educação, Pesquisa e Extensão da Unisul "FAEPESUL", fundação de direito privado, sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, qualificada como instituição de apoio à Universidade do Sul de Santa Catarina pela Resolução Consun nº 004/98, com sede na Rua José Acácio Moreira, nº 787, sala 201, bairro Dehon, Tubarão - SC, CEP 88.704-900, inscrita no CNPJ, sob o nº. 03.354.241/0001-27, e devidamente registrada no Ofício de Registro Civil, representada na forma de seu Estatuto Social em vigor, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente Tarcísio dos Santos Junior, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 3.417.935-6, expedida pelo SSP/SC e do CPF 003.729.219/65, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, com dispensa de licitação, com base no disposto no inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, em conformidade com a autorização contida no Processo Licitatório nº 51/2018, Dispensa de Licitação 51/2018, submetendo-se as partes às disposições da Lei nº 8.666/93 com as alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo mediante as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDO QUE a CONTRATADA realizou pesquisa, estudo e análise de contingências passíveis de redução e diagnóstico sobre as despesas com pessoal e encargos sociais nas competências compreendidas entre 2013 e 2017, conforme objeto do ajuste inicial;

CONSIDERANDO que o prazo da prescrição dos débitos a serem analisados no ano de 2013 e a corrente prescrição do ano de 2014;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, em que não haverá qualquer tipo de acréscimo no valor do contrato celebrado;

CONSIDERANDO por derradeiro, que o presente termo não enseja nenhum ônus ao erário;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

O presente instrumento contratual tem como objeto o aditamento ao contrato nº 81/2018, firmado em 20/11/2018, com a finalidade de realizar pesquisa e estudos sobre as despesas de pessoal e encargos, a fim de substituir todos os itens com competências entre os anos de 2013 e 2014, para os itens com as competências entre os anos de 2018 e 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PRORROGAÇÃO

Pelo presente instrumento fica prorrogação o contrato até 30/12/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato ora aditado. Por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente termo aditivo em 3 (três) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo.

Santo Amaro da Imperatriz, 30 de outubro de 2019.

Tarcísio dos Santos Júnior FAEPESUL	Edésio Justen Prefeito Municipal
--	-------------------------------------

Testemunhas:

Nome legível: Nome legível:

Identidade: Identidade:

PORTARIA Nº 15.299/2019

Publicação Nº 2219734

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.299, de 06 de Novembro de 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA
TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 155 da Lei Complementar nº 060/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 30 (trinta) dias para tratamento de saúde ao servidor JONATÃ DOS SANTOS CERQUEIRA, matrícula nº 5223, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com efeitos retroativos a partir de 28/10/2019 à 26/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.300/2019

Publicação Nº 2219739

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.300, de 06 de Novembro de 2019.
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo como artigo 128 da Lei Complementar nº 59/2009

RESOLVE :

Conceder licença de 19 (dezenove) dias para tratamento de saúde a servidora DEBORA DA SILVEIRA GASPAR, matrícula nº 4970, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, com efeitos retroativos a partir de 24/10/2019 a 11/11/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.301/2019

Publicação Nº 2219740

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.301, de 06 de Novembro de 2019.

DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o Artigo 272, VIII da Lei Complementar nº 60/2009

ISABEL CRISTINA DE SOUZA INACIO, para em substituição à ANDRÉIA MARIA LOPES ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais no Centro Municipal de Educação Infantil Márcia Regina dos Santos, com efeitos retroativos a partir de 04/11/2019 à 13/12/2019, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.302/2019

Publicação Nº 2219906

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.302, de 06 de Novembro de 2019.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Licença Tratamento de Saúde concedida à servidora DEBORA DA SILVEIRA GASPAR

RESOLVE :

Prorrogar até 11/11/2019 a designação da servidora CELITA LIMA MEDEIROS, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.244/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Novembro de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.303/2019

Publicação Nº 2219909

PORTARIA Nº 15.303, de 06 de Novembro de 2019.
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº 060/09, resolve

R E A D A P T A R :

ANDRÉIA MARIA LOPES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, para atuar nas mesmas funções com restrições de tarefas, respeitadas as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 01 (um) ano, com efeitos retroativos a partir de 03/11/2019 à 03/11/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 06 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.304/2019

Publicação Nº 2219913

PORTARIA Nº 15.304, de 07 de Novembro de 2019.
CONCEDE READAPTAÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 49 da Lei Complementar nº 060/09, resolve

R E A D A P T A R :

LEIGTHON FURTADO, ocupante do cargo de Artífice – Coleta de Lixo, para atuar nas funções de limpeza de rua e roçadeira, respeitadas as limitações indicadas no Laudo Pericial, de acordo com o Termo de Inspeção de Saúde, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 07/11/2019 à 04/02/2020.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.305/2019

Publicação Nº 2219915

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-PORTARIA Nº 15.305, de 07 de Novembro de 2019.

AMPLIA PERÍODO DE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a Súmula nº 244 do Tribunal Superior do Trabalho sobre estabilidade provisória gestante

RESOLVE :

Prorrogar até 10/02/2020 a designação da servidora JENNYFER MARTINS DE FARIAS, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica (Portaria nº 15.132/19).

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 07 de Novembro de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

COMUNICADO LOCAIS PROVA - 13/2019

Publicação Nº 2220450



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Processo Seletivo n.º 13/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo

**ATO 014: Edital de Convocação para Realização de Provas Práticas**

Ficam convocados, desde já, todos os candidatos que tiveram sua inscrição deferida e que prestarem a prova objetiva no período matutino, representado pelo Anexo I desta publicação, a prestarem a prova prática, na data, horário e locais abaixo especificados:

Data da Prova: **10/11/2019 (Domingo)**

As provas serão realizadas em duas turmas distintas, aplicadas no mesmo local e horário, divididas por cargo, sendo:

PROVA VESPERTINA (TARDE)

Local:

Escola Básica Municipal Professora Lourdes Garcia
Rua Frei Jacó Hoefflers, n.º 117
Centro – Santo Amaro da Imperatriz/SC

TURMA 001

Horário de Abertura dos Portões: **14h00min**

Horário de Fechamento dos Portões: **14h15min**

Horário de Início das Provas: **14h15min**

Cargos:

- Motorista - Categoria "D";

TURMA 002

Horário de Abertura dos Portões: **14h00min**

Horário de Fechamento dos Portões: **14h15min**

Horário de Início das Provas: **14h15min**

Cargos:

- Motorista - Categoria "B";

Recomendamos a todos os candidatos que compareçam aos locais de prova designados com pelo menos 10 (dez) minutos de antecedência, **munidos da Carteira Nacional de Habilitação – CNH na Categoria mínima exigida para cada cargo** (Exigência do Código de Trânsito Brasileiro – CTB – Art. 144). A Carteira Nacional de Habilitação deve ser apresentada em original e dentro da validade, não podendo ser substituída por "protocolos" ou afins, sendo que a sua não apresentação enseja em não realização da prova e consequente eliminação do certame.

O candidato que **não se fizer presente no horário previsto para o início de prova**, de cada turma de prova, **estará automaticamente eliminado do presente certame**, independentemente de seu desempenho na etapa anterior. Não haverá segunda chamada para os presentes.

Santo Amaro da Imperatriz/SC, 06 de novembro de 2019.

Banca Técnica
Grupo NBS Provas



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 1 de 3



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Processo Seletivo n.º 13/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



Anexo I – Relação de Candidatos por Turma de Prova Prática

TURMA 001

VAGA	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	ORDEM
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	1064	ALEX LUIZ RAMOS	004.002.***-82	1
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	1845	ANDREI SCHMOELLER	007.116.***-80	2
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	256	CARLOS ALEXANDRE CARVALHO SIMÕES	029.533.***-11	3
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	967	CLAUDIO BERNARDI	385.132.***-04	4
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	1844	DANIEL AUGUSTO VARGAS	948.354.***-68	5
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	133	FRANCISCO CELSO ARAUJO	650.005.***-04	6
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	437	JOAO ARISTIDES DE FREITAS	246.295.***-00	7
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	1728	LUIZ ARMANDO ALIARDI	221.867.***-91	8
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	886	MÁRIO CÉSAR GUESSER	739.331.***-72	9
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	299	PEDRO CRIPPA	223.687.***-72	10
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	97	RAFAEL MENEZES PALMA	853.318.***-04	11
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	889	VALERIO PEREIRA	305.563.***-44	12
029 - MOTORISTA - CATEGORIA D	1004	ZELIO OEMAR CORREA	562.238.***-34	13

Total: 13 candidatos

TURMA 002

VAGA	INSCRIÇÃO	NOME	CPF	ORDEM
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1290	ALDERI FERREIRA RAMOS	059.158.***-67	1
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1575	ALDO RAMOS FILHO	837.465.***-87	2
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1604	ALEX RODRIGUES CORRÊA JUNIOR	064.176.***-90	3
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	879	ALLEN FRANKLIN SOUZA DE MELO	118.852.***-02	4
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1752	AMANDA FARIA CERQUEIRA	076.271.***-18	5
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1934	ANDERSON LUIZ CORDEIRO	006.683.***-52	6
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1303	CIDNEY JUNIOR ANTUNES	082.938.***-23	7
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1070	CLAUDINOR MACHADO DA SILVA	987.684.***-15	8
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	728	DANIEL SERRÃO MARINHO	833.964.***-34	9
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1395	ELAINE ELISA MARTINS	096.096.***-92	10
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1621	EVARISTO AVELINO RODRIGUES MOREL	757.422.***-68	11
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	228	FABIO DE MARIA	048.517.***-47	12
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1693	FELIPE LIMA RODRIGUES	001.994.***-43	13
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1547	FRANCISCO FERREIRA MULLER	026.254.***-31	14
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1574	ITAMAR DA SILVA	829.007.***-15	15
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1857	JAMIL DE OLIVEIRA	020.998.***-37	16
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	885	JANAINA DE SOUZA PIINOW	063.071.***-21	17
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1116	JEFERSON SILVA DE SOUZA	057.772.***-62	18
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1299	JONAS DANIEL MORO	089.142.***-38	19
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1652	JOSÉ RICARDO MEDEIROS	027.501.***-17	20
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1463	JÚLIO CESAR SILVINO	006.547.***-83	21
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1017	LEANDRO DE OLIVEIRA ABBUD	816.639.***-20	22



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 2 de 3



Estado de Santa Catarina
Município de Santo Amaro da Imperatriz
Processo Seletivo n.º 13/2019
Publicação Legal: Ato Administrativo



028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1651	LEONARDO LIMA RODRIGUES	002.967.***-14	23
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1431	LIDIO ANTONIO ARAUJO JUNIOR	051.203.***-09	24
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	750	LUCAS SANTANA ANASTACIO	079.438.***-93	25
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1950	MARCOS EMANUEL SILVA DE LIMA	115.289.***-82	26
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	231	MAURICIO SACCHETTO	806.129.***-34	27
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	610	RAFAEL GUESSER LAUTERT	038.896.***-48	28
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1239	RICARDO ARGOLO DE ATHAYDES	785.385.***-87	29
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1686	RONAN DE FARIAS	102.628.***-80	30
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1582	SERGIO FEIX	032.700.***-55	31
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1493	SIDINEI SALAZAR	068.483.***-90	32
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1568	STHEVAN DE SOUZA SCHERER	038.477.***-75	33
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1717	TIAGO POSICH DE JESUS	008.642.***-03	34
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1330	VANDERLEI FREITAS	019.872.***-08	35
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1256	VILCEMAR MATIAS VIEIRA	067.922.***-48	36
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	1571	VILSON JOSE SOUZA JUNIOR	079.221.***-07	37
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	135	WALLECE HENRIQUE BEZERRA ARAUJO	037.697.***-35	38
028 - MOTORISTA - CATEGORIA B	374	WILLIAM CONCEIÇÃO FELETE	050.463.***-03	39

Total: 39 candidatos



Lei 9610/98: A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados ao Grupo NBS Provas, portanto é proibida qualquer cópia ou reprodução deste documento, no todo ou em partes, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.

Página 3 de 3

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/2019

Publicação Nº 2219557

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 210/2019

OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL, CONFORME DESCRITIVO.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 27/11/2019

Início da sessão: dia 27/11/2019, às 09h00min no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites www.portaldecompraspublicas.com.br e www.saobentodosul.sc.gov.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00 às 16h00, ou através do telefone (47)3631-6199.

São Bento do Sul, 05 de novembro de 2019.

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira Municipal

ROSEMARI IVANE STRACK CANDIDO

Secretária de Educação

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BELARMINO

Secretária de Assistência Social

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

Secretário de Planejamento e Urbanismo e

Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

NILVA MARLI LARSEN HOLZ

Chefe de Gabinete

ADELINO DENK

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Turismo

MARGARETH BAYERL KEISER

Secretária de Administração

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

VILSON ALTIVO TORRES FENNER

Diretor Presidente da Emhab

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

Publicação Nº 2219691

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019

MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através dos Secretários abaixo especificados, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, art. 48, I da Lei Complementar 123/2006, com redação dada pela LC nº 147/2014, que receberá até às 08h30min horas do dia 26/11/2019, na sede da municipalidade, na Rua Jorge Lacerda nº 75, propostas para:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS DE DESGASTE PARA USO NAS MÁQUINAS DA FROTA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE (MÁQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA HYNDAI 160 C ANO: 2015, TRATOR DE ESTEIRA CATERPILLAR D6D ANO: 1979, MÁQUINA RETROESCAVADEIRA JCB ANO: 2015) E PARA A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS (MOTONIVELADORAS, ESCAVADEIRAS HIDRÁULICAS, RETROESCAVADEIRAS, PÁS CARREGADEIRAS, MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E MINI CARREGADEIRAS), PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

Os interessados poderão retirar o Edital completo, no site da Prefeitura: saobentodosul.atende.net e obter maiores informações na Secretaria

de Administração – Departamento de Compras, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 12h00 e das 13h00 às 16h00. São Bento do Sul, 07 de novembro de 2019.

ALISSON ANTONIO HASTREITER
Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES
Secretário Interino de Obras e Serviços Urbanos

EDEMILSON B. DE ASSIS
Pregoeiro Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2019

Publicação Nº 2219878

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 212/2019
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através da Chefe de Gabinete, torna público, para quem possa interessar, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 22 de novembro de 2019, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE EMISSÃO E COBRANÇA DE BOLETO BANCÁRIO AVULSO COM REGISTRO, NA CONDIÇÃO DE QUE A TAXA REFERENTE AO MESMO SOMENTE SERÁ COBRADA COM A LIQUIDAÇÃO DESTE, NÃO HAVENDO COBRANÇA DE TAXAS PARA BOLETOS REGISTRADOS NÃO QUITADOS E TAMBÉM NÃO HAVERÁ OUTRAS COBRANÇAS COMO REGISTRO MEIO ELETRÔNICO, ENVIO PARA PROTESTO, SUSTAÇÃO DE PROTESTO, BAIXA DE BOLETO, MANUTENÇÃO DE TÍTULO VENCIDO, COMANDOS DIVERSOS (ALTERAÇÃO DE DADOS BOLETO REGISTRADO) ENTRE OUTRAS, COM BASE NO CONVÊNIO Nº 11.291/2011-7 E T. A. Nº 26/2015, PARA TAXAS DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, ANÁLISE DE PROJETO, HABITE-SE E BOLETO AVULSO, NAS TAXAS APLICADAS PELA SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DA 2ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DO SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS - SIGAT, DISPONÍVEL NA PÁGINA DO CBMSC NA INTERNET; O SISTEMA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM SISTEMA OPERACIONAL LINUX UBUNTU 19.04; A COBRANÇA DO BOLETO BANCÁRIO PODERÁ OCORRER ATRAVÉS DA INTERNET, AUTO ATENDIMENTO DA AGÊNCIA, CASAS LOTÉRICAS E CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, NO CAIXA DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA E EM OUTROS BANCOS.

Os interessados poderão obter maiores informações através do telefone (47)3631-6163 ou retirar o Edital completo através do site saobentodosul.atende.net

São Bento do Sul, 6 de novembro de 2019.

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
Chefe de Gabinete

DÉBORAH CINTIA DE QUADROS PEREIRA
Pregoeira Municipal

DECRETO Nº 1542/2019

Publicação Nº 2220003

DECRETO Nº 1542, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA A AUTORIDADE DE TRÂNSITO E OS MEMBROS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL, no de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 9.503/97 e Lei Municipal nº 683/2003, com as diretrizes para o estabelecimento do DETRU,

DECRETA:

Art.1º Fica designado como Autoridade de Trânsito do Município o Sra. PATRICIA ZEIDEMANN ZIPPERER, Diretora do Departamento de Trânsito Urbano, com endereço funcional à Rua José Fendrich, 144, CEP 89.281-099, telefones (47) 3633 6354 e (47) 3633 1931, e-mail: detru@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 2º As atividades a serem desempenhadas pelo DETRU de engenharia de tráfego serão coordenadas pelo servidor CARLOS HENRIQUE REITZ ARAKAKI, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 3º As atividades de controle e análise de estatísticas e educação de trânsito, no âmbito das competências do DETRU, serão coordenadas pela servidora ROSANE FIEDLER, Administradora e os Agentes de Autoridade de Trânsito GILIARD BRAGA DA SILVA, LAURO ADEMAR DA SILVA, EDSON LUIS MARIANO E RAFAEL HIRT, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 4º Os serviços de secretariado do Departamento de Trânsito de São Bento do Sul - DETRU serão executados pela funcionária pública municipal Patrícia Zeidemmann Zipperer, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo, localizada à Rua Jorge Lacerda, 75, CEP 89.280-902, telefones (47) 3633 6354 e (47) 3633 1931, e-mail: patricia@saobentodosul.sc.gov.br.

Art. 5º Ficam revogados os Decretos nº 034/2017, nº 1466/2019 e nº 1493/2019.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

São Bento do Sul, 7 de novembro de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

EDITAL COMDIM Nº 03/2019

Publicação Nº 2219645

EDITAL COMDIM Nº 03/2019

NOMINAR AS ENTIDADES CANDIDATAS PARA PARTICIPAREM DO PROCESSO DE ESCOLHA DAS ENTIDADES NÃO-GOVERNAMENTAIS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER DE SÃO BENTO DO SUL.

Art. 1º A Comissão Eleitoral para o Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de São Bento do Sul, com base no artigo 4º do Edital COMDIM Nº 02/2019 do referido Conselho, torna público a relação das entidades candidatas para participarem do Processo de Escolha das Entidades Não Governamentais do COMDIM, que segue, por ordem alfabética, sendo:

I – Associação das Senhoras de Rotarianos de São Bento do Sul – Casa da Amizade;

II – Cube Soroptimista Internacional de São Bento do Sul;

III– JCI São Bento do Sul;

IV – Rotary Club de São Bento do Sul – Cidade dos Móveis.

Paragrafo único. Os pedidos de impugnação de candidatura deverão ser dirigidos à Comissão Eleitoral do COMDIM, na Secretaria Municipal de Assistência Social, Rua João Mühlbauer, 169, Bairro Serra Alta, até 05 (cinco) dias após a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, através de ofício, constando a identificação do impugnante e as razões do pedido.

Art. 2º Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2019.

Valdivia da Silva

Presidente da Comissão Eleitoral

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 174/2019

Publicação Nº 2219880

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 174/2019

DA ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 049/2019, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 22 de março de 2019, conforme Edital de Tomada de Preços nº 35/2019 de 05 de fevereiro de 2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 049/2019, que consiste na contratação de empresa para reforma dos sanitários da Praça Getúlio Vargas, conforme memorial descritivo em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 35/2019, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que durante a execução da obra foi verificada a necessidade de alteração dos projetos das esquadrias e de cobertura ainda em análise pela fiscalização do contrato;

Considerando o término do prazo de execução da obra no dia 14 de outubro de 2019 e do prazo de vigência em 21 de novembro de 2019, se faz necessário prorrogar os prazos de execução e vigência para que a obra possa ser finalizada com base no Art. 57, parágrafo 1º inciso I e IV da Lei nº 8.666/93, nos seguintes termos:

Fica prorrogado o prazo de execução do Contrato por 03 (três) meses, a contar de 15 de outubro de 2019 com término em 14 de janeiro de 2020.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por 04 (quatro) meses, a contar de 22 de novembro de 2019 com término em 21 de março de 2020.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 22 de março de 2019 e Termo Aditivo nº 115/2019 de 10 de julho de 2019, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 11 de outubro de 2019.

Ass: ADELINO DENK, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, como Contratada.

PORTARIAS/SEMED Nº 1451 A 1481/2019

Publicação Nº 2219569

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria/SEMED nº 1451, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Vania de Andrade, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1452, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Rosilei de Cássia Sant'Anna Fragoso, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1453, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Kátia Ferreira de Lima, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1454, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Odete Maria Neppel Dums, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1455, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Adriana Battistella, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1456, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Solange Natali Borges, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1457, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Aurea Terezinha Terres Bueno de Oliveira, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1458, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Elaine Schimit Thewes, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1459, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Amarildo Edmundo Pickocz, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1460, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Ana Andreza Pereira, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1461, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Rosana Rodrigues Monteiro, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1462, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Adriane Kozoris, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1463, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Arlete Lusia Muehlmann Jelinsky, Professor Anos Iniciais.
Portaria/SEMED nº 1464, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Fabiane Haelsner, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1465, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Simone Pereira Wolff, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1466, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Sonia Maria Neves Cuco, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1467, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Ivonice Maria de Oliveira dos Santos, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1468, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Maristela Gomes, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1469, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Danielle Fernandes, Professor Educação Infantil.
Portaria/SEMED nº 1470, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Solange Hannemann, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1471, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Claudineia Pscheidt Muhlbauer, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1472, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Margarete Roesler, Professor Anos Finais.
Portaria/SEMED nº 1473, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Ciliane Aparecida Martins Ferreira, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1474, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Clarice Stiegler, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1475, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Gislaine Aparecida Schikoiski, Auxiliar de Serviços.
Portaria/SEMED nº 1476, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Natalio Gravi Gonçalves, Motorista.
Portaria/SEMED nº 1477, de 29 de outubro de 2019. Concede Licença Prêmio, Michele Maros Pereira, Atendente Educativo.
Portaria/SEMED nº 1478, de 29 de outubro de 2019. Concede Interrupção de Licença para Tratar de Interesses Particulares, Bernadete Maria Hubner, Atendente de Berçário.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA/SEMED Nº 1479 – DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE CADASTROS – PERÍODO INTEGRAL DO ENSINO FUNDAMENTAL

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 0229, de 13 de janeiro de 2017 e de acordo com o artigo 13 das Diretrizes para Matrícula do ano letivo de 2020,

RESOLVE

Art. 1º CONSTITUIR Comissão Especial para Análise de Cadastros para Período Integral do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2020, composta pelos seguintes membros:

I – Diretores das Escolas Básicas Municipais:

- a) Claudete Cziczek Dranka
- b) Crislaine Kiem Costa
- c) Fábio Luiz de Aguiar
- d) Iara Cristiane Vogt
- e) Kerstien Marye Kaiser Neppel
- f) Maíse Maria Schreiner Pokriwieski
- g) Mara Adriana Slomecki
- h) Nilvane Aparecida Rudnick
- i) Rosane Aparecida Ferreira
- j) Tatiane Carneiro Knop

II – Representantes de pais ou responsáveis legais, de alunos da Rede Municipal de Ensino:

- a) Greice Morgana Weber Antonowicz
- b) Maristela Zumbach Fuckner
- c) Susana Aparecida Prazmoski Wünsch
- d) Viviane Aparecida da Silveira

III – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Celina Cieslinsky Cordeiro
- b) Cristiani Stoeberl Machado

IV – Representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Tatiane Schroeder Alves

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA/SEMED No 1480 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE CADASTROS – EDUCAÇÃO INFANTIL

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 0229, de 13 de janeiro de 2017 e de acordo com o artigo 15 das Diretrizes para Matrícula do ano letivo de 2020,

RESOLVE

Art. 1º CONSTITUIR Comissão Especial para Análise de Cadastros para Educação Infantil (4 meses a 3 anos e 11 meses) da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2020, composta pelos seguintes membros:

I – Representantes de pais ou responsáveis legais, de alunos da Rede Municipal de Ensino:

- a) Elaine Grasiela Rosa
- b) Joice Grasiela Tomelin
- c) Monica Piechontcoski dos Santos
- d) Renata Luana Telma
- e) Sheila Aparecida Vicente de Lima

II – Representantes de professores:

- a) Adriana Pscheidt
- b) Ane Aline Cordeiro
- c) Daniela Aparecida Cabral
- d) Silvana Neumann Souza
- e) Stefani Zulmira Hinke

III – Representantes de Diretores das Unidades Educacionais:

- a) Franciane Linzmeyer
- b) Simone Rohrbacher Liebl
- c) Zuleidi Silveira Martins

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Carla Cristina Nicochelli
- b) Otilia Muller Pscheidt

V – Representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Tatiane Schroeder Alves

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA/SEMED No 1481 - DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019.

CONSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE CADASTROS – PRÉ-ESCOLA EM PERÍODO INTEGRAL

A Secretária Municipal de Educação do município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 0229, de 13 de janeiro de 2017 e de acordo com o artigo 14 das Diretrizes para Matrícula do ano letivo de 2020,

RESOLVE

Art. 1º CONSTITUIR Comissão Especial para Análise de Cadastros para Pré-Escola em Período Integral da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2020, composta pelos seguintes membros:

I – Representantes de Diretores das Unidades Educacionais:

- a) Adriane Cavalheiro Fragoso Hable
- b) Claudete Cziczek Drancka
- c) Daniela Aparecida Petreça
- d) Deisi Fürst Andrade
- e) Lilian Guzatto Pedrozo

II – Representantes de Coordenadores Pedagógicos das Unidades Educacionais:

- a) Célia Sanocki Bassani
- b) Crislaine Schifler
- c) Ozana Carine Mecabo Lazarotto Lourenço
- d) Selma Aparecida Basílio
- e) Silene Latocheski Simbalista

III – Representantes de pais ou responsáveis legais, das Associações de Pais e Professores ou Conselho Escolar:

- a) Adriana Terezinha Sierabzki
- b) Elaine Brasileiro Passos Sydorak
- c) Evelin Colaço Martins Tavares
- d) Luciana Lunzmeyer dos Santos Greszeschen
- e) Sabine Domuk Garden
- f) Nivia de Freitas Figueiredo Stiegler – suplente
- g) Sheila Carina Rudnick Augustin – suplente

IV – Representantes da Secretaria Municipal de Educação:

- a) Adriana Piekarski
- b) Danielle Dienis Albertuni

V – Representante do Conselho Municipal de Educação:

- a) Tatiane Schroeder Alves

São Bento do Sul, 4 de novembro de 2019.

ROSEMARI IVANE STRACK CÂNDIDO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 48 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219447

PORTARIA Nº 048, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“Retifica Portaria nº 047/2019, Autoriza agente político a dirigir veículo oficial.”

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Autorizar o agente político Peter Alexandre Kneubuehler, lotado nesta Casa de Leis, a dirigir eventualmente o veículo abaixo especificado, na impossibilidade ou ausência do motorista oficial:
Chevrolet Zafira, placas MGD 3938.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2019.
Peter Alexandre Kneubuehler
Presidente

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 355/2019**

Publicação Nº 2219297

PORTARIA IPRESBS Nº 355/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 29/10/2019 até 12/12/2019, a servidora CLEUNICE ALVES CAVANI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Telefonista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 14/10/2019 até 28/10/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 29/10/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 356/2019

Publicação Nº 2219301

PORTARIA IPRESBS Nº 356/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 22/10/2019 até 17/11/2019, ao servidor GILMAR SCHWIRKOWSKI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Vigia, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 07/10/2019 até 21/10/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22/10/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 357/2019

Publicação Nº 2219302

PORTARIA IPRESBS Nº 357/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 30/10/2019 até 17/11/2019, a servidora REGINA MARIA DE SENA SANTANA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 15/10/2019 até 29/10/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30/10/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019

JOSÉ CANISIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 358/2019

Publicação Nº 2219305

PORTARIA IPRESBS Nº. 358/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/11/2019 e 31/01/2020 concedido a servidora LINDAMIR STUBER MACHADO ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 151/2017, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 359/2019

Publicação Nº 2219309

PORTARIA IPRESBS Nº 359/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Revoga o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, concedido pela Portaria IPRESBS Nº 300/2019, a servidora ADRIANA PIEKARSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir de 04/11/2019, em virtude de alta médica.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04/11/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 360/2019

Publicação Nº 2219311

PORTARIA IPRESBS Nº 360/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/11/2019 até 17/01/2020, a servidora EDIAN DA CRUZ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente aos dias 17/10/2019 até 31/10/2019 compete a PREFEITURA.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/11/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 361/2019

Publicação Nº 2219316

PORTARIA IPRESBS Nº. 361/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 06/11/2019 e 02/02/2020 concedido a servidora JOSE LUIS LOURENÇO ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina I, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviço Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº. 034/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 06/11/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 362/2019

Publicação Nº 2219317

PORTARIA IPRESBS Nº. 362/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 03/11/2019 e 04/12/2019 concedido a servidora JANETE ANA HEINECK ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, através da Portaria IPRESBS nº. 289/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/11/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 363/2019

Publicação Nº 2219318

PORTARIA IPRESBS Nº. 363/2019

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 28/10/2019 e 04/11/2019 concedido a servidora ELISANDRA DE SOUZA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 276/2019, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28/10/2019.

São Bento do Sul, 04/11/2019.

JOSÉ CANÍSIO TSCHÖKE

Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO Nº 198/2019

Publicação Nº 2220264

CONTRATO Nº 198/2019

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 6/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA ADAIR BUENO LEMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa ADAIR BUENO LEMES, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA VERONICA SCHEID, 0, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 23768947000142, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ADAIR BUENO LEMES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 078.156.829-36, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 6/2019, QUE TRATA DA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO E LAVAGENS, PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS/CAMINHÕES/ÔNIBUS/EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 6/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 07/11/2019 até o dia 31/12/2019 .

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 6/2019, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total
19	7,00	Und	LUBRIFICAÇÃO DE MICRO-ONIBUS	JD LAVACAR	31,00	217,00
20	7,00	Und	LUBRIFICAÇÃO DE ÔNIBUS	JD LAVACAR	31,00	217,00
Total						434,00

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 6/2019.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 70/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 6/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 6/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 7 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL

Prefeito Municipal

Município

ADAIR BUENO LEMES

Fornecedor

RUDIMAR BORCIONI

Assessor Jurídico

OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

CONTRATO Nº 199/2019

Publicação Nº 2220266

CONTRATO Nº 199/2019

TERMO ADITIVO PRIMEIRO AO CONTRATO Nº 133/2019, REALIZADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E A EMPRESA ADAIR BUENO LEMES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Município de São Bernardino-SC, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.612.812/0001-50, situada a Rua Verônica Scheid nº 1.008, nesta cidade de São Bernardino-SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Francisco Xavier, nº 1070, neste Município, inscrito no CPF nº 565.819.809-78, doravante denominado MUNICÍPIO, e a Empresa ADAIR BUENO LEMES, Pessoa jurídica, de direito privado, sito a RUA VERONICA SCHEID, 0, na cidade de São Bernardino - SC, inscrita no CNPJ sob nº 23768947000142, neste ato representado por seu sócio gerente, o Sr. ADAIR BUENO LEMES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de São Bernardino - SC, inscrito no CPF nº 078.156.829-36, doravante denominado FORNECEDOR, de comum acordo resolvem celebrar o presente contrato pelas seguintes cláusulas:

CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

O OBJETO DO PRESENTE CONSISTE NA REALIZAÇÃO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2019 QUE TEM POR OBJETO A CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LAVAGEM DE ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS DA FROTA DO TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

CLÁUSULA SEGUNDA DO FUNDAMENTO LEGAL, VALOR E VIGÊNCIA.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883/94 de 08 de Junho de 1994 e Lei Federal nº 9.854/99 de 27/10/99 e Processo Licitatório nº 57/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 133/2019.

VALOR – O valor do presente Termo Aditivo Contratual é de R\$ 1.367,76 (um mil trezentos e sessenta e sete reais e setenta e seis centavos).

VIGÊNCIA – A vigência do presente contrato será de 07/11/2019 até o dia 31/12/2019 .

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS QUANTIDADES E ADITAMENTO

As partes integrantes deste instrumento com base no Processo Licitatório nº 57/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 133/2019, contratam as quantidades, conforme demonstrativo no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid.	Especificação	R\$ Unit.	R\$ Total
1	12,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE MICRO ÔNIBUS, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO.	56,99	683,88
3	12,00	SER	LAVAGEM COMPLETA INTERNA E EXTERNA DE ÔNIBUS GRANDE, INCLUINDO LIMPEZA DE ASSENTOS, CINTOS DE SEGURANÇA, CARPETES, ASSOALHO, PAINEL E BAGAGEIRO.	56,99	683,88
			TOTAL		1.367,76

CLAUSULA QUARTA - DO ADITAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO E FISCALIZAÇÃO

DO ADITAMENTO - Face acordo mútuo entre as partes neste termo ampliam os quantitativos supra demonstrados, objeto do Contrato nº 133/2019.

DA FORMA DE PAGAMENTO - O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, sendo que as datas de pagamentos e reajustes, são os mesmos constantes no Processo Licitatório nº 57/2019, modalidade PREGÃO PRESENCIAL e Contrato nº 133/2019.

DA FISCALIZAÇÃO - Fica por desde já, designada a Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, portadora do CPF nº 021.826.479-88, Secretária da Educação Cultura e Esportes, ou quem o vier substituir, para realizar a fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, nos

termos do Art. 67 da Lei 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA DO FORO

Para todas as questões oriundas do presente contrato será competentes o Foro da Comarca de Campo Erê, com renúncia de qualquer outro, por mais especial que se apresente.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 133/2019.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas.

São Bernardino-SC, em 7 de Novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL ADAIR BUENO LEMES
Prefeito Municipal Fornecedor
Município
RUDIMAR BORCIONI
Assessor Jurídico
OAB-SC 15.411

TESTEMUNHAS: _____

PORTARIA Nº 295/2019

Publicação Nº 2219293

PORTARIA Nº 295/2019 DE 07/11/2019

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais a Servidor Público Municipal, Sr. ADEMIR JOSE CIMA, matrícula 541/01, do dia 14/11/2019 à 28/11/2019, referente ao período aquisitivo de 02/01/2018 a 01/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina,
em 07 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

PORTARIA Nº 296/2019

Publicação Nº 2220129

PORTARIA Nº 296/2019 DE 07/11/2019

	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica Municipal e em especial o que dispõe o Art. 107 da Lei Municipal nº 004/97;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à Servidora Pública Municipal, Sra. ROZILEI TEREZINHA FRITZEN, ocupante do cargo de Especialista em Administração Escolar e responsável pela Secretaria Municipal de Educação, matrícula nº 290/02 - 40hs semanais, licença para tratamento de saúde de 06/11/2019 à 20/11/2019 (quinze dias), conforme atestado médico do Dr. Andre Ricardo Ampessan Melani (CRM/PR 29461), em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 06/11/2019.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

De Florianópolis, Santa Catarina, em 07 de novembro de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Sec. Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 49/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

Publicação Nº 2220503

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 49/2019 Edital de Pregão 12/2019 do Tipo: Menor Preço Global; AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL GRÁFICO DIVERSOS PARA USO DA ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO. Conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 21/11/2019. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone/fax (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 08 de Novembro de 2019. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal.

São Carlos

PREFEITURA

DECRETO 130/2019

Publicação Nº 2220621

DECRETO Nº. 130/2019 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53º, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso I da Lei Municipal n.º 1837/2018 de 03 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no orçamento da Entidade n.º 03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO CARLOS, no valor de R\$- 98.000,00 (Noventa e oito mil reais) nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde - FMS	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Atenção Básica	301
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	15
PROJETO	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E UTENSÍLIOS DIVERSOS	1.032
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(55)	Aplicação Direta - 4.4.90	1038 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União.
Valor Total R\$:		90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	10
Unidade	Fundo Municipal de Saúde - FMS	1
Função	Saúde	10
Sub-função	Vigilância Sanitária	304
Programa	SAÚDE - HUMANIZADA, AGIL E RESOLUTA	15
ATIVIDADE	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(25)	Aplicação Direta - 3.1.90	1038 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União.
Valor Total R\$:		8.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do provável excesso de arrecadação para o Exercício Financeiro de 2019, na destinação de Recursos DR nº 1038 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União no valor de R\$- 98.000,00 (Noventa e oito mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 08 de Novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

LEI MUNICIPAL Nº 1864/2019

Publicação Nº 2219580

LEI MUNICIPAL Nº 1864/2019 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA A CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder o uso de parte do imóvel matriculado no Cartório de Registro de Imóveis - CRI de São Carlos, sob o n.º 7.021, Lote n.º C-4, com aproximadamente 490,00 m² (quatrocentos e noventa metros quadrados), a Águas de Pratas Mineração LTDA, pessoa jurídica de direito privado, legalmente constituída, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o n.º 83.426.304/0001-42.

§ 1º - A concessão, de que trata o caput deste artigo, tem por objetivo a regularização, manutenção e exploração de um espaço público destinado à realização de atividades de extração de água termomineral destinada, entre outros, para o abastecimento do Parque Aquático Municipal.

§ 2º - Fica resguardado o direito da utilização da água termomineral pelo Município de São Carlos, sempre que demonstrado o interesse público.

Art. 2º - A concessão de uso será onerosa e com prazo de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogada por igual período, se a finalidade da concessão estabelecida no artigo 1º desta Lei estiver sendo cumprida.

Art. 3º - A concessionária poderá realizar, no imóvel, obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência/autorização do Município.

§ 1º - Os investimentos realizados pela concessionária não serão indenizados pelo Município, incorporando-se aos bens concedidos.

§ 2º - Caberá a concessionária todos os ônus e encargos de conservação e manutenção do imóvel concedido.

Art. 4º - As demais normas e condições desta concessão de uso serão estabelecidas em contrato firmado pelas partes.

Art. 5º - Revogam-se todas as disposições em contrário.

São Carlos, em 05 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito do Município de São Carlos/SC.

LEI MUNICIPAL Nº 1865/2019

Publicação Nº 2219583

LEI MUNICIPAL Nº 1865/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC, DO PERÍODO 2018/2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os anexos I, II, III e IV da Lei Municipal nº 1.808/2017 e Lei Municipal n.º 1.830/2018, que tratam do Plano Plurianual para o quadriênio de 2018 a 2021, passam a vigorar com as ações, respectivas metas físicas e financeiras, na forma dos anexos I a IV da presente Lei, sendo:

I – Anexo I, que demonstra as Receitas previstas para o período de 2018/2021;

II – Anexo II, que demonstra os Programas, ações, metas físicas e financeiras para o período de 2018/2021;

III – Anexo III, que demonstra a Compatibilização das Fontes com a Destinação dos Recursos para o período de 2018/2021 – DR;

IV – Anexo IV, Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações para o período de 2018/2021.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão a conta dos orçamentos vigentes de cada exercício financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Carlos, em 07 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito do Município de São Carlos/SC.

LEI MUNICIPAL Nº 1866/2019

Publicação Nº 2219584

LEI MUNICIPAL Nº 1866/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR SUPLEMENTAÇÃO E REDUÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no Orçamento Programa Consolidado do Município de São Carlos - SC, no valor de R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), para a dotação orçamentária constante no Anexo I.

Art. 2º - Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Especial, de que trata o artigo 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do Orçamento vigente no valor correspondente na dotação relacionada no Anexo II.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

07 de novembro de 2019.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito do Município de São Carlos/SC.

ANEXO I**ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL**

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	9
Unidade	Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA	3
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL - QUALIDADE DE VIDA E AUTONOMIA	13
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	2.034
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(212)	3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.	3009 – FIA – Imposto de Renda – SUPERAVIT
Valor Total R\$:		28.000,00

ANEXO II**ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	9
Unidade	Fundo Municipal da Criança e Adolescência - FIA	3
Função	Assistência Social	8
Sub-função	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	ASSISTÊNCIA SOCIAL - QUALIDADE DE VIDA E AUTONOMIA	13
Atividade	MANUTENÇÃO DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA	2.034
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso
(198)	3.3.90 - Aplicações Diretas.	3009 – FIA – Imposto de Renda – SUPERAVIT
Valor Total R\$:		28.000,00

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ERRATA TP 178-2019

Publicação Nº 2219452

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 178-2019
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de drenagem, pavimentação e sinalização da rua Rio do Campo, (676,233m) e drenagem na rua Timbó (187,150m) bairro Ubatuba, neste Município.

ERRATA

O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações, torna público para conhecimento dos interessados, o edital em epígrafe, sofreu alteração nos ITENS: 3.4 E 4.9

Portanto, ficam corrigidos os itens conforme abaixo:

3.4. Execução de pavimento em piso intertravado, com bloco sextavado de 25x25cm fck mínimo 350/kg/cm², esp 8cm (incluindo base de areia e areia para rejuntamento) – VALOR UNITÁRIO DE R\$ 51,31 E VALOR TOTAL R\$ 234.621,76

4.9. Tubo de concreto para redes coletoras de águas pluviais, diâmetro de 1000mm, junta rígida, instalado em local com alto nível de interferências – fornecimento e assentamento – CÓDIGO SINAPI 92226 – VALOR UNITÁRIO R\$ 296,50 – VALOR TOTAL R\$ 50.549,91

A nova planilha de orçamento A2 – BADESC, encontra-se disponível para download no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br
A data de abertura do certame que estava prevista para o dia 08/11/2019 fica prorrogada para a data 26/11/2019

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 07 de Novembro de 2019.

Maria José Costa
Secretária Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 16.062/2019

Publicação Nº 2220642

PORTARIA nº 16.062, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, por permuta, à servidora GABRIELA MARIA LORENZÃO, matrícula nº 81161051, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de ENSINO Fundamental I – Anos Iniciais, da EM Antônio Canuto, onde exerce suas funções, para a EBM Ida Beatriz Brunato de Camargo, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EBM Ida Beatriz Brunato de Camargo, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.063/2019

Publicação Nº 2220644

PORTARIA nº 16.063, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, por permuta, à servidora GRAZIELA LANG, matrícula nº 78687743, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, da EBM Ida Beatriz Brunato de Camargo, onde exerce suas funções, para a EM Antônio Canuto, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EM Antônio Canuto, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.064/2019

Publicação Nº 2220645

PORTARIA nº 16.064, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, por permuta, à servidora ANGELA MARIA CIRIACO, matrícula nº 78747664, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Arte, da EBM Dr. Franklin de Oliveira, onde exerce suas funções, para a EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.065/2019

Publicação Nº 2220647

PORTARIA nº 16.065, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, por permuta, à servidora VANESSA DE CARVALHO EGGERT DOS SANTOS, matrícula nº 79316461, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Arte, da EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, onde exerce suas funções, para a EBM Dr. Franklin de Oliveira, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EBM Dr. Franklin de Oliveira, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.066/2019

Publicação Nº 2220649

PORTARIA nº 16.066, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora MADELEINE JUSTEN MULLER, matrícula nº 5778800, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Peixinho Dourado, onde exerce suas funções, para o CMEI Girassol, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Girassol, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.067/2019

Publicação Nº 2220650

PORTARIA nº 16.067, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora SIMONE CRISTINA DA COSTA BATISTA, matrícula nº 78690706, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Raio de Sol, onde exerce suas funções, para o CMEI Peixinho Dourado, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Peixinho Dourado, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.068/2019

Publicação Nº 2220651

PORTARIA nº 16.068, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora SORAIA DAS NEVES PINHEIRO, matrícula nº 5110211, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, da EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, onde exerce suas funções, para o CMEI Mickey Mouse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Mickey Mouse, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.069/2019

Publicação Nº 2220653

PORTARIA nº 16.069, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora FRANCINE LOUISE GOMES DA SILVA, matrícula nº 48823211, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Pedacinho do Céu, onde exerce suas funções, para o CMEI Mickey Mouse, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Mickey Mouse, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.070/2019

Publicação Nº 2220656

PORTARIA nº 16.070, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora KELLEN CIDRAL COTA GONÇALVES, matrícula nº 78690023, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Bem Me Quer, onde exerce suas funções, para o CMEI Pequeno Príncipe, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Pequeno Príncipe, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.071/2019

Publicação Nº 2220659

PORTARIA nº 16.071, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora LUANA LUIZA LOPES FOLDA, matrícula nº 79704474, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Peixinho Dourado, onde exerce suas funções, para o CMEI Pequeno Príncipe, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Pequeno Príncipe, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.072/2019

Publicação Nº 2220660

PORTARIA nº 16.072, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora FABIANA ALCANTARA DA SILVEIRA, matrícula nº 78427311, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Cantinho Alegre, onde exerce suas funções, para o CMEI Pequeno Príncipe, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Pequeno Príncipe, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.073/2019

Publicação Nº 2220662

PORTARIA nº 16.073, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora KARINE TATIANA ANYZEWSKI DE MIRANDA, matrícula nº 78678083, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Girassol, onde exerce suas funções, para o CMEI Bem Me Quer, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Bem Me Quer, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.074/2019

Publicação Nº 2220664

PORTARIA nº 16.074, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora ELISABETE MOREIRA, matrícula nº 79128384, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Pantera Cor de Rosa, onde exerce suas funções, para o CMEI Pedacinho do Céu, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Pedacinho do Céu, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.075/2019

Publicação Nº 2220667

PORTARIA nº 16.075, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora LUCIENE MIGUEL, matrícula nº 7959699, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Peixinho Dourado, onde exerce suas funções, para o CMEI Pantera Cor de Rosa, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Pantera Cor de Rosa, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.076/2019

Publicação Nº 2220668

PORTARIA nº 16.076, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora MAITE MACHADO FLORES HOSTIN, matrícula nº 79360282, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, da EM Rudolpho Fischer, onde exerce suas funções, para o CMEI Estrelinha do Amanhã, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Estrelinha do Amanhã, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.077/2019

Publicação Nº 2220669

PORTARIA nº 16.077, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora CRISTIANE GOES RIBEIRO, matrícula nº 79588892, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Pequeno Príncipe, onde exerce suas funções, para a EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.078/2019

Publicação Nº 2220671

PORTARIA nº 16.078, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora CRISTIANE HELENA DA LUZ, matrícula nº 6285225, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Cantinho Alegre, onde exerce suas funções, para a EM Rudolpho Fischer, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EM Rudolpho Fischer, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.079/2019

Publicação Nº 2220672

PORTARIA nº 16.079, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora VIVIAN DA SILVA, matrícula nº 79621932, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, do CMEI Pequeno Príncipe, onde exerce suas funções, para a EM Izidoro Curvello, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na EM Izidoro Curvello, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.080/2019

Publicação Nº 2220674

PORTARIA nº 16.080, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora DIONISE DE RAMOS MACHADO, matrícula nº 2280101, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnica Pedagógica – Supervisora Escolar, da EBM Dr. Rogério Zattar, onde exerce suas funções, para a Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.081/2019

Publicação Nº 2220675

PORTARIA nº 16.081, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora SHIRLEI LIMA DE ALENCAR SENNA, matrícula nº 79590873, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, da EBM Dr. Rogério Zattar, onde exerce suas funções, para a EM Izidoro Curvello, com carga horária de 20 horas semanais, e para a EM Morro da Cruz, com carga horária de 20 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada permanecerá LOTADA na EM Izidoro Curvello, com carga horária de 20 horas semanais, e na EM Morro da Cruz, com carga horária de 20 horas semanais, totalizando a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.082/2019

Publicação Nº 2220677

PORTARIA nº 16.082, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora MARI AMABILE DE BIASI, matrícula nº 80062022, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, da EM Antônio Canuto, onde exerce suas funções, para o CMEI Pedacinho do Céu (extensão), com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Pedacinho do Céu (extensão), com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADA, para atuar nas disciplinas de Literatura e Ludicidade.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.083/2019

Publicação Nº 2220679

PORTARIA nº 16.083, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, à servidora MÁRCIA CRISTINA RAMOS VENERO, matrícula nº 79132734, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Ensino Fundamental II – Arte, do CMEI Pantera cor de Rosa, com a carga horária de 10 horas semanais, e do CMEI Bem Me Quer, com carga horário de 30 horas semanais, onde exerce suas funções, para o CMEI Sonho Feliz, com carga horária de 20 horas semanais, e para o CMEI Pantera Cor de Rosa, com a carga horária de 20 horas semanais, totalizando a carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - A servidora acima citada exercerá suas funções no CMEI Sonho Feliz, com carga horária de 20 horas semanais, onde permanecerá LOTADA, sendo mantida a Lotação no CMEI Pantera Cor de Rosa, com a carga horária de 20 horas semanais, totalizando a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.084/2019

Publicação Nº 2220683

PORTARIA nº 16.084, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, ao servidor MAURÍCIO DA SILVA TEIXEIRA, matrícula nº 80273150, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física, da EBM João Germano, onde exerce suas funções, para a EM Rudolpho Fischer, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O servidor acima citado exercerá suas funções na EM Rudolpho Fischer, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo

Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.085/2019

Publicação Nº 2220686

PORTARIA nº 16.085, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, ao servidor DIEGO PAULO VILAS BOAS, matrícula nº 8025258, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física, da EBM João Dias, com carga horária de 20 horas semanais, e na EBM Franklin de Oliveira, com carga horária de 20 horas semanais, onde exerce suas funções, para a EBM João Dias, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O servidor acima citado exercerá suas funções na EBM João Dias, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.086/2019

Publicação Nº 2220687

PORTARIA nº 16.086, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, ao servidor LUCIANO MOREIRA GOES, matrícula nº 80295710, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física, da EBM João Germano Machado, com carga horária de 20 horas semanais, e na EBM Franklin de Oliveira, com carga horária de 20 horas semanais, onde exerce suas funções, para a EBM João Germano Machado, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O servidor acima citado exercerá suas funções na EBM João Germano Machado, com carga horária de 40 horas semanais, onde permanecerá LOTADO.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.087/2019

Publicação Nº 2220690

PORTARIA nº 16.087, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e no Decreto nº 3.012, de 17 de dezembro de 2018, e de acordo com o disposto no inciso I, do artigo 17, da Lei Complementar nº 3, de 25 de fevereiro de 2013, no §4º, do artigo 4º, do Decreto nº 1.440, de 7 de novembro de 2011, e considerando a justificativa apresentada na CI nº 664, de 23 de outubro de 2019, da Secretaria Municipal de Educação,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER REMOÇÃO, a pedido, ao servidor SANDRO MARCIO DA SILVA, matrícula nº 80256730, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Ensino Fundamental II – Educação Física, da EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 30 horas semanais, e na EM Morro a Cruz, com carga horária de 10 horas semanais, onde exerce suas funções, para a EBM Álvaro Tancredo Dippold, com carga horária de 10 horas semanais, e para a EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 30 horas semanais, totalizando a carga horária de 40 horas semanais, a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 2º - O servidor acima citado exercerá suas funções na EBM Álvaro Tancredo Dippold, com carga horária de 10 horas semanais, onde permanecerá LOTADO, sendo mantida a Lotação na EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello, com carga horária de 30 horas semanais, totalizando a carga horária de 40 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus a partir de 4 de fevereiro de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.092/2019

Publicação Nº 2220637

PORTARIA nº 16.092, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 72 da Lei Complementar nº 8/2003, e de acordo com o requerido no Processo nº 23672/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à servidora ELISANGELA PIRES CORREA DE PAULA, matrícula nº 7935927-00, ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, do quadro de pessoal do Município, incorporação à sua remuneração na proporção de 4/5 (quatro quintos), da diferença entre o seu vencimento e a remuneração do cargo de Assessor Técnico, nível CC04, da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de novembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.093/2019

Publicação Nº 2220639

PORTARIA nº 16.093, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 72 da Lei Complementar nº 8/2003, e de acordo com o requerido no Processo nº 23990/2019,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor MÁRCIO JOSÉ PEREIRA LIMA, matrícula nº 554103-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Executivo, do quadro de pessoal do Município, incorporação à sua remuneração na proporção de 2/5 (dois quintos), da diferença entre o seu vencimento e a remuneração do cargo de Assessor Administrativo, nível CC02, da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, a partir de 1º de novembro de 2019, totalizando o montante de 5/5, de acordo com 3/5 (três/quintos) já incorporados por meio da Portaria nº 6.568, de 7 de abril de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 1º de novembro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PORTARIA Nº 16.094/2019

Publicação Nº 2220641

PORTARIA nº 16.094, de 6 de novembro de 2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL de Administração e Gestão de Pessoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e pelo Decreto nº 3.012/2018, e de acordo com o art. 24, §2º, da Lei Complementar nº 8/2003, e considerando a conclusão do Processo nº 19805/2019, e a solicitação da CI 42/2019, do SESMT,

RESOLVE:

Art. 1º - READAPTAR a servidora LUIZA HELENA MACIEL LINS CALDAS, matrícula nº 595942, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora de Educação Infantil, estando apta para cumprir suas funções como Pedagoga, com restrição de atividades, devido ser portadora de sequela de fratura de fêmur direito com encurtamento e limitação dos movimentos articulares do joelho (10º a 80º) e atrofia muscular, com dificuldade para deambulação, sendo a mesma definitiva e irreversível, conforme disposto na CI nº 43/2018, da Junta Médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 6 de novembro de 2019.

MARIA JOSÉ COSTA
Secretária Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

PP 187-2019

Publicação Nº 2219287

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL**LICITAÇÃO Nº 187/2019**

O MUNICIPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, de conformidade com a Lei nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações introduzidas pela Lei nº 8.883, 08.06.94, mediante o Pregoeiro (a) designado (a) pela Portaria Nº 15.836 de 05 de julho de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 09h do dia 21 de novembro de 2019, na Sala de Reuniões da Prefeitura, situada à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, nesta cidade, licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, conforme descrito neste

Edital e seus anexos. Este procedimento licitatório obedecerá, integralmente, a Lei nº 10.520/2002, Leis Complementares nº. 123/06, nº. 127/07, nº. 147/14, subsidiariamente a Lei nº. 8.666/93 e suas alterações e demais legislações aplicáveis, nas condições fixadas neste Edital e seus anexos.

1. DA LICITAÇÃO

1.1 – DO OBJETO

1.1.1. A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e instalação de ar condicionado, com fornecimento de peças e acessórios originais novos, nas Escolas Básicas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I, parte integrante deste Edital.

2. LOCAL, DATA E HORÁRIO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

2.1. Local: Sala de Reuniões da Prefeitura, à Praça Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco do Sul – SC / 89.240-000.

2.2. Data: Os Envelopes deverão ser entregues (inclui-se os via postal) para o Pregoeiro (a) impreterivelmente até às 08h30 do dia 21 de novembro de 2019.

2.3. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09h do dia 21 de novembro de 2019, ou tão logo se encerre o credenciamento das empresas, estando todas presentes.

3. DESCRITIVO DA LICITAÇÃO

3.1. MODALIDADE: Pregão Presencial.

3.2. REGIME DE EXECUÇÃO: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.3. TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço por lote, nas propostas classificadas pelo Pregoeiro (a).

3.4. LOCAL DE ENTREGA: Conforme Termo de Referência, Anexo I do edital.

3.5. RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes deste Edital correrão às expensas das dotações orçamentárias abaixo:

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	33903025 – Material para Manutenção de Bens Móveis
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	33903917 – Manutenção e Conservação de máquina
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	33903925 – Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação Assessoria Administrativa
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	33903025 – Material para Manutenção de bens móveis
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação Assessoria Administrativa
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	33903917 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	33903025 – Material para Manutenção de bens móveis

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário educação

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	33903917 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário educação

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	33903925 – Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário educação

4. DOS ANEXOS

Anexo I. Termo de Referência - Descrição/Especificação e Condições Gerais;

Anexo II. Modelo de Procuração para Credenciamento;

Anexo III. Modelo de Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação;

Anexo IV. Modelo de Declaração de Sujeição às Condições estabelecidas no Edital e de Inexistência de Fatos Supervenientes Impeditivos da Habilitação;

Anexo V. Modelo de Declaração de não existência de trabalhadores menores;

Anexo VI. Recibo de Retirada de Edital

Anexo VII. Minuta do Contrato

5. DO FORNECIMENTO DO EDITAL

5.1. O Edital poderá ser consultado por qualquer interessado no SETOR DE LICITAÇÕES, sito à Praça Drº Getúlio Vargas, 01 – Centro, São Francisco do Sul - SC, em dias úteis, das 08h às 14h, até a data apazada para recebimento dos documentos e dos envelopes propostas.

5.2. O Edital também está disponível para download no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br, no link PREGÕES E LICITAÇÕES.

5.3. Na hipótese de ocorrer feriado ou fato impeditivo, os quais impeçam a realização da Sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local e hora, ou em outro a ser definido. Alterações serão divulgadas no site acima com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, conforme lei.

6. DAS IMPUGNAÇÕES

6.1. Antes da data fixada para a abertura do pregão, quaisquer interessados poderão:

a) solicitar esclarecimentos: por e-mail licitação@saofranciscodosul.sc.gov.br ou por escrito mediante protocolo, até 03 (três) dias antes;

b) formular IMPUGNAÇÃO contra cláusulas, condições ou descrições do objeto do Edital: obrigatoriamente entregue ao Pregoeiro (a), pessoalmente, encaminhada via Correios/Sedex ou para o e-mail licitação.adm@saofranciscodosul.sc.gov.br, devendo esta ser entregue ao destinatário até 02 dias antes;

Obs.: a descrição do objeto e o preço estimado é de exclusiva responsabilidade do órgão/Secretaria solicitante, que será, neste prazo, intimada a prestar esclarecimentos, caso necessário, para consubstanciar a decisão do Pregoeiro.

6.1.1. Havendo deferimento do pedido objeto da impugnação que resulte em alterações substanciais nas cláusulas deste edital ou na descrição do objeto, esta decisão será publicada 24 (vinte e quatro) horas antes da realização do pregão no endereço www.saofranciscodosul.sc.gov.br. Tal circunstância poderá inviabilizar a realização do certame, que será designado para outra data.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo pertinente ao objeto que preencham as condições exigidas neste Edital.

7.2. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

a) Pessoa física;

b) Empresa em regime de sub-contratação, ou ainda, em consórcio;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

- d) Empresa que estiver sob falência ou recuperação judicial, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação judicial ou extrajudicial;
- e) Empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, estadual ou Municipal, desde que o ato tenha sido publicado no Diário Oficial da União, do Estado ou do Município, pelo Órgão que o praticou, e;
- g) Empresa com os impedimentos previstos no artigo 9º da Lei 8.666/93.

7.3. O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará a inabilitação do licitante

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Aberta a sessão pública com a fase do CREDENCIAMENTO dos eventuais participantes do PREGÃO, até o horário previsto no Item 2 deste Edital, o representante da proponente entregará ao PREGOEIRO documento que o credencie para participar do aludido procedimento, respondendo por sua autenticidade e legitimidade, devendo, ainda, identificar-se e exibir a carteira de identidade ou outro documento equivalente com fotografia.

8.2. O credenciamento far-se-á por meio de documento público de procuração ou instrumento particular, com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas/fases do PREGÃO, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, negociar a redução de preço, desistir ou manifestar-se imediata e motivadamente, sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela PREGOEIRO, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

8.2.1. Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, a mesma deverá vir acompanhada da cópia do respectivo estatuto/contrato social onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário.

8.3. Se o representante da proponente ostentar a condição de sócio, proprietário, dirigente ou assemblado da empresa proponente, ao invés de instrumento público de procuração ou instrumento particular, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto/contrato social ou documento equivalente, no qual estejam expressos seus poderes, para exercer direitos e assumir obrigações, em decorrência de tal investidura. Será admitido somente um representante por proponente. A ausência da documentação referida neste item ou a apresentação em desconformidade com as exigências previstas impossibilitará a participação da proponente neste PREGÃO exclusivamente no tocante à formulação de lances e demais atos, inclusive recurso.

8.4. Além dos documentos acima descritos, exclusivamente nesta etapa/fase serão entregues fora dos envelopes:

8.4.1. A Declaração de que a Proponente cumpre os Requisitos de Habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII, da Lei nº 10.520, de 17/07/2002.

8.4.2. Certidão expedida pela Junta Comercial, na forma de artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro Do Comércio (DNRC), se for o caso, e desejar usufruir dos benefícios à estas concedidos pela Lei Complementar 123/06.

8.4.3. Os Envelopes Proposta de Preços e Documentos de Habilitação.

8.5. A ausência de quaisquer documentos referidos nos itens 8.1, 8.2, 8.2.1 e 8.3, ou a apresentação em desconformidade com a exigência prevista inviabilizará a participação da proponente na fase de lances deste PREGÃO. A falta do item 8.4.1 impossibilitará, o recebimento dos ENVELOPES PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

9. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

9.1. DOS ENVELOPES:

9.1.1. A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação das proponentes deverão estar acondicionadas em envelopes distintos, lacrados, não transparentes e respectivamente sobrescritos com os dizeres abaixo indicados, com as seguintes especificações e endereçamento:

ENVELOPE 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 187/2019
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL
PREGÃO Nº 187/2019
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE
CNPJ

9.1.2. O Envelope nº 01 deverá conter a Proposta de Preços da proponente para a contratação licitada, atendendo aos requisitos previstos no Item 10 deste Edital.

9.1.3 O Envelope nº 02 deverá conter os documentos de habilitação da proponente, relacionados no Item 14 deste Edital.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. A proposta de preços, cuja validade é definida pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser preenchida em língua portuguesa e estar datilografada ou digitalizada com clareza, em 1 (uma) via, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, em papel timbrado da LICITANTE, ou com carimbo, ou ainda impressa por processo eletrônico com indicação do número do pregão, contendo a razão social, inscrição, CNPJ e endereço completo da proponente e estar devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

10.2. Na proposta de preços deverão constar:

a) Razão social da LICITANTE, nº do CNPJ/MF, endereço completo, telefone, nº da conta corrente, agência e respectivo banco para depósito, e se existente fax para contato, endereço eletrônico (e-mail) e indicação do responsável pela assinatura do Contrato com CPF e endereço residencial;

b) os preços unitários e totais em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência, descrição das características e marca (quando houver);

10.3. Na formulação da proposta deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto ficando vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

10.4. Prazo de execução, conforme o Termo de Referência.

10.5. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sua apresentação.

10.6. Não serão consideradas propostas com oferta de vantagem não prevista neste edital.

10.7. A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos

11. DA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS E DO JULGAMENTO

11.1. Concluída a fase de Aceitação de Propostas, o Pregoeiro comandará o início da Abertura das Propostas, selecionando as LICITANTES aptas a participar da licitação na modalidade PREGÃO, divulgando no ato a lista das LICITANTES e das propostas ofertadas, classificando-as segundo a ordem crescente dos valores ofertados, indicando desde logo as proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação.

11.1.2. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata

11.2. Como forma de verificação das proponentes autorizadas a participar da fase competitiva da licitação, levará em consideração a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela, as quais poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

11.3. Não havendo, pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

11.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentarem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

12. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

12.1. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o (a) Pregoeiro (a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

12.2. O (a) Pregoeiro (a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

12.3. A desistência de apresentar lance implicará na automática exclusão da LICITANTE da etapa e na manutenção do último preço apresentado pela licitante, para efeitos de ordenação das propostas.

12.4. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

a) produzidos no País;

b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

12.4.4. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

12.5. Depois de exaurida a fase de lances, serão analisadas as propostas, visando selecionar aquela que se apresente mais vantajosa para a Administração Municipal, respeitando-se o valor orçado.

12.5.2. Caso não se realize lance, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estipulado para a contratação, podendo ou não estar estipulado no edital, devendo, contudo, estar indicado no Termo de Referência.

12.5.3. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

12.5.4. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12.5.5. Em caso de resultado positivo na negociação, os novos valores ajustados serão consignados na ata da sessão e passarão a compor a proposta.

12.6. Somente será (ão) aceito (s) LANCE (s) VERBAL (IS) que seja (m) inferior (es) ao valor da menor PROPOSTA ESCRITA e ou do último menor LANCE VERBAL oferecido.

12.7. Esgotada a fase competitiva de lances, serão classificadas e ordenadas as propostas, de forma crescente dos preços ofertados, indicando-se desde logo, a proposta de menor valor, dando-se por encerrada a fase de julgamento das propostas, procedendo-se a imediata suspensão do pregão, visando à análise da aceitabilidade das melhores propostas.

13. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

13.1. A análise da aceitabilidade das propostas, a começar pela de menor preço global, compreenderá o exame do seu atendimento às condições gerais e específicas exigidas neste Edital e em seus Anexos.

13.1.1. Nas propostas de preços será ainda observada a apresentação das declarações eventualmente exigidas por este Edital.

13.2. Serão consideradas desclassificadas as Propostas que não contiverem todos os dados e elementos exigidos, ou não atenderem aos requisitos mínimos das especificações do objeto licitado, ou ofertarem preços manifestamente inexequíveis, ou incompatíveis com os valores de mercado.

13.3. Se a proposta ordenada como a de primeiro melhor preço for desclassificada, frente ao desatendimento às especificações técnicas mínimas exigidas neste edital e seus anexos, o Pregoeiro procederá à análise da proposta colocada em segundo lugar, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação, até que um atenda às exigências.

13.4. Uma vez encerrada a etapa competitiva não cabe a desistência ou pedido de retificação de preços ou quaisquer outras condições oferecidas.

13.5. Será declarado vencedor do Lote a proponente que ofertar o menor preço global pelo respectivo objeto licitado, levando-se em conta a satisfação das especificações de cada item previsto no Edital. A classificação se fará pela ordem decrescente dos preços propostos e serão corrigidos automaticamente pelo (a) Pregoeiro (a) quaisquer erros de cálculo verificados nas propostas;

13.6. Para efeito deste Edital e a critério do (a) Pregoeiro (a) serão desclassificadas as propostas que:

a) não atendam às exigências de qualquer item deste Edital;

b) sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, defeitos, borrões, entrelinhas ou dúbia interpretação, que dificultem o seu julgamento;

c) ofereçam preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;

d) forem entregues fora do prazo previsto neste Edital.

14. DA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS

14.1. DOCUMENTAÇÃO REFERENTES À HABILITAÇÃO

Serão consideradas em condições de participação as empresas que, tendo ramo de atividade pertinente ao objeto licitado que atenderem aos requisitos do presente Edital e apresentarem no respectivo envelope Nº 2 os seguintes DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

14.1.1. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame, conforme modelo anexo a este Edital (modelo constante do Anexo IV, deste Edital);
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ) do Ministério da Fazenda;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos à Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND) – Portaria Conjunta RFB/PGFN 1.751/2014
- d) prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outro equivalente na forma da lei.
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, de acordo com a Lei nº 12.440/2011.
- g) Declaração de inexistência de trabalhadores menores, conforme modelo constante no Anexo V do presente Edital.

14.1.2. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial, concordata ou execução patrimonial expedida pelo distribuidor da sede da licitante com data de expedição inferior a 60 (sessenta) dias.
- b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;
- b.2) As empresas utilizadoras do Sped somente estarão dispensadas de apresentar balanços patrimoniais não registrados na Junta Comercial se fizerem prova de que escrituram informações contábeis pela ECD;
- b.3) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;
- b.4) A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

14.1.4. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens/execução de serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Comprovação de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/ CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo – RRT da região a que estiver vinculada, que comprove atividade relacionada com o objeto licitado;
- c) Comprovação de que possui em sua Equipe Técnica (para ser indicado como responsável técnico dos serviços), profissional de nível superior, detentor de atestados de responsabilidade técnica, devidamente registrado no CREA/CAU, da região onde os serviços foram executados, fazendo-se acompanhar, da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico– CAT ou RRT, expedidas por estes Conselhos, que comprove ter o profissional, executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não a própria licitante, serviços de características semelhantes a: manutenção em aparelhos de ar condicionado;
- d. Apresentar Alvará de localização e funcionamento da empresa licitante, devidamente autenticado e na validade

NOTA:

A comprovação exigida para o profissional poderá ser feita com a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), em que conste a licitante como contratante, do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio, do contrato de trabalho, contrato civil de prestação de serviços ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada preferencialmente de declaração de anuência do profissional.

14.2. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório Competente, ou por funcionário da Administração.

14.3 A autenticação de documentos efetuada por servidor da Administração Municipal somente será válida sendo datada até o último dia útil anterior ao certame.

14.4. Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles outros apresentados, terão, sempre que necessário, suas autenticidades/validades comprovadas por parte do Pregoeiro e Equipe;

14.5. O PREGOEIRO não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação. Ocorrendo a indisponibilidade referida e não tendo sido apresentados os documentos preconizados, inclusive quanto à forma exigida, a proponente poderá ser inabilitada.

14.6. Se o LICITANTE for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante de licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstas neste item.

14.7. As certidões devem ser apresentadas com data de validade para a data de abertura do certame, certidões vencidas ensejarão a inabilitação da proponente, pois é de responsabilidade da mesma trazer toda a documentação dentro do prazo de validade.

14.8. A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, em conformidade com o disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, e as alterações posteriores.

14.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006).

14.9.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo tempo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas, com efeito, de certidão negativa.

14.9.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 14.9.1, implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

15. DOS PROCEDIMENTOS

15.1. Se o LICITANTE desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo LICITANTE declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.

15.2. Após a análise da documentação, os Membros da Equipe de Apoio e o Pregoeiro rubricarão todas as folhas e demais documentos apresentados.

15.3. A falta de manifestação imediata e motivada do LICITANTE importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

15.4. O Pregoeiro poderá indeferir o pedido de prazo para apresentação do recurso se os fundamentos forem claramente inconsistentes e/ou meramente protelatórios.

16. DA ANÁLISE DA QUALIFICAÇÃO DAS LICITANTES

16.1. Verificada a conformidade das propostas com os requisitos do Edital, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo a documentação de habilitação do autor da proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação de suas condições habilitatórias, com base nas exigências estabelecidas anteriormente.

16.2. Para efeito de saneamento, a correção da (s) falha (s) formal (is), poderá ser desencadeada durante a realização da própria sessão pública, com a apresentação, encaminhamento e ou substituição de documento (s), ou com a verificação desenvolvida por meio eletrônico, fax-símile, ou, ainda, por qualquer outro método que venha a produzir o (s) efeito (s) indispensável (s). O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências necessárias à análise das propostas, da documentação, e declarações apresentadas, devendo os licitantes atender às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação

16.3. Aberto o invólucro documentação em havendo restrição quanto à regularidade fiscal, fica concedido um prazo de 05 (cinco) dias úteis para sua regularização, prorrogável por igual período, mediante justificativa tempestiva e aceita pelo PREGOEIRO. A falta do documento inabilitará a proponente.

16.4. A não regularização fiscal no prazo estabelecido no subitem 16.3, implicará decadência do direito à contratação, com aplicação das Sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, para

negociar, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.5. Caberá ao Pregoeiro inabilitar, sumariamente, a LICITANTE que não atender às exigências previstas, omitir qualquer dos documentos solicitados ou apresentá-los fora do prazo de validade.

16.6. Se o autor da melhor proposta não atender aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro fará imediata convocação da empresa autora da proposta classificada em segundo lugar para apresentar sua documentação de habilitação, e assim sucessivamente, até encontrar a proponente que atenda, integralmente, aos requisitos de habilitação exigidos no Edital e ou Aviso Específico.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

17.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da solicitação do Pregoeiro e deverá:

a) ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

b) conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

17.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

17.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

18. DOS RECURSOS

18.1. Se o resultado da decisão não for aceito qualquer LICITANTE na mesma sessão de proclamação do vencedor da licitação, deverá manifestar imediata intenção de recorrer do ato decisório, devendo o fato ser devidamente consignado em ata, sob pena de preclusão.

18.2. A manifestação, necessariamente, explicitará motivação consistente e esta será liminarmente avaliada pelo Pregoeiro, o qual decidirá pela sua aceitação ou não.

18.3. Presentes os pressupostos da admissibilidade, o Pregoeiro dará novamente por suspensa a sessão, concedendo ao interessado, na própria sessão, o prazo de 3(três) dias corridos para a apresentação às razões recursais. Na mesma oportunidade serão também intimados os demais participantes para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso, também em 3(três) dias, contados do término do prazo recursal concedido ao recorrente, com disponibilização imediata de vista do processo licitatório.

18.4 O recurso contra a decisão do (a) Pregoeiro (a) não terá efeito suspensivo.

18.5. Os recursos deverão ser protocolados e deverão ser dirigidos à autoridade superior competente, por intermédio da que praticou o ato recorrido, para que proceda a sua entrega ao Pregoeiro (a) responsável pela licitação.

18.6. Improvido o recurso e devidamente instruído com as razões da decisão, os autos serão remetidos à autoridade superior, que decidirá sobre a manutenção ou reforma desta decisão.

18.7. A inocorrência de imediata manifestação da LICITANTE quanto ao seu interesse de interpor recurso ou a sua apresentação sem quaisquer fundamentos, imotivado ou insubsistente, implicará na preclusão de seu direito de recorrer do ato decisório.

18.8. Não serão aceitos recursos interpostos através de e-mail, nem aqueles apresentados fora do prazo ou por quem não estiver legalmente habilitado para representar a empresa LICITANTE.

18.9. O acolhimento do recurso pela autoridade que prolatou a decisão importará na invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

19. DO RESULTADO DA LICITAÇÃO

19.1. Depois de avaliadas a aceitabilidade das propostas e a qualificação da empresa titular da melhor oferta, constatando-se o atendimento dos requisitos, o Pregoeiro avisará às licitantes da decisão sobre a aceitação ou não das propostas e da habilitação, proclamando o resultado da licitação.

19.2. Declarado o vencedor da licitação e não havendo interposição de recurso, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto ao vencedor, mediante a inserção, na respectiva ata, das razões e fundamentos da decisão, dando aos participantes do certame a imediata intimação da decisão.

19.3. Após a adjudicação os autos serão encaminhados ao Prefeito Municipal para homologação e decisão quanto à contratação, podendo, motivadamente, revogar a licitação por interesse público, ou anulá-la, se constatada irregularidade, inobservância aos termos do Edital ou ilegalidade no procedimento, sem que caiba desta decisão qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais.

19.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto

ao proponente vencedor pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso pela própria autoridade competente, que decidirá quanto à contratação.

20. CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

20.1. Após a Homologação da Licitação pelo Prefeito Municipal, será convocado o interessado (via AR/MP), para no prazo de 05 dias proceder a assinatura do Contrato administrativo, nos moldes da minuta constante no Anexo VIII, deste Edital, nos termos do art. 64 da Lei 8666/93.

20.2. A Adjudicatária obriga-se, além das obrigações a ela inerentes previstas no Edital, a:

I - Prestar a execução do contrato na forma ajustada, vedada a subcontratação, sem autorização prévia e por escrito da CONTRATANTE;

II - Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do objeto do presente Edital;

III - Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, seja por culpa sua ou quaisquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, igualmente, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei;

IV – Entregar os objetos nas quantidades e especificações previstas no Edital e Contrato;

V – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

VI – Arcar com todas as despesas que decorrentes da efetiva prestação dos serviços, tais como taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusiva do Contratado.

20.3. O adjudicatário deverá manter durante todo o período da contratação as condições de sua qualificação.

21. DO PAGAMENTO

21.1 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação das notas fiscais no setor de Contabilidade, devidamente assinadas, comprovando a realização dos serviços.

21.2. A nota fiscal deverá discriminar a quantidade/descrição dos serviços executados.

21.3. Poderão ser descontados dos pagamentos os valores atinentes a penalidades eventualmente aplicadas.

21.4. Em nenhuma hipótese haverá antecipação de pagamento.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantidas a prévia defesa e contraditório, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA, as penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 com as alterações posteriores as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

22.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.3 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

22.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

22.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. A participação na presente licitação implica na expressa e automática concordância aos termos deste Edital e dos seus respectivos anexos, se houverem, não podendo alegar a LICITANTE, posteriormente, desconhecimento das regras constantes deste instrumento.

23.2. O Órgão licitador poderá suspender ou mesmo cancelar, no todo ou em parte, os negócios já realizados, sem que desta decisão caiba qualquer recurso por parte dos interessados ou de seus representantes legais, se constatada qualquer falha, irregularidade ou inobservância aos termos deste Edital ou de seus Anexos, se for o caso.

23.3. O Órgão licitador reserva-se o direito de acrescer ou diminuir a aquisição em 25% do valor do objeto da presente licitação, conforme prescreve o art. 65, § 1º da Lei 8666/93.

23.4. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro desta comarca, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

São Francisco do Sul, 07 de novembro de 2019.

JUCÉLIO DE CARVALHO
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I
Pregão Presencial nº 187/2019

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços continuados na manutenção preventiva e corretiva de Aparelhos de Ar Condicionados, compreendendo serviços de solda, higienização, recarga de gás e trocas de componentes e acessórios por outros novos e originais, bem como instalação de novos aparelhos, nas Escolas Básicas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze meses).

2. OBJETIVO

O presente documento tem por objetivo estabelecer as condições gerais para instalação e manutenção preventiva e corretiva dos ares condicionados a fim de atender as necessidades da rede escolar municipal, centros municipais de educação e da Secretaria Municipal de Educação.

3. JUSTIFICATIVA

Esta contratação se faz necessária, tendo em vista que não possuímos em nosso quadro profissionais especializados para o exercício deste trabalho, pela necessidade de manter os aparelhos em pleno funcionamento nas escolas, centros de educação infantil e secretaria, bem como a instalação dos novos aparelhos adquiridos, atendendo assim a Lei nº 13.589/2018.

4. DO VALOR MÁXIMO PARA CONTRATAÇÃO

Os valores unitários e por lotes estimados para a aquisição pretendida obedecerão à planilha de preços máximos aceitáveis, constante no Anexo I – Termo de Referência, tendo como base a média obtido em pesquisa de preços de mercado, válido somente para o realinhamento da proposta da empresa VENCEDORA.

5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO - LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE /QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Mão de Obra para execução dos serviços de manutenção e fornecimento de peças referente empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de Ar Condicionados pelo valor hora/homem (hora trabalhada).	490 HORAS/ HOMEM	R\$ 136,67	R\$ 66.968,30
02	Instalação de novos aparelhos de ar condicionado, tipo Split, 12.000 Btus, compreendendo mão de obra e fornecimento dos materiais necessários.	23	R\$ 460,00	R\$ 10.580,00
03	Instalação de novos aparelhos de ar condicionado, tipo Janella, de 12.000 Btus, compreendendo mão de obra e fornecimento dos materiais necessários	2	R\$ 216,67	R\$ 433,34
05	Peças e acessórios a serem utilizados para manutenção corretiva dos aparelhos de ares condicionados.	Valor Global a ser reservado	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

A Licitante Vencedora deverá remover até a sua oficina, sem ônus para a Prefeitura, os aparelhos de Ar Condicionados, avariados sem condições de conserto no próprio estabelecimento onde se encontram os aparelhos.

Os serviços deverão ser prestados no tempo acordado, que não poderá ser superior a 04 horas, contados a partir do momento em que for realizada a chamada. E as visitas de manutenção preventiva e corretiva deverão ser efetuadas em dias úteis, dentro do horário de expediente das Unidades Escolares Municipais, Centros de Educação Infantil e da Secretaria Municipal de Educação.

6. DO PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A manutenção corretiva dos ares condicionados deverão ser iniciadas em até 48 horas após chamado da Secretaria Municipal de Educação. As manutenções preventivas deverão ser iniciadas em até 15 dias após o chamado da Secretaria Municipal de Educação. Por fim, será de 45 dias o prazo para instalação dos novos ares condicionados.

7. PROCEDIMENTO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Antes da execução dos serviços, deverá ser previamente aprovado o orçamento recebido em documento datado, carimbado e assinado, constando os serviços e materiais a serem empregados e as peças a serem substituídas, com respectiva hora/homem a ser trabalhada. Na relação das peças deverá estar constando o percentual de descontos sobre o valor da lista de preços de peças que tiverem a ser substituídos, não podendo ser inferior a 10% (dez por cento) seguindo a que estiver em vigor na data do fornecimento.

8. DAS UNIDADES REQUISITANTES:

Os serviços de manutenção de aparelhos de Ar condicionado deverão ser realizados em todas as Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e na Secretaria Municipal de Educação, conforme localidades abaixo:

a) Escolas Municipais

LOCAL	ENDEREÇO
EBM Álvaro Tancredo Dippold	Rua Binot Palmier de Gonville, s/nº - Acaraí
EBM CAIC Irmã Joaquina Busarello	Rua Flordoaldo Nóbrega, 635 – Acaraí
EBM Dr. Franklin de Oliveira	Rod. Duque de Caxias, s/nº - Reta
EBM Dr. Rogério Zattar	Rod. Duque de Caxias, s/nº - Sandra Regina
EBM Ida Beatriz B de Camargo	Rua Praia Grande, 434 – Majorca
EBM João Dias	Estrada Geral do Forte, s/nº - Forte
EBM João Germano Machado	Rod. Duque de Caxias, s/nº, Iperoba
EBM Waldemar da Costa	Rua Willi Lenh, 01 – Água Branca
EM Antonio Canuto	Estrada Geral da Ribeira, s/nº - Ribeira
EM Estaleiro	Estrada Geral do Estaleiro, s/nº - Vila da Glória
EM Francisco Anselmo Corrêa	Estrada Geral da Laranjeiras, s/nº - Laranjeiras
EM Izidoro Curvello	Rua Binot Paumier de Gonville, s/nº - Tapera
EM Lúcio Patrício de Mira	Estrada Geral da Gamboa, s/nº - Gamboa
EM Morro da Cruz	BR 280, s/nº - Morro da Cruz
EM Rudolpho Fischer	Rua 25 de Dezembro, s/nº - Morro Grande
EM Ramiro Bueno da Rocha	Estrada Geral do Ervino, s/nº - Praia do Ervino
Depósito da Sec. Educação (anexo ao CAIC)	Rua Flordoaldo Nóbrega, 635 – Acaraí

b) Centros Municipais de Educação Infantil

LOCAL	ENDEREÇO
CMEI Bem Me Quer	Rodovia Duque de Caxias, s/nº - Reta
CMEI Cantinho Alegre	Rua Jardim Acaraí, n/nº - Ervino
CMEI Chapeuzinho Vermelho	AV. Dr. Nereu Ramos, s/nº - Rocio Grande
CMEI Estrelinha do Mar	Estrada Geral da Vila da Glória, s/nº - Vila da Glória
CMEI Frei Martinho	Rua Otacílio da Costa Pereira, s/nº - Água Branca
CMEI Girassol	Estrada Geral do Forte, s/nº - Forte
CMEI Mickey Mouse	Rua Flordoaldo Nóbrega, 635 – Acaraí
CMEI Mundo Encantado	Rua dos Cedros, s/nº - Majorca
CMEI Pantera Cor de Rosa	Rod. Duque de Caxias, s/nº - Iperoba
CMEI Pedacinho do Céu	Rod. Duque de Caxias, s/nº - Sandra Regina
CMEI Peixinho Dourado	Rua Salvador, 346 – Enseada
CMEI Pequeno Polegar	Rua Francisco Mascarenhas, s/nº - Paulas
CMEI Pequeno Príncipe	Rua Almirante Barroso, s/nº - Rocio Pequeno
CMEI Peter Pan	Rua Binot Palmier de Gonville, s/nº - Tapera
CMEI Raio de Sol	Rua Quito, s/nº - Itaguaçu
CMEI Semente da Esperança	Estrada da Ribeira, s/nº - Ribeira
CMEI Sonho Feliz	Rua Simião de Mira, s/nº - Reta (Lot. Coca)
CMEI Semente do Amanhã	Rua XXV de Dezembro, s/nº - Morro Grande

c) Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua Barão do Rio Branco, 217, Centro. (Multiuso).

9. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme descrito na Requisição de Despesa nº 203/2019 da Secretaria Municipal de Educação.

10. DA GARANTIA

10.1. Os serviços executados deverão ter garantia de, no mínimo, 90 (trinta) dias.

10.2. Ocorrendo defeito durante o período de garantia a contratada será comunicada e deverá, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contado do recebimento da comunicação, providenciar o devido reparo e/ou troca da peça, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, fretes decorrentes do fornecimento das peças, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Educação.

11.2. Substituir toda e qualquer peça em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou

que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos e sua proposta;
- 12.2. Pagar à Contratada o valor resultante da aquisição dos equipamentos, no prazo e condições estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 12.3. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 12.4. Fiscalizar a manutenção, pela Contratada, das condições de habilitação e qualificação exigidas no inciso XIII do art. da Lei nº8.666/93.

13. FORMA DE EXECUÇÃO

13.1. Os serviços serão executados de forma contínua pelo período de doze meses, a qual poderá ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses, conforme previsto no art. 57 II, da Lei 8.666/93, onde o índice de reajuste a ser aplicado será o IPCA.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO

De acordo com os artigos 87 e seguintes da Lei n. 8.666/1993.

16. PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 30 dias, após a apresentação da nota fiscal devidamente vistada pelo Fiscal do Contrato, atestando o recebimento dos serviços.

Jucélio de Carvalho
Secretário Municipal de Educação

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

Por este instrumento particular de Procuração, a (Razão Social da Empresa), com sede (endereço completo da proponente), inscrita no CNPJ/MF sob nº e Inscrição Estadual sob nº, representada neste ato por seu(s) sócios (qualificação(ões) do(s) outorgante(s) Sr(a), portador(a) da Cédula de Identidade RG nº, e CPF nº , nomeia(m) e constitui(em) seu bastante procurador o (a) Sr(a), portador (a) da Cédula de Identidade RG nºe CPF nº, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante (indicação do órgão licitante), no que se referir ao presente PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019, com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases do PREGÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lance (s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo PREGOEIRO(A), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Outorgante.

A presente Procuração é válida por

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

Obs: deverá vir acompanhada do contrato social da proponente ou de outro documento, onde esteja expressa a capacidade/competência do outorgante para constituir mandatário, conforme edital.

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPONENTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À:

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) oficial
Edital de Pregão Presencial nº 187/2019

Pela presente, declaro (amos) que, nos termos do art. 4º, VII, da lei nº 10.520/2002, a empresa(indicação da razão social) cumpre plenamente os requisitos de habilitação para o PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2019, cujo objeto é a contratação de

empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e instalação de ar condicionado, com fornecimento de peças e acessórios originais novos, nas Escolas Básicas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com especificações e quantidades constantes no Anexo I deste Edital.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 187/2019

Prezados Senhores,

_____, portador do RG _____, abaixo assinado, na qualidade de responsável legal da proponente, _____, CNPJ _____, DECLARA expressamente que se sujeita às condições estabelecidas no Edital de Pregão Presencial acima citado e que acatará integralmente qualquer decisão que venha a ser tomada pelo licitador, quanto à qualificação apenas das proponentes que tenham atendido às condições estabelecidas no Edital, e que demonstrem integral capacidade de executar o fornecimento do bem e/ou do serviço previsto. DECLARA, ainda, para todos os fins de direito, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da habilitação ou que comprometa a idoneidade da proponente nos termos do Artigo 32, parágrafo 2º, e artigo 97 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações subsequentes.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2019.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO EXISTÊNCIA DE TRABALHADORES MENORES

À:
Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul/SC
A/C. Pregoeiro (a) Oficial
Edital de Pregão Presencial nº 187/2019

Declaramos para os devidos fins e especialmente para o Edital de Pregão Presencial nº 187/2018 que a Proponente (razão social), inscrito no CNPJ/MF sob nº , com sede na cidade de , Estado , na Rua/Av (endereço completo), não mantém em seu quadro de pessoal, trabalhadores menores de 18(dezoito) anos em horário noturno de trabalho, ou em serviços perigosos ou insalubres, não mantendo ainda, em qualquer trabalho, trabalhadores menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2018.

Assinatura do Representante legal da Empresa
Nome do representante por Extenso
CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA

ANEXO VI

Pregão Presencial nº 187/2019

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre este Município e essa empresa, solicito de Vossa Senhoria preencher o recibo de entrega do edital e remeter ao (à) Pregoeiro (a) através do e-mail licitacao@saofranciscodosul.sc.gov.br.

A não remessa do recibo exime o (a) Pregoeiro (a) da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Razão Social: _____

C.N.P.J. nº _____

Endereço: _____

E-mail: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Fax: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: _____, _____ de _____ de 2018.

Assinatura

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO
PREGÃO Nº 187/2019

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS E A EMPRESA.

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX, a Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sediada na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº01, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal – Sr. Renato Gama Lobo, brasileiro, casado, portador do RG n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, estabelecida na Rua xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxxxxxx/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. xxxxxxxxxxxx, Brasileiro, portador do RG xxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF n.º xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx, bairro xxxxxxxxxxxx – xxxxxxxxxxxx/SC, celebram o presente contrato, decorrente da xxxxxxxxxxxx n.º /2018, em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção e instalação de ar condicionado, com fornecimento de peças e acessórios originais novos, nas Escolas Básicas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil e Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:**LOTE ÚNICO**

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE /QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	Mão de Obra para execução dos serviços de manutenção e fornecimento de peças referente empresa especializada na prestação de serviços de manutenção de Ar Condicionados pelo valor hora/homem (hora trabalhada).	490 HORAS/ HOMEM	R\$ 136,67	R\$ 66.968,30
02	Instalação de novos aparelhos de ar condicionado, tipo Split, 12.000 Btus, compreendendo mão de obra e fornecimento dos materiais necessários.	23	R\$ 460,00	R\$ 10.580,00
03	Instalação de novos aparelhos de ar condicionado, tipo Janella, de 12.000 Btus, compreendendo mão de obra e fornecimento dos materiais necessários	2	R\$ 216,67	R\$ 433,34
05	Peças e acessórios a serem utilizados para manutenção corretiva dos aparelhos de ares condicionados.	Valor Global a ser reservado	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por rescrito e previamente autorizada pela autoridade competente. A justificativa deverá demonstrar a ausência de culpa do contratado bem como a relação de causa e efeito entre os fatos alegados e o atraso verificado, formalizando-se o respectivo termo aditivo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento, na classificação abaixo:

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	33903025 – Material para Manutenção de Bens Móveis
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	33903917 – Manutenção e Conservação de máquina
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1002 – Secretaria Municipal de Educação Ensino Fundamental
Projeto Atividade	2057 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa	33903925 – Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário Educação

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação Assessoria Administrativa
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	33903025 – Material para Manutenção de bens móveis
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

Unidade Orçamentária	1003 – Secretaria Municipal de Educação Assessoria Administrativa
Projeto Atividade	2052 – Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria de Educação
Elemento de Despesa	33903917 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
Vínculo do Recurso	1010000 – Rec. de impostos e transf. de imp-educ

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	33903025 – Material para Manutenção de bens móveis
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário educação

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	33903917 – Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário educação

Unidade Orçamentária	1001 – Secretaria Municipal de Educação Educação Infantil
Projeto Atividade	2054 – Manutenção das Atividades da Educação Infantil
Elemento de Despesa	33903925 – Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins
Vínculo do Recurso	1360000 – Salário educação

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura pela CONTRATADA.

5.2. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o

prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.4. Antes do pagamento, a Contratante verificará condições de habilitação e qualificação da Contratada, especialmente quanto à regularidade fiscal, que poderá ser feita em sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira: 0.0001643

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E ALTERAÇÕES

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.5. Somente será possível a realização de aditivo contratual, nos termos do art. 65, §1º da Lei n. 8.666/93, dentro do prazo de vigência do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1 Os serviços serão recebidos após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta e sua consequente aceitação, que se dará no prazo fixado no Termo de Referência.

7.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os serviços em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. CLÁUSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO

8.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber os serviços de acordo com as especificações;
- b) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de servidor especialmente designado;
- c) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

9.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente os serviços realizados;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução dos serviços. Este dever implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo fixado no Termo de Referência, os serviços

que não atendem as especificações;

c) Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

d) Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 os motivos que impossibilitem o cumprimento dos prazos previstos, com a devida comprovação;

e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

f) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

g) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento e do desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;

i) Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas à execução dos serviços, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou contingência;

j) A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o CONTRATANTE;

k) Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, impostos, taxas, encargos, fretes decorrentes do fornecimento das peças, sem qualquer ônus para a Secretaria Municipal de Saúde;

l) Substituir toda e qualquer peça em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou que vier a apresentar problema quanto ao seu uso dentro do período de garantia.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I. advertência;

II. multa equivalente a 0,5% (meio por cento) por dia de atraso do evento não cumprido, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

III. suspensão temporária de participação da CONTRATADA em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV. declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.2. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

10.3. As multas e outras sanções previstas neste Instrumento poderão ser relevadas na hipótese de caso fortuito e força maior, ou a ausência de culpa da CONTRATADA, devidamente comprovadas perante a CONTRATANTE.

10.4. As multas serão recolhidas, via depósito, à conta da CONTRATANTE. Se a CONTRATADA não fizer prova, dentro do prazo de cinco dias úteis, de que recolheu o valor da multa, dos seus créditos será retido o valor da mesma, corrigido, aplicando-se, para este fim, os índices aprovados para atualização dos débitos fiscais.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA:

a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente normas e princípios gerais dos contratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PUBLICAÇÃO

14.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial dos Municípios, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – FORO

15.1. É eleito o Foro da Comarca de São Francisco do Sul para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de de 20

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-

IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL**14ª ATA REUNIÃO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Publicação Nº 2219421

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

ATA DA 14ª REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPRESF
REUNIÃO ORDINÁRIA – 14/2019

01 Aos onze dias do mês de outubro, no ano de dois mil e dezenove (**11/10/2019**), às 09:30 na Sala de Reuniões
 02 do IPRESF, à Rua Barão do Rio Branco, nº 377, no terceiro piso, sala 303, reuniram-se os membros do Comitê
 03 de Investimentos: **Ricardo Luiz Fernandes, Beatris Dircêlha dos Santos, Darlan Elias de Mira Cidral, Idelson**
 04 **Alves Porto e Abelard Helbling Júnior**. A reunião foi convocada ordinariamente para a seguinte pauta: posse
 05 dos novos membros do comitê para o biênio 2019/2021, apresentação da previsão das receitas da folha de
 06 setembro de 2019 e destinação destes recursos, fechamento dos fundos Itaú Dunamis e Icatu Vanguarda
 07 Dividendos. O Presidente Sr. Ricardo deu início a reunião, agradecendo a presença de todos e deu boas-vindas
 08 aos novos membros do Comitê de Investimentos (Darlan Elias de Mira Cidral, Idelson Alves Porto e Abelard
 09 Helbling Júnior) nomeados pelos conselhos Fiscal e Administrativo do IPRESF. Inicialmente o Presidente Sr.
 10 Ricardo fez a apresentação explanando o que é o comitê e seu funcionamento aos novos membros, apresentou
 11 a carteira de investimentos do instituto e sua rentabilidade, através do sistema SIGA (o qual será disponibilizado
 12 acesso a todos os membros). Foi apresentada a previsibilidade das receitas e suas devidas aplicações e
 13 disponibilizado a cada membro o relatório dos resultados de investimentos de setembro/2019. O Presidente
 14 informou sobre fundo de renda variável **ITAÚ FIC FIA Dunamis CNPJ: 24.571.992/0001-75**, que teve seu fechamento
 15 em 30/09/2019 ao atingir o seu limite de captação, e para suprir essa demanda a ASSET ITAÚ ofereceu o fundo
 16 **ITAÚ FIC FIA PHOENIX INSTITUCIONAL CNPJ: 23.731.629/0001-07**, que foi analisado e credenciado pela SMI e pelo
 17 IPRESF, identificando que os fundos possuem o mesmo benchmark, estratégias de investimento e
 18 rentabilidades similares. Após as análises os membros do comitê opinaram pela adesão ao fundo **ITAÚ FIC FIA**
 19 **PHOENIX INSTITUCIONAL** a carteira do IPRESF. O Presidente informou também sobre a data de fechamento
 20 do fundo ICATU VANGUARDA FIA DIVIDENDOS **CNPJ: 08.279.304/0001-41** que será em 31/10/2019, lembrando aos
 21 membros que na 11ª Reunião do Comitê foi deliberado que R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) do fundo Icatu
 22 Vanguarda Dividendos foram realocados no fundo de renda fixa **BB FIC PREVIDENCIÁRIO ALOCAÇÃO ATIVA CNPJ:**
 23 **25.078.994/0001-90**, para reenquadramento dos limites de renda variável, e que já atualizados os limites da Política
 24 de Investimentos, seria viável o retorno deste recurso ao fundo antes de seu fechamento, sugestão analisada
 25 e acatada pelos membros do comitê. O Presidente apresentou as recomendações da SMI, e faz a sugestão da
 26 gestão do IPRESF para aplicações das receitas de outubro 2019, referente as contribuições da folha de
 27 pagamento do mês de setembro 2019, os conselheiros membros fizeram suas considerações e por
 28 UNANIMIDADE aprovaram a sugestão da Gestão para investimentos conforme descritos na planilha abaixo:

APLICAÇÕES			
NOME DO FUNDO	CNPJ	VALOR	FONTES
BB - Alocação Previdenciário Alocação Ativa	25.078.994/0001-90	R\$ 300.000,00	Contribuições
BB - Ações Setor Financeiro	03.660.879/0001-96	R\$ 82.092,48	Contribuições

1

Rua Barão do Rio Branco, 377 – Sala 303 – Centro – São Francisco do Sul
 CEP: 89240-000 – Telefone: (47) 3449-0384

Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul - IPRESF

32	ITAU - Alocação Dinâmica (RF)	21.838.150/0001-49	R\$ 606.541,48	Aporte
33	ITAÚ FIC FIA PHOENIX INSTITUCIONAL	23.731.629/0001-07	R\$ 100.000,00	Contribuições
34	ICATU Vanguarda Dividendos	08.279.304/0001-41	R\$ 100.000,00	Contribuições
35	CAIXA BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA	23.215.097/0001-55	R\$ 300.000,00	Contribuições
36	CAIXA FIC FIA MULTIGESTOR	30.068.224/0001-41	R\$ 100.000,00	Contribuições
37	BRADESCO FIA SELECTION	03.660.879/0001-96	R\$ 100.000,00	Contribuições
38	BTG Pactual FIC FIA Absoluto Institucional	11.977.794/0001-64	R\$ 100.000,00	Contribuições
39				R\$ 1.788.633,96
40	Eu, Darlan Elias de Mira Cidral, presidente do Conselho Fiscal e membro deste comitê, digitei a presente ata,			
41	que após assinada pelos membros seguirá para providências cabíveis.			

RICARDO LUIZ FERNANDES
PRESIDENTE

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS
MEMBRO

DARLAN ELIAS DE MIRA CIDRAL
MEMBRO

IDELSON ALVES PORTO
MEMBRO

ABELARD HELBLING JÚNIOR
MEMBRO

São João Batista

PREFEITURA

INTIMAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 0020.0004610/2019

Publicação Nº 2219282

INTIMAÇÃO

Processo Administrativo 0020.0004610/2019

Processo Licitatório 098/PMSJB/2018 – Pregão Presencial 082/2018

Fica a empresa SZ BYTE INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 10.230.504/0001-51, com sede na Rua Argemiro de Paula, nº 964, Centro, Rebouças/PR, INTIMADA para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme dispõe no artigo 109, I, "f", da Lei 8.666/93, apresentar recurso administrativo, em face das supostas penalidades e sanções aplicáveis ao caso, ou seja, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida, equivalente a R\$ 91,06 (noventa e um reais e seis centavos), para pagamento no prazo de 30 dias, e suspensão temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, tudo nos termos dos arts. 77, 78, I, 58, IV, da Lei 8.666/93, bem como a cláusula décima primeira, 11.1.3, "b" e "c" da ata de registro de preços nº 63/2018.

Em caso de renúncia ao prazo recursal, deve a intimada neste ato se manifestar por escrito, assinando abaixo o quadro sugestivo.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Juliano Grime

Diretoria de Licitações e Contratos

Prefeitura Municipal de São João Batista

INTIMAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 0020.0004611/2019

Publicação Nº 2219284

INTIMAÇÃO

Processo Administrativo 0020.0004611/2019

Processo Licitatório 098/PMSJB/2018 – Pregão Presencial 082/2018

Fica a empresa HIPER BRINK COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.168.956/0001-22, com sede na Rodovia RS 118, nº 449, Tarumã, Viamão/RS, INTIMADA para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme dispõe no artigo 109, I, "f", da Lei 8.666/93, apresentar recurso administrativo, em face das supostas penalidades e sanções aplicáveis ao caso, ou seja, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida, equivalente a R\$ 43,45 (quarenta e três reais e quarenta e cinco centavos), para pagamento no prazo de 30 dias, e suspensão temporária de participar em licitação e impedida de contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de 02 (dois) anos, tudo nos termos dos arts. 77, 78, I, 58, IV, da Lei 8.666/93, bem como a cláusula décima primeira, 11.1.3, "b" e "c" da ata de registro de preços nº 63/2018.

Em caso de renúncia ao prazo recursal, deve a intimada neste ato se manifestar por escrito, assinando abaixo o quadro sugestivo.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Juliano Grime

Diretoria de Licitações e Contratos

Prefeitura Municipal de São João Batista

JUSTIFICATIVA SAÚDE

Publicação Nº 2219183

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA

Departamento de Apoio Administrativo

CNPJ: 08.361.788/0001-73

PCA. DEP. WALTER VICENTE GOMES 89

C.E.P.: 88240-000 – São João Batista

E-mail dirsauade@sjbatista.sc.gov.br Fone: (48) 3380-7500

São João Batista dia 06 de novembro de 2019

JUSTIFICATIVA PARA CRONOLOGIA DE PAGAMENTO

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 08.867.977/0001-12

LEVITATURR VIAGENS E TURISMO

NOTA FISCAL	VALOR
5078	1.409,59

OBJETO: SOLICITAMOS AO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS QUE EFETUE PAGAMENTO DA NOTA FISCAL Nº 5078 NO VALOR TOTAL DE R\$ 1.409,59 A EMPRESA LEVITATUR VIAGENS E TURISMO, REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PASSAGEM AEREA DE VIAGEM A BRASILIA IDA/VOLTA, COM SAÍDA DE FLORIANOPOLIS NO DIA 24 E RETORNO NO DIA 25 DE SETEMBRO/2019 DESTINADA A SECRETARIA KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO PARA CUMPRIR AGENDAS COM O MINISTERIO DA SAÚDE E PROTOCOLAR PEDIDOS DE NOVOS RECURSOS.

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento, sendo que a mesma solicita regularização da nota acima citada, para dar continuidade aos trabalhos que vinham sendo prestados ao Fundo Municipal de Saúde de São João Batista.

Desde já agradecemos sua compreensão,

KARIN CRISTINE GELLER LEOPOLDO
Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 514/2019

Publicação Nº 2219998

PORTARIA Nº 514/2019

Alteração de Carga Horária

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica alterada para 40 horas semanais a carga horária da servidora EVANILDA COSTA, ocupante do cargo de PROFESSORA DE CRECHE, pelo período de 22/10/2019 a 13/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da alteração.

São João Batista, 06 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 515/2019

Publicação Nº 2219999

PORTARIA Nº 515/2019

Concede Licença Especial por Assiduidade

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica concedido 90 (noventa) dias de LICENÇA ESPECIAL POR ASSIDUIDADE a servidora ROSIMERI PEIXER, referente ao período aquisitivo de 01/07/2013 a 01/07/2018, a contar de 23 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário de Administração

PORTARIA Nº 516/2019

Publicação Nº 2219995

PORTARIA Nº 516/2019

Concede Licença para Tratar de Assuntos Particulares

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica prorrogada a Licença para Tratar de Assuntos Particulares a servidora INOLÉSIA PEIXER DE AMORIM, por mais 12 meses, pelo período de 01/08/2018 a 01/08/2019.

*Conforme Processo nº 3020/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 517/2019

Publicação Nº 2219996

PORTARIA Nº 517/2019

Concede Licença Gestação

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração e nos termos do Processo nº 4673/2019 resolve:

Art. 1º Fica concedido 120 (cento e vinte) dias de LICENÇA GESTAÇÃO à servidora MARCIA GISELLE AMORIM, a contar de 25 de outubro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 518/2019

Publicação Nº 2219997

PORTARIA Nº 518/2019

Alteração de Carga Horária

.

O Secretário de Administração no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica alterada para 40 horas semanais a carga horária da servidora LEANDRO MARTINI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE ENS. FUNDAMENTAL, pelo período de 09/10/2019 a 13/12/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da alteração.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Secretário de Administração

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/PMSJB/2019 – CHAMADA PÚBLICA 002/PMSJB/2019

Publicação Nº 2219882

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/PMSJB/2019 – CHAMADA PÚBLICA 002/PMSJB/2019

O município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Edésio Pedrinho Tomasi, Secretário de Educação, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 117/PMSJB/2019 – Chamada Pública 002/PMSJB/2019, para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE do município de São João Batista, SC; Entrega dos envelopes: até às 8h45min do dia 12/12/2019. Abertura dos envelopes: 9h do dia 12/02/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195, ramal: 206, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br.

São João Batista, 07 de novembro de 2019.

Edésio Pedrinho Tomasi

Secretário de Educação

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/FUNREBOM/2019

Publicação Nº 2219457

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 12/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019**

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA GILSON GERALDO SARTORI 440, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2019, Processo Licitatório nº. 12/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
15104	BLUMEDICA PROD. MED. E CIRURG. LTDA.	1, 6, 11
13128	INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI	7, 8, 16, 18
13146	SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. HOSP. EIRELI	20, 21
16906	SAÚDE IMPERIAL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2, 3, 4, 10, 12, 15, 17, 23, 24
7049	SERMEDICALL ARP. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	5, 9, 13, 14, 19, 22

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BLUMEDICA PROD. MED. E CIRURG. LTDA.	01.470.743/0001-98	CARLOS EDUARDO HORT	036.821.419-28
INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI	23.240.000/0001-64	MARCOS ANTONIO LOBO	043.585.139-05
SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. HOSP. EIRELI	24.537.945/0001-05	ROBSON EMANOEL BASCKEL	063.372.779-29
SAÚDE IMPERIAL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTD/00.301.460/0001-50	00.301.460/0001-50	EDIVALDO JOSE DA SILVA	979.665.339-72
SERMEDICALL ARP. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	93.726.446/0001-89	JOÃO PAULO DOMINGUES VIEIRA	959.369.470-68

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR, DESTINADOS AO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 7049 - SERMEDICALL ARP. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BOLSA PARA TRANSPORTE DE MATERIAL DE EMERGÊNCIA MÉDICA PRÉ-HOSPITALAR, FABRICADO EM NYLON, A PROVA D'ÁGUA, NA COR VERMELHA, MEDINDO APROXIMADAMENTE 62 CM DE COMPRIMENTO, 30 CM DE LARGURA, POR 24 CM DE ALTURA, EXTERNAMENTE COM ABERTURA COMPLETA 180º (CENTO E OITENTA GRAUS), FECHO EM ZÍPER DUPLO, RESISTENTE, COM DIVISÕES INTERNAS PARA GUARDA DE MATERIAIS, COMPARTIMENTO TIPO BOLSA NO INTERIOR PARA GUARDA DE ESFIGMOMANÔMETRO, ESTETOSCÓPIO E VÁRIOS OUTROS MATERIAIS E INSTRUMENTOS, ALÇA REGULÁVEL PODENDO SER TRANSPORTADA NA MÃO COMO MOCHILA OU NO OMBRO, CONTENDO QUATRO BOLSOS EXTERNOS PARA GUARDA DE OUTROS MATERIAIS, DOIS NAS LATERAIS, UM NA PARTE DA FRENTE E UM NA PARTE DE TRÁS.	UN	FIBRA	2,000	180,0000	360,00
9	COLETE IMOBILIZADOR (KED) ADULTO DE IMOBILIZAÇÃO DORSO LOMBAR, CONFECCIONADO EM NYLON LAVÁVEL, COM ACABAMENTO EM VINIL ESTRUTURADO E, INTERNAMENTE COM HASTES RADIO TRANSPARENTES QUE FORNECEM SUSTENTAÇÃO E IMOBILIZAÇÃO AO CORPO DA VITIMA, POSSUI EM SUAS EXTREMIDADES LATERAIS (APÍDOIS), 03 TIRAS DE ENGATE RÁPIDO, CONFECCIONADA EM NYLON 5 MM DE LARGURA E EM CORES DIFERENTES PARA FIXAÇÃO DO TRONCO (TIRANTE TORÁCICO, ABDOMINAL E PÉLVICO). DEVE POSSUIR AINDA DOIS TIRANTES DE ENGATE RÁPIDO PARA FIXAÇÃO DOS MEMBROS INFERIORES E PARA PERMITIR A RETIRADA DA VITIMA EM POSIÇÃO SENTADA, ACOMPANHADO DE 1 ALMOFADA RETANGULAR E DOIS TIRANTES PARA FIXAÇÃO DA CABEÇA DA VITIMA. ALÇAS NA PARTE POSTERIOR PARA PERMITIR O LEVANTAMENTO DA VITIMA. RESISTENTE PARA O TRANSPORTE DE VITIMAS DE ATÉ 170 KG. DEVE VIR ACONDICIONADO EM BOLSA PRÓPRIA DE NYLON PARA FACILITAR O SEU TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO. TAMANHO: ADULTO.	UN	RESGATE SP	3,000	222,0000	666,00
13	IMOBILIZADOR DE CABEÇA E PESCOÇO TAMANHO ADULTO, PARA TRANSPORTE EM PRANCHA LONGA, CONFECCIONADO EM MATERIAL IMPERMEABILIZADO QUE EVITA ABSORÇÃO DE FLUIDOS, TAIS COMO O SANGUE, FACILITANDO A HIGIENIZAÇÃO. CONSTITUÍDO DE UMA BASE A SER FIXADA NA PRANCHA, BLOCOS LATERAIS AJUSTÁVEIS E TIRANTE DE TESTA E QUEIXO. O TIRANTE DE QUEIXO POSSUI UM SISTEMA DE ENCAIXE NO COLAR CERVICAL, EVITANDO QUE O MESMO DESÇA PARA A REGIÃO DA TRAQUEIA. COM COXIM.	UN	RESGATE SP	80,000	98,0000	7.840,00
14	KIT PARTO CONTENDO: - 01 BISTURI DESCARTÁVEL; - 01 ABSORVENTE HOSPITALAR; - 02 PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO; - 01 LENÇOL DESCARTÁVEL; - 01 AVENTAL DESCARTÁVEL MANGA LONGA; - 02 CLAMPEADORES UMBILICAIS; - 01 CAMPO OPERATÓRIO DESCARTÁVEL; - 02 PARES DE LUVAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS; - 01 SACO DE LIXO RESÍDUO INFECTANTE; - 02 COMPRESSAS DE GAZE ESTÉRIL 7,5X7,5CM COM 10 UNIDADES; - 02 SACHES DE ÁLCOOL GEL.	KIT	SUPERMEDIC	10,000	36,0000	360,00
19	MANTA TÉRMICA ALUMINIZADA ADULTO, DESCARTÁVEL, INDICADA PARA O RESGATE DE PACIENTES QUANDO FOR NECESSÁRIO MANTER O CALOR DO CORPO, EVITANDO O CHOQUE TÉRMICO. NÃO DEFORMÁVEL E RESISTENTE AO ATRITO. COM DIMENSÕES DE 2,10 CM X 1,40 CM, ACEITANDO VARIAÇÃO DE +/- 5CM.	UN	RESGATE SP	200,000	4,3500	870,00
22	SACO PARA CADÁVER TAMANHO GRANDE (G), MEDIDA 90 CM X 220 CM - A EMBALAGEM NÃO DEVE POSSUIR SOLDAS; DEVE SER REFORÇADA, COM A SUPERFÍCIE FRONTAL COMPOSTA POR 75% COM ZÍPER. DEVE VEDAR COMPLETAMENTE O CORPO NO INTERIOR DA EMBALAGEM, EVITANDO QUE O CORPO TENHA CONTATO COM O MEIO EXTERNO.	UN	PROTECTOR	20,000	14,0000	280,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 3/12

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 13128 - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	<p>COLETE APH PADRÃO CBMSC (BOMBEIRO COMUNITÁRIO) COLETE PARA SOCORRISTAS ESPECIFICAÇÃO: TECIDO MÍNIMO: CORDURA 500; COR: AMARELO FLORESCENTE, REFERÊNCIA "V 3085" CONFORME CARTELA DA VICUNHA TÊXTIL; DIMENSÕES: TAMANHO ÚNICO, COM 70 CM DE ALTURA, 54 CM DE LARGURA NA EXTREMIDADE INFERIOR, 50 CM DE LARGURA NA ALTURA DO TÓRAX E 17 CM NOS OMBROS; ESTRUTURA: A. PARTE FRONTAL DO COLETE UNIDA À PARTE POSTERIOR NA ALTURA DOS OMBROS; B. PARTE FRONTAL BIPARTIDA (CORTE VERTICAL), SENDO A UNIÃO DAS DUAS PARTES REALIZADA POR MEIO DE ZÍPER; C. NAS LATERAIS, A PARTE FRONTAL DO COLETE UNE-SE A PARTE POSTERIOR ATRAVÉS DE 3 (TRÊS) TIRAS DE NYLON, REGULÁVEIS; ZÍPER: COR PRETA, TIPO PLÁSTICO GROSSO (TRATORADO), COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES 100% POLIACETAL, CURSOR REVERSÍVEL EM METAL, TAMBÉM NA COR PRETA, COM TRAVA AUTOMÁTICA; TIRAS DE NYLON: A. COR: PRETA; B. POSICIONAMENTO: FIXADAS NA FACE INTERNA DO COLETE, UMA LOGO ABAIXO DA CAVA DO BRAÇO, UMA NA EXTREMIDADE INFERIOR DO COLETE E UMA AO CENTRO DO MESMO, EM POSIÇÃO EQUIDISTANTE ÀS DEMAIS; C. REGULAGEM: PARA VIABILIZAR A REGULAGEM DO TAMANHO DO COLETE, AS TIRAS DE NYLON DEVEM POSSUIR 15 CM DE COMPRIMENTO NAS LATERAIS, DE AMBOS OS LADOS, E DISPOREM DE FIVELAS DE NYLON. BOLSOS FRONTAIS: A. 02 (DOIS) BOLSOS NA PORÇÃO INFERIOR DO COLETE, UM DE CADA LADO (CENTRALIZADOS), MEDINDO 30X23X3CM, SUBDIVIDIDOS EM DOIS COMPARTIMENTOS, UM ANTERIOR, COM UMA ABERTURA FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER (ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NO INCISO, E UM POSTERIOR, COM ABERTURA ATRAVÉS DE SISTEMA DE GANCHOS E ARGOLAS (VELCRO); B. 01 (UM) BOLSO NA PORÇÃO SUPERIOR ESQUERDA DO COLETE, MEDINDO 14,5X14,5CM, ABERTO NA PARTE SUPERIOR; EM CADA UM DE SEUS LADOS DEVERÁ POSSUIR UM COMPARTIMENTO COM 2,5CM DE LARGURA PARA O ACONDICIONAMENTO DE CANETA OU LANTERNA PUPILAR; SOBRE O BOLSO DEVERÁ SER FIXADA A LOGOMARCA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, SERIGRAFADA SOBRE VINIL BRANCO E PROTEGIDA COM PVC CRISTAL SOLDADO ELETRONICAMENTE, MEDINDO 10X10CM; C. 01 (UM) BOLSO NA PORÇÃO SUPERIOR DIREITA DO COLETE, MEDINDO 14,5X14,5CM, ABERTO NA PARTE SUPERIOR; EM CADA UM DE SEUS LADOS DEVERÁ POSSUIR UM COMPARTIMENTO COM 2,5CM DE LARGURA PARA O ACONDICIONAMENTO DE CANETA OU LANTERNA PUPILAR; SOBRE O BOLSO DEVERÁ SER FIXADA UMA "CRUZ DA VIDA", SERIGRAFADA SOBRE VINIL BRANCO E PROTEGIDA COM PVC CRISTAL SOLDADO ELETRONICAMENTE, MEDINDO 10X10CM; FAIXAS RETRORREFLEXIVAS MICRO-PRISMA, CRISTAL COM FUNDO BRANCO ISOLADO, SOLDADO ELETRONICAMENTE: A. 02 (DUAS) FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NA PARTE FRONTAL SUPERIOR DO COLETE, FIXADAS LOGO ACIMA DOS BOLSOS SUPERIORES, MEDINDO 14,5X7CM; B. 02 (DUAS) FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NA PARTE FRONTAL INFERIOR DO COLETE, FIXADAS SOBRE OS BOLSOS INFERIORES, MEDINDO 18X7CM; C. 02 (DUAS) FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NAS COSTAS DO COLETE, UMA FIXADA EM SUA PORÇÃO SUPERIOR E OUTRA FIXADA EM SUA PORÇÃO INFERIOR, AMBAS MEDINDO 28X7CM; IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL: NAS COSTAS DO COLETE, ACIMA DA FAIXA RETRORREFLEXIVAS DE SUA PORÇÃO SUPERIOR, DEVERÁ SER FIXADO, EM ADESIVO REFLETIVO NA COR PRATA, CENTRALIZADO, O NOME "BOMBEIRO COMUNITÁRIO", EM LETRA TIPO "ARIAL BLACK", NEGRITO E MAIÚSCULA, COM 5CM DE ALTURA, SENDO UMA PALAVRA EM CADA LINHA, COM INTERVALO DE 1CM; IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DE APH: TAMBÉM NAS COSTAS DO COLETE, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS, DEVERÁ SER FIXADA UMA "CRUZ DA VIDA", SERIGRAFADA SOBRE VINIL BRANCO E PROTEGIDA COM PVC CRISTAL SOLDADO ELETRONICAMENTE, MEDINDO 17X17CM. COLETE CONFECCIONADO CONFORME PORTARIA 138 DE 11 DE MAIO DE 2011.</p>	UN	Fibra Resgate	80,000	156,0000	12.480,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 4/12

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 13128 - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	<p>COLETE SOCORRISTA PADRÃO CBMSC (BOMBEIRO MILITAR) - COLETE PARA SOCORRISTAS ESPECIFICAÇÃO: TECIDO MÍNIMO: CORDURA 500; COR: AMARELO FLORESCENTE, REFERÊNCIA "V 3085" CONFORME CARTELA DA VICUNHA TÊXTIL;</p> <p>DIMENSÕES: TAMANHO ÚNICO, COM 70 CM DE ALTURA, 54 CM DE LARGURA NA EXTREMIDADE INFERIOR, 50 CM DE LARGURA NA ALTURA DO TÓRAX E 17 CM NOS OMBROS; ESTRUTURA:</p> <p>A. PARTE FRONTAL DO COLETE UNIDA À PARTE POSTERIOR NA ALTURA DOS OMBROS;</p> <p>B. PARTE FRONTAL BIPARTIDA (CORTE VERTICAL), SENDO A UNIÃO DAS DUAS PARTES REALIZADA POR MEIO DE ZÍPER;</p> <p>C. NAS LATERAIS, A PARTE FRONTAL DO COLETE UNE-SE A PARTE POSTERIOR ATRAVÉS DE 3 (TRÊS) TIRAS DE NYLON, REGULÁVEIS;</p> <p>ZÍPER: COR PRETA, TIPO PLÁSTICO GROSSO (TRATORADO), COM CADARÇO 100% POLIÉSTER, DENTES 100% POLIACETAL, CURSOR REVERSÍVEL EM METAL, TAMBÉM NA COR PRETA, COM TRAVA AUTOMÁTICA; TIRAS DE NYLON:</p> <p>A. COR: PRETA;</p> <p>B. POSICIONAMENTO: FIXADAS NA FACE INTERNA DO COLETE, UMA LOGO ABAIXO DA CAVA DO BRAÇO, UMA NA EXTREMIDADE INFERIOR DO COLETE E UMA AO CENTRO DO MESMO, EM POSIÇÃO EQUIDISTANTE ÀS DEMAIS;</p> <p>C. REGULAGEM: PARA VIABILIZAR A REGULAGEM DO TAMANHO DO COLETE, AS TIRAS DE NYLON DEVEM POSSUIR 15 CM DE COMPRIMENTO NAS LATERAIS, DE AMBOS OS LADOS, E DISPOREM DE FIVELAS DE NYLON.</p> <p>BOLSOS FRONTAIS:</p> <p>A. 02 (DOIS) BOLSOS NA PORÇÃO INFERIOR DO COLETE, UM DE CADA LADO (CENTRALIZADOS), MEDINDO 30X23X3CM, SUBDIVIDIDOS EM DOIS COMPARTIMENTOS, UM ANTERIOR, COM UMA ABERTURA FRONTAL ATRAVÉS DE ZÍPER (ESPECIFICAÇÃO CONTIDA NO INCISO, E UM POSTERIOR, COM ABERTURA ATRAVÉS DE SISTEMA DE GANCHOS E ARGOLAS (VELCRO);</p> <p>B. 01 (UM) BOLSO NA PORÇÃO SUPERIOR ESQUERDA DO COLETE, MEDINDO 14,5X14,5CM, ABERTO NA PARTE SUPERIOR; EM CADA UM DE SEUS LADOS DEVERÁ POSSUIR UM COMPARTIMENTO COM 2,5CM DE LARGURA PARA O ACONDICIONAMENTO DE CANETA OU LANTERNA PUPILAR; SOBRE O BOLSO DEVERÁ SER FIXADA A LOGOMARCA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, SERIGRAFADA SOBRE VINIL BRANCO E PROTEGIDA COM PVC CRISTAL SOLDADO ELETRONICAMENTE, MEDINDO 10X10CM;</p> <p>C. 01 (UM) BOLSO NA PORÇÃO SUPERIOR DIREITA DO COLETE, MEDINDO 14,5X14,5CM, ABERTO NA PARTE SUPERIOR; EM CADA UM DE SEUS LADOS DEVERÁ POSSUIR UM COMPARTIMENTO COM 2,5CM DE LARGURA PARA O ACONDICIONAMENTO DE CANETA OU LANTERNA PUPILAR; SOBRE O BOLSO DEVERÁ SER FIXADA UMA "CRUZ DA VIDA", SERIGRAFADA SOBRE VINIL BRANCO E PROTEGIDA COM PVC CRISTAL SOLDADO ELETRONICAMENTE, MEDINDO 10X10CM; FAIXAS RETRORREFLEXIVAS MICRO-PRISMA, CRISTAL COM FUNDO BRANCO ISOLADO, SOLDADO ELETRONICAMENTE:</p> <p>A. 02 (DUAS) FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NA PARTE FRONTAL SUPERIOR DO COLETE, FIXADAS LOGO ACIMA DOS BOLSOS SUPERIORES, MEDINDO 14,5X7CM;</p> <p>B. 02 (DUAS) FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NA PARTE FRONTAL INFERIOR DO COLETE, FIXADAS SOBRE OS BOLSOS INFERIORES, MEDINDO 18X7CM;</p> <p>C. 02 (DUAS) FAIXAS RETRORREFLEXIVAS NAS COSTAS DO COLETE, UMA FIXADA EM SUA PORÇÃO SUPERIOR E OUTRA FIXADA EM SUA PORÇÃO INFERIOR, AMBAS MEDINDO 28X7CM; IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL: NAS COSTAS DO COLETE, ACIMA DA FAIXA RETRORREFLEXIVAS DE SUA PORÇÃO SUPERIOR, DEVERÁ SER FIXADO, EM ADESIVO REFLETIVO NA COR PRATA, CENTRALIZADO, O NOME "BOMBEIRO MILITAR", EM LETRA TIPO "ARIAL BLACK", NEGRITO E MAIÚSCULA, COM 5CM DE ALTURA, SENDO UMA PALAVRA EM CADA LINHA, COM INTERVALO DE 1CM;</p> <p>IDENTIFICAÇÃO DA ATIVIDADE DE APH: TAMBÉM NAS COSTAS DO COLETE, ENTRE AS FAIXAS REFLETIVAS, DEVERÁ SER FIXADA UMA "CRUZ DA VIDA", SERIGRAFADA SOBRE VINIL BRANCO E PROTEGIDA COM PVC CRISTAL SOLDADO ELETRONICAMENTE, MEDINDO 17X17CM.</p> <p>COLETE CONFECCIONADO CONFORME PORTARIA 138 DE 11 DE MAIO DE 2011.</p>	UN	Fibra Resgate	40,000	152,0000	6.080,00
16	<p>LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA, SEM TALCO, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE PÓ, TAMANHO G, CAIXA COM 100 UNIDADES- AMBIDESTRA - COR - BRANCO OU AZUL</p>	CX	Descarpack	300,000	16,5000	4.950,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 13128 - INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
18	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRILICA, SEM TALCO, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE PÓ, TAMANHO P, CAIXA COM 100 UNIDADES- AMBIDESTRA - COR - BRANCO OU AZUL	CX	Descarpack	100,000	16,5000	1.650,00

Fornecedor: 13146 - SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. HOSP. EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
20	MASCARA FACIAL COM RESERVATÓRIO ADULTO MASCARA COM ELÁSTICO, BALÃO PARA OXIGÊNIO E EXTENSÃO PARA CONEXÃO EM OXIGÊNIO. É INDICADA EM PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVAM PACIENTES EM VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, SEMI-INTENSIVA, LEITOS E AMBULATÓRIOS. - MÁSCARA COM RESERVATÓRIO; - MODELO: ADULTO; - NÃO ESTÉRIL.	UN	ADVANTIVE	20,000	10,5000	210,00
21	MASCARA FACIAL COM RESERVATÓRIO INFANTIL MASCARA COM ELÁSTICO, BALÃO PARA OXIGÊNIO E EXTENSÃO PARA CONEXÃO EM OXIGÊNIO. É INDICADA EM PROCEDIMENTOS QUE ENVOLVAM PACIENTES EM VENTILAÇÃO ESPONTÂNEA EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA, SEMI-INTENSIVA, LEITOS E AMBULATÓRIOS. - MÁSCARA COM RESERVATÓRIO; - MODELO: INFANTIL; - NÃO ESTÉRIL.	UN	ADVANTIVE	10,000	13,0100	130,10

Fornecedor: 15104 - BLUMEDICA PROD. MED. E CIRURG. LTDA.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ÁLCOOL ETÍLICO 70% EM GEL, ANTISSÉPTICO ÁREA ASSEPSIA DE MÃOS E BRAÇOS, HIDRATADO, CERTIFICADO INMETRO CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA E TIPO. EMBALAGEM PARA COMPRA FRASCO COM NO MÍNIMO 480 ML. APRESENTAR REGISTRO DO PRODUTO NA ANVISA NA ÁREA DE COSMÉTICOS OU MEDICAMENTOS.	UN	CINORD	30,000	6,9500	208,50
6	CAMPO OPERATÓRIO COMPRESSA CAMPO OPERATÓRIO 45X50 CM, COMPRESSA PARA CAMPO OPERATÓRIO COMPOSTA DE QUATRO CAMADAS DE GAZE SOBREPOSTA, CONFECCIONADA COM FIOS 100% ALGODÃO COM CADARÇO, SEM FIO RADIOPAÇO E NÃO ESTERILIZADAS. EMBALADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA BRANCA LEITOSA, CONTENDO 50 UNIDADES CADA, QUE DEVE CONTER DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, COMPOSIÇÃO, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE, RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PRODUTO, NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA;	UN	MB / ANDREC	200,000	45,3000	9.060,00
11	DETERGENTE ENZIMÁTICO PODEROSO, COMPOSIÇÃO: ENZIMA PROTEASE, ENZIMA AMILASE, ENZIMA PEPTIDASE, ENZIMA CELULASE, ENZIMA LIPASE, ÁLCOOL LAURÍLICO - 2,50% P/P, PROPILENOGLICOL, SOLVENTE, ESTABILIZANTES, CONSERVANTE, CORANTE E VEÍCULO. PRODUTO BIODEGRADÁVEL. EMBALAGEM DE 1 L.	UN	KELLDRIIN	40,000	17,4900	699,60

Fornecedor: 16906 - SAÚDE IMPERIAL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	ATADURA DE CREPOM TIPO I, MEDINDO 12 CM DE LARGURA POR 1,80 M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COM PESO DE 26,0 G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 90% DE ALGODÃO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14056.	UN	BIOTEXTIL	1.000,000	0,7200	720,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 6/12

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 16906 - SAÚDE IMPERIAL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ATADURA DE CREPOM TIPO I, MEDINDO 15 CM DE LARGURA POR 1,80 M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COM PESO DE 32,7 G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 90% DE ALGODÃO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14056.	UN	BIOTEXTIL	1.000,000	0,9000	900,00
4	ATADURA DE CREPOM TIPO I, MEDINDO 20 CM DE LARGURA POR 1,80 M DE COMPRIMENTO, COM DENSIDADE DE 13 FIOS/CM2, COM PESO DE 42,8 G POR UNIDADE, CONFECCIONADA EM TECIDO COM NO MÍNIMO 90% DE ALGODÃO, FIOS DE ALTA TORÇÃO, POSSUINDO BASTANTE ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, ENROLADAS SOBRE SI MESMAS, APARÊNCIA UNIFORME, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, ISENTA DE RASGOS, IMPUREZAS, FIAPOS E QUAISQUER OUTROS DEFEITOS QUE POSSAM AFETAR SEU DESEMPENHO DURANTE O USO. EMBALADAS INDIVIDUALMENTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14056.	UN	BIOTEXTIL	20,000	1,2400	24,80
10	COMPRESSAS DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL, MEDINDO 7,5X7,5CM FECHADA E 15X30CM ABERTA, DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM2, CONFECCIONADAS EM FIOS DE 100% ALGODÃO, TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDOS, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O ESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 500 G POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 14056.	PCT	BIOTEXTIL	20,000	19,5000	390,00
12	ESPARADRAPO, MEDINDO 10 CM DE LARGURA POR 4,5M DE COMPRIMENTO CONFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, IMPERMEÁVEL, MASSA ADESIVA A BASE DE BORRACHA NATURAL, ÓXIDO DE ZINCO E RESINAS, HIPOALERGÊNICO, BOA ADERÊNCIA, BORDAS EM PICOTES, ENROLADO EM CARRETEL COM CAPA PROTETORA, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DE LOTE E REGISTRO NA ANVISA.	UN	MISSNER	10,000	5,8000	58,00
15	LENÇOL DESCARTÁVEL, NÃO TECIDO, COM ELÁSTICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,00 MT X 90CM, MICRO PERFURADO, GRAMATURA MAIOR OU IGUAL A 20G/M², EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES E COM IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E DO PRODUTO	PCT	ANADONA	300,000	8,6000	2.580,00
17	LUVA DE PROCEDIMENTO NITRÍLICA, SEM TALCO, NÃO ESTÉRIL, ISENTA DE PÓ, TAMANHO M, CAIXA COM 100 UNIDADES- AMBIDESTRA - COR - BRANCO OU AZUL	CX	DESCARPACI	100,000	16,5000	1.650,00
23	TIRANTE TIPO/MODELO ARANHA ADULTO DESTINADO À FIXAÇÃO DE VÍTIMA EM PRANCHA RÍGIDA; 2.1 CONFECCIONADO EM FITA TIPO CADARÇO DE NYLON COM 50MM DE LARGURA; 2.2 DEVERÁ POSSUIR 1 TIRANTE LONGITUDINAL NA COR PRETA COM ALTURA REGULÁVEL EM 15CM, CONFORME O TAMANHO DA VÍTIMA; 2.3 EM SUA PARTE SUPERIOR DEVERÁ HAVER UMA BIFURCAÇÃO COSTURADA NA FITA COM SAÍDA EM V PARA MELHOR COLOCAÇÃO NA PRANCHA E AJUSTE AO TÓRAX DO PACIENTE; 2.4 OS DEMAIS QUATRO TIRANTES QUE FAZEM PARTE DO SISTEMA ÚNICO DEVERÃO SER TRANSVERSAIS E REGULÁVEIS EM SUAS ALTURAS PARA FÁCIL ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE PRANCHA RÍGIDA; 2.5 DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM CORES VIVAS E DISTINTAS PARA EVITAR ERROS QUANDO DA FIXAÇÃO; 2.6 TODO O SISTEMA DEVERÁ SER FIXADO COM VELCRO DE 50MM DE LARGURA TIPO MACHO/FÊMEA COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE; 2.7 TAMANHO ADULTO.	UN	FIBRA	150,000	34,8500	5.227,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 7/12

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 16906 - SAÚDE IMPERIAL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	TIRANTE TIPO/MODELO ARANHA INFANTIL DESTINADO À FIXAÇÃO DE VÍTIMA EM PRANCHA RÍGIDA; 3.1 CONFECCIONADO EM FITA TIPO CADARÇO DE NYLON COM 50MM DE LARGURA; 3.2 DEVERÁ POSSUIR 1 TIRANTE LONGITUDINAL NA COR PRETA COM ALTURA REGULÁVEL EM 15CM, CONFORME O TAMANHO DA VÍTIMA; 3.3 EM SUA PARTE SUPERIOR DEVERÁ HAVER UMA BIFURCAÇÃO COSTURADA NA FITA COM SAÍDA EM V PARA MELHOR COLOCAÇÃO NA PRANCHA E AJUSTE AO TÓRAX DO PACIENTE; 3.4 OS DEMAIS QUATRO TIRANTES QUE FAZEM PARTE DO SISTEMA ÚNICO DEVERÃO SER TRANSVERSAIS E REGULÁVEIS EM SUAS ALTURAS PARA FÁCIL ADAPTAÇÃO EM QUALQUER TIPO DE PRANCHA RÍGIDA; 3.5 DEVERÁ SER CONFECCIONADO EM CORES VIVAS E DISTINTAS PARA EVITAR ERROS QUANDO DA FIXAÇÃO; 3.6 TODO O SISTEMA DEVERÁ SER FIXADO COM VELCRO DE 50MM DE LARGURA TIPO MACHO/FÊMEA COM MATERIAL DE ALTA QUALIDADE; 3.7 TAMANHO INFANTIL.	UN	FIBRA	15,000	33,0700	496,05

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 12/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019****CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 9/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 12/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Página: 11/12
Processo Nº.: 12/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 12/12

FUNDO MUN REEQ DO CORPO BOMBEIROS SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 7 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

BLUMEDICA PROD. MED. E CIRURG. LTDA.	CNPJ: 01.470.743/0001-98	_____
INFINITY MEDICAMENTOS EIRELI	CNPJ: 23.240.000/0001-64	_____
SANIMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. HOSP. EIRELI	CNPJ: 24.537.945/0001-05	_____
SAÚDE IMPERIAL COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 00.301.460/0001-50	_____
SERMEDICALL ARP. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 93.726.446/0001-89	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/FMS/2019

Publicação Nº 2219172

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2019**

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.361.788/0001-73, com sede administrativa localizada na PCA. DEP. WALTER VICENTE GOMES 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2019, Processo Licitatório nº. 16/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
12181	A.V.COMERCIO ATACADISTA EIRELI	9, 123
16859	ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	4, 60, 63, 99, 100, 101, 102, 112, 120, 155, 169, 174, 205
13050	ANDREA NASCIMENTO ME	3, 54
16697	CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	2, 53, 89, 161, 175, 176, 178, 179, 180, 190, 192, 200, 201, 202
6602	COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	91, 92, 93, 94, 96, 97, 98
6460	FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	158, 208
13036	INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	
7240	LA DALLA PORTA JUNIOR	25, 39, 40, 42, 61, 74, 95, 105, 117
15383	MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA	33, 34, 35, 36, 50, 83, 84, 85, 118, 119, 138, 139, 140, 143, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 199, 203, 204, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225
13061	MAYCON WILL EIRELI EPP	48
16858	MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA	1, 14, 15, 28, 29, 41, 43, 52, 59, 73, 75, 78, 108, 121, 136, 142, 162, 177, 206, 226
14989	METROMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA	16, 30, 37, 38, 51, 64, 87, 103, 114, 137, 147, 150, 152, 185, 197, 207
15608	OLIMED MATERIAIS HOSPITALAR LTDA	7, 32, 49, 104, 113, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 164
8913	PRODUVALE PROD. HOSP. LTDA	6, 8, 11, 12, 13, 23, 24, 26, 27, 31, 45, 46, 65, 72, 79, 80, 81, 86, 122, 145, 154, 163, 165, 166, 167, 191, 227
15031	PROSAUDE DIST. MEDICAMENTOS LTDA ME	
6533	SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	10, 47, 55, 88, 90, 106, 107, 110, 170, 171, 172, 173, 193, 194, 195, 196, 198
9480	TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MAT. HOSP. LTDA	44, 56, 58, 66, 68, 109, 111, 124, 141, 144, 151, 153, 209

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.V.COMERCIO ATACADISTA EIRELI	16.858.182/0001-76	HILTON DOS SANTOS	004.492.999-45
ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	12.014.370/0001-67	DALCI DAMBROS	546.515.499-34
ANDREA NASCIMENTO ME	17.415.173/0001-73	Valerio Antenor de Miranda	690.656.919-87
CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	01.328.535/0001-59	Alex Oliveira de Almeida	055.483.939-36
COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	03.800.317/0001-09	Marcos Antonio Lobo	043.585.139-05
FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	07.164.711/0001-40	Marcia Aparecida Warmling	014.341.099-76
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	12.889.035/0001-02	Flavio Rogerio Ribas Vieira	408.172.880-15
LA DALLA PORTA JUNIOR	11.145.401/0001-56	Sergio Carlos Zipf	391.128.539-68
MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA	03.968.926/0001-63	Marciel Carlos da Costa	042.300.638-06
MAYCON WILL EIRELI EPP	18.712.730/0001-80	Luiz Fernando de Oliveira	910.438.169-68
MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA	25.463.374/0001-74	PATRICK LUTIANI GOMES	026.698.529-71
METROMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA	83.157.032/0001-22	Julio Cezar Tondolo	541.837.900-34
OLIMED MATERIAIS HOSPITALAR LTDA	03.033.589/0001-12	Robson Emanuel Albano Hasckel	063.372.779-29
PRODUVALE PROD. HOSP. LTDA	03.505.263/0001-40	Marcos Antonio Gugelmin Velho	481.280.589-91
PROSAUDE DIST. MEDICAMENTOS LTDA ME	85.247.385/0001-49		

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 2/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	05.531.725/0001-20	Luiz Felipe Fernandes Pacheco	074.307.349-52
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MAT. HOSP. LTDA	06.555.143/0001-46	Edivaldo Jose da Silva	979.665.339-72

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM., inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6460 - FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
158	SAF GEL. CURATIVO HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS, NÃO ESTÉRIL	TB	SAF GEL	150,000	49,9000	7.485,00
208	TIRAS PARA MEDIÇÃO QUANTITATIVA DE GLICOSE QUE UTILIZE SANGUE CAPILAR, COM CAPACIDADE DE MEDIÇÃO ENTRE 10 A 600MG/DL, TECNOLOGIA DE GLICOSE POR DESIDROGENASE, QUE MEÇA POR AMPEROMETRIA, SISTEMA "NO CODE" SEM CHIP DE CÓDIFICAÇÃO, MEMÓRIA PARA NO MÍNIMO 400 TESTES. A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ FORNECER NA FORMA DE COMODATO SEM CUSTOS PARA A CONTRATANTE 500 APARELHOS COMPATIVELIS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO DOS APARELHOS, CAIXA COM 50 TIRAS. APRESENTAR BULA ORIGINAL DO PRODUTO OFERTADO EM PORTUGUÊS, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, RESPONSÁVEL TÉCNICO, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E VALIDADE.	UN	ACCU CHEK I	180.000,000	0,5500	99.000,00

Fornecedor: 6533 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	ALGODÃO HIDROFILO 500G 100% ALGODÃO, LARGURA MÍNIMA DE 24CM, ISENTA DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, ALVEGANTES ÓPTICOS E INODORO, ALTA CAPACIDADE DE ABSORÇÃO, COM CAMADAS SOBREPOSTAS FORMANDO UMA MANTA COM ESPESSURA UNIFORME ENTRE 01 A 1,50CM E REGULARMENTE COMPACTO, ENROLADO EM PAPEL APROPRIADO EM TODA SUA EXTENSÃO.	PCT	MELHORMED	400,000	8,4800	3.392,00
47	CLOREXIDINA 2% AQUOSA 1000 ML	LT	RIOQUÍMICA	130,000	13,5000	1.755,00
55	COMPRESSA DE GAZE ESTERIL, 13 FIOS SEM FILAMENTO RADIOPACO, 5 DOBRAS, 8 CAMADAS, 7,5X7,5 CM FECHADA E15X30CM ABERTA, CONTENDO 10 UNIDADES.	PCT	HERIKA/AMEI	12.000,000	0,3800	4.560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 3/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 6533 - SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
88	FIO ACIDO POLI GLICOLICO VIOLETA 3-0 AGULHA 3/8 CIRCULAR CILINDRICA 3.0 CM.DESCRICÃO: FIO DE SUTURA CIRÚRGICA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL, COMPOSTO DE HOMOPOLÍMERO DE ÁCIDO GLICÓLICO E UMA CAMADA DE ESTEARATO DE CÁLCIO, TEM CARACTERÍSTICA NÃO ANTIGÊNICAS E NÃO PIROGÊNICAS, PROVOCANDO REAÇÃO MÍNIMA NO TECIDO. SUTURA NA FORMA TINGIDA, DURANTE A POLIMERIZAÇÃO COM D+C VIOLETA Nº 3 E NÃO TINGIDA (NATURAL). FIO DE SUTURA SINTÉTICO ABSORVÍVEL DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA FARMACOPÉIA EUROPÉIA E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS SINTÉTICOS E COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA NORMA NBR 13904 DA ABNT DE FIOS PARA SUTURAS CIRÚRGICAS. FIO 70 CM DE COMPRIMENTO, ESTÉRIL, EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, ACONDICIONADA EM CAIXA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS.	UN	BIOLINE	120,000	5,1450	617,40
90	FIO CATGUT CROMADO 4-0 AGULHA 3/8 CIR.CIL 3.0 CM. C/ 24 UND DESCRICÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT3-0 AGULHA 3/8 CIRCULAR CILINDRICA 3,0 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	BIOLINE	60,000	75,6140	4.536,84
106	FITA MICROPOROSA 100MM X 10 METROS	RL	AD PELE	800,000	6,0000	4.800,00
107		RL	MISSNER	1.000,000	2,7700	2.770,00
110	FRASCO PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL 300ML	UN	FBM	7.500,000	0,5800	4.350,00
170	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL N. 06	UN	MARKMED	6.000,000	0,3640	2.184,00
171	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 08	UN	MARKMED	8.000,000	0,3790	3.032,00
172	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL Nº 10	UN	MARKMED	30.000,000	0,3930	11.790,00
173	SONDA DE ASPIRAÇÃO TRAQUEAL NUMERO 12	UNID	MARKMED	6.000,000	0,4020	2.412,00
193	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 14	UN	MARKMED	2.000,000	0,4500	900,00
194	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 06	UNID	MARKMED	1.500,000	0,3640	546,00
195	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 08	UN	MARKMED	5.000,000	0,3820	1.910,00
196	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 10	UN	MARKMED	14.000,000	0,3930	5.502,00
198	SONDA URETRAL DE ALIVIO	UN	MARKMED	14.000,000	0,4020	5.628,00

Fornecedor: 6602 - COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
91	FIO CATGUT CROMADO 0 AGULHA 1/2 CIR.CIL 4.0 CM. C/ 24 UND DESCRICÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT 0 AGULHA ½ CIRCULAR CILINDRICA 4.0 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	60,000	71,6000	4.296,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 4/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 6602 - COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
92	FIO CATGUT CROMADO 2-0 AGULHA 1/2 CIR.CIL 4,0 CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT 2-0 AGULHA ½ CIRCULAR CILINDRICA 4,0 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	60,000	71,6000	4.296,00
93	FIO CATGUT CROMADO 2-0 AGULHA 3/8 CIR.CIL 3,0 CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT 2-0 AGULHA 3/8 CIRCULAR CILINDRICA 3,0 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	60,000	57,2800	3.436,80
94	FIO CATGUT CROMADO 3-0 AGULHA 3/8 CIR.CIL 3,0 CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT3-0 AGULHA 3/8 CIRCULAR CILINDRICA 3,0 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	60,000	57,2800	3.436,80
96	FIO CATGUT SIMPLES 0 AGULHA 1/2 CIR.CIL. 4,0CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITA UNIFORME, PURIFICADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO AMARELO PALHA, PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS. ESPECIFICAÇÕES: CATGUT SIMPLES 0 AGULHA ½ CIRCULAR CILINDRICA 4,0 CM - 75 CM COMPRIMENTO. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	50,000	69,0100	3.450,50
97	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 AGULHA 1/2 CIR.CIL 4,0CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL, SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITA UNIFORME, PURIFICADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO AMARELO PALHA, PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS. ESPECIFICAÇÕES: CATGUT SIMPLES 2-0 AGULHA 1/2 CIRCULAR CILINDRICA 4,0 - 75 CM DE COMPRIMENTO. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	60,000	69,0100	4.140,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 5/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 6602 - COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
98	FIO CATGUT SIMPLES 2-0 AGULHA 3/8CIR.CIL.3,0CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL. SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITA UNIFORME, PURIFICADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO AMARELO PALHA, PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS. ESPECIFICAÇÕES: CATGUT SIMPLES 2-0 AGULHA 3/8 CIRCULAR CILINDRICA.3,0 CM - 75 CM DE COMPRIMENTO. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	Covidien	60,000	58,5900	3.515,40

Fornecedor: 7240 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	ATADURA GESSADA 12CMX3M	UN	POLAR FIX	30,000	1,4000	42,00
39	CATETER INTRAVENOSO NUMERO 14 EM POLIUTERANO OU TEFLON, CANULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADO, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIAO DO TUBO COM AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CAMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NESSECIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAUDE COM AGULHA APOS A PUNÇÃO. FILTRO HIDROFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ESTERIL, ATOXICO E EPIROGENICO. ESTERELIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UNID	DESCARPACI	250,000	1,4900	372,50
40	CATETER INTRAVENOSO NUMERO 16 EM POLIUTERANO OU TEFLON, CANULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADO, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIAO DO TUBO COM AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CAMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NESSECIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAUDE COM AGULHA APOS A PUNÇÃO. FILTRO HIDROFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ESTERIL, ATOXICO E EPIROGENICO. ESTERELIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UNID	DESCARPACI	300,000	1,4400	432,00
42	CATETER INTRAVENOSO NUMERO 20 EM POLIUTERANO OU TEFLON, CANULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADO, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIAO DO TUBO COM AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CAMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NESSECIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAUDE COM AGULHA APOS A PUNÇÃO. FILTRO HIDROFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ESTERIL, ATOXICO E EPIROGENICO. ESTERELIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	DESCARPACI	1.000,000	1,5300	1.530,00
61	DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFICIES FIXAS E ARTIGOS NAO CRITICOS. SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIO, GALÃO COM 5 LITROS.	GAL	CICLOFARMA	100,000	23,3700	2.337,00
74	ESFIGMOMANÔMETRO BRAÇADEIRA P/ OBESO VELCRO, PARA MEDIÇÃO DE PRESSÃO ARTERIAL, MANÔMETRO DE ALTA PRECISÃO C/ TECNOLOGIA JAPONESA, BRAÇADEIRA C/ COM MANGUITO EM PVC (CIRCUNFERÊNCIA DE 35 ATÉ 51 CM), BRAÇADEIRA GRANDE EM NYLON COM FECHO DE VELCRO NA COR AZUL MARINHO, RECOMENDADO PARA USO DOMÉSTICO E HOSPITALAR, CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 MANÔMETROS, 01 BRAÇADEIRAS, 01 VÁLVULAS DE DEFLAÇÃO, 01 PÉRA, 01 ESTOJOS PARA VIAGEM, VERIFICADO E APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 01 ANO.	UN	ACCUMED	10,000	48,7500	487,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 6/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 7240 - LA DALLA PORTA JUNIOR

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
95	FIO CATGUT CROMADO 5-0 AGULHA ½ CIR.CIL 1,5 CM. C/ 24 UND DESCRIÇÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL. SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT 5-0 AGULHA 1/2 CIRCULAR CILINDRICA 1,5 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	ACE	50,000	84,5000	4.225,00
105	FITA MICROPORE 2,5CM X 4,5MT	RL	CRAL	1.300,000	1,4400	1.872,00
117	LÂMINA BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 15, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, EMBALADA INDIVIDUALMENTE	CX	ADVANTIVE	20,000	22,7400	454,80

Fornecedor: 8913 - PRODUVALE PROD. HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
6	AGULHA 25X7 C/100 UN	CX	SR	1.200,000	4,9400	5.928,00
8	AGULHA DESCARTAVEL 20X5,5 C/100	CX	SR	350,000	4,9400	1.729,00
11	ALGODÃO ORTOPEDICO 10CMX1,0M.	UN	POLAR FIX	150,000	0,3600	54,00
12	ALGODÃO ORTOPEDICO 12CMX1,0M.	UN	POLAR FIX	150,000	0,4400	66,00
13	ALGODÃO ORTOPEDICO 15CMX1,0M.	UNID	POLAR FIX	150,000	0,5500	82,50
23	ATADURA GESSADA 08CMX2M.	UNID	POLAR FIX	30,000	0,9000	27,00
24	ATADURA GESSADA 10CMX3M	UNID	CREMER	30,000	0,9000	27,00
26	ATADURA GESSADA DE 15CMX3M	UN	CREMER	50,000	1,3700	68,50
27	ATADURA GESSADA DE 20CMX4M	UNID	CREMER	50,000	2,3100	115,50
31	BOBINA PARA ELETROCARDIOGRAMA 216MMX30M	RL	TECNOPRINT	30,000	18,5500	556,50
45	CATETER PARA OXIGENIO TIPO ÓCULOS	UN	MEDSONDA	800,000	0,7100	568,00
46	CLAMP UMBILICAL	UN	ADLIN / VAGI	500,000	0,3200	160,00
65	DISPOSITIVO PARA INCONTINÊNCIA URINÁRIA COM EXTENSÃO Nº5	UN	URITEX	600,000	1,6000	960,00
72	ESCOVA GINECOLOGICA DESC. ESTÉRIL PCT C/ 100 UND	PCT	KOLPLAST	60,000	14,2000	852,00
79	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E LUBRIFICADO (TAMANHO G)	UN	ADLIN	50,000	0,9800	49,00
80	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E LUBRIFICADO (TAMANHO M)	UN	ADLIN	2.000,000	0,8600	1.720,00
81	ESPECULO VAGINAL DESCARTÁVEL E LUBRIFICADO (TAMANHO P)	UN	ADLIN	3.000,000	0,7800	2.340,00
86	FIO ACIDO POLIGLICÓLICO VIOLETA 0, AGULHA 1/2 CIRCULAR CILINDRICA 4,0 CM.DESCRICÃO: FIO DE SUTURA CIRÚRGICA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL. COMPOSTO DE HOMOPOLÍMERO DE ÁCIDO GLICÓLICO E UMA CAMADA DE ESTEARATO DE CÁLCIO, TEM CARACTERÍSTICA NÃO ANTIGÊNICAS E NÃO PIROGÊNICAS. PROVOCANDO REAÇÃO MÍNIMA NO TECIDO.SUTURA NA FORMA TINGIDA, DURANTE A POLIMERIZAÇÃO COM D+C VIOLETA Nº 2 E NÃO TINGIDA (NATURAL). FIO DE SUTURA SINTÉTICO ABSORVÍVEL DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA FARMACOPÉIA EUROPEIA E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS SINTÉTICOS E COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA NORMA NBR 13904 DA ABNT DE FIOS PARA SUTURAS CIRÚRGICAS. FIO 70 CM DE COMPRIMENTO. ESTÉRIL. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. ACONDICIONADA EM CAIXA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS.	UNID	SHALON	150,000	4,2700	640,50
122	LENÇOL DESCARTÁVEL PARA MACA COM ELÁSTICO, PACOTES COM 10 UNIDADES.	UN	ANADONA	850,000	7,6800	6.528,00
145	PAPEL GRAU CIRÚRGICO ROLO 30X50MT.	RL	HOSPFLEX	200,000	58,0000	11.600,00
154	PROPE DESCARTAVEL TAMANHO GRANDE PACOTE COM 100	PCT	ANADONA	50,000	5,0000	250,00
163	SERINGA 03 ML DESCARTÁVEL S/ AGULHA	UN	SR	23.000,000	0,1000	2.300,00
165	SERINGA 10 ML DESCARTÁVEL S/ AGULHA	UN	SR	20.000,000	0,2180	4.360,00
166	SERINGA 20 ML S/ AGULHA	UN	SR	10.000,000	0,3350	3.350,00
167	SERINGA 60 ML DESCARTÁVEL S/ AGULHA (TIPO CATETER) COM BICO GRANDE P/ ALIMENTAÇÃO	UN	SR	7.000,000	1,3780	9.646,00
191	SONDA P/ NUTRIÇÃO ENTERAL POLIURETANO 08FR	UNID	EMBRAMED	150,000	7,9000	1.185,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 7/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 8913 - PRODUVALE PROD. HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
227	VASELINA LIQUIDA 1000ML	LT	CINORD	100,000	13,6200	1.362,00

Fornecedor: 9480 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MAT. HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
44	CATETER INTRAVENOSO NUMERO 24 EM POLIUTERANO OU TEFLON, CANULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIA DO, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIAO DO TUBO COM AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CAMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NESSECIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAUDE COM AGULHA APOS A PUNÇÃO. FILTRO HIDROFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ESTERIL, ATOXICO E EPIROGENICO. ESTERELIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UNID	HEALCATH	700,000	1,5600	1.092,00
56	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA NÃO ESTÉRIL MEDINDO 7,5X7,5CM FECHADA E 15X30CM QUANDO ABERTA, DENSIDADE DE 13 FIOS POR CM², CONFECCIONADAS EM FIOS 100% ALGODÃO EM TECIDO TIPO TELA, COM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, ALVEJADAS, PURIFICADAS E ISENTAS DE IMPUREZAS, SUBSTÂNCIAS GORDUROSAS, AMIDO, CORANTES CORRETIVOS E ALVEJANTES ÓPTICOS. POSSUIR DOBRAS UNIFORMES E PARA DENTRO EM TODA SUA EXTENSÃO PARA EVITAR O DESFIAMENTO. EMBALADAS EM PACOTES COM 500 UNIDADES COM PESO MÍNIMO DE 500 GRAMAS POR PACOTE. O PRODUTO DEVERÁ ATENDER NA ÍNTEGRA AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13.843.	PCT	BIOTEXTIL	4.500,000	17,3000	77.850,00
58	CUBA REDONDA 9 X 5 CM ASSEPCIA	UN	FAMIITA	40,000	11,4500	458,00
66	DISPOSITIVO PERFURANTE PARA IRRIGAÇÃO PARA USO EM FRASCOS DE SOLUÇÃO DE SISTEMA FECHADO, EM PLÁSTICO RESISTENTE, ESTERIL, EXCLUSIVO PROTETOR DE CONE LUER EM PONTA PERFURANTE, E TAMPA PROTETORA DE FECHAMENTO DO SISTEMA FRASCO/DISPOSITIVO COM FORMATO ANATOMICO E FACIL MANUSEIO QUE DIRECIONA O FLUXO. COM ASA DE PERGA ERGONOMICA, DE NO MÍNIMO 30MM. EMBALAGEM INDIVIDUAL CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, LOTE, PROCEDENCIA E VALIDADE.	UNID	TKL	500,000	0,5700	285,00
68	EQUIPO TIPO MACROGOTAS ESTÉRIL PARA SOLUÇÃO ENTERAL. CARACTERÍSTICAS: CÂMARA FLEXÍVEL COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 9ML, GOTEJADORAS MACROGOTAS (20 GOTAS/ML) TRANSPARENTE, FILTRO DE PARTÍCULAS DE 15µi QUE RETÉM PARTÍCULAS EM SUSPENSÃO, REGULADOR DE FLUXO DE ALTA PRECISÃO QUE PERMITE RIGOROSO CONTROLE DE GOTEJAMENTO, SEM CAUSAR DANO OU DETERIORIZAÇÃO ENTRE O REGULAR DO FLUXO E O TUBO, DISPOSITIVO QUE PERMITE ENCURTAR O SISTEMA QUANDO NECESSÁRIO, ENTRADA DE AR COM FILTRO DE PARTÍCULAS, HIDRÓFOTO E BACTERIOLÓGICOS DE 0,22µi, LANCETA PERFURANTE TRIFACETADA, PADRÃO ISO, PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO COM TAMPA PROTETORA, OCLUSÃO RÁPIDA DO FLUXO SEM ROMPIMENTO DO TUBO OU EFEITO MEMÓRIA INJETOR LATERAL EM Y COM SUPORTE PARA DEDOS. ITEM DE SEGURANÇA CONFORME NR 32. CONEXÃO DISTAL LUER SLIP E LOCK ROTATIVO COM DISPOSITIVO QUE PERMITA A RETIRADA DE AR DO SISTEMA SEM DESCONECTAR A TAMPA, QUE ATENDA NA ÍNTEGRA A PORTARIA Nº 502, DE 29/12/2011 - INMETRO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER NA ROTULAGEM DADOS COMO, EQUIPO DE USO ÚNICO, DATA DE VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO, LOTE E ESTÉRIL. EMBALADO COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO NÃO PERMITINDO COLAR APÓS A ABERTURA.	UN	TKL	2.000,000	2,0000	4.000,00
109	FIXADOR CITOLÓGICO EM AEROSOL 100ml	FRA	CRAL	100,000	5,3500	535,00
111	GARROTE ADULTO COM TRAVA	UNID	PREMIUM	50,000	5,5000	275,00
124	LOÇÃO OLEOSA À BASE DE A.G.E. (ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS). EMBALAGEM 200ML. COM VITAMINAS A E E. COMPOSIÇÃO: ÁCIDO CÁPRICO, ÁCIDO CAPRÍLICO, ÁCIDO CAPRÓICO, ÁCIDO LAÚRICO, ÁCIDO LINOLÉICO, LECITINA, PALMITATO DE RETINOL, ACETATO DE TOCOFEROL E ALFA-TOCOFEROL, ÓLEO DE GIRASSOL, ÓLEO DE COPAÍBA, ÓTIMA ABSORÇÃO, FÁCIL DE ESPALHAR. EMBALAGEM PLÁSTICA, ROTULADA COM A IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PRAZO DE VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, INSTRUÇÕES E CUIDADOS NA UTILIZAÇÃO.	FRA	NUTRIEX	200,000	22,5000	4.500,00
141	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA C/ ELASTICO	PCT	OLIMED	380,000	4,3500	1.653,00
144	PAPEL GRAU CIRÚRGICO ROLO 12X50MT.	RL	HARBO	300,000	24,0500	7.215,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 8/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 9480 - TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MAT. HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
151	PINÇA ANATÔMICA DISSEÇÃO 14CM	UN	ABC	45,000	9,3000	418,50
153	PORTA AGULHA 18CM	UN	ABC	10,000	33,7000	337,00
209	TOUCA (GORRO) SANFONADA DESCARTÁVEL CONTENDO 100 UNIDADES.	PCT	FARMATEX	400,000	4,5300	1.812,00

Fornecedor: 12181 - A.V.COMERCIO ATACADISTA EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
9	ALCOOL 70% ETILICO HIDRATADO 1000ML	LT	SAUBA	500,000	3,7000	1.850,00
123	LUVA DE PROCEDIMENTO SEM TALCO NITRILICA TAMANHO M. CX COM 100 UNIDADES.	CX	DESCARPACI	200,000	15,6000	3.120,00

Fornecedor: 13050 - ANDREA NASCIMENTO ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ÁGUA DESTILADA 1L	UN	CAITHEC	90,000	2,6000	234,00
54	COMPRESSA DE GAZE CIRURGICA (CAMPO OPERATORIO) PACOTE COM 50 UNIDADES. GAZE TAMANHO 45CMX50CM COM 35G, COMFECCIONADO EM TECIDO 100% ALGODÃO, ISENTO DE IMPUREZAS, COM 4 CAMADAS SOBREPOSTAS FIXAS ENTRE SI DE FORMA A EVITAR O DESFIAMENTO ENTRE AS MESMAS, NAO ESTERIL ALTAMENTE ABSORVENTE, COM CADAÇO DUPLO EM FORMA DE ALÇA, COM FIO RADIOPACO.	PCT	MELHORMED	700,000	60,7000	42.490,00

Fornecedor: 13061 - MAYCON WILL EIRELI EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
48	CLOREXIDINA ALCOOLICA 0,5%, 1000ML	LT	Septmax	150,000	8,1200	1.218,00

Fornecedor: 14989 - METROMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	APARELHO PARA TRICOTOMIA (BARBEAR) PACOTE COM 2 UNIDADES	PCT	Maxicor	700,000	0,7500	525,00
30	BATERIA ALCALINA 9 V	UNID	Alfacel	50,000	3,0200	151,00
37	CANULAS DE GUEDEL Nº4	PCT	MD	15,000	2,6000	39,00
38	CANULAS DE GUEDEL Nº5	PCT	MD	15,000	2,6000	39,00
51	COLETOR DE FEZES COM 100 - 80ML C/ PÁ	FRS	Cral	180,000	25,9400	4.669,20
64	DISPOSITIVO P/ INCONTINÊNCIA URINÁRIA Nº6	UNID	Biosani	600,000	0,7400	444,00
87	FIO ACIDO POLIGLÓLICO VIOLETA 2, AGULHA 1/2 CIRCULAR CILINDRICA 3.5 CM.DESCRICÃO: FIO DE SUTURA CIRÚRGICA SINTÉTICO E ABSORVÍVEL, COMPOSTO DE HOMOPOLÍMERO DE ÁCIDO GLICÓLICO E UMA CAMADA DE ESTEARATO DE CÁLCIO, TEM CARACTERÍSTICA NÃO ANTIGÊNICAS E NÃO PIROGÊNICAS, PROVOCANDO REAÇÃO MÍNIMA NO TECIDO. SUTURA NA FORMA TINGIDA, DURANTE A POLIMERIZAÇÃO COM D+C VIOLETA Nº 2 E NÃO TINGIDA (NATURAL). FIO DE SUTURA SINTÉTICO ABSORVÍVEL DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA FARMACOPÉIA EUROPÉIA E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS SINTÉTICOS E COM AS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS PELA NORMA NBR 13904 DA ABNT DE FIOS PARA SUTURAS CIRÚRGICAS. FIO 70 CM DE COMPRIMENTO. ESTÉRIL. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA. ACONDICIONADA EM CAIXA, DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS.	UNID	Shalon	120,000	6,4200	770,40
103	FITA ADESIVA HOSPITALAR 19MMX50M. CONFECCIONADA EM PAPEL CREPADO QUE ACEITE ESCRITA PARA IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL, RECOBERTO DE SUBSTÂNCIA ADESIVA UNIFORMEMENTE DISTRIBUÍDA, COM ADERÊNCIA EFICIENTE E DURADOURA, PORÉM, DE FÁCIL REMOÇÃO, SEM RASGAR, SEM DEIXAR RESÍDUOS OU MANCHAS NA SUPERFÍCIE, CAPAZ DE RESISTIR À UMIDADE E ÀS CONDIÇÕES TÉRMICAS DE AUTOCLAVAGEM. ENROLADA EM ANEL RÍGIDO. DEVE SER ARMAZENADA EM TEMPERATURA AMBIENTE, SEM QUE HAJA ALTERAÇÃO DO PRODUTO. EMBALADO INDIVIDUALMENTE, GARANTINDO SUA INTEGRIDADE DURANTE O TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO ATÉ O USO, TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE.	RL	Ciex	90,000	2,1300	191,70

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 9/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 14989 - METROMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
114	INDICADOR BIOLÓGICO, TERCEIRA GERAÇÃO, AUTOCONTIDO, AMPOLA COM MEIO DE CULTURA, BACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS, RESPOSTA EM 3 HORAS, PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR	UNID	Clean Test	170,000	12,0400	2.046,80
137	MALETA DE PRIMEIROS SOCORROS PEQUENA	UN	Plasnorth	25,000	29,9000	747,50
147	PILHA ALCALINA 1,5V PEQ AA2	UNID	Alfacell	50,000	3,1600	158,00
150	PILHA GRANDE 1,5 C/4	PCT	Alfacell	100,000	18,9000	1.890,00
152	PORTA AGULHA 14CM	UN	ABC	15,000	21,2600	318,90
185	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº10: DESCARTÁVEL, PLÁSTICA, MALEÁVEL, ORIFÍCIOS QUE PROPORCIONE INTRODUÇÃO E FLUXO SEGUROS, ESTÉRIL, ATÓXICA, TRANSPARENTE, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, CONECTOR RESISTENTE COM AJUSTE SEGURO AO EXTENSOR, TAMPA SEGURA, RESISTENTE DE FÁCIL MANUSEIO, EMBALAGEM UNITÁRIA, COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	UN	Biosani	40,000	0,6600	26,40
197	SONDA URETRAL DE ALIVIO Nº 16	UN	Biosani	500,000	0,4900	245,00
207	TESOURA PARA RETIRADA DE PONTOS	UN	ABC / Iris	20,000	17,2000	344,00

Fornecedor: 15383 - MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
33	CANULAS DE GUEDEL Nº0	PCT	ADVANTIVE	15,000	1,9900	29,85
34	CANULAS DE GUEDEL Nº1	PCT	ADVANTIVE	15,000	1,9900	29,85
35	CANULAS DE GUEDEL Nº2	PCT	ADVANTIVE	15,000	1,9900	29,85
36	CANULAS DE GUEDEL Nº3	PCT	ADVANTIVE	15,000	1,9900	29,85
50	COLETOR DE URINA INFANTIL UNISSEX PCT C/ 10	PCT	ADVANTIVE	10,000	2,3100	23,10
83	FAIXA LAMINADA DE ESMARCH 10 CM COMPOSIÇÃO LATEX NATURAL, 2M DE COMPRIMENTO, COR ROSA NATURAL	UNID	INDUFLEX	15,000	5,3500	80,25
84	FAIXA LAMINADA DE ESMARCH 15 CM COMPOSIÇÃO LATEX NATURAL, 2M DE COMPRIMENTO, COR ROSA NATURAL	UNID	INDUFLEX	15,000	7,4000	111,00
85	FAIXA LAMINADA DE ESMARCH 20 CM COMPOSIÇÃO LATEX NATURAL, 2M DE COMPRIMENTO, COR ROSA NATURAL	UNID	INDUFLEX	15,000	10,1800	152,70
118	LÂMINA DE BISTURI ESTERELIXADA Nº 23, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, COM RESISTÊNCIA A CORROSÃO E PERDA DE AFIAÇÃO, UTILIZADA PARA CORTE DE PELE TECIDO E RETIRADA DE PONTOS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	ADVANTIVE	20,000	18,9000	378,00
119	LÂMINA DE BISTURI ESTERELIZADA Nº 11, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, COM RESISTÊNCIA E CORROSÃO E PERDA DE AFIAÇÃO, UTILIZADA PARA CORTE DE PELE TECIDO E RETIRADA DE PONTOS, CAIXA COM 100 UNIDADES.	CX	ADVANTIVE	20,000	18,9000	378,00
138	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 25CMX15M. COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E Nº DO LOTE.	RL	MSO	5,000	16,9800	84,90
139	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 15CMX15M. COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E Nº DO LOTE.	RL	MSO	5,000	9,3400	46,70
140	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICA 20CMX15M. COMPOSIÇÃO 100% ALGODÃO, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E Nº DO LOTE.	RL	MSO	5,000	12,3600	61,80
143	MASCARA VENTURI ADULTO COMPLETA	UN	ADVANTIVE	40,000	8,2000	328,00
181	SONDA NASO CURTA Nº 10	UNID	MEDSONDA	10,000	0,4600	4,60
182	SONDA NASO CURTA Nº 12	UN	MEDSONDA	10,000	0,4700	4,70
183	SONDA NASO CURTA NUMERO 4	UNID	MEDSONDA	10,000	0,4000	4,00
184	SONDA NASO CURTA NUMERO 6	UNID	MEDSONDA	10,000	0,4400	4,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 10/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 15383 - MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
186	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº16: DESCARTÁVEL, PLÁSTICA, MALEÁVEL, ORIFÍCIOS QUE PROPORCIONE INTRODUÇÃO E FLUXO SEGUROS, ESTÉRIL, ATÓXICA, TRANSPARENTE, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, CONECTOR RESISTENTE COM AJUSTE SEGURO AO EXTENSOR, TAMPA SEGURA, RESISTENTE DE FÁCIL MANUSEIO, EMBALAGEM UNITÁRIA, COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	UNID	MEDSONDA	90,000	0,8300	74,70
187	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº04: DESCARTÁVEL, PLÁSTICA, MALEÁVEL, ORIFÍCIOS QUE PROPORCIONE INTRODUÇÃO E FLUXO SEGUROS, ESTÉRIL, ATÓXICA, TRANSPARENTE, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, CONECTOR RESISTENTE COM AJUSTE SEGURO AO EXTENSOR, TAMPA SEGURA, RESISTENTE DE FÁCIL MANUSEIO, EMBALAGEM UNITÁRIA, COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	UNID	MEDSONDA	20,000	0,5520	11,04
188	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº05: DESCARTÁVEL, PLÁSTICA, MALEÁVEL, ORIFÍCIOS QUE PROPORCIONE INTRODUÇÃO E FLUXO SEGUROS, ESTÉRIL, ATÓXICA, TRANSPARENTE, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, CONECTOR RESISTENTE COM AJUSTE SEGURO AO EXTENSOR, TAMPA SEGURA, RESISTENTE DE FÁCIL MANUSEIO, EMBALAGEM UNITÁRIA, COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	UNID	MEDSONDA	30,000	0,5850	17,55
189	SONDA NASOGÁSTRICA LONGA Nº14: DESCARTÁVEL, PLÁSTICA, MALEÁVEL, ORIFÍCIOS QUE PROPORCIONE INTRODUÇÃO E FLUXO SEGUROS, ESTÉRIL, ATÓXICA, TRANSPARENTE, ISENTA DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, CONECTOR RESISTENTE COM AJUSTE SEGURO AO EXTENSOR, TAMPA SEGURA, RESISTENTE DE FÁCIL MANUSEIO, EMBALAGEM UNITÁRIA, COM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COM ABERTURA CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.	UNID	MEDSONDA	40,000	0,7400	29,60
199	SONDA URETRAL DE ALIVIO NUMERO 4	UN	MEDSONDA	100,000	0,3850	38,50
203	TALA ORTOPÉDICA ALUMÍNIO 19X2,5CM COM REVESTIMENTO DE ESPUMA, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE.	UN	MSO	12,000	0,8000	9,60
204	TALA ORTOPÉDICA ALUMÍNIO 16X2,5CM COM REVESTIMENTO DE ESPUMA, NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM CONTENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE.	UN	MSO	12,000	0,6200	7,44
210	TUBO DE LÁTEX 200 NÃO ESTÉRIL, EMBALAGEM COM 15 METROS, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE.	UNID	LATEX BR	5,000	15,8000	79,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 11/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 15383 - MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
212	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 4.0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N ° DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	10,000	3,4500	34,50
213	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 7.5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N ° DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	15,000	3,5000	52,50
214	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 3.0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N ° DO LOTE, CONFORME ABNT.	UN	VITAL GOLD	10,000	3,4500	34,50
215	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 3.5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N ° DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	10,000	3,4400	34,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 12/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 15383 - MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
216	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 4,5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	10,000	3,4400	34,40
217	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 5,0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	10,000	3,4500	34,50
218	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 6,0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	20,000	3,4500	69,00
219	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 6,5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	20,000	3,4500	69,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 13/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 15383 - MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
220	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 7.0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	10,000	3,4500	34,50
221	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 8.0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	10,000	3,4500	34,50
222	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 8.5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	1,000	3,4500	3,45
223	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 9.0. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N º DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	30,000	3,4500	103,50

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 14/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 15383 - MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
224	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 9,5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N ° DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	30,000	3,4500	103,50
225	TUBO ENDOTRAQUEAL COM BALÃO PARA ENTUBAÇÃO Nº 5,5. DESCARTÁVEL CONFECCIONADA EM PVC, TRANSPARENTE, FLEXÍVEL, TUBO COM FILAMENTO RADIOPACO, COM CONECTOR COM BAIXA PRESSÃO E ALTO VOLUME, COM GUARNIÇÃO PARA ADAPTAÇÃO DE SERINGAS, SEM MANDRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL, COM GRADUAÇÃO INDELÉVEL. TODO SISTEMA DEVE SER ATÓXICO, APIROGÊNICO, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, ISENTO DE RESÍDUOS E IMPUREZAS, RESISTENTE, DE FÁCIL MANUSEIO E OFERECER SEGURANÇA NA UTILIZAÇÃO, EMBALAGEM UNITÁRIA QUE PROPORCIONE ABERTURA FÁCIL, ASSÉPTICA E SEGURA, COM SELAGEM QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, TIPO E DATA DE ESTERILIZAÇÃO, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E N ° DO LOTE, CONFORME ABNT.	UNID	VITAL GOLD	20,000	3,4500	69,00

Fornecedor: 15608 - OLIMED MATERIAIS HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	AGULHA 40x12 C/100	CX	SR	2.000,000	5,5200	11.040,00
32	BOLSA COLETORA DE URINA 2000ML (SISTEMA FECHADO)	UN	GLOMED	900,000	2,3000	2.070,00
49	CLOREXIDINA DEGERMANTE 2% P/ ASSEPSIA MÃOS, 1000ML	LT	VIC PHARMA	150,000	11,2200	1.683,00
104	FITA ADESIVA SELADORA DE BANCADA	RL	PREVIJAN	10,000	60,0500	600,50
113	HASTAS FLÉXIVEIS COM PONTA DE ALGODÃO C/ 75 UNID.	CX	HIGIE TOPP	150,000	1,0400	156,00
115	JALECO DESCARTÁVEL EM TNT NA COR BRANCA, LONGO, MANGA LONGA, ABERTURA COM VELCRO OU BOTÃO, PACOTES COM 10 UNIDADES.	PCT	OLIMED	150,000	9,2200	1.383,00
125	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 6,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	MAXITEX	2.200,000	0,8300	1.826,00
126	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	MAXITEX	2.200,000	0,8300	1.826,00
127	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 7,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	MAXITEX	2.200,000	0,8300	1.826,00
128	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	MAXITEX	2.000,000	0,8300	1.660,00
129	LUVA CIRÚRGICA, LÁTEX NATURAL, 8,50, ESTÉRIL, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL, ATÓXICA, DESCARTÁVEL, ANATÔMICO, CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA	PAR	MAXITEX	1.000,000	0,8300	830,00
130	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA NÃO CIRURGICO FABRICADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL TIPO NÃO ESTERIL TAMANHO P	CX	GLOMED	600,000	14,1500	8.490,00
131	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA NÃO CIRURGICO FABRICADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL TIPO NÃO ESTERIL TAMANHO M	UN	GLOMED	600,000	14,1500	8.490,00
132	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA NÃO CIRURGICO FABRICADA EM LÁTEX DE BORRACHA NATURAL TIPO NÃO ESTERIL TAMANHO PP	CX	GLOMED	600,000	14,1500	8.490,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 15/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 15608 - OLIMED MATERIAIS HOSPITALAR LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
133	LUVA DE PROCEDIMENTO TALCADA NÃO CIRURGICO FABRICADA EM LATEX DE BORRACHA NATURAL TIPO NÃO ESTERIL TAMANHO G	CX	GLOMED	300,000	14,6200	4.386,00
134	LUVA ESTERIL TAMANHO 6,0, LATEX NATURAL, COMPRIMENTO MINIMO, 28 CM, LUBRIFICADA COM PO BIO ABSORVIVEL ATOXICO DESCARTAVEL, ANATOMICO, CONFORME NORMA ABNT COM ABERTURA ASSEPTICA	UNID	MAXITEX	800,000	0,9200	736,00
135	LUVA PLÁSTICA ESTÉRIL DESCARTÁVEL C/100 UNIDADES. FABRICADA EM POLIETILENO, TRANSPARENTE, TAMANHO ÚNICO, ATÓXICA E APIROGÊNICA. DESCARTÁVEL E DE USO ÚNICO.	PCT	LUPLAST	100,000	5,0200	502,00
164	SERINGA 05 ML DESCARTÁVEL S/ AGULHA	UN	SR	20.000,000	0,1200	2.400,00

Fornecedor: 16697 - CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	AGUA DESTILADA 10 ML AMPOLA COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE, E LOTE	AMP	SAMTEC	3.000,000	0,1470	441,00
53	COLETOR PARA MATERIAIS PERFUROCORANTES (CAPACIDADE 13 LITROS). CARACTERÍSTICAS: CAIXA DESCARTÁVEL (RECIPIENTE) CONFECCIONADA A PARTIR DO PAPELÃO ONDULADO (CAIXA EXTERNA E BANDEJA), PAPELÃO COURO (CINTA LATERAL E FUNDO RÍGIDO) E POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE (SACOLA PARA REVESTIMENTO) PARA DESCARTE DE OBJETOS CORTANTES E PERFURANTES. BOCAL ADAPTÁVEL QUE FACILITA DISPENSA DE VÁRIOS TAMANHOS DE OBJETOS, ALÇAS EXTERNAS E TAMPA DE SEGURANÇA COM TRAVA DUPLA. PRODUZIDO DE ACORDO COM NBR13853	UN	DESCARBOX	1.700,000	2,8900	4.913,00
89	FIO CATGUT CROMADO 1-0 AGULHA 1/2 CIR.CIL 4,0 CM. C/ 24 UN. DESCRIÇÃO: SUTURA CIRÚRGICA ABSORVÍVEL DE ORIGEM ANIMAL. SEROSA BOVINA SELECIONADA, CORTADA EM FITAS UNIFORMES, TRATADA DE FORMA MECÂNICA, FÍSICA E QUIMICAMENTE, RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO MARROM PROVIDA DE AGULHA CIRÚRGICA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS ABSORVÍVEIS.ESPECIFICAÇÕES: CATGUT 1 AGULHA ½ CIRCULAR CILINDRICA 4,0 CM - 75 CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	TECHNOFIO	50,000	84,9900	4.249,50
161	SCALP 25G CATETER PARA INFUSÃO VENOSA, AGULHA SILICONIZADA COM BISEL BI-ANGULADO E TRIFACETADO, PROTETOR DE AGULHA, COM ASAS LEVES E FLEXÍVEIS DOTADAS DE UM EXCLUSIVO DISPOSITIVO DE ENCAIXE, GARANTIR FIRME EMPUNHADORA, PERFEITA CONEXÃO DAS PARTES DO TUBO VINÍLICO TRANSPARENTE E LEVE, FLEXÍVEL, ATÓXICO E APIROGÊNICO, CONECTOR LUER-LOK CÔNICO E RÍGIDO, CODIFICADO POR CORES, DE ACORDO COM NBR 9753. DEVE ASSEGURAR PERFEITA CONEXÃO COM SERINGAS OU EQUIPOS DE BICO MACHO E SERINGAS OU DISPOSITIVOS LUER-LOK. ESTERILIZADO A ÓXIDO DE ETILENO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO, DEVE CONSTAR EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, FABRICAÇÃO, LOTE E ESTERILIZAÇÃO.	UN	SOLIDOR	2.500,000	0,1680	420,00
175	SONDA FOLEY 2 VIAS C/ BALONETE N. 12	UN	SOLIDOR	200,000	2,0740	414,80
176	SONDA FOLEY 2 VIAS C/ BALONETE N. 16	UNID	SOLIDOR	200,000	2,0740	414,80
178	SONDA FOLLEY 2 VIAS Nº14	UN	SOLIDOR	200,000	2,0740	414,80
179	SONDA FOLLEY 2 VIAS Nº20	UN	SOLIDOR	120,000	2,0740	248,88
180	SONDA FOLLEY NR. 18	UN	SOLIDOR	1.000,000	2,0740	2.074,00
190	SONDA P/ NUTRIÇÃO ENTERAL POLIURETANO 06FR	UNID	SOLUMED	150,000	8,5900	1.288,50
192	SONDA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL NUMERO 12	UNID	SOLUMED	40,000	8,5900	343,60
200	SORO FISIOLÓGICO 1000ML SISTEMA FECHADO 0,9%	UNID	J.P	9.000,000	4,1730	37.557,00
201	SORO FISIOLÓGICO 250ML SISTEMA FECHADO	FRA	J.P	8.000,000	2,1900	17.520,00
202	SORO FISIOLÓGICO 500ML SISTEMA FECHADO	FRA	J.P	10.000,000	2,6190	26.190,00

Fornecedor: 16858 - MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABAIXADOR DE LINGUA DE MADEIRA PAC. COM 100 UN	PCT	TALGE	350,000	2,5500	892,50
14	ALMOTOLIA BRANCA 250 ML	UN	J PROLAB	180,000	2,1000	378,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 16/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 16858 - MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
15	ALMOTOLIA ESCURA 250 ML	UN	J PROLAB	180,000	2,1000	378,00
28	BALANÇA MECÂNICA PORTÁTIL PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	UN	G TECH	40,000	61,0000	2.440,00
29	BANDEJA DE INOX RETANGULAR 30X20X4 CM	UN	ARTINOX	30,000	42,0000	1.260,00
41	CATETER INTRAVENOSO NUMERO 18 EM POLIUTERANO OU TEFLON, CANULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADO, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIAO DO TUBO COM AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CAMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NESSECIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAUDE COM AGULHA APOS A PUNÇÃO. FILTRO HIDROFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ESTERIL, ATOXICO E EPIROGENICO. ESTERELIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UN	DESCARPACI	750,000	1,4300	1.072,50
43	CATETER INTRAVENOSO NUMERO 22 EM POLIUTERANO OU TEFLON, CANULA (AGULHA) EM AÇO INOXIDAVEL, SILICONIZADA, COM BISEL ULTRA AFIADO, CANHÃO COLORIDO, COMPONENTE DE UNIAO DO TUBO COM AGULHA, PROMOVENDO COMUNICAÇÃO COM SEU CORPO, CAMARA QUE PERMITE A CONFIRMAÇÃO DA PUNÇÃO. DISPOSITIVO DE SEGURANÇA QUE PROMOVA A PROTEÇÃO DA AGULHA DE MODO PASSIVO, SEM A NESSECIDADE DE AÇÃO DO PROFISSIONAL, EVITANDO ASSIM QUALQUER TIPO DE CONTATO DO PACIENTE OU PROFISSIONAL DE SAUDE COM AGULHA APOS A PUNÇÃO. FILTRO HIDROFOTO FACILITA A PUNÇÃO, PRODUTO DE USO ESTERIL, ATOXICO E EPIROGENICO. ESTERELIZADO POR OXIDO DE ETILENO COM VALIDADE DE 5 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO.	UNID	DESCARPACI	700,000	1,4500	1.015,00
52	COLETOR DE URINA SEM PÁ - 80ML PCT C/ 100	PCT	FIRSTLAB	50,000	24,5000	1.225,00
59	CUBA RIM INOX 26X12CM	UN	ARTINOX	25,000	28,0000	700,00
73	ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO COM FECHO DE METAL DE EXCELENTE QUALIDADE E DURABILIDADE	UN	PREMIUM	15,000	53,0000	795,00
75	ESFIGMOMANÔMETRO INFANTIL COM FECHO DE METAL DE EXCELENTE QUALIDADE E DURABILIDADE	UN	PREMIUM	10,000	50,0000	500,00
78	ESPATULA DE AYRES DE MADEIRA PCT COM 100 UNID.	PCT	CRAL / PALST	550,000	4,4800	2.464,00
108	FITA PARA AUTOCLAVE (0,19 X 30,0)	RL	POLITAPE	300,000	2,3000	690,00
121	LANCETA PARA COLETA DE SANGUE POR PUNÇÃO DIGITAL, SISTEMA ESTÉRIL E DESCARTÁVEL, COM INVÓLUCRO PROTETOR DE PLÁSTICO, DIÂMETRO DA AGULHA: 28 G; COM PROTUSÃO: 1,6 MM. PONTA TRIFACETADA E REVESTIMENTO SILICONIZADO DA LÂMINA, COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA DA AGULHA. ATENDE A NORMA REGULADORA NR32	UN	G TECH	220.000,000	0,1700	37.400,00
136	MALETA DE PRIMEIROS SOCORROS PADRÃO MALETA MALA CAIXA PARA KIT PRIMEIROS SOCORROS E REMÉDIOS A MALETA DISPÕE DE DUAS BANDEJAS COM DIVISÓRIAS, E SISTEMA DE ABERTURA RETRÁTIL, IDEAL PARA O ARMAZENAMENTO DE MEDICAMENTOS E OBJETOS PARA PRIMEIROS SOCORROS. COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO POSSUI DUAS BANDEJAS COM DIVISÓRIAS DISPÕE DE TRAVA DE SEGURANÇA ALÇA PARA TRANSPORTE MALETA PRÁTICA E RESISTENTE MEDIDAS APROXIMADAS: COMPRIMENTO: 34 CM LARGURA: 19,5 CM ALTURA: 17 CM	UN	REPLAST	25,000	88,0000	2.200,00
142	MASCARA N95 PFF2 DESCARTAVEL PARA PROTEÇÃO CONTRA TUBERCULOSE	UNID	KSN	400,000	1,9500	780,00
162	SERINGA 01 ML DESCARTÁVEL S/ AGULHA	UN	SR	2.000,000	0,1100	220,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 17/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 16858 - MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
177	SONDA FOLEY, TRES VIAS Nº18: SONDA DESCARTÁVEL, ESTERILIZADA, CONFECCIONADA EM SILICONE; ATÓXICA MEDINDO NO MÍNIMO 28CM APRESENTANDO FLEXIBILIDADE E MALEABILIDADE ADEQUADAS AO FIM A QUE SE DESTINA, QUE NÃO CAUSE IRRITAÇÃO AO PACIENTE, APRESENTANDO ESPESSURA UNIFORME, ISENTA DE MANCHAS OU QUAISQUER DEFEITOS; COM VÁLVULA DO BALÃO FIXA QUE PERMITA PERFEITA ADAPTAÇÃO E SERINGAS, COM BALÃO COM CAPACIDADE DE 05 A 15ML E BOA DISTENDIBILIDADE; COM PONTA ARREDONDADA E FECHADA, APRESENTANDO DOIS ORIFÍCIOS OVAIS PRÓXIMOS A PONTA, SITUADOS EM LADOS OPOSTOS, DELIMITADOS E PROPORCIONAIS AO DIÂMETRO DO CALIBRE, ISENTOS DE REBARBAS E OU SALIÊNCIAS QUE POSSAM TRAUMATIZAR O PACIENTE; COM DUPLA EMBALAGEM, SENDO A EXTERNA EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO E A INTERNA EM POLIETILENO PICOTADO NAS EXTREMIDADES, FAVORECENDO A ABERTURA EM TÉCNICA ASSÉPTICA E GARANTINDO A INTEGRIDADE E ESTERILIDADE DO PRODUTO. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: RADIAÇÃO GAMA, APRESENTADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL ACONDICIONADA EM CAIXAS COM 10 UNIDADES.	UNID	MEDIX	50,000	2,9900	149,50
206	TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁX. E MÍN. C/ SENSOR DE TEMP. INT/EXT. TERMÔMETRO DIGITAL DE MÁXIMA E MÍNIMA COM SENSOR DE TEMPERATURA INTERNA/EXTERNA. PRÓPRIO PARA MEDIÇÕES DE TEMPERATURAS EXTERNAS E INTERNAS. FUNÇÃO MEMÓRIA PARA ARMAZENAMENTO DOS VALORES MÁXIMOS E MÍNIMOS. COM INTERRUPTOR DESLIZANTE PARA SELECIONAR A TEMPERATURA EM °C OU °F COM DESIGN MODERNO E QUE PERMITE FÁCIL LEITURA ATRAVÉS DE DOIS AMPLOS DISPLAYS. SENSOR DE TEMPERATURA COM CABO DE APROXIMADAMENTE 3 METROS.	UNID	SUPERMEDY	25,000	42,0000	1.050,00
226	UMIDIFICADOR PARA OXIGENIO 250ML	UN	RWR	30,000	10,9900	329,70

Fornecedor: 16859 - ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES SOLUÇÃO PEROXIDO DE HIDROGENIO 3%	LT	FARMAX	180,000	3,5700	642,60
60	CURATIVO ADESIVO PÓS COLETA CX C/ 500	CX	BLOOD STOP	240,000	10,0900	2.421,60
63	DETERGENTE ENZIMÁTICO, INDICADO PARA LIMPEZA DE INSTRUMENTOS MÉDICO HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATÓRIOS. POSSUI EFICÁCIA NA REMOÇÃO E LIMPEZA DE MATÉRIA ORGÂNICA EM ENDOSCÓPIOS E FIBROSCÓPIOS. COMPROVADAMENTE COM AÇÃO BACTERIOSTÁTICA. 4 ENZIMAS. ALTAMENTE EFICAZ CONTRA A MATÉRIA ORGÂNICA. POSSUI ALTO PODER DESENGORDURANTE, REMOVENDO PROTEÍNAS, AMIDOS, LIPÍDEOS E COMPONENTES DO BIOFILME E BIOCARGA. LIMPEZA MANUAL OU AUTOMATIZADA: DILUIR O PRODUTO NA PROPORÇÃO DE 1 ML DO PRODUTO PARA CADA 1 LITRO DE ÁGUA, DEIXANDO AGIR POR ATÉ 5 MINUTOS. VALIDADE: 2 ANOS. FRASCO 1 LITRO	LT	KELLDRI	60,000	14,4900	869,40
99	FIO NYLON 2-0. MONOFILAMENTO PRETO - CLASSE II - ESTÉRIL - CUTICULAR. C/ 24 UND. PARA SUTURA CIRÚRGICA NÃO ABSORVÍVEL DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDA POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, RESULTANDO EM UM MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME E PREPARADA ATRAVÉS DE PROCESSOS QUÍMICOS SINTÉTICOS RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO PRETA, PROVIDO DE AGULHA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. AGULHA CTI 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 3MM - 45CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	DONATI	60,000	23,4900	1.409,40

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 18/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 16859 - ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
100	FIO NYLON 3-0. MONOFILAMENTO PRETO - CLASSE II - ESTÉRIL - CUTICULAR. C/ 24 UND. PARA SUTURA CIRÚRGICA NÃO ABSORVÍVEL DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDA POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, RESULTANDO EM UM MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME E PREPARADA ATRAVÉS DE PROCESSOS QUÍMICOS SINTÉTICOS RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO PRETA, PROVIDO DE AGULHA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. AGULHA CTI 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 3MM - 45CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	DONATI	60,000	23,4900	1.409,40
101	FIO NYLON 4-0. MONOFILAMENTO PRETO - CLASSE II - ESTÉRIL - CUTICULAR. C/ 24 UND. PARA SUTURA CIRÚRGICA NÃO ABSORVÍVEL DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDA POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, RESULTANDO EM UM MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME E PREPARADA ATRAVÉS DE PROCESSOS QUÍMICOS SINTÉTICOS RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO PRETA, PROVIDO DE AGULHA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. AGULHA CTI 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 3,0CM - 45CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	DONATI	60,000	23,4900	1.409,40
102	FIO NYLON 5-0. MONOFILAMENTO PRETO - CLASSE II - ESTÉRIL - CUTICULAR. C/ 24 UND PARA SUTURA CIRÚRGICA NÃO ABSORVÍVEL DE ORIGEM SINTÉTICA, OBTIDA POR EXTRUSÃO DE POLIAMIDA, RESULTANDO EM UM MONOFILAMENTO DE SUPERFÍCIE LISA E UNIFORME E PREPARADA ATRAVÉS DE PROCESSOS QUÍMICOS SINTÉTICOS RESULTANDO EM FIO DE COLORAÇÃO PRETA, PROVIDO DE AGULHA DE AÇO INOX. O PRODUTO DEVE ATENDER AS ESPECIFICAÇÕES DA NBR 13904 DA ABNT E FARMACOPÉIA BRASILEIRA PARA SUTURAS CIRÚRGICAS NÃO ABSORVÍVEIS. AGULHA CTI 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 25MM - 45CM. EMBALADOS EM ENVELOPES INDIVIDUAIS, CONSTANDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ACONDICIONADOS EM CAIXA DEVIDAMENTE IDENTIFICADOS, LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE.	CX	DONATI	60,000	23,4900	1.409,40
112	GEL PARA ULTRASSONOGRAFIA E ELETROCARDIOGRAFIA. FRASCO DE 300GR DE GEL CRISTALINO E VISCOSO, DE FÁCIL REMOÇÃO, PH NEUTRO, ATÓXICO E INODORO, ISENTO DE SAL E ÁLCOOL, QUE NÃO MANCHA ROUPAS. EMBALAGEM CONTENDO DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, VALIDADE, DATA DE FABRICAÇÃO E Nº DO LOTE.	FR	MULTIGEL	100,000	2,5000	250,00
120	LÂMINA FOSCA PARA PREVENTIVO COM 50 UNIDADES	CX	ADLIN	450,000	3,6430	1.639,35
155	PROTETOR SOLAR 50 UVB - UVA	TUBO	NUTRIEX	250,000	7,2210	1.805,25
169	SOLUÇÃO ALCOÓLICA DE DIGLICONATO DE CLOREXIDINA 4%. FRASCO DE 1000ML. EMBALAGEM COM DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E LOTE.	LT	FARMAX	120,000	16,9480	2.033,76
174	SONDA FOLEY 2 VIAS C/ BALONETE N. 10	UN	CIRUTI	200,000	2,2500	450,00
205	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL HASTE FLEXÍVEL, 100% RESISTENTE À ÁGUA	UN	SOLIDOR	35,000	11,2200	392,70

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**

Página: 19/24

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 20/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 21/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 16/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Página: 22/24
Processo Nº.: 16/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTAPágina: 23/24
Processo Nº.: 16/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 7 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

A.V.COMERCIO ATACADISTA EIRELI	CNPJ: 16.858.182/0001-76	_____
ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 12.014.370/0001-67	_____
ANDREA NASCIMENTO ME	CNPJ: 17.415.173/0001-73	_____
CLASSMED - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 01.328.535/0001-59	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 24/24

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO BATISTA

Processo Nº.: 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 7 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 03.800.317/0001-09	_____
FUFA-SC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	CNPJ: 07.164.711/0001-40	_____
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA	CNPJ: 12.889.035/0001-02	_____
LA DALLA PORTA JUNIOR	CNPJ: 11.145.401/0001-56	_____
MASIF ART. MED. E HOSP. LTDA	CNPJ: 03.968.926/0001-63	_____
MAYCON WILL EIRELI EPP	CNPJ: 18.712.730/0001-80	_____
MEDEFE PRODUTOS MÉDICO-HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 25.463.374/0001-74	_____
METROMED MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 83.157.032/0001-22	_____
OLIMED MATERIAIS HOSPITALAR LTDA	CNPJ: 03.033.589/0001-12	_____
PRODUVALE PROD. HOSP. LTDA	CNPJ: 03.505.263/0001-40	_____
PROSAUDE DIST. MEDICAMENTOS LTDA ME	CNPJ: 85.247.385/0001-49	_____
SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	CNPJ: 05.531.725/0001-20	_____
TRADE MEDICAL COMÉRCIO DE MAT. HOSP. LTDA	CNPJ: 06.555.143/0001-46	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/PMSJB/2019

Publicação Nº 2219281

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 1/6
Processo Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2019**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 72/2019**

No dia 7 do mês de Novembro do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 91/2019, Processo Licitatório nº. 108/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, REDE LÓGICA E REDE DE TELEFONIA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11270	JMM ELÉTRICA LTDA EPP	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JMM ELÉTRICA LTDA EPP	13.226.152/0001-59	VICENTE JOSE ANDRADE DO NASCIMENTO	105.757.968-80

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL PREVENTIVA E CORRETIVA DOS SISTEMAS ELÉTRICOS, HIDRÁULICOS, REDE LÓGICA E REDE DE TELEFONIA DESTINADOS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11270 - JMM ELÉTRICA LTDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA	HR	JMM	5.000,000	61,3692	306.846,20
2	SERVIÇO DE MÃO DE OBRA HIDRÁULICA	HR	JMM	1.500,000	56,5224	84.783,60
3	SERVIÇO DE MÃO DE REDE DE TELEFONIA	HR	JMM	1.000,000	73,9509	73.950,90
4	SERVIÇO DE MÃO DE REDE LÓGICA	HR	JMM	1.500,000	80,9462	121.419,30

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 2/6
Processo Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2019

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/6
Processo Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/6
Processo Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 5/6
Processo Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/6
Processo Nº.: 108/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 91/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 7 de Novembro de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

JMM ELÉTRICA LTDA EPP

CNPJ: 13.226.152/0001-59 _____

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÍVIDA ATIVA - EDITAL Nº 01/2019

Publicação Nº 2220130

(Edital n.º 001/2019, Fl. 1)

EDITAL n.º 0001/2019
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA
DE DÍVIDA ATIVA

O Secretário Municipal de Finanças do Município de São João Batista, no uso de suas atribuições,

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado do Estado de Santa Catarina exige dos gestores que seja efetuada a cobrança de todos os tributos municipais;

Considerando que a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece como requisito essencial à responsabilidade fiscal a arrecadação dos Tributos Municipais;

Considerando que os Tributos Municipais têm por finalidade essencial ser aplicado nas diversas melhorias para o município de São João Batista

Considerando que a Administração Municipal de São João Batista busca pautar suas atividades nos princípios da moralidade e eficiência administrativa, propiciando mais desenvolvimento municipal e melhores oportunidades para os cidadãos;

NOTIFICA, na forma do art. 49, §2º do Código Tributário Municipal, os contribuintes em débito com a Fazenda Municipal para recolherem a referida dívida em até 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa na forma do art. 146 do CTM.

Os contribuintes poderão comparecer ao Setor de Tributação, na Prefeitura de São João Batista, para quitar e/ou parcelar seus débitos e receber o documento de arrecadação para efetuar o pagamento.

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 23/2009, os contribuintes em débito poderão efetuar o pagamento ou apresentar defesa, no prazo assinado, cientes de que transcorrido lapso temporal fixado, as respectivas Certidões de Dívida Ativa serão encaminhadas ao Departamento Jurídico do Município para o ingresso das ações fiscais. (art. 132, II, do CTM)

A relação de devedores se encontra disponível junto ao Setor de Arrecadação, e, por seu caráter personalíssimo, os consulentes não poderão ter acesso a débitos de outros contribuintes, salvo mediante procuração com poderes específicos.

Em anexo relação das Notificações/2019, contendo o número da notificação, origem do débito, número do imóvel, e/ou, número do pedido, e/ou número do econômico e o tipo de pessoa.

São João Batista/SC, 07/11/2019.

Luiz Henrique Lauritzen
Secretário Municipal de Finanças

(Edital n.º 001/2019, Fl. 2)

nº da Notificação	Origem do Débito	Nº do imóvel / Pedido / Econômico	Pessoa	Exercício
393	IPTU	44237	Física	2015,2016, 2017,2018
411	T.L.F, T.V.S	1123 e 70324	Jurídica	2016,2017, 2018
416	IPTU	13153	Física	2015,2016, 2017,2018
418	IPTU	51341, 52916 e 52924	Física	2015,2016, 2017,2018
421	IPTU	15695	Física	2015,2016, 2018
427	IPTU	42005, 49610, 54927, 65432	Física	2016,2017, 2018,2015
429	IPTU, LICOB	48783, 48784, 53141, 53142, 53144, 53147, 53148, 53149, 53150, 53151, 53152, 53154, 53155, 53158, 53163, 53164, 53167, 53168, 53169, 53173, 53175, 53181, 53183, 53193, 53194, 53195, 53196, 53197, 53200 ao 53211, 53213, 53214, 53220 ao 53223, 53226, 53227, 53231 ao 53233, 53235 ao 53237, 53239, 53243, 53259, 53261 ao 53263, 53265, 53267, 53268, 53270 ao 53272, 53274, 53276, 53277, 53279, 53280, 53284 ao 53287, 53293 ao 53298, 53304, 53308, 53310 ao 53312, 53354, 56269, 56271 ao 56275, 56282, 56283, 56285 ao 56288, 56290 ao 56292, 56295, 56296, 56299 ao 56301, 56303, 56304, 56306 ao 56312, 56316, 56317, 56319 ao 56321, 56323, 56326 ao 56330, 56332, 56333, 56336 ao 56341, 56343, 56345, 56346, 56352, 56354 ao 56356, 56358 ao 56360, 56362, 56363, 56370, 56373 ao 56375, 56377, 56745, 56799 ao 56803, 57444, 57775, 63701, 63742, 63743, 63754 ao 63756, 63778 ao 63780, 63782, 63825, 63828, 63903, 64008, 64031, 66183	Física	2017,2018, 2016
436	IPTU, RECDV	88830, 60739, 72668 ao 72670, 72672, 72673, 72675 ao 72686	Física	2017,2016, 2018
437	RECDV, IPTU	52530, 60534, 60536 ao 60541, 60565, 60568, 60571, 60576, 60580, 60586, 61495, 65654, 69497	Física	2015,2016, 2018,2017
442	T.L.F	3930	Jurídica	2015
467	IPTU	49830, 63644	Física	2016,2018, 2017,2015
473	IPTU	52454	Física	2017,2016, 2018
475	IPTU	53347, 53348, 59332	Física	2015,2017, 2016,2018
479	IPTU	56041	Física	2015,2017, 2016,2018
491	IPTU	49699	Física	2016,2018, 2017
502	IPTU	55463	Física	2016,2018, 2015,2017
508	T.L.F, T.V.S	5191	Jurídica	2016

526	IPTU	57422	Física	2016,2018, 2015,2017
531	T.L.F,TPCS	5351	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
533	RECDV	54411	Física	2015
538	T.L.F,T.V.S	5417	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
555	IPTU	57511	Física	2015,2017, 2016,2018
569	IPTU	57508	Física	2016,2018, 2015,2017
582	IPTU	57780	Física	2015
599	T.L.F,T.V.S, TFVS	5712, 49406, 5728	Jurídica	2015,2016, 2017,2018
610	IPTU	58398	Física	2016,2018, 2015,2017
621	IPTU	58470, 63508, 63509	Física	2016,2018, 2015,2017
633	TPCS,T.L.F	5882	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
640	IPTU	42528, 56382, 64026, 64027	Física	2016,2018, 2017,2015
356	IPTU	8451,846	Física	2016,2018
360	IPTU	9822	Física	2015,2017
362	IPTU	51418	Física	2015,2016, 2017,2018
369	IPTU	15148, 15156	Física	2017,2018, 2015,2016
371	IPTU	20184	Física	2016,2017, 2018
372	IPTU	31330, 53640	Física	2015,2016, 2017,2018
374	IPTU	48944, 53600	Física	2015,2016, 2018
375	IPTU	51211	Física	2016,2017
377	IPTU	35238	Física	2015,2016, 2017,2018
378	IPTU	54167	Física	2016,2017, 2018
381	TPCS,IPTU	54507	Física	2015,2016, 2017,2018
383	IPTU	39470	Física	2016,2017, 2018
385	IPTU	39853	Física	2015,2016
389	RECDV,IPTU	41360, 41378, 41386, 54809,54811, 54818, 54819, 54827, 56838, 57480	Física	2018,2017, 2015,2016
390	IPTU	41971, 41980, 48431	Física	2015,2016, 2017,2018
401	IPTU	47103	Física	2015,2016, 2017,2018
402	T.L.F	2745	Jurídica	2015,2016, 2017,2018
404	T.L.F,T.V.S, TFVS	2331, 49664, 57892	Jurídica	2015,2016, 2017

(Edital n.º 001/2019, Fl. 3)

405	IPTU	29084, 63552 ao 63560, 64786	Jurídica	2017,2018, 2015
406	TPCS, T.L.F	2222	Jurídica	2015,2016
407	IPTU	18570, 52168	Física	2015,2017, 2018
408	IPTU	47293	Física	2015,2016, 2017,2018
409	IPTU	17876	Física	2015
410	T.L.F, ISSQN	2551	Física	2015,2016, 2017,2018
413	IPTU	18422	Física	2015,2016, 2017,2018
414	ISSQN, T.L.F,TPCS	3362, 50230	Física	2015
417	ISSNE, TFVS	3436	Jurídica	2016,2017, 2015
419	IPTU	47966	Física	2015,2016, 2017,2018
422	IPTU	48214	Física	2015,2016, 2017,2018
423	IPTU	39446	Física	2015,2016, 2017,2018
424	IPTU	48310	Física	2015,2017, 2018
425	IPTU	48322	Física	2015,2016, 2017,2018
426	IPTU	55773	Física	2015,2016, 2017,2018
431	IPTU	29351, 53439	Física	2015,2016, 2017,2018
435	ISSNE, T.L.F, T.V.S, TFVS	3788	Jurídica	2015,2017
438	IPTU	48899	Física	2016,2018, 2015,2017
439	ISSNE, TFVS, T.L.F,T.V.S	3908, 63721	Jurídica	2016,2017, 2018,2015
448	IPTU	49127, 55826	Física	2016,2018, 2015,2017
449	IPTU	49418, 49509	Física	2016,2018, 2015,2017
452	T.L.F	4073	Física	2015,2017, 2016,2018
454	T.L.F, T.V.S,TPCS ,TFVS	4137	Jurídica	2016,2017, 2018
455	RECDV	51230, 51232, 51235, 51236, 58416 ao 58418, 65121 ao 65123, 70863	Física	2015,2016, 2017,2018
456	TPCS,T.L.F	4225	Jurídica	2015
457	T.L.F, ISSNE	4323	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
458	IPTU	47041	Física	2015,2017, 2016,2018
459	T.L.F	4402	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
460	T.L.F	4392	Jurídica	2015

463	IPTU	21172	Física	2017,2016, 2018
464	IPTU	39411	Física	2015,2018, 2016
468	ISSNE, T.L.F, T.V.S, TFVS	4512	Jurídica	2017,2018, 2015
469	IPTU	51349	Física	2016,2018, 2015,2017
470	T.V.S, T.L.F,TFVS	4544, 64908 ao 64910	Jurídica	2018,2015, 2017,2016
471	T.L.F,T.V.S	4569	Jurídica	2015
472	IPTU	52384	Física	2016,2018, 2017
474	IPTU	52464	Física	2015,2017, 2016,2018
477	ISSQN, T.L.F	4646	Física	2015,2016, 2017,2018
482	T.L.F	4728	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
483	NFAVU, RECDV ,IPTU, LICOB	6598, 49843, 55670, 73658	Física	2015,2017, 2016,2018
489	T.L.F, T.V.S, ISSNE	4254, 50356	Jurídica	2015
490	IPTU,TPCS	47012	Física	2015,2017, 2016,2018
492	RECDV, T.L.F,T.V.S	4934, 51731, 62764, 62765, 62768	Jurídica	2016,2015, 2017
501	IPTU	56941	Física	2018,2016
504	T.L.F	5131	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
505	T.L.F,T.V.S	5170, 50280	Jurídica	2015,2016
509	IPTU	56501	Jurídica	2018,2015, 2017,2016
510	T.L.F, RECDV	5204, 62437	Jurídica	2015,2018, 2017,2016
511	T.L.F, T.V.S,TFVS	5198, 68742	Jurídica	2015,2017, 2018,2016
512	IPTU	56153	Física	2015,2016
513	IPTU	56082	Física	2016,2018, 2017
514	T.L.F	5197	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
517	T.L.F	5280	Jurídica	2015
518	IPTU	56884	Física	2016,2017
519	ISSQN, T.L.F	5258	Física	2015,2016, 2017,2018
520	T.L.F,T.V.S	5286	Jurídica	2015,2017, 2016
521	IPTU	57033, 57050, 57074, 57081, 57083	Física	2016,2018, 2015,2017
523	T.L.F, TPCS	5343	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
529	RECDV, T.L.F, T.V.S	5332	Jurídica	2015,2017, 2016
530	T.L.F	5341	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
532	T.L.F, T.V.S	5328	Jurídica	2015

(Edital n.º 001/2019, Fl. 4)

534	IPTU	57160	Física	2016,2018, 2015,2017
535	T.L.F, RECDV	5413, 60119	Jurídica	2016,2015
536	T.L.F,TFVS	5432	Jurídica	2016,2017, 2018
537	IPTU	49386	Física	2016,2018, 2015,2017
539	T.L.F	5494	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
541	RECDV,T.L. F,TPCS	5459, 50860	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
542	IPTU	57501	Física	2016,2018, 2015,2017
543	IPTU	56891	Física	2016,2015, 2018
544	T.L.F,AINF	5512, 55353	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
545	T.L.F	5498	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
546	T.L.F	5485	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
549	ISSQN	5510	Física	2015,2017, 2016,2018
550	T.L.F	5536	Jurídica	2015
552	RECDV,TFV S,T.L.F	5528	Jurídica	2016,2017, 2018
554	IPTU	1147	Física	2017,2016, 2018
556	T.L.F	5611	Jurídica	2015
557	T.L.F	5608	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
559	T.L.F	5578	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
560	T.L.F,T.V.S	5577	Jurídica	2015
561	T.L.F	5570	Jurídica	2015,2017, 2016
563	T.L.F	5579	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
564	T.L.F	5569	Jurídica	2015,2016
565	T.L.F	5572	Jurídica	2015
570	T.L.F	5696	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
574	T.L.F,T.V.S	5628	Jurídica	2015
575	T.L.F,T.V.S, TFVS	5710, 49394	Jurídica	2015,2016, 2017,2018
576	IPTU	57618	Física	2015,2017, 2016,2018
580	T.L.F,T.V.S	5636, 49819, 57226	Jurídica	2016,2015
581	IPTU	57957	Física	2016,2018, 2015,2017
586	T.L.F	5654	Jurídica	2015
587	T.L.F	5680	Jurídica	2015
589	IPTU	58001	Física	2017,2015, 2018
590	TPCS,T.L.F	5690	Jurídica	2015
592	T.L.F	5679	Jurídica	2015
595	T.L.F	5708	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
596	T.L.F	5701	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
600	T.L.F	5728	Jurídica	2015,2016
601	T.L.F,TFVS	5729	Jurídica	2016,2017
602	T.L.F	5719	Jurídica	2015

603	T.L.F	5720	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
604	IPTU	58444	Física	2016,2018, 2015,2017
606	T.L.F,TPCS, T.V.S,TFVS	5747, 49633, 49748, 57922	Jurídica	2016,2017, 2018,2015
607	IPTU	49342	Física	2015,2017, 2016,2018
608	T.L.F	5740	Jurídica	2015
609	IPTU	58511	Física	2016,2018, 2015,2017
611	IPTU	58406	Física	2016,2018, 2015,2017
615	T.L.F	5783	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
617	T.L.F	5853	Física	2015,2017, 2016,2018
618	TPCS,T.L.F, T.V.S,TFVS	5778, 49645	Jurídica	2015,2016, 2017
620	RECDV,TPC S,T.V.S	49781, 51085	Jurídica	2015
626	IPTU	49379	Física	2015,2017
627	IPTU	49346	Física	2015,2017, 2016
628	LICOB,IPTU	56846	Física	2017,2016, 2018
630	RECDV,T.L. F	5849	Jurídica	2015,2017, 2016,2018
632	T.L.F,T.V.S	5914, 63981	Jurídica	2016,2017, 2015
634	T.L.F,T.V.S	5945	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
635	T.L.F,RECD V	5906, 57181	Física	2016,2018, 2015,2017
636	T.L.F	5976	Jurídica	2015
637	RECDV,T.L. F	5934	Jurídica	2016,2018, 2015,2017
638	T.L.F,T.V.S	5991, 50357	Jurídica	2015

Legenda:**IPTU** = Imposto Predial e Territorial Urbano**TLF** = Taxa de Localização e Funcionamento (Alvará de Funcionamento)**ISSQN** = Imposto Sobre Serviço de qualquer Natureza**TVS** = Taxa Vigilância Sanitária**TFVS** = Taxa de Fiscalização Vigilância Sanitária**RECDV** = Taxa de Receitas Diversas**ALUGUEL** = Aluguel de algum equipamento Municipal**ISSNE** = Imposto Sobre Serviço Nota Eletrônica

São João do Oeste

PREFEITURA

CC 02.19 ÁREA DE TERRA COM DOAÇÃO

Publicação Nº 2220422

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0158/2019
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÕES E PERMISSÕES Nº 002/2019

OBJETO: O Município de São João do Oeste, torna público para o conhecimento dos interessados que se encontra aberta licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA do tipo Melhor Proposta, para outorga em regime CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS PÚBLICOS COM FUTURA DOAÇÃO COM ENCARGOS, COMO INCENTIVO, PARA IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA NO RAMO DE CERVEJA QUE PROMOVA A GERAÇÃO DE EMPREGOS E O AUMENTO DA ARRECADAÇÃO, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE/SC", pelo período de 10 anos, com cláusula de doação de acordo com as especificações do edital. Regendo-se o procedimento licitatório pelo que dispõe a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada. Recebimento da documentação e das propostas para o dia 11 de dezembro de 2019 às 08:30 horas e julgamento no mesmo horário, dia e local. Maiores informações entrar em contato junto ao setor de licitações e Compras da Prefeitura Municipal sito à rua Encantado, 66 – centro – São João do Oeste, e ou pelo fone (49) 3195 2000. Edital disponível no site do município. São João do Oeste, SC, 08 de novembro de 2.019. FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO 05-2019 - PP_SRP-AVISO DE REVOGAÇÃO

Publicação Nº 2219350

AVISO DE REVOGAÇÃO – ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – AVISO DE REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2019/SRP/FMS. Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar de preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura e eventual aquisição de mobiliários e equipamentos medico/odontológicos e equipamentos diversos para a Secretaria Municipal de Saúde e demais órgão da administração municipal, obedecendo às especificações e condições constantes no edital, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos. A Secretaria Municipal de Saúde, Sra. Rejane Elibio Borba, no uso das atribuições que lhe conferem o cargo. DECIDE REVOGAR o presente certame cujas propostas foram abertas no dia 12/17/2019 as 09hs. Tal revogação tem por motivos a conveniência e oportunidade, visando a prevalecer o interesse público. São João do Sul-SC, 07 de novembro de 2019 – Rejane Elibio Borba – Secretária Municipal de Saúde.

São Joaquim

PREFEITURA

CHAMADA PUBLICA Nº 010/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Publicação Nº 2220447

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2019 PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONFORME LEI 4.589/2018.

AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO E SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conforme Lei nº 4.589/2018 torna pública a abertura de CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2019, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Município de São Joaquim, conforme quadro abaixo, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde.

Cabe ressaltar que as vagas pertinentes ao quadro da Secretaria Municipal de Saúde são em razão da necessidade de suprir as demandas no serviço do ESF (Estratégia Saúde da Família), nos postos ESF Estrela Brilhante e Novos Tempos, vagas excedentes, CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) vaga vinculada a licença gestação de Micheli Fabre Eduardo, Posto Central, vaga excedente e SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), vaga vinculada a licença INSS da servidora Eliane Regina de Oliveira.

Salienta-se ainda, que no momento não há servidores concursados, e, ou, em cadastro de reserva, para tais cargos. Devido à urgência temporal, não há possibilidade para espera de realização de Concurso Público e ou Processo Seletivo e em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa se impõe a presente CHAMADA PÚBLICA objetivando a continuidade dos serviços públicos serem prestados a população.

A coordenação técnica administrativa da Chamada Pública nº 010/2019 será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, Setor de Recursos Humanos e Secretaria Municipal da Saúde.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para suprir a falta de profissionais quando não houver candidatos aprovados em Concurso Público e ou estiver esgotada a lista de vagas de Processo Seletivo.

1.2 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 Os cargos a serem providos são:

Secretaria Municipal de Saúde				
Nº de Vagas	Cargo	Habilitação Necessária	Carga Horária	Vencimento Inicial
02	Médico ESF (Estratégia Saúde da Família)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Medicina, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	40h	R\$ 16.854,51
01	Terapeuta Ocupacional (CAPS)	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Terapia Ocupacional, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h	R\$ 1.487,08
01	Fonoaudiólogo	Portador de Certificado de Conclusão de Curso de Nível Superior na área de Foniologia, com Registro no respectivo Órgão Fiscalizador da Profissão.	20h	R\$ 1.957,69
01	Técnico de Enfermagem (SAMU)	Técnico em Enfermagem (curso regular profissionalizante completo); Inscrição regular no COREN-SC.	40 h	R\$ 1.811,94

2.2. Atribuições e competências:

As atribuições e competências estão nas Leis Federais e Municipais de Planos de Cargos e Carreiras.

2.3. Para a investidura no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

Ter nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3.1 - Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

2.3.2 - Ter aptidão física e mental;

2.3.3 - Comprovar habilitação mínima exigida pelo Edital;

2.3.4 - Carteira de Identidade;

2.3.5 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;

2.3.6 - Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;

2.3.7 - Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino) até 45 anos de idade;

2.3.8 - Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

2.3.9 - Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;

2.3.10 - Certidão de nascimento e carteirinha de vacinação dos filhos menores de 14 anos;

2.3.11 - Certidão de casamento ou união estável;

2.3.12 - 01 foto 3x4

2.3.13 - PIS/PASEP (frente e verso);

2.3.14 - Declaração de bens e rendas que constituem seu patrimônio;

2.3.15 - Declaração de inexistência de incompatibilidade legal para o exercício do cargo, emprego ou função pública nas esferas federal, estadual ou municipal;

2.3.16 - Certidão negativa de antecedentes criminais

2.3.17 - Documentos comprobatórios dos requisitos do cargo.

2.3.18 - Registro no Conselho de Classe, quando for o caso. 2.4 Atribuições e competências (SAMU):

Assistir ao enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de enfermagem; prestar cuidados diretos de enfermagem a pacientes em estado grave, sob supervisão direta ou à distância do profissional enfermeiro e nos atendimentos de urgência sob a orientação do Médico Regulador do SAMU, dentro do âmbito de sua qualificação profissional; participar de programas de treinamento e aprimoramento profissional especialmente em urgências/emergências; realizar manobras de extração manual de vítimas.

2.4.1. Requisitos Gerais:

Disposição pessoal para a atividade; equilíbrio emocional e autocontrole; disposição para cumprir ações orientadas; disponibilidade para a capacitação inicial.

2.4.2. Requisitos Específicos:

Experiência mínima comprovada de dois anos de trabalho como técnico de enfermagem em Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Serviço de Emergência ou Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

2.5. O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

Os interessados deverão comparecer na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SETOR DE RH, sito à Praça João Ribeiro, nº 01, Bairro Centro, dia 11 de Novembro de 2019, às 17h.

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos para a vaga de Técnico de Enfermagem (SAMU):

TÍTULOS/ Cursos	PONTUAÇÃO	VALOR MÁXIMO
1. Curso de capacitação SAMU	1,0	1,0
2. Curso ATLS/PHTLS/APH – SAMU nos últimos 2 anos	1,0	1,0
3. Tempo de Serviço em SAMU ou Serviço Público de Atendimento de Urgência Pré-Hospitalar (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
4. Tempo de Serviço em Empresa de Atendimento Médico Pré-hospitalar (UTI Móvel): (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
5. Atividade como técnico de enfermagem em unidades de emergência ou UTI (anos completos)	0,5 ponto por ano	2,0
6. Certificado de bombeiro comunitário CBAE e CAAE completos.	1,0 ponto por ano	1,0
6. Experiência comprovada de tempo de atuação como bombeiro comunitário.	0,5 ponto por ano	1,0

3.2. Na Avaliação de Títulos somente serão reconhecidos como documentos válidos aqueles que atendam aos seguintes critérios:

3.2.1. Experiência prévia em serviços de Pré Hospitalar Privado: Certificado emitido por instituição de atendimento pré-hospitalar devidamente reconhecida pelas Secretarias de Saúde ou Conselho Regional de Medicina, descrevendo o período de atuação e assinado pelo Diretor Técnico.

3.2.2. Experiência prévia em serviços de Pré Hospitalar Público: Certificado emitido por instituição de atendimento pré-hospitalar pública, descrevendo o período de atuação e assinado pelo Diretor Técnico.

3.3. Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

1º Títulos de Especialização;

2º Maior experiência comprovada na área de atuação;

3º Maior Idade;

4º Número de filhos;

3.4. No ato da chamada pública, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias autenticadas, necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.5. Ocorrendo empate, serão considerados como critério preponderante de desempate o Maior tempo de atuação comprovada na área (experiência).

3.6. Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.3 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.

GIOVANI NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

DIONE RODRIGUES MEDEIROS
Secretário Municipal de Administração

TERESINHA GORETE GODOI VIEIRA
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO 23/2019 FMS

Publicação Nº 2220074

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 23/2019

Pregão Presencial 10/2019

Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS para suprir as necessidades das unidades de saúde de São Joaquim.

Tipo: Menor preço por item

Data: 21/11/2019 – 09h30min

Valor estimado: 199.633,45

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6400.

São Joaquim, 08 de novembro de 2019.

Giovani Nunes

Prefeito Municipal

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 021/2019

Publicação Nº 2220217

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CONCORRÊNCIA Nº 021/2019 - Processo nº 509/2019 – Proc. Adm. 8474/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL ATENDIMENTO NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS 24 HORAS DAS RECLAMAÇÕES DE EMERGÊNCIA, ATRAVÉS DA OUVIDORIA GERAL E DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, VISANDO A MANUTENÇÃO/RECUPERAÇÃO DE PEQUENOS REPAROS EM VIAS COM PAVIMENTAÇÃO A LAJOTAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COTEMPLANDO MÃO DE OBRA E EQUIPAMENTOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 13h15min do dia 11 de dezembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 13h30min do dia 11 de dezembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0100.

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 043/2019

Publicação Nº 2220136

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 043/2019 - Processo nº 527/2019 – Proc. Adm. 9684/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEI JÚLIA FRANCISCA DOS SANTOS, EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 26 de novembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 26 de novembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 044/2019

Publicação Nº 2220152

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 044/2019 - Processo nº 528/2019 – Proc. Adm. 8775/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NOS CEIS LOS ANGELES E NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E NO CEM FLÁVIA SCARPELLI LEITE, EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 27 de novembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 27 de novembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 047/2019

Publicação Nº 2220169

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 047/2019 - Processo nº 540/2019 – Proc. Adm. 8554/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE BENFEITORIAS NO CEI MARIA ARLINDA CÚRCIO DOS SANTOS, EM SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 27 de novembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 27 de novembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 048/2019

Publicação Nº 2220191

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 048/2019 - Processo nº 564/2019 – Proc. Adm. 10626/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO PARQUE GINÁSIO BELA VISTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 25 de novembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 25 de novembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2019

Publicação Nº 2220202

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 049/2019 - Processo nº 582/2019 – Proc. Adm. 10690/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO PARQUE GINÁSIO BELA VISTA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, INCLUINDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 16h00min do dia 25 de novembro de 2019. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 16h30min do dia 25 de novembro de 2019, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Mais informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº251/2019

Publicação Nº 2220454

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2019 – PR 078/2019 – Processo 302/2019 – Proc. Adm. 5251/2019 – Fornecedor: GRÁFICA CS EIRELI - EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA ATENDER OS ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ. Valor da ATA: R\$ 9.961,82 (nove mil, novecentos e sessenta e um reais). Vigência: A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses. Data da assinatura: 10 de setembro de 2019.

DESPACHO SOBRE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019.

Publicação Nº 2219752

São José, 07 de Novembro de 2019.

DESPACHO SOBRE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019.

Considerando a portaria nº 24 de 03 de Outubro de 2019 que designa a Comissão Permanente de Seleção, para processar e julgar os Chamamentos Públicos referentes às parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, segue o resultado de pontuação e julgamento das propostas das OSC para celebração de termo de colaboração, conforme Edital de Chamamento Público No 03/2019.

OSC: EL SHADDAY.

Acolhimento Masculino para Adultos e Idosos - 30 Vagas.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Grau Pleno de Atendimento	02
ITEM (B)	Grau Pleno de Adequação	02
ITEM (C)	Grau Pleno de Descrição	02
ITEM (D)	Grau Pleno de Capacidade Técnico Operacional	04
Pontuação Máxima global		10

OSC: REDENÇÃO.

Acolhimento para Adultos do sexo Masculino - 40 Vagas.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Grau Pleno de Atendimento	02
ITEM (B)	Grau Pleno de Adequação	02
ITEM (C)	Grau Pleno de Descrição	02
ITEM (D)	Não possui capacidade Instalada Prévia ¹	02
Pontuação Máxima global		08

1. Não apresenta equipe mínima em conformidade com o item 8.2 do Termo de Referência (Anexo VII), devendo se adequar até o prazo previsto no Edital, itens 5.1.1 e 5.1.2.

OSC: REDENÇÃO.

Acolhimento para Adultos do sexo Feminino - 12 Vagas.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Grau Pleno de Atendimento	02
ITEM (B)	Grau Pleno de Adequação	02
ITEM (C)	Grau Pleno de Descrição	02
ITEM (D)	Não possui capacidade Instalada Prévia ¹	02
Pontuação Máxima global		08

1. Não apresenta equipe mínima em conformidade com o item 8.2 do Termo de Referência (Anexo VII), devendo se adequar até o prazo previsto no Edital, itens 5.1.1 e 5.1.2.

OSC: CERENE.

Acolhimento de pessoas adultas e idosas do sexo masculino - 10 Vagas

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Grau Satisfatório de Atendimento ¹	01
ITEM (B)	Grau Pleno de Adequação	02
ITEM (C)	Grau Pleno de Descrição	02
ITEM (D)	Não possui capacidade Instalada Prévia ²	02
Pontuação Máxima global		07

1. Falta de clareza quanto a especificação de indicadores;

2. Não apresenta equipe mínima em conformidade com o item 8.2 do Termo de Referência (Anexo VII), devendo se adequar até o prazo previsto no Edital, itens 5.1.1 e 5.1.2.

OSC: CERENE.

Acolhimento para Adolescentes do sexo masculino - 03 Vagas.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Grau Satisfatório de Atendimento ¹	01
ITEM (B)	Grau Pleno de Adequação	02
ITEM (C)	Grau Pleno de Descrição	02
ITEM (D)	Não possui capacidade Instalada Prévia ²	02
Pontuação Máxima global		07

1. Falta de clareza quanto a especificação de indicadores;

2. Não apresenta equipe mínima em conformidade com o item 8.2 do Termo de Referência (Anexo VII), devendo se adequar até o prazo previsto no Edital, itens 5.1.1 e 5.1.2.

OSC: CERENE.

Acolhimento para Adultas e Idosas do sexo Feminino - 05 Vagas

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Grau Satisfatório de Atendimento ¹	01
ITEM (B)	Grau Pleno de Adequação	02
ITEM (C)	Grau Pleno de Descrição	02
ITEM (D)	Não possui capacidade Instalada Prévia ²	02
Pontuação Máxima global		07

1. Falta de clareza quanto a especificação de indicadores;

2. Não apresenta equipe mínima em conformidade com o item 8.2 do Termo de Referência (Anexo VII), devendo se adequar até o prazo previsto no Edital, itens 5.1.1 e 5.1.2.

OSC: EL SHADDAY.

Acolhimento para Mulheres Adultas.

OSC ELIMINADA com base no item 7.4.4 e 7.4.5 alínea C do edital. In loco, verificou-se dois quartos em vez de três, refeitório sem

capacidade para 20 pessoas, sala de reunião sem capacidade para 25 pessoas, não há academia, não há oficina de corte e costura e não há almoxarifado, divergindo da descrição apresentada no Plano de Trabalho (página 13).

OSC: VOCÊ TEM VALOR.

Acolhimento para Adultos e Idosos do Sexo Masculino.

OSC ELIMINADA com base no item 7.4.4 e 7.4.5 alínea C do edital. In loco, profissional apresenta-se como Enfermeira, inclusive responsabilizando-se por eventuais procedimentos que possam ser necessários, sendo que na documentação entregue está especificada como formanda em Enfermagem. Verificou-se ainda uma sala técnica em vez de duas, a OSC oferta uma piscina para prática de hidroterapia sem profissional legalmente habilitado contratado para tal (o fato é ainda documentado no Plano de Trabalho). As informações divergem da descrição apresentada no Projeto (página 27) e no Plano de Trabalho (página 34).

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Adolescentes de Ambos os sexos com idade entre 12 e 17 anos:

Ordem	Organização da Sociedade Civil	Pontuação
1º	CERENE - Adolescentes do sexo Masculino	07

Adultos e Idosos do sexo Masculino:

Ordem	Organização da Sociedade Civil	Pontuação
1º	EL SHADDAY - Masculino para Adultos e Idosos	10
2º	REDENÇÃO - Adultos do sexo Masculino	08
3º	CERENE - Pessoas Adultas e Idosas do sexo Masculino	07
Eliminado	VOCÊ TEM VALOR - Adultos e Idosos do Sexo Masculino	--

Adultos e Idosos do sexo Feminino:

Ordem	Organização da Sociedade Civil	Pontuação
1º	REDENÇÃO - Adultos do sexo Feminino	08
2º	CERENE - Adultas e Idosas do sexo Feminino	07
Eliminado	EL SHADDAY - Mulheres Adultas	--

Atenciosamente;

Jule Mendes Minelli
Henrique Cabral Faraco
Gabriella Dornelles

DESPACHO SOBRE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019

Publicação Nº 2219749

São José, 07 de Novembro de 2019

DESPACHO SOBRE PONTUAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2019.

Considerando a portaria nº 24 de 03 de Outubro de 2019 que designa a Comissão Permanente de Seleção, para processar e julgar os Chamamentos Públicos referentes às parcerias firmadas com Organizações da Sociedade Civil (OSC) no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social, segue o resultado de pontuação e julgamento das propostas das OSC para celebração de acordo de cooperação, conforme Edital de Chamamento Público No 04/2019.

OSC: CEIFA – Ação Social Salto do Maroim – Grupo de Idosos Senhora Sant’Ana.

IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: MÉDIO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)	2
ITEM (C)	Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)	2
Pontuação Máxima global		10

OSC: Grupo de Idosos Nossa Senhora Aparecida.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: MÉDIO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)	2
ITEM (C)	Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)	2
Pontuação Máxima global		10

OSC: Grupo de Idosos Beija Flor.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: PEQUENO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)	2
ITEM (C)	Grau pleno de atendimento (2,0 pontos)	2
Pontuação Máxima global		10

OSC: Ação Social de Barreiros.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: GRANDE.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 ponto)	1
ITEM (C)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 ponto)	1
Pontuação Máxima global		08

OSC: Ação Social Paroquial de Campinas.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: MÉDIO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 ponto)	1
ITEM (C)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 ponto)	1
Pontuação Máxima global		08

OSC: Grupo de Idosos Amor não tem Idade.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: MÉDIO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 ponto)	1
ITEM (C)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 ponto)	1
Pontuação Máxima global		08

OSC: Grupo da Terceira Idade Primavera.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: MÉDIO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Seis anos ou mais de experiência comprovada	6
ITEM (B)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 pontos)	1
ITEM (C)	Grau satisfatório de atendimento (1,0 pontos)	1
Pontuação Máxima global		8

OSC: Associação dos Moradores do Jardim Amodelar – AMORJA.
IDENTIFICAÇÃO DE PORTE: MÉDIO.

Critérios de Julgamento	Metodologia de pontuação	Pontuação
ITEM (A)	Quatro anos completos de experiência comprovada	4
ITEM (B)	Grau satisfatório de atendimento (1,0)	1
ITEM (C)	Grau satisfatório de atendimento (1,0)	1
Pontuação Máxima global		06

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Ordem	Organização da Sociedade Civil	Pontuação
-------	--------------------------------	-----------

1º	CEIFA – Ação Social Salto do Maroim – Grupo de Idosos Senhora Sant’Ana.	10
	Grupo de Idosos Nossa Senhora Aparecida.	10
	Grupo de Idosos Beija Flor.	10
4º	Ação Social de Barreiros.	08
	Ação Social Paroquial de Campinas.	08
	Grupo de Idosos Amor não tem Idade.	08
	Grupo da Terceira Idade Primavera.	08
8º	Associação dos Moradores do Jardim Amodelar – AMORJA.	06

Atenciosamente

Jule Mendes Minelli

Henrique Cabral Faraco

Gabriella Dornelles

PORTARIA Nº 46/2019/SMS/SJ

Publicação Nº 2219747

PORTARIA Nº 46/2019/SMS/SJ

ALTERA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC, instituída pela Portaria nº 024/2017/SMS/SJ.

A Secretária Municipal da Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 2.132/90, no parágrafo único do art. 66, II, RESOLVE:

Art. 1º. Retirar, da composição da Comissão Especial de Credenciamento para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde no Âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC, o servidor Roni Schmidtke, Matrícula 418900.

Art. 2º. Incluir, na composição da Comissão Especial de Credenciamento para Contratação de Prestadores de Serviços de Saúde no Âmbito da Secretaria Municipal de Saúde de São José/SC, a servidora Ivana Daros Coelho, matrícula 317977, para funcionar na qualidade de Presidente.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sinara Regina Landt Simioni
Secretária Municipal da Saúde

PORTARIA Nº 76/2019/SSDST

Publicação Nº 2219341

PORTARIA Nº 076/2019, de 05 de novembro de 2019

A SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO, por sua Titular, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 13.022/2014 (Estatuto das Guardas Municipais); Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017, Lei 2.248/91 (Estatuto dos Servidores Públicos) e Lei nº 4.144/2004 de 22/04/2004;

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia Comissão de Sindicante para apurar suposto Abuso de Autoridade, fato ocorrido em 22/01/2019, conforme Ofício nr. 0005/2019/01PJ/SJO-MPSC;

Art. 2º Ficam nomeados, como membros da Comissão respeitando o que descreve o Art. 3º, Lei 5215/2013:

I – Corregedor Geral, JOSÉ MOREIRA HOFFMANN, matrícula. 21.489-2, como presidente;

II – Guarda Municipal, CAROLINA ELIZA DE SOUZA, matrícula 15.763-5, como Secretária;

III – MELISSA LARA SOUZA ELIAS, CPF: 120.887.929-45, como Vogal.

Art. 3º. A sindicância Investigativa terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação, podendo ser prorrogado por igual período, justificadamente.

Art.4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andrea Irany Pacheco Rodrigues
Secretária de Segurança, Defesa Social e Trânsito

PORTARIA SMA/PMSJ Nº 1192/2019

Publicação Nº 2220460

PORTARIA SMA/PMSJ nº 1192, de 10 de setembro de 2019.

DESIGNA FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991, bem como as indicações de fiscalização exaradas pelos órgãos participantes,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os Servidores para efetuar a fiscalização das Atas de Registro de Preços 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252 e 253/2019, decorrentes do Pregão Presencial nº 078/2019, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993:

- Autarquia São José Previdência:

Fiscal: Augusto Bousfield, matrícula 452-9.

Suplente: Luis Fabiano Araújo Giannini, matrícula 440-5.

- 10º Batalhão de Bombeiros Militar:

Fiscal: Murilo Augusto Galdino de Souza, matrícula 929169-5.

Suplente: Denys Rafael de Souza, matrícula 929127-0.

- Fundação de Cultura e Turismo:

Fiscal: Zuraide Maria Silverio, matrícula 15840-2.

Suplente: Raphael Soares da Silva, matrícula 426324-3

- Fundação de Esportes e Lazer:

Fiscal: Edson Serafim, matrícula 33245-3.

Suplente: Gilmar Brito, matrícula 430166-8.

- Fundação do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável:

Fiscal: Sérgio Stahelin, matrícula 135356-1.

Suplente: Valdenir Pauli, matrícula 31796-0.

- Fundação Educacional – USJ

Fiscal: Janice Damásio, matrícula 427903-4.

Suplente: Charlô C. Ouriques, matrícula 428003-2.

- Secretaria da Casa Civil:

Fiscal: Junior Spies, matrícula 426767-2.

Suplente: Maria Solange Huntemann, matrícula 33101-5.

- Secretaria de Assistência Social:

Fiscal: Glades Gonçalves Panasolo, matrícula 428038-5.

Suplente: Renaldo Osvaldo da Silva, matrícula 428271-0.

- Secretaria de Administração:

Fiscal: Camila Furlan Parucker, matrícula 430045-9.

Suplente: Luiz Carlos Dams Júnior, matrícula 16154-3.

- Secretaria Executiva de Comunicação Social:

Fiscal: Rosa de Lima H. Reginaldo, matrícula 430016.

Suplente: Joêni Kehl, matrícula 428208.

- Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação:

Fiscal: Willian Quadros da Silva, matrícula 27826-7.

Suplente: Jonathan Motta Salgado, matrícula 28270-1.

- Secretaria de Educação:

Fiscal: Tânia Regina Janesch Wolf, matrícula 13578-0.

Suplente: João Machado Neto, matrícula 4279980.

- Secretaria de Infraestrutura:

Fiscal: Luiz José Ferreira, matrícula 428237-0.

Suplente: Valdenir Vítor de Souza, matrícula 1227.

- Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos:

Fiscal: Luiz Fernando de Aquino, matrícula 33157-0.

Suplente: Jackson Cristiano de Oliveira, matrícula 428219-0.

- Secretaria da Receita:

Fiscal: Charles A. Tapia, matrícula 17417-3.

Suplente: Nahim Koerich, matrícula 16362-7.

- Guarda Municipal de São José:

Fiscal: Tiago Gorges, matrícula 23191.

Suplente: Ederson dos Santos Borges, matrícula 15698.

- Secretaria de Urbanismo e Serviços Públicos:

Fiscal: Pedro Inácio da Silva, matrícula 426191-7.

Suplente: Rafael Araújo, matrícula 426462-2.

Devendo desempenhar as seguintes funções:

I. Acompanhar toda a execução contratual;

II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;

IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;

V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;

VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;

VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;

IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados

X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;

XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;

XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;

XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;

XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;

XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência do Fiscal ficará automaticamente designado o Suplente pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vera Suely de Andrade

Secretária Municipal de Administração.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2019

Publicação Nº 2219724

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2019 – Processo nº 464/2019 – Proc. Adm. 8243/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS DE DIGITADOR E SERVENTES DE SERVIÇO BRAÇAL, OPERADOR DE ROÇADEIRA E ENCARREGADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, VEÍCULOS E MÁQUINAS, PARA REALIZAÇÃO DA LIMPEZA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 08 de novembro de 2019 às 18h00min até dia 21 de novembro de 2019, às 14h00min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h01min do dia 21 de novembro de 2019. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810399.

PREGÃO PRESENCIAL 134/2019

Publicação Nº 2220088

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 134/2019 – Processo nº 520/2019 – Proc. Adm. 9207/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA FORNECIMENTO DE PELÍCULAS REFLETIVAS, TIPO I-A, GTP/GTP COM SINAIS IMPRESSOS DE SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ADVERTÊNCIA, REGULAMENTAÇÃO E INDICAÇÃO PARA O MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 25/11/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/11/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0400.

RESOLUÇÃO Nº 08/2019.

Publicação Nº 2220517

RESOLUÇÃO Nº 08/2019.

APROVA A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, PARA OS PRIMEIROS DOZE MESES DO MANDATO DA GESTÃO 2019/2021.

O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO, órgão formulador, deliberativo e controlador das políticas e das ações de atendimento aos direitos dos idosos do Município de São José, criado por força da Lei Federal n. 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), regido pelas Leis Municipais n. 4.599/2007 (Política Municipal do Idoso) e n. 5.490/2019 (Fundo Municipal do Idoso), conforme previamente deliberado na Reunião Plenária Extraordinária do dia 23 de março de 2017;

- Considerando o Decreto Municipal nº 12.080, o qual nomeou os membros para comporem o Conselho Municipal do Idoso de São José – CMISJ, para o Biênio 2019-2021;

- Considerando a Posse do Conselho Municipal do Idoso de São José – CMISJ, Biênio 2019-2021, ocorrida em 07 de agosto de 2019;

- Considerando a necessidade de constituir a Mesa Diretora para os primeiros doze meses da Gestão 2019/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Mesa Diretora do Conselho Municipal do Idoso de São José, para o biênio de 2019/2021, com a seguinte formação:

a) Presidente: Solange Losso Bunn;

b) Vice-Presidente: Diego Gnecco;

c) Primeira - Secretária: Célia Darcira Rosa, e

d) Segunda - Secretária: Jule Mendes Minelli.

Parágrafo único - O mandato da Mesa Diretora será de doze meses contados da data de expedição desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 07 de agosto de 2019.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de Outubro de 2019.

Solange Losso Bunn
Conselheira Presidente do CMI

RESOLUÇÃO Nº 10/2019

Publicação Nº 2220522

RESOLUÇÃO Nº 10/2019

APROVA NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, REGULAMENTO E NORMAS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO JOSÉ – CMI/SJ.

O Conselho Municipal do Idoso de São José, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com objetivos de formular políticas públicas para o idoso, assim como exercer o controle das ações, conforme o artigo 204, II da Constituição da república, promovendo seu implemento, assegurando-lhes seus direitos sociais, promovendo sua ampla total e irrestrita cidadania, criado por força da Lei Federal n.10741/2003 (Estatuto do Idoso), regido pelas leis municipais n. 4.599/2007 (Política Municipal do Idoso) e n. 5.490/2015 (Fundo Municipal do Idoso);

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a nova composição da Comissão Permanente de Legislação, Regulamento e Normas do Conselho Municipal do Idoso de São José – CMI/SJ, com os seguintes membros:

ELIANA DE SOUZA (COORDENADORA)
IVAN SOARES
SOLANGE LOSSO BUNN
CÉLIA DARCIRA ROSA
ADELIA ERIDA BROERING KOERICH
SIMONE CRISTINA VIEIRA MACHADO
DANIELA ANTUNELLI
VERA NICIA FORTKAMP ARAUJO
MARIANA NASCIMENTO SILVA.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 07 de agosto de 2019.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.
São José, 14 de Outubro 2019.

Solange Losso Bunn
Conselheira Presidente do CMI

RESOLUÇÃO Nº. 09/2019

Publicação Nº 2220521

RESOLUÇÃO Nº. 09/2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ÉTICA E FISCALIZAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO JOSÉ – CMI/SJ.

O Conselho Municipal do Idoso de São José, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com objetivos de formular políticas públicas para o idoso, assim como exercer o controle das ações, conforme o artigo 204, II da Constituição da república, promovendo seu implemento, assegurando-lhes seus direitos sociais, promovendo sua ampla total e irrestrita cidadania, criado por força da Lei Federal n.10741/2003 (Estatuto do Idoso), regido pelas leis municipais n. 4.599/2007 (Política Municipal do Idoso) e n. 5.490/2015 (Fundo Municipal do Idoso);

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a nova composição da Comissão Permanente de Ética e Fiscalização do Conselho Municipal do Idoso de São José – CMI/SJ, com os seguintes membros:

DANIELA ANTUNELLI (COORDENADORA)
SOLANGE LOSSO BUNN
MARIA DO CARMO PERES
JULE MENDES MINELLI
ELIANA DE SOUZA
ALDALÉA DE BRITO SOUZA

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 07 de agosto de 2019.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de Outubro de 2019.

Solange Losso Bunn
Conselheira Presidente Do CMI

RESOLUÇÃO Nº. 11/2019

Publicação Nº 2220524

RESOLUÇÃO Nº. 11/2019

ALTERA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO JOSÉ – CMI/SJ.

O Conselho Municipal do Idoso de São José, órgão permanente, paritário, deliberativo e consultivo, com objetivos de formular políticas públicas para o idoso, assim como exercer o controle das ações, conforme o artigo 204, II da Constituição da república, promovendo seu implemento, assegurando-lhes seus direitos sociais, promovendo sua ampla total e irrestrita cidadania, criado por força da Lei Federal n.10741/2003 (Estatuto do Idoso), regido pelas leis municipais n. 4.599/2007 (Política Municipal do Idoso) e n. 5.490/2015 (Fundo Municipal do Idoso),

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a nova composição da Comissão Permanente de Orçamento e Finanças Públicas do Conselho Municipal do Idoso de São José – CMI/SJ, com os seguintes membros:

DIEGO GNECCO (COORDENADOR)
SIMONE CRISTINA VIEIRA MACHADO
SOLANGE LOSSO BUNN
ADELIA ERIDA BROERING KOERICH
MARIA DO CARMO PERES
ALDALÉA DE BRITO SOUZA
IVONETE BASILISSA DA SILVA
VERA NICIA FORTKAMP ARAUJO
ANTONINO ANTÔNIO DE SOUZA.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação com efeito retroativo a data de 07 de agosto de 2019.

Art. 3º - Publique-se na forma da Lei.

São José, 14 de Outubro de 2019.

Solange Losso Bunn
Conselheira Presidente do CMI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 216/2019

Publicação Nº 2220067

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 216/2019

DA RATIFICAÇÃO

A autoridade superior, neste ato representada pelo SECRETARIA DE SAUDE, Sra. SINARA REGINA LANDT SIMIONI, em atenção ao que preconiza o Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICA a presente dispensa de licitação, fundamentada no Art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, por preencher os requisitos presentes na Lei de Licitações para a seguinte contratação: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO DE PACIENTES DE DEMANDA JUDICIAL, VINCULADA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC.

A seguinte empresa:

Credor	Total Cotado
CLÍNICA URIAS VIDIGAL LTDA	R\$ 120.000,00
TOTAL:	R\$ 120.000,00

São José, 07 de novembro de 2019.

Pelo presente, ratifico os termos da Dispensa de Licitação e solicito a publicação na imprensa oficial.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
SECRETARIA DE SAUDE

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019**

Publicação Nº 2220068

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019

PREGÃO PRESENCIAL: N.º 014/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 189/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CONTRATADA: R & G REPRESENTAÇÃO E COMERCIAL LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE LIMPEZA, LOTE 1, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR GLOBAL: R\$ 3.730,00 (TRÊS MIL E SETECENTOS E TRINTA REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00.00.00.00

PRAZOS: VIGÊNCIA 12 (DOZE) MESES

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

Publicação Nº 2220072

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

PREGÃO PRESENCIAL: N.º 014/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: N.º 189/2019

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC

CONTRATADA: IMPERATRIZ COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI ME.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER MATERIAIS DE LIMPEZA, LOTE 2, PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA.

VALOR GLOBAL: R\$ 23.750,00 (VINTE E TRÊS MIL E SETECENTOS E CINQUENTA REAIS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: ELEMENTO DE DESPESA 3.3.90.30.00.00.00.00

PRAZOS: VIGÊNCIA 12 (DOZE) MESES

RESOLUÇÃO Nº 558, DE 06 NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220532

RESOLUÇÃO Nº 558, DE 06 NOVEMBRO DE 2019.

ALTERA O ART. 1º DA RESOLUÇÃO Nº 549, DE 08 DE AGOSTO DE 2019, QUE DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a", considerando a Resolução nº 467, de 14 de junho de 2016 e posteriores alterações,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Resolução nº. 497, de 20 de novembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º A comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, em conformidade com a Resolução n.º 467, de 14 de junho de 2016, será composta pelos seguintes servidores:

- a) Éder Felipe da Silva;
- b) Marcelo Alessandro Macagnan; e
- c) Sandra Regina Mikulski."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de novembro 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

Presidente

RESOLUÇÃO Nº. 559, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220533

RESOLUÇÃO Nº. 559, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.
CONCEDE A MEDALHA DE MÉRITO À AFRODESCENDENTES.

O PRESIDENTE DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE CONFORMIDADE COM O REGIMENTO INTERNO DA CASA, FAZ SABER QUE CÂMARA APROVOU E ELE PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedida a honraria “Medalha Municipal de Mérito à Afrodescendentes”, instituída através da Resolução nº. 153 de 09 de novembro de 2004, alusiva à Semana da Consciência Negra, aos seguintes indicados:

ADRIANO DE BRITO;
FÁBIO BRITO;
FABRÍCIA MARTINS SILVA;
ILSON DE JESUS LIMA
IRATAM MARTINS CURVELLO;
JOE PASSOS COSTA – In Memoriam;
JOSÉ ELITO RIBEIRO;
LUIZ FABIANO PADILHA;
MARCOS AURÉLIO DOS SANTOS;
MARCOS AURÉLIO RUFINO;
MAYCON SOUZA;
PEDRO PAULO AGOSTINHO; e
SUELY SEBASTIANA BARBOSA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 07 de novembro de 2019.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Presidente

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 6602/2019

Publicação Nº 2220245

DECRETO Nº 6.602, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso I, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a pedido, a partir de 05 de novembro de 2019, a servidora pública municipal LUANA SCHNEIDER, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 3744, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6603/2019

Publicação Nº 2220248

DECRETO Nº 6.603, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso I, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADA, a pedido, a partir de 31 de outubro de 2019, a servidora pública municipal ELOMARA REJANE DALLEGRAVE SILVESTRE, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 2402, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/10/2019.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 6604/2019

Publicação Nº 2220249

DECRETO Nº 6.604, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 003/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, com base Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei Municipal nº 1.062/1986, Lei Municipal nº 2.020/1993, Lei Complementar nº 005/2003, Lei Municipal nº 3265/2006, Lei Complementar nº 053/2016, e suas atualizações,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o Resultado Final relativo ao Edital de Concurso Público Edital nº 003/2019 do Município de São José do Cedro – SC, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF 02 - MICRO ÁREA 07)							
Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
119	Beatriz Dos Santos Krohn	02/03/1976	4,20	1,00	0,80	6,00	1º
108	Cristiane Aparecida Poncio De Oliveira Muhl	11/12/1991	3,15	1,00	0,40	4,55	-
201	Denise Lopes	19/11/1995	2,80	1,00	0,60	4,40	-
195	Jéssica Fátima Wartha	22/09/1997	2,80	0,80	0,80	4,40	-
254	Francieli Seibel	20/08/1996	2,45	0,80	1,00	4,25	-
242	Luizane Lagemann	12/07/1984	2,10	0,60	0,80	3,50	-
137	Tauana Rugeri	04/07/2000	2,45	0,60	0,00	3,05	-
47	Adriana Júlia Teixeira Rosa	07/06/1991	0,70	0,80	0,20	1,70	-
251	Daiane Dos Santos De Moraes	Faltante					Desc.
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF 03 – MICRO ÁREA 05)							
Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
265	Loiva De Moraes	13/09/1982	3,15	0,80	0,60	4,55	-
212	Saionara Scholl	18/02/1986	1,75	1,40	0,80	3,95	-
221	Eliane Marcia Pinto Johner	16/04/1986	2,10	0,80	0,60	3,50	-
56	Eliane Da Silva Alexandre	26/06/1980	1,75	0,60	1,00	3,35	-
88	Andrea Graziela Dalla Costa	29/01/1989	1,75	1,00	0,60	3,35	-
144	Luana Fatima Feiten	13/12/2000	2,10	0,60	0,60	3,30	-
217	Rosane Orzechoski Paulus	06/01/1974	0,70	0,80	0,20	1,70	-
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ESF 04 – MICRO ÁREA 18)							
Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
69	Júlia Cristina Trevisol	13/08/1997	3,15	1,00	1,00	5,15	1º
95	Marines Salete Erich	10/04/1985	3,15	0,80	0,60	4,55	-
191	Kátia Regina Dallo	04/07/1979	2,80	0,80	0,80	4,40	-
178	Marli Andriighi Spironello	01/08/1984	2,10	0,80	1,00	3,90	-
67	Angela Pasqualon	15/09/1993	2,10	0,60	0,20	2,90	-
ASSISTENTE SOCIAL							

Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
26	Graciele Regina Bizello	23/05/1983	6,30	1,00	0,60	7,90	1º
240	Paula Cristina Schaffer	22/02/1986	4,20	1,20	0,80	6,20	2º
82	Cariela Martinazzo Jank	03/09/1984	4,90	0,80	0,40	6,10	3º
7	Jaqueline Regina Schott	06/09/1990	4,90	0,60	0,60	6,10	4º
75	Ramôni Crislei Dalmoro	02/06/1987	4,20	1,40	0,40	6,00	5º
80	Kauana Cardoso Rodrigues	17/11/1992	4,20	1,40	0,40	6,00	6º
303	Valquiria Giotto Genz	14/12/1986	3,85	1,40	0,60	5,85	7º
189	Diandra Saionara Venson	09/10/1989	4,55	0,80	0,40	5,75	8º
166	Marta Judite Debona Gregolin	15/08/1978	3,50	1,40	0,80	5,70	9º
273	Alân Krewer	15/09/1988	3,85	1,40	0,40	5,65	10º
222	Keila Cristina Sampaio Dos Santos	07/07/1984	4,55	0,60	0,40	5,55	11º
171	Luciane Radke	11/12/1983	3,15	1,80	0,60	5,55	12º
241	Fernanda Cristina Segalin	28/06/1984	3,50	1,20	0,80	5,50	13º
205	Aquidauana Marin Brunetto	31/07/1995	4,20	1,00	0,20	5,40	14º
111	Luciane Flávia Becker	23/01/1986	4,20	0,80	0,40	5,40	15º
124	Leticia Marafon	04/03/1990	3,85	1,00	0,20	5,05	16º
186	Marilia Munerolli	02/05/1991	3,85	0,60	0,60	5,05	17º
297	Simone Carla Boito	30/10/1984	3,15	1,40	0,40	4,95	-
208	Kely Mueller	27/06/1990	2,80	1,40	0,60	4,80	-
93	Tais Cristina Zanatta Lermen	03/11/1987	3,15	1,20	0,40	4,75	-
246	Beloni Salete Do Prado Bergamo	03/05/1963	3,50	1,00	0,20	4,70	-
224	Jussara Consoladora Colle	21/09/1969	3,50	0,80	0,40	4,70	-
18	Jaqueline Fatima Lolato	13/07/1983	2,45	1,60	0,60	4,65	-
8	Eliane Baú	10/08/1984	2,45	1,40	0,80	4,65	-
126	Ana Eliza Da Silva Dorneles	06/10/1997	2,45	1,40	0,80	4,65	-
287	Claiciane Aparecida De Moraes	17/10/1990	3,15	0,80	0,60	4,55	-
135	Adriele Maiara Rodrigues	04/08/1994	3,15	1,20	0,20	4,55	-
60	Lisiane Schu Caron	17/06/1990	2,45	1,20	0,60	4,25	-
68	Raquel Dal Alba	01/09/1986	2,45	0,80	0,60	3,85	-
300	Idinéia Weiss	12/04/1979	2,80	1,00	0,00	3,80	-
215	Marciane Maia Da Silva	13/03/1989	2,80	1,00	0,00	3,80	-
61	Nádia Costacurta	02/12/1980	2,10	1,00	0,60	3,70	-
271	Edirleia Trentin	15/04/1989	2,45	1,00	0,20	3,65	-
190	Carolina Bernasconi Da Silva	12/02/1994	2,10	0,80	0,60	3,50	-
83	Luana Leocádia Dos Santos	25/12/1991	1,40	1,40	0,60	3,40	-

253	Maira Gabriela Anschau	06/03/1996	2,10	0,80	0,40	3,30	-
110	Simone Da Luz Reichert	27/08/1976	1,75	1,00	0,40	3,15	-
134	Daniela Paula Da Silva Kureck	04/01/1989	2,10	0,80	0,20	3,10	-
96	Diandra Antunes Gottardi	06/11/1990	1,75	0,80	0,20	2,75	-
278	Loreni Comel	Faltante					Desc.
25	Lucelia Costa-curta	Faltante					Desc.
102	Mayla Vieira Cangussu	Faltante					Desc.
106	Gláucia Maria Ferreira	Faltante					Desc.
243	Fabiano Bortoli	Faltante					Desc.
225	Ingrid Byanne Alves De Oliveira Bernardes	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE OPERADOR DE MÁQUINAS

Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
99	Fabricao Del Sant	20/08/1994	5,60	2,00	0,60	8,20	1º
149	Marciel Dresch	26/04/1984	5,95	1,60	0,40	7,95	2º
274	Everton Lucas Bitsch	28/05/1996	5,25	1,60	0,80	7,65	3º
220	Susana Balbinot	27/06/1985	5,25	1,40	0,60	7,25	4º
239	Sidnei Luiz Wolfart	25/10/1984	5,60	1,00	0,40	7,00	5º
282	Junior Cristiano Furtim	14/05/1989	5,60	0,80	0,40	6,80	6º
53	Renan Schein	26/11/1998	5,25	1,20	0,20	6,65	7º
154	Ana Claudia De Oliveira	06/04/1992	4,90	1,00	0,60	6,50	8º
6	Claudir Santa Catharina	07/12/1970	5,25	1,00	0,20	6,45	9º
153	Anderson Belletz	23/03/1985	4,90	0,60	0,40	5,90	10º
55	Eliseu Eduardo Davies	12/06/2000	4,90	0,60	0,40	5,90	11º
238	Eliseo Luis Wolfart	25/04/1977	4,20	1,00	0,60	5,80	12º
267	Adriano Jardel Cervinski	28/02/1997	3,85	1,00	0,80	5,65	13º
104	Mateus Eduardo Rauber	08/08/2001	3,85	0,60	0,60	5,05	14º

MECÂNICO

Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
194	Marcio Schutz	09/03/1981	6,65	1,20	0,80	8,65	1º
173	Tiago Henrique Roman	25/04/1991	4,90	1,80	0,80	7,50	2º
200	Marcelo Dalpiaz	08/03/1992	5,25	1,40	0,60	7,25	3º
202	Enio Valmor Massmann	15/12/1984	5,25	1,20	0,60	7,05	4º
258	Aldino João Fetter	28/03/1987	4,90	1,60	0,40	6,90	5º
22	Jocimar Gottardi	14/06/1986	4,90	1,40	0,40	6,70	6º
260	Jean Carlos Machado	09/09/1997	4,55	1,60	0,40	6,55	7º

236	Leandro Amann	27/01/1997	5,25	0,80	0,40	6,45	8º
74	Jucimar Schiitz	26/06/1986	4,55	1,60	0,20	6,35	9º
54	Anderson Bersch	03/09/1998	4,90	1,00	0,40	6,30	10º
49	Marcos Muller	24/01/1983	4,20	1,60	0,40	6,20	11º
192	Eduardo Adams Socol	07/02/1999	4,90	0,80	0,40	6,10	12º
275	Alexandre Vizotto	24/06/1991	4,55	1,20	0,20	5,95	13º
176	Eloir Schneider	08/11/1972	4,55	1,00	0,40	5,95	14º
233	Alex Patrik Klein	09/09/2000	3,85	1,60	0,40	5,85	15º
259	Michael Fanton	06/05/1994	4,55	0,80	0,40	5,75	16º
89	Cleiton Fraide	23/09/1991	3,85	1,40	0,40	5,65	17º
232	Paulo Henrique Machado	05/08/1989	4,20	1,00	0,40	5,60	18º
219	Agnes Maurer	26/06/1988	4,20	0,80	0,20	5,20	19º
199	Jonata Becker	06/04/1989	3,50	0,80	0,80	5,10	20º
43	Wellinton Batista Ferraz	15/07/1998	2,80	1,00	0,60	4,40	-
228	Valdecir Prestes De Oliveira	26/05/1978	3,15	0,40	0,80	4,35	-
72	Lucas Ferreira	28/10/2000	3,50	0,40	0,40	4,30	-
27	Fabio Luiz Reolon	Faltante					Desc.
162	Leandro Ruckhaber	Faltante					Desc.
103	Maurício Jacoski	Faltante					Desc.
46	Gilnei Ville	Faltante					Desc.
185	Vilson Franke	Faltante					Desc.
164	Mauricio Albert Petry	Faltante					Desc.

ORIENTADOR SOCIAL

Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
132	Emanuelle Thaís Boniatti	29/07/1997	4,55	1,60	0,80	6,95	1º
266	Edeli Dittrich Bolgenhagen	30/05/1984	3,85	1,40	1,00	6,25	2º
145	Daiana Degasperi	27/04/1994	3,50	2,00	0,60	6,10	3º
51	Yeligel Laris Delevatti	19/11/1991	4,20	1,40	0,40	6,00	4º
76	Tatiane Dos Santos	02/01/1995	4,55	0,80	0,60	5,95	5º
299	Sander Celio Santos Da Silva	27/06/1995	3,50	1,60	0,80	5,90	6º
85	Leila Britsche	23/03/1979	3,85	1,40	0,60	5,85	7º
293	Judite Lorenzon Deicke	14/05/1967	3,85	1,20	0,80	5,85	8º
90	Fabiana Justen	14/01/1996	3,85	1,20	0,80	5,85	9º
107	Nelsi Kamer	16/11/1978	3,50	1,00	1,00	5,50	10º
133	Cristiane Raquel Scheuermann Gomes	19/12/1985	3,50	0,80	1,00	5,30	11º
180	Rayane Faustino Faria	01/08/1992	3,15	1,00	0,80	4,95	-
175	Rosmarí Demski	26/06/1972	3,50	0,60	0,80	4,90	-
262	Eliane Ana Spiro-nello Foppa	07/05/1976	2,80	1,00	1,00	4,80	-
272	Jessica Jarabiza	15/10/1993	2,80	1,00	1,00	4,80	-

73	Luana Patel	09/05/1994	3,15	1,00	0,60	4,75	-
193	Cristina Schaefer Dos Santos	14/03/1980	2,80	1,00	0,80	4,60	-
117	Daniel Christani	19/02/1999	3,15	0,60	0,80	4,55	-
57	Silvana Ester Delevatti	24/08/1988	2,45	1,00	1,00	4,45	-
112	Maria Gorete De Abreu Kerkhoven	06/07/1976	2,80	1,00	0,60	4,40	-
138	Luana Schneider	09/03/1999	2,80	0,80	0,80	4,40	-
177	Maristela De Moraes Debona	08/08/2001	2,80	1,20	0,40	4,40	-
141	Patrícia Steffen	09/11/1999	2,10	1,00	0,80	3,90	-
283	Franciele Anzolin	14/06/1983	2,45	0,40	1,00	3,85	-
255	Elisete Ferraz	03/08/1981	2,10	1,00	0,60	3,70	-
279	Priscila Maia Donadelli	09/03/1995	2,10	1,00	0,40	3,50	-
276	Robson Lima Portugal	12/10/1987	1,75	0,80	0,80	3,35	-
78	Elizandra Fontana	18/07/1996	1,75	0,80	0,80	3,35	-
214	Karen Maroni Da Silva	29/08/1999	1,40	1,00	0,60	3,00	-
92	Fabiane Schwab	20/08/1993	1,75	0,60	0,60	2,95	-
21	Stefany Da Luz Pinto	30/07/1999	2,10	0,40	0,20	2,70	-
20	Noeli Gonçalves Guimarães	Faltante					Desc.
100	Salete Klaus	Faltante					Desc.
148	Grace Kelly Martins	Faltante					Desc.
86	Carina Aparecida Lemes De Souza	Faltante					Desc.
213	Graciele Ines Junges	Faltante					Desc.
269	Karine Maria Kuhn	Faltante					Desc.
268	Ariel Devitte	Faltante					Desc.

TELEFONISTA

Insc.	Nome Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
188	Eliaki Marcelli Zanini	09/07/1998	7,00	2,00	1,00	10,00	1º
245	Jaíne Devicari	27/08/1997	6,65	2,00	0,80	9,45	2º
131	Cassiane Mara Dos Santos Miola	19/04/1994	6,65	1,80	0,80	9,25	3º
163	Emily Lais Cerioli Stedile	05/11/1999	7,00	1,60	0,60	9,20	4º
81	Graciane Beatris Mantovani	18/03/1994	6,65	1,60	0,80	9,05	5º
172	Marinês Mallmann	31/05/1999	7,00	1,20	0,60	8,80	6º
179	Roseli Simone Paulino	26/07/1983	6,30	1,80	0,40	8,50	7º
270	Jessica Fogiato	04/12/1990	5,95	1,60	0,80	8,35	8º
5	Luíza Paula Aretz	22/06/1998	5,95	1,60	0,80	8,35	9º
31	Evelin Bruna Reolon	28/01/1994	5,95	1,40	0,80	8,15	10º
37	Leticia Da Silveira Reolão	18/05/1998	5,95	1,40	0,80	8,15	11º
295	Simoni Ochôa De Oliveira	15/12/1988	5,95	1,40	0,60	7,95	12º

19	Daniela Alves Righi	29/05/1995	5,95	1,40	0,60	7,95	13º
34	Josiane Maiara Guth	26/10/1999	5,95	1,40	0,60	7,95	14º
170	Sandra Alves De Siqueira	21/06/1991	5,60	1,60	0,60	7,80	15º
33	Elizandra Da-ponte	10/09/1993	5,60	1,40	0,80	7,80	16º
50	Juliana Maria Ferreira	12/12/1990	5,95	1,00	0,80	7,75	17º
231	Solange Aparecida Marth	16/03/2000	5,25	1,80	0,60	7,65	18º
2	Alexandra Sehn Heck	19/01/1999	5,25	1,60	0,80	7,65	19º
248	Carolina Schneider	22/04/1995	5,60	1,60	0,40	7,60	20º
87	Camila De Oliveira	17/09/1997	5,25	1,40	0,80	7,45	21º
284	Carmen Beatriz Kochem Graf Trecco	29/09/1980	5,60	1,20	0,60	7,40	22º
182	Malgarete Manfro	04/06/1983	5,95	1,00	0,40	7,35	23º
150	Carla Maria Mayer	29/10/1996	5,95	1,00	0,40	7,35	24º
10	Cláudia Bragagnolo	17/07/2000	5,95	1,00	0,40	7,35	25º
140	Bruna Taísa Lermen	23/08/2001	5,60	1,40	0,20	7,20	26º
291	Marines Fátima Moraes Klein	29/10/1976	5,60	1,00	0,60	7,20	27º
16	Denise Tonial	21/10/1993	5,25	1,20	0,60	7,05	28º
63	Roseane Mossmann	06/11/1979	5,60	1,00	0,40	7,00	29º
17	Jieza Carla Rauber Rosa	02/02/1984	5,60	1,00	0,40	7,00	30º
125	Ana Carolina Bolgenhagen	05/04/2002	5,60	0,80	0,60	7,00	31º
105	Soeli Sirlei Lenhardt	03/12/1979	4,90	1,40	0,60	6,90	32º
146	Maria De Fátima Gonçalves	13/10/1980	5,25	1,00	0,60	6,85	33º
155	Daniele Claudino Dos Passos Kraemer	10/06/1999	4,55	1,40	0,80	6,75	34º
281	Paula Corassa	09/06/1982	5,25	1,00	0,40	6,65	35º
174	Marlizete Aparecida Rauber	08/05/1975	5,25	0,80	0,60	6,65	36º
41	Débora Schio	04/01/2001	4,55	1,20	0,80	6,55	37º
24	Juliana Walber	11/03/1986	4,55	1,40	0,40	6,35	38º
23	Camila Regina Kummer Brum	23/12/1990	4,55	1,40	0,40	6,35	39º
28	Eloisa Ferreira Weiand Spironelo	16/07/1983	4,55	1,20	0,40	6,15	40º
227	Eliane Márcia Dos Santos	01/03/1989	4,90	0,80	0,40	6,10	41º
198	Rosalene Maria Sasso	08/03/1984	4,55	0,60	0,60	5,75	42º
66	Iliane Da Silva Klein	27/10/1983	4,20	0,80	0,40	5,40	43º
65	Angélica Cristina Limberger	26/01/1996	3,50	1,20	0,40	5,10	44º
84	Beatris Christofoli Rossini	06/04/1970	3,50	1,00	0,60	5,10	45º

142	Candida Tanara Sprandel	12/06/1974	3,50	0,80	0,80	5,10	46º
161	Vanessa Zacarias Bastos	19/10/1999	3,85	0,80	0,40	5,05	47º
169	Jocieli Grubel	20/10/1991	3,15	1,00	0,40	4,55	-
114	Maria Baldissarelli	Faltante					Desc.
101	Adriana Maria Berte Grendene	Faltante					Desc.
77	Renata Catarina Grendene Dos Santos	Faltante					Desc.
209	Istefani Cristina Barro	Faltante					Desc.
206	Jessica De Lima Moraes	Faltante					Desc.
181	Bárbara Feltes	Faltante					Desc.
136	Andreia Da Silva Barbosa	Faltante					Desc.
249	Jordana Cristina Banfi	Faltante					Desc.
64	Thayná Sevald	Faltante					Desc.

Art. 2º. Somente são considerados classificados os candidatos que obtiveram a nota mínima 5,00 (cinco) pontos, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto no edital.

Art. 3º. O cartão de resposta de cada candidato que realizou a prova está disponível na área do candidato para conferência, basta acessar com CPF e senha.

Art. 4º. Os desempates estão de acordo com o Item 8 do Edital.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 07 de Novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6605/2019

Publicação Nº 2220251

DECRETO Nº 6.605, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“ESTABELECE CRONOGRAMA COM OS PRAZOS PARA O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e buscando atender à legislação nacional no que diz respeito ao cumprimento das normas financeiras estabelecidas, em especial pela Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, como também primar pela execução financeira, orçamentária e patrimonial de forma eficiente e responsável;

DECRETA:

Art. 1º. Estabelece, no âmbito dos órgãos da Administração Direta do Município de São José do Cedro, cronograma com os prazos para os procedimentos de execução orçamentária, financeira e contábil, relativos ao encerramento do exercício de 2019:

Prazo	Procedimento
14/11/2019	Data final para a entrega de solicitações – pedido de abertura de procedimentos de licitações, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente.
27/11/2019	Elaboração/Empenho/Geração da Folha do mês de Novembro para crédito dia 29/11/2019.
29/11/2019	Envio dos processos relativos aos Inventários físico-financeiro dos Almoxarifados (controle de estoque).
06/12/2019	Elaboração/Empenho/Geração da Folha do 13º salário para crédito dia 10/12/2019.
06/12/2019	Data final para o encaminhamento de requerimentos de compras, que se destinem à execução de despesas no exercício corrente.

06/12/2019	Data final para recebimento de Prestação de Contas das Entidades. (convênios, subvenções sociais e auxílios).
13/12/2019	Data final para entrega de Notas Fiscais e documentos de liquidação de despesas.
18/12/2019	Elaboração/Empenho/Geração da Folha do mês de Dezembro para crédito dia 20/12/2019.
20/12/2019	Data final para pagamentos das Notas Fiscais recebidas pela Tesouraria.
20/12/2019	Data final para entrega de Notas Fiscais referentes ao Transporte Escolar.
23/12/2019	Data final para pagamento das rescisões e data final para entrega das Notas Fiscais de combustíveis.
26/12/2019	Data final para pagamento de encargos sociais, PASEP, Geração da GEFIP, pagamento do FGTS e INSS, pagamento dos combustíveis.
27 e 30/12/2019	Trabalhos internos, ajustes finais, lançamentos de encerramento de exercício, preparação e abertura do novo orçamento para 2019.
30/12/2019	Envio dos processos relativos aos Inventários físico-financeiro dos Almoxarifados (movimentação após a data de 30/11/2019, entradas e saídas de estoque).

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 07 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL 04/2019

Publicação Nº 2219955

EXTRATO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO – SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2019

A Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório Nº 005/2019, Edital de Pregão Nº 04/2019. Objeto: a presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa física ou jurídica para a editoração de um livro em homenagem ao pioneirismo de São José do Cedro nos anos de 1950 a 1960, com a elaboração, criação e digitação de texto iniciais, intermediários e finais, constando informações de resgate histórico-cultural e compilação de imagens fotográficas, ambas contidas no acervo da câmara de vereadores, além da criação de arte de capa, contracapa e título. O texto deverá ser produzido de acordo com as novas regras ortográficas da língua portuguesa, digitado no programa Microsoft Word, página formato A4 com margem esquerda e superior de 3cm (centímetro), margem direita e inferior de 2 cm (centímetro), letra tipo Times New Roman com suas famílias tipográficas, texto tamanho 12 na cor preta, alinhamento justificado, recuo por 1,50 cm (centímetro), espaçamento entre linhas de 1,25cm (centímetro) e espaçamento de 6pts (pontos) depois de cada parágrafo, contendo assim no mínimo 200 páginas corridas e numeradas. A editoração deve ser zelada pela organização: índice, títulos, subtítulos e divisões de capítulos quando necessário, padronização, formato de página e revisão ortográfica, não devendo o objeto conter incoerências de português, inconsistências de tipologia, espaços a mais ou a menos, numeração e problemas de paginação. Recebimento: até dia 27.11.2019 às 09:00 hs.

Abertura e julgamento: dia 27.11.2019 às 09:30 hs na CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, sita na Rua Jorge Lacerda 1.158, São José do Cedro – SC.

Edital e anexos disponível no <https://www.sjcedro.sc.gov.br/>, maiores informações pelo e-mail contabilcv@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430348 das 07:30h às 11:30h.

Câmara Municipal de Vereadores de São José do Cedro – SC.
Isoldi Will
Presidente.

PORTARIA Nº 627/2019

Publicação Nº 2220260

PORTARIA Nº 627/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 4º da Lei Complementar nº 018/2007, de 16 de novembro de 2007, Lei Complementar nº 025/2010, de 06 de setembro de 2010, e Decreto nº 5.224, de 09 de abril de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 60 (sessenta) dias de Gozo de Licença Prêmio – Assiduidade, à servidora pública municipal Beatris Christofoli Rossini ocupante do cargo efetivo de Agente Operacional de Serviços, Grupo TSG, Nível 05, matrícula nº 3013, no período de 04 de novembro de 2019 a 02 de janeiro de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal de Transportes e Obras.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 628/2019

Publicação Nº 2220262

PORTARIA Nº 628/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor público municipal, Cassiano Schneider, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, Grupo ATM, Nível 03, matrícula nº 3418, referente ao período aquisitivo de 17/01/2018 a 16/01/2019, para serem gozadas no período de 04 de novembro a 03 de dezembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

VERA REGINA CERIOLI COSTA
Secretária Municipal da Fazenda

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 629/2019

Publicação Nº 2220263

PORTARIA Nº 629/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal, Lucivane de Oliveira, ocupante do cargo de conselheiro tutelar, matrícula nº 3727, referente ao período aquisitivo de 16/04/2018 a 15/04/2019 para serem gozadas no período de 04 a 18 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 04 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 630/2019

Publicação Nº 2220265

PORTARIA Nº 630/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora pública municipal Daiana Winter, ocupante do cargo efetivo de Dentista ESF, matrícula nº 2417, referente ao período aquisitivo de 06/07/2017 a 05/07/2018, para serem gozadas no período de 29 de outubro a 07 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 631/2019

Publicação Nº 2220268

PORTARIA Nº 631/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Inez Maria Stefeni Galon, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro ESF, matrícula nº 2452, referente ao período aquisitivo de 08/11/2016 a 07/11/2017, para serem gozadas no período de 05 a 19 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 05 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 632/2019

Publicação Nº 2220270

PORTARIA Nº 632/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao servidor público municipal, Anderson Luiz Tremea, ocupante do cargo comissionado de Secretário Municipal de Esportes, matrícula nº 3406, referente ao período aquisitivo de 10/10/2018 a 09/10/2019 para serem gozadas no período de 29 de outubro a 17 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de outubro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 04 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 633/2019

Publicação Nº 2220326

PORTARIA Nº 633/2019

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora pública municipal Lorinda Silvestre de Vargas, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, matrícula nº 31, referente ao período aquisitivo de 09/07/2018 a 08/07/2019, para serem gozadas no período de 04 a 18 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,
Secretário Municipal da Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 634/2019

Publicação Nº 2220331

PORTARIA Nº 634/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o Inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei nº 3.457, de 13 de novembro de 2007, alterada pela Lei Municipal 4.186, de 21 de dezembro de 2013;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora pública municipal Kelly Aquino Dametto Lodi, ocupante do cargo temporário de Dentista ESF, matrícula nº 3989, Adicional de Insalubridade em Grau Médio que fica estabelecido em valor correspondente a 1,74 (um vírgula setenta e quatro) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), conforme laudos elaborados pelos técnicos em saúde e segurança no trabalho do Serviço Social

da Indústria – SESI, devido aos trabalhos e operações realizadas em estabelecimento destinado ao cuidado da saúde humana, contato com pacientes ou manuseio de materiais contaminados.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de novembro de 2019.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 06 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 635/2019

Publicação Nº 2220333

PORTARIA Nº 635/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, nos termos do Art. 37 da Constituição Federal, combinado com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº. 1.062, de 26 de dezembro de 1986, Lei Complementar nº. 005, de 29 de agosto de 2003, Inciso I, do Art. 2º da Lei Complementar nº 053, de 24 de maio de 2016, e item 11.6 do Edital de Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Admitir em caráter temporário Natália Adams, para exercer o cargo de Professor não Habilitado, regido pelo Regime Jurídico Único Estatutário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na área II do Ensino Fundamental, para ter exercício junto ao Centro Municipal de Educação Girassol – CEMEG, neste município, no período de 07 a 25 de novembro de 2019, em substituição a professora titular da vaga, Soeli Justen dos Santos, que se encontra em licença para tratamento de saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 07 de novembro de 2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 07 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

PORTARIA Nº 636/2019

Publicação Nº 2220336

PORTARIA Nº 636/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 140 da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 02 de novembro de 2019, o prazo para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado através da Portaria nº 535/2019 para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face do servidor público municipal Tálison Grégori Zini, ocupante do cargo efeito de Motorista, matrícula nº 3630.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2019.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 07 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

PORTARIA Nº 637/2019

Publicação Nº 2220337

PORTARIA Nº 637/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso XI, do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 140 da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 02 de novembro de 2019, o prazo para conclusão do PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, instaurado através da Portaria nº 536/2019 para apuração de infrações administrativas, previstas nos artigos 102 e 103, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993 - Estatuto dos Servidores, em face do servidor público municipal Genair Bruno Sevald, ocupante do cargo efeito de Pedreiro, matrícula nº 1312.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de novembro de 2019.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 07 de novembro de 2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

RESOLUÇÃO Nº 005/2019/CMAS

Publicação Nº 2220240

ESTADO DE SANTA CATARINA
SÃO JOSÉ DO CEDRO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 05/2019

Súmula: Aprovar o CENSO SUAS 2019 e DEMONSTRATIVOS PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL DE 2018
O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de São José do Cedro/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 4.375, de 19 de maio de 2015 e considerando a deliberação da plenária realizada em 06/11/2019 – Ata nº 09/2019

Resolve:

Art. 1º - Aprovar os CENSOS SUAS, processo de monitoramento do Sistema Único de Assistência Social do Município.

Art. 2º - Aprovar os DEMONSTRATIVOS 2018, referente programas, serviços, projetos e recursos da Assistência Social do Município.

Art.3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

São José do Cedro, 06 de Novembro de 2019

Luciane Zanini

Presidente do

Conselho Municipal de Assistência Social

RGF ANEXO I - 2º QUADRIMESTRE 2019

Publicação Nº 2219696

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2018 A AGOSTO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	767.238,39	0,00
Pessoal Ativo	767.238,39	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	643.243,38	0,00
Obrigações Patronais	123.995,01	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	767.238,39	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.445.052,47	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	45.445.052,47	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	767.238,39	1,69
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.726.703,15	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.590.367,99	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.454.032,84	5,40

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controle Interno

FONTE:

RGF MENSAL ANEXO I - OUTUBRO 2019

Publicação Nº 2219659

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2018 A OUTUBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	755.086,83	0,00
Pessoal Ativo	755.086,83	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	634.385,92	0,00
Obrigações Patronais	120.700,91	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	755.086,83	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	46.162.011,18	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	46.162.011,18	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	755.086,83	1,64
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.769.720,67	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.631.234,64	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.492.748,60	5,40

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controle Interno

FONTE:

RGF MENSAL ANEXO I - SETEMBRO 2019

Publicação Nº 2219656

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
OUTUBRO/2018 A SETEMBRO/2019

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	782.470,94	0,00
Pessoal Ativo	782.470,94	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	647.299,22	0,00
Obrigações Patronais	135.171,72	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras desp. de pessoal decor. contratos terceiri. ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	782.470,94	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	45.864.626,78	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	45.864.626,78	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	782.470,94	1,71
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.751.877,61	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	2.614.283,73	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	2.476.689,85	5,40

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controle Interno

FONTE:



RREO ANEXO I BIMESTRAL - 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2219698

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	617.513,91	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	617.513,91	-617.513,91
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	617.513,91
DESPESAS CORRENTES	1.042.125,00	1.042.125,00	147.914,58	642.256,73	399.868,27	170.098,10	610.756,99	431.368,01	610.756,99
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	824.250,00	824.250,00	124.624,46	497.767,19	326.482,81	124.624,46	497.767,19	326.482,81	497.767,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	217.875,00	217.875,00	23.290,12	144.489,54	73.385,46	45.473,64	112.989,80	104.885,20	112.989,80
DESPESAS DE CAPITAL	8.000,00	8.000,00	2.210,00	6.896,00	1.104,00	2.349,96	6.756,92	1.243,08	6.756,92
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	2.210,00	6.896,00	1.104,00	2.349,96	6.756,92	1.243,08	6.756,92
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	617.513,91
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	617.513,91
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	—	172.448,06	617.513,91	—	617.513,91
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de VereadoresAline Inês Elges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7Paulo Isidoro Lorencini
Controle Interno

RREO ANEXO I BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2219748

Município de São José do Cedro - SC
CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	771.205,32	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	771.205,32	-771.205,32
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	—	—	0,00	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	278.919,68	770.275,32
DESPESAS CORRENTES	1.042.125,00	1.042.125,00	135.911,04	778.167,77	263.957,23	153.552,33	764.309,32	277.815,68	763.379,32
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	824.250,00	824.250,00	126.095,20	623.862,39	200.387,61	126.095,20	623.862,39	200.387,61	623.862,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	217.875,00	217.875,00	9.815,84	154.305,38	63.569,62	27.457,13	140.446,93	77.428,07	139.516,93

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ DO CEDRO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	278.919,68	770.275,32
DESPESAS DE CAPITAL	8.000,00	8.000,00	0,00	6.896,00	1.104,00	139,08	6.896,00	1.104,00	6.896,00
INVESTIMENTOS	8.000,00	8.000,00	0,00	6.896,00	1.104,00	139,08	6.896,00	1.104,00	6.896,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	278.919,68	770.275,32
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	278.919,68	770.275,32
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + X III)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	—	153.691,41	771.205,32	—	770.275,32
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorenzini
Controle Interno

Publicação Nº 2219704

RRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			Até o Bimestre (b)		%(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/Total d)	
			No Bimestre							
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) Legislativa Ação Legislativa	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	100,00	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	
	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	100,00	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	
	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	100,00	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	
	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	100,00	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	
TOTAL (III) = (I + II)	1.050.125,00	1.050.125,00	150.124,58	649.152,73	100,00	400.972,27	172.448,06	617.513,91	432.611,09	

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controlle Interno

Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO ANEXO II BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2219756

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SA (e) :
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
								% (d/Total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	100,00
Legislativa	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	100,00
Ação Legislativa	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	100,00
TOTAL (III) = (I + II)	1.050.125,00	1.050.125,00	135.911,04	785.063,77	265.061,23	153.691,41	771.205,32	100,00

FONTE:

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de VereadoresAline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7Paulo Isidoro Lorenzini
Controlador Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

R\$ 1,00

LDO

= (a-d)

278.919,68

278.919,68

278.919,68

278.919,68

RREO ANEXO V BIMESTRAL - 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2219705

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 30 Jun 2019 (B)	Em 31 Ago 2019 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	85.354,39	88.141,41
Disponibilidade de Caixa	0,00	82.861,26	85.648,28
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	82.861,26	85.648,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	2.493,13	2.493,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Ago 2019 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controle Interno

RREO ANEXO V BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2219764

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R\$ 1,00

	SALDO		
	Em 31 Dez 2018 (A)	Em 31 Ago 2019 (B)	Em 31 Out 2019 (C)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA			
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	88.141,41	109.881,38
Disponibilidade de Caixa	0,00	85.648,28	107.388,25
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	85.648,28	108.318,25
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	0,00	930,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	2.493,13	2.493,13
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Jan a Out 2019 (Vic - Vla)
RESULTADO NOMINAL		
VALOR	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controle Interno

RREO ANEXO VI BIMESTRAL - 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2219710

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)
					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
					LIQUIDADOS
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.042.125,00	642.256,73	610.756,99	610.756,99	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	824.250,00	497.767,19	497.767,19	497.767,19	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	217.875,00	144.489,54	112.989,80	112.989,80	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	217.875,00	144.489,54	112.989,80	112.989,80	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.042.125,00	642.256,73	610.756,99	610.756,99	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.000,00	6.896,00	6.756,92	6.756,92	0,00
Investimentos	8.000,00	6.896,00	6.756,92	6.756,92	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.000,00	6.896,00	6.756,92	6.756,92	0,00

Continua 2/4

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.050.125,00	649.152,73	617.513,91	617.513,91	0,00	0,00	0,00	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]								
-617.513,91								
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS								
		Até o Bimestre/2019						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		0,00						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		638,50						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-618.152,41						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAXO DA LINHA								
		SALDO						
		Em 31 Dez 2018(a)				Até o Bimestre/2019(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00				0,00		
DEDUÇÕES (XXIX)		0,00				85.648,28		
Disponibilidade de Caixa		0,00				85.648,28		
Disponibilidade de Caixa Bruta		0,00				85.648,28		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00				0,00		
Demais Haveres Financeiros		0,00				0,00		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		0,00				-85.648,28		
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		85.648,28						

Continua 3/4

Município de São José do Cedro - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	85.648,28
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	86.286,78
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO ANEXO VI BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2219758

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)		0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras(II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito(VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00	0,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019			
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS
					PAGOS (b)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.042.125,00	778.167,77	764.309,32	763.379,32	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	824.250,00	623.862,39	623.862,39	623.862,39	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	217.875,00	154.305,38	140.446,93	139.516,93	0,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	217.875,00	154.305,38	140.446,93	139.516,93	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.042.125,00	778.167,77	764.309,32	763.379,32	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	8.000,00	6.896,00	6.896,00	6.896,00	0,00
Investimentos	8.000,00	6.896,00	6.896,00	6.896,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	8.000,00	6.896,00	6.896,00	6.896,00	0,00

Continua 2/4

Município de São José do Cedro - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.050.125,00	785.063,77	771.205,32	770.275,32	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
JUROS NOMINAIS							
		Até o Bimestre/2019					
		VALOR INCORRIDO					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		0,00					
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		760,50					
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		-771.035,82					
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE					
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00					
ABAXO DA LINHA							
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO					
		Em 31 Dez 2018(a)		Até o Bimestre/2019(b)			
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		0,00		0,00			
DEDUÇÕES (XXIX)		0,00		107.388,25			
Disponibilidade de Caixa		0,00		107.388,25			
Disponibilidade de Caixa Bruta		0,00		108.318,25			
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		0,00		930,00			
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		0,00		-107.388,25			
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		107.388,25					

Continua 3/4

Município de São José do Cedro - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-930,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)	108.318,25
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)	109.078,75
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

RREO ANEXO VII BIMESTRAL - 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2219711

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													RP NÃO PROCESSADOS					R\$ 1,1/
PODER/ÓRGÃO	Inscritos				Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Inscritos			Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (Hg) - (I+J)	Saldo Total L=(e+k)			
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)														
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

FONTE:

São José do Cedro, 07/11/2019

Isidori Villi
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Egges
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorenzini
Controlador Interno

RREO ANEXO VII BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2219759

Município de São José do Cedro - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	(II)	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS				
		Inscritos		Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)			
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (II) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Villi
Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Elgas
Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorencini
Controlador Interno

RREO ANEXO XIV BIMESTRAL - 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2219714

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		617.513,91	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		1.050.125,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		1.050.125,00	
Despesas Empenhadas		649.152,73	
Despesas Liquidadas		617.513,91	
Despesas pagas		617.513,91	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		649.152,73	
Despesas Liquidadas		617.513,91	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		0,00	-618.152,41
Resultado Primário		0,00	-617.513,91
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		6.756,92	1.243,08

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2019/BIMESTRE JULHO - AGOSTO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de Impostos					0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorendini

Controle Interno

RREO ANEXO XIV BIMESTRAL - 5º BIMESTRE

Publicação Nº 2219761

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		0,00	
Previsão Atualizada		0,00	
Receitas Realizadas		0,00	
Déficit Orçamentário		771.205,32	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00	
DESPESAS			
Dotação Inicial		1.050.125,00	
Créditos Adicionais		0,00	
Dotação Atualizada		1.050.125,00	
Despesas Empenhadas		785.063,77	
Despesas Liquidadas		771.205,32	
Despesas pagas		770.275,32	
Superavit Orçamentário		0,00	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		785.063,77	
Despesas Liquidadas		771.205,32	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		0,00	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	-771.035,82	0,00
Resultado Primário	0,00	-770.275,32	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	0,00	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	
Despesa de Capital Líquida		6.896,00	1.104,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de São José do Cedro - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2019/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: CAMARA DE VEREADORES DE SAO JOSE DO CEDRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro							
Receitas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE					Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
						% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de Impostos					0,00	15,00	0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP					Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)					0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

São José do Cedro, 07/11/2019

Isoldi Will

Presidente da Câmara de Vereadores

Aline Inês Etges

Contadora CRC-SC 036.404/O-7

Paulo Isidoro Lorendini

Controle Interno

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019 - CC Nº 011/2019

Publicação Nº 2220417

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 09/12/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 160/2019. MODALIDADE CONCORRÊNCIA P/ ALIENAÇÃO Nº 011/2019. OBJETO: DOAÇÃO COM ENCARGOS E CLÁUSULA DE REVERSÃO DO IMÓVEL: PARTE DA CHÁCARA Nº45-A, COM ÁREA DE 8.000M², E COM 971,18M² DE ÁREA CONSTRUÍDA, SITUADA NA VILA DE TRÊS VOLTAS NO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO. Informações e/ou cópia da íntegra deste edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 Novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2019 - SRP - PR Nº 114/2019

Publicação Nº 2220419

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/11/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 114/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE BRINQUEDOS DESTINADOS AOS PARQUES INFANTIS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de Novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2019 - SRP - PR Nº 115/2019

Publicação Nº 2220420

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 21/11/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 162/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de Novembro de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.486, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219324

DECRETO Nº 6.486, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, proveniente do excesso de arrecadação, no orçamento vigente, no valor de até R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.3.50.00.00.00.00.0.1.0000	16	Aplicação Direta	R\$ 28.000,00
06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.006 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000	17	Aplicação Direta	R\$ 50.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018 e o artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal**DECRETO Nº 6.487, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2219627

DECRETO Nº 6.487, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera o Decreto nº 6.186, de 28 de janeiro de 2019, que define os dias de ponto facultativo e recesso no âmbito da administração pública municipal, bem como divulga os dias de feriados, para exercício de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo art. 55, inciso VII, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º O artigo 2º, do Decreto nº 6.186, de 28 de janeiro de 2019, que "define os dias de ponto facultativo e recesso no âmbito da administração pública municipal, bem como divulga os dias de feriados, para exercício de 2019, e dá outras providências", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art 2º Fica estabelecido recesso nos órgãos e entidades da administração pública municipal direta e autárquica, do Poder Executivo, no período de 23 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

§ 1º

§ 3º Os setores da arrecadação de tributos, contabilidade, procuradoria geral, estação de tratamento do Bairro São Francisco, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e o cemitério municipal deverão manter a prestação de serviços e o atendimento ao público no período mencionado no caput, em horário especial de expediente, das 07h00min às 13h00min.

..... (NR)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.488, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219987

DECRETO Nº 6.488, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito adicional suplementar, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, e de acordo com o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito adicional, por anulação de dotações, no orçamento programa de 2019, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
04.845.4503.2.007 3.1.71.00.00.00.00.0.1.0000	19	Transf Consórcios	R\$ 450,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo 1º, em conformidade com o que estabelece o art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.421, de 05 de outubro de 2018, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

06.00	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF			
04.845.4503.2.007 3.3.71.00.00.00.00.0.1.0000	21	Transf Consórcios	R\$ 450,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 002.5/2019 - CONCURSO PÚBLICO - DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVA

Publicação Nº 2220127

EDITAL Nº 002.5/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Rafael Calfeff, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVA

1.1. A PROVA OBJETIVA, para todos os Cargos, será aplicada no dia 17/11/2019 (domingo), na Escola de Educação Básica Soror Angélica, situada na Rua Rio de Janeiro, nº 720, Bairro Cruzeiro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme horários abaixo.

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões	08h00min
Fechamento dos portões	
Após o fechamento dos portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.	08h30min
Início da prova	09h00min

1.2. Para fins de identificação, todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data e local da prova, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário de fechamento dos portões.

1.3. O candidato deve apresentar-se portando:

- documento de identidade original que bem o identifique e esteja em bom estado de conservação;
- caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa; e
- comprovante de inscrição e pagamento (boleto bancário devidamente quitado). Esse item poderá ser dispensado desde que esteja comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato no relatório de candidatos inscritos.

1.3.1. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97). NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA. Caso

o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2. GABARITO PROVISÓRIO

2.1. O GABARITO PROVISÓRIO da Prova Objetiva, que será realizada em 17/11/2019, será divulgado no dia 18/11/2019, a partir das 14h00min (Horário de Brasília), nos sites www.saolourenco.sc.gov.br e www.wedoservicos.com.br.

2.2. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Provisório poderão fazê-lo no período de 19/11/2019 às 08h00min à 21/11/2019 às 08h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.wedoservicos.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site. Durante o período de recursos haverá vista da Prova Padrão no site www.wedoservicos.com.br, na página referente ao certame.

2.3. A PROVA OBJETIVA estará disponível aos candidatos a partir de 19/11/2019, às 07h00min, na área do candidato acessando pelo site www.wedoservicos.com.br, de forma individual a cada participante, com o seu login e senha, através do item "mais informações".

2.4. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para tal finalidade na Biblioteca Municipal, situada na Avenida Brasil - Esquina com a Rua Nereu Ramos, nº 822 - Piso Superior da Cooperativa Alfa, Bairro Centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, no horário das 9h às 19h.

3. Esse Edital encontra-se publicado nos sites www.saolourenco.sc.gov.br, www.wedoservicos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 08 de novembro de 2019.

RAFAEL CALLEFI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EDITAL Nº 08.6/2019 - PROCESSO SELETIVO - PROFESSORES

Publicação Nº 2220135

EDITAL Nº 08.6/2019

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor Rafael Callefi, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DE PROVA

1.1. A PROVA OBJETIVA, para todos os Cargos, será aplicada no dia 24/11/2019 (domingo), na Escola de Educação Básica Soror Angélica, situada na Rua Rio de Janeiro, nº 720, Bairro Cruzeiro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, conforme horários abaixo.

EVENTO	HORÁRIO
Abertura dos portões	08h00min
Fechamento dos portões	
Após o fechamento dos portões, não será mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.	08h30min
Início da prova	09h00min

1.2. Para fins de identificação, todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data e local da prova, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) minutos do horário de fechamento dos portões.

1.3. O candidato deve apresentar-se portando:

- documento de identidade original que bem o identifique e esteja em bom estado de conservação;
- caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa; e
- comprovante de inscrição e pagamento (boleto bancário devidamente quitado). Esse item poderá ser dispensado desde que esteja comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato no relatório de candidatos inscritos.

1.3.1. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97). NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).

2. GABARITO PROVISÓRIO

2.1. O GABARITO PROVISÓRIO da Prova Objetiva, que será realizada em 24/11/2019, será divulgado no dia 25/11/2019, a partir das 14h00min (Horário de Brasília), nos sites www.saolourenco.sc.gov.br e www.wedoservicos.com.br.

2.2. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Provisório poderão fazê-lo no período de 26/11/2019 às 08h00min à 28/11/2019 às 08h00min. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.wedoservicos.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site. Durante o período de recursos haverá vista da Prova Padrão no site www.wedoservicos.com.br, na página referente ao certame.

2.3. A PROVA OBJETIVA estará disponível aos candidatos a partir de 26/11/2019, às 07h00min, na área do candidato acessando pelo site

www.wedoservicos.com.br, de forma individual a cada participante, com o seu login e senha, através do item "mais informações".

2.4. Caso o candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para tal finalidade na Biblioteca Municipal, situada na Avenida Brasil - Esquina com a Rua Nereu Ramos, nº 822 - Piso Superior da Cooperativa Alfa, Bairro Centro, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, no horário das 9h às 19h.

3. Esse Edital encontra-se publicado nos sites www.saolourenco.sc.gov.br, www.wedoservicos.com.br e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, disponível em www.diariomunicipal.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste, 08 de novembro de 2019.

RAFAEL CALLEFI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019 - CDM.

Publicação Nº 2218020

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019 - CDM.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2019.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: Associação Catarinense de Árbitros, CNPJ nº 29.318.868/0001-16.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NAS ARBITRAGENS DAS PARTIDAS DOS CAMPEONATOS DE COMPETIÇÃO MUNICIPAL QUE SERÃO PROMOVIDAS PELO COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC NO ANO DE 2019.

Valor: R\$ 20.250,00 (vinte mil e duzentos e cinquenta reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2019 estabelecida pelo Decreto nº 6.165, de 20 de dezembro de 2018, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Comitê Desportivo Municipal, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2019.

Recursos Financeiros: D - 002/2019 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção das Atividades do Comitê Desportivo Municipal - Comitê Desportivo Municipal.

Data de assinatura: 05/11/2019.

Vigência: de 05/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Paulo César Pedro Alves (Presidente da Autarquia) - pelo Contratante e Josemar Jairo Ferreira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 2218024

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 013/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 005/2019.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: RODRIGO COSTA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 03.389.653/0001-00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, RÁDIO FEIRA E LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA REALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 31.450,00 (trinta e um mil e quatrocentos e cinquenta reais).

Dotações Orçamentárias: D - 2/2019 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.1000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço;

Pagamentos: - Os pagamentos serão realizados em até 02 (dois) dias úteis após a prestação dos serviços, através de transferência ou depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, após a completa prestação do objeto deste Contrato e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 06/11/2019.

Vigência: de 06/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Rodrigo Costa - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 2220418

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - ICSL.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 042/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 011/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2019.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: OK EVENTOS E MONTAGEM LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.448.072/0001-08. Objeto: aditar o valor global em 8% (oito por cento), ao valor global contratado, do Contrato nº 042/2019, de 17 de outubro de 2019, (originário do Processo Licitatório nº 011/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 004/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EVENTOS PARA: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, LOCAÇÃO DE PALCO, RÁDIO FEIRA, LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, IMPRESSÃO GRÁFICA, LOCAÇÃO DE BANHEIROS E CABINES DE BANHO, LOCAÇÃO DE TENDAS, MESAS E CADEIRAS PARA REALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL ORGANIZADO PELO INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, em razão da necessidade de montagem de uma tenda medindo 5m x 5m em estrutura metálica a ser utilizada para carga e descarga das bandas que participarão do VII São Lourenço Rock Festival, tendo em vista que os valores iniciais não foram suficientes para suprir as necessidades do Instituto Cultural de São Lourenço.

Valor: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais).

Dotações Orçamentárias: D - 2/2019 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço;

Pagamentos: Os pagamentos serão realizados à Contratada, via depósito bancário em conta corrente em nome da contratada, pagos em duas parcelas, a primeira parcela até a data de 08 de novembro de 2019, e a segunda após a finalização dos serviços e apresentação da nota fiscal.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 07/11/2019.

Vigência: de 07/11/2019 a 29/11/2019.

Signatários: Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Roque Luiz Colle - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019 - FMS.

Publicação Nº 2214091

EXTRATO DO CONTRATO Nº 055/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2018.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: EMPREMAC SERVIÇOS E OBRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.639.477/0001-35.

Objeto: prorrogar os prazos de execução e vigência do Contrato nº 017/2018, de 11/05/2018, (originário do Processo Licitatório nº 003/2018, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2018, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO-UPA 24H-PORTE I, COM ÁREA TOTAL A SER EDIFICADA DE 1.498,40M², NO BAIRRO SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS E PROPOSTA CADASTRADA NO SISMOB SOB O Nº11359.2140001/17-008, REFERENTE AO PROGRAMA DE REDE DE ATENÇÃO À URGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE), em 60 (sessenta dias) cada, conforme solicitação e justificativa anexa ao presente.

Data de Assinatura: 1º/11/2019.

Vigência: 03/01/2020 a 05/03/2020.

Signatários: RAFAEL CALEFFI - Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde – e Valdir Luiz Macagnan pelo Contratante.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019 - FMS.

Publicação Nº 2214465

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2019, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2019 - FMS.

Origem: Processo Licitatório nº 009/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019.

Contratante: O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.332.778/0001-09.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 016/2019, de 29 de março de 2019, (originário do Processo Licitatório nº 009/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 001/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS CONTINUADOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA PARA FINS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (DOS GRUPOS “A”, “B” e “E”) GERADOS NAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC), ocorre que o supracitado processo licitatório não atendeu a quantidade necessária requerida no ano corrente, sendo assim necessária a realização de aditivo contratual no total de 25% ao valor global contratado, o que corresponde a R\$ 9.825,00 (nove mil e oitocentos e vinte e cinco reais), para que seja mantida a continuação dos bons trabalhos prestados através dos produtos adquiridos. Valor aditado: R\$ 9.825,00 (nove mil e oitocentos e vinte e cinco reais).

Recursos Orçamentários: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2019, conforme dotação orçamentária D – (08/2019) 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0105 – Atenção Básica - Manutenção da Saúde Pública – Fundo Municipal de Saúde. D – (27/2019) 13.01.10.301.4506.2.047.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0013 – Bloco Atenção Básica - Fundo Municipal de Saúde

Data de Assinatura: 1º/11/2019.

Vigência: 1º/01/2019 a 31/12/2019.

Signatários: RAFAEL CALEFFI - Prefeito Municipal e Gestor do Fundo Municipal de Saúde – e Juleide Inês D’Agostini pelo Contratante.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2218077

EXTRATO DO CONTRATO Nº 339/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 340/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 132/2018 na Modalidade de Concorrência nº 012/2018.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: GRINGU'S ALIMENTOS LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.358.970/0001-42.

Objeto: reajustar o valor, do Contrato nº 340/2018, de 23/10/2018, (originário do Processo Licitatório nº 132/2018 na Modalidade de Concorrência nº 012/2018, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, DE 04 (QUATRO) ESPAÇOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE COMIDA E DE BEBIDAS POR VEÍCULOS DENOMINADOS "FOOD TRUCKS", EM ÁREA PÚBLICA SITUADA NA PRAÇA DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DENOMINADA DE "ZONA FOOD TRUCK I" CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5.855/2018 E LEI MUNICIPAL Nº 2.352/2017, para que seja acrescido o IPCA acumulado no período de outubro de 2018 a outubro de 2019, no percentual de 2,89% (dois vírgula oitenta e nove por cento).

Valor: R\$ 102,89 (cento e dois reais e oitenta e nove centavos) mensais.

Data de Assinatura: 04/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Permitente e Maikon Piccini Soccol, - pela Permissionária.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2218081

EXTRATO DO CONTRATO Nº 340/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 338/2018.

Origem: Processo Licitatório nº 132/2018 na Modalidade de Concorrência nº 012/2018.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: DANIEL SIDNEI LACERDA PARANHOS, micro empresário, inscrito no CNPJ sob o nº 21.626.979/0001-88.

Objeto: reajustar o valor, do Contrato nº 338/2018, de 23/10/2018, (originário do Processo Licitatório nº 132/2018 na Modalidade de Concorrência nº 012/2018, cujo objeto consiste na CESSÃO DE USO PELO PERÍODO DE 05 (CINCO) ANOS, DE 04 (QUATRO) ESPAÇOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE COMIDA E DE BEBIDAS POR VEÍCULOS DENOMINADOS "FOOD TRUCKS", EM ÁREA PÚBLICA SITUADA NA PRAÇA DA BANDEIRA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, DENOMINADA DE "ZONA FOOD TRUCK I" CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 5.855/2018 E LEI MUNICIPAL Nº 2.352/2017, para que seja acrescido o IPCA acumulado no período de outubro de 2018 a outubro de 2019, no percentual de 2,89% (dois vírgula oitenta e nove por cento).

Valor: R\$ 102,89 (cento e dois reais e oitenta e nove centavos) mensais.

Data de Assinatura: 04/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Permitente e Daniel Sidnei Lacerda Paranhos, - pela Permissionária.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 341/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2218082

EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 154/2019, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 007/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32.

Objeto: entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2019, na ação: Desenvolvimento e Gestão de licitações.

Valor: R\$ 10.882,00 (Dez mil oitocentos e oitenta e dois reais).

Dotações Orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Pagamentos: O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 10.882,00 (Dez mil oitocentos e oitenta e dois reais), divididos em 2 parcelas mensais de R\$ 5.441,00 (Cinco mil quatrocentos e quarenta e um reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 05/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Elói Rönna, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2218085

EXTRATO DO CONTRATO Nº 342/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 154/2019, Modalidade Dispensa de Licitação para Compras e Serviços nº 007/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA – CINCATARINA, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32.

Objeto: entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento

do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2019, na ação: Desenvolvimento e Gestão de licitações.

Valor: R\$ 10.882,00 (Dez mil oitocentos e oitenta e dois reais).

Dotações Orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Pagamentos: O CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO o valor total de R\$ 10.882,00 (Dez mil oitocentos e oitenta e dois reais), divididos em 2 parcelas mensais de R\$ 5.441,00 (Cinco mil quatrocentos e quarenta e um reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2019.

Data de Assinatura: 05/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Elói Rönna, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 343/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2218088

EXTRATO DO CONTRATO Nº 343/2019, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 001/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 173/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 121/2018.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: STANG & STANG LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0004-16.

Objeto: aditar o valor global, do Contrato nº 001/2019, (originário do Processo Licitatório nº 173/2018, Modalidade Pregão Presencial nº 121/2018, cujo objeto consiste na AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS A VAREJO, SENDO, GASOLINA E ÓLEO DIESEL S-10, A SEREM FORNECIDOS ATRAVÉS DE POSTO REVENDEDOR, MEDIANTE ABASTECIMENTO DIRETAMENTE NAS BOMBAS LOCALIZADAS NAS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA VENCEDORA, DE FORMA PARCELADA, PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC NO ANO DE 2019), considerando o esgotamento do saldo para o item 01 (Óleo Diesel) e um saldo remanescente de apenas 3.150 litros de gasolina (item 02) no dia 18/11/2019, impossibilitando, dessa forma, a homologação e contratação desses combustíveis até o final do exercício de 2019, faz-se necessário aditar em 25% (vinte e cinco por cento), a fim de garantir o abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes ao município.

Valor aditado: R\$ 108.144,88 (cento e oito mil, cento e quarenta e quatro reais e oitenta e oito).

Dotações orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda; D - 109/2019 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Agricultura; D - 2/2019 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço; D - 117/2019 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Assistência Social; D - 92/2019 - 09.01.15.451.4511.2.034.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Desenvolvimento Urbano; D - 8/2019 - 13.01.10.301.4506.2.019.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde; D - 51/2019 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Educação; D - 2/2019 - 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Comitê Desportivo Municipal; D - 122/2019 - 11.01.08.244.4509.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Fundo de Assistência Social.

Data de Assinatura: 05/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Permitente e Francieli Françosi Fossatti, - pela Permissionária.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 344/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219170

EXTRATO DO CONTRATO Nº 344/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Processo Licitatório nº 174/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 106/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: PROJTEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.095.456/0001-47.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, PARA REALIZAÇÃO DO VII SÃO LOURENÇO ROCK FESTIVAL, A SE REALIZAR NOS DIAS 08, 09 E 10 DE NOVEMBRO DE 2019 EM SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 15.897,36 (quinze mil, oitocentos e noventa e sete reais e trinta e seis centavos).

Dotações orçamentárias: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 06/11/2019.

Vigência: de 06/11/2019 a 31/12/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Márcia Regina Feuser Suzin, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 345/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220407

EXTRATO DO CONTRATO Nº 345/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 227/2019

Origem: Processo Licitatório nº 046/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: EFICCAZ CONSTRUÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.301.767/0001-56.

Objeto: aditar o valor global em 0,98% (zero vírgula noventa e oito por cento), ao valor global contratado, do Contrato nº 227/2019, (originário do Processo Licitatório nº 046/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 002/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS NO ACESSO DA ESCOLA DE UM PAVIMENTO COM 12 SALAS DE AULA E QUADRA COBERTA NO BAIRRO SANTA CATARINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, QUE CONTEMPLAM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS (ILUMINAÇÃO EXTERNA) E PAVIMENTAÇÃO EM BLOCO DE CONCRETO INTERTRAVADO CONFORME PROJETOS ANEXOS AO EDITAL), em razão da necessidade de utilização de outros materiais no momento da execução do aterro, o que não constava em projeto, conforme justificativa técnica anexa (anexo I), ao presente termo aditivo;

Valor: R\$ 4.184,00 (quatro mil e cento e oitenta e quatro reais).

Dotações orçamentárias: D – 037/2019 – 08.01.12.361.4505.1.085.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0001 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares do Ensino Fundamental – Secretaria Municipal de Educação; D – 038/2019 – 08.01.12.361.4505.1.085.4.4.90.0.00.00.00.00.01.0019 – Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Escolares do Ensino Fundamental – Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 07/11/2019.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Paulo César Trichez, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 346/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220410

EXTRATO DO CONTRATO Nº 346/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 187/2019

Origem: Processo Licitatório nº 079/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: QUALITÁ ENGENHARIA LTDA. EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 19.813.051/0001-60.

Objeto: prorrogar os prazos de execução e vigência do Contrato nº 187/2019, de 14 de junho de 2019 (originário do Processo Licitatório nº 079/2019, Modalidade Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia nº 007/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO CEIM MUNDO COLORIDO VINCULADO À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, COM ÁREA TOTAL DE 1.882M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO), em 60 (sessenta) dias cada, devido a necessidade de execução de serviços extras não especificados na planilha e incompatibilidades nos projetos, conforme justificativa anexa ao presente termo aditivo;

Data de Assinatura: 07/11/2019.

Vigência: de 13/12/2019 a 11/02/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Antonio Carlos Scotti, - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 347/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220413

EXTRATO DO CONTRATO Nº 347/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Origem: Lei nº 2.395, de 18 de Abril de 2018, na Lei 2.366, de 13 de Dezembro de 2017, e artigo 24, incisos II e IV, da Lei nº 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ROSANGELA BERNARDINO, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2.991.710, expedida pela SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 813.585.719-53.

Objeto: SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE ALUGUEL SOCIAL PARA A SENHORA DELIZIA DA SILVA SEGUNDO A LEI Nº 2366, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017. RECURSO PRÓPRIO.

Valor: R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais).

Dotações orçamentárias: D - 131/2019 - 11.03.16.482.4509.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Fundo Municipal de Habitação.

Data de Assinatura: 07/11/2019.

Vigência: de 10/11/2019 a 30/01/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e ROSANGELA BERNARDINO, - pela Contratada.

PORTARIA Nº 1.288, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219474

PORTARIA Nº 1.288, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no inciso IV, do art. 41, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010, CONSIDERANDO, o Memorando nº308/2019, do sistema 1Doc;

RESOLVE:

Art.1º Instituir, Regime Individual de Trabalho, em favor da servidora pública municipal LARICE DA SILVEIRA FURRER, ocupante do cargo efetivo de Médico Especialista, matrícula 3001/69, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira das 07h às 11h.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 154/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019

Publicação Nº 2220661

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que resolve RETIFICAR, o EXTRATO de Dispensa de Licitação do PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 154/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2019. (Publicado no DOM/SC em 04/11/2019, ed.2970, pg.1479).

Onde Consta: [...]

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - 17/2019 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

[...]

Passa a constar: [...]

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - 19/2019 - 06.01.04.845.4503.2.007.3.1.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Parcerias com entidades municipalistas – Transferências a Consórcios Públicos - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; D - 21/2019 - 06.01.04.845.4503.2.007.3.3.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Parcerias com entidades municipalistas – Transferências a Consórcios Públicos - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda; e D - 23/2019 - 06.01.04.845.4503.2.007.4.4.71.00.00.00.00.00.01.0000 – Parcerias com entidades municipalistas – Transferências a Consórcios Públicos - Secretaria Municipal de Administração e Fazenda;

[...]

São Lourenço do Oeste – SC, 08 Novembro de 2019.

RAFAEL CALEFFI

PREFEITO MUNICIPAL

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

EXTRATO FINAL 57/2019

Publicação Nº 2219672

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 57/2019
Modalidade: Pregão Presencial
Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para EVENTUAL AQUISIÇÃO EPIS PARA O MUNICÍPIO, tendo como validade 12 (doze) meses a partir da assinatura da ata de registro de preço, a empresa FISUL CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 29.728.868/0001-94 no valor total de R\$ 4.105,14, e a empresa FONTSEGUR DISTRIBUIDORA E EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA, inscrita no CNPJ sob o nº. 31.615.720/0001-95, no valor total de R\$ 7.295,30. São Miguel da Boa Vista/SC, em 07 de novembro de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO 206/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2219157

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 206/2019

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE

Contratada.: VIRLEI JOSÉ MALDANER MEI

Valor : R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por 01 (uma) hora de show/apresentação

Vigência : Início: 07/11/2019 Término: 05/11/2020

Licitação : PROCESSO LICITATÓRIO 193/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 10/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CREDENCIAMENTO DE PESSOA FISICA OU JURIDICA PARA CONTRATAÇÃO DE MUSICOS LOCAIS, REGIONAIS E NACIONAIS PARA O PALCO ABERTO QUE ACONTECERÁ NAS PRAÇAS E DEMAIS LOCALIDADES DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

São Miguel do Oeste, 07 de novembro de 2019

EDITAL Nº 01/2019 1º RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 2219967

LICENÇA PRÊMIO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
EDITAL Nº 01/2019 1º RETIFICAÇÃO

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que o Edital nº 02/2019 sofreu alteração, no Art. 1º e Art. 2º.

ONDE SE LÊ:

Art. 1º Será concedida licença prêmio ao servidor municipal da Secretaria de Educação dos cargos de professores de educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais), auxiliares de creche e coordenadores pedagógicos, sendo obrigatório o gozo de todos os dias programados conforme tabela:

Mês	Início	Término
Fevereiro	03/02/2020	03/03/2020
Março	04/03/2020	01/04/2020
Abril	02/04/2020	02/05/2020
Maio	04/05/2020	02/06/2020
Junho	03/06/2020	02/07/2020
Agosto	03/08/2020	01/09/2020
Setembro	02/09/2020	01/10/2020
Outubro	02/10/2020	01/11/2020
Novembro	03/11/2020	02/12/2020

LEIA-SE:

Mês	Início	Término
Fevereiro	03/02/2020	03/03/2020
Março	04/03/2020	02/04/2020
Abril	03/04/2020	02/05/2020
Maio	04/05/2020	02/06/2020
Junho	03/06/2020	02/07/2020
Agosto	03/08/2020	01/09/2020
Setembro	02/09/2020	01/10/2020
Outubro	02/10/2020	31/10/2020
Novembro	03/11/2020	02/12/2020

ONDE SE LÊ:

Art. 2º Será concedida licença prêmio ao servidor municipal da Secretaria de Educação dos cargos de auxiliar de serviços gerais e merendeiras, sendo obrigatório o gozo de todos os dias programados conforme tabela:

Mês	Início	Término
Fevereiro	03/02/2020	03/03/2020
Março	04/03/2020	01/04/2020
Abril	02/04/2020	02/05/2020
Maio	04/05/2020	02/06/2020
Junho	03/06/2020	02/07/2020
Julho	03/07/2020	01/08/2020
Agosto	03/08/2020	01/09/2020
Setembro	02/09/2020	01/10/2020
Outubro	02/10/2020	01/11/2020
Novembro	03/11/2020	02/12/2020
Dezembro	02/12/2020	31/12/2020

LEIA-SE:

Art. 2º Será concedida licença prêmio ao servidor municipal da Secretaria de Educação dos cargos de auxiliar de serviços gerais e merendeiras, sendo obrigatório o gozo de todos os dias programados conforme tabela:

Mês	Início	Término
Fevereiro	03/02/2020	03/03/2020
Março	04/03/2020	02/04/2020
Abril	03/04/2020	02/05/2020
Maio	04/05/2020	02/06/2020
Junho	03/06/2020	02/07/2020
Julho	03/07/2020	01/08/2020
Agosto	03/08/2020	01/09/2020
Setembro	02/09/2020	01/10/2020
Outubro	02/10/2020	31/10/2020
Novembro	03/11/2020	02/12/2020
Dezembro	02/12/2020	31/12/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC,
Em, 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA GPT/DDP 1434/2019 HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL 02/2019, NOS TERMOS DO ART.9º E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2219566

PORTARIA GPT/DDP 1434/2019

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL 02/2019, NOS TERMOS DO ART.9º E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA E O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, combinada com as competências atribuídas pelo artigo 103, VIII da LCM 024/2013; torna público o resultado final e homologação do Edital 002/2019, o qual dispõe sobre a concessão de licença prêmio para os servidores da Secretaria Municipal de Educação, ano de 2020.

Art. 1º- Ficam classificados os seguintes servidores, conforme estipulado no Art. 7º do Edital Nº 02, de 11 de outubro de 2019:

Cargo: Agente de Limpeza e Serviços Gerais

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Juliana Elwanger Pinho	131 dias	11 anos 8 meses e 20 dias	04/01/1989
2º	Claudia Adriana Dias	120 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	18/05/1973
3º	Jurema de Fátima Vitcoski	90 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	05/06/1969
4º	Marineusa Adriana de Oliveira	90 dias	15 anos 8 meses e 29 dias	01/12/1977

5º	Roseli de Fátima Chaves	90 dias	13 anos 8 meses e 23 dias	20/03/1965
6º	Eunice Bergamini	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	14/12/1978
7º	Marlene Ceratti Dewes	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	24/07/1969
8º	Miriam Leticia Weber	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	28/07/1977
9º	Estelamar Brisola Rodrigues	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	12/04/1978
10º	Viviane Bonatto	60 dias	17 anos 3 meses e 1 dia	13/04/1979
11º	Elisabete Kornoski	60 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	29/07/1965
12º	Sandra Maria Dall Agnol Echer	60 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	18/03/1978
13º	Marlene Fátima Jacoboski	60 dias	11 anos 8 meses e 21 dias	27/09/1958
14º	Lindanir Salete Magnaguagno	60 dias	7 anos 11 meses e 1 dia	13/05/1983
15º	Vanilce Antonia Sirtolli Dapper	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	13/02/1984
16º	Silvane Boaro Hoecheler	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	24/04/1985
17º	Jackeline Carla Portela Poletto	60 dias	6 anos 6 meses e 18 dias	29/10/1983
18º	Eliane Bedin	60 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	18/09/1979
19º	Marilene Ramos	42 dias	7 anos 8 meses e 27 dias	03/07/1991
20º	Mirian Isabel Da Nunciação Rech	30 dias	13 anos 8 meses e 25 dias	23/05/1972
21º	Salette Fátima Simon Klein	30 dias	13 anos 8 meses e 23 dias	13/04/1967
22º	Alceni de Lourdes Chaves Alves	30 dias	13 anos 8 meses e 20 dias	29/11/1960
23º	Lucilene Gabbiatti	30 dias	12 anos 8 meses e 12 dias	14/04/1980
24º	Mariza Inês Manto	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	04/06/1963
25º	Gabriela Regina Forchesatto Czarnowski	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	31/08/1988
26º	Elisabete Mateus	30 dias	7 anos 1 mês e 16 dias	26/04/1976
27º	Catarina Fátima Guth	Sem direito a licença prêmio		

Cargo: Auxiliar de Creche

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Maria Helena Dalchiavon Gasparin	105 dias	16 anos e 2 meses	04/10/1969
2º	Inês Lucia Dal Magro	90 dias	16 anos 2 meses e 1 dia	30/01/1968
3º	Verenice Bandeira Balbinot	90 dias	12 anos e 4 meses	12/06/1980
4º	Margarete Wommer Schragele	80 dias	9 anos 3 meses e 13 dias	29/04/1984
5º	Eni de Ros	67 dias	13 anos e 9 meses	24/04/1965
6º	Ilse Terezinha Steffens Gnatta	60 dias	16 anos e 2 meses	04/11/1975
7º	Rosane Carolina Baumgratz	60 dias	16 anos e 2 meses	01/06/1983
8º	Elis Regina Bach Dutra de Campos	30 dias	9 anos 8 meses e 29 dias	23/08/1968

Cargo: Coordenador Pedagógico

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Maria de Fátima Costeira Hernandez	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	15/04/1966
2º	Adriana Gregolon	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	15/09/1972
3º	Patricia Gabiatti	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	08/09/1988
4º	Franciele Bernardon	60 dias	5 anos 5 meses e 28 dias	11/01/1982
5º	Normélia Reeckziegel	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	12/03/1960

Cargo: Merendeira

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Elisabete Rubia da Rosa	99 dias	12 anos 1 mês e 23 dias	18/02/1970
2º	Rosileile Allebrandt Strapason	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	03/08/1982
3º	Nádia Kissmann	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	23/06/1976
4º	Rúbia Rovania Cantú	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	19/08/1985
5º	Genivalda Neri	60 dias	6 anos 6 meses e 24 dias	16/02/1969
6º	Oliva Bif Demarch	30 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	11/06/1969
7º	Nilce Fátima Braitenbach	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/06/1976
8º	Micheli Anschau Thomaz	30 dias	7 anos e 7 meses	14/12/1987

9º	Marli Margarete da Silva Raffel	30 dias	7 anos 5 meses e 1 dia	30/07/1967
----	---------------------------------	---------	------------------------	------------

Cargo: Professor de Artes

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Osméri Fátima Gonzatti Schneider	90 dias	15 anos e 9 meses	06/03/1977
2º	Diana Terezinha Zanetti	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	12/07/1981
3º	Janete Carniel da Silva	90 dias	5 anos 1 mês e 10 dias	03/09/1980

Cargo: Professor de Educação Física

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Marli Terezinha Fabiani	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	05/09/1963
2º	Roberto Guilherme Christmann	60 dias	14 anos 3 meses e 28 dias	27/02/1965
3º	Sérgio Luiz Nardi	60 dias	12 anos 9 meses e 21 dias	11/09/1966
4º	Katiane Fraporti	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/01/1987

Cargo: Professor de Língua Espanhola

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Vanessa Miola	82 dias	7 anos e 11 dias	18/11/1986

Cargo: Professor de Língua Inglesa

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Solange Frigeri	90 dias	5 anos 1 mês e 22 dias	29/07/1971

Cargo: Professor de Matemática

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Ariane Angelita de Oliveira	Sem direito a licença prêmio.		

Cargo: Professor de Educação Infantil

Colocação	Servidor	Dias de Licença Premio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Leandra Ines Pelle Delpino	210 dias 27 anos 9 meses 08/06/1972		
2º	Salete Merlini	150 dias	11 anos 8 meses e 22 dias	17/01/1982
3º	Delcilene Bianchi	120 dias	15 anos 9 meses e 1 dia	09/06/1966
4º	Neide Renz Cadore	105 dias	15 anos 8 meses e 19 dias	29/08/1974
5º	Ana Lúcia Bencke	90 dias	23 anos 8 meses e 29 dias	21/12/1970
6º	Liana Cecilia Wronski Ghizzi	90 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	15/03/1967
7º	Márcia Both Winter	90 dias	12 anos 3 meses e 2 dias	28/01/1983
8º	Kassiana Ziemniczak	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	16/11/1983
9º	Carla Adriane Ritter	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	22/11/1985
10º	Daiane Taís Dalsotto	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	05/01/1989
11º	Marisa Rosa Mendonça	90 dias	7 anos 6 meses e 27 dias	27/03/1979
12º	Izaida Veronica Skunieczni Perotto	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	09/04/1966
13º	Ione da Graças Pinheiro Cantú	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	06/05/1970
14º	Rosani Cescon	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	18/07/1974
15º	Sirlei Pastore	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	23/09/1976
16º	Claudia Riva Schemmer	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	19/02/1987
17º	Cristina Fernandes Posser	90 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	19/01/1990
18º	Rosilei Jeziur	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	13/11/1975
19º	Madalena Paula Fronzza	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	29/06/1980
20º	Geizibel Grassi	90 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	19/11/1982
21º	Daniele Casagrande Dalpiaz	90 dias	5 anos e 5 meses	10/07/1982
22º	Elizandra Toldo	90 dias	5 anos e 5 meses	12/01/1983
23º	Angelita Gusmão Tarouco	80 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	25/03/1969
24º	Ledi Carla Bedin Soares de Lima	78 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	29/08/1975
25º	Marili Leão	73 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	22/06/1985
26º	Ronise Britto Schwengber	72 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	01/02/1985
27º	Renate Beatriz Graebner	67 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	22/08/1969
28º	Adriane Gisele Marcante	67 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	26/06/1980

29º	Leda Arcari Barb	67 dias	5 anos 5 meses e 27 dias	25/04/1979
30º	Aglimone Bernardi Chittó	60 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	09/01/1976
31º	Isabel Cristina Rauber	60 dias	15 anos e 9 meses	24/06/1977
32º	Sonia Silvia Andreolla	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	26/06/1975
33º	Ana Rita Skunieczni	60 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	09/03/1979
34º	Elisangela Irma Machado Greggio	60 dias	7 anos 8 meses e 27 dias	03/08/1977
35º	Maristela Alberti	60 dias	7 anos 3 meses e 3 dias	11/02/1984
36º	Eduarda Arcari Heinen	60 dias	6 anos 9 meses e 2 dias	19/02/1976
37º	Iloí de Fátima Massignani	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	08/01/1961
38º	Gesmari Terezinha Franzone Rodrigues	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	10/12/1965
39º	Saete Biazutti	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	16/05/1967
40º	Saionara Vanderleia Matana	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	29/01/1974
41º	Geneci Rosa Herbstreith	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	13/12/1974
42º	Catia Stuaní	60 dias	5 anos 8 meses e 29 dias	21/04/1983
43º	Maria Tressoldi	30 dias	23 anos 8 meses e 28 dias	04/01/1965
44º	Ivania Barbieri	30 dias	14 anos 8 meses e 24 dias	28/09/1971
45º	Gereci Scapin Gehlen	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	09/07/1972
46º	Juliane Tânia Simioni	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	22/10/1979
47º	Rosane Maria Schwengber Rolhano	Sem direito a licença prêmio.		
48º	Claudia Regina Floriano Dalmagro	Sem direito a licença prêmio.		

Cargo: Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais

Colocação	Servidor	Dias de Licença Prêmio	Tempo de Serviço	Data de Nascimento
1º	Celoí Terezinha Vichroski	270 dias	23 anos 8 meses e 1 dia	18/10/1969
2º	Tatiane Cristina Coppini de Lima	150 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	29/06/1973
3º	Maristela Rautta Bernardi	119 dias	15 anos 9 meses	06/09/1975
4º	Jane Maria Rodigheri	90 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	01/07/1973
5º	Eliane Sandra Fantinel	60 dias	12 anos 3 meses e 3 dias	17/10/1978
6º	Cleusa Schneider Vormá	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	21/07/1966
7º	Adelaide Maria Dilli	30 dias	7 anos 9 meses e 1 dia	28/09/1968
8º	Rosalina Saete de Oliveira Domingues	30 dias	7 anos 7 meses e 14 dias	02/09/1975

Art. 2º- Ficam convocados, todos os servidores classificados, para comparecer no Auditório da Secretaria Municipal de Educação, localizado Rua Sete de Setembro, 2045 – Centro, São Miguel do Oeste, conforme cronograma, para escolha do mês de gozo da licença prêmio e formalização do pedido.

1. Professor De Educação Infantil

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 17h15min

2. Coordenador Pedagógico

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 18h00min

3. Merendeira

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 18h15min

4. Ensino Fundamental- Anos Iniciais

Dia	Horário
21/11/2019	18h15min

5. Professores de Matérias Específicas

Dia	Horário
20/11/2019 21/11/2019	18h15min 18h30min

6. Agente de Limpeza e Serviços Gerais

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 18h45min

7. Auxiliar de Creche

Dia	Horário
20/11/2019 20/11/2019	18h15min 19h15min

São Miguel do Oeste, 7 de novembro de 2019

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

PAULO RICARDO DRUMM

Secretário Municipal de Educação

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1425/2019

Publicação Nº 2220380

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1425/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o senhor SIRINEU LEAO, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 067.559.309-38, RG 5361088 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Diretor de Gestão Administrativa, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Urbanismo, a partir de 04 de novembro de 2019.

Art.2º Fica revogada a portaria 0788/2019 de 02 de maio de 2018.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1426/2019

Publicação Nº 2220383

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1426/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo VALMOR ADAO POVALA, ocupante do cargo de Assistente de Administração II, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Diretor Ambiental, 40 horas semanais, junto a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, a partir de 04 de novembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1427/2019

Publicação Nº 2220386

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1427/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal CRISTIANO CARVALHO BARROSO, contratado pelo Processo Seletivo 003/2018, ocupante do cargo de MOTORISTA, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Obras deste Município, no período de 13 de novembro de 2019 até 12 de novembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 04 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1428/2019

Publicação Nº 2220388

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1428/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER a 1ª (primeira) Licença Prêmio, com direito de afastamento por 03 (três) meses, de acordo com o § 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com o art. 108, da Lei Municipal nº 09, de 02 de abril de 2012, ao servidor público municipal efetivo LUIZ ANTONIO BEDIN GERHARDT, ocupante do cargo de Recepcionista, que corresponde ao período aquisitivo de 15 de abril de 2014 a 10 de junho de 2019, levando-se em consideração para o cálculo as faltas/afastamentos permitidos pelo Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art.2º A concessão da referida licença deverá constar nos registros funcionais do servidor.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1429/2019

Publicação Nº 2220392

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1429/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal ONEIMAR STRAPAZZON, contratado pelo Processo Seletivo 003/2018, ocupante do cargo de MOTORISTA, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social deste Município, no período de 06 de novembro de 2019 até 05 de novembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1430/2019

Publicação Nº 2220394

PORTARIA SGPT/DDP Nº 1430/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

RESOLVE:

Art.1º- Fica Retificada a portaria 0909/2019 de 06 de junho de 2019:

Onde se lê: "CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde";

Leia-se: "CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Assistência Social";

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 06 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA SGPT/DDP Nº1437/2019

Publicação Nº 2219889

PORTARIA SGPT/DDP Nº1437/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA DO CONCURSO CONDER (Edital 01/2019).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS respondendo interinamente pela SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso

II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando, que no próximo dia 10 de novembro de 2019, será realizado as provas do Concurso Público do Conder.

Considerando que há necessidade de fiscais para a realização das provas.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados, como fiscais para a realização das provas do Concurso lançado pelo edital n. 01/2019, que se realizará no dia 10 de novembro de 2019, das 07h15min às 12h00min horas os seguintes servidores públicos municipais:

Camila Pires da Silva
Caroline Bello
Daiana Schneider
Daniela Aparecida Menegat
Débora Gonçalves Altomani Moreira
Edineia Lorenzet
Karla Miotto Utzig
Loreci Cristina Muller Caldatto
Luciana Borsatto Zorzi
Marialice Brassiani
Rodrigo Morais
Sergion Klein

Art. 2º Os fiscais ora nomeados a título de compensação pelos serviços realizados terão o direito a gratificação no valor de R\$100,00 ou dispensa de um dia de trabalho durante o expediente normal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão às custas dos recursos próprio do município de São Miguel do Oeste..

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência
Portaria SGPT/DDP 1131/2019

Esta portaria foi publicada
na presente data.

PROC 245/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 2219355

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 245/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2019

O Município de São Miguel do Oeste – SC, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS, Tipo Menor Preço Global.

OBJETO: Contratação de Empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais para execução de sistema de tratamento de esgoto da estação Vila Maria, Bairro São Sebastião, no município de São Miguel do Oeste/SC, de acordo com Memorial Descritivo, Orçamentos, Cronograma Físico-Financeiro e Projetos partes integrantes deste Processo Licitatório.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 29 de novembro de 2019.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº 1199 fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 07 de novembro de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 28/2019 - AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REFLETORES**

Publicação Nº 2219801

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REFLETORES LED PARA A SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, conforme as especificações contidas no Termo de Referência (anexo I) do Edital de Pregão Presencial 28/2019.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 21 de novembro de 2019.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site: www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 07 de novembro de 2019.

EVERALDO DI BERTI

Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

DECRETO Nº190/2019

Publicação Nº 2220615

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO Nº190/2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.204 de 11 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais) por conta do Excesso de Arrecadação de recursos dos Royalties nas dotações abaixo identificadas:

04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.02.12.365.0004-2.016 – Funcionamento e Manutenção da Educação Infantil R\$ 17.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0791 – Aplicações Diretas R\$ 17.000,00

Art.2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 07 de novembro de 2019.
ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Saudades

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 065/2019

Publicação Nº 2219543

EXTRATO CONTRATUAL Nº 65/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: DM AUTO VEÍCULOS LTDA OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRÊS VEÍCULOS NOVOS ZERO KM, PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E SAÚDE.

VALOR: 220.181,00

PRAZO: 31/12/19

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2437/2019

MODALIDADE: Pregão Nº 27/2019.

SAUDADES SC, 31/10/19

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 066/2019

Publicação Nº 2219958

EXTRATO CONTRATUAL Nº 66/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: CLUBE CULTURAL RECR. XV DE NOVEMBRO OBJETO: O presente processo licitatório tem por objeto a locação de imóvel (Clube XV de novembro) para realização de todos os eventos festivos, culturais, educativos, esportivos e outros que o município venha realizar.

VALOR: 10.000,00

PRAZO: 30/06/20

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2670/2019

MODALIDADE: DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº 2635/2019.

SAUDADES SC, 31/10/19

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

Schroeder**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2019-PMS**

Publicação Nº 2219478

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 98/2019-PMS

PROCESSO Nº. 167/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de produtos alimentícios, dentre eles gêneros alimentícios secos, destinados à alimentação escolar para todas as Unidades Escolares Municipais da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de novembro de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de novembro de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 08 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº. 12/2019 - FAS

Publicação Nº 2219524

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Contrato nº. 12/2019 - FAS

Processo de licitação nº. 17/2019–FAS

Dispensa de Licitação nº. 11/2019–FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: UNI EMBALAGENS EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.293.149/0001-67, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 309, sala 01, Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400.

Objeto: compra de sacolas plásticas para armazenamento e transporte dos itens do benefício eventual de auxílio alimentação, higiene pessoal e limpeza pelos usuários atendidos pelos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Sacola plástica espessura 6 a 7 gr, capacidade para 15 kg (60x80), branco.	kg	50	8,25	412,50
02	Sacola plástica espessura 2 a 3 gr, capacidade para 2 kg (50x60), branco.	kg	25	8,25	206,25
VALOR R\$ TOTAL					618,75

Valor do Contrato: R\$ 618,75 (seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos).

Data da Assinatura: 07/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.912/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220633

DECRETO Nº 4.912/2019, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 50.150,00 (cinquenta mil cento e cinquenta reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.451.0014.2.058 - Manutenção das Ações de Segurança no Trânsito

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0012 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 40.000,00

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 150,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.05 - DIRETORIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

02.05.04.182.0002.2.014 - Manutenção da Defesa Civil

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Auxílio-Alimentação R\$ 150,00

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO E CULTURA

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 4 de Novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.917/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220630

DECRETO Nº 4.917/2019, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício nº 11, 12, 13, 14, 15 e 16/2019 da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 06 de

novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome Nível Anterior Nível Atual
Carmen Leonice Felippi Schmitz C-9-VI C-9-VII
Edite Helena Hang C-14-IV C-14-V
Ivone Fatima Taffarel dos Santos C-9-VI C-9-VII
Hildo Arthur Hatschbach C-8-V C-8-VI
Maria do Carmo V. Pompermaier C-6-II C-6-III
Sheila Cristina Lemes de Souza C-5-III C-5-IV

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 06 de novembro de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 75/2019-PMS

Publicação Nº 2219522

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 75/2019-PMS
Dispensa de Licitação nº. 48/2019-PMS
Processo nº. 169/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: WILSON ANTONIO PEREIRA CALÇADOS - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.522.888/0001-58, estabelecida na Rua Santa Catarina nº. 160, Floresta, Cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.211-300.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa para fornecimento de materiais inerentes ao serviço da Policial Militar, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Colete modular IIIA Cáqui	2	Unidade	500,00	1.000,00
02	Porta Car Fuzil II 5.56 c/ Aba Mod. Cáqui	2	Unidade	85,00	170,00
03	Porta Car. Pistola II 5.56 c/ Aba Mod. Cáqui	2	Unidade	75,00	150,00
04	Boiso Vertical Pequeno Modular Caqui	2	Unidade	85,00	170,00
05	Porta Rádio comunicador Modular Caqui	2	Unidade	80,00	160,00
06	Porta Algema Modular Caqui	2	Unidade	60,00	120,00
07	Coldre Modular para TP 100	2	Unidade	100,00	200,00
08	Chave para Algema	15	Unidade	10,00	150,00
09	Coturno Extra Leve com ZIper	14	Unidade	150,00	2.100,00
10	Pólo Poliviscose cáqui com brasão+nome+graduação	14	Unidade	52,00	728,00
TOTAL R\$					4.948,00

Valor do contrato: R\$ 4.948,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais),
Data da Assinatura: 07/11/2019 – Vigência: 31/12/2019

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 76/2019-PMS

Publicação Nº 2219912

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 76/2019-PMS
Dispensa de Licitação nº. 49/2019-PMS
Processo nº. 170/2019-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIBELULA COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.077.945/0001-25, estabelecida na Rua Antônio Zimmermann, nº. 438, Centro, Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.270-000.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a adequação da DPMu de Schroeder à nova identidade visual da Policia Civil, conforme a Resolução nº 01/2017 do CONCP. Obrigatória á Polia Civil a partir do segundo semestre do ano presente, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Adequação da DPMu de Schroeder a nova identidade visual da Policia Civil, conforme a Resolução nº 01/2017 do CONCP. Obrigatória á Polia Civil a partir do segundo semestre do ano presente.	01	UNIDADE	4.072,00	4.072,00
TOTAL R\$					4.072,00

Valor do contrato: R\$ 4.072,00 (quatro mil e setenta e dois reais).
Data da Assinatura: 07/11/2019 – Vigência: 31/12/2019
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO N. 03 DO EDITAL 02/2019-CMDCA - RESULTADO DA ELEIÇÃO A MEMBRO DO

Publicação Nº 2220655

Retificação n. 03 do Edital 02/2019-CMDCA - Resultado da eleição a membro do Conselho Tutelar de Schroeder (SC) e convocação para Formação Inicial:

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Schroeder/SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e a Lei Municipal nº 2.320 de 28 de novembro de 2017, torna público que o Item 2.6 do edital 02/2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 2793 de 05 de abril de 2019, retifica que:

O item 2.2 da Formação onde se lê:

08/11/2019	18h30min às 21h30min	7 horas	Principais formas de violação de direitos de crianças e adolescentes, violência física, psicológica, negligência, sexual e trabalho infanto juvenil. Teoria e prática com estudo de caso
09/11/2019	08h às 12h		

Leia-se:

08/11/2019	17h às 21h	7 horas	Principais formas de violação de direitos de crianças e adolescentes, violência física, psicológica, negligência, sexual e trabalho infanto juvenil. Teoria e prática com estudo de caso
09/11/2019	08h às 11h		

As demais etapas do cronograma da Formação Inicial permanecem inalteradas, assim como os demais itens do Edital.

Schroeder, 08 de novembro de 2019.
Lilian Tietz
Presidente do CMDCA

ATA PREGÃO PRESENCIAL 78/2019-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2219306

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 78/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 144/2019 Data do Processo: 17/10/2019

Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 145/2019 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de peças de reposição para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com o representante da empresa para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinados no edital. Constatou-se que a empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP não apresentou a última alteração contratual, sendo que foi apresentado o contrato social registrado na JUCESC em 01/03/2012 sob o nº. 42204824600 e na Certidão Simplificada consta uma nova alteração contratual, registrada na JUCESC em 15/10/2018 sob o nº. 20188115226, este documento é exigido no item 4.1.2 sendo assim o representante da empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. Foram abertos o envelope da proposta comercial da empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP não apresentou contrato social, sendo que este não foi apresentado de acordo com o edital na fase de credenciamento, este documento é exigido no edital no item 7.1.10, sendo assim a empresa MAIOCHI COMÉRCIO DE TRATORES LTDA. - EPP não apresentou a documentação de acordo com o edital, de acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 20 de novembro de 2019, às 16h30min, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. As empresas participantes declinam do direito de recurso ao resultado deste pregão. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata ao participante presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 78/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:
	144/2019 17/10/2019

Folha: 2/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 145/2019 (Sequência: 1)

COMISSÃO:

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	-	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	-	- Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumuller	-	- Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RUBENS MANFRED BIAVATH

- - Representante

ATA PREGÃO PRESENCIAL 79_2019-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2219884

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 79/2019 - PR
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 145/2019 Data do Processo: 18/10/2019
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de inseticida líquido - larvicida biológico para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 147/2019 (Sequência: 1)

Ao(s) 7 de Novembro de 2019, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICÍPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7916/2019, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 145/2019, Licitação nº 79/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se juntamente com os representantes das empresas para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentaram envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento as empresas AGRO LIDER LTDA. e SANIGRAN LTDA. - EPP, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que os representantes das empresas AGRO LIDER LTDA. e SANIGRAN LTDA. - EPP estão credenciados para a licitação. Pois apresentaram a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foram abertos o envelope das propostas comerciais das empresas AGRO LIDER LTDA. e SANIGRAN LTDA. - EPP. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultaram vencedoras as empresas conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa SANIGRAN LTDA. - EPP, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio e colocados à disposição para exame e rubricação. Constatando que a empresa SANIGRAN LTDA. - EPP apresentou a documentação de acordo com o edital, resultando assim habilitada. O representante da empresa AGRO LIDER LTDA. manifesta a intenção de recurso devido ao produto não ser o *Bacillus Thuringiensis israelensis* e apresentar que o produto seja avaliado e recomendado pela OMS. Diante do exposto abre-se o prazo de recurso de acordo com a lei, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata aos participantes presentes.

Participante: 14292 - SANIGRAN LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	INSETICIDA LÍQUIDO - LARVICIDA BIOLÓGICO - <i>Bacillus Thuringiensis israelensis</i> (BTI) para o combate contra as larvas de <i>Aedes aegypti</i> , <i>Culex quinquefasciatus</i> e <i>Simulium pertinax</i> (BORRACHUDO), CEPA avaliada e recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Sorotipo H 14, 1200 U.T./MG (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama). Embalagem contendo 10 litros com lacre de fábrica (embalagem hermeticamente fechada: lacre projetado e fabricado de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo) e que o produto tenha Registro na ANVISA. Prazo de validade mínima de 12 meses contados da data de entrega. Para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Município de Schroeder (SC). A empresa vencedora deverá prestar serviços de orientações, treinamento e palestras sobre aplicação do produto em campo, sempre que esta Secretaria solicitar, nas localidades indicadas pelo respectivo órgão, durante o tempo necessário para consumir a totalidade do produto solicitado.	LT	500,00	Crystar XT	0,0000	130,00	65.000,00

Total do Participante -----> 65.000,00

Total Geral -----> 65.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 79/2019 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 145/2019 Data do Processo: 18/10/2019
	Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|-------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Pregoeiro(a) |
| Ivandra de Souza | - | - Equipe de Apoio |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Equipe de Apoio |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Equipe de Apoio |
| Natália Kersten Brumuller | - | - Equipe de Apoio |

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

- | | | |
|------------------------|---------|-----------------|
| VANDERLEI JOSÉ TAUFFER | - | - Representante |
| ANA JÉSSICA MEDINA | - | - Representante |

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 16/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	132/2019
	Processo de Licitação:	27/09/2019
	Data do Processo:	
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 146/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Ottoli Peschke EST OPP- Est 18+6,70m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 366,70m e área total de 3.667,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrat

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ivandra de Souza | - | - Membro |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - | - Membro |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Membro |
| Marlene Neumann | - | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro Suplente |
| Germana Heller Bauemle | - | - Membro Suplente |

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 17/2019 - TP	
	Processo Administrativo:	133/2019
	Processo de Licitação:	27/09/2019
	Data do Processo:	
		Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Número da ATA: 148/2019 (Sequência: 2)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Alemanha EST OPP- Est 14+15,00m, no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 295,00m e área total de 3.132,25m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, com recursos próprios, Contrato de

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo à empresa participante.

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

COMISSÃO:

- | | | |
|------------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Daniela Samulescki | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ivandra de Souza | - | - Membro |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - | - Membro |
| Guilherme Sandmann Da Silva Vianna | - | - Membro |
| Marlene Neumann | - | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro Suplente |
| Germana Heller Bauemle | - | - Membro Suplente |

DISPENSA 11/2019-FAS

Publicação Nº 2219523

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 11/2019 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**Processo Nr.: 17/2019
Data: 07/11/2019**

Folha: 1/2

Fornecedor: UNI EMBALAGENS EIRELI
Endereço: R BARAO DO RIO BRANCO,309 - SALA 01
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 04.293.149/0001-67

Código: 10297

Inscrição Estadual: 254.173.225

Objeto da Compra: Compra de sacolas plásticas para armazenamento e transporte dos itens do benefício eventual de auxílio alimentação, higiene pessoal e limpeza pelos usuários atendidos pelos equipamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	50,00	Sacola plástica espessura 6 a 7 gr, capacidade para 15 kg (60x80), branco.	KG	8,25	412,50
2	25,00	Sacola plástica espessura 2 a 3 gr, capacidade para 2 kg (50x60), branco.	KG	8,25	206,25

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

As sacolas serão utilizadas para armazenamento e transporte dos itens do benefício eventual de auxílio alimentação, higiene pessoal e limpeza

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 11/2019 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 17/2019 Data: 07/11/2019	
		Folha: 2/2

17/10/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Outubro de 2019

Valor da Despesa:

618,75 (seiscentos e dezoito reais e setenta e cinco centavos)

Pagamento.....:

15 dias após recebimento do documento fiscal

DISPENSA 47/2019-PMS

Publicação Nº 2219199

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 47/2019 - DL**Processo Nr.: 168/2019
Data: 07/11/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: J. GOMES SERVICOS VETERINARIOS EIRELI
Endereço: R 28 DE AGOSTO, 489, SALA 01
Cidade: Guaramirim - SC
CNPJ: 12.540.218/0001-18

Código: 14291

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Contratação de empresa para prestar serviço de castração de animais e aplicação de vacina com fornecimento da vacina.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	12,00	Castração Felino Fêmea	UN	142,50	1.710,00
2	1,00	Castração Canino Macho até 10kg	UN	113,05	113,05
3	3,00	Castração Canina Macho de 10,1kg a 20kg	UN	152,95	458,85
4	90,00	Vacina Antirrabica	UN	26,60	2.394,00
5	16,00	Exames laboratoriais pré cirurgico Tamanho P,M,G	UN	59,85	957,60

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação, que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

JUSTIFICATIVA

Esta contratação se faz necessária a fim de atender Ação Civil Pública 0900011-19.2019.8.24.0026.

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 47/2019 - DL

Processo Nr.: 168/2019
Data: 07/11/2019

Folha: 2/2

06/11/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Novembro de 2019

Valor da Despesa: 5.633,50 (cinco mil seiscentos e trinta e três reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 48/2019-PMS

Publicação Nº 2219520

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 48/2019 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 169/2019 Data: 07/11/2019
Folha: 1/2	

Fornecedor: WILSON ANTONIO PEREIRA CALCADOS - EPP Endereço: R SANTA CATARINA, 160 - Cidade: JOINVILLE - SC CNPJ: 02.522.888/0001-58	Código: 9115 Inscrição Estadual: 253.707.757
Objeto da Compra: Contratação de empresa para fornecimento de materiais inerentes ao serviço da Policial Militar.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	2,00	Colete modular IIIA Cáqui	UN	500,00	1.000,00
2	2,00	Porta Car Fuzil II 5.56 c/ Aba Mod. Cáqui	UN	85,00	170,00
3	2,00	Porta Car. Pistola II 5.56 c/ Aba Mod. Cáqui	UN	75,00	150,00
4	2,00	Boiso Vertical Pequeno Modular Caqui	UN	85,00	170,00
5	2,00	Porta Rádio comunicador Modular Caqui	UN	80,00	160,00
6	2,00	Porta Algema Modular Caqui	UN	60,00	120,00
7	2,00	Coldre Modular para TP 100	UN	100,00	200,00
8	15,00	Chave para Algema	UN	10,00	150,00
9	14,00	Coturno Extra Leve com Zipper	UN	150,00	2.100,00
10	14,00	Pólo Poliviscose cáqui com brasão+nome+graduação	UN	52,00	728,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Esta contratação se faz necessária a fim a necessidade de equipamentos para atividades inerentes ao serviço da Polícia Militar de Schroeder

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER		DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 48/2019 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09	RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201	Processo Nr.: 169/2019
C.E.P.: 89275-000	- Schroeder - SC	Data: 07/11/2019
		Folha: 2/2

17/10/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Outubro de 2019

Valor da Despesa:

4.948,00 (quatro mil novecentos e quarenta e oito reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 49/2019-PMS

Publicação Nº 2219910

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2019 - DL**

Processo Nr.: 170/2019
Data: 07/11/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: LIBELULA COMUNICACAO VISUAL LTDA**Código:** 10739**Endereço:** R ANTONIO ZIMMERMANN,438 -**Cidade:** GUARAMIRIM - SC**CNPJ:** 05.077.945/0001-25**Inscrição Estadual:**

Objeto da Compra: Adequação da DPMu de Schroeder à nova identidade visual da Policia Civil, conforme a Resolução nº 01/2017 do CONCP. Obrigatória à Polia Civil a partir do segundo semestre do ano presente.

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Adequação da DPMu de Schroeder a nova identidade visual da Policia Civil, conforme a Resolução nº 01/2017 do CONCP. Obrigatória à Polia Civil a partir do segundo semestre do ano presente.	UN	4.072,00	4.072,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Solicitação de readequação da simbologia da Policia Civil. A compra se faz necessária vem que a Policia Civil não tem licitação para tal fim, nem recursos financeiros disponíveis

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 49/2019 - DL

Processo Nr.: 170/2019
Data: 07/11/2019

Folha: 2/2

09/10/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 9 de Outubro de 2019

Valor da Despesa:

4.072,00 (quatro mil e setenta e dois reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 50/2019-PMS

Publicação Nº 2220689

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 50/2019 - DL**

Processo Nr.: 171/2019
Data: 07/11/2019

Folha: 1/2

Fornecedor: CHAVEIRO ALERTA LTDA
Endereço: AV MARECHAL DEODORO DA FONSECA, 1067 - SA
Cidade: JARAGUADO SUL - SC
CNPJ: 03.255.285/0001-08

Código: 9943

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de cópia de chaves, fechaduras para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria Municipal de Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC.

ITENS

Item	Quantidade	Unid.	Especificação
1	74,00	PC	CÓPIA CHAVES - SIMPLES
2	5,00	PC	CÓPIA CHAVES - TETRA
3	2,00	PC	FECHADURA BICO DUPLO
4	1,00	PC	FECHADURA EXTERNA SOPRANO
5	1,00	PC	FECHADURA PERFIL ESTONO STAN
6	1,00	PC	FECHADURA PORTA CORRER IMABI
7	5,00	PC	TROCA DE FECHADURA REALIZADA NO LOCAL (RUA GUILHERME PISKE Nº 151, BAIRRO CENTRO NORTE) SERÁ FEITA A TROCA DE 5 FECHADURAS NO MESMO DIA.

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Para atender as necessidades da secretaria acima mencionadas.
Na Secretaria Municipal de Assistência Social, houve mudança de endereço para as novas sedes, as cópias de chaves serão feitas para serem entregues aos profissionais.

Schroeder, 7 de Novembro de 2019

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 50/2019 - DL

Processo Nr.: 171/2019
Data: 07/11/2019

Folha: 2/2

14/10/2019

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação, em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 14 de Outubro de 2019

Valor da Despesa:

1.180,00 (um mil cento e oitenta reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 245/2019

Publicação Nº 2219869

Processo Licitatório nº 245/2019 – Registro de Preço.
Edital de Pregão Presencial nº 108/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo até às 08h30min do dia 22/11/2019, “envelope de credenciamento, da proposta e da documentação” referentes à contratação de empresa para prestação de serviços de sinalização em vias do município de Seara – SC. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 07 de novembro de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 238/2019

Publicação Nº 2219867

Processo Licitatório nº 238/2019
Suspensão do edital de pregão presencial nº 103/2019

Tramita junto ao Município de Seara, processo licitatório nº 238/2019 na modalidade pregão presencial nº 103/2019, datado de 25/10/2019, que objetiva a contratação de empresas especializadas para fornecimento de licença de uso (locação) de sistemas integrados de gestão pública municipal, educação e saúde, incluindo ainda serviços necessários à sua implantação e manutenção para atendimento de necessidades da administração municipal.

No decorrer do prazo de abertura do aludido processo de licitação constatou-se a necessidade de suspensão da tramitação do feito, considerando a necessidade de análise mais detida acerca da legalidade das exigências editalícias e julgamento da impugnação recebida, a qual indica possíveis irregularidades no certame.

Dessa forma, a licitação em epígrafe fica suspensa até deliberação acerca do mérito da questão e julgamento da respectiva impugnação apresentada. Quando da deliberação acerca da tomada de decisão novo prazo será aberto para apresentação das propostas.

Publique-se.

Seara, SC, aos 07 dias do mês de novembro de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 202/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219741

DECRETO Nº 202/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ABAIXO RELACIONADO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CEREZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias do Servidor Público Municipal abaixo relacionado, ocupante do cargo em comissão, constantes no Decreto nº 198/2019, de 01 de novembro de 2019, passando para:

SERVIDORES	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
LEONARDO VITUS JUNGES	01/07/2019 A 31/12/2019	18/12/2019 A 27/12/2019	10 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 07 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

ERRATA Nº 005/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219371

ERRATA Nº 005/2019 DO DECRETO Nº 199/2019 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº. 199/2019, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019 - “DISPÕE SOBRE A ESCALA DE FÉRIAS DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS ABAIXO RELACIONADAS, REFERENTE AO EXERCÍCIO 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem ao art. 40 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº. 119/2019, na forma e nas condições abaixo relacionadas.

ONDE SE LEU:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
PRISCILA WERNER GASSEN	01/10/2018 A 30/09/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	25 DIAS

LEIA-SE:

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
PRISCILA WERNER GASSEN	01/10/2018 A 30/09/2019	18/12/2019 A 16/01/2020	30 DIAS

Art. 2º Todos os demais itens do Decreto nº 199/2019, ficam inalterados.

Art. 3º Esta Errata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 07 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI
Secretário de Administração

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2019-FMS

Publicação Nº 2219467

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº006/2019

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E DO OUTRO O SR. RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL DARCI CERIZOLLI portador do RG sob o nº 12C 1.233.665 e CPF nº 430.332.889-87.

CONTRATADO: Sr. Rafael Araújo Lafetá, com sede na Av. Dom Pedro II, nº 489, centro, Município de Serra Alta/SC, inscrito no CPF sob o nº 073.830.066-74 e RG 7.668.558.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e pactuam o presente TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL, cuja celebração foi autorizada de acordo com a Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços nº 012/2019, homologado em 05/11/2019, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/2007, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

As partes acima identificadas resolvem RESCINDIR o referido Contrato Administrativo nº 006/2019, com fundamento na Cláusula Sétima – Da Rescisão Contratual e nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8666/93 e mediante às seguintes condições e Cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Termo tem por objetivo a RESCISÃO CONTRATUAL a partir da presente data (06/11/2019) do Contrato nº 006/2019 celebrado em 05/11/2019, que refere-se a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE 01 (UM) MÉDICO(A) CLÍNICO GERAL, ABRANGENDO TODAS AS FUNÇÕES INERENTES A PROFISSÃO, PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE SAÚDE MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO DISTRATO

2.1 Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato nº 006/2019 de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindido.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Para dirimir divergências sobre a presente rescisão de contrato fica eleito o foro da Comarca de Modelo, Estado de Santa Catarina, em detrimento a qualquer outro por mais privilegiada que seja.

3.2. E, por estarem certas e ajustadas as partes assinam o presente Termo de Rescisão Contratual em (três) vias de igual teor e forma com duas testemunhas abaixo identificadas que a tudo assistiram.

SERRA ALTA/SC, 06 de novembro de 2019.

DARCI CERIZOLLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

RAFAEL ARAÚJO LAFETÁ
REPRESENTANTE LEGAL
CONTRATADO

Analisado e Aprovado pelo Departamento Jurídico

MAURÍCIO LEONIR SONDA
Advogado
OAB/SC 54.175

Testemunhas:

EDERSON CEREZOLLI JEFERSON MARTINI
CPF: 029.867.439-43 CPF: 044.414.139-12
Sec. de Administração Sec. de Saúde

Siderópolis

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO Nº01 DO EDITAL Nº 004/2019

Publicação Nº 2219952

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS / SC Retificação 01 – Processo Seletivo Simplificado 004/2019

O MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, Estado de Santa Catarina, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, e comissão Especial de Processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto Nº 199, de 09 de Outubro de 2019, no uso de suas atribuições legais, torna público a Retificação 01 do edital 004/2019, conforme segue:

ONDE SE LÊ:

8.1 A provas objetivas serão realizadas no dia 10/12/2019, na Escola de Educação Básica José do Patrocínio,

localizada na Rua Professor Renato Melillo - Centro - Siderópolis/SC.

8.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 15/12/2019, no portal www.psconcursos.com.br e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

8.1 A provas objetivas serão realizadas no dia 15/12/2019, na Escola de Educação Básica José do Patrocínio, localizada na Rua Professor Renato Melillo - Centro - Siderópolis/SC.

8.2 Os horários das provas serão divulgados até as 23h:59min do dia 10/12/2019, no portal www.psconcursos.com.br e no site www.sideropolis.sc.gov.br.

SIDERÓPOLIS/SC, em 07 de NOVEMBRO de 2019.

SANDRA REGINA BIZ ALFREDO

Presidente da Comissão de Processo Seletivo

Fica homologado a RETIFICAÇÃO 01 do presente EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N.º 004/2019.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

www.psconcursos.com.br 1

Sombrio

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 95/2019

Publicação Nº 2219410

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 95/2019

Objeto: A presente ata tem por objetivo futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de caminha infantil empilhável (cores diversas), para uso na rede municipal de ensino infantil, conforme descritivos, quantitativos e demais condições constantes no Termo de Referência - Anexo I e demais condições do Edital de Pregão Presencial nº 100/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: TECHTUDO ELETRONICOS EIRELI ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 80.000,00.

Processo Licitatório nº 100/2019 – Pregão Presencial.

Sombrio, 06 de novembro de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 222/2019

Publicação Nº 2219595

DECRETO Nº 222 DE 30 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2393, de 11 de dezembro 2018, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura M. de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

05.01 – GERENCIA DE EDUCAÇÃO

2.030 – Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.0086(89) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

2.035 – Alimentação Escolar

3.3.90.00.00.00.00.0080(72) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá à conta do provável excesso de arrecadação das fontes de recursos 80 e 86.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Município de Sombrio – SC. 30 de outubro de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

LEI Nº. 2460/2019

Publicação Nº 2219599

LEI Nº 2460, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA FINISA – FINANCIAMENTO À INFRAESTRUTURA E AO SANEAMENTO NA MODALIDADE APOIO FINANCEIRO DESTINADO A APLICAÇÃO EM DESPESA DE CAPITAL E A OFERECER GARANTIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhora Zênio Cardoso, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos desta Lei, a contratar e garantir financiamento na linha de crédito do FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – Modalidade Apoio Financeiro destinado à aplicação em Despesa de Capital junto a Caixa Econômica Federal, até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), nos termos da Resolução CMN nº. 2.827/2001 e posteriores alterações e observadas as disposições legais em vigor para contratação de operações de crédito, as normas e as condições específicas e aprovadas pela Caixa Econômica Federal para a operação.

Parágrafo único. Os recursos resultantes do financiamento autorizado neste artigo serão obrigatoriamente aplicados em Despesa de Capital no Município de Sombrio - SC, no âmbito da linha de crédito do FINISA.

Art. 2.º Para garantia do principal e encargos da operação de crédito, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a ceder ou vincular em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, as receitas e parcelas de quotas do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

§ 1.º Para a efetivação da cessão ou vinculação em garantia dos recursos previstos no caput deste artigo, fica o Banco do Brasil autorizada a transferir os recursos cedidos ou vinculados nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados.

§ 2.º Na hipótese de insuficiência dos recursos previstos no caput, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a vincular, mediante prévia aceitação da CAIXA, outros recursos para assegurar o pagamento das obrigações financeiras decorrentes do contrato celebrado.

§ 3.º Fica o Poder Executivo Municipal obrigado a promover o empenho e consignação das despesas nos montantes necessários à amortização da dívida nos prazos contratualmente estipulados, para cada um dos exercícios financeiros em que se efetuar as amortizações de principal, juros e encargos da dívida, até o seu pagamento final.

§ 4.º Para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito, fica a Caixa Econômica Federal autorizada a debitar na conta-corrente mantida em sua agência, a ser indicada no contrato, onde são efetuados os créditos dos recursos do Município, nos montantes necessários à amortização e pagamento final da dívida.

Art. 3.º Os recursos provenientes da operação de crédito objeto do financiamento serão consignados como receita no orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 4.º O Poder Executivo Municipal incluirá, na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual em vigor, na categoria econômica de Despesas de Capital, os recursos necessários aos investimentos a serem realizados, provenientes do FINISA/Despesa de Capital, no montante mínimo necessário à realização do projeto e das despesas relativas à amortização do principal, juros e demais encargos decorrentes da operação de crédito autorizada por esta Lei, observado o disposto no parágrafo único do art. 20 da Lei nº 4.320, de 17.03.1964, com abertura de programa especial de trabalho.

Art. 5.º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 6.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 05 de novembro de 2019

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

PORTARIA Nº 254/2019

Publicação Nº 2219610

PORTARIA Nº. 254 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2015 (ADMINISTRAÇÃO).

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº. 001/2015 (Administração), para o cargo de Auxiliar de Educação Infantil, sendo que o referido candidato deverá comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munido dos documentos exigidos pelo Edital do Concurso Público nº. 001/2015, (Administração) para tomar posse:

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nome do Candidato	Classificação
Milena Simone dos Santos	57

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 05 de novembro de 2019.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil**PREFEITURA****CONCORRÊNCIA 002/2019**

Publicação Nº 2219885

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO / CONCORRÊNCIA PÚBLICA

CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DE BEM PÚBLICO

Processo Administrativo nº.096/2019

Edital: Concorrência Pública nº.002/2019

Tipo: Melhor Proposta

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO DE USO DO ABATEDOURO MUNICIPAL DE BOVINOS E SUINOS (Patrimônio 6665): Edificação em alvenaria com estrutura pré-moldado, cobertura em fibrocimento, abertura em alumínio, com a área de 300,50m²; com equipamentos conforme "Anexo D"; CARGA E DESCARGA (Patrimônio 6662): Edificação em alvenaria com estrutura pré-moldado, cobertura em fibrocimento, com a área de 153,00m²; ESCRITÓRIO (Patrimônio 6661): Edificação em alvenaria com estrutura pré-moldado, cobertura em fibrocimento, abertura em alumínio, com a área de 78,00m². Edificados sobre Parte da Chácara Rural nº.82, da Sede Sul Brasil, com a área de 5.500,00m², situado na Linha Barra Escondida, neste município de Sul Brasil/SC, conforme matrícula nº.12.426, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pinhalzinho/SC. Imóvel destinado à instalação de empresas do Ramo Abatedouro de Gado e Suíno, conforme normas estabelecidas pela Lei Municipal de Incentivos Fiscais nºs.1012/2014.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 23 de dezembro de 2019

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 23 de dezembro de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 08 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0289-2019 REVOGA DECRETO 0241-2019 DE 26-08-2019 LEI Nº 1.207-2019 DE 26-08-2019 PL 019-2019

Publicação Nº 2219760

DECRETO Nº 0289/2019 DE 07/11/2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1.191 de 20 de dezembro de 2018 e Lei nº 1.207 de 26 de agosto de 2019.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal vigente:

03.001.0004.0122.003.2.005- Gerenciamento Geral do Município

3.2.90.00.00 (304)	0.3.00.003000	Outras Despesas Correntes– Aplic. Diretas (3000)	R\$ 10.000,00
--------------------	---------------	--	---------------

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 10.000,00 (dez mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2018.

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e esta vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Fica revogado o Decreto nº 241/2019 de 26 de agosto de 2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 07 de Novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA 0101 DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2219718

PORTARIA Nº 0101, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público nº. 002/2019, constituída pelos seguintes membros:

- Presidente Terezinha Lauermann Backes
- Secretária Lenice Locatelli
- Membro Leomar Flach

Art. 2º. Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestação de serviços, considerando-se serviços públicos relevantes, sem custo para o Município publicação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e está vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 29 de outubro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PORTARIA Nº 0107 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219766

PORTARIA Nº 0107, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CONCURSO PUBLICO 002/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o pedido de retirada do nome da servidora Terezinha Lauermann Backes.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público nº. 002/2019, constituída pelos seguintes membros:

- Presidente Marilene Biasi
- Secretária Lenice Locatelli
- Membro Leomar Flach

Art. 2º. Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestação de serviços, considerando-se serviços públicos relevantes, sem custo para o Município publicação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e está vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria nº 0101/2019 de 29.10.2019.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil, aos 06 de novembro de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA N.º 522, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019. "NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS."

Publicação Nº 2220166

PORTARIA N.º 522, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS."

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei n.º 2.474, de 05 de novembro de 2019:

RESOLVE:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Políticas Culturais fica composto pelos seguintes membros, que, exercerão mandato de 02 (dois) anos:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: HELINTON PAIVA DE SÁ
Suplente: ROSANE PIVA CHIARANI

II – Representantes dos Professores:

Titular: JOSIANNE DALLABRIDA GASPAR
Suplente: VANUSA APARECIDA MELO DE GODOI

III – Representantes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE):

Titular: NILCELEI APARECIDA PEREIRA PERDUN
Suplente: JANETE BERBERINA TELES

IV – Representantes do Sindicato Rural de Tangará:

Titular: VICENTE DEMORI
Suplente: EUGENIO CLEMIR BOLZANI

V – Representantes da Comissão dos Idosos:

Titular: NADIR AFONSO FRITZEM
Suplente: DIRCINHA DREHMER FRITZEM

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: TEREZINHA LUCIA GUINDANI POSSERA
Suplente: LUCIANA RIBEIRO SOUZA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 037, DE 06 NOVEMBRO DE 2019. CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2220162

PORTARIA Nº. 037, DE 06 NOVEMBRO DE 2019.

CONCEDE AFASTAMENTO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA, PARA AUXÍLIO DOENÇA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, que lhe confere o artigo 74, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que a servidora necessita de afastamento para tratamento de saúde através do Instituto da Previdência Social,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder afastamento por auxílio doença à servidora TEREZINHA HEINEMANN WINK, ocupante do cargo de SERVENTE – NÍVEL 01 – CLASSE E, a partir de 21/11/2019, pelo prazo determinado pelo INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 21/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 523, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2.019. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2220168

PORTARIA Nº. 523, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2.019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando, que a servidora pediu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora JESSICA RIBEIRO ASSIS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - EDUCAÇÃO – NÍVEL 03 – CLASSE A, a partir de 07/11/2019.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 07/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 524 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2.019. EXONERA DO CARGO PÚBLICO SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 2220172

PORTARIA Nº. 524 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2.019.

EXONERA DO CARGO público SERVIDOR QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c.c o Art 40 da Lei Complementar 057/2012;

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar do serviço público o servidor ADELAR DA SILVA, ocupante do cargo de MOTORISTA – NÍVEL 08 – CLASSE A, a partir de 07/11/2019.

Art. 2º - Em decorrência do disposto no artigo 1º, fica declarada a vacância do cargo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 07/11/2019, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, EM 07 DE NOVEMBRO DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO TP 008/2019

Publicação Nº 2220347

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 008/2019
RETIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/SC torna às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO deste. Corrige-se o valor total da Tomada de Preço nº 008/2019, objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA A QUAL FORNEÇA MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA (HORA/HOMEM) PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL DAS EDIFICAÇÕES DO POSTO DE SAÚDE CENTRAL, PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E CRAS.

Ficando assim alterada data de abertura do mesmo, passando a vigora com a nova redação.

Entrega dos envelopes: 25/11/2019 até às 14h00min horas

Abertura dos envelopes: 25/11/2019 às 14h00min horas

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Tangará, em dias úteis, de Segunda a Sexta – feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 as 17:30, na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Fone (49) 3532-7450.

Tangará, 07 de Novembro de 2019.

Nadir Baú da Silva

Prefeito Municipal de Tangará

Tigrinhos

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE AULAS PARA SUPRIR NECESSIDADE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2220610

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE AULAS PARA SUPRIR NECESSIDADE EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público e CONVOCA os candidatos aprovados conforme lista final do Processo Seletivo regido pelo Edital nº 002/2017 e Homologado pelo Decreto Nº. 013/2018, para preenchimento de 01 (uma) vaga, 10 horas semanais, em caráter temporário no Cargo de Professor II, a participarem de Escolha de Aula, cuja escolha de aula ocorrerá no dia 18/11/2019, às 08h00min, na Secretaria Municipal de Educação do Município de Tigrinhos/SC, situada na Rua Waldemar Stieler, nº s/n, Centro, neste Município de Tigrinhos/SC.

Caso o candidato se faça representar na sessão de atribuição, deverá outorgar ao seu procurador poderes para assumir/escolher aulas, recorrer de qualquer ato da sessão, se necessário for.

Serão convocados os profissionais aprovados no Processo Seletivo para o Cargo de Professor II, conforme ordem de classificação sendo que o candidato convocado que não estiverem presentes na sessão ou representado através de procurador legalmente constituído serão considerados desistentes da vaga, sendo assim chamado o candidato aprovado na ordem subsequente.

A escolha de aulas observará o disposto no item 11.7 do Edital do Processo Seletivo 002/2017.

A Prefeitura Municipal de Tigrinhos/SC não se responsabiliza por eventual prejuízo do candidato que não acompanhar as publicações das convocações, tomando por desistentes todos os que a ela não comparecerem.

E para que chegue ao conhecimento de todos, é expedido o presente Edital.

Tigrinhos/SC, 08 de Novembro de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 055-2019

Publicação Nº 2218111

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 055/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 034/2019

LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para a Aquisição dos Materiais abaixo discriminados: AQUISIÇÃO DE TINTAS PARA PINTURA DO CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL E CENTRO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TIGRINHOS/SC. O recebimento dos envelopes de propostas e habilitação será até as 08h30min do dia 22/11/2019, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a sessão terá início às 08h40min no Auditório do Centro Administrativo Municipal de Tigrinhos, no mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Bacinski nº. 479, Centro, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site www.tigrinhos.sc.gov.br. Tigrinhos, 07 de novembro de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 106/PMT/2019

Publicação Nº 2219396

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 106/PMT/2019
ERRATA

Onde se Lê: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Coffe Break Tipos I, II e III, para eventos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Ação Social e Fundação Municipal de Esportes, do município de Tijucas - SC.

Leia-se: Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Coffe Break Tipos I, II e III, Marmita, Almoço e Alimentos para eventos do Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Direitos Humanos, Secretaria Municipal de Ação Social, Fundação Municipal de Esportes e Secretaria Municipal de Saúde, do município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Data de Abertura: 20 de novembro de 2019, as 11h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas - SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ABERTURA DA PROPOSTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/SAMAE/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 004/SAMAE/2019

Publicação Nº 2219579

ATA DE ABERTURA DA PROPOSTA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 044/SAMAE/2019
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/SAMAE/2019

A Comissão Permanente de Licitação torna pública abertura das Propostas do Processo Licitatório nº 044/SAMAE/2019 Tomada de Preço nº 004/SAMAE/19, para a Contratação de empresa especializa em serviços de Engenharia de Obras Civis com fornecimento de materiais para construção da Base e construção da Casa Química e Comando, referente à ampliação da Estação de Tratamento de Água, do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, do município de Tijucas/SC. Passou-se a abertura dos envelopes propostas das empresas RUHMO ENGENHARIA LTDA com valor global de R\$ 526.724,92 (Quinhentos e vinte e seis mil, setecentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos) e INFRAED ENGENHARIA EIRELI, com valor global de R\$ 570.969,70 (Quinhentos e setenta mil, novecentos e sessenta e nove reais e setenta centavos). Fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, conforme artigo 109, inciso I "a" da Lei 8.666/93. Nada mais havendo a declarar, a Presidente da CPL encerra a sessão. Publique-se para os fins e efeitos legais. Tijucas, 07 de novembro de 2019.

Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas - SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

Jilson José de Oliveira - PRESIDENTE DO SAMAE

EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 096/PMT/2019

Publicação Nº 2219265

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS
EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 166/PMT/2019 DO
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 096/PMT/2019

Objeto: Aquisição de Aparelhos de Ar Condicionado para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos e Ditrán, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura, Juventude e Turismo, do município de Tijucas - SC.

Empresa Vencedora do Processo: AGASERV COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 46.313,60 (Quarenta e seis mil, trezentos e treze reais e sessenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: DIGIPLUS TECNOLOGIA EIRELI, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 73.080,00 (Setenta e três mil e oitenta reais).

Empresa Vencedora do Processo: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI EPP, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 30.600,00 (Trinta mil e seiscentos reais).

Empresa Vencedora do Processo: MASTER ELETRODOMESTICOS EIRELI, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 60.610,00 (Sessenta mil, seiscentos e dez reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 003/FMDR/2017

Publicação Nº 2219586

EXTRATO TERCEIRO TERMO CONTRATO Nº 003/FMDR/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/FMDR/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 001/FMDR/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

DO PRAZO: Cláusula 2ª (DA VIGÊNCIA PRAZO – CLÁUSULA 16ª) – Fica renovado o Contrato Administrativo nº 003/FMDR/2017 por mais um período de 12 meses, iniciando-se em 01/01/2020, com término em 31.12.2020.

TIJUCAS/SC, 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 018/FMDR/2019

Publicação Nº 2219435

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 018/FMDR/19 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/FMDR/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/FMDR/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PESCA E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: ARÁLIA MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS (ARADO PAPA TERRA, GRADE HIDRÁULICA), PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA PESCA E MEIO AMBIENTE DE TIJUCAS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC

VALOR: R\$. 16.500,00 (DEZESSEIS MIL E QUINHENTOS REAIS)

TIJUCAS/SC, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

PORTARIA 2144/2019

Publicação Nº 2219420

PORTARIA Nº 2144, 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

BIANCA BIBIANI MACHADO, Secretária Municipal Ação Social e Direitos Humanos, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 14-A e inciso I do art. 93, todos da Lei Orgânica do Município de Tijucas c/c Decreto Municipal nº 81, de 18 de outubro de 2005, e na forma da Lei Municipal nº 2325, de 15 de novembro de 2010, e demais disposições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores Caio Ricardo Machado, Jessica Feliciano Juski e Juçara Meschke, respectivamente portadores das matrículas nºs 11502, 7930 e 10326, para comporem, sob a presidência do primeiro, a Comissão Organizadora, Examinadora e Julgadora dos processos seletivos da Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos para os exercícios de 2019/2020.

Art. 2º A Comissão Municipal de Coordenação e de Fiscalização dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos para os exercícios de 2019/2020 terá a função de coordenar, receber, examinar, fiscalizar, julgar e homologar, todos os documentos e procedimentos relativos aos Editais dos Processos Seletivos para admissão de servidores em caráter temporário da própria Secretaria e do Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 3º A Comissão de Coordenação e de Fiscalização dos Processos Seletivos da Secretaria Municipal de Ação Social e Direitos Humanos para os Exercícios de 2019/2020 poderá contratar serviços de terceiros para o perfeito desempenho de suas atribuições.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

BIANCA BIBIANI MACHADO
Secretária Municipal de Ação Social e Direitos Humanos

Timbé do Sul

PREFEITURA

PORTARIA CMAS 04/2019 DISPÕE SOBRE O CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES ESPECIALIZADAS EM ATIVIDADES DE PREVENÇÃO, TRATAMENTO, REINSERÇÃO SOCIAL E OCUPACIONAL OU REDUÇÃO DE DANOS SOCIAIS E A SAÚDE DE USUÁRIOS DE ÁLCOOL, DROGAS OU COM DISTÚRBIOS MENTAIS NA MODALIDADE DE ABRIGAMENTO TEMPORÁRIO

Publicação Nº 2219425

PORTARIA CMAS Nº. 04, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre o credenciamento de entidades especializadas em atividades de prevenção, tratamento, reinserção social e ocupacional ou redução de danos sociais e a saúde de usuários de álcool, drogas ou com distúrbios mentais na modalidade de abrigo temporário, nos termos da Lei Municipal nº 1.843/2017 e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Timbé do Sul/SC no uso das atribuições que lhe foram conferidas através da Lei Municipal nº 1.843 de 13 de junho de 2017 e:

Considerando Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS nº 006/2019;

Considerando o requerimento da Entidade;

RESOLVE:

Art. 1º - Efetivar o Credenciamento de Centro de Recuperação Vida Jovem, Rua Estrada Geral s/nº Bairro Urussanga Velha, Município de Balneário Rincão – SC, CEP 88.828-000, inscrita no CNPJ sob nº 03.222.124/0001-00.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 07 de novembro de 2019.

Gigliola Olivo Cirimbelli

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS

Timbé do Sul-SC

Timbó**PREFEITURA****ATA JULGAMENTO HABILITAÇÃO RENOVAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 16 2017 PMT - DILONY**

Publicação Nº 2220238

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO PARA PRORRROGAÇÃO DO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 16/2017 - FMS

INTERESSADA: CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. EIRELI

Às nove horas, do sétimo dia do mês de novembro de dois mil e dezenove (07/11/2019), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1083, de 02 de janeiro de 2019, para julgamento da habilitação da interessada CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. EIRELI - CNPJ: 95.766.598/0001-30, em razão da prorrogação do credenciamento.

Analisada toda a documentação juntada aos autos, aliada ao parecer técnico e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público, economicidade e vinculação ao instrumento convocatório, decide-se pela habilitação da empresa CASA DE ASSISTÊNCIA DILONY LTDA. EIRELI, interessada na prestação de atendimento, conforme especificações constantes no Edital.

Ficam intimados os interessados do inteiro teor desta ata, para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993, ou seja, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intemem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	DAVI BERRI Membro

AVISO PP 34 2019 FCT

Publicação Nº 2220242

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019 FCT

OBJETO: CONCESSÃO DE USO DE ESPAÇO PÚBLICO PARA A EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE DIVERTIMENTO DENOMINADO - TREZINHO DO NOEL - CONFIGURANDO UM ATRATIVO JUNTO AO EVENTO - NATAL MAIS ENCANTADO - QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 24 DE NOVEMBRO DE 2019 A 05 DE JANEIRO DE 2020, DISPONIBILIZANDO TODA ESTRUTURA, COMBUSTÍVEL, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E DEMAIS OBJETOS NECESSÁRIOS, MÃO DE OBRA (INCLUSIVE PARA VENDA DE TÍQUETES) E LIMPEZA DO LOCAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 09h00min do dia 21 de novembro de 2019. ABERTURA: dia 21 de novembro de 2019 às 09h05min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: www.timbo.sc.gov.br ou através do e-mail licitacoes@timbo.sc.gov.br e telefone (47) 3380-7000

Timbó (SC), 07/11/2019
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação de Cultura e Turismo

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 191 DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

Publicação Nº 2219571

CERTIDÃO DE APROVAÇÃO Nº 191
DE 18 DE OUTUBRO DE 2019.

O Secretário de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12 da Lei Complementar nº. 196, de 29 de dezembro de 2000 e Decreto nº. 3329, de 22 de novembro de 2013, com fundamento na Lei Complementar nº. 465, de 24 de julho de 2015, certificam que:

Está APROVADO o desmembramento denominado "HORST ARNDT", situado no lado par da rua Canadá, esquina formada com o lado par da Rua Grécia, nesta Cidade de Timbó e Comarca, contendo a área de 1.341,02m² (Hum mil, trezentos e quarenta e um metros e dois décimos quadrados), processo D-023/2017 tudo conforme documentação apresentada pelo requerente HORST ARNDT, acompanhando o requerimento protocolado sob nº 8005, datado de 14 de novembro de 2017 e da documentação elaborada e devidamente assinada pelo profissional, Rafael Constante, Técnico em Agrimensura, CREA/SC 056589-2, onde constam projetos, memoriais, anotações de responsabilidade

técnica e laudos, cabendo a este responsável técnico a responsabilidade civil pelos serviços de projetos, cálculos, topografia, memoriais e especificações.

O desmembramento foi realizado no imóvel urbano matriculado no 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Timbó, sob o nº 24.460, livro 2, cadastrado neste órgão fazendário sob nº 01.04.007.1499.001 constituído de 02 (dois) lotes.

Apesar da aprovação o proprietário/requerente e seus herdeiros e/ou sucessores e/ou demais responsáveis estão obrigados a atender e sujeitos a todas às exigências da Lei Complementar n.º 335/2007 e do Decreto n.º 3329, de 22 de novembro de 2013, dentro do prazo estabelecido no respectivo processo de desmembramento, além de os demais dispositivos legais atinentes a espécie, em especial a Lei nº. 12.651/12 - Novo Código Florestal e Lei nº. 6766/79 - Parcelamento do Solo Urbano. Qualquer modificação no projeto e no memorial descritivo deverá ser submetida à aprovação do Município, a pedido do interessado.

A presente aprovação entra em vigor na data da publicação da Certidão e tem validade de 180 (cento e oitenta) dias, nos moldes do art. 2º do Decreto 3329/2013.

Município de Timbó, 18 de outubro de 2019.

MOACYR CRISTOFOLINI JÚNIOR

Secretário de Planejamento, Trânsito,
Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços.
Município de Timbó.

Vivian Luciane Maas Barbosa

Arquiteta e Urbanista
CAU A41829-3

CONVOCAÇÃO ABERTURA ENVELOPE 03 - CONCORRÊNCIA N.º 58. 2019 PMT

Publicação Nº 2220427

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DE CONVOCAÇÃO - ABERTURA DE ENVELOPE

CONCORRÊNCIA Nº 58/2019 - PMT

A Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 1083, de 02 de janeiro de 2019, convoca as empresas licitantes 9MM PROPAGANDA LTDA, FREE REICHERT COMUNICAÇÃO LTDA, MÁGICA COMUNICAÇÃO E MARK. LTDA. EPP, EZCUZÊ AG. DE PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA., TEMPERO PROPAGANDA LTDA, para participação na sessão pública de abertura do envelope nº. 03, da Concorrência nº. 58/2019 – PMT, no dia 12/11/2019 – às 14:00hs, com a seguinte pauta, em atendimento ao disposto no subitem 11.5 do Edital:

- Identificar os representantes das licitações presentes;
- Abrir os envelopes de número 03;
- Conferir as vias não identificadas do envelope 01 com as vias identificadas do envelope 02, do Plano de Comunicação Publicitária, para identificação da sua autoria;
- Elaborar planilha com as notas atribuídas às propostas técnicas compostas pelos quesitos do Plano de Comunicação Publicitária, Capacidade de Atendimento, Repertório e Relatos de Soluções de Problemas de Comunicação, em ordem decrescente de classificação;
- Divulgar o resultado do julgamento das Propostas Técnicas registrando-os em Ata contendo as propostas desclassificadas e a ordem de classificação.

Os envelopes de nº 4 deverão permanecer sob responsabilidade da Central de Licitações, devidamente lacrados, até a data designada para abertura.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER Presidente	DAVI BERRI Membro	ANGELA PREUSS Membro
-----------------------------	----------------------	-------------------------

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 19 2019 SAMAE - RESTAURAÇÃO ASFÁLTICA C.A.U.Q

Publicação Nº 2220246

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 19/2019 - SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto.

OBJETO: Contratação de empresa para restauração asfáltica em C.A.U.Q (CONCRETO ASFÁLTICO USINADO A QUENTE) em vias danificadas pelos consertos de vazamentos nas tubulações subterrâneas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE sendo respeitados os projetos construtivos.

EMPRESA RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 234.600,00 (duzentos e trinta e quatro mil e seiscentos reais).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 07/11/2020

Timbó, 07/11/2019
WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 83-03.2018 - RÁDIO CULTURA

Publicação Nº 2220250

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA E INSTITUCIONAL
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 83-03/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Rádio Cultura de Timbó Ltda - Epp.

OBJETO: Credenciamento de empresas para a execução dos serviços de divulgação das atividades administrativas desenvolvidas no Município de Timbó, por intermédio de inserções de 30 (trinta) e 60 (sessenta) segundos, em atendimento as necessidades do Setor de Comunicação, conforme edital de credenciamento nº 83/2018 - PMT.

DATA DA ASSINATURA: 06/11/2019.

PRAZO: 06/11/2019 a 10/09/2020.

ARÃO JOSINO DA SILVA
Executivo do Gabinete

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 69 2019 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA TREZE DE MAIO

Publicação Nº 2220255

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 69/2019

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli EPP

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota (tijolão) de 649,25 m² (seiscentos e quarenta e nove metros quadrados e vinte e cinco decímetros quadrados) da Rua Treze de Maio, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 05/2017, considerando 100% de aderentes.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 53.394,32 (cinquenta e três mil, trezentos e noventa e quatro reais e trinta e dois centavos).

VALOR A SER PAGO PELO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À VIRADOURO/ENTRONCAMENTO DAS RUAS: R\$ 15.707,84 (quinze mil, setecentos e sete reais e oitenta e quatro centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 37.686,48 (trinta e sete mil, seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e oito centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 07 de novembro de 2019
ADILSON MESCH
Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE N.º 70 2019 PMT - PAVIMENTAÇÃO RUA ALFREDO HANSEN

Publicação Nº 2220256

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 70/2019

CONTRATANTE: Município de Timbó

CONTRATADO: Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli EPP

OBJETO: Execução de serviços de pavimentação tipo lajota (tijolão) de 3.274,40 m² (três mil, duzentos e setenta e quatro metros quadrados)

e quarenta decímetros quadrados) da Rua Alfredo Hansen, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.940/97 e alterações, e Termo de Acordo com Moradores, conforme credenciamento (sistema de mutirão) n.º 05/2017.

VALOR TOTAL DA PAVIMENTAÇÃO: R\$ 269.286,66 (duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos).

VALOR A SER PAGO PELO MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC REFERENTE À ÁREA DPS MORADORES NÃO ADERENTES, VIRADOURO/ENTRONCAMENTO DAS RUAS: R\$ 41.490,08 (quarenta e um mil, quatrocentos e noventa reais e oito centavos).

VALOR A SER PAGO PELOS PROPRIETÁRIOS DE IMÓVEIS LINDEIROS REFERENTE À SUA ÁREA DE COMPETÊNCIA: R\$ 227.796,58 (duzentos e vinte e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e oito centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (noventa) dias após recebimento da ordem de serviço.

Timbó, 07 de novembro de 2019

ADILSON MESCH

Secretário de Obras e Serviços Urbanos e Agrícola

LEI COMPLEMENTAR Nº 531, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219854

LEI COMPLEMENTAR Nº 531, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019

Autoriza a desafetação da destinação original de áreas de Utilidade Pública de uso comum e Áreas de destinação especial e a posterior alienação de bens imóveis considerados inservíveis para a Administração Pública Municipal.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a desafetar de sua destinação original, passando à categoria de bens dominicais, os imóveis destinados ao uso comum, como áreas de Utilidade Pública, e ou áreas públicas com destinação especial, a seguir relacionados:

I – O terreno urbano, situado do lado par da rua Guabiruba, distando pelo lado esquerdo, 39,00 metros da esquina formada pelas ruas Guabiruba e Benjamim Constant, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 11.979, Livro 2, com área de 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados), sem benfeitorias, estremando pela frente, em 03,00 metros com a rua Guabiruba; fundos, em 04,30 metros com terras de Itaúba Empreendimentos Imobiliários Ltda; lado direito, em linha quebrada de 26,23 metros, 01,30 metros e 10,77 metros com terras de Elisabeth Szabo; e lado esquerdo, em 37,00 metros com terras de Itaúba Empreendimento Imobiliário Ltda; devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob nº 01.005.001.0890.001;

II – O terreno constituído do lote nº 03, situado do lado ímpar da rua Mal. Deodoro, esquina com a rua Nicarágua, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 5.725, Livro 2, com a área de 630,25m² (seiscentos e trinta metros e vinte e cinco decímetros quadrados); estremando, em 11,00 metros de frente na rua Mal. Deodoro e em 9,42 metros na curva de transição; fundos em 17,0 metros com terras de Edmund Butzke; lado direito em 37,20 metros com terras Edmund Butzke; e lado esquerdo em 32,00 metros com a rua Nicarágua, devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob nº 01.004.048.0597.001.

Fica declarada de utilidade pública, uma faixa de terreno, parte do imóvel objeto da presente matrícula, contendo 223,20m² (duzentos e vinte e três metros e vinte decímetros quadrados), destinada a FAIXA SANITÁRIA – implantação de rede de drenagem pluvial; faixa essa que mede 6,00 metros de largura e 36,00 metros de extensão, apresentando os seguintes limites: frente, em 6,00 metros com o lado ímpar da rua Marechal Deodoro; lado direito, em 37,20 metros com o imóvel de propriedade de Edmund Butzke; fundos, em 6,00 metros com imóvel de propriedade de Edmund Butzke; e, lado esquerdo, em 32,00 metros com a rua Nicarágua;

III – O terreno urbano, constituído do lote nº 04, do desmembramento denominado "IVO SALVADOR – EMIR ROPELATO", situado do lado ímpar da rua Bicuiba, distando, pelo lado direito, 218,24 metros da esquina formada com a rua Araponguinhas, nesta cidade e Comarca, matriculado sob 8.796, Livro 2, com área de 1.215,00m² (hum mil, duzentos e quinze metros quadrados); estremando, em 8,26 metros de frente na rua Bicuiba; fundos 15,00 metros com terras de Leopoldo Schlei; lado direito, em linha quebrada, formada de segmentos de reta de 84,22 metros, 15,00 metros e 12,55 metros com o lote nº 03, e em 16,45 metros com o lote nº 01; e, lado esquerdo em 119,00 metros, com terras de Hartwig Eickenberg e da Prefeitura Municipal de Timbó, devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob nº 01.008.021.0008.001;

IV – Uma área de terras, situada do lado ímpar da rua Suécia, distante pelo lado esquerdo em 123,39 metros da esquina formada com a rua Áustria – lado ímpar, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 13.236, Livro 2, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, com área de 2.192,42m² (dois mil, cento e noventa e dois metros e quarenta e dois decímetros quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 73,67 metros com o lado ímpar da rua Suécia; fundos, em 19,17 metros com terras de Rodolfo Rolf Grahl, mais 54,50 metros com terras da Prefeitura Municipal de Timbó; lado direito, em 29,88 metros com o lote nº 22 de propriedade de Rodolfo Rolf Grahl; e, lado esquerdo, em 29,64 metros com lote nº 23 de propriedade de Rodolfo Rolf Grahl; devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal Local sob nº 01.004.005.1500.001;

V – Uma área de terras, situada do lado par da rua Suécia, esquina formada com a rua Áustria, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 13.237, Livro 2, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, com área de 922,98m² (novecentos e vinte e dois metros e noventa e oito decímetros quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 29,70 metros com a rua Suécia e em 12,17 metros na curva de transição com a rua Áustria; fundos, em 24,84 metros com terras de Endrulas Harbs; lado direito, em 23,12 metros com a rua Áustria; e lado esquerdo, em 29,45 metros com o lote nº 61 de propriedade de Rodolfo Rolf Grahl; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local

sob nº 01.004.006.0900.001;

VI – Uma área de terras, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, de formato irregular, situada do lado par da rua Rudolfo Borchardt, distante pelo lado esquerdo em 271,34 metros da esquina formada com a rua Blumenau – lado par, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 13.419, Livro 2, com área de 8.366,59m² (oito mil, trezentos e sessenta e seis metros e cinquenta e nove décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 11,13 metros e 13,92 metros com a rua Rudolfo Borchardt; fundos, em 147,40 metros com terras de Reinaldo Giotti e Raul Loes; lado direito, em 49,44 metros com o lote nº 34 de propriedade de Alfablu Empreendimentos Imobiliários LTDA; e, lado esquerdo, em 27,39 metros com o lote nº 33; e em 131,43 metros com os lotes nºs 25,26,27,28,29,30,31,32 e 33, todos de propriedade de Alfablu Empreendimentos Imobiliários Ltda; e em 72,60 metros com terras de Yolanda Borchardt, Carlos Borchardt e Rudibert Borchardt; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.009.039.1276.001;

VII – Uma área de terras, destinada à ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA “I”, do loteamento denominado “LOTEAMENTO ALFABLU III-A”, nesta cidade e Comarca matriculado sob o nº 13.810, Livro 2, com área de 2.705,15m² (dois mil, setecentos e cinco metros e quinze décimos quadrados), sem edificações, situada do lado par da rua Rudolfo Borchardt, distando pelo lado direito, 32,97 metros da esquina formada com a rua Tupiniquim, nesta cidade e Comarca, estremando pela frente, em linha curva em segmentos de 34,56 metros, 16,65 metros e 19,84 metros com a rua Rudolfo Borchardt; fundos, em 90,58 metros com terras de Heinz Borchardt; lado direito, em linha quebrada de 28,45 metros, 15,00 metros e 27,82 metros com a área remanescente de propriedade de Alfablu Empreendimentos Imobiliários Ltda; e, lado esquerdo, em 21,99 com o lote nº 163 de propriedade de Alfablu Empreendimentos Imobiliários Ltda., devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.009.039.1337.001;

VIII – Uma área de terras, designada sob o Nº 02, DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA, do Loteamento denominado “LOTEAMENTO RESIDENCIAL EUROPA”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 13.617, Livro 2, situada no lado par da rua Santa Cecília, distando pelo lado esquerdo, 143,50 metros da curva de transição formada com lado ímpar da rua Caçador, com área de 3.960,24m² (três mil, novecentos e sessenta metros e vinte e quatro décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 15,00 metros com a rua Santa Cecília, mais 98,15 metros com a área remanescente nº 02 de propriedade de Haroldo Duwe; fundos, em 113,15 metros com terras de Ida Holstein; lado direito, em 35,00 metros com a área remanescente nº 02 de propriedade de Haroldo Duwe; e, lado esquerdo, em 35,00 metros com o lote nº 48 de propriedade de Haroldo Duwe, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.005.003.0299.001;

IX – Uma área de terras, destinada à ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA “III”, do Loteamento denominado “LOTEAMENTO ALFABLU III-A”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 13.812, Livro 2, com área de 5,421,81m² (cinco mil, quatrocentos e vinte e um metros e oitenta e um décimos quadrados), sem edificações, situada do lado ímpar da rua Tupiniquim, distando pelo lado direito, 539,40 metros da esquina formada com a rua Araponguinhas, nesta cidade e Comarca, estremando pela frente, em 8,93 metros com a rua Tupiniquim; fundos, em 25,50 metros com a Área Verde; lado direito, em 226,81 metros com a Área de Utilidade Pública IV; e, lado esquerdo, em linha quebrada de 61,01 metros, 39,62 metros e 150,87 metros com terras de Haroldo Borchardt, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.009.039.1473.001.

Neste imóvel fica reservada uma área de 1.860,25m², para constituição da ÁREA DE CONSERVAÇÃO DE VEGETAÇÃO com as seguintes confrontações: tendo como ponto de referência, partindo de um ponto do imóvel, pelo lado direito, a distância de 160,81 metros da rua Tupiniquim e desta, 539,40 metros até encontrar o lado ímpar da rua Araponguinhas, confrontando pela frente, à Oeste, em 31,09 metros com a área de utilidade pública de propriedade do Município de Timbó, objeto desta matrícula, com a seguinte descrição perimetral, iniciando no ponto 7 (situado na interseção da frente com o lado direito do imóvel), seguindo na direção Sul, até o ponto 4, deste, segue na direção Leste, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90° em 65,76 metros até o ponto 5, com terras de propriedade de Haroldo Borchardt; deste, segue, em direção Norte, defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°, em 25,50 metros até o ponto 6, confrontando com terras de domínio do Município de Timbó, área verde; deste, segue em direção oeste, defletindo à esquerda, com ângulo interno de 94°50'38”, em 66,00 metros confrontando com área de utilidade pública do domínio do Município de Timbó, até o ponto de partida 7, início desta transcrição.

X – Uma área de terras, DESTINADA À SERVIÇOS PÚBLICOS, do Loteamento denominado “PRINCESA ISABEL”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 13.977, Livro 2, situada do lado par da rua Emilie Gustmann, distando pelo lado esquerdo, 315,90 metros da esquina formada com a rua Harry Bloedorn, com área de 5.269,26m² (cinco mil, duzentos e sessenta e nove metros e vinte e seis décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 19,25 metros, 2,00 metros e 16,00 metros com a rua Emilie Gustmann; fundos, em 25,00 metros com o lote nº 53 de propriedade de Cuno Gustmann, em 15,00 metros com o final da rua Harry Bloedorn e, em 5,00 metros e 22,00 metros com o lote nº 49, de propriedade de Cuno Gustmann; lado direito, em linha quebrada com segmentos de 29,00 metros com terras de Germer Industrial S.A e, em 23,50 metros e 90,00 metros com terras de Jacob Weiss; e, lado esquerdo, em linha quebrada com segmentos de 23,53 metros e 66,77 metros com lotes nºs 65, 52, 51 e 50, todos de propriedade de Cuno Gustmann e, em 36,00 metros com os lotes nºs 32 e 33, ambos de propriedade de Cuno Gustmann; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.006.013.0256.001;

XI – Uma área de terras, destinada à ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA, do Loteamento denominado “BELA VISTA II”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o 14.296, Livro 2, situada do lado ímpar da rua Seara, distando pelo lado direito, 165,00 metros da esquina formada com a rua Caçador, nesta cidade e Comarca, com área de 1.824,35m² (hum mil, oitocentos e vinte e quatro metros e trinta e cinco décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 48,78 metros com a rua Seara; fundos, em 48,78 metros com a Área de Utilidade nº 02 do Loteamento Residencial Europa de propriedade de Haroldo Duwe; lado direito, em 37,50 metros com o lote nº 35 de propriedade de Ida Holstein; e, lado esquerdo, em 37,50 metros com a Área Verde; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: 01.005.003.1548.001;

XII – O lote nº 24, destinado à ÁREA DE UTILIDADE PÚBLICA, do Loteamento denominado “LOTEAMENTO REAL II”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o 14.303, Livro 2, situado do lado ímpar da rua Água Branca, distando, pelo lado direito, em 23,69 metros da esquina formada com a rua Piratininga, nesta cidade e Comarca, com área de 612,12m² (seiscentos e doze metros e doze décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente em 17,00 metros com a Água Branca; fundos, em 17,20 metros com a Área Verde; lado direito,

em 34,64 metros com os lotes nºs 25 e 26 ambos de propriedade de Elvira Kupers Ladehoff; e, lado esquerdo, em 39,30 metros com os lotes nºs 22 e 23, ambos de propriedade de Elvira Kupers Ladehoff.; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: 01.009.035.6594.001;

XIII – Uma área de terras, declara de UTILIDADE PÚBLICA, designada sob o nº “I”, do Loteamento denominado “LOTEAMENTO RESIDENCIAL VERONA II”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 14.388, Livro 2, situada do lado par da rua Erwin Reguse, distando pelo lado esquerdo, 60,00 metros da esquina formada com a rua Rosa Reguse, nesta cidade e Comarca, com área de 1.507,39m² (hum mil, quinhentos e sete metros e trinta e nove décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 30,00 metros com a rua Erwin Reguse; fundos, em 30,00 metros com terras de Erich Neitzel, Industria Catarinense de Peças Ltda. e Erich Neitzel; lado direito, em 50,08 metros com o lote nº 50 de propriedade de Rigobert Heidrich; e, lado esquerdo, em 50,41 metros com o lote nº 49 de propriedade de Rigobert Heidrich; incluída a faixa sanitária non aedificandi, de 3,00 metros de largura por 30,00 metros de comprimento, situada nos fundos do imóvel; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: 01.009.001.4306.001;

XIV – O terreno urbano, declarado de UTILIDADE PÚBLICA, designado sob o lote nº 20 do Loteamento denominado “ELCIO FRONZA”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 15.086, Livro 2, situado do lado ímpar da rua Germano Fronza, esquina formada com a rua Augusto Brandt, nesta cidade e Comarca, com área de 710,17m² (setecentos e dez metros e dezessete décimos quadrados), sem edificações, estremando pela frente, em 28,35 metros e em 9,42 metros em curva com a rua Germano Fronza; fundos, em 34,35 metros com a Área Verde; lado direito, em 20,90 metros com o lote nº 19 de propriedade de Elcio Fronza; e, lado esquerdo, em 14,90 metros com o lado ímpar da rua Augusto Brandt, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: 01.005.030.1888.001;

XV – O terreno urbano, situado do lado par da rua Apucarana, distando, pelo lado esquerdo, 367,25 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Professor Alfredo Girardi, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 16.987, livro 2, com área remanescente de 876,66m² (oitocentos e setenta e seis metros e sessenta e seis décimos quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel) segue pela frente em 23,48 metros com o lado par da rua Apucarana, até o ponto 01; deste segue pelo lado direito defletindo a direita com o ângulo interno de 90°00'00” em 30,00 metros com o imóvel matriculado sob o nº 12.613, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó, até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo a direita com o ângulo de 90°00'00” em 29,48 metros com o imóvel transcrito sob o nº 2.654, fls.193, Livro 3-A, de propriedade de Alwin Schweder, até o ponto 03; deste segue pelo lado esquerdo defletindo a direita com ângulo interno de 90°00'00” em 24,00 metros com o lote nº 21, matriculado sob o nº 16.986, Livro 2, de propriedade de Heins Henrique Hoeltgebaum, até o ponto 04; deste segue defletindo a esquerda com ângulo central de 90°00'00” em 9,42 metros com o lote nº 21, matriculado sob o nº 16.986, Livro 2, de propriedade de Heins Henrique Hoeltgebaum, até o ponto de partida PP, perfazendo o perímetro em 116,38 metros; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.02.018.1033.001.01-01;

XVI – O terreno urbano, designado sob lote nº 63, do LOTEAMENTO denominado “QUINTINO”, matriculado sob nº 17.359, Livro 2, situado do lado ímpar da avenida Irma Gustmann, esquina formada com o lado ímpar da rua Eugen Fouquet, nesta cidade e comarca, com área de 904,48m² (novecentos e quatro metros e quarenta e oito décimos quadrados), sem edificações, estremando na frente em 9,00 metros com o lado ímpar da avenida Irma Gustmann e em 9,42 metros na curva de transição formada com o lado ímpar da rua Eugen Fouquet; fundos, em 15,00 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 13.354, Livro 2, de propriedade de Victor Klug; lado direito em 60,79 metros confrontando com o lote nº 61 constante da matrícula nº 9.719, Livro 2, de propriedade de Werner Gustmann; e lado esquerdo, em 54,84 metros confrontando com o lado ímpar da rua Eugen Fouquet; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: 01.007.063.0312.001;

Neste imóvel, fia reservado nos fundos do lote matriculado, uma faixa sanitária Non Aedificandi com 3,00 metros de largura, por 15,00 metros de comprimento.

XVII – O terreno urbano, DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA, do Loteamento denominado “MAESTRI”, nesta cidade e Comarca, matriculado sob nº 17.860, Livro 2, situado do lado ímpar da rua Caçador, distando, pelo lado direito (ponto de PP), 83,03 metros da esquina formada com o lado par da Rua Seara, nesta cidade e Comarca, com área de 1.350,59m² (hum mil, trezentos e cinquenta metros e cinquenta e nove décimos quadrados), sem edificações, com seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel – ponto de referência) segue pela frente confrontando com o lado ímpar da Rua Caçador em 21,00 metros, até o ponto 01; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com ângulo interno de 90°0'37” confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 7.701, Livro 2, de propriedade de Saulo Finco em 64,13 metros, até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à esquerda com o ângulo interno de 90°0'0” confrontando com o lote nº 33 (Área Verde), matriculada sob o nº 17.859, Livro 2, de propriedade de Francisco José Maestri em 21,00 metros, até o ponto 03; deste segue pelo lado direito defletindo à esquerda com o ângulo interno de 90°0'0” confrontando com o lote nº 33 (Área Verde), matriculado sob o nº 17.859, Livro 2, de propriedade de Francisco José Maestri em 64,13 metros, até o ponto PP; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 89°59'23” com o início desta descrição, perfazendo o perímetro um total de 170,26 metros; devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.05.002.2376.001.

Neste imóvel, fica noticiada a existência de restrições urbanísticas sobre o imóvel objeto da presente matrícula, para fins residenciais, no qual somente poderão ser edificadas construções em alvenaria com a área mínima de 70,00 m², sendo proibido as do tipo madeira, meia água e de cobertura com telha de cimento amianto;

XVIII – O terreno urbano, designado sob o área 05, situado do lado par da rua Petúnia, distando pelo lado esquerdo (ponto PP) 314,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Bahia, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 21.556, livro 2, com área remanescente de 4.383,24 m² (quatro mil trezentos e oitenta e três metros e vinte e quatro décimos quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência), segue pela frente, confrontando com o lado par da rua Petúnia em 29,01 metros, até o ponto 01; deste segue pelo lado direito, defletindo à direita, com ângulo interno de 88°13'27” em 150,25 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 19.989, Livro 2, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP, até o ponto 02; deste segue pelos fundos, defletindo à direita, com ângulo interno de 95°17'18” em 29,12 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 13.385, Livro 2, de propriedade de Marcelo Schuster, até o ponto 03; deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à direita, com ângulo interno de 84°42'42” em 152,03 metros confrontando com o imóvel matriculado

sob o nº 17.878, Livro 2, de propriedade de Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda, até o ponto de partida PP; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de $91^{\circ}46'33''$, perfazendo o perímetro em 360,41 metros, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº 01.09.001.0085.001;

Neste imóvel, consta que, em virtude dele ser cortado por um ribeirão, estão incluídos 1.843,79m² de Preservação Permanente, em conformidade com a Lei nº12.651/2012, compreendida numa faixa de terras com 30,00 metros de largura do ribeirão, situada ao longo das margens do ribeirão, estremando pela frente em 29,40 metros com o imóvel objeto da presente Matrícula, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP; fundos, em 32,55 metros com o imóvel objeto da presente Matrícula, de propriedade de Construtora Ltda EPP; lado direito em 69,45 metros com o imóvel matriculado sob o nº 19.989, Livro 2, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP; e, lado esquerdo, em 61,32 metros com o imóvel matriculado sob o nº 17.878, Livro 2, de propriedade de Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda.

Neste imóvel, fica gravada a constituição da Área de Compensação Ambiental, com a área total de 1.213,00m² (hum mil, duzentos e treze metros quadrados), situada nos fundos do imóvel, distando pelo lado esquerdo 104,71 metros do ponto PP, situado do lado par da Rua Petúnia, e deste, dista pelo lado esquerdo, 314,40 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Bahia, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto A, seguindo pela frente com ângulo interno de $83^{\circ}35'45''$ em 32,55 metros com a área de preservação permanente no imóvel objeto da presente Matrícula de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP até o ponto B; deste segue à direita pelo lado direito, com ângulo interno de $127^{\circ}20'13''$ em 31,87 metros com o imóvel matriculado sob o nº 19.989, Livro 2, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP até o ponto 02; deste segue à direita, pelos fundos, com ângulo interno de $95^{\circ}17'18''$ em 29,12 metros com o imóvel matriculado sob o nº 13.385, livro 2, de propriedade de Marcelo Schuster até o ponto 03; deste segue a direita pelo lado esquerdo, com ângulo interno de $84^{\circ}42'42''$ em 47,32 metros com o imóvel matriculado sob o nº 17.878, livro 2, de propriedade de Centro de Educação Cantinho Feliz Ltda. até o ponto A, início desta descrição, perfazendo o perímetro de 140,86 metros. A área ora descrita, fica gravada como de utilização limitada, não podendo ser feito na referida área qualquer tipo de exploração sem a autorização do IBAMA ou da FATMA – Fundação do Meio Ambiente. Extensiva a herdeiros e sucessores.

XIX – O terreno urbano, designado sob área nº 05, situado do lado par da rua Petúnia, distando pelo lado esquerdo (ponto PP), 343,41 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Bahia, nesta cidade e Comarca, matriculado sob o nº 21.764, livro 2, com área remanescente de 4.182,97 m² (quatro mil, cento e oitenta e dois metros e noventa e sete decímetros quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (situado na interseção da frente com o lado esquerdo do imóvel – ponto de referência), segue pela frente confrontando com o lado par da rua Petúnia em 28,01 metros, até o ponto 01; deste segue pelo lado direito defletindo à direita com ângulo interno de $88^{\circ}13'27''$ em 148,52 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 14.983, Livro 2, de propriedade de Irma Bonotto, até o ponto 02; deste segue pelos fundos defletindo à direita com ângulo interno $95^{\circ}17'18''$ em 28,12 metros, sendo em 11,52 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 7.280, Livro 2, de propriedade de Marcelo Schuster, e em 16,60 metros com o imóvel matriculado sob o nº 13.385, Livro 2, de propriedade de Marcelo Schuster até o ponto 03; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à direita com ângulo interno de $84^{\circ}42'42''$ em 150,25 metros confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 19.669, Livro 2, de propriedade de Construtora Fornace Ltda EPP, até o ponto de partida PP, deste segue defletindo à direita com ângulo interno de $91^{\circ}46'33''$ com início desta descrição, perfazendo o perímetro em 354,90 metros, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: nº 01.09.001.0090.001.

Neste imóvel, fica reservada a Área de Preservação Permanente, compreendida numa faixa de terras com 30,00 metros de largura, situada ao longo das margens do ribeirão, abrangendo uma área de 2.037,39m².

XX – O terreno urbano, designado sob ÁREA PÚBLICA, do loteamento denominado “LOTEAMENTO RESIDENCIAL JARDIM BOTÂNICO”, Matriculado sob o nº 21.379, Livro 2, situado do lado par da rua “A”, esquina formada com o lado par da Rodovia Estadual SC-417, nesta cidade e Comarca, com área de 2.469,24m² (dois mil, quatrocentos e sessenta e nove metros e vinte e quatro decímetros quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (localizado no início da curva de transição do lado par da Rodovia Estadual SC-417, com o lado par da rua “A”), segue pela frente na curva de transição defletindo à direita com o ângulo central de $75^{\circ}40'58''$ confrontando com o lado par da rua “A” em 7,92 metros, até o ponto 1; deste segue confrontando com o lado par da rua “A” em 19,53 metros, até o ponto 2, deste segue defletindo à esquerda com ângulo central de $45^{\circ}14'35''$ confrontando com o lado par da rua “A” em 44,53 metros, até o ponto 3; deste segue confrontando com o lado par da rua “A” em 0,43 metros, até o ponto 4; deste segue defletindo à direita com ângulo interno de 90° pelo lado direito em 63,12 metros, até o ponto 5, sendo em 18,12 metros com o lote nº 01, matriculado sob o nº 21.322, Livro 2, de propriedade de RH Empreendimentos Ltda, em 15,00 metros com o lote nº 02, matriculado sob o nº 21.323, livro 2, de propriedade de RH Empreendimentos Ltda, em 15,00 metros com o lote nº 03, matriculado sob o nº 21.324, Livro 2, de propriedade de RH Empreendimentos Ltda, em 15,00 metros com o lote nº 04, matriculado sob o nº 21.325, Livro 2, de propriedade de RH Empreendimentos Ltda; deste segue pelos fundos defletindo à direita com o ângulo interno de 90° confrontando com o lote nº 05, matriculado sob o nº 21.236, Livro 2, de propriedade de RH Empreendimentos Ltda, em 16,48 metros, até o ponto 6; deste segue defletindo à direita com o ângulo interno de $87^{\circ}51'24''$ confrontando com a Área Verde, matriculada sob o nº 21.380, Livro 2, de propriedade do Município de Timbó em 6,31 metros, até o ponto 7; deste segue pelo lado esquerdo defletindo à esquerda com o ângulo interno de $210^{\circ}00'01''$ confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 17.007, Livro 2, de Propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó em 100,00 metros, até o ponto 8, deste segue defletindo à direita em ângulo interno de 90° confrontando com o lado par Rodovia Estadual SC -417 em 2,69 metros, até o ponto PP, início desta descrição; perfazendo o perímetro um total de 261,01 metros, devidamente cadastrado na Prefeitura Municipal local sob o nº: nº 01.02.014.0958.

Neste imóvel, fica reservada uma faixa NON AEDIFICANDI de 160,06m², ao longo da Rodovia Estadual SC-417, com a seguinte descrição: frente, em 15,48 metros com o lado ímpar da rua “A”; lado direito em 12,66 metros com o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade de propriedade de RH Empreendimentos Ltda; fundos, em 15,00 metros com imóvel matriculado sob o nº 17.007, livro 2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó; e, lado esquerdo em 8,68 metros com o imóvel objeto da presente matrícula, de propriedade de RH Empreendimentos Ltda.

XXI – O terreno urbano, designado sob o lote nº 05, do desmembramento denominado “Prefeitura Municipal de Timbó”, matriculada sob o nº 21.283, Livro 2, situado na testada da avenida Tancredo Neves, distando pelo lado direito (ponto PP) 370,77 metros da esquina formada com o lado ímpar da rua Fritz Lorenz, nesta cidade e comarca, com área de 28.948,29m² (vinte e oito mil, novecentos e quarenta e oito metros e vinte e nove decímetros quadrados), sem edificações, com a seguinte descrição perimetral: iniciando no ponto PP (localizado na interseção da frente com o lado direito do imóvel – ponto de referência), segue pela frente, em 590,34 metros, sendo em 20,36 metros,

confrontando com a testada da avenida Tancredo Neves e em 569,98 metros, confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 17.355, Livro 2, de propriedade de Fundipresss Fundação sob Pressão Ltda. até o ponto P1; deste segue pelo lado esquerdo, defletindo à esquerda, com ângulo interno de 57°01'07" em 59,61 metros, confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 16.597, Livro 2, do Registro de imóveis da Comarca de Indaial, deste Estado, de propriedade de Ademir Haffemann, até o ponto P2; deste segue pelos fundos, defletindo à esquerda, com ângulo interno de 122°58'53" em 567,49 metros, confrontando com o imóvel matriculado sob o nº 6.597, Livro 2, de propriedade de Knoch – Agro Pecuária Ltda, até o ponto P3; deste segue pelo lado direito, defletindo à esquerda, com ângulo interno de 79°09'00" em 50,91 metros, confrontando com o lote nº 04, matriculado sob o nº 21.282, Livro 2, de propriedade da Prefeitura Municipal de Timbó, até o ponto PP; deste segue defletindo à esquerda com ângulo interno de 100°51'00" até o início desta descrição, perfazendo o perímetro de 1.268,35 metros, devidamente cadastrada na Prefeitura Municipal local sob o nº: nº 01.10.005.1292.001.

Art. 2º O Chefe do Poder Executivo Municipal, fica autorizado a alienar, através do processo regular de licitação na modalidade de concorrência ou leilão, os bens imóveis descritos no artigo 1º desta lei, por serem considerados inservíveis ou inconveniente sua manutenção no patrimônio público municipal, respeitadas as formalidades da lei.

§1º O valor mínimo para alienação será o valor definido por comissão de avaliação, regularmente designada pelo chefe do poder executivo, consubstanciada em parecer técnico.

§2º O resultado da arrecadação da alienação dos bens será utilizado para implantação de infraestrutura e pavimentação de vias públicas através do sistema de mutirão.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de novembro de 2019, 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó - SC

PORTARIA NO 1668, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220299

PORTARIA No 1668, DE 01 DE OUTUBRO DE 2019

Designa membros para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições conferidas pelo art.50, c/c art.70, Inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de abril de 1990, e tendo em vista o que dispõe os arts.67, 69 e 73, I, da Lei Federal no 8.666/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR, para compor a Comissão de Fiscalização e Acompanhamento de Obras das seguintes Secretarias: Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços; Secretaria Municipal da Fazenda e Administração; Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Agrícolas, e, Fundação Municipal de Esportes, os seguintes Servidores:

- a) EDSON JOSÉ PEDRON – Arquiteto;
- b) LEONARDO KLINGENFUS ANTUNES – Engenheiro Eletricista;
- c) UILSON RIES – Engenheiro Civil;

§ 1º Designar em substituição, Rodrigo Becker-Supervisor da Divisão de Urbanismo, em caso de ausência de algum dos titulares.

§ 2º RATIFICAR todos os atos pelos servidores designados, praticados a contar de 01 de junho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de outubro de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.
JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1699, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220311

PORTARIA No 1699, DE 16 DE OUTUBRO DE 2019

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal ocupante de cargo em comissão, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.70, Inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e pelo art.50, inciso II da Lei Complementar nº 01, de 22 de outubro de 1993, alterada pela Lei Complementar nº 139, de 02/07/98,

RESOLVE:

Art.1º Conceder exoneração ao Servidor Público Municipal abaixo relacionado, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

NOME	CARGO EM COMISSÃO / SÍMBOLO	PORT.DE NOMEAÇÃO
Airton Dalpiaz	Coordenador de Serviços Administrativos-Nível I / CC-6	Nº 1484, de 08/07/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 16 de outubro de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1704, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220319

PORTARIA No 1704, DE 21 DE OUTUBRO DE 2019

Altera descrição da Função Gratificada de Servidora Pública Municipal lotada na Administração Direta, a contar de 1º de outubro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a descrição da Função Gratificada da Servidora abaixo relacionada, designada pela Portaria nº 1321 de 02 de maio do corrente, a contar de 1º de outubro do corrente:

ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
NOME	SÍMBOLO	%	FUNÇÃO GRATIFICADA
Marciana Teresa Berri	Coordenação e Gerenciamento dos Fluxos dos Processos Gerenciais junto à SEMFA e SEPLAN

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 21 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1705, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220321

PORTARIA No 1705, DE 22 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza Servidor Público Municipal, lotado na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica o Servidor Público Municipal abaixo identificado, autorizado a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO	Nº CNH / CATEGORIA
Savi Gramkow	Técnico em Agropecuária	01398644900 / AB

Art. 2º Fica o servidor desde já cientificado que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 22 de outubro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA NO 1710, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220330

PORTARIA No 1710, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Autoriza Servidora Pública Municipal, lotada na Administração Direta, a conduzir veículo oficial, em serviço, a contar desta data.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos I e X, combinado com o art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base na Lei nº 1931, de 27 de maio de 1997, e

Considerando que a Lei 9.503/97 que estatuiu o Código de Trânsito Brasileiro estabelece em seu artigo 257, §3º, que ao condutor caberá a responsabilidade pelas infrações decorrentes de atos praticados na direção do veículo;

Considerando que por força do Pré-Julgado nº 1.216 da lavra do Auditor Evângelo Spyros Diamantaras, onde, em seu teor assenta que "A responsabilidade pelo pagamento das multas de trânsito cabe a quem as cometeu, ou seja, ao motorista, se a infração for inerente à condução do veículo, ou ao responsável pela manutenção e pagamento de taxas, se este deixar de fazê-lo.", Resolve:

AUTORIZAR A CONDUÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL NOS TERMOS QUE SE IMPÕE:

Art. 1º Fica a Servidora Pública Municipal abaixo identificada, autorizada a conduzir veículo oficial de propriedade deste Município, quando no exercício de suas funções necessitar deslocamento e não haja motorista oficial disponível, a contar desta data:

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO		
NOME	CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO	Nº CNH / CATEGORIA
Maraiza Wuerz	Auxiliar de Serviços Administrativos	06500837400 / AB

Art. 2º Fica a servidora desde já cientificada que durante o período em que estiver de posse do veículo, é responsável não só por sua conservação, nos termos do artigo 117, inciso VII da LC 01/93, como também por todo ato que venha a executar com o veículo na via pública, respondendo diretamente pelo adimplemento de toda e qualquer despesa que, pela incorreta utilização do veículo, venha ocasionar à administração e/ou terceiros, em especial as penalidades por infrações de trânsito.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de outubro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1709, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220325

PORTARIA Nº 1709, DE 29 DE OUTUBRO DE 2019

Nomeia Servidora para exercer cargo em comissão na Administração Direta, a contar de 01 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, I e X, combinado com o art. 70, II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, e com base no art. 11, II e §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93; Lei Complementar nº 196 de 29/12/2000 e alterações,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a Servidora abaixo relacionada, a contar de 01 de novembro do corrente:

GABINETE DO PREFEITO

NOME	CARGO EM COMISSÃO/SÍMBOLO	REFERÊNCIA SALARIAL
Paula Ribeiro Leitão	Assessor de Imprensa e Comunicação Digital/ CC-4	52

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2.128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 29 de outubro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1714, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220334

PORTARIA Nº 1714, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019

Designa a Servidora Pública Municipal Marcia Witthoeft Mellies, para ocupar, em substituição, o Servidor Alfroh Postai, no cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação, no período de 01 a 10 de novembro do corrente.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 50, incisos I e X, e 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1990, combinado com o disposto nos arts. 44, 45, "caput" e §§ 2º e 3º, e 47 da Lei Complementar nº 01, de 22/10/93,

RESOLVE:

Art.1º DESIGNAR a Servidora Marcia Witthoeft Mellies, ocupante do cargo de provimento em comissão de Diretor de Departamento de Ensino / CC-2, para ocupar em substituição o Servidor Alfroh Postai, o cargo em comissão de Secretário Municipal de Educação/DAS-1, no período de 01 a 10 de novembro do corrente, por motivo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de novembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1692, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220303

PORTARIA Nº 1692, DE 04 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 5212, de 29 de maio do corrente (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional), e considerando que:

A prorrogação das contratações temporárias nas formas abaixo definidas é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e em nenhum momento prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ALCIONE MULLER	404134665	0	30/11/2019
AMANDA MARTINS CAMARGO	404134836	0	30/11/2019
ANA PAULA DE OLIVEIRA	40408498	0	30/11/2019
ANA REGINA IASCHOMBEK	576735	1	30/11/2019
ANTONIO CARLOS RICARDO	4041209	10	30/11/2019

BÁRBARA LETÍCIA DIAS NITSCHKE	404134890	0	30/11/2019
BRUNA POLIANA LAZZAROTTO DE ALCANTARA	40408435	2	30/11/2019
BRUNA VIDAL FIGUEIREDO	404135053	0	30/11/2019
CAMILA HILTRUDES NAU	40408507	1	30/11/2019
CARLA CASTRO BARBOSA	404134898	0	30/11/2019
CHARLES DE OLIVEIRA	404134713	0	30/11/2019
DANIELE GUTZ	40408518	2	30/11/2019
DANIELLE MORENO PARREIRA	40408489	0	30/11/2019
EDUARDO ANASTASIO	404134911	0	30/11/2019
EVELYN BARBOSA	404134835	0	30/11/2019
EVERTON JOACIR RIBEIRO	258814	3	30/11/2019
FABIANA DE FATIMA SANTOS	4041338	2	30/11/2019
FERNANDA LOSEKANN	40408569	0	01/11/2019
FLAVIA DE ABREU LOURENÇO	404134837	0	30/11/2019
GISELI ALVES FAVELA	404134567	0	30/11/2019
GUILHERME AUGUSTO TOMASELLI	4040876	4	30/11/2019
JANAINA DE FATIMA DA CRUZ G. DE CAMARGO	404134905	0	30/11/2019
JANAINA TAPPARO BRAIER	404134884	0	30/11/2019
JANES OSS EMER	1068652	7	30/11/2019
KATHIA SALETE PICININI BENDOTTI	404134509	2	30/11/2019
LARISSA CARLA PIUNTKOWSKI	40408433	1	30/11/2019
LUCAS PECKER DE AZAMBUJA	404135024	0	30/11/2019
LUIZA SCHULZE	404134474	2	30/11/2019
MAIRA TARTARE BUTKE	4040906	1	30/11/2019
MAISA PRUBE VIEIRA	40408562	0	30/11/2019
MARCELA OBERZINER	404134833	0	30/11/2019
MARE-STELA ZUMACH	404134838	0	30/11/2019
MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	404134754	0	30/11/2019
MARIA EDUARDA MENESTRINA VIEIRA NEGRI	40408455	1	30/11/2019
MARIA ISABEL SCHUTZ	404134983	1	30/11/2019
MARJORIE MERGEN	404135011	0	30/11/2019
PAMELA REGINA MARTINELLI MARCHI	4040946	2	30/11/2019
PRICYLLA HAGEMANN	40408490	1	30/11/2019
PRISCILA TUANE BATISTA	404134561	0	30/11/2019
QUEREN HAPUQUE GOMES SILVA	365378	4	30/11/2019
ROSA MARIA FERREIRA DA SILVA	40408559	0	30/11/2019
ROSELI APARECIDA MONTEIRO DA SILVA	251151	6	30/11/2019
SUZANA BEDIN DE SOUZA	204030	2	30/11/2019
TATIANE SCHUHLI	404134834	0	30/11/2019
VALDIR MANFRINI	40408422	1	30/11/2019
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
CARINA RENATA DAL CORTIVO DUARTE	345830	4	30/11/2019
IVONETE APARECIDA RODRIGUES GONÇALVES	404135039	0	30/11/2019
MARCIA KLITZKE	404135062	0	30/11/2019
PATRICIA FAES	212032	5	30/11/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 04 de outubro de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.
 JORGE AUGUSTO KRÜGER
 Prefeito de Timbó/SC

PORTARIA Nº 1695, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

Publicação Nº 2220307

PORTARIA Nº 1695, DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

Altera a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Administração Direta.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 70, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município, e Lei nº 2045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 5212, de 29 de maio do corrente (que diante dos números obtidos nos concursos e processos seletivos em trâmite declarou situação de emergência para contratação temporária em caráter excepcional), e considerando que:

A prorrogação das contratações temporárias nas formas abaixo definidas é a medida que se impõe, o que encontra previsão nos dispositivos normativos pertinentes (Lei nº 2045/98 e outros) e em nenhum momento prejudica a assunção dos profissionais aprovados nos concursos e processos seletivos, pois poderão ser convocados em até 2 anos (prorrogável por igual período), o que encontra previsão no art. 37, III da CF e art. 15 da LC nº. 01/93, edital e outros,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLAS			
NOME	CÓDIGO FUNC.	CONTRATO	ALTERAR PARA
ARTUR HAHNEBACH	404135060	0	02/12/2019
CARLOS ALEXANDRE STOLF	297496	4	02/12/2019
EDENIR JANIR DALCASTAGNE	404134605	1	02/12/2019
EDILSON FERNANDES	404135058	0	02/12/2019
ELIRIO STOLF	55557	8	02/12/2019
JANICE APARECIDA LIMA DA COSTA	404134918	1	02/12/2019
MARCOS RODRIGO KLUG	404135064	0	02/12/2019
MARLON FERNANDES DE LIMA	404134608	1	02/12/2019
ORIVAL TANCON	80047	7	02/12/2019

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 09 de outubro de 2019; 149º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER

Prefeito de Timbó/SC

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ**PORTARIA N. SAMAE 290 - INSTAURA SINDICÂNCIA - 09.2019**

Publicação Nº 2219308

PORTARIA N. SAMAE- 290 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Instaura Sindicância Administrativa nº 09/2019, para apurar fatos relatados no Ofício n. 034/2019 concernentes a supostos danos materiais sofridos pela Sra. Selma Zarling.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, inciso V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar n. 01/1993 alterada pela Lei Complementar n. 139/1998;

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 09/2019, para apurar fatos relatados através do Ofício SAMAE n. 034/2019 em razão do requerimento interposto pela Sra. Selma Zarling, que relata ter sofrido danos materiais decorrentes de obra executada pelo SAMAE na rua Diamantina, Timbó-SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Novembro de 2019; 150º ano de Fundação; 85º ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER

Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 291 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219310

PORTARIA N. SAMAE- 291 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Instaura Sindicância Administrativa nº 10/2019, para apurar fatos relatados no Ofício n. 035/2019 concernentes a supostos danos materiais sofridos pelo Sr. Janfer Kruczkiewicz.

O Diretor Presidente do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, inciso V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, com fundamento nos artigos 134 e 135 da Lei Complementar n. 01/1993 alterada pela Lei Complementar n. 139/1998;

RESOLVE:

Art.1º Determinar a instauração de Sindicância Administrativa nº 10/2019, para apurar fatos relatados através do Ofício SAMAE n. 035/2019 em razão do requerimento interposto pelo Sr. Janfer Kruczkiewicz, que relata ter sofrido danos materiais decorrentes de obra executada pelo SAMAE na rua Blumenau, Timbó-SC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 05 de Novembro de 2019; 150o ano de Fundação; 85o ano de Emancipação Política.

WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente

Três Barras

PREFEITURA

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 113/2019.

Publicação Nº 2219935

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 113/2019.
EDITAL CONCORRENCIA Nº. 02/2019.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 13 de dezembro de 2019, a Documentação e Propostas para contratação de empresa para execução de PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA em conformidade com as disposições contidas na pasta técnica da licitação, conforme segue:

LOTE 01: fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica em ruas do Bairro Zilda Pacheco - total do lote R\$ 1.506.286,86;

LOTE 02: fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica em ruas do Bairro Vila Nova – total do lote R\$ 779.626,74;

LOTE 03: fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica na Rua Augusto Stocloska, Bairro João Paulo II – total do lote R\$ 1.063.010,78;

LOTE 04: fornecimento de materiais e mão de obra para pavimentação asfáltica em ruas do Bairro São Cristóvão – total do lote R\$ 709.815,57;

Recursos Financeiros: FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 15 min. do dia 13 de dezembro de 2019.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone “LICITAÇÕES ABERTAS”.

Três Barras - SC, 05 de novembro de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

Treviso

PREFEITURA

DECRETO Nº 605/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220663

DECRETO Nº 605/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019.

ENCERRA CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO DA EMPREGADA SILVANA INES TASCA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e conforme dispõe o Art. 45, Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, a Lei Municipal nº 804/17 de 09 de Janeiro de 2017 e o Decreto nº 535/19 de 06 de Setembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica encerrado na data 06 de Novembro de 2019, o contrato de trabalho por tempo determinado e, de consequência exonerada a empregada SILVANA INES TASCA das funções do emprego de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS INTERNOS, em virtude do término de contrato por tempo determinado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os efeitos a partir de 04 de Novembro de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISO/SC

Em, 04 de Novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de Novembro de 2019.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Publicação Nº 2220614

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de chamamento Público é a celebração de parceria com a PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DE TREVISO - PROAST, sociedade civil sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 033/97, localizada neste Município, inscrita no CNPJ sob o nº 01.834.678/0001-32, sendo representada neste ato por sua Diretora Executiva Sra. Regiane Burato Comin, por meio da formalização de termo de fomento, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil, conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento. VALOR: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta da dotação orçamentária nº 3.3.50.00.00.00.00.00 0001 – Sec. de Administração, Departamento de Administração e Finanças – Manutenção dos Serviços de Administrativos – Transferência a Instituições Privadas sem fins lucrativos, relativa ao exercício de 2019 e específica para tal finalidade, conforme Lei Municipal nº 927/2019, de 30 de outubro de 2019.

RESUMO: Termo de Fomento com a PROAST.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, "resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada."

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o "bem comum", estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a PROAST, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência.

Nesta ótica a PROAST, desenvolve há mais de 10 (dez) anos, atividades voltadas a serviços de assistência social, estando credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Fomento com a PROAST, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público, com a referida entidade.

Treviso (SC), 05 de novembro de 2019.

JAIMIR COMIN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 372/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219565

PORTARIA Nº 372/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 39/2019, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA AUTO ELÉTRICA TREVISÓ EIRELI.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Trevisó, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 39/2019, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Trevisó e a Empresa Auto Elétrica Trevisó EIRELI, cujo objeto é registro de preço para prestação de serviços elétricos (preventivo e corretivo) Hora/Homem trabalhada, necessários ao completo e perfeito funcionamento das máquinas pesadas e caminhões pertencentes à Secretaria de Viação, Obras e serviços de Trevisó.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Trevisó/SC, 07 de novembro de 2019.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 07 de novembro de 2019.

Treze Tílias

PREFEITURA

ADENDO EDITAL 004/2019 EDUCACAO

Publicação Nº 2220570

ADENDO DE EDITAL Nº 004/2019

A Secretária de Educação do Município de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, Mari Piaia, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e de acordo com o Edital nº 004/2019, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes para rematrícula online e matrículas novas dos alunos do Ensino Fundamental, da Rede Municipal de Educação de Treze Tílias/SC para o ano letivo de 2020.

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, o adendo do item II no § 1º. do Art. 3º. do referido edital, que passa a ter a seguinte redação:

II – Para que no ano letivo de 2020 não exceda o limite máximo de alunos por turma, previsto neste edital, serão reservadas TRÊS vagas, em cada turma de 1º e de 9º anos, no período matutino, para estudantes remanescentes que necessitem de matrícula durante o ano letivo de 2020 e que, no ato da matrícula, estejam residindo no interior do município e precisem fazer uso do transporte escolar.

Treze Tílias/SC, 08 de novembro de 2019.

MARI PIAIA

Secretária de Educação de Treze Tílias

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 001/2017/ DECRETO Nº 2.346/2017

Publicação Nº 2219206

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 101/2019

EDITAL Nº 001/2017 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017

DECRETO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 2.346/2017 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.346/2017 de 22 de dezembro de 2017, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø AGENTE ADMINISTRATIVO

CAIO MATHEUS GUIDIO

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 5 deste Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

- a) De forma espontânea e em caráter irrevogável a sua renúncia ou desistência a vaga em questão ou,
- b) Conforme o Item 15.6 do Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017 (Retificação anexa ao Edital), requerer a sua recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Também será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados conforme o item 15.6 (Retificação anexa ao Edital) o candidato classificado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital e que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de ser recolocado para o final da fila conforme item b do Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;

- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Fotocópia da certidão de casamento;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme estabelece o Edital nº 001/2017 de 01 de novembro de 2017, item 3.1.1;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Histórico ou diploma escolar;
- Carteira de motorista – CNH;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- 01 foto 3x4;
- Exames médicos conforme item 3.3, letra “J” do Edital;
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei;
- Declaração de bens e fontes de renda;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 2.2 do Edital 001/2017 de 01 de novembro de 2017, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados (item 3.3, letra J). Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de novembro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.512/2019

Publicação Nº 2219180

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 13/2019
EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019
CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.512/2019 de 04 de outubro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS
RODIVAN THOMAZ DE VARGAS

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;

- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de novembro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.512/2019

Publicação Nº 2219184

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2019

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.512/2019 de 04 de outubro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS
SILVANO SERGIO SULDOVSKI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após

o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;

- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de novembro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.512/2019

Publicação Nº 2219187

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2019

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.512/2019 de 04 de outubro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø OPERADOR DE MÁQUINAS E VEÍCULOS PESADOS
JERSON CIVIDINI

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o “final da fila dos classificados”. No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será “eliminado definitivamente”.

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de “caráter eliminatório” conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta Médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de novembro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.506/2019

Publicação Nº 2219193

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2019

EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.506/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø T.M.N.S EM PSICOLOGIA
CLEDI WIEZOREK ALTENBURGER

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de novembro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 01/2019 - CONCURSO PÚBLICO TREZE TÍLIAS - 01/2019/ DECRETO Nº 2.506/2019

Publicação Nº 2219198

EDITAL DE RECONVOCAÇÃO Nº 01/2019
EDITAL Nº 01/2019 DE 28 DE MAIO DE 2019
(RECONVOCAÇÃO – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 03/2019)

CONVOCA APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER PERMANENTE

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso VII e IX do artigo 66 da Lei Orgânica do Município de Treze Tílias, para efeito do que dispõe o inciso II do art. 13, também da Lei Orgânica Municipal, combinado com o inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e, ainda em conformidade a Lei Complementar nº 038/2011, 039/2011, 040/2011 de 07 de dezembro de 2011, 060/2013 e 019/2007.

CONVOCA:

Art. 1º - O servidor a seguir especificado, aprovado em CONCURSO PÚBLICO, conforme Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019 e respectivo Decreto de Homologação nº 2.506/2019 de 17 de setembro de 2019, para TOMAR POSSE NO SEU RESPECTIVO CARGO.

Ø ORIENTADOR SOCIAL
JAQUELINE HARTMANN COSTA

Art. 2º - O candidato acima descrito tem o prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o protocolo deste, para tomar posse, munido da documentação relacionada no Art. 9.3 e 9.5 do Edital.

Art. 3º - O candidato, caso seja do seu interesse poderá, VIA OFÍCIO, requerer:

a) Conforme o Item 9.6 do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019, requerer a sua renúncia e consequente recolocação para o "final da fila dos classificados". No entanto, este instrumento poderá ser utilizado somente 01 (uma) vez. Caso o candidato seja novamente convocado (agora pela 2ª vez), e observando a respectiva lista de classificação, está ciente que deverá assumir a vaga ou será "eliminado definitivamente".

Art. 4º - Será eliminado definitivamente, em caráter irrevogável e sem a possibilidade de recolocação no final da fila dos classificados o candidato classificado e convocado que:

- Não se apresentar e/ou retornar a esta Prefeitura com a documentação abaixo especificada no período de 15 (quinze) dias corridos após o protocolo deste Edital ou que não tenha formalizado via Ofício neste período a sua intenção de renúncia a fim de ser recolocado para o final da fila conforme Art.3º deste Edital;
- Não for localizado no endereço, telefone ou no e-mail indicado pelo próprio candidato, visto que o mesmo tem a obrigação de manter atualizado os seus dados;
- Apresentar documentação incompleta ou em desacordo com as exigências do Edital;

Art. 5º - Para a posse o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia da identidade;
- Fotocópia do título eleitoral e comprovante de votação do último pleito eleitoral;
- Fotocópia da certidão de nascimento ou casamento;
- Fotocópia da certidão de nascimento (somente dos filhos menores de 18 anos);
- Carteira de motorista – CNH;
- Carteira de trabalho (deverá constar o nº do PIS);
- Fotocópia carteira de reservista (sexo masculino);
- 01 foto 3x4;
- Histórico ou diploma escolar;
- Estar habilitado profissionalmente, conforme requisitos mínimos do cargo (Escolaridade/Formação) estabelecidos no Anexo I do Edital nº 01/2019 de 28 de maio de 2019;
- Quando se tratar de profissão regulamentada, apresentar registro de inscrição no respectivo órgão fiscalizador;
- Anexar os títulos profissionais (caso tenha encaminhado para pontuação);
- Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo Fórum do domicílio do candidato;
- Declaração de não ter sofrido penalidade disciplinar e que não foi demitido em função pública, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de que não está cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração negativa de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em lei, com firma reconhecida em cartório;
- Declaração de bens e fontes de renda, com firma reconhecida em cartório;
- Exames médicos conforme item 9.3 do Edital;

Art. 6º - Os exames médicos são de "caráter eliminatório" conforme item 9.4 do Edital 01/2019 de 28 de maio de 2019, sendo excluídos do Concurso Público o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do serviço público, conforme parecer da Junta médica, sendo inclusive de total responsabilidade do candidato a apresentação e os custos dos exames solicitados no item 9.3. Salientamos ainda que os exames apresentados permanecerão arquivados nesta Prefeitura juntamente com os demais documentos apresentados.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,
06 de novembro de 2019.
MAURO DRESCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE RP 06/2019

Publicação Nº 2219220

Página: 1/11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 **Data do Registro:** 07/11/2019 **Válido até:** 07/11/2020

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recapagem Pneu 1000x20 (Borrachudo) (01-01-05730)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	510,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	543,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	551,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	580,0000	4
2	Recapagem Pneu 1000x20 (Liso) (01-01-05731)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	494,0000	1
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	522,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	534,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	550,0000	4
3	Recapagem Pneu 750x16 (Borrachudo) (01-01-05732)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	355,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	360,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	390,0000	3
4	Recapagem Pneu 215/75 R17,5 (Borrachudo) (01-01-05734)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	370,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	373,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	390,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 2/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 07/11/2019 Válido até: 07/11/2020
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
5	Recapagem Pneu 185/14 (Borrachudo) (01-01-05735)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	180,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	183,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	200,0000	3
6	Recapagem Pneu 185/65 R14 (Liso) (01-01-06812)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	180,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	190,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	200,0000	3
7	Recapagem Pneu 900x20 (Borrachudo) (01-01-06813)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	495,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	499,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	530,0000	3
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	550,0000	4
8	Recauchutagem Pneu 1400x24 (01-01-05736)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	1.200,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	1.255,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	1.270,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	1.300,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 3/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 07/11/2019		Válido até: 07/11/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Recauchutagem Preu 12,5 - 80x18 (01-01-06161)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	830,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	850,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	880,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	890,0000	4
10	Recauchutagem Preu 19,5x24 (01-01-06160)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	1.900,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	1.945,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	1.975,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	2.000,0000	4
11	Recauchutagem Preu 18,4x30 (01-01-05742)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	1.680,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	1.685,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	1.700,0000	3
12	Recauchutagem Preu 17,5x25 (01-01-05743)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	1.900,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	1.940,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	1.950,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 4/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 07/11/2019 Válido até: 07/11/2020

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Recauchutagem Preu 12,4x24 (01-01-06541)		F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	2.000,0000	4
		UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUIZ	0	830,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	845,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	860,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	890,0000	4
14	Recauchutagem Preu 700x18 (01-01-06159)						
		UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	315,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	317,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	330,0000	3
15	Recauchutagem Preu 900x16 (Frisado) (01-01-05738)						
		UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	460,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	465,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	490,0000	3
16	Recauchutagem 750x16 (Frisado) (01-01-06815)						
		UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	320,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	325,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	340,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS**

Página: 5/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 07/11/2019 Válido até: 07/11/2020
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Recauchutagem 23.1x28 (01-01-07709)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	2.650,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	2.670,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	2.700,0000	3
18	Recauchutagem Pneu 275/80 R 22,5 (01-01-20598)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	550,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	558,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	575,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	590,0000	4
19	Recauchutagem Pneu 10 x 16,5 (01-01-20599)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	590,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	593,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	599,0000	3
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	630,0000	4
20	Manchão para pneu 900x20 (01-01-06817)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	140,0000	1
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	145,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	145,0000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS**

Página: 6/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 07/11/2019 Válido até: 07/11/2020
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Vulcanização Pneu 1400x24 (01-01-05746)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	375,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	380,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	390,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	400,0000	4
22	Vulcanização Pneu 1000x20 (01-01-05744)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	135,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	140,0000	2
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	145,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	150,0000	4
23	Conserto Pneu Nº 2 (01-01-05748)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	8,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	9,0000	2
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	10,0000	3
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	10,0000	4
24	Conserto Pneu Nº 3 (01-01-05749)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	13,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	14,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS**

Página: 7/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 07/11/2019 Válido até: 07/11/2020
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Conserto Pneu Nº 4 (01-01-05750)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	15,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	15,0000	4
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	18,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	19,0000	2
26	Conserto Pneu Nº 5 (01-01-05751)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	20,0000	3
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	20,0000	4
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	28,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	29,0000	2
27	Conserto Pneu Nº 6 (01-01-05752)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	29,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	30,0000	4
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	38,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	39,0000	2
28		UN	F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	39,0000	3
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	40,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Página: 8/11

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019 Data do Registro: 07/11/2019 Válido até: 07/11/2020
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
28	Conserto Pneu Nº 8 (01-01-05753)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	68,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	69,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	69,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	70,0000	4
29	Conserto Pneu Nº 9 (01-01-05754)	UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	78,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	79,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	79,0000	3
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	80,0000	4
30	Conserto Pneu Nº 10 (01-01-05755)	UN	BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	110,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	115,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	118,0000	3
			GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	120,0000	4
31	Manchão para pneu 1000x20 (01-01-06816)	UN	F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	144,0000	1
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	145,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 07/11/2019		Válido até: 07/11/2020			
Objeto da Compra:		A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
32	Conserto Pneu nº 7 (01-01-06818)		BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	150,0000	3
		UN	GRANDO PNEUS LTDA (10577)	RUZI	0	48,0000	1
			F M PNEUS LTDA (5976)	VIPAL	0	49,0000	2
			F. VACHILESKI & CIA LTDA (3424)	VIPAL	0	49,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 10/11

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 07/11/2019		Válido até: 07/11/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			BORILLI PNEUS LTDA (9996)	VIPAL	0	50,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 11/11

Número do Registro de Preços: 6/2019		Data do Registro: 07/11/2019		Válido até: 07/11/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de recapagem, recauchutagem e vulcanização de pneus para os automóveis e máquinas das diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I do edit							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2019
PROCESSO Nº 81/2019
(3424) - F. VACHILESKI & CIA LTDA
(5976) - F. M. PNEUS LTDA
(9996) - BORILLI PNEUS LTDA
(10577) - GRANDO PNEUS LTDA

Treze Tílias, 7 de Novembro de 2019.

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 116/19

Publicação Nº 2220624

DECRETO 116/19 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2019.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2044 de 11 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 32.526,17 (trinta e dois mil, quinhentos e vinte e seis reais e dezessete centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.01 – Secretaria da Educação e do Esporte

04.01.12.361.0004.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 12.526,17

04.01.12.361.0004.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Superávit financeiro R\$ 12.526,17

Excesso de arrecadação R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de outubro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 117/19

Publicação Nº 2220626

DECRETO 117/19 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO PROGRAMA DE 2019.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 2044 de 11 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 35.809,88 (trinta e cinco mil, oitocentos e nove reais e oitenta e oito centavos), para a seguinte dotação orçamentária:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – Departamento de Atenção Básica

07.01.10.301.0011.1.013-4.4.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 35.809,88

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

Superávit Financeiro R\$ 35.809,88

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 03 de outubro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 125/19

Publicação Nº 2220010

DECRETO 125/19 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019.

RETIFICA O DECRETO 020/19 DE 20 DE MARÇO DE 2019, QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO NÚCLEO GESTOR DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL – NGPT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal 1511 de 18 de Julho de 2007, alterada pela Lei Complementar 1779 de 04 de Julho de 2013 em seu Artigo 3º, item II;

DECRETA:

Art. 1º - RETIFICA o Decreto 020/19 que nomeia os membros titulares e suplentes para compor o Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT, para um mandato até o mês de agosto de 2021, que passa a vigorar assim constituído:

- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO ESTADUAL OU FEDERAL:

Titular: Laudir Schwinder

Suplente: Leonir Claudino Lanznaster

- REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

Titulares: Geziel Balcker, Ilimar Roberto Semmer e Edson Steuck

Suplentes: Wilson Hobus, Wagner Dalpiaz e João Edmundo Floriani

- REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL:

Titular: Luiz Augusto Correa

Suplente: Marlon Klug

- REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS POPULARES:

Titulares: Alberto Conink Filho e Sonia da Veiga Correa

Suplentes: Carlos Marcellos e Glaucia Jaqueline Bodemüller Marcelino

- REPRESENTANTES DE ENTIDADES EMPRESARIAIS:

Titular: Fabio Müller

Suplente: Angela Fachini

- REPRESENTANTES DAS ENTIDADES SINDICAIS:

Titular: Vilmar da Siva e Zulnei Luchtenberg

Suplente: Acacio Vignoli e Ronaldo Kruger

- REPRESENTANTES DAS INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS E DE PESQUISA

Titular: Dyonathan Zeferino

Suplente: Karina Luchtenberg

Art. 2º - Em conformidade com o Regimento Interno do Núcleo Gestor de Planejamento Territorial - NGPT, a mesa diretora fica composta conforme abaixo descrita:

GEZIEL BALCKER – Presidente

ALBERTO CONINK FILHO – Vice-Presidente

EDSON STEUCK - Secretário

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

EDITAL 014/2019

Publicação Nº 2220629

O Município de TROMBUDO CENTRAL, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO n.º 14/2019, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário, conforme dispõe o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município e demais legislações relacionadas e de acordo com as disposições deste Edital. Dos Cargos: Professor de Educação Infantil; Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais; Professor de Matemática; Professor de Ciências; Professor de História; Professor de Geografia; Professor de Inglês; Professor de Educação Física; Professor de Artes; Professor de Língua Portuguesa; Pedagogo (Programa de Leitura e Matemática); Auxiliar de Sala; Merendeira / Faxineira. Das inscrições: As inscrições serão realizadas de 12 a 26 de novembro de 2019 exclusivamente via internet, através do sítio eletrônico www.nbsprovas.com.br. Das provas: As provas serão aplicadas no dia 08 de dezembro de 2019 (prova escrita). O Edital e maiores informações poderão ser obtidos no Município de Trombudo Central (SC), no site www.trombudocentral.sc.gov.br, bem como no site da empresa organizadora www.nbsprovas.com.br. Trombudo Central (SC), 08 de novembro de 2019. Sra. GEOVANA GESSNER. Prefeita Municipal.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 14/2019

O Município de TROMBUDO CENTRAL, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pela Prefeita Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público que estão abertas as inscrições ao PROCESSO SELETIVO, destinado ao provimento de vagas em caráter temporário, conforme dispõe o Art. 37, Inciso IX da Constituição Federal de 1988, Lei Orgânica do Município e demais legislações relacionadas, tudo conforme os seguintes termos:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo será realizado sob a responsabilidade da empresa NBS PROVAS, localizada na Rua Timbó, 301 - Sala 54, Bairro Victor Konder em Blumenau/SC, endereço eletrônico <http://www.nbsprovas.com.br> e e-mail: nbs@nbsprovas.com.br, sob a supervisão da Comissão de Fiscalização e da Comissão Examinadora, do referido Processo Seletivo.

1.2. O Processo Seletivo terá caráter classificatório e envolverá prova escrita objetiva e prova de análise de títulos, diferenciadas por cargo.

1.3. Os cargos, escolaridade/habilitação exigida, número de vagas, número de vagas para portadores de necessidades especiais, carga horária semanal, vencimento mensal e tipo de prova aplicada, seguem dispostos nos quadros abaixo:

1. 1.1. 1.2. 1.3. 1.3.1. Cargos de Nível Superior:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
01	Professor de Educação Infantil	1. Habilitado: Licenciatura em Pedagogia em Educação Infantil. 2. Não Habilitado: Cursando Pedagogia a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso.	CR	-	40h	3.214,10	O, T
02	Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais	1. Habilitado: Licenciatura em Pedagogia em Anos Iniciais. 2. Não Habilitado: Cursando Pedagogia a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso.	CR	-	40h	3.214,10	O, T
03	Professor de Matemática	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	20h	1.607,05	O, T
04	Professor de Ciências	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	20h	1.607,05	O, T
05	Professor de História	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	20h	1.607,05	O, T
06	Professor de Geografia	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	20h	1.607,05	O, T

07	Professor de Inglês	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	20h	1.607,05	O, T
08	Professor de Educação Física	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	40h	3.214,10	O, T
09	Professor de Artes	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	40h	3.214,10	O, T
10	Professor de Língua Portuguesa	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	40h	3.214,10	O, T
11	Pedagogo (Programa de Leitura e Matemática)	1. Habilitado: Licenciatura específica da área. 2. Não Habilitado: Cursando Licenciatura específica da área a partir da 1ª fase ou Ensino Médio Magistério Concluso ou Licenciatura completa em outra área.	CR	-	40h	3.214,10	O, T

1.3.2. Cargos de Nível Médio:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
12	Auxiliar de Sala	Ensino Médio Completo.	CR	-	30h	1.217,16	O

1.

1.1. 1.2. 1.3. 1.3.1. 1.3.2. 1.3.3. 1.3.4. 1.3.5. 1.3.6.

1.3.3. Cargos de Nível Fundamental:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação Exigida	Vagas	Vagas PNE	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova
13	Merendeira / Faxineira	Ensino Fundamental Incompleto	CR	-	30h	1.106,54	O

1.3.4. Legendas Utilizadas:

- Tipo de Prova "O": Aplicação de Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório.
- Tipo de Prova "T": Aplicação de Prova de Análise de Títulos, de caráter classificatório.
- Vagas PNE: Vagas Reservadas a Portadores de Necessidades Especiais (vide Item 9 do Edital).
- CR: Cadastro Reserva.

1.3.5. Em relação aos cargos do Magistério, a remuneração constante nos itens anteriores se refere à maior carga horária informada. Em caso de contratação com carga horária inferior, a remuneração será proporcional à carga horária contratada.

1.3.6. O resultado deste Processo Seletivo irá gerar duas listas distintas, sendo a primeira e principal destinada ao Ano Letivo de 2020, compreendendo todos os cargos e uma lista distinta para utilização para contratação durante o período de férias do magistério municipal, constante unicamente pelo cargo de Professor de Educação Infantil (cargo 01), dos candidatos que venham a optar por também figurar nesta lista, no momento de sua inscrição para o cargo, conforme termos e detalhes estabelecidos nos itens 3.4.2 a 3.4.5 do Edital.

1. 1.1. 1.2. 1.2.1. 1.2.2. 1.2.3. 1.2.4. 1.2.5. 1.2.6. 1.3. Consideram-se como comprovação, para fins de habilitação aos cargos do Item 1.3.1: 1.3. 1.3.1. HABILITADO: Apresentação de Diploma ou Certificado em papel timbrado da instituição, contendo assinatura e identificação do responsável e a respectiva carga horária, que ateste a conclusão do curso. A apresentação de Certidão de Conclusão de Curso / Declaração de Conclusão de Curso devem ser emitidas em papel timbrado da instituição de ensino e acompanhadas do histórico escolar. Não serão aceitos históricos sem certidões/declaração, atas ou afins.

1.3.2. NÃO HABILITADO: Apresentação do comprovante de frequência emitido pela instituição de ensino superior, relativo ao último

semestre/fase cursado em 2019, relativo a curso da área de inscrição do candidato.

1.3.3. O candidato que vier a concluir sua graduação após o término do período de inscrição ou ainda não conseguir comprovar sua habilitação por um dos meios previstos no item 1.4.1, deverá se inscrever como "não habilitado", sob pena de indeferimento de sua inscrição.

1.3.4. Para fins de ordem de contratação dos Profissionais do Magistério (Item 1.3.1 do Edital), primeiro será utilizada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

1.1.1. 1.2. 1.3. 1.4. 1.5. As atribuições e funções inerentes a cada cargo estão detalhadas no ANEXO VI.

1.6. Os candidatos aprovados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

1.7. Os valores para inscrição no Processo Seletivo nº 14/2019, obedecerão aos seguintes parâmetros:

· R\$ 50,00 (cinquenta reais) para os cargos de Professor.

· R\$ 30,00 (trinta reais) para os demais cargos.

2. DA DIVULGAÇÃO

2.2. 2.4. A divulgação oficial do Edital de Abertura do Processo Seletivo nº 14/2019, em forma de extrato ou na íntegra, será efetuada através de publicação nos seguintes locais: nos murais da sede da Prefeitura Municipal, no Diário Oficial dos Municípios - DOM, bem como nos sites www.nbsprovas.com.br e www.trombudocentral.sc.gov.br.

2.5. As demais convocações, avisos e resultados referentes à realização deste Processo Seletivo serão divulgados nos sites www.nbsprovas.com.br e www.trombudocentral.sc.gov.br, sendo de inteira responsabilidade do candidato o seu acompanhamento, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.

2.6. A partir da homologação deste evento, todos os atos inerentes às convocações serão efetuadas sob responsabilidade exclusiva do Município de Trombudo Central, observados os trâmites internos de contratação e legislação pertinente.

3. DA INSCRIÇÃO

3.3.7. Para participar do Processo Seletivo nº 14/2019 o candidato deverá inscrever-se e seguir estritamente as normas deste Edital que declara conhecer e concordar com todos os requisitos necessários a habilitação no cargo, bem como se compromete a acompanhar e tomar conhecimento de quaisquer outros avisos, erratas ou comunicados publicados nos meios definidos no Item 2 deste Edital, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.8. O candidato que se inscrever em cargo para o qual não cumpra os requisitos de habilitação, no momento de sua convocação, independente de seu desempenho nas provas realizadas, estará automaticamente desclassificado, não cabendo direito adquirido, tampouco se vier a obtê-los em prazos posteriores a sua convocação.

3.9. As inscrições serão realizadas somente no período definido no Anexo III.

3.10. As inscrições serão efetuadas pelos seguintes meios:

3.10.7. VIA INTERNET: através do site www.nbsprovas.com.br. Para inscrever-se, o candidato deverá:

3.10.7.1. Acessar o site www.nbsprovas.com.br durante o período de inscrição, descrito no item 3.3 deste edital;

3.10.7.2. Localizar, no site, o "link" correlato ao Processo Seletivo do Município de Trombudo Central;

3.10.7.3. Ler completamente o edital, preencher total e corretamente a ficha, e fazer a opção pelo cargo para o qual pretende concorrer, tendo certeza que cumpre todos os requisitos de habilitação, sob pena de desclassificação;

3.10.7.4. Imprimir o boleto bancário e o comprovante provisório de inscrição;

3.10.7.5. O candidato é responsável pelas informações da ficha de inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros de seu preenchimento. A opção de cargo não poderá ser alterada após a efetivação da inscrição.

3.10.8. Os candidatos ao cargo de Professor de Educação Infantil (Cargo 01), no momento de sua inscrição, deverão optar em figurar ou não na listagem de profissionais para trabalho durante o mês de janeiro de 2020, devendo informar no formulário de inscrição, a sua opção.

3.10.9. O candidato que optar também pelo trabalho durante as férias do magistério, terá contrato fixado unicamente para o período das férias.

3.10.10. O candidato que optar também pelo trabalho durante o período de férias do magistério, será chamado seguindo a ordem estabelecida nesta listagem exclusiva, figurando normalmente na listagem do ano letivo de 2020.

3.10.11. A opção de trabalho ou não para o período de férias do magistério não exclui, nem altera a sua classificação na listagem para o ano letivo de 2020.

3.11. O candidato poderá inscrever-se em até dois dos cargos previstos no presente Processo Seletivo, desde que preencha os requisitos de habilitação para ambos os cargos.

3.11.1. O candidato que se inscrever nos dois cargos anteriormente previstos, receberá uma prova adicional, com as 10 (dez) questões específicas do cargo selecionado, totalizando até 35 (trinta e cinco) questões distintas, sendo consideradas as questões de conhecimentos gerais/atualidades, matemática e língua portuguesa, replicadas para os dois cargos. Apesar de replicadas, o procedimento exige o preenchimento completo de dois cartões resposta (um para cada cargo), sendo computados as respostas aplicadas em cada cartão resposta, mesmo que diversas entre si (apontamento diferente nas questões comuns para os dois cargos). Candidatos que por ventura se inscreverem em cargos de níveis de escolaridade distintos, receberão cadernos de provas completos, devendo responder as questões de conhecimentos gerais de ambos níveis de escolaridade.

3.11.2. O candidato deverá efetuar o pagamento de cada uma das inscrições que realizar, ou seja, inscrevendo-se em dois cargos, deverá pagar as duas taxas de inscrição para confirmar as suas provas.

3.12. O candidato que se inscrever em mais de dois cargos, terá a(s) inscrição(ões) que efetuou o pagamento da taxa confirmada, cancelando a(s) outra(s) inscrição(ões) mais antiga(s). Efetuando o pagamento de mais de duas inscrições, será deferida apenas as duas últimas inscrições.

3.13. Não serão aceitas inscrições por via postal ou fac-símile, nem em caráter condicional.

3.14. Para confirmar a sua inscrição o candidato deverá:

3.14.1. Efetuar o pagamento da inscrição através do boleto bancário, quitando-o em qualquer agência da rede bancária no valor da taxa de inscrição, até a data estabelecida no Anexo III. Para o pagamento da taxa de inscrição deverá ser utilizado o boleto bancário gerado na inscrição, não sendo admitidos depósitos em conta, mesmo que identificados. Atentar ao horário de expediente bancário.

3.14.2. Após realizado o pagamento, não é permitida troca de cargos da inscrição paga, nem transferência do pagamento para uma outra inscrição realizada.

3.15. Será cancelada a inscrição do candidato que:

3.15.1. Não efetuar o pagamento da taxa de inscrição na forma e prazos previstos neste edital.

- 3.15.2. Efetuar pagamento em valor menor do que aquele estabelecido neste edital como taxa de inscrição ao cargo escolhido.
- 3.15.3. Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.
- 3.15.4. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.
- 3.15.5. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente Seletivo, inclusive com a publicação de dados na rede mundial de computadores, relativos às etapas deste certame.
- 3.15.6. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.nbsprovas.com.br.
- 3.16. O simples pagamento da taxa de inscrição não garante ao candidato a realização da prova, devendo este acompanhar o seu deferimento, mediante a publicação da "listagem provisória de inscritos", prevista no Anexo III deste Edital, onde sua inscrição deve constar no rol das "homologadas/deferidas".
- 3.16.1. O deferimento da inscrição do candidato significa unicamente que o seu pagamento foi processado, ficando apto a realizar a prova. O status de deferido da inscrição não comprova sua habilitação ao cargo, devendo esta ser realizada no momento da sua contratação/convocação, mediante apresentação dos documentos de habilitação, sob pena de aplicação do item 3.2 do edital.
- 3.17. Para a realização da prova, o candidato deverá emitir a "Ficha de Inscrição", disponibilizada no site www.nbsprovas.com.br a partir da data prevista no Anexo III para a publicação da "convocação para a realização das provas objetivas", emitida a partir da "Área do Inscrito", disponível neste site, que irá conter todos os dados necessários para a realização da prova.
- 3.17.1. Os dados informados na inscrição não poderão ser complementados ou alterados, salvo o endereço do candidato, cuja mudança deve ser realizada diretamente na "Área do Candidato", no site www.nbsprovas.com.br ou ainda via protocolo por um dos meios previstos no Item 11.
- 3.18. Antes do recolhimento do valor da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para tomar posse do cargo, se aprovado, pois o valor, uma vez recolhido, não será restituído em hipótese alguma.
- 3.19. Não serão restituídos valores de inscrição pagos a maior, tampouco pagamentos realizados em duplicidade (mais de um pagamento para a mesma inscrição), assim como não serão restituídas taxas pagas em valor menor do que aquele estabelecido neste edital ou em caso de desistência do candidato em relação ao certame.
- 3.20. A NBS PROVAS e o Município de Trombudo Central não se responsabilizam por solicitações de inscrições não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 3.21. A adulteração de qualquer documento ou a não veracidade de qualquer informação apresentada, verificada a qualquer tempo, implicará no cancelamento da inscrição do candidato e na anulação de todos os atos que tenha praticado, além da denúncia aos órgãos de justiça que se faz cabível.
- 3.22. As inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão deferidas e homologadas pela autoridade competente.
- 3.23. O ato de homologação e a lista das inscrições não homologadas serão divulgados conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos habilitados a fazer a prova escrita, em ordem alfabética.
- 3.24. O candidato que tiver sua inscrição indeferida terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 3.25. O Município, por intermédio da empresa organizadora, quando for o caso, procederá à correção e divulgará o resultado no site do Município e da empresa organizadora, no prazo estabelecido no Anexo III.
- 3.26. É de única e exclusiva responsabilidade do candidato acompanhar todos os atos oficiais deste Processo Seletivo através de veiculação prevista no Item 2 deste Edital.

4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE PROVA

- 4.27. O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito no ato de inscrição, com o preenchimento do Anexo II, efetuando o seu protocolo por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.
- 4.28. A solicitação de recursos especiais será atendida obedecendo aos critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.29. Do mesmo modo a candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá solicitar por escrito, com o preenchimento do Anexo II indicando o acompanhante que irá permanecer em sala reservada para essa finalidade. Este requerimento deve ser protocolado pelo meio previsto no Item 11 deste Edital.
- 4.30. Não haverá compensação de tempo em favor de amamentação.
- 4.31. A listagem de candidatos com condições especiais de prova será divulgada conforme cronograma do Anexo III, pelos meios previstos no Item 2 deste Edital, com os nomes dos candidatos com condição especial de prova e seu respectivo pleito.
- 1.2. O candidato que tiver seu pedido de condição especial de prova indeferido terá prazo para interpor recurso, definido no Anexo III, após a publicação, que se dará por meio de interposição de recurso, previsto no Item 10 deste Edital, que deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

5. DAS DATAS E CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

1. 2. 3. 4. 5. 5.1. As provas para os cargos que trata este edital serão realizadas no espaço físico de instituições de ensino no município de Trombudo Central/SC, na data prevista no Anexo III, em local(is) e horário(s) a ser(em) definido(s) e publicado(s), com ampla divulgação nos meios especificados no item 2.2.
- 5.2. O candidato deverá comparecer, com antecedência mínima de 30 minutos do horário fixado para o fechamento dos portões, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de corpo transparente, seu documento oficial de identificação com foto e seu comprovante de inscrição.
- 5.3. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, sua folha de respostas assinada e o caderno de provas.
- 5.4. O caderno de questões de cada cargo estará disponível no dia seguinte ao da realização da prova, na área restrita do candidato, permitindo assim que o candidato possa interpor recursos contra as questões da prova.
- 5.5. As provas objetivas terão a duração conjunta de 3 (três) horas, incluindo o tempo de marcação na folha de respostas.

5.6. O candidato somente poderá deixar o local da prova 30 (trinta) minutos após o seu início.

5.7. Em hipótese alguma será permitido ao candidato:

- a) Prestar a prova sem que esteja portando um documento oficial de identidade que contenha, no mínimo, retrato, filiação e assinatura.
- b) Prestar prova sem que seu pedido de inscrição esteja previamente confirmado.
- c) Ingressar no estabelecimento de exame, após o horário estipulado.
- d) Prestar provas fora do horário ou espaço físico pré-determinados.

5.8. Não será permitido o ingresso ou a permanência de pessoa estranha ao certame, em qualquer local de prova.

5.9. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva, sendo está em etapa única, conforme horário estabelecido neste edital; o candidato ausente, por qualquer motivo, será eliminado do Processo Seletivo.

5.10. Após ser identificado e instalado em seu local de prova, o candidato não poderá consultar ou manusear qualquer material de estudo ou leitura, enquanto aguarda o início das provas.

5.11. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

5.12. Durante as provas não serão permitidas quaisquer espécies de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou anotações, calculadoras, relógios digitais, agendas eletrônicas, pagers, telefones celulares, BIP, Walkman, gravador ou qualquer outro equipamento eletrônico ou similar. Somente é permitido o consumo de água, que deve ser acondicionada em recipiente transparente e sem rótulo.

5.13. Também é proibido fumar, consumir alimentos, usar medicamentos e usar óculos escuros (salvo por prescrição médica apresentada a um fiscal de sala antes do início da prova). Não é permitido o uso de chapéus, bonés, toucas ou qualquer outro tipo de cobertura.

5.14. Os telefones celulares, pagers e quaisquer outros aparelhos de comunicação deverão permanecer desligados durante todo o tempo de realização das provas e lacrados pelo fiscal de sala, no momento da entrada do candidato, do contrário o candidato que infringir esta determinação será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

5.15. A NBS PROVAS, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do certame poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta, não substituindo a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão, submeter os candidatos à revista pessoal e ou de seus pertences, inclusive com varredura eletrônica, bem como proceder a qualquer momento a sua identificação datiloscópica ou dele fazer imagem fotográfica ou vídeo. As verificações podem ser feitas a qualquer momento do certame, inclusive, quando do uso de sanitários.

5.16. Os candidatos serão alocados em salas e carteiras de prova seguindo a ordem alfabética de seu nome, dentro dos cargos indicados para a realização de prova na(s) instituição(ões) de ensino. A disposição de carteiras segue o padrão disponibilizado para cada sala de prova, sendo o local de prova indicado por etiqueta, contendo o nome e número de inscrição do candidato. É vedado qualquer troca de lugar e/ou de mobiliário de sala, por parte do candidato, sob pena de eliminação do certame. Qualquer condição especial de prova deve ser solicitada antecipadamente, pelos meios definidos no item 3 deste edital, dentro do prazo previsto para a sua solicitação.

5.17. Para o eventual uso dos sanitários o candidato será submetido a varredura eletrônica antes do ingresso nos banheiros. A recusa do procedimento de varredura eletrônica implica em não ser autorizado o uso dos sanitários. A utilização dos sanitários sem a autorização, importa na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas. O uso dos sanitários é restrito aos candidatos em prova, não se permitindo o seu uso, após a entrega do caderno de prova e cartão resposta.

5.18. A simples posse, mesmo que desligado, ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredor ou banheiros, configura tentativa de fraude e implicarão na exclusão do candidato do certame, sendo atribuída nota zero às provas já realizadas.

5.19. Os candidatos deverão evitar ao máximo trazer objetos pessoais não essenciais à realização da prova. No caso do candidato trazer objetos pessoais, estes serão lacrados pelo fiscal de sala, quando possível ou mantidos em local onde o candidato não tenha acesso durante a execução de sua prova. A NBS PROVAS e o Município de Trombudo Central não assumem qualquer responsabilidade por acidentes pessoais e ou avaria, perda ou desaparecimento dos materiais, objetos, equipamentos, mesmo que tenham sido entregues aos fiscais de sala, veículos ou qualquer outro bem trazido pelos candidatos para o local de prova ou qualquer tipo de dano que vierem a sofrer.

5.20. Será também, eliminado do Processo Seletivo o candidato que incorrer nas seguintes situações:

- a) Deixar o local de realização da prova sem a devida autorização.
- b) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, fiscais ou autoridades presentes.
- c) Proceder de forma a tumultuar a realização das provas.
- d) Estabelecer comunicação com outros candidatos ou com pessoas estranhas, por qualquer meio.
- e) Usar de meios ilícitos para obter vantagem para si ou para outros.
- f) Deixar de atender às normas contidas no caderno de provas e às demais orientações cedidas.

5.21. Em nenhuma hipótese haverá substituição de folha de respostas, por erro do candidato.

5.22. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala de prova, só poderão deixar a sala de forma simultânea, devendo assinar o verso de todos os cartões resposta, de todos os candidatos da sala de prova, inclusive de candidatos ausentes e deverão acompanhar o fechamento do envelope de cartão resposta, apondo sua assinatura em seus lacres. O candidato que negar-se a aguardar os demais candidatos finalistas, ou ainda, recusar-se a efetuar os procedimentos de encerramento, será atestado como desistente pelo fiscal de sala, devidamente atestado pelos demais candidatos, sendo eliminado do certame.

6. DAS PROVAS

6. 6.23. Serão considerados aprovados, os candidatos obterem no mínimo 3,00 (três) pontos.

1. 2. 3. 4. 5. 6. 6.1. 6.2. 6.2.1. 6.24. Da Prova Escrita Objetiva:

5. 6. 6.1. 6.2. 6.24.1. A prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será aplicada a todos os cargos, tendo 25 (vinte e cinco) questões, de múltipla escolha, com alternativas de "A" a "D", avaliadas e distribuídas conforme tabela abaixo:

PROVA ESCRITA E OBJETIVA			
Matéria	Número de questões	Valor por questão	Valor total
Língua Portuguesa	5	0,30	1,50
Matemática	5	0,30	1,50

Conhecimentos Gerais e Atualidades	5	0,30	1,50
Conhecimentos Específicos	10	0,55	5,50
Valor total da prova escrita:			10,00

6.24.2. Os conteúdos programáticos das provas escritas compreendem todas as atividades inerentes ao cargo, além do exposto no Anexo I deste Edital.

1. 2. 3. 4. 5. 5.1. 5.2. 5.3. 1. 1.1. 1.2. 1.3. 6.24.3. No preenchimento do cartão de respostas, será atribuída a nota 0 (zero) à(s) questão(ões) da prova objetiva que:

- Contenha assinalada opção diferente daquela informada no gabarito oficial;
- Contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);
- Contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada;
- Não estiver(em) assinalada(s) a(s) resposta(s);
- For(em) preenchida(s) fora das especificações contidas no mesmo ou nas instruções da prova.

6.24.4. Serão considerados sem validade, sendo atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões, quando o cartão resposta for rasurado, ou seja, utilizado como "rascunho", utilizado para apor respostas discursivas, independente da motivação ou ainda qualquer outro preenchimento em desacordo com as instruções de preenchimento, que ocasionem a impossibilidade da correção eletrônica da prova.

6.24.5. Igualmente sem validade, serão considerados os cartões resposta sem a assinatura do candidato ou com a assinatura fora do local indicado, sendo igualmente atribuída a nota 0 (zero) a todas as questões.

6.24.6. O gabarito provisório da prova escrita objetiva será divulgado no 1º dia útil posterior ao da aplicação da prova, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

6.24.7. Em relação ao gabarito provisório divulgado, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

1. 2. 3. 4. 5. 5.4. 5.5. 5.6. 6.24. Da Prova de Títulos:

6.24.8. A Prova de Títulos será aplicada somente aos cargos definidos com o tipo de prova "T" e será composta pela avaliação dos diplomas e/ou certificados, sendo atribuídos pontos, como segue especificado:

Item	PROVA DE TÍTULOS		
	FORMAÇÃO	Pontos por Título	Pontuação Máxima
A	Doutorado	0,8 pontos	0,80
	Mestrado	0,5 pontos	
	Especialização (na Área Concluída)	0,3 pontos	
B	Cursos de aperfeiçoamento na área da Educação, realizados entre janeiro de 2018 a setembro de 2019.	0,01 para cada 10 horas concluídas. O limite de horas a ser validado é de até 200hrs	0,20

2.

3. 3.1. 3.2. 3.2.1. 3.2.2. 6.24.9. A pontuação do Item A, é atribuída ao título de maior valor, sendo necessária apenas a apresentação do título de maior valor. Somente um título para a esta categoria será pontuado. Em se apresentando mais de um título para este item, os demais serão ignorados. A pontuação do Item B se dá a cada 10 (dez) horas de cursos completas, sendo desconsideradas e não pontuadas as frações inferiores a esta carga horária.

6.24.10. Somente serão aceitos como comprovação de títulos as certidões, atestados, declarações, em papel timbrado da instituição, devidamente assinado, e que conste claramente que o curso foi concluído. Em caso de declarações, deve constar a justificativa para a não emissão dos certificados, acompanhado do histórico de disciplinas e carga horária.

6.24.11. Caso o certificado de conclusão não conste as disciplinas e carga horária, poderá ser acompanhado de histórico escolar emitido pela instituição de ensino com cópia autenticada em cartório.

6.24.12. Os certificados em língua estrangeira devem ser acompanhados de tradução com declaração expressa assinada pelo tradutor responsável.

6.24.13. Somente serão pontuados os certificados de cursos devidamente registrados no órgão emissor.

6.24.14. A nota da prova de títulos será o número de pontos obtidos segundo as tabelas expostas no Item 6.3.1.

6.24.15. A nota da prova de títulos será somada a da prova escrita, sendo contados apenas para efeito de "classificação" e não de "aprovação".

6.24.16. Somente serão pontuados os títulos dos candidatos aprovados na prova escrita, de acordo com o definido no item 6.1 do edital.

6.24.17. A classificação final do candidato será obtida por meio da seguinte fórmula:

CLASSIFICAÇÃO = NPE + NPT

Onde: NPE = Nota da Prova Escrita; NPT = Nota da Prova de Títulos

6.24.18. Os candidatos deverão efetuar os seguintes procedimentos para a apresentação dos títulos:

6.24.19. PARA A APRESENTAÇÃO FÍSICA (ENVIO VIA SEDEX) – Itens 6.3.13 à 6.3.20:

6.24.20. Preencher Requerimento de Análise de Títulos (Anexo VII deste Edital), numerando e ordenando corretamente os títulos a serem apresentados. Este requerimento deve ser preenchido via editor de textos eletrônico (Word ou similar), sendo disponibilizado o formulário editável na Área do Candidato. O preenchimento manuscrito deste anexo, mesmo que legível, ocasiona indeferimento da análise dos títulos enviados.

6.24.21. Todos os documentos referentes à avaliação de títulos deverão ser apresentados em CÓPIAS AUTENTICADAS (frente e verso), preenchendo e assinando Requerimento de Análise de Títulos (Anexo VII deste Edital), listando cada documento submetido à análise de forma individual (uma linha por título).

6.24.22. Devem ser preenchidas todas as informações do título, solicitadas no formulário de análise de títulos (ordem, instituição, cidade, carga horária e ano de conclusão), sendo ignorados e não pontuados os títulos que divergirem da relação apresentada no Requerimento de Análise de Títulos.

6.24.23. Todos os títulos deverão ser numerados (Exemplo: 1, 2,...5), de acordo com a ordem do título preenchido no formulário de avaliação de títulos.

6.24.24. Os títulos devem ser acomodados em envelopes identificados com o NOME DO CANDIDATO, NÚMERO DE INSCRIÇÃO e CARGO, juntamente com o "comprovante provisório de inscrição", emitido na "Área do Candidato", após a efetivação da sua inscrição.

6.24.25. O envelope contendo o formulário de avaliação de títulos devidamente preenchido e assinado deverá ser protocolado, por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, até o último dia previsto para as inscrições.

6.24.26. O envio de documentos deve ser limitado ao disposto na prova de títulos, não sendo necessário o envio de nenhum outro documento (identidade, documentos de habilitação ao cargo, comprovantes de endereço, etc.).

6.24.27. Não serão considerados títulos apresentados, por qualquer outra forma, ou sem o devido acondicionamento em envelopes, ou sem o devido preenchimento do requerimento de avaliação de títulos, ou sem a identificação do comprovante provisório de inscrição, ou ainda fora do prazo determinado nos itens anteriores.

6.24.28. PARA APRESENTAÇÃO ELETRÔNICA (VIA ÁREA DO CANDIDATO) – Itens 6.3.22 à 6.3.29:

6.24.29. Os títulos devem ser digitalizados em "frente e verso" no mesmo arquivo em formato PDF. Entende-se por "digitalizados" os títulos escaneados a partir de seu documento original, sendo desconsiderados títulos "fotografados" ou ainda outro meio que não permita a sua perfeita identificação. A digitalização deve ser em tamanho real do título, sem qualquer tipo de redução ou ampliação, sendo utilizada a proporção de 1 para 1. Títulos digitalizados em tamanhos diversos ao original não serão avaliados, sendo indeferidos e não pontuados. Da mesma forma, deve-se manter o esquema original de cores do título, ou seja, sendo um título "colorido" deve ser digitalizado mantendo o mesmo padrão de cores, sob pena de indeferimento, em caso de alterações.

6.24.30. Serão indeferidos os títulos que não atenderem ao disposto neste item, em especial às seguintes ocorrências:

- a) Títulos fotografados, mesmo em aplicativos que simulem escaneamento;
- b) Títulos que em seu original são coloridos e são apresentados em preto e branco;
- c) Arquivos com margens que não existem no título físico;
- d) Arquivos que não contenham a frente e o verso do título dispostas em paginação eletrônica 1 e 2, sendo a página 1 para a frente do título e a página 2 para o seu verso;
- e) Títulos digitalizados em proporção diversa à 1 para 1 (tamanho real do título), sendo indeferidos os títulos apresentados com compressão ou ampliação;
- f) Apresentados em arquivos diversos ao formato PDF ou com tamanhos superiores a 2 MB (dois megabytes);
- g) Arquivos de baixa resolução, que não permitam a correta identificação e avaliação do título apresentado;
- h) Títulos não compreendidos nas categorias ou fora dos prazos de realização previstos neste item de títulos;
- i) Arquivos que contenham mais de um título, sendo indeferidos todos os apresentados nesta condição;
- j) Arquivos que contenham informações divergentes entre o formulário eletrônico e o título, em relação à carga horária do curso, período de realização e/ou instituição promotora;
- k) Arquivos que contenham apenas a frente ou apenas o verso do título, mesmo que disposto em mais de um arquivo.

6.24.31. Cada arquivo deve conter apenas um título. Na existência de mais de um curso para a categoria pretendida, adicione tantos arquivos quanto forem necessários.

6.24.32. Títulos incompletos (somente frente ou somente verso) serão desconsiderados e não pontuados, mesmo que dispostos em dois arquivos. A página 1 (um) do arquivo PDF deve conter a frente do Título e a página 2 (dois) o verso do Título, sendo indeferidas as apresentações que não seguirem esta ordem.

6.24.33. Ao importar o título eletrônico o candidato deve preencher de forma completa o formulário eletrônico apresentado, em especial às informações da Instituição, Carga Horária e Conclusão do Curso. Dados divergentes entre o informado no formulário eletrônico e o título apresentado, invalidam o título, não apresentando pontuação.

6.24.34. O envio eletrônico dos títulos dispensa o preenchimento do Anexo VII deste edital, sendo suas informações supridas pelo preenchimento do anexo eletrônico, junto ao login na Área do Candidato.

6.24.35. Os títulos por meio eletrônico devem ser apresentados até a data e hora previstas para o término das inscrições. Encerrando as inscrições também se encerra o envio dos títulos eletrônicos.

6.24.36. Apenas o candidato tem acesso a adicionar ou remover títulos de sua inscrição, a partir da área do candidato, sendo aqueles apresentados dispostos em sua Área do Candidato, disponíveis para sua consulta, a qualquer momento.

6.24.37. A apresentação eletrônica de títulos (via Área do Candidato) dispensa a apresentação física dos títulos (via Correios) e vice-versa.

6.24.38. O prazo de apresentação da Prova de Títulos tem início com a abertura das inscrições e se encerra na data e hora previstos para o final das inscrições, seja na apresentação física ou eletrônica.

6.24.39. O resultado da análise de títulos, seja da apresentação física ou eletrônica, estará disponível de forma individual para cada candidato e inscrição, a partir da "Área do Candidato", na data da Classificação Provisória, definida no Anexo III deste edital.

6.24.40. Caso o candidato se inscreva em mais de um cargo, deverá apresentar os documentos da prova de títulos de forma individual, ou seja, uma apresentação para cada cargo, tanto na forma de apresentação física, como na eletrônica. Não serão replicados documentos/arquivos de um cargo para outro, pela banca de análise.

6.24.41. Em relação à Prova de Títulos, caberá pedido de recurso, interposto em conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no mesmo prazo previsto no Anexo III deste Edital estabelecido ao recurso de classificação, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

6.24.42. O recurso tem o objetivo de proporcionar ao impetrante a ampla defesa em relação à análise documental apresentada tempestivamente, ou seja, no período destinado à apresentação da prova de títulos, sendo de responsabilidade do candidato a apresentação dos documentos na forma exigida pelo edital. Títulos ou documentos apresentados na peça recursal são considerados intempestivos e não serão analisados, sendo indeferidos sem análise de mérito.

7. DOS RESULTADOS

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 7.1. A relação com a classificação dos candidatos aprovados será publicada até a data prevista no Anexo III deste Edital, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital, não sendo fornecida a classificação por telefone.

7.2. Obtendo os candidatos idêntica pontuação final, serão utilizados os seguintes critérios de desempate para fins de classificação:

6. 7. 7.1. 7.2. 7.2.1. Ocorrendo empate na classificação, aplicar-se-á para o desempate, o disposto no parágrafo único do Artigo 27 da Lei Federal Nº 10.741/03, sendo os candidatos enquadrados na condição de idoso nos termos do artigo 1º da mencionada lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

7.2.2. Os candidatos que não estão amparados no Item anterior, o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que obtiver, quando houver:

- a) Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos.
- b) Maior número de acertos na prova de Língua Portuguesa.
- c) Maior número de acertos na prova de Matemática.
- d) Maior idade.

7.2.3. Para efeito da aplicação das normas do presente Edital será considerada a idade do candidato no dia da aplicação da prova escrita, de acordo com o cargo para o qual se candidatou.

7.2.4. Persistindo o empate entre os candidatos, depois de aplicados todos os critérios acima, o desempate se dará por meio de sorteio público.

7.3. Em relação à classificação provisória divulgada, caberá pedido de recurso, interposto de conformidade com o estabelecido no Item 10 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, devendo ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital.

7.4. Após análise dos recursos será publicado o resultado oficial, através dos meios de divulgação previstos no Item 2 deste Edital.

8. DOS CARGOS E DAS VAGAS

8.8.5. O candidato concorrerá às vagas dos cargos constantes no item 1.3 deste Edital.

8.6. O candidato aprovado deverá manter seu endereço e o número de telefones atualizados durante todo o período de validade do Processo Seletivo, sob pena de perda de sua classificação.

8.7. O candidato aprovado perderá o direito a admissão nos seguintes casos:

- a) Não comparecendo no prazo estipulado para assumir o cargo;
- b) Não apresentar quaisquer dos documentos exigidos no item 12;
- c) Desistir formalmente da vaga.

8.7.1. As vagas serão preenchidas de acordo com a necessidade do Município de Trombudo Central, obedecendo à ordem de classificação.

8.8. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar pela internet, por meio dos sites www.trombudocentral.sc.gov.br e www.nbs-provas.com.br ou qualquer outro meio de divulgação definido pela Comissão de Fiscalização de Seletivos a publicação de todos os atos e editais relativos ao Processo Seletivo, inclusive alterações que porventura ocorram durante o Processo Seletivo.

9. DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

9.9.9. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal.

9.10. Os cargos contemplados e o número de vagas reservadas a portadores de necessidades especiais, estão listados no Item 1.3 deste Edital;

9.11. O candidato portador de necessidades especiais concorrerá a todas as vagas de cargo oferecidas, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

9.12. Considera-se pessoa portadora de necessidades especiais aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alteração.

9.13. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", efetuando o preenchimento do requerimento de solicitação de vaga especial (Anexo II) junto com o documento abaixo, até o último dia previsto para as inscrições, definido no Anexo III, devendo ser protocolado pelo meio previsto no Item 11:

a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, bem como da provável causa da deficiência.

9.14. Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

9.15. O candidato portador de necessidades especiais participará da seleção em igualdade de condições dos demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local de realização das provas, obedecendo aos procedimentos neste Edital.

9.16. Para solicitar qualquer tipo de atendimento diferenciado durante a realização da prova, deve ser efetuado o procedimento descrito no Item 3 deste edital.

9.17. Será considerada pessoa portadora de necessidades especiais a que se enquadra nas seguintes categorias, segundo o artigo 4º da Lei Estadual nº 12.870, de 12 de janeiro de 2004:

I. Deficiência Física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II. Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III. Deficiência Visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV. Deficiência Mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) Comunicação;
- b) Cuidado pessoal;
- c) Habilidades sociais;
- d) Utilização dos recursos da comunidade;
- e) Saúde e segurança;
- f) Habilidades acadêmicas;
- g) Lazer; e
- h) Trabalho;
- i) Deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências.

9.18. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais que deixarem de atender, no prazo e

condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de necessidades especiais indeferida, integrando a lista única de candidatos.

9.19. Tendo sido aprovados no Processo Seletivo os portadores de necessidades especiais serão submetidos à Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

9.20. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

9.21. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

10. DOS RECURSOS

10. 10.21. Com o intuito de garantir o princípio constitucional da ampla defesa, neste certame serão admitidos recursos em relação:

- a) Às disposições deste Edital;
- b) Ao indeferimento e/ou cancelamento da Inscrição;
- c) Ao indeferimento do Requerimento de Condições Especiais para a Realização da Prova;
- d) Ao indeferimento do Requerimento de Vaga Especial;
- e) Ao Gabarito Provisório e Questões de Prova;
- f) Ao Resultado da Prova de Títulos;
- g) Ao Resultado da Classificação Provisória.

10.22. Para a interposição dos recursos previstos no Item anterior, com exceção ao recurso previsto na alínea "e", deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso, indicando a opção correta, disposto no Anexo V.

10.23. Para a interposição de recurso em relação ao gabarito provisório e questões de prova divulgados, recurso previsto na alínea "e" do Item 10.1, deverá ser efetuado o preenchimento completo do formulário de recurso disposto no Anexo IV deste Edital, devendo conter:

- 1) Nome do candidato;
- 2) Número de inscrição;
- 3) Número do documento de identidade;
- 4) Cargo para o qual se inscreveu;
- 5) A questão objeto de controvérsia, de forma individualizada;
- 6) A fundamentação ou o embasamento, com as devidas razões do recurso;
- 7) Preenchimento completo do formulário de recurso - Anexo IV do Edital;
- 8) As referências utilizadas no embasamento, seguindo o padrão da ABNT (NBR 6023).

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 10.1. 10.2. 10.3. 10.3.1. Os recursos previstos neste Item 10.3 somente serão apreciados se apresentados tempestivamente e com o atendimento completo aos requisitos deste item.

10.3.2. Os recursos apresentados intempestivamente ou ainda sem o preenchimento dos requisitos recursais previstos no Item 10.3, serão indeferidos, sem julgamento de mérito.

10.3.3. Quanto aos recursos contra questões da prova e gabarito preliminar, deverá ser elaborado um recurso para cada questão, sob pena de sua desconsideração, e os mesmos deverão conter indicação do número da questão, da prova e anexar cópia da bibliografia mencionada e também as referências, no padrão citado no Item 10.3, também sob pena de sua desconsideração.

10.3.4. A Comissão Examinadora constitui última instância na esfera administrativa para conhecer de recursos relativos à alínea "e" do Item 10.1, não cabendo recurso à outra autoridade nem recurso adicional pelo mesmo motivo.

10.3.5. Se da análise do recurso resultar anulação da (s) questão (ões), o (s) pontos referente (s) à (s) mesma (s) será (ao) atribuído (s) a todos os candidatos.

10.24. O recurso deverá ser protocolado por um dos meios previstos no Item 11 deste Edital, no prazo previsto no Anexo III deste Edital, ou no prazo citado nas disposições relativas ao recurso.

10.25. Inexistindo algum prazo previamente previsto para a interposição de algum dos recursos previstos neste Item 10, deverá ser obedecido o prazo definido na publicação do evento, divulgado pelos meios estabelecidos no Item 2 deste Edital, em prazo nunca inferior a 2 (dois) dias úteis.

10.26. Deverá ser elaborado um recurso por candidato de forma individual para cada tipo de recurso previsto no Item 10.1.

10.27. As respostas dos recursos poderão ser publicadas no site da empresa, ou direcionadas diretamente ao candidato por e-mail ou ainda disponibilizados na área restrita.

10.28. Recursos que não atendam a todas as disposições previstas neste Item 10 deste Edital ou interpostos fora do prazo serão indeferidos sem julgamento de mérito.

10.29. A Comissão Municipal de Fiscalização de Seletivos constitui-se em última instância para recurso ou revisão, sendo soberana em suas decisões. Não caberão, recursos ou revisões adicionais.

11. DOS PROTOCOLOS

11. 11.30. Com o intuito de formalizar todos os pleitos inerentes a este certame, deverão ser protocolados:

- a) A Impugnação ou recurso contra as disposições do Edital;
- b) O Requerimento de Solicitação de Condição Especial para a Realização de Provas;
- c) O Requerimento de Solicitação de Vaga Especial;
- d) O Requerimento de Atualização de Endereço e Dados de Contato;
- e) Todos os demais Recursos definidos no Item 10 deste Edital;
- f) O Requerimento de Análise de Títulos;

11.31. Os requerimentos e/ou recursos/impugnações, previstos nas alíneas "a" a "d" do item anterior devem ser protocolados por meio postal, através do serviço de Sedex, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Processo Seletivo do Município de Trombudo Central
Rua Timbó, nº 301 - Sala 54
Bairro Victor Konder

Blumenau/SC - CEP: 89012-180

11.31.1. Todos os documentos que não são apresentados em original ou que não podem ter sua autenticidade verificada via internet, devem ser apresentados com CÓPIAS AUTENTICADAS em Serviço Notarial e de Registros (Cartório de Notas).

11.32. Os recursos, previstos na alínea "e" e o requerimento previsto na alínea "f", ambos do Item 11.1 deste Edital, devem ser protocolados por uma das formas abaixo dispostas:

11.32.1. Diretamente no site www.nbsprovas.com.br, através da "Área do Candidato", em ambiente restrito, na opção "Recursos" (alínea "e") ou "Envio da Prova de Títulos" (alínea "f"), preenchendo de maneira completa o formulário disponível e seguindo as instruções complementares dispostas no formulário; ou

11.32.2. Por meio postal, através do serviço de Sedex, até o último dia previsto para o requerimento, enviando os formulários e documentação com as especificações exigidas para cada item ao endereço:

NBS PROVAS

Processo Seletivo do Município de Trombudo Central

Rua Timbó, nº 301 - Sala 54

Bairro Victor Konder

Blumenau/SC - CEP: 89012-180

11.33. Para todos os casos que envolvem a remessa de documentos para a empresa organizadora, será considerada, para efeitos de protocolo, a data de postagem do objeto, sendo considerada intempestiva aquela postada após o horário de despacho da agência dos Correios (DH), quando do último dia de seu prazo de protocolo.

11.34. As despesas relativas à remessa postal de documentos ou ainda em relação às cópias de documentos exigidos correrão a expensas do próprio candidato.

11.35. É de responsabilidade exclusiva do candidato o preenchimento correto dos meios de protocolo, seja do e-mail, seja do endereço de envio postal, sendo que a NBS Serviços Especializados Eireli e o Município de Trombudo Central não se responsabilizam por equívocos cometidos pelo candidato.

11.36. Os prazos e condições de protocolo são estabelecidos, de maneira individual, nos itens relativos a cada pleito passível de protocolização.

11.37. Não serão reconhecidos os protocolos efetuados de maneira diversa à estabelecida no Item 11 deste Edital, ou ainda, realizados de maneira intempestiva.

12. DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E CHAMAMENTO

12. 12.38. Os candidatos aprovados e classificados neste Processo Seletivo serão admitidos em caráter temporário e filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

12.39. Os candidatos aprovados serão admitidos, obedecendo-se rigorosamente a ordem de classificação obtida.

12.40. Para a contratação no cargo, o candidato aprovado deverá, obrigatoriamente, preencher os requisitos a seguir:

12.40.1. Ser brasileiro conforme rege a Constituição Federal;

12.40.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;

12.40.3. Ter aptidão física e mental, adequada ao exercício do cargo, mediante atestado fornecido por médico oficial;

12.40.4. Para fins de admissão serão exigidos dos candidatos os seguintes documentos:

a) Certidão de Casamento ou Nascimento;

b) Carteira de Identidade;

c) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

d) Título de Eleitor;

e) Certidão relativa à quitação eleitoral;

f) Certidão relativa ao gozo dos direitos políticos;

g) Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);

h) Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;

i) Certidão de Nascimento dos filhos;

j) Carteira de Trabalho - da parte de identificação (frente e verso) e de todos os registros dos contratos;

k) PIS/PASEP (frente e verso);

l) Declaração de que não estará acumulando cargos públicos, na forma disposta nos incisos XVI e XVII do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e de que não recebe proventos de aposentadoria oriundos de cargo, emprego ou exercício de função pública ou de regime próprio, nos termos do § 10 do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

m) Em caso de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, na forma disposta nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, informar o cargo, órgão ao qual pertence e carga horária;

n) Número da conta corrente, no Banco do Brasil;

o) Comprovante de endereço e telefone, atualizados;

p) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, processo disciplinar/penalidades disciplinares;

q) 01 foto 3x4;

r) Atestado de boa conduta;

s) Tipagem sanguínea;

t) Comprovante dos dependentes (certidão de nascimento);

u) Cópia de RG e CPF dos filhos dependentes;

v) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

w) Declaração de bens;

x) Outros requisitos justificados pelas atribuições no cargo e eu estabelecidos em Lei.

12.40.5. A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item acima impedirá a admissão do candidato e o mesmo será eliminado do Processo Seletivo.

12.40.6. Os candidatos que forem considerados inaptos quando da realização do exame médico pré-admissional, ou que não se sujeitarem à realização do mesmo, serão eliminados do Processo Seletivo.

12.40.7. O candidato que, convocado para a admissão, recusar, deixar de assumir a vaga ou não atender qualquer pré-requisito deste Edital

será considerado desclassificado do Processo Seletivo.

12.41. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O PERÍODO DE FÉRIAS

12.41.1. As vagas para professor de Educação Infantil para o período de férias, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação final do candidato.

12.41.2. A classificação dos candidatos aos cargos de professores de Educação Infantil será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

12.41.3. A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

12.41.4. O primeiro processo de escolha de vagas para o período de férias para professores, merendeira/faxineira e auxiliares de sala dar-se-á no dia 20/12/2019 às 8h00min no auditório da Prefeitura Municipal (antiga Câmara de Vereadores).

12.41.5. O candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vaga irá automaticamente para o final da listagem. Na ocorrência de um segundo não comparecimento, será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo.

12.41.6. O candidato presente no dia e horário determinado para a escolha de vagas, que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela escolha.

12.41.7. Após a primeira chamada, a escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação de vaga é responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação.

12.41.8. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo estabelecido, comprovando todas as condições e exigências dispostas neste item 12 do Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

12.41.9. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

12.41.10. A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

12.42. DA ESCOLHA DE VAGAS PARA O ANO LETIVO DE 2020

12.42.1. As vagas para professor para o ano letivo de 2020, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação que se dará através da nota da prova escrita somada a de títulos e tempo de serviço por área/disciplina.

12.42.2. As vagas para auxiliar de sala e merendeira/faxineira para o ano letivo de 2020, serão preenchidas, obedecendo-se a ordem de classificação final do candidato.

12.42.3. A classificação dos candidatos aos cargos de professores será separada por HABILITADOS, e NÃO HABILITADOS. Para contratação primeiro será usada a lista dos HABILITADOS, esgotadas as opções, passa-se a chamar candidatos da lista dos NÃO HABILITADOS.

12.42.4. A escolha de vagas deverá ser feita pessoalmente ou através de procuração específica.

12.42.5. O primeiro processo de escolha de vagas para o ano letivo de 2020 para o cargo de professor dar-se-á no dia 30/01/2020 às 13h30min no auditório da Prefeitura Municipal (antiga Câmara de Vereadores).

12.42.6. candidato que não se apresentar no local, data e horário estabelecidos para a escolha de vaga, será considerado desistente e eliminado deste processo seletivo.

12.42.7. O candidato presente no dia e horário determinado para a escolha de vagas, que não aceitar a vaga oferecida, perderá o direito pela primeira escolha, passando seu nome para o final da listagem de classificação para chamada posterior de acordo com as eventuais necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

12.42.8. Após a primeira chamada, a escolha de vagas será efetuada pela Secretaria Municipal de Educação através de contato telefônico ou por e-mail declarados pelo candidato no ato da inscrição. Em caso de não aceitação de vaga é responsabilidade do candidato assinar documento de desistência na Secretaria Municipal de Educação, caso contrário será excluído desse processo seletivo.

12.42.9. O candidato que não se apresentar no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, no prazo de 02 (dois) dias contado da sua convocação, comprovando todas as condições e exigências dispostas neste item 12 do Edital, mediante a apresentação dos documentos solicitados, ou não for encontrado no endereço constante no requerimento de inscrição, perderá a vaga conquistada neste Processo Seletivo, sendo chamado o classificado imediatamente seguinte.

12.42.10. A classificação neste Processo Seletivo não assegura ao candidato o direito de ingresso automático no quadro da Prefeitura Municipal de Trombudo Central.

12.42.11. A admissão é de competência da Secretaria Municipal de Educação, dentro do interesse e conveniência da administração, observada a ordem de classificação dos candidatos.

12.42.12. Desde que respeitada a ordem de classificação, os candidatos para os cargos de auxiliar de sala e merendeira/faxineira serão convocados para trabalhar no mês de janeiro de 2020.

12.43. A não apresentação da documentação estabelecida no item 12.3.4, por ocasião da contratação, implicará a impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

13. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 13.1. Este Processo Seletivo terá validade para todo o ano letivo de 2020.

13.2. A aprovação neste Processo Seletivo não caracterizará direito à contratação, a qual, no prazo de validade, será efetuada conforme a necessidade da Administração, respeitada a classificação obtida.

13.3. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá aos dispositivos do RE/598.099/STF, de acordo com a necessidade da Prefeitura Municipal, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

14. DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

14. 14.4. Delega-se competência à NBS PROVAS, como banca executora deste Processo Seletivo, para:

- a) Receber e processar as inscrições;
- b) Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- c) Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas/objetivas, provas práticas e provas de títulos;
- d) Apreciar todos os recursos previstos neste edital;
- e) Emitir relatórios de classificação dos candidatos;

- f) Prestar informações sobre o Processo Seletivo dentro de sua competência;
g) Atuar em conformidade com as disposições deste edital;
h) Responder, em conjunto com o Município de Trombudo Central eventuais questionamentos de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.
- 14.5. A fiscalização e supervisão do certame estão a cargo da Comissão Municipal de Fiscalização do Processo Seletivo, devidamente nomeada para esse fim.
- 14.6. As providências e atos necessários para a convocação e admissão dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do Município de Trombudo Central.
15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 15.15.7. O candidato classificado durante a vigência deste Edital deverá manter seu endereço e número telefônico atualizados.
- 15.8. Após homologação do resultado final deste certame, ocorrendo alteração nos dados cadastrais do candidato (endereço e telefone de contato), o mesmo deverá protocolar requerimento de atualização cadastral junto ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central/SC.
- 15.9. As despesas relativas à participação do candidato no Processo Seletivo e à apresentação para admissão correrão a expensas do próprio candidato.
- 15.10. O Processo Seletivo ficará sob responsabilidade da Empresa contratada, com posterior divulgação nos meios previstos no Item 2 deste Edital, até a homologação do evento.
- 15.11. Fica assegurada a fiscalização do processo, em todas as suas fases, pelas entidades interessadas.
- 15.12. Itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, circunstâncias que serão mencionadas em adendo ou aviso a ser publicado.
- 15.13. Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecorrível, pela Comissão de Fiscalização do Processo Seletivo do Município de Trombudo Central e da NBS PROVAS, de acordo com a legislação vigente.
- 15.14. O Município de Trombudo Central e a NBS PROVAS não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas, divulgações e outras publicações referentes a este Processo Seletivo sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.nbsprovas.com.br.
- 15.15. Junto com a homologação final das inscrições, será divulgado o "Manual do Candidato", contendo as instruções e orientações relacionadas aos eventos de prova, complementando este Edital. Em caso de eventual informação conflitante entre o "Manual do Candidato", prevalecerão as disposições deste Edital.
- 15.16. A formulação deste documento está protegida pela Lei do Direito Autoral, sendo todos os direitos reservados à NBS PROVAS, portanto é proibida a sua utilização, no todo ou em partes, em objeto distinto à esta relação contratual e por terceiros, sem a sua prévia autorização, por escrito, sob pena das sanções previstas no Art. 184 do Código Penal Brasileiro.
- 15.17. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
- a) Tornar-se culpado de incorreções ou descortesias com qualquer membro da equipe encarregada da realização das provas;
 - b) Ofender ou ser descortês, em qualquer momento do certame, seja de forma pessoal, física ou eletrônica, com qualquer membro da comissão organizadora do ente que promove o evento ou a empresa organizadora, mediante processo administrativo, assegurada a ampla defesa;
 - c) For surpreendido, durante a aplicação das provas, em comunicação com outro candidato, verbalmente, por escrito ou por qualquer outra forma;
 - d) For apanhado em flagrante, utilizando-se de qualquer meio, na tentativa de burlar a prova, ou for responsável por falsa identificação pessoal;
 - e) Ausentar-se da sala de prova, em descumprimento ao disposto no presente Edital;
- 15.18. O candidato que possuir outra função ou emprego em órgão da Administração Direta ou Indireta, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público, deverá adequar-se ao disposto no art. 37, XVI e XVII da Constituição Federal, antes de assumir sua função no Município.
- 15.19. O Cônjuge, companheiro(a) ou parente - consanguíneo (em linha reta ou colateral, até o quarto grau) ou por afinidade (em linha reta até o terceiro grau, ou em linha colateral até o segundo grau) - de qualquer candidato não poderá servir:
- a) Na banca elaboradora de prova para o cargo no qual estiver inscrita a pessoa que deu causa ao impedimento;
 - b) Como fiscal, na sala ou em ala em que estiver realizando a prova.
- 15.20. Decorridos 180 (cento e oitenta) dias da homologação do Processo Seletivo, e não se caracterizando óbice administrativo, legal ou judicial, é facultada a incineração das provas e demais registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo os registros eletrônicos a ele referentes.
- 15.21. Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Processo Seletivo previsto neste Edital o Foro da Comarca de TROMBUDO CENTRAL/SC.
- 15.22. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- a) Anexo I - Conteúdo Programático.
 - b) Anexo II - Requerimento de Vaga Especial ou de Condição Especial para Realização de Prova.
 - c) Anexo III - Cronograma do Processo Seletivo.
 - d) Anexo IV - Formulário de Recurso de Questão (Gabarito).
 - e) Anexo V - Formulário de Recursos Diversos.
 - f) Anexo VI - Atribuições Inerentes aos Cargos.
 - g) Anexo VII - Requerimento de Análise de Títulos.
- 15.23. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Trombudo Central/SC, 08 de novembro de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte



ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**CONHECIMENTOS GERAIS e ATUALIDADES (COMUM A TODAS OS CARGOS)**

Assuntos de interesse geral nas esferas: Municipal, Estadual e Nacional, Internacional, amplamente veiculados na imprensa escrita e/ou falada (jornais, revistas, rádio, televisão e/ou sites na internet). Notícias locais, nacionais e internacionais veiculadas nos seguintes meios de comunicação: Revistas: Veja, Época, Exame. Jornais: Jornal de Santa Catarina, A Notícia, Diário Catarinense, Jornal Nacional. Internet: site das revistas e dos jornais citados anteriormente e de atualidades (UOL, Terra, Globo e similares). História do Município de Trombudo Central. Todo conteúdo do site: www.trombudocentral.sc.gov.br. História do Brasil e História de Santa Catarina. Conteúdo do site www.cidades.ibge.gov.br relativo ao Município de Trombudo Central/SC. Lei Orgânica do Município.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Ortografia a nível fundamental; Gramática a nível Fundamental; Leitura e interpretação de textos; Ortografia (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Pontuação; Divisão silábica; Acentuação tônica e gráfica (atualizada conforme as regras do novo Acordo Ortográfico); Verbos; Conjugação verbal; Divisão de texto escrito em frases, usando letras maiúsculas e sinais de pontuação adequadamente; Adjetivos; Antônimos; Sinônimos; Conhecimento sobre as regularidades ortográficas e as irregularidades das palavras.

LÍNGUA PORTUGUESA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Fonética e fonologia: Fonemas; Alfabeto; Encontro vocálico; Encontro consonantal; Dígrafos; Ortoépia e prosódia; Transcrição fonética; Signo linguístico. Ortografia: Regras do acordo ortográfico vigente; Uso de letras maiúsculas e minúsculas; Divisão silábica; Dígrafo consonantal; Encontro consonantal; Encontro vocálico; Dígrafo vocálico. Acentuação: Regras de acentuação gráfica; Classificação de palavras quanto à acentuação; Uso da crase. Pontuação: Sinais de pontuação e sinais gráficos auxiliares; O uso da vírgula; O uso do hífen. Morfologia: Formação de palavras (Composição por aglutinação; Composição por justaposição; Derivação prefixal; Derivação sufixal; Derivação parassintética; Derivação regressiva; Derivação imprópria); Estrutura das palavras (Prefixos; Sufixos; Radicais gregos e latinos; Desinências nominais e verbais); Classes gramaticais; Substantivos; Artigos; Numerais; Pronomes; Verbos (Classificação; Tipos; Flexões; Conjugações; Modos Verbais; Formas nominais; Locuções; Vozes Verbais; Aspectos Verbais); Advérbios; Preposições; Conjunções; Interjeições. Sintaxe: Sintaxe da oração e do período; Termos essenciais da oração; Termos integrantes da oração; Termos acessórios da oração; Transitividade verbal; Tipos de frases; Período simples e período composto; Tipos de discurso; Concordância; Regência. Semântica: Significação das palavras; Conotação e denotação; Sentido próprio e figurado; Palavras cognatas; Campo lexical e campo semântico. Estilística: Linguagem, língua e fala; Níveis da linguagem; Variações linguísticas; Sincronia e diacronia; Linguagem formal e informal; Linguagem coloquial; Linguagem verbal e não-verbal; Funções da linguagem; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Estrangeirismos; Neologismos; Arcaísmos; Pragmática. Redação: Texto; Tipo de texto; Gêneros textuais; Produção de texto; Interpretação de texto; Intertextualidade; Citações.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL)

Operações (adição, subtração, multiplicação e divisão). Números primos. Sistema monetário brasileiro. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, volume, capacidade e tempo. Porcentagem.

MATEMÁTICA (COMUM AOS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO E SUPERIOR)

Conjuntos numéricos: números naturais, inteiros, racionais e reais. Fatoração e números primos, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum. Porcentagem e regras de três simples. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal. Grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagem. Compreensão de estruturas lógicas. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões. Diagramas lógicos. Fundamentos de matemática. Princípios de contagem e probabilidade. Arranjos e permutações. Combinações. Expressões matemáticas. Funções de 1º e 2º graus. Geometria: elementos básicos, conceitos primitivos, representação geométrica no plano. Sistema de medidas: comprimentos, superfície, volume, capacidade, ângulo, tempo, massa, peso, velocidade e temperatura. Estatística: noções básicas, proporção, interpretação e construção de tabelas e gráficos. Operações com números naturais (adição, subtração, multiplicação, divisão, porcentagem, potenciação e raiz quadrada).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (REFERENTE A CADA CARGO)

00 – Conteúdo Específico (comum a todos aos cargos 01 a 12)

Legislação e Políticas Públicas: Lei 9394/96 na íntegra e suas resoluções. Propostas curriculares para o ensino fundamental (Nacional, Estadual e Municipal). Lei 13005/2014 - Plano Nacional de Educação – PNE na íntegra e suas resoluções. Parâmetros Curriculares Nacionais (todos os volumes). Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90). Constituição Federal capítulo referente à Educação. Políticas Públicas para a Educação Especial: Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Especificidades da escola pública. Dinâmica da Sala de Aula. Conhecimento da realidade e alternativas de ensino. Legislação de Primeiros socorros. Plano Municipal de Educação de Trombudo Central.

Didática e Teorias da Aprendizagem: Concepções inatistas, ambientalistas e interacionistas. Abordagens comportamentais, gestálticas, humanistas, cognitivas e sistêmicas. Teorias clássicas de desenvolvimento cognitivo- Métodos, teorias e/ou sistemas educacionais: Freinet, Montessori, Waldorf, Libâneo, Gardner, Ruben Alves, Freire, Decroly, Piaget, Wallon, Vygotsky, Morin, Perrenoud e etc. Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura. Teoria de Ensino de Jerome Bruner. Teoria da Aprendizagem Significante de Carl Rogers. Teoria de Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Teoria da Atividade (Vygotsky, Leontiev, Davydov). Possibilidades de ensino e aprendizagem através de mídias eletrônicas. Pressupostos e Características da Didática. A relação pedagógica como decorrência do estar no mundo. A prática pedagógica sistemática socialmente promovida. A relação discurso-fundamento-ação. Contexto da Prática Pedagógica. Interesses e objetivos: o consensual e o conflitante. A Construção de uma Proposta de Ensino-Aprendizagem. Planejamento da ação: metas e objetivos, o significado dos conteúdos, a propriedade dos procedimentos didáticos, o sentido da avaliação. Planejamento, avaliação e currículo. Interdisciplinaridade, plano de aula, mediação professor/aluno, aplicativos e sistemas de informações educacionais utilizados na rotina de trabalho do professor.

Professor de Educação Infantil (Cargo 01)

A criança e a educação infantil: história, concepções. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Planejamento na educação infantil: dinâmica e processos. Eixos do trabalho pedagógico na educação infantil: o cuidar e o educar. Componentes curriculares da educação infantil: o brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro. Campos de Experiência e direitos de Aprendizagem. Avaliação na educação infantil. O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais. O professor de educação infantil. Família e instituição. Noções de informática básica escolar. Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento. Sistema de escrita alfabético ortográfica: compreensão e valorização da cultura escrita, apropriação do sistema de escrita, leitura, produção de textos escritos, desenvolvimento da oralidade. Conceitos: língua e ensino da língua, alfabetização, letramento. A infância e sua singularidade na educação básica. Articulação dos conceitos: infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem. Avaliação do/no processo de alfabetização e letramento. Gêneros textuais orais e escritos. Conceitos: movimento, tempo, cultura, fontes históricas, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente. Os campos conceituais da Matemática: numéricos, algébricos, geométricos e tratamento da informação. Processo de ensinar e aprender. Pedagogia da Infância, as diferentes dimensões humanas, direitos da infância. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Cargo 02)

Ensino fundamental de nove anos. Interdisciplinaridade. Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil. Avaliação no ensino fundamental. Planejamento docente: dinâmica e processos. Currículo e didática: histórico, teorias e tendências atuais. Projeto Político Pedagógico: princípios e finalidades. Tendências e concepções pedagógicas da educação brasileira. Alfabetização e letramento: características e pressupostos. Projetos de trabalho: concepção e perspectiva. O professor de ensino fundamental. Conceito de Ensino e Aprendizagem. Noções da Proposta Construtivista. Noções de Educação, Escola, Docente e Discente. Noções de Planejamento de Ensino: Objetivos, Conteúdos, Estratégias, Recursos e Avaliação. Referencial Curricular Nacional para a Educação de Anos Iniciais do Ensino Fundamental, todo teor. Tipos de Plano de Ensino. Didática e Metodologia do Ensino em Anos Iniciais. Alfabetização e letramento. Linguagem oral e escrita. Produção de textos. Precursores e seguidores da Literatura Infantil no Brasil. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Matemática (Cargo 03)

Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra: Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Ciências (Cargo 04)

Ecologia: populações comunidades e ecossistemas; energia nos ecossistemas; cadeias e teias alimentares; pirâmides ecológicas; relações ecológicas, ciclos dos nutrientes; formações fitogeográficas do Brasil. Seres vivos: classificação dos seres vivos; evolução; principais grupos de animais e plantas, sua classificação, morfologia e fisiologia; características gerais dos reinos fungi; protista e monera; Citologia e genética: Tipos de células; estrutura da célula; membrana plasmática; citoplasma e organelas celulares; o núcleo celular e o material genético; herança mendeliana; grupos sanguíneos; Mecânica: grandezas físicas, MRU (movimento retilíneo uniforme) e MRUV (movimento retilíneo uniformemente variado); forças; peso, massa e gravidade; pressão; astronomia. Óptica, ondulatória e termologia: a luz; lentes e espelhos; refração e reflexão; o som, propagação do som; características das ondas sonoras; calor e temperatura; transferência de calor; isolantes térmicos; dilatação dos corpos; Eletricidade e magnetismo: cargas elétricas; eletrização dos corpos; tensão, corrente, potência e resistividade elétrica; circuitos elétricos; associação de resistores; ímãs e bobinas. Química: matéria; conservação da matéria; fenômenos físicos e fenômenos químicos; substância pura e mistura; substâncias simples e compostas; teorias atômicas; tabela periódica; elementos químicos; isótopos, isóbaros e isótonos; reações químicas; funções inorgânicas; Ensino de ciências: porque ensinar ciências?; construtivismo e ensino de ciências; modelo de mudança conceitual; história e filosofia da ciência; temas transversais; relações ciência-tecnologia-sociedade-ambiente (CTSA). Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de História (Cargo 05)

Brasil Colonial: Pacto Colonial: Empresa açucareira, Mineração; Brasil Independente: 1º Reinado, 2º Reinado, Regência; Brasil Republicano: Queda do Império – República da Espada - Encilhamento (Rui Barbosa) - Revolução de 30 Estado Novo – Governos Militares; Oriente Antigo: Egito - Mesopotâmia - Palestina - Pérsia; Antiguidade Clássica: Grécia e Roma; Feudalismo; Renascimento Cultural; Reformas religiosas; Revolução Industrial; Revolução Francesa; Independência dos Estados Unidos e América Latina; Fazer e construir a História; A América encontrada pelos europeus; Colonização: Dominação, submissão e resistência; A crise do Sistema Colonial; O Brasil constituindo-se em Estado; O Brasil parece ser o café e o café não é o Brasil; Anos 20 / As tensões sociais transformadas em conflitos; O Brasil contemporâneo: O movimento da História – permanência e mudanças; Estados Nacionais, Imperialismo e Revoluções; Industrialização e urbanização; A cidade e o campo. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Geografia (Cargo 06)

Noções básicas de Geografia: Noções de Espaço: Conceitos e espaço em transformação; Orientação: Rosa dos Ventos e Coordenadas geográficas; Fusos horários: Fusos do Brasil, Horários de verão; Cartografia: Projeções, Escalas, Legendas, Sensoriamento remoto; Noções de Astronomia, Origem do Universo; O Sistema Solar; Movimentos da Terra; Estações do ano; Fases da Lua. Geografia do Brasil e Regional: A organização do espaço geográfico brasileiro; Posição geográfica do Brasil: localização e limites; Regionalização; O Brasil no contexto Mundial; Aspectos físicos: relevo, clima, vegetação e hidrografia; Aspectos humanos: formação e cultura da população, crescimento, distribuição, estrutura (etária, sexual, atividades setoriais e indicadores socioeconômicos), urbanização e suas consequências; Aspectos econômicos: atividade agropecuária (evolução, sistemas e áreas de produção, mão de obra e questão agrária), extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais, os meios de transportes e circulação de mercadorias; Os principais problemas ambientais rurais e urbanos. Geografia Geral e Geopolítica: Organização do espaço mundial; Divisão geográfica dos continentes; A produção do espaço

nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos; Aspectos físicos dos continentes: relevo, clima, vegetação, hidrografia e dinâmica interna e externa da Terra; Aspectos humanos mundiais: teorias demográficas e crescimento, distribuição, estrutura, indicadores socioeconômicos. Aspectos econômicos: atividade agropecuária (modos, sistemas e áreas de produção) extrativismo vegetal e mineral, as fontes de energia, as atividades industriais (tipos de indústrias, áreas industriais e sistemas de produção); A Geopolítica Mundial: da Guerra Fria e a Nova Ordem Mundial; O processo de globalização e suas implicações; Os blocos econômicos e suas áreas de influências: (MERCOSUL, União Europeia, NAFTA, APEC e outros); Os fluxos comerciais, de transportes e comunicações; A economia mundial: G-8, G-20, Rodada Doha, China, Tigres Asiáticos, transformações do leste europeu, nacionalismo e áreas de conflitos e guerrilhas; A questão ambiental; Os desafios da conservação ambiental: As interações entre sociedade e natureza. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Inglês (Cargo 07)

A língua como forma de interação; Gêneros textuais orais e escritos e ensino; Oralidade, escrita e ensino; Fala e leitura, escrita e ensino; Leitura e produção textual; Metodologias e abordagens do ensino da Língua Inglesa no Brasil. Compreensão de textos escritos contemporâneos, literários e não literários. Conhecimento de aspectos linguístico-estruturais e gramática funcional. Estrutura da sentença Frase nominal Substantivo Genitivo Adjetivo (graus comparativo e superlativo) – Locuções adjetivas. Artigos Numerais. Pronomes. Frase verbal. Verbo (modo, forma, tempo). Auxiliares Modais Locuções verbais. Verbos irregulares. Voz ativa/passiva. Advérbios. Locuções Adverbiais. Preposições. Conjunções. Processos de formação de palavras. Discurso indireto. Interpretação de Textos. Prova mista em língua portuguesa e língua inglesa. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Educação Física (Cargo 08)

Corpo, sociedade e a construção da cultura corporal de movimento; Nutrição e atividade física; Socorros de urgência aplicados à Educação Física; Educação Física no currículo da Educação Básica: significados e possibilidades; As diferentes tendências pedagógicas da Educação Física na escola; Educação Física escolar e cidadania; Os objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação na Educação Física Escolar; Esporte e jogos na escola: competição, cooperação e transformação didático-pedagógica; Crescimento e desenvolvimento motor; Concepções de Educação e Escola; Ética no trabalho docente; Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando; Desenvolvimento das capacidades inerentes ao rendimento esportivo; Abordagens da educação física escolar; Motricidade humana; Biodinâmica da atividade humana; Atividade física e qualidade de vida; Histórico da educação física no Brasil; Condicionamento físico e performance humana; Esportes, lutas e danças – histórico e regras; Anatomia Humana. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Artes (Cargo 09)

A História da Arte Geral. A História da Arte no Brasil. A História da Arte Arquitetônica. A Educação Musical na Escola. O Teatro. O Jogo dramático teatral na escola. Harmonia de cores. Geometria. Projeções Geométricas. Elementos básicos das composições artísticas (coreografias, teatrais, musicais, visuais, audiovisuais) e suas gramáticas articuladoras. O Ensino da Educação Artística no Ensino Fundamental: a metodologia do ensino da arte; o desenvolvimento expressivo nas diferentes áreas artísticas e suas relações com o desenvolvimento biológico, afetivo, cognitivo e sócio cultural do ser humano. As diferentes linguagens artísticas e a educação. Dança como: linguagem que permite exteriorizar sentimentos e emoções, expressão da própria vida. Tipos de dança e a cultura da dança na história. História da música no Brasil. Influências da música africana e indígena na música nacional. Origem da música. Expressão musical aplicada a educação. Oficinas de expressão musical. Fontes sonoras. Construção de instrumentos musicais e objetos sonoros. Tipos de repertórios. Música da cultura infantil. Aspectos teóricos da música (som, partituras, timbre, voz, notas musicais). Construção de projetos e oficinas através de musicalização. Tipos de instrumentos musicais. A história do teatro, conceitos, teorias, principais produtores, diretores, peças premiadas. O ensino de teatro no contexto atual. Processo de construção do conhecimento em teatro: interações com texto, o espaço, o contexto e os personagens. Artes, história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Pedagogias teatrais: contexto e gênese. O teatro na educação: fundamentos. Noções de artes técnicas no teatro: Figurino: o que é?, sua função, espaço e tempo. Elementos e adereços de cenário e de cena. Cenografia: história, riscos, simplicidade. Iluminação: intensidade, cor, distribuição, movimento e luz. Sonoplastia e sonorização: histórico, efeitos especiais, tipos de equipamentos, montagens, consertos, instalação elétrica e eletrônica. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Professor de Língua Portuguesa (Cargo 10)

Fonética e Fonologia: Fonema e Sílabas; Encontro Vocálicos e Consonantais e Dígrafo; Ortografia; Acentuação. Morfologia: Estrutura das Palavras; Formação das Palavras; Classificação e Flexão das Palavras; Classe de Palavras. Sintaxe: Frase, Oração, Período; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Período; Sinais de Pontuação; As Palavras "Que" e "Se"; Uso dos porquês; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência; Sintaxe de Colocação; Crase; Uso do hífen; Problemas Gerais da Língua Culta; Significação das Palavras. Estilística: Figuras de Linguagem; Vícios de linguagem. Redação: Tipos de Composição: Descrição, Narração, Dissertação; Tipos de Discurso; Análise e Interpretação de Textos; As qualidades e defeitos de um texto. Literatura: Literatura Brasileira. Replica-se também todo o conteúdo programático de língua portuguesa destinada ao conhecimento geral para cargos de nível superior. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Pedagogo (Programa de Leitura e Matemática) (Cargo 11)

Fonética e Fonologia: Fonema e Sílabas; Encontro Vocálicos e Consonantais e Dígrafo; Ortografia; Acentuação. Morfologia: Estrutura das Palavras; Formação das Palavras; Classificação e Flexão das Palavras; Classe de Palavras. Sintaxe: Frase, Oração, Período; Termos Essenciais da Oração; Termos Integrantes da Oração; Termos Acessórios da Oração; Período; Sinais de Pontuação; As Palavras "Que" e "Se"; Uso dos porquês; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regência; Sintaxe de Colocação; Crase; Uso do hífen; Problemas Gerais da Língua Culta; Significação das Palavras. Estilística: Figuras de Linguagem; Vícios de linguagem. Redação: Tipos de Composição: Descrição, Narração, Dissertação; Tipos de Discurso; Análise e Interpretação de Textos; As qualidades e defeitos de um texto. Literatura: Literatura Brasileira. Replica-se também todo o conteúdo programático de língua portuguesa destinada ao conhecimento geral para cargos de nível superior. Produção de texto e gêneros textuais. Aritmética e Conjuntos: Os conjuntos numéricos (naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais); operações básicas, propriedades, divisibilidade, contagem e princípio multiplicativo. Proporcionalidade. Álgebra: Equações de 1º e 2º graus; funções elementares, suas representações gráficas e aplicações: lineares, quadráticas, exponenciais, logarítmicas e trigonométricas; progressões

aritméticas e geométricas; polinômios; números complexos; matrizes, sistemas lineares e aplicações na informática; fundamentos de matemática financeira. Espaço e Forma: Geometria plana, plantas e mapas; geometria espacial; geometria métrica; geometria analítica. Tratamento de Dados: Fundamentos de estatística; análise combinatória e probabilidade; análise e interpretação de informações expressas em gráficos e tabelas. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Auxiliar de Sala (Cargo 12)

Critérios para um atendimento em creches que respeitem os Direitos Fundamentais das Crianças – 2009 (autor: Maria Malta Campos; disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/direitosfundamentais.pdf>). Ética e cidadania. Noções básicas de relações humanas no trabalho. Noções básicas de primeiros socorros. Conservação do material pedagógico. Relacionamento interpessoal. A brincadeira, as interações e as diferentes linguagens como eixos norteadores do trabalho educativo-pedagógico. Noções de cuidados e higiene infantil. Noções de higiene pessoal e coletiva. Sistema operacional Windows, aplicativos Microsoft Word, Excel e PowerPoint, navegadores e princípios básicos de internet. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

Merendeira / Faxineira (Cargo 13)

Atividades específicas teóricas inerentes ao emprego. Boas Maneiras. Comportamento no ambiente de trabalho. Organização do local de trabalho. Carregamento e descarregamento de mercadorias de veículos em geral. Serviços de capina em geral. Produtos de limpeza, sua utilidade e aplicação. Instrumentos e materiais utilizados na realização de limpezas em geral. Serviços de limpeza de: móveis, paredes, janelas, portas, vidros, espelhos, persianas, equipamentos, escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios. Coleta de lixo e tipos de recipientes. Guarda e conservação de alimentos. Controle de estoque de materiais de limpeza e de cozinha. Higiene pessoal e com todo o material mantido sobre a sua responsabilidade. Noções de segurança no trabalho. Noções de primeiros socorros. Noções básicas sobre segurança no trabalho. Ética profissional. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais (Regime Jurídico). Questões relativas às atividades inerentes a função.

ANEXO II - REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS

REQUERIMENTO DE VAGA ESPECIAL OU DE CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROVAS

_____, inscrito (a) no Processo Seletivo nº 14/2019 do Município de Trombudo Central, inscrição nº _____, concorrendo ao cargo de _____, CPF nº _____, portador do documento de identidade nº _____, residente e domiciliado na _____, - _____ nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, requer a Vossa: (Assinale a sua opção)

() Vaga para Portadores de Necessidades Especiais

Deficiência: _____
CID nº: _____
Médico: _____ CRM: _____

() Condição Especial para a Realização de Provas

- a) () Prova Ampliada
Fonte nº _____ / Letra _____
b) () Sala Especial
Especificar: _____
c) () Leitura de Prova
Especificar: _____
d) () Amamentação
Nome do Acompanhante: _____
e) () Outra Necessidade
Especificar: _____

Nestes Termos.
Pede Deferimento.

Trombudo Central/SC, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) Candidato (a)

ANEXO III - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO Nº 14/2019

1.1. A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

| DATA PREVISTA | ATO |
|---------------|---|
| 08/11/2019 | Publicação do Edital. |
| 11/11/2019 | Prazo para contestação do Edital |
| 12/11/2019 | Publicação do Edital revisado, se for o caso. |

| | |
|---|---|
| 12/11/2019 - 08h00min
à
26/11/2019 - 17h00min | PERÍODO DAS INSCRIÇÕES. Prazo para solicitação para condição especial para realização da prova, para solicitação para a solicitação de vaga especial – PNE e para envio dos documentos da Prova de Títulos. |
| 26/11/2019 | Prazo final para o pagamento da Taxa de Inscrição. |
| 27/11/2019 até as 23h59min | Homologação provisória das inscrições, da listagem de candidatos com condição especial de prova e de candidatos inscritos em vaga especial. |
| 28/11/2019 - 08h00min
à
29/11/2019 - 17h00min | Prazo para recurso contra não homologação da inscrição, contra o indeferimento de condição especial de prova e contra o indeferimento de inscrição para vaga especial. |
| 02/12/2019 | Homologação final das inscrições e Divulgação dos Locais de Prova com a listagem de Candidatos/Sala. |
| 08/12/2019 | Data da Prova Escrita |
| 09/12/2019 até as 07h30min | Publicação do gabarito provisório e caderno de provas. |
| 09/12/2019 - 08h00min
à
10/12/2019 - 17h00min | Prazo para recurso contra as questões da prova escrita e gabarito provisório. |
| Até o dia 16/12/2019 as 23h59min | Publicação do extrato de recursos, publicação do gabarito oficial e publicação da classificação provisória. |
| Dois dias úteis após a classificação provisória, iniciando as 8h do primeiro dia com término as 17h do segundo dia. | Prazo para recurso contra a Classificação Provisória, contra o Resultado da Prova Prática e contra o Resultado da Prova de Títulos. |
| Dois dias úteis após o encerramento dos recursos. | Resultado final do Processo Seletivo nº 14/2019. |
| 20/12/2019 | Data de escolha de vagas para as Férias. |

1.2. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão do Processo Seletivo e da Comissão da NBS PROVAS, sendo de total responsabilidade do candidato, acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame, previstos no Item 2 deste Edital, não cabendo qualquer tipo de reembolso ou restituição ao candidato, em virtude de alteração de qualquer data inicialmente prevista.

ANEXO IV - FORMULÁRIO DE RECURSO DE QUESTÃO (GABARITO)

1.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

1.2. ELETRÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10.3 do Edital, devendo o impetrante apenas seguir as disposições de número 6 e 8.

1.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, cumprindo todos os requisitos do Item 10.3 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão do Processo Seletivo nº 14/2019
TROMBUDO CENTRAL/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Número da Questão: _____.

Transcrição completa da questão, inclusive com as alternativas A à D:

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

Referências Bibliográficas (conforme norma ABNT 6023):

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO V - FORMULÁRIO DE RECURSOS DIVERSOS

1.1. O recurso relacionado à questão de prova poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

1.2. ELETRÔNICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário eletrônico disponível na página www.nbsprovas.com.br, acessado a partir da "Área do Candidato", efetuando o seu preenchimento completo, conforme apresentado na página. O formulário já contempla todos os requisitos no Item 10 do Edital.

1.3. FÍSICA: Efetuando o preenchimento completo do formulário abaixo, de maneira clara e objetiva, cumprindo todos os requisitos do Item 10 do Edital, efetuando o protocolo, conforme determina o Item 11 do Edital.

À

Comissão do Processo Seletivo nº 14/2019
TROMBUDO CENTRAL/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

Tipo de Recurso:

| | |
|--|---|
| | Cancelamento/Indeferimento de Inscrição |
| | Classificação Provisória |
| | Indeferimento ao pedido de Vaga Especial |
| | Itens do Edital |
| | Resultado da Prova Prática ou da Prova de Títulos |
| | Outros (especificar): |

Fundamentação e Fonte(s) que embasa(m) a argumentação do Candidato:

| |
|--|
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |
| |

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

ANEXO VI - ATRIBUIÇÕES INERENTE AOS CARGOS

Professor de Educação Infantil (Cargo 01)
 Professor de Ensino Fundamental - Anos Iniciais (Cargo 02)
 Professor de Matemática (Cargo 03)
 Professor de Ciências (Cargo 04)
 Professor de História (Cargo 05)
 Professor de Geografia (Cargo 06)
 Professor de Inglês (Cargo 07)
 Professor de Educação Física (Cargo 08)
 Professor de Artes (Cargo 09)
 Professor de Língua Portuguesa (Cargo 10)
 Pedagogo (Programa de Leitura e Matemática) (Cargo 11)

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o Plano Político Pedagógico do Centro de Educação Básica e ou Centro de Educação Infantil; Planejar, ministrar as aulas e ou experiências e orientar a aprendizagem; Divulgar o seu trabalho nas redes sociais, conforme especificação da Secretaria; Avaliar o desempenho dos alunos/criança de acordo com o regimento escolar nos prazos estabelecidos, detalhando no planejamento as metodologias de avaliação; Participar efetivamente dos Programas e projetos propostos pela Rede Municipal de Ensino; Zelar pela aprendizagem, por meio de mediações diferenciadas e atividades específicas; Levantar, interpretar e formar dados relativos à realidade de sua (s) classe/ turma, por meio do diagnóstico inicial e avaliação da turma; Encaminhar os alunos/ Crianças aos setores específicos de atendimento se houver necessidade; Estabelecer formas alternativas de recuperação paralela para os alunos / crianças; Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, por meio de projetos, mediações e atividades diferenciadas; Realizar mediações de conflito eficiente com a sua turma e a comunidade escolar e socializar com a gestão da unidade sobre os procedimentos aplicados; Zelar pelo material docente, as instalações e recursos; Participar do processo de planejamento das atividades do Centro de Educação Básica e ou Centro de Educação Infantil; Colaborar com as atividades de articulação Centro de Educação Básica e ou Centro de Educação Infantil com as famílias e a comunidade; Ajudar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e coordenação pedagógica; Seguir as diretrizes do ensino, emanadas do órgão superior competente; Demonstrar espírito cooperativo e participar das ações de envolvimento do Centro de Educação e da comunidade escolar; Participar de reuniões e eventos promovidos pela unidade escolar (assembleia de pais, dia da família, portfólio...); Frequentar curso/reuniões/eventos promovidos pela Secretaria; Justificar as saídas da Unidade; Entregar a documentação em prazo hábil; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

Auxiliar de Sala (Cargo 12)

Participar das atividades desenvolvidas pelo Professor, em sala de aula ou fora dela; manter-se integrado com o professor e as crianças; participar de reuniões pedagógicas e de grupos de estudos, na unidade educativa; seguir a orientação da supervisão da Unidade educativa; Orientar para que a criança adquira hábitos de higiene; promover ambiente de respeito mútuo e cooperação entre as crianças e demais profissionais da unidade educativa; atender as crianças, respeitando a fase em que estão vivendo; Atender as solicitações das crianças; auxiliar na adaptação de novas crianças; comunicar o professor e ao responsável pela unidade educativa as anormalidades no processo de trabalho; receber e entregar as crianças às famílias e zelar pelo repouso e intervalo de almoço; desenvolver hábitos de higiene, junto às crianças; promover e auxiliar e alimentação das crianças nos horários pré-estabelecidos; comunicar ao professor e/ou diretor situações que requeiram atenção especial; responsabilizar-se por grupos de crianças exercendo outras atividades de cuidado em período de férias do professor titular, para garantir o trabalho dos pais nos recessos escolares; realizar outras tarefas correlatas com a função.

Merendeira / Faxineira (Cargo 13)

Preparar a alimentação, temperando, amassando e triturando os alimentos de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado, auxiliando as crianças nas suas refeições, para garantir o bem estar e o desenvolvimento sadio das mesmas; Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação; Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita; Fazer a cocção dos alimentos utilizando a forma e o vasilhame mais adequado; Fazer a limpeza dos talheres e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos para assegurar a sua posterior utilização em condições de higiene; Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos a deterioração para providenciar as reposições necessárias; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos. Executar atividades de apoio à atividades técnicas e administrativas do serviço público municipal. Executar trabalho rotineiro de limpeza em geral em edifícios, prédios e dependências, escolares, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis, utensílios e instalações, louças, talheres, copos, vasilhames, panelas e outros para manter as condições de higiene e conservação; Remover o pó dos móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos, espanando-os ou limpando-os com, flanelas ou vassouras apropriadas para conservar-lhes a aparência; Limpar utensílios, como cinzeiros e objetos de adorno, utilizando pano, esponja ou outros materiais de limpeza, embebidos em água e sabão, detergentes e/ou outros produtos de limpeza, para manter a boa aparência dos locais; Arrumar banheiros e toaletes, limpando-os e reabastecendo-os com papel sanitário, toalhas e sabonetes, para conservá-los em condições de uso; Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeiras ou incineradores; Executar outras atividades correlatas ou complementares, inerentes à função e/ou determinadas pelos superiores hierárquicos.

ANEXO VII - REQUERIMENTO DE ANÁLISE DE TÍTULOS

1.1. O Requerimento de Análise de Títulos poderá ser apresentado de duas maneiras distintas:

1.2. ELETRÔNICA: Regulamentado pelos Itens 6.3.13 à 6.3.20.

1.3. FÍSICA: Regulamentado pelos Itens 6.3.22 à 6.3.29. O preenchimento deve ser efetuado via editor de texto (Word ou similar), sob pena de indeferimento, sendo o formulário abaixo disponibilizado via Área do Candidato.

1.4. Em ambas as formas de apresentação de títulos, não devem ser somadas as horas de uma mesma Empresa, devendo ser listado de forma individual, sendo uma linha/registro para cada certificado apresentado, devendo ser acrescentadas tantas linhas/registros quanto forem necessários, para o número total de certificados apresentados.

Ilmo(a). Sr(a).

Presidente da Comissão do Processo Seletivo n.º 14/2019

TROMBUDO CENTRAL/SC

Nome do Candidato: _____.

Nº do CPF: _____ Nº da Inscrição: _____.

Cargo: _____.

O candidato(a) acima identificado vem apresentar como Prova de Títulos, os documentos abaixo listados:

Rol de Títulos Apresentados para a Prova de Títulos:

ITEM A: () Doutorado ou () Mestrado ou () Pós Graduação

| Ordem | Instituição | Cidade/UF | Ano de Conclusão |
|-------|-------------|-----------|------------------|
| 01 | | | |

ITEM B: () Cursos de Aperfeiçoamento na Área

| Ordem | Instituição | Cidade/UF | Carga Horária | Ano de Conclusão |
|-------|-------------|-----------|---------------|------------------|
| | | | | |

* Numere os títulos anexados com o número de ordem informado neste formulário, devendo ser utilizada uma linha por título (Item B). Adicione quantas linhas forem necessárias para o correto preenchimento

Declaro que entreguei na data abaixo, os títulos acima especificados, ciente de que os mesmos serão objetos de análise da Comissão Especial do Processo Seletivo, estando ciente das sanções civis e criminais, bem como de que não serão aceitos títulos em outra data que não a do ato de inscrição.

Data: ____/____/____.

(assinatura do candidato)

OBRIGATORIA ASSINATURA A PUNHO

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 123/2019

Publicação Nº 2220516

CONTRATO Nº 123/2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa CB COMÉRCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS BOFF LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 01.669.984/0001-60, estabelecida na Rua Amazonas, 62 – sala 02, Centro na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representado pelo seu sócio administrador Sr. Clovis Boff, portador da Carteira de Identidade nº 2.356.969, do CPF nº 681.928.789-53, na Rua Amazonas, 62 Centro na cidade de São Miguel do Oeste/SC doravante denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 283/2019 Pregão nº 176/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de aquisição de BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

| ÍTEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QUT | CUSTOS | |
|-------------|---|----------------------|-----|-----|--------------|----------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 1 | BLOCOS DE ENCAIXE VERTICAL
Base em madeira tamanho 33x22x6cm com 10 pinos para encaixe das peças + 25 peças geométricas coloridas com furos para serem encaixados na base. Pode ser usado também como um quebra cabeça/puzzle vertical. Desenvolve o raciocínio lógico, concentração, seriação e classificação. Idade recomendada: acima de 3 anos | J. PLAY-MOD. BEV | und | 16 | 53,00 | 848,00 |
| 3 | KIT COM 22 AGARRAS TAMANHOS P, M E G PARA PAREDE DE ESCALADA
Agarras confeccionadas em resina poliéster + carga mineral | RENTWALL-MOD. AGARRA | und | 12 | 283,00 | 3.396,00 |
| 4 | FAMÍLIA TERAPÊUTICA
Bonecos de feltro para profissionais que atuam na psicologia ou com inclusão social. Disponível branca, e negra. | CARLU-MOD.CON | und | 2 | 105,00 | 210,00 |
| 6 | SACOLA CRIATIVA TUBES 300 PEÇAS
Em plástico atóxico de alto brilho, cores vivas, nos formatos: Tubo simples com encaixe macho e fêmea; Tubo T com dois encaixes fêmea e um encaixe macho; Tubo cotovelo com encaixe macho e fêmea; Rodinhas com eixo | B.MOBIL-MOD.SAC | und | 2 | 173,00 | 346,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | R\$ 4.800,00 | |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1.O Município de Tunápolis pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).



2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, conforme objeto deste CONTRATO, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

4.1.1. A fornecedora poderá ser convocada para participar dos testes de verificação de conformidade dos produtos com as exigências técnicas do Edital, devendo comparecer às dependências do CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da convocação;

4.1.2. "Recebimento provisório": será lavrado na data da entrega do bem, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a"; da Lei nº 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento;

4.1.3. "Recebimento definitivo": será lavrado em até 8 (oito) dias úteis após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b"; da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

4.2. Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e características físicas e especificações técnicas fornecidas, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (60,238,74,73,239,90,89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2019.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2019, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 07 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA CB-COMERCIO DE LIVROS E BRINQUEDOS
PREFEITO MUNICIPAL BOFF LTDA -ME
CONTRATANTE CONTRATADA
Clovis Boff (sócio administrador)

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Angelita Stulp Bourscheid
Fiscal do Contrato
CPF: 760.381.819-20

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
CPF:918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 124/2019

Publicação Nº 2220520

CONTRATO Nº 124/2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 03.508.291/0001-11, estabelecida na Rua Santos Dumont, 271, centro na cidade de São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por sua sócia e administradora Sra. Ivanete Marta Dalla Vecchia Martini, inscrita sob a carteira de identidade nº 1.656.658 e CPF nº 430.205.509-04, residente e domiciliada na Rua Santos Dumont, 271 centro de São Miguel do Oeste, doravante denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 283/2019 Pregão nº 176/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de aquisição de BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

| ÍTEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QUT | CUSTOS | |
|-------------|---|--------|-----|-----|--------------|----------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 2 | KIT INVENTANDO E CONSERTANDO
Kit com 2 ferramentas, 14 peças para montar, 6 parafusos e 6 roscas, com uma embalagem que é uma maleta para guardar as peças. Encaixando as peças e rosqueando os parafusos, a criança pode criar diferentes formas, desenvolvendo a motricidade fina e exercitando a criatividade | LUME | und | 16 | 79,80 | 1.276,80 |
| 10 | DESAFIO DO EQUILÍBRIO
Jogo para desenvolver habilidades motoras e estratégicas! A cor do dado indica a próxima peça que deve ser empilhada sobre a base. O objetivo é não deixar a torre cair.
Pode ser jogado individualmente ou em dupla (21 peças). | LUME | und | 6 | 36,40 | 218,40 |
| 11 | BLOCOS FAZENDINHA
Contém: 2 telhados, 8 pinos simples, 4 pinos quádruplos, 16 pinos duplos, 1 porco, 1 vaca, 1 cavalo, 1 galinha, 8 cercas, 1 trator, 1 carretão, 2 chassis, 2 pinos com rodas, 1 boneco, 3 pinos triplos e 1 caixa com tampa. Acompanha adesivos | DISMAT | und | 16 | 66,40 | 1.062,40 |
| 12 | KIT MASSINHA ROLOS CORTADRES
14 acessórios e 2 potes de massinha de 112g | DISMAT | und | 12 | 39,80 | 477,60 |
| TOTAL GERAL | | | | | R\$ 3.035,20 | |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1.O Município de Tunápolis pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 3.035,20 (três mil e trinta e cinco reais com vinte centavos) cotado



na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, conforme objeto deste CONTRATO, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

4.1.1. A fornecedora poderá ser convocada para participar dos testes de verificação de conformidade dos produtos com as exigências técnicas do Edital, devendo comparecer às dependências do CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da convocação;

4.1.2. "Recebimento provisório": será lavrado na data da entrega do bem, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a"; da Lei nº 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento;

4.1.3. "Recebimento definitivo": será lavrado em até 8 (oito) dias úteis após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b"; da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

4.2. Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e características físicas e especificações técnicas fornecidas, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (60,238,74,73,239,90,89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2019.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2019, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA – ME
 PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA
 CONTRATANTE Ivanete Marta Dalla Vecchia Martini
 Administradora e sócia

Alcides Luis Hofer
 Assessor Jurídico
 OAB/SC 33.683

Angelita Stulp Bourscheid
 Fiscal do Contrato
 CPF: 760.381.819-20

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger
 CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 125/2019

Publicação Nº 2220523

CONTRATO Nº 125/ 2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa DOUGLAS ALAN HEINEN 01873143907, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 18.828.722/0001-02, estabelecida na Rua São Luiz, 1960, centro na cidade de Pinhalzinho/SC, neste ato representada por seu representante Legal Sr. Sirio Cassius Heinen, inscrita sob a carteira de identidade nº 353.673 e CPF nº 219.283.989-87, residente e domiciliada na Rua São Luiz, 1960, centro de Pinhalzinho/SC, doravante denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 283/2019 Pregão nº 176/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de aquisição de BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

| ÍTEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QUT | CUSTOS | |
|-------------|---|-------|-----|-----|------------|--------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 5 | BONECOS EQUILIBRISTAS 32 PEÇAS
O objetivo é empilhar o máximo de boneco possível sem deixar cair, são diversas formas de empilhar. E ainda esse brinquedo estimula a imaginação e a criatividade para empilhar os bonecos, auxilia na coordenação motora, percepção visual, raciocínio lógico, integração visuo-espacial | MARAL | und | 16 | 29,90 | 478,40 |
| TOTAL GERAL | | | | | R\$ 478,40 | |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1. O Município de Tunápolis pagará ao Vencedor o valor de R\$ 478,40 (quatrocentos e setenta e oito reais com quarenta centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, conforme objeto deste CONTRATO, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

4.1.1. A fornecedora poderá ser convocada para participar dos testes de verificação de conformidade dos produtos com as exigências técnicas do Edital, devendo comparecer às dependências do CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da convocação;

4.1.2. "Recebimento provisório": será lavrado na data da entrega do bem, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a"; da Lei nº 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento;

4.1.3. "Recebimento definitivo": será lavrado em até 8 (oito) dias úteis após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b"; da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

4.2. Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e características físicas e especificações técnicas fornecidas, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (60,238,74,73,239,90,89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2019.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2019, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis,SC., 07 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA DOUGLAS ALAN HEINEN 1873143907

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

CONTRATANTE Sirio Cassius Heinen

Representante legal

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

Angelita Stulp Bourscheid

Fiscal do Contrato

CPF: 760.381.819-20

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff

CPF:918.368.409-34

Sheila Inês Bieger

CPF: 020.226.259.60

CONTRATO Nº 126/ 2019

Publicação Nº 2220525

CONTRATO Nº 126/ 2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de **CONTRATANTE**.

CONTRATADO: A empresa GESUL COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Av. 7 de setembro, 662-apto 501, centro, Maravilha, SC, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 14.711.959/0001-40, neste ato devidamente representada através de procuração pelo Sr. André Luiz Lansing Schnorrenberger, inscrito sob o CPF nº 029.962.159-66, e carteira de identidade nº 4.315737, residente e domiciliada na Rua São Paulo, 423, Bairro São José na cidade de Maravilha/SC, considerada doravante **CONTRATADA**.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 283/2019 Pregão nº 176/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de aquisição de BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

| ÍTEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QUANT. | CUSTOS | |
|-------------|--|---------|-----|--------|--------------|----------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 14 | NEW BIG PLAY
Com escorregador de 1,50m de comprimento, 05 amplos degraus, plataforma para abrigar diversas crianças, esconderijo inferior com janelas para sair em qualquer direção. Sistema de encaixe para caixa de areia ou água.
Medidas: 232 x 134 x 149 cm | XALINGO | und | 1 | 2.635,00 | 2.635,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | R\$ 2.635,00 | |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1. O Município de Tunápolis pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 2.635,00 (dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, conforme objeto deste CONTRATO, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

4.1.1. A fornecedora poderá ser convocada para participar dos testes de verificação de conformidade dos produtos com as exigências técnicas do Edital, devendo comparecer às dependências do CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da convocação;

4.1.2. "Recebimento provisório": será lavrado na data da entrega do bem, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a"; da Lei nº 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento;

4.1.3. "Recebimento definitivo": será lavrado em até 8 (oito) dias úteis após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b"; da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

4.2. Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e características físicas e especificações técnicas fornecidas, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusas as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V

do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (60,238,74,73,239,90,89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2019.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2019, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Novembro de 2019.

| | |
|---------------------|------------------------------------|
| RENATO PAULATA | GESUL COMERCIAL LTDA |
| PREFEITO MUNICIPAL | CONTRATADA |
| CONTRATANTE | André Luiz Lansing Schnorrenberger |
| Representante Legal | |

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Angelita Stulp Bourscheid
Fiscal do Contrato
CPF: 760.381.819-20

| | |
|---------------------------|---------------------|
| Testemunhas: | |
| Cleverson Inácio Kerkhoff | Sheila Inês Bieger |
| CPF: 918.368.409-34 | CPF: 020.226.259-60 |

CONTRATO Nº 127/2019

Publicação Nº 2220527

CONTRATO Nº 127/2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa JB EQUIPAMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita sob o CNPJ nº 13.772.057/0001-50, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 219, Centro na cidade de Cunha Porã/SC, neste ato representado pela sua sócia administradora Sra. Tatiane Deonizia Arezi, portadora da Carteira de Identidade nº 5.069.249, do CPF nº 052.302.109-74, residente e domiciliada na Rua Rui Barbosa, 240, apt 301, centro do município de Cunha Porã/SC, doravante denominada CONTRATADA.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, na Lei nº 10.520/02 e no Processo Licitatório nº 283/2019 Pregão nº 176/2019 e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na aquisição de aquisição de BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, QUE SERÃO DESTINADOS PARA AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO conforme especificações constantes da Proposta declarada vencedora da Licitação acima referida.

| ÍTEM | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | UND | QUT | CUSTOS | |
|-------------|---|-------------------|-----|-----|--------------|----------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 7 | TROCA-TROCA
Estimular habilidades como: concentração, raciocínio e lógica. A troca ou manejo dos bastões requer muita atenção para concluir o desafio por suas inúmeras possibilidades de jogadas. 1 Tabuleiro e 16 bastões. 30x19x7cm | HERGG TROCA TROCA | und | 2 | 36,90 | 73,80 |
| 8 | TROCA-TROCA + JOGO DA VELHA
Estimular habilidades como: concentração, raciocínio e lógica. A troca ou manejo dos bastões requer muita atenção para concluir o desafio por suas inúmeras possibilidades de jogadas. 1 Tabuleiro e 36 bastões. 39x29x7cm | HERGG TROCA TROCA | und | 2 | 65,90 | 131,80 |
| 9 | TROCA-TROCA O DESAFIO
Estimular habilidades como: concentração, raciocínio e lógica. A troca ou manejo dos bastões requer muita atenção para concluir o desafio por suas inúmeras possibilidades de jogadas. 1 Tabuleiro e 81 bastões. 61x41x7cm | HERGG TROCA TROCA | und | 2 | 167,50 | 335,00 |
| 13 | MASSA DE MODELAR - CORES SORTIDAS (pote individual)
As massinhas não grudam, não mancham e não são tóxicas. | ACRILEX ABELINHA | und | 40 | 3,55 | 142,00 |
| 15 | FUN PLAY
Playground compacto e superdivertido. Ideal para quem tem pouco espaço. Em cores vivas que despertam a alegria da criança, esse playground possui diversas atividades em um único módulo. Composto de uma plataforma com telhado, com duas escaladas, um escorregador em curva e um túnel. Feito de plástico rotomoldado de alta durabilidade o play. Indicado para crianças a partir dos 3 anos de idade.
Medidas: 3,32 x 3,40 x 2,15 m | XALINGO FUN PLAY | und | 1 | 4.737,00 | 4.737,00 |
| TOTAL GERAL | | | | | R\$ 5.419,60 | |

CLÁUSULA SEGUNDA - PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO.

2.1.O Município de Tunápolis pagará ao CONTRATADO o valor de R\$ 5.419,60 (cinco mil, quatrocentos e dezenove reais com sessenta centavos) cotado na proposta declarada vencedora da Licitação em ata, em até 8(oito) dias, após entrega dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, efetiva apresentação da nota fiscal. Somente serão pagas as notas fiscais para as empresas que estiverem com a regularidade fiscal e trabalhista, (Certidões Negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa Estadual; Certidão Negativa Municipal; Certificado de Regularidade do FGTS – CRF; e, Certidão de Regularidade Trabalhista – CNDT) REGULARIZADA, de acordo com o que rege a Lei nº 8.666/93 – Lei de Licitações (art. 27, IV; art. 55, XIII).

2.2. A Nota Fiscal deverá conter todas as especificações dos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, conforme objeto deste CONTRATO, devidamente atestada pela pessoa indicada como responsável pelo recebimento.

2.3. Os valores mencionados na proposta declarada vencedora não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE.

3.1. Os valores mencionados neste contrato não sofrerão reajuste.

CLÁUSULA QUARTA – RECEBIMENTO DOS EQUIPAMENTOS

4.1. O recebimento do objeto observará o seguinte procedimento:

4.1.1. A fornecedora poderá ser convocada para participar dos testes de verificação de conformidade dos produtos com as exigências técnicas do Edital, devendo comparecer às dependências do CONTRATANTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da data da convocação;

4.1.2. "Recebimento provisório": será lavrado na data da entrega do bem, de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "a"; da Lei nº 8.666/1993, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento;

4.1.3. "Recebimento definitivo": será lavrado em até 8 (oito) dias úteis após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 73, II, alínea "b"; da Lei nº 8.666/1993, compreendendo a aceitação do bem, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas;

4.2. Caso seja verificado alguma falha quanto a defeitos de fabricação, quantidades recebidas e características físicas e especificações técnicas fornecidas, a CONTRATADA será notificada pelo Fiscal do contrato e terá um prazo máximo de 03 (três) dias úteis para fornecimento dos novos produtos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelos BRINQUEDOS E JOGOS EDUCATIVOS E PEDAGÓGICOS, os quais deverão ser executados no tempo acordado e de acordo com normas técnicas do fabricante da marca do equipamento ou máquinas da compatibilidade a padrões de tempo de execução para cada tipo de serviço.

5.2 Permitir o acompanhamento, quando for o caso, no todo ou em parte, por servidor público especialmente designado para aludido fim.

5.3 A CONTRATADA é responsável por seus funcionários ou pessoal contratado, obriga-se a executar, sob pena de rescisão do contrato, nas condições estipuladas, a prestação dos serviços, objeto deste Contrato, bem como é de sua inteira responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente Contrato, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos, inclusive as sociais, bem como todas as obrigações tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do Contrato. É responsável também em arcar com eventuais prejuízos, indenizações e demais responsabilidades, causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados, por ineficiência, negligência, imperícia, imprudência ou irregularidades cometidas na execução do contrato.

5.4 A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

5.5 A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 O município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuará o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

6.2 Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços executados, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registros próprios, falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

6.3 Efetuar o pagamento a CONTRATADA, de acordo com as condições estabelecidas neste contrato;

CLÁUSULA SÉTIMA - DESPESAS E FONTES DOS RECURSOS

7.1 - Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob os números: (60,238,74,73,239,90,89) da Prefeitura Municipal de Tunápolis do ano de 2019.

CLÁUSULA OITAVA- DO PRAZO.

8.1 O presente contrato tem sua vigência até dia 31 de Dezembro de 2019, iniciando na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite permitido pela Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA - RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 O presente contrato poderá ser rescindido:

9.1.1 Por ato unilateral e escrito da administração nos casos de inexecução total ou parcial;

9.1.2 Por acordo entre as partes;

9.1.3 Judicialmente, nos termos da legislação, respeitados, no primeiro caso, os direitos da Administração conforme previsto no art. 77 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – PENALIDADES

10.1 O não cumprimento as obrigações assumidas ou dos preceitos legais aplicáveis sujeitará o Contratado às seguintes penalidades:

10.1.1 Advertência.

10.1.2 Suspensão do direito de licitar junto ao Município;

10.1.3 Declaração de inidoneidade;

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da proposta no caso de inadimplência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORO COMPETENTE

11.1 Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, SC, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para adoção de medidas judiciais oriundas do presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Tunápolis, SC., 07 de Novembro de 2019.

RENATO PAULATA JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADA

CONTRATANTE Tatiani Deonizia Arezi

Sócia administradora

Alcides Luis Hofer
Assessor Jurídico
OAB/SC 33.683

Angelita Stulp Bourscheid
Fiscal do Contrato
CPF: 760.381.819-20

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259.60

LEI COMPLEMENTAR Nº 61/2019

Publicação Nº 2219156

LEI COMPLEMENTAR Nº 61, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Dá nova redação ao Anexo I, letra B, da Lei Complementar nº 60, de 24 de outubro de 2019, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e contém Outras Providências. O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I, letra B, da Lei Complementar nº 60, de 24 de outubro, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, criando mais uma vaga no cargo de Agente de Combate à Endemias, ficando assim o Anexo I a vigorar com as alterações dadas pela redação definida pela presente Lei Complementar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 07 de novembro de 2019.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

ANEXO I DENOMINAÇÃO E VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS

A) ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR - ANS

B) ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

| VAGAS | DENOMINAÇÃO |
|-------|-------------------------------------|
| 10 | Agente Administrativo |
| 02 | Agente de Combate à Endemias |
| 01 | Agente de Defesa Civil |
| 01 | Atendente de Farmácia |
| 01 | Técnico em Contabilidade |
| 07 | Técnico Enfermagem |
| 02 | Técnico em Saúde Bucal |
| 01 | Técnico em Informática/Eletricidade |
| 02 | Fiscal Sanitário e Epidemiológico |
| 02 | Fiscal de Tributos |
| 01 | Auxiliar de Controladoria Interna |
| 01 | Auxiliar Contabilidade |
| 01 | Tesoureiro |

Renato Paulata
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 62/2019

Publicação Nº 2219919

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dá nova redação ao Artigo 10 da Lei Complementar 001, de 01 de julho de 1999, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Municipal.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O art. 10 da Lei Complementar 001, de 01 de julho de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10. O Sistema Municipal de Educação será incumbido de:

.....
.....;

X – Implantar a ampliação da permanência do aluno para o período integral nas escolas da Rede Municipal, assim que as condições econômicas, sociais e pedagógicas recomendarem;

XI – Recensear, anualmente a população em idade escolar para o Ensino Fundamental em colaboração com o Estado e assistência da União;

XII – Organizar as turmas em correspondência com o nível de ensino, professor, carga horária e condições econômicas, legais, pedagógicas e materiais da instituição, observando os critérios abaixo especificados:

a) Nas creches:

1. CRECHE 1: de 04 meses a 01 ano – mínimo 10, máximo 15 alunos por turma, com um professor, um auxiliar de ensino e uma estagiária com formação específica em magistério ou cursando pedagogia, podendo exceder o máximo em dois alunos;

2. CRECHE 2: de 01 ano até 1 ano e 8 meses – mínimo 12, máximo 17 alunos por turma, com um professor, um auxiliar de ensino e uma estagiária com formação específica em magistério ou cursando pedagogia, podendo exceder o máximo em 2 alunos;

3. CRECHE 3: 1 ano e 8 meses até 2 anos e 6 meses – mínimo 12, máximo 18 alunos por turma, com um professor, um auxiliar de ensino e uma estagiária com formação específica em magistério ou cursando pedagogia, podendo exceder o máximo em três alunos.

4. CRECHE 4: 2 anos e 6 meses até 3 anos – mínimo 11, máximo 20 alunos por turma, mais um para desdobrar, com 01 professor, um auxiliar de ensino e uma estagiária com formação específica em magistério ou cursando pedagogia, podendo exceder o máximo em três alunos.

5. CRECHE 5: 3 anos até 3 anos e 11 meses- mínimo 11, máximo 20 alunos por turma, mais um para desdobrar, com 01 professor e um auxiliar de ensino.

Parágrafo único. Todas as turmas da creche somente terão direito a estagiário quando exceder o mínimo de alunos em duas matrículas.

Nas turmas da Creche 5 será oferecido vaga para período parcial, no turno matutino ou vespertino com direito a transporte escolar.

b) Nas Pré-Escolas:

Jardim 1 – de 04 a 05 anos – mínimo de 12, máximo 18, mais dois para desdobrar, com 01 professor;

Jardim 2 – 05 a 06 anos incompletos – mínimo 12, máximo 20, mais dois para desdobrar, com 01 professor.

c) Para o Ensino Fundamental:

a. 1º e 2º ano – mínimo 08, máximo 20, mais três para desdobrar, com um professor;

b. 3º e 4º ano – mínimo 10, máximo 25 alunos, mais dois para desdobrar;

c. 5º ano - mínimo 12, máximo 26 alunos, mais dois para desdobrar.

d. classes bi seriadas quando não atingir número mínimo de alunos para uma turma e o máximo de 16 alunos por turma bi seriada;

d) Casos isolados serão analisados, discutidos e definidos pelo Conselho Municipal de Educação.

XIII – Emitir, anualmente, o edital de matrícula, contendo as diretrizes de organização do ano letivo e os requisitos para ingresso do aluno na rede municipal de ensino em seus diversos níveis de ensino;

XIV – Estabelecer critérios de controle das emissões de transferências, modificações dos regimentos escolares, alterações nos Projetos Políticos Pedagógicos, estatísticas escolares, aplicação de recursos e outros que se fizerem necessários;

XV – Estabelecer políticas educacionais que procurem evitar a evasão, repetência de ano e baixa qualidade do ensino, que poderá ser através da criação de classes de aceleração, classe de apoio, aulas de informática, aulas de música, grupos de dança e de patinação, equipes de teatro, aulas de línguas estrangeiras e outros;

XVI – Executar e regulamentar o transporte escolar de modo que crianças de 3 a 6 anos tenham atendimento diferenciado, e os demais casos respeitarão 1,5 Km de distancia da casa até a linha de ônibus. Os alunos que optarem por matricular-se em escolas fora do zoneamento escolar, entendido aqui o princípio de proximidade com o local (comunidades, linhas, conforme mapa do município), o transporte escolar será de responsabilidade dos pais ou de seus responsáveis. Exceto quando as matrículas se destinarem a escola em tempo integral. Alunos da modalidade creche, não terão direito ao transporte escolar, cabendo aos pais a responsabilidade de deslocamento até a unidade escolar,(exceto os alunos da creche 5).

XVII - Normatizar e executar a idade para o ingresso em qualquer modalidade de ensino, respeitando a data corte de 31 de março do corrente ano letivo.

XIII – Autorizar e incumbir o Conselho Municipal da Educação pela definição de critérios e normas, respeitando o princípio da vulnerabilidade social, para pleitear vaga em creche.

XIX - Organizar a distribuição de vagas de direção das unidades escolares seguindo os seguintes critérios:

a) Escolas com menos de 50 alunos não terá direito a direção escolar, cabendo a Secretaria Municipal de Educação a Gestão das Mesmas.

b) Escolas que tiverem alunos entre 50 e 150 alunos terão direito a direção 20 horas.

c) Escolas que tiverem alunos com mais de 150 alunos terão direito a direção 40 horas.

d) Escolas que funcionam na modalidade integral terão direito a direção 40 horas.

e) Instituições de Ensino onde o Município tenha convênio com cessão de Professor Efetivo, que poderá receber a gratificação de direção quando ocupar esse cargo na Instituição.

Art. 2º Fica revogada a Lei Complementar nº 29, de 15 de dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 08 de novembro de 2019.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

LEI Nº 1413/2019

Publicação Nº 2219920

LEI Nº 1413, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera o Plano Plurianual 2018/2021, para o exercício financeiro de 2020, do Município de Tunápolis, estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º Fica alterado parcialmente o Plano Plurianual 2018/2021, para o exercício financeiro de 2020, do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, em conformidade com o disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos constitucionais e legais, em conformidade com os novos anexos apensos e integrantes a esta Lei.

Art. 2º Os demais anexos integrantes do Plano Plurianual 2018/2021 original, permanecem inalterados nas suas íntegras.

Art. 3º As receitas destinadas ao financiamento dos programas previstos para serem executados no exercício financeiro de 2020, serão as instituídas pelo Código Tributário Municipal, Operações de Crédito, Transferências Auxílios e/ou Contribuições da União, do Estado, das Instituições Públicas, Privadas e Particulares.

Art. 4º As programações físico-financeiras das ações previstas no Plano Plurianual 2018/2021, a serem executados no exercício de 2020, são as prescritas nos anexos da lei original e da presente lei, em consonância com os ditames prescritos pela Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 e suas alterações, pela Portaria Interministerial nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais legislações vigentes e consoantes à matéria.

Art. 5º Os objetivos e metas previstas para os exercícios financeiros, poderão ser revistas e alteradas, pela Lei de Meios, para cada exercício financeiro.

Art. 6º As Funções de Governo previstas na Portaria Interministerial nº 42, de 14 de abril de 1999 e demais vigentes, ficam distribuídas através dos programas estabelecidos nos Anexos desta lei, os quais serão executados através de seus respectivos Órgãos e Unidades, em razão da própria Organização Administrativa da Prefeitura Municipal.

Art. 7º O objetivo da alteração do Plano Plurianual 2018/2021, relativamente às programações físico-financeiras das ações, a serem executadas no exercício financeiro de 2020, é o de buscar o desenvolvimento pleno e coordenado do Município em todos os seus níveis em consonância com as Funções de Governo definidas na Portaria Interministerial nº 42, e demais legislações vigentes, buscando constantemente atingir como meta principal à satisfação da Comunidade.

Art. 8º A Fazenda Pública Municipal, efetuará os repasses financeiros à Câmara Municipal de Vereadores e aos Fundos Municipais em obediência às normas legais e constitucionais.

Art. 9º Fica instituído novo anexo da Consolidação dos Programas identificados, estruturados e cadastrados no Plano Plurianual 2018/2021, a serem executados no exercício financeiro de 2020, parte integrante desta Lei.

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento ou transferência das fontes de financiamento das referidas despesas alocadas no PPA para execução no ano financeiro de 2020, dentro da mesma Unidade Orçamentária, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 11. Igualmente fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, o remanejamento, transferência e substituição de fontes de financiamento das referidas despesas alocadas no PPA para execução no ano financeiro de 2020, à de Recursos Próprios de Transferências Constitucionais e legais, dentro das mesmas Unidades Orçamentárias, buscando readequá-las de acordo com as necessidades e disponibilidades financeiras do Erário Público Municipal, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso.

Art. 12. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adotar medidas necessárias e expedir atos regulamentares à boa execução do Plano Plurianual no exercício financeiro de 2020, bem como, proceder à identificação dos Projetos e Atividades através de numeração específica e apropriada para a matéria.

Art. 13. Os novos Projetos e Atividades ora instituídos apensos a presente Lei, bem como os alterados da Lei Original, são partes integrantes do presente ato.

Art. 14. Os demais Projetos Atividades constantes da Lei Original permanecem com suas respectivas redações, sendo que os não transcritos nesta Lei, no anexo da consolidação dos programas identificados, estruturados no Plano Plurianual 2018/2021, a serem executados no exercício financeiro de 2020, ficam automaticamente extintos nas suas íntegras.

Art. 15. Está Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2020.

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de novembro de 2019.

Renato Paulata
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

LEI Nº 1414/2019

Publicação Nº 2219921

LEI Nº 1414, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Município, as metas e prioridades da administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do orçamento programa para o exercício de 2020.

O Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete à apreciação da Câmara Municipal de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O Orçamento do Município de Tunápolis, para o exercício de 2020, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, em cumprimento ao disposto no § 2º, do artigo 165, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000, corroborado com o artigo 146 da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

- I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
- II - a estrutura e organização dos orçamentos;
- III - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e
- VII - disposições gerais.

Art. 2º Fazem parte integrante desta Lei todos os anexos obrigatórios estabelecidos na Lei Federal nº 4.320/1964 e Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º As prioridades, em termos de programas, objetivos e metas para os exercícios de 2018 a 2021, assim como os detalhamentos dos programas e objetivos, são aqueles previstos no anexo dos Programas de Governo do Plano Plurianual de que trata a Lei nº 1.332 de 08 de novembro de 2017, alterado através da Lei no XXX, de XX de XXXXXX de 2019.

Art. 4º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas nos Anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 5º Durante a execução orçamentária de 2020, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir outras ações e programas constantes do Plano Plurianual vigente, e suas alterações, ou que tenham sido objeto de leis específicas, na forma de crédito especial.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 6º Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;
- III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;
- IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilha mento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscrito.

Art. 7º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

Art. 8º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social para o exercício financeiro de 2020 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos e será estruturado em conformidade com a configuração organizacional do Município.

Art. 9º A Lei Orçamentária para 2020 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, identificadas com código da

destinação dos recursos, especificando aquelas vinculadas aos seus Fundos e aos Orçamentos Fiscais, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias MOG nº 42/1999, 407/2011, Interministerial nº 163/2001 e alterações posteriores.

Parágrafo único. Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 10. O Projeto da Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo, será composto dos anexos obrigatórios estabelecidos na Lei 4.320/64 e Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

Parágrafo único. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira informando saldos de créditos especiais, situação esperada dos restos a pagar ao final do exercício e outros compromissos financeiros exigíveis;

II - justificativa (metodologia de cálculo) sobre a estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 11. O Orçamento para o exercício de 2020 e a sua execução, obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas em cada destinação, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo e seus Fundos.

Art. 12. Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e estas, por sua vez, vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em planos de aplicação.

§ 1º Os Fundos Municipais, com exceção do Fundo Municipal de Saúde, serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do Chefe do Poder Executivo, serem delegados a secretário ou servidor municipal.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes, apartados da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada pelo Prefeito a Secretário ou Servidor Municipal.

Art. 13. A Lei Orçamentária de 2020 poderá conter dispositivo para regular a abertura de crédito adicional suplementar, bem como, autorização prévia para anulação e suplementação, nos termos dos artigos 7º, 43 e 66, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Art. 14. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 15. Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2020, com dotações vinculadas a destinação de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (artigos 8º, § único, e 50, I, da LRF).

Art. 16. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 4.320/64 será realizada em cada destinação de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único, e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar nº 101/2000.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receita e Despesa

Art. 17. Os estudos para definição do Orçamento da Receita para 2020 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

Art. 18. Se a receita estimada para 2020, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior quanto aos estudos e as estimativas, o Legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a consequente adequação do orçamento da despesa.

Art. 19. O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com vistas a manter durante a execução orçamentária o equilíbrio entre as contas e a regularidade das operações orçamentárias, bem como garantir o atingimento das metas de resultado primário e nominal.

Art. 20. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado especificada no Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente as despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do artigo 17, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 21. Os projetos e, principalmente, as obras em andamento e despesas com a conservação do patrimônio público, terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (artigo 45, da LRF).

Art. 22. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária, exceto em relação aos processos administrativos licitatórios na modalidade Pregão, para Registro de Preços.

Art. 23. O Poder Legislativo terá como limite máximo da despesa para 2020 a proposta orçamentária encaminhada ao Poder Executivo, observado o disposto no Art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 24. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que tratam os incisos I e II, do artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa e/ou inexigibilidade.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no § 3º, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020 em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do artigo 24 da Lei 8.666/93, devidamente atualizado.

Seção III

Da Limitação dos Empenhos

Art. 25. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de

resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observado a destinação de recursos.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior da Unidade Gestora, observada a vinculação da destinação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do Município, inclusive as destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 3º Na ocorrência de calamidade pública serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º O Chefe do Poder Executivo publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão ou unidade administrativa terão como limite de movimentação e empenho.

§ 5º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº 101 de 2000.

§ 6º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 7º Não ocorrendo à limitação de empenho e movimentação financeira de que trata este artigo, fica a cargo da coordenação do sistema de controle interno a comunicação ao Tribunal de Contas do Estado, conforme atribuição prevista no art. 59, caput e inciso I da Lei Complementar no 101, de 2000 e art. 74, § 1º da Constituição da República.

Art. 26. A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração de receitas se reverta nos bimestres seguintes.

Seção IV

Da Inclusão de novos projetos e conservação do Patrimônio público

Art. 27. Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I – houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Parágrafo único. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

Seção V

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos do orçamento

Art. 28. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, e a respectiva execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 29. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o § 3º, do artigo 50, da Lei de Responsabilidade Fiscal, serão desenvolvidos de forma a apurar os gastos dos serviços, tais como: dos programas, das ações, do m2 das construções, do m2 das pavimentações, do aluno/ano do ensino fundamental, do aluno/ano do transporte escolar, do aluno/ano do ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

Parágrafo único. Os gastos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício.

Seção VI

Dos Convênios para Captação de Recursos

Art. 30. O Executivo Municipal, fica autorizado a realizar convênios, acordos e similares, no âmbito de sua administração, com a União, os Estados, os Municípios e outras entidades oficiais ou mesmo privadas, para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, durante o exercício de 2020.

Parágrafo único. Fica o Executivo Municipal autorizado a promover a devolução do saldo não utilizado e/ou utilizado em desconformidade com a finalidade da transferência de recursos públicos da União ou Estados.

Seção VII

Do Custeio de Despesas de Outros Entes da Federação

Art. 31. As despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmadas por convênios, acordos, ajustes ou congêneres e previstos recursos na Lei Orçamentária (artigo 62, da LRF).

Art. 32. O Executivo Municipal poderá firmar convênio, acordos, ajustes ou congêneres com entidades/órgãos da Administração Municipal, Estadual e União, sobre a disponibilização de servidores municipais efetivos, em conformidade com o artigo 62, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VIII

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Art. 33. A transferência de recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, a título de subvenções, contribuições e auxílios de capital, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica. (Art.4º, I "f" e 26 da LRF).

§1º A transferência de recursos a título de subvenções sociais, ocorrerá de acordo com o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e o Decreto nº 1.879, de 17 de fevereiro de 2017 que regulamentou a Lei no município.

§ 2º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo que deverão ser observadas as normas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 3º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e,

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no ajuste.

Seção IX

Dos Riscos Fiscais

Art. 34. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município aqueles constantes do Anexo de Riscos Fiscais desta Lei (artigo 4º, §3º, da LRF).

§1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e também, se houver, do excesso de arrecadação e do superávit financeiro do exercício de 2019.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará projeto de lei à Câmara, propondo anulação de recursos ordinários alocados no Orçamento Fiscal.

Seção X

Da Reserva de Contingência

Art. 35. A Reserva de Contingência da Unidade Gestora Central será constituída de recursos do Orçamento Fiscal, oriundos de receitas ordinárias, em montante equivalente a 0,17% da Receita Corrente Líquida do exercício (artigo 5º, III, da LRF).

§ 1º Não será considerada, para os efeitos do caput, a reserva à conta de receitas vinculadas.

§ 2º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO Nº 42/99, artigo 5º, Portaria STN Nº 163/2001, artigo 8º, e no Anexo de Riscos Fiscais (artigo 5º, III, □□□, da LRF).

Seção XI

Dos Créditos Adicionais

Art. 36. Os projetos de lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º Os créditos adicionais especiais e extraordinários, se abertos nos últimos quatro meses do exercício imediatamente anterior, poderão ser reabertos pelos seus saldos, no exercício a que se refere esta Lei, por decreto do Poder Executivo, mediante a indicação de recursos do exercício em que o crédito for aberto, desde que já exista previsão na lei que dispõe sobre o plano plurianual e no anexo de metas e prioridades desta Lei.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, mensagem contendo exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos e das operações especiais.

§ 3º Cada projeto de lei e a respectiva Lei deverão restringir-se a um único tipo de crédito adicional, conforme definido no artigo 41, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, e suas alterações.

Seção XII

Da Transposição, Remanejamento e Transferência

Art. 37. Fica o Poder Executivo, mediante Decreto, autorizado a efetuar transposição, remanejamento e transferências de dotações orçamentárias.

§ 1º A transposição, remanejamento e transferência são instrumentos de flexibilização orçamentária, diferenciando-se dos créditos adicionais que têm a função de corrigir o planejamento.

§ 2º Para efeitos desta Lei entende-se como:

I - Transposição - o deslocamento de excedentes de dotações orçamentárias de categorias de programação, até o nível de modalidade de aplicação, totalmente concluídas no exercício para outras incluídas como prioridade no exercício;

II - Remanejamento - deslocamento de créditos e dotações relativos à extinção, desdobramento ou incorporação de unidades orçamentárias à nova unidade ou, ainda, de créditos ou valores de dotações relativas a servidores que haja alteração de lotação durante o exercício;

III - Transferência - deslocamento permitido de dotações atribuídas a créditos orçamentários de um mesmo programa de governo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Seção I

Das Diretrizes gerais

Art. 38. O Município poderá realizar contratação de Operações de Crédito para atendimento a Despesas de Capital, na medida em que configurar eminente falta de recursos, observado sua capacidade de endividamento, na forma estabelecida na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 39. A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica.

Art. 40. Ultrapassado o limite de endividamento, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (artigo 31, §1º, II, da LRF).

Seção II

Das Disposições Sobre Débitos Judiciais

Art. 41. As despesas com o pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em atividades específicas, nas programações a cargo da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 42. A inclusão de dotações na Lei Orçamentária de 2020, destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, deve atentar ao disposto nos artigos 78 e 87, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E SEUS ENCARGOS

Art. 43. O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2020, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, concederem vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em

caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei de Orçamento para 2020 ou em créditos adicionais.

Art. 44. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores.

Parágrafo único. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº 101/2000, a autorização de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais, de risco ou prejuízo para a sociedade, dentre estes:

I - situações de emergência ou calamidade pública;

II - situações em que possam estar em risco à saúde e segurança de pessoas ou bens.

Art. 45. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - exoneração de servidores não estáveis, observando o artigo 33, da Emenda Constitucional Nº 19/1998;

V - no caso do inciso I, do §3º, do artigo 169, da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções.

Art. 46. Os projetos de lei relacionados ao aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, inclusive transformação de cargos, deverão cumprir o disposto nos artigos 16 e 17, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 47. Consideram-se Despesas de Pessoal os gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, os relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Para os fins do disposto no artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sobre a repartição dos limites de gastos com pessoal, fica fixado sobre a receita corrente líquida o percentual de 54% para o Poder Executivo e 6% para o Poder Legislativo.

§ 2º As despesas referentes a contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizadas em ☐Substituição de Mão-de-Obra (LRF, art. 18, §1º)☐ e serão computadas para o cálculo da despesa total com pessoal.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 48. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas e estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes de classes menos favorecidas, conceder anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro do exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 49. O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, seja por aumento da receita ou mediante cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente (artigo 14, § 2º, da LRF).

Art. 50. Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, não se constituindo renúncia de receita para os efeitos do disposto no artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000 (artigo 14, § 3º, da LRF).

Art. 51. O Executivo Municipal, autorizado em Lei, poderá promover programas de recuperação fiscal, voltados ao incremento das receitas.

Art. 52. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, da Lei de Responsabilidade Fiscal (artigo 14, § 3º, da LRF).

Art. 53. O Poder Executivo poderá readequar a legislação tributária municipal, respeitando as disposições da legislação nacional de normas gerais, criando novas taxas, alterando critérios de base de cálculo ou alíquotas dos tributos municipais.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 54. O Poder Executivo demonstrará, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre e 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício, avaliação do cumprimento das metas fiscais do quadrimestre e do exercício, avaliação da execução dos programas e/ou ações priorizados por esta Lei, bem como as justificações de eventuais inconsistências ocorridas, com indicação das medidas corretivas (artigos 4º, I, ☐e☐, e 9º, §4º, da LRF).

Art. 55. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15 de dezembro.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no ☐Caput☐ deste artigo.

§ 2º Se a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 56. Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria, conforme disposto no artigo 117 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 57. Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 58. O Executivo Municipal estará autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais e ou extrajudiciais.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 60. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 08 de novembro de 2019.

Renato Paulata

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico de Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 309/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 190/2019 DATA EMISSÃO: 08/11/2019

Publicação Nº 2220666

MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/Departamento de Compras
Processo de Compra Nº.: 309/2019
Pregão Presencial nº: 190/2019
Data Emissão: 08/11/2019
Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por item

- O MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por item conforme dispõe a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 –Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h30min do dia 22 de Novembro de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

A presente Licitação tem por objeto a aquisição de AQUISIÇÃO DE MOVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA , MATERIAL DE EXPEDIENTE , E DEMAIS DESTINADOS A ATENDER A DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE TUNÁPOLIS, de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 9h30min do dia 22 de Novembro de 2019

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 53/2019

Publicação Nº 2219731

DECRETO Nº 053/19, de 04 de Novembro de 2019.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 22 da Lei nº 2.357/18 (Lei das Diretrizes Orçamentária), de 22.10.2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 368.000,00 (trezentos e sessenta e oito mil reais), assim classificados:

06.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

12.364.0054.2.025 – Manutenção Ensino Superior e Convênios com Universidades.

3.3.90.00.00.00.00.0080 (048) – Aplicações Diretas R\$ 368.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte de recurso 0080 (Recurso Próprio) por excesso de arrecadação no valor de R\$ 368.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 04 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 343/2019

Publicação Nº 2219158

PORTARIA Nº 343/19, de 01 de Novembro de 2019.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 6º da Lei nº. 1.001/93, de 03 de Maio de 1993, combinado com o artigo 98 e seguintes da Lei nº 1.154/95, de 11 de Dezembro de 1995 (Estatuto dos Servidores Públicos),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a Servidora Deliane Morgeuroth, CPF nº. 007.166.559-50, matrícula nº. 1220, exercendo o Cargo de provimento em Caráter Efetivo de Professor III, no período de 01.11.2019 a 30.11.2019, referente ao período aquisitivo de 16.03.2004 a 15.03.2009 e de 02.12.2019 a 31.12.2019, referente ao período aquisitivo de 16.03.2009 a 31.08.2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 344/2019

Publicação Nº 2219159

PORTARIA Nº 344/19, de 01 de Novembro de 2019.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.11.2019 a 30.11.2019, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1086 Luiz Carlos de Santa Helena 01.04.2018 a 31.03.2019

0683 Esio Simão 02.01.2014 a 01.01.2015

1094 Maria Bernardete Bardini 15.04.2018 a 14.04.2019

Art. 2º - Conceder férias de 20 (vinte) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 11.11.2019 a 30.11.2019, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

4207 Evelin Tome Marques 14.02.2018 a 13.02.2019

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti - Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 345/2019

Publicação Nº 2219160

PORTARIA Nº 345/19, de 01 de Novembro de 2019.

ALTERA TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR NOMEADO EM CARATER TEMPORARIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei Complementar nº 009/11, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações,

RESOLVE

Art. 1º - Alterar a carga horária do Servidor abaixo relacionado, exercendo a função pública de Odontólogo, de 30 (trinta) horas semanais para 40 (quarenta) horas semanais, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

MATRÍCULA SERVIDOR (A) CPF

4704 Michelle da Silva Scarsanella 035.245.309-58

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

PORTARIA 346/2019

Publicação Nº 2219735

PORTARIA Nº 346/19, de 01 de Novembro de 2019.
FAZ NOMEAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o estabelecido na Lei nº 1.071/1994, combinado com a Lei Complementar nº 10/11, de 24 de Agosto de 2011 e sua alteração,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear a Sra. Dandara Lodetti, CPF nº 084.276.209-42, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Projeto, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, com os vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de novembro de 2019.

TIAGO ZILLI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Jair Toreti – Secretário de Adm. e Finanças - designado.

União do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 83/2019 - PREGÃO Nº 53/2019

Publicação Nº 2220287

| | |
|--|--|
| Estado de Santa Catarina | |
| PREFEITURA MUNIC. DE UNIÃO DO OESTE | |
| AVISO DE LICITAÇÃO | |
| Processo Adm. Nº.: 83/2019 | |
| Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº.: 53/2019 | |
| Tipo: Menor Preço/Preço por item | |
| Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE-SC, VISANDO POSSÍVEIS AQUISIÇÕES FUTURAS. | |
| Entrega dos Envelopes: 08:15 horas do dia 21 de novembro de 2019. | |
| Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 21 de novembro de 2019. | |
| O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida São Luiz - 531, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (049) 3348 1202, pelo site: www.uniaodoeste.sc.gov.br , ou através do e-mail: compras@uniaodoeste.sc.gov.br | |
| União do Oeste - SC, 07 de novembro de 2019. | |
| CELSO MATIELLO | |
| PREFEITO MUNICIPAL | |
| | |

Urubici

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 038/2018

Publicação Nº 2219893

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 047/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018

Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2018

Objeto: Contratação de instituição financeira, para prestar serviços, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, com exclusividade na operação da Folha de Pagamento dos servidores da Prefeitura Municipal de Urubici e de serviços de expediente, prestando-os com regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas Contratado: Banco Bradesco SA. CNPJ: 60.746.948/0001-12. Prorrogação de prazo: 12 (doze) meses. Data assinatura: 30/10/2019. Cumpridas as formalidades, publique-se para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EXTRATO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO ATA 034/2019

Publicação Nº 2220060

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO 043/2019

PREGÃO PRESENCIAL 019/2019

Extrato Termo Aditivo a ata de registro de preços Nº 034/2019 para estabelecer o reequilíbrio econômico financeiro.

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para rede municipal de ensino, conforme anexo 01 do Edital, para Ata de Registro de Preço. CONTRATADO: Aline Raitz ME. Valor Item 27: R\$ 19,24 (dezenove reais e vinte e quatro centavos). Valor Item 84: R\$ 20,14 (vinte reais e quatorze centavos). Cumpridas as formalidades, publique-se o presente termo para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

EXTRATO RESULTADO DA TP 014/2019

Publicação Nº 2220019

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 069/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 014/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para melhoria de rede para atender a substituição de luminárias de vias públicas nas ruas que terão trechos substituídos na Avenida Antônio Francisco Ghizoni, Nereu Ramos, Clarismundo José Custódio, Praça Francisco Pereira de Souza e Cesário Amarante, no perímetro urbano do município, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. DECLARADA DESERTA. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli - Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019

Publicação Nº 2220284

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2019/PMU

Objeto: Tem por objetivo a aquisição PARCELADA de material elétrico, de boa qualidade, conforme descrições em anexo para atendimento a Secretaria de Infraestrutura. Recebimento dos envelopes: até 8h30 dia 21/11/2019 na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça da Bandeira, 12 – Departamento de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09:00h dia 21/11/2019. O edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brida, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser acessado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, na página principal, ícone LICITAÇÕES, ano "2019" situação "ABERTA". Outros esclarecimentos poderão ser solicitados no e-mail urussangalicitacao@urussanga.sc.gov.br ou através do telefone (48) 3465-1188. Luis Gustavo Cancellier. Prefeito Municipal.

DECRETO GP/Nº 81/19

Publicação Nº 2219904

DECRETO GP/Nº 81, 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre crédito orçamentário suplementar e especial e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei 2.908, de 05 de novembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado os créditos orçamentários especiais conforme discriminação abaixo:

| Proj/Ativ | Código da Dotação | Valor |
|---|-------------------------|----------------|
| 1.013 - Infraestrutura de Esportes | 4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 953.000,00 |
| Construção, ampliação e reforma de Capela Mortuária | 4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 224.000,00 |

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior fica anulado:

| Proj/Ativ | Código da Dotação | Valor |
|-----------|-----------------------------|----------------|
| 1.010 | 124-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 89.482,76 |
| 1.002 | 125-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 500.000,00 |
| 1.004 | 126-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 373.997,24 |
| 2.026 | 119-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 213.520,00 |

Art. 3º Fica autorizada a alteração do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 5 de novembro de 2019.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias de novembro de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 59/2019, 60/2019, 61/2019

Publicação Nº 2216989

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 03/2019 Pregão Presencial 03/2019 - Ata de Registro de Preços nº 59/2019, 60/2019, 61/2019, visando registrar preço para aquisição de caminhões equipados com e sem caçamba basculante, retroescavadeira 4x4, novos, 0km para caminhões e 0 horímetro para retro, de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2751 de 08/02, Pág. 1561, 1562, 1563, 1564 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 07/02/2020
4ª Publicação

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2019

Publicação Nº 2219639

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE URUSSANGA
PODER EXECUTIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2019
CONTRATO: 108/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO: 17/2019
TOMADA DE PREÇO: 01/2019
DATA DE ASSINATURA: 07/11/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA
CONTRATADO: UNICASUL – CONSULTORES E ASSOCIADOS S/S LTDA
CNPJ/CPF: 07.427.901/0001-03
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REF. AO MOVIMENTO ECONÔMICO DE DIREITO AO MUNICÍPIO DE URUSSANGA/SC
VALOR GLOBAL ADITIVO: R\$ 37.620,00
VIGÊNCIA PRORROGADA ATÉ 31/12/2020

LEI Nº 2.908/19

Publicação Nº 2219887

LEI Nº 2.908, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.
Abre crédito orçamentário suplementar e especial e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica criado os créditos orçamentários especiais conforme discriminação abaixo:

| Proj/Ativ | Código da Dotação | Valor |
|---|-------------------------|----------------|
| 1.013 - Infraestrutura de Esportes | 4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 953.000,00 |
| Construção, ampliação e reforma de Capela Mortuária | 4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 224.000,00 |

Art. 2º Para dar suporte à suplementação mencionada no artigo anterior fica anulado:

| Proj/Ativ | Código da Dotação | Valor |
|-----------|-----------------------------|----------------|
| 1.010 | 124-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 89.482,76 |
| 1.002 | 125-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 500.000,00 |
| 1.004 | 126-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 373.997,24 |
| 2.026 | 119-4.4.90.00.00.00.00.1083 | R\$ 213.520,00 |

Art. 3º Fica autorizada a alteração do Plano Plurianual (PPA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições contrárias.

Paço Municipal Lydio de Brida, 05 de novembro de 2019.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias do mês de novembro de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

LEI Nº 2.909/19

Publicação Nº 2219895

LEI Nº 2.909, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Veda a nomeação, pela administração pública direta e indireta do Município de Urussanga, pessoas condenadas por Improbidade Administrativa previsto na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica vedada a nomeação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta, no Poder Executivo e Legislativo do Município de Urussanga, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas que tiverem sido condenadas nas condições previstas na Lei Federal nº 8.429, de 2 de Junho de 1992.

Parágrafo único - A vedação prevista neste artigo inicia com a condenação em segundo instância e se estende até o comprovado cumprimento da pena.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio de Brida, 05 de novembro de 2019.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias do mês de novembro de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

LEI Nº 2.910/19

Publicação Nº 2219900

LEI Nº 2.910, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre proibição de participação em licitações e celebração com o Poder Público de contratos administrativos de obras, serviços, compras, alienações e locações por empresas que não cumprem com contratos ativos, e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica determinado ao Poder Executivo, Autarquias e Fundações, e Poder Legislativo do Município de Urussanga, a proibição na participação em licitações e celebração de contratos de qualquer modalidade, administrativos, de obras, serviços, compras, alienações e locações por empresas que não cumprem com as suas obrigações contratuais no Município de Urussanga.

Parágrafo § 1º A proibição se dá à empresa que deixar de cumprir os padrões estabelecidos em contratos com a Administração Pública, que paralisar ou abandonar obras, deixar de prestar serviços, entregar mercadorias, dentre outros.

Parágrafo § 2º Considera-se abandono de obra ou serviço público, quando a empresa desiste formalmente.

Parágrafo § 3º Considera-se paralização de obra quando a empresa deixa de executar os trabalhos sem retomada após notificação pelo órgão responsável pela fiscalização por mais de 30 dias, por desídia motivos vinculados a empresa.

Parágrafo § 4º Não se considera paralizações ocasionadas por fenômenos naturais, atrasos de pagamento, problemas ambientais e de licenciamento.

Parágrafo § 5º O Poder Público Municipal através da Secretaria de Administração determinará ao responsável pelas fiscalizações, a análise dos contratos notificados como não cumpridos, detectando alguma irregularidade do não cumprimento de contrato já estabelecido e paralisado sem sua conclusão, aplicará a penalidade de proibição por 5 (cinco) anos, a sancionar novos vínculos contratuais e participação de novas licitações no Município de Urussanga, criando o cadastro das empresas proibidas de contratar com o Poder Público do Município de Urussanga.

Parágrafo § 6º A empresa interessada em contratar com o município de Urussanga, Poder Executivo, Autarquias e Fundações, e Poder Legislativo, deverá apresentar no momento da licitação, ou em caso de dispensa, certidão negativa fornecida pelo Secretaria de Administração, de que não consta na lista das empresas proibidas de contratar com o Município de Urussanga.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio de Brida, 05 de novembro de 2019.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias do mês de novembro de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

LEI Nº 2.911/19

Publicação Nº 2219902

LEI Nº 2.911, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera a Lei n. 1.708, de 30 de novembro de 1999, que denomina várias vias públicas de distintos nomes, na localidade de Rio Salto, sede do Município e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Altera o art. 2º da Lei nº 1.708, de 30 de novembro de 1999, que "denomina várias vias públicas de distintos nomes, na localidade de Rio Salto, sede do Município e dá outras providências", passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Passa a denominar-se "RODOVIA LUIZ CITTADIN", a via pública que tem início no entroncamento que dá acesso à localidade de Rio Salto (Lat.: 28º31'40.17"S/Long.:49º20'56.61"O), seguinte em direção Leste, com fim na Ponte sobre Rio Salto (Lat.: 28º31'28.69"S/Long.:49º21'17.07"), com as seguintes confrontações: Norte com terras de quem de direito; Sul com Rio Salto; Leste com a Rodovia Giovani Baldessar/Aldo Baldin e, Oeste com Ponte sobre o Rio Salto, nos termos do levantamento planimétrico e parecer, em anexo."

Art. 2º Altera o art. 7º da Lei nº 1.708, de 30 de novembro de 1999, que "denomina várias vias públicas de distintos nomes, na localidade de Rio Salto, sede do Município e dá outras providências", passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º Passa a denominar-se " RUA ATILIO DAMIAN", a via pública que tem início na Ponte sobre o Rio Salto (Lat.: 28º31'28.69"S/Long.:49º21'17.07"O), seguinte em direção Oeste, com fim no entroncamento que dá acesso ao reservatório do Samae (Lat.: 28º31'22.86"S/Long.:49º22'20.01"O, com as seguintes confrontações: Norte com Rio Salto; Sul com terras de quem de direito; Leste com a Rodovia Luiz Cittadin e, Oeste com entroncamento que dá acesso ao reservatório do Samae, nos termos do levantamento planimétrico e parecer, em anexo."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal Lydio de Brida, 05 de novembro de 2019.
LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração aos cinco dias do mês de novembro de 2019 e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DANIELA CARRER ARENT
Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL

MOÇÃO Nº 16/2019

Publicação Nº 2220500

MOÇÃO

A Câmara Municipal de Urussanga, por meio de proposição subscrita pelo Vereador Braz Ciseski, consignou em seus anais o envio aos Senhores Maria Glória Pilon Nunes e Carlos Alberto Nunes, de MOÇÃO DE APLAUSOS, com o seguinte teor:

"A CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, APROVANDO PROPOSIÇÃO SUBSCRITA PELO VEREADOR BRAZ CISESKI, APLAUDE OS SENHORES MARIA GLÓRIA PILON NUNES E CARLOS ALBERTO NUNES, EM RAZÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS E DA DEDICAÇÃO COMO PROPRIETÁRIOS DO CENTRO DE EQUOTERAPIA E EQUITACÃO NUNES LTDA, EM URUSSANGA."

Urussanga, 5 de novembro de 2019.
Vereador Gilson Casagrande
Presidente

Vereador Vanderlei Marcílio
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Segunda Secretária

Vereador Braz Ciseski

Vereador Elson Roberto Ramos

Vereador Jair Nandi

Vereador Julio Cesar Bonetti

Vereador Odivaldo Bonetti

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2019.

Publicação Nº 2220446

Resolução nº 9, de 5 de novembro de 2019.

Regulamenta o art. 106, da Resolução nº 4, de 16 de julho de 2019 (Estatuto dos Servidores Públicos do Poder Legislativo do Município de Urussanga), no tocante aos procedimentos relativos à apresentação de atestados ou declarações de comparecimento a consultas ou exames médicos para fins de licença para tratamento de saúde.

A Câmara Municipal de Urussanga aprova:

Art. 1º As consultas e os exames médicos devem ser agendados preferencialmente em horário fora do expediente do Poder Legislativo do Município de Urussanga, no intuito de não obstar a regular continuidade do serviço público.

Parágrafo único. Diante de imperiosa necessidade de realização de consulta ou exames médicos durante o horário de expediente do Poder Legislativo do Município de Urussanga, o Servidor deverá apresentar atestado ou declaração de comparecimento, conforme o caso.

Art. 2º O atestado assinado por médico habilitado, especificando a duração do afastamento, é documento incontestável e justifica o abono do expediente.

Parágrafo único. O período de afastamento será contado incluindo-se a data de emissão do atestado, computando-se também sábados, domingos, pontos facultativos e feriados.

Art. 3º A declaração de comparecimento a consultas ou exames médicos, que inclusive pode ser concedida ao Servidor acompanhante de paciente (cônjuge ou companheiro, pais, filhos, padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional) e pode ser assinada por médico ou funcionário administrativo, não implica dispensa integral ao trabalho.

Parágrafo único. A declaração de comparecimento a consultas ou exames médicos deve especificar o horário de chegada e de saída à consulta ou ao exame, de modo que a entidade laboral calculará o tempo necessário para deslocamento (com utilização de mapas online), devendo o Servidor completar o expediente na mesma data ou valer-se de banco de horas para compensação.

Art. 4º O atestado ou a declaração de comparecimento a consulta médica deve ser apresentado ao Setor Pessoal do Poder Legislativo do Município de Urussanga em até 48 (quarenta e oito) horas após o término do respectivo afastamento.

Art. 5º Atestados ou declarações de comparecimento a consultas médicas em descompasso com a presente norma serão analisados caso a caso pela Presidência do Poder Legislativo do Município de Urussanga.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Urussanga, 5 de novembro de 2019.

Vereador Gilson Casagrande
Presidente

Vereador Vanderlei Marcírio
Vice-Presidente

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vereadora Vanir Zuleima M. Cacciatori
Segunda Secretária

Registrado e publicado a presente Resolução no mural da Câmara Municipal e no site www.camaraurussanga.sc.gov.br, em 5 de novembro de 2019.

Vereador José Carlos José
Primeiro Secretário

Vargem

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.000/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2220085

DECRETO MUNICIPAL Nº 1.000/2019, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2019
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 810/2018...

DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 07.02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 2.020 – Proteção Social Básica

Modalidade 3.3.90.00.00.00.01.0065.51 R\$ 16.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0065.51 – Transf. do SUAS Estado – Custeio, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 04 de novembro de 2019.

Milena Andersen Lopes Becher,

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,

Secretária Municipal de Administração e Finanças.

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº 060/2019

Publicação Nº 2218883

DECRETO Nº 060/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

“NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB.”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita (SC), no uso da atribuição que lhe confere o artigo 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município em consonância com o artigo 2º da Lei Municipal nº 706/2007 de 23 de maio de 2007 com nova redação dada pela Lei Municipal 873/2011 de 02 de agosto de 2011,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado o CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – FUNDEB.

Artigo 2º - O Conselho será composto pelos seguintes representantes dos segmentos educacionais do Município, sendo:

I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

MEMBRO: Ivan Roberto Galvan

SUPLENTE: Eneir de Almeida Vieira

MEMBRO: Jaqueline Spader

SUPLENTE: Tiago Ribeiro dos Santos

II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Elenir Zonta dos Santos

SUPLENTE: Terezinha Aparecida Koshinski

III – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MEMBRO: Dionilce Ribeiro

SUPLENTE: Grasiela Aparecida Rech Loz

IV – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS:

MEMBRO: Thuany Forcelini Macedo

SUPLENTE: Vanderleia Salete da Rosa

V – REPRESENTANTES DOS PAIS E ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Fernanda Caetano Anzollin

SUPLENTE: Ana Michele de Bastiani

MEMBRO: Gilse Mari Chaves de Camargo Pegoraro

SUPLENTE: Luiz Fernando Barbosa de Oliveira

VI – REPRESENTANTES DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA MUNICIPAL:

MEMBRO: Ana Paula Rodrigues da Silva Rocha

SUPLENTE: Sharlyson Katschor de Almeida

MEMBRO: Angela Maria Rodrigues Fabricio

SUPLENTE: Marília Isadora Lemes

VII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

MEMBRO: Dilmar Antonio Mozzer

SUPLENTE: Karla Luciane Miotto de Abreu

VIII – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR:

MEMBRO: Lucimar Mariano Bandeira

SUPLENTE: Fabiana Alves da Silva

Artigo 3º- Fica revogado Decreto nº 062/2017, de 08 de novembro de 2017.

Artigo 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 07 de novembro de 2019.
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – DOM em 08/11/2019,
de acordo com a Lei Municipal nº 937/2013 de 03 de abril de 2013.

PROCESSO 061/2019 CC 002/2019

Publicação Nº 2219515

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2019
CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 002/2019

OBJETO: Construção de 53 (cinquenta e três) Casas Populares (50 Casas modelo normal e 03 Casas com Acessibilidade), mistas (madeira e alvenaria) com área unitária de 73,60m², no Loteamento Bom Jesus, na cidade de Vargem Bonita – SC, compreendendo: Fornecimento dos materiais, equipamentos, serviços e obras de engenharia em conformidade com o Memorial Descritivo, especificações técnicas detalhadas nos Projetos, Plantas e Peças Gráficas, Memórias de Cálculo, Planilhas e demais documentos que compõem o Projeto Executivo, parte integrante do Edital do certame.

Endereço da Obra – Loteamento Bom Jesus – Estrada Geral saída para São José – Vargem Bonita – SC.

Tipo: Menor Preço Global.

Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

Recursos: Provenientes de recursos próprios do Orçamento Municipal.

Entrega dos Envelopes dos Documentos de Habilitação e da Proposta de Preços: Até às 14hrs00min. do dia 09 de Dezembro de 2019.

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 09 de Dezembro 2019 às 14hrs00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitorio, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de Novembro de 2019.

MELÂNIA A. ROMAN MENEZHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 17.059/19

Publicação Nº 2219176

DECRETO Nº 17.059/19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Altera o Decreto nº 16.960/19, que Nomeia Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Videira.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 3.215/2015 e alterações,

DECRETA

Art. 1º Altera o item 5, do Art. 1º do Decreto nº 16.960/19, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“5. Representantes da Secretaria Municipal de Administração:

Titular: JULIANA DE OLIVEIRA BALSINI

Suplente: ADRIANO PEDRO CUNHA”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.060/19

Publicação Nº 2220291

DECRETO Nº 17.060/19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Admite MARIA VITORIA CESCA para exercer o cargo de Auxiliar Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 15.554/18 e o Termo de Posse nº 151/2018,

RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, MARIA VITORIA CESCA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 15.996/18, retroagindo seus efeitos a 3 de dezembro de 2018.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 17.061/19

Publicação Nº 2220289

DECRETO Nº 17.061/19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Admite JOSÉ VALDECI RODRIGUES RAIZ para exercer o cargo de Auxiliar Operacional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 15.556/18 e o Termo de Posse nº 154/2018,

RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, JOSÉ VALDECI RODRIGUES RAIZ, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar Operacional, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 15.995/18, retroagindo seus efeitos a 3 de dezembro de 2018.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 17.062/19

Publicação Nº 2220304

DECRETO Nº 17.062/19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Admite MARISANGELA SALETE VOIDALESK BETTEGA para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde - PACS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 31, §8º, da Lei Complementar nº 129/12 e considerando o Decreto de Nomeação nº 16.718/19 e o Termo de Posse nº 156/2019,

RESOLVE

Art. 1º Admitir, no quadro dos Servidores Efetivos do Município, MARISANGELA SALETE VOIDALESK BETTEGA, tendo em vista sua aprovação no Processo Seletivo para Emprego Público referente ao Edital nº 001/2019, para exercer o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde - PACS, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 16.946/19, retroagindo seus efeitos a 8 de agosto de 2019.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.063/19

Publicação Nº 2219289

DECRETO Nº 17.063/19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Torna sem efeito o Decreto nº 16.846/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 29384/2019,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 16.846/19, que nomeou JOSE AUGUSTO GUERREIRO PEREIRA, para exercer o cargo de Psicólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.064/19

Publicação Nº 2219288

DECRETO Nº 17.064/19, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2019.

Nomeia Psicólogo

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações

RESOLVE

Art. 1º Nomear, LIA FREY, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 001/2018, homologado em 29 de junho de 2018, para exercer o cargo de provimento efetivo de Psicólogo, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.069/19

Publicação Nº 2220308

DECRETO Nº 17.069/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

03 – Secretaria Municipal de Administração

01 – Administração

2.006 – Manutenção da Secretaria de Administração

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas 20.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 20.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do excesso de arrecadação de recursos próprios do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 17.070/19

Publicação Nº 2220312

DECRETO Nº 17.070/19, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Videira Saneamento - VISAN, crédito adicional no valor de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

| | |
|--|----------------|
| 22 – Videira Saneamento - VISAN | |
| 01 – Videira Saneamento - VISAN | |
| 2.080 – Abastecimento Público de Água | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0304 – Aplicações Diretas | R\$ 630.000,00 |
| | |

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 630.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária.

| | |
|--|----------------|
| 22 – Videira Saneamento - VISAN | |
| 01 – Videira Saneamento - VISAN | |
| 2.080 – Abastecimento Público de Água | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0304 – Aplicações Diretas | R\$ 630.000,00 |

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 630.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº

2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2019 - PMV

Publicação Nº 2219380

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 56/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "MECANICA ATLAS LTDA" PARA REALIZAR A REVISÃO OBRIGATÓRIA DE 01 (UM) ANO DE USO DO VEÍCULO MERCEDES BENZ SPRINTER, PLACA QJO 6239, DE USO DO CORPO DE BOMBEIROS DE VIDEIRA -SC.

VALOR: R\$ 1.147,73 (hum mil cento e quarenta e sete reais e setenta e três centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 07 de novembro de 2019.

| |
|---------------------|
| DORIVAL CARLOS BORG |
| PREFEITO MUNICIPAL |

EDITAL DE TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO

Publicação Nº 2219720

Secretaria da Fazenda
Departamento de Tributação/Fiscalização
Processo Administrativo: 10247/2019

EDITAL DE TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO

Razão Social: ALINE DA SILVA TRANSPORTES
CNPJ: 21.711.581/0001-40 Inscrição Municipal: 2193850
Endereço: Rua Vereador Luiz Vaz Assis Bairro: Nossa Senhora Aparecida Videira
Sócia Administradora: Aline da Silva CPF: 082.574.109-26

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove (14/10/2019), iniciamos junto a contribuinte ALINE DA SILVA TRANSPORTES inscrita sob o CNPJ/MF 21.711.581/0001-40, procedimento fiscal que compreende o período decadencial e terá por finalidade a fiscalização da regularidade no recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS e, se for o caso, apuração do montante dos créditos tributários efetivamente devidos, a apuração das infrações à legislação tributária e a aplicação das respectivas multas, a correta identificação dos sujeitos passivos da correspondente relação tributária e propositura, sendo o caso, das penalidades cabíveis.

Este procedimento suspende todos os benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de quaisquer obrigações tributárias relativas ao objeto de verificação, e seu prazo de encerramento está previsto em 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado quantas vezes necessárias nos termos do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei 69/85, artigo 132, §§ 1º e 2º.

Para sanar quaisquer dúvidas nos colocamos a disposição através dos seguintes contatos: Telefone (49) 3566 - 9011 ou (49) 3566 - 9005; e endereços eletrônicos: fiscaltributos.ezequiel@videira.sc.gov.br; fiscaltributos.wolmar@videira.sc.gov.br.

Para constar, em atenção ao que dispõe o Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/66) em seu artigo 196, lavramos o presente termo que vai assinado, sendo enviado por correspondência ao endereço do cadastro do contribuinte, retornando da entrega pela Agencia de Correios, como "desconhecido", motivando a notificação do presente termo por edital

Videira, 06 de novembro de 2019.

Wolmar Erdmann Ezequiel Carlos de Oliveira
Agente de Fiscalização NS Fiscal de Tributos
Mat. 5302 mat. 15936

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2019 - PMV

Publicação Nº 2219384

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 65/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 07/11/2019

CONTRATADA: MECÂNICA E AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA " MECÂNICA E AUTO PEÇAS TRENTIN LTDA" PARA REALIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DOS CRONO TACÓ-
GRAFO DOS CAMINHÕES PLACAS QIC-8027, MFK-4318, RAG-3456 E MII-8237, DE USO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO,
AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Videira – SC, 07 de novembro de 2019.

| | |
|-----------------------|--|
| DORIVAL CARLOS BORGIA | |
| Prefeito Municipal | |

PORTARIA Nº 1232/19

Publicação Nº 2219177

PORTARIA nº 1232/19

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando da Secretaria de Saúde e Ação Social,

RESOLVE

Art. 1º Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 14 de novembro de 2019 a 3 de dezembro de 2019, o gozo de férias do servidor JOÃO GUILHERME BROETTO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, referente ao período aquisitivo de 13 de abril de 2017 a 12 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 14 de novembro de 2019.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1233/19

Publicação Nº 2219179

PORTARIA nº 1233/19
Autoriza o Uso de Espaço Público

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 29300/2019;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso da Praça Nereu Ramos, pela Secretaria de Turismo e Cultura, no dia 23 de novembro de 2019, no período das 10h00min às 19h00min, para a realização da 1º Feira de Artesanato de Videira.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- c. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- d. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º Fica proibida a obstrução da passagem de pedestres, em razão da utilização das calçadas e passeios quando da realização do evento.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o referido evento, ficando a Secretaria de Turismo e Cultura, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1234/19

Publicação Nº 2219181

PORTARIA nº 1234/19

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 29226/2019,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do Complexo Poliesportivo Sérgio Marafon, pela Polícia Militar, no dia 28 de novembro de 2019, das 13h00min às 22h00min, para a realização formatura PROERD.

Art. 2º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Será de responsabilidade exclusiva do requerente, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- e. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- f. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- g. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;

- h. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- i. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§1º A fim de apurar eventuais danos cabe a Fundação Municipal de Esportes de Videira, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Complexo Poliesportivo Sérgio Marafon quando da devolução do mesmo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 6 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 6 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1235/19

Publicação Nº 2220293

PORTARIA nº 1235/19
Autoriza o Uso de Bens Públicos Municipais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 29434/2019;

RESOLVE

Art. 1º Autorizar o uso do estacionamento da Prefeitura Municipal, pela OAB/SC – Subseção de Videira, no dia 9 de novembro de 2019, das 8h30min às 9h30min, para a realização da de atividade física ao ar livre em alusão à campanha Outubro Rosa e Novembro Azul.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

- a. Serviço de segurança no local do evento;
- b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;
- c. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- d. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- e. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- f. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- g. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- h. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Infraestrutura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições do Estacionamento da Prefeitura.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando os organizadores inteiramente responsáveis pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1236/19

Publicação Nº 2220301

PORTARIA nº 1236/19
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2.369/10, e à vista do que consta no Memorando nº 27/19DEPMF

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora JULIANA ROSTIROLA, Chefe do CRAS, a partir do dia 4 de novembro de 2019 até 2 de março de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de novembro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 1237/19

Publicação Nº 2220297

PORTARIA nº 1237/19
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 26/19DEPMF,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora JANE MARI MOREIRA DA SILVA, Enfermeira, a partir do dia 5 de novembro de 2019 até 2 de maio de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 5 de novembro de 2019.

Videira, 7 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 7 dias do mês de novembro de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

TERMO ADITIVO Nº 178/2019 - FMS

Publicação Nº 2220512

Termo Aditivo nº 178/2019

Contrato/CT nº 187/2018

Processo: TP 04/2018 - FMS

Contratado: VT ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 187/2018 por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 02/12/2019 até 01/12/2020, e reajustar o valor contratual, aplicando-se o IGP-M (FGV) no percentual de 3,166550%, passando o valor mensal do Contrato para R\$ 11.008,13.

Valor total: R\$ 132.097,56.

Data: 07/11/2019.

TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2019 - PMV

Publicação Nº 2219191

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇOS Nº 31/2019 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 31/2019 – PMV para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR REPERFILAMENTO E/OU PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NAS RUAS MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, SANTA CATARINA, DR. ARLINDO DE MATOS, JOSÉ DOMINGOS FRANCIO, ALBERTO ZOLLER E ALBERTO GRANDO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 34.036,11M² (ITEM 01) E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO (ITEM 02), INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 27 de novembro de 2019. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link “Transparência”, sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

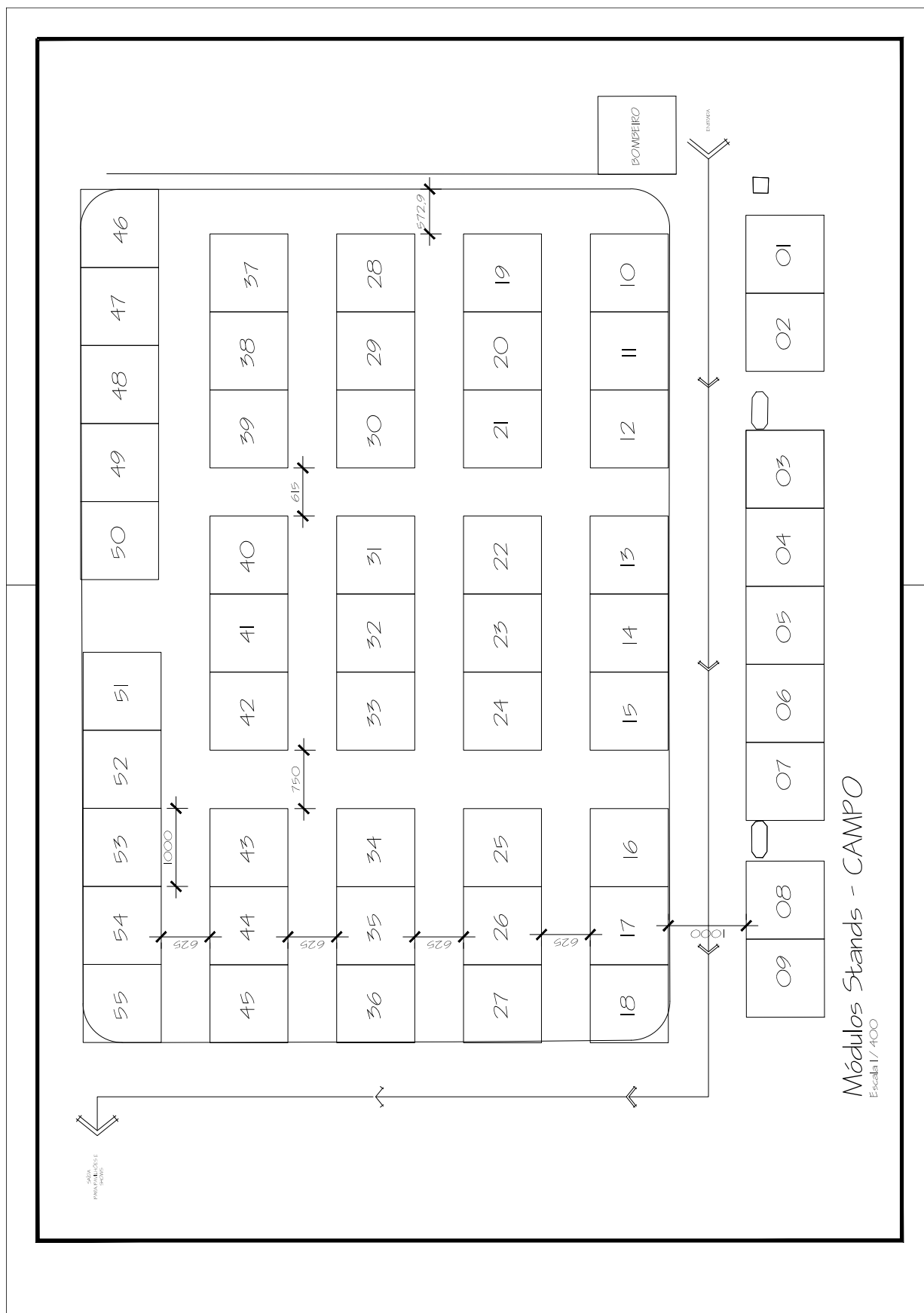
Videira/SC, 07 de novembro de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 17.065/19 - ANEXO ÚNICO - PARTE 02

Publicação Nº 2220405



CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 27 HORÁRIO DE TRABALHO SERVIDORES**

Publicação Nº 2219638

PORTARIA Nº 27/2019

FIXA HORÁRIO DE EXPEDIENTE DOS CARGOS EFETIVOS E COMISSIONADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NÉDIO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições legais, subscreve a presente Portaria:

Art. 1º. Fica estabelecido os seguintes horários de expediente:

§1º. Para os detentores dos cargos efetivos de Zelador e Técnico Nível Superior e, para os cargos comissionados de Diretor Legislativo, Diretor Administrativo e Chefe de Gabinete, fica estabelecido que o horário de expediente habitual é das 13:00 às 19:00 horas.

§2º. Para o cargo efetivo de Jornalista fica estabelecido que o horário de expediente habitual é das 13:30 às 17:30 horas, sendo que nos dias em que ocorrerem sessões ordinárias e/ou extraordinárias o horário de expediente fica alterado das 17:00 às 21:00 horas.

§3º. Para o cargo efetivo de Pedagoga fica estabelecido que o horário de expediente habitual é das 13:00 às 17:00 horas, sendo que nos dias em que ocorrerem sessões ordinárias e/ou extraordinárias o horário de expediente fica alterado das 13:00 às 19:00 horas.

§4º. Para o cargo efetivo de Contador fica estabelecido que o horário de expediente habitual é das 13:00 às 16:00 horas.

§5º. Para o cargo efetivo de Assessoria Jurídica fica estabelecido que o horário de expediente habitual é das 13:30 às 17:30 horas, sendo que nos dias em que ocorrerem sessões ordinárias e/ou extraordinárias o horário de expediente fica alterado das 16:00 às 20:00 horas.

Art. 2º. Os horários acima firmados passam a ter vigência da data de publicação desta portaria por prazo indeterminado, podendo ser alterada conforme a conveniência do serviço público.

§1º - As horas trabalhadas pelos Servidores, que ultrapassarem os horários previstos nesta portaria, não serão passíveis de pagamento em pecúnia, todavia, serão compensadas através de banco de horas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial os Municípios.

Publique-se. Registre-se.

Videira, 06 de novembro de 2019.

NÉDIO MARTINS

Presidente

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**TOMADA DE PREÇO Nº 02/2019 - VISAN - RETIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2220511

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2019 – VISAN

RETIFICAÇÃO Nº 01

O Diretor Geral da VISAN comunica aos interessados que fica RETIFICADO o edital da Tomada de Preços nº 02/2019 – VISAN para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO, FORNECIMENTO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE UM RESERVATÓRIO COM VOLUME ÚTIL DE 1.000 M3, COM BASE EM CONCRETO ARMADO E PAREDES (COSTADO) EM CHAPAS DE AÇO VITRIFICADO, COM TETO PLANO OU DOMO GEODÉSICO, SUPORTADO OU AUTOPORTANTE, NA RUA ROSA GAIO, BAIRRO MORADA DO SOL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. Fica alterada também a data do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passando a ser o dia 26/11/2019 às 09:00:00h. O edital retificado em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 07 de novembro de 2019

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 042/2019

Publicação Nº 2217398

Processo de Licitação 042/2019
Modalidade: Pregão 028/2019
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, para AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, NITROGÊNIO LÍQUIDO, LUVAS E BAINHAS PARA ATENDER O PROJETO DE DIVERSIFICAÇÃO DE CULTURAS, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 10h00min, do dia 26 de novembro de 2019 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 08 de novembro de 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 266/2019

Publicação Nº 2220430

PORTARIANº. 266/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com o Artigo 76, da Lei Complementar Municipal nº. 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JEVISON BARBOSA
Cargo: OPERADOR DE MAQUINA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Meio Ambiente, 15 (quinze) dias de férias, pelo período de 13/11/2019 a 27/11/2019, referentes ao período aquisitivo de 01/12/2017 a 30/11/2018.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 13 de novembro de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 07 DE NOVEMBRO DE 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/_____
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº. 055/11.

Witmarsum

PREFEITURA

LEI N.º 1572/19, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219267

LEI N.º 1572/19, de 05 de novembro de 2019.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE SETE LÉGUAS”.

CESAR PANINI, Prefeito do Município de Witmarsum, Estado de Santa Catarina...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a “ASSOCIAÇÃO MOTO CLUBE SETE LÉGUAS”, fundada em 09 de novembro de 2016, por tempo indeterminado, associação civil, sem fins lucrativos, tendo por finalidade incentivar, promover e defender atividades culturais, educacionais, artísticas, esportivas em todas as modalidades a que se propuser no Município de Witmarsum.

Art. 2º - À referida entidade ficam assegurados todos os direitos e vantagens previstos em lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

WITMARSUM – SC, 05 de novembro de 2019.

CESAR PANINI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2019

Publicação Nº 2219401

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0197/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0111/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0111/2019, tendo como objeto a Contratação de empresa para o fornecimento, execução, montagem de divisórias leves com painéis e portas para o 14º Batalhão de Bombeiros Militar de Xanxerê-SC, incluindo todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários a execução dos serviços, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos. O recebimento das propostas será até às 09:45h, do dia 22 de novembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10:00h do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 07 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 0110/2019

Publicação Nº 2219285

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº 0196/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0110/2019

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, através do Fundo Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0110/2019, do tipo menor preço por Item, tendo como objeto o Registro de Preços para aquisições futuras e parceladas de Medicamentos para a dispensação a paciente da rede municipal de Saúde de Xanxerê-SC, conforme determinação em processo judicial, nas quantidades estimadas constante do ANEXO I. O recebimento das propostas será até às 08:45h, do dia 22 de novembro de 2019, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 09:00h do mesmo dia. Retirada do Edital e anexos no site www.xanxere.sc.gov.br.

Xanxerê-SC, 07 de novembro de 2019. Enioivan Marques – Prefeito Municipal em Exercício.

CONTRATO DE APOIO CULTURAL 007/2019

Publicação Nº 2220098

Município de Xanxerê/SC

Extrato Contrato de Apoio Cultural nº 007/2019

Contratante: Município de Xanxerê

Proponente: Renan Otovicz Bebber

Objeto: Repasse de recursos financeiros para execução de Conjunto de Intervenções Artísticas de Natal 2019.

Vigência: 31/12/2019

Valor: R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais).

Xanxerê/SC, 07/11/2019.

Enioivan Marques - Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0131/2018

Publicação Nº 2219372

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0131/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Associação Educacional e Caritativa – Hospital São Paulo.

Objeto: Prestações de Serviços de Saúde, para realização de Procedimento de Colonoscopia com Biópsia, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de Vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 22 de novembro de 2019 até 21 de novembro de 2020, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde nº 275/2019 e Parecer do Comitê nº 514/2019, em anexo.

Xanxerê-SC, 07 de novembro de 2019. Irene Salete Goralski-Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0165/2018

Publicação Nº 2219374

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0165/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: CLINICA ODONTOMEDICA PONTE SERRADA EIRELI.

Objeto: Prestações de Serviços de Saúde, para realização de Procedimentos de Ultrassonografia Obstétrica, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de Vigência do contrato originário por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 26 de dezembro de 2019 até 25 de dezembro de 2020, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Saúde nº 279/2019 e Parecer do Comitê nº 514/2019, em anexo.

Xanxerê-SC, 07 de novembro de 2019. Irene Salete Goralski-Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0152/2018

Publicação Nº 2219366

Extrato 1º Aditivo ao Contrato nº 0152/2018

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: DIAGNOSTICOS VIA IMAGEM LTDA.

Objeto: Prestadores de Serviços de Saúde, para realização de Consultas e Procedimentos de Ressonância Magnética, para atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde do Município de Xanxerê.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Originário por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 28 de novembro de 2019, vigorando até 27 de novembro de 2020, sem reajuste de preço, conforme ofício da Secretaria Municipal Saúde e Parecer do Comitê Gestor nº 510/2019, em anexo.

Xanxerê-SC, 07 de novembro de 2019. Irene Salete Goralski – Secretaria Municipal de Saúde.

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0024/2017

Publicação Nº 2219611

Extrato 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 0024/2017.

Contratante: O MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: IMOBILIÁRIA XANCASA LTDA.

Objeto: Locação de uma casa de alvenaria de aproximadamente 130m² localizada na Rua Gentil Ferronato, nº 660, Bairro Sufiatti, na cidade de Xanxerê-SC, tendo 02 dormitórios, 01 suíte, sala, cozinha, banheiro, lavanderia, garagem para dois veículos e salão de festas, a qual será utilizada para acomodar o CRAS I.

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário por mais 06 (seis) meses, contados a partir de 11 de novembro de 2019, vigorando até 10 de maio de 2020, conforme Ofício e Parecer do Comitê Gestor nº 517/2019, anexos ao presente Termo Aditivo.

Xanxerê-SC, 07 de novembro de 2019. Enioivan Marques- Prefeito Municipal em exercício.

PORTARIA Nº 627/2019

Publicação Nº 2219607

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊPORTARIA Nº 627/2019
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 19 (dezenove) dias de a partir de 11.11.2019 a 29.11.2019, ao Servidor Público Municipal Sr. MARCO AURÉLIO ORSSATTO FERRONATO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 3.288.721, CPF n.º 006.002.879-39, nomeado conforme Decreto n.º AM 120/08, no cargo de CIRURGIÃO DENTISTA, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0005430/2019 datado de 07.11.2019.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
09.06.2015 a 08.06.2018 = 19 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 11.11.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 07 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê SC- em exercício

PORTARIA Nº 628/2019

Publicação Nº 2219608

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 628/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC em exercício

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW nº 1.775/91 Art. 77, e Decreto AJG 186/16

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 04.12.2019 a 02.01.2020 a Servidora Pública Municipal a Sra. MICHELLE LORENZETTO OL-TRAMARI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 3.451.640, CPF nº 006.302.149-80 e CRMV/SC nº 03389, nomeada conforme Decreto nº AM 342/07 no cargo de MÉDICO VETERINÁRIO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Políticas Ambientais.

As férias referem-se ao período abaixo especificado:

22.11.2017 a 21.11.2018 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC

Em 07 de Novembro de 2019.

ENIOIVAN MARQUES

Prefeito Municipal de Xanxerê SC- em exercício

Xavantina

PREFEITURA

1 TA ATA 021/2019 PMXV

Publicação Nº 2219202

PRIMEIRO TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019 PMXV

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019 PMXV

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 014/2019 PMXV

O Município de Xavantina/SC, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ENOIR FAZOLO e a empresa AUTO ELÉTRICA FILIPPI EIRELI, inscrita no CNPJ nº 11.759.196/0001-19, nesta Ata representada pela sua Administradora, Sr.ª IVANETE APARECIDA PEREIRA FILIPPI, portadora do CPF nº 024.407.499-23, nos termos das Leis nº 10.520/02 e nº 8.666/93, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 014/2019 PMXV, e homologada pela autoridade competente, RESOLVEM registrar os preços para aquisição dos bens, objeto do Pregão acima citado, que passam a fazer parte desta, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO a solicitação da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo no acréscimo de 25% na quantidade da Ata de Registro de Preço 021/2019 PMXV.

CONSIDERANDO o disposto na Alínea "b", § 1º, Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, que prevê a alteração dos Contratos, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.

As partes supra qualificadas resolvem repactuar as cláusulas contratuais na forma abaixo discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de 25% da quantidade inicial prevista na Ata de Registro de Preço 021/2019 PMXV.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

2.1 Fica alterado a quantidade conforme a tabela abaixo:

| Item | Quant. Inicial | Quant. Final | Unid. | Especificação | Marca | Preço Unit. | Preço Total |
|------|----------------|--------------|-------|--|-----------------------|-------------|-------------|
| 1 | 400,00 | 500,00 | HORA | SERVIÇO DE ELÉTRICA EM GERAL PARA CONSERTAR CAMINHÕES E ÔNIBUS PERTENCENTE À FROTA MUNICIPAL DE XAVANTINA, SENDO QUE OS SERVIÇOS DEVEM SER PRESTADOS EM TODO O TERRITÓRIO MUNICIPAL, HORA/HOMEM. | AUTO ELÉTRICA FILIPPI | 60,00 | 30.000,00 |

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E DO FORO

3.1 A empresa acima descrita passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de Preços após a assinatura desta.

3.2 Integram esta Ata, o edital do Pregão Presencial nº 014/2019 PMXV e a proposta da Detentora da Ata.

3.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Seara/SC para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES

Continuam em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições previstas na Ata inicial.

Xavantina/SC, em 06 de novembro de 2019.

MUNICÍPIO DE XAVANTIVA

ENOIR FAZOLO – Prefeito

EMPRESA DETENTORA DA ATA

AUTO ELÉTRICA FILIPPI EIRELI

IVANETE APARECIDA PEREIRA FILIPPI - Representante

EUGÊNIO FRANA - Fiscal da Ata

ATA PL 074/2019 PMXV 1

Publicação Nº 2219658

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSO REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2019 PMXV.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para implantação da iluminação pública de LED no Distrito de Linha das Palmeiras, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital.

Aos sete dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Xavantina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, instituída pelo Decreto nº 355/2019, sob a presidência do Senhor Cleidir Eleandro Kemmrich, tendo como membro a Senhora Maira Lúcia Altenhofen suplente a Senhora Izilde J. P. Fazolo, com a finalidade de efetuar o recebimento de recurso, referentes à Licitação em epígrafe. A empresa AL BAR E SERVIÇOS LTDA apresentou o Termo de Renúncia sobre a fase de habilitação. A empresa FABIANO FRANCHIM ME apresentou recurso referente há provisória habilitação da empresa AL BAR E SERVIÇOS LTDA. O recurso foi protocolizado dentro do prazo recursal. Tendo em vista do protocolo de recurso, e com base disposto no art. 109, inc. I, alínea "a", § 3º da Lei nº 8.666/93, "Interposto, o recurso será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis", o presidente abriu prazo de 5 (cinco) dias úteis após a publicação da Ata no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina para a apresentação das contrarrazões da empresa AL BAR E SERVIÇOS LTDA. O recurso administrativo está disponível no link dessa licitação: <https://www.xavantina.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/36615/codLicita-cao/151769>. O Presidente deu por encerrada a sessão, e, deixada à palavra livre, ninguém fez uso da mesma. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pelos membros da Comissão de Licitações, oficializando que o extrato do julgamento ora proferido será devidamente veiculado no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Santa Catarina.

| | |
|--|----------------------------------|
| CLEIDIR ELEANDRO KEMMRICH
Presidente da CPL | IZILDE J. P. FAZOLO
Suplente |
| | |
| | |
| | MAIRA LÚCIA ALTENHOFEN
Membro |

PORTARIA Nº194/2019

Publicação Nº 2220021

PORTARIA Nº 194, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Dispõe sobre afastamento de Servidor(a) Público(a) Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com decisão judicial/liminar oriunda do processo judicial nº 5000852-22.2019.8.24.0068/SC;

RESOLVE:

Art. 1º CUMPRIR a medida liminar exarada pelo Juízo da Comarca de Seara/SC nos autos da Ação Civil de Improbidade Administrativa nº 5000852-22.2019.8.24.0068/SC e AFASTAR o servidor público municipal VALMOR DE SOUZA das funções do cargo de advogado do Quadro de Pessoal de provimento efetivo do Município de Xavantina, sem prejuízo de sua remuneração, até o julgamento daqueles autos ou por decisão judicial ulterior.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Xavantina/SC, em 07 de Novembro de 2019.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

0207. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 85, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2220440

LEI COMPLEMENTAR nº 207/2019, 07 de novembro de 2019.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011 e suas alterações e dá outras providências.

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar Legislativa:

Art. 1º Fica alterado o número de vagas do cargo de Agente Legislativo, constante do Anexo I, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

§ 1º Ficam adequadas as atribuições do cargo de Agente Legislativo, constante do Anexo II, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 2º Fica criado o cargo de Analista de Compras e Licitação e acrescida a alínea "f", ao item II, do Anexo I, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

§ 1º As atribuições e a descrição da habilitação do cargo de Analista de Compras e Licitação são aquelas previstas no Anexo II, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

§ 2º Fica acrescido o cargo de Analista de Compras e Licitação ao Anexo III – Tabela de Vencimentos (cargos efetivos), do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

§ 3º Fica acrescida a alínea "f", ao item II, do Anexo IV, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 3º Ficam adequadas as atribuições do cargo de Advogado, constante do Anexo II, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 4º Fica alterada a carga horária semanal do cargo de Advogado, de 20 horas para 30 horas, constante do Anexo I, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 5º Ficam adequadas as atribuições do cargo de Controlador Interno, constante do Anexo II, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011 e alterações posteriores, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 6º Ficam adequadas as atribuições e a descrição da habilitação do cargo de Assessor Jurídico, constante do Anexo II, da Lei Complementar nº 85, de 30 de agosto de 2011, do Quadro de Pessoal do Poder Legislativo Municipal, nos termos desta Lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município

ANEXO I

QUADRO DE PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| II – SERVIÇOS OPERACIONAIS | NÍVEL | REFERÊNCIA | CARGA HORÁRIA SEMANAL | Nº DE VAGAS |
|----------------------------|-------------------|------------|-----------------------|-------------|
| e) Agente legislativo | SOP – 31 a SOP 35 | A a F | 30 HORAS | 02 |

| II – SERVIÇOS OPERACIONAIS | NÍVEL | REFERÊNCIA | CARGA HORÁRIA SEMANAL | Nº DE VAGAS |
|------------------------------------|-------------------|------------|-----------------------|-------------|
| f) Analista de Compras e Licitação | SOP – 41 a SOP 45 | A a F | 20 HORAS | 01 |

| III – TÉCNICO PROISSIO-NAIS | NÍVEL | REFERÊNCIA | CARGA HORÁRIA SEMANAL | Nº DE VAGAS |
|-----------------------------|-------|------------|-----------------------|-------------|
| b) Advogado | * | * | 30 HORAS | 01 |

ANEXO II
DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS CARGOS
CARGOS EFETIVOS

| CARGOS | DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO | ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS |
|--------------------|--------------------------|---|
| Agente Legislativo | Ensino Médio. | Compete auxiliar a Mesa Diretora e os Vereadores nas atividades de Expediente, registros e na tramitação e controle das proposições legislativas da Câmara Municipal. |

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

1. Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários; 2. Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão; 3. Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas; 4. Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral; 5. Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão; 6. Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; 7. Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão; 8. Realizar registros em geral; 9. Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos; 10. Colaborar na elaboração de trabalhos relativos a projetos de planos de ação; 11. Acompanhar e participar da elaboração de anteprojetos de leis, decretos, resoluções, portarias, ofícios e demais atos normativos; 12. Gerenciar o sistema de Ouvidoria e Acesso à Informação da Câmara Municipal; 13. Transcrever e organizar a ata das sessões legislativas; 14. Desempenhar atividades de recepção ao público; 15. Desempenhar outras atividades afins, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

| CARGOS | DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO | ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS |
|---------------------------------|--|---|
| Analista de Compras e Licitação | Formação superior em uma das seguintes áreas: Direito, Administração ou Contabilidade. | Coordenar e executar as atividades relacionadas ao processos de compras e licitações da Câmara Municipal. |

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

1. Coordenar e executar as atividades relacionadas aos processos de compra, dispensa e inexigibilidade de licitação, em observância a Lei nº 8.666/93 e legislações posteriores, de acordo com a demanda da Câmara Municipal; 2. Conduzir os procedimentos de licitação com o escopo de manter as atividades da Câmara Municipal sintonizadas com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública - princípio da legalidade; da publicidade; da impessoalidade; da moralidade e da eficiência – e correlatos; 3. Expedir requisições e notas de compras, em observância a Lei nº 8.666/93 e legislações posteriores correlatas; 4. Realizar levantamento de preços e atualizar o respectivo cadastro, em observância a Lei nº 8.666/93 e legislações posteriores correlatas; 5. Proceder ao controle de estoque de bens licitados pela Câmara Municipal; 6. Manter arquivo físico e digital dos procedimentos licitatórios e de toda a documentação pertinente, em ordem e de fácil consulta; 7. Elaborar o processo licitatório, em todas as modalidades e tipos previstos pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores correlatas; 8. Realizar e conduzir o procedimento licitatório na modalidade pregão, na sua integralidade, inclusive no que se refere a condução da equipe de apoio, nos moldes da Lei nº 10.520/2002 e alterações posteriores correlatas; 9. Acompanhar e fiscalizar o recebimento de mercadorias e equipamentos licitados, bem como a realização de serviços prestados nas dependências da Câmara Municipal; 10. Fiscalizar o adequado cumprimento dos contratos licitados e alertar a autoridade administrativa sobre a inadequada prestação do serviço ou fornecimento do objeto adjudicado; 11. Desempenhar outras atividades afins, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

| CARGOS | DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO | ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS |
|----------|--|--|
| Advogado | Nível superior e registro junto a OAB. | Compete representar a Câmara em Juízo e fora dele, promovendo a sustentação de atos judiciais e acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da Câmara Municipal de Xaxim. |

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

1. Interpretar e fiscalizar o cumprimento da Lei Orgânica, do Regimento Interno, das Leis, dos Decretos Legislativos e das Resoluções da Câmara no âmbito do Poder Legislativo Municipal; 2. Representar a Câmara em Juízo e fora dele, promovendo a sustentação de atos judiciais e acompanhar todos os processos administrativos e judiciais de interesse da Câmara Municipal, tomando as providências necessárias para bem zelar pelos seus interesses junto à Comarca, ao Tribunal de Justiça e ao Tribunal de Contas do Estado; 3. Analisar e elaborar minutas de contratos, convênios, petições, contestações, réplicas, memoriais e demais documentos de natureza jurídica inerentes ao trâmite processual; 4. Recomendar procedimentos internos de caráter preventivo com o escopo de manter as atividades da Câmara Municipal sintonizadas com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública - princípio da legalidade; da publicidade; da impessoalidade; da moralidade e da eficiência – e correlatos; 5. Manter arquivo de ações judiciais em ordem e de fácil consulta; 6. Prestar e receber informações dos servidores no que se refere a direitos e deveres inerentes ao desempenho das atividades no âmbito do Poder Legislativo Municipal; 7. Emitir parecer sobre a tramitação de proposições de lei, de iniciativa do Chefe do Poder Executivo ou dos membros da Câmara Municipal; 8. Redigir documentos que envolvam aspectos jurídicos relevantes; 9. Acompanhar e dar parecer nos procedimentos licitatórios; 10. Realizar a revisão final de projetos de emenda à Lei Orgânica Municipal, leis, resoluções, portarias, decretos legislativos e documentos expedidos pelo Legislativo; 11. Acompanhar o trâmite de procedimentos administrativos disciplinares instaurados na Câmara Municipal; 12. Desempenhar outras atividades afins, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

| CARGOS | DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO | ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS |
|---------------------|---|---|
| Controlador Interno | Ensino Superior completo em Ciências Contábeis, Direito ou Gestão Pública, com registro nos órgãos competentes. | Compete o acompanhamento e o controle, cabendo-lhe analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis e os atos de gestão da Câmara Municipal. |

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

1. O acompanhamento e o controle, cabendo-lhe analisar e avaliar, quanto à legalidade, eficiência, eficácia e economicidade, os registros contábeis, os atos de gestão, entre eles: os processos licitatórios, a execução de contratos, convênios e similares, o controle e guarda de bens patrimoniais da Câmara, o almoxarifado, os atos de pessoal, incluídos os procedimentos de controle de frequência, concessão e pagamento de diárias e vantagens, elaboração das folhas de pagamento dos Vereadores, servidores ativos e inativos (se for o caso); 2. Exercer o controle de uso, abastecimento e manutenção do(s) veículo(s) oficial(is) e o uso de telefone fixo e móvel (celular) da Câmara Municipal, dentre outros bens integrantes do patrimônio da Câmara Municipal; 3. Acompanhar a execução da despesa pública em todas as suas fases (empenhamento, liquidação e pagamento), de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e legislações correlatas, em observância ao preconizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina; 4. Observar os limites constitucionais no pagamento dos Vereadores e dos servidores da Câmara Municipal, de acordo com a legislação vigente e em observância ao preconizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina; 5. Assinar o Relatório de Gestão Fiscal previsto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e alterações correlatas; 6. Fazer a remessa ao Tribunal de Contas de Santa Catarina dos Relatórios de Gestão Fiscal, em cumprimento ao estabelecido nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e alterações correlatas, mediante a alimentação de dados via informatizada, conforme programa disponibilizado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina; 7. Orientar a fiscalização prevista no artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) e alterações correlatas; 8. Alertar a autoridade administrativa sobre imprecisões procedimentais, assim como sobre a necessidade de medidas corretivas, a instauração de tomada de contas especial e/ou de processo administrativo; 9. Executar as orientações/determinações do Tribunal de Contas de Santa Catarina; 10. Comunicar ao Tribunal de Contas de Santa Catarina irregularidades e/ou ilegalidades de que tenha conhecimento, acerca das quais não forem adotadas providências pela autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária (artigo 74, § 1º, da Constituição Federal, artigo 62, § 1º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, artigos 60 a 64 da Lei Complementar Estadual nº 202/2000); 11. Fazer a remessa, ao Poder Executivo, das informações necessárias à consolidação das contas, na forma, prazo e condições estabelecidas pela legislação vigente; 12. Atentar para o cumprimento da legislação vigente, com ênfase para a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), a Lei Complementar Estadual nº 202/2000 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas de Santa Catarina), a Resolução N. TC-06/2001 (Regimento Interno do Tribunal de Contas de Santa Catarina), entre outras correlatas; 13. Atribuições de corregedoria, ouvidoria, auditoria e transparência; 14. Desempenhar outras atividades afins, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

ANEXO II

DESCRIÇÃO DE HABILITAÇÃO E ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS CARGOS

CARGOS COMISSIONADOS

| CARGOS | DESCRIÇÃO DA HABILITAÇÃO | ATRIBUIÇÕES GENÉRICAS |
|-------------------|--|--|
| Assessor Jurídico | Nível superior e registro junto a OAB. | Compete assessorar a Mesa Diretora, os Vereadores e as Comissões da Casa Legislativa acerca de questões jurídicas pertinentes ao trâmite de proposições legais e questões jurídicas afetas ao Poder Legislativo. |

ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS

1. Planejar e orientar os assuntos jurídicos da Câmara Municipal e seus órgãos, compreendendo as Comissões Permanentes, Especiais, Processantes e de Inquérito; 2. Interpretar e fiscalizar o cumprimento da Lei Orgânica, do Regimento Interno, das Leis, dos Decretos Legislativos e das Resoluções da Câmara no âmbito do Poder Legislativo Municipal; 3. Assessorar a Mesa Diretora, os Vereadores e as Comissões a respeito de questões jurídicas pertinentes ao Legislativo; 4. Examinar processos específicos e emitir parecer acerca de proposições de lei, quando solicitado pelos membros da Mesa Diretora, Vereadores ou pelas Comissões, acerca de questões jurídicas pertinentes ao Legislativo; 5. Elaborar documentos pertinentes ao trâmite de proposições de lei, quando solicitado pelos membros da Mesa Diretora, Vereadores ou pelas Comissões, acerca de questões jurídicas pertinentes ao Legislativo; 6. Prestar assistência às Comissões Permanentes e Especiais, viabilizando os meios adequados ao bom andamento dos trabalhos; 7. Assessorar as Comissões Permanentes e Especiais na elaboração de pareceres em matérias de caráter legislativo; 8. Assessorar a elaboração de projetos de Emenda à Lei Orgânica, de leis, resoluções, portarias, decretos legislativos, a fim de atender determinação da Mesa Diretora ou de qualquer dos membros da Câmara Municipal; 9. Recomendar procedimentos internos de caráter preventivo com o escopo de manter as atividades da Câmara Municipal sintonizadas com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública - princípio da legalidade; da publicidade; da impessoalidade; da moralidade e da eficiência – e correlatos; 10. Desempenhar outras atividades afins, sob pena de enquadramento nas proibições capituladas no Estatuto do Servidor Municipal e respectivas penalidades.

ANEXO III
TABELA DE VENCIMENTOS
CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

| NÍVEL | REFERÊNCIA | SALÁRIO | NOME DO CARGO |
|-----------------|------------|--------------------------------|---------------------------------|
| SOP 41 a SOP 45 | A a F | R\$ 2.890,00
(SALÁRIO BASE) | Analista de Compras e Licitação |

ANEXO IV
QUADRO DE CARGOS

| II – SERVIÇOS OPERACIONAIS | NÍVEL INICIAL | SALÁRIO INICIAL | Nº DE VAGAS | OCUPAÇÕES |
|------------------------------------|---------------|-----------------|-------------|-----------|
| f) Analista de Compras e Licitação | SOP - 41 | A a F | 01 | * |

0208. ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 2220443

LEI COMPLEMENTAR nº 208/2019, 07 de novembro de 2019.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LIRIO DAGORT, Prefeito do Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte:

Art. 1º. O inciso III do art. 2º da Lei Complementar nº 128/2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. [...]

III - Para que o professor faça jus ao adicional de regência de classe, deverá cumprir 75% (setenta e cinco por cento) de sua carga horária obrigatoriamente no desenvolvimento das atividades com os alunos.

Art. 2º As Despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria prevista no orçamento vigente e futuros.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de novembro de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Rodrigo Carlos Covatti

Procurador-Geral do Município

0385. NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO

Publicação Nº 2220361

DECRETO Nº. 385/2019

Nomeia Membros da Comissão de Avaliação Imobiliária do Município de Xaxim

Lírio Dagort, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes Membros Titulares para avaliação de imóveis nos domínios do Município de Xaxim para fins de desapropriação amigável ou judicial, ficando assim constituído:

I – EDIMAR BAGGIO, brasileiro, casado, portador do documento de identidade n. 4.336.200, inscrito no CPF N. 864.562.299-87, residente e domiciliado na Rua 10 de novembro, n. 246 – Apto n 201 – Bairro Alvorada – XAXIM/SC.

II – DANIEL CENCI, brasileiro, em união estável, técnico em agropecuária, portador do documento de identidade n. 4.525.257, inscrito no CPF N. 059.043.249-44, residente e domiciliado na Rua Amelio J. Panizzi, n. 201, Bairro Frei Bruno – XAXIM/SC.

III – EDIMILSON CARRARO, brasileiro, casado, Fiscal de Obras, portador do documento de Identidade n. 3867226, inscrito no CPF N. 029.970.669-99, residente e domiciliado na Rua João Zilli, n. 300 – Bairro Flor – XAXIM/SC.

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim/SC., em 30 de outubro de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

0386. DECLARA DE INTERESSE PUBLICO

Publicação Nº 2220363

DECRETO Nº 386/2019

Declara Área de Interesse Público para fins de desapropriação, imóvel urbano localizado no Município de Xaxim e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e com embasamento legal fundado no Decreto Lei nº 3.365/41, de 21 de junho de 1941, com nova redação efetuada pela Lei Federal nº 6.602/78, de 07 de dezembro de 1978 combinando com a Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;

DECRETA:

Art. 1º - Fica DECLARADA ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o seguinte imóvel urbano:

I – Um Terreno no perímetro urbano do Município, perfazendo uma área de 700,00 m2 (setecentos metros quadrados), com benfeitoria, Lote n. 11 da quadra n. 50, centro, localizado na Av. Luiz Lunardi, Registrado no Cartório de Registro de Imóveis de Xaxim/SC., Matrícula n. 18.980, de propriedade de ALDUINO CELERI, brasileiro, aposentado, casado, inscrito no CPF n. 346.938.409-63 e portador do RG n. 352.076/SC e sua esposa MARLÍ GILDA CELERI, brasileira, casada, do lar, inscrita no CPF 543.759.089-04, portadora do RG n. 1.691.470/SC, confrontando ao Norte: com parte do lote 11, com 20,00 metros; ao Sul: com Av. Luiz Lunardi, com 20,00 metros; ao Leste: com o lote nº 12, com 35,00 metros; ao Oeste: como o lote nº 10, com 35,00 metros.

Art. 2º - O Interesse Público que recai sobre o imóvel tem por objeto a ampliação da Escola Municipal Dom Bosco, nos termos do Art. 5º “m” do Decreto-Lei 3.365.

Art. 3º - Será considerado para efeito de desapropriação, 03 (três) avaliações de Corretores de Imóveis e a designação de uma comissão para a devida avaliação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim/SC, 30 de outubro de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

0387. DECLARA DE INTERESSE PUBLICO

Publicação Nº 2220366

DECRETO Nº 387/2019

Declara Área de Interesse Público para fins de desapropriação, imóvel urbano localizado no Município de Xaxim e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, e com embasamento legal fundado no Decreto Lei nº 3.365/41, de 21 de junho de 1941, com nova redação efetuada pela Lei Federal nº 6.602/78, de 07 de dezembro de 1978 combinando com a Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962;

DECRETA:

Art. 1º - Fica DECLARADA ÁREA DE INTERESSE PÚBLICO, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o seguinte imóvel urbano:

Parte do lote colonial nº44, oriundo da matrícula nº9.607, com área superficial de 25.000,00m² (vinte e cinco mil metros quadrados), localizado próximo ao Distrito Industrial Sérgio Davi, ao final da Rua Orculano Bernardes, com as seguintes medidas e confrontações:

NORTE: Com a parte remanescente do lote colonial nº44, em 80,00 metros.

SUL: Com a parte remanescente do lote colonial nº44, em 80,00 metros.

LESTE: Com parte do lote colonial nº46, de J&A Administradora de Bens Ltda., matrícula nº17.598 (área destinada ao prolongamento da Rua Orculano Bernardes), em 187,27 metros e com parte do lote colonial nº46, de Leandro Matiello, matrícula nº14.402, (área destinada ao prolongamento da Rua Orculano Bernardes), em 125,23 metros.

OESTE: Com a parte remanescente do lote colonial nº44, em 312,50 metros.

Art. 2º - O Interesse Público que recai sobre o imóvel tem por objeto a ampliação de do distrito industrial Sérgio Davi, nos termos do Art. 5º “i” do Decreto-Lei 3.365.

Art. 3º - Será considerado para efeito de desapropriação, 03 (três) avaliações de Corretores de Imóveis e a designação de uma comissão para a devida avaliação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xaxim/SC, 30 de outubro de 2019.

LIRIO DAGORT

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Zortéa

PREFEITURA

CREENCIAMENTO Nº 002/2019 - REPUBLICAÇÃO DE EDITAL - CREENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO DE PUBLICIDADE COMPREENDENDO ATOS, PROGRAMAS EDUCATIVOS E CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA

Publicação Nº 2219363

REPUBLICAÇÃO DE EDITAL
CREENCIAMENTO Nº 002/2019

O Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o artigo 25 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, torna público a quem possa interessar que se encontra aberto edital de credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Zortéa, até 31 de dezembro de 2019, os documentos serão recebidos a partir do dia 24/12/2019, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2019, conforme condições a seguir:

I - OBJETO

Credenciamento de empresas para prestação de serviços de veiculação de publicidade compreendendo atos, programas educativos e campanhas institucionais do Poder Executivo do Município de Zortéa, até 31 de dezembro de 2019.
O presente edital fica permanentemente aberto para novas adesões.

ENTREGA DE DOCUMENTOS: Os documentos serão recebidos a partir do dia 24/12/2019, em horário de expediente, FICANDO EM ABERTO ATÉ 31/12/2019.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Rua Otaviano Oleari Francheschi, 53, Centro, Zortéa.

No sítio: prefeitura@zortea.sc.gov.br

HORÁRIO: Das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE Nº (49) 3557-2019

Zortéa, SC, 07 de Novembro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CREENCIAMENTO Nº 002/2019

1 – PREÂMBULO

1.1 - O Município de Zortéa, pessoa jurídica de direito público, situada à Rua Otaviano Oleari Francheschi, 53, Centro, Zortéa, SC, através do Prefeito Municipal Sr. Alcides Mantovani, comunica a todos os interessados, que estão abertas, a partir de 24/05/2019 as inscrições para o Credenciamento de Prestadores de Serviços visando a Divulgação de Atos Institucionais e Administrativos dos Fundos, Fundações e Município de Zortéa.

2 – DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços a serem tomados pelo Municipal serão os seguintes:

- Item nº 01 - Veiculação de matérias em jornal de circulação regional;
- Item nº 02 - Veiculação de matérias em rádio de abrangência regional;
- Item nº 03 - Veiculação de matérias em site de abrangência regional;
- Item nº 04 – Transmissão de programa informativo de abrangência regional.

3 – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

3.1 - Poderão credenciar-se a prestar os serviços referidos no item anterior pessoas jurídicas, privadas ou públicas, lucrativas ou não, sediadas no Município ou Região e com ampla circulação e/ou abrangência no Município de Zortéa, desde que atendidas às disposições deste Edital.

3.2 - O credenciamento não será processado por seleção dos inscritos, mas concedido a todos aqueles que preencham os requisitos exigidos e aceitem as demais condições estabelecidas neste Edital e nos Termos da Minuta de Contrato (anexo "B", deste edital) a serem firmados entre as partes.

4 – DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 - A remuneração dos serviços previstos no item 2 (dois) se dará unicamente com base nas quantidades de veiculações encaminhadas pela administração, seguindo os seguintes valores:

Item nº 01 - Veiculação de matérias em jornal de circulação regional;

| Descrição do Serviço | Valor Unitário "cm/coluna" em R\$ |
|--|-----------------------------------|
| Publicação na Capa "colorido" | 20,10 |
| Publicação na Contracapa "colorido" | 16,46 |
| Publicação página indeterminada "preto e branco" | 10,75 |
| Publicação página indeterminada "colorido" | 13,59 |

Item nº 02 - Veiculação de matérias em rádio de abrangência regional;

| Descrição do Serviço | Valor Unitário em R\$ |
|-------------------------------------|-----------------------|
| Inserção 15" (faixa das 07h às 19h) | 22,64 |
| Inserção 30" (faixa das 07h às 19h) | 29,98 |
| Inserção 45" (faixa das 07h às 19h) | 44,54 |
| Inserção 60" (faixa das 07h às 19h) | 54,92 |

Item nº 03 - Veiculação de matérias em site de abrangência regional;

| Descrição do Serviço | Valor Unitário em R\$ |
|--|-----------------------|
| Banner no tamanho mínimo de 700 x 90 pixels, disposto no topo da página, na parte Inicial do Site, pelo prazo mínimo de permanência de 7 dias consecutivos | 320,00 |

Item nº 04 - Transmissão de programa informativo de abrangência regional;

| Descrição do Serviço | Valor Unitário em R\$ |
|---|-----------------------|
| Contratação de emissora de Rádio para transmissão de programa informativo da prefeitura de Zortéa;
Todas as Sextas- Feiras das 13h00m às 13h25m. | 1.200,00 |

4.2 - Os pagamentos serão efetuados pela CONTRATANTE, no mês subsequente à prestação dos serviços executados, através de depósito em conta corrente da CONTRATADA, mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente acompanhada pela comprovação dos serviços veiculados, em até 30 dias consecutivos a contar do recebimento e liquidação por parte do Fiscal do Futuro Contrato.

5 – DO CREDENCIAMENTO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

6.1 - As condições do credenciamento de prestadores de serviços no Município de Zortéa são universais e, portanto, sob mesmas condições para todos, razão pela qual são firmadas seguindo disposições rígidas e inegociáveis, em que se obrigam tanto o Município, como os prestadores de serviços, após o seu credenciamento.

6.2 - O credenciamento se dará após a análise e aprovação dos documentos anexados ao requerimento de inscrição anexo "A", por uma Comissão de Credenciamento e firmado através do Termo de Contrato, cuja minuta encontra-se no Anexo "B" deste Edital.

7 – DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

7.1 - As inscrições para o Credenciamento se darão a partir de 24/05/2019, sem data prevista para encerramento, através da entrega da solicitação de Credenciamento (formulário próprio) acompanhado dos seguintes documentos:

- Solicitação formal de Credenciamento (Requerimento);
- Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social consolidado em vigor, devidamente registrado, devendo, no caso de sociedades por ações, estar acompanhado do documento de eleição (ata publicada em órgão de imprensa oficial) de seus atuais administradores;
- Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;
- Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT ou CPDT-EN);
- Comprovante da inscrição do profissional técnico da mesma junto ao Conselho Regional Competente;
- Cópia do alvará de localização expedido pelo município da sede da requisitante;
- Comprovação de que a requerente possui um acesso mensal em seu site, de no mínimo 200.000 (quatrocentos mil) acessos (exigível somente para os interessados ao Item 03);

7.2 - Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

7.3 - No caso de serem apresentados documentos relativos à regularidade fiscal (art. 29 da Lei nº 8.666/93) sem menção expressa do prazo de validade, será automaticamente adotado o prazo de validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

7.4 - A falta de quaisquer dos documentos acima mencionados é razão para o indeferimento da solicitação.

7.5 - Cumpridos os requisitos de qualificação acima identificados, será elaborado o "Contrato de Prestação de Serviços", nos termos da minuta que consta do Anexo "B", deste edital, onde serão estabelecidas as condições para prestação dos serviços, as limitações na sua prestação e os preços pactuados.

8 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do Futuro Contrato será até 31 de dezembro de 2019, com início após sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, sendo que para efetuar o descredenciamento o Contratado deverá enviar requerimento de descredenciamento endereçado ao Município de Zortéa, com um prazo de antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 - No que for aplicável, a contratação será regida pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93.

9.2 - Cópia deste Edital e seus anexos, bem como quaisquer outros esclarecimentos necessários, poderão ser obtidos junto ao site www.zortea.sc.gov.br ou diretamente na Prefeitura Municipal de Zortéa, na Rua Otaviano Oleoni Francheschi, 53, no horário das 8h às 12h e das 13h30 às 17h30, de Segunda a Sexta-Feira ou através dos telefones nº (0xx49) 3557-2019.

9.3 - O presente Edital tem prazo indeterminado de vigência, até que outro Edital ou ato emitido pelo Município que venha a revogá-lo.

9.4 - O Município de Zortéa reserva-se o direito de anular ou revogar a presente Edital, nos termos do art. 49 da lei nº 8.666/93.

9.5 - Informações fornecidas verbalmente por elementos pertencentes ao Município de Zortéa não serão consideradas como motivos para impugnações ou recursos.

9.6 - A participação no presente credenciamento implica no conhecimento e na aceitação plena deste Edital e suas condições.

9.7 - Os participantes deste credenciamento desde já declaram, sob a pena prevista no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 8.666/93, não estarem declaradas inidôneas por qualquer entidade da administração pública direta ou indireta, de qualquer das esferas de governo, nos termos do inciso IV do artigo 87 do mesmo diploma legal.

9.8 - Os participantes deste processo desde já declaram, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em

trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

9.9 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de Campos Novos, excluído qualquer outro.

10 – DOS ANEXOS

10.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

A) REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO;

B) MINUTA DE CONTRATO.

Zortéa, SC, 07 de Novembro de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019

ANEXO "A"

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO E CREDENCIAMENTO

Ao Município de Zortéa

Referente ao Edital de Credenciamento nº 002/2019

Requerente: _____

Endereço: _____ - Fone: _____

CNPJ/MF: _____

Sócio Administrador: _____

CPF: _____ - RG _____

Item Requerido: _____

DOCUMENTOS APRESENTADOS

| | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Cópia do Ato Constitutivo; | <input type="checkbox"/> Registro Comercial (empresa individual) |
| <input type="checkbox"/> Cert. Conj. Déb. Fed. e Dívida Ativa União; | <input type="checkbox"/> Certidão Neg. Débitos Estaduais |
| <input type="checkbox"/> Certidão Negativa FGTS | <input type="checkbox"/> Certidão Neg. Débitos Municipais |
| <input type="checkbox"/> Certidão Neg. Débitos Trabalhistas | <input type="checkbox"/> Registros no Conselho Regional |
| <input type="checkbox"/> Alvará Localização | <input type="checkbox"/> Comprovante de Acessos (Apenas Item 03) |

Dados Bancários:

Conta corrente nº _____ - Agência _____ - Banco _____

Zortéa, ____/____/____.

_____ Visto em ____/____/____

Assinatura Requerente

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019

ANEXO "B"

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE ZORTÉA E A EMPRESA _____, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS _____ PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS INSTITUCIONAIS E ADMINISTRATIVOS.

O MUNICÍPIO DE ZORTÉA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Otaviano Oleari Francheschi, 53, Centro, Inscrição no CNPJ Sob o nº 01.612.387/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Alcides Mantovani, portador da Cédula de Identidade RG nº SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ-MF sob o nº _____, com sede na _____, representada neste ato, pelo seu _____, Sr. _____, portador da Cédula de Identidade nº _____ e inscrito no CPF-MF sob o nº _____, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente termo, cuja celebração foi autorizada de acordo com o Edital de Credenciamento nº 002/2019, Processo Administrativo nº ____/2019, Inexigibilidade de Licitação nº ____/2019, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A CONTRATADA prestará serviços de divulgação de atos institucionais e administrativos, previstos no Item ____ (informar aqui o nº do item e sua descrição), nos termos do Edital de Credenciamento Universal nº 002/2019.

1.2. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Processo Administrativo nº _____, Inexigibilidade de Licitação nº ____/2019, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA, PRAZO E DA EXECUÇÃO

2.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços de divulgação dos atos

institucionais e administrativos de acordo com as especificações constantes do Item 04, do Edital que a este deu causa, seguindo as determinações do CONTRATANTE.

2.2. O CONTRATANTE encaminhará os materiais a serem divulgados, devendo a CONTRATADA providenciar sua veiculação na próxima edição possível da mídia indicada.

2.3. Somente poderá ser utilizado o espaço adquirido para veiculação de materiais devidamente aprovados pelo Setor de Comunicação do CONTRATANTE.

2.4. Os horários de divulgação poderão ser alterados a critério do CONTRATANTE, com anuência da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. A vigência deste Termo será até 31 de dezembro de 2019, contada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, inc. II da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR CONTRATUAL

4.1. Pela prestação dos serviços objeto deste Termo, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ _____ (_____), sendo que os valores unitários seguem abaixo, conforme tabela:

| Item | Descrição | Valor Unitário |
|------|-----------|----------------|
| | | |

4.2. As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato correrão às seguintes dotações, previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2019:

Entidade 1-PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA
Órgão 03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Unidade 01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Proj./Ativ. 2.007 Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
23 3.3.90.00.00.00.00 0001 –Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATANTE efetuará o pagamento do objeto deste Termo, a CONTRATADA, mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos a contar do recebimento das notas fiscais, devidamente atestada(s) pelo responsável pela fiscalização do Contrato.

5.2. Para efeito do pagamento previsto no subitem 5.1, a CONTRATADA deverá encaminhar as respectivas Notas Fiscais, até o 5 (quinto) dia útil do mês subsequente a realização dos serviços, devidamente acompanhada de comprovante da veiculação das matérias.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. O preço proposto pela CONTRATADA é fixo e irreajustável, durante os 12 (doze) meses da vigência contratual inicialmente prevista. No entanto, na hipótese de se efetivar a prorrogação prevista no subitem 3.1 deste Instrumento, o preço será reajustado com base no IGP-DI (Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna). Tal reajuste será efetuado a cada 12 (doze) meses consecutivos, contados a partir da data base para apresentação das propostas.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato ensejará a sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à CONTRATADA direito a qualquer indenização.

7.2. A rescisão contratual poderá ser:

7.2.1. Determinada por ato unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.2.2. Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES

8.1. Pelo atraso injustificado na execução do objeto deste Contrato, sujeita-se a CONTRATADA à seguinte penalidade:

8.1.1. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, limitada ao total de 20% (vinte por cento).

8.2. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA a sanção prevista no art. 7 da Lei 10.520/02, e, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos materiais não entregues.

8.3. As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, consequentemente, o pagamento delas não exime a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à CONTRATANTE.

CLÁUSULA NONA - DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

9.1. O presente termo não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

9.2. A fiscalização e o acompanhamento da execução dos trabalhos da CONTRATADA serão exercidos pela CONTRATANTE, através de servidor designado qual poderá, junto ao representante da CONTRATADA, solicitar a correção de eventuais falhas ou irregularidades que forem verificadas, as quais, se não forem sanadas de imediato, serão objeto de comunicação oficial à CONTRATADA, para aplicação das penalidades previstas neste Contrato.

9.3. As solicitações, reclamações, exigências, observações e ocorrências relacionadas com a execução do objeto deste Contrato serão registradas pela CONTRATANTE, constituindo tais registros, documentos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

10.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação respectiva, em resumo, do presente termo, na forma prevista em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

11.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos SC, para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento do presente Contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente termo em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Zortéa, SC, ____ de _____ de 2019.

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome:
CPF:

02. _____
Nome:
CPF:

Fiscal do Contrato

Visto:
Assessor Jurídico

DECRETO Nº098/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA – CME – PARA O BIÊNIO 2019 – 2021.

Publicação Nº 2219451

DECRETO Nº098/2019 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA – CME – PARA O BIÊNIO 2019 – 2021.

ALCIDES MANTOVANI, Prefeito do Município de Zortéa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas e na forma da Lei nº 040/97 de 22/08/97.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o Conselho Municipal de Educação do Município de Zortéa – CME para o biênio 2019 – 2021.

a) Representantes da Secretaria de Educação:

Titular: Denir Brancalione
Suplente: Dagmar Cristina Pieri
Titular: Cassia Terezinha Freitas Ferreira
Suplente: Suzana Carla Bedendo

b) Representantes da Rede Estadual de Ensino:

Titular: Caroline Ronsani
Suplente: Antonio Carlos Mecabo

c) Representantes da Rede Municipal de Ensino:

Titular: Carla Surdi

Suplente: Amanda Galio

d) Representantes da Associação de Pais e Professores:

Titular: André Vieira

Suplente: Roseli Lopes de Almeida

e) Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Ivanilda Petronilio dos Passos Kantovick

Suplente: Roberto Menegaz

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ALCIDES MANTOVANI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto em, 07 de novembro de 2019.

BIRAJARA CESAR DA SILVA

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Consórcios

ARIS

EDITAL 006/2019 - RESULTADO DOS RECURSOS DAS INSCRIÇÕES.

Publicação Nº 2219855

AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS
CONCURSO PÚBLICO 001/2019
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

EDITAL 006/2019

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento, doravante denominada ARIS, representada pelo Diretor Geral, o Senhor Adir Faccio, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. RESULTADO DOS RECURSOS DAS INSCRIÇÕES: Tendo em vista que não foram interpostos recursos relativos às inscrições, em nada se altera o relatório de candidatos inscritos, anteriormente divulgado.
2. O GABARITO PRELIMINAR da Prova Objetiva, que será realizada em 10/11/2019, será divulgado no dia 11/11/2019, a partir das 14h (Horário de Brasília), no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos sites www.aris.sc.gov.br e www.objetivas.com.br.
3. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Preliminar poderão fazê-lo nos dias 12, 13 e 14/11/2019. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.objetivas.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site. Durante o período de recursos haverá vista da Prova Padrão de todos os Cargos no site www.objetivas.com.br, na página referente ao certame. Este é o único momento para vista de Prova Padrão.
4. O Ato Público de correção eletrônica dos cartões de resposta será realizado no dia 18/11/2019, às 14h (Horário de Brasília), na Sede da Objetiva Concursos - Rua Casemiro de Abreu, nº 347, Bairro Rio Branco, Porto Alegre/RS.
5. O Gabarito Definitivo e o relatório de notas da Prova Objetiva serão divulgados a partir do dia 26/11/2019, após a análise dos recursos relativos ao Gabarito Preliminar eventualmente interpostos.

Florianópolis/SC, 08 de novembro de 2019.
ADIR FACCIO,
Diretor Geral.

Registre-se e publique-se.

Antes de imprimir este edital, pense em sua responsabilidade e compromisso com o meio ambiente. Seja consciente, a natureza agradece.
Pág. 1 de 1

EXTRATO DE EDITAL 006/2019

Publicação Nº 2219859

EXTRATO DE EDITAL 006/2019

TORNA PÚBLICO o resultado dos recursos das inscrições, bem como que o Gabarito Preliminar será divulgado no dia 11/11/2019, a partir das 14h (Horário de Brasília), no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina e nos sites www.aris.sc.gov.br e www.objetivas.com.br. PERÍODO DE RECURSOS DE GABARITO PRELIMINAR E VISTA DE PROVA PADRÃO: dias 12, 13 e 14/11/2019, pelo site www.objetivas.com.br. A leitura de cartões será realizada no dia 18/11/2019 (segunda-feira), às 14h (Horário de Brasília), na Objetiva Concursos. O Edital encontra-se divulgado nos sites www.aris.sc.gov.br e www.objetivas.com.br. Florianópolis/SC, 08 de novembro de 2019. Adir Faccio – Diretor Geral.

CIGA**AVISO DE LICITAÇÃO N.º 06/2019 PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2019**

Publicação Nº 2220016

AVISO DE LICITAÇÃO N.º 06/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 49/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2019

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO.

CRONOGRAMA

- 1 Data de início do recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 08/11/2019.
- 2 Último dia para o recebimento dos envelopes (proposta de preço e documentação de habilitação): 22/11/2019, às 14:50 horas.
- 3 Último dia para oferecimento de impugnação administrativa do Edital: 19/11/2019.
- 4 Data da sessão pública do Pregão Presencial: 22/11/2019, às 15:00 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

OBJETO: Locação de uma impressora multifuncional com as funções de copiadora, impressão e scanner, e uma impressora colorida a laser, todas de propriedade da contratada, incluindo a cobertura de assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva, assim como o fornecimento de peças e componentes necessários à manutenção, fornecimento de materiais de insumo para a sua utilização, exceto papel, bem como treinamento dos operadores dos equipamentos locados, conforme especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, para atender às necessidades do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), com base no disposto na Lei Federal n.º 10.520/2002 e Lei Complementar n.º 123/2006 e, subsidiariamente, na Lei n.º 8.666/1993 e demais legislação pertinente.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Leis n.º 10.520/2002 e n.º 8.666/1993, Lei Complementar n.º 123/2006 e demais legislação pertinente.

Florianópolis, 07 de novembro de 2019.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA
Pregoeiro do CIGA

PORTARIA N.º 46 DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219684

Portaria n.º 46, de 07 de novembro de 2019.

Dispõe sobre concessão de férias ao empregado público, Sr(a). RENATO FURTADO GOUDEL, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
Considerando o dispositivo no artigo 6, inciso XVII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Capítulo IV, do Decreto-Lei n.º 5.452/43; e demais legislação cogente;

RESOLVE:

Art. 1.º. CONCEDER FÉRIAS AO EMPREGADO PÚBLICO, Sr. RENATO FURTADO GOUDEL, Técnico em TI, matrícula n.º 17, do dia 11/11/19 a 25/11/19, referente ao período aquisitivo de 17/04/18 a 16/04/19.

Art. 2.º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no órgão oficial de divulgação dos atos do CIGA, como condição indispensável à sua eficácia.

Art. 3.º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis, 07 de novembro de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2018/001 - SEGUNDO TERMO ADITIVO**

Publicação Nº 2219334

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) MARINA DOS SANTOS HOFFMANN, brasileira, casada, Engenheira Ambiental, residente e domiciliada na Avenida Castelo Branco, 186, apto 304, Centro, na cidade de Indaial/SC, CEP: 89.081-051, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 12/06/2018, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 13/06/2018, tendo sido objeto de prorrogação na data de 22/05/2019, passando seu término para 11/06/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 12/06/2018;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irrevogável, irrenunciável e irretroatável, alterar o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 12/06/2018, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

“[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]”

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 12/06/2018 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

(Contratante)

MARINA DOS SANTOS HOFFMANN

(Contratada)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli

CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista

CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2018/002 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219327

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) EDUARDA DE CASTRO, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental, nascida em 15/01/1992, inscrita no CPF sob o nº 027.440.390-04 e portadora do RG sob o nº 8100192651 – SSP/RS, residente e domiciliada na Rua São Leopoldo, nº 96, apto 206, Bairro Vila Nova, na cidade de Blumenau/SC, CEP: 89.010-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 29/06/2018, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas semanais;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 02/07/2018, tendo sido objeto de prorrogação na data de 19/06/2019, passando seu término para 11/06/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 29/06/2018;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irretratável, irrenunciável e irrevogável, alterar o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 29/06/2018, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

“[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]"

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 29/06/2018 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann
(Contratante)

EDUARDA DE CASTRO
(Contratada)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2018/003 - SEGUNDO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219328

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) JONATAN MICHEL KRIESER, brasileiro, solteiro, Engenheiro Ambiental, nascido em 07/11/1995, inscrito no CPF sob o nº 086.173.529-30 e portador do RG sob o nº 5.299.287– SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Wilhelm Milke, 325, Bairro Araponguinhas, na cidade de Timbó/SC – CEP: 89.120-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 05/10/2018, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 10/10/2018, tendo sido objeto de prorrogação na data de 08/10/2019, passando seu término para 11/06/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 05/10/2018;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irrevogável, irrenunciável e irrevogável, alterar o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 05/10/2018, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

“[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]”

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 05/10/2018 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

(Contratante)

JONATAN MICHEL KRIESER

(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/001 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219340

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) MILENA NASATO, brasileira, solteira, Engenheira Ambiental, nascida em 08/04/1994, inscrita no CPF sob o nº 092.582.689-89 e portadora do RG sob o nº 4.787.256 – SSP/SC, residente e domiciliada na Rua Belo Horizonte, nº 125, Bairro Das Capitais, na cidade de Timbó/SC, CEP: 89.120-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/02/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 04/02/2019 e término para 03/02/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/02/2019;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irrevogável, irrenunciável e irrevogável, alterar o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 01/02/2019, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

“[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]”

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/02/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

(Contratante)

MILENA NASATO

(Contratada)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/002 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219335

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) MAURICIO CHISTE, brasileiro, casado, Engenheiro Ambiental, nascido em 13/02/1971, inscrito no CPF sob o nº 613.373.079-04 e portador do RG sob o nº 2.171.090 – SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Bulgária, nº 528, Bairro Das Nações, na cidade de Timbó/SC, CEP: 89.120-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/04/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 01/04/2019 e término para 31/03/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/04/2019;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irrevogável, irrenunciável e irretroativo, alterar o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 01/04/2019, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

“[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA AMBIENTAL.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]”

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/04/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.
Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI
Presidente: Jean Michel Grundmann
(Contratante)

MAURICIO CHISTE
(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/003 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219333

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) KLEBER RENAN DE SOUZA SANTOS, brasileiro, casado, Biólogo, nascido em 27/06/1984, inscrito no CPF sob o nº 323.258.778-09 e portador do RG sob o nº 41.489.750 – SSP/SP, residente e domiciliado na Rua Bolívia, nº 194, apto 201, Bairro Das Nações, na cidade de Indaial/SC, CEP: 89.082-148, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/04/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 20 (vinte) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 12 (doze) meses, tendo seu início em 01/04/2018 e término previsto para 31/03/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/04/2019;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irretratável, irrenunciável e irrevogável, alterar o CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 01/04/2019, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

“[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – BIOLOGIA.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$1.687,77 (um mil e seiscentos e oitenta e sete reais e setenta e sete centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]"

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/04/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

(Contratante)

KLEBER RENAN DE SOUZA SANTOS

(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli

CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista

CPF: 595.701.059-68

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 2019/004 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO

Publicação Nº 2219329

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento, as partes de um lado, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann doravante denominado CONTRATANTE, e de outro, o (a) Sr.(a.) JUCA ESTHEVAM TASSI SARDAGNA, brasileiro, solteiro, Engenheiro Florestal, nascido em 17/04/1996, inscrito no CPF sob o nº 107.951.539-96 e portador do RG sob o nº 5.714.647 – SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 144, Bairro Glória, na cidade de Rodeio/SC, CEP: 89.136-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019 c/c a Resolução CIMVI nº 326, de 06 de Novembro de 2019, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019, na forma das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA JUSTIFICATIVA

1.1 – CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo Individual para Contratação Temporária objetiva a prestação de serviços decorrentes de todas as funções inerentes ao emprego público de Fiscal Ambiental com jornada semanal de 40 (quarenta) horas;

1.2 – CONSIDERANDO que o contrato foi firmado pelo prazo de 11 (onze) meses, tendo seu início em 01/07/2019 e término para 31/05/2020;

1.3 – CONSIDERANDO que, na presente data, restou publicado o Décimo Termo Aditivo ao Contrato de Consórcio Público do CIMVI, em razão da ratificação, por lei de todos os municípios consorciados, das alterações ao Protocolo de Intenções e Estatuto do CIMVI de que trata a Resolução CIMVI nº 315, de 09 de Agosto de 2019, cujas alterações estabelecem, dentre outras disposições, a extinção do emprego público de Fiscal Ambiental e a criação do emprego público de Analista Ambiental, em atendimento às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre CIMVI e Ministério Público de Santa Catarina;

1.4 – CONSIDERANDO que, em razão das cláusulas acima, há a necessidade de alteração do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019;

1.5 – É celebrado o presente termo aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

2.1 – As partes signatárias, de comum acordo, resolvem, em caráter irrevogável, irrenunciável e irrevogável, alterar o CONTRATO

ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA, firmado em 01/07/2019, passando a vigorar, a partir da presente data, com as seguintes alterações:

"[...]

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de ANALISTA AMBIENTAL – ENGENHARIA FLORESTAL.

[...]

5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.

[...]

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente das Resoluções CIMVI nº 315, de 09 de agosto de 2019 e nº 240, de 12 de junho de 2018.

[...]"

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 - As demais cláusulas e condições do CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA celebrado em 01/07/2019 ficam mantidas e ratificadas.

3.2 – A Contratação emergencial de que trata o presente termo se dá a título precário e se considerará extinta automaticamente com o término do prazo (possibilitada prorrogação) ou com a posse de aprovados em concurso público e/ou processo seletivo, o que ocorrer primeiro, sem nenhum direito a indenização.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Timbó, 07 de Novembro de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann
(Contratante)

JUCA ESTHEVAM TASSI SARDAGNA
(Contratado)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

RESOLUÇÃO Nº 327 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219653

RESOLUÇÃO Nº 327, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO, NO VALOR DE R\$ 77.000,00, NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2019 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 280, de 14/12/2018 (Orçamento CIMVI 2019), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a necessidade de recursos para viabilizar o custeio de despesas correntes do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, especialmente na manutenção da operação da Central de Resíduos do CIMVI e da Central de Triagem de Materiais Recicláveis;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2019 no valor de R\$ 77.000,00 (setenta e sete mil reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

| | |
|--|---------------|
| Projeto/Atividade: 03.002.0017.0512.0002.2008 – GESTÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | |
| Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas | |
| Vínculo: 100.02.19 – Rec. Ordinários 2019 - CIMVI - Disposição Resíduos Sólidos | R\$ 77.000,00 |

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2019:

| | |
|--|---------------|
| Projeto/Atividade: 03.002.0017.0512.0002.2008 – GESTÃO DA DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS | |
| Elemento: 3319000000000000 - Aplicações Diretas | |
| Vínculo: 100.02.19 – Rec. Ordinários 2019 - CIMVI - Disposição Resíduos Sólidos | R\$ 77.000,00 |

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 06 de Novembro de 2019.
Jean Michel Grundmann
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 06 de Novembro de 2019.

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo – CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 328 DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

Publicação Nº 2219654

RESOLUÇÃO Nº 328, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2019

ESTABELECE PREÇO PÚBLICO PARA INSCRIÇÃO EM CAPACITAÇÃO/TREINAMENTO SOBRE MANIFESTO DE TRANSPORTE DE RESÍDUOS AOS PARTICULARES INTERESSADOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições;

Considerando que constitui objeto do Consórcio Público o apoio e o fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os Entes consorciados, inclusive para fins de desenvolvimento e melhoria da gestão pública, bem como a instituição e a gestão de programas e/ou projetos de desenvolvimento institucional, fiscal, seleção e recrutamento, treinamento, capacitação e aperfeiçoamento, eventual ou continuado, mediante cobrança de preço público dos interessados, conforme cláusula 2.4, VII do Protocolo de Intenções do CIMVI c/c art. 2º-C, VII do Estatuto do CIMVI;

Considerando que o CIMVI poderá instituir preços públicos pela prestação de serviços cuja regulamentação será efetuada mediante Resolução do Presidente do CIMVI, nos termos da cláusula 19.1.3 do Protocolo de Intenções c/c o art. 74, § 3º do Estatuto do CIMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir preço público para inscrição de particulares interessados em capacitação/treinamento sobre Manifesto de Transporte de Resíduos a ser realizada na data de 25 de Novembro de 2019 no Auditório do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI em valor correspondente a R\$ 80,00 (oitenta reais).

§ 1º – Aplica-se o preço estabelecido no “caput” deste artigo aos particulares interessados na capacitação/treinamento a ser promovida pelo CIMVI que promoverem a inscrição para a capacitação nos meios a serem divulgados pela autarquia.

§ 2º – O preço público de que trata o “caput” deste artigo não se estende aos agentes públicos dos municípios consorciados, cuja inscrição será gratuita.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário, convalidados os atos até então praticados.

Timbó - SC, 06 de Novembro de 2019.
Jean Michel Grundmann
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 06 de Novembro de 2019.

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo – CIMVI

CINCATARINA**AP19CIN0798_PAL0057_1 - OBSERVES SERVIÇOS EIRELI**

Publicação Nº 2220397

AP19CIN0798

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0057/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | OBSERVES SERVIÇOS EIRELI |
| CONTRATO: | CT19CIN0035 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região II. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0057/2019 – Pregão Eletrônico nº 0045/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0799_PAL0057_2 - ORILDO GIARDINI ME

Publicação Nº 2220400

AP19CIN0799

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0057/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | ORILDO GIARDINI ME |
| CONTRATO: | CT19CIN0036 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região II. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0057/2019 – Pregão Eletrônico nº 0045/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0800_PAL0058_1 - CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI

Publicação Nº 2220402

AP19CIN0800

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0058/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI |
| CONTRATO: | CT19CIN0037 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região IX. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |

| | |
|------------|---|
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0058/2019 – Pregão Eletrônico nº 0046/2019 |
|------------|---|

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0801_PAL0058_2 - ORILDO GIARDINI ME

Publicação Nº 2220403

AP19CIN0801

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0058/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | ORILDO GIARDINI ME |
| CONTRATO: | CT19CIN0038 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região IX. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0058/2019 – Pregão Eletrônico nº 0046/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0802_PAL0059_1 - CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI

Publicação Nº 2220404

AP19CIN0802

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0059/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI |
| CONTRATO: | CT19CIN0039 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região XIV. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0059/2019 – Pregão Eletrônico nº 0047/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0803_PAL0060_1 - CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME

Publicação Nº 2220406

AP19CIN0803

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0060/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME |
| CONTRATO: | CT19CIN0040 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região I. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0060/2019 – Pregão Eletrônico nº 0048/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0804_PAL0060_2 - OBSERVES SERVIÇOS EIRELI

Publicação Nº 2220408

AP19CIN0804

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0060/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | OBSERVES SERVIÇOS EIRELI |
| CONTRATO: | CT19CIN0041 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região I. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0060/2019 – Pregão Eletrônico nº 0048/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0805_PAL0061_1 - CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME

Publicação Nº 2220411

AP19CIN0805

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0061/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | CONSTRUTORA ENGEFORTE LTDA ME |
| CONTRATO: | CT19CIN0042 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região XI. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0061/2019 – Pregão Eletrônico nº 0049/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0806_PAL0062_1 - CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI

Publicação Nº 2220412

AP19CIN0806

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0062/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI |
| CONTRATO: | CT19CIN0043 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região XVI. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0062/2019 – Pregão Eletrônico nº 0050/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0807_PAL0063_1 - CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI

Publicação Nº 2220414

AP19CIN0807

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0063/2019

| | |
|-----------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | CHRONOS ENGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI |
| CONTRATO: | CT19CIN0044 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região XXI. |
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0063/2019 – Pregão Eletrônico nº 0051/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê "Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove", leia-se "Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove".

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.
ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

AP19CIN0808_PAL0063_2 - HETRIOS TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA

Publicação Nº 2220416

AP19CIN0808

SEGUNDO TERMO DE APOSTILAMENTO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO 0063/2019

| | |
|--------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA |
| CONTRATADA: | HETRIOS TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA |
| CONTRATO: | CT19CIN0045 |
| OBJETO: | Serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA na Região XXI. |

| | |
|-----------------|---|
| VIGÊNCIA FINAL: | 28/10/2020 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0063/2019 – Pregão Eletrônico nº 0051/2019 |

Art. 1º Fica retificado no texto do parágrafo inicial do Contrato em epígrafe, por motivo de erro formal, onde se lê “Aos vinte e cinco dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove”, leia-se “Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove”.

Art. 2º Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições constantes do Contrato que não colidirem com a retificação prevista acima.

Florianópolis (SC), 07 de novembro de 2019.

ELÓI RONNAU
DIRETOR EXECUTIVO
Contratante

RESOLUÇÃO 0087_2019

Publicação Nº 2220280

Resolução n. 0087/2019
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SUPERVISOR DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL.

O Presidente do Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, Sr. Moisés Diersmann, Prefeito Municipal de Luzerna - SC, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em conformidade com a Segunda Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções e do Contrato de Consórcio Público do CINCATARINA;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. PABLO VIVAN CANDEIA, brasileiro, solteiro, portador de RG n. 5.252.210, inscrito no CPF sob n. 073.702.799-10, residente e domiciliado na cidade de Campos Novos, SC., para ocupar o emprego em comissão de Supervisor de Atuação Governamental, com lotação na Central Executiva do CINCATARINA, a partir de 11 de novembro de 2019.

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 08 de novembro de 2019.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna
Presidente do CINCATARINA

CIS/AMOSC

CONTRATO ADMINISTRATIVO 05-2019

Publicação Nº 2219315

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 5/2019

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA - CIS-AMOSC E DE OUTRO A LAUSCHNERT TREINAMENTOS, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 35.027.188/0001-46.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Chapecó, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NÉVIO ANTONIO MORTARI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 310.840.959-04, Prefeito do Município de Paial, Estado de Santa Catarina, doravante denominado CIS-AMOSC e, de outro lado, a empresa LAUSCHNER TREINAMENTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.027.188/0001-46, com sede na Rua Monteiro Lobato, 455, apto 101, Bairro Centro, CEP 89.885-000, São Carlos, Estado de Santa Catarina, representada pela Senhora Simoni Lauschner, inscrita no CPF sob o nº 058.997.179-47, de ora em diante, CONTRATADA, em decorrência do Processo Administrativo nº 6/2019, Dispensa de Licitação nº 4/2019, homologado em 10/10/2019, ambos sujeitos às disposições da Lei nº 8.666/93 e à proposta comercial, celebram o presente instrumento, de acordo com as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA MINISTRAR CURSO DE CAPACITAÇÃO VISANDO A MELHORA DO FLUXO DE TRABALHO E RELACIONAMENTO INTERPESSOAL AOS SERVIDORES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE DE SANTA CATARINA CIS-AMOSC.

1.2 O curso conterà a aplicação do seguinte cronograma:

- Proposta da equipe em relação ao Cis-Amosc;
- Comunicação;
- Planejamento;
- Administração de Tempo;
- Desafios/Inovação;

- f) Crenças;
- g) Empatia;
- h) Comprometimento;
- i) Auto Avaliação
- j) Motivação

1.2.1 Os encontros para ministrar o referido curso, terão duração de 01 (uma) hora, podendo se exceder conforme interação com a equipe.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO

2.1 O CIS-AMOSC pagará à CONTRATADA, pelos serviços prestados, o valor total de R\$ 3.520,00 (três mil quinhentos e vinte reais), correspondendo a 08 (oito) sessões, com valor unitário de R\$ 440,00 (cem reais).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor das parcelas mensais pactuado na cláusula anterior será pago até o dia 10 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal emitida, preferencialmente, com data do último dia útil do mês.

3.2 O pagamento das sucessivas parcelas será efetuado mediante depósito em conta bancária, a ser indicada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogada nos termos do art. 57, da Lei 8666/93, por se tratar de serviço contínuo.

4.2 O valor contratado não sofrerá reajustes.

4.2.1 Na hipótese de suspensão, extinção ou vedação do índice ora ajustado fica, desde já, eleito aquele que vier a substituí-lo oficialmente.

CLAUSULA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 O valor ofertado na proposta poderá ser revisto, desde que devidamente requerido, demonstrado através de planilha, plenamente justificado e aprovado pelo CIS-AMOSC, em conformidade com o disposto no art. 65, II, "d", da lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES

6.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nas compras ou serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

7.1 A Cabe a CONTRATADA:

7.1.1 iniciar a prestação dos serviços em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da assinatura do contrato, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ao início da sua execução;

7.1.2 responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, e efetuar-los de acordo com as especificações constantes neste contrato;

7.1.3 manter equipe técnica devidamente treinada e capacitada para a prestação dos serviços objeto deste contrato;

7.1.4 manter durante a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.5 responder exclusivamente por todas as obrigações e despesas com encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais e de acidentes de trabalho, passados e futuros, contratação e seguro para trabalhadores, indenizações de qualquer espécie a eles devidas, na forma da legislação em vigor, decorrentes das relações empregatícias entre a CONTRATADA e seus prepostos, designadas para a execução do objeto deste contrato;

7.1.6 arcar com todas as despesas para a realização dos serviços ora contratados;

7.1.7 não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do CIS-AMOSC;

7.1.8 entregar as notas fiscais nos prazos estabelecidos;

7.1.9 manter sigilo das informações que lhe forem prestadas;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO CIS-AMOSC

8.1 Cabe ao CIS-AMOSC:

8.1.1 exercer a fiscalização dos serviços contratados;

8.1.2 proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;

8.1.3 prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados, especificando os detalhes necessários para a perfeita execução do serviço contratado;

8.1.4 efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, nos termos estabelecidos neste contrato;

8.1.5 manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial, aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo;

8.1.6 comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas na execução dos serviços contratados;

8.1.7 aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 Os recursos necessários ao atendimento das despesas do presente contrato correrão à conta do Orçamento do CIS-AMOSC: dotação 3.3.90.39.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização do presente contrato fica sob a responsabilidade da Diretora Executiva do CIS-AMOSC, GEÍSA MULLER DE OLIVEIRA, com a incumbência de exercer toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização da execução contratual.

10.2 Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

a) solicitar à CONTRATADA as providências necessárias ao bom andamento deste contrato e anexar aos autos do processo correspondente os documentos escritos que comprovem essas solicitações de providências;

b) encaminhar ao setor financeiro os documentos que relacionem as importâncias relativas e multas aplicadas à CONTRATADA, bem como

os referentes a pagamento.

c) anotar em livro próprio as ocorrências detectadas ao longo da vigência do Contrato, notificando e advertindo a CONTRATADA de tudo o que for constatado;

e) encaminhar relatório ao Gestor do Contrato, sendo o caso, para que este tome as medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1 O descumprimento das obrigações assumidas no presente contrato, seja parcial ou total, ensejará à CONTRATADA as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Suspensão do direito de licitar junto com o CIS-AMOSC e com os municípios consorciados;

c) Declaração de Inidoneidade.

d) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/1993, ficando facultado a sua denúncia, desde que a parte denunciante notifique formalmente a outra, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das sanções legais previstas no art. 87 do mesmo diploma legal.

12.2 A rescisão do Contrato poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do CIS-AMOSC nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo das penalidades previstas neste Contrato;

b) amigável, por acordo entre as partes, mediante a assinatura de termo aditivo ao contrato, desde que haja conveniência para o CIS-AMOSC; e

c) judicial, nos termos da legislação.

12.3 A rescisão unilateral ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

12.4 De conformidade com o § 2º do artigo 79, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do artigo 78 da mesma lei, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

a) devolução de garantia, se houver;

b) pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;

c) pagamento do custo de desmobilização.

12.5 A rescisão poderá acarretar as seguintes consequências imediatas:

a) execução da garantia contratual para ressarcimento, ao CIS-AMOSC, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ela devidas;

b) retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CIS-AMOSC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Qualquer comunicação entre as partes com relação a assuntos relacionados a este contrato, serão formalizados por escrito em 02 (duas) vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

13.2 A CONTRATADA não terá direito a qualquer indenização se ocorrer, provisória ou definitivamente, a suspensão da execução deste contrato, por culpa sua, assegurando-lhe, porém, no caso da rescisão por motivos alheios a sua vontade e sem infração de quaisquer cláusulas e condições contratuais, o pagamento de forma proporcional aos serviços efetivamente realizados.

13.3 As partes contratantes obrigam-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato em todos os seus termos, cláusulas e condições, por si e seus sucessores.

13.4 As informações que as partes tiverem acesso são consideradas informações confidenciais, cujo conhecimento poderá ser adquirido por meio oral, escrito ou qualquer outro meio, ressalvadas aquelas que forem definidas por escrito como não sendo confidenciais.

13.5 As partes se comprometem em não comunicar, revelar ou disponibilizar para terceiros, copiar ou utilizar para si ou para outrem, nem permitir que terceiros copiem ou utilizem direta ou indiretamente, no todo ou em parte, as informações confidenciais, salvo se autorizada por escrito pela outra parte.

13.6 O caráter de confidencialidade das informações perdurará mesmo após o encerramento deste contrato.

13.7 A CONTRATADA não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, ainda que em função de reestruturação societária, fusão, cisão e incorporação, os direitos e obrigações decorrentes do presente instrumento, inclusive, seus créditos, sem a prévia e expressa autorização do CIS-AMOSC.

13.8 Para os efeitos de direito valem para este contrato a Lei nº 8.666/93 e, alterações posteriores, e demais normas legais que lhe sejam aplicáveis, a proposta de preços apresentada, aplicando-se, ainda, para os casos omissos, os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Para dirimir e julgar as questões decorrentes da execução deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Chapecó, Estado de Santa Catarina.

E, por estarem de pleno acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente contrato assinado pelas partes, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Chapecó, 10 de outubro de 2019.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA
NÉVIO ANTONIO MORTARI
PRESIDENTE

LAUSCHNER TREINAMENTOS
SIMONI LAUSCHNER
CONTRATADA

Analísado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

TERCEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11/2019

Publicação Nº 2219373

TERCEIRO TERMO ADITIVO
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhor Névio Antonio Mortari, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IPUAÇÚ, IRATI, JARDINÓPOLIS, LAJEADO GRANDE, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SÃO DOMINGOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL e UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0001-49, situada na Rua Severino Augusto Pretto, 560, Bairro Santo Antônio, CEP: 95.960-000, cidade de Encantado/RS, neste ato representada pela sua representante legal, Senhora, Renata Casagrande Galiotto, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

CONSIDERANDO o ofício enviado pelo FORNECEDOR, que solicita a alteração de CNPJ da Matriz para a Filial;

COSIDERANDO que referida alteração refere-se apenas a ajustes operacionais e administrativos do FORNECEDOR, não ocasionando mudanças nos serviços prestados;

CONSIDERANDO que a mudança de CNPJ da matriz, o qual consta na Ata de Registro de Preços original, para o CNPJ da filial, não caracteriza mudança de Pessoa Jurídica, pois se trata apenas de uma mudança de Matriz para Filial da mesma empresa;

CONSIDERANDO que os serviços contratados por meio da Ata de Registro de Preços, 11/2019 de 06 de Maio de 2019, continuarão sendo prestados sem riscos à sua continuidade e composição;

CONSIDERANDO que os impostos inerentes ao contrato são retidos na fonte, desta forma não haverá diferenciação sob o prisma do Direito Tributário;

CONSIDERANDO, por fim, que a supremacia do interesse público sobre o privado está sendo obedecida, bem como os princípios da legalidade, moralidade e eficiência estão sendo observados, conforme preceitua o inciso I do artigo 58 da Lei 8.666/93.

Assim sendo, deliberam por mútuo acordo, firmar o presente TERMO ADITIVO, nos termos da Lei 8.666/93, e suas alterações, na forma que segue.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Altera-se o CNPJ para faturamento dos valores advindos da Ata de Registro de Preços, 11/2019 de 06 de Maio de 2019, referente aos itens: 390 (LEVODOPA 200MG+BENSERAZIDA 500MG0; 392 (LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG PROLONGADA HBS) e, 392 (LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG BD), originário do Pregão Eletrônico nº 001/2019, passando do CNPJ atual, que corresponde ao da Matriz do FORNECEDOR, para o CNPJ nº 05.782.733/0003-00 de sua filial, situada na Rua dos Cisnes, 235, Pedra Branca, CEP: 88.137-300, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.

1.2. Em razão da alteração mencionada no item 1.1., a Cláusula quarta: Das Condições de Pagamento passa a conter o item 4.5. a vigorar com a seguinte redação:

“O pagamento devido pelo Município Consorciado ao FORNECEDOR, quanto aos itens: 390 (LEVODOPA 200MG+BENSERAZIDA 500MG0; 392 (LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG PROLONGADA HBS) e, 392 (LEVODOPA 100MG+BENSERAZIDA 25MG BD), será realizada mediante a emissão de Nota Fiscal em nome da filial do FORNECEDOR, inscrita no CNPJ sob o nº 05.782.733/0003-00 de sua filial, situada na Rua dos Cisnes, 235, Pedra Branca, CEP: 88.137-300, cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente Termo, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, no Diário Oficial dos Municípios, consoante ao que dispõe o art. 61, Parágrafo Único, da Lei nº 8.666/93, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ratificam-se todos os demais itens e condições da Ata de Registro de Preço Original e seus aditivos, aqui não expressamente modificadas, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 17 de Outubro de 2019.
Névio Antônio Mortari Renata Casagrande Galiotto
Presidente do CIS-AMOSC Representante Legal

Analísado e Aprovado

DHONATAN RENAN POMMERENING
Assessor Jurídico – OAB/SC 46.461

CIS/AMVI

AUTORIZAÇÃO_DISPENSA_036 2019

Publicação Nº 2219911

AUTORIZAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2019

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de buffet tipo coffee break para aproximadamente 25 (vinte e cinco) reuniões a serem organizadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI no Exercício de 2019/2020, todas com no mínimo 20 (vinte) pessoas e no máximo 25 (vinte e cinco) pessoas em cada reunião.

Após análise da Justificativa do Processo de Dispensa de Licitação nº 036/2019, e afigurando-me que a contratação é legal, nos termos permissivos do artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, AUTORIZO o procedimento que se cogita, objetivando a contratação do objeto supramencionado por intermédio de contratação direta com CG Restaurante e Estacionamento LTDA. (Confeitaria Cafehaus) – CNPJ 06.205.661/0001-30, pelo valor máximo de R\$ 7.175,00 (sete mil, cento e setenta e cinco reais).

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 07 de novembro de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

EXTRATO_DISPENSA_036 2019

Publicação Nº 2219914

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo: 050/2019

Objeto: contratação de empresa especializada no fornecimento de buffet tipo coffee break para aproximadamente 25 (vinte e cinco) reuniões a serem organizadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI nos Exercícios de 2019/2020, todas com no mínimo 20 (vinte) pessoas e no máximo 25 (vinte e cinco) pessoas em cada reunião.

Contratado: CG Restaurante e Estacionamento LTDA. (Confeitaria Cafehaus) – CNPJ 06.205.661/0001-30.

Valor máximo: R\$ 7.175,00 (sete mil, cento e setenta e cinco reais).

Data de vigência: até 11/11/2020.

Base legal: artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005.

Blumenau/SC, 07 de novembro de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

RATIFICAÇÃO_DISPENSA_036 2019

Publicação Nº 2219916

TERMO DE RATIFICAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 036/2019

Afigurando-me que a contratação é legal, com base no artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com o artigo 17, parágrafo único da Lei Federal nº 11.107/2005, RATIFICO os atos do procedimento em favor de CG Restaurante e Estacionamento LTDA. (Confeitaria Cafehaus) – CNPJ 06.205.661/0001-30, para contratação de empresa especializada no fornecimento de buffet tipo coffee break para aproximadamente 25 (vinte e cinco) reuniões a serem organizadas pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI no Exercício de 2019/2020, todas com no mínimo 20 (vinte) pessoas e no máximo 25 (vinte e cinco) pessoas em cada reunião.

Sigam-se os ulteriores termos.

Blumenau/SC, 07 de novembro de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo

REPUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2018 - AMBULÂNCIAS TIPO A

Publicação Nº 2217879

Terceira republicação trimestral da Ata de Registro de Preços oriunda do Pregão Eletrônico 042/2018, publicada na Edição nº 2751 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, de 08 de fevereiro de 2019, páginas 1636-1637.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - GERAL
PREGÃO ELETRÔNICO 42 / 2018
(Vigência de 08/02/2019 até 08/02/2020)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018, registrar os preços das empresas indicadas nesta Ata, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de Ambulâncias Tipo A – Furgões e Furgonetas – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018.

1.2 Os produtos deverão ser entregues no endereço do CISAMVI, conforme indicado no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018.

1.3 A ordem de compra/solicitação de fornecimento do(s) item(s), será formalizada diretamente pelos municípios consorciados, conforme a sua necessidade, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

| INOV9 COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI – CNPJ 03.478.563/0001-88 | | | | | |
|---|--|---------|------|----------------|----------------|
| Item | Especificação | Marca | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
| 01 | Ambulância Tipo A/FURGONETA – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida | PEUGEOT | 09 | R\$ 77.875,00 | R\$ 700.875,00 |
| 02 | Ambulância Tipo A/FURGÃO – transporte para remoção simples e efetiva de pacientes sem risco de vida | RENAULT | 04 | R\$ 166.260,00 | R\$ 665.040,00 |

2.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o §1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será da data da sua publicação até 08/02/2020 (08/02/2019 até 08/02/2020).

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os valores registrados não serão reajustados.

3.2 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega, acondicionamento e transporte do objeto, recebimento provisório e definitivo, as obrigações do(s) fornecedor(es) registrado(s), penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e no Termo de Referência.

3.3 O CISAMVI e os municípios consorciados não se obrigam a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

3.4 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 42/2018 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento.

3.5 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2018 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

3.6 Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes da Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 5.450/05, do Decreto nº 3.555/00, do Decreto nº 7.892/13, da Lei Complementar nº 123/06, e da Lei nº 8.666/93, subsidiariamente.

Blumenau/SC, 07 de fevereiro de 2019.
Cleones Hostins
Diretor Executivo - CISAMVI

RESOLUÇÃO Nº 332-19 - SUPLEMENTA ORÇAMENTO 2019 - BRUSQUE

Publicação Nº 2219754

RESOLUÇÃO Nº 332, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

Suplementa por conta de provável excesso de arrecadação o orçamento vigente do CISAMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público; e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, e considerando:

1. as previsões contidas no artigo 3º da Resolução nº 254/2018; e
2. o decreto municipal nº 8.481, de 04 de novembro de 2019, do município de Brusque.

RESOLVE:

Art. 1º Fica suplementado ao Orçamento-Programa 2019 do CISAMVI, no valor de R\$ 68.635,32 (sessenta e oito mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) por Provável Excesso de Arrecadação, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente do CISAMVI:

| | |
|--|---------------|
| Órgão: 02 – Consórcio Intermunicipal Saúde Médio Vale Itajaí | |
| Unidade: 003 – Manutenção Medicamentos | |
| Função: 010 - Saúde | |
| SubFunção: 122 – Administração Geral | |
| Programa: 0016 – Gestão de Medicamentos e Insumos | |
| Projeto/Atividade: 2019 – Gestão de Medicamentos e Insumos | |
| Dotação: 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas | R\$ 68.635,32 |
| Vínculo: 01000606 – Luiz Alves - Medicamentos e Insumos CISAMVI 2019 | |

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, 07 de novembro de 2019.

ERCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo

CISNORDESTE**TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019 - CISNORDESTE/SC**

Publicação Nº 2220464

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC
Comissão de Licitações

Pregão Eletrônico nº 004/2019

Após análise da documentação apresentada e julgados todos os recursos referentes ao presente pregão, adjudico as empresas vencedoras conforme indicado abaixo:

Resultado da Adjudicação

Item: 0001
Descrição: ACEBROFILINA, 10 MG/ML, XAROPE ADULTO
Quantidade: 3.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,2188
Valor Final: 4,2497
Valor Total: 15.723,8900
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:35:43
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimed

Item: 0002
Descrição: ACEBROFILINA, 5 MG/ML, XAROPE INFANTIL
Quantidade: 7.600
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,1400
Valor Final: 2,7400
Valor Total: 20.824,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:27:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0003
Descrição: ACICLOVIR, 200 MG
Quantidade: 218.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1901
Valor Final: 0,1800
Valor Total: 39.240,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:14:15
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0004
Descrição: ACICLOVIR, 50 MG/G, CREME
Quantidade: 4.300
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 2,2419
Valor Final: 1,7797
Valor Total: 7.652,7100
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:35:49
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimed

Item: 0005
Descrição: ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100 MG
Quantidade: 7.780.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0211
Valor Final: 0,0175
Valor Total: 136.150,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:58:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DORMEC 100MG

Item: 0006

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

1/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Descrição: ÁCIDO FÓLICO, 5 MG
Quantidade: 1.170.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0368
Valor Final: 0,0384
Valor Total: 44.928,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:11:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
Marca: AFOLIC

Item: 0007
Descrição: ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 5.900
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,3780
Valor Final: 2,9699
Valor Total: 17.522,4100
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:58:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 29.614.830/0001-90 Mediton Farmaceutica Ltda
Marca: BLAU

Item: 0008
Descrição: ÁCIDO VALPRÓICO, 250 MG
Quantidade: 365.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1079
Valor Final: 0,1590
Valor Total: 58.035,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:59:56
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: DEPAKENE

Item: 0009
Descrição: ÁCIDO VALPRÓICO, 500 MG
Quantidade: 1.463.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2935
Valor Final: 0,3300
Valor Total: 482.790,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:00:01
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: DEPAKENE

Item: 0010
Descrição: ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE
Quantidade: 17.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,8931
Valor Final: 2,8975
Valor Total: 52.010,1250
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:17:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.093.678/0001-85 FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: HIPOLABOR

Item: 0011
Descrição: ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 8,8497
Valor Final: 8,1110
Valor Total: 31.227,3500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:48:27
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0012
Descrição: ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA
Quantidade: 124.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,1422
Valor Final: 0,1454

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

2/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Total: 18.145,9200
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:11:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0013
Descrição: ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA.
Quantidade: 78.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3642
Valor Final: 0,3200
Valor Total: 24.960,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:27:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0014
Descrição: ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 72.600
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,0076
Valor Final: 0,9500
Valor Total: 68.970,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:27:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0015
Descrição: ALENDRONATO DE SÓDIO, 70 MG
Quantidade: 269.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2313
Valor Final: 0,1700
Valor Total: 45.815,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:32:37
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Elofar

Item: 0016
Descrição: ALOPURINOL, 100 MG
Quantidade: 575.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0480
Valor Final: 0,0780
Valor Total: 44.850,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:27:52
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0017
Descrição: ALOPURINOL, 300 MG
Quantidade: 466.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1488
Valor Final: 0,1730
Valor Total: 80.704,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:27:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0018
Descrição: AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE
Quantidade: 5.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,7663
Valor Final: 1,6470
Valor Total: 8.729,1000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:48:32
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

3/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0019
Descrição: AMINOFILINA, 100 MG
Quantidade: 138.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0682
Valor Final: 0,0715
Valor Total: 9.867,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:39:50
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0020
Descrição: AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 4.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,8728
Valor Final: 0,8866
Valor Total: 3.723,7200
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:57:44
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 22.771.751/0001-44 VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: FARMACE

Item: 0021
Descrição: AMIODARONA, 200 MG
Quantidade: 357.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3448
Valor Final: 0,4999
Valor Total: 178.714,2500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:11:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: AMIORON

Item: 0022
Descrição: AMIODARONA, 50MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 9.550
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6707
Valor Final: 1,6752
Valor Total: 15.998,1600
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:57:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 22.771.751/0001-44 VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: HIPOLABOR

Item: 0023
Descrição: AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 4.928.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0329
Valor Final: 0,0299
Valor Total: 147.347,2000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:32:45
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0024
Descrição: AMOXICILINA, 500MG
Quantidade: 1.425.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1425
Valor Final: 0,1430
Valor Total: 203.846,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:32:51
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0025
Descrição: AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 25.100
Unidade de Fornecimento: Frasco

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

4/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Referência: 3,9421
Valor Final: 2,9500
Valor Total: 74.045,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:28:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0026
Descrição: AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL.
Quantidade: 49.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,1945
Valor Final: 4,7000
Valor Total: 232.180,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:28:09
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0027
Descrição: AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 500MG + 125MG
Quantidade: 416.000
Unidade de Fornecimento: Comprimento
Valor Referência: 0,8600
Valor Final: 0,7400
Valor Total: 307.840,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:11:46
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0028
Descrição: AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 50MG + 12,5MG/ML, SUSPENSÃO
Quantidade: 45.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 13,0806
Valor Final: 10,2600
Valor Total: 465.804,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:11:55
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0029
Descrição: ANLODIPINO BESILATO, 10 MG
Quantidade: 414.000
Unidade de Fornecimento: Comprimento
Valor Referência: 0,0573
Valor Final: 0,0542
Valor Total: 22.438,8000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HYPERA/BRAINFARMA/GENERICO

Item: 0030
Descrição: ANLODIPINO BESILATO, 5 MG
Quantidade: 5.140.000
Unidade de Fornecimento: Comprimento
Valor Referência: 0,0234
Valor Final: 0,0241
Valor Total: 123.874,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:40:01
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Besilapin

Item: 0031
Descrição: ATENOLOL, 100 MG
Quantidade: 109.000
Unidade de Fornecimento: Comprimento
Valor Referência: 0,0519
Valor Final: 0,0770
Valor Total: 8.393,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:28:33
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

5/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0032
Descrição: ATENOLOL, 25 MG
Quantidade: 528.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0297
Valor Final: 0,0260
Valor Total: 13.728,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:28:52
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0033
Descrição: ATENOLOL, 50 MG
Quantidade: 5.600.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0342
Valor Final: 0,0385
Valor Total: 215.600,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:28:59
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0034
Descrição: ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 10.300
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,6411
Valor Final: 0,6370
Valor Total: 6.561,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:48:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: HYTROPIN

Item: 0035
Descrição: AZATIOPRINA 50MG
Quantidade: 9.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4590
Valor Final: 0,8000
Valor Total: 7.200,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:22:15
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: IMUNEN/CRISTALIA

Item: 0036
Descrição: AZITROMICINA, 500 MG
Quantidade: 368.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4666
Valor Final: 0,4700
Valor Total: 173.195,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:10
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0037
Descrição: AZITROMICINA, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 39.900
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,4210
Valor Final: 5,1990
Valor Total: 207.440,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:29:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0038

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

6/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Descrição: BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50 MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR C/ BOCAL AEROGADOR
Quantidade: 2.830
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 28,0773
Valor Final: 29,6500
Valor Total: 83.909,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:48:12
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.912.018/0001-83 Merco Soluções em Saúde S/A
Marca: CLENIL HFA 50MCG/DS 200DS DISP OR

Item: 0039
Descrição: BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR
Quantidade: 8.390
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 40,6918
Valor Final: 22,2990
Valor Total: 187.088,6100
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:54:15
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.520.829/0001-40 Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: GLENMARK

Item: 0040
Descrição: BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL
Quantidade: 53.800
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 7,4756
Valor Final: 7,3500
Valor Total: 395.430,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:32:58
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0041
Descrição: BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL
Quantidade: 20.400
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 8,0763
Valor Final: 9,2800
Valor Total: 189.312,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:07:14
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclaresense Ltda
Marca: BEPEBEN 600.000UI

Item: 0042
Descrição: BENZILPENICILINA, POTÁSSICA, ASSOCIADA À PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETÁVEL
Quantidade: 2.300
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 4,4481
Valor Final: 4,4200
Valor Total: 10.166,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:54:42
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.520.829/0001-40 Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: BLAU

Item: 0043
Descrição: BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 5MG + 2MG, INJETÁVEL
Quantidade: 24.400
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,9982
Valor Final: 3,3649
Valor Total: 82.103,5600
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HYPERA/BRAINFARMA/GENERIC

Item: 0044
Descrição: BICARBONATO DE SÓDIO, 8,4%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 5.100
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,5832
Valor Final: 0,5661

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

7/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Total: 2.887,1100
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0045
Descrição: BIPERIDENO, 2 MG
Quantidade: 998.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1481
Valor Final: 0,1700
Valor Total: 169.660,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:22:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: CINETOL/CRISTALIA

Item: 0046
Descrição: BIPERIDENO, LACTATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 1.650
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,7472
Valor Final: 1,8400
Valor Total: 3.036,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:22:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: CINETOL/CRISTALIA

Item: 0047
Descrição: BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS
Quantidade: 3.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8750
Valor Final: 1,0580
Valor Total: 3.491,4000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:29:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: MARIOL/PHARLAB

Item: 0048
Descrição: BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 25.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,2382
Valor Final: 1,1590
Valor Total: 29.844,2500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0049
Descrição: BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA
Quantidade: 3.650
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 10,1732
Valor Final: 7,7787
Valor Total: 28.392,2550
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:42:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: inalajet

Item: 0050
Descrição: BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA
Quantidade: 4.500
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 20,4026
Valor Final: 10,4500
Valor Total: 47.025,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:45:00
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 09.944.371/0001-04 Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: ACHÉ

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

8/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0051
Descrição: BUPROPIONA CLORIDRATO, 150 MG
Quantidade: 148.080
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3193
Valor Final: 0,3240
Valor Total: 47.977,9200
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:59:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 82.225.947/0001-65 A. G. Kienen & Cia. Ltda.
Marca: EMS

Item: 0052
Descrição: CAPTOPRIL, 25 MG
Quantidade: 5.259.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0176
Valor Final: 0,0219
Valor Total: 115.172,1000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0053
Descrição: CARBAMAZEPINA, 200 MG
Quantidade: 3.313.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0841
Valor Final: 0,0949
Valor Total: 314.403,7000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:30:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: HYPERMARCAS/NEO QUIMICA

Item: 0054
Descrição: CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 5.350
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,4040
Valor Final: 8,7200
Valor Total: 46.652,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: UNI CARBAMAZ 2% SUSPENSAO ORAL

Item: 0055
Descrição: CARBAMAZEPINA, 400 MG
Quantidade: 106.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3256
Valor Final: 0,4000
Valor Total: 42.400,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:14:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: cristalia

Item: 0056
Descrição: CARBONATO DE CÁLCIO, 500MG DE CÁLCIO
Quantidade: 190.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0733
Valor Final: 0,0399
Valor Total: 7.581,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:16:33
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EFICAL

Item: 0057
Descrição: CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO) + 400 UI
Quantidade: 3.925.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

9/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Referência: 0,1197
Valor Final: 0,0729
Valor Total: 286.132,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:49:28
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 09.340.228/0001-03 Art Vita Distribuidora de Alimentos Ltda
Marca: CALCIO VIDA 500/400

Item: 0058
Descrição: CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600 MG + 400 UI
Quantidade: 590.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1494
Valor Final: 0,0829
Valor Total: 48.911,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:04:13
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.547.190/0001-80 GRAZIELA VELANI ABUFARES COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: DOLOTRAT PRÓ 600+400

Item: 0059
Descrição: CARBONATO DE LÍCIO, 300 MG
Quantidade: 1.153.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1930
Valor Final: 0,2822
Valor Total: 325.376,6000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:55:51
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: BIOLAB

Item: 0060
Descrição: CARVEDILOL, 12,5 MG
Quantidade: 676.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0880
Valor Final: 0,0909
Valor Total: 61.493,8500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:42:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0061
Descrição: CARVEDILOL, 25 MG
Quantidade: 870.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1321
Valor Final: 0,1450
Valor Total: 126.222,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:43:03
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0062
Descrição: CARVEDILOL, 3,125 MG
Quantidade: 301.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0688
Valor Final: 0,0643
Valor Total: 19.399,3100
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:43:14
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0063
Descrição: CARVEDILOL, 6,25 MG
Quantidade: 4.641.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0782
Valor Final: 0,0698
Valor Total: 323.997,6400
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:43:21
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

10/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0064
Descrição: CEFALOXINA, 500 MG
Quantidade: 1.275.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2722
Valor Final: 0,2800
Valor Total: 357.140,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:03:58
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.439.635/0004-56 Antibióticos do Brasil Ltda
Marca: Cefalexina(G) ABL

Item: 0065
Descrição: CEFALOXINA, 50 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 30.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 7,3551
Valor Final: 7,9800
Valor Total: 241.794,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:10
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: CEFALOXINA SUSPENSÃO ORAL GENERICO

Item: 0066
Descrição: CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO
Quantidade: 34.200
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 6,5847
Valor Final: 8,4370
Valor Total: 288.545,4000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:35:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Blau

Item: 0067
Descrição: CEFTRIAXONA SÓDICA, 500 MG, INJETÁVEL USO INTRAMUSCULAR
Quantidade: 4.200
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 8,9167
Valor Final: 7,3146
Valor Total: 30.721,3200
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:43:27
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: TEUTO

Item: 0068
Descrição: CETOCONAZOL, 200 MG
Quantidade: 63.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1641
Valor Final: 0,1640
Valor Total: 10.463,2000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:29:15
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0069
Descrição: CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TÓPICO
Quantidade: 8.800
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 1,9505
Valor Final: 1,5980
Valor Total: 14.062,4000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SOBRAL

Item: 0071

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

11/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Descrição: CETOPROFENO, 100 MG, PÔ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, ENDOVENOSO
Quantidade: 153.000
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 2,3563
Valor Final: 2,4700
Valor Total: 377.910,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:18
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: ARTRINID 100MG

Item: 0072
Descrição: CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR
Quantidade: 38.400
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,3218
Valor Final: 1,0800
Valor Total: 41.472,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: ARTRINID 50MG/ML IM

Item: 0073
Descrição: CICLOSPORINA, 100 MG
Quantidade: 3.600
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 3,0837
Valor Final: 8,9299
Valor Total: 32.147,6400
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:43:37
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: SANDIMMUN

Item: 0074
Descrição: CICLOSPORINA, 50 MG
Quantidade: 4.600
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 1,3325
Valor Final: 5,0000
Valor Total: 23.000,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:45:13
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 09.944.371/0001-04 Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: GERMED

Item: 0075
Descrição: CLOSTAZOL, 100 MG
Quantidade: 12.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4094
Valor Final: 0,3999
Valor Total: 5.118,7200
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:43:42
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EUROFARMA

Item: 0076
Descrição: CINARIZINA, 75 MG
Quantidade: 445.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1108
Valor Final: 0,1040
Valor Total: 46.332,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:51:13
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0077
Descrição: CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG
Quantidade: 491.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1867
Valor Final: 0,1850

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

12/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Total: 90.927,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:29:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0078
Descrição: CLARITROMICINA, 500 MG
Quantidade: 25.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 3,3389
Valor Final: 2,5890
Valor Total: 66.019,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:58:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 29.614.830/0001-90 Mediton Farmaceutica Ltda
Marca: ems

Item: 0079
Descrição: CLINDAMICINA, 300 MG
Quantidade: 32.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,8394
Valor Final: 1,0000
Valor Total: 32.500,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:44:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0080
Descrição: CLONIPRAMINA, 25 MG
Quantidade: 172.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,5843
Valor Final: 0,5881
Valor Total: 101.447,2500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:43
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ANAFRANIL

Item: 0081
Descrição: CLONAZEPAM, 0,5 MG
Quantidade: 106.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0634
Valor Final: 0,0623
Valor Total: 6.603,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:36:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Zilepam

Item: 0082
Descrição: CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS
Quantidade: 15.250
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,6450
Valor Final: 1,6000
Valor Total: 24.400,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:14:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: hipolabor

Item: 0083
Descrição: CLONAZEPAM, 2 MG
Quantidade: 1.023.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0547
Valor Final: 0,0515
Valor Total: 52.684,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:45:06
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

13/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0084
Descrição: CLOPIDOGREL, 75 MG
Quantidade: 862.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2942
Valor Final: 0,2270
Valor Total: 195.674,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:57:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0085
Descrição: CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 17.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2389
Valor Final: 0,2019
Valor Total: 3.583,7250
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:12:52
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0086
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML DE SOLUÇÃO
Quantidade: 107.000
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,1373
Valor Final: 0,1545
Valor Total: 16.531,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:51:33
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 32.421.421/0001-82 MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0087
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 731.600
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,0140
Valor Final: 2,3500
Valor Total: 1.719.260,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:57:49
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0088
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.
Quantidade: 721.400
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,2734
Valor Final: 2,5000
Valor Total: 1.803.500,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:57:54
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0089
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO...
Quantidade: 711.000
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,5585
Valor Final: 3,0700
Valor Total: 2.182.770,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:57:59
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0090
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO NASAL
Quantidade: 27.800
Unidade de Fornecimento: Frasco

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

14/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Referência: 0,6587
Valor Final: 0,8000
Valor Total: 22.240,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:58:43
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: NASOLIVE

Item: 0091
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 18.220
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,1951
Valor Final: 0,1859
Valor Total: 3.387,0980
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:01
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0092
Descrição: CLORPROMAZINA, 100 MG
Quantidade: 888.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1759
Valor Final: 0,2330
Valor Total: 206.904,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:11
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: LONGACTIL

Item: 0093
Descrição: CLORPROMAZINA, 25 MG
Quantidade: 267.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1853
Valor Final: 0,2000
Valor Total: 53.500,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:22:38
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LONGACTIL/CRISTALIA

Item: 0094
Descrição: CLORPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 1.550
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,7770
Valor Final: 5,6000
Valor Total: 8.680,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:22:44
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LONGACTIL/CRISTALIA

Item: 0095
Descrição: CLORPROMAZINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 2.570
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9650
Valor Final: 1,0000
Valor Total: 2.570,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:58:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0096
Descrição: CODEÍNA, 30 MG
Quantidade: 787.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,7287
Valor Final: 0,7400
Valor Total: 582.750,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:22:50
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

15/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: CODEIN/CRISTALIA

Item: 0097
Descrição: COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI + 1%, POMADA
Quantidade: 9.770
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 3,7088
Valor Final: 6,3000
Valor Total: 61.551,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 14:02:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: IRUXOL

Item: 0098
Descrição: COLCHICINA, 0,5 MG
Quantidade: 59.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2406
Valor Final: 0,2659
Valor Total: 15.688,1000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:43:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 27.860.256/0001-25 VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: GEOLAB

Item: 0099
Descrição: DESLANÔSIDO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5016
Valor Final: 1,3739
Valor Total: 4.396,4800
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:21
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: DESLANOL

Item: 0100
Descrição: DEXAMETASONA, 0,1%, CREME
Quantidade: 78.700
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 0,8333
Valor Final: 0,9799
Valor Total: 77.118,1300
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANVAL/GENÉRICO

Item: 0101
Descrição: DEXAMETASONA, 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 350
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 6,3122
Valor Final: 6,0800
Valor Total: 2.128,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:56:00
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: maxindex

Item: 0102
Descrição: DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,5309
Valor Final: 0,4550
Valor Total: 16.471,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:58:55
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DEXAMETASONA 2MG/ML

Item: 0103

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

16/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Descrição: DEXAMETASONA, 4 MG
Quantidade: 29.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2079
Valor Final: 0,1650
Valor Total: 4.785,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:08
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0104
Descrição: DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 80.300
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,5941
Valor Final: 0,6940
Valor Total: 55.728,2000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:59:00
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DEXAMETASONA 4MG/ML

Item: 0105
Descrição: DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 79.150
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,9297
Valor Final: 0,9159
Valor Total: 72.493,4850
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: POLARADEX

Item: 0106
Descrição: DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG
Quantidade: 319.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0669
Valor Final: 0,0610
Valor Total: 19.459,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HISTAMIN

Item: 0107
Descrição: DIAZEPAM, 10 MG
Quantidade: 510.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0710
Valor Final: 0,0840
Valor Total: 42.882,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:33
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: UNI DIAZEPAX 10 MG

Item: 0108
Descrição: DIAZEPAM, 5 MG
Quantidade: 328.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0688
Valor Final: 0,0695
Valor Total: 22.796,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:45:22
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: GERMED

Item: 0109
Descrição: DIAZEPAM, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 15.650
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,4380
Valor Final: 0,5700

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

17/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Total: 8.920,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:13
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0110
Descrição: DICLOFENACO, SAL DIETILAMÔNIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL
Quantidade: 1.250
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 1,6264
Valor Final: 3,3500
Valor Total: 4.187,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:31:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: cimed

Item: 0111
Descrição: DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 70.550
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,6027
Valor Final: 0,6149
Valor Total: 43.381,1950
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:43:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 27.860.256/0001-25 VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: FARMACE

Item: 0112
Descrição: DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 50 MG
Quantidade: 305.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0432
Valor Final: 0,0599
Valor Total: 18.269,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: BELFAREN

Item: 0113
Descrição: DIFENIDRAMINA CLORIDRATO, 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 5.250
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 14,5337
Valor Final: 14,4000
Valor Total: 75.600,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:00
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIFENIDRIN/CRISTALIA

Item: 0114
Descrição: DIGOXINA, 0,25 MG
Quantidade: 451.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0556
Valor Final: 0,0500
Valor Total: 22.575,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:18:40
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0115
Descrição: DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG
Quantidade: 29.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1589
Valor Final: 0,3400
Valor Total: 9.860,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:19:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.889.315/0001-92 S & R Distribuidora Ltda
Marca: TEUTO

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

18/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0116
Descrição: DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50MG + 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 18.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,2810
Valor Final: 1,2200
Valor Total: 22.875,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:40
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: NAUSICALM B6

Item: 0117
Descrição: DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 47.150
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,7459
Valor Final: 2,3920
Valor Total: 112.782,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:03:09
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.071.245/0001-60 Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda
Marca: TAKEDA

Item: 0118
Descrição: DIOSMINA, ASSOCIADA À HESPERIDINA, 450MG + 50MG
Quantidade: 491.900
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3090
Valor Final: 0,3299
Valor Total: 162.277,8100
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: FLAVONID

Item: 0119
Descrição: DIPIRONA SÓDICA, 500 MG
Quantidade: 2.135.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0688
Valor Final: 0,0649
Valor Total: 138.561,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:13:59
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: GREENPHARMA/GENERICO

Item: 0120
Descrição: DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 258.350
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3582
Valor Final: 0,4640
Valor Total: 119.874,4000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: DIPIFARMA

Item: 0121
Descrição: DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)
Quantidade: 113.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,0682
Valor Final: 1,1549
Valor Total: 130.503,7000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:14:12
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MAXALGINA

Item: 0122
Descrição: DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 1.950
Unidade de Fornecimento: Ampola

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

19/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Referência: 4,2081
Valor Final: 9,0000
Valor Total: 17.550,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:58:29
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0123
Descrição: DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 4.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5677
Valor Final: 1,0690
Valor Total: 5.077,7500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:02:45
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HIPOLABOR

Item: 0124
Descrição: DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG
Quantidade: 697.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0989
Valor Final: 0,1000
Valor Total: 69.780,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:14:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0125
Descrição: DOXAZOSINA MESILATO, 4 MG
Quantidade: 586.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2552
Valor Final: 0,1766
Valor Total: 103.575,9000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:14:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0126
Descrição: DOXICICLINA, 100 MG
Quantidade: 21.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1757
Valor Final: 0,1300
Valor Total: 2.821,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:18:50
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0127
Descrição: EFEDRINA, SULFATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 8.250
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,8244
Valor Final: 1,9500
Valor Total: 16.087,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:07
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: EFEDRIN/CRISTALIA

Item: 0128
Descrição: ENALAPRIL MALEATO, 10 MG
Quantidade: 3.037.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0300
Valor Final: 0,0290
Valor Total: 88.073,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:36:18
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

20/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Onefarma/Cimed

Item: 0129
Descrição: ENALAPRIL MALEATO, 20 MG
Quantidade: 7.299.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0366
Valor Final: 0,0359
Valor Total: 262.034,1000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:36:23
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Onefarma/Cimed

Item: 0130
Descrição: ENALAPRIL MALEATO, 5 MG
Quantidade: 282.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0517
Valor Final: 0,0469
Valor Total: 13.225,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:36:29
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Onefarma/Cimed

Item: 0131
Descrição: ENOXAPARINA, 40MG/0,4 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA (graduada com dispositivo de segurança conforme NR32 e RDC 45/2003)
Quantidade: 33.000
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 17,6016
Valor Final: 15,1920
Valor Total: 501.336,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:27
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: CUTENOX

Item: 0132
Descrição: ENOXAPARINA, 60MG/0,6 ML, INJETÁVEL, SERINGA GRADUADA (graduada com dispositivo de segurança conforme NR32 e RDC 45/2003)
Quantidade: 10.100
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 27,9224
Valor Final: 21,5000
Valor Total: 217.150,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:03:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.071.245/0001-60 Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda
Marca: VERSA/EUROFARMA

Item: 0133
Descrição: ENOXAPARINA, 80MG/0,8 ML, INJETÁVEL, SERINGA GRADUADA (graduada com dispositivo de segurança conforme NR32 e RDC 45/2003)
Quantidade: 7.000
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 30,7052
Valor Final: 28,4998
Valor Total: 199.498,6000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:36:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Enoxalox

Item: 0134
Descrição: EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 18.520
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6531
Valor Final: 1,8000
Valor Total: 33.336,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:59:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: ADREN 1MG/ML IM/IV/S

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

21/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0136
Descrição: ERITROMICINA, ESTOLATO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 2.450
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,5561
Valor Final: 3,3018
Valor Total: 8.089,4100
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:35:33
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0137
Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG
Quantidade: 389.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,4478
Valor Final: 0,3690
Valor Total: 143.541,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:54:20
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.520.829/0001-40 Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: GREENPHARMA

Item: 0139
Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 42.300
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9205
Valor Final: 0,9000
Valor Total: 38.070,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:59:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarenses Ltda
Marca: BROMETO DE N-BUTIL.

Item: 0140
Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 127.600
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4008
Valor Final: 1,2550
Valor Total: 160.138,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:59:40
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarenses Ltda
Marca: BROMETO DE N-BUT COM

Item: 0141
Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 6,67MG + 333MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 6.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,7755
Valor Final: 4,7500
Valor Total: 30.400,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:14:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: BUSCOLEX

Item: 0142
Descrição: ESPIRAMICINA, 1.500.000 UI
Quantidade: 40.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 2,5401
Valor Final: 3,2733
Valor Total: 131.913,9900
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:56:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: rovamicina

Item: 0143
Descrição: ESPIRONOLACTONA, 100 MG
Quantidade: 10.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3348

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

22/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Final: 0,3660
Valor Total: 3.843,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:59:55
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: EPIRONOLACTONA 100MG

Item: 0144
Descrição: EPIRONOLACTONA, 25 MG
Quantidade: 2.291.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1375
Valor Final: 0,1323
Valor Total: 303.099,3000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:14:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ALDOSTERIN

Item: 0145
Descrição: ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORETISTERONA ENANTATO, 5MG + 50MG/1ML, INJETÁVEL
Quantidade: 18.920
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 8,0281
Valor Final: 13,2500
Valor Total: 250.690,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:30:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: MABRA

Item: 0146
Descrição: ESTRIOL, 1 MG/G, CREME VAGINAL
Quantidade: 4.430
Unidade de Fornecimento: Bismaga
Valor Referência: 14,1959
Valor Final: 10,8200
Valor Total: 47.932,6000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:00:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: ESTRIONIL 1MG/G

Item: 0147
Descrição: ESTROGÊNIO CONJUGADOS, 0,625 MG - BLISTER CALENDÁRIO COM 28 DRÁGEAS
Quantidade: 22.940
Unidade de Fornecimento: Blister
Valor Referência: 22,3132
Valor Final: 24,9800
Valor Total: 573.041,2000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:19:52
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.889.315/0001-92 S & R Distribuidora Ltda
Marca: MABRA

Item: 0148
Descrição: ETILEFRINA CLORIDRATO, 10MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 670
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,1893
Valor Final: 1,0735
Valor Total: 719,2450
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:14:59
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ETILEFRIL

Item: 0149
Descrição: ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 1.850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 10,5370
Valor Final: 18,0000
Valor Total: 33.300,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

23/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Marca: ETOMIDATO/CRISTALIA

Item: 0150
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, CASTANHA DA ÍNDIA (AESCULUS HIPPOCASTANUM L.), 100 MG
Quantidade: 101.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1369
Valor Final: 0,1350
Valor Total: 13.635,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:30:38
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.

Marca: CIFARMA

Item: 0151
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, EXTRATO SECO DE FOLHAS DE ESPINHEIRA-SANTA, MAYTENUS ILICIFOLIA, 380 MG
Quantidade: 205.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,4072
Valor Final: 0,1954
Valor Total: 40.057,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 14:02:03
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.547.190/0001-80 GRAZIELA VELANI ABUFARES COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Marca: ESPINHEIRA SANTA GASTRILESS 380mg

Item: 0152
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.), EXTRATO FLUIDO
Quantidade: 16.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,9267
Valor Final: 1,8905
Valor Total: 30.248,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:16:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

Marca: XAROPE DE GUACO NATULAB

Item: 0153
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400 MG
Quantidade: 53.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,4765
Valor Final: 1,4765
Valor Total: 78.254,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:46:03
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 09.944.371/0001-04 Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli

Marca: APSEN

Item: 0154
Descrição: FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG
Quantidade: 915.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1663
Valor Final: 0,1370
Valor Total: 125.355,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:59:10
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 82.225.947/0001-65 A. G. Kienen & Cia. Ltda.

Marca: hipolabor

Item: 0155
Descrição: FENITOÍNA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 12.820
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,9337
Valor Final: 2,0000
Valor Total: 25.640,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:23
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.

Marca: FENITAL/CRISTALIA

Item: 0156
Descrição: FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG
Quantidade: 1.430.000

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

24/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0891
Valor Final: 0,1070
Valor Total: 153.010,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: FENOBARBITAL 100 MG GENERICO

Item: 0157
Descrição: FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 2.870
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4966
Valor Final: 1,6400
Valor Total: 4.706,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FENOCRIS/CRISTALIA

Item: 0158
Descrição: FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 3.575
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,6671
Valor Final: 3,0500
Valor Total: 10.903,7500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:58:43
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: UNIÃO QUIMICA

Item: 0160
Descrição: FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 82.810
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5361
Valor Final: 1,1590
Valor Total: 95.976,7900
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0161
Descrição: FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL.
Quantidade: 82.610
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,8534
Valor Final: 3,4400
Valor Total: 284.178,4000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:42
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FENTANEST/CRISTALIA

Item: 0162
Descrição: FINASTERIDA, 5 MG
Quantidade: 364.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2356
Valor Final: 0,3283
Valor Total: 119.698,1800
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:26:17
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 31.030.858/0001-22 BAZA MEDICAMENTOS LTDA
Marca: TEUTO

Item: 0163
Descrição: FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR E SUBCUTÂNEA
Quantidade: 5.050
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4730
Valor Final: 1,0430
Valor Total: 5.267,1500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:44

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

25/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: ESKAVIT

Item: 0164
Descrição: FLUCONAZOL, 150 MG
Quantidade: 168.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,2999
Valor Final: 0,3139
Valor Total: 52.735,2000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:10
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0165
Descrição: FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 9,2732
Valor Final: 6,0000
Valor Total: 19.200,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FLUMAZIL/CRISTALIA

Item: 0167
Descrição: FLUOXETINA, 20 MG
Quantidade: 6.610.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,0527
Valor Final: 0,0586
Valor Total: 387.346,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:36:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0168
Descrição: FOLINATO DE CÁLCIO, 15 MG
Quantidade: 17.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,8494
Valor Final: 1,0500
Valor Total: 18.375,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:00:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: FOLINAC 15MG

Item: 0169
Descrição: FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6%
Quantidade: 6.760
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,4718
Valor Final: 4,4350
Valor Total: 29.980,6000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:15:23
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: L-ENEMA

Item: 0170
Descrição: FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 73.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3732
Valor Final: 0,4750
Valor Total: 35.031,2500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:58:08
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

26/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0171
Descrição: FUROSEMIDA, 40 MG
Quantidade: 3.080.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0276
Valor Final: 0,0329
Valor Total: 101.332,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:30:09
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0172
Descrição: GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 8.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9234
Valor Final: 0,7115
Valor Total: 6.261,2000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:30:49
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: HYPOFARMA

Item: 0173
Descrição: GENTAMICINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 2.800
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 7,7625
Valor Final: 7,8800
Valor Total: 22.064,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:56:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: gentamicina

Item: 0174
Descrição: GLIBENCLAMIDA, 5 MG
Quantidade: 2.671.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0181
Valor Final: 0,0184
Valor Total: 49.146,4000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:15:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: GLICONIL

Item: 0175
Descrição: GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 5.642.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1268
Valor Final: 0,1340
Valor Total: 756.028,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:00:23
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0176
Descrição: GLICLAZIDA, 60 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA
Quantidade: 420.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2833
Valor Final: 0,2590
Valor Total: 108.780,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:54:58
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.123.417/0001-60 Partner Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda ME
Marca: Gliclazida Generico 60mg

Item: 0177
Descrição: GLICONATO DE CÁLCIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 6.700
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5630

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

27/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Final: 1,4480
Valor Total: 9.701,6000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:50
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: NT

Item: 0178
Descrição: GLICOSE, 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3,525
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2284
Valor Final: 0,2039
Valor Total: 718,7475
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:15:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0179
Descrição: GLICOSE, 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36,450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2256
Valor Final: 0,2139
Valor Total: 7.796,6550
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:15:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0180
Descrição: GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 41,500
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,4385
Valor Final: 2,6250
Valor Total: 108.937,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:20
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0181
Descrição: GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.
Quantidade: 14,000
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,7390
Valor Final: 3,0900
Valor Total: 43.260,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:51:45
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 32.421.421/0001-82 MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0182
Descrição: GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, 5% + 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 11,150
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,1275
Valor Final: 2,2900
Valor Total: 25.533,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:51:52
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 32.421.421/0001-82 MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0183
Descrição: GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, 5% + 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.
Quantidade: 7,150
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,9550
Valor Final: 3,0900
Valor Total: 22.093,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:51:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 32.421.421/0001-82 MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

28/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Marca: EQUIPLEX
Item: 0184
Descrição: GLYCINE MAX (ISOFLAVONA DE SOJA) 150MG
Quantidade: 80.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,3572
Valor Final: 0,2700
Valor Total: 21.600,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:30:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharmascience

Item: 0185
Descrição: HALOPERIDOL, 1 MG
Quantidade: 27.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1137
Valor Final: 0,1300
Valor Total: 3.588,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:23:56
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HALO/CRISTALIA

Item: 0186
Descrição: HALOPERIDOL, 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS
Quantidade: 2.280
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,4578
Valor Final: 2,3778
Valor Total: 5.421,3840
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:58:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 29.614.830/0001-90 Mediton Farmaceutica Ltda
Marca: UNIAO QUIMICA

Item: 0187
Descrição: HALOPERIDOL, 5 MG
Quantidade: 913.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0876
Valor Final: 0,1780
Valor Total: 162.603,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HALO/CRISTALIA

Item: 0188
Descrição: HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 7.860
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,3364
Valor Final: 1,1229
Valor Total: 8.825,9940
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:15:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: UNI HALOPER

Item: 0189
Descrição: HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 13.700
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 3,9635
Valor Final: 3,9900
Valor Total: 54.663,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:13
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HALO/CRISTALIA

Item: 0190
Descrição: HEPARINA SÓDICA, 5.000 UI/0,25 ML, INJETÁVEL
Quantidade: 111.515

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

29/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,3715
Valor Final: 4,2800
Valor Total: 477.284,2000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HEMOFOL/CRISTALIA

Item: 0191
Descrição: HEPARINA SÓDICA, 5.000UI/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 9.460
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 6,4912
Valor Final: 17,9000
Valor Total: 169.334,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:28
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HEMOFOL/CRISTALIA

Item: 0192
Descrição: HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.100
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 5,1333
Valor Final: 4,5500
Valor Total: 14.105,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:32
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: NEPRESOL/CRISTALIA

Item: 0193
Descrição: HIDRALAZINA, 25 MG
Quantidade: 55.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,2146
Valor Final: 0,2630
Valor Total: 14.465,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:00:29
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: APRESOLINA

Item: 0194
Descrição: HIDRALAZINA, 50 MG
Quantidade: 15.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,2892
Valor Final: 0,3500
Valor Total: 5.250,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:00:23
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: APRESOLINA

Item: 0195
Descrição: HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG
Quantidade: 10.299.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0150
Valor Final: 0,0125
Valor Total: 128.737,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:27
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0197
Descrição: HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL
Quantidade: 42.650
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 2,2628
Valor Final: 2,0900
Valor Total: 89.138,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:32

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

30/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0198
Descrição: HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 500 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL
Quantidade: 34.250
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 4,6209
Valor Final: 4,8400
Valor Total: 165.770,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:15:54
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: CORTISONAL 500 MG INJETAVEL

Item: 0199
Descrição: HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 38.050
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,3234
Valor Final: 2,1799
Valor Total: 82.945,1950
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:15:55
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ALUMIMAX

Item: 0200
Descrição: HIDRÓXIDO DE FERRO III, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EQUIVALENTE A 20MG/ML DE FERRO III, USO ENDOVENOSO, NA FORMA DE COMPLEXO COLOIDAL
Quantidade: 850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,5604
Valor Final: 5,5040
Valor Total: 4.678,4000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:49:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: FERROPURUM

Item: 0201
Descrição: IBUPROFENO, 300 MG
Quantidade: 434.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1448
Valor Final: 0,1200
Valor Total: 52.080,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:31:00
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: VITAMEDIC

Item: 0202
Descrição: IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 57.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8838
Valor Final: 0,8888
Valor Total: 51.505,9600
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:16:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: IBUPROTRAT

Item: 0203
Descrição: IBUPROFENO, 600 MG
Quantidade: 5.028.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1262
Valor Final: 0,1550
Valor Total: 779.371,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:30:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

31/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0204
Descrição: IMIPRAMINA, CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 1.117.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2545
Valor Final: 0,2800
Valor Total: 312.956,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:42
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: IMIPRA/CRISTALIA

Item: 0205
Descrição: INSULINA, HUMANA, NPH, 100U/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 16.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 21,0519
Valor Final: 17,6000
Valor Total: 286.880,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:00:31
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: ASPEN

Item: 0206
Descrição: INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100U/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 5.550
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 19,8361
Valor Final: 18,4999
Valor Total: 102.674,4450
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:55:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: NOVOLIN

Item: 0207
Descrição: IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO
Quantidade: 8.830
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,7074
Valor Final: 0,6200
Valor Total: 5.474,6000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:00:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HIPOLABOR

Item: 0208
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10 MG
Quantidade: 153.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2414
Valor Final: 0,2319
Valor Total: 35.480,7000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:55:43
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: ISORDIL

Item: 0209
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL
Quantidade: 171.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2133
Valor Final: 0,2480
Valor Total: 42.482,4000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:18:12
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.093.678/0001-85 FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: E.M.S.

Item: 0210
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 1.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,1180

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

32/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Final: 2,0500
Valor Total: 3.690,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:31:11
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: BIOLAB

Item: 0211
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG
Quantidade: 158.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1097
Valor Final: 0,0846
Valor Total: 13.366,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:37:01
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Zydus Nikkho

Item: 0212
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40 MG
Quantidade: 10.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2178
Valor Final: 0,1875
Valor Total: 1.968,7500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:37:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Zydus Nikkho

Item: 0213
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL
Quantidade: 16.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2737
Valor Final: 0,3950
Valor Total: 6.517,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:56:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: MONOCORDIL

Item: 0214
Descrição: ITRACONAZOL, 100 MG
Quantidade: 24.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,8330
Valor Final: 0,7880
Valor Total: 19.306,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:44:07
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 27.860.256/0001-25 VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: GEOLAB

Item: 0215
Descrição: IVERMECTINA, 6 MG
Quantidade: 52.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1857
Valor Final: 0,1600
Valor Total: 8.352,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:30:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: vitamedic

Item: 0216
Descrição: LACTULOSE, 667 MG/ML, XAROPE
Quantidade: 17.900
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,5216
Valor Final: 4,9542
Valor Total: 88.680,1800
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:37:22
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

33/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Marca: Nutriex
Item: 0217
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25 MG
Quantidade: 132.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,7664
Valor Final: 1,3930
Valor Total: 184.572,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:01:03
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: PROLOPA HBS

Item: 0219
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDO OU DRÁGEAS DISPERSÍVEIS
Quantidade: 40.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,2587
Valor Final: 1,3930
Valor Total: 55.720,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:01:10
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: PROLOPA DISP

Item: 0220
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 200MG + 50MG
Quantidade: 120.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,8346
Valor Final: 0,7500
Valor Total: 90.225,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:01:20
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 05.782.733/0001-49 Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: PROLOPA

Item: 0221
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À CARBIDOPA, 250MG + 25MG
Quantidade: 145.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6507
Valor Final: 0,6250
Valor Total: 90.625,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:44
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0222
Descrição: LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 13.700
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 10,9171
Valor Final: 18,3000
Valor Total: 250.710,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:24:51
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOTAC/CRISTALIA

Item: 0223
Descrição: LEVOMEPROMAZINA, 100 MG
Quantidade: 272.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6862
Valor Final: 0,6600
Valor Total: 179.916,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:25:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOZINE/CRISTALIA

Item: 0224
Descrição: LEVOMEPROMAZINA, 25 MG
Quantidade: 686.600

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

34/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3507
Valor Final: 0,3900
Valor Total: 267.774,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:26:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOZINE/CRISTALIA

Item: 0225
Descrição: LEVOMEPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 1.680
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 8,4618
Valor Final: 8,9500
Valor Total: 15.036,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:26:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOZINE/CRISTALIA

Item: 0226
Descrição: LEVONORGESTREL, ASSOCIADO À ETINILESTRADIOL, 0,15MG + 0,03MG, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDO OU DRÁGEAS
Quantidade: 485.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0537
Valor Final: 0,0780
Valor Total: 37.892,4000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:50:07
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GESTRELAN

Item: 0227
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 100 MCG
Quantidade: 2.475.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0644
Valor Final: 0,0659
Valor Total: 163.102,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:16:10
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EUTHYROX

Item: 0228
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 25 MCG
Quantidade: 3.092.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0631
Valor Final: 0,0606
Valor Total: 187.375,2000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:20
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EUTHYROX

Item: 0229
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 50 MCG
Quantidade: 3.352.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0634
Valor Final: 0,0594
Valor Total: 199.108,8000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EUTHYROX

Item: 0230
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 75 MCG
Quantidade: 180.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0785
Valor Final: 0,0900
Valor Total: 16.200,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:46:20

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

35/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 09.944.371/0001-04 Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: ACHÉ

Item: 0231
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 10%, SPRAY
Quantidade: 860
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 46,3512
Valor Final: 60,0000
Valor Total: 51.600,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: XYLESTESIN/CRISTALIA

Item: 0232
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA
Quantidade: 12.800
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 3,9812
Valor Final: 16,2400
Valor Total: 207.872,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:08
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: XYLESTESIN/CRISTALIA

Item: 0233
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA.
Quantidade: 27.100
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 2,1458
Valor Final: 2,3500
Valor Total: 63.685,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:30:44
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0234
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL
Quantidade: 11.300
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,0201
Valor Final: 0,9200
Valor Total: 10.396,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:00:44
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0235
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL.
Quantidade: 22.450
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,2969
Valor Final: 2,7200
Valor Total: 61.064,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:00:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0236
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:200.000, INJETÁVEL
Quantidade: 32.450
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,9255
Valor Final: 2,3640
Valor Total: 76.711,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:50:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: HYPOCAINA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

36/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0237
Descrição: LORATADINA, 10MG
Quantidade: 641.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0526
Valor Final: 0,0893
Valor Total: 57.241,3000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:37:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Loratamed

Item: 0238
Descrição: LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE
Quantidade: 27.750
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,5459
Valor Final: 2,2300
Valor Total: 61.882,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:31:01
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0239
Descrição: LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG
Quantidade: 12.865.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0388
Valor Final: 0,0539
Valor Total: 693.423,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:18:28
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.093.678/0001-85 FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: NEO QUIMICA

Item: 0240
Descrição: MANITOL, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 14.170
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 4,8542
Valor Final: 3,9300
Valor Total: 55.688,1000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:37:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Manitol

Item: 0241
Descrição: MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10 MG
Quantidade: 7.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,4507
Valor Final: 1,6770
Valor Total: 12.912,9000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:57:15
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: PROVERA

Item: 0242
Descrição: MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL
Quantidade: 14.450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 10,2452
Valor Final: 17,0000
Valor Total: 245.650,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:01:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DEMEDROX 150MG/ML IN

Item: 0243
Descrição: METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG
Quantidade: 6.101.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0624

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

37/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Final: 0,0680
Valor Total: 414.868,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:34:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0244
Descrição: METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG
Quantidade: 9.308.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0513
Valor Final: 0,0547
Valor Total: 509.174,9500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:33
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MERCK/GENÉRICO

Item: 0245
Descrição: METILDOPA, 250 MG
Quantidade: 1.323.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2760
Valor Final: 0,4150
Valor Total: 549.045,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:18:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.093.678/0001-85 FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: E.M.S.

Item: 0246
Descrição: METILDOPA, 500MG
Quantidade: 118.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,7475
Valor Final: 0,8000
Valor Total: 94.800,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:18:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 28.093.678/0001-85 FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: E.M.S.

Item: 0247
Descrição: METILERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6739
Valor Final: 1,6254
Valor Total: 731,4300
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:58:31
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: União Química

Item: 0248
Descrição: METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG
Quantidade: 375.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1104
Valor Final: 0,0908
Valor Total: 34.050,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:37:56
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Novosil

Item: 0249
Descrição: METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 32.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,5861
Valor Final: 0,6280
Valor Total: 20.692,6000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:50:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

38/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Marca: .
Item: 0250
Descrição: METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 143.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2677
Valor Final: 0,3240
Valor Total: 46.591,2000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:53:32
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: NOPROSIL

Item: 0251
Descrição: METOPROLOL, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL
Quantidade: 2.400
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 19,7767
Valor Final: 9,4500
Valor Total: 22.680,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:57:54
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 04.355.394/0001-51 Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOKEN

Item: 0252
Descrição: METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 46.420
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,9049
Valor Final: 0,7100
Valor Total: 32.958,2000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:57:58
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 04.355.394/0001-51 Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOZOK

Item: 0253
Descrição: METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 138.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2789
Valor Final: 0,2100
Valor Total: 28.980,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:58:03
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 04.355.394/0001-51 Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOZOK

Item: 0254
Descrição: METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 209.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4794
Valor Final: 0,4100
Valor Total: 85.690,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:58:08
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 04.355.394/0001-51 Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOZOK

Item: 0255
Descrição: METRONIDAZOL, 100 MG/G, GEL VAGINAL, C/ 10 APLICADORES
Quantidade: 23.400
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 3,5944
Valor Final: 3,4596
Valor Total: 80.954,6400
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:34:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstielier
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0256
Descrição: METRONIDAZOL, 250 MG
Quantidade: 369.500

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

39/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1056
Valor Final: 0,0985
Valor Total: 36.395,7500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:31:17
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0257
Descrição: METRONIDAZOL, 400 MG
Quantidade: 61.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3414
Valor Final: 0,3985
Valor Total: 24.507,7500
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:20:09
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.889.315/0001-92 S & R Distribuidora Ltda
Marca: TEUTO

Item: 0258
Descrição: METRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 2.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,9653
Valor Final: 5,9000
Valor Total: 15.930,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:57:14
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0259
Descrição: MICONAZOL NITRATO, 20 MG/G, CREME
Quantidade: 7.000
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 1,9197
Valor Final: 2,1000
Valor Total: 14.700,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:31:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: hipolabor

Item: 0260
Descrição: MICONAZOL NITRATO, 2%, CREME VAGINAL
Quantidade: 45.800
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 5,2602
Valor Final: 5,0000
Valor Total: 229.000,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:31:22
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0261
Descrição: MIDAZOLAM, 1 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 15.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,3031
Valor Final: 1,5000
Valor Total: 22.800,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:16:03
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: DORMIUM 5MG/5ML

Item: 0262
Descrição: MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 15.450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,7253
Valor Final: 2,8900
Valor Total: 44.650,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:16:09

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

40/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: DORMIUM 50MG/10ML

Item: 0263
Descrição: MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL...
Quantidade: 21.260
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,1495
Valor Final: 1,4098
Valor Total: 29.972,3480
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:38:08
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0264
Descrição: MORFINA, SULFATO, 10MG
Quantidade: 83.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3813
Valor Final: 0,3800
Valor Total: 31.540,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:29
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0265
Descrição: MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 92.570
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4781
Valor Final: 2,2300
Valor Total: 206.431,1000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0266
Descrição: MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 5.100
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 19,0230
Valor Final: 19,7700
Valor Total: 100.827,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:40
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0267
Descrição: MORFINA, SULFATO, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,9014
Valor Final: 5,1000
Valor Total: 185.895,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:46
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0268
Descrição: MORFINA, SULFATO, 30MG
Quantidade: 53.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,9943
Valor Final: 1,0200
Valor Total: 54.876,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:27:58
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

41/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0269
Descrição: MULTIVITAMINAS, ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS, VITS:A, B1, B2, B12, C, D, K1 NICOTINAMIDA, PANTOTENATO, MINERAIS: B, CA, CU, CR, FE, P, MN, MG, NI.
Quantidade: 200.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0956
Valor Final: 0,0700
Valor Total: 14.014,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:30:51
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: vitamed

Item: 0270
Descrição: MULTIVITAMINAS, VIT. A, B2, B3, B5, B6, C, D3, E, SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA INFUSÃO PARETERAL - NPT
Quantidade: 5.000
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4002
Valor Final: 4,2000
Valor Total: 21.000,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:28:05
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FRUTOVITAM/CRISTALIA

Item: 0271
Descrição: NALOXONA CLORIDRATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,2399
Valor Final: 5,7500
Valor Total: 4.887,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:28:12
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: NARCAN/CRISTALIA

Item: 0272
Descrição: NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA
Quantidade: 56.500
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 1,0749
Valor Final: 1,3900
Valor Total: 78.535,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:31:45
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0273
Descrição: NIFEDIPINO, 10 MG
Quantidade: 91.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0374
Valor Final: 0,0279
Valor Total: 2.538,9000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:42
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: NIOXIL

Item: 0274
Descrição: NIFEDIPINO, 20 MG
Quantidade: 149.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1047
Valor Final: 0,0480
Valor Total: 7.190,4000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:31:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: GEOLAB

Item: 0275
Descrição: NIFEDIPINO, 20 MG, RETARD
Quantidade: 316.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

42/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Referência: 0,0990
Valor Final: 0,1099
Valor Total: 34.728,4000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: NIFEDIPRESS RETARD

Item: 0276
Descrição: NIMESULIDA, 100 MG
Quantidade: 1.640.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0640
Valor Final: 0,0475
Valor Total: 77.900,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:38:18
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimed

Item: 0277
Descrição: NIMESULIDA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 2.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,5565
Valor Final: 1,3680
Valor Total: 3.693,6000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:38:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Címelide

Item: 0278
Descrição: NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 15.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,2897
Valor Final: 3,3700
Valor Total: 50.550,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:31:54
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0279
Descrição: NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL.
Quantidade: 6.450
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 3,7883
Valor Final: 2,9000
Valor Total: 18.705,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:30:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: green pharma

Item: 0280
Descrição: NISTATINA, ASSOCIADA COM ÓXIDO DE ZINCO, 100.000UI + 200MG/G, CREME.
Quantidade: 7.100
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 5,3114
Valor Final: 6,4300
Valor Total: 45.653,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:32:16
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0281
Descrição: NITROFURANTOÍNA, 100 MG
Quantidade: 176.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1835
Valor Final: 0,2899
Valor Total: 51.022,4000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:17:59
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

43/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MACRODANTINA

Item: 0282
Descrição: NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 4.650
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 28,9879
Valor Final: 29,4700
Valor Total: 137.035,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:28:21
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: TRIDIL/CRISTALIA

Item: 0284
Descrição: NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,9616
Valor Final: 1,9000
Valor Total: 68.970,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:01:24
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: NOREPINEFRINA 2MG/ML

Item: 0285
Descrição: NORTISTERONA, 0,35 MG, BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES
Quantidade: 59.320
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,0907
Valor Final: 0,1660
Valor Total: 9.847,1200
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:33:52
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Biolab

Item: 0286
Descrição: NORFLOXACINO, 400 MG
Quantidade: 34.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2366
Valor Final: 0,2469
Valor Total: 8.518,0500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:29:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: FLOXIMED

Item: 0287
Descrição: NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 150.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,2058
Valor Final: 0,2460
Valor Total: 37.023,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:00:56
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0288
Descrição: NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50 MG
Quantidade: 95.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,4984
Valor Final: 0,4490
Valor Total: 42.655,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:01:01
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0289

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

44/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Descrição: OLEO MINERAL.
Quantidade: 12.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,0100
Valor Final: 1,8699
Valor Total: 22.438,8000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:29:38
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: LAXENOL

Item: 0290
Descrição: OMEPRAZOL, 20 MG
Quantidade: 11.015.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,0624
Valor Final: 0,0537
Valor Total: 591.505,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:26:26
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 31.030.858/0001-22 BAZA MEDICAMENTOS LTDA
Marca: GLOBO

Item: 0291
Descrição: OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL
Quantidade: 31.450
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 6,0500
Valor Final: 5,5900
Valor Total: 175.805,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:16:17
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: UNIPRAZOL

Item: 0292
Descrição: ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 53.700
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9606
Valor Final: 0,9923
Valor Total: 53.286,5100
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:38:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Novafarma

Item: 0293
Descrição: ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG
Quantidade: 41.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 2,0149
Valor Final: 1,9999
Valor Total: 81.995,9000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:58:05
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: BIOLAB

Item: 0294
Descrição: ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG
Quantidade: 25.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,6741
Valor Final: 1,4000
Valor Total: 35.000,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:28:28
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: NAUSEDRON/CRISTALIA

Item: 0295
Descrição: PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 93.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,6126
Valor Final: 0,7111

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

45/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Total: 66.630,0700
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:49:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.418.191/0001-95 Empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Marca: Genérico

Item: 0296
Descrição: PARACETAMOL, 500 MG
Quantidade: 8.007.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0390
Valor Final: 0,0400
Valor Total: 320.300,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:31:38
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: HIPOLABOR

Item: 0297
Descrição: PERMETRINA, 10 MG/ML, LOÇÃO
Quantidade: 25.650
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,6074
Valor Final: 1,1381
Valor Total: 29.192,2650
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:59:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 22.862.531/0001-26 TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME
Marca: NATIVITA

Item: 0298
Descrição: PERMETRINA, 50 MG/ML, LOÇÃO
Quantidade: 2.750
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,4659
Valor Final: 2,0533
Valor Total: 5.646,5750
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:59:40
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 22.862.531/0001-26 TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME
Marca: NATIVITA

Item: 0299
Descrição: PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 470
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,7103
Valor Final: 2,0816
Valor Total: 978,3520
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:58:17
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: União Química

Item: 0300
Descrição: PIRIMETAMINA, 25 MG
Quantidade: 20.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0761
Valor Final: 0,0713
Valor Total: 1.447,3900
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:29:46
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: DARAPRIM

Item: 0301
Descrição: POLIVITAMÍNICO + SAIS MINERAIS
Quantidade: 4.450
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,2110
Valor Final: 2,8737
Valor Total: 12.787,9650
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:29:57
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: NUTRIVIT JUNIOR

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

46/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0302
Descrição: PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 48.150
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,6272
Valor Final: 2,9800
Valor Total: 143.487,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:01:37
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: PREDNISOLONA 3MG/ML

Item: 0303
Descrição: PREDNISONA, 20 MG
Quantidade: 829.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1835
Valor Final: 0,1400
Valor Total: 116.060,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:06:41
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: PREDNISONA 20MG

Item: 0304
Descrição: PREDNISONA, 5 MG
Quantidade: 551.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0775
Valor Final: 0,0580
Valor Total: 31.958,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:53:39
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0305
Descrição: PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 203.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1207
Valor Final: 0,1100
Valor Total: 22.330,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:28:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: PAMERGAN/CRISTALIA

Item: 0306
Descrição: PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 286.900
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6851
Valor Final: 1,7700
Valor Total: 507.813,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:40:13
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Prometazol

Item: 0307
Descrição: PROPATILNITRATO, 10 MG
Quantidade: 737.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2556
Valor Final: 0,1729
Valor Total: 127.565,6200
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:04
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SUSTRATE

Item: 0308
Descrição: PROPILTIOURACIL, 100 MG
Quantidade: 103.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

47/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Referência: 0,6619
Valor Final: 0,5870
Valor Total: 60.930,6000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 11:31:54
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 07.752.236/0001-23 Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: BIOLAB

Item: 0309
Descrição: PROPANOLOL CLORIDRATO, 40 MG
Quantidade: 2.940.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0352
Valor Final: 0,0325
Valor Total: 95.550,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:54:31
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.520.829/0001-40 Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: SANVAL

Item: 0311
Descrição: RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG
Quantidade: 573.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0900
Valor Final: 0,0800
Valor Total: 45.840,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:12
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0312
Descrição: RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 112.250
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3749
Valor Final: 0,4300
Valor Total: 48.267,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:57:20
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0313
Descrição: RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 3.000 + 800 UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 2.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,8454
Valor Final: 2,4743
Valor Total: 5.690,8900
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:38:50
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Vitadesan

Item: 0314
Descrição: RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 50.000 UI + 10.000 UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 22.350
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,1787
Valor Final: 4,4400
Valor Total: 99.234,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:03:29
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.071.245/0001-60 Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda
Marca: TAKEDA

Item: 0315
Descrição: RETINOL, ASSOCIADO C/ AMINOÁCIDOS + METIONINA+CLORANFENICOL, 10.000UI+25MG+5MG+5MG/G, POMADA OFTÁLMICA
Quantidade: 3.310
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 8,8184
Valor Final: 8,8999
Valor Total: 29.458,6690
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:18
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

48/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

Marca: REGENCEL

Item: 0316
Descrição: RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY
Quantidade: 300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,2086
Valor Final: 2,5149
Valor Total: 754,4700
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:23
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: RIFOTRAT

Item: 0317
Descrição: RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 7,650
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 3,1206
Valor Final: 3,3400
Valor Total: 25.551,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:57:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0318
Descrição: RISPERIDONA, 1 MG
Quantidade: 431.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1049
Valor Final: 0,0999
Valor Total: 43.056,9000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:16:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: VIVERDAL 1 MG

Item: 0319
Descrição: RISPERIDONA, 2 MG
Quantidade: 183.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1023
Valor Final: 0,1099
Valor Total: 20.111,7000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:16:31
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: VIVERDAL 2 MG

Item: 0320
Descrição: RIVAROXABANA, 10 MG
Quantidade: 7,336
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 6,6556
Valor Final: 6,8998
Valor Total: 50.616,9328
Adjudicado em : 05/11/2019 - 12:03:19
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: XARELTO

Item: 0321
Descrição: SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G,
Quantidade: 72.600
Unidade de Fornecimento: Envelope
Valor Referência: 0,4913
Valor Final: 0,4399
Valor Total: 31.936,7400
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:30
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HIDRAPLEX

0322

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

49/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Item: 0323
Descrição: SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL
Quantidade: 44.600
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,1505
Valor Final: 6,8800
Valor Total: 306.848,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:54:36
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.520.829/0001-40 Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: GLENMARK

Item: 0324
Descrição: SECNIDAZOL, 1.000 MG
Quantidade: 5.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6630
Valor Final: 0,4600
Valor Total: 2.576,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 19:31:09
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 03.652.030/0001-70 Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0325
Descrição: SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG
Quantidade: 1.228.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0961
Valor Final: 0,0999
Valor Total: 122.697,1800
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:01:12
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0326
Descrição: SIMETICONA, 40 MG
Quantidade: 49.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1275
Valor Final: 0,0775
Valor Total: 3.797,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:32:34
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0327
Descrição: SIMETICONA, 75 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 10.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8963
Valor Final: 0,7529
Valor Total: 7.830,1600
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: LUFBEH

Item: 0328
Descrição: SINVASTATINA, 20 MG
Quantidade: 13.290.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0539
Valor Final: 0,0500
Valor Total: 664.500,0000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:40
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENÉRICO

Item: 0328
Descrição: SINVASTATINA, 40 MG
Quantidade: 3.080.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1007

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

50/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Valor Final: 0,0940
Valor Total: 289.520,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 11:01:18
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 94.389.400/0001-84 MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0329
Descrição: SULFADIAZINA, 500 MG
Quantidade: 40.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1694
Valor Final: 0,1890
Valor Total: 7.654,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SULFAZINA

Item: 0330
Descrição: SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME
Quantidade: 37.450
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 3,5056
Valor Final: 3,0900
Valor Total: 115.720,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:39:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Prati Donaduzzi

Item: 0331
Descrição: SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG
Quantidade: 393.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0923
Valor Final: 0,1000
Valor Total: 39.350,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:32:48
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 73.856.593/0001-66 Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0332
Descrição: SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 40MG + 8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 17.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8610
Valor Final: 1,2630
Valor Total: 21.849,9000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 13:53:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 02.816.696/0001-54 Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: BACSULFAPRIM

Item: 0333
Descrição: SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 10.130
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3865
Valor Final: 0,2779
Valor Total: 2.815,1270
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:47
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0334
Descrição: SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS
Quantidade: 18.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,7239
Valor Final: 0,7499
Valor Total: 14.210,6050
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:30:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

51/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Marca: MASFEROL
Item: 0335
Descrição: SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO
Quantidade: 2.412.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0436
Valor Final: 0,0289
Valor Total: 69.721,2500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:53
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MASFEROL

Item: 0336
Descrição: SUXAMETÔNIO CLORETO, 100 MG, INJETÁVEL
Quantidade: 2.230
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 8,7887
Valor Final: 9,1500
Valor Total: 20.404,5000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 12:16:42
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 60.665.981/0009-75 UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: SUCCINIL COLIN 100 MG

Item: 0338
Descrição: TENOXICAM, 20 MG, INJETÁVEL
Quantidade: 17.250
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 3,9442
Valor Final: 5,8000
Valor Total: 100.050,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:28:44
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 44.734.671/0001-51 Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: TENOXICAM/CRISTALIA

Item: 0339
Descrição: TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 10.550
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,9334
Valor Final: 1,2539
Valor Total: 13.228,6450
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:39:14
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0340
Descrição: TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 1.060
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 8,0384
Valor Final: 7,3800
Valor Total: 7.822,8000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 17:57:00
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: ANESTESICO

Item: 0341
Descrição: TIAMINA, 300 MG
Quantidade: 34.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1771
Valor Final: 0,1800
Valor Total: 6.120,0000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:39:25
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0342
Descrição: TIMOLOL, 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 6.250

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

52/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,3447
Valor Final: 2,4476
Valor Total: 15.297,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:11
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: GLAUCOTRAT

Item: 0343
Descrição: TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 900
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 6,6501
Valor Final: 8,1999
Valor Total: 7.379,9100
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:15
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: TOBRAMICIN

Item: 0344
Descrição: TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG
Quantidade: 344.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1192
Valor Final: 0,4899
Valor Total: 168.525,6000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 12:13:17
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 04.470.877/0001-05 MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0345
Descrição: TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 136.350
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,8153
Valor Final: 0,6650
Valor Total: 90.672,7500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:57:28
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 00.802.002/0001-02 Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0346
Descrição: TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL.
Quantidade: 7.570
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,6542
Valor Final: 0,9749
Valor Total: 7.379,9930
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:32:11
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: UNIÃO QUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0347
Descrição: VARFARINA SÓDICA, 2,5 MG
Quantidade: 408.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2778
Valor Final: 0,2945
Valor Total: 120.303,2500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:20
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MAREVAN

Item: 0348
Descrição: VARFARINA SÓDICA, 5 MG
Quantidade: 226.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1044
Valor Final: 0,0999
Valor Total: 22.627,3500
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:31:25

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

53/54

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Adjudicação

Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 81.706.251/0001-98 PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MAREVAN

Item: 0349
Descrição: VERAPAMIL CLORIDRATO, 80 MG
Quantidade: 361.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0741
Valor Final: 0,0873
Valor Total: 31.515,3000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:39:35
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 12.889.035/0001-02 Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Sanval

Item: 0351
Descrição: VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1B2, B3, B5, B6
Quantidade: 441.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,0378
Valor Final: 0,0348
Valor Total: 15.346,8000
Adjudicado em : 06/11/2019 - 10:43:09
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 27.860.256/0001-25 VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: VITAMED

Item: 0352
Descrição: VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 90.350
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,7991
Valor Final: 0,7500
Valor Total: 67.762,5000
Adjudicado em : 05/11/2019 - 18:07:02
Adjudicado Por: Deisi A. S. Hilgenstieler
Nome da Empresa: 67.729.178/0004-91 Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: HYPLEX B

Deisi A. S. Hilgenstieler
Pregoeiro(a)

Julio César Ronconi
Autoridade Competente (Ordenador)

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Adjudicacao_110138.html

54/54

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019 - CISNORDESTE/SC

Publicação Nº 2220466

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA - CISNORDESTE
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Nordeste de Santa Catarina - CISNORDESTE/SC
Comissão de Licitações

Pregão Eletrônico nº 004/2019

Após analisados todos os atos e adjudicados todos os itens referentes ao presente pregão, homologo o presente processo e autorizo a despesa, para cada empresa vencedora, conforme abaixo:

Resultado da Homologação

Item: 0001
Descrição: ACEBROFILINA, 10 MG/ML, XAROPE ADULTO
Quantidade: 3.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,2188
Valor Final: 4,2497
Valor Total: 15.723,8900
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimed

Item: 0002
Descrição: ACEBROFILINA, 5 MG/ML, XAROPE INFANTIL
Quantidade: 7.600
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,1400
Valor Final: 2,7400
Valor Total: 20.824,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0003
Descrição: ACICLOVIR, 200 MG
Quantidade: 218.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1901
Valor Final: 0,1800
Valor Total: 39.240,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0004
Descrição: ACICLOVIR, 50 MG/G, CREME
Quantidade: 4.300
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 2,2419
Valor Final: 1,7797
Valor Total: 7.652,7100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimed

Item: 0005
Descrição: ÁCIDO ACETILSALICÍLICO, 100 MG
Quantidade: 7.780.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0211
Valor Final: 0,0175
Valor Total: 136.150,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DORMEC 100MG

Item: 0006
Descrição: ÁCIDO FÓLICO, 5 MG
Quantidade: 1.170.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0368
Valor Final: 0,0384
Valor Total: 44.928,0000

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

1/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: AFOLIC

Item: 0007
Descrição: ÁCIDO TRANEXÂMICO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 5.900
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,3780
Valor Final: 2,9699
Valor Total: 17.522,4100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Mediton Farmaceutica Ltda
Marca: BLAU

Item: 0008
Descrição: ÁCIDO VALPRÓICO, 250 MG
Quantidade: 365.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1079
Valor Final: 0,1590
Valor Total: 58.035,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: DEPAKENE

Item: 0009
Descrição: ÁCIDO VALPRÓICO, 500 MG
Quantidade: 1.463.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2935
Valor Final: 0,3300
Valor Total: 482.790,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: DEPAKENE

Item: 0010
Descrição: ÁCIDO VALPRÓICO, 50 MG/ML, XAROPE
Quantidade: 17.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,8931
Valor Final: 2,8975
Valor Total: 52.010,1250
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: HIPOLABOR

Item: 0011
Descrição: ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 8,8497
Valor Final: 8,1110
Valor Total: 31.227,3500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0012
Descrição: ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA
Quantidade: 124.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,1422
Valor Final: 0,1454
Valor Total: 18.145,9200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0013
Descrição: ÁGUA DESTILADA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA.
Quantidade: 78.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3642
Valor Final: 0,3200

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

2/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Total: 24.960,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0014
Descrição: ALBENDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 72.600
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,0076
Valor Final: 0,9500
Valor Total: 68.970,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0015
Descrição: ALENDRONATO DE SÓDIO, 70 MG
Quantidade: 269.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2313
Valor Final: 0,1700
Valor Total: 45.815,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Elofar

Item: 0016
Descrição: ALOPURINOL, 100 MG
Quantidade: 575.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0480
Valor Final: 0,0780
Valor Total: 44.850,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0017
Descrição: ALOPURINOL, 300 MG
Quantidade: 466.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1488
Valor Final: 0,1730
Valor Total: 80.704,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0018
Descrição: AMBROXOL, SAL CLORIDRATO, 3 MG/ML, XAROPE
Quantidade: 5.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,7663
Valor Final: 1,6470
Valor Total: 8.729,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0019
Descrição: AMINOFILINA, 100 MG
Quantidade: 138.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0682
Valor Final: 0,0715
Valor Total: 9.867,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0020
Descrição: AMINOFILINA, 24 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 4.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,8728

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

3/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Final: 0,8866
Valor Total: 3.723,7200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: FARMACE

Item: 0021
Descrição: AMIODARONA, 200 MG
Quantidade: 357.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3448
Valor Final: 0,4999
Valor Total: 178.714,2500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: AMIORON

Item: 0022
Descrição: AMIODARONA, 50MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 9.550
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6707
Valor Final: 1,6752
Valor Total: 15.998,1600
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: VV COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: HIPOLABOR

Item: 0023
Descrição: AMITRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 4.928.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0329
Valor Final: 0,0299
Valor Total: 147.347,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0024
Descrição: AMOXICILINA, 500MG
Quantidade: 1.425.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1425
Valor Final: 0,1430
Valor Total: 203.846,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0025
Descrição: AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 25.100
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,9421
Valor Final: 2,9500
Valor Total: 74.045,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0026
Descrição: AMOXICILINA, 50MG/ML, PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 49.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,1945
Valor Final: 4,7000
Valor Total: 232.180,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0027
Descrição: AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 500MG + 125MG
Quantidade: 416.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

4/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Referência: 0,8600
Valor Final: 0,7400
Valor Total: 307.840,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0028
Descrição: AMOXICILINA, ASSOCIADA COM CLAVULANATO DE POTÁSSIO, 50MG + 12,5MG/ML, SUSPENSÃO
Quantidade: 45.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 13,0806
Valor Final: 10,2600
Valor Total: 465.804,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0029
Descrição: ANLODIPINO BESILATO, 10 MG
Quantidade: 414.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0573
Valor Final: 0,0542
Valor Total: 22.438,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HYPERA/BRAINFARMA/GENERICO

Item: 0030
Descrição: ANLODIPINO BESILATO, 5 MG
Quantidade: 5.140.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0234
Valor Final: 0,0241
Valor Total: 123.874,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Besilapin

Item: 0031
Descrição: ATENOLOL, 100 MG
Quantidade: 109.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0519
Valor Final: 0,0770
Valor Total: 8.393,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0032
Descrição: ATENOLOL, 25 MG
Quantidade: 528.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0297
Valor Final: 0,0260
Valor Total: 13.728,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0033
Descrição: ATENOLOL, 50 MG
Quantidade: 5.600.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0342
Valor Final: 0,0385
Valor Total: 215.600,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0034
Descrição: ATROPINA SULFATO, 0,50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 10.300

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

5/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,6411
Valor Final: 0,6370
Valor Total: 6.561,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: HYTROPIN

Item: 0035
Descrição: AZATIOPRINA 50MG
Quantidade: 9.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4590
Valor Final: 0,8000
Valor Total: 7.200,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: IMUNEN/CRISTALIA

Item: 0036
Descrição: AZITROMICINA, 500 MG
Quantidade: 368.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4666
Valor Final: 0,4700
Valor Total: 173.195,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0037
Descrição: AZITROMICINA, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 39.900
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,4210
Valor Final: 5,1990
Valor Total: 207.440,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0038
Descrição: BECLOMETASONA DIPROPIONATO, 50 MCG/DOSE, AEROSOL BUCAL, FRASCO DOSEADOR C/ BOCAL AEROGADOR
Quantidade: 2.830
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 28,0773
Valor Final: 29,6500
Valor Total: 83.909,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Merco Soluções em Saúde S/A
Marca: CLENIL HFA 50MCG/DS 200DS DISP OR

Item: 0039
Descrição: BECLOMETASONA DIPROPIONATO, SPRAY ORAL, 250MCG/DOSE, FRASCO DOSEADOR COM BOCAL AEROGADOR
Quantidade: 8.390
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 40,6918
Valor Final: 22,2990
Valor Total: 187.088,6100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: GLENMARK

Item: 0040
Descrição: BENZILPENICILINA, BENZATINA, 1.200.000UI, INJETÁVEL
Quantidade: 53.800
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 7,4756
Valor Final: 7,3500
Valor Total: 395.430,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0041
Descrição: BENZILPENICILINA, BENZATINA, 600.000UI, INJETÁVEL

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

6/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Quantidade: 20.400
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 8,0763
Valor Final: 9,2800
Valor Total: 189.312,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: BEPEBEN 600.000UI

Item: 0042
Descrição: BENZILPENICILINA, POTÁSSICA, ASSOCIADA À PENICILINA PROCAINADA, 100.000UI + 300.000UI, INJETÁVEL
Quantidade: 2.300
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 4,4481
Valor Final: 4,4200
Valor Total: 10.166,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: BLAU

Item: 0043
Descrição: BETAMETASONA, DIPROPIONATO, ASSOCIADA COM BETAMETASONA FOSFATO, 5MG + 2MG, INJETÁVEL
Quantidade: 24.400
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,9982
Valor Final: 3,3649
Valor Total: 82.103,5600
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HYPERA/BRAINFARMA/GENÉRICO

Item: 0044
Descrição: BICARBONATO DE SÓDIO, 8,4%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 5.100
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,5832
Valor Final: 0,5661
Valor Total: 2.887,1100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0045
Descrição: BIPERIDENO, 2 MG
Quantidade: 998.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1481
Valor Final: 0,1700
Valor Total: 169.660,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: CINETOL/CRISTALIA

Item: 0046
Descrição: BIPERIDENO, LACTATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 1.650
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,7472
Valor Final: 1,8400
Valor Total: 3.036,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: CINETOL/CRISTALIA

Item: 0047
Descrição: BROMOPRIDA, 4 MG/ML, GOTAS
Quantidade: 3.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8750
Valor Final: 1,0580
Valor Total: 3.491,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: MARIOL/PHARLAB

Item: 0048

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

7/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Descrição: BROMOPRIDA, 5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 25.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,2382
Valor Final: 1,1590
Valor Total: 29.844,2500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0049
Descrição: BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 32MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA
Quantidade: 3.650
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 10,1732
Valor Final: 7,7787
Valor Total: 28.392,2550
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: inalajet

Item: 0050
Descrição: BUDESONIDA, AEROSOL NASAL, 50MCG/DOSE, FRASCO COM VÁLVULA DOSIFICADORA
Quantidade: 4.500
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 20,4026
Valor Final: 10,4500
Valor Total: 47.025,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: ACHÉ

Item: 0051
Descrição: BUPROPIONA CLORIDRATO, 150 MG
Quantidade: 148.080
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3193
Valor Final: 0,3240
Valor Total: 47.977,9200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: A. G. Kienen & Cia. Ltda.
Marca: EMS

Item: 0052
Descrição: CAPTOPRIL, 25 MG
Quantidade: 5.259.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0176
Valor Final: 0,0219
Valor Total: 115.172,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0053
Descrição: CARBAMAZEPINA, 200 MG
Quantidade: 3.313.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0841
Valor Final: 0,0949
Valor Total: 314.403,7000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: HYPERMARCAS/NEO QUIMICA

Item: 0054
Descrição: CARBAMAZEPINA, 20 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 5.350
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,4040
Valor Final: 8,7200
Valor Total: 46.652,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: UNI CARBAMAZ 2% SUSPENSAO ORAL

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

8/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0055
Descrição: CARBAMAZEPINA, 400 MG
Quantidade: 106.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3256
Valor Final: 0,4000
Valor Total: 42.400,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: cristalalia

Item: 0056
Descrição: CARBONATO DE CÁLCIO, 500MG DE CÁLCIO
Quantidade: 190.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0733
Valor Final: 0,0399
Valor Total: 7.581,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EFICAL

Item: 0057
Descrição: CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 1250 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO) + 400 UI
Quantidade: 3.925.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1197
Valor Final: 0,0729
Valor Total: 286.132,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Art Vita Distribuidora de Alimentos Ltda
Marca: CALCIO VIDA 500/400

Item: 0058
Descrição: CARBONATO DE CÁLCIO, ASSOCIADO COM VITAMINA D3, 600 MG + 400 UI
Quantidade: 590.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1494
Valor Final: 0,0829
Valor Total: 48.911,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: GRAZIELA VELANI ABUFARES COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: DOLOTAT PRÔ 600+400

Item: 0059
Descrição: CARBONATO DE LÍTIU, 300 MG
Quantidade: 1.153.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1930
Valor Final: 0,2822
Valor Total: 325.376,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: BIOLAB

Item: 0060
Descrição: CARVEDILOL, 12,5 MG
Quantidade: 676.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0880
Valor Final: 0,0909
Valor Total: 61.493,8500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0061
Descrição: CARVEDILOL, 25 MG
Quantidade: 870.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1321
Valor Final: 0,1450
Valor Total: 126.222,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

9/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0062
Descrição: CARVEDILOL, 3,125 MG
Quantidade: 301.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0688
Valor Final: 0,0643
Valor Total: 19.399,3100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0063
Descrição: CARVEDILOL, 6,25 MG
Quantidade: 4.641.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0782
Valor Final: 0,0698
Valor Total: 323.997,6400
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0064
Descrição: CEFALEXINA, 500 MG
Quantidade: 1.275.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2722
Valor Final: 0,2800
Valor Total: 357.140,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Antibióticos do Brasil Ltda
Marca: Cefalexina(G) ABL

Item: 0065
Descrição: CEFALEXINA, 50 MG/ML, PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 30.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 7,3551
Valor Final: 7,9800
Valor Total: 241.794,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: CEFALEXINA SUSPENSAO ORAL GENERICO

Item: 0066
Descrição: CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO
Quantidade: 34.200
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 6,5847
Valor Final: 8,4370
Valor Total: 288.545,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Blau

Item: 0067
Descrição: CEFTRIAXONA SÓDICA, 500 MG, INJETÁVEL USO INTRAMUSCULAR
Quantidade: 4.200
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 8,9167
Valor Final: 7,3146
Valor Total: 30.721,3200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: TEUTO

Item: 0068
Descrição: CETOCONAZOL, 200 MG
Quantidade: 63.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1641
Valor Final: 0,1640
Valor Total: 10.463,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

10/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0069
Descrição: CETOCONAZOL, 20 MG/G, CREME TÓPICO
Quantidade: 8.800
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 1,9505
Valor Final: 1,5980
Valor Total: 14.062,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SOBRAL

Item: 0071
Descrição: CETOPROFENO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL, ENDOVENOSO
Quantidade: 153.000
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 2,3563
Valor Final: 2,4700
Valor Total: 377.910,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: ARTRINID 100MG

Item: 0072
Descrição: CETOPROFENO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR
Quantidade: 38.400
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,3218
Valor Final: 1,0800
Valor Total: 41.472,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: ARTRINID 50MG/ML IM

Item: 0073
Descrição: CICLOSPORINA, 100 MG
Quantidade: 3.600
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 3,0837
Valor Final: 8,9299
Valor Total: 32.147,6400
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: SANDIMMUN

Item: 0074
Descrição: CICLOSPORINA, 50 MG
Quantidade: 4.600
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 1,3325
Valor Final: 5,0000
Valor Total: 23.000,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: GERMED

Item: 0075
Descrição: CILOSTAZOL, 100 MG
Quantidade: 12.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4094
Valor Final: 0,3999
Valor Total: 5.118,7200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EUROFARMA

Item: 0076
Descrição: CINARIZINA, 75 MG
Quantidade: 445.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1108
Valor Final: 0,1040
Valor Total: 46.332,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

11/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0077
Descrição: CIPROFLOXACINO CLORIDRATO, 500 MG
Quantidade: 491.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1867
Valor Final: 0,1850
Valor Total: 90.927,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0078
Descrição: CLARITROMICINA, 500 MG
Quantidade: 25.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 3,3389
Valor Final: 2,5890
Valor Total: 66.019,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Mediton Farmaceutica Ltda
Marca: ems

Item: 0079
Descrição: CLINDAMICINA, 300 MG
Quantidade: 32.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,8394
Valor Final: 1,0000
Valor Total: 32.500,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0080
Descrição: CLOMIPRAMINA, 25 MG
Quantidade: 172.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,5843
Valor Final: 0,5881
Valor Total: 101.447,2500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ANAFRANIL

Item: 0081
Descrição: CLONAZEPAM, 0,5 MG
Quantidade: 106.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0634
Valor Final: 0,0623
Valor Total: 6.603,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Zilepam

Item: 0082
Descrição: CLONAZEPAM, 2,5 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL- GOTAS
Quantidade: 15.250
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,6450
Valor Final: 1,6000
Valor Total: 24.400,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: hipolabor

Item: 0083
Descrição: CLONAZEPAM, 2 MG
Quantidade: 1.023.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0547
Valor Final: 0,0515
Valor Total: 52.684,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

12/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0084
Descrição: CLOPIDOGREL, 75 MG
Quantidade: 862.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2942
Valor Final: 0,2270
Valor Total: 195.674,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0085
Descrição: CLORETO DE POTÁSSIO, 19,1%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 17.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2389
Valor Final: 0,2019
Valor Total: 3.583,7250
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0086
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, 10ML DE SOLUÇÃO
Quantidade: 107.000
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,1373
Valor Final: 0,1545
Valor Total: 16.531,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0087
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 731.600
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,0140
Valor Final: 2,3500
Valor Total: 1.719.260,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0088
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.
Quantidade: 721.400
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,2734
Valor Final: 2,5000
Valor Total: 1.803.500,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0089
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO...
Quantidade: 711.000
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,5585
Valor Final: 3,0700
Valor Total: 2.182.770,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0090
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 0,9%, SOLUÇÃO NASAL
Quantidade: 27.800
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,6587
Valor Final: 0,8000
Valor Total: 22.240,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: NASOLIVE

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

13/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0091
Descrição: CLORETO DE SÓDIO, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 18.220
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,1951
Valor Final: 0,1859
Valor Total: 3.387,0980
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0092
Descrição: CLORPROMAZINA, 100 MG
Quantidade: 888.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1759
Valor Final: 0,2330
Valor Total: 206.904,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: LONGACTIL

Item: 0093
Descrição: CLORPROMAZINA, 25 MG
Quantidade: 267.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1853
Valor Final: 0,2000
Valor Total: 53.500,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LONGACTIL/CRISTALIA

Item: 0094
Descrição: CLORPROMAZINA, 40MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 1.550
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,7770
Valor Final: 5,6000
Valor Total: 8.680,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LONGACTIL/CRISTALIA

Item: 0095
Descrição: CLORPROMAZINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 2.570
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9650
Valor Final: 1,0000
Valor Total: 2.570,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0096
Descrição: CODEÍNA, 30 MG
Quantidade: 787.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,7287
Valor Final: 0,7400
Valor Total: 582.750,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: CODEIN/CRISTALIA

Item: 0097
Descrição: COLAGENASE, ASSOCIADA COM CLORANFENICOL, 0,6UI + 1%, POMADA
Quantidade: 9.770
Unidade de Fornecimento: Bísnaga
Valor Referência: 3,7088
Valor Final: 6,3000
Valor Total: 61.551,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: IRUXOL

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

14/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0098
Descrição: COLCHICINA, 0,5 MG
Quantidade: 59.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2406
Valor Final: 0,2659
Valor Total: 15.688,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: GEOLAB

Item: 0099
Descrição: DESLANÓSIDO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5016
Valor Final: 1,3739
Valor Total: 4.396,4800
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: DESLANOL

Item: 0100
Descrição: DEXAMETASONA, 0,1%, CREME
Quantidade: 78.700
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 0,8333
Valor Final: 0,9799
Valor Total: 77.118,1300
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANVAL/GENÉRICO

Item: 0101
Descrição: DEXAMETASONA, 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 350
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 6,3122
Valor Final: 6,0800
Valor Total: 2.128,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: maxidex

Item: 0102
Descrição: DEXAMETASONA, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,5309
Valor Final: 0,4550
Valor Total: 16.471,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DEXAMETASONA 2MG/ML

Item: 0103
Descrição: DEXAMETASONA, 4 MG
Quantidade: 29.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2079
Valor Final: 0,1650
Valor Total: 4.785,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0104
Descrição: DEXAMETASONA, 4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 80.300
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,5941
Valor Final: 0,6940
Valor Total: 55.728,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DEXAMETASONA 4MG/ML

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

15/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0105
Descrição: DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 79.150
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,9297
Valor Final: 0,9159
Valor Total: 72.493,4850
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: POLARADEX

Item: 0106
Descrição: DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, 2 MG
Quantidade: 319.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0669
Valor Final: 0,0610
Valor Total: 19.459,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HISTAMIN

Item: 0107
Descrição: DIAZEPAM, 10 MG
Quantidade: 510.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0710
Valor Final: 0,0840
Valor Total: 42.882,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: UNI DIAZEPAX 10 MG

Item: 0108
Descrição: DIAZEPAM, 5 MG
Quantidade: 328.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0688
Valor Final: 0,0695
Valor Total: 22.796,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: GERMED

Item: 0109
Descrição: DIAZEPAM, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 15.650
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,4380
Valor Final: 0,5700
Valor Total: 8.920,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0110
Descrição: DICLOFENACO, SAL DIETILAMÔNIO, 11,6 MG/G EQUIVALENTE A 10 MG/G DO SAL POTÁSSICO, GEL
Quantidade: 1.250
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 1,6264
Valor Final: 3,3500
Valor Total: 4.187,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: cimed

Item: 0111
Descrição: DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 25MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 70.550
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,6027
Valor Final: 0,6149
Valor Total: 43.381,1950
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: FARMACE

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

16/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0112
Descrição: DICLOFENACO, SAL SÓDICO, 50 MG
Quantidade: 305.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0432
Valor Final: 0,0599
Valor Total: 18.269,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: BELFAREN

Item: 0113
Descrição: DIFENIDRAMINA CLORIDRATO, 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 5.250
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 14,5337
Valor Final: 14,4000
Valor Total: 75.600,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIFENIDRIN/CRISTALIA

Item: 0114
Descrição: DIGOXINA, 0,25 MG
Quantidade: 451.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0556
Valor Final: 0,0500
Valor Total: 22.575,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0115
Descrição: DILTIAZEM CLORIDRATO, 60 MG
Quantidade: 29.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1589
Valor Final: 0,3400
Valor Total: 9.860,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: S & R Distribuidora Ltda
Marca: TEUTO

Item: 0116
Descrição: DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA CLORIDRATO, 50MG + 50MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 18.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,2810
Valor Final: 1,2200
Valor Total: 22.875,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: NAUSICALM B6

Item: 0117
Descrição: DIMENIDRINATO, ASSOCIADO COM PIRIDOXINA + GLICOSE + FRUTOSE, 3MG + 5MG + 100MG + 100MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 47.150
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,7459
Valor Final: 2,3920
Valor Total: 112.782,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda
Marca: TAKEDA

Item: 0118
Descrição: DIOSMINA, ASSOCIADA À HESPERIDINA, 450MG + 50MG
Quantidade: 491.900
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3090
Valor Final: 0,3299
Valor Total: 162.277,8100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: FLAVONID

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

17/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0119
Descrição: DIPIRONA SÓDICA, 500 MG
Quantidade: 2.135.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0688
Valor Final: 0,0649
Valor Total: 138.561,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: GREENPHARMA/GENERICO

Item: 0120
Descrição: DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 258.350
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3582
Valor Final: 0,4640
Valor Total: 119.874,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: DIPIFARMA

Item: 0121
Descrição: DIPIRONA SÓDICA, 500 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL (GOTAS)
Quantidade: 113.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,0682
Valor Final: 1,1549
Valor Total: 130.503,7000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MAXALGINA

Item: 0122
Descrição: DOBUTAMINA CLORIDRATO, 12,5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 1.950
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,2081
Valor Final: 9,0000
Valor Total: 17.550,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0123
Descrição: DOPAMINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 4.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5677
Valor Final: 1,0690
Valor Total: 5.077,7500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HIPOLABOR

Item: 0124
Descrição: DOXAZOSINA MESILATO, 2 MG
Quantidade: 697.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0989
Valor Final: 0,1000
Valor Total: 69.780,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

Item: 0125
Descrição: DOXAZOSINA MESILATO, 4 MG
Quantidade: 586.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2552
Valor Final: 0,1766
Valor Total: 103.575,9000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENERICO

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

18/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0126
Descrição: DOXICICLINA, 100 MG
Quantidade: 21.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1757
Valor Final: 0,1300
Valor Total: 2.821,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0127
Descrição: EFEDRINA, SULFATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 8.250
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,8244
Valor Final: 1,9500
Valor Total: 16.087,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: EFEDRIN/CRISTALIA

Item: 0128
Descrição: ENALAPRIL MALEATO, 10 MG
Quantidade: 3.037.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0300
Valor Final: 0,0290
Valor Total: 88.073,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Onefarma/Cimed

Item: 0129
Descrição: ENALAPRIL MALEATO, 20 MG
Quantidade: 7.299.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0366
Valor Final: 0,0359
Valor Total: 262.034,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Onefarma/Cimed

Item: 0130
Descrição: ENALAPRIL MALEATO, 5 MG
Quantidade: 282.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0517
Valor Final: 0,0469
Valor Total: 13.225,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Onefarma/Cimed

Item: 0131
Descrição: ENOXAPARINA, 40MG/0,4 ML, INJETÁVEL, SERINGA PRÉ-ENCHIDA (graduada com dispositivo de segurança conforme NR32 e RDC 45/2003)
Quantidade: 33.000
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 17,6016
Valor Final: 15,1920
Valor Total: 501.336,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: CUTENOX

Item: 0132
Descrição: ENOXAPARINA, 60MG/0,6 ML, INJETÁVEL, SERINGA GRADUADA (graduada com dispositivo de segurança conforme NR32 e RDC 45/2003)
Quantidade: 10.100
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 27,9224
Valor Final: 21,5000
Valor Total: 217.150,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

19/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Marca: VERSA/EUOFARMA

Item: 0133

Descrição: ENOXAPARINA, 80MG/0,8 ML, INJETÁVEL, SERINGA GRADUADA (graduada com dispositivo de segurança conforme NR32 e RDC 45/2003)

Quantidade: 7.000

Unidade de Fornecimento: Seringa

Valor Referência: 30,7052

Valor Final: 28,4998

Valor Total: 199.498,6000

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda

Marca: Enoxalow

Item: 0134

Descrição: EPINEFRINA, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL

Quantidade: 18.520

Unidade de Fornecimento: Ampola

Valor Referência: 1,6531

Valor Final: 1,8000

Valor Total: 33.336,0000

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

Marca: ADREN 1MG/ML IM/IV/S

Item: 0136

Descrição: ERITROMICINA, ESTOLATO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL

Quantidade: 2.450

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência: 3,5561

Valor Final: 3,3018

Valor Total: 8.089,4100

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda

Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0137

Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 10 MG

Quantidade: 389.000

Unidade de Fornecimento: Dragea

Valor Referência: 0,4478

Valor Final: 0,3690

Valor Total: 143.541,0000

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

Nome da Empresa: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda

Marca: GREENPHARMA

Item: 0139

Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL

Quantidade: 42.300

Unidade de Fornecimento: Ampola

Valor Referência: 0,9205

Valor Final: 0,9000

Valor Total: 38.070,0000

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

Marca: BROMETO DE N-BUTIL.

Item: 0140

Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 4MG + 500MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL

Quantidade: 127.600

Unidade de Fornecimento: Ampola

Valor Referência: 1,4008

Valor Final: 1,2550

Valor Total: 160.138,0000

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda

Marca: BROMETO DE N-BUT COM

Item: 0141

Descrição: ESCOPOLAMINA BUTILBROMETO, ASSOCIADA COM DIPIRONA SÓDICA, 6,67MG + 333MG/ML, SOLUÇÃO ORAL

Quantidade: 6.400

Unidade de Fornecimento: Frasco

Valor Referência: 4,7755

Valor Final: 4,7500

Valor Total: 30.400,0000

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

20/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: BUSCOPLEX

Item: 0142
Descrição: ESPIRAMICINA, 1.500.000 UI
Quantidade: 40.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 2,5401
Valor Final: 3,2733
Valor Total: 131.913,9900
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: rovamicina

Item: 0143
Descrição: ESPIRONOLACTONA, 100 MG
Quantidade: 10.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3348
Valor Final: 0,3660
Valor Total: 3.843,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: ESPIRONOLACTONA 100MG

Item: 0144
Descrição: ESPIRONOLACTONA, 25 MG
Quantidade: 2.291.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1375
Valor Final: 0,1323
Valor Total: 303.099,3000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ALDOSTERIN

Item: 0145
Descrição: ESTRADIOL, VALERATO ASSOCIADO COM NORETISTERONA ENANTATO, 5MG + 50MG/1ML, INJETÁVEL
Quantidade: 18.920
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 8,0281
Valor Final: 13,2500
Valor Total: 250.690,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: MABRA

Item: 0146
Descrição: ESTRIOL, 1 MG/G, CREME VAGINAL
Quantidade: 4.430
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 14,1959
Valor Final: 10,8200
Valor Total: 47.932,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: ESTRIONIL 1MG/G

Item: 0147
Descrição: ESTROGÊNIO CONJUGADOS, 0,625 MG - BLISTER CALENDÁRIO COM 28 DRÁGEAS
Quantidade: 22.940
Unidade de Fornecimento: Blister
Valor Referência: 22,3132
Valor Final: 24,9800
Valor Total: 573.041,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: S & R Distribuidora Ltda
Marca: MABRA

Item: 0148
Descrição: ETILEFRINA CLORIDRATO, 10MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 670
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,1893
Valor Final: 1,0735
Valor Total: 719,2450

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

21/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ETILEFRIL

Item: 0149
Descrição: ETOMIDATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 1.850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 10,5370
Valor Final: 18,0000
Valor Total: 33.300,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: ETOMIDATO/CRISTALIA

Item: 0150
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, CASTANHA DA ÍNDIA (AESCULUS HIPPOCASTANUM L.), 100 MG
Quantidade: 101.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1369
Valor Final: 0,1350
Valor Total: 13.635,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: CIFARMA

Item: 0151
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, EXTRATO SECO DE FOLHAS DE ESPINHEIRA-SANTA, MAYTENUS ILICIFOLIA, 380 MG
Quantidade: 205.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,4072
Valor Final: 0,1954
Valor Total: 40.057,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: GRAZIELA VELANI ABUFARES COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: ESPINHEIRA SANTA GASTRILESS 380mg

Item: 0152
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, GUACO (MIKANIA GLOMERATA SPRENG.), EXTRATO FLUIDO
Quantidade: 16.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,9267
Valor Final: 1,8905
Valor Total: 30.248,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: XAROPE DE GUACO NATULAB

Item: 0153
Descrição: EXTRATO MEDICINAL, HARPAGOPHYTUM PROCUMBENS DC, 400 MG
Quantidade: 53.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,4765
Valor Final: 1,4765
Valor Total: 78.254,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: APSEN

Item: 0154
Descrição: FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG
Quantidade: 915.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1663
Valor Final: 0,1370
Valor Total: 125.355,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: A. G. Kienen & Cia. Ltda.
Marca: hipolabor

Item: 0155
Descrição: FENITOÍNA SÓDICA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 12.820
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,9337
Valor Final: 2,0000

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

22/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Total: 25.640,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FENTAL/CRISTALIA

Item: 0156
Descrição: FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG
Quantidade: 1.430.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0891
Valor Final: 0,1070
Valor Total: 153.010,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: FENOBARBITAL 100 MG GENERICO

Item: 0157
Descrição: FENOBARBITAL SÓDICO, 100 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 2.870
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4966
Valor Final: 1,6400
Valor Total: 4.706,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FENOCRIS/CRISTALIA

Item: 0158
Descrição: FENOBARBITAL SÓDICO, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 3.575
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,6671
Valor Final: 3,0500
Valor Total: 10.903,7500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: UNIÃO QUIMICA

Item: 0160
Descrição: FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 82.810
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5361
Valor Final: 1,1590
Valor Total: 95.976,7900
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0161
Descrição: FENTANILA, SAL CITRATO, 0,05 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL.
Quantidade: 82.610
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,8534
Valor Final: 3,4400
Valor Total: 284.178,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FENTANEST/CRISTALIA

Item: 0162
Descrição: FINASTERIDA, 5 MG
Quantidade: 364.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2356
Valor Final: 0,3283
Valor Total: 119.698,1800
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: BAZA MEDICAMENTOS LTDA
Marca: TEUTO

Item: 0163
Descrição: FITOMENADIONA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL, INTRAMUSCULAR E SUBCUTÂNEA
Quantidade: 5.050
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4730

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

23/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Final: 1,0430
Valor Total: 5.267,1500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: ESKAVIT

Item: 0164
Descrição: FLUCONAZOL, 150 MG
Quantidade: 168.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,2999
Valor Final: 0,3139
Valor Total: 52.735,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0165
Descrição: FLUMAZENIL, 0,1 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 9,2732
Valor Final: 6,0000
Valor Total: 19.200,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FLUMAZIL/CRISTALIA

Item: 0167
Descrição: FLUOXETINA, 20 MG
Quantidade: 6.610.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,0527
Valor Final: 0,0586
Valor Total: 387.346,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0168
Descrição: FOLINATO DE CÁLCIO, 15 MG
Quantidade: 17.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,8494
Valor Final: 1,0500
Valor Total: 18.375,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: FOLINAC 15MG

Item: 0169
Descrição: FOSFATO DE SÓDIO, ENEMA, FOSFATO MONOBÁSICO 16% + FOSFATO DIBÁSICO 6%
Quantidade: 6.760
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,4718
Valor Final: 4,4350
Valor Total: 29.980,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: L-ENEMA

Item: 0170
Descrição: FUROSEMIDA, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 73.750
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3732
Valor Final: 0,4750
Valor Total: 35.031,2500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0171
Descrição: FUROSEMIDA, 40 MG
Quantidade: 3.080.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

24/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Referência: 0,0276
Valor Final: 0,0329
Valor Total: 101.332,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0172
Descrição: GENTAMICINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 8.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9234
Valor Final: 0,7115
Valor Total: 6.261,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: HYPOFARMA

Item: 0173
Descrição: GENTAMICINA, 5 MG/ML, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 2.800
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 7,7625
Valor Final: 7,8800
Valor Total: 22.064,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: gentamicina

Item: 0174
Descrição: GLIBENCLAMIDA, 5 MG
Quantidade: 2.671.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0181
Valor Final: 0,0184
Valor Total: 49.146,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: GLICONIL

Item: 0175
Descrição: GLICLAZIDA, 30 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 5.642.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1268
Valor Final: 0,1340
Valor Total: 756.028,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0176
Descrição: GLICLAZIDA, 60 MG, LIBERAÇÃO PROLONGADA
Quantidade: 420.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2833
Valor Final: 0,2590
Valor Total: 108.780,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Partner Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda ME
Marca: Gliclazida Generico 60mg

Item: 0177
Descrição: GLICONATO DE CÁLCIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 6.700
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,5630
Valor Final: 1,4480
Valor Total: 9.701,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: NT

Item: 0178
Descrição: GLICOSE, 25%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.525

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

25/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2284
Valor Final: 0,2039
Valor Total: 718,7475
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0179
Descrição: GLICOSE, 50%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2256
Valor Final: 0,2139
Valor Total: 7.796,6550
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0180
Descrição: GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 41.500
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,4385
Valor Final: 2,6250
Valor Total: 108.937,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0181
Descrição: GLICOSE, 5%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.
Quantidade: 14.000
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,7390
Valor Final: 3,0900
Valor Total: 43.260,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0182
Descrição: GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, 5% + 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 11.150
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,1275
Valor Final: 2,2900
Valor Total: 25.533,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0183
Descrição: GLICOSE, ASSOCIADA AO CLORETO DE SÓDIO, 5% + 0,9%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO.
Quantidade: 7.150
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 2,9550
Valor Final: 3,0900
Valor Total: 22.093,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Marca: EQUIPLEX

Item: 0184
Descrição: GLYCINE MAX (ISOFLAVONA DE SOJA) 150MG
Quantidade: 80.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,3572
Valor Final: 0,2700
Valor Total: 21.600,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharmascience

Item: 0185
Descrição: HALOPERIDOL, 1 MG

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

26/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Quantidade: 27.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1137
Valor Final: 0,1300
Valor Total: 3.588,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HALO/CRISTALIA

Item: 0186
Descrição: HALOPERIDOL, 2 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS
Quantidade: 2.280
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,4578
Valor Final: 2,3778
Valor Total: 5.421,3840
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Mediton Farmaceutica Ltda
Marca: UNIAO QUIMICA

Item: 0187
Descrição: HALOPERIDOL, 5 MG
Quantidade: 913.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0876
Valor Final: 0,1780
Valor Total: 162.603,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HALO/CRISTALIA

Item: 0188
Descrição: HALOPERIDOL, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 7.860
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,3364
Valor Final: 1,1229
Valor Total: 8.825,9940
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: UNI HALOPER

Item: 0189
Descrição: HALOPERIDOL, SAL DECANOATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 13.700
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 3,9635
Valor Final: 3,9900
Valor Total: 54.663,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HALO/CRISTALIA

Item: 0190
Descrição: HEPARINA SÓDICA, 5.000 UI/0,25 ML, INJETÁVEL
Quantidade: 111.515
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,3715
Valor Final: 4,2800
Valor Total: 477.284,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HEMOFOL/CRISTALIA

Item: 0191
Descrição: HEPARINA SÓDICA, 5.000UI/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 9.460
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 6,4912
Valor Final: 17,9000
Valor Total: 169.334,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: HEMOFOL/CRISTALIA

Item: 0192

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

27/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Descrição: HIDRALAZINA, 20 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 3.100
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 5,1333
Valor Final: 4,5500
Valor Total: 14.105,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: NEPRESOL/CRISTALIA

Item: 0193
Descrição: HIDRALAZINA, 25 MG
Quantidade: 55.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,2146
Valor Final: 0,2630
Valor Total: 14.465,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: APRESOLINA

Item: 0194
Descrição: HIDRALAZINA, 50 MG
Quantidade: 15.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,2892
Valor Final: 0,3500
Valor Total: 5.250,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: APRESOLINA

Item: 0195
Descrição: HIDROCLOROTIAZIDA, 25 MG
Quantidade: 10.299.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0150
Valor Final: 0,0125
Valor Total: 128.737,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0197
Descrição: HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 100 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL
Quantidade: 42.650
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 2,2628
Valor Final: 2,0900
Valor Total: 89.138,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0198
Descrição: HIDROCORTISONA, SAL SUCCINATO SÓDICO, 500 MG, PÓ LIÓFILO P/ INJETÁVEL
Quantidade: 34.250
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 4,6209
Valor Final: 4,8400
Valor Total: 165.770,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: CORTISONAL 500 MG INJETAVEL

Item: 0199
Descrição: HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO, 61,5 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 38.050
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,3234
Valor Final: 2,1799
Valor Total: 82.945,1950
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: ALUMIMAX

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

28/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0200
Descrição: HIDRÓXIDO DE FERRO III, SOLUÇÃO INJETÁVEL, EQUIVALENTE A 20MG/ML DE FERRO III, USO ENDOVENOSO, NA FORMA DE COMPLEXO COLLOIDAL
Quantidade: 850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,5604
Valor Final: 5,5040
Valor Total: 4.678,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: FERROPURUM

Item: 0201
Descrição: IBUPROFENO, 300 MG
Quantidade: 434.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1448
Valor Final: 0,1200
Valor Total: 52.080,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: VITAMEDIC

Item: 0202
Descrição: IBUPROFENO, 50 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 57.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8838
Valor Final: 0,8888
Valor Total: 51.505,9600
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: IBUPROTRAT

Item: 0203
Descrição: IBUPROFENO, 600 MG
Quantidade: 5.028.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1262
Valor Final: 0,1550
Valor Total: 779.371,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0204
Descrição: IMIPRAMINA, CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 1.117.700
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2545
Valor Final: 0,2800
Valor Total: 312.956,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: IMIPRA/CRISTALIA

Item: 0205
Descrição: INSULINA, HUMANA, NPH, 100U/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 16.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 21,0519
Valor Final: 17,6000
Valor Total: 286.880,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Médicos e Hospitalares
Marca: ASPEN

Item: 0206
Descrição: INSULINA, HUMANA, REGULAR, 100U/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 5.550
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 19,8361
Valor Final: 18,4999
Valor Total: 102.674,4450
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: NOVOLIN

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

29/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0207
Descrição: IPRATRÓPIO BROMETO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO
Quantidade: 8.830
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,7074
Valor Final: 0,6200
Valor Total: 5.474,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HIPOLABOR

Item: 0208
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 10 MG
Quantidade: 153.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2414
Valor Final: 0,2319
Valor Total: 35.480,7000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: ISORDIL

Item: 0209
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL DINITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL
Quantidade: 171.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2133
Valor Final: 0,2480
Valor Total: 42.482,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: E.M.S.

Item: 0210
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 10 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 1.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,1180
Valor Final: 2,0500
Valor Total: 3.690,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: BIOLAB

Item: 0211
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 20 MG
Quantidade: 158.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1097
Valor Final: 0,0846
Valor Total: 13.366,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Zydus Nikkho

Item: 0212
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 40 MG
Quantidade: 10.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2178
Valor Final: 0,1875
Valor Total: 1.968,7500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Zydus Nikkho

Item: 0213
Descrição: ISOSSORBIDA, SAL MONONITRATO, 5 MG, SUBLINGUAL
Quantidade: 16.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2737
Valor Final: 0,3950
Valor Total: 6.517,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: MONOCORDIL

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

30/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0214
Descrição: ITRACONAZOL, 100 MG
Quantidade: 24.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,8330
Valor Final: 0,7880
Valor Total: 19.306,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: GEOLAB

Item: 0215
Descrição: IVERMECTINA, 6 MG
Quantidade: 52.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1857
Valor Final: 0,1600
Valor Total: 8.352,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: vitamedic

Item: 0216
Descrição: LACTULOSE, 667 MG/ML, XAROPE
Quantidade: 17.900
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,5216
Valor Final: 4,9542
Valor Total: 88.680,1800
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Nutriex

Item: 0217
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25 MG
Quantidade: 132.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,7664
Valor Final: 1,3930
Valor Total: 184.572,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: PROLOPA HBS

Item: 0219
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 100MG + 25MG, COMPRIMIDO OU DRÁGEAS DISPERSÍVEIS
Quantidade: 40.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,2587
Valor Final: 1,3930
Valor Total: 55.720,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: PROLOPA DISP

Item: 0220
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À BENSERAZIDA, 200MG + 50MG
Quantidade: 120.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,8346
Valor Final: 0,7500
Valor Total: 90.225,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: PROLOPA

Item: 0221
Descrição: LEVODOPA, ASSOCIADO À CARBIDOPA, 250MG + 25MG
Quantidade: 145.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6507
Valor Final: 0,6250
Valor Total: 90.625,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Teuto

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

31/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Marca:

Item: 0222
Descrição: LEVOFLOXACINO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 13.700
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 10,9171
Valor Final: 18,3000
Valor Total: 250.710,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOTAC/CRISTALIA

Item: 0223
Descrição: LEVOMEPROMAZINA, 100 MG
Quantidade: 272.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6862
Valor Final: 0,6600
Valor Total: 179.916,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOZINE/CRISTALIA

Item: 0224
Descrição: LEVOMEPROMAZINA, 25 MG
Quantidade: 686.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3507
Valor Final: 0,3900
Valor Total: 267.774,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOZINE/CRISTALIA

Item: 0225
Descrição: LEVOMEPROMAZINA, 40 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 1.680
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 8,4618
Valor Final: 8,9500
Valor Total: 15.036,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: LEVOZINE/CRISTALIA

Item: 0226
Descrição: LEVONORGESTREL, ASSOCIADO À ETINILESTRADIOL, 0,15MG + 0,03MG, BLISTER CALENDÁRIO COM 21 COMPRIMIDO OU DRÁGEAS
Quantidade: 485.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0537
Valor Final: 0,0780
Valor Total: 37.892,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GESTRELAN

Item: 0227
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 100 MCG
Quantidade: 2.475.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0644
Valor Final: 0,0659
Valor Total: 163.102,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EUTHYROX

Item: 0228
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 25 MCG
Quantidade: 3.092.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0631
Valor Final: 0,0606
Valor Total: 187.375,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

32/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Marca: EUTHYROX
Item: 0229
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 50 MCG
Quantidade: 3.352.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0634
Valor Final: 0,0594
Valor Total: 199.108,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: EUTHYROX

Item: 0230
Descrição: LEVOTIROXINA SÓDICA, 75 MCG
Quantidade: 180.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0785
Valor Final: 0,0900
Valor Total: 16.200,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Sulmedic Comercio de Medicamentos Eireli
Marca: ACHÉ

Item: 0231
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 10%, SPRAY
Quantidade: 860
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 46,3512
Valor Final: 60,0000
Valor Total: 51.600,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: XYLESTESIN/CRISTALIA

Item: 0232
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA
Quantidade: 12.800
Unidade de Fornecimento: Seringa
Valor Referência: 3,9812
Valor Final: 16,2400
Valor Total: 207.872,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: XYLESTESIN/CRISTALIA

Item: 0233
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, GELÉIA.
Quantidade: 27.100
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 2,1458
Valor Final: 2,3500
Valor Total: 63.685,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0234
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL
Quantidade: 11.300
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,0201
Valor Final: 0,9200
Valor Total: 10.396,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: HYPOFARMA

Item: 0235
Descrição: LIDOCAÍNA CLORIDRATO, 2%, INJETÁVEL.
Quantidade: 22.450
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,2969
Valor Final: 2,7200
Valor Total: 61.064,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

33/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

| | |
|--------------------------|---|
| Marca: | HYPOFARMA |
| Item: | 0236 |
| Descrição: | LIDOCAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA, 2% + 1:200.000, INJETÁVEL |
| Quantidade: | 32.450 |
| Unidade de Fornecimento: | Frasco |
| Valor Referência: | 2,9255 |
| Valor Final: | 2,3640 |
| Valor Total: | 76.711,8000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |
| Nome da Empresa: | Pontamed Farmaceutica Ltda |
| Marca: | HYPOCAINA |
| Item: | 0237 |
| Descrição: | LORATADINA, 10MG |
| Quantidade: | 641.000 |
| Unidade de Fornecimento: | Comprimido |
| Valor Referência: | 0,0526 |
| Valor Final: | 0,0893 |
| Valor Total: | 57.241,3000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |
| Nome da Empresa: | Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda |
| Marca: | Loratamed |
| Item: | 0238 |
| Descrição: | LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE |
| Quantidade: | 27.750 |
| Unidade de Fornecimento: | Frasco |
| Valor Referência: | 1,5459 |
| Valor Final: | 2,2300 |
| Valor Total: | 61.882,5000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |
| Nome da Empresa: | Prati Donaduzzi & Cia Ltda |
| Marca: | PRATI DONADUZZI |
| Item: | 0239 |
| Descrição: | LOSARTANA POTÁSSICA, 50 MG |
| Quantidade: | 12.865.000 |
| Unidade de Fornecimento: | Comprimido |
| Valor Referência: | 0,0388 |
| Valor Final: | 0,0539 |
| Valor Total: | 693.423,5000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |
| Nome da Empresa: | FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA |
| Marca: | NEO QUIMICA |
| Item: | 0240 |
| Descrição: | MANITOL, 20%, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO |
| Quantidade: | 14.170 |
| Unidade de Fornecimento: | Bolsa |
| Valor Referência: | 4,8542 |
| Valor Final: | 3,9300 |
| Valor Total: | 55.688,1000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |
| Nome da Empresa: | Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda |
| Marca: | Manitol |
| Item: | 0241 |
| Descrição: | MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 10 MG |
| Quantidade: | 7.700 |
| Unidade de Fornecimento: | Comprimido |
| Valor Referência: | 1,4507 |
| Valor Final: | 1,6770 |
| Valor Total: | 12.912,9000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |
| Nome da Empresa: | MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI |
| Marca: | PROVERA |
| Item: | 0242 |
| Descrição: | MEDROXIPROGESTERONA ACETATO, 150 MG/ML, SUSPENSÃO INJETÁVEL |
| Quantidade: | 14.450 |
| Unidade de Fornecimento: | Ampola |
| Valor Referência: | 10,2452 |
| Valor Final: | 17,0000 |
| Valor Total: | 245.650,0000 |
| Situação: | Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi |

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

34/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: DEMEDROX 150MG/ML IN

Item: 0243
Descrição: METFORMINA CLORIDRATO, 500 MG
Quantidade: 6.101.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0624
Valor Final: 0,0680
Valor Total: 414.868,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0244
Descrição: METFORMINA CLORIDRATO, 850 MG
Quantidade: 9.308.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0513
Valor Final: 0,0547
Valor Total: 509.174,9500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MERCK/GENÉRICO

Item: 0245
Descrição: METILDOPA, 250 MG
Quantidade: 1.323.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2760
Valor Final: 0,4150
Valor Total: 549.045,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: E.M.S.

Item: 0246
Descrição: METILDOPA, 500MG
Quantidade: 118.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,7475
Valor Final: 0,8000
Valor Total: 94.800,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: FF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
Marca: E.M.S.

Item: 0247
Descrição: METILERGOMETRINA MALEATO, 0,2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6739
Valor Final: 1,6254
Valor Total: 731,4300
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: União Química

Item: 0248
Descrição: METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 10 MG
Quantidade: 375.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1104
Valor Final: 0,0908
Valor Total: 34.050,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Novosil

Item: 0249
Descrição: METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 4 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 32.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,5861
Valor Final: 0,6280
Valor Total: 20.692,6000

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

35/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0250
Descrição: METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO, 5 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 143.800
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,2677
Valor Final: 0,3240
Valor Total: 46.591,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: NOPROSIL

Item: 0251
Descrição: METOPROLOL, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETAVEL
Quantidade: 2.400
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 19,7767
Valor Final: 9,4500
Valor Total: 22.680,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOKEN

Item: 0252
Descrição: METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 100 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 46.420
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,9049
Valor Final: 0,7100
Valor Total: 32.958,2000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOZOK

Item: 0253
Descrição: METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 25 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 138.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2789
Valor Final: 0,2100
Valor Total: 28.980,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOZOK

Item: 0254
Descrição: METOPROLOL, SAL SUCCINATO, 50 MG, LIBERAÇÃO CONTROLADA
Quantidade: 209.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,4794
Valor Final: 0,4100
Valor Total: 85.690,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prohosp Distribuidora de Medicamentos Ltda
Marca: SELOZOK

Item: 0255
Descrição: METRONIDAZOL, 100 MG/G, GEL VAGINAL, C/ 10 APLICADORES
Quantidade: 23.400
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 3,5944
Valor Final: 3,4596
Valor Total: 80.954,6400
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0256
Descrição: METRONIDAZOL, 250 MG
Quantidade: 369.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1056
Valor Final: 0,0985

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

36/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Total: 36.395,7500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0257
Descrição: METRONIDAZOL, 400 MG
Quantidade: 61.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3414
Valor Final: 0,3985
Valor Total: 24.507,7500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: S & R Distribuidora Ltda
Marca: TEUTO

Item: 0258
Descrição: METRONIDAZOL, 40 MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 2.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,9653
Valor Final: 5,9000
Valor Total: 15.930,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0259
Descrição: MICONAZOL NITRATO, 20 MG/G, CREME
Quantidade: 7.000
Unidade de Fornecimento: Biscnaga
Valor Referência: 1,9197
Valor Final: 2,1000
Valor Total: 14.700,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: hipolabor

Item: 0260
Descrição: MICONAZOL NITRATO, 2%, CREME VAGINAL
Quantidade: 45.800
Unidade de Fornecimento: Biscnaga
Valor Referência: 5,2602
Valor Final: 5,0000
Valor Total: 229.000,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0261
Descrição: MIDAZOLAM, 1 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 15.200
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,3031
Valor Final: 1,5000
Valor Total: 22.800,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: DORMIUM 5MG/5ML

Item: 0262
Descrição: MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 15.450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 2,7253
Valor Final: 2,8900
Valor Total: 44.650,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: DORMIUM 50MG/10ML

Item: 0263
Descrição: MIDAZOLAM, 5 MG/ML, INJETÁVEL...
Quantidade: 21.260
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,1495

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

37/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Valor Final: 1,4098
Valor Total: 29.972,3480
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0264
Descrição: MORFINA, SULFATO, 10MG
Quantidade: 83.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,3813
Valor Final: 0,3800
Valor Total: 31.540,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0265
Descrição: MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 92.570
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,4781
Valor Final: 2,2300
Valor Total: 206.431,1000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0266
Descrição: MORFINA, SULFATO, 10MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 5.100
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 19,0230
Valor Final: 19,7700
Valor Total: 100.827,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0267
Descrição: MORFINA, SULFATO, 1MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.450
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,9014
Valor Final: 5,1000
Valor Total: 185.895,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0268
Descrição: MORFINA, SULFATO, 30MG
Quantidade: 53.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,9943
Valor Final: 1,0200
Valor Total: 54.876,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: DIMORF/CRISTALIA

Item: 0269
Descrição: MULTIVITAMINAS, ASSOCIADAS COM SAIS MINERAIS, VITS:A, B1, B2, B12, C, D, K1 NICOTINAMIDA, PANTOTENATO, MINERAIS: B, CA, CU, CR, FE, P, MN, MG, NI.
Quantidade: 200.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0956
Valor Final: 0,0700
Valor Total: 14.014,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: vitamed

Item: 0270
Descrição: MULTIVITAMINAS, VIT. A, B2, B3, B5, B6, C, D3, E, SOLUÇÃO INJETÁVEL PARA INFUSÃO PARETERAL - NPT
Quantidade: 5.000
Ampola

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

38/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Unidade de Fornecimento:
Valor Referência: 1,4002
Valor Final: 4,2000
Valor Total: 21.000,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: FRUTOVITAM/CRISTALIA

Item: 0271
Descrição: NALOXONA CLORIDRATO, 0,4 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 850
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 4,2399
Valor Final: 5,7500
Valor Total: 4.887,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: NARCAN/CRISTALIA

Item: 0272
Descrição: NEOMICINA, ASSOCIADA COM BACITRACINA, 5MG + 250UI/G, POMADA
Quantidade: 56.500
Unidade de Fornecimento: Bsnaga
Valor Referência: 1,0749
Valor Final: 1,3900
Valor Total: 78.535,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0273
Descrição: NIFEDIPINO, 10 MG
Quantidade: 91.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0374
Valor Final: 0,0279
Valor Total: 2.538,9000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: NIOXIL

Item: 0274
Descrição: NIFEDIPINO, 20 MG
Quantidade: 149.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1047
Valor Final: 0,0480
Valor Total: 7.190,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: GEOLAB

Item: 0275
Descrição: NIFEDIPINO, 20 MG, RETARD
Quantidade: 316.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0990
Valor Final: 0,1099
Valor Total: 34.728,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: NIFEDIPRESS RETARD

Item: 0276
Descrição: NIMESULIDA, 100 MG
Quantidade: 1.640.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0640
Valor Final: 0,0475
Valor Total: 77.900,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimed

Item: 0277
Descrição: NIMESULIDA, 50 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

39/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Quantidade: 2.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,5565
Valor Final: 1,3680
Valor Total: 3.693,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Cimelide

Item: 0278
Descrição: NISTATINA, 100.000 UI/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 15.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,2897
Valor Final: 3,3700
Valor Total: 50.550,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0279
Descrição: NISTATINA, 25.000 UI/G, CREME VAGINAL.
Quantidade: 6.450
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 3,7883
Valor Final: 2,9000
Valor Total: 18.705,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: green pharma

Item: 0280
Descrição: NISTATINA, ASSOCIADA COM ÓXIDO DE ZINCO, 100.000UI + 200MG/G, CREME.
Quantidade: 7.100
Unidade de Fornecimento: Bísna
Valor Referência: 5,3114
Valor Final: 6,4300
Valor Total: 45.653,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0281
Descrição: NITROFURANTOÍNA, 100 MG
Quantidade: 176.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1835
Valor Final: 0,2899
Valor Total: 51.022,4000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MACRODANTINA

Item: 0282
Descrição: NITROGLICERINA, 5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 4.650
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 28,9879
Valor Final: 29,4700
Valor Total: 137.035,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: TRIDIL/CRISTALIA

Item: 0284
Descrição: NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 36.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,9616
Valor Final: 1,9000
Valor Total: 68.970,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: NOREPINEFRINA 2MG/ML

Item: 0285

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

40/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Descrição: NORETISTERONA, 0,35 MG, BLISTER CALENDÁRIO COM 35 UNIDADES
Quantidade: 59.320
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,0907
Valor Final: 0,1660
Valor Total: 9.847,1200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Biolab

Item: 0286
Descrição: NORFLOXACINO, 400 MG
Quantidade: 34.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2366
Valor Final: 0,2469
Valor Total: 8.518,0500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: FLOXIMED

Item: 0287
Descrição: NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 150.500
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,2058
Valor Final: 0,2460
Valor Total: 37.023,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0288
Descrição: NORTRIPTILINA CLORIDRATO, 50 MG
Quantidade: 95.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,4984
Valor Final: 0,4490
Valor Total: 42.655,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0289
Descrição: OLEO MINERAL.
Quantidade: 12.000
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,0100
Valor Final: 1,8699
Valor Total: 22.438,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: LAXENOL

Item: 0290
Descrição: OMEPRAZOL, 20 MG
Quantidade: 11.015.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,0624
Valor Final: 0,0537
Valor Total: 591.505,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: BAZA MEDICAMENTOS LTDA
Marca: GLOBO

Item: 0291
Descrição: OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL
Quantidade: 31.450
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 6,0500
Valor Final: 5,5900
Valor Total: 175.805,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: UNIPRAZOL

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

41/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0292
Descrição: ONDANSETRONA CLORIDRATO, 2 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 53.700
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,9606
Valor Final: 0,9923
Valor Total: 53.286,5100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Novafarma

Item: 0293
Descrição: ONDANSETRONA CLORIDRATO, 4 MG
Quantidade: 41.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 2,0149
Valor Final: 1,9999
Valor Total: 81.995,9000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: BIOLAB

Item: 0294
Descrição: ONDANSETRONA CLORIDRATO, 8 MG
Quantidade: 25.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 1,6741
Valor Final: 1,4000
Valor Total: 35.000,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: NAUSEDRON/CRISTALIA

Item: 0295
Descrição: PARACETAMOL, 200 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 93.700
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,6126
Valor Final: 0,7111
Valor Total: 66.630,0700
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Empresa CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI
Marca: Genérico

Item: 0296
Descrição: PARACETAMOL, 500 MG
Quantidade: 8.007.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0390
Valor Final: 0,0400
Valor Total: 320.300,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: HIPOLABOR

Item: 0297
Descrição: PERMETRINA, 10 MG/ML, LOÇÃO
Quantidade: 25.650
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,6074
Valor Final: 1,1381
Valor Total: 29.192,2650
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME
Marca: NATIVITA

Item: 0298
Descrição: PERMETRINA, 50 MG/ML, LOÇÃO
Quantidade: 2.750
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,4659
Valor Final: 2,0533
Valor Total: 5.646,5750
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: TOP NORTE COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR EIRELI - ME
Marca: NATIVITA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

42/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0299
Descrição: PETIDINA CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 470
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,7103
Valor Final: 2,0816
Valor Total: 978,3520
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: União Química

Item: 0300
Descrição: PIRIMETAMINA, 25 MG
Quantidade: 20.300
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0761
Valor Final: 0,0713
Valor Total: 1.447,3900
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: DARAPRIM

Item: 0301
Descrição: POLIVITAMÍNICO + SAIS MINERAIS
Quantidade: 4.450
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 3,2110
Valor Final: 2,8737
Valor Total: 12.787,9650
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: NUTRIVIT JUNIOR

Item: 0302
Descrição: PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO, 3 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL
Quantidade: 48.150
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 1,6272
Valor Final: 2,9800
Valor Total: 143.487,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: PREDNISOLONA 3MG/ML

Item: 0303
Descrição: PREDNISONA, 20 MG
Quantidade: 829.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1835
Valor Final: 0,1400
Valor Total: 116.060,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: PREDNISONA 20MG

Item: 0304
Descrição: PREDNISONA, 5 MG
Quantidade: 551.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0775
Valor Final: 0,0580
Valor Total: 31.958,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: GENERICO

Item: 0305
Descrição: PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG
Quantidade: 203.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1207
Valor Final: 0,1100
Valor Total: 22.330,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: PAMERGAN/CRISTALIA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

43/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0306
Descrição: PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 286.900
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,6851
Valor Final: 1,7700
Valor Total: 507.813,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Prometazol

Item: 0307
Descrição: PROPATILNITRATO, 10 MG
Quantidade: 737.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2556
Valor Final: 0,1729
Valor Total: 127.565,6200
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SUSTRATE

Item: 0308
Descrição: PROPILTIOURACIL, 100 MG
Quantidade: 103.800
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6619
Valor Final: 0,5870
Valor Total: 60.930,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Medilar Imp. Distr. de Produtos Med. Hosp. S/A.
Marca: BIOLAB

Item: 0309
Descrição: PROPRANOLOL CLORIDRATO, 40 MG
Quantidade: 2.940.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0352
Valor Final: 0,0325
Valor Total: 95.550,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: SANVAL

Item: 0311
Descrição: RANITIDINA CLORIDRATO, 150 MG
Quantidade: 573.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0900
Valor Final: 0,0800
Valor Total: 45.840,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MEDQUÍMICA/GENÉRICO

Item: 0312
Descrição: RANITIDINA CLORIDRATO, 25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 112.250
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3749
Valor Final: 0,4300
Valor Total: 48.267,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0313
Descrição: RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 3.000 + 800 UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 2.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,8454
Valor Final: 2,4743
Valor Total: 5.690,8900
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Vitadesan

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

44/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0314
Descrição: RETINOL, ASSOCIADA COM COLECALCIFEROL, 50.000 UI + 10.000 UI/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 22.350
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 4,1787
Valor Final: 4,4400
Valor Total: 99.234,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Licimed Distribuidora de Medicamentos, Correlatos e Produtos Medicos e Hospitalares Ltda
Marca: TAKEDA

Item: 0315
Descrição: RETINOL, ASSOCIADO C/ AMINOÁCIDOS + METIONINA+CLORANFENICOL, 10.000UI+25MG+5MG+5MG/G, POMADA OFTÁLMICA
Quantidade: 3.310
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 8,8184
Valor Final: 8,8999
Valor Total: 29.458,6690
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: REGENCEL

Item: 0316
Descrição: RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY
Quantidade: 300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 2,2086
Valor Final: 2,5149
Valor Total: 754,4700
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: RIFOTRAT

Item: 0317
Descrição: RINGER, ASSOCIADO COM LACTATO DE SÓDIO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, SISTEMA FECHADO
Quantidade: 7.650
Unidade de Fornecimento: Bolsa
Valor Referência: 3,1206
Valor Final: 3,3400
Valor Total: 25.551,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: JP

Item: 0318
Descrição: RISPERIDONA, 1 MG
Quantidade: 431.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1049
Valor Final: 0,0999
Valor Total: 43.056,9000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: VIVERDAL 1 MG

Item: 0319
Descrição: RISPERIDONA, 2 MG
Quantidade: 183.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1023
Valor Final: 0,1099
Valor Total: 20.111,7000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: VIVERDAL 2 MG

Item: 0320
Descrição: RIVAROXABANA, 10 MG
Quantidade: 7.336
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 6,6556
Valor Final: 6,8998
Valor Total: 50.616,9328
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: XARELTO

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

45/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0321
Descrição: SAIS PARA REIDRATAÇÃO ORAL, PÓ, COMPOSTO POR: CLORETO SÓDIO 3,5G + GLICOSE 20G, + CITRATO DE SÓDIO 2,9G + CLORETO DE POTÁSSIO 1,5G,
Quantidade: 72.600
Unidade de Fornecimento: Envelope
Valor Referência: 0,4913
Valor Final: 0,4399
Valor Total: 31.936,7400
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: HIDRAPLEX

Item: 0322
Descrição: SALBUTAMOL, 100MCG/DOSE, AEROSOL ORAL
Quantidade: 44.600
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 5,1505
Valor Final: 6,8800
Valor Total: 306.848,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: GLENMARK

Item: 0323
Descrição: SECNIDAZOL, 1.000 MG
Quantidade: 5.600
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,6630
Valor Final: 0,4600
Valor Total: 2.576,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda
Marca: pharlab

Item: 0324
Descrição: SERTRALINA CLORIDRATO, 50MG
Quantidade: 1.228.200
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0961
Valor Final: 0,0999
Valor Total: 122.697,1800
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0325
Descrição: SIMETICONA, 40 MG
Quantidade: 49.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1275
Valor Final: 0,0775
Valor Total: 3.797,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0326
Descrição: SIMETICONA, 75 MG/ML, SOLUÇÃO ORAL - GOTAS
Quantidade: 10.400
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8963
Valor Final: 0,7529
Valor Total: 7.830,1600
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: LUFBEM

Item: 0327
Descrição: SINVASTATINA, 20 MG
Quantidade: 13.290.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0539
Valor Final: 0,0500
Valor Total: 664.500,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SANDOZ/GENÉRICO

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

46/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Item: 0328
Descrição: SINVASTATINA, 40 MG
Quantidade: 3.080.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1007
Valor Final: 0,0940
Valor Total: 289.520,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MCW Produtos Medicos e Hospitalares
Marca: RANBAXY

Item: 0329
Descrição: SULFADIAZINA, 500 MG
Quantidade: 40.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1694
Valor Final: 0,1890
Valor Total: 7.654,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SULFAZINA

Item: 0330
Descrição: SULFADIAZINA, DE PRATA, 1%, CREME
Quantidade: 37.450
Unidade de Fornecimento: Bisnaga
Valor Referência: 3,5056
Valor Final: 3,0900
Valor Total: 115.720,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Prati Donaduzzi

Item: 0331
Descrição: SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 400MG + 80MG
Quantidade: 393.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0923
Valor Final: 0,1000
Valor Total: 39.350,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Prati Donaduzzi & Cia Ltda
Marca: PRATI DONADUZZI

Item: 0332
Descrição: SULFAMETOXAZOL, ASSOCIADO À TRIMETOPRIMA, 40MG + 8MG/ML, SUSPENSÃO ORAL
Quantidade: 17.300
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,8610
Valor Final: 1,2630
Valor Total: 21.849,9000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Pontamed Farmaceutica Ltda
Marca: BACSULFAPRIM

Item: 0333
Descrição: SULFATO DE MAGNÉSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 10.130
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,3865
Valor Final: 0,2779
Valor Total: 2.815,1270
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: SAMTEC

Item: 0334
Descrição: SULFATO FERROSO, 25MG/ML DE FERRO II, SOLUÇÃO ORAL-GOTAS
Quantidade: 18.950
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,7239
Valor Final: 0,7499
Valor Total: 14.210,6050
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
MASFEROL

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

47/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Marca:

Item: 0335
Descrição: SULFATO FERROSO, 40MG DE FERRO
Quantidade: 2.412,500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0436
Valor Final: 0,0289
Valor Total: 69.721,2500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MASFEROL

Item: 0336
Descrição: SUXAMETÔNIO CLORETO, 100 MG, INJETÁVEL
Quantidade: 2.230
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 8,7887
Valor Final: 9,1500
Valor Total: 20.404,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: UNIAO QUIMICA FARMACEUTICA NACIONAL S A
Marca: SUCCINIL COLIN 100 MG

Item: 0338
Descrição: TENOXICAM, 20 MG, INJETÁVEL
Quantidade: 17.250
Unidade de Fornecimento: Frasco-Ampola
Valor Referência: 3,9442
Valor Final: 5,8000
Valor Total: 100.050,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda.
Marca: TENOXICAM/CRISTALIA

Item: 0339
Descrição: TERBUTALINA SULFATO, 0,5 MG/ML, INJETÁVEL
Quantidade: 10.550
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 1,9334
Valor Final: 1,2539
Valor Total: 13.228,6450
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0340
Descrição: TETRACAÍNA CLORIDRATO, ASSOCIADA À FENILEFRINA, 1% + 0,1%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 1.060
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 8,0384
Valor Final: 7,3800
Valor Total: 7.822,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: ANESTESICO

Item: 0341
Descrição: TIAMINA, 300 MG
Quantidade: 34.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1771
Valor Final: 0,1800
Valor Total: 6.120,0000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Marca: Hipolabor

Item: 0342
Descrição: TIMOLOL, 0,5%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 6.250
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 0,3447
Valor Final: 2,4476
Valor Total: 15.297,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

48/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Marca: GLAUCOTRAT
Item: 0343
Descrição: TOBRAMICINA, 0,3%, SOLUÇÃO OFTÁLMICA
Quantidade: 900
Unidade de Fornecimento: Frasco
Valor Referência: 6,6501
Valor Final: 8,1999
Valor Total: 7.379,9100
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: TOBRAMICIN

Item: 0344
Descrição: TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG
Quantidade: 344.000
Unidade de Fornecimento: Cápsula
Valor Referência: 0,1192
Valor Final: 0,4899
Valor Total: 168.525,6000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: MEDIGRAM COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
Marca: EMS

Item: 0345
Descrição: TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 136.350
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,8153
Valor Final: 0,6650
Valor Total: 90.672,7500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Altermed Material Medico Hospitalar Ltda
Marca: Teuto

Item: 0346
Descrição: TRAMADOL CLORIDRATO, 50 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL.
Quantidade: 7.570
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,6542
Valor Final: 0,9749
Valor Total: 7.379,9930
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: UNIÃO QUIMICA/GENÉRICO

Item: 0347
Descrição: VARFARINA SÓDICA, 2,5 MG
Quantidade: 408.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,2778
Valor Final: 0,2945
Valor Total: 120.303,2500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MAREVAN

Item: 0348
Descrição: VARFARINA SÓDICA, 5 MG
Quantidade: 226.500
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,1044
Valor Final: 0,0999
Valor Total: 22.627,3500
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: PROMEFARMA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
Marca: MAREVAN

Item: 0349
Descrição: VERAPAMIL CLORIDRATO, 80 MG
Quantidade: 361.000
Unidade de Fornecimento: Comprimido
Valor Referência: 0,0741
Valor Final: 0,0873
Valor Total: 31.515,3000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

49/50

07/11/2019

Portal de Compras Públicas | Termo de Homologação

Marca: Sanval

Item: 0351
Descrição: VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1B2, B3, B5, B6
Quantidade: 441.000
Unidade de Fornecimento: Dragea
Valor Referência: 0,0378
Valor Final: 0,0348
Valor Total: 15.346,8000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI
Marca: VITAMED

Item: 0352
Descrição: VITAMINAS DO COMPLEXO B, B1, B2, B5, B6 E PP, SOLUÇÃO INJETÁVEL
Quantidade: 90.350
Unidade de Fornecimento: Ampola
Valor Referência: 0,7991
Valor Final: 0,7500
Valor Total: 67.762,5000
Situação: Homologado em 06/11/2019 14:15:32 Por: Julio César Ronconi
Nome da Empresa: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Marca: HYPLEX B

Julio César Ronconi
Autoridade Competente (Ordenador)

file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Homologacao_110138.html

50/50

CODEPLAN**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 02/2019**

Publicação Nº 2220078

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2019

OBJETO: OBJETO DO CERTAME É A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A MANUTENÇÃO ROTINEIRAS DAS RODOVIAS ESTADUAIS DE SANTA CATARINA, PREVISTAS NO PLANO RODOVIÁRIA ESTADUAL, LOCALIZADAS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO CODEPLAN, EXCLUSIVAMENTE PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS DECORRENTES DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA, LIMPEZA DE PLATAFORMA, SINALIZAÇÃO, APROVADOS PELO DECRETO ESTADUAL 759, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011, NOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E IDENTIFICADAS NESTE EDITAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA QUE COMPÕE O ANEXO I DESTA EDITAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CODEPLAN.

. Tipo: Menor Preço – Por lote| Abertura/Data/hora: 22/11/2019 às 14h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Rua Prof. Maria do Espírito Santo – nº 400 / MAFRA/SC - www.amplanorte.org.br e/ou Email: administrativo@amplanorte.org.br / amplanorte@amplanorte.org.br Fone (47) 3642-0665. Diogo Mück de Oliveira – Pregoeiro, Mafra/SC 07/11/2019..

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 03/2019

Publicação Nº 2220081

CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 003/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de complementação da SUPERVISÃO E DE SUBSÍDIOS À FISCALIZAÇÃO de SERVIÇOS RODOVIÁRIOS decorrentes de conservação rodoviária, limpeza de plataforma, sinalização, e serviços em rodovias não pavimentadas, todas previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovado pelo Decreto Estadual 759, de 21 de dezembro de 2011, nos municípios consorciados e identificadas neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I do Edital e integra este Contrato, para atender as necessidades do CONTRATANTE.

. Tipo: Menor Preço global – Abertura/Data/hora: 22/11/2019 às 09h00. Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Rua Prof. Maria do Espírito Santo – nº 400 / MAFRA/SC – www.amplanorte.org.br e /ou - Email: administrativo@amplanorte.org.br / amplanorte@amplanorte.org.br Fone (47) 3642-0665. Diogo Mück de Oliveira – Pregoeiro, Mafra/SC 07/11/2019..

PORTARIA 02/2019

Publicação Nº 2220124

PORTARIA Nº 02/2019

ADELMO ALBERTI, Presidente do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeados especificamente para o PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2019 e 03/2019 os abaixo relacionados como pregoeiro e equipe de apoio, com o objetivo de conduzir e julgar propostas sujeitas a licitação pública, para realização de licitação modalidade de pregão, para a aquisição de bens e serviços comuns provenientes do CONSÓRCIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PLANALTO NORTE - CODEPLAN:

I- Pregoeiro: Diogo Muck de Oliveira

II- Equipe de Apoio: Francisco Josué Karvat, Rosani Rodrigues da Silva Mischka, Andressa Bendlin, Roberto Penkal.

III- Por Determinação do Consórcio, os Procuradores dos Municípios de Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Irineópolis, prestarão Assessoria Jurídica desde a realização do ato até o encerramento do certame, e Auxiliando a Equipe de Apoio, Funcionários e Assessoria Jurídica do Consórcio.

IV - Para gestor do contrato fica nomeado o Sr. Roberto Penkal.

V - Para fiscalização do contrato fica nomeado o Sr. José Francisco Guimarães Toni.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência pelo prazo de 01(um) ano.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 07 de novembro de 2019.

ADELMO ALBERTI
Presidente

CIM-AMFRI**CIM-AMFRI EXTRATO DO CONTRATO 01-2019 - GUESSER & COELHO ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA**

Publicação Nº 2220358

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 01/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 32.980.376/0001-04.

CONTRATADA: GUESSER & COELHO ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 22.780.278/0001-61.

OBJETO: Prestação de serviços de apoio técnico para desenvolvimento das atividades dos setores de compras, contabilidade e recursos humanos, com a disponibilização de profissional presencialmente.

VALOR GLOBAL: R\$ 9.000,00 (NOVE MIL REAIS).

VIGÊNCIA: Iniciar-se-á na data da assinatura, findando em 31/01/2020.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação: 02 – 3.3.90

Órgão: 01 – Consorcio Intermunicipal Multifinalitário Da Região Da Amfri – CIS-AMFRI

Unidade: 01.01 – Consorcio Intermunicipal Multifinalitário Da Região Da Amfri – CIS-AMFRI

Projeto/Atividade: 2.001 – Manutenção e Funcionamento do CIM-AMFRI

Data da assinatura: 03/10/2019.

João Luiz Demantova

Diretor Executivo CIS-AMFRI

Guesser & Coelho Assessoria E Desenvolvimento Profissional Ltda

Rodrigo Giacomo Guesser

CIM-AMFRI EXTRATO DO CONTRATO 02-2019 - SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA

Publicação Nº 2220360

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 02/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

CONTRATANTE: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DA REGIÃO DA AMFRI – CIS-AMFRI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 32.980.376/0001-04.

CONTRATADA: SER DESENVOLVIMENTO HUMANO E EMPRESARIAL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 16.950.128/0001-56.

OBJETO: Prestação de serviços de coleta de dados e execução das atividades de campo da pesquisa origem e destino domiciliar, na área dos municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, compreendendo os municípios de Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo.

FUNDAMENTO LEGAL: Procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial n. 01/2019, com fundamento na Lei n. 10.520/02 e, subsidiariamente na Lei nº 8.666/93.

VALOR GLOBAL: R\$ 113.500,00 (CENTO E TREZE MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: 06 (doze) meses, contados da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Dotação: 04 – 3.3.90

Órgão: 01 – Consorcio Intermunicipal Multifinalitário Da Região Da Amfri – CIS-AMFRI

Unidade: 01.01 – Consorcio Intermunicipal Multifinalitário Da Região Da Amfri – CIS-AMFRI

Data da assinatura: 30/10/2019.

João Luiz Demantova Ser Desenvolvimento Humano E Empresarial Ltda

Diretor Executivo CIS-AMFRI Suzana Martins Gasparini

LAMBARI**RESOLUÇÃO 008/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.**

Publicação Nº 2219504

RESOLUÇÃO 008/2019, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2019.

DESIGNA PREGOEIRO E DEMAIS PESSOAS PARA INTEGRAR A EQUIPE DE APOIO, PARA ATUAÇÃO NOS PROCESSOS DE AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS PELO CONSÓRCIO LAMBARI.

VOLNEI ANTONIO SCHIMIDT, Presidente do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Alto Uruguai Catarinense – Consórcio Lambari, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social:

RESOLVE:

Art.1º- Fica designada como PREGOEIRO, para atuação nos processos de aquisições e contratações de serviços do Consórcio Lambari, o senhor Vanderlei Roberto Picinini - contador.

Art.2º - Ficam designados como membros da EQUIPE DE APOIO do Pregoeiro as seguintes pessoas:

Jessica Andressa Cosmann – Diretora Administrativa – em exercício;

Rafael Nicolli – auxiliar contábil – AMAUC

Edilson Bianchi – Engenheiro Civil – AMAUC

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia (SC), 07 de novembro de 2019.

VOLNEI ANTONIO SCHIMIDT

Presidente do Consórcio Lambari

Publicado no mural do Consórcio Lambari e no Diário Oficial dos Municípios – DOM, 08 de novembro de 2019

JÉSSICA ANDRESSA COSMANN

Diretora Administrativo

CONDER**7º EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA CONDER - 14.11.2019**

Publicação Nº 2219560

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2019

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER

O Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER, GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA, por meio do presente, todos os consorciados para Assembleia Geral Ordinária, que será realizada no dia 14 de novembro de 2019. Em primeira convocação às 17h15min com a presença da maioria absoluta dos consorciados e, em segunda convocação, às 17h45min com a presença de qualquer número de consorciados. A assembleia acontecerá no Auditório da AMEOSC – Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, com a seguinte ordem do dia:

- 1) 17h45min: Recepção e apresentação da pauta;
- 2) 17h50min às 18h: Aprovação e Criação do CIDEMA – Conselho Intermunicipal de Defesa do Meio Ambiente;
- 3) 18h05min às 18h15min: Apreciação do convênio RECUPERAR em especial (cláusula sétima - DAS OBRIGAÇÕES DO “CONVENIENTE”).
- 4) 18h20min: Assuntos gerais e encerramento;

São Miguel do Oeste/SC, 07 de novembro de 2019.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

Prefeito de Belmonte

EXTRATO DO EDITAL - PROCESSO 19.2019 - CBUQ E EMULSÃO ASFÁLTICA

Publicação Nº 2219442

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSÓRCIO INTERMUN. DE DESENV. REGIONAL – CONDER
PROCESSO LICITATÓRIO N. 19/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 19/2019

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER, no exercício das atribuições, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade pregão presencial, tipo menor preço por item do seguinte objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de CBUQ e Emulsão Asfáltica, conforme especificações e detalhamentos constante no anexo I deste edital. A presente licitação contempla os seguintes municípios consorciados ao CONDER Anchieta, Bandeirante, Barra Bonita, Belmonte, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guarujá do Sul, Guaraciaba, Iporã do Oeste, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Princesa, Santa Helena, São João do Oeste, São José do Cedro, São Miguel do Oeste e Tunápolis.

- TIPO: Menor preço – Por Item

- RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h do dia 08/11/2019 até às 13h45min do dia 22/11/2019.

- ABERTURA, JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h do dia 22/11/2019.

- LOCAL: Auditório da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, AMEOSC, sito a Rua Oswaldo Cruz, 167, Prédio da CASAN, Centro, São Miguel do Oeste/SC, CEP: 89900-000.

- INTEGRA DO EDITAL E CORRELATOS AO MESMO: www.ameosc.org.br e www.conder.sc.gov.br

- A presente licitação será regida pelas disposições das Leis nº 10.520/2002, Lei nº 8.666/93 e pelas condições estabelecidas no Edital do referido processo, o qual encontra-se à disposição dos interessados na íntegra, no endereço eletrônico www.ameosc.org.br e www.conder.sc.gov.br

São Miguel do Oeste, 07 de novembro de 2019

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

CIRSURES**EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 063/2019**

Publicação Nº 2220057

CONTRATO Nº: 063/2019

CONTRATADA: FÁCIL PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES LTDA.

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL – CIRSURES.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato a prestação de serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, todos em conformidade com as normas regulamentadoras e legislações correspondente.

Assinatura: 20/08/2019

Vigência: Início: 20/08/2019 – Fim: 20/18/2020

Valor: Pagamento mensal de R\$ 507,50 (quinhentos e sete reais e cinquenta centavos).